



**HAL**  
open science

# História(s) de uma Casa e de um arquivo: os viscondes de Vila Nova de Cerveira, da ascensão à consolidação institucional (séculos XIV–XVII)

Filipa Lopes

► **To cite this version:**

Filipa Lopes. História(s) de uma Casa e de um arquivo: os viscondes de Vila Nova de Cerveira, da ascensão à consolidação institucional (séculos XIV–XVII). History. Université Paris sciences et lettres; Universidade nova de Lisboa, 2023. Portuguese. NNT : 2023UPSLN006 . tel-04506516

**HAL Id: tel-04506516**

**<https://theses.hal.science/tel-04506516v1>**

Submitted on 15 Mar 2024

**HAL** is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

**História(s) de uma Casa e de um arquivo:  
os viscondes de Vila Nova de Cerveira, da ascensão à  
consolidação institucional  
(séculos XIV–XVII)**

**Filipa da Silva Lopes**

**Tese de Doutoramento em História  
(área de especialização: Arquivística Histórica)**

**Versão com correções realizadas após a defesa pública**

**Setembro, 2023**



UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

ÉCOLE NATIONALE DES CHARTES

História(s) de uma Casa e de um arquivo: os viscondes de Vila Nova  
de Cerveira, da ascensão à consolidação institucional  
(séculos XIV–XVII)

*Histoire(s) d'une Maison et de ses archives: les vicomtes de Vila Nova  
de Cerveira, de l'ascension à la consolidation institutionnelle  
(XIVe–XVIIe siècles)*

Filipa da Silva Lopes

Tese de Doutoramento em História  
(Área de Especialização: Arquivística Histórica)

Versão com correções realizadas após a defesa pública

Tese de Doutoramento em História, Variante em Arquivística Histórica, orientada pelos Professores Doutores Maria de Lurdes Rosa, Olivier Poncet e Pedro Cardim, realizada em regime de cotutela entre a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a École nationale des chartes.

Thèse de doctorat en Histoire, specialisation en Archivistique Historique, dirigée par les Professeurs Docteurs Maria de Lurdes Rosa, Olivier Poncet et Pedro Cardim, réalisée en régime de cotutelle entre la Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa et l'École nationale des chartes.

Esta tese foi realizada com o apoio de uma bolsa de doutoramento mista concedida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com as referências SFRH/BD/114873/2016 e COVID/BD/151660/2021, cofinanciada pelo Fundo Social Europeu.

Cette thèse a été réalisée avec le soutien d'une bourse de doctorat mixte accordée par la Fundação para a Ciência e a Tecnologia, avec les références SFRH/BD/114873/2016 et COVID/BD/151660/2021, cofinancée par le Fonds Social Européen.

## DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O(A) candidato(a),

Silvia da Silva Lopes

Lisboa, 15 de setembro de 2023

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

Teófilo da Costa Rosa

Lisboa, 16 de Setembro de 2023...

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O(A) coorientador(a),

Paulo António Alves Costa

Lisboa, 16 de 09..... de 2023.....

## DÉCLARATION

Je déclare que cette thèse est en état d'être appréciée par le jury à désigner.

Le(la) directeur(trice),

Olivier Pascal

Paris, ~~...~~ 16 septembre de 2023.

A large, stylized handwritten signature in black ink, appearing to be 'O. Pascal', written over the date line.

## ÍNDICE

<b>Resumo .....</b>	<b>viii</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>ix</b>
<b>Résumé .....</b>	<b>x</b>
<b>Agradecimentos.....</b>	<b>xi</b>
<b>Siglas .....</b>	<b>xiv</b>
<b>Abreviaturas .....</b>	<b>xvi</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>I — Coordenadas da investigação .....</b>	<b>5</b>
1. Olhares renovados sobre os arquivos, os documentos e as práticas arquivísticas.....	6
1.1. Do pensamento pós-moderno aos <i>archival turns</i> .....	6
1.2. Um <i>archival turn</i> na Arquivística .....	9
1.3. Um <i>tournant documentaire</i> na ciência histórica .....	14
1.4. Novas histórias dos arquivos .....	19
1.5. Reflexos da renovação no panorama português, na História e na Arquivística....	24
2 . Arquivística histórica: do <i>archival divide</i> a uma abordagem interdisciplinar e holística ..	29
2.1. <i>Archival divide</i> : uma breve contextualização .....	29
2.2. Configurações de um espaço de diálogo .....	34
2.3. Uma abordagem interdisciplinar e holística na investigação em História .....	36
2.4. Contributo para uma leitura de alguns conceitos da proposta.....	39



3. Os arquivos de família como objetos de estudo .....	54
3.1. Um breve estado da questão.....	54
3.2. O conceito de “arquivo de família” e de “família” .....	57
3.3. As famílias de poder como organizações produtoras de arquivos.....	65
3.3.1. Quem são as famílias de poder.....	65
3.3.2. As configurações institucionais das famílias de poder e os arquivos organizacionais .....	71
4. Aplicação da Arquivística Histórica a um caso de estudo .....	90
4.1. Objeto, objetivos e problematização.....	90
4.2. Itinerário da investigação e metodologias.....	98
<b>II — Uma arqueologia do arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira após o século XVII</b> .....	<b>103</b>
5. Mapeamento de documentação dispersa e história custodial recente.....	104
5.1. Cartório de Ponte de Lima e documentação relativa às propriedades minhotas.....	105
5.2. Cartório em Lisboa, no palácio situado no Largo da Rosa.....	123
5.3. Núcleo documental na Biblioteca da Ajuda.....	136
6. Representações e inventariações do arquivo a partir do século XVII .....	151
6.1. Representações atuais após reconfigurações não organizacionais .....	152
6.2. Representações e inventariações organizacionais entre o final do século XVII e o século XIX.....	164
<b>III — Nova Representação do(s) arquivo(s): uma reconstituição possível .....</b>	<b>185</b>
7. As organizações produtoras e a reconstituição da documentação existente .....	186
7.1. As organizações produtoras.....	187
7.2. Critérios e limitações da reconstituição da documentação existente .....	192
8. Uma proposta de representação dos arquivos .....	197
8.1. A organização e a classificação de arquivos familiares .....	197
8.2. Um quadro contextualizador .....	206
8.3. A descrição normalizada a disponibilizar ao público .....	232
9. Uma reconstituição parcial das ausências.....	235
9.1. A produção documental das gerações em estudo em alguns inventários.....	235
9.2. Arquivos que não são estáticos .....	240

<b>IV — Uma história social da informação, da documentação e dos arquivos integrada nas histórias das famílias .....</b>	<b>244</b>
10. Família-instituição Lima: a informação e o arquivo de uma Casa senhorial .....	245
10.1. O que se produziu e o que se guardou .....	247
10.2. Organizar para melhor gerir e defender a Casa .....	254
10.3. A produção e a gestão da informação do padroado das igrejas .....	259
11. Britos Nogueira: a vocação patrimonial e vincular da família-instituição.....	266
11.1. A concentração vincular na família-instituição Brito, depois Brito Nogueira ...	268
11.2. O que se produziu e o que se conservou.....	276
11.3. Organizar para melhor gerir a propriedade e os vínculos .....	284
11.4. Luís de Brito Nogueira: uma administração de transição.....	290
12. Lima Brito Nogueira: a fusão de várias Casas .....	299
12.1. Lourenço de Lima: um longo viscondado e o seu arquivo .....	301
12.1.1. A gestão da informação vincular.....	308
12.1.2. Produção informacional e usos do arquivo na busca por distinção social .....	314
12.2. Diogo de Lima: a continuidade e o crescimento de um projeto e de um arquivo sob a sua liderança .....	321
12.2.1. O arquivo e as vicissitudes de uma sucessão.....	336
13. Acerca do(s) arquivo(s) e da consolidação da(s) Casa(s) dos viscondes de Vila Nova de Cerveira até ao século XVII: uma visão global .....	345
<b>Conclusão .....</b>	<b>356</b>
<b>Fontes e referências bibliográficas .....</b>	<b>362</b>
1.Fontes .....	362
1.1. Documentação que pertenceu ao arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira .....	362
1.2. Outras fontes .....	362
2.Bibliografia citada .....	364
<b>Índice dos esquemas, figuras e quadros .....</b>	<b>418</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>420</b>
<b>Índice dos apêndices .....</b>	<b>422</b>

## História(s) de uma Casa e de um arquivo: os viscondes de Vila Nova de Cerveira, da ascensão à consolidação institucional (séculos XIV–XVII)

### RESUMO

A forma como os grupos familiares da época pré-moderna se regulamentavam, organizavam, identificavam e reproduziam é perceptível através dos arquivos organizacionais que criaram e conservaram, assim como através dos usos que lhes deram. Partindo deste pressuposto, no presente estudo, analisou-se o arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira e um conjunto de gerações familiares que contribuíram para a sua constituição e preservação entre o século XIV e o século XVII, nomeadamente os Limas, os Britos Nogueira e os Lima Brito Nogueira. Nesta análise, procurou-se compreender como estas gerações se documentaram, como transformaram a sua informação documentalizada em arquivo e como a usaram para se consolidarem enquanto grupo, com um património, memória e identidade próprios. Em suma, questionou-se como esses usos do arquivo contribuíram para a consolidação institucional da Casa dos Viscondes de Cerveira até ao século XVII. Para tal, recorreu-se a uma abordagem em Arquivística Histórica, que busca o cruzamento de teorias e metodologias da História, da *Archival Science*, da Ciência da Informação e da Antropologia Histórica na análise dos arquivos. O percurso de investigação partiu do presente, do questionamento do fundo *Visconde de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima* e do mapeamento de documentação que se encontra dispersa por outros fundos e coleções e que pertenceu aos arquivos organizacionais dos referidos grupos, procurando-se compreender várias intertextualidades que se acumularam ao longo do tempo e que afetam a inteligibilidade do passado representado nestes documentos. Para a contextualização da informação documentalizada reconstituída para as gerações em estudo, aplicou-se o modelo sistémico proposto por Malheiro da Silva num quadro orgânico que é disponibilizado, com a descrição arquivística normalizada de uma parte da documentação utilizada na análise, através do *software* AtoM. Procedeu-se, ainda, à recolha de documentação que, entretanto, desapareceu, mas que é referida em inventários elaborados pelos seus membros. Ao mesmo tempo, procurou-se esclarecer as várias limitações desta reconstituição, da documentação existente e desaparecida, as opções tomadas e as operações realizadas sobre a documentação. Por fim, foi feita uma análise qualitativa do *corpus* reconstituído que permitiu concluir que os grupos em estudo se institucionalizaram principalmente através da transmissão de senhorios e de vínculos, formando uma família-instituição ou Casa que se organizava, a cada geração, sob a autoridade de um *pater familias*. Constatou-se igualmente que estas gerações usaram os seus arquivos como lugares de prova da posse de bens e privilégios, como facilitadores da gestão corrente das propriedades e dos seus rendimentos e, sobretudo a partir das gerações dos Lima Brito Nogueira, como suporte a discursos sobre a(s) memória(s) e identidade(s) do grupo. As famílias-instituição eram entidades em constante estruturação assim como o arquivo que as sustentava. A consolidação institucional dependeu, assim, de um esforço contínuo, realizado a cada geração, para transmitir um património identitário unificador e identificador do grupo a um representante da mesma geração ou da seguinte, juntamente com a documentação transformada em arquivo que apoiava essa construção.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivística Histórica, História dos Arquivos, Arquivos de Família, Modelo Sistémico, História da Nobreza, Casa Aristocrática, Morgadio, Viscondes de Vila Nova de Cerveira, Limas, Britos, Nogueiras.

## History(ies) of a House and an archive: the viscounts of Vila Nova de Cerveira, from ascension to institutional consolidation (14th–17th centuries)

### ABSTRACT

The perception of how pre-modern family groups regulated, organized, identified, and reproduced themselves is shaped by the creation, use and maintenance set by the organizational archives. Based on this assumption, this study analyzes the viscounts of Vila Nova de Cerveira archive as well as a group of families' generations that played a role both in its formation and preservation from the 14th to the 17th centuries, namely the Lima, Brito Nogueira, and Lima Brito Nogueira generations. This investigation sought to examine how these generations documented themselves, how they transformed their records into an archive, and how they used them to consolidate one another as a group with a heritage, memory, and identity of their own. Ultimately, it was questioned how these uses played a role in the establishment and strengthening of the house of the viscounts of Vila Nova de Cerveira as an institution until the 17th century. In pursuit of this objective, an *Historical Archivistics* approach was selected with the purpose of looking for the interchange of theories and methodologies of History, Archival Science, Information Science and Historical Anthropology in the analysis of archives. The research path was presently initiated by questioning the *Visconde de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima* fonds and by mapping scattered fonds and collection records which belonged to the organizational archives of the abovementioned groups. With that, an understanding of several intertextualities affecting the intelligibility of the past represented in these records was deemed necessary before any interpretation of its context could be executed. To better contextualize the mapped records associated with the generations in the study, an organic framework was prepared, based on the systemic model proposed by Malheiro da Silva. This classification framework is made available, along with the standardized archival description of a section of the records that were analyzed in this study, through the AtoM software. In addition to the existing records, in the inventories produced by these generations, references to unaccounted records that belonged to their archives, were also collected. Simultaneously, efforts were made to elucidate the numerous constraints associated with the reconstitution of both existing and missing records, the choices that were made, and the operations carried out regarding the records. Finally, the qualitative analysis of the reconstructed *corpus* allowed us to conclude that the groups under study were institutionalized mainly through the transmission of entails and of properties and rights granted by the Crown. They formed a family-institution or House, organized by each generation under the authority of a *pater familias*. These generations used their archives to prove ownership of property and privileges, as well as to facilitate property management and its income. The archives also served as a foundation for narratives concerning the collective memory(ies) and identity(ies) of the group, especially for the Lima Brito Nogueira generations. The families as institutions were entities in constant configuration, as was the archive supporting them. Consequently, institutional consolidation depended on ongoing efforts made by each generation in order to transmit a cohesive cultural legacy to a representative of the same or next generation and forge a sense of group identity, as well as to convey the records turned into an archive that supported this construction.

KEY WORDS: Historical Archivistics, Archival History, Family Archives, Systemic Model, Nobility History, Aristocratic House, Entail, Viscounts of Vila Nova de Cerveira, Lima family, Brito family, Nogueira family.

## Histoire(s) d'une Maison et de ses archives: les vicomtes de Vila Nova de Cerveira, de l'ascension à la consolidation institutionnelle (XIV<sup>e</sup>–XVII<sup>e</sup> siècles)

### RÉSUMÉ

La perception de la façon dont les groupes familiaux prémodernes se régulaient, s'organisaient, s'identifiaient et se reproduisaient est modelée par les archives organisationnelles qu'ils créaient, usaient et conservaient. Partant de cette prémisse, cette étude a analysé les archives des vicomtes de Vila Nova de Cerveira et d'un ensemble de générations familiales qui ont contribué à leur création et à leur conservation entre le XIV<sup>e</sup> et le XVII<sup>e</sup> siècle, à savoir les générations des Lima, des Brito Nogueira et des Lima Brito Nogueira. Cette analyse a cherché à comprendre comment les générations familiales se sont documentées, comment elles ont transformé leurs documents en archives et comment elles les ont utilisées pour se consolider en tant que groupe doté d'un patrimoine, d'une mémoire et d'une identité propres. En bref, nous nous sommes demandé comment les usages des archives ont contribué à la consolidation institutionnelle de la maison des vicomtes de Cerveira jusqu'au XVII<sup>e</sup> siècle. Dans ce but, nous avons utilisé une approche en archivistique historique, qui cherche à croiser théories et méthodologies de l'histoire, de l'archivistique, des sciences de l'information et de l'anthropologie historique dans l'analyse des archives. La recherche est partie du présent, en interrogeant le fonds *Visconde de Vila Nova de Cerveira et des Marques de Ponte de Lima* et en cartographiant la documentation dispersée dans d'autres collections et qui, jadis, appartenant aux archives organisationnelles de ces groupes familiaux. Nous cherchons à comprendre les différentes intertextualités qui se sont accumulées au fil du temps et qui affectent l'intelligibilité du passé représenté dans ces documents. Afin de contextualiser les documents cartographiés pour les générations familiales étudiées, nous avons construit un cadre organique, selon le modèle systémique proposé par Malheiro da Silva, qui est mis à disposition, avec la description archivistique standardisée d'une partie de la documentation analysée, sur le logiciel AtoM. Nous avons également recueilli la documentation disparue entre-temps, mais mentionnée dans des inventaires produits par les familles elles-mêmes. Parallèlement, on a tenté de clarifier les différentes limites de la reconstitution réalisée, constituée par documentation existante et perdue, les options prises et les opérations effectuées sur la documentation. À la fin, une analyse qualitative du corpus reconstitué a été menée et elle a permis de conclure que les groupes étudiés se sont institutionnalisés principalement par la transmission des seigneuries et des *vínculos*, tout en formant une famille-institution ou Maison organisée, pour chaque génération, sous l'autorité d'un *pater familias*. Ces générations utilisaient leurs archives comme lieux de preuve de la possession de biens et de privilèges, comme facilitateurs de la gestion quotidienne des propriétés et de leurs revenus et, surtout à partir des générations Lima Brito Nogueira, comme support de récits sur la (les) mémoire(s) et l'(les) identité(s) du groupe. Nous avons constaté que les familles-institutions ont été des entités en constante structuration, tout comme les archives qui les ont soutenues. La consolidation institutionnelle dépendait, donc, d'un effort continu, réalisé par chaque génération, pour transmettre un patrimoine identitaire unificateur et identificateur du groupe à un représentant de la même génération ou de la génération suivante, ainsi que la documentation transformée en archive qui soutenait cette construction.

Mots-clés : *Archivistique historique*, histoire des archives, archives de famille, modèle systémique, histoire de la noblesse, maison aristocratique, majorat, vicomtes de Vila Nova de Cerveira, Lima, Brito, Nogueira.

## AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento é devido à Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Sem o seu apoio não teria sido possível não só a dedicação exclusiva a este projeto, como as estadias que se realizaram no estrangeiro. Para as estadas na École nationale des chartes e na Universidade da Califórnia - Riverside devo estender o meu agradecimento ao Programa Pessoa e à Comissão Fulbright.

O segundo é devido aos meus orientadores, Professora Maria de Lurdes Rosa, Professor Olivier Poncet e Professor Pedro Cardim. Agradeço a todos a disponibilidade que sempre demonstraram, o incentivo para me candidatar às estadias que realizei no estrangeiro e que muito enriqueceram a minha formação e, sobretudo, a infinita paciência com que me apoiaram ao longo deste percurso. À Professora Lurdes Rosa agradeço ainda a amizade e a generosidade de ter partilhado materiais e informações sobre o arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira e sobre os seus vínculos. Ao Professor Olivier Poncet agradeço pelo apoio inestimável prestado durante as minhas estadas na ENC.

Um reconhecimento e agradecimento especial são devidos ao Senhor Eng.º Luís de Vasconcelos e Sousa, proprietário do fundo *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima*. Quando os arquivos são um património privado, dependemos da boa vontade e disponibilidade dos seus proprietários para a eles termos acesso. Estou muito grata pela sua disponibilidade em abrir as portas da sua morada para me deixar consultar, pontualmente, documentação do seu acervo e pelo cuidado em aceder ao transporte dos seus documentos para uma consulta mais continuada na biblioteca da João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa. Deixo aqui também o meu agradecimento à diretora da biblioteca, a Dr.ª Ana Folque, e a toda a sua equipa pelo acolhimento que recebi e por toda a assistência que me prestaram.

Expresso, ainda, a minha gratidão ao Professor Randolph Head, ao Departamento de História da Universidade da Califórnia – Riverside e ao Center for Ideas and Society pela hospitalidade e por todo o apoio prestado durante a curta estada que realizei em 2020 nesta universidade. Agradeço igualmente as conversas enriquecedoras que tive com o Professor Head e os Professores Piotr Gorecki, Anne Gilliland, Michel Caswell e vários colegas do *California Medieval History Seminar* que tiveram a gentileza de comentar o meu projeto de investigação.

Estou igualmente grata a todos os professores do Curso de Doutoramento em História da FCSH-UNL e da ENC, em cujos seminários tive o privilégio de participar. Deixo, ainda, um agradecimento aos centros de investigação que me acolheram (Instituto de Estudos Medievais, CHAM – Centro de Humanidades e Centre Jean Mabillon) e às respetivas direções pelo auxílio que sempre estiveram disponíveis a prestar.

Os resultados deste projeto devem muito à generosidade de uma série de professores, de colegas e de amigos, historiadores e arquivistas, assim como de proprietários de arquivos e coleções privadas, que partilharam bibliografia, documentos, informações e ideias. Deixo, igualmente, o meu reconhecimento e sincero agradecimento a todos: Dr. Abel Rodrigues, Dr.<sup>a</sup> Alice Gago, Dr.<sup>a</sup> Ana Carneiro (da BMPTL), Professora Ana Leal de Faria, Dr.<sup>a</sup> Ana Rita Rocha, Dr.<sup>a</sup> Ana Sandra Meneses (do ADB), Professora Anita Guerreau-Jalabert, Dr. Augusto-Pedro Lopes Cardoso, Professor Bernardo Vasconcelos e Sousa, Dr. Bruno Cordovil, Dr.<sup>a</sup> Cláudia Santos (da BESSMM), Dr.<sup>a</sup> Cristiana Freitas (do AMPTL), Dr.<sup>a</sup> Cristina Pinto Basto (da BA), Professor Élie Haddad, Professor Espinha da Silveira, Dr. Fábio Duarte, Dr.<sup>a</sup> Fátima Gomes (da BA), Dr.<sup>a</sup> Fernanda Campos, Dr.<sup>a</sup> Filipa Amorim (do AMVCT), Dr. Hélder Carvalhal, Dr.<sup>a</sup> Isabel João Ramires (da BGUC), Dr. João Abreu Lima, Professor Gonçalo Vasconcelos e Sousa, Professor Henrique Rodrigues, Dr.<sup>a</sup> Joana Beato, Dr.<sup>a</sup> Joana Peres, Dr. João Carlos Gachineiro, Dr. João Vieira, Dr. Jorge de Brito e Abreu, Professor Joseph Morsel, Professora Judit Gutiérrez de Armas, Dr. Luís Damásio, Dr.<sup>a</sup> Margarida Leme, Dr.<sup>a</sup> Margarida Lobato, Dr.<sup>a</sup> Maria Barreto Dávila, Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Geada, Dr.<sup>a</sup> Maria João da Câmara e Sousa, Professor Mário Farelo, Dr. Miguel Aguiar, Dr. Miguel Metelo de Seixas, Professor Nuno Gonçalo Monteiro, Dr. Paulo Lopes, Dr. Pedro Pinto, Dr. Pedro Urbano, Dr.<sup>a</sup> Raquel de Oliveira Martins, Dr.<sup>a</sup> Rita Almeida de Carvalho, Dr.<sup>a</sup> Rita Nóvoa, Dr.<sup>a</sup> Sónia Henrique, Dr.<sup>a</sup> Teresa Oliveira e Dr. Tito de Morais.

Aos meus familiares e amigos mais próximos agradeço todas as palavras de incentivo, devendo, no entanto, deixar registados alguns agradecimentos especiais. Um é devido às Religiosas do Sagrado Coração de Maria, para quem trabalhava quando decidi iniciar o doutoramento; estou profundamente grata pelo apoio e incentivo que me deram e pela amizade demonstrada ao longo destes anos pelas Irmãs Cidália Santos, Cidália Dinis, Lucília e restantes membros da Comunidade do Solar da Torre, lembrando com particular carinho as que, entretanto, já não estão entre nós. Outro à Inês, à Diana e à Patrícia, amigas

de longa data, que acompanharam de perto este percurso; estou muito grata pela amizade, paciência, disponibilidade e constante encorajamento. À Inês devo ainda a leitura e revisão de alguns capítulos da tese. À Lydie agradeço ter acedido prontamente e com grande dedicação a todos os meus pedidos de revisão e de tradução para francês. Também à Lydie e ao Professor Abílio agradeço a amizade e incentivo, assim como ajuda que sempre me deram em todas as fases deste percurso. À Francine agradeço o acolhimento em sua casa e todo o apoio prestado durante os nove meses que estive na ENC. À Anne Marie (Aninhas) a revisão de alguns textos em francês. À Vanda e à Carina a revisão de textos em inglês. Aos meus tios Mário e Isménia e aos meus primos Carlos e Daniela, estou grata por toda a ajuda que me deram quando participei na escola de verão em Wolfenbüttel. À Sofia, ao Vítor e à tia Mila também deixo uma palavra de agradecimento por todo o apoio.

Aos meus pais, pelo suporte incondicional ao longo destes anos, e ao Ricardo, por toda a ajuda na revisão e formatações finais, assim como pelo companheirismo, compreensão e amor demonstrados numa longa reta final, todas as palavras serão insuficientes para expressar a minha gratidão. É a eles que devo e dedico o fim desta etapa.



## SIGLAS

- ACC = Arquivo da Casa da Cêpa
- ACL = Academia de Ciências de Lisboa
- ACML = Arquivo Municipal da Câmara de Lisboa
- ADB = Arquivo Distrital de Braga
- ADVCT = Arquivo Distrital de Viana do Castelo
- AFQVG = Arquivo da família Queiroz Vaz Guedes
- AMB = Arquivo Municipal de Braga
- AMPTL = Arquivo Municipal de Ponte de Lima
- AMVCT = Arquivo Municipal de Viana do Castelo
- ANTT = Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- APLC = Coleção Augusto-Pedro Lopes Cardoso (coleção de manuscritos, pertencente a Augusto-Pedro Lopes Cardoso)
- BA = Biblioteca da Ajuda
- BACB = [Fundo] Hermano Anselmo José Braamcamp de Almeida Castelo Branco
- BESSMM = Biblioteca da Escola Secundária de Santa Maria Maior (Viana do Castelo)
- BGUC = Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
- BMNARQ = Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia
- BMPTL = Biblioteca Municipal de Ponte de Lima
- BN = Biblioteca Nacional de Portugal
- CML = Câmara Municipal de Lisboa
- FCSH-UNL = Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- FCT = Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- FLUP = Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- INVENT.ARQ = *Inventários de arquivos de família, sécs. XV–XIX: de gestão e prova a memórias perdidas. Repensando o arquivo pré-moderno*, projeto exploratório financiado pela FCT (EXPL/EPH-HIS/0178/2013)
- JBA = Coleção Jorge de Brito e Abreu (coleção de manuscritos, pertencente a Jorge de Brito e Abreu)
- JL = Coleção Júlio de Lemos (coleção de manuscritos depositada na BESSMM)
- JPV = Coleção João P. Vieira (coleção de manuscritos, pertencente a João Vieira)
- LFG = Arquivo Pessoal Luís de Figueiredo da Guerra (depositado no AMVCT)

OF = Ordenações Filipinas

UNL = Universidade Nova de Lisboa

VINCULUM = *Entailing Perpetuity: Family, Power, Identity. The Social Agency of a Corporate Body (Southern Europe, 14th-17th Centuries)*, projeto financiado pelo European Research Council (grant agreement No. 819734)

VNC = *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima*, arquivo privado na posse do Eng.º Luís de Vasconcellos e Souza, descrito como fundo no DigitArq do ANTT

VVNC = [Fundo] Viscondes de Vila Nova de Cerveira (no AMPTL e no ADB)

## ABREVIATURAS

a. = antes

ca. = cerca

cap. = capítulo(s)

cf. = confrontar

cit. = citado

conc. = concelho

coord. = coordenado / coordenação

ed. (eds.) = edição / editor(es) / coordenador(es)

f. = fólho(s) / folha(s)

flor. = *floruit* (período em que uma pessoa esteve ativa)

Fr. = Frei

lv. = livro(s)

m. = morte

ms. = manuscrito

n. = nascimento

n.<sup>o</sup> = número(s)

nt. = nota(s)

núm. = numeração

p. = página(s)

P.<sup>e</sup> = Padre

publ. = publicado

ss. = seguintes

subcap. = subcapítulo(s)

vd. = *vide*

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre os arquivos de famílias aristocráticas medievais e modernas têm vindo a crescer desde os anos 90 do século passado. O seu potencial é notável pelas tipologias documentais e informação que conservam, podendo oferecer imagens alternativas ou complementares aos discursos já estabelecidos a partir de outras fontes externas ao grupo familiar. O recurso a este género de arquivos tem contribuído para a reformulação do conhecimento que temos sobre a aristocracia portuguesa do Antigo Regime<sup>1</sup>, assim como para compreender melhor os percursos individuais de alguns dos seus membros<sup>2</sup>.

Já a análise destes arquivos como objetos de estudo em si mesmos é uma prática mais recente, inspirada em investigações e reflexões que algumas disciplinas das ciências sociais e humanas têm vindo a desenvolver, nas últimas duas décadas, sobre os arquivos e a produção informacional das instituições. Estas novas perspetivas rejeitam a ideia de que os arquivos são naturalmente constituídos e neutros. Em vez de os verem como simples repositórios de informação, observam-nos como construções sociais e culturais complexas. Foi no âmbito destas abordagens renovadas que surgiu a Arquivística Histórica, buscando um cruzamento de teorias e de metodologias da História, da *Archival Science*, da Ciência da Informação e da Antropologia Histórica no estudo dos arquivos. Trata-se de uma área ainda em construção<sup>3</sup>, tendo a primeira tese de doutoramento, na qual foi aplicada, sido defendida em 2016<sup>4</sup>. Foi um primeiro passo corajoso para ensaiar, numa investigação de fôlego sobre um arquivo familiar, este diálogo entre áreas que têm estado muitas vezes

---

<sup>1</sup> Vd. cap. 3.

<sup>2</sup> São exemplo os estudos sobre D. Rodrigo de Sousa Coutinho por Andrée Mansuy-Diniz, com base nos arquivos privados da família Sousa Coutinho, ou sobre o conde da Barca por Abel Rodrigues, a partir do arquivo da família Araújo de Azevedo (SILVA, Andrée Mansuy-Diniz – *Portrait d'un homme d'état: D. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares, 1755–1812. Vol I: Les années de formation, 1755–1796*. Lisboa / Paris: Centre culturel Calouste Gulbenkian, Commission nationale pour les commémorations des découvertes portugaises, 2002; *Portrait d'un homme d'état: D. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares, 1755–1812. Vol. II: L'homme d'état*. Lisboa / Paris: Centre culturel Calouste Gulbenkian, Commission nationale pour les commémorations des découvertes portugaises, 2006; RODRIGUES, Abel – *Entre o público e o privado: a génese do arquivo do conde da Barca (1754–1817)*. Braga: UM, 2007. Dissertação de mestrado).

<sup>3</sup> ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S. – Arquivística Histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística. Reflexões sobre um percurso científico e académico. *Revista Portuguesa de História*. Vol. 49 (2018), p. 110.

<sup>4</sup> NÓVOA, Rita L. S. – *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV–XVI*. Lisboa: FCSH-UNL, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2016. Tese de doutoramento.

afastadas. Num artigo de 2009, complementado por outro em 2017<sup>5</sup>, Maria de Lurdes Rosa estabeleceu as bases da abordagem, procurando contextualizá-la e lançar os primeiros alicerces teóricos. Desde então, têm sido explorados caminhos, contruídos em conjunto pela mentora e pelo seu grupo de investigação. O nosso projeto surgiu no contexto deste grupo. Procurámos refletir sobre a abordagem e aplicá-la à análise do(s) arquivo(s) dos viscondes de Vila Nova de Cerveira.

O ponto de partida desta investigação foi o acervo que se encontra atualmente na posse do Eng.º Vasconcellos e Souza, intitulado arquivo *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima*, que possui cerca de 4100 documentos que datam do final do século XIII até ao século XIX. Trata-se, no entanto, de um arquivo que incorporou, ao longo do tempo, documentação que tem a sua origem em outros arquivos produzidos por famílias que se uniram por casamento, havendo também resquícios de documentação de outras famílias ou instituições que possuíram propriedades ou direitos que integraram o património da Casa. A recolha de informação e análise avançou, depois, para outros acervos públicos ou privados tendo em vista a reconstituição da produção informacional documentalizada e dos arquivos organizacionais<sup>6</sup> que foram produzidos: pelo ramo dos Limas, que recebeu, pela primeira vez, e transmitiu o título de visconde de Vila Nova de Cerveira; pelo ramo dos Britos Nogueira, cujos chefes foram administradores dos morgadios de S. Lourenço e de Santo Estêvão de Beja, que se uniu aos Limas, viscondes de Vila Nova de Cerveira no século XVI; e pela Casa que resultou dessa união e lhes deu continuidade, ostentando o mesmo título. No nosso estudo, os arquivos são simultaneamente uma “fonte” e um objeto de estudo em si mesmos, tendo em vista a compreensão do papel sociogenético<sup>7</sup> que desempenharam na constituição destes grupos familiares que os produziram e conservaram. A ideia de uma Casa dos viscondes, que remonta ao século XIV e se estende até o século XIX, é uma construção que passou por diversas etapas que podem ser compreendidas desconstruindo o arquivo e as

---

<sup>5</sup> ROSA, M. Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (épocas medieval e moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Vol. 9, (2009), p. 9–42; ROSA, M. Lurdes – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. 30, (2017), p. 547–586.

<sup>6</sup> Sobre este conceito, vd. subcap. 2.4.

<sup>7</sup> MORSEL, Joseph – En guise d’introduction: les chartriers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiques. Em CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (eds.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartiers seigneuriaux, XIIIe–XXIe siècle*. Paris: Société de l’Histoire de France, 2010, p. 17.

intertextualidades<sup>8</sup> que séculos de transmissão e de uso lhe acrescentaram. A nossa análise ao caráter sociogenético do arquivo concentrou-se no período entre os séculos XIV e XVII, com o objetivo de compreender o papel que este desempenhou na trajetória de ascensão e na estratégia de manutenção de uma família-instituição<sup>9</sup> ou Casa que, no dealbar do século XVIII, estava entre as Grandes Casas do reino<sup>10</sup>. No entanto, em consonância com as propostas da Arquivística Histórica, a identificação de intertextualidades acumuladas começou no presente, na interrogação do que restou e de como se transformou até chegar a nós. Por isso, esta tese, ao longo de um percurso que poderíamos classificar de “arqueológico”<sup>11</sup>, apresenta histórias de uma Casa e do(s) seu(s) arquivo(s) que esperamos que permitam aclarar o contexto do que restou e os limites da reconstituição realizada.

Sendo a abordagem em Arquivística Histórica um *work in progress*, sentimos a necessidade de fazer uma reflexão prévia sobre o contexto teórico e alguns conceitos fundamentais que fossem operatórios para o nosso estudo de caso. Esse enquadramento que é feito na primeira parte da nossa tese, a qual designamos de coordenadas da investigação, acabou por se tornar um pouco mais extenso do que estava inicialmente previsto. Porém, como a Arquivística Histórica é uma plataforma que visa o diálogo interdisciplinar, esperamos que esta possa ser consultada tanto por historiadores como por arquivistas ou cientistas da informação. Ademais, é possível que as propostas aqui explanadas possam, de alguma forma, enriquecer a reflexão e estimular uma crítica científica e construtiva à abordagem. Ainda nesta primeira parte, o último capítulo delimita com maior precisão o objeto de estudo, esclarece como a abordagem foi aplicada, quais os objetivos e o itinerário da investigação de forma pormenorizada, sendo que as diferentes fases desse percurso investigativo acabam por ficar plasmadas na estrutura da tese. Na segunda parte da tese, procura-se compreender como essa documentação chegou até nós, como se dispersou sobretudo a partir do século XIX e a que transformações foi sujeita, não apenas após a dispersão, mas também no período anterior, quando ainda fazia parte do

---

<sup>8</sup> MORSEL, Joseph – En guise d’introduction.

<sup>9</sup> Sobre o conceito, vd. subcap. 3.2.

<sup>10</sup> MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes: a Casa e o património da aristocracia em Portugal 1750–1832*. 2.ª ed. Lisboa: IN-CM, 2003.

<sup>11</sup> A tarefa de reconhecimento e análise das várias intertextualidades que os documentos e os arquivos acumularam ao longo do tempo assemelha-se ao trabalho arqueológico. Sobre esta comparação, vd. BOURQUIN, Laurent – *Memoire familiale, memoire seigneuriale: le chartrier de Chalancey (XVe–XIXe siècle)*. Em CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (eds.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartiers seigneuriaux, XIIIe–XXIe siècle*. Paris: Société de l’Histoire de France, 2010, p. 211.

arquivo organizacional dos viscondes, recuando até final do século XVII. Passa-se, na terceira parte, para a proposta de reconstituição e representação dos arquivos entre os séculos XIV e XVII. Na quarta parte, procede-se à análise da produção informacional documentalizada e conservada pelos grupos familiares selecionados, de algumas das suas práticas arquivísticas, assim como de funções, significados e usos que foram conferidos aos documentos que arquivaram. O nosso percurso culmina no último capítulo desta quarta parte, onde se realiza uma reflexão final sobre as instituições produtoras, a sua consolidação institucional e o caráter sociogenético do(s) arquivo(s).

Referimos, por fim, que o nosso projeto inicial enfrentou desafios e reformulações, principalmente devido à quantidade inesperada de documentação mapeada, o que tornou inviável uma análise aprofundada de milhares de documentos e uma reconstituição detalhada da produção informacional documentalizada. Além disso, a crise pandémica dificultou, em alguns períodos, o necessário acesso aos arquivos. Apesar das decisões e delimitações realizadas, acreditamos que o material que disponibilizamos, não isento de erros e de falhas, assim como de limitações, que procuraremos aclarar, poderá contribuir para que, em investigações futuras, se continue o aprofundamento do estudo dos arquivos e das famílias representadas no arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira.

## PARTE I

### COORDENADAS DA INVESTIGAÇÃO

“[...] history is not simply given, but rather is first produced through the medium of the archive.”

— Ernst Wolfgang<sup>12</sup>

“[...] archive is a final resting place, but this place is actually quite restless.”

— Brien Brothman<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> ERNST, Wolfgang – Das Archiv als Gedächtnisort. Em *Archivologie. Theorien des Archivs in Wissenschaft, Medien, und Künsten*. Berlin, 2009, p. 554 citado em FRIEDRICH, Markus – *The birth of the archive: a history of knowledge*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2018, p. 10.

<sup>13</sup> BROTHMAN, Brien – The limits of limits: derridean deconstruction and the archival institution. *Archivaria*. Vol. 36 (1993), p. 208.



# CAPÍTULO 1

## Olhares renovados sobre os arquivos, os documentos e as práticas arquivísticas

Os desenvolvimentos epistemológicos observados em várias disciplinas das ciências sociais e humanas exponenciaram, nas últimas décadas, uma crescente valorização teórica, epistemológica e cultural do(s) arquivo(s) e uma concomitante produção bibliográfica vasta e pluridisciplinar. Os arquivos deixaram de ser apenas os “laboratórios da História”<sup>14</sup> e repositórios “a-problemáticos” de documentação para se tornarem um espaço e um objeto de reflexões cada vez mais ricas.

Esta progressiva renovação do olhar sobre arquivos, práticas e instrumentos arquivísticos, que os toma como objetos de estudo em si mesmos, tem vários pensadores, diferentes desenvolvimentos e contornos em cada área disciplinar, correntes e ideias que eventualmente se cruzam e se (re)inspiram; enfim, várias viragens e “reviragens”, parafraseando Eric Ketelaar<sup>15</sup>. De forma necessariamente sintética e seletiva, sublinharemos apenas alguns desses desenvolvimentos e ideias para um melhor enquadramento teórico e metodológico do nosso estudo, remetendo, sempre que oportuno, para estados da questão atualizados e/ou mais completos.

### 1.1. Do pensamento pós-moderno aos *archival turns*

A história de uma renovada visão sobre os arquivos deve muito a Michel Foucault e a Jacques Derrida. Na obra de Foucault, nomeadamente em *Arqueologia do saber*, o autor considera que o arquivo é o que está sob o discurso: ele é constituído por todos os sistemas de enunciados (acontecimentos e coisas), ou seja, pelos conjuntos de regras que formam e transformam o discurso numa determinada *Episteme*, e a arqueologia é o método que permite descrever “os discursos como práticas específicas no elemento arquivo”<sup>16</sup>. Por seu turno, Derrida usa o arquivo para analisar a representação freudiana da estrutura da psique, comparando o processo de arquivamento ao processo que estrutura a memória

---

<sup>14</sup> BAUTIER, Robert-Henri – La phase cruciale de l’histoire des archives: la constitution des dépôts d’archives et la naissance de l’archivistique, XVIIe-début du XIXe siècle. *Archivum*. Vol. 18 (1968), p. 140–143.

<sup>15</sup> KETELAAR, Eric – Archival turns and returns: studies of the archive. Em GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (eds.) – *Research in the Archival Multiverse*. Clayton: Monash University Publishing, 2016, p. 228–268.

<sup>16</sup> FOUCAULT, Michel – *A arqueologia do saber*. Lisboa: Ed. 70, 2016, p. 174–181 (citação na p. 181). Vd. também CASCAIS, António Fernando – Nota de apresentação. Em *A arqueologia do saber*. Lisboa: Ed. 70, 2016, p. 7–31.

humana segundo a teoria psicanalítica de Freud<sup>17</sup>. Embora a mobilização do conceito feita nas obras destes dois autores não diga diretamente respeito ao arquivo enquanto realidade empírica, histórica ou institucional concreta<sup>18</sup>, os seus pensamentos, apesar de díspares em vários aspetos, não deixaram de influenciar a análise e as reflexões sobre arquivos não metafóricos, e de suscitar a reação de quem a eles se dedica<sup>19</sup>. Várias são as possibilidades de leitura a partir destes e de outros textos dos mesmos autores, mas interessa-nos, neste capítulo introdutório, destacar as ideias de desconstrução, repressão/supressão, intertextualidade e poder, numa reflexão que se pode estender aos arquivos em concreto.

Primeiro, a desconstrução: a historicização de concepções tradicionais tomadas como naturais ou “a-problemáticas”, ou seja, a desconstrução crítica do enciclopedismo moderno<sup>20</sup>. Os arquivos materiais e institucionais são construções discursivas cuja formação e transformação ao longo do tempo importa historicizar<sup>21</sup>. Essa construção implica sempre perda de informação. Há um impulso que leva a registar, preservar e cristalizar a informação e a memória, mas esse ato é simultaneamente um ato de repressão, supressão<sup>22</sup>, porque arquivar é destruir outras possibilidades ou outras formas de contar os acontecimentos — a que se acrescenta a fragilidade ou a limitação dos próprios signos da escrita e da linguagem para reproduzir fielmente a realidade; eles não passam de meros “traços”<sup>23</sup>. Esta natureza paradoxal e contingente do(s) arquivo(s), evocada por Derrida, emerge quando nele(s) procuramos a “história”<sup>24</sup>, porque o que foi registado, assumindo a forma de documento, não ultrapassará um grão de areia ou uma

---

<sup>17</sup> DERRIDA, Jacques – *Mal d’archive: une impression freudienne*. Paris: Galilée, 1995.

<sup>18</sup> Aqui destacamos Foucault e Derrida, mas, na esteira destes autores, outros também recorreram a abstrações do arquivo para a análise de determinadas entidades e processos, chegando-se a um ponto em que quase tudo pode ser um “arquivo” ou analisado como se fosse um arquivo. Vd. KETELAAR, Eric – *Archival turns and returns: studies of the archive*; YALE, Elizabeth – *The history of archives: the state of the discipline. Book History*. Vol. 18, n.º 1 (2015), p. 335.

<sup>19</sup> Vd. por exemplo: BROTHMAN, Brien – *The limits of limits*; KETELAAR, Eric – *The panoptical archive*. Em BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. (eds.) – *Archives, documentation, and institutions of social memory: essays from the Sawyer Seminar*. Chicago: University of Michigan Press, 2006, p. 144–150; KETELAAR, Eric – *Archival turns and returns: studies of the archive*, p. 238–240; MANOFF, Marlene – *Theories of the Archive from Across the Disciplines. Portal: Libraries and the Academy*. Vol. 4, n.º 1 (2004), p. 9–25; MOTA, Nuno – *Reflexos, silêncios, fantasmas: do arquivo como norma ao arquivo como problema na História. Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*. n.º 1 (2019), p. 488–498; STEEDMAN, Carolyn – *Dust*. Manchester: Manchester University Press, 2001, p. 1–16; YALE, Elizabeth – *The history of archives*, p. 334–335.

<sup>20</sup> ARVATU, ADINA – *Spectres of Freud: The Figure of the Archive in Derrida and Foucault. Mosaic: An Interdisciplinary Critical Journal*. Vol. 44, n.º 4 (2011), p. 144 e ss.

<sup>21</sup> OGILVIE, Denise – *Paradoxes de «l’archive». Sociétés & Représentations*. n.º 43 (2017), p. 128.

<sup>22</sup> DERRIDA, Jacques – *Mal d’archive*, p. 49–50.

<sup>23</sup> MOTA, Nuno – *Reflexos, Silêncios, Fantasmas*, p. 489, 491.

<sup>24</sup> YALE, Elizabeth – *The history of archives*, p. 334.

gota de água na vastidão do oceano que é o passado. Como consequência, é difícil estabelecer com rigor a proveniência de um documento de arquivo porque a realidade não arquivada também o determina, ou seja, o que foi excluído também faz parte dessa proveniência — uma proveniência que é social, comunitária, intelectual, cultural<sup>25</sup>. Proveniência e contexto, assim como outros conceitos tradicionais da Arquivística — como autor, produtor ou custódia —, formulados num quadro que podemos classificar de positivista, podem ter de ser repensados à luz da noção derridiana de intertextualidade<sup>26</sup>, sendo o documento o resultado de uma construção baseada em ligações a outros “textos”<sup>27</sup>. A materialização de ausências e de intertextualidades resulta da ação de poderes concretos, de decisões, mais ou menos conscientes, de determinados grupos ou indivíduos. O que nos leva à última ideia: poder. Os arquivos resultam de relações de poder — a própria origem do termo arquivo (do grego *arkhē*) evoca a ligação histórica entre arquivo, governo e poder político<sup>28</sup>— e são espaços de conhecimento-poder<sup>29</sup>.

As obras destes e de outros pensadores pós-modernos tiveram influência nos *archival turns* iniciados em várias disciplinas das ciências sociais e humanas depois da década de 1980 e, em especial, na década de 1990<sup>30</sup>. A antropóloga Ann Stoler foi a primeira a empregar, em 2002, a expressão *archival turn* para se referir ao movimento que, desde os anos 80, se verificava na sua área disciplinar, nomeadamente no âmbito dos estudos pós-coloniais, e que passara a perspetivar os arquivos como fenómenos históricos em si, e não como meros repositórios de informação<sup>31</sup>. Arquivos problemáticos como os do contexto imperial/colonial foram um palco profícuo para questionamentos sobre a sua construção enquanto instituição concentradora de poder-saber e geradora de silêncios sobre os dominados<sup>32</sup>.

Em 2006, a realização do Sawyer Seminar, organizado por Francis Blouin e William Rosenberg, possibilitou a reunião de vários académicos das ciências sociais e humanas de

---

<sup>25</sup> MOTA, Nuno – Reflexos, Silêncios, Fantasmas, p. 489–491.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 492.

<sup>27</sup> BROTHMAN, Brien – The limits of limits, p. 214.

<sup>28</sup> DERRIDA, Jacques – *Mal d’archive*, p. 11–13.

<sup>29</sup> Sobre Foucault, o arquivo e o binómio saber-poder, vd. KETELAAR, Eric – The panoptical archive.

<sup>30</sup> Vd. POUCHPADASS, Jacques; BARBOT, Michela; BORELLO, Benedetta – A proposito della critica postcoloniale sul «discorso» dell’archivio. *Quaderni storici*. Vol. 43, n.º 129 (3) (2008), p. 675–690, em especial p. 676–681; KETELAAR, Eric – Archival turns and returns: studies of the archive, p. 231–240.

<sup>31</sup> STOLER, Ann Laura – Colonial archives and the arts of governance. *Archival Science*. Vol. 2, n.º 1 (2002), p. 87–109.

<sup>32</sup> TROUILLOT, Michel-Rolph – *Silencing the past: power and the production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

diferentes países para discutir os arquivos como “a complex of structures, processes and epistemologies situated at a critical point of intersection between scholarship, cultural practices, politics, and technologies”<sup>33</sup>. Estiveram presentes antropólogos, historiadores e arquivistas. Estes últimos também a vivenciarem uma viragem na sua área disciplinar. Um *archival turn*<sup>34</sup> com origem em autores anglófonos, sobretudo ligados aos contextos canadiano e estado-unidense, mas que se foi alargando à Europa e à Austrália.

## 1.2. Um *archival turn* na Arquivística

Esta viragem deve ser enquadrada no movimento de renovação da Arquivística como ciência autónoma<sup>35</sup>, verificado a partir da década de 1970<sup>36</sup>. A Arquivística passou a ser designada como *Archival Science* e a revista com o mesmo nome, fundada em 2001 por Peter Horsman, Eric Ketelaar e Theo Thomassen<sup>37</sup>, tem sido, a par de *Archivaria* e *The American Archivist*, um dos seus principais fóruns. Esta área disciplinar revestiu-se de um novo paradigma para o qual contribuiu não só o pensamento pós-moderno<sup>38</sup>, mas também o desenvolvimento das novas tecnologias e conseqüente aumento exponencial da produção documental em suporte digital<sup>39</sup>. Urgiu repensar-se conceitos, princípios e métodos convencionais da Arquivística, formulados entre o século XIX e os inícios do XX, sob uma mundividência positivista, à luz dos novos desafios e de novas ideias: começou-se a questionar o propósito dos arquivos como instituições, a repensar a natureza dos

---

<sup>33</sup> BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. – Preface and acknowledgments. Em *Archives, documentation, and institutions of social memory: essays from the Sawyer Seminar*. Chicago: University of Michigan Press, 2006, p. vii.

<sup>34</sup> Este é um novo *archival turn*, distinto — e que surge em oposição — a um primeiro identificado por Eskildsen associado a Leopold von Ranke e ao contexto fundacional da historiografia objetiva e científica que buscava os indícios do passado nos arquivos (ESKILDSEN, Kasper R. – Leopold Ranke’s archival turn: location and evidence in modern historiography. *Modern Intellectual History*. Vol. 5, n.º 3 (2008), p. 425–453).

<sup>35</sup> Emancipada da História e distinta da *Information Science*.

<sup>36</sup> Sobre as bases da Arquivística como ciência autónoma vd. THOMASSEN, Theo – A first introduction to archival science. *Archival Science*. Vol. 1, n.º 4 (2001), p. 373–385. Para um ponto de situação mais alargado e mais recente, vd. SHEPHERD, Elizabeth – Archival Science. Em MACDONALD, John; LEVINE-CLARK, Michael (eds.) – *Encyclopedia of Library and Information Sciences*. 4ª ed. Boca Raton: CRC Press, 2018. Vol. 1, p. 166–178; MACNEIL, Heather; EASTWOOD, Terry (eds.) – *Currents of archival thinking*. 2.ª ed. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2017, em especial o capítulo de Terry Eastwood nas p. 3–23; SHEPHERD, Elizabeth – Archival Science.

<sup>37</sup> HORSMAN, Peter; KETELAAR, Eric; THOMASSEN, Theo – Presenting archival science. *Archival Science*. Vol. 1, n.º 1 (2001), p. 1–2.

<sup>38</sup> COOK, Terry – Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*. Vol. 1, n.º 1 (2001), p. 3–24; NESMITH, Tom – Seeing archives: postmodernism and the changing intellectual place of archives. *The American Archivist*. Vol. 65, n.º 1 (2002), p. 24–41.

<sup>39</sup> DURANTI, Luciana – The impact of digital technology on archival science. *Archival Science*. Vol. 1, n.º 1 (2001), p. 39–55.

documentos (*records*), as operações arquivísticas<sup>40</sup> e o papel do arquivista num quadro em que arquivos deixavam de ser considerados “passive storehouses of old stuff”, e passaram a ser vistos como “active sites where social power is negotiated, contested, confirmed”<sup>41</sup>. A suposta neutralidade do arquivo é desconstruída e a imagem jenkinsoniana do arquivista como guardião passivo rejeitada<sup>42</sup>.

Esta viragem dentro da Ciência Arquivística<sup>43</sup> tem também sido marcada por um comprometimento ético em preservar memórias e identidades dos cidadãos e de várias comunidades<sup>44</sup>, nomeadamente daquelas que são normalmente excluídas ou silenciadas nos arquivos oficiais/públicos<sup>45</sup>. O arquivista deve assumir plenamente o seu papel de mediador ativo, ter essa consciência no exercício das operações arquivísticas e no serviço aos cidadãos<sup>46</sup>, sendo também capaz de facilitar o empoderamento das próprias

---

<sup>40</sup> A organização, classificação, avaliação e preservação documental. Também se começaram a repensar os conceitos de proveniência e ordem original, assim como o de arquivo (COOK, Terry – *Archival science and postmodernism*, p. 21–24).

<sup>41</sup> SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry – *Archives, records, and power: The making of modern memory. Archival Science*. Vol. 2, n.º 1 (2002), p. 1.

<sup>42</sup> COOK, Terry – *Archival science and postmodernism*, p. 100–102. Sobre a visão do bom arquivista como o “selfless devotee of Truth” vd. JENKINSON, Hilary – *The English archivist: a new profession. Being an inaugural lecture for a new course in archive administration delivered at University College, London, 14 October, 1947*. Londres: H.K. Lewis, 1948.

<sup>43</sup> Tradução para português do termo *Archival Science* de modo distinguir da Arquivística tradicional e da sua conceptualização como disciplina teórico-prática no seio da Ciência da Informação, postura que tem predominado no meio académico português (vd. RIBEIRO, Fernanda – *Arquivística: novos reptos para o futuro*. Em *Novos retos: Arquivística para mañá. Actas das III Jornadas Olga Gallego de Arquivos*. A Coruña: Fundación Olga Gallego, 2018, p. 14–34).

<sup>44</sup> MORSEL, Joseph – *Production d’archives, ou archives de la reproduction? La question des archives au miroir de la continuité seigneuriale*. Em LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l’Occident médiéval et moderne: trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, p. 19.

<sup>45</sup> CASWELL, Michelle – *Affective bonds: what community archives can teach mainstream institutions*. Em BASTIAN, Jeannette A; FLINN, Andrew (eds.) – *Community archives, community spaces: heritage, memory and identity*. Londres: Facet Publishing, 2020, p. 23–25. O número de publicações realizadas na última década sobre arquivos de comunidade(s) tem sido bastante significativo, além das participações na obra coletiva de 2020 aqui citada, vejam-se as sínteses: SHEFFIELD, Rebecka – *Community archives*. Em MACNEIL, Heather; EASTWOOD, Terry (eds.) – *Currents of archival thinking*. 2.ª ed. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2017, p. 351–376; FLINN, Andrew – *Community archives*. Em DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. (eds.) – *Encyclopedia of archival science*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015, p. 145–149.

<sup>46</sup> Sobre os temas da democratização do arquivo (arquivos “sem muros”), da *accountability*, da justiça e da proteção dos direitos dos cidadãos, vd. KETELAAR, Eric – *Archives of the people, by the people, for the people. South African Argiefblad / S.A. Archives Journal*. Vol. 34, (1992), p. 5–16; JIMERSON, Randall C. – *Archives for all: professional responsibility and social justice. The American Archivist*. Vol. 70, n.º 2 (2007), p. 252–281; O’TOOLE, James – *Archives and historical accountability: toward a moral theology of archives. Archivaria*. Vol. 58, (2004), p. 3–19; WALLACE, David A.; DUFF, Wendy M.; SAUCIER, Renée; et al. – *Archives, Recordkeeping and Social Justice*. New York: Routledge, 2020; WALLACE, David A. – *Archives and social justice*. Em MACNEIL, Heather; EASTWOOD, Terry (eds.) – *Currents of archival thinking*. 2.ª ed. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2017, p. 271–297.

comunidades no tratamento e preservação da sua documentação<sup>47</sup>, escrita ou não escrita<sup>48</sup>. Há uma clara preocupação com aquilo que os arquivos podem fazer à sociedade<sup>49</sup> — especialmente aos cidadãos e às comunidades —, quer de positivo quer de negativo<sup>50</sup>.

Não cabe aqui uma análise detalhada das várias facetas desta viragem, nem da evolução da *Archival Science* em geral — também ela fecunda na diversidade de posturas e reflexões<sup>51</sup>. Interessa-nos salientar apenas algumas ideias-chave com implicações para o nosso estudo, que parte da História e se debruça sobre arquivos de família. Desde logo, a desconfiança pela omnipresença do Estado na preservação da memória social, que tem levado ao interesse crescente por arquivos não estatais<sup>52</sup> — aqui também com influência dos estudos pós-coloniais<sup>53</sup> e, em certa medida, dos desenvolvimentos de uma *history from the bottom up*<sup>54</sup>. Este movimento tem sido decisivo para a valorização dos arquivos pessoais e dos arquivos de comunidade(s)<sup>55</sup> — e dentro destes podemos considerar os

---

<sup>47</sup> COOK, Terry – Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. *Archival Science*. Vol. 13, n.º 2 (2013), p. 95–120.

<sup>48</sup> Num alargamento do conceito eurocêntrico de arquivo e de documento, considerando outros instrumentos de fixação da memória além do registo escrito, como registos áudio, imagens, objetos, construção arquitetónicas, rituais e comemorações, entre outros. Vd. ANDERSON, Kimberly – The footprint and the stepping foot: archival records, evidence, and time. *Archival Science*. Vol. 13, n.º 4 (2013), p. 349–371; BASTIAN, Jeannette – The records of memory, the archives of identity: celebrations, texts and archival sensibilities. *Archival Science*. Vol. 13 (2012), p. 127–129; BASTIAN, Jeannette Allis – Reading colonial records through an archival lens: the provenance of place, space and creation. *Archival Science*. Vol. 6, n.º 3 (2006), p. 276–278.

<sup>49</sup> PONCET, Olivier – Archives et histoire: dépasser les tournants. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Vol. 74, n.º 3–4 (2019), p. 716.

<sup>50</sup> YALE, Elizabeth – The history of archives, p. 344–347. Além dos estudos que já foram citados *supra* na nota 46 sobre direitos e justiça social, e os de Jeannette Bastian e de Verne Harris, vejam-se algumas das histórias contadas em BURTON, Antoinette (ed.) – *Archive stories: facts, fictions, and the writing of history*. Durham, Londres: Duke University Press, 2005, nomeadamente os contributos de Durba Ghosh (p. 27–44), Jeff Sahadeo (p. 45–67), Craig Roberston (p. 68–86) ou Horacio Ramírez (p. 111–135).

<sup>51</sup> GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (eds.) – *Research in the Archival Multiverse*. Clayton: Monash University Publishing, 2016; MACNEIL, Heather; EASTWOOD, Terry – Introduction: shifting currents. Em *Currents of archival thinking*. 2.ª ed. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2017, p. vii–xiii.

<sup>52</sup> COOK, Terry – Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 11, n.º 21 (1998), p. 129–150; COOK, Terry – Archival science and postmodernism, p. 18.

<sup>53</sup> Vejam-se, por exemplo, os estudos de Jeannette Bastian sobre a comunidade da Ilhas Virgens, e de Verne Harris sobre a sociedade sul-africana pós-apartheid (BASTIAN, Jeannette A. – *Owning memory: how a Caribbean community lost its archives and found its history*. Libraries Unlimited, 2003; HARRIS, Verne – *Archives and justice: A South African perspective*. Chicago: Society of Amer Archivists, 2007).

<sup>54</sup> NESMITH, Tom – Archives from the bottom up: social history and archival scholarship. *Archivaria*. Vol. 14, (1982), p. 5–26. A expressão *history from the bottom up* é utilizada pelos investigadores anglófonos para designar a corrente de história social de matriz marxista que, a partir da década de 1960, se dedicou a temas relacionados com o quotidiano da gente comum e com as minorias, os socialmente marginalizados, anteriormente pouco representados nas narrativas historiográficas. Veja-se também: SPIVAK, Gayatri C. – Can the Subaltern Speak? Em NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (eds.) – *Marxism and the Interpretation of Culture*. University of Illinois Press, 1988, p. 267–310.

<sup>55</sup> YALE, Elizabeth – The history of archives, p. 350–354. Sobre os arquivos de comunidades, vd. *supra* nota 45.

arquivos de família<sup>56</sup> — como espaços capazes de fornecer memórias e discursos alternativos às narrativas oficiais do arquivo imperial/estatal, contribuindo para a busca de identidades e memórias dos dominados/súbditos/cidadãos. Viés que também pode ser aplicado ao estudo das sociedades passadas, na busca de perspectivas descentradas dos arquivos de instituições dominantes como é o caso da Coroa/Estado e da Igreja na Europa pré-moderna<sup>57</sup>. Isto porque os arquivos, em linha com o pensamento derridiano, são considerados construções discursivas: com o que se decide conservar e através da forma como se classifica cria-se uma narrativa ou um conjunto de narrativas que servem os interesses da instituição produtora, que constituem um conhecimento que se quer dominar e que dão corpo a uma memória que se deseja construir. E isto tornou-se especialmente evidente nos já referidos estudos pós-coloniais. Nicholas Dirks observa, a propósito dos arquivos dos estados coloniais, que são as categorias e as operações do Estado que se evidenciam<sup>58</sup>. Perceber o que as burocracias imperiais silenciaram com as suas práticas arquivísticas e desconstruir crenças e discursos legitimadores de poder no arquivo é o objetivo de uma etnografia nos e dos arquivos, tal como propõem Dirks<sup>59</sup> e Ann Stoler<sup>60</sup>. Do mesmo modo, além do mundo colonial — ou ainda no mundo pós-colonial —, importava igualmente desconstruir os discursos dos estados-nação alicerçados nos arquivos nacionais criados a partir do século XIX<sup>61</sup>.

Porém, não são apenas os arquivos estatais/administrativos que constituem complexas construções sociais, culturais e políticas, aqueles que são produzidos por comunidades, famílias e indivíduos também o são. Ketelaar afirma que os arquivos — enquanto instituições e conjuntos documentais — e os documentos de arquivo contêm narrativas tácitas — ou intertextualidades<sup>62</sup> —, acumuladas na diacronia<sup>63</sup>. Há, deste modo, múltiplos autores e criadores de sentidos, assim como múltiplas ordens e categorizações

---

<sup>56</sup> ROSA, M. Lurdes — Arquivos de família, arquivos de comunidades: arquivos da comunidade. Em ROSA, M. Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón (eds.) — *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. La Laguna: Instituto de Estudios Canarios, IEM, 2020, p. 21–45.

<sup>57</sup> ROSA, M. Lurdes — Problemáticas históricas e arquivísticas actuais, p. 36–37.

<sup>58</sup> DIRKS, Nicholas — Annals of the archive: ethnographic notes on the sources of History. Em AXEL, Brian Keith (ed.) — *From the margins: Historical Anthropology and its futures*. Durham, Londres: Duke University Press, 2002, p. 58.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 47–56.

<sup>60</sup> STOLER, Ann Laura — Colonial archives and the arts of governance; STOLER, Ann Laura — *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton: Princeton University Press, 2010, p. 31–35.

<sup>61</sup> BERGER, Stefan — The role of national archives in constructing national master narratives in Europe. *Archival Science*. Vol. 13, n.º 1 (2013), p. 1–22; YALE, Elizabeth — The history of archives, p. 341–344.

<sup>62</sup> Evocando, mais uma vez, o pensamento derridiano.

<sup>63</sup> KETELAAR, Eric — Tacit Narratives: The Meanings of Archives. *Archival Science*. Vol. 1, (2001), p. 131–141.

concebidas ao longo do tempo, o que põe em causa os conceitos tradicionais de proveniência e de ordem original<sup>64</sup>. Essas narrativas não são, no entanto, apenas construídas pelas entidades que produzem/conservam os arquivos e os documentos, mas também pelos arquivistas, que acrescentam novos significados através das operações arquivísticas. Eles são cocriadores do arquivo e dos documentos de arquivo: tomam decisões quanto à aquisição/incorporação de arquivos/documentos, quanto ao que deve ser conservado ou destruído (*appraisal*), quanto ao que deve ser prioritariamente preservado e/ou classificado e tornado acessível através da descrição. As categorias e os instrumentos que o arquivista constrói para representar a informação documentalizada não são neutras nem objetivas, resultam de uma interpretação individual realizada num determinado contexto social e cultural<sup>65</sup>. Os arquivos não são, assim, um produto estático e final, mas um processo dinâmico<sup>66</sup>; e os documentos de arquivos são objeto de contínuas ativações e recontextualizações<sup>67</sup> que não terminam no labor do arquivista, mas que se estendem aos usos dos utilizadores, nomeadamente à sua utilização como “fontes” pelo historiador<sup>68</sup>.

Se, para os arquivistas, ter consciência destas questões é fundamental para melhor servirem a sociedade e os cidadãos e contribuírem para a formação da sua identidade e memória, para os historiadores, além de ser importante determinar o papel sociogenético que os arquivos desempenharam no passado para os grupos sociais/instituições<sup>69</sup>, é também crucial compreender como funciona a “fábrica do arquivo” para um conhecimento

---

<sup>64</sup> BROTHMAN, Brien – Orders of Value: Probing the Theoretical Terms of Archival Practice. *Archivaria*. n.º 32 (1991), p. 78–100; NESMITH, Tom – The concept of societal provenance and records of nineteenth-century Aboriginal-European relations in Western Canada: implications for archival theory and practice. *Archival Science*. Vol. 6, (2006), p. 351–360. Sobre a interpretação ortodoxa destes princípios, vd. HORSMAN, Peter – Adestrando o elefante: uma abordagem ortodoxa do princípio da proveniência. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. Vol. 10, n.º 2 (2017), p. 443–454 (este texto foi originalmente publicado em inglês, em 1994, com o título *Taming the Elephant: An Orthodox Approach to the Principle of Provenance*, nas atas da primeira conferência sobre o princípio arquivístico de proveniência realizada em Escolmo, em 1993).

<sup>65</sup> COOK, Terry – Archival science and postmodernism, p. 108–109; YAKEL, Elizabeth – Archival Representation. *Archival Science*. Vol. 3, (2003), p. 1–25.

<sup>66</sup> KETELAAR, Eric – Foreword. Em CORENS, Liesbeth; PETERS, Kate; WALSHAM, Alexandra (eds.) – *Archives & Information in the Early Modern World*. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. xv–xviii.

<sup>67</sup> KETELAAR, Eric – Tacit Narratives, p. 137–138; KETELAAR, Eric – Prolegomena to a social history of Dutch archives. Em LUCASSEN, Jan; SANDERS, Huub; BLOK, Aad (eds.) – *A usable collection: essays in honour of Jaap Kloosterman on collecting social history*. Amesterdão: Amsterdam University Press, 2014, p. 42. Sobre a crítica ao modelo linear das três idades dos documentos, vd. BROTHMAN, Brien – Archives, Life Cycles, and Death Wishes: A Helical Model of Record Formation. *Undefined*. Vol. 61, (2006), p. 235–269. Sobre o modelo do *records continuum*, vd. MCKEMMISH, Sue – Recordkeeping in the continuum: an Australian tradition. Em GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (eds.) – *Research in the Archival Multiverse*. Clayton: Monash University Publishing, 2016, p. 122–160.

<sup>68</sup> BLOUIN JR., Francis X. – History and Memory: The Problem of the Archive. *PMLA*. Vol. 119, n.º 2 (2004), p. 298.

<sup>69</sup> MORSEL, Joseph – Production d’archives, ou archives de la reproduction?, p. 21–22.



e uma escrita da história mais conscientes<sup>70</sup>. Interessa compreender o que a sociedade fez aos arquivos, como os tornou menos “transparentes”<sup>71</sup>.

### 1.3. Um *tournant documentaire* na ciência histórica

É certo que os contributos até agora explorados dos *archival turns* na Ciência Arquivística e na Antropologia têm tido influência no *archival turn* verificado na “oficina de Clío”<sup>72</sup>, com destaque para os meios anglófonos, no desenvolvimento de uma nova história dos arquivos, plasmada em trabalhos de história social e cultural dos arquivos e da informação e de história dos sistemas de conhecimento, como veremos. Todavia, desde a década de 1970, no espaço europeu, por iniciativa de historiadores medievalistas — e, mais tarde, por alguns modernistas —, já se vinham trilhando caminhos de investigação que potenciaram o questionamento do seu material de trabalho (os documentos, as “fontes”<sup>73</sup>, os “traços”/vestígios<sup>74</sup>), o desenvolvimento de correntes historiográficas ligadas à cultura escrita/*literacy* e à história documental das instituições, bem como a adoção de abordagens metodológicas como a arqueologia do texto<sup>75</sup>, a arqueologia documental<sup>76</sup>, a arqueologia

---

<sup>70</sup> ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier – Présentation. Fabrique des archives, fabrique de l’histoire. *Revue de synthèse*. Vol. 125, (2004), p. 1–14.

<sup>71</sup> PONCET, Olivier – Archives et histoire, p. 716.

<sup>72</sup> Vejam-se as colaborações de historiadores na revista *Archival Science*, com destaque para vols. 7–4 (2007) e 10–3 (2010), dedicados à história dos arquivos e às culturas de conhecimento arquivístico na Europa pré-moderna. Ressalve-se, no entanto, que esse *archival turn* na História já se verificava em alguns trabalhos publicados na década de 1980, vd.: DAVIS, Natalie Zemon – *Fiction in the archives: pardon tales and their tellers in sixteenth-century France*. Stanford, Cal: Stanford University Press, 1987; FARGE, Arlette – *Le Goût de l’archive*. Paris: Ed. du Seuil, 1989.

<sup>73</sup> Para uma historicização do conceito de “fonte”, vd. KUCHENBUCH, Ludolf – Sources ou documents? *Hypothèses*. Vol. 7, n.º 1 (2004), p. 287–315; MORSEL, Joseph – Les sources sont-elles «le pain de l’historien»? *Hypothèses*. Vol. 7, n.º 1 (2004), p. 271–286.

<sup>74</sup> Para uma crítica histórica ao conceito de “traços”/vestígios, vd. MORSEL, Joseph – Traces? Quelles traces? Réflexions pour une histoire non passéiste. *Revue historique*. Vol. 680, n.º 4 (2016), p. 813–868.

<sup>75</sup> CHASTANG, Pierre – L’archéologie du texte médiéval. *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre, Hors-série n.º 2*. 2008. [acedido 17 março 2021] em <URL <https://journals.openedition.org/cem/8702>>. Chastang propõe uma análise global ao texto, aos vários estratos que o compõem, atentado no seu conteúdo, na sua materialidade e nas relações que estabelece com outras formas de comunicação (oral, gestual, ritual).

<sup>76</sup> Que visa escarpelizar os diferentes estratos que compõem o documento. Vd. BECK, Patrice – *Archéologie d’un document d’archives: approche codicologique et diplomatique des chartes des feux bourguignonnes, 1285–1543*. Paris: École des chartes, 2006; CHASTANG, Pierre – *La Ville, le gouvernement et l’écrit à Montpellier (XIIe–XIVe siècle). Essai d’histoire sociale*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2013; FUJIMOTO, Tamiko – Le cartulaire de l’abbaye Saint-Étienne de Caen (XIIe siècle): essai d’archéologie documentaire. *Tabularia. Sources écrites des mondes normands médiévaux*. 2010. [acedido 17 março 2021] em <URL <https://journals.openedition.org/tabularia/511>>; FUJIMOTO, Tamiko – *Recherche sur l’écrit documentaire au Moyen Âge: édition et commentaire du cartulaire de Saint-Étienne de Caen (XIIe siècle)*. Caen: Université de Caen Basse-Normandie, 2012. Tese de doutoramento.

do livro<sup>77</sup> e, recentemente, a “arqueologia” do arquivo<sup>78</sup>. Caminhos que deram corpo ao chamado *tournant documentaire* a partir da década de 1990<sup>79</sup>.

A interrogação sobre o que são as “fontes” e como chegaram até ao historiador foi axial nesta viragem<sup>80</sup>, levando à consciência de que os arquivos estavam no centro da “mise en source”<sup>81</sup>. Segundo Joseph Morsel, a história da relação dos historiadores com o seu material de trabalho pode ser dividida em três fases, que se sucedem no tempo, mas cujas características e ramificações não cessam com o início da fase seguinte: a *textuaire*, a *scriptualiste* e a *archéologue*<sup>82</sup>. Esta proposta, embora baseada principalmente nas investigações de medievalistas, permite-nos, no entanto, compreender como foram evoluindo alguns recursos heurísticos e teóricos do lado dos historiadores e que interessam para a nossa investigação.

Desde o século XIX e até quase ao último quartel do século XX, os historiadores, mesmo os da escola dos *Annales*, centraram-se sobretudo no conteúdo dos documentos, no texto, atentando eventualmente em alguns caracteres externos apenas para avaliar a sua autenticidade. Difundiu-se um “feiticismo do texto” que excluía do significado do documento a sua dimensão material, visual e simbólica<sup>83</sup>. É nas últimas duas décadas do

---

<sup>77</sup> Referência feita por Paul Bertrand para comparar aos questionários codicológicos e paleográficos que dirigiu à documentação de arquivo em estudo (*Les écritures ordinaires : Sociologie d'un temps de révolution documentaire (entre royaume de France et empire, 1250–1350)*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2015, p. 386–387).

<sup>78</sup> Esta designação tem sido utilizada em teses de doutoramento em Arquivística Histórica da FCSH-UNL, vd. por exemplo: NÓVOA, Rita L. S. – *O Arquivo Gama Lobo Salema*, p. 29 e ss. Nota-se a inspiração nas propostas de Joseph Morsel que referiremos adiante, embora o autor não utilize a expressão.

<sup>79</sup> Segundo Pierre Chastang, a expressão foi avançada por Étienne Anheim para caracterizar a crescente preocupação verificada com a cultura da escrita, plasmada em vários estudos historiográficos que denotavam uma mudança de atitude perante o documento (CHASTANG, Pierre – Introduction. *Tabularia. Sources écrites des mondes normands médiévaux - Les cartulaires normands. Bilan et perspectives de recherche*. n.º 9 (2009), p. 32, nt. 27). Para uma visão comparativa e esquemática do *archival turn* (na Ciência Arquivística) e do *tournant documentaire*, vd. MORSEL, Joseph – Production d'archives, ou archives de la reproduction?, p. 18–22, em especial o quadro intitulado “*archival turn/tournant documentaire*” na p. 20. Sobre as duas viragens, veja-se igualmente: PONCET, Olivier – Archives et histoire.

<sup>80</sup> Vejam-se as contribuições neste n.º especial da publicação periódica *Hypothèses*: MORSEL, Joseph (ed.) – L'historien et «ses» «sources»: journée d'études de l'École doctorale. *Hypothèses*. Vol. 7, n.º 1 (2004), p. 271–362.

<sup>81</sup> Vejam-se as contribuições neste n.º especial: ANHEIM, Etienne; PONCET, Olivier (eds.) – *Fabrique des archives, fabrique de l'histoire*. *Revue de synthèse*. Vol. 125 (2004), p. 1–195. A citação foi retirada de: PONCET, Olivier – Archives et histoire, p. 724.

<sup>82</sup> MORSEL, Joseph – Histoire, archives et documents. Anciens problèmes, nouvelles perspectives. Em ROSA, M. Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón (eds.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Tenerife: Instituto de Estudios Canarios, Instituto de Estudios Medievais, 2020, p. 109–131. Veja-se também: MORSEL, Joseph – Du texte aux archives: le problème de la source. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre. Hors-série n.º 2*. 2008. [acedido 8 janeiro 2020] em <URL <https://cem.revues.org/4132>>.

<sup>83</sup> MORSEL, Joseph – Du texte aux archives: le problème de la source, § 5.

século XX que a materialidade do documento, as condições da sua produção e dos seus usos passam a ser alvo de um crescente interesse<sup>84</sup>, na fase *scriptualiste*<sup>85</sup>.

De facto, a história da *literacy* e da cultura escrita (*scriptualité*)<sup>86</sup> tem sido um campo rico na exploração de diferentes problemáticas ligadas à produção e aos usos sociais e culturais da escrita<sup>87</sup>. Os espaços francês, alemão e italiano foram, a partir da década de 1990, especialmente fecundos em estudos nestas áreas, tendo-se, nesta sequência, fomentado um renovado interesse pelo estudo das instituições produtoras de documentação escrita (*scriptoria* monásticos, chancelarias reais, de príncipes e capitulares, administrações urbanas, Casas senhoriais) que deu corpo, entre os medievalistas, a uma história documental das instituições<sup>88</sup> e ao estudo de documentos da prática quotidiana<sup>89</sup>.

---

<sup>84</sup> GUYOTJEANNIN, Olivier – L'érudition transfigurée. Em BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (eds.) – *Passés recomposés: champs et chantiers de l'histoire*. Paris: Editions Autrement, 1995, p. 152–162; ANHEIM, Étienne; CHASTANG, Pierre (eds.) – Pratiques de l'écrit (VIe–XIIIe siècle). *Médiévales*. n.º 56 (2009), p. 5–10.

<sup>85</sup> MORSEL, Joseph – Histoire, archives et documents. Anciens problèmes, nouvelles perspectives, p. 117–122.

<sup>86</sup> Sobre os problemas com a tradução do termo *literacy*, vd. *Ibid.*, p. 121–122.

<sup>87</sup> A investigação no âmbito da *literacy* parte de autores anglo-saxónicos graças aos contributos do antropólogo Jack Goody (*The Domestication of the Savage Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977), mas estende-se à França, Itália, Alemanha, assim como aos países ibéricos. Refira-se a obra de Brian Stock sobre os usos e a leitura dos textos no período medieval (*The implications of literacy. Written language and models of interpretation in the eleventh and twelfth centuries*. Princeton: Princeton University Press, 1983) e os trabalhos pioneiros de Michael Clanchy e Armando Petrucci sobre a história da produção escrita estreitamente ligada ao desenvolvimento de uma nova história política e do poder (CLANCHY, Michael – *From Memory to Written Record, England 1066–1307*. 2.ª ed. Oxford: Blackwell Publishers, 1993 (1.ª ed. em 1979); CLANCHY, Michael – Literacy, Law, and the Power of the State. *Publications de l'École Française de Rome*. Vol. 82, n.º 1 (1985), p. 25–34; PETRUCCI, Armando – Potere, spazi urbani, scritture esposte: proposte ed esempi. *Publications de l'École Française de Rome*. Vol. 82, n.º 1 (1985), p. 85–97). Este é um campo tão vasto que, no que à historiografia medievalista diz respeito, remetemos para: MORSEL, Joseph – Ce qu'écrire veut dire au Moyen Âge... Observations préliminaires à une étude de la scripturalité médiévale. *Memini. Travaux et documents*. n.º 4 (2000), p. 3–43; MORSEL, Joseph – Du texte aux archives: le problème de la source, § 5–34. Vd. também: ANNALES – Après le tournant documentaire. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Vol. 75, n.º 3 (2020), p. 432–437. Para a época moderna e sobre o espaço ibérico, vd. CASTILLO GÓMEZ, Antonio – *Entre la pluma y la pared: una historia social de la escritura en los Siglos de Oro*. Madrid: Akal, 2006; BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

<sup>88</sup> Vd. CAMMAROSANO, Paolo – *Italia medievale: struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: La Nuova Italia scientifica, 1992; LAZZARINI, Isabella – La nomination des officiers dans les États italiens du bas Moyen Âge: pour une histoire documentaire des institutions. *Bibliothèque de l'École des chartes*. Vol. 159, n.º 2 (2001), p. 389–412; LAZZARINI, Isabella (ed.) – Scrittura e potere. Pratiche documentarie e forme di governo nell'Italia tardomedievale (XIV–XV secolo). *Reti Medievali Rivista*. Vol. 9, n.º 1 (2008), p. 151–632. Para um ponto de situação geral, vd. DE VIVO, Filippo; GUIDI, Andrea; SILVESTRI, Alessandro – Introduzione a un percorso di studio. Em DE VIVO, Filippo; GUIDI, Andrea; SILVESTRI, Alessandro (eds.) – *Archivi e archivisti in Italia tra medioevo ed età moderna*. Roma: Viella, 2015, p. 17–20. Para um ponto de situação a partir dos arquivos das Casas principescas, vd. NIEUS, Jean-François – Introduction: pour une histoire documentaire des principautés. Em HÉLARY, Xavier; NIEUS, Jean-François; PROVOST, Alain; et al. (eds.) – *Les archives princières: XII–XVe siècles*. Arras: Artois Presses Université, 2016, p. 9–21.

<sup>89</sup> Sobre esta questão, vd. DEWEZ, Harmony – Réflexions sur les écritures pragmatiques. Em GRÉVIN, Benoît; MAIREY, Aude (eds.) – *Le Moyen Âge dans le texte*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2016, p. 243–254; LAZZARINI, Isabella – De la «révolution scripturaire» du Duecento à la fin du Moyen Âge: pratiques

Também entre os modernistas se verificou esta tendência sobretudo associada ao estudo do crescimento exponencial da documentação no início do período moderno, à crescente atividade diplomática e à otimização dos aparelhos burocráticos das instituições, sendo, por isso, essencial uma melhor gestão, preservação e recuperação dos documentos e da informação<sup>90</sup>.

A consciência de que a materialização da escrita num determinado suporte permite a duração e a transmissão na diacronia levou naturalmente os historiadores a interrogar o porquê de se conservar os documentos, quais as práticas de conservação adotadas e quais usos dados à documentação ao longo do tempo. No que concerne às práticas, passam a ser tidos em conta não só os aspetos materiais (suportes, locais e utensílios de arquivamento), mas também os de organização intelectual da documentação. Daí o crescendo de estudos sobre cartulários<sup>91</sup> e, mais tarde, sobre listas<sup>92</sup>, inventários<sup>93</sup> e registos<sup>94</sup>. Os critérios de

---

documentaires et analyses historiographiques en Italie. Em GRÉVIN, Benoît; MAIREY, Aude (eds.) – *Le Moyen Âge dans le texte*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2016, p. 277–294.

<sup>90</sup> Por exemplo, LAZZARINI, Isabella – Records, Politics and Diplomacy: Secretaries and Chanceries in Renaissance Italy (1350–c. 1520). Em DOVER, Paul M. (ed.) – *Secretaries and Statecraft in the Early Modern World*. Edinburgh University Press, 2016, p. 16–36; VARANINI, Gian Maria – Public written records. Em GAMBERINI, Andrea; LAZZARINI, Isabella (eds.) – *The Italian Renaissance State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 385–405; PONCET, Olivier – Les traces documentaires des nominations d’officiers pontificaux (fin XIIIe–XVIIe siècle). Em JAMME, Armand (ed.) – *Offices et papauté (XIVe–XVIIe siècle): charges, hommes, destins*. Rome: Publications de l’École française de Rome, 2005, p. 93–123. Para estado da arte geral, vd. DE VIVO, Filippo et al. – Introduzione a un percorso di studio, p. 25–29.

<sup>91</sup> DÍAZ, Elena E. Rodríguez; MARTÍNEZ, Antonio Claret García (eds.) – *La escritura de la memoria: los cartularios*. Huelva: Universidad de Huelva, 2011; GUYOTJEANNIN, Olivier; MORELLE, Laurent; PARISSÉ, Michel (eds.) – *Les cartulaires: actes de la Table Ronde organisée par l’École Nationale des Chartes et le G.D.R. 121 du C.N.R.S., (Paris, 5 - 7 décembre 1991)*. Paris: École des Chartes, 1993; LE BLÉVEC, Daniel; CENTRE HISTORIQUE DE RECHERCHES ET D’ÉTUDES MÉDIÉVALES SUR LA MÉDITERRANÉE OCCIDENTALE (eds.) – *Les cartulaires méridionaux: actes du colloque organisé à Béziers les 20 et 21 septembre 2002*. Paris: École des chartes, 2006; WINROTH, Anders; KOSTO, Adam J. (eds.) – *Charters, cartularies and archives: the preservation and transmission of documents in the medieval West. Proceedings of a colloquium of the Commission internationale de diplomatique (Princeton and New York, 16–18 September 1999)*. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2002. Sobre o nascimento desta área de pesquisa, vd. CHASTANG, Pierre – Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale: la structuration d’un nouveau champ de recherche. *Cahiers de Civilisation Médiévale*. Vol. 49, n.º 193 (2006), p. 21–31.

<sup>92</sup> Para o período medieval, vejamos os estudos que resultaram do projeto de investigação interdisciplinar POLIMA: ANGOTTI, Claire; CHASTANG, Pierre; DEBIAIS, Vincent; et al. (eds.) – *Le pouvoir des listes au Moyen Âge – I. Écritures de la liste*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2019; ANHEIM, Étienne; FELLER, Laurent; JEAY, Madeleine; et al. (eds.) – *Le pouvoir des listes au Moyen Âge – II. Listes d’objets/listes de personnes*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2020; ANDRIEU, Éléonore; CHASTANG, Pierre; DELIVRÉ, Fabrice; et al. (eds.) – *Le pouvoir des listes au Moyen Âge – III. Listes, temps, espace*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2023. Para o período moderno, veja-se: SALINERO, Gregorio; LEBEAU, Christine (eds.) – Dossier. Pour faire une histoire des listes à l’époque moderne. *Mélanges de la Casa de Velázquez. Nouvelle série*. n.º 44–2 (2014), p. 9–160; SALINERO, Gregorio; MELÓN JIMÉNEZ, Miguel Ángel (eds.) – *Le temps des listes. Représenter, savoir et croire à l’époque moderne*. Bruxelles: Peter Lang, 2018.

<sup>93</sup> As publicações sobre inventários são igualmente inúmeras. Cite-se a título de exemplo: GUYOTJEANNIN, Olivier – Les chartriers seigneuriaux au miroir de leurs inventaires (France, XVe–XVIIIe siècle). Em CONTAMINE,

organização intelectual da documentação variavam de acordo com os contextos sociais e culturais e com as necessidades dos grupos/instituições que a detinham. O que é sintomático no caso dos cartulários monásticos, que inseriam a documentação num novo contexto criando uma narrativa que podia responder a necessidades memorialísticas, administrativas, de defesa ou de autoafirmação dos seus compiladores/encomendadores<sup>95</sup>. O ato de conservação deve ser, por isso, associado à preservação de uma memória que é fundamental para a constituição e a agregação dos grupos sociais<sup>96</sup>.

Como observa Arnold Esch, o que sobrevive à cadeia de transmissão, além de não ser uma amostra representativa das sociedades passadas, é fruto desses mesmos contextos<sup>97</sup> e das ações individuais dos seus utilizadores. Há, assim, uma longa história de transmissão entre o historiador e o documento (a “sua fonte”)<sup>98</sup>. A “fonte” não é o ponto de partida, mas um ponto de chegada: o historiador tem “fontes” não só porque alguém as produziu/escreveu e porque foram conservadas ao longo do tempo, mas também porque foram tornadas jurídica e tecnicamente acessíveis e porque foram assim classificadas pelo historiador<sup>99</sup>. Esta última inflexão caracteriza a passagem, nos inícios deste século, para a fase *archéologiste* preconizada por Morsel<sup>100</sup>. Por isso, é necessário compreender toda a

---

Philippe; VISSIÈRE, Laurent (eds.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartiers seigneuriaux, XIIIe–XXIe siècle*. Paris: Société de l’Histoire de France, 2010, p. 35–50; GUYOTJEANNIN, Olivier – Outils en grisaille: les inventaires d’archives (XIIIe–XVe siècle). Em FOSSIER, A.; PETITJEAN, J.; REVEST, C. (eds.) – *Écritures grises: les instruments de travail des administrations (XIIe–XVIIe siècle)*. Paris: École des chartes, 2019, p. 401–418.

<sup>94</sup> A título de exemplo: BARELLA, Elena Cantarell; COMAS, Mireia (eds.) – *La escritura de la memoria: los registros*. Barcelona: PPU, 2011; HEAD, Randolph – Structure and practice in the emergence of Registratur: the genealogy and implications of Innsbruck registries, 1523–1565. Em BRENDECKE, Arndt (ed.) – *Praktiken der frühen neuzeit*. Colónia: Böhlau Verlag, 2015, p. 485–495.

<sup>95</sup> GEARY, Patrick – Medieval archivists as authors: social memory and archival memory. Em BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. (eds.) – *Archives, Documentation, and Institutions of Social Memory*. University of Michigan Press, 2006, p. 106–113.

<sup>96</sup> MORSEL, Joseph – Du texte aux archives: le problème de la source, §23–34; BORGOLTE, Michael – Memoria. Bilan intermédiaire d’un projet de recherche sur le Moyen Âge. Em OEXLE, Otto Gerhard; SCHMITT, Jean-Claude (eds.) – *Les tendances actuelles de l’histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2002, p. 53–69; GEARY, Patrick J. – *Phantoms of remembrance: memory and oblivion at the end of the first millennium*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1996.

<sup>97</sup> ESCH, Arnold – Chance et hasard de la transmission. Le problème de la représentativité et de la déformation de la transmission historique. Em SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard (eds.) – *Les tendances actuelles de l’histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne: actes des colloques de Sèvres, [21–22 novembre] 1997 et Göttingen, [20–21 novembre] 1998*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002, p. 15–29.

<sup>98</sup> SCHMITT, Jean-Claude – Une réflexion nécessaire sur le document. Em SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard (eds.) – *Les tendances actuelles de l’histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne: actes des colloques de Sèvres, [21–22 novembre] 1997 et Göttingen, [20–21 novembre] 1998*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002.

<sup>99</sup> MORSEL, Joseph – Du texte aux archives: le problème de la source, § 4.

<sup>100</sup> MORSEL, Joseph – Histoire, archives et documents. Anciens problèmes, nouvelles perspectives, p. 122–131.

cadeia de “transformações”<sup>101</sup> a que os documentos (conteúdo e artefacto) foram sujeitos: a transformação em arquivos conservados, classificados e inventariados pelos seus produtores e pelos arquivistas, tornados acessíveis, por particulares ou por instituições, num determinado enquadramento jurídico — que, por razões de conservação, de proteção de direitos, ou por motivações políticas, pode pôr entraves à sua comunicação — e em determinadas condições físicas — em mau estado de conservação, depois de terem sido restaurados, digitalizados ou microfilmados. Acrescenta-se a disponibilização através de edições textuais e críticas em papel ou em suporte digital<sup>102</sup> e através de estudos académicos ou não — não só no texto expositivo e interpretativo, mas também em possíveis transcrições de trechos ou em bases de dados. O documento deve ser historicizado de modo que se tornem inteligíveis todas as mediações materiais, institucionais e conceptuais que possam existir entre este e o investigador<sup>103</sup>. Assim, como defende Étienne Anheim, o material que o historiador utiliza como “fonte” não deve estar apenas presente nas notas de rodapé do texto historiográfico, para fundamentação e referência, mas integrar a própria investigação, devendo a apresentação dos resultados ser precedida por uma “mise en évidence des procédures de l’enquête” que deixe claras todas as operações realizadas com a documentação<sup>104</sup>.

#### 1.4. Novas histórias dos arquivos

Estas duas tradições — um *archival turn* na historiografia mais ligada ao mundo anglófono, por um lado, e um *tournant documentaire* mais continental e que parte da iniciativa de historiadores medievalistas, por outro — não têm deixado de se cruzar de diversas formas no desenvolvimento de reflexões renovadas sobre a relação do historiador

---

<sup>101</sup> Tradução do termo *transformission*, que é do arqueólogo Gérard Chouquer (CHOUQUER, Gérard – *Quels scénarios pour l’histoire du paysage?: orientations de recherche pour l’archéogéographie*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013) e foi adotado por Morsel para enfatizar que não há transmissão sem transformação do significado do documento, vd. MORSEL, Joseph – Histoire, archives et documents. Anciens problèmes, nouvelles perspectives, p. 129–130.

<sup>102</sup> Vd. BOTZEM, Susanne; KROPAC, Ingo H. – Integrated computer supported editing, approaches and strategies. *Historical Social Research*. Vol. 16, n.º 4 (1991), p. 106–115; SAHLE, Patrick – What is a scholarly digital edition? Em DRISCOLL, Matthew James; PIERAZZO, Elena (eds.) – *Digital scholarly editing: theories and practices*. Cambridge: Open Book Publishers, 2017, p. 19–39.

<sup>103</sup> MORSEL, Joseph – Du texte aux archives: le problème de la source; PONCET, Olivier – Archives et histoire, p. 734.

<sup>104</sup> ANHEIM, Étienne – L’historien au pays des merveilles? Histoire et anthropologie au début du XXIe siècle. *L’Homme*. Vol. 203–204, n.º 3–4 (2012), p. 417; ANHEIM, Étienne – Introduzione. Ouvrir les sources au questionnement. *Dimensioni e problemi della ricerca storica*. n.º 2 (2007), p. 20–28; ROSA, M. Lurdes – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 553–555. Sobre uma aproximação holística à documentação, veja-se também: ANNALES – Après le tournant documentaire, p. 444–445.

com o arquivo<sup>105</sup> e de uma nova história dos arquivos que vai além da tradicional história administrativa e legal<sup>106</sup>. É evidente que as evoluções até agora traçadas não foram lineares nem generalizadas, embora se verifiquem cada vez mais estudos históricos que têm em conta estas preocupações e problemáticas, debruçando-se em períodos que vão do mundo antigo à época contemporânea e não se cingindo apenas ao espaço europeu ou ao mundo anglófono<sup>107</sup>.

No que ao estudo da Europa ocidental tardo-medieval e moderna diz respeito<sup>108</sup> e com interesse para a nossa abordagem, são notórios os contributos da história documental das instituições, da história da cultura escrita, da história da arquivística e da história da gestão informacional no desenvolvimento de novas histórias dos arquivos<sup>109</sup>. Entre elas, destacamos o florescimento de tendências de investigação em história cultural e social dos arquivos, da informação e do conhecimento<sup>110</sup>, em “história política dos arquivos” ou

---

<sup>105</sup> Além da já citada obra de Davis (DAVIS, Natalie Zemon – *Fiction in the archives*) e da coletânea editada por Burton (BURTON, Antoinette (ed.) – *Archive stories*), veja-se também: RAMSEY, Alexis et al. (ed.) – *Working in the archives: practical research methods for rhetoric and composition*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2009; STEEDMAN, Carolyn – *Dust*.

<sup>106</sup> Ligada a uma visão dos arquivos como “arsenais de autoridade” (BAUTIER, Robert-Henri – *La phase cruciale de l’histoire des archives*) e que ocupou historiadores, paleógrafos e diplomatas desde o século XIX (CASTILLO GÓMEZ, Antonio – *The new culture of archives in early modern Spain*. *European History Quarterly*. Vol. 46, n.º 3 (2016), p. 547). Também os arquivistas profissionais começaram a preparar uma história das instituições produtoras do “fundo” e da sua conservação, em sintonia com o chamado *metodo storico* italiano, seguido na organização e descrição da documentação (LODOLINI, Elio – *Archivistica: principios y problemas*. Madrid: ANABAD, 1993, p. 163–171), mas que era considerada pelos historiadores como uma “literatura técnica” distinta do labor historiográfico (PONCET, Olivier – *Archives et histoire*, p. 718).

<sup>107</sup> Vejam-se, por exemplo, alguns dos contributos nos n.ºs 3–4 de 2019 da *Revue Annales. Histoire, Sciences Sociales*.

<sup>108</sup> Para uma visão mais aprofundada vd. YALE, Elizabeth – *The history of archives*; DE VIVO, Filippo et al. – *Introduzione a un percorso di studio*, p. 20–25; BLAIR, Ann – *Introduction*. *Archival Science*. Vol. 10, n.º 3 (2010), p. 195–200; BLAIR, Ann; MILLIGAN, Jennifer – *Introduction*. *Archival Science*. Vol. 7, n.º 4 (2007), p. 289–296; DE VIVO, Filippo; GUIDI, Andrea; SILVESTRI, Alessandro – *Archival transformations in Early Modern European History*. *European History Quarterly*. Vol. 46, n.º 3 (2016), p. 421–434; WALSHAM, Alexandra; PETERS, Kate; CORENS, Liesbeth – *Introduction: archives and information in early modern world*. Em CORENS, Liesbeth et al. (ed.) – *Archives & Information in the Early Modern World*. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 1–25. Veja-se também o número especial: DE VIVO, Filippo; DONATO, Maria Pia; MÜLLER, Philipp (eds.) – *Archives and the writing of history*. *Storia della Storiografia*. Vol. 68, n.º 2 (2015), p. 11–184, especialmente a contribuição de De Vivo e Donato entre p. 15 e 20. Alguns programas e projetos de investigação europeus têm favorecido o aprofundamento destas temáticas para este período, além de proporcionarem perspetivas comparadas, é o caso do projeto *ARCHives - A comparative history of archives in late medieval and early modern Italy* (2012–2016), coordenado por Filippo de Vivo e financiado pelo European Research Council (alguma da produção científica associada foi disponibilizada aqui: <URL <https://birkbeck.academia.edu/ARCHivesProject>>).

<sup>109</sup> DE VIVO, Filippo et al. – *Introduzione a un percorso di studio*, p. 10.

<sup>110</sup> HEAD, Randolph – *Preface. Historical research on archives and knowledge cultures: an interdisciplinary wave*. *Archival Science*. Vol. 10, n.º 3 (2010), p. 191–194; ROSA, M. Lurdes – *Problemáticas históricas e arquivísticas actuais*, p. 20–23; ROSA, M. Lurdes – *Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação*, p. 556–557.

“história arquivística da política”<sup>111</sup>, e em história dos arquivos como lugares de memória e identidade dos grupos sociais/instituições que os produziram/utilizaram.

A história social dos arquivos, tal como é preconizada por Eric Ketelaar, dá destaque às relações dos sistemas de arquivo com a sociedade<sup>112</sup>. É, portanto, mais centrada nos fatores sociais que levam à formação, gestão e usos dos arquivos e da informação pelos agentes/utilizadores e aos significados que estes lhes atribuem ao longo do tempo. Os trabalhos de Markus Friedrich sobre as práticas arquivísticas e a profissão do arquivista são um bom exemplo<sup>113</sup>, assim como outras contribuições no volume 230 da *Past & Present*<sup>114</sup>.

Indo além da ótica do Estado, a história social dos arquivos dá atenção aos significados e à utilização de arquivos no quotidiano de outras instituições e grupos sociais. Além disso, a uma visão teleológica e de continuidade contrapõe as descontinuidades e os conflitos que muitas vezes subjazem à gestão e aos usos destes acervos<sup>115</sup>. Perspetiva que é particularmente importante para o nosso estudo, visto que os arquivos familiares eram frequentemente mobilizados para responder a situações de litígio, nomeadamente pela posse ou na sucessão de determinados de bens — como, por exemplo, na sucessão de morgadios—, para as quais era necessário haver suporte informativo e jurídico<sup>116</sup>.

---

<sup>111</sup> DE VIVO, Filippo et al. – Archival transformations in Early Modern European History, p. 424. Os autores do artigo, além desta, da história social dos arquivos e da história do conhecimento, identificam um quarto grupo de estudos relacionados com a história da historiografia, sobretudo ligados aos usos eruditos dos arquivos e dos documentos (p. 426–427).

<sup>112</sup> KETELAAR, Eric – Prolegomena to a social history of Dutch archives.

<sup>113</sup> FRIEDRICH, Markus – Epilogue: archives and archiving across cultures - towards a matrix of analysis. Em ALESSANDRO, Brockmann; CHRISTIAN, Friedrich; MICHAEL, Kienitz; et al. (eds.) – *Manuscripts and archives comparative views on record-keeping*. Berlim: De Gruyter, 2018, p. 421–445; FRIEDRICH, Markus – Archivists. Em BLAIR, Ann; DUGUID, Paul; GOEING, Anja-Silvia; et al. (eds.) – *Information a historical companion*. Princeton: Princeton University Press, 2021, p. 312–317. Sobre os *féodistes*, vd. FRIEDRICH, Markus – The Rise of Archival Consciousness in Provincial France: French Feudal Records and Eighteenth-Century Seignorial Society. *Past & Present*. Vol. 230, n.º suppl. 11 (2016), p. 49–70.

<sup>114</sup> CORENS, Liesbeth; PETERS, Kate; WALSHAM, Alexandra (eds.) – The social history of the archive: record-keeping in early modern Europe. *Past & Present*. Vol. 230, n.º suppl. 11 (2016), p. 9–348.

<sup>115</sup> DE VIVO, Filippo et al. – Introduzione a un percorso di studio, p. 23; KETELAAR, Eric – Prolegomena to a social history of Dutch archives, p. 45. Vejam-se alguns dos contributos na obra que resultou do Programa *Les conflits d'archives en Europe, XIVe–XXIe siècles* (2012 - 2016) da École française d'Athènes e da Casa de Velázquez: PEQUIGNOT, Stéphane; POTIN, Yann (eds.) – *Les conflits d'archives: France, Espagne, Méditerranée*. Rennes: Presses Universitaires Rennes, 2022.

<sup>116</sup> Questão que será visível ao longo do nosso estudo, assim como em outros estudos que já têm sido realizadas em sobre arquivos de família. Para não os elencarmos a todos, remetemos para a síntese dedicada a arquivos nobiliárquicos no espaço ibérico: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – Questioning frontiers and comparing perspectives: noble archival practices in the Iberian Peninsula (15th-19th centuries). *Anais de História de Além-Mar*. Vol. 19, (2018), p. 137–162, especialmente as p. 143–148.



Aliados aos fatores sociais estão igualmente os culturais. Arquivar é uma prática social e cultural. As dimensões materiais e espaciais dos arquivos e das práticas arquivísticas dependem dos contextos sociais e culturais. Alguns estudos têm vindo a dar particular atenção a estes aspetos e às transformações ocorridas desde os finais da Idade Média até ao século XVIII, como é o caso dos estudos de Randolph Head sobre materiais, práticas e espaços arquivísticos sobretudo em arquivos alemães e suíços<sup>117</sup> e, mais recentemente, um estudo comparativo a nível europeu, de Lisboa a Lviv<sup>118</sup>. É de destacar igualmente a obra de Markus Friedrich que nos dá uma visão alargada de práticas arquivísticas e de usos dos arquivos no final da Idade Média e durante a época moderna, que alicerça em exemplos de vários países, embora os franceses e alemães sejam predominantes<sup>119</sup>.

Nestas obras e em outras obras, a história dos arquivos tem-se cruzado com a história da informação e a história do conhecimento ou das “culturas de conhecimento” (*knowledge cultures*)<sup>120</sup>, em expansão na sequência da *New Cultural History* dos anos 1970<sup>121</sup>. Alguns estudos sobre a história da informação têm sido levados a cabo por autores alemães como Arndt Brendecke e o já citado Markus Friedrich, sendo a informação analisada como um objeto que antecede o conhecimento<sup>122</sup>. Os historiadores estadunidenses têm preferido utilizar esse conceito<sup>123</sup>, embora, segundo Burke, não se deva confundir informação e conhecimento, pois o último é o resultado do processamento da primeira<sup>124</sup>. A informação escrita foi sendo selecionada, organizada e classificada ao longo do tempo para tornar-se

---

<sup>117</sup> HEAD, Randolph – Configuring European archives: spaces, materials and practices in the differentiation of repositories from the late Middle Ages to 1700. *European History Quarterly*. Vol. 46, n.º 3 (2016), p. 498–518; HEAD, Randolph – Spaces in the archive, spaces of the archive: material, topographical and indexical articulations of space in early modern chancery record management. Em FRIEDRICH, Karin (ed.) – *Die Erschließung des Raumes. Konstruktion, Imagination und Darstellung von Räumen und Grenzen im Barockzeitalter*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2014, p. 505–519 (Parte II).

<sup>118</sup> HEAD, Randolph – *Making archives in early modern Europe: proof, information and political record-keeping, 1400–1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

<sup>119</sup> FRIEDRICH, Markus – *The birth of the archive*.

<sup>120</sup> HEAD, Randolph – Preface. *Historical research on archives and knowledge cultures: an interdisciplinary wave*, p. 192.

<sup>121</sup> BURKE, Peter – *What is the history of knowledge?* Cambridge, Malden: Polity Press, 2016; BURKE, Peter – The history of knowledge: social or cultural history? Em COHEN, Evelyne; FLÉCHET, Anais; GCETSCHER, Pascale; et al. (eds.) – *Cultural History in France*. New York: Routledge, 2019, p. 40–47.

<sup>122</sup> A maioria destes trabalhos encontra-se em alemão, veja-se um breve resumo em: ROSA, M. Lurdes – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 557.

<sup>123</sup> Por exemplo: SOLL, Jacob – *The information master: Jean-Baptiste Colbert's secret state intelligence system*. 4.ª ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2012. Para uma perspetiva geral e mais recente sobre a história da informação, vd. BLAIR, Ann; DUGUID, Paul; GOEING, Anja-Silvia; et al. (eds.) – *Information a historical companion*. Princeton: Princeton University Press, 2021.

<sup>124</sup> BURKE, Peter – *The history of knowledge*, p. 40.

em conhecimento útil<sup>125</sup>. A “revolução informacional” dos inícios do período moderno e a preocupação com o excesso de informação<sup>126</sup> levou à necessidade de a selecionar e recuperar de forma cada vez mais eficiente. Nesta sequência, embora já existissem desde a Idade Média, os instrumentos de recuperação da informação (como inventários, índices, listas) evoluíram e aumentaram significativamente em número<sup>127</sup>. A historiografia anglófona tem incluído os mesmos no conjunto dos “little tools of knowlegde”<sup>128</sup> e vários têm sido os estudos que sobre eles se têm debruçado<sup>129</sup>. Estes não resultam, no entanto, de meras inovações técnicas. As práticas arquivísticas e as ferramentas adotadas corporizavam as ideias que as instituições e os grupos sociais tinham de si mesmos e do mundo que os rodeava. Como observam Filippo de Vivo, Andrea Guidi e Alessandro Silvestri, “archives can be seen less as tools of government than as embodiments of the worldview of governors”<sup>130</sup>. O estudo da inventariação e da organização dos arquivos pode assim revelar muito sobre a mundividência dos Estados, das instituições e dos grupos sociais que os produziram e utilizaram, como têm demonstrado, por exemplo, os trabalhos de Head, De Vivo e Navarro Bonilla<sup>131</sup>, e que têm tido expressão nas investigações sobre arquivos de família<sup>132</sup>.

A gestão da informação e do conhecimento é um tema importante numa “história política dos arquivos” ou “história arquivística da política”. De Vivo, Guidi e Silvestri dão destaque ao aumento exponencial da documentação produzida e da complexidade burocrática verificada devido não só à centralização e expansão dos estados modernos, como também ao crescimento das redes diplomáticas neste período. Sublinham estudos que revelam os arquivos como espaços de gestão informacional e instrumentos de controlo

---

<sup>125</sup> DE VIVO, Filippo et al. – *Archival transformations in Early Modern European History*, p. 424–425.

<sup>126</sup> Informação que não estava apenas presente nos arquivos, vd. BLAIR, Ann – *Too much to know: managing scholarly information before the modern age*. New Haven: Yale University Press, 2010.

<sup>127</sup> DE VIVO, Filippo et al. – *Archival transformations in Early Modern European History*, p. 425.

<sup>128</sup> Esta designação abarca não apenas os instrumentos de recuperação de informação nos arquivos, mas de toda a informação, quer seja administrativa, científica ou de outro tipo, vd. BECKER, Peter; CLARK, William (eds.) – *Little Tools of Knowledge: Historical Essays on Academic and Bureaucratic Practices*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.

<sup>129</sup> Vd. *supra* as notas 91, 92 e 93.

<sup>130</sup> DE VIVO, Filippo et al. – *Archival transformations in Early Modern European History*, p. 425.

<sup>131</sup> HEAD, Randolph – *Knowing like a state: the transformation of political knowledge in Swiss archives, 1450–1770*. *The Journal of Modern History*. Vol. 75, n.º 4 (2003), p. 745–782; DE VIVO, Filippo – *Ordering the archive in early modern Venice (1400–1650)*. *Archival Science*. Vol. 10, (2010), p. 231–248; NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo: representación y funciones en España (siglos XVI y XVII)*. Gijón: Trea, 2003.

<sup>132</sup> ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón – *Archivos familiares y personales de Canarias (siglos XVI–XX)*. *Cartas Diferentes: Revista Canaria de Patrimonio Documental*. n.º 13 (2017), p. 153–178.

e poder<sup>133</sup>. Apesar de a maioria dessas investigações ser relativa a entidades estatais/imperiais/governamentais da época moderna, também outras instituições e comunidades, laicas ou eclesiásticas, faziam utilizações políticas dos seus arquivos. Embora a escalas diferenciadas, segundo a sua maior ou menor complexidade institucional e burocrática, recorriam aos seus acervos documentais para tomar decisões, para assegurar o domínio sobre os seus dependentes ou para a afirmação do seu poder perante outros poderes concorrentes, como o comprovam outros estudos<sup>134</sup>.

Além de instrumentos políticos e de poder, os arquivos também são espaços de memória e de identidade. Recuperando a reflexão do parágrafo mais acima, as instituições e os grupos sociais vão decidindo a cada momento que memória deixar e que identidade ou imagem de si construir e transmitir<sup>135</sup>. No entanto, o arquivo — se entendido como conjunto de documentos-registo<sup>136</sup> — não é a única peça dessa construção. Deve-se destacar que a transmissão oral, os objetos, os edifícios, os rituais, as comemorações também exercem o seu papel nessa composição e autorrepresentação.

### **1.5. Reflexos da renovação no panorama português, na História e na Arquivística**

Estes olhares renovados sobre os documentos, as práticas arquivísticas e os arquivos também têm influenciado a historiografia portuguesa. A atenção dada à história da cultura escrita e à produção documental de várias instituições, desde chancelarias eclesiásticas à real, passando pelas administrações municipais e pela produção notarial no período medieval, teve desde a década de 1990, expressão em estudos na área da

---

<sup>133</sup> DE VIVO, Filippo et al. – Archival transformations in Early Modern European History, p. 424.

<sup>134</sup> Por exemplo: CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (eds.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux, XIIIe–XXIe siècle*. Paris: Société de l'histoire de France, 2010; FRIEDRICH, Markus – Government and information-management in early modern Europe. The case of the Society of Jesus (1540–1773). *Journal of Early Modern History*. Vol. 12, n.º 6 (2008), p. 539–563.

<sup>135</sup> Vejam-se, por exemplo, alguns estudos que se têm dedicado a processos de formação da memória e identidade nobiliárquicas considerando os arquivos familiares: GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit – *El fondo Conde de Siete Fuentes: la construcción de la memoria de linaje y la identidad aristocrática en el mundo atlántico a través de un archivo de familia (siglos XVI–XX)*. La Laguna: Universidad de La Laguna, FCSH-UNL, 2019, vd. em especial p. 305–311; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit – Identidad nobiliaria y legitimación del poder a través de los archivos de familia. Em FORTEA PÉREZ, J. Ignacio; GELABERT GONZÁLEZ, Juan Eloy; LÓPEZ VELA, Roberto; et al. (eds.) – *Monarquías en conflicto. Linajes y noblezas en la articulación de la Monarquía Hispánica*. Madrid: Fundación Española de Historia Moderna, 2018, p. 659–670; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón; GONZÁLEZ ZALACAIN, Roberto J. – Promoción social y reconstrucción de la identidad familiar: el archivo de los Lecaro de Tenerife. Em JIMÉNEZ, Victor M. Bello (ed.) – *El archivo: poder, familia y derechos humanos*. Madrid: Mercurio, 2017, p. 97–160; SOUSA, Maria João O. F. C. da Câmara Andrade e – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV–XIX: Identidade, gestão e poder*. Lisboa: FCSH-UNL, 2017. Tese de doutoramento.

<sup>136</sup> Conceito que definiremos no subcapítulo 2.4.

Paleografia, da Diplomática e da história institucional e política<sup>137</sup>. Em relação à época moderna, também têm sido frutíferos os estudos sobre história da produção documental, do livro, da leitura e da imprensa<sup>138</sup>, assim como de história política da cultura escrita<sup>139</sup>. Estudos sobre a cultura escrita de grupos sociais específicos, nomeadamente dos grupos aristocráticos, têm tido alguma expressão em Espanha e têm contado com uma contribuição mais tímida de historiadores portugueses<sup>140</sup>.

As influências do *tournant documentaire* têm sido particularmente notórias nos estudos sobre cartulários<sup>141</sup>, em resultado da especial atenção que tem sido dada aos arquivos e às práticas arquivísticas de instituições eclesíásticas<sup>142</sup>. Nesta sequência,

---

<sup>137</sup> MORUJÃO, M. Rosário – Working with medieval manuscripts and records: Paleography, Diplomatics, Codicology and Sigillography. Em ROSA, M. Lurdes; SOUSA, B. Vasconcelos; BRANCO, M. João (eds.) – *The historiography of medieval Portugal, c. 1950–2010*. [Lisboa]: IEM, 2011, p. 45–57. É vasta a bibliografia, além dos estudos citados por Rosário Morujão, vejam-se ainda as seguintes sínteses: COELHO, Maria Helena da Cruz – A escrita no mundo urbano. *História (São Paulo)*. Vol. 34, (2015), p. 16–34; GOMES, Saul A. – Observações em torno das chancelarias das ordens militares em Portugal na Idade Média. Em *As ordens militares e as ordens de cavalaria na construção do mundo ocidental. IV Encontro sobre Ordens Militares: atas*. Palmela: Colibri, Câmara Municipal de Palmela, 2005, p. 111–168; GOMES, Saul A. – Chancelarias medievais portuguesas: observações acerca da sua produção documental latina e vernacular. Em *IV Congresso Internacional de Latim Medieval Hispânico: atas*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2006, p. 545–552.

<sup>138</sup> CURTO, Diogo Ramada – *Cultura escrita (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. Vejam-se alguns dos contributos em: CHARTIER, Roger; RODRIGUES, José Damião; MAGALHÃES, Justino (eds.) – *Escritas e cultura na europa e no atlântico modernos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2020; AAVV – *Apontamentos para a história das culturas de escrita: da idade do ferro à era digital*. Faro: CEPAC, FCHS - Universidade do Algarve, 2016.

<sup>139</sup> Vejam-se, por exemplo, alguns contributos em CURTO, Diogo Ramada – *História política da cultura escrita: estudos e notas críticas*. Lisboa: Verbo, 2015.

<sup>140</sup> Vejam-se, por exemplo, as contribuições em SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana (ed.) – *Escritura y sociedad: la nobleza*. Xunta de Galicia, 2017.

<sup>141</sup> Este é um campo que tem tido uma expressão considerável no meio académico português, nomeadamente através do projeto “A construção de uma memória regional: dinâmicas da cartularização no Entre-Douro-e-Minho (séculos XI–XIV)”, coord. por Luís Amaral (FLUP), que culminou com a publicação da edição crítica e estudo de alguns cartulários na nova série dos *Portugalizæ Monumenta Historica – Diplomata et chartæ*, intitulada *Chartularia*, coord. por J. A. Sottomayor-Pizarro. Destaca-se também o encontro internacional que se realizou em 2015, em Lisboa, *Cartularies in Medieval Europe: Texts and Contexts*; alguns dos contributos, nomeadamente de historiadores portugueses, foram publicados em: FURTADO, Rodrigo; MOSCONE, Marcello (eds.) – *From charters to codex: studies on cartularies and archival memory in the Middle Ages*. Basel: Fédération internationale des instituts d’études médiévales, 2019.

<sup>142</sup> Vd. GOMES, Saul A. – *In limine conscriptionis: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*. Viseu: Palimage, 2007, p. 244–259. Veja-se também o projeto coord. por Maria João Silva (FLUP): *A reconstrução de arquivos monásticos do Norte de Portugal (da Idade Média ao século XIX)*, 2021–2023, informação disponível em: <URL [https://sigarra.up.pt/flup/pt/PROJECTOS\\_GERAL.MOSTRA\\_PROJECTO?PID=78510](https://sigarra.up.pt/flup/pt/PROJECTOS_GERAL.MOSTRA_PROJECTO?PID=78510)> [acedido 2 março 2022].

também os inventários de arquivo têm sido alvo de interesse, não só os de instituições eclesíásticas, mas também os de arquivos familiares<sup>143</sup>.

Foi na sequência das investigações de Maria de Lurdes Rosa sobre arquivos de família que se configurou a abordagem da Arquivística Histórica, na qual têm confluído, na última década, as influências das viragens arquivísticas e das tendências historiográficas explanadas nos pontos anteriores<sup>144</sup>. A estas se junta a da renovação verificada na Arquivística portuguesa a partir dos finais da década de 1990.

O *archival turn* na Arquivística norte-americana e neerlandesa teve os seus reflexos na problematização teórica e na defesa de um paradigma pós-custodial e científico em Portugal. Todavia, a rutura com a Arquivística tradicional, marcadamente técnica, “historicista” e patrimonialista, não se deu pela sua afirmação enquanto ciência autónoma, mas como um ramo aplicado da Ciência da Informação<sup>145</sup>. Este movimento de mudança foi lento e muito circunscrito à esfera académica. Iniciado na Universidade do Porto, paulatinamente conquistou o seu espaço na formação e no meio universitários, sendo os seus principais teorizadores Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro<sup>146</sup>. Não se trata, no entanto, da *Information Science*<sup>147</sup> nem da Ciência da Informação praticada por algumas correntes no Brasil<sup>148</sup>. Este domínio tem em Portugal e, particularmente na “Escola do Porto”, as suas especificidades. Perfilando-se no campo das Ciências Sociais, tem como

---

<sup>143</sup> Cite-se o volume-síntese que resultou de investigações realizadas no âmbito de um projeto internacional sobre inventários de arquivos de família em Portugal: ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe*.

<sup>144</sup> Abordagem que vamos aprofundar no capítulo seguinte.

<sup>145</sup> SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; et al. – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 3.ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2009 (1.ª ed. de 1999); SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. 2.ª ed. Porto: Afrontamento, 2008 (1.ª ed. de 2002).

<sup>146</sup> Foi iniciado por historiadores de formação e um filólogo, com o curso de bibliotecário-arquivista, que lecionavam em cursos de especialização em Ciências Documentais, resultando na publicação da obra: SILVA, Armando Malheiro da et al. – *Arquivística* (1.ª ed. de 1999). Trabalho que foi consolidado nas décadas seguintes por Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro.

<sup>147</sup> Com origem na América do Norte, tem forte ligação às ciências computacionais e está circunscrita à informação técnica e científica, vd. RIBEIRO, Fernanda – *Arquivística*, p. 21, nt. 10. Vd. também: STOCK, Wolfgang G.; STOCK, Mechtild – *Handbook of Information Science*. Berlim: De Gruyter Saur, 2013, p. 3–19, em especial o esquema na p. 14. Notamos que, a nível global, não existe consenso sobre a definição de Ciência da Informação, do seu objeto de estudo e da sua relação com outras disciplinas científicas (vd. SARAIVA, Ignacio – *La Ciencia de la Información y su objeto de estudio: problemas históricos y conceptuales. Páginas a&b: archivos e bibliotecas*. n.º 16 (2021), p. 3–31; CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger – *O conceito de informação. Perspectivas em Ciência da Informação*. Vol. 12, n.º 1 (2007), p. 148–207; ROSA, M. Lurdes – *Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação*, p. 563–565).

<sup>148</sup> SILVA, Armando Malheiro da – *A informação: da compreensão do fenómeno e construção de objecto científico*. Porto: Afrontamento, 2006, p. 116–117.

objeto de estudo a informação humana e social, analisada numa perspetiva sistémica e holística, através do método quadripolar<sup>149</sup>. As reflexões dos seus teorizadores partiram em grande parte do seu trabalho na área da Arquivística<sup>150</sup> e algumas estão em sintonia com as que foram avançadas pela *Archival Science*, nomeadamente no questionamento de conceitos e princípios tradicionais como o de “fundo”, de ordem original ou de ciclo de vida da documentação baseado na teoria das três idades de Schellenberg. Porém, trilharam outros caminhos. Rejeitaram a divisão funcional feita com base na natureza dos documentos e nos serviços que os disponibilizam, resultado da fragmentação operada a partir do século XIX (arquivos, bibliotecas e museus) e acentuada pela recente repartição da documentação por serviços especializados em determinadas tipologias ou temáticas. Buscaram uma unificação disciplinar por meio do foco na informação que aqueles contêm, na forma como foram produzidos e organizados pelas estruturas sistémicas. Daqui resultou a crítica ao que designaram de pseudociências da Documentação e a contestação de um paradigma designado de custodial, no qual são sobrevalorizadas as operações de custódia, conservação e restauro dos documentos<sup>151</sup>, criticando-se a “tirania do «continente» (suporte) sobre o «conteúdo» (informação)”<sup>152</sup>. Uma postura perentória que não tem deixado de ser matizada por outros cientistas da informação portugueses<sup>153</sup>.

---

<sup>149</sup> SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação*, em especial cap. 1 e 3. Sobre a definição de informação, veja-se também: SILVA, Armando Malheiro da – *A informação*. Sobre o método quadripolar: SILVA, Armando Malheiro da – O método quadripolar e a pesquisa em Ciência da Informação. *Prisma.com*. n.º 26 (2014), p. 27–44. Tendo em vista a construção científica da Ciência da Informação, a “Escola do Porto” adaptou o modelo proposto, em 1974, por Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete para a investigação qualitativa em ciências sociais. O método adotado consiste na interação dinâmica de quatro polos: o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico. É no polo teórico que se concentram as hipóteses, os modelos e as teorias produzidos e modificados no decurso do processo de investigação, como é o caso do modelo sistémico e interativo, que será referido mais adiante nesta tese, no subcap. 2.4 e, com maior profundidade, no subcap. 8.1.

<sup>150</sup> Além da já citada obra dedicada à apresentação do programa que considera a Arquivística uma vertente aplicada da Ciência da Informação (SILVA, Armando Malheiro da et al. – *Arquivística*), veja-se igualmente o estudo pioneiro de Fernanda Ribeiro sobre o acesso à informação nos arquivos portugueses: RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos*. Porto: FLUP, 1998. Tese de doutoramento.

<sup>151</sup> SILVA, Armando Barreiros Malheiro da – Arquivologia e gestão da informação/conhecimento. *Informação & Sociedade: Estudos*. Vol. 19, n.º 2 (2009), p. 47–52; SILVA, Armando Malheiro da – Prefácio. Em *Pedra a pedra: estudo sistémico de um arquivo empresarial*. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, 2004, p. 9–16; SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação*, p. 45–56; SILVA, Armando Malheiro da et al. – *Arquivística*, p. 203–226.

<sup>152</sup> SILVA, Armando Malheiro da – Prefácio, p. 13.

<sup>153</sup> Por exemplo, sobre a relação documento-informação num paradigma “pós-custodial”, vd. PACHECO, André – *Informação digital: o vértice comum entre a diplomática e a ciência da informação*. Famalicão: Edições Humus, 2017, p. 49–66.

A Arquivística Histórica tem estado, do ponto de vista teórico, em especial sincronia com a *Archival Science*. Não considera, como a “Escola do Porto”, que a Arquivística seja um ramo teórico-prático ou uma disciplina aplicada da Ciência da Informação<sup>154</sup>, nem aplica o método quadripolar. Apesar de tudo, os contributos desta Escola têm enriquecido a sua reflexão pela noção de informação que apresenta, pela visão sistémica que tem dos arquivos, e pelo modelo preconizado para o tratamento arquivístico de arquivos familiares, como veremos.

---

<sup>154</sup> ROSA, M. Lurdes – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 562–568, vd. p. 562, nt. 46.

## CAPÍTULO 2

### Arquivística histórica: do *archival divide* a uma abordagem interdisciplinar e holística

A ligação íntima entre a Arquivística e a ciência histórica, fundada no século XIX, transformou-se paulatinamente, ao longo da centúria seguinte, devido à crescente emancipação da primeira em relação à segunda. Alguns autores refletiram sobre este afastamento — ou estranhamento (*estrangement*) como lhe chama Charles Jeurgens<sup>155</sup> —, nomeadamente Terry Cook, Francis Blouin e William Rosenberg. O primeiro afirmava que o arquivo se tornou num lugar estrangeiro (*a foreign country*) para muitos historiadores<sup>156</sup>; os segundos cunharam a expressão *archival divide* para representar a progressiva falta de entendimento mútuo<sup>157</sup>. A Arquivística Histórica pode promover uma superação deste afastamento através do diálogo entre estas duas disciplinas autónomas de forma que se enriqueça os dois campos em simultâneo. Neste capítulo, sublinharemos de forma muito sintética e necessariamente seletiva alguns aspetos da evolução desta relação, de modo que se compreenda o referido afastamento e, assim, a par do que se explanou no capítulo anterior, complementar o enquadramento da proposta de Arquivística Histórica que orienta a nossa abordagem investigativa. Por fim, esclarecemos e definimos alguns conceitos que consideramos basilares nesta proposta e para a nossa investigação em particular.

#### 2.1. *Archival divide*: uma breve contextualização

Foi na sequência da Revolução Francesa e da criação de repositórios e serviços de arquivo centralizados (e nacionais), que surgiram as primeiras escolas para arquivistas<sup>158</sup> e

---

<sup>155</sup> JEURGENS, Charles – Historians and archivists: two disciplines working with the same papers. [Translation of the inaugural speech, professor of archivistics at Leiden University, May 2005]. 2009. [acedido 15 dezembro 2020] em <URL [https://www.let.leidenuniv.nl/history/jeurgens/historians\\_and\\_archivists.pdf](https://www.let.leidenuniv.nl/history/jeurgens/historians_and_archivists.pdf)>.

<sup>156</sup> COOK, Terry – The archive(s) is a foreign country: historians, archivists, and the changing archival landscape. *The American Archivist*. Vol. 74, n.º 2 (2011), p. 600–632. Este ensaio baseia-se numa primeira apresentação sobre o tema feita pelo autor em 2003 e republica o texto que em 2009 já havia sido dado à estampa em *The Canadian Historical Review* (90, 3). Cook parte sobretudo da realidade canadiana, e dos países anglófonos em geral, para formular essa proposição, traçando a história da relação entre os dois campos profissionais, primeiro comum e depois divergente. Para esta divergência, o ano de 1975 foi significativo, tendo os arquivistas canadianos saído da *Canadian Historical Association* para fundar a *Association of Canadian Archivists*.

<sup>157</sup> BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. – *Processing the past: contesting authority in history and the archives*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 13–93; BLOUIN JR., Francis X. – Epilogue: a perspective on the archival divide. Em ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S.; GAGO, Alice B.; et al. (eds.) – *Recovered voices, newfound questions: family archives and historical research*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 366–378.

<sup>158</sup> Tome-se como exemplo a fundação da École nationale des chartes em 1821, em Paris.



que nasceu a Arquivística como disciplina. Para isso também contribuíram as necessidades da história metódico-erudita e, depois, da positivista de matriz intelectual alemã. A par da Paleografia e da Diplomática, a Arquivística tinha o estatuto de “ciência auxiliar” da História, devendo facilitar o acesso às fontes e conseqüentemente aos factos ocorridos no passado dos estados-nação<sup>159</sup>. Assim, “archivistics leant entirely on the epistemological basic assumptions of historical study”<sup>160</sup> e isso refletia-se na própria organização dos acervos que seguia frequentemente um ordenamento cronológico.

As críticas dirigidas por alguns arquivistas a este método de organização da documentação marcaram uma primeira tentativa de libertação da influência dos historiadores e dos seus interesses de investigação<sup>161</sup>. Esta posição foi defendida no manual de organização e descrição de arquivos publicado em 1898 por Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin e que ficou conhecido como “manual holandês”<sup>162</sup>. É considerado um marco na evolução e na autonomização desta disciplina pelo grande avanço que representou quer no âmbito da teorização, quer da metodologia arquivística. Para os arquivistas holandeses supracitados, no que à organização dos acervos dizia respeito, os interesses da pesquisa histórica deveriam vir em segundo plano. O arquivo era considerado um todo orgânico, logo deveria ser respeitada a proveniência da documentação<sup>163</sup>. Esta era o sedimento das ações da entidade que a produziu<sup>164</sup>, logo a sua organização deveria respeitar a ordem em que foi acumulada enquanto estava na custódia do seu produtor<sup>165</sup>.

---

<sup>159</sup> BERGER, Stefan – The role of national archives in constructing national master narratives in Europe, p. 3–11; DELMAS, Bruno – Naissance et renaissance de l’archivistique française. *Gazette des archives*. Vol. 204, n.º 4 (2006), p. 5–10; SILVA, Armando Malheiro da et al. – *Arquivística*, p. 95–115.

<sup>160</sup> JEURGENS, Charles – Historians and archivists: two disciplines working with the same papers. [Translation of the inaugural speech, professor of archivistics at Leiden University, May 2005], p. 2.

<sup>161</sup> HORSMAN, Peter; KETELAAR, Eric; THOMASSEN, Theo – New respect for the old order: the context of the Dutch manual. *The American Archivist*. Vol. 66, n.º 2 (2003), p. 252–253.

<sup>162</sup> MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. – *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven: ontworpen in opdracht van de Vereeniging van Archivarissen in Nederland*. Groningen: Erven B. van der Kamp, 1898. Com frequência referido como “Dutch manual” em inglês (HORSMAN, Peter et al. – New respect for the old order), mas também referido como “manual dos arquivistas holandeses” em português (SILVA, Armando Malheiro da et al. – *Arquivística*, p. 115). Sobre os antecedentes, o conteúdo, as versões e as traduções deste manual, veja-se o primeiro artigo citado de Peter Horsman et al.

<sup>163</sup> Sobre os antecedentes desta formulação, nomeadamente sobre o conceito de “fundo” e o princípio da proveniência, vd. HORSMAN, Peter – The last dance of the Phoenix or the de-discovery of the archival fonds. *Archivaria*. Vol. 54, (2002), p. 1–23; HORSMAN, Peter – Adestrando o elefante.

<sup>164</sup> HORSMAN, Peter et al. – New respect for the old order, p. 255.

<sup>165</sup> *Ibid.*, p. 262.

No final da primeira metade do século XX, esta relação íntima, fundada num contexto historicista e positivista, entrou definitivamente em crise<sup>166</sup>. A História trilhou novos caminhos com a escola dos *Annales*, interessando-se por outras problemáticas e por outras fontes, começando a questionar e a ver os documentos e os arquivos de forma menos instrumental. A Arquivística, por seu turno, perante os desafios do “arquivo administrativo”, ao crescimento exponencial da documentação a partir de 1945 e a conseqüente necessidade da avaliação de documentos, foi-se tornando cada vez mais técnica<sup>167</sup>. Além disso, como referimos no capítulo anterior, houve a necessidade de recorrer à triagem ou avaliação documental (*appraisal*), o que acabou por ditar um afastamento cada vez maior entre os dois profissionais, sobretudo quando muitos historiadores ainda tinham uma visão jenkinsoniana dos arquivistas como atores neutros e objetivos que lhes facilitariam o acesso às fontes. Os primeiros começaram a ver com desconfiança e receio a destruição de material importante para a memória do presente e que poderia interessar aos investigadores vindouros<sup>168</sup>. Este foi um dos principais tópicos analisados por Cook ao apresentar, em 2009, a imagem de um “historiador-turista” nos arquivos. Argumentava que, embora os historiadores reconhecessem que havia silêncios e questionassem o contexto em que foram produzidos os registos escritos — e, eventualmente, os arquivos —, continuavam a não considerar “in these recent questionings (...) the impact of archivists or archival institutions or archival policies and concepts on those same records”<sup>169</sup> — referindo-se não apenas à operação de avaliação documental, mas a todas as outras operações arquivísticas desde a aquisição à preservação<sup>170</sup>.

---

<sup>166</sup> Ao analisar o caso francês, Bruno Delmas refere que o auge da *archivistique descriptive*, que servia de apoio a uma história nacional e depois positivista, atinge o seu auge nas primeiras décadas do século, dando depois lugar à *archivéconomie*, assim designada por a disciplina se passar a centrar sobretudo em questões técnicas e de gestão documental (DELMAS, Bruno – *Naissance et renaissance de l’archivistique française*, p. 10–13).

<sup>167</sup> SILVA, Armando Malheiro da et al. – *Arquivística*, p. 123–133.

<sup>168</sup> Como observa Olivier Poncet, a triagem e a destruição já estão há muito tempo (senão desde sempre) inscritas nas funções dos arquivistas; a diferença estava agora na massificação, normalização e institucionalização destas operações (PONCET, Olivier – *Archives et histoire*, p. 737). Por outro lado, enquanto as propostas de avaliação do arquivista Theodore R. Schellenberg (1903–1970) e a sua “teoria de valor” não suscitaram tanto incómodo por se mostrarem a favor dos interesses do historiador, antecipando a sua investigação histórica; a evolução da disciplina levou a que o foco passasse a estar nas funções e nas atividades da sociedade e numa avaliação feita com base na investigação dos próprios arquivistas (COOK, Terry – *Evidence, memory, identity, and community*, p. 107–108, 110).

<sup>169</sup> COOK, Terry – *The archive(s) is a foreign country*, p. 620.

<sup>170</sup> Além de Cook, outros autores também observaram que os historiadores nem sempre têm consciência ou refletem sobre a origem dos documentos que lhe são disponibilizados na sala do arquivo, em arquivos especializados, em bibliotecas, em centros de memória e documentação, em arquivos/coleções digitais. Nem

A par disto, o desenvolvimento das tecnologias digitais e surgimento dos registos originalmente em *bits* também trouxeram novos desafios à Arquivística, levando a mudanças conceptuais importantes. A aproximação e enquadramento na área da gestão informacional foi estratégico para a sua afirmação disciplinar e profissional, para a necessidade de ser reconhecida como uma ciência autónoma. Nesta sequência, Brien Brothman afirma, em 1991, que os “archivists are encouraged to emigrate from what Hugh Taylor has termed the ‘historical shunt’ to the new world of information specialism”<sup>171</sup>. A revista *Archivaria* foi palco de um aceso debate que sobre este tema se travou na década de 1980 no contexto norte-americano, estando em causa a finalidade da profissão e a formação dos futuros arquivistas<sup>172</sup>. Sobre a mesa estavam visões que se consideravam antagónicas: a do arquivista-historiador e a do cientista informacional. Foi nesta sequência que também Terry Cook refletiu sobre a importância da formação e conhecimento históricos dos futuros arquivistas<sup>173</sup>. Contudo, o debate não encerrou aqui e, com o desenvolvimento de novos modelos conceptuais, a relação com a História foi ficando enfraquecida não só nas propostas de enquadramento da Arquivística numa Ciência da Informação<sup>174</sup>, como também no âmbito de algumas correntes da *Archival Science*<sup>175</sup>, o que não tem contribuído para o diálogo entre as duas áreas. O historiador, em vez de agente, passou a ser tratado como um cliente, um entre outros, como observa Head<sup>176</sup>.

---

sempre há um questionamento sobre a aquisição, a seleção, a avaliação, a história custodial, a classificação, a descrição e a preservação dos materiais que eleger como fontes. O facto de nas formações em História não ser muito comum a abordagem dos métodos e das teorias da Arquivística, não contribui para uma atitude mais atenta a este tipo de questões. Veja-se, por exemplo, MIRANDA, Marcia Eckert – Os arquivos e o ofício do historiador. Em *XI Encontro Estadual de História – ANPUH-RS - Anais eletrônicos*. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2012 [acedido 28 outubro 2021] em <URL [http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346099851\\_ARQUIVO\\_XIEncontroAnphuRegional\\_HistoriadoresnosArquivos\\_MarciaEckertMiranda.pdf](http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346099851_ARQUIVO_XIEncontroAnphuRegional_HistoriadoresnosArquivos_MarciaEckertMiranda.pdf)>, e a já citada obra de Blouin e Rosenberg: *Processing the past*, p. 208–210.

<sup>171</sup> Brothman criticou esta atitude que considerou dever-se não só a razões estratégicas de reconhecimento disciplinar e de afirmação profissional, mas também ao medo da marginalização (BROTHMAN, Brien – *Orders of Value*, p. 89).

<sup>172</sup> DOUGLAS, Jennifer – Archiving’s “archival turn”: looking back on the history/archives debate in Canada. Em NESMITH, Tom; BAK, Greg; SCHWARTZ, Joan (eds.) – *«All shook up»: the archival legacy of Terry Cook*. Chicago: Society of American Archivists, 2020, p. 38–44.

<sup>173</sup> COOK, Terry – From information to knowledge: an intellectual paradigm for archives. *Archivaria*. Vol. 19, (1984), p. 28–49.

<sup>174</sup> Há várias propostas diferentes, mas aquela que nos é mais próxima, e regularmente citada ao longo desta dissertação por ser aquela que predomina em Portugal, está em: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação*.

<sup>175</sup> Veja-se em GILLILAND, Anne J. – Archival and recordkeeping traditions in the multiverse and their importance for researching situations and situating research. Em GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (eds.) – *Research in the Archival Multiverse*. Clayton: Monash University Publishing, 2016, p. 48, no diagrama intitulado “one representation of contemporary archival studies and intersecting fields and communities”, a história está ausente.

<sup>176</sup> HEAD, Randolph – *Making archives in early modern Europe*, p. 33

Blouin e Rosenberg concluíam, em 2011, que “the days when historians and archivists considered themselves colleagues addressing problems of records with a common view of their historical significance has become part of historical history itself”<sup>177</sup>. Esta visão tem sido matizada por outros autores, que rejeitam uma leitura simplista e generalista<sup>178</sup>. Além de haver diversidade intelectual dentro dos dois grupos (de “historiadores” e de “arquivistas”), as tecnologias digitais têm vindo e podem continuar a potenciar novas oportunidades de colaboração. Os próprios Blouin e Rosenberg reconhecem que os arquivistas continuam a assistir os historiadores a vários níveis, assim como sinalizam a existência de preocupações que são comuns. No entanto, há uma divergência conceptual no que toca à compreensão e ao uso da documentação. Ambos têm entendimentos diferentes sobre a forma como os passados podem e devem ser processados<sup>179</sup>. Todavia, admitem que este *archival divide* pode ser superado. Da parte dos historiadores, com formação para compreenderem o meio conceptual e cultural em que os materiais de arquivo foram (e são) criados, estruturados, processados, triados, eliminados ou preservados<sup>180</sup>, ou seja, para terem uma “consciência arquivística”<sup>181</sup>. Por seu turno, os arquivistas deveriam ter em conta a relação entre os arquivos e a investigação e procurarem descrever os seus acervos de formas que pudessem ser úteis para os utilizadores (entrando aqui as potencialidades das novas tecnologias)<sup>182</sup>. Nós acrescentaríamos também a importância de os arquivistas e cientistas da informação estarem atentos à investigação e reflexão dos historiadores, quer de cariz epistemológico sobre a natureza do seu material de trabalho, quer relacionada com a história das instituições produtoras e conservadoras da informação e da documentação nos diferentes períodos temporais.

---

<sup>177</sup> BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. – *Processing the past*, p. 208.

<sup>178</sup> Nomeadamente em POOLE, Alex H. – Archival divides and foreign countries? Historians, archivists, information-seeking, and technology: retrospect and prospect. *The American Archivist*. Vol. 78, n.º 2 (2015), p. 375–433. Poole apresenta-nos uma perspectiva matizada deste afastamento, argumentando que não deve ser exagerado ou generalizado, pois continuam a existir preocupações fundamentais que são comuns — a natureza dos materiais, o fenómeno da memória social e questões relacionadas com a cultura, o poder e os seus principais atores (p. 380). Destaca a atenção que já vem sendo dada por alguns arquivistas ao estudo dos comportamentos de busca e de uso de fontes/informação por parte dos historiadores, em especial com recurso a novas tecnologias da informação (p. 380–407). Elenca ainda possibilidades de colaboração entre ambos no contexto das exigências, desafios e potencialidades do mundo digital — graças a novas tecnologias e ferramentas —, da democratização do acesso à informação, do ativismo e da justiça social (p. 407–418).

<sup>179</sup> BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. – *Processing the past*, p. 93.

<sup>180</sup> *Ibid.*, p. 210.

<sup>181</sup> PONCET, Olivier – *Archives et histoire*, p. 734.

<sup>182</sup> BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. – *Processing the past*, p. 210–215.

A superação do afastamento pode ser conseguida com diálogo e conhecimento mútuo num espaço de interceção, que resguarde a autonomia das duas ciências (na sua pluralidade de perspetivas e conceções) e que traga ganhos para ambas. Esse espaço pode ser a Arquivística Histórica.

## 2.2. Configurações de um espaço de diálogo

Charles Jeurgens, numa conferência proferida em 2005, ao abordar o progressivo estranhamento entre as duas disciplinas partindo da realidade holandesa, propôs a redefinição dessa relação através de uma ponte a que deu o nome de *historical archivistics*<sup>183</sup>. Afirma que os arquivos não foram criados, em princípio, para serem uma fonte histórica e que o objetivo da Arquivística é compreender como o arquivo foi criado. Na verdade, o pensamento pós-moderno despiu o arquivo das certezas positivistas e, como vimos, não só alguns historiadores como também arquivistas tomaram consciência de que a criação de documentos e de arquivos resulta de decisões, escolhas e negociações, havendo vários filtros que turbam a nossa visão do passado<sup>184</sup>. A Arquivística Histórica que advoga Jeurgens seria uma extensão da metodologia arquivística<sup>185</sup> e deveria ser orientada para tornar “the slight crack towards the historical reality as clear as possible (...) to show which mechanisms restrict or cloud the view”<sup>186</sup>. É fundamental para o arquivista compreender e dar a conhecer aos utilizadores a criação e o uso do arquivo, dando conta dos filtros criados ao longo do tempo e que refletem as ações de pessoas e de organizações num determinado contexto social e cultural<sup>187</sup>. A colaboração do historiador é, sem nenhuma dúvida, preciosa para a interpretação e contextualização do conteúdo dos documentos e dos criadores dos arquivos<sup>188</sup>. Por seu turno, o trabalho do arquivista,

---

<sup>183</sup> JEURGENS, Charles – Historians and archivists: two disciplines working with the same papers. [Translation of the inaugural speech, professor of archivistics at Leiden University, May 2005], p. 10. Atualmente é professor de Arquivística na Universidade de Amesterdão.

<sup>184</sup> *Ibid.*, p. 9–10.

<sup>185</sup> Citando o canadiano Terry Eastwood, refere que a teoria e a prática arquivísticas estão ligadas pela metodologia arquivística e que as três constituem a Arquivística (*Archival Science*). A Arquivística Histórica seria uma extensão desta proposta de Eastwood, mas a metodologia que Jeurgens considera não se cinge apenas à forma como o material arquivístico deve ser tratado, mas também como esse mesmo material pode ser usado e qual o seu valor, uma vez que ele não foi criado em princípio para ser uma fonte histórica (*Ibid.*, p. 10).

<sup>186</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>187</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>188</sup> Muda-se o foco do documento para o criador do mesmo e para o processo de seleção do que foi registado. É ao historiador que cabe reconstruir as ações que levaram à produção do documento. Essas ações são determinadas por fatores sociais e culturais que levam a decidir o que é ou não registado e o que é ou não posteriormente arquivado (*Ibid.*, p. 6–8).

refletido na construção e disponibilização de instrumentos de pesquisa mais detalhados e sofisticados, é importante para um uso mais responsável e consciente da informação recuperada nos arquivos por parte dos historiadores. Jeurgens terminou destacando a aplicação da sua proposta no âmbito do programa de formação ENCOMPASS (Encountering a Common Past in Asia), do Departamento de História da Universidade de Leiden, para que, em resultado desta cooperação, e parafraseando Ann Laura Stoler, os arquivos pudessem ser lidos “along and against the grain”<sup>189</sup>.

Como vemos, esta perspetiva de Jeurgens vem ao encontro da de outros autores da *Archival Science* como Cook, Ketelaar ou Nesmith, que destacam a importância de uma aproximação à história para uma melhor contextualização da origem e evoluções do arquivo, que possibilite aos utilizadores um acesso mais informado às representações disponibilizadas pelos arquivistas<sup>190</sup>. Todavia, essa compreensão e descrição dos arquivos pode resultar não apenas da investigação do arquivista, mas envolver a própria comunidade de utilizadores, incluindo aqui também os historiadores, já que a função do arquivista não deve ser “custodial” — ou até mesmo — “territorial” —, mas a de um facilitador ou mentor, como defende Cook<sup>191</sup>.

Em Portugal, o espectro de um passado (e, por vezes, de um presente) de submissão da Arquivística aos interesses da investigação histórica tem dificultado esta relação. Como já referimos, tem predominado no panorama nacional uma Arquivística tradicional, patrimonialista e tecnicista afeta a vários serviços de arquivo, contestada por uma Ciência da Informação que se tem tornado hegemónica no meio académico e universitário, existindo ainda pouco espaço para mais pluralidade de reflexões, nomeadamente para desenvolvimentos mais próximos da *Archival Science*, ainda pouco conhecidos e/ou citados por historiadores, arquivistas e cientistas da informação portugueses. Perante este panorama, a historiadora Maria de Lurdes Rosa vem, pelo menos desde 2009, reiterando a necessidade de sedimentação de um espaço comum de diálogo e de colaboração, destacando, por um lado, os

---

<sup>189</sup> *Ibid.*, p. 16. O ENCOMPASS é programa holando-asiático de estudo e de investigação cultural multilateral que visa melhorar o conhecimento do património comum da Ásia e da Europa (ver informação em: <URL <http://web.usm.my/ijaps//announcements/Announcement.pdf>> [acedido 10 agosto 2022]).

<sup>190</sup> COOK, Terry – From information to knowledge; KETELAAR, Eric – Tacit Narratives; NESMITH, Tom – Reopening archives: bringing new contextualities into archival theory and practice. *Archivaria*. Vol. 60, (2006), p. 259–274; NESMITH, Tom – What’s history got to do with it?: Reconsidering the place of historical knowledge in archival work. *Archivaria*. Vol. 57, (2004), p. 1–27.

<sup>191</sup> COOK, Terry – Evidence, memory, identity, and community, p. 113–116.

contributos da *Archival Science* para que os vestígios do passado não sejam analisados pelos historiadores de forma instrumental, mas tendo em conta a complexidade da sua conservação e transmissão — que criam os filtros mencionados por Jeurgens — e, por outro lado, a consciência das vantagens que a prática contextualizadora e comparativa da História tem para o trabalho dos arquivistas/cientistas da informação<sup>192</sup>. Arquivística Histórica foi a designação escolhida por Rosa para uma abordagem que, no essencial, se cruza com a de Jeurgens. No entanto, esta nasce de uma prática da História, embora atenta aos desenvolvimentos da Ciência Arquivística e da Ciência da Informação<sup>193</sup>. O recurso a esta abordagem acaba por não ser um fim em si mesmo — de contextualização do arquivo e de disponibilização de uma representação do seu conteúdo aos utilizadores —, mas um meio para uma resposta informada, contextualizada, a questões historiográficas mais amplas. A fundamentação teórica apresentada pela autora é detalhada<sup>194</sup>, e, além disso, propõe um percurso de investigação em que aplica esta abordagem a “fontes” pré-modernas, mais concretamente a arquivos de família pré-modernos<sup>195</sup>. Esta é a abordagem que seguimos na nossa investigação. Contudo, na senda da proposta de Jeurgens, a Arquivística Histórica também poderá ser a abordagem do arquivista com conhecimentos de investigação histórica, que lhe permitem uma melhor compreensão da estrutura que produziu o arquivo e dos vários significados que se acumularam e que o transformaram ao longo do tempo, de modo representá-lo e disponibilizá-lo com uma melhor contextualização aos utilizadores. Por isso, afirmamos que a Arquivística Histórica se move num plano de interceção entre as ciências histórica e arquivística<sup>196</sup>, respeitando a autonomia de ambas, num trabalho de colaboração que é fundamental.

### 2.3. Uma abordagem interdisciplinar e holística na investigação em História

Maria de Lurdes Rosa apresenta a Arquivística Histórica como uma perspetiva que visa:

---

<sup>192</sup> ROSA, M. Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais.

<sup>193</sup> ROSA, M. Lurdes – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 551.

<sup>194</sup> Para o desenvolvimento desta abordagem foram importantes os contributos teóricos e metodológicos da história, da antropologia histórica, dos estudos pós-coloniais, da Arquivística (enquanto ciência autónoma) e da Ciência da Informação (sobretudo a veiculada pela “Escola do Porto”). A maioria já foi brevemente sintetizada no capítulo dedicados aos olhares renovados sobre os arquivos. Para maior pormenor, vd. *Ibid.*, p. 551–571.

<sup>195</sup> *Ibid.*, p. 572–580.

<sup>196</sup> Apesar da atenção dada ao campo da Ciência da Informação, a proposta de Maria de Lurdes Rosa, assim como a de Jeurgens, alinha-se com uma visão da Arquivística enquanto ciência autónoma (*Archival Science*) e não como disciplina aplicada da Ciência da Informação (como proposta em RIBEIRO, Fernanda – A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*. Vol. 1, n.º 1 (2011), p. 59–73).

“o estudo da produção informacional das instituições e a sua transformação em documentos e arquivos, na História, tendo em conta a produção de informação social em contexto, a sua “documentalização”, as múltiplas faces que os “arquivos” podiam ter (usando por exemplo o conceito de “práticas arquivísticas”); não apenas com os arquivos existentes, mas complementando estes com informações reunidas em fontes diversas sobre aqueles aspetos; caracterizando historicamente as instituições e construindo modelos de cariz orgânico para o tratamento da documentação existente; analisando a forma como arquivavam e usavam a informação arquivada, e conferindo-lhe importância social; contextualizando estas práticas e interpretando o seu significado; seguindo todo o percurso da informação e as mutações a que o tempo a sujeitou; enfim, respondendo a questões historiográficas mais amplas”<sup>197</sup>.

Esta abordagem holística permite uma ampla compreensão da história documental das instituições, das várias “transformações”<sup>198</sup> ocorridas — em linha com a proposta de Jeurgens —, levando o historiador a uma reflexão profunda sobre os recursos heurísticos antes de avançar na resposta a questões historiográficas mais amplas<sup>199</sup>. Do mesmo modo, fornece elementos para que se possa refletir sobre a melhor forma de organizar intelectualmente e de descrever o arquivo, tendo em conta a sua criação e mudança ao longo do tempo, facilitando o acesso e a recuperação de informação e de documentos devidamente contextualizados.

A primeira versão desta teorização surgiu em 2017, mas foi precedida por outras publicações e ações<sup>200</sup>, particularmente pela criação, em 2010, da especialidade de Arquivística Histórica no Doutoramento em História na FCSH-UNL. Por isso, algumas teses já têm seguido esta abordagem, a maioria dedicada a arquivos de família do Antigo Regime<sup>201</sup>. Os projetos e programas de investigação realizados têm, pela sua

---

<sup>197</sup> ROSA, M. Lurdes – Reconstruindo a produção, documentação e conservação da informação, p. 550–551.

<sup>198</sup> Veja-se a explicação do conceito no capítulo anterior.

<sup>199</sup> E seguindo a proposta de E. Anheim, referida no capítulo anterior, de “mise en évidence des procédures de l’enquête”, integrando uma reflexão sobre as “fontes” selecionadas e sobre todas as operações realizadas sobre elas antes da apresentação dos resultados (ANHEIM, Étienne – L’historien au pays des merveilles?, p. 417; ANHEIM, Étienne – Introduction. Ouvrir les sources au questionnement).

<sup>200</sup> Algumas das ações levadas a cabo e publicações trazidas a lume até à data por esta historiadora e pelo seu grupo de investigação, podem ser consultadas no Website do ArqFam: <URL: [https://arqfam.fcsch.unl.pt/?page\\_id=2269](https://arqfam.fcsch.unl.pt/?page_id=2269)> [acedido 10 agosto 2022].

<sup>201</sup> Sobre arquivos de família pré-modernos: GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite (Portugal, séculos XV–XVII)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2019. Tese de doutoramento; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit – *El fondo Conde de Siete Fuentes*; LEME, Margarida Maria de Carvalho Ortigão Ramos Paes – *Costas com Dom: Família e Arquivo (séculos XV e XVII)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2013. Tese de doutoramento; NÓVOA, Rita L. S. – *O Arquivo Gama Lobo Salema*; SOUSA, Maria João O. F. C. da Câmara Andrade e – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV–XIX: Identidade, gestão e poder*. Além destes, veja-se também a dissertação de



internacionalização sustentada, vindo a ajudar na consolidação desta área. Ela tem igualmente beneficiado da colaboração entre profissionais de arquivos, investigadores (na área da Ciência Arquivística, da História e da Ciência da Informação) e proprietários de arquivos privados<sup>202</sup>.

As suas bases foram lançadas, mas a Arquivística Histórica é um campo ainda em construção. As teses que têm vindo a ser realizadas desde 2016, o projeto INVENT.ARQ e, recentemente, o projeto VINCULUM têm ensaiado caminhos a percorrer neste espaço de interseção entre História, Ciência Arquivística e Ciência da Informação. Este é um campo que também se quer plástico — como o são os próprios arquivos e as práticas arquivísticas — aberto a críticas e a reflexões científicas que permitam uma melhor adaptação às realidades em análise. Na nossa perspetiva, a Arquivística Histórica, enquanto abordagem aplicada a uma investigação histórica, não é uma simples história dos arquivos e da informação<sup>203</sup>, distingue-se de outras investigações que se têm realizado neste campo pela metodologia que utiliza, permitindo que o historiador com consciência arquivística possa ter um papel ativo no processo de compreensão e, nas palavras de Maria João Sousa, “de co-edição dos arquivos”<sup>204</sup> com a construção de modelos orgânicos que contextualizam a informação e a documentação muitas vezes dispersas por vários “fundos” e “coleções”, que depois ficam disponíveis ao público com as descrições dos respetivos documentos através de um software de descrição arquivística. No entanto, este exercício não é um fim em si mesmo, mas uma das etapas da análise empreendida. Na metodologia utilizada, antes da construção dos quadros orgânicos, procura-se compreender o arquivo na sua totalidade, incluindo as

---

mestrado: COSTA, Margarida – *Os Sousa Lobato: uma família de cortesãos na viragem para o século XIX*. Lisboa: By the Book, 2021. Sobre outros arquivos: HENRIQUE, Sónia Isabel D. P. – *Informar, administrar, conservar prova: circuitos e significados da correspondência no Arquivo Colonial (Direção-Geral do Ultramar, 1835–1910)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2019. Tese de doutoramento. Estão ainda em curso as teses de Joana Ribeiro, Hélder Machado, Bruno Cordovil, Joana Peres e Abel Rodrigues.

<sup>202</sup> Sobre o contexto específico de investigação que veio a dar corpo à abordagem proposta, veja-se o artigo que Maria de Lurdes Rosa elaborou em conjunto com a primeira doutorada em Arquivística Histórica e com a colaboração de alguns membros da sua equipa: ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S. – Arquivística Histórica e arquivos de família.

<sup>203</sup> Embora já tenha sido assim genericamente identificada em NÓVOA, Rita L. S. – *O Arquivo Gama Lobo Salema*, p. 6. É clara a convergência com este campo de investigação, como assinalou Maria de Lurdes Rosa (Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 550): os resultados alcançados no âmbito de uma investigação com a abordagem da Arquivística Histórica enriquecem o conhecimento sobre a história da informação, dos documentos e das práticas arquivísticas das instituições. Cremos que a única diferença em relação às investigações tradicionais em história dos arquivos está na metodologia seguida.

<sup>204</sup> SOUSA, Maria João O. F. C. da Câmara Andrade e – *O Arquivo da Casa de Belmonte...*, p. 22.

ausências que podem ser detetadas, por exemplo, através da análise de inventários antigos, e as dispersões verificadas, mapeando-as e traçando a história custodial da documentação. E, para compreender o arquivo na sua totalidade, analisa-se a produção da informação social em contexto, a sua “documentalização” e transmissão. Nesta reconstituição, a história do arquivo vai sendo analisada em paralelo com a história das entidades que o produziram e conservaram, focando as relações orgânicas estabelecidas numa cronologia alargada. Este conhecimento aprofundado permite que se avance com a construção dos referidos quadros de classificação orgânicos e que seja possível a resposta a questões historiográficas sobre os usos e as funções dos arquivos em períodos específicos e sobre os percursos da informação produzida e utilizada, assim como a resposta a outras questões mais amplas, tendo-se feito previamente essa reconstituição do caminho da “fonte” na sua integralidade<sup>205</sup>.

#### **2.4. Contributo para uma leitura de alguns conceitos da proposta**

Na proposta de Maria de Lurdes Rosa, há um conjunto de conceitos que devem ser explorados e previamente esclarecidos, dada a polissemia de alguns ou a utilização específica ou até pioneira — pelo menos na área da História — de outros, antes da aplicação ao nosso caso de estudo.

Desde logo, a abordagem foca um momento prévio à “**documentalização**”, ou seja, à criação do “**documento**”: a produção ou a existência de “**informação**”. Deve haver um trabalho de reconstrução retrospectivo daquilo que Maria de Lurdes Rosa designa por “**informação institucional**” ou “**informação organizacional**”<sup>206</sup>, que subentendemos ser um tipo específico de “**informação social**” produzida ou recebida pelas instituições em análise<sup>207</sup>. A **informação institucional “documentalizada”** é depois transformada em “**arquivo**”, tendo em consideração as múltiplas faces que os arquivos poderiam ter de acordo com os diferentes contextos culturais<sup>208</sup>. O arquivo que se procura reconstituir é o chamado “**arquivo organizacional**” que, pensando nas instituições do Antigo Regime, era aquele que existia antes do desmantelamento das estruturas que o produziram, conservaram e

---

<sup>205</sup> Vd. ROSA, M. Lurdes – Reconstituindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 548–551, 572–580; ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S. – Arquivística Histórica e arquivos de família, p. 114.

<sup>206</sup> ROSA, M. Lurdes – Reconstituindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 549.

<sup>207</sup> *Ibid.*, p. 550.

<sup>208</sup> *Ibid.*, p. 550, 561.

utilizaram até às revoluções liberais e subsequentes transformações políticas e sociais que levaram, frequentemente, à sua dispersão<sup>209</sup>. Perdendo o caráter “organizacional”, são transformados em arquivos históricos e, muitos deles, conservados em instituições arquivísticas patrimoniais pelo seu valor histórico e cultural<sup>210</sup>. A investigação não deve, assim, ficar-se pelo que “sobrou” e ficou eventualmente no (ou nos) arquivo(s) histórico(s) — os “arquivos existentes” referidos pela autora<sup>211</sup> —, mas perceber o que era o “arquivo organizacional”.

As definições e propostas que ensaiamos nas linhas seguintes, e que serão aplicadas na nossa análise, partem da nossa interpretação da abordagem de Lurdes Rosa, complementada por leituras e reflexões adicionais. Começamos pelo que se entende por “**informação**”, “**informação social**”, “**informação institucional/organizacional**”.

As transformações ocorridas sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, graças ao desenvolvimento das tecnologias digitais, levaram a que o termo informação invadisse o discurso de várias áreas do saber, desde as ciências da computação e da comunicação<sup>212</sup> às ciências sociais e humanas<sup>213</sup>. A partir da década de 1960, refere-se, pela primeira vez, que se vive na “era da informação”<sup>214</sup>. O destaque dado à “**informação**” levou ao desenvolvido de um campo disciplinar que se dedica especificamente ao estudo das suas propriedades, do seu comportamento, dos agentes responsáveis pelo seu fluxo e dos meios de processamento que facilitam o acesso e o seu uso: a Ciência da Informação<sup>215</sup>. Nesta sequência, também alguns historiadores começaram a indagar como era criada,

---

<sup>209</sup> Sobre o conceito de “arquivo organizacional” desta autora, veja-se igualmente: ROSA, M. Lurdes – Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/ Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV–XIX. Em ROSA, M. Lurdes (ed.) – *Arquivos de Família, séculos XIII–XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos, 2012, p. 575, nt. 9.

<sup>210</sup> ROSA, M. Lurdes – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 573.

<sup>211</sup> *Ibid.*, p. 550.

<sup>212</sup> Basta pensar na teoria da comunicação de Shannon e Weaver, baseada na lógica e na matemática da probabilidade (SHANNON, Claude Elwood; WEAVER, Warren – *The mathematical theory of communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1949).

<sup>213</sup> Vd. WILDEN, Anthony – Informação. Em ROMANO, Ruggiero (ed.) – *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: IN-CM, 2000. Vol. 34 Comunicação-Cognição, p. 11–77.

<sup>214</sup> BLAIR, Ann; FITZGERALD, Devin – A Revolution in Information? Em SCOTT, Hamish (ed.) – *The Oxford Handbook of Early Modern European History, 1350–1750*. Oxford: Oxford University Press, 2015. Vol. 1, p. 244; YEO, Geoffrey – *Records, information and data: exploring the role of record-keeping in an information culture*. Londres: Facet Publishing, 2018, p. VI–VII.

<sup>215</sup> BORKO, H. – Information science: what is it?. *American Documentation*. Vol. 19, n.º 1 (1968), p. 3. Vd. também: CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger – O conceito de informação, p. 176–194; SARAIVA, Ignacio – La Ciencia de la Información y su objeto de estudio; SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação*, p. 79–128; SILVA, Armando Malheiro da et al. – *Arquivística*, p. 203–239.

armazenada, acondicionada e disseminada a informação no passado, de que forma moldou e foi moldada pelas sociedades humanas<sup>216</sup>. Consequentemente, o termo começou a ser integrado no discurso historiográfico, nomeadamente em estudos sobre a época moderna no Ocidente, falando-se mesmo de uma “revolução informacional” ocorrida no início deste período<sup>217</sup>. Algumas investigações, influenciadas pela área de *information management* e de *records management*, têm procurado compreender como era feita a gestão da informação no passado: suas “origens, fluxos, lógicas, representações, comunicação intra e inter-institucional”<sup>218</sup>. Os já referidos estudos de Randolph Head são disso um exemplo pelo recurso que faz a índices, inventários, livros de registo, entre outros indícios que lhe permitam compreender como era feito o registo, o manuseio e uso da informação pelas instituições estatais europeias pré-modernas, com administrações que denunciam um grau de complexidade crescente, sobretudo a partir de meados do século XVI<sup>219</sup>.

Mas, afinal, o que é a **informação**? Atualmente, o termo tanto pode ser empregado num contexto social, como tecnológico ou mesmo biológico, sendo utilizado para a explicação de fenómenos que até nos podem parecer insólitos como, por exemplo, o comportamento de uma membrana celular<sup>220</sup>. É tal a sua elasticidade que é utilizado em diferentes contextos, existindo uma grande variedade de definições<sup>221</sup> e de interpretações sobre a sua conexão com outros conceitos como os de documento/*record*, de

---

<sup>216</sup> Veja-se a coletânea: BLAIR, Ann et al. (eds.) – *Information a historical companion*.

<sup>217</sup> Vd. BLAIR, Ann; FITZGERALD, Devin – A Revolution in Information?, sendo alguma bibliografia pioneira neste âmbito citada na p. 266, nt. 1. Mais recente: DOVER, Paul M. – *The Information Revolution in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021, associando esta revolução à adoção do papel como suporte de escrita.

<sup>218</sup> ROSA, M. Lurdes – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 573. Vd. também BURKE, Peter – Commentary. *Archival Science*. Vol. 7, n.º 4 (2007), p. 391.

<sup>219</sup> HEAD, Randolph – *Making archives in early modern Europe*; HEAD, Randolph – Configuring european archives; HEAD, Randolph – Structure and practice in the emergence of Registratur; HEAD, Randolph – Spaces in the archive, spaces of the archive. Além dos estudos deste autor, vejam-se, por exemplo, sobre a gestão da informação política oficial e da informação administrativa, alguns dos contributos em: BOUDREAU, Claire; FIANU, Kouky; GAUVARD, Claude; et al. (eds.) – *Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge: actes du colloque international tenu à l’Université du Québec à Montréal et à l’Université d’Ottawa (9–11 mai 2002)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2004.

<sup>220</sup> WILDEN, Anthony – Informação, p. 11.

<sup>221</sup> A questão complica-se se, às definições que existem na atualidade nos contextos já mencionados, acrescentarmos os sentidos que a palavra informação e o seu equivalente latino *informatio* tiveram ao longo do tempo, nomeadamente durante os períodos medieval e moderno (vd. CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger – O conceito de informação, p. 155–159; GAUVARD, Claude – Introduction. Em BOUDREAU, Claire; FIANU, Kouky; GAUVARD, Claude; et al. (eds.) – *Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge: actes du colloque international tenu à l’Université du Québec à Montréal et à l’Université d’Ottawa (9–11 mai 2002)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2004, p. 14–16).

suporte/*media*, de dados, de comunicação ou de conhecimento<sup>222</sup>. É vasta a bibliografia sobre o tema, particularmente no âmbito da Ciência da informação<sup>223</sup>. Não é nosso objetivo dissecá-la, mas, tendo revisto alguma — nesta área, na da *Archival Science* e na da História — apresentar uma definição operativa para o nosso estudo. Interessa-nos a informação social, ou seja, aquela que é produzida e interpretada no âmbito das ações humanas e sociais. Nesta interpretação, a informação é um fenómeno que depende de ações humanas e sociais para existir. Não se trata apenas de uma notícia, de um facto relatado ou de um “conhecimento comunicado”<sup>224</sup>, mas de um conjunto de representações de ideias e de emoções que existem na mente humana<sup>225</sup>, antes mesmo de serem registadas, e que participam do processo que visa a comunicação<sup>226</sup>, ou seja, o processo pelo qual as pessoas são “informadas”. Como refere Armando Malheiro da Silva, esta “deriva de um sujeito que conhece, pensa, se emociona e interage com o mundo sensível à sua volta e a comunidade de sujeitos que comunicam entre si”<sup>227</sup>.

Dentro da **informação social**, é alvo da nossa análise aquela que diz diretamente respeito à organização e funcionamento das instituições (à sua estrutura, às suas funções e atividades) e que Maria de Lurdes Rosa designa por “**informação institucional**” ou “**informação organizacional**”. Como a própria refere, é a este tipo específico de informação social<sup>228</sup> que se aplica a abordagem em Arquivística Histórica que propõe<sup>229</sup>. Esta tem-se concentrado na informação produzida ou coletada num contexto organizacional/institucional

---

<sup>222</sup> Entre outros, veja-se: SILVA, Armando Malheiro da – *A informação*; YEO, Geoffrey – Concepts of record (1): evidence, information, and persistent representations. *The American Archivist*. Vol. 70, n.º 2 (2007), p. 315–343; YEO, Geoffrey – *Records, information and data*; ZINS, Chaim – Conceptual approaches for defining data, information, and knowledge. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. Vol. 58, n.º 4 (2007), p. 479–493.

<sup>223</sup> Até pela necessidade de afirmar esta nova ciência através de uma definição clara do seu objeto de estudo, vd. SARAIVA, Ignacio – *La Ciencia de la Información y su objeto de estudio*, p. 16–21.

<sup>224</sup> Definição que se generalizou, sobretudo com o uso de redes de computadores no pós-Segunda Guerra Mundial (CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger – *O conceito de informação*, p. 148–149).

<sup>225</sup> Na sua reflexão sobre o objeto de estudo da Ciência da Informação, Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro propõem uma definição de informação social como “um conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material” e que podem ser “comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada” (SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação*, p. 37).

<sup>226</sup> SILVA, Armando Malheiro da – *A informação*, p. 25.

<sup>227</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>228</sup> No âmbito da *Archival Science*, alguns autores consideram que a informação pertence a um contexto organizacional, mas, como refere Geoffrey Yeo, a informação deve, em primeiro lugar, ser interpretada a um nível social e não apenas organizacional (YEO, Geoffrey – *Records, information and data*, p. VII).

<sup>229</sup> ROSA, M. Lurdes – *Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação*, p. 549.

pré-moderno, transformada em documento (e pelo documento) e em arquivo, pelos membros dessa mesma organização/instituição, que reconheciam o seu valor e beneficiavam do seu uso para o seu funcionamento e consolidação enquanto grupos/instituições<sup>230</sup>.

A informação que circulava nas instituições/organizações que a recebiam e/ou produziam pode ser analisada como um sistema, um “**sistema de informação**” — que podemos eventualmente adjetivar de “organizacional”<sup>231</sup> —, noção que também carece de explicação no âmbito desta abordagem. Lurdes Rosa raramente o utiliza no artigo publicado em 2017, embora o faça num anterior de 2009<sup>232</sup>, no qual refere a importância de compreender as vicissitudes a que estavam sujeitos “os dados que nos chegam do passado” e “o lugar que ocupavam no sistema de informação global em que foram produzidos”<sup>233</sup>. O conceito foi recuperado da proposta preconizada no âmbito da Ciência da Informação pela “Escola do Porto”. Inspirada pela teoria geral dos sistemas de Ludwig von Bertalanffy<sup>234</sup> e pela “teoria da complexidade” de Edgar Morin<sup>235</sup>, esta Escola analisa o fenómeno informação como um sistema e recorre a conceitos operatórios de “estrutura” e de “sistema” baseados na proposta de Piero Mella<sup>236</sup>. O sistema deve ser “observável como uma unidade durável (visão sintética)” que garante, portanto, a manutenção da sua existência, tendo um “significado próprio (macro)” que “deve parecer novo e emergente”

---

<sup>230</sup> ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S. – Arquivística Histórica e arquivos de família, p. 114.

<sup>231</sup> Como alertamos atrás, citando Geoffrey Yeo, não consideramos que os sistemas de informação social se limitam à informação organizacional. As informações ligadas à dimensão institucional/organizacional coexistem com sistemas mais amplos de informação e de conhecimento dos membros das organizações/instituições. Na nossa análise damos atenção à “informação organizacional” dentro da informação social porque se trata de informação criada e utilizada por uma estrutura específica — uma organização/instituição/grupo —, estando relacionada com as suas atividades e funções e que é importante para a sua sobrevivência. Poderíamos afirmar que se trata de “process-bound information”, utilizando a expressão de Theo Thomassen (THOMASSEN, Theo – A first introduction to archival science, p. 374), destacando que esses processos dependem da estrutura/orgânica, das funções e das atividades da organização que os produz.

<sup>232</sup> ROSA, M. Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais, p. 11–14

<sup>233</sup> *Ibid.*, p. 11 [sublinhado nosso].

<sup>234</sup> Esta teoria tende à integração das ciências naturais e das sociais, preconizando que, em vez do estudo isolado dos seres e dos fenómenos, se deve buscar a sua plena compreensão através da análise das suas relações e interdependências. Assim, num sistema, existe relação e interdependência entre as diferentes partes que o constituem; essa interação e interdependência garantem a formação de um todo unido por objetivos comuns que garantem a manutenção e sobrevivência desse todo. Vd. WILDEN, Anthony – Informação, p. 193–194. Vd. igualmente uma breve síntese desta teoria e da sua aplicação no âmbito da Ciência da Informação em FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de; GOUVEIA, Luís Manuel Borges; REGEDOR, António José Borges (eds.) – *Ciência da informação: contributos para o seu estudo*. Porto: Univ. Fernando Pessoa, 2012, p. 23–24.

<sup>235</sup> Vd. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação*, p. 94–95.

<sup>236</sup> *Ibid.*, p. 95–104.

na “conjugação de todos os seus elementos (micro)”. Estes, por sua vez, “compõem uma estrutura estruturante e estruturada, na qual cada elemento contribui para a existência da estrutura, mas subordinada ao próprio estado da existência do sistema (visão analítica)”, havendo “uma correlação permanente (feedback micro-macro) entre a unidade (totalidade) e os elementos (partes)”. Assim, o sistema é uno na multiplicidade dos seus componentes e as partes perdem nela a sua individualidade sendo essenciais para a formação da unidade<sup>237</sup>. Daqui resulta que o sistema de informação de uma determinada instituição/organização é uma unidade durável visto que esta existe e procura manter esse estado: recebendo, produzindo, registando, valorizando, recuperando e utilizando informação que permita cumprir os seus objetivos e funções, assegurando essa autopermanência.

Nesta sequência, temos de considerar que a informação que circulava nas instituições pré-modernas — como aquela que hoje circula— era frequentemente comunicada por via oral e, em determinados contextos, por via performativa ou ritual<sup>238</sup>; só uma pequena parcela dessas representações mentais e emocionais chegava a ser registada num determinado suporte<sup>239</sup>, sendo assim passíveis de serem transmitidas no tempo e no espaço. Para o acesso a sistemas de informação do passado, distante como recente, temos necessariamente de contar com o que ficou de alguma forma registado por escrito, em imagens, em objetos, em gravações de performances. Em sociedades literadas como a medieval e a moderna, os registos escritos são particularmente relevantes<sup>240</sup>.

Nesta sequência, é importante ter a consciência de que o que ficou registado e se decidiu preservar e guardar, acabando por se transformar em arquivo, não representa a totalidade da informação organizacional que circulava nas respetivas instituições, que existia nas mentes dos seus membros, quando os atores sociais decidiram fazer esses

---

<sup>237</sup> SILVA, Armando Malheiro da – *A informação*, p. 30–31, com base na proposta em: MELLA, Piero – *Dai sistemi al pensiero sistemico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*. Milão: FrancoAngeli, 1997, p. 28.

<sup>238</sup> Veja-se, por exemplo, sobre as cerimónias de transmissão de informação política, com uma gramática própria de gestos e de palavras, FOGEL, Michèle – *Les cérémonies de l’information dans la France du XVIe au XVIIIe siècle*. Paris: Fayard, 1989.

<sup>239</sup> Um registo que não tem necessariamente de ser escrito, também pode ser imagético ou, a partir do momento em que tal passou a ser possível, áudio ou audiovisual (ROSA, M. Lurdes – *Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação*, p. 573).

<sup>240</sup> HEAD, Randolph – *Records, secretaries, and the European information state, circa 1400–1700*. Em BLAIR, Ann; DUGUID, Paul; GOEING, Anja-Silvia; et al. (eds.) – *Information a historical companion*. Princeton: Princeton University Press, 2021, p. 104.

registos<sup>241</sup>. Voltamos, assim, à ideia derridiana de que todo o registo é uma construção que implica perda de informação: regista-se para deixar memória para potencial uso futuro e, simultaneamente, suprimem-se ou reprimem-se outras informações, outras visões e formas de narrar os acontecimentos ou atividades que tiveram lugar<sup>242</sup>. O que é registado e como é registado depende de decisões conscientes, ligadas à necessidade de deixar memória, de fazer prova, de manutenção do poder/domínio, mas condicionadas por fatores sociais e culturais — relacionados, por exemplo, com os suportes materiais disponíveis e escolhidos para o registo<sup>243</sup>, os códigos (símbolos e signos) disponíveis e utilizados e, ainda, a existência de regras institucionais prévias e, por vezes, muito formalizadas que constroem o registo<sup>244</sup>. O fenómeno informacional vai além do que é registado, mas o registo em si<sup>245</sup> e as configurações do suporte no qual é realizado<sup>246</sup> moldam a forma da informação e a maneira como pode ser percecionada em reativações futuras. Um mesmo ato informacional, reproduzido em outro suporte e com outras características formais, é inserido num novo contexto formal e visual, adquirindo um novo significado, resultado de um novo uso e resultando numa nova leitura<sup>247</sup>. A informação registada é condicionada e construída e tem simultaneamente um papel importante na construção do próprio mundo social, na forma como os atores sociais se autorrepresentam a si e ao seu mundo e de como transmitem essa representação.

---

<sup>241</sup> HEAD, Randolph – *Making archives in early modern Europe*, p. 10.

<sup>242</sup> DERRIDA, Jacques – *Mal d’archive*, p. 49–50.

<sup>243</sup> HEAD, Randolph – *Making archives in early modern Europe*, p. 6–10. Vd. também a proposta de M. Clanchy sobre o que poderia levar à escolha de determinado suporte: CLANCHY, Michael – *From Memory to Written Record*, p. 145–154.

<sup>244</sup> Basta pensar nos atos régios, nos testamentos e em outra documentação oficial ou legal com “formulários” próprios, que condicionam a informação que é registada. Sobre esta questão, vd. TRACE, Ciaran B. – What is recorded is never simply ‘what happened’: Record keeping in modern organizational culture. *Archival Science*. Vol. 2, n.º 1 (2002), p. 137–159, pelas ideias de alguns dos principais autores da *Archival Science* que revisita e pelo exemplo de construção técnica e social do documento que nos fornece a partir da análise de um conjunto de registos criminais.

<sup>245</sup> Além do conteúdo, da mensagem a transmitir, é necessário ter em atenção a forma intelectual dessa mensagem — a articulação interna do texto linguístico ou do conjunto de signos aos quais pode ser atribuído significado — e a sua forma física — o aparato externo (vd. DURANTI, Luciana – Diplomats: new uses for an old science. Part I. *Archivaria*. Vol. 28, (1989), p. 7–27).

<sup>246</sup> O objeto material no qual se inscreve a informação, a sua composição e a sua forma.

<sup>247</sup> Veja-se o exemplo dos cartulários em: BEDOS-REZAK, Brigitte – Towards an archaeology of the medieval charter: textual production and reproduction in northern French «chartriers». Em WINROTH, Anders; KOSTO, Adam J. (eds.) – *Charters, cartularies and archives: the preservation and transmission of documents in the medieval West. Proceedings of a colloquium of the Commission internationale de diplomatique (Princeton and New York, 16–18 September 1999)*. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2002, p. 43–60.



Ao ato de registo da informação num dado suporte, qualquer que ele seja, Lurdes Rosa designou como “**documentalização**”, a “transformação em documento”. A questão é que o próprio conceito de “**documento**” também exige um esclarecimento dada a história da sua utilização quer no âmbito historiográfico e diplomático quer no das ciências documentais, da Arquivística e da Ciência da Informação<sup>248</sup>. A crítica à história positivista e o alargamento do conceito de documento pelo movimento historiográfico dos *Annales* e pelos seus seguidores<sup>249</sup>, assim como as reflexões de teorizadores da *Archival Science*, influenciados pelas correntes pós-modernas<sup>250</sup>, deram contributos importantes para o questionamento de visões simplistas e ingénuas do documento avançadas pela História, assim como pela Arquivística tradicional e pela área da Documentação<sup>251</sup>. Ainda que coexistam diferentes definições de documento para historiadores, arquivistas ou cientistas da informação, sem haver uma que seja a mais correta, nas que têm em consideração os desenvolvimentos já mencionados, há um ponto para o qual tendem a convergir: o documento não é um espelho da realidade, mas uma construção, o produto da sociedade que o fabricou e que funciona, nas palavras de Monique Clavel-Lévèque, como “um inconsciente cultural”<sup>252</sup>, sendo fundamental compreender o contexto da sua produção.

---

<sup>248</sup> Embora também não seja possível dissecar, neste espaço, em pormenor essa panóplia de definições, assim como desenvolver as perspetivas existentes sobre a relação entre informação e documento, destacamos aquelas que mais influência tiveram na nossa reflexão: LE GOFF, Jacques – Documento/monumento. Em ROMANO, Ruggiero (ed.) – *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: IN-CM, 1984. Vol. 1 História-Memória, p. 95–106; MORSEL, Joseph (ed.) – L’historien et «ses» «sources»: journée d’études de l’École doctorale; MORSEL, Joseph – Traces? Quelles traces?; SILVA, Armando Malheiro da – *A informação*, p. 43–66 (cap. 2, Informação e documento); RABELLO, Rodrigo – *A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da informação*. Marília: UNESP, 2009. Tese de doutoramento; RABELLO, Rodrigo – O documento na ciência da informação: tradição e inovação conceitual a partir de uma abordagem histórica e epistemológica. Em *Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação*. João Pessoa, 2012 [acedido 23 fevereiro 2022] em <URL <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/54>>; PACHECO, André – *Informação digital*, p. 49–66; YEO, Geoffrey – *Records, information and data*; BRIET, Suzanne – *Qu’est-ce que la documentation?* Éditions documentaires, industrielles et techniques, 1951; OTLET, Paul – *Traité de documentation: le livre sur le livre. Théorie et pratique*. Paris: Éditions des maisons des sciences de l’homme associées, 2021, disponível em <URL <https://books.openedition.org/emsha/568>> [acedido 27 outubro 2022].

<sup>249</sup> Com o movimento dos *Annales*, o documento deixa de ser reduzido ao “texto escrito” e de ser visto como um documento-verdade, transparente e inócuo (LE GOFF, Jacques – Documento/monumento, p. 100–104). Toma-se consciência de que o ato de documentar é uma ação interpretativa, subjetiva e cultural (BLOCH, Marc – *Introdução à História*. 6.ª ed. Mem Martins: Europa-América, 1993, p. 56–72).

<sup>250</sup> Veja-se, por exemplo: KETELAAR, Eric – Tacit Narratives; COOK, Terry – Archival science and postmodernism, p. 8–10; BROTHMAN, Brien – The limits of limits.

<sup>251</sup> Vd. RABELLO, Rodrigo – *A face oculta do documento*, em particular a parte dedicada à “tradição” do quando 2, p. 313. Vd. igualmente RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca – *El documento: entre la tradición y la renovación*. Gijón: Trea, 2002, e crítica em: SILVA, Armando Malheiro da – *A informação*, p. 43–47, 62–66.

<sup>252</sup> Citada em LE GOFF, Jacques – Documento/monumento, p. 103.

A bibliografia anglo-saxónica introduz o conceito de *record*, normalmente traduzido para português como “documento”<sup>253</sup>. Geoffrey Yeo, no âmbito da *Archival Science*, apresenta uma definição persuasiva do conceito: o *record* é uma representação<sup>254</sup> persistente de atividades, criado por quem nelas participou, as observou ou por quem foi encarregue por estes últimos de o fazer; uma representação estável que pode ser ativada mais tarde para providenciar informação e evidência<sup>255</sup>. Para Yeo, a informação está em pregnância no *record*. Ela é uma das potencialidades (*affordances*) para quem voltar a usar esse mesmo registo, a par, por exemplo, da “evidência”. A noção de informação de Yeo<sup>256</sup> não é a mesma que avançamos atrás, proposta pela “Escola do Porto”. Se recuperarmos esse conceito de informação, faria mais sentido considerar que a potencial informação fornecida por um dado documento, pode ser descodificada e interpretada e/ou utilizada como prova ou evidência das atividades realizadas de acordo com o contexto social e cultural em que é realizada a sua reativação. Por outras palavras, o registo é feito com o objetivo de representar determinadas atividades ou acontecimentos e essa representação é informação (codificada por meio de signos e símbolos), passível de ser posteriormente descodificada para lembrança, para prova, para prestação de contas e responsabilização (*accountability*), entre outros, dependendo estas utilizações do contexto social e cultural da reativação.

Esta nossa proposta de releitura da definição apresentada por Yeo pode levantar dúvidas. Vejamos: este investigador alerta para a existência de documentos que são usados não pelo seu conteúdo — pela informação registada — mas pelo seu valor como artefacto, pelos seus atributos físicos e visuais, como símbolos de poder ou como prova, o que seria bastante comum na sociedade medieval<sup>257</sup>. Por outro lado, Yeo também argumenta que

---

<sup>253</sup> Em língua inglesa, normalmente faz-se a distinção entre *record* e *document*, o que não acontece em português, utilizando-se apenas o termo “documento” como suporte com registo de informação (frequente na terminologia arquivística) ou como vestígio de uma ação humana ocorrida no passado (normalmente na historiografia).

<sup>254</sup> Uma representação, quer na semiótica quer na estética, é algo que permanece ou que se acredita permanecer no lugar de uma outra coisa; esta não captura todos os aspetos do fenómeno que visa representar, sendo sempre parcial (YEO, Geoffrey – *Records, information and data*, p. 129–130). Sobre esta definição, veja-se também: MITCHELL, W. J. T. – Representation. Em LENTRICCHIA, Frank; MCLAUGHLIN, Thomas (eds.) – *Critical terms for literary study*. 2.ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 1995, p. 11–22.

<sup>255</sup> YEO, Geoffrey – Concepts of Record (1), p. 334–342; YEO, Geoffrey – *Records, information and data*, p. 129–162 (cap. 6).

<sup>256</sup> YEO, Geoffrey – *Records, information and data*, p. 134–137, 152–156.

<sup>257</sup> *Ibid.*, p. 156. O autor cita o estudo de Geoffrey Koziol, no qual este historiador aborda os “usos performativos” de diplomas alti-medievais, demonstrando que eram utilizados como símbolos de poder político pelos monarcas carolíngios que os criaram, para o estreitamento de laços e de alianças políticas ou para a sua afirmação perante os inimigos (KOZIOL, Geoffrey – *The politics of memory and identity in*

nos records/documentos há informação que pode ser lida nas entrelinhas; eles contêm potencialmente informação que não foi explicitamente e intencionalmente registada pelos seus criadores, mas que resultará de uma ativação posterior desse documento<sup>258</sup> e, eventualmente, de uma leitura ou interpretação de “intencionalidades inconscientes”<sup>259</sup>. cremos que, para esclarecer essas dúvidas, há uma importante diferenciação a fazer entre o momento de criação do documento — de documentalização da informação — e os usos que lhe podem ser dados; usos que, de igual modo, podem ser conferidos a outros objetos, que não possuem nenhuma informação intencionalmente registada, que também podem ser designados como “documentos” e fornecer informação. Estamos perante duas noções distintas de documento: uma que poderemos designar como “documento-registo”; outra a que chamaremos “documento-testemunho”.

O “documento-registo” é o registo intencional de informação social — registo que necessariamente a condiciona e modifica como vimos — num determinado suporte, que funciona como um veículo que permite a sua transmissão no espaço e no tempo. Já o “documento-testemunho” é qualquer vestígio de atividades humanas e sociais ocorridas no passado num determinado contexto social e cultural, mesmo que este não contenha informação intencionalmente registada. Esse vestígio pode ser prova, pode ser símbolo de poder, pode ser símbolo de identidade ou pode ser “fonte” de acordo com a interpretação do sujeito aquando da reativação do objeto. O objeto (com ou sem informação intencionalmente registada) pode ser reativado como evidência de determinado acontecimento ou como símbolo de determinada ideia pelos seus produtores ou por outros utilizadores. Ativado pelo historiador, ele é o “documento-monumento”, na aceção legoffiana<sup>260</sup>.

O “documento-registo” pode ser transformado em “documento-testemunho”, mas nem todo o “documento-testemunho” é um “documento-registo”. Quando Lurdes Rosa refere o processo de “documentalização” está a referir-se à transformação da informação

---

*Carolingian royal diplomas: the west Frankish kingdom (840–987)*. Turnhout: Brepols, 2012, p. 3–4, 39–41). Veja-se igualmente a referência feita por El-Leithy à valorização de alguns documentos, na sociedade medieval do Médio Oriente, não só pelo seu conteúdo textual, mas também pelos seus atributos físicos e meios de validação (EL-LEITHY, Tamer – Living documents, dying archives: towards a historical anthropology of medieval arabic archives. *Al-Qanṭara*. Vol. 32, n.º 2 (2011), p. 432).

<sup>258</sup> YEO, Geoffrey – *Records, information and data*, p. 152–153.

<sup>259</sup> LE GOFF, Jacques – Documento/monumento, p. 102.

<sup>260</sup> *Ibid.*, p. 101–104.

social no “documento-registo”. Depois, este, ao longo da cadeia de transmissão, pelos usos que lhe podem ser dados, pode transformar-se num “documento-testemunho”, assim como qualquer outro objeto resultante de atividades humanas e sociais pode, ao longo da sua cadeia de transmissão, transformar-se num “documento-testemunho”. Note-se, ainda, que o “documento-registo” pode partilhar o espaço num mesmo suporte com outros “documentos-registo” realizados em contextos diferentes: um exemplo são os códices factícios ou pergaminhos que têm duas escrituras realizadas em momentos distintos.

Segue-se a questão: como se transformam os documentos em arquivo? Afinal, o que é o “arquivo”? A etimologia do termo está associada ao local onde eram conservados os documentos (*arkheion*, em grego). Do lugar de depósito, que podia ser um edifício ou uma peça de mobiliário, até à instituição e serviço responsável pela sua organização e disponibilização, passando pelo conjunto de documentos em si, vários são os significados do termo “arquivo”. As ambiguidades vêm da polissemia do termo em diferentes línguas<sup>261</sup> e em diversas áreas disciplinares, assim como da sua evolução ao longo do tempo<sup>262</sup>. Da Antiguidade até ao presente, nas diferentes culturas e sociedades, houve e há distintas configurações de “arquivo” e formas díspares de o pensar.

Na proposta da “Escola do Porto” – assim como em outras correntes da Ciência da Informação —, a materialização da informação e o seu continente não têm sido consideradas relevantes para a análise<sup>263</sup> porque o seu objeto de estudo é a informação social — as suas propriedades e o seu comportamento, os seus fluxos e meios de processamento para otimização do acesso e do uso<sup>264</sup>. Para aquela, o arquivo é “um

---

<sup>261</sup> Sobre os problemas de tradução de alguns termos arquivísticos, vejam-se as dificuldades sinalizadas em DUCHEIN, Michel – Les archives dans la Tour de Babel: problèmes de terminologie archivistique internationale. *Gazette des archives*. Vol. 129, n.º 1 (1985), p. 103–113. Segundo Ketelaar, essas diferenças serão mais culturais do que propriamente linguísticas, vd. KETELAAR, Eric – The Difference Best Postponed?: Cultures and Comparative Archival Science. *Archivaria*. (1997), p. 142–148.

<sup>262</sup> BAUTIER, Robert-Henri – La phase cruciale de l’histoire des archives, p. 139–140; SILVA, Carlos Guardado – O conceito de «arquivo» revisitado: com e sem adjetivação. Em *Investigação em Ciência da Informação*. Lisboa: Colibri, FLUL, 2019, p. 53–61.

<sup>263</sup> Para uma crítica a esta perspetiva, vd. PACHECO, André – *Informação digital*, p. 62–63.

<sup>264</sup> Como referido em BORKO, H. – Information science, p. 3. Já mencionamos que, para a “Escola do Porto”, a Arquivística é uma disciplina aplicada dentro da Ciência da Informação. Esta é uma posição que se afasta da *Archival Science*, que advoga a especificidade da informação arquivística e a Arquivística como uma ciência autónoma com um objeto, objetivos e metodologia próprios (THOMASSEN, Theo – A first introduction to archival science; KETELAAR, Eric – Ten years of archival science. *Archival Science*. Vol. 10, n.º 4 (2010), p. 345–352; MACNEIL, Heather; EASTWOOD, Terry (eds.) – *Currents of archival thinking*), ainda que possa ser considerada por alguns um subcampo dos *Information Studies* (CASWELL, Michelle – ‘The archive’ is not an archives: on acknowledging the intellectual contributions of Archival Studies”. *Reconstruction: studies in*

sistema (semi)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais — a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) — a que se associa um terceiro — a memória — imbricado nos anteriores”<sup>265</sup>. Referem os preconizadores desta definição que se trata do “arquivo total” e não do “produto institucional” ou do constructo sociocultural artificialmente concebido sobretudo após a Revolução Francesa, plasmado no conceito de “fundo”<sup>266</sup>. No entanto, o arquivo enquanto estava sob a custódia das organizações que o produziram também era um construto social e cultural; não nasceu “naturalmente” no decurso das suas atividades, nem era um arsenal de informação que se conservava estático ao longo do tempo. Estava, antes, em constante mutação para se adaptar e responder às necessidades dos seus produtores, tendo em conta as conjunturas sociais e culturais em que viveram. O que diferencia este constructo daquele que se tornou no “fundo” ou no “**arquivo histórico**” é ter deixado de ser o “**arquivo organizacional**” da instituição/organização que o criou e custodiou, devido à ocorrência do que Maria de Lurdes Rosa designou por “reconfigurações não organizacionais” que causaram a “destruição da paisagem informacional” anterior<sup>267</sup>, ou melhor, — porque o termo paisagem nos poderia remeter erroneamente para algo mais estático ou mais “natural” — a destruição das dinâmicas informacionais anteriores, dando lugar a novas dinâmicas subordinadas a novas lógicas.

Estando a reportar-nos a informação presente na mente humana e comunicada no passado, só conseguimos chegar àquela que foi de alguma forma registada e cujo registo sobreviveu à passagem do tempo até aos nossos dias através do documento. Destarte, é fundamental para a nossa análise a criação/receção dos documentos-registos e a sua gestão — organização, armazenamento, recuperação, utilização, destruição ou transmissão e transformação — na longa duração, tendo em consideração as conjunturas sociais e culturais que a possibilitaram. Na perspetiva aqui adotada, o “arquivo organizacional” será uma parcela do sistema global de “informação organizacional” (que compreende toda a

---

*contemporary culture*. Vol. 16, n.º 1. 2016. [acedido 2 maio 2022] em <URL <http://reconstruction.digitalodu.com/Issues/161/Caswell.shtml>>. Não cabe aqui discuti-las em profundidade e, apesar de, neste aspeto, a nossa posição se aproximar mais da postura teórica da segunda, é importante aceitar esta pluralidade e aprender com ela, enriquecendo a nossa reflexão. Sobre esta questão, vd. igualmente ROSA, M. Lurdes — Reconstituindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 562–571.

<sup>265</sup> SILVA, Armando Malheiro da et al. — *Arquivística*, p. 214.

<sup>266</sup> *Ibid.*, p. 213; SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — *Das «ciências» documentais à ciência da informação*, p. 118.

<sup>267</sup> ROSA, M. Lurdes — Reconstituindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 576.

informação, registada e não registada), que resultou de uma escolha, de uma construção intencional da estrutura que o produziu. O arquivo pode ser interpretado como um sistema de informação em si, mas de informação que foi transformada em documento. É fundamental ter em conta a materialização dessa informação e a gestão que dela é feita pela estrutura que a criou, incluindo aqui não apenas a conservação dos documentos, mas também a sua destruição. Assim se pode abordar de forma holística o arquivo na senda das propostas da *Archival Science*.

A nossa compreensão dos arquivos do passado não deve, portanto, ser anacrónica, nem se cingir ao que restou. Pensar em termos de “arquivo organizacional” as diferentes lógicas e práticas de registo e reutilização da informação, de conservação, destruição ou reciclagem da documentação, em diferentes contextos sociais e culturais, pode ajudar-nos a superar noções eurocêntricas e tradicionalmente mais estáticas do arquivo<sup>268</sup>. É necessário questionar igualmente a atual divisão entre documento de arquivo e documento de biblioteca — aliás, criticada pela Escola do Porto — pois poderá não fazer sentido em determinados contextos<sup>269</sup>. Do mesmo modo, em sociedades sem escrita, ou em que a escrita não desempenha um papel assaz importante na transmissão da memória, podemos questionar se determinados artefactos ou rituais transmitidos de geração em geração, usados pelas instituições/organizações/grupos como fonte de prova, memória e identidade, podem formar um arquivo ou fazer parte do mesmo. Existe igualmente, nestes casos, uma ligação que podemos classificar de orgânica entre aqueles e estes; e disso são exemplo alguns arquivos de comunidades formados na contemporaneidade<sup>270</sup>. Podemos interrogar: será que o arquivo apenas pode ser constituído por documentos-registo, ou seja, por informação intencionalmente registada num dado suporte? A verdade é que têm

---

<sup>268</sup> Veja-se a análise que El-Leithy faz de um conjunto de documentos árabes medievais, em EL-LEITHY, Tamer – Living documents, dying archives. Embora já não existam os arquivos aos quais pertenceram, foi possível reconstituir algumas lógicas e práticas arquivísticas inseridas em estratégias de formação e reprodução de determinados grupos sociais do Médio Oriente pré-Otomano. Não existem hoje esses arquivos não é sinal de que foram insignificantes; muitas vezes foi a sua carga simbólica que ditou o seu desaparecimento, os novos projetos e as prioridades dos atores sociais condenaram-nos ao esquecimento, destruindo ou reciclando os documentos.

<sup>269</sup> Veja-se o estudo clássico de M. Clanchy sobre o carácter compósito dos arquivos medievais. Este autor julga apropriado “to consider archives and libraries together”, pois, no período que analisa, “the twofold modern division between books and records is an anachronism” (CLANCHY, Michael – *From Memory to Written Record*, p. 154–162, citações na p. 154).

<sup>270</sup> Veja-se o exemplo de um arquivo de uma comunidade aborígine em: THORPE, Kristen – Aboriginal community archives: a case study in ethical community research. Em GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (eds.) – *Research in the Archival Multiverse*. Clayton: Monash University Publishing, 2016.

sido apresentadas na literatura propostas mais arrojadas sobre o que se pode considerar “arquivo”, alargando-o à relação afetiva dos indivíduos e dos grupos não só com papéis, mas também com memórias transmitidas oralmente e com objetos do uso quotidiano<sup>271</sup>. Será que devemos considerar que são “coleções”<sup>272</sup> e não arquivos? Mas não serão os arquivos também “coleções” uma vez que não se formam “naturalmente”, mas são construídos e reconstruídos ao longo do tempo<sup>273</sup>? Fará sentido esta distinção entre “arquivo” e “coleção”? Não há uma resposta definitiva para estas questões, mas cremos que adotar, metodologicamente, o conceito de “arquivo organizacional”, poderá ajudar a dissipar equívocos no contexto da nossa investigação: centrando-nos na informação organizacional transformada em documento-registo e no documento transformado em arquivo, mas não obliterando que estes se inserem num sistema de informação organizacional mais amplo, em que se tecem relações orgânicas entre a estrutura produtora e/ou custodiadora/conservadora, os documentos-registos e outros artefactos ou rituais importantes para prova, memória e identidade dos indivíduos/grupos/instituições.

Na nossa proposta, o “**arquivo organizacional**” é um sistema de informação transformada em documento, criado e gerido por uma determinada estrutura (organização/instituição/grupo/indivíduo) devido à necessidade que esta tem em fazer perdurar no tempo a memória das suas atividades para uso futuro — para lembrança, para testemunho ou prova de atos administrativos ou de factos e salvaguarda de direitos, para prestar contas, etc.<sup>274</sup> — e, assim, assegurar o seu funcionamento e a sua continuidade. Neste sistema há uma acumulação estruturada de documentos que vai depender da

---

<sup>271</sup> Veja-se a investigação piloto e interdisciplinar realizada sobre objetos de família realizada no Reino Unido e publicada em: GLOYN, Liz; CREWE, Vicky; KING, Laura; et al. – The Ties That Bind: Materiality, Identity, and the Life Course in the “Things” Families Keep. *Journal of Family History*. Vol. 43, n.º 2 (2018), p. 157–176; WOODHAM, Anna; KING, Laura; GLOYN, Liz; et al. – We Are What We Keep: The “Family Archive”, Identity and Public/Private Heritage. *Heritage & Society*. Vol. 10, n.º 3 (2017), p. 203–220.

<sup>272</sup> Na terminologia arquivística, considera-se, normalmente, que uma coleção é constituída por um conjunto de documentos reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum por oposição ao arquivo ou “fundo” que é um conjunto orgânico de documentos produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, no exercício da sua atividade, que os conserva a título de prova ou de informação (vd. INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE (ed.) – *Norma Portuguesa 4041: 2005. Informação e documentação terminologia arquivística. Conceitos básicos*. Caparica: Instituto Português da Qualidade, 2005, p. 4–5). Para uma visão crítica desta divisão, vd. YEO, Geoffrey – Custodial history, provenance, and the description of personal records. *Libraries & the Cultural Record*. Vol. 44, n.º 1 (2009), p. 57–61; SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas de Património*. Vol. 3, n.º 1 (2004), p. 62.

<sup>273</sup> PONCET, Olivier – Archives et histoire, p. 724–725.

<sup>274</sup> Várias são as razões que podem levar a esta necessidade de deixar memória dessas atividades e elas variam de acordo com os contextos sociais e culturais da estrutura produtora e custodiadora.

estrutura orgânica do produtor (organização/instituição/grupo/indivíduo), das suas atividades e dos contextos sociais e culturais em que é criado e gerido “intelectualmente” e fisicamente. Este sistema pode ser alimentado por outros sistemas autónomos que, a dado momento e que por diferentes razões, o vêm incorporar, passando a formar um todo. Este “arquivo organizacional” é, portanto, um “organismo vivo” ou — tentando escapar a uma linguagem organicista habitual na literatura sobre o tema — uma realidade em constante mutação para se adaptar às necessidades da estrutura que o criou. Quando essa estrutura deixa de existir ou sofre uma transformação de tal ordem que deixa de apresentar as principais características, objetivos e funções que a identificavam, o arquivo organizacional também cessa de subsistir enquanto tal, dando lugar a outras configurações que continuam a transformar os documentos que outrora fizeram parte do arquivo organizacional. A informação documentalizada (ou “documento-registo”) transforma-se em arquivo porque adquire novos significados na sua relação com a(s) estrutura(s) que o produziram e/ou conservaram e com outros documentos produzidos e/ou conservados por essa(s) estrutura(s). Também se transforma em documento-testemunho pela transmissão no arquivo e fora dele. Estas transformações ocorridas ao longo da cadeia de transmissão também condicionam a forma como a informação pode ser decodificada em reativações posteriores do documento<sup>275</sup>.

Por fim, deve também ser repensado o conceito de instituição/organização e a sua caracterização deve feita à luz das especificidades das diferentes épocas históricas — no nosso caso do Antigo Regime. Esta questão será analisada no próximo capítulo pensando-se concretamente nas famílias “nobres” ou de “elites” — ou, para evitar as ambiguidades do termo “nobre” e “elite”, nas “famílias de poder”<sup>276</sup> — na época pré-moderna. Um arquivo “de família” não é igual em todos os contextos. É preciso, em primeiro lugar, questionar a estrutura que o produziu: que família?

---

<sup>275</sup> Sobre a ativação do documento a cada uso, vd. KETELAAR, Eric – Tacit Narratives.

<sup>276</sup> Conceito que vamos explorar no próximo capítulo e que, no âmbito da Arquivística Histórica, foi, pela primeira vez, avançado na tese de Judit Gutiérrez de Armas, vd. GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit – *El fondo Conde de Siete Fuentes*.



## CAPÍTULO 3

### Os arquivos de família como objetos de estudo

Partindo de um breve estado da arte sobre o estudo dos arquivos de família, com crescente interesse quer na História quer na Arquivística, e chegando ao questionamento sobre a estrutura que os produziu — a família —, este capítulo procura refletir sobre algumas questões teóricas e esclarecer conceitos, tendo em conta as especificidades da época pré-moderna, que nos permitirão uma melhor observação dos produtores dos arquivos organizacionais selecionados para a análise.

#### 3.1. Um breve estado da questão

O interesse crescente pelos arquivos de família, de comunidades e pessoais é um fenómeno com manifestações a nível internacional<sup>277</sup>. Desde os anos 90 do século XX que o estudo histórico e arquivístico de arquivos de família e a sua valorização patrimonial tem sido sistemática em muitos países europeus<sup>278</sup>. Um interesse que não deixa de estar associado à progressiva busca identitária das origens familiares e coletivas como paliativo para as consequências psicossociológicas de um mundo cada vez mais globalizado, no qual a experiência social da memória se tem vindo a transformar com a aceleração da história<sup>279</sup> e no qual urge interrogar e fazer contraponto às narrativas oficiais do Estado<sup>280</sup>. Portugal não foi exceção e a área da Arquivística foi das primeiras a alertar para a necessidade de salvaguarda e estudo destes acervos, principalmente daqueles que foram produzidos no Antigo Regime pelo iminente risco de perecimento ou de dispersão<sup>281</sup>. Foram pioneiros os trabalhos de Pedro Peixoto e do seu grupo de trabalho<sup>282</sup>, seguidos pelos de Armando

---

<sup>277</sup> ROSA, M. Lurdes – Arquivos de família, arquivos de comunidades; COOK, Terry – Arquivos pessoais e arquivos institucionais.

<sup>278</sup> ROSA, M. Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais, p. 24–30.

<sup>279</sup> NORA, Pierre – Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. Em *Les lieux de mémoire. III. Les France. 3. De l'archive à l'emblème*. Paris: Gallimard, 1992, p. XVII–XLII; MOTA, Nuno – Reflexos, Silêncios, Fantasmas, p. 483–484.

<sup>280</sup> ROSA, M. Lurdes – Apresentação. Arquivos de família: para um roteiro de temas e problemas. Em ROSA, M. Lurdes (ed.) – *Arquivos de família, séculos XIII–XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos, 2012, p. 15–16.

<sup>281</sup> PEIXOTO, Pedro A. – Os arquivos de família. *Cadernos BAD*. n.º 1 (1991), p. 33–36.

<sup>282</sup> PEIXOTO, Pedro A. – Os arquivos de família; PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos arquivos de família*. Lisboa: Inst. Português de Arquivos, 1991; GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de família: organização e descrição*. Vila Real: UTAD, 1996.

Malheiro da Silva<sup>283</sup>. A proposta deste último, de classificação de arquivos pessoais e familiares segundo o modelo sistémico, impulsionou o tratamento de vários arquivos segundo a mesma metodologia, não só de famílias pré-modernas, mas também de acervos pessoais e familiares contemporâneos. Muitos tratamentos partiram de dissertações e de teses universitárias realizadas na Universidade do Porto, mas, aos poucos, o modelo foi-se estendendo a investigações realizadas em outras universidades portuguesas<sup>284</sup>.

Por seu turno, a historiografia portuguesa também começou gradualmente a reconhecer as potencialidades destes acervos. Note-se que a história da família e a história social da nobreza medieval e do Antigo Regime, em expansão desde os trabalhos pioneiros de José Mattoso na década de 1980, foi-se baseando maioritariamente em arquivos da Coroa e da Igreja, ou seja, em documentação produzida e conservada por outras instituições que não os próprios grupos familiares<sup>285</sup>. As investigações de Mafalda Soares da Cunha e de Nuno Gonçalo Monteiro, concluídas na década de 1990, foram precursoras na utilização de documentação dos arquivos gerados pelas próprias famílias/Casas em análise<sup>286</sup>. Mais tarde, no âmbito da iniciativa Casa Nobre e do projeto Casas Armoriadas do concelho de Arcos de Valdevez, o peso destes arquivos foi ganhando destaque nos *corpora* documentais das investigações apresentadas<sup>287</sup>, sendo hoje cada vez mais comum o recurso a estes acervos para o estudo da família pré-moderna e da aristocracia<sup>288</sup>, mas não só. Entre organizar estes arquivos e deles se socorrer como repositórios de informação, têm-se

---

<sup>283</sup> SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. Em *Seminário sobre Arquivos de Família e Pessoais*. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Grupo de Trabalho de Arquivos de Família e Pessoais, 1997, p. 51–106; SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas.

<sup>284</sup> São inúmeros e isentamo-nos de elencá-los a todos neste espaço, remetendo para as sínteses realizadas em: GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite*, p. 28–31; RODRIGUES, Abel – Os arquivos pessoais e familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos. Em *Os arquivos privados de personas e familias. Encontros da Fundación Olga Gallego*. Vigo: Fundación Olga Gallego, 2018, p. 38–39; NÓVOA, Rita S.; ROSA, M. Lurdes – O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação. *Revista Brasileira de História*. Vol. 38, n.º 78 (2018), p. 75–95.

<sup>285</sup> NÓVOA, Rita L. S. – *O Arquivo Gama Lobo Salema*, p. 19–20.

<sup>286</sup> Versões publicadas das suas teses: CUNHA, Mafalda Soares da – *Linhagem, parentesco e poder: a Casa de Bragança, 1384–1483*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990; CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa de Bragança (1560–1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000; MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes*. A primeira autora baseou-se em alguma documentação do arquivo da Casa de Bragança; o segundo recorreu a vária documentação produzida pelas Casas estudadas e que se encontrava, na maior parte dos casos, depositada em instituições públicas.

<sup>287</sup> Não existe uma página que agregue todos estes contributos. Algumas das publicações podem ser encontradas aqui: <URL <https://memoriaarcuense.pt/>> [acedido 14 setembro 2022].

<sup>288</sup> Além das já citadas teses em Arquivística Histórica, veja-se a recente investigação de doutoramento: AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média*. Porto: FLUP, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2021. Tese de doutoramento.

desenvolvido investigações, fomentadas pelo grupo ArqFam da FCSH-UNL e ancoradas na já mencionada abordagem em Arquivística Histórica, que os tomam como objetos de estudo em si mesmos. O foco tem estado nos arquivos de “famílias nobres” e de “famílias de elite”, nomeadamente nas fundadoras e administradoras de morgadios no período pré-moderno. A par da caracterização histórica das instituições produtoras, do estudo da sua produção informacional, documentalização, transformação em arquivo e dos usos que lhe foram dados, também os instrumentos de mediação informacional têm sido alvo de análise, especialmente os inventários<sup>289</sup>. Além da investigação histórica, as atividades deste grupo têm igualmente promovido uma colaboração frutífera com proprietários de arquivos familiares, valorizando o interesse afetivo destes acervos para aqueles que os guardam e deles cuidam, e patrimonial para a comunidade em geral<sup>290</sup>. Estando muitos destes arquivos em mãos privadas, é fundamental fomentar o diálogo e estabelecer uma relação de confiança que permita salvaguardá-los e tirar partido das suas potencialidades informativas.

Não é nosso objetivo expor um estado da questão exaustivo, uma vez que outros autores já o têm vindo a fazer de forma bastante detalhada<sup>291</sup>. Ao que já consta das sínteses mais completas e atuais, juntam-se mais alguns títulos e iniciativas ocorridas nos últimos quatro anos, que demonstram a quantidade e qualidade dos estudos que continuam a ser publicados nesta área<sup>292</sup>. O que mais nos interessa é, partindo da reflexão com base nestas e em outras leituras, compreender o que é um arquivo de família, e, reportando-nos ao Antigo Regime, a que tipo de família ou famílias nos estamos a referir.

---

<sup>289</sup> ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe*.

<sup>290</sup> NÓVOA, Rita S.; ROSA, M. Lurdes – Arquivística Histórica e arquivos de família, p. 76–78; ROSA, M. Lurdes – Arquivos de família - o que são, para que servem, como preservá-los e estudá-los. Em *Atas do 3.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2013, p. 315–323. As iniciativas e os resultados de investigação do grupo podem ser consultados em: <URL [https://arqfam.fcsh.unl.pt/?page\\_id=2269](https://arqfam.fcsh.unl.pt/?page_id=2269)> [acedido 14 setembro 2022].

<sup>291</sup> Em 2009, Lurdes Rosa fez um ponto de situação bastante pormenorizado em: ROSA, M. Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais. Desde então, as publicações sobre a temática não têm deixado de aumentar. Vejam-se sínteses mais recentes em: ROSA, M. Lurdes – Arquivos de família, arquivos de comunidades; GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite*, p. 5–35; NÓVOA, Rita S.; ROSA, M. Lurdes – Arquivística Histórica e arquivos de família; RODRIGUES, Abel – Os arquivos pessoais e familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit – Estado de la cuestión de los estudios sobre archivos de familia. *XXII Coloquio de Historia Canario-Americana*. (2017), p. 1–14.

<sup>292</sup> Perante um *corpus* bibliográfico crescente, por uma questão de economia de espaço, listamos apenas algumas obras coletivas e não fazemos uma elencação exaustiva de artigos e capítulos: LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021; ROSA, M. Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón (eds.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Tenerife: IEC, IEM, 2020; ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S.; GAGO, Alice B.; et al. (eds.) – *Recovered voices, newfound questions: family archives and historical research*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

### 3.2. O conceito de “arquivo de família” e de “família”

Produzidos, transmitidos e transformados ao longo de gerações, os arquivos de família têm recebido outras designações dependendo do contexto histórico da sua produção e do contexto historiográfico e arquivístico dos seus estudiosos. Para alguns autores, faz mais sentido considerar a existência deste género de arquivos, por exemplo, na sociedade do Antigo Regime do que na sociedade atual, uma vez que, após as transformações sociais e jurídicas ocorridas com implantação do liberalismo, nos deparamos sobretudo com arquivos pessoais e a produção documental de uma família passou a resultar da soma dos documentos dos indivíduos que compõem o agregado<sup>293</sup>. A realidade do Antigo Regime era diversa, havendo uma “concepção orgânica de família” como “realidade institucional que precedia e englobava de forma constrangedora, todos os laços individuais gerados pelo parentesco”, sublinha Lurdes Rosa<sup>294</sup>, com claras implicações nos arquivos que formava e conservava. Não é nosso objetivo ingressar nesta discussão, mas, assumindo que existem diferenças estruturais entre as duas realidades em causa (pré e pós liberal)<sup>295</sup> e tendo em conta o objeto de estudo da nossa investigação, centramo-nos em arquivos produzidos e conservados por famílias durante o período que precedeu a instauração do liberalismo.

Os arquivos de família pré-modernos, além desta designação<sup>296</sup>, têm recebido outras como, por exemplo, arquivos nobiliárquicos, senhoriais, dominiais, domésticos, patrimoniais, de Casa ou de morgado<sup>297</sup>. A qualificação de arquivo nobiliárquico é muito frequente na

---

<sup>293</sup> ROSA, M. Lurdes – Arquivos de família, arquivos de comunidades, p. 30–32; BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – *Archivo de familia: materiales para un manual*. Bergara: IRARGI - Centro de Patrimonio Documental de Euskadi, 1991. Não será, no entanto, uma posição inteiramente consensual, veja-se, por exemplo, SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas.

<sup>294</sup> ROSA, M. Lurdes – Arquivos de família, arquivos de comunidades, p. 30.

<sup>295</sup> É uma realidade que a abolição legal dos títulos e da nobreza se verificará em Portugal apenas em 1910, aquando da instauração do regime republicano. Também se buscaram, mesmo após a extinção dos vínculos, algumas estratégias que garantissem a indivisibilidade de bens familiares (vd. ESTEVES, Judite M. N. – *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2008. Tese de doutoramento). No entanto, as transformações ocorridas após a revoluções liberais levaram necessariamente a novas formas de organização da sociedade e das suas instituições.

<sup>296</sup> Utilizada em obras e por vários autores já citados no subcapítulo anterior, aos quais podemos juntar o nome da espanhola Olga Gallego (GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga – *Manual de archivos familiares*. Madrid: ANABAD, 1993).

<sup>297</sup> Também são frequentemente denominados como “arquivos privados”, mas não vamos abordar neste momento a dicotomia público/privado nos arquivos de família do Antigo Regime. Sobre esta questão, veja-se um estudo de caso em: RODRIGUES, Abel – *Entre o público e o privado: a génese do arquivo do conde da Barca (1754–1817)*. Veja-se ainda: LODOLINI, Elio – Archivi privati, archivi personali, archivi familiari, ieri e

historiografia e na Arquivística espanholas<sup>298</sup>, havendo autores que o consideram um tipo dentro dos arquivos de família, classificando-o desse modo quando é produzido por uma família nobre<sup>299</sup>. Já os arquivos domésticos seriam aqueles que se formaram no seio de famílias da pequena e da média elite urbana<sup>300</sup>. Por seu turno, a denominação “arquivos patrimoniais” está intimamente ligada à realidade catalã, compreendendo aqueles que estavam associados à conservação e gestão documental de famílias “não nobres”,

---

oggi. Em *Il futuro della memoria. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9–13 settembre 1991)*. Roma: Ministero per i beni culturali e ambientali, Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997. Vol. 1, p. 23–69; HEAD, Randolph – Family archives: the paradox of public records and private authority. Em ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 31–36; CANAS, Ana – Storytelling: private papers versus official records in the 18th and 19th century Portugal. Em ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 37–44.

<sup>298</sup> Por exemplo: LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – *Archivos nobiliarios. Qué son y cómo se tratan*. Gijón: Trea, 2021; GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. – Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y ¿futuro?. Tipología documental e investigación modernista. Em ANDÚJAR CASTILLO, Francisco; DÍAZ LÓPEZ, Julián Pablo (eds.) – *Los señoríos en la Andalucía Moderna. El Marquesado de los Vélez*. Almería: Instituto de Estudios Almerienses, 2007, p. 139–210; GARCÍA ASER, Rosario; LAFUENTE URIÉN, Aránzazu (eds.) – *Archivos nobiliarios: cuadro de clasificación: Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas, Subdirección General de los Archivos Estatales, 2000.

<sup>299</sup> CRUZ MUNDET, José R. – *Diccionario de archivística*. Madrid: Alianza editorial, 2011, p. 81; CONTEL BAREA, María Concepción – Fondos nobiliarios en el Archivo Histórico Nacional. *Cuadernos de Historia Moderna*. n.º 15 (1994), p. 397. No entanto, pode fazer-se a seguinte questão: que arquivos podem ser considerados da “nobreza” ou de “famílias nobres”? Para Díaz Redondo, serão aqueles que estão associados à nobreza titulada, a uma Casa nobre (DÍAZ REDONDO, Carlos – Los archivos nobiliarios españoles: definición, tipologías documentales y localización de fondos. *ACAL. ArchivPost*. 2015. [acedido 25 novembro 2022] em <URL <https://www.acal.es/index.php/archivpost-a-fondo/item/1611-los-archivos-nobiliarios-espanoles-definicion-tipologias-documentales-y-localizacion-de-fondos>>). Lafuente Urién ou Pons Alós, por exemplo, referem as condições que enquadravam a nobreza e, conseqüentemente, os arquivos que refletiam as suas atividades e funções: para a primeira, a existência de transmissão através de várias gerações familiares, a necessidade de administração de bens e propriedades, o exercício de poderes jurisdicionais e a existência de alianças matrimoniais com outras famílias; para o segundo, o exercício da autoridade, a pertença a uma linhagem, a detenção de património, os bons costumes e o desempenho de determinados cargos ou funções (LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – Los Archivos nobiliarios: formación y conservación. La Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional. Em SÁNCHEZ, Esteban Sarasa; MARTÍN, Eliseo Serrano (eds.) – *Estudios sobre Señorío y feudalismo: homenaje a Juilo Valdeón*. Zaragoza: Instituto Fernando el Católico, 2010, p. 33; PONS ALÓS, Vicente – Archivos nobiliarios valencianos. Formación de vinculos y configuración de archivos. Madrid: Casa de Velázquez, 2013, pp. 1–2 [acedido 25 novembro 2022] em <URL <https://goo.gl/SncZgD>>). Vd. também: ROMERO TALLAFIGO, Manuel – Archivos nobiliarios y de familia: el ethos, pathos y logos de su memoria. Em LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l’Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, p. 451–465.

<sup>300</sup> Nas palavras de Borja Aguinalalde, “de famílias de níveis sociais médios, com uma presença local e um tamanho reduzido” (BORJA DE AGUINALALDE, Francisco – Archivos de Familia y Archivos domésticos Treinta años de experiencias. 2013. [acedido 14 setembro 2020] em <URL [https://www.academia.edu/11334779/Archivos\\_de\\_Familia\\_y\\_Archivos\\_dom%C3%A9sticos\\_Treinta\\_a%C3%B1os\\_de\\_experiencias](https://www.academia.edu/11334779/Archivos_de_Familia_y_Archivos_dom%C3%A9sticos_Treinta_a%C3%B1os_de_experiencias)>). Sobre o contexto italiano, vd.: CASELLA, Laura; NAVARRINI, Roberto (eds.) – *Archivi nobiliari e domestici: conservazione, metodologia di riordino e prospettive di ricerca storica*. Udine: Forum, 2000.

detentoras de um património maioritariamente rural<sup>301</sup>. Na historiografia e na Arquivística francesas é comum a designação de arquivos ou cartórios senhoriais (*chartriers seigneuriaux*) ou de arquivos dominiais<sup>302</sup>, englobando todos aqueles que foram produzidos por instituições detentoras de senhorios. Recentemente, Joseph Morsel propôs que os acervos conservados pelos grupos familiares fossem classificados como “arquivos da dominação” ou “da reprodução da dominação”<sup>303</sup>, uma vez que não foram construídos para contar a história de uma ou mais famílias, mas para assegurar a reprodução legítima do poder dos grupos que os detêm, tendo em conta que a sociedade na qual estavam inseridos aceitava a hereditariedade como um fundamento possível dessa legitimidade<sup>304</sup>.

Todas as denominações acarretam, com certeza, um conjunto de problemas e de objeções, incluindo a de “arquivo de família”. O que nos parece mais prejudicial para a compreensão global dos arquivos organizacionais é limitá-los a uma classificação segundo uma das funções que desempenharam — ainda que possa ter sido a principal —, de acordo com uma característica sociológica dos seus “produtores finais” ou baseada em generalizações, por vezes abusivas, sobre o conteúdo documental do que nos chegou, quando o foco deveria estar nas várias estruturas produtoras dos arquivos organizacionais e nas suas histórias institucionais. Estamos, neste ponto, em sintonia com Malheiro da Silva e Lurdes Rosa, que privilegiam uma classificação baseada na entidade que produziu o sistema de informação/arquivo organizacional<sup>305</sup>.

Reconhecemos que os identificativos “da família”, “da Casa”, “do senhorio”, “do morgado” e “da linhagem” ou “grupo linhagístico” são frequentemente utilizados para se reportarem às entidades em causa. No entanto, é preciso ter cuidado no recurso a algumas

---

<sup>301</sup> TRABAL, Josep Fernández – Els arxius patrimonials catalans, de què estem parlant? *Butlletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics*. (2017), p. 93–101; GÓMEZ FERRER, Maria Pau – Los archivos familiares y patrimoniales de la Val d'Aran: Estudio de su tipología documental (siglos XVI–XVIII). Em LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, p. 179–190.

<sup>302</sup> Veja-se, por exemplo: CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (eds.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartiers seigneuriaux, XIIIe–XXIe siècle*; LALLIARD, François – Diversités des archives privées: des archives domaniales aux carnets d'adresses. Em FAVIER, René (ed.) – *Archives Familiales et Noblesse Provinciale: Hommage a Yves Souli*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2006, p. 103–113.

<sup>303</sup> MORSEL, Joseph – Production d'archives, ou archives de la reproduction?

<sup>304</sup> *Ibid.*, p. 25–26.

<sup>305</sup> SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas; ROSA, M. Lurdes – Arquivos de família, arquivos de comunidades.

destas categorias para não as naturalizar e generalizar sem uma reflexão atenta<sup>306</sup>. Uma compreensão holística de cada arquivo organizacional passa necessariamente pelo conhecimento da história social e institucional de todos os seus produtores ao longo do tempo, tendo igualmente em conta que existiram sistemas de informação e arquivos organizacionais autónomos que, a dado momento, foram, total ou parcialmente, integrados em outros. Por exemplo, os arquivos organizacionais de Casas nobres, em atividade no crepúsculo do Antigo Regime, resultaram de uma longa história de incorporação de informação documentalizada oriunda de diferentes famílias nobres e não nobres e, eventualmente, de outras instituições. Se não tivermos isto em conta na consideração dos arquivos dentro do arquivo organizacional em análise e dos seus produtores, poderemos incorrer em anacronismos, realizando retroprojeções de realidades que só vieram a ganhar forma muito mais tarde. São elucidativas as conclusões a que chegou Morsel sobre a retroprojeção do conceito de linhagem<sup>307</sup> para o período altomedieval no estudo de grupos aristocráticos nurembergueses devido à (re)organização que foi dada à sua documentação no final da Idade Média ou na época moderna: documentos que haviam sido produzidos antes da consolidação de determinado *geschlecht* (linhagem), foram selecionados e classificados em função da nova forma de interpretação das relações parentais, uma “construção” que foi conservada pelos arquivistas contemporâneos e que não foi de imediato percebida pelos historiadores<sup>308</sup>. O mesmo pode acontecer quando classificamos globalmente estes arquivos e todo o seu conteúdo apenas como arquivos “de Casas” e apomos a categoria “nobre” para qualificar a estrutura produtora, sem se refletir sobre as características das estruturas que a precederam e que a ela se agregaram.

As generalizações abusivas sobre o conteúdo destes arquivos com base na documentação que restou também geram equívocos. Podemos estar perante informação documentalizada que diz respeito apenas a senhorios ou a morgadios e capelas, no

---

<sup>306</sup> Como alerta Judit Gutiérrez de Armas em GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit – *El fondo Conde de Siete Fuentes*, p. 46.

<sup>307</sup> Na aceção dubyniana do conceito, vd. subcap. 3.3.2.

<sup>308</sup> MORSEL, Joseph – Le médiéviste, le lignage et l’effet de réel: La construction dugeschlecht par l’archive en haute-allemagne à partir de la fin du moyen âge. *Revue de synthèse*. Vol. 125, (2004), p. 83–110; MORSEL, Joseph – La production circulaire d’un concept: le Geschlecht (lignage). Contribution à l’approche critique de la Begriffsgeschichte. *Versão corrigida e ampliada do texto apresentado no Cercle de Travail sur les Conditions de Production du Savoir Médiéviste*. 2011. [acedido 25 setembro 2021] em <URL <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01390124/>>.

entanto, no seu percurso de transmissão esta entrelaçou-se e ganhou novos significados no seio dos arquivos organizacionais dos grupos que asseguraram a permanência destas instituições ao longo do tempo<sup>309</sup>.

Lurdes Rosa refere que senhorio, Casa, morgadio são todas formas institucionais que se baseiam em laços que classifica de “familiares” e, nesta sequência, sugere que a denominação “arquivo de família” seja considerada o género e “as diferentes configurações institucionais nela assentes, a espécie”<sup>310</sup>. É uma solução possível para tentar resolver o problema sem usar a configuração institucional verificada para classificar o arquivo. No entanto, estas configurações estão, por vezes, de tal forma entrelaçadas que se confundem, dificultando uma distinção clara do que seria a “espécie”. Tal foi frequente com a sobreposição de estruturas como Casa, morgadio e senhorio, especialmente a partir do século XVI entre grupos da alta aristocracia do reino<sup>311</sup>.

É também fundamental esclarecer que o identificativo “de família” ou “familiar” no período pré-moderno não se pode confundir com o uso que lhe damos na contemporaneidade no Ocidente. Lembremos o que já se afirmou a propósito das transformações estruturais ocorridas na transição do Antigo Regime para o regime liberal: estávamos outrora perante um corpo social investido de determinadas funções, tarefas e expectativas que desapareceram do conceito atual de família<sup>312</sup>. Vejamos a utilização do conceito nas épocas em estudo. No período medieval, o termo “família”, ainda que raro na documentação, quando registado, referia-se frequentemente a uma comunidade monástica<sup>313</sup> ou à esfera doméstica de um senhor, mais no sentido de dependência do que

---

<sup>309</sup> É preciso compreender se a classificação de fundos de arquivos históricos como “arquivos de morgado” não resulta desta generalização abusiva que tem por base a documentação que restou ou que foi inventariada.

<sup>310</sup> ROSA, M. Lurdes – Arquivos de família, arquivos de comunidades, p. 33.

<sup>311</sup> MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes*; MONTEIRO, Nuno G. – Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular. Em CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (eds.) – *Familias, poderosos y oligarquías: [seminario Familia y élite de poder en el reino de Murcia. Siglos XV–XIX]*. Murcia: U. Murcia, Servicio de Publicaciones, 2001, p. 17–37.

<sup>312</sup> FRIGO, Daniela – *Il Padre di famiglia: governo della casa e governo civile nella tradizione dell'economica tra Cinque e Seicento*. Roma: Bulzoni, 1985, p. 10.

<sup>313</sup> Note-se que as comunidades monásticas e conventuais obedeciam ao modelo familiar, estando sob a administração de um superior, um abade (= pai) ou abadessa (= mãe). A própria Igreja era concebida como uma grande família, regida pelo amor familiar, cujo pai espiritual era Cristo ou o seu representante terreno, o Papa (HESPANHA, António M. – Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. *Análise Social*. Vol. 28, n.º 1 (1993), p. 971; HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo. 1550–1750: Direitos, estados, coisas, contratos, ações e crimes*. Lisboa: ed. autor, 2015, p. 320).



de parentesco biológico<sup>314</sup>. Esta última aceção aproxima-se da definição que encontramos em dicionários do século XVIII, como no de Rafael Bluteau ou no *Diccionario de lengua castellana* da Real Academia Espanhola, nos quais a família compreende as pessoas que pertencem a uma Casa, subordinadas a um chefe de família, podendo ser parentes, amigos, criados ou escravos<sup>315</sup>. No vocabulário medieval e moderno, a família não se limitava, deste modo, à esfera “parental”. No entanto, é frequente os historiadores portugueses, nomeadamente os medievalistas, utilizarem o termo família para referir, num sentido lato, a *parentela* — o conjunto dos parentes, unidos pelo sangue, pela afinidade construída por via do matrimónio e, eventualmente, por uma ligação espiritual como a do sacramento batismal — ou, num sentido mais restrito, os descendentes de um antepassado comum<sup>316</sup>.

António Manuel Hespanha reconhece que a família pré-moderna tinha contornos muito vastos, podendo incluir agnados, cognados, criados, escravos e, eventualmente, até os bens. Num sentido estrito, englobava todos aqueles que estavam sujeitos à autoridade do mesmo *pater familias*<sup>317</sup>, devendo ser observada como um corpo social, uma comunidade “natural” e generativa, que tinha o seu princípio no matrimónio consentido entre um homem e uma mulher<sup>318</sup>. Funcionava como um todo “orgânico”, unido pelo amor<sup>319</sup> ou pela *piedade*

---

<sup>314</sup> VENTURA, Leontina – A família: o léxico. Em SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e (ed.) – *História da vida privada em Portugal. Vol 1: A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011, p. 121–122. Segundo Corominas, o termo *familia* designava primitivamente o conjunto dos escravos e criados de uma pessoa, derivando do latim *famulus* (servo, escravo), vd. COROMINAS, Joan – *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana*. 4.ª reimpr. da 3.ª ed. Madrid: Gredos, 1987. Vol. 2, p. 267. Sobre os problemas da utilização do termo “família” quando nos reportamos à época medieval, veja-se igualmente: GUERREAU-JALABERT, Anita – La Parenté dans l’Europe médiévale et moderne: à propos d’une synthèse récente. *Homme*. Vol. 29, n.º 110 (1989), p. 69–93; GUERREAU-JALABERT, Anita – Parenté. Em LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (eds.) – *Dictionnaire raisonné de l’Occident médiéval*. Paris: Pluriel, 2014, p. 861–876.

<sup>315</sup> BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez e latino [...]*. Coimbra: Colégio das Artes, Companhia de Jesus, 1712, p. 597; *Diccionario de lengua castellana en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad [...]*. Madrid: Real Academia Española, 1732. Vol. 3, p. 717.

<sup>316</sup> SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família – estruturas de parentesco e casamento. Em SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e (ed.) – *História da vida privada em Portugal. Vol 1: A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011, p. 126.

<sup>317</sup> O autor refere igualmente outros sentidos que poderiam ser dados ao conceito de família: num sentido mais vasto, remete para os agnados (ligados pela geração); num sentido ainda mais amplo, plasmado no direito canónico, poderia abarcar todas as pessoas ligadas quer pela geração quer pela afinidade (os cognados), vd. HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 317–318.

<sup>318</sup> Nomeadamente depois do Concílio de Trento, cf. *Ibid.*, p. 298–319.

<sup>319</sup> As relações familiares, e sociais em geral, no Ocidente pré-iluminista e pré-liberal eram fundadas no amor. Não estamos, todavia, a referir-nos ao conceito atual de amor romântico, que se confina a uma esfera privada, íntima e sentimental. Numa sociedade estruturada pelo pensamento eclesial, o principal cimento da sociedade, o que dava coesão à comunidade de fiéis, era o amor devido a Deus e ao próximo. Sobre esta questão, vd. CARDIM, Pedro – *O Poder dos Afetos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: FCSH-UNL, 2000. Tese de doutoramento, especialmente o contexto apresentado nas p. V–XV e 5–44.

*familiar*, no qual, teoricamente, “existia apenas um sujeito, apenas um interesse, apenas um direito, não havendo no seu seio, lugar para a discussão sobre o meu e o teu (a “justiça”), mas apenas para considerações de oportunidade deixadas ao arbítrio do *bonus pater familias* (a “oeconomia”)”<sup>320</sup>. Para a compreensão desta conceção, é essencial ter em consideração que, no “Ocidente”<sup>321</sup> medieval e, em grande parte, na Europa moderna, a representação da sociedade, ao contrário do que acontece no pensamento individualista disseminado sobretudo a partir do século XVIII, era dominada pela ideia de “corpo”, de uma “organização supra-individual, dotada de entidade diferente da das partes, prosseguindo fins próprios e auto-organizada ou autorregida em função desses fins”<sup>322</sup>. Cada corpo social e cada órgão corporal ocuparia o seu lugar segundo uma hierarquia precisa e exerceria funções diferentes, devendo ter a autonomia necessária para poder desempenhá-las, de modo que contribuísse para a ordem universal da criação que orientava todos os seres para um fim comum<sup>323</sup>. Uma ordem e um fim enformados pelo pensamento eclesial — baseado nas Escrituras Sagradas e nas interpretações que lhes deram a Patrística e a Teologia — que dominava todas as esferas da sociedade<sup>324</sup>. A existência desses corpos, desde a comunidade

---

Sobre as representações do vínculo social no Ocidente medieval através do conceito de *caritas*, com o sentido de amor espiritual, vd. GUERREAU-JALABERT, Anita – Spiritus et caritas. Le baptême dans la société médiévale. Em HÉRITIER-AUGÉ, Françoise; COPET-ROUGIER, Elisabeth (eds.) – *La parenté spirituelle: textes rassemblés et présentés*. Paris: Ed. des archives contemporaines, 1995, p. 133–203; GUERREAU-JALABERT, Anita – Saint Augustin et le système de parenté médiéval. *Guarecer. Revista Eletrónica de Estudos Medievais*, n.º 5. 2020. [acedido 30 janeiro 2023] em <URL <https://ojs.letras.up.pt/index.php/gua/article/view/11951/10867>>.

<sup>320</sup> HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 307–308; HESPANHA, António M. – Fundamentos antropológicos da família do Antigo Regime. Em HESPANHA, António M. (ed.) – *História de Portugal, Vol. IV: O Antigo Regime, 1620–1807*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, p. 273–279. Proposta de leitura que se cruza com as de Otto Brunner e de Daniela Frigo sobre a importância política e económica da Casa e sobre as funções do *pater familias* (BRUNNER, Otto – La «casa come complesso» e l’antica «economica» europea. Em *Per una nuova storia costituzionale e sociale*. Milano: Vita e Pensiero, 1968, p. 133–164; FRIGO, Daniela – *Il Padre di famiglia*), um modelo de *potestas* paterna que se expandiu do âmbito doméstico ao governo da *res publica*, tendo em vista a conservação da ordem existente (FRIGO, Daniela – «Disciplina rei familiariae» e a economia como modelo administrativo do Ancien Régime. *Penélope: revista de história e ciências sociais*. n.º 6 (1991), p. 53–61; HESPANHA, António M. – Carne de uma só carne, p. 969–971; HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 319–320).

<sup>321</sup> Entenda-se aqui “Ocidente” não com uma dimensão geográfica, mas social, que remete para a Cristandade latina (MORSEL, Joseph – *L’aristocratie médiévale. La domination sociale en Occident (Ve–XVe siècle)*. Paris: Armand Colin, 2004, p. 9).

<sup>322</sup> HESPANHA, António M. – *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994, p. 297–298; CRONE, Patricia – *Pre-Industrial Societies: New Perspectives on the Past*. 2.ª reimp. da 1.ª ed. Norwich: Blackwell Publishers, 1994, p. 99–122.

<sup>323</sup> HESPANHA, António M. – *As vésperas do Leviathan*, p. 299–301.

<sup>324</sup> GUERREAU-JALABERT, Anita – L’*ecclesia* médiévale, une institution totale. Em OEXLE, Otto Gerhard; SCHMITT, Jean-Claude (eds.) – *Les tendances actuelles de l’histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2002, p. 219–226. O desmantelamento do Antigo Regime foi igualmente marcado pelo desvanecimento da noção de *ecclesia* como instituição total e central e do cristianismo como sistema de representações partilhado por todos, abrindo caminho para a construção da ideia de Igreja como

doméstica a outros corpos mais complexos, era algo natural, dependente da vontade do Criador e não da vontade e da ação dos homens<sup>325</sup>. Estávamos, pois, perante um ordenamento social, e também jurídico, que era completamente diverso do atual.

Assumimos, portanto, que o identificativo “família” pode englobar distintas formas de organização das comunidades de parentes e de domésticos que contribuíram para o enquadramento do indivíduo — num determinado grupo ou numa determinada unidade de exploração/produção e consumo<sup>326</sup> —, assegurando a reprodução biológica, a transmissão e gestão patrimonial (material e simbólica) e, eventualmente, a transmissão do poder desses mesmos grupos<sup>327</sup>. Estas organizações adquiriram diferentes configurações institucionais e até mesmo jurisdicionais, que se foram definindo e adaptando no decurso da “longa Idade Média”<sup>328</sup>, mas que têm o seu alicerce nesta conceção corporativa da sociedade, nomeadamente na ideia de naturalidade, unidade e organicidade dos laços que uniam os seus membros sob uma figura de autoridade. Estas formas tinham por base construções ideais que se flexibilizaram e variaram no tempo, no espaço e na hierarquia social, tendo em conta as estratégias adotadas pelos indivíduos e pelos grupos com o fim de assegurar o funcionamento, a unidade e a sobrevivência desses mesmos corpos. Algumas destas configurações foram ensaiadas por grupos dominantes<sup>329</sup> ou por aqueles que intentavam alcançar essa posição para assegurar a continuidade de determinada forma de organização social e ideológica visava, em última instância e respetivamente, conservar

---

“instituição religiosa” à qual se adere individualmente e livremente, vd. igualmente a tese de Miguel Aguiar onde estas questões são brevemente afluadas com base nas propostas de Alain Guerreau e Anita Guerreau-Jalabert: AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social*, p. 109–111.

<sup>325</sup> HESPANHA, António M.; XAVIER, Ângela B. – A representação da sociedade e do poder. Em HESPANHA, António M. (ed.) – *História de Portugal, Vol. IV: O Antigo Regime, 1620–1807*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, p. 122–125; HESPANHA, António M. – Fundamentos antropológicos.

<sup>326</sup> No período em análise, era bastante comum a coincidência da unidade familiar com a unidade de exploração/produção e consumo, vd. OSSWALD, Helena – Em torno da história da família. Em FERNANDES, Otília M.; MAIA, Carla (eds.) – *A família portuguesa no século XXI*. Lisboa: Parsifal, 2015, p. 15–20, 24–26.

<sup>327</sup> CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco – La historia de la familia. Debates metodológicos y problemas conceptuales. Em *El viaje de las familias en la sociedad española: veinte años de historiografía*. Murcia: Universidad de Murcia, 2014, p. 61–73; CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco – Hacia una nueva definición de la estructura social en la España del antiguo régimen a través de la familia y las relaciones de parentesco. *Historia Social*. n.º 21 (1995), p. 75–104.

<sup>328</sup> Tomamos este conceito da proposta apresentada em: LE GOFF, Jacques – Préface. Em *Pour un autre Moyen Age: temps, travail et culture en Occident*. Paris: Gallimard, 1977, p. 10; LE GOFF, Jacques – *Un long Moyen âge*. Paris: Éditions Tallandier, 2022.

<sup>329</sup> Aqueles que detêm uma posição superior na hierarquia social, que exercem domínio social sobre outros grupos, uma posição conquistada pela capacidade de acumulação de riqueza material que lhes permitia *viver nobremente*, pelo serviço militar, pela proximidade ao rei e/ou através do exercício do poder senhorial (AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social*, p. 96–107). Veja-se também sobre os grupos dominantes e o conceito de aristocracia: MORSEL, Joseph – *L’aristocratie médiévale*, p. 5–11.

ou atingir uma posição diferenciada na sociedade<sup>330</sup>. Disso são exemplo diferentes configurações de Casas: Casa vincular, Casa senhorial ou Casa agregadora de diferentes estruturas institucionais. Segundo alguns autores, estas organizações não visavam primordialmente a estruturação das relações parentais, antes se serviam delas para a reprodução do estatuto, do poder e de uma parte do património dos grupos<sup>331</sup>. Estas expressões institucionais levaram à necessidade de documentar a informação institucional, de organizá-la e transmiti-la a longo prazo em arquivos organizacionais, que as sustentavam e legitimavam. Não queremos com isto dizer que os grupos que não eram dominantes não possuíam sistemas de informação ou que não teriam a necessidade de guardar e transmitir informação, por via oral e eventualmente documentalizada. Porém, na sociedade pré-moderna, a formação, conservação e transmissão de arquivos organizacionais parecem estar, como defende Morsel<sup>332</sup>, estreitamente ligadas a um contexto de manutenção do domínio ou de busca por proeminência social, que levava à necessidade de conservação e transmissão para, no presente e no futuro, se garantir e legitimar os direitos e o estatuto dos grupos/organizações/instituições que os produziram e/ou conservaram.

### **3.3. As famílias de poder como organizações produtoras de arquivos**

#### **3.3.1. Quem são as famílias de poder**

Os arquivos organizacionais do período pré-moderno podiam desempenhar diversas funções, mas uma das principais esteve intimamente ligada à necessidade de manutenção, justificação e transmissão do poder dos grupos sociais/instituições que os produziam e conservavam<sup>333</sup>. Entre estes grupos não estão apenas as famílias nobres. A construção de arquivos familiares organizacionais não era uma exclusividade da nobreza, mas igualmente

---

<sup>330</sup> HERNÁNDEZ FRANCO, Juan – El reencuentro entre historia social e historia política en torno a las familias de poder. Notas y seguimiento a través de la historiografía sobre la Castilla Moderna. *Studia historica. Historia moderna*. Vol. 18 (1998), p. 187–188.

<sup>331</sup> MORSEL, Joseph – *L'aristocratie médiévale*, p. 290–291. Um estudo sobre o parentesco e a coesão do grupo de parentes não se pode limitar à análise destas construções ideológicas e institucionais, sendo que a maioria delas sobrevaloriza a relação com os parentes do lado paterno, vd. AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social*, p. 128–129, 151–153.

<sup>332</sup> MORSEL, Joseph – Production d'archives, ou archives de la reproduction?

<sup>333</sup> GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit – Colonizing land, creating societies, making and remaking archival memories: family archives and social power in the Canary Islands from the fifteenth to the nineteenth centuries. Em ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S.; GAGO, Alice B.; et al. (eds.) – *Recovered voices, newfound questions: family archives and historical research*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 248; FRIEDRICH, Markus – *The birth of the archive*, p. 139 e ss.

de outras organizações familiares que tiveram capacidade de reunir património<sup>334</sup> e especialmente de fundar e/ou manter na posse do grupo morgadios tendo em vista a manutenção do seu estatuto ou a sua ascensão social<sup>335</sup>. Note-se que, por exemplo, entre os fundadores de morgadios no século XIV em Portugal, muitos não pertenciam às principais famílias da nobreza do reino<sup>336</sup>. O mesmo também se terá verificado no reino vizinho, pois, como observa Soria Mesa, as oligarquias urbanas foram das mais beneficiadas pela universalização do regime de morgadio a partir das Leis de Toro de 1505<sup>337</sup>.

Na bibliografia tem sido comum a referência a arquivos de famílias nobres e não nobres; ou de famílias nobres e de elites. Classificações que, evidentemente, não se reportam a todos os membros da esfera doméstica, mas aos membros destas organizações familiares responsáveis pela formação, conservação e utilização do arquivo<sup>338</sup>. Estes poderiam pertencer ou aspirar a pertencer à nobreza<sup>339</sup>, a uma determinada “elite”<sup>340</sup> ou, de forma

---

<sup>334</sup> Sobre a relação entre família, arquivo e património, vd. CONTEL BAREA, María Concepción – Fondos nobiliarios, p. 397. Refere Roberto Navarini que uma família sem património, sem uma sólida base económica não tem necessidade de arquivo (NAVARRINI, Roberto – La conservazione della memoria nell’azienda famiglia. Em CASELLA, Laura; NAVARRINI, Roberto (eds.) – *Archivi nobiliari e domestici: conservazione, metodologia di riordino e prospettive di ricerca storica*. Udine: Forum, 2000, p. 89).

<sup>335</sup> Como nos testemunha, neste âmbito, a investigação de Alice Gago sobre o arquivo Almada Lencastre Bastos: no arquivo dos condes da Feira, incorporado no arquivo dos viscondes de Vila Nova do Souto del Rei, existem vestígios dos arquivos organizacionais produzidos por várias “famílias de elite” da região do Entre Douro e Minho, cujas propriedades (especialmente os morgadios) e respetiva documentação se transmitiram de geração em geração até chegarem à posse do conde da Feira e, depois, da viscondessa de Vila Nova do Soto del Rei (GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite*).

<sup>336</sup> ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal, sécs. XIV–XV: modelos e práticas comportamento linhagístico*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 272–276; ROSA, M. Lurdes – Preventing household failure: figures of authority in familial corporate bodies (the Portuguese morgadio system from the fourteenth to the seventeenth century). Em *L’Atelier du CRH*, n.º 22. Centre de Recherches Historiques, 2020 [acedido 28 janeiro 2021] em <URL <https://journals.openedition.org/acrh/11096>>, §4. Sendo necessário, no entanto, um estudo mais aprofundado da sociologia dos primeiros fundadores de morgadios e para a qual o projeto ERC VINCULUM trará um importante contributo.

<sup>337</sup> SORIA MESA, Enrique – *La nobleza en la España moderna: cambio y continuidad*. Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 228–231

<sup>338</sup> Salvaguardamos que, dentro da organização, poderiam existir membros que não eram parentes (por consanguinidade ou aliança), mas criados ou administradores que desempenhavam funções administrativas e/ou representavam o *pater familias* ou outros parentes em determinados contextos, tendo, assim, igualmente responsabilidades na produção e/ou na gestão documental.

<sup>339</sup> Note-se que, no período medieval, o termo nobreza não era utilizado nos textos narrativos e jurídicos portugueses como substantivo, mas como adjetivo para enfatizar uma qualidade inerente aos fidalgos (SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – Afirmação social e liderança nobiliárquica em Portugal (séculos XII–XV). *Studia Zamorensia*. n.º 12 (2013), p. 46). No entanto, quer na época moderna quer na historiografia, o substantivo é utilizado frequentemente para designar os fidalgos.

<sup>340</sup> Na bibliografia, o termo “elite” pode adquirir significados diferentes consoante o grupo, o espaço ou a época a que se reporta, sendo moldável a vários ângulos de análise: segundo alguns autores, podemos ter elites de carácter económico, social, político ou religioso (FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325–1433)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2009. Tese de doutoramento, p. 30). A pertença a estas elites poderia, muitas vezes, ser simultânea a duas ou mais, mas também variava no tempo segundo havia ascensão ou

mais abrangente, à aristocracia<sup>341</sup>. Estas categorias estatutárias ou sociológicas transfiguram-se sob os diferentes escrutínios de quem analisa estes indivíduos e os grupos aos quais pertenciam. Optámos por olhar para os grupos que são alvo do nosso estudo e de outros estudos sobre famílias produtoras de arquivos organizacionais na sociedade pré-moderna como “famílias de poder”, recuperando a proposta de Judit Gutiérrez de Armas<sup>342</sup>.

A expressão “famílias de poder” tem sido frequentemente utilizada na historiografia espanhola no âmbito da história social da família no Antigo Regime, nomeadamente na análise de membros do mesmo grupo parental, que integraram grupos de poder, e das suas estratégias de reprodução social, assim como na compreensão não só dos casos de êxito, mas também dos de insucesso na prossecução de uma preeminência social duradoura<sup>343</sup>.

---

declínio nas diferentes hierarquias. Nesta interpretação do conceito, uma elite é sempre uma minoria que, por uma ou mais características, se distingue dos demais num determinado contexto e numa ou em mais esferas da vida social. Luís Miguel Duarte, ao refletir sobre o que são elites urbanas no Portugal medieval, refere que o acesso a estes grupos se dá “pelo nascimento, pela riqueza ou pelo saber”, sendo que, “como nota Jacques Le Goff, apenas um desses ‘trunfos’ não chega, reunir os três é raríssimo”, e que o seu comportamento se pautava, em algumas dimensões da vida, pela imitação de modelos e atitudes mentais característicos da nobreza/fidalguia (DUARTE, Luís Miguel – Os melhores da terra (um questionário para o caso português). Em BARATA, Filipe Themudo (ed.) – *Elites e redes clientelares na Idade Média*. Évora: CIDEHUS, 2001, p. 93). Sebastián Molina Puche, ao analisar o tema família e elite local na Castela moderna, critica a generalização do termo “elite” na historiografia e a desnaturalização do seu significado original, proposto pela Sociologia dos inícios do século XX, optando por defini-la como um grupo social minoritário e relativamente heterogéneo que gozava de uma posição diferenciada na sociedade, frequentemente alcançada pela posse de riqueza, com capacidade de influência e prestígio que lhe permitiam dominar e dirigir o resto da sociedade de uma forma contínua e duradoura através da construção de um sistema de crenças exclusivo e excludente (MOLINA PUCHE, Sebastián – Familia y elite local en la Castilla Moderna: conceptualización y balance historiográfico. Em CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (eds.) – *Sociedade, família e poder na Península Ibérica: elementos para uma história comparativa*. Lisboa: Colibri, CIDEHUS, Universidad de Murcia, 2010, p. 220–221); uma noção que se aproxima da de aristocracia proposta por Morsel (MORSEL, Joseph – *L’aristocratie médiévale*, p. 5–7). Deste modo, para este autor, uma elite local, durante o Antigo Regime, assumiria esse domínio e influência sobre a comunidade no microespaço local através dos meios materiais e simbólicos necessários para manter essa posição no tempo; os seus membros deviam aglutinar em simultâneo riqueza, poder/influência e prestígio (MOLINA PUCHE, Sebastián – «Elite local»: análisis de un concepto a través de las familias de poder del corregimiento de Villena-Chinchilla en el siglo XVII. *Estudis: Revista de historia moderna*. n.º 31 (2005), p. 200–202).

<sup>341</sup> Entendida como grupo, reduzido e heterogéneo, que dirige a sociedade; os seus membros reconhecem-se e são reconhecidos pelos outros como os melhores. Integra, assim, grupos rurais e urbanos que os discursos posteriores normalmente excluíram da “nobreza” (tal como proposto em MORSEL, Joseph – *L’aristocratie médiévale*, p. 5–11). Inclui os grupos tradicionalmente considerados da nobreza pelo nascimento nos períodos em que estes foram capazes de assegurar uma posição socialmente dominante, pois poderiam perder esta condição e manter o estatuto que lhes fora dado pela filiação (AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social*, p. 99; MOLINA PUCHE, Sebastián – Elite local, p. 221). O termo aristocracia também pode ser utilizado para distinguir uma “nata”, os Grandes, dentro da própria nobreza/fidalguia (como em MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes*), mas não é com esse sentido que aqui o utilizamos.

<sup>342</sup> GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit – *El fondo Conde de Siete Fuentes*, p. 46–50.

<sup>343</sup> MOLINA PUCHE, Sebastián – Familia y elite local en la Castilla Moderna: conceptualización y balance historiográfico, p. 228. Vejam-se, entre outros artigos e livros de Chacón Jiménez e de Hernández Franco, os seguintes: CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco – Hacia una nueva definición de la estructura social en la España del

Gutiérrez de Armas recuperou esta expressão para designar os grupos “que construyeron una memoria propia a través de la acumulación, custodia y transmisión de sus archivos y que son representativas de algo más complejo que una combinación de relaciones basadas en el parentesco civil y biológico”<sup>344</sup>. Os arquivos organizacionais podem ter a sua génese em estruturas cujos membros talvez não possam ser ainda da aristocracia, no sentido morseliano do termo, ou de elite, no entendimento que lhe dá Molina Puche<sup>345</sup>, por não observarem todos os requisitos que nos permitem considerá-las socialmente dominantes; no entanto, partindo de um ou mais dos predicados apontados, podem ter procurado adotar estratégias que visavam ascender socialmente e alcançar esse domínio, nomeadamente com a acumulação de património fundiário que levou à criação de morgadios, assim como através de uma política matrimonial cuidada que pudesse permitir ao grupo, no futuro, aglutinar em simultâneo riqueza, influência/poder e prestígio, a nível do reino ou a um nível local.

Estes grupos de poder tenderam a institucionalizar-se forjando uma identidade e um projeto comuns. Formaram, assim, uma “família-instituição” ou “família-organização”. Propomos uma conceção alteritária de “instituição” e de “organização”, que não a limite à existência de estruturas burocráticas complexas com diversos órgãos e funções e que respeite aquilo que era o ordenamento social e legal do período em estudo<sup>346</sup>. Estamos perante entidades corporativas, assentes nas estruturas de parentesco e inseridas numa sociedade de matriz corporativa, com diferentes configurações, algumas com mecanismos que obedeciam a normas jurídicas próprias<sup>347</sup>, voltadas para a reprodução do seu poder ao longo de várias gerações. O foco estava na conquista ou na manutenção de poder através da gestão e defesa dos direitos e património, memória e identidade do grupo, apoiando-se para isso, entre outros elementos, nos seus arquivos organizacionais; daí Joseph Morsel sublinhar o carácter sociogenético destes acervos<sup>348</sup>. A estrutura destas famílias-organização

---

antiguo régimen a través de la familia y las relaciones de parentesco; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan – El reencuentro entre historia social e historia política en torno a las familias de poder. Notas y seguimiento a través de la historiografía sobre la Castilla Moderna; MOLINA PUCHE, Sebastián – Elite local.

<sup>344</sup> GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit – *El fondo Conde de Siete Fuentes*, p. 47.

<sup>345</sup> Vejam-se as notas *supra* sobre estes dois conceitos.

<sup>346</sup> Seguindo o repto de Lurdes Rosa em ROSA, M. Lurdes – Preâmbulo (I. Archives et archives «de famille», entre archivistique et histoire). Em LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, p. 14–15.

<sup>347</sup> Pensemos como os morgadios e as capelas foram, neste âmbito, mecanismos legal e institucionalmente bastante eficientes, vd. ROSA, M. Lurdes – Arquivos de família, arquivos de comunidades, p. 30–31.

<sup>348</sup> MORSEL, Joseph – En guise d'introduction, p. 17.

podia ser, por vezes, bastante simples e com poucos membros, a cada geração, responsáveis pela produção e pela gestão documental.

Estes corpos funcionariam naturalmente com a subjugação dos interesses individuais ao interesse do grupo tendo em vista o cumprimento desse objetivo comum. No entanto, a formação, evolução e funcionamento da família-instituição não deve ser vista de forma linear e teleológica. Na prática, estas famílias eram um projeto em constante construção e mutação, não isentas de desavenças entre os seus membros na busca de um projeto consensual<sup>349</sup>, existindo, por vezes, planos concorrentes e até antagónicos<sup>350</sup>. O arquivo organizacional pode dar-nos testemunho desses conflitos, assim como pode ter sido uma das ferramentas utilizadas na busca de soluções favoráveis a uma das partes.

A criação de mecanismos jurídico-institucionais como, por exemplo, os morgadios, assim como a construção de entidades organizacionais e simbólicas como a Casa que podia agregar diferentes mecanismos institucionais, procuravam gerar continuidades com o objetivo de ascender na escala social ou de manter a posição privilegiada dos grupos no espaço e no tempo<sup>351</sup>. Como veremos, não obstante, ter predominado um modelo idealmente agnático e de primogenitura para a transmissão de bens da Coroa e de morgadios, verificou-se, na prática, uma maior flexibilidade para rearranjos que assegurassem a transmissão dentro do grupo de parentes diretos ou outras soluções de continuidade. Isto foi evidente quando o azar biológico não permitia assegurar a transmissão do pai para o filho que era efetivamente o mais velho, quando as quebras de varonia obrigavam a pedir exceções à Lei Mental no caso da transmissão dos bens e direitos da Coroa, quando os filhos ilegítimos eram legitimados para poder suceder ou quando a

---

<sup>349</sup> Por exemplo, Élie Haddad chama a atenção para a instabilidade dos processos sociais de transmissão que podiam tornar problemática a estabilidade de algumas Casas. A partir da investigação que realizou sobre a Casa dos condes de Belin, refere que a Casa não foi um dado adquirido por toda a família, precisando de um constante investimento material e simbólico, assim como da solidariedade entre os seus membros para que a reprodução das suas posições sociais e as suas formas de dominação pudessem ser perpetuadas (HADDAD, Élie – *Fondation et ruine d'une maison: histoire sociale des comtes de Belin (1582–1706)*. Limoges: Publim, 2009, p. 142).

<sup>350</sup> Vd. subcap. 12.2.1, as negociações entre D. Diogo de Lima e o seu irmão mais velho a propósito da sucessão na Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira. Outro exemplo de conflitos entre elementos de uma mesma família-instituição, com projetos discordantes daqueles que o chefe da Casa havia delineado, são aflorados em CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa de Bragança (1560–1640)*, p. 66–67.

<sup>351</sup> MORSEL, Joseph – Production d'archives, ou archives de la reproduction?, p. 25, referindo-se sobretudo à linhagem, mas que o raciocínio é extensível a outras configurações institucionais que buscam o mesmo objetivo, como a Casa, vd. HADDAD, Élie – *Fondation et ruine d'une maison*, p. 137; HADDAD, Élie – Qu'est-ce qu'une "maison"? De Lévi-Strauss aux recherches anthropologiques et historiques récentes. *L'Homme: Revue française d'anthropologie*. Vol. 212, n.º 4 (2014), p. 124–128.



sucessão era assegurada por filhas ou por outros parentes colaterais. Referindo exemplos do nosso estudo: a continuidade do capital simbólico e material — nomeadamente do título e dos bens e direitos da Coroa — dos Limas, viscondes de Vila Nova de Cerveira, é assegurada por um Brito Nogueira (depois Lima Brito Nogueira), descendente dos Limas por via feminina; do mesmo modo, a sucessão na administração de bens da Coroa e vínculos dos Vasconcelos e Meneses recaí na Casa dos viscondes pelo facto de D. Diogo de Lima se ter casado com D. Joana de Vasconcelos, filha única e sucessora de D. João Luís de Vasconcelos.

Uma flexibilidade que também se terá verificado no caso dos vínculos, não desrespeitado necessariamente o que estava estipulado no documento fundacional, mas contornando-o<sup>352</sup> ou, na ausência dele, procurando uma segunda via desse documento ou eventualmente uma refundação do vínculo segundo parâmetros que poderiam ser mais favoráveis ao novo contexto<sup>353</sup>.

Procurava-se garantir o sucesso da reprodução do grupo com estratégias que foram sendo, mais ou menos, maleáveis segundo as conjunturas e os contextos sociais e culturais dos seus membros. Assim, a instituição adaptava e recompunha, de forma variada e ao longo de gerações, dentro da comunidade dos parentes (por sangue ou afinidade) e da esfera doméstica, quem assumia determinados papéis institucionais ou desempenhava funções específicas essenciais para a manutenção da família-organização. Como alerta Lurdes Rosa, a figura do “filho mais velho” podia não ser ocupada pelo primogénito varão, mas poderia passar para outro filho ou até para uma filha<sup>354</sup>. Quando a família-instituição se munia de estruturas administrativas mais complexas, podemos ter criados/funcionários, sem relação de parentesco com a figura de autoridade, mas que fazem parte das redes clientelares do chefe de família a desempenhar determinados papéis e a ocupar determinadas funções que punham sob a sua alçada tarefas de produção e, eventualmente, de gestão documental<sup>355</sup>.

---

<sup>352</sup> O modelo que o instituidor idealizava poderia vacilar ao fim de algumas gerações ou levar a disputas entre os seus descendentes. Vejam-se alguns exemplos em RESENDE, Nuno – «*Vínculos quebrantáveis*»: o morgadio de Boassas e suas relações (séculos XVI–XVII). Coimbra: Palimage, 2012; GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite*, p. 224; ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 162–190.

<sup>353</sup> Tal poderá ter acontecido no caso do morgadio de Santo Estêvão de Beja: o documento de fundação havia sumido, levando o visconde D. Lourenço de Lima Brito Nogueira a solicitar ao monarca uma segunda via da instituição num contexto em que preparava a sucessão da sua Casa por meio de um filho mais novo, vd. subcap. 12.1.1.

<sup>354</sup> ROSA, M. Lurdes – *Arquivos de família, arquivos de comunidades*, p. 34–35.

<sup>355</sup> Nem sempre é fácil descortinar com precisão as competências e o papel exercido na produção documental por todos os “funcionários” ao serviço da família-instituição porque muita documentação de uso corrente

### 3.3.2. As configurações institucionais das famílias de poder e os arquivos organizacionais

No panorama historiográfico nacional, tem sido muito frutífera a investigação sobre a nobreza e as elites em Portugal e no Império, especialmente em temas relacionados com a mobilidade social, com a relação com os poderes central e local e com as Ordens Militares, havendo igualmente investigadores que se têm debruçado sobre as relações de parentesco e as redes clientelares<sup>356</sup>. Todavia, existem ainda poucos estudos sobre as configurações institucionais e as componentes jurídicas das diferentes famílias de poder no período pré-moderno<sup>357</sup>, sendo a Casa nobre ou senhorial aquela que tem merecido uma maior atenção<sup>358</sup>. Recentemente, as estruturas vinculares têm vindo a ser alvo de uma investigação

---

podia não chegar a ser arquivada a longo prazo; muita poderá ter permanecido nas mãos destes criados e nunca chegando a ser inventariada. Quanto maior o volume de privilégios, património e dependentes, mais complexas eram as estruturas de produção documental. Algumas até imitando, em alguns aspetos, o funcionamento da Casa Real. Veja-se o exemplo da Casa de Bragança: CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa de Bragança (1560–1640)*, p. 215–311.

<sup>356</sup> Desde os estudos pioneiros de José Mattoso na década de 1980, têm sido inúmeros os trabalhos que se dedicam a estas temáticas para o período medieval e moderno. Sendo impossível citá-los neste espaço, remetemos para algumas sínteses sobre o estado da arte, assim como para obras gerais que congregam importantes contributos: SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família e o parentesco na historiografia sobre a nobreza medieval portuguesa – um olhar. *Guarecer. Revista Eletrónica de Estudos Medievais*. n.º 5 (2020), p. 145–169; MATTOSO, José – The Medieval Portuguese Nobility. Em ROSA, M. Lurdes; SOUSA, B. Vasconcelos; BRANCO, M. João (eds.) – *The historiography of medieval Portugal, c. 1950–2010*. [Lisboa]: IEM, 2011, p. 401–424; SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família – estruturas de parentesco e casamento; BARATA, Filipe Themudo (ed.) – *Elites e redes clientelares na Idade Média*. Évora: CIDEHUS, 2001; CUNHA, Mafalda S.; MONTEIRO, Nuno G. – Aristocracia, Poder e Família em Portugal, séculos XV–XVIII. Em CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (eds.) – *Sociedade, família e poder na Península Ibérica: elementos para uma história comparativa*. Lisboa: Colibri, CIDEHUS, Universidad de Murcia, 2010, p. 46–75; CUNHA, Mafalda Soares da; TERRASA LOZANO, Antonio – A nobreza na época moderna. Em FONSECA, Luís Adão da (ed.) – *Entre Portugal e a Galiza (sécs. XI a XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: Fronteira do Caos Editores, CEPESE, 2014, p. 181–188; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – As nobrezas portuguesas na época moderna: um breve ensaio historiográfico crítico. Em HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio; MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago (eds.) – *Nobilitas: estudios sobre la nobleza y lo nobiliario en la Europa Moderna*. Aranjuez: Ediciones Doce Calles, 2014, p. 75–90; CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno G. – As grandes casas. Em MONTEIRO, Nuno G. (ed.) – *História da vida privada em Portugal. Vol 2: A Idade Moderna*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011, p. 202–243; MONTEIRO, Nuno G. – As famílias e os indivíduos. Casa, casamento e nome. Em MONTEIRO, Nuno G. (ed.) – *História da vida privada em Portugal. Vol 2: A Idade Moderna*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (ed.) – *Optima Pars: elites Ibero-Americanas do Antigo regime*. Lisboa: ICS, 2005; MONTEIRO, Nuno G. – *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o liberalismo*. 3.ª ed. Lisboa: ICS, 2012.

<sup>357</sup> NÓVOA, Rita S.; ROSA, M. Lurdes – Arquivística Histórica e arquivos de família, p. 82.

<sup>358</sup> Como, por exemplo, em: LOPES, Maria Teresa F. S. S. – *Casa de Oeiras e Pombal: estado senhorio e património*. Lisboa: FCSH-UNL, 1987. Dissertação de mestrado; CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa de Bragança (1560–1640)*; MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes*; SOUSA, João S. – *A casa senhorial do Infante D. Henrique*. Livros Horizonte, 1991; LOURENÇO, Maria P. M. – *A Casa e Estado do Infantado (1654–1706): formas e práticas administrativas de um património senhorial*. Lisboa: JNICT, 1995; SALVADO, João P. – *Nobreza, Monarquia e Império: a casa senhorial dos almotacés-mores do reino (séculos XVI–XVIII)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2009. Tese de doutoramento; MARTINS, Maria O. B. F. S. – *Poder e sociedade: a duquesa de Beja*. Lisboa: FLUL, 2011. Tese de doutoramento; MOURA, Carlos M. S. – *A Casa senhorial dos condes e marqueses de Vila Real (séculos XV–XVI)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2016. Tese de doutoramento; DÁVILA, Maria B. – *Governar o Atlântico: A Infanta*

de fundo<sup>359</sup> e a abordagem da Arquivística Histórica aos arquivos gerados pelas próprias famílias também está a trazer algumas luzes sobre estes enquadramentos institucionais na sua relação com a produção documental e com a formação do arquivo. Todavia, as lacunas permanecem, faltando estudos sistemáticos sobre as balizas jurisdicionais e legais em que as diferentes famílias de poder pré-modernas se moviam e que regulavam a sua organização e funcionamento, condicionando a produção documental e a construção dos seus arquivos organizacionais. Estudos que são fundamentais não só para a compreensão histórica destes corpos na sociedade do Antigo Regime, mas também para a preparação de uma reorganização e classificação devidamente fundamentadas destes acervos no presente pela Arquivística.

Evidentemente, cada arquivo tem uma história única, intimamente ligada à história social e institucional dos seus produtores<sup>360</sup>. Cada grupo tem de ser caracterizado segundo o seu contexto, as suas regras e práticas efetivas na longa duração para se poder observar ruturas, continuidades e adaptações que podem ser muito específicas do percurso social dos seus membros, o que tem uma influência decisiva na produção documental, na constituição do arquivo organizacional e na sua história custodial. As tentativas de generalização podem, sem dúvida, levar a retroprojeções e a anacronismos. No entanto, apesar de as configurações institucionais e de os mecanismos adotados terem demonstrado alguma flexibilidade, guiaram-se, ao longo do tempo, por modelos que é importante conhecer no geral para depois se perceber e melhor avaliar o particular<sup>361</sup>.

A “Casa” é uma das configurações institucionais frequentemente referida em associação às famílias de poder no período em análise: a referência às Casas senhoriais que

---

*D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470–1485)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2017. Tese de doutoramento; MATA, Cristóvão J. S. da – *A Casa de Aveiro na constelação dos poderes senhoriais: estruturas de domínio e redes clientelares*. Coimbra: FLUC, 2019. Tese de doutoramento; CARVALHAL, Hélder F. M. – *Poder, dinastia e governo de Portugal e do império: o caso do infante D. Luís (1506–1555)*. Évora: Programa interuniversitário UE, UCP, ISCTE-IUL, FLUL, ICS-UL, 2022. Tese de doutoramento; CARVALHAL, Hélder – *Património, casa e patrocínio: uma aproximação ao senhorio do infante D. Fernando (1530–1534)*. *Fragmenta Historica*. n.º 2 (2014), p. 39–67.

<sup>359</sup> Estando em curso o projeto VINCULUM, financiado pelo ERC, que tem como objetivo principal investigar o fenómeno da vinculação em Portugal e nas suas áreas atlânticas entre os séculos XIV e XVII, de forma que se alcance uma nova definição de vínculo como agente social cujos principais componentes foram o parentesco, o poder e a identidade. Sobre o projeto, vd. <URL <https://www.vinculum.fcsch.unl.pt/>>. Sobre o morgadio, vejam-se dois trabalhos fundamentais da coordenadora do projeto supracitado: ROSA, M. Lurdes – *Preventing household failure*; ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal*.

<sup>360</sup> No sentido arquivístico do termo, de produtores e recetores de documentos-registo.

<sup>361</sup> Sobre esta questão, vd. HESPANHA, António M. – *Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar*. *Análise Social*. Vol. 38, n.º 168 (2003), p. 823–840, em especial p. 833–840.

surge a partir do século XV, às Casas tituladas, às Casas dos Grandes, às fundações “de Casa e morgadio”, entre outras. Quando começaram as famílias a organizar-se em Casas? Todas as famílias de poder fundaram uma Casa? Antes da organização em Casas como se organizavam, em linhas ou linhagens? Ou a dimensão institucional de uma família (aquilo que tornava o grupo de parentes numa família-instituição) implicava sempre a fundação de uma Casa? O busílis destas questões está em esclarecer antes de tudo que sentido se atribui ao termo “Casa”, assim como aquele que pode ser atribuído ao termo “linhagem”. O conceito de linhagem não reúne consenso entre os historiadores e a importação acrítica deste conceito — como de outros — da Antropologia levou a equívocos na análise das estruturas parentesco<sup>362</sup>. É também um facto que o conceito de “Casa” levanta diversos problemas que não cabe explorar em pormenor neste espaço: entre as noções vernáculas empregadas pelos membros dos grupos em análise e os conceitos construídos por antropólogos e por historiadores, há diferentes entendimentos sobre o que foi ou podia ser uma “Casa”<sup>363</sup>. Não estamos, naturalmente, a cingir-nos à noção atual de casa-edifício, mas a uma realidade que, embora pudesse estar associada a um imóvel em particular (solar, palácio, castelo), era muito mais do que uma mera construção física<sup>364</sup>.

Por estas razões fazemos alguns esclarecimentos prévios e breves sobre o nosso entendimento dos dois conceitos e sobre as estruturas que lhes poderiam estar subjacentes, sublinhando a relação com o senhorio e com o morgadio ou com os vínculos em geral. Os pontos aos quais escolhemos dar destaque prendem-se necessariamente com os objetivos do nosso estudo, com o contexto português pré-moderno e com o conceito de família-instituição já avançado, não se ambicionando realizar uma análise pormenorizada às configurações de todos os grupos familiares e muito menos intentar uma síntese sobre o funcionamento das estruturas de parentesco dos períodos medieval e moderno. Começamos pelo conceito de linhagem e, depois, passamos para o de Casa, importando,

---

<sup>362</sup> MORSEL, Joseph – Le médiéviste, le lignage et l’effet de réel. *Revue de synthèse*. Vol. 125, n.º 1 (2004), p. 83–110; MORSEL, Joseph – La production circulaire d’un concept: le Geschlecht (lignage). Contribution à l’approche critique de la Begriffsgeschichte, p. 24. Sobre os aportes da Antropologia, nomeadamente da antropologia histórica, no domínio dos conceitos historiográficos para análise da sociedade medieval e sobre o seu uso, por vezes, mecânico e pouco teorizado, vd. ROSA, M. Lurdes – *Fazer e pensar história medieval: guia de estudo, investigação e docência*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 53, 103–109.

<sup>363</sup> Sobre esta questão, veja-se: HADDAD, Élie – Qu’est-ce qu’une “maison” ?; JOYCE, Rosemary A.; GILLESPIE, Susan D. (eds.) – *Beyond kinship: social and material reproduction in house societies*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000; MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes*, p. 83–101.

<sup>364</sup> Por esta razão, distinguimos a casa-edifício, grafada em minúscula, da Casa-instituição, com inicial em maiúscula.

para o nosso estudo, salientar os modelos da Casa senhorial, de Casa vincular e da Casa aglutinadora de diferentes expressões institucionais.

O conceito de linhagem, após a difusão dos estudos de Georges Duby, ficou indissociavelmente ligado à nobreza/fidalguia, nomeadamente a uma suposta mudança ocorrida nas estruturas de parentesco da fidalguia no Ocidente medieval, com a adoção de um modelo agnático, e que ficou conhecida como “mutação linhagística”<sup>365</sup>. Perspetiva que teve eco na historiografia ibérica, desde logo nos trabalhos pioneiros de José Mattoso, nos quais o autor sugeriu que também os grupos portugueses de infanções haviam adotado, a partir de meados do século XII, um sistema similar ao da proposta dubyniana para a nobreza do Mâconnais, isto é, um “sistema linhagístico”<sup>366</sup>, entendido como estrutura agnática e patrilinear<sup>367</sup>. Um modelo que, no caso peninsular, começou a ser questionado na década seguinte por José Augusto de Sottomayor-Pizarro<sup>368</sup>, Bernardo Vasconcelos e Sousa<sup>369</sup>, Luís

---

<sup>365</sup> Duby não foi o primeiro a introduzir o termo *lignage* na medievalística francesa. Marc Bloch utilizou-o frequentemente em *La Société féodale* (1939), mas para designar os consanguíneos, numa aceção equivalente à *sippe* dos medievalistas alemães. Duby, nos seus primeiros trabalhos, ainda empregou o conceito de forma fluída, utilizando também o termo *famille* para designar os consanguíneos masculinos de determinado cavaleiro; os termos “agnático” ou “patrilinear” surgem, mais tarde, em artigos publicados em 1967 e em 1972 para evocar uma forma de parentela dinástica. Os seus estudos sobre a nobreza do Mâconnais, desenvolvidos a partir da década de 1950, inspiraram-se nos trabalhos do alemão Karl Schmid, que postulou a passagem de uma estrutura de parentesco cognática e aberta a uma estrutura agnática e fechada no Ocidente entre os séculos X e XI. Foi esta transformação que ficou conhecida como “mutação linhagística”. Sobre esta questão, vd. MORSEL, Joseph – La production circulaire d’un concept: le Geschlecht (lignage). Contribution à l’approche critique de la Begriffsgeschichte.

<sup>366</sup> MATTOSO, José – *Ricos-homens, infanções e cavaleiros*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001, p. 77. Perspetiva que adotou nos estudos pioneiros que publicou na década de 80 do século XX sobre a história social da nobreza medieval portuguesa (além do volume já citado, que teve a sua primeira edição em 1981 pela Guimarães & Cª Editores, veja-se também MATTOSO, José – *A nobreza medieval portuguesa. Família e poder*. Lisboa: Estampa, 1981). Outros historiadores ibéricos também subscreveram esta mudança linhagística como Margarita Torres Sevilla (TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, Margarita – *Linajes nobiliarios en León y Castilla (Siglos IX–XIII)*. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1999, p. 404–415).

<sup>367</sup> Uma sucessão contínua e direta de pai para filho, que parecia ser confirmada pelas árvores genealógicas e pela “literatura genealógica” (como lhe chamou Duby). Sobre esta terminologia do parentesco, vd.: BARTHÉLEMY, Dominique – Parentesco. Em DUBY, Georges (ed.) – *História da Vida Privada. Vol. 2: Da Europa Feudal ao Renascimento*. Porto: Afrontamento, 1990, p. 96–161.

<sup>368</sup> Primeiro na tese de doutoramento: SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279–1325*. Porto: FLUP, 1997. Tese de doutoramento, 2 vols. (posteriormente publicada em 3 vols. pelo Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família de Universidade Moderna, em 1999); depois em alguns artigos especializados, nos quais refletiu sobre o conceito de *linhagem*: SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A chefia da linhagem aristocrática (sécs. XII–XIV). Reflexões em torno de uma prática idealizada. *Studia Zamorensia*. Vol. 12, (2013), p. 27–40; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – Linhagem e estruturas de parentesco: algumas reflexões. *E-Spania* 11. 2011. [acedido 6 novembro 2022] em <URL <http://journals.openedition.org/e-spania/20366>>.

<sup>369</sup> Veja-se a versão publicada da sua tese: SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Os Pimentéis: percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII–XIV)*. Lisboa: IN-CM, 2000.

Filipe Oliveira<sup>370</sup>, Maria Méndez e Ermelindo Portela<sup>371</sup>, entre outros que se seguiram<sup>372</sup>. A par destes, as reflexões de Anita Guerreau-Jalabert sobre as topo-linhagens no território francês<sup>373</sup> e de Joseph Morsel<sup>374</sup> sobre o conceito de linhagem contribuíram para desvendar a “ilusão agnática” de que nos fala Arsenio Dacosta<sup>375</sup>: a mudança intuída não restringiu a transmissão do estatuto social, do nome e de um determinado conjunto de bens materiais e simbólicos no interior dos grupos de parentes — pois esta continuou a ser cognática<sup>376</sup> —, mas esteve essencialmente ligada à consolidação e transmissão do poder senhorial — assente em direitos político-jurisdicionais<sup>377</sup> —, assim como de outros bens e direitos — posteriormente classificados como “da Coroa”<sup>378</sup> — e, eventualmente, de cargos ou ofícios políticos e administrativos, que determinados membros dentro do grupo haviam acumulado pela proximidade e serviço ao rei, sendo de difícil ou impossível divisibilidade<sup>379</sup>.

No caso português, segundo Sottomayor-Pizarro, observou-se a tendência para um “agnatismo político” a partir do século XII, no exercício de cargos e funções políticas e administrativas, eventualmente com a emergência, a cada geração, de um chefe dentro do

---

<sup>370</sup> Versão publicada da sua dissertação: OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Casa dos Coutinhos: linhagem, espaço e poder (1360–1452)*. Cascais: Patrimonia, 1999.

<sup>371</sup> Capítulos “Algunos problemas relativos a la evolución de las estructuras familiares de la nobleza” e “Aristocracia y Sistema de Parentesco en los Siglos Centrales de la Edad Media: el Grupo de los Traba” em PORTELA SILVA, Ermelindo; PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen – *De Galicia en la edad media sociedad, espacio y poder*. Coruña: Xunta de Galicia, 1993, p. 261–276, 277–294.

<sup>372</sup> Sobre esta questão, vd. SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família e o parentesco na historiografia.

<sup>373</sup> Entre outros estudos, remetemos para as sínteses: GUERREAU-JALABERT, Anita – *La Parenté dans l’Europe médiévale et moderne*; GUERREAU-JALABERT, Anita – *Parenté*.

<sup>374</sup> MORSEL, Joseph – *L’aristocratie médiévale*, p. 290–291; MORSEL, Joseph – *Le médiéviste, le lignage et l’effet de réel*.

<sup>375</sup> DACOSTA, Arsenio – De la anomalía a lo extraordinario: nobleza, linaje y escritura genealógica en Castilla (siglos XIII–XIV). *Hispania*. Vol. 75, n.º 251 (2015), p. 617–640.

<sup>376</sup> Como o demonstraram, para o caso português, os estudos realizados posteriormente, vejam-se as sínteses em: SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família e o parentesco na historiografia; SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família – estruturas de parentesco e casamento; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XIII–XIV). *Hispania: Revista española de historia*. Vol. 67, n.º 227 (2007), p. 881–898; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A chefia da linhagem aristocrática.

<sup>377</sup> Sobre o poder senhorial, o senhorio, o seu conteúdo institucional e a sua transmissão nos períodos em análise, vd. HESPANHA, António M. – *As vésperas do Leviathan*, p. 388–414; HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 106–135; MONTEIRO, Nuno G. – Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. Em HESPANHA, António M. (ed.) – *História de Portugal, Vol. IV: O Antigo Regime, 1620–1807*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, p. 333–379.

<sup>378</sup> Sobre a distinção entre os bens e direitos da Coroa e os bens privados do rei, vd. HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 115–116, 119.

<sup>379</sup> Desde meados do século XIII que se deteta a tendência para não dividir bens associados ao exercício de jurisdições (*Ibid.*, p. 126).

grupo parental<sup>380</sup>, que não se destacava por ser o primogénito, mas pelas suas capacidades individuais, pelas alianças matrimoniais realizadas e/ou cargos e posições de destaque ocupados<sup>381</sup>. No entanto, em relação aos grupos mais poderosos, não era, por vezes, fácil distinguir essa chefia, com vários indivíduos da mesma geração a exercerem funções de idêntico relevo<sup>382</sup>. Estes indivíduos produziam e recebiam documentos, que guardavam, muitas vezes recorrendo a outras instituições<sup>383</sup>, mas não temos notícia de terem constituído, antes do século XIV, arquivos organizacionais da “linhagem” que garantissem a memória, a identidade e legitimidade do poder do grupo a longo prazo; todavia, são ainda necessários mais estudos sobre a sua produção documental e os arquivos que poderão ter constituído, ainda que ficassem a cargo de outras instituições<sup>384</sup>.

Estes grupos talvez não possam ser considerados linhagens no sentido que Duby atribuiu ao termo. Porém, alguns historiadores empregam o termo linhagem com aceções mais alargadas tendo em conta a forma como era usado em alguns documentos dos séculos XIII e XIV<sup>385</sup>, assim como nas centúrias seguintes<sup>386</sup>: como conjunto de descendentes de um antepassado comum numa linha sequencial de gerações que pode ser construída, de forma mais restrita, em função da ascendência paterna, ou, de forma mais alargada, incluir a descendência por via cognática<sup>387</sup>. Admitimos que podem ser consideradas diferentes construções de linhagem, plasmadas em linhas de sucessão geracionais, organizadas com

---

<sup>380</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A chefia da linhagem aristocrática, p. 38–39.

<sup>381</sup> SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – Afirmação social e liderança nobiliárquica em Portugal..., p. 50.

<sup>382</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A chefia da linhagem aristocrática, p. 38.

<sup>383</sup> Nomeadamente em instituições monásticas, vd. SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – E mostraram duas arcas hua vaça e na outra andavam cartas: monastic fonds as family archives in de Middle Ages. Em ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S.; GAGO, Alice B.; et al. (eds.) – *Recovered voices, newfound questions: family archives and historical research*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 23–34. Tenha-se igualmente em conta e como fonte de inspiração o trabalho de Warren Brown: BROWN, Warren – When documents are destroyed or lost: lay people and archives in the early Middle Ages. *Early Medieval Europe*. Vol. 11, n.º 4 (2002), p. 337–366.

<sup>384</sup> Veja-se um exemplo em: PAZ MORO, Agurtzane – Vestigios de un archivo familiar en un archivo monástico: la vinculación de la Casa de Ayala con el monasterio de Quejana (Ayala, Álava). Em LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, p. 247–258.

<sup>385</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – Linhagem e estruturas de parentesco: algumas reflexões; DACOSTA, Arsenio – De la anomalía a lo extraordinario.

<sup>386</sup> MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes*, p. 83–84.

<sup>387</sup> SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família – estruturas de parentesco e casamento, p. 126; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – Afirmação social e liderança nobiliárquica em Portugal..., p. 46, 52. Sobre o conceito entre os antropólogos, vd. AGHASSIAN, Michel; GRANDIN, Nicole; MARIE, Alain – Initiation au vocabulaire de la parenté. Em AUGÉ, Marc (ed.) – *Les Domaines de la parenté: filiation, alliance, résidence*. Paris: F. Maspero, 1975, p. 22; GOODY, Jack – *The Development of the Family and Marriage in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 227–232.

base na ascendência paterna e/ou materna, em que os seus membros partilham um antepassado comum, poder, património material e um conjunto de elementos simbólicos, como o nome e as armas<sup>388</sup>. Uma linhagem tomava forma através de construções e de reconstruções constantes, segundo as circunstâncias e as necessidades dos grupos de parentes<sup>389</sup>. Nesta aceção, tanto pode ser considerada uma linhagem a proposta agnática e patrilinear de Duby engendrada no contexto da transmissão do poder senhorial, como a linha de transmissão da administração de um morgadio (ou vínculo em geral)<sup>390</sup>.

A tendência para se seguir o modelo de sucessão dinástica da monarquia na transmissão dos direitos jurisdicionais, assim como de outros bens e direitos da Coroa<sup>391</sup>, mesmo antes da consagração jurídica da regra na Lei Mental promulgada durante o reinado de D. Duarte<sup>392</sup>, contribuiu para a construção de estruturas que privilegiaram a primogenitura varonil: as linhagens na aceção dubyniana ou as Casas senhoriais<sup>393</sup>.

---

<sup>388</sup> SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – Afirmação social e liderança nobiliárquica em Portugal..., p. 42–43.

<sup>389</sup> AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social*, p. 293, 365–367, especialmente o exemplo que apresenta da linhagem dos Vasconcelos. Veja-se igualmente como uma memória seletiva contribuiu para a construção de linhagens *a posteriori* no exemplo de alguns grupos de caseiros do concelho de Felgueiras, identificados no foral de 1514 como pagadores de direitos ao senhor da terra e, mais tarde, mencionados nas reconstituições genealógicas do *Nobiliário* de Felgueiras Gaio, em: OSSWALD, Helena – Família, casa e senhorio na época moderna: perspetivas do concelho de Felgueiras. Em TAVARES, Pedro V. B. (ed.) – *Felgueiras: 500 anos de concelho (dados e perspetivas)*. Felgueiras: Município de Felgueiras, 2015, p. 83–84.

<sup>390</sup> RESENDE, Nuno – *Vínculos quebrantáveis*, p. 92

<sup>391</sup> Houve exceções a esta transmissão integral. A mais evidente terá sido a divisão tripartida do senhorio de Nuno Álvares Pereira, cuja dimensão excessiva terá levado à busca de uma situação mais equilibrada e compatível com a dimensão do reino (CUNHA, Mafalda Soares da – *Linhagem, parentesco e poder*, p. 60–63). Dentro do grupo parental dos Limas, temos também um caso: a transmissão da jurisdição da vila e dos direitos reais em Vila Nova de Cerveira, que haviam sido outorgados a D. Leonel de Lima, não foi integralmente feita ao seu filho primogénito; com a autorização do monarca os direitos da vila foram doados ao secundogénito Fernão de Lima (AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social*, p. 232–233). Um conjunto de bens outorgados pelo rei e que, mais tarde, foram considerados bens privados e não da Coroa, também escaparam a este modelo de transmissão, não ficando sujeitos à Lei Mental; é o caso de bens concedidos em enfiteuse, de reguengos doados em propriedade plena ou de bens vagos (sobre esta questão, vd. HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 115–116, 119).

<sup>392</sup> Que passou a regulamentar a forma de sucessão nos bens outorgados pela Coroa, com base em princípios de primogenitura, varonia, inalienabilidade e indivisibilidade.

<sup>393</sup> No sentido dubyniano linhagem e Casa confundem-se (GOODY, Jack – *The Development of the Family and Marriage in Europe*, p. 228–229). Para alguns autores, que tomam o conceito de linhagem numa aceção mais lata, ligada à antiguidade e descendência de um antepassado comum, por via agnática e/ou cognática, este terá sido um momento decisivo para a passagem de determinados ramos de uma linhagem fidalga a uma Casa senhorial. Embora seja difícil fazer uma demarcação exata do momento da passagem, a linhagem com todo o seu “capital” material e simbólico transforma-se numa Casa, uma realidade considerada bem mais recente, que, por sua vez, podia incorporar ao longo do tempo outras linhagens e respetivos elementos simbólicos. Sobre esta questão, vd. HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; RODRÍGUEZ PÉREZ, Raimundo A. – Formación y desarrollo de las casas nobiliarias castellanas (siglos XVI–XVII). Em HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio; MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago (eds.) – *Nobilitas: estudios sobre la nobleza y lo nobiliario en la Europa moderna*. Aranjuez: Ediciones Doce Calles, 2014, p. 139–175. Veja-se igualmente: MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes*, p. 83–101.



Tal verificou-se, no reino português, sobretudo a partir do século XIV, numa cronologia mais tardia do que a já referida além Pirenéus. Coincidiu com a cedência de um crescente número de direitos régios e de circunscrições jurisdicionais por parte dos monarcas portugueses, primeiro, a membros da família real, depois a outros membros do grupo dominante<sup>394</sup>; o que sucedeu num contexto de progressivo redesenho da relação entre o rei e os grupos aristocráticos<sup>395</sup>. Sobretudo a partir da segunda dinastia, os monarcas procuraram assumir um papel central na manutenção e reprodução alargada da dominação aristocrática, cabendo-lhes a distribuição de rendimentos, de cargos na sua Corte e na administração central e de outros exercícios de poder, assim como a própria hierarquização do grupo por meio de um sistema de títulos<sup>396</sup>. A tentativa de moldagem desta relação justifica a criação, por parte do poder central, de dispositivos jurídicos, como a Lei Mental, definidores de um novo equilíbrio, de uma nova estruturação de poderes que se terá mantido até ao final do Antigo Regime. Como observa Nuno Monteiro, a Casa senhorial acabou por ser uma estrutura mais permeável à delimitação pelo centro institucional, que controlava o que concedia aos sucessores das Casas, desde a atribuição de rendas, ofícios e poderes à renovação de privilégios e mercês<sup>397</sup>. A partir de 1640, essa dependência em relação ao monarca tornou-se ainda mais evidente, observando-se que os principais cargos, rendas e ofícios passaram a circular de forma muito restrita entre as principais Casas que apoiaram a dinastia brigantina na subida ao trono<sup>398</sup>.

---

<sup>394</sup> CUNHA, Mafalda S.; MONTEIRO, Nuno G. – Aristocracia, Poder e Família em Portugal, séculos XV–XVIII.

<sup>395</sup> A afirmação e fortalecimento da autoridade régia já vem de trás e foi progressiva. Procurando sair da condição de *primus inter pares*, os monarcas portugueses levaram a cabo iniciativas que visavam um maior controlo do exercício de poderes públicos, muitas vezes usurpados no passado sem delegação régia (MATTOSO, José – *Portugal medieval: novas interpretações*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2002, p. 104–109). A realização de inquirições régias, primeiro particulares e depois gerais, desde o reinado de Afonso II atestam a preocupação em controlar os abusos e poderes senhoriais (vd. ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís (eds.) – *Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes (séculos XII–XIV)*. *Tributo a Luís Krus*. Lisboa: IEM, 2015; para aprofundar o enquadramento das inquirições gerais dionisinas vejam-se as edições realizadas por Sottomayor-Pizarro na coleção *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum. Nova Série. Inquisitiones*, editadas pela Academia das Ciências de Lisboa). Este movimento centralizador continuou nos séculos seguintes, mas, ainda assim, teve dificuldade em chegar a todos os espaços da periferia; o controlo do território e dos exercícios de poderes dentro do reino pelo centro não foi uniforme, ficou-se mais pela doutrina e pelo discurso do que por uma prática efetiva (HESPANHA, António M. – *As vésperas do Leviathan*, p. 432–438).

<sup>396</sup> OLIVEIRA, Luís Filipe; RODRIGUES, Miguel Jasmins – Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na 2.ª dinastia. *Revista de História Económica e Social*. n.º 22 (1988), p. 77–114; CUNHA, Mafalda Soares da – A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade. *Revista Portuguesa de História*. Vol. 31, n.º 2 (1996), p. 219–252.

<sup>397</sup> MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes*, p. 86.

<sup>398</sup> CUNHA, Mafalda S.; MONTEIRO, Nuno G. – Aristocracia, Poder e Família em Portugal, séculos XV–XVIII.

Esta tendência para a primogenitura varonil na sucessão dos senhorios e outros bens da Coroa<sup>399</sup> formou grupos com estabilidade territorial e material, o que lhes proporcionou uma maior institucionalização<sup>400</sup>. Uma parte do conjunto patrimonial acumulado dentro de uma determinada célula conjugal e doméstica era passível de ser transmitido em bloco a uma outra célula da geração seguinte. Este património era constituído por jurisdições com respetivos direitos e proventos, de rendimentos oriundos de outras mercês concedidas pelos monarcas, eventualmente de um título nobiliárquico, e de um crescente número de dependentes que orbitavam em torno do chefe de Casa e, possivelmente, dos parentes diretos que estavam sob a sua autoridade<sup>401</sup>. Entre o final da época medieval e os inícios da moderna, algumas Casas senhoriais pela sua fortuna e estatuto revelaram uma estrutura institucional complexa com cortes, órgãos de governo próprios e uma vasta rede clientelar, imitando a Casa do rei. Foi o caso das Casas dos príncipes, das rainhas, dos infantes, da de Bragança, da de Aveiro ou da de Vila Real, que controlavam territórios muito extensos<sup>402</sup>. Outras com territórios, poderes e rendimentos mais modestos apresentavam estruturas mais simples, com um menor número de criados, uma menor especialização e maior polivalência dos seus servidores<sup>403</sup>. Ao património material, acrescia um património que poderemos designar de simbólico, nomeadamente associado às linhagens/grupos parentais<sup>404</sup> aos quais pertenciam os membros do núcleo

---

<sup>399</sup> Insistimos aqui na distinção que Miguel Aguiar nos apresenta entre bens transmitidos por “sucessão” e por “herança”, sendo os primeiros indivisíveis, e os segundos repartíveis entre os herdeiros legítimos, vd. AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social*, p. 188–509. Embora a terminologia possa não ser a mais correta juridicamente (sobre a sucessão, vd. HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 463–517), serve-nos para diferenciar de forma mais clara a transmissão dos diferentes tipos de bens.

<sup>400</sup> Estes são, aliás, requisitos identificados por Paolo Cammarosano para a formação e conservação de um arquivo autónomo; era fundamental a estabilidade territorial, económica e das estruturas constituintes dos organismos (CAMMAROSANO, Paolo – *Italia medievale*, p. 206).

<sup>401</sup> OLIVEIRA, Luís Filipe – Em torno das casas senhoriais de finais da Idade Média. *Media Aetas*. n.º 3–4 (2001), p. 87–102; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Afirmção social e liderança nobiliárquica em Portugal...*, p. 51–55.

<sup>402</sup> CUNHA, Mafalda S.; MONTEIRO, Nuno G. – *Aristocracia, Poder e Família em Portugal, séculos XV–XVIII*, p. 58. Sobre a estrutura que dava corpo à Casa senhorial de Bragança, vd. CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa de Bragança (1560–1640)*, p. 201–393.

<sup>403</sup> Veja-se, a título ilustrativo, a Casa dos Coutinhos: para dar apoio às tarefas administrativas, existiram vários mordomos ou procuradores e, para as judiciais, teriam, por vezes, um ouvidor (vd. quadro em OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Casa dos Coutinhos*, p. 127). Outro exemplo, é analisado por Salvado, na Casa senhorial dos almotacés-mores do reino, ao serviço da qual estiveram vários auxiliares, laicos ou eclesiásticos, apoiando a intensa atividade notarial da Casa, vital para a gestão do seu património, vd. SALVADO, João P. – *Nobreza, Monarquia e Império: a casa senhorial dos almotacés-mores do reino (séculos XVI–XVIII)*, p. 260–287.

<sup>404</sup> A tendência, nomeadamente entre a fidalguia, foi no sentido de a Casa superar a linhagem, abrangendo-a. A linhagem foi-se tornando numa referência remota, uma mera estruturante do capital simbólico da Casa; sobretudo a partir de 1640, esta desvalorização da linhagem em relação à Casa tornou-se particularmente visível nas políticas matrimoniais (MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes*, p. 86).

conjugal<sup>405</sup>, que, por sua vez, em conjunto com outros membros da família-instituição, podiam e deviam acrescentar, a cada geração, mais património material e imaterial com novas honras e mercês<sup>406</sup>.

No entanto, nem todos estes grupos tiveram condições para fundarem Casas com as mesmas características, associadas a um senhorio e a uma série de privilégios concedidos pelo monarca. Qual o nível de acumulação de poder, riqueza e estatuto necessário para uma família de poder fundar uma Casa? Todas as famílias de poder fundaram Casas? Uma vez que o termo “Casa” parece poder recobrir formas diversas que não se restringem à Casa senhorial (no sentido de o seu titular poder exercer direitos jurisdicionais), esta é uma questão à qual voltaremos. Para já, detenhamo-nos na questão do senhorio, ou melhor, no conjunto de direitos políticos e jurisdicionais que estavam associados a um donatário.

Uma ideia veiculada pelo direito português, especialmente após a entrada em vigor da Lei Mental na década de 1430, foi a de que o recetor de direitos da Coroa, administrava-os, exercia-os e podia transmiti-los — segundo o que ficava estipulado no ato de concessão —, mas não os possuía em domínio pleno, era um donatário, um lugar-tenente do rei<sup>407</sup>. Dependendo do contexto e do tipo de concessão<sup>408</sup>, estes direitos podiam retornar à Coroa. É um facto que a observação desta lei acabou por ser bastante complacente: não obstante a tendência geral, antes dela como depois, verificaram-se e autorizaram-se sucessões que não observaram a primogenitura varonil<sup>409</sup>, assim como se permitiu que o êxito da transmissão em bloco de direitos de juro e herdade e de outros bens — nomeadamente bens livres ou outros já vinculados — ao mesmo sucessor fosse assegurado pela vinculação do conjunto<sup>410</sup>.

---

<sup>405</sup> Além da linhagem ou das linhagens a que pertencia o marido, também aquelas à(s) qual(ais) pertencia a esposa podiam enriquecer o património simbólico da Casa, especialmente quando, através do matrimónio, novos morgadios, senhorios ou a Casa da qual provinha a esposa eram incorporados.

<sup>406</sup> SOUSA, Maria João O. F. C. da Câmara Andrade e — *O Arquivo da Casa de Belmonte...*, p. 37–38.

<sup>407</sup> HESPANHA, António M. — *Como os juristas viam o mundo*, p. 110.

<sup>408</sup> No caso das concessões de “juro e herdade”, estas só retornavam à Coroa se não se observassem os requisitos previstos na Lei Mental para a sua transmissão a um sucessor. Houve, no entanto, a doação de direitos e mercês, como foi sempre o caso das tenças e das comendas, em vidas que, naturalmente, voltariam à Coroa no final das vidas estipuladas no documento de concessão (MONTEIRO, Nuno G. — Poder senhorial, p. 339).

<sup>409</sup> SOUSA, Bernardo Vasconcelos e — Linhagem e identidade social na nobreza, p. 898; MONTEIRO, Nuno G. — Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular, p. 26; HESPANHA, António M. — *Como os juristas viam o mundo*, p. 111. Acrescente-se que, por vezes, os senhorios que ficavam vagos sem um sucessor válido perante a lei eram confirmados a parentes longínquos que os reivindicavam (*Ibid.*, p. 130).

<sup>410</sup> Como fez o visconde D. Lourenço de Lima no seu testamento, vd. subcap. 12.1 e cap. 13.

Cada donatário que recebia um senhorio, para o administrar, criava e alimentava necessariamente um sistema de informação e de documentação, começando, desde logo, pela informação e pelo documento referente à doação real. A Lei Mental forneceu um enquadramento jurídico não só para a transmissão, mas também para o conteúdo e modo de concessão dos direitos da Coroa, que deveriam passar a ser outorgados pelos monarcas através de um ato escrito e expresso<sup>411</sup>, o que reforçou a necessidade de se guardar estes instrumentos e/ou as respetivas confirmações a longo prazo. Em termos arquivísticos, a documentação produzida está relacionada e é enquadrada pelos direitos e bens que constituíam o senhorio, mas não era produzida e recebida por um senhorio enquanto entidade abstrata. Os seus produtores eram os donatários ou o casal administrador dos diferentes bens e direitos, que, por sua vez, pertenciam a uma determinada família-instituição/Casa que chefiavam, podendo ser servidos por um conjunto, mais ou menos alargado, de funcionários administrativos aos quais delegavam funções e poderes. Esta documentação podia coexistir no arquivo organizacional com outra produzida e guardada pelo chefe, pela esposa, pelo casal em conjunto ou por outros membros sob a sua autoridade. A mudança para um donatário, chefe de uma outra família-instituição, implicaria a entrada da documentação relativa ao senhorio em outro arquivo organizacional<sup>412</sup>. O que terá acontecido com frequência na sequência das concentrações de senhorios jurisdicionais, ocorridas a partir do século XV, através de matrimónios vantajosos e graças à dispensa da Lei Mental<sup>413</sup>. Foi o caso dos já referidos bens da Coroa que pertenceram a D. João Luís de Vasconcelos, em cuja administração sucedeu D. Joana de Vasconcelos, sua filha, e seu marido D. Diogo de Lima, sendo a sua documentação integrada no arquivo da Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira<sup>414</sup>.

Além dos senhorios e de outros bens da Coroa transmitidos preferencialmente para o primogénito varão, alguns autores têm igualmente acrescentado o contributo da fundação de morgadios, entre finais do século XIII e inícios do seguinte, na consolidação

---

<sup>411</sup> Princípio que passa a estar em vigor com a Lei Mental e que se encontra plasmado nas Ordenações Filipinas (lv. 2, tít. 45). No entanto, muitos direitos senhoriais acabaram por ser reconhecidos e legitimados sem a existência de um título constitutivo formal e expresso devido à sua posse imemorial ou graças a interpretações generosas das fórmulas genéricas presentes em títulos anteriores (HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 122).

<sup>412</sup> Vd. o caso da documentação do senhorio de Aveiras, no subcap. 11.2.

<sup>413</sup> CUNHA, Mafalda S.; MONTEIRO, Nuno G. – *Aristocracia, Poder e Família em Portugal, séculos XV–XVIII*, p. 57–58.

<sup>414</sup> Vd. subcap. 12.2.

institucional das famílias de poder<sup>415</sup> e na fundação de Casas<sup>416</sup>. Esta é uma área que ainda carece de investigação mais aprofundada, sobretudo acerca do que representava a fundação de morgadios para os diferentes grupos sociais e de que forma os vínculos construíram ou ajudaram na consolidação determinadas famílias-instituição produtoras de arquivos organizacionais. Algumas hipóteses têm sido avançadas sobre o seu significado e gestão por famílias da média e alta aristocracia<sup>417</sup>. A maioria dos morgadios não terá sido fundada pelos chefes das principais linhagens do reino ou das principais Casas senhoriais, nomeadamente das tituladas. Todavia, muitos destes vínculos vieram, mais tarde, a incorporar essas Casas, nomeadamente graças a aportes patrimoniais ligados às alianças matrimoniais estabelecidas<sup>418</sup>. Terá sido o caso dos Limas, viscondes de Vila Nova de Cerveira, que foram administradores do morgadio de Gaião, incorporado por via do matrimónio com uma Ataíde<sup>419</sup>.

Muitas Casas senhoriais passaram a agregar, desta forma, outras expressões institucionais, obrigando a uma gestão mais exigente, pela natureza diversa dos bens, e à necessidade de arquivos organizacionais mais complexos. Como observa Nuno Monteiro, a existência destas Casas implicava a posse de um certo nível de riqueza (nomeadamente de propriedades fundiárias), um alto estatuto social dos seus membros (cargos importantes, títulos ou outros direitos exclusivos), a administração de morgadios e a existência de uma identidade partilhada. Quem nascesse ou dependesse de uma determinada Casa estava obrigado a preservar e transmitir o seu capital material e simbólico<sup>420</sup>.

É fundamental perceber como a Casa, construção social e ideológica, à qual estava associado um determinado “capital” material e simbólico, que se pretendia reproduzido ao longo de várias gerações, foi e funcionou como uma família-instituição, produtora,

---

<sup>415</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A chefia da linhagem aristocrática; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – Linhagem e estruturas de parentesco: algumas reflexões; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – Afirmação social e liderança nobiliárquica em Portugal (séculos XII–XV).

<sup>416</sup> HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; RODRÍGUEZ PÉREZ, Raimundo A. – Formación y desarrollo de las casas; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; RODRÍGUEZ PÉREZ, Raimundo A. – El linaje se transforma en casas: de los Fajardo a los marqueses de los Vélez y de Espinardo. *Hispania*. Vol. 74, n.º 247 (2014), p. 385–410.

<sup>417</sup> ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal*; ROSA, M. Lurdes – *As almas herdeiras: fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400–1521)*. Lisboa: IN-CM, 2012; ROSA, M. Lurdes – Preventing household failure. Além dos estudos de Lurdes Rosa, veja-se igualmente: AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social*, p. 285–388.

<sup>418</sup> MONTEIRO, Nuno G. – Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular.

<sup>419</sup> Vd. subcap. 10.1.

<sup>420</sup> MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes*, p. 83–101; MONTEIRO, Nuno G. – As famílias e os indivíduos. Casa, casamento e nome, p. 137.

conservadora e utilizadora de um arquivo organizacional, tendo em conta os diferentes contextos temporais, espaciais e de hierarquia social. Uma Casa agregadora do património material e simbólico de várias linhagens, senhorio(s) e vínculos, tal como foi caracterizada nos estudos de Nuno Monteiro, não foi, de facto, fundada ou mantida por todas as famílias de poder, mas sobretudo por membros da aristocracia portuguesa de corte, entre os séculos XVII e XIX. Para muitas das famílias de poder, sem senhorio, sem a mesma dimensão patrimonial e sem direitos e privilégios similares, os morgadios, ou os vínculos em geral, poderão ter desempenhado um papel fundamental na sua institucionalização, no sentido de criação de um corpo social<sup>421</sup>, que tinha necessidade de manter um arquivo organizacional a longo prazo<sup>422</sup>.

Sobre o morgadio, esclareça-se que era constituído por um conjunto de bens vinculados, indivisíveis e inalienáveis, estando sujeito a uma sucessão definida pelo seu instituidor através de um documento fundacional. Numa sociedade de pluralismo jurídico<sup>423</sup>, a instituição de um morgadio criava uma lei própria, que se pretendia ver cumprida até ao final dos tempos, que não obedecia à lei geral relativa à ordem sucessória e era reconhecida e respeitada pelos outros corpos sociais, nomeadamente pela Coroa e pela Igreja<sup>424</sup>. Formava-se a partir da terça parte da fortuna patrimonial do seu fundador, que era livre para disposição testamentária<sup>425</sup>, e construía uma unidade, através de uma linha de descendentes seus, que assegurava a sobrevivência e a gestão interna de um

---

<sup>421</sup> ROSA, M. Lurdes – Preventing household failure.

<sup>422</sup> Como o têm sugerido alguns estudos de caso analisados em: GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite*; NÓVOA, Rita L. S. – *O Arquivo Gama Lobo Salema*.

<sup>423</sup> Um pluralismo que se pode explicar pelo próprio processo de constituição das monarquias ocidentais, sem um Estado central e universalizante, como aquele que se construiu no pós-revoluções liberais, assim como pelo carácter corporativo e “natural” da organização político-social pré-iluminista. Tal teve expressão ao nível da dogmática jurídica, nomeadamente na construção do conceito de “personalidade jurídica coletiva” e na cristalização da ideia de que os poderes políticos dos corpos também eram naturais e que precediam a própria ordem jurídica, sendo-lhes reconhecida capacidade de autogoverno e autonomia perante outros corpos mais abrangentes (HESPANHA, António M. – *As vésperas do Leviathan*, p. 301, 295–455; HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 5–17; CARDIM, Pedro – *O Poder dos Afetos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, p. 25–31; GROSSI, Paolo – Un diritto senza Stato: (la nozione di autonomia come fondamento della costituzione giuridica medievale). *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*. Vol. 25, n.º 1 (1996), p. 267–284; CLAVERO SALVADOR, Bartolomé – *Razón de estado, razón de individuo, razón de historia*. Madrid: Centro de Constitucionales, 1991).

<sup>424</sup> Sobre o morgadio, vd. ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal*; HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 491–511.

<sup>425</sup> Enquanto os outros dois terços estavam sujeitos a serem partilhados entre os herdeiros (HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 493–494); MONTEIRO, Nuno G. – Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular, p. 24.

conjunto de bens não só materiais, mas também simbólicos, como era o caso do nome, das armas, de objetos ou de tradições, gestos e memórias do grupo ou da linhagem.

A dimensão espiritual ocupava um lugar fulcral numa sociedade como a pré-moderna estruturada pela ideia de *ecclesia*<sup>426</sup>. Esta penetrava todas as suas esferas, incluindo a do direito, aceitando-se, por isso, que também as almas lograssem ser herdeiras<sup>427</sup>. Compreende-se, por esta razão, que uma parte dos rendimentos do morgadio pudesse ser alocada à realização de sufrágios pela alma do(s) fundador(es) e seus parentes ou de outros encargos pios<sup>428</sup>. Porém, quando um conjunto patrimonial era exclusivamente vinculado para o cumprimento perpétuo deste tipo de obrigações pias, o vínculo podia tomar o nome de capela<sup>429</sup>, sendo o regime de instituição, a sucessão e as condições de administração desta semelhantes às do morgadio<sup>430</sup>.

Os sucessores nestes vínculos não tinham o domínio pleno dos bens e rendimentos; eram apenas os seus administradores, sendo responsáveis por manter a coesão do grupo a nível material, simbólico e espiritual. Terão predominado modelos de transmissão que davam preferência ao primogénito varão legítimo, embora estes pudessem estar abertos a outros descendentes diretos ou colaterais, incluindo mulheres<sup>431</sup>. Havia descendentes preferenciais que constituíam um repositório de herdeiros potenciais, enquanto outros podiam ser marginalizados devido a conflitos e inimizades<sup>432</sup>. No momento da fundação destes institutos, os fundadores sabiam a quem deviam deixar os bens por ordem de

---

<sup>426</sup> Sobre esta questão, veja-se AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social*, p. 310–339 (subcapítulo dedicado às “razões da fundação de vínculos: sua pertinência no sistema senhorial-ecclesial medieval”).

<sup>427</sup> ROSA, M. Lurdes – *As almas herdeiras*, p. 31–36; HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 6.

<sup>428</sup> ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 112.

<sup>429</sup> Os rendimentos serviam para sustentar a realização dos atos piedosos, havendo apenas uma pequena quota que ficava reservada para o possuidor ou administrador dos bens e/ou rendimentos (HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 511–513). Sobre as capelas, veja-se também ROSA, M. Lurdes – *As almas herdeiras*. No entanto, estas fronteiras entre capela e morgadio não foram estanques, daí a necessidade de se legislar sobre esta distinção nas Ordenações Manuelinas (cf. *Ibid.*, p. 596–597; ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 247–248). Porém, a confusão não se dissipou e a haver alguma diferença terá sido mais quantitativa do que qualitativa, tendo o morgadio uma dimensão patrimonial mais expressiva do que a capela (vd. ABREU, Laurinda – Algumas considerações sobre vínculos. *Revista Portuguesa de História*. n.º 35 (2001), p. 337).

<sup>430</sup> Para não pôr em perigo a permanência da capela na linhagem, os tratadistas do século XVI passaram a aconselhar que se consignasse a sucessão dentro da família, de preferência em morgadio (ROSA, M. Lurdes – *As almas herdeiras*, p. 593–594).

<sup>431</sup> Os vínculos de masculinidade e primogenitura estrita terão sido raros (MONTEIRO, Nuno G. – *Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular*, p. 28).

<sup>432</sup> ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 59.

prioridade e tendo em conta a necessidade de cumprimento de determinadas intenções<sup>433</sup>. O fundamental era assegurar que haveria sempre um herdeiro, que a continuidade seria sempre assegurada até ao fim dos tempos, e que a sua administração era mantida no seio grupo parental<sup>434</sup>.

A partir sobretudo de meados do século XVI, verificou-se um progressivo enraizamento de um ideal de sucessão e de representação do modelo de sucessão “pai-filho mais velho”, construído com base num conjunto de imagens e de perceções sobre a primogenitura monárquica e feudal transferidas para a sucessão vincular defendidas pelos juristas<sup>435</sup>. Construiu-se a ideia de que os filhos são a mesma pessoa dos pais e de que havia uma relação de continuidade entre o pai e o filho mais velho, análoga à relação entre Deus e Jesus, o Pai e Seu filho primogénito que eram da mesma substância<sup>436</sup>. É este o modelo de sucessão que Nuno Monteiro designa como “modelo de sucessão vincular” que se impõe a partir do século XVI entre a aristocracia de corte do reino<sup>437</sup>. No entanto, esses lugares não eram necessariamente ocupados pelo pai e pelo primogénito varão, outros membros do grupo poderiam exercer as suas funções. Em caso de viuvez e de menoridade do filho sucessor, podia ser a própria mãe a assumir o papel de chefe da família-instituição<sup>438</sup>.

---

<sup>433</sup> *Ibid.*, p. 97.

<sup>434</sup> ROSA, M. Lurdes – Preventing household failure, §4.

<sup>435</sup> Sobre esta questão, vd. CLAVERO SALVADOR, Bartolomé – Beati dictum. Derecho de linaje, economía de familia y cultura de orden. *Anuario de historia del derecho español*. n.º 63–64 (1993), p. 7–148. Refere o autor que o costume da primogenitura veio da Idade Média, assim como um direito que lhe era contrário e que não era menos real; já “el fideicomiso de familia, el orden favorable a la primogenitura, es en cambio invención y realidad moderna” (*Ibid.*, p. 26).

<sup>436</sup> CLAVERO SALVADOR, Bartolomé – Beati dictum; HESPANHA, António M. – Carne de uma só carne, p. 955; HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 315; BRIGAS, Miriam Afonso – *As relações de poder na construção do direito da família português [1750–1910]*. Lisboa: AAFDL Editora, 2016, p. 138, 146–147; LOBRANO, Giovanni – *Pater et filius eadem persona: per lo studio della patria potestas*. Milano: A. Giuffrè, 1984; LAUMONIER, Lucie – Meanings of Fatherhood in Late-Medieval Montpellier: Love, Care and the Exercise of Patria Potestas. *Gender & History*. Vol. 27, n.º 3 (2015), p. 651–668; ROSA, M. Lurdes – Preventing household failure. Hipóteses sobre outros fatores que poderão ter contribuído para a preferência dada ao primogénito em: AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social*, p. 351–353, 385.

<sup>437</sup> MONTEIRO, Nuno G. – Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular.

<sup>438</sup> Sobre a condição da mulher, vd. HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 280–286. A sua subalternização jurídica e política, não invalidou, no entanto, que mulheres da aristocracia tivessem assumido papéis muito relevantes na ausência de seus maridos, na administração dos bens familiares e como tutoras de filhos menores. Vd. alguns exemplos: de Filipa de Sousa e Mécia Eça em GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite*, p. 170, 190–191; de Antónia de Vasconcelos em RESENDE, Nuno – *Vínculos quebrantáveis*, p. 108–109; de Isabel da Costa, viúva de Estêvão de Brito Nogueira, nos subcap. 11.1 e 11.2.



Não cabe aqui explorar toda a complexidade dos vínculos, do que motivou o seu surgimento e expansão. Como tivemos oportunidade de sublinhar, esta é uma área que carece ainda de estudos mais aprofundados que nos permitam ter uma visão alargada do perfil dos seus mentores, das suas motivações e dos modelos instituídos e seguidos nos diferentes grupos sociais<sup>439</sup>. Do mesmo modo, é fundamental continuar a sondar a sua articulação com as diferentes configurações das famílias, nomeadamente com a Casa, e as consequentes repercussões na formação e manutenção de arquivos organizacionais.

Em relação a estratégias anteriores, com organização incipiente, que favoreciam a dispersão patrimonial e simbólica, os morgadios poderão ter funcionado como um mecanismo acionador de uma gestão mais eficiente e duradoura dos bens materiais e simbólicos, capaz de melhor fazer face a poderes concorrentes e proteger um determinado grupo parental de interferências externas, facilitando a reprodução do seu poder e, em muitos casos, sustentando uma estratégia de ascensão social<sup>440</sup>. Neste âmbito, a figura de autoridade consagrada no fundador e no seu representante funcionou no morgadio como agregadora para evitar falhas na continuidade, indo para lá dos próprios indivíduos, pois seria o corpo social que importava perpetuar<sup>441</sup>. Como já mencionámos, com a fundação de um vínculo nascia a necessidade de manutenção de um arquivo organizacional a longo prazo, que escudasse, fizesse prova e sustentasse a gestão destes núcleos patrimoniais regidos por uma lei própria. Desde logo o documento de instituição e todos os outros atos que o complementavam e acrescentavam valor ao morgadio, assim como todos os papéis e contratos vitais para a gestão corrente da propriedade. A documentação produzida e recebida no âmbito da gestão de um morgadio acompanhava-o quando este entrava ou saía de uma Casa, andando associada à linha de administradores que se sucediam<sup>442</sup>. Dentro do arquivo organizacional dos seus administradores, as suas informações e documentos podiam ser tratados como um sistema de informação à parte, através da produção de tombo e a

---

<sup>439</sup> Esperando-se que a base de dados que está a ser contruída no projeto VINCULUM e os estudos em curso tragam novas perspetivas sobre estas matérias.

<sup>440</sup> ROSA, M. Lurdes – Preventing household failure, §51; ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 56–57. Ao salientarmos o carácter estratégico que a fundação de morgadios pode ter exercido na reprodução do poder dos grupos, não queremos obliterar o contexto cultural e mental em que estes surgiram e as funções que desempenharam no âmbito espiritual, nomeadamente através dos encargos pios pelo sufrágio das almas dos seus instituidores ou de outras obrigações caritativas. Questões que já referimos, ainda que com brevidade (vd. ROSA, M. Lurdes – *As almas herdeiras*).

<sup>441</sup> ROSA, M. Lurdes – Preventing household failure, §6 e §55.

<sup>442</sup> Veremos adiante o caso da documentação do morgadio de Santo Estêvão de Beja, que foi entregue ao novo administrador, o conde dos Arcos, com as folhas de um inventário nas quais estava descrita. Vd. subcap. 12.2.1.

realização de inventariações que lhes eram exclusivamente votados<sup>443</sup>. Todavia, tal como no caso do senhorio, não era um morgadio em abstrato que acumulava a documentação e formava o arquivo organizacional, mas os administradores do vínculo. O vínculo demandava a construção de uma linhagem de administradores que se sucediam e produziam documentação. Esta linhagem começava a formar uma família-instituição ou encastrava em famílias-instituição já existentes, criando a sua documentação relações com a documentação que se encontrava nos arquivos organizacionais dessas estruturas que os recebiam. Podia dar-se o caso de, mais tarde, passar a outra família-instituição, desligando-se parcialmente dos laços anteriormente tecidos e criando novos em outro arquivo organizacional, como nos parece ter sido exemplo a documentação dos vínculos dos Nogueiras, integrada no arquivo organizacional da família Brito, na geração chefiada por Mem de Brito<sup>444</sup>. Esta circunstância mostra como os arquivos podiam ser extremamente fluídos e dinâmicos e, para os compreender, é fundamental tentar perceber como se realizaram estas sobreposições. Com a fundação de um morgadio, fundou-se uma Casa e um arquivo organizacional? Ou a Casa com um arquivo organizacional já era uma realidade quando se fundou o morgadio? O que aconteceu à documentação do vínculo quando este foi incorporado numa determinada Casa?

Estudos realizados para a época moderna indiciam o papel elementar que a Casa assumiu como catalisadora do fenómeno e da linguagem vincular, não só na alta aristocracia de corte<sup>445</sup>, mas também em famílias de poder, cujos membros vieram a pertencer a elites ou aristocracias locais, urbanas ou rurais<sup>446</sup>. Casa, vínculo(s) e nome de linhagem tornaram-se elementos inseparáveis para as famílias de poder que pretendiam garantir o sucesso da sua reprodução social. Nesta trilogia, a noção de Casa saiu fortalecida,

---

<sup>443</sup> A título ilustrativo, vd. o livro de tombo do morgadio do Canidelo (BNP, ALB, Roma, cx. 70A, cap. 5) ou o livro de tombo do morgadio de Freiriz e Penegate (BNP, ALB, Enc., cx. 45B, cap. 1), estudados em GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite*, p. 259–261. Vd. os casos analisados nos subcap. 11.3 e 12.1.1.

<sup>444</sup> Vd. cap. 11.1.

<sup>445</sup> MONTEIRO, Nuno G. – Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular.

<sup>446</sup> É o que nos parece indicar o estudo de Alice Gago sobre as famílias instituidoras de vínculos entre os finais da época medieval e o início da moderna, que pertenciam a elites urbanas, nomeadamente da cidade do Porto: GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite*. Vejam-se igualmente os estudos de Damião Rodrigues sobre as Casas vinculares micaelenses nos séculos XVII e XVIII, nos quais defende que a Casa se tornou no modelo de organização dos grupos domésticos das aristocracias locais em S. Miguel em estreita relação com o sistema vincular (RODRIGUES, José Damião – A casa como modelo organizacional das nobrezas de São Miguel (Açores) no século XVIII. *História: Questões & Debates*. n.º 36 (2002), p. 11–28; RODRIGUES, José Damião – Casas vinculares, memória e arquivos. Um estudo de caso: São Miguel (Açores), séculos XVII–XVIII. Em LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, p. 281–292), assim como o de Nuno Resende sobre o morgadio de Boassas e as suas relações entre os séculos XVI e XVIII (RESENDE, Nuno – *Vínculos quebrantáveis*, p. 86–138).

tornando-se no principal objeto relacional, patente na expressão que passa a predominar na literatura histórica e genealógica da época: uma linhagem (com o sentido de descendência de um antepassado comum), um conjunto patrimonial, um arquivo ou um vínculo “entram” numa Casa<sup>447</sup>.

Alguns autores têm afirmado que a Casa é sobretudo uma realidade da época moderna<sup>448</sup>, porém, para períodos anteriores, este é um tema que carece de mais investigação<sup>449</sup>. Note-se, no entanto, que a nossa observação da Casa não deve cingir-se às características da Casa senhorial cujo chefe tem poderes de mando, sendo detentor de direitos jurisdicionais, e nem ao conceito apresentado por Nuno Monteiro com base na sua análise do comportamento do topo da aristocracia nos finais do Antigo Regime. Estudos como o de Nuno Resende têm revelado que a conotação dada à Casa por estes grupos não seria a mesma de outros posicionados em diferentes estádios da hierarquia social e espacial do reino, havendo diferenças substanciais na dimensão física e simbólica das Casas, assim como nos privilégios inerentes, com claras implicações na consolidação patrimonial (material e simbólica) e na capacidade de assegurar a sua transmissão multigeracional sem se extinguirem ou se diluírem em outras<sup>450</sup>. Para aqueles que possuíam núcleos patrimoniais menores, a dispersão dos bens pelos herdeiros geraria estruturas menos estanques, sem a capacidade de manter o grupo coeso e transmitir com sucesso durante várias gerações um corpo de símbolos identitários e de memória distintivos associados à Casa/família-instituição, facto que a fundação de morgadios poderá ter ajudado a estabilizar, dependendo das cláusulas de transmissão e dos contextos<sup>451</sup>. Esta fluidez não seria sinónimo de ausência de sistemas de informação ou de arquivos

---

<sup>447</sup> OSSWALD, Helena – Família, casa e senhorio, p. 87.

<sup>448</sup> ZABALZA SEGUÍN, Ana – Casa e identidad social: la casa en la sociedad campesina: Navarra, 1550–1700. Em IMÍZCOZ BEUNZA, José María (ed.) – *Casa, familia y sociedad (País Vasco, España y América, siglos XV–XIX)*. Bilbao: Servicio de Publicaciones, 2004, p. 79; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; RODRÍGUEZ PÉREZ, Raimundo A. – Formación y desarrollo de las casas.

<sup>449</sup> Nomeadamente para o final da Idade Média, na passagem do século XV para o XVI; para as centúrias posteriores há investigações e conhecimentos mais sistemáticos e globais (MONTEIRO, Nuno Gonçalo – As nobrezas portuguesas na época moderna).

<sup>450</sup> RESENDE, Nuno – *Vínculos quebrantáveis*, p. 130. Também Nuno Monteiro reconhece a maior fluidez da identidade, do património e do comportamento de Casas pertencentes a fidalgos de província (MONTEIRO, Nuno G. – Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular, p. 37–38).

<sup>451</sup> Nos casos já citados e estudados por Alice Gago, a fundação de morgadios terá sido fundamental para a consolidação institucional e ascensão social desses grupos (GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite*). No caso estudado por Nuno Resende, em torno das Casas com relações com o morgadio de Boassas, a inconstância parece ter sido maior (RESENDE, Nuno – *Vínculos quebrantáveis*, p. 101–131).

organizacionais do grupo<sup>452</sup>, mas certamente propiciou uma maior dispersão como resultado das sucessivas divisões e transmissões<sup>453</sup>. Como já o dissemos, esta consideração é fundamental para a análise dos arquivos das grandes Casas aristocráticas do Antigo Regime porque neles há vestígios de documentação, especialmente ligada à posse e gestão de propriedades, que fez outrora parte de sistemas de informação e de arquivos organizacionais de outras Casas ou de outros grupos familiares, alguns provenientes de níveis mais baixos da hierarquia social. Esta realidade plurifacetada deve ser tida em consideração na análise dos arquivos organizacionais que se produziram e conservaram.

Há ainda um longo caminho a percorrer no exame destas questões. Esta reflexão preliminar foi o pano de fundo que auxiliou as nossas reconstituições e interpretações, uma vez que, senhorio e morgadios desempenharam um papel crucial na institucionalização das gerações selecionadas para este estudo, entre o século XIV e o XVII, contribuindo, assim, para a formação de corpos com uma identidade comum.

---

<sup>452</sup> Como bem nos demonstra o estudo de El-Leithy, não termos hoje os arquivos organizacionais de alguns grupos, não significa que não tivessem existido, vd. EL-LEITHY, Tamer – Living documents, dying archives.

<sup>453</sup> Como lembra Guy Lemeunier, as coisas divididas sem memória perecem (LEMEUNIER, Guy – «Porque las cosas divididas sin memoria perecen»: regard anthropologique sur le majorat castillan. Em *La vie, la mort, la foi, le temps. Mélanges offerts à Pierre Chaunu*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993, p. 719–723).

## **CAPÍTULO 4**

### **Aplicação da Arquivística Histórica a um caso de estudo**

O nosso projeto de investigação resultou da aplicação da abordagem em Arquivística Histórica, que descrevemos detalhadamente no capítulo 2, a um caso de estudo: o(s) arquivo(s) produzido(s) e conservado(s) pelos viscondes de Vila Nova de Cerveira até ao século XVII. À luz das coordenadas atrás apresentadas, é fundamental, antes de mais, delimitar o nosso objeto, justificar algumas das opções tomadas e apresentar os principais objetivos, questões e hipóteses que orientaram o nosso itinerário investigativo, que ficou plasmado na estrutura da tese, assim como pormenorizar as metodologias utilizadas.

#### **4.1. Objeto, objetivos e problematização**

A nossa investigação teve como objetivo principal a análise do arquivo organizacional dos viscondes de Vila Nova de Cerveira e das famílias que contribuíram para a sua constituição e conservação entre o século XIV e o século XVII. A análise e compreensão da constituição, organização e usos dados à informação organizacional, documentalizada e transformada em arquivos, produzidos pelos próprios grupos familiares, é fundamental para compreender a sua sociogénese enquanto corpos institucionalizados, enquanto famílias-instituição com uma identidade e uma memória partilhadas<sup>454</sup>. Este seria um caminho que, em última análise, nos permitiria compreender melhor a formação e a consolidação institucional da Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira até ao século XVII. Porém, são fundamentais alguns esclarecimentos prévios sobre o objeto de estudo e os objetivos desta investigação.

Primeiro, a delimitação das famílias a estudar com profundidade. Na impossibilidade de analisar detalhadamente a história de todos os grupos familiares e vestígios dos respetivos arquivos organizacionais presentes no arquivo dos viscondes, sem comprometer os objetivos inicialmente traçados e para os conseguir cumprir em tempo útil, delimitámos o nosso exame às famílias e aos arquivos organizacionais: dos Britos Nogueira, que se

---

<sup>454</sup> Sobre o carácter sociogenético dos arquivos familiares, vd. MORSEL, Joseph – En guise d'introduction, p. 17. Perspetiva que tem sido confirmada por várias investigações sobre arquivos familiares citados ao longo da nossa dissertação, vd. subcap. 3.1.

uniram aos Lima antes de 1578<sup>455</sup>; dos Limas, cujos chefes vieram a receber o título de viscondes de Vila Nova de Cerveira, antes da união aos Britos Nogueira; e da continuação destas duas famílias/Casas e do título nas gerações chefiadas por D. Lourenço de Lima Brito Nogueira e por D. Diogo de Lima Brito Nogueira. Estes Lima Brito Nogueira e os seus sucessores deram continuidade à Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira até ao século XIX, recebendo mais apelidos ao longo do tempo, nomeadamente o de Vasconcelos e o de Teles da Silva, fruto das uniões matrimoniais estabelecidas. A opção tomada não foi definida *a priori*, mas após ter sido realizada uma prospeção geral à documentação disponível, assim como uma primeira análise dos inventários antigos existentes e das genealogias de algumas das famílias representadas. Identificámos vestígios de diferentes sistemas de informação e arquivos organizacionais dentro do arquivo da Casa dos viscondes e considerámos que o foco nas famílias e arquivos mencionados permitiria responder às nossas questões de partida, não invalidando que, em futuras investigações, e dado o trabalho prévio de contextualização agora realizado, se pudessem explorar os restantes.

Segundo, a cronologia. O arquivo da Casa dos viscondes, elevados a marqueses de Ponte de Lima em 1790<sup>456</sup>, assumiu funções organizacionais até à centúria de Oitocentos, altura em que a legislação liberal começou progressivamente a dismantelar toda a estrutura social do Antigo Regime; extinguiram-se privilégios, dividiu-se propriedade até aí vinculada, extinguiu-se a família como corpo e, conseqüentemente, criou-se um cenário favorável à dispersão da documentação do arquivo organizacional. No entanto, a fixação do *terminus ad quem* no século XVII, especificamente até ao ano de 1686, que coincide com a morte e fim do viscondado de D. Diogo de Lima<sup>457</sup>, e não no século XIX, foi uma decisão planeada. Esta resolução não foi motivada apenas pela necessidade de limitar o volume da massa documental a ser analisada com maior profundidade, mas também pela hipótese de os viscondados de D. Lourenço de Lima e de D. Diogo de Lima terem sido importantes para a construção e consolidação institucional da Casa como corpo supraindividual agregador de

---

<sup>455</sup> A união entre Inês de Lima e Luís Brito Nogueira deu-se antes do falecimento de D. Francisco de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira, em 1578. Vd. subcap. 11.4.

<sup>456</sup> A 17 de dezembro de 1790, embora a carta do título, concedido de juro e herdade, só tenha sido passada a 14 de abril de 1795 (FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930. Vol. 3, p. 92; ANTT, *Chancelaria de D. Maria I*, lv. 47, f. 276v–277). A carta de 322 858 réis de assentamento é de 25 de maio de 1791, na qual se refere que já havia sido feita mercê do título (ANTT, *Chancelaria de D. Maria I*, lv. 37, f. 105).

<sup>457</sup> Vd. subcap. 12.2. e contextualização no subcap. 8.2.

diferentes configurações institucionais e entidade capaz de mover os mecanismos necessários para se perpetuar, com uma identidade e um património material e imaterial sólidos associados a um título nobiliárquico, possibilitando que esta, no dealbar no século XVIII, estivesse entre as Grandes Casas do reino<sup>458</sup>. O viscondado de D. Diogo foi particularmente atribulado. Houve lutas internas devido à sucessão na Casa, à herança de seu pai e à administração de alguns morgadios. O período de certa acalmia que se seguiu e a naturalidade com a qual se preparou uma sucessão feminina na Casa, com D. Maria de Lima, nos inícios do século XVIII, terão beneficiado da estabilização, capacidade de gestão do conflito e acumulação patrimonial realizadas nestes dois viscondados, com um arquivo que se foi tornando cada vez mais preparado para dar resposta quando mobilizado durante os dois viscondados seguintes, o de D. João Fernandes de Lima e o de D. Tomás de Lima, entre os finais do século XVII e os inícios da centúria seguinte. A possibilidade de aprofundar a história da Casa até ao século XVII pareceu-nos importante até por ser um período menos conhecido da sua história, havendo vários aspetos que já foram estudados para centúrias posteriores<sup>459</sup>. Quanto ao *terminus a quo*, a sua fixação no século XIV corresponde à data do documento mais antigo que esteve presente no arquivo organizacional em estudo e que foi produzido por um membro dos Limas, Fernão Eanes de Lima. Foi a partir da fixação deste prócere de origem galega no reino português, na região minhota, e da sua união a uma senhora da linhagem dos Silva, que se deram os primeiros passos para a formação da família-instituição Lima, centrada numa linha de transmissão de um conjunto de bens e direitos da Coroa portuguesa, vindo os seus chefes a ostentar o título de viscondes de Vila Nova de Cerveira a partir de 1476<sup>460</sup>.

A continuidade do património material e simbólico associado a esta Casa senhorial foi assegurada por um neto do visconde D. Francisco de Lima, por via materna. Esse neto era filho de Luís de Brito Nogueira, que veio a ser administrador dos morgadios de Santo Estêvão de Beja e de S. Lourenço de Lisboa, após a morte do pai. Daí a importância de se

---

<sup>458</sup> Embora dentro da hierarquia das Grandes Casas do reino não fosse das mais importantes e das mais procuradas em termos matrimoniais (MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes*, p. 131–133), conseguiu conquistar um património sólido, uma identidade estável e exercer influência para assegurar a sua posição e a sua sucessão.

<sup>459</sup> As características e trajetórias das Grandes Casas do reino no final do Antigo Regime são hoje bem conhecidas graças aos estudos de Nuno Monteiro, veja-se o estudo seminal: MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes*.

<sup>460</sup> Vd. subcap. 10.

examinar igualmente a história e o arquivo dos Britos Nogueira. Apostamos, assim, numa análise transepocal, em relação às periodizações académicas tradicionais, que facilitasse a compreensão dos processos históricos ligados à evolução do nosso objeto de estudo.

Terceiro esclarecimento: o que entendemos por formação e consolidação institucional da Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira e, em geral, das outras famílias-instituição. Do que ficou exposto no capítulo anterior, compreendemos que a Casa, entidade agregadora de diferentes configurações institucionais é uma construção. Importa compreender os diferentes elementos que contribuíram para a formação desse corpo com uma identidade própria. A consideração de uma “consolidação” passa pela capacidade de construir a instituição, nas suas diferentes configurações, e de a perpetuar com sucesso. Nesta consideração devemos, porém, ter um cuidado: evitar visões teleológicas sobre a continuidade destes corpos. Perante um oceano de possibilidades, conhecemos aquela que se veio a concretizar, mas, como alerta Haddad, devemos matizar o “excesso de coerência do discurso histórico”<sup>461</sup>, dando atenção a conjunturas e ações específicas, não deixando de mostrar as contradições e incertezas que existiram antes da concretização de uma dessas possibilidades. Há representações que os atores sociais fazem de si mesmos *a posteriori*, nomeadamente na organização do seu arquivo, que, tomados como pontos seguros, nos podem levar a desvalorizar o carácter construído das identidades. Olhando para os percursos das famílias-instituição que teremos sob análise, talvez existam diferentes momentos de consolidação institucional e não apenas um. Considerando a continuidade que foi possível assegurar, por via materna, através de D. Lourenço de Lima, verificámos que este visconde e o seu sucessor procuraram a perpetuação desse corpo independentemente de vontades individuais e de interesses específicos dentro do grupo de parentes, ainda que os resultados das suas ações não fossem conhecidos de antemão e que acontecimentos imprevisíveis tivessem vindo, por vezes, modificar os planos inicialmente delineados. Discutiremos como estes dois viscondados terão sido dois momentos importantes de consolidação institucional da Casa antes do século XVIII, com recuos — nomeadamente com a perda de dois morgadios de relevo, Gaião e Santo Estêvão de Beja —, mas também com conquistas para a Casa, nomeadamente na disputa por bens da “Casa de Mafra”. Note-se, ainda, que o arquivo organizacional não é o único elemento a avaliar

---

<sup>461</sup> HADDAD, Élie – *Fondation et ruine d’une maison*, p. 18.



na sociogénese dos grupos, na construção e consolidação de uma família-instituição. O sistema de informação organizacional destes grupos incluiria outra informação simbólica, memorialística e cerimonial<sup>462</sup>, plasmada em gestos, comportamentos, objetos, brasões e edifícios ou outras manifestações que também contribuíam para a construção da sua identidade e memória partilhadas, que podem ter, ou não, ficado registadas por escrito pelo próprio grupo ou por entidades externas. A nossa tese centra-se apenas na produção e usos da informação documentalizada que integrava os arquivos organizacionais destes grupos e não se debruça sobre outros elementos do seu património material e imaterial que pudessem pertencer aos seus sistemas de informação organizacional.

O quarto e último esclarecimento: não se pretende fazer uma nova história destas famílias com base no seu arquivo. Para se explorar com profundidade essa história e percursos dos membros das famílias-instituição em análise, além da consulta de documentação deste arquivo, seria necessário o recurso sistemático a outra documentação, produzida por outras entidades com as quais estes indivíduos interagiram. No entanto, para estudar a organização interna dos grupos, como se regulamentavam, organizavam, identificavam e se reproduziam<sup>463</sup>, é fundamental conhecer vários aspetos do percurso social dos membros que as compunham. Por isso, complementámos informação recolhida em documentação dos seus arquivos organizacionais — ainda existente ou referida em inventários — com bibliografia já publicada que aborda trajetórias sociais de membros dos Nogueiras, dos Britos Nogueira e dos viscondes de Vila Nova de Cerveira. Pontualmente, foram confirmados alguns dados na Chancelaria Régia, em nobiliários e livros de genealogia, como em outras fontes manuscritas ou impressas, embora esta pesquisa não tenha sido uma prioridade. Do mesmo modo, também era importante conhecer aspetos das relações clientelares tecidas em torno da Casa e da sua estrutura administrativa. Na ausência de estudos prévios e sistemáticos com recurso a fontes internas e externas à Casa, nem sempre foi possível uma compreensão aprofundada destes aspetos, nem a identificação de todos os funcionários que estavam ao seu serviço e do papel que desempenharam na produção e na gestão documental.

---

<sup>462</sup> ROSA, M. Lurdes – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 573.

<sup>463</sup> ROSA, M. Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais, p. 36.

Feitos estes esclarecimentos, destacamos que o arquivo é nesta investigação um objeto de estudo em si e, simultaneamente, uma fonte que é problematizada. O mote para as principais problemáticas que orientaram a nossa análise já foi lançado nos capítulos anteriores, pelo que aqui apenas as sistematizamos para mostrarmos, de seguida, no nosso itinerário investigativo, como a abordagem em Arquivística Histórica nos ajudou a ensaiar algumas respostas às questões expostas.

O caráter construído e dinâmico do arquivo, quer seja do organizacional quer do “histórico”, levanta vários problemas durante a sua análise. Como decodificar as diferentes intertextualidades acumuladas? Como detetar as várias “transformações”? Como se transformou o arquivo dos viscondes num arquivo histórico? Que ligações é possível restabelecer com o passado pré-moderno e com o arquivo organizacional? Para isso, é fundamental interrogar o que restou, equacionar as destruições e as dispersões e os seus significados. O trabalho de desconstrução das “fontes” é essencial tendo em conta a mudança constante das condições sociais e culturais que possibilitam a sua conservação e transmissão<sup>464</sup>.

O arquivo organizacional não é, portanto, estático e não é um espaço de acumulação progressiva. Os documentos-registo são criados, incorporados, mas também saem ou são destruídos. A expressão “arquivos de arquivos”<sup>465</sup> de Aguinagalde ou “arquivos dentro de arquivos”<sup>466</sup> de Lafuente Urién pode ser enganadora se não explicarmos como os arquivos se construía e reconstruía não só com a entrada e a acumulação, mas também com a saída ou a destruição de conjuntos documentais. A saída era muito comum, como já mencionámos, no caso da transferência da administração de vínculos: havia um sistema de informação vital que tinha de os acompanhar, desde logo aquela que dizia respeito ao ato fundacional e à gestão corrente da propriedade e das suas obrigações. Não era, porém, incomum que, mesmo no caso de outras propriedades não vinculadas ou antes de terem sido vinculadas, se guardassem provas antigas da sua titularidade jurídica, que as acompanhavam quando vendidas. Daí encontrarmos documentação de transação de propriedades mais antiga cujos produtores

---

<sup>464</sup> ESCH, Arnold – Chance et hasard de la transmission.

<sup>465</sup> BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – Archivos de Familia y Archivos domésticos Treinta años de experiencias.

<sup>466</sup> LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – Archivos nobiliarios. Em GARCÍA ASER, Rosario; LAFUENTE URIÉN, Aránzazu (eds.) – *Archivos nobiliarios: cuadro de clasificación: Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas, Subdirección General de los Archivos Estatales, 2000, p. 19.

nada parecem ter que ver com as famílias-instituição em estudo. Esta observação não é exclusiva para os arquivos de família, mas também visível, por exemplo, em cartórios de igrejas e mosteiros<sup>467</sup>. A dinâmica do arquivo acompanhava a dinâmica da transmissão da propriedade, mas não só. O que se decidia guardar, destruir ou transferir em determinados momentos era igualmente reflexo dos interesses e das preocupações dos seus produtores e conservadores, que também cambiaram ao longo do tempo, não só por influências externas, mas também de acordo com a personalidade dos indivíduos que o tinham sob sua responsabilidade. Tudo isto nos coloca desafios na reconstituição dos arquivos, na sua interpretação e na construção de uma representação da relação entre documentos, produtores e contextos de produção e de uso em toda a sua complexidade. Nem toda a documentação produzida era guardada e nem toda a documentação guardada era inventariada. Temos de equacionar igualmente aquilo que os grupos consideravam ser o seu arquivo ou cartório e como essa noção mudou na diacronia. O exame do núcleo de documentação pertencente aos viscondes que mapeámos na Biblioteca da Ajuda contribuirá para uma reflexão sobre esta questão, uma vez que foi doado ou vendido ao conde de Redondo e dele não conhecemos nenhuma inventariação detalhada que identifique aquela documentação como fazendo parte do cartório da Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira<sup>468</sup>. Neste âmbito, considerar a noção de arquivo organizacional já apresentada ou a de “práticas arquivísticas”<sup>469</sup>, pode ajudar-nos a ir além do que foi considerado ser o “arquivo” ou cartório em determinado momento da história destas famílias e olharmos de forma mais abrangente para os documentos que eram produzidos e mobilizados em determinados contextos. Como já mencionámos, a sua preservação a longo prazo está associada a grupos familiares com

---

<sup>467</sup> Podemos citar o exemplo do cartório do mosteiro de Paço de Sousa e de alguns documentos incluídos no seu cartulário (LOPES, Filipa; SILVA, Maria João Oliveira e (eds.) – *Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu academiae scientiarum olisiponensis edita. Nova série, volume V, Diplomata et chartae, livro dos testamentos do mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa, edição crítica*. Lisboa: ACL, 2015): vejam-se as doações feitas à igreja S. Miguel de Belece (doc. 105, p. 193) ou mosteiro de S. Miguel do Mato (doc. 106, p. 195), assim como um contrato feito com Galindo Gonçalves e os patronos da igreja de S. Mamede de Canelas (doc. 121, p. 221), instituições que vieram a estar sob a esfera de influência do mosteiro de Paço de Sousa. Outro exemplo, é o das compras integradas no dossier de Santo Antonino de Barbudo no *Liber Fidei*, que na sua maioria foram realizadas por leigos que vieram, mais tarde, a doar os bens comprados a Barbudo (COSTA, Avelino de Jesus da (ed.) – *Liber Fidei Sanctae Bracaraensis Ecclesiae*. Braga: Junta Distrital, 1965, docs. 234 a 237).

<sup>468</sup> No Inventário do cartório de Ponte de Lima, realizado em 1675–77, é acrescentado, no final, um maço extraordinário de papéis “que importam”, entre eles um “maço de papéis de listas de gente e armas tocantes à milícia” e um “maço de cartas ordinárias” (VNC, cx. 14, n.º 9, f. 30v). Eventualmente, podem ser alguns dos documentos hoje presentes neste núcleo, mas é impossível ter a certeza.

<sup>469</sup> ROSA, M. Lurdes – Reconstituindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 550, 575.

configurações institucionais voltadas para uma reprodução também pensada de forma longitudinal. Como se formaram, desenvolveram e se relacionaram estas configurações e seus arquivos no caso dos Limas, dos Britos Nogueira e dos Lima Brito Nogueira? É uma questão fundamental à qual teremos de dar resposta. Ainda que a ação individual dos membros destes corpos fosse norteadada por modelos profundos do mundo e da vida e que as práticas arquivísticas estivessem dependentes de uma determinada “arquivabilidade”<sup>470</sup>, as histórias de cada família e do seu arquivo organizacional conjugaram-se e evoluíram de forma única, sendo necessário examinar as suas especificidades.

Nesta sequência, outro desafio será a análise da construção de identidades comuns a partir do exame destes arquivos. Os arquivos assumem e assumiram múltiplas funções e significados<sup>471</sup>. Para as famílias pré-modernas, o arquivo era usado e transmitido como um instrumento de prova e de gestão das suas propriedades e dos seus privilégios<sup>472</sup>, mas também como elemento constitutivo da sua memória e um dos pilares da construção de identidade(s) e de distinção social<sup>473</sup>; tudo contribuindo para a legitimação do seu domínio.

Os corpos familiares, seus arquivos e suas identidades são construções contínuas, nem sempre fáceis de apreender em toda a sua complexidade. Uma leitura aproximada a esta complexidade terá de ser inferida após o exame do que era guardado, das organizações que foram dadas ao arquivo, do que era destruído ou silenciado, do que era mobilizado em momentos de conflito ou para garantir a coesão do grupo. Buscamos, assim, respostas para

---

<sup>470</sup> Tradução do termo “archivality” avançado por Randolph Head. Este historiador analisa os sistemas de conservação documental como produtos de diferentes “archivalities”, sendo que “any particular archivality emerges out of the configuration of phenomena at multiple levels of abstraction, including medial forms [...], medial configurations [...], the architecture and the organisation of space in repositories, the staff involved, and so forth, as well as the way a repository embodies cultural forms (law, ceremony, administration) and cultural practices (writing, compiling, sorting, searching, and deploying). Defining different archivalities provides a way to distinguish the different ways in which records accumulated, how they were preserved, and how later actors deployed them across multiple cultural contexts and periods. It allows us to distinguish medieval from early modern archivality within Europe, as well as European from Chinese, South Asian or Islamic archivalities [...]”, vd. HEAD, Randolph C. – Early Modern European Archivality: Organised Records, Information, and State Power, c. 1500. Em PETERS, Kate; WALSHAM, Alexandra; CORENS, Liesbeth (eds.) – *Archives and Information in the Early Modern World*. Londres: British Academy, 2018, p. 29–51, citação na p. 32.

<sup>471</sup> KETELAAR, Eric – Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony. *Archival Science*. Vol. 7, n.º 4 (2007), p. 343–357; KETELAAR, Eric – Cultivating archives: meanings and identities. *Archival Science*. Vol. 12, n.º 1 (2012), p. 19–33.

<sup>472</sup> A influência do direito romano a partir do século XII e reinterpretação dos conceitos de evidência, prova e fé pública (*fides publica*) foram fundamentais para a crescente valorização da produção e do uso da prova escrita, levando à necessidade de a conservar a longo prazo (vd. HEAD, Randolph – *Making archives in early modern Europe*, p. 43–71).

<sup>473</sup> GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit – Identidad nobiliaria y legitimación del poder a través de los archivos de familia.

um conjunto de questões: Como se configuraram institucionalmente as famílias e gerações selecionadas? Como se documentaram, que informação documentalizada guardaram, como a organizaram e para quê? Que narrativas produziram e que imagens deram de si através das suas práticas arquivísticas e do seu arquivo? Que contextos favoreceram essas construções? De que forma estes usos e discursos do arquivo contribuíram para a sua consolidação institucional, criando um corpo com uma identidade e património próprios?

#### 4.2. Itinerário da investigação e metodologias

A decisão de seguir uma abordagem em Arquivística Histórica na nossa investigação levou ao cruzamento de teorias e de metodologias da História, da Arquivística, da Ciência da Informação e da Antropologia Histórica. Procuraremos deixar clara a forma como as propostas avançadas por esta área de interceção nortearam o nosso percurso investigativo.

Antes de tudo, para a preparação do projeto, foi realizada uma primeira sondagem à documentação conhecida e disponível para ser consultada no fundo *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima*. Foi igualmente mobilizada bibliografia e informação genealógica sobre algumas famílias/Casas representadas no arquivo, assim como alguns estudos preliminares sobre a sua produção documental e as suas práticas arquivísticas<sup>474</sup>.

Estando esta primeira prospeção feita, foi essencial, num primeiro momento, compreender o que era o fundo *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima* que esteve temporariamente depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>475</sup> e que se encontra em mãos privadas<sup>476</sup>, e indagar como se deu a desconexão desta documentação ao arquivo organizacional dos viscondes e ao mundo pré-moderno<sup>477</sup>. Este fundo é o resultado de uma reconstrução feita pelo atual proprietário e pelos técnicos da Torre do Tombo a partir de uma parte do arquivo organizacional que esteve no Palácio da Rosa, em Lisboa. Foi essencial procurar informação não só sobre a dispersão desta

---

<sup>474</sup> Foram realizados ensaios exploratórios sobre a produção documental e os inventários de algumas delas em ROSA, M. Lurdes – Os espelhos; FARELO, Mário – Os morgadios dos Nogueiras: entre a estratégia de poder e a lógica documental. Em ROSA, M. Lurdes (coord.) – *Arquivos de família, séculos XIII–XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos, 2012, p. 185–204.

<sup>475</sup> Com descrição disponível em: <URL <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4343878>> [acedido 10 fevereiro 2023]. Inclui documentação que data do final do século XIII até ao século XIX.

<sup>476</sup> Na posse de um dos descendentes dos viscondes de Vila Nova de Cerveira e marqueses de Ponte de Lima, o Eng.º Luís de Vasconcellos e Souza.

<sup>477</sup> ROSA, M. Lurdes – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 574.

documentação, mas igualmente sobre a disseminação daquela se encontrava no cartório que os viscondes possuíram em Ponte de Lima, no Paço que foi vendido na segunda metade do século XIX. Do mesmo modo, foi importante averiguar se existiram outros cartórios ou núcleos de depósito documental em outras propriedades dos viscondes. Nesta sequência, realizámos duas operações: o mapeamento de documentação que se dispersou e a reconstituição da sua história custodial recente. Buscámos e identificámos documentos que outrora pertenceram ao arquivo organizacional dos viscondes, com destaque para aqueles que dele fizeram parte até ao final do viscondado de D. Diogo de Lima. Referimo-nos aos que hoje estão no *fundo* já mencionado e a outra que se dispersou após a gradual desagregação do arquivo organizacional a partir do século XIX e que está espalhada por bibliotecas e arquivos, em diferentes coleções públicas e privadas<sup>478</sup>. Em simultâneo, procurámos traçar a história custodial do fundo que esteve depositado no ANTT, assim como da documentação dispersa por outros acervos, buscando ligações ao arquivo organizacional e tentando compreender as transformações a que foi sujeita sobretudo após a dispersão.

Para o mapeamento e a reconstituição da história custodial recente do arquivo e da sua documentação, recorreremos a fontes escritas, quer do referido fundo quer de outros arquivos de instituições públicas e privadas, assim como a fontes orais. Foram examinadas escrituras associadas às transações dos palácios e outras propriedades dos marqueses de Ponte de Lima, onde esteve depositada a documentação, assim como referências de eruditos dos séculos XIX e XX à aquisição e/ou estudo de documentos deste arquivo, além de outras relativas à passagem destes pelo circuito leiloeiro. De igual modo, os inventários antigos do arquivo organizacional foram fontes importantes para perceber alguma da documentação que lhe pertenceu. Quanto às fontes orais, foram fundamentais as entrevistas realizadas ao atual proprietário do fundo *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima*, assim como os testemunhos recolhidos junto de outros familiares seus, todos eles descendentes dos marqueses de Ponte de Lima e filhos dos responsáveis pela venda do Palácio da Rosa na década de 1970. Como destaca Claude-Isabelle Brelot, as memórias individuais e familiares que não se encontram registadas por escrito são uma fonte

---

<sup>478</sup> Para este mapeamento foram muito importantes os alertas que recebi de outros investigadores. Deixo um agradecimento especial, pela sua grande generosidade, à Professora Lurdes Rosa, ao Pedro Pinto, ao João Carlos Gachineiro, à Margarida Leme e à Raquel de Oliveira Martins.

importante para a recolha de informação sobre os arquivos privados, embora estas devam ser analisadas com muito cuidado pela fragilidade e parcialidade das memórias<sup>479</sup>, resultado de esquecimentos e de constantes reconstruções. Levadas em conta estas reservas, o cruzamento de todas as informações orais e escritas foi essencial para a nossa proposta de reconstituição, ainda que muitas questões tenham permanecido em aberto.

Avaliar as vicissitudes, perdas e reconstituições feitas com esta documentação foi capital para termos uma noção aproximada dos limites da nossa reconstituição e reconhecer qual a validade das conclusões a que chegássemos. Nesta sequência, foi igualmente fundamental refletir e questionar as classificações e descrições arquivísticas do fundo *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima* e dos outros acervos mapeados.

Aos significados adquiridos após a integração desta documentação em coleções e arquivos históricos, juntam-se todos os outros acumulados enquanto fez parte dos arquivos organizacionais aos quais pertenceu. Todos eles narrativas tácitas que funcionam como filtros que se acumulam e ofuscam a nossa visão sobre o passado<sup>480</sup>. As intertextualidades acumulam-se e sobrepõem-se e nem sempre são compreensíveis. Algumas podem ser parcialmente decodificadas através da reconstituição da história custodial e da análise de instrumentos de descrição e de recuperação da informação produzidos e usados pelas próprias famílias/Casas. Foi o que fizemos analisando, ainda que de forma breve, as organizações e as inventariações feitas ao arquivo dos viscondes depois do final do século XVII e questionando que imagem nos dão da instituição produtora e como condicionam a nossa leitura dos documentos, do arquivo e das gerações aí representadas, que não se limitam às dos Limas, Britos Nogueira e Lima Brito Nogueira. Como a reconstituição e o nosso exame se centram no período que vai até ao viscondado de D. Diogo de Lima, foi importante perceber como a história posterior deste acervo o transformou e como condiciona a nossa interpretação do passado imediatamente anterior.

Todas as fases da investigação e da reflexão até aqui descritas deram corpo à Parte II do presente trabalho. Esta começa pela compreensão da dispersão do arquivo

---

<sup>479</sup> BRELOT, Claude-Isabelle – Archives privées, archives publiques, mémoire familiale: questions de méthode et de déontologie. Em FAVIER, René (ed.) – *Archives Familiales et Noblesse Provinciale: Hommage a Yves Souli*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2006, p. 83–87.

<sup>480</sup> KETELAAR, Eric – Tacit Narratives; MORSEL, Joseph – En guise d'introduction, p. 20–23.

organizacional, sobretudo a partir do século XIX, pelo mapeamento dos núcleos dispersos e pela sua história custodial até aos nossos dias. Passa, depois, para uma arqueologia de vários significados acumulados sobre a documentação e o arquivo, realizada de forma retrospectiva, da atualidade e remontando até ao final do século XVII.

A par do mapeamento e da investigação sobre a história custodial mais recente, avançamos na recolha de informação sobre as famílias/Casas e gerações selecionadas. Com base na bibliografia recolhida, em genealogias, nos inventários antigos dos arquivos, nos documentos mapeados e em alguma da informação neles contida, procurámos relacionar os documentos mapeados com os diferentes produtores. Esta recolha proporcionou a reflexão sobre estas estruturas, a sua natureza e o seu funcionamento. Este exercício refletiu-se na construção de um quadro de cariz orgânico, que se inspirou no modelo preconizado por Armando Malheiro da Silva, que propõe uma estruturação geracional da organização família e que tem vindo a ser aplicado no tratamento e contextualização de sistemas de informação familiares. Porém, não foi nossa intenção replicar acriticamente o modelo, mas, ponderando o caso específico das famílias-instituição Lima e Brito Nogueira e das gerações Lima Brito Nogueira — da sua história, da sua organização interna, das suas fronteiras institucionais e jurídicas e da sua evolução—, refletir sobre alguns dos caminhos possíveis. A par da reconstituição da documentação existente, também se procuraram identificar as ausências, documentos que desapareceram e são listados ou catalogados em inventários antigos. É na Parte III da tese que apresentamos a proposta de classificação, assim como a explicação de todos os critérios e limites das reconstituições realizadas e das descrições arquivísticas inseridas no AtoM.

O material reunido permitiu-nos avançar para a análise. Para cada uma das famílias-instituição e das gerações selecionadas foi realizado um breve exame da forma como se documentaram, como transformaram esses documentos em arquivo, a que práticas recorreram e que usos deram à informação documentalizada em contexto. Na impossibilidade de fazer uma análise total à documentação mapeada, optámos por uma análise qualitativa, selecionando um conjunto de práticas e de usos dados ao arquivo por membros ou por gerações das famílias selecionadas que fossem elucidativos do seu carácter sociogenético. Abdicamos de uma análise quantitativa por todas as condicionantes da nossa reconstituição, exploradas nas Partes II e III. Uma análise mais qualitativa permite descentrar o nosso foco de ambições totalitárias de controlar e desvendar todas as



dinâmicas passadas destes arquivos organizacionais e das entidades que os produziram e/ou conservaram.

O nosso percurso culminou numa reflexão final sobre o papel que os usos e os “discursos” do arquivo desempenharam na formação e na consolidação das famílias-instituição selecionadas e, em último caso, como sustentaram a Casa dos Lima Brito Nogueira, viscondes de Vila Nova de Cerveira. Esta reflexão deu corpo ao último capítulo da Parte IV.

## PARTE II

# UMA ARQUEOLOGIA DO ARQUIVO DOS VISCONDES DE VILA NOVA DE CERVEIRA APÓS O SÉCULO XVII

“[...] os documentos não surgem aqui ou acolá por artes mágicas. A sua presença ou a sua ausência, em determinado fundo de arquivo, em determinada biblioteca, em determinado terreno, dependem de causas humanas que de maneira alguma escapam à análise, e os problemas que a sua transmissão levanta, longe de se encontrarem somente ao alcance de exercícios técnicos, respeitam, eles mesmos, ao mais íntimo da vida do passado, porque aquilo que se encontra afinal em jogo não é nem mais nem menos do que a passagem da memória das coisas através das gerações.”

— Marc Bloch<sup>481</sup>

“Le chartrier n’a donc pas qu’une simple fonction conservatoire: c’est un organisme vivant, qui se transforme au gré des besoins de son propriétaire. Étudier la mémoire d’une famille et/ou d’une terre à l’aide d’un chartrier est, par conséquence, un exercice des plus périlleux, car ces documents n’ont cessé, sous l’Ancien Régime, d’être compulsés, classés, déclassés, égarés, retrouvés et copiés au fil des siècles. L’analyse d’un chartrier s’apparente donc à de l’archéologie : les strates documentaires les plus anciennes ont été altérées par les utilisateurs les plus récents, à tel point qu’il est souvent difficile de restituer sa physionomie au-delà de la Révolution [libérale]”.

— Laurent Bourquin<sup>482</sup>

“The archaeologist of the archive needs to follow surviving traces of what has been semi-obliterated in order to reconstruct earlier systems [...], distinguishing the different strata produced by successive reorganizations.”

— Peter Burke<sup>483</sup>

---

<sup>481</sup> BLOCH, Marc – *Introdução à História*, p. 65.

<sup>482</sup> BOURQUIN, Laurent – *Memoire familiale, memoire seigneuriale*, p. 211.

<sup>483</sup> BURKE, Peter – *Commentary*, p. 393.

## CAPÍTULO 5

### Mapeamento de documentação dispersa e história custodial recente

Já mencionámos que a legislação liberal desmantelou progressivamente as estruturas do Antigo Regime. As medidas empreendidas para abolir o regime senhorial a partir da década de 1820<sup>484</sup>, assim como o processo que culminou na extinção dos vínculos em 1863<sup>485</sup> ditaram o fim das famílias-instituição com as configurações já descritas no capítulo 3 e a consequente dispersão dos seus arquivos. Para compreender as “transformações” a que a documentação foi sujeita, foi fundamental descortinar como se processou a desativação e desagregação do arquivo organizacional dos viscondes de Vila Nova de Cerveira e marqueses de Ponte de Lima, mapear a documentação dispersa e estudar a sua história custodial recente. Nesse mapeamento, foi importante distinguir a dispersão que resultou de lógicas organizacionais daquela que adveio das “reconfigurações não organizacionais”<sup>486</sup> do período pós-revolução liberal.

Neste capítulo, começamos por centrar a nossa atenção em dois núcleos principais: primeiro, o cartório de Ponte de Lima e, depois, o do Palácio da Rosa. Procuramos identificar e compreender alguns momentos-chave que contribuíram para a dispersão da sua documentação, sobretudo a partir do século XIX. Reconstruímos a história custodial dos núcleos documentais mapeados que resultarem dessa dispersão, nomeadamente do fundo *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima*, que foi “recuperado” pelo seu atual proprietário e descrito pelos técnicos da Torre do Tombo.

Temos consciência de que nem toda a documentação produzida e utilizada pelos viscondes se limitava àquela que era guardada nestes dois cartórios, havia documentação de gestão corrente que circulava pelas mãos de procuradores, mordomos ou administradores da sua confiança<sup>487</sup>, que pode ou não ter integrado temporariamente um

---

<sup>484</sup> MARQUES, Mário Reis – Estruturas jurídicas. Em TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João L. (eds.) – *História de Portugal, Vol. V: O Liberalismo (1807–1890)*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, p. 167–168; MONTEIRO, Nuno G. – Revolução liberal e regime senhorial: a «questão dos forais» na conjuntura vintista. *Revista Portuguesa de História*. Vol. 23, (1987), p. 143–182.

<sup>485</sup> ESTEVES, Judite M. N. – *Do morgadio à divisão igualitária dos bens*, p. 43–97. Sobre a abolição destes institutos, veja-se igualmente COELHO, M. Fátima – O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias. *Análise Social*. Vol. 16, n.º 61–62 (1980), p. 111–131.

<sup>486</sup> ROSA, M. Lurdes – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 576.

<sup>487</sup> Ficamos com uma noção bastante clara desta realidade ao percorrermos o *Livro de rendimentos de 1693* (em VNC, cx. 20, n.º 1), no qual o visconde D. João Fernandes de Lima refere, várias vezes, estarem documentos nas mãos de administradores de bens que lhe pertenciam ou dos quais era donatário. A título ilustrativo, veja-se a

dos cartórios mencionados. Esta hipótese também foi equacionada na nossa análise, a par do que consideramos terem sido saídas documentais integradas em lógicas organizacionais ou perdas acidentais, condicionadas pela conjuntura nacional, por catástrofes naturais, e, particularmente, pelos percursos e decisões dos últimos marqueses de Ponte de Lima.

A meio caminho entre lógicas organizacionais e lógicas movidas por interesses históricos estará o núcleo que hoje se encontra na Biblioteca da Ajuda, que, pelas suas especificidades, é abordado num subcapítulo autónomo.

A reconstituição detalhada que aqui procuramos apresentar, quer do mapeamento quer da história custodial recente de alguns núcleos documentais que pertenceram ao arquivo organizacional dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, dá-nos uma ideia do grau de dispersão do arquivo e das dúvidas que permanecem sem resposta<sup>488</sup> e que condicionam os resultados da nossa investigação.

### **5.1. Cartório de Ponte de Lima e documentação relativa às propriedades minhotas<sup>489</sup>**

Após o falecimento do 5.º visconde de Vila Nova de Cerveira, Luís de Brito Nogueira e D. Lourenço de Lima mantiveram um cartório na região minhota, muito provavelmente em Ponte de Lima<sup>490</sup>. A primeira referência certa à existência deste cartório data do último quartel do século XVII, sabendo-se que estava fechado num escritório<sup>491</sup>. Não sabemos ao

---

referência aos papéis que diziam respeito aos foros recolhidos no concelho de S. Martinho de Soalhães por Domingos Fernandes de Lima, abade de Santa Cruz do Douro, que afirmou que os tinha “em hum saco com hum letreiro por fora que dis Prazos dos foros de Soalhães” (f. 167v). Sobre os serviços prestados pelos seus criados, nomeadamente na recolha de rendas e na administração da sua fazenda, também é elucidativo o livro feito por D. Lourenço de Lima, em 1614, embora não seja feita menção ao cartório e à gestão documental (BA, 51-V-55).

<sup>488</sup> Várias foram as pistas e hipóteses que fomos seguindo e formulando à medida que tentámos fazer a reconstituição da história custodial do arquivo. Algumas não tiveram grandes frutos e outras tiveram de ser abandonadas sob pena de nunca mais terminarmos a investigação. Algumas pesquisas implicariam a incursão em fundos não inventariados do Arquivo Nacional e de arquivos distritais. Por muita profundidade que se tenha tentado dar à pesquisa, os resultados aqui apresentados não pretenderam ser exaustivos. Não deixamos, no entanto, de dar conta de algumas pistas e hipóteses não exploradas em nota de rodapé para que não se percam e sejam partilhadas com a comunidade científica.

<sup>489</sup> Um agradecimento especial a João Carlos Gachineiro, Abel Rodrigues, Pedro Pinto, Raquel de Oliveira Martins, Alice Gago, Margarida Leme, Pedro Urbano pela ajuda quer na localização de alguns núcleos, quer nas discussões e recomendações bibliográficas e documentais que muito nos ajudaram a formular e a explorar algumas hipóteses aqui apresentadas. Agradecemos ainda aos funcionários e arquivistas do ADB, assim como à Dr.ª Sofia Fernandes e à Dr.ª Paula Lamego a atenção de terem respondido com a informação de que dispunham a todas as nossas questões sobre o núcleo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira que aí se encontra.

<sup>490</sup> Tanto o pai quanto o filho foram responsáveis pela defesa dos portos do Entre Douro e Minho durante o domínio filipino, pelo que devem ter permanecido longos períodos na região. Vd. subcap. 12.1.

<sup>491</sup> “Hum escriptorio, em que está fechado o cartório” (VNC, cx. 14, n.º 9, f. 30v).

certo quando passou a estar em Ponte de Lima; é possível que, antes da construção do Paço nesta cidade, os Limas guardassem os seus pergaminhos mais importantes em Giela, mas não encontramos até ao momento evidências documentais que suportem esta hipótese. A construção do Paço em Ponte de Lima ter-se-á iniciado em 1464<sup>492</sup>, estando em curso em 1466, quando D. Afonso V ordenou que todas as terras ao redor da vila contribuíssem para a construção daquele castelo<sup>493</sup>. A sua conclusão teve lugar no tempo do 3.º visconde de Vila Nova de Cerveira<sup>494</sup>.

Após a união das Casas dos Limas e dos Britos Nogueira, embora alguma documentação pudesse, por algum motivo, ser transferida para o cartório sito no Palácio da Rosa<sup>495</sup> em Lisboa, a maioria relativa às propriedades possuídas ou administradas na região minhota terá continuado, muito provavelmente, no Paço de Ponte de Lima. Foi realizado um inventário deste cartório entre 1675 e 1677<sup>496</sup>, tendo sobrevivido mais duas listagens incompletas e não datadas<sup>497</sup>. Cotejando o conteúdo de todas estas listas com os núcleos que foi possível mapear, vemos que a esmagadora maioria da documentação aí descrita não foi ainda encontrada<sup>498</sup>. Para esse mapeamento, fizemos pesquisas em vários arquivos e bibliotecas públicas e privadas e foi possível identificar a documentação de duas formas: pelas cotas e pelos sumários apostos no seu verso que correspondiam aos que constam do referido inventário<sup>499</sup>. Na ausência da cota e/ou do sumário no verso, foi possível deduzir algumas correspondências pelo conteúdo dos documentos e o conteúdo dos sumários introduzidos nas listas.

Além da documentação que estava arquivada em Ponte de Lima ou que vinha pontualmente para Lisboa, outra documentação circulava pelas mãos dos representantes dos viscondes, encarregados da administração desses bens e da recolha das rendas<sup>500</sup> e,

---

<sup>492</sup> ADB, VVNC, n.º 5.

<sup>493</sup> VNC, cx. 13, n.º 17.

<sup>494</sup> Há notícias de que a construção já estava concluída na década de 30 do século XVI, vd. PAIVA, Maria Amélia – A casa nobre no concelho de Ponte de Lima. D. Leonel de Lima: rupturas e evolução do espaço urbano quatrocentista. Em *2.º Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro: atas*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2011, p. 577–578.

<sup>495</sup> Veja-se a título ilustrativo a lista de documentos levados para Lisboa em VNC, cx. 37, n.º 9, f. 8v–9.

<sup>496</sup> “Caderno do cartório de Ponte de Lima” (VNC, cx. 14, n.º 9).

<sup>497</sup> Nomeadamente em VNC, cx. 14, n.º 36 e cx. 37, n.º 9. Esta última talvez seja anterior ao inventário de 1675–77, sendo descritos menos maços de documentação e com uma organização diferente.

<sup>498</sup> Vd. Apêndice C.3.

<sup>499</sup> Vd. subcap. 7.2.

<sup>500</sup> Vd. cap. 10 e 12.

por isso, devemos admitir que alguns núcleos documentais podem ter estado, pontualmente ou continuamente, depositados em outras propriedades que lhes pertenciam ou até nas casas dos seus procuradores. Os viscondes tinham vários procuradores, administradores e recolectores das suas rendas que faziam parte das suas clientelas; alguns, na região minhota, estavam apresentados em igrejas do seu padroado, como era o caso do abade de Monte Redondo<sup>501</sup> ou do de Sabadim<sup>502</sup>.

Há notícia de que, nos inícios de oitocentos, um incidente terá levado ao desfalque de um conjunto documental significativo pertencente aos viscondes. Numa carta enviada à viscondessa de Vila Nova do Souto del Rei, a 29 de novembro de 1827, o juiz do tombo dos morgados de Freiriz e Penegate, João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa, refere que, em 1809, o cartório do marquês de Ponte de Lima na “Villa dos Arcos” foi “mutilado, e na maior parte queimado, ou roubado, de que sem duvida resultarão tantos prejuizos aaquele fidalgo que ainda ate o presente se não resgatarão”<sup>503</sup>. Está documentada uma revolta popular na vila dos Arcos em 1808, no contexto da invasão e ocupação francesas, que levou à destruição de vários cartórios<sup>504</sup>. Os acontecimentos que se seguiram poderão ter levado a mais destruições durante esse ano e no seguinte com a ausência do 2.º marquês de Ponte de Lima<sup>505</sup>. Poderá ser esta a situação que enquadra as ocorrências mencionadas na carta de João Jerónimo. No entanto, até ao momento, não encontramos fontes coevas que confirmem a existência de um cartório do marquês nesta vila nem sobre a sua destruição ou roubo. Haverá imprecisões no relato deste juiz

---

<sup>501</sup> Vejam-se as referências feitas no livro de rendimentos de 1693 em VNC, cx. 20, n.º 1.

<sup>502</sup> Por exemplo, referido em VNC, cx. 37, n.º 71.

<sup>503</sup> BNP, ALB, Roma, cx. 83 II, cap. 5, f. 2–2v.

<sup>504</sup> O arquivo da Câmara de Arcos de Valdevez e alguns cartórios públicos pereceram num incêndio ateadado a 11 de julho de 1808 na sequência de uma insurreição popular espoletada pelo receio da chegada dos franceses e pelo ódio aos colaboracionistas, mas que assumiu contornos de uma revolta social da “gente miúda” contra os grandes e poderosos que os oprimiam. José Acúrsio das Neves refere que dali os revoltosos incendiaram várias casas da vila sob o pretexto de averiguarem se havia algum francês escondido, mas com o real objetivo de roubar e de destruir (NEVES, José Acúrsio das – *Historia geral da invasão dos francezes em Portugal e da restauração deste reino*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1811. Vol. 4, p. 285–290). Sobre o contexto desta e de outras insurreições ocorridas de norte a sul do reino e os acontecimentos subsequentes, vd. VALENTE, Vasco Pulido – O povo em armas: a revolta nacional de 1808–1809. *Análise Social*. Vol. 15, n.º 57 (1979), p. 7–48; ARAÚJO, Ana Cristina – Crise política e militarização do estado em inícios do século XIX. *Revista de História das Ideias*. Vol. 33, (2012), p. 373–420.

<sup>505</sup> Temos em conta que o 2.º marquês de Ponte de Lima era liberal e chegou a participar, a partir de 1808, na Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão I, organizada por Junot e comandada pelo marquês de Alorna, tendo, no entanto, desertado nas vésperas da terceira invasão francesa, dirigida por Massena (ARTHUR, Ribeiro – *A legião portuguesa ao serviço de Napoleão (1808–1813)*. Lisboa: Ferin, 1901, p. 3, 8–11, 44–50; ZÚQUETE, Afonso E. M. – Ponte de Lima (Marqueses de). Em *Nobreza de Portugal e do Brasil. Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. Lisboa: Zairol, 1989. Vol. 3, p. 162).

do tombo, narrado anos mais tarde e num contexto em que o seu autor desejava cair nas graças da viscondessa de Vila Nova do Souto del Rei<sup>506</sup>. Não podemos, contudo, excluir a hipótese de se tratar de um conjunto documental do cartório de Ponte de Lima relativo a propriedades da região levado ou mantido por algum procurador ou administrador na vila dos Arcos<sup>507</sup>.

No contexto das lutas liberais ter-se-ão perdido ou extraviado mais documentos. O 3.º marquês de Ponte de Lima, apoiante da facção liberal, saiu do reino em 1828, exilando-se em Inglaterra, de onde depois partiu para a ilha Terceira, vindo mais tarde a tomar parte no desembarque no Mindelo em 1832<sup>508</sup>. No período em que esteve ausente, os seus bens foram confiscados<sup>509</sup> e arrendados em hasta pública, como o comprovam várias notícias na *Gazeta de Lisboa*, publicadas entre 1829 e 1830<sup>510</sup>, e os processos existentes nos *Feitos Findos*<sup>511</sup>. No contexto destes sequestros e arrendamentos, existe a possibilidade de alguma documentação ter sido levada do arquivo do marquês, nomeadamente aquela que

---

<sup>506</sup> Procurava obter o reconhecimento da viscondessa pelo trabalho que havia feito no arquivo de seu falecido irmão, Miguel Forjaz, conde da Feira, para que lhe desse a oportunidade de o continuar. A referência ao cartório do marquês de Ponte de Lima pode ter sido uma forma de enfatizar a importância de ter alguém a cuidar do cartório e de o depositar num local seguro (BNP, ALB, Roma, cx. 83 II, cap. 5). Veja-se também: GAGO, Alice B. – Serving the counts of Feira in the 19th century: João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa, archivist and judge. Em ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 83–88.

<sup>507</sup> Considerámos a hipótese de ser documentação do Paço de Giela. Todavia, até ao momento, não temos informação de que a dita revolta ou um incêndio tenham afetado o edifício nesta data. Este Paço sofreu grande destruição, mas foi em 1662 no contexto das guerras da Restauração (SILVA, Armando M. da; DAMÁSIO, Luís P. Castro – Casas nobres (no Distrito de Viana do Castelo). Em CAPELA, José Viriato (ed.) – *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: memória, história e património*. Braga: Casa-Museu de Monção/Universidade do Minho, 2005, p. [56]). Este paço não terá passado incólume à passagem e ocupação do general espanhol Baltasar de Roxas Pantoja e dos seus soldados, que atearam fogo à vila dos Arcos (GOMES, José Cândido – *As terras de Valdovês: memórias históricas e descritivas do concelho dos Arcos de Val de Vez*. Arcos: Typ. Lusitana, 1899. Vol. 1, p. 128–133; SILVA, Armando M. da; DAMÁSIO, Luís P. Castro; FERNANDES, José Queiroga – *Casas armoriadas do concelho dos Arcos de Valdevez: subsídios para o estudo da nobreza arcoense*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 1996. Vol. 4, p. 32).

<sup>508</sup> EURICO, Pedro – *Figuras do passado*. Lisboa: Editora José Bastos, 1915, p. 6–7; ZÚQUETE, Afonso E. M. – Ponte de Lima (Marqueses de), p. 162.

<sup>509</sup> O marquês de Palmela, numa carta de 6 de setembro de 1828, dava conta que decorria desde o mês de agosto o sequestro dos bens daqueles que haviam participado na insurreição de maio desse ano e dos que saíram de Portugal sem licença, como havia sido o caso do marquês de Ponte de Lima (*Documentos para a história das cortes geraes da nação portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888. Vol. 5, p. 247).

<sup>510</sup> A administração dos bens de que era donatário foi entregue ao Juízo do Fisco dos Ausentes do Reino que mandou publicar anúncios do arrendamento em hasta pública, entre 1829 e 1830, dos direitos e foros da vila de Mafra, dos foros de Lisboa, dos foros na vila de Arruda dos Vinhos, dos foros e pensões da Casa do Minho, do quinto e portagem na vila de Ponte de Lima, da quinta do paço de Giela, com montes e campos anexos, no termo de Arcos de Valdevez, e o arrendamento judicial de propriedades no termo de Ponte de Lima (*Gazeta de Lisboa*, n.º 197, de 21-8-1829, p. [4]; n.º 221, de 18-9-1829, p. [4]; n.º 262, de 5-11-1829, [4]; n.º 297, de 16-12-1829, [4]; n.º 6, de 7-1-1830, p. [4]; n.º 293, de 11-12-1830, [4]; n.º 299, de 18-12-1830, p. [3]).

<sup>511</sup> ANTT, *Feitos Findos*, Real Fisco da Inconfidência e dos Ausentes, Casa de Ponte de Lima, cx. 478, mç. 1; cx. 479, mç. 2; cx. 480, mç. 3.

era essencial para a gestão corrente das propriedades. Alguma poderá estar associada aos processos que se encontram nos acervos do Juízo do Real Fisco da Inconfidência e dos Ausentes, depositados no ANTT<sup>512</sup>. Este não seria caso único, há notícia de mais documentação original anexada a outros processos judiciais e da qual se perdeu o rasto, como parece ter sido o caso do testamento de D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Vila Nova de Cerveira<sup>513</sup>.

Ainda no século XIX, a venda de foros e propriedades para o pagamento das dívidas que a Casa dos marqueses de Ponte de Lima havia acumulado representou um novo momento de dispersão documental. O Paço de Giela já havia os seus rendimentos penhorados desde 1842, dividindo o marquês a administração com o seu credor<sup>514</sup>. Com a abolição dos direitos senhoriais e, depois, dos vínculos, houve uma acentuada quebra nos rendimentos da Casa, agudizando a situação. Assim, foros, quinta e Paço de Giela, com as propriedades anexas, foram vendidos a 15 de janeiro de 1868 a Narciso Marçal Durães Faria, morador na Casa da Cêpa (Arcos de Valdevez), para pagar a dívida à firma Francisco de Sá & Irmãos, que, assim, desistiu da penhora e da adjudicação dos rendimentos das

---

<sup>512</sup> Apesar de termos realizado pesquisas nesse sentido, esta hipótese carece ainda de confirmação. Rebuscamos do ANTT informação sobre a existência neste fundo de maços de documentação relativos à Casa do marquês de Ponte de Lima contendo vários autos dos processos relacionados com este sequestro, datados de 1829 a 1833, aparentemente sem documentação do cartório de Ponte de Lima (ANTT, *Feitos Findos*, Real Fisco da Inconfidência e dos Ausentes, Casa de Ponte de Lima, cx. 478, mç. 1; cx. 479, mç. 2; cx. 480, mç. 3). No entanto, os documentos que constam de cada processo ainda não se encontram descritos e tivemos apenas acesso à súmula que existe na primeira folha de cada processo. Já não foi possível analisar, em tempo útil, toda esta documentação não inventariada para infirmar ou não a nossa hipótese. Há documentação deste Juízo no arquivo do Tribunal de Contas, mas percorremos o catálogo sem encontrar menções que nos parecessem relevantes (GUERRA, Luís de Bivar; FERREIRA, Manuel Maria – *Catálogo do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas: Casa dos Contos, Junta da Inconfidência e Cartas de Padrão*. Lisboa: Tribunal de Contas, 1950).

<sup>513</sup> Miguel Lemos refere tratar-se do testamento original que foi incorporado numa ação cível sobre foros promovida em 1872 no Juízo de Direito da Comarca de Ponte de Lima, por parte do marquês de Ponte de Lima contra Nicolau Calheiros Barreto. Esta ação foi, por apelação, encaminhada para a Relação do Porto (LEMOS, Miguel R. dos Reis – *Anais municipais de Ponte de Lima*. 3.ª ed. Ponte de Lima: Rotary Clube de Ponte de Lima, 2003, p. 110, nt. 129). Até ao momento não foi possível localizar esta ação e o testamento, apesar de termos realizado ou solicitado pesquisas no ADP, no do Tribunal da Relação do Porto, no ADVCT e no arquivo do Tribunal de Ponte de Lima. Deixamos o nosso agradecimento a todos os colegas e funcionários que nos ajudaram, em especial às arquivistas do ADVCT, à Dr. Cristiana Freitas do AMPL, à D. Fernanda do arquivo do Tribunal de Ponte de Lima e ao Dr. António Matos Reis. Não fizemos nova averiguação no ADP, que se encontrava a rever algumas das descrições arquivísticas disponibilizadas no momento da nossa consulta. Deixamos nota de que o testamento deste fidalgo vem listado no inventário de 1675–77, logo a seguir ao de Fernão Eanes de Lima (“Com mais um testamento de D. Leonel, em papel”, que estaria no mç. 5 do cartório, vd. VNC, cx. 14, n.º 9, f. 5). Na *Relação* que referiremos no cap. 6, também é feita menção ao testamento que estava inserto num traslado (VNC, cx. 2, n.º 9, f. 61v). Por estas razões, cremos que o testamento que se perdeu não seria o original.

<sup>514</sup> SILVA, Armando M. da; DAMÁSIO, Luís P. Castro; GACHINEIRO, João C. – *Casas armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez: subsídios para o estudo da nobreza arcoense*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2019. Vol. 7, p. 94.



referidas propriedades<sup>515</sup>. Do mesmo modo, os restantes bens do morgadio do Minho foram vendidos em igual dia e ano a Augusto de Moraes para pagamento da dívida ao mesmo credor e levantamento da penhora<sup>516</sup>.

Sabemos que, com as propriedades sitas em Giela, foram entregues vários documentos relativos às mesmas que estariam no cartório do marquês de Ponte de Lima. Uma parte ou a totalidade do que foi entregue ainda hoje se conserva na posse dos proprietários da Casa da Cêpa, descendentes de Narciso Faria. No arquivo desta Casa existem hoje 31 documentos relativos à quinta e Paço de Giela e produzidos entre o século XVI e o XX, sendo que a maioria terá pertencido ao cartório dos marqueses de Ponte de Lima, nomeadamente os que foram gerados até 1868<sup>517</sup>. A história da transição da propriedade da antiga quinta e Paço de Giela ao longo da centúria de novecentos esteve repleta de vicissitudes<sup>518</sup>. A documentação não terá acompanhado todas as divisões e mudanças de propriedade destes bens, mas permanecido na Casa da Cêpa, atualmente na posse de Adriano Vasconcelos Faria, sobrinho-bisneto de Narciso Faria, e de sua esposa Filomena Faria.

Após a venda, uma parte significativa da documentação terá permanecido no Paço de Ponte de Lima. O edifício sofreu grandes intervenções provavelmente no tempo do 1.º marquês de Ponte de Lima, que faleceu em 1800<sup>519</sup>. Porém, quando foi vendido, já estaria muito degradado, não só porque os marqueses deixaram de o habitar, mas também por incúria e falta de recursos do último marquês, D. José Maria Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira, que não terá prestado a devida atenção à manutenção deste imóvel<sup>520</sup>, tal como não o fez no Paço de Giela<sup>521</sup> ou no Palácio em Lisboa<sup>522</sup>. Pela escritura de venda a Augusto de Moraes, ficamos a saber que este e outros prédios rústicos e urbanos

---

<sup>515</sup> *Ibid.*, p. 660–662, apêndice IX, doc. 4.

<sup>516</sup> Foram-lhe vendidos os bens rústicos e urbanos, rendas, foros, censos, pensões e direitos que pertenciam ao antigo morgadio do Minho, exceto os que formavam a quinta e Paço de Giela. Excluiu-se igualmente da venda os bens que constituíram o morgadio de Soalhões, no distrito do Porto, assim como o direito a receber qualquer indemnização pelos direitos abolidos por leis existentes que tivessem relação com o morgadio minhoto supracitado. *Ibid.*, p. 657–660, apêndice IX, doc. 3.

<sup>517</sup> O acesso a estes documentos foi possível graças ao Dr. João Carlos Gachineiro que, com a autorização dos atuais proprietários, digitalizou e nos cedeu a sua versão digital.

<sup>518</sup> Vd. SILVA, Armando M. da et al. – *Casas armoriadas*. Vol. 7, p. 95–145.

<sup>519</sup> PAIVA, Maria Amélia – A casa nobre no concelho de Ponte de Lima. D. Leonel de Lima: rupturas e evolução do espaço urbano quatrocentista, p. 578.

<sup>520</sup> SILVA, Armando M. da et al. – *Casas armoriadas*. Vol. 7, p. 657–660, apêndice IX, doc. 3. A referência à ruína dos prédios rústicos e urbanos em Ponte de Lima é feita na p. 658.

<sup>521</sup> Veja-se a referência à degradação da casa e da capela na citação do registo predial no ADVCT apresentada em: *Ibid.*, p. 94. A transcrição completa do registo está no apêndice IX, doc. 6, p. 664–676.

<sup>522</sup> O marquês de Ponte do Lima. Em *O Echo do Lima*. 1877-12-30, p. 1.

pertencentes ao marquês em Ponte de Lima, por estarem em avançado estado de ruína e renderem muito pouco, foram cedidos à Câmara Municipal da vila para o estabelecimento de uma escola<sup>523</sup>.

Não conseguimos apurar mais informação sobre o funcionamento desta escola, mas há indícios de que a documentação que se encontrava no Paço foi manuseada e sofreu mais dispersões até que o que restou foi oferecido ao médico e bibliófilo minhoto Manuel de Oliveira (1877–1918)<sup>524</sup>. Este, em 1909, dizia-se na posse de “grande parte — a que ainda existia — do Archivo” dos marqueses de Ponte de Lima “devido a uma extrema gentileza das *Senhoras do Paço*”<sup>525</sup>.

Antes de Manuel de Oliveira, também o erudito vianense Miguel de Roque dos Reis Lemos, falecido a 19 de dezembro de 1897, teve acesso a este cartório. O estudioso fixou residência em Ponte de Lima em 1854 para dar aulas de gramática portuguesa, latim e latinidade. Nos tempos livres da atividade docente, dedicou-se à análise da documentação antiga das instituições desta vila, incluindo arquivos de Casas aristocráticas, como foi o caso da do marquês de Ponte de Lima, que refere com frequência nas suas publicações<sup>526</sup>. Os herdeiros de Miguel Lemos estiveram na posse de, pelo menos, dois pergaminhos deste cartório: o testamento original de D. Teresa da Silva e a carta de venda e instrumento de posse da Quinta da Silva de D. Leonel de Lima. O primeiro documento pertencia-lhes quando, em 1907, Luís Figueiredo da Guerra o publicou no *Archivo Historico Portuguez*<sup>527</sup>. Mais tarde, por doação, compra ou empréstimo, acabou por ficar com este historiador vianense, estando hoje entre o que restou do seu arquivo pessoal, depositado no Arquivo Municipal de Viana

---

<sup>523</sup> SILVA, Armando M. da et al. – *Casas armoriadas*. Vol. 7, p. 658 (na transcrição da escritura, apêndice IX, doc. 3).

<sup>524</sup> RODRIGUES, Abel – Manuel de Oliveira. Em ABREU, João Gomes de; VIEIRA, Amândio de Sousa (eds.) – *Figuras limianas*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 2008, p. 314–315. Sobre a sua família, vd. RAMOS, Luís de Oliveira – Os descendentes do brasileiro Thomaz: uma família da burguesia minhota. *O Tripeiro*. Vol. 12, n.º 4 (1993), p. 108.

<sup>525</sup> OLIVEIRA, Manuel – Pro veritate.... *Almanaque Ilustrado de «O Comércio do Lima»*. n.º 3 (1909), p. 257. Refere os marqueses de Ponte de Lima como donatários da vila, mas estes eram apenas alcaides-mores de Ponte de Lima. Esta doação das “senhoras do Paço” terá servido para o recompensar pelos serviços médicos prestados, vd. RODRIGUES, Abel – Manuel de Oliveira, p. 315, nt. 3 (acrescentada por um dos coordenadores da obra). Também lhe foi oferecido por esta altura o arquivo da Casa de Sá e alguns livros por outro paciente seu, José Mimoso de Barros e Alpoim (RODRIGUES, Abel – *Entre o público e o privado: a génese do arquivo do conde da Barca (1754–1817)*, p. 23).

<sup>526</sup> ABREU, J. Gomes de – Miguel Roque dos Reis Lemos. Em ABREU, J. Gomes de; VIEIRA, Amândio de Sousa (eds.) – *Figuras limianas*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 2008, p. 232–234. Vejam-se, por exemplo, as amudadas referências à documentação deste cartório na coletânea LEMOS, Miguel R. dos Reis – *Anais municipais de Ponte de Lima*.

<sup>527</sup> GUERRA, Luís Figueiredo da – Fernão Anes de Lima. *Archivo Historico Portuguez*. Vol. V (1907), p. 266.

do Castelo<sup>528</sup>. O outro documento terá estado nas mãos do neto de Miguel Lemos, o investigador Júlio dos Reis Lemos (1878–1960), que legou parte da sua biblioteca particular, em 1953, ao Liceu Nacional de Viana do Castelo<sup>529</sup> — hoje Escola Secundária de Santa Maria Maior —, e, entre os livros, provavelmente estava este pergaminho, que pertenceu aos viscondes de Vila Nova de Cerveira<sup>530</sup>, e outros sem relação aparente com esta Casa<sup>531</sup>. Fica a dúvida: se os dois pergaminhos chegaram a pertencer a Miguel Lemos e foram herdados, se os seus descendentes os adquiriram a Manuel de Oliveira, ou se os obtiveram por outras vias.

Antes de aprofundarmos esta questão, retomemos a história do Paço de Ponte de Lima. A 17 de julho de 1874, o limarense Francisco António da Cunha Magalhães adquiriu-o a Augusto de Morais e a sua esposa Maria Anaís Monteverde de Morais<sup>532</sup>. O novo proprietário deixou consignado no seu testamento de 31 de dezembro de 1905 que, por morte da última de suas irmãs e herdeiras, desejava que este edifício fosse legado à Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima — instituição na qual exerceu vários cargos ao longo dos anos, incluindo o de provedor —, para aí se fazer um hospital<sup>533</sup>. Francisco Magalhães

---

<sup>528</sup> AMVCT, LFG, 65230D. Parte dos inúmeros manuscritos que colecionou e do seu arquivo pessoal foi adquirida pela autarquia vianense a Luís Reis Santos, na década de 1960, e está hoje depositada no AMVCT (PEIXOTO, António Maranhão – Fundos privados do Arquivo Municipal de Viana do Castelo. *8.º Encontro Nacional de Arquivos Municipais: atas*. 2007. [acedido 13 fevereiro 2019] em <URL <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/58>>, p. 11).

<sup>529</sup> ANSELMO, Artur – Júlio de Lemos. Em ABREU, João Gomes de; VIEIRA, Amândio de Sousa (eds.) – *Figuras limianas*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 2008, p. 318–319.

<sup>530</sup> O que se confirma pela cota presente no verso, que corresponde à do inventário de 1675–77: Maço 7.º (VNC, cx. 14, n.º 9, f. 7).

<sup>531</sup> Livros e, pelo menos, cinco pergaminhos estão ainda hoje na referida escola secundária e podem ser consultados na sua biblioteca. Como não estão arquivisticamente tratados, para os consultarmos contámos com a boa-vontade da professora bibliotecária Dr.ª Cláudia Santos e do Sr. Diretor da ESSMM, a quem muito agradecemos. No entanto, este conjunto documental, além de tratamento, ainda carece de um estudo custodial aprofundado. É necessário averiguar o que foi doado em 1953 e se os pergaminhos efetivamente faziam parte do acervo. A hipótese que aqui avançamos baseou-se na afirmação de Jaime Cepa Machado que, ao estudar e publicar este documento que pertenceu ao cartório dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, declarou tratar-se de “um dos pergaminhos legados por Júlio de Lemos à biblioteca da Escola Secundária de Santa Maria Maior” (MACHADO, Jaime Cepa – Documentação... Quinta e Torre da Silva - Valença. *Cadernos Vianenses*. Vol. 6 (1981), p. 141). Realce-se que João Abreu menciona na biografia de Miguel Lemos que, após a morte do latinista, “a maior parte do seu espólio” ficou depositada “no Liceu de Viana” (ABREU, J. Gomes de – Miguel Roque dos Reis Lemos, p. 234) e Artur Anselmo refere que a sua valiosa biblioteca particular foi legada à mencionada escola pelo seu neto que a terá organizado com grande desvelo (ANSELMO, Artur – Júlio de Lemos, p. 319). Fica a dúvida se o acervo que hoje se encontra na ESSMM é constituído apenas por livros e outros documentos que pertenceram a Miguel de Lemos ou se há também documentação adquirida por Júlio de Lemos.

<sup>532</sup> As datas das transações foram confirmadas no registo predial presente na Conservatória do Registo Predial de Ponte de Lima, prédio descrito sob o n.º 722, a f. 111v do livro B-6, e nos registos associados nos averbamentos.

<sup>533</sup> AMPPL, *Livro de Registos de Testamentos*, n.º 113, f. 41v–48v (cota atual: 2.5.2.76). Se o hospital fosse, entretanto, instalado em outro local, estipulou que a última irmã sobreviva o deixasse para o legatário que melhor tivesse servido, obrigando-o a dar à Santa Casa dois contos de reis no prazo de três anos (fl. 44–44v).

faleceu a 18 de setembro de 1906<sup>534</sup> e a sua irmã Amélia no mesmo ano a 16 de outubro<sup>535</sup>. Tinha mais duas irmãs, Ana da Cunha Magalhães e Delfina Rosa da Cunha Magalhães<sup>536</sup>. Nesta sequência cremos que as “*Senhoras do Paço*” que Manuel de Oliveira refere em 1909 eram estas duas irmãs do proprietário ponte-limense. Falecida a última destas senhoras, o Paço passou em 1926 para a Santa Casa da Misericórdia da cidade, que aí veio a instalar o hospital a partir de 7 de julho de 1927<sup>537</sup>. O edifício foi, mais tarde, adquirido pela Câmara Municipal de Ponte de Lima, mas dificilmente teria aí ficado alguma documentação<sup>538</sup>.

Manuel de Oliveira veio a falecer 5 de janeiro de 1918, deixando as suas últimas vontades consignadas no testamento de 30 de dezembro de 1915<sup>539</sup>, nomeadamente o destino a dar à sua livraria. Fez as seguintes disposições:

“[...] Deixo os meus livros de Medicina e Ciências [...] ao meu sobrinho que primeiro se formar em Medicina. Os livros de literatura posteriores a 1750 a meu sobrinho Antonio, filho de minha irmã D. Anna. A minha collecção de livros e manuscriptos sobre a Ethiopia compreendendo alem d’outros a primeira edição de Preste João, cartas e relações autografos dos jesuitas daquela missão no seculo XVII e o precioso manuscripto de P. Pero Paes sobre a historia daquele paiz, assim como a colecção de livros e opusculos e manuscriptos sobre a Guerra Peninsular, a qual é a mais completa que hoje existe em Portugal, desejo que pelo seu justo valor [...] **sejam adquiridas por uma das Camara do Norte de Portugal, sobretudo Braga ou Porto, ou pelo Estado** se este entender que os deve adquirir por conterem especies raríssimos e únicos [...]. No caso de nem o Estado nem uma das Camaras as quererem adquirir **peço aos meus herdeiros que as não dispersem pela venda avulso e as conservem integras não deixando perder [...] ou destruir nenhum dos manuscriptos que as compõem** pois todos são documentos preciosísimos para a Historia da nossa Patria. **O resto da minha livraria, que se compõem de manuscriptos, pergaminhos**, incunábulos, collecção de chronicas monásticas e civis, jesuitica, arqueologia, numismática, literatura antiga (clássicos) etc, **quero que os meus herdeiros a não**

---

<sup>534</sup> ADVCT, Paróquia de Ponte de Lima (Santa Maria dos Anjos), Registo de óbitos, Assentos de óbitos 1906-01-15/1911-03-18 (cota atual: 9.50.4.27).

<sup>535</sup> *Ibidem*.

<sup>536</sup> Esta última veio a falecer a 19 de novembro de 1926 (Conservatória do Registo Civil de Ponte de Lima, *Registos de óbito*, assento n.º 569). Não conseguimos ainda localizar o registo de óbito da outra irmã, mas, como no Registo Predial de Ponte de Lima se inscreveu a 11 de dezembro de 1926, sob o n.º 15114, a transmissão de vários prédios, incluindo o Paço do marquês (n.º 722), a favor da Santa Casa de Misericórdia de Ponte de Lima, supomos que Delfina Rosa terá sido a última a morrer.

<sup>537</sup> PAIVA, Maria Amélia – A casa nobre no concelho de Ponte de Lima. D. Leonel de Lima: rupturas e evolução do espaço urbano quatrocentista, p. 581.

<sup>538</sup> Apesar de algumas tentativas, não foi possível apurar esta informação junto da Santa Casa da Misericórdia desta vila.

<sup>539</sup> AMB, Administração do concelho, *Livro de nota n.º 159*, livro para o registo de testamentos (12-10-1917-11-01-1918), f. 36v–41.

**dispersem nem pelo empréstimo nem pela venda avulso e se tiverem de a vender que o façam em conjunto a qualquer corporação ou bibliófilo que a queira adquirir [...]**<sup>540</sup>.

No inventário orfanológico realizado após a sua morte, são referidas várias bibliotecas na “Relação dos bens móveis”. É possível que os manuscritos estivessem incluídos no “e outros” da descrição sob o n.º 9: “Biblioteca composta por livros da Guerra Peninsular e outros”, que coube à sua filha natural<sup>541</sup>. De modo que se precavesse a deterioração das espécies e por ser vantajoso para a herdeira, ainda menor, o seu tutor, Joaquim José de Oliveira, convocou, a 27 de outubro de 1924, o Conselho de família para autorizar a sua venda<sup>542</sup>. Assim, a transação veio a ser efetuada com a Câmara Municipal de Braga, respeitando-se a vontade do colecionador vila-verdense<sup>543</sup>.

Através de uma permuta, a “Livreria Oliveira” passou depois para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926<sup>544</sup>. Constituída por diversos manuscritos e impressos, terá começado a ser designada a partir desta altura de “Fundo Barca-Oliveira” — “Oliveira” em homenagem ao bibliófilo que constituiu a coleção e “Barca” por uma parte muito significativa dos seus documentos ter pertencido ao arquivo do conde da Barca. Além destes, continha várias obras impressas sobre a Guerra Peninsular, cartas de Francisco José de Brito, uma coleção de gravuras e a parte do arquivo dos marqueses de Ponte de Lima a que já fizemos referência. Documentação de diferentes entidades produtoras foi, assim, misturada e tratada como um “fundo”<sup>545</sup>.

Note-se que a coleção, tal como veio de Manuel de Oliveira, não se manteve intacta porque vários documentos foram fisicamente deslocados para outras “coleções” da Biblioteca Pública de Braga e do Arquivo Distrital<sup>546</sup>. Entre elas, destaque-se a *Secção de Manuscritos*, originalmente composta na Biblioteca a partir de 1841 com obras oriundas

---

<sup>540</sup> *Ibid.*, f. 37–37v. Negritos nossos.

<sup>541</sup> ADVCT, Tribunal Judicial de Ponte de Lima, Cível, Inventário de menores, Inventário orfanológico sendo inventariado Manuel José de Oliveira, 22 de janeiro de 1918, f. 35, 65v–66 (cota 9.21.2.5-4).

<sup>542</sup> *Ibidem*, f. 115–115v.

<sup>543</sup> Transação que terá sido efetivada entre 14 e 29 de janeiro de 1925 (vd. alvará que confirma a autorização de venda da biblioteca pelo Conselho de família, *Ibid.*, f. 125–126v; e a ata de vereação da Câmara Municipal de Braga, de 30 de janeiro de 1925, na qual um dos vereadores critica a compra efetuada, citada em RODRIGUES, Abel – *Entre o público e o privado: a génese do arquivo do conde da Barca (1754–1817)*, p. 27).

<sup>544</sup> Para mais informações sobre este processo, vd. NUNES, Henrique Barreto – *Fundo Barca-Oliveira*. Em *Da biblioteca ao leitor. Estudos sobre a história da leitura pública em Portugal*. 2.ª ed. Braga: Autores de Braga, 1998, p. 321–325.

<sup>545</sup> RODRIGUES, Abel – *Entre o público e o privado: a génese do arquivo do conde da Barca (1754–1817)*, p. 28–29.

<sup>546</sup> O Arquivo foi fundado em 1917, pelo decreto n.º 3286, de 11 de agosto, em anexo à Biblioteca.

das livrarias das extintas ordens monástico-conventuais, na qual o diretor Alberto Feio e os seus sucessores vieram, mais tarde, a incorporar documentação procedente de outros acervos, nomeadamente da “Livraria Oliveira”<sup>547</sup>. Talvez por esta razão encontremos na referida secção um manuscrito que pertenceu ao cartório dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, intitulado “Papéis das antiguidades dos senhores viscondes”, que contém genealogias da família Lima, memórias e petições redigidas por Luís de Brito Nogueira e por seu filho Lourenço de Lima Brito Nogueira<sup>548</sup>, que serão analisadas mais adiante<sup>549</sup>.

Tenha-se ainda em conta que, após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, se deu a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a cisão das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Deste modo, a história destas instituições e os tratamentos dados aos seus acervos levaram à quebra de vínculos orgânicos em muita da documentação oriunda do “Fundo Barca Oliveira”. O acervo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira seria composto apenas por manuscritos e, por isso, ficou no Arquivo Distrital, mas terá sido desagregado deste “fundo” e deslocado para outro espaço<sup>550</sup>.

Na década de 1990, sendo Maria da Assunção Jácome Vasconcelos diretora do Arquivo, com a colaboração de Armando Malheiro da Silva e de alguns jovens investigadores, iniciou-se o tratamento de vários arquivos familiares e pessoais que tinham dado entrada na instituição<sup>551</sup>. O relatório de atividades do ADB de 1996 dá conta do tratamento em curso de documentos dos viscondes de Vila Nova de Cerveira<sup>552</sup>, como o

---

<sup>547</sup> RODRIGUES, Abel – *Entre o público e o privado: a génese do arquivo do conde da Barca (1754–1817)*, p. 29–32. Vd. também: RODRIGUES, Abel – Os arquivos pessoais e familiares do Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho. Uma abordagem sistémica. Em *2.º Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro: atas*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2011, p. 223–232.

<sup>548</sup> Trata-se do Ms. 887-2, que, já depois da nossa consulta, recebeu a cota ADB, VVNC, n.º 59. Note-se que Manuel de Oliveira em *Pro veritate...*, p. 259–261, nt. 1, transcreve uma parte de um desses manuscritos (informação entre f. [14v] e [15]), atribuindo o texto a Luís de Brito.

<sup>549</sup> Vd. subcap. 11.4. e 12.1.2.

<sup>550</sup> RODRIGUES, Abel – Os arquivos pessoais e familiares do Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho. Uma abordagem sistémica, p. 227–237, p. 228 sobre o acervo dos viscondes.

<sup>551</sup> Sobre estes acervos, vd. *ibid.*, p. 223–273.

<sup>552</sup> ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA – Relatório de Actividades - 1996. *Forum*. Vol. 21 (1997), p. 204. Este núcleo documental não é, no entanto, identificado em relatórios de atividades do ADB de anos anteriores, publicados na revista *Forum*, nem na secção dos arquivos familiares em VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome de (ed.) – *Arquivo Distrital de Braga. Guia de utilizador 1998–1999*. Braga: ADB, UM, 1998, p. 9–10.

testemunham ainda hoje as capilhas *acid free* e algumas folhas de recolha de dados elaboradas nessa altura<sup>553</sup>. Entre 2000 e 2008, Abel Rodrigues, na qualidade de técnico superior no ADB, trabalhou com profundidade a documentação pertencente ao cartório da Casa de Sá (da família do conde da Barca), assim como deixou registadas informações sobre outros arquivos pessoais e familiares depositados neste Arquivo. Em relação aos viscondes de Vila Nova de Cerveira, assinalou a existência de 30 pergaminhos que estavam nos gavetões do “Salão Paroquial” e quatro caixas localizadas no “Salão Paroquial”<sup>554</sup>. Com a transferência das instalações do ADB para o novo edifício na Rua Abade da Loureira, inaugurado em 2017, esta documentação deixou de ter o acondicionamento identificado por Abel Rodrigues e foi caldeada com outra documentação proveniente de outros arquivos familiares não inventariados<sup>555</sup>. Em 2019, conseguimos identificar 57 documentos que terão pertencido ao cartório de Ponte de Lima<sup>556</sup>. No entanto, entre tantas mudanças e

---

<sup>553</sup> Não existem capilhas, nem folhas de recolha de dados para todos os documentos que identificámos como provenientes do cartório dos marqueses de Ponte de Lima. Não houve, portanto, um tratamento sistemático desta documentação.

<sup>554</sup> RODRIGUES, Abel – Os arquivos pessoais e familiares do Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho. Uma abordagem sistémica, p. 261.

<sup>555</sup> Esta foi a situação inicialmente encontrada, tendo-nos sido disponibilizadas quatro caixas nas quais se misturavam pergaminhos de diferentes proveniências e sem relação identificada com os viscondes de Vila Nova de Cerveira (nomeadamente alguns de membros das famílias Madureira, Cirne, Barros, entre outras). Realizámos um pedido de pesquisa nos arquivos de família não inventariados do ADB e foram-nos disponibilizados mais alguns documentos que pertenceram a esta família. Agradecemos ao Sr. Diretor do ADB, Dr. António Sousa, e à Dr.ª Ana Sandra Meneses a atenção dada à nossa solicitação e a disponibilização deste material, assim como ao Dr. Barreto Nunes pela pronta resposta às questões que lhe enviámos.

<sup>556</sup> Cremos que estes documentos terão pertencido à coleção de Manuel de Oliveira. No entanto, falta explorar a hipótese de haver um ou outro documento que possa ter estado no arquivo da família Abreu Lima, de Paço Vedro de Magalhães, descendentes do 1.º visconde de Vila Nova de Cerveira, uma vez que, nos anos 1950, um pequeno conjunto documental foi doado ao ADB por Gaspar de Abreu Lima (vd. RODRIGUES, Abel – Os arquivos pessoais e familiares do Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho. Uma abordagem sistémica, p. 232). Além destes 57 documentos, que incluem o supracitado Ms. 887-2, há mais dois relativos à comenda de Rio Frio (um de 1504 e outro de 1605) que não temos a certeza se também vieram do cartório dos viscondes, uma vez que não apresentam no verso a cota correspondente à inventariação realizada em 1675–77, ao contrário do que aconteceu em outros dois documentos concernentes à mesma comenda (em ADB, VVNC, n.ºs 11 e 25). Colocámos a hipótese de esta última ter estado no cartório porque D. Francisco de Lima terá recebido a comenda de S. João de Rio Frio por mercê do rei D. Sebastião em 1575 (não temos o documento, mas apenas a referência em VNC, cx. 2, n.º 9, f. 63v), sendo possível que estes documentos sem ligação aparente à família tenham sido guardados no seu arquivo. Por outro lado, num complemento ao inventário de 1675–77, redigido provavelmente no tempo de D. Tomás de Lima (m. 1755), é referido um maço com vários papéis “todos com o titullo da comenda de Rio Frio e hum livro com o titullo Sumario do rendimento das propriedades e bens da comenda de Rio Frio” (VNC, cx. 14, n.º 36, f. 1r). Em relação a um documento de confirmação do padroado da igreja de Santa Lucrecia [de Aguiar], termo de Barcelos, de apresentação da casa de Aborim, que foi incluído na nova organização dada a esta documentação pelo ADB (com a cota ADB, VVNC, n.º 8), não conseguimos ainda encontrar ligação ao cartório dos viscondes e, por isso, não o incluímos na contagem. Também excluimos o documento ao qual foi atribuída a cota ADB, VVNC, n.º 36, uma vez que se trata do traslado de um conjunto de certidões sobre a ascendência de Manuel de Araújo de Vasconcelos, passadas por várias pessoas, entre elas por membros da família dos viscondes, mas não há nenhum indício que aponte que tivesse alguma vez estado no cartório dos viscondes em Ponte de Lima.

misturas, não sabemos o que se perdeu, nem se haverá mais algum documento do mesmo conjunto disperso por acervos não inventariados.

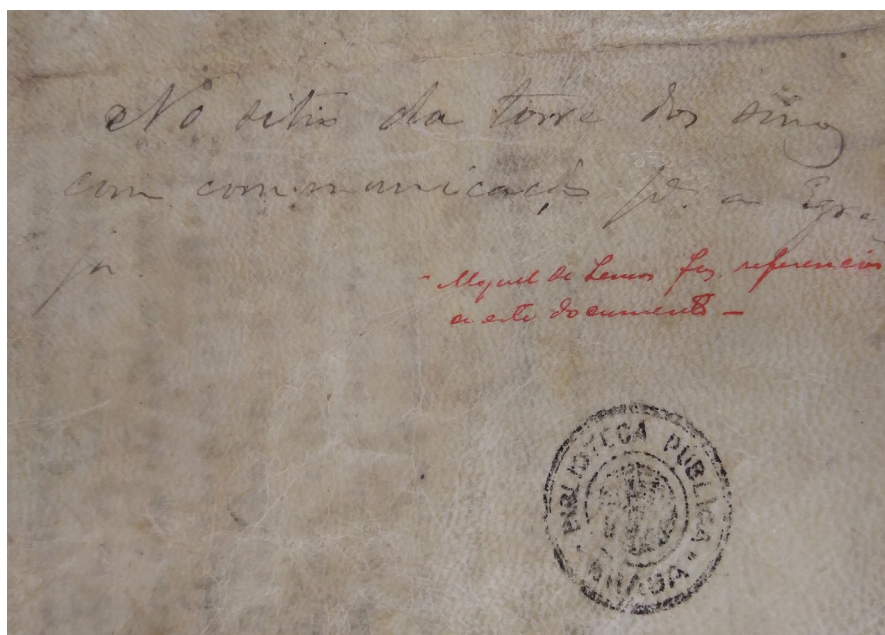


Figura 1 – Parte do verso do pergaminho em ADB, VVNC, n.º 49<sup>557</sup>  
© Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga<sup>558</sup>

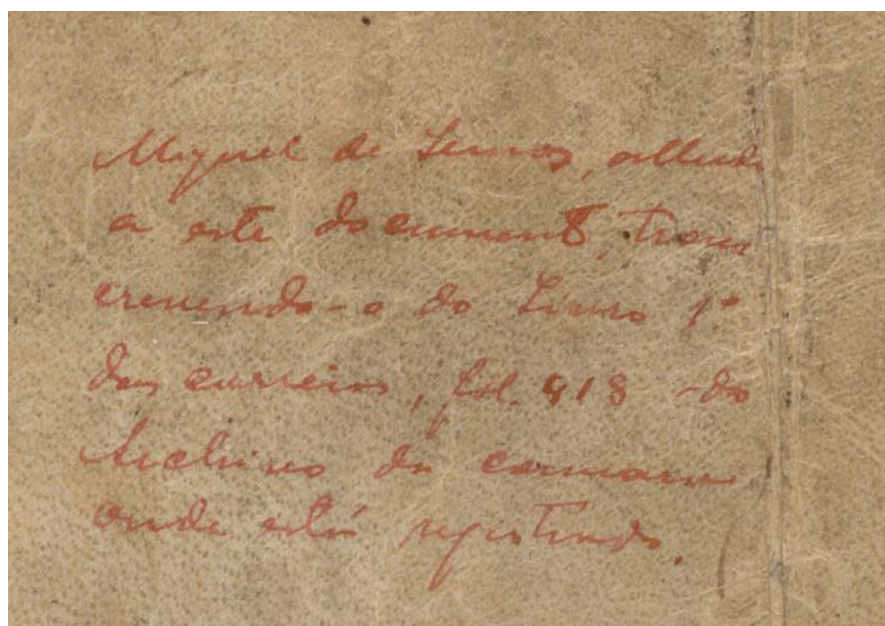


Figura 2 – Parte do verso do pergaminho em ADB, VVNC, n.º 5<sup>559</sup>  
© Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga

<sup>557</sup> Com uma anotação de Manuel de Oliveira. Agradecemos ao Abel Rodrigues, profundo conhecedor deste erudito e do “Fundo Barca-Oliveira”, a ajuda na identificação da letra.

<sup>558</sup> A menção de direitos da imagem foi solicitada por algumas instituições nas quais os documentos reproduzidos estão depositados. Por uma questão de uniformização, fizemo-lo para todas as outras imagens inseridas nesta tese.

<sup>559</sup> Com uma anotação de Manuel de Oliveira.



Além do que foi vendido à Câmara Municipal de Braga em 1925 e veio parar ao Arquivo Distrital, suspeitamos de que, durante a vida de Manuel de Oliveira, alguma documentação do cartório dos marqueses de Ponte de Lima poderá ter sido emprestada, vendida ou doada e, assim, circulado entre eruditos, que se dedicavam ou se interessavam pelos estudos históricos, e com os quais este bibliófilo vila-verdense manteria contacto<sup>560</sup>. Esta é uma suposição que pode justificar que Luís Figueiredo da Guerra ou Júlio de Lemos tenham sido detentores de documentos deste arquivo.

Em 1907, Figueiredo da Guerra (1853–1931) afirmava estar na posse de uma cópia do século XVIII do testamento de D. Teresa da Silva — que teria estado anexada ao testamento original — e da doação feita a Fernão Eanes de Lima pelo seu tio João Fernandes de Sotomaior, em 1371<sup>561</sup>. Este último pergaminho está hoje no ADB, pelo que terá passado por Manuel de Oliveira<sup>562</sup>. Também o testamento original de D. Teresa da Silva, que, em 1907, pertencia aos herdeiros de Miguel Lemos, e que termina na posse de Figueiredo da Guerra<sup>563</sup>, passou pelas mãos de Manuel de Oliveira como o testemunham as anotações feitas no verso do pergaminho (Figura 3).

Para lá dos indícios aqui explanados, só uma análise minuciosa das publicações destes letrados e da sua correspondência poderia, eventualmente, lançar mais luzes sobre a rede de contactos estabelecidos e sobre este intercâmbio documental, cuja compreensão tem o maior interesse para a análise do contexto de dispersão e circulação de documentos de cartórios de instituições extintas ou profundamente transformadas com o advento do liberalismo. Os documentos já não tinham um valor iminentemente útil para a gestão e administração dos bens, passando a ser sobretudo guardados e procurados pelo seu valor histórico-cultural e monetário. A participação de alguns deles no Instituto Histórico do Minho torna igualmente imperioso o estudo das atividades desta instituição e dos seus membros.

---

<sup>560</sup> Outros cultores da historiografia local como Luís Figueiredo da Guerra, Pe. Cunha Brito, Félix Alves Pereira, António de Magalhães, Júlio de Lemos, entre outros, mantinham contactos frequentes, correspondiam-se, colaboraram juntos em obras e em publicações locais como, por exemplo, o “Almanaque de Ponte de Lima” ou o “O Commercio do Lima”.

<sup>561</sup> GUERRA, Luís Figueiredo da – Fernão Anes de Lima, p. 266. Figueiredo da Guerra já possuía estes documentos em 1903, como se conclui da longa citação que José Cândido Gomes inclui na sua obra: GOMES, José Cândido – *As terras de Valdovês: memorias historicas e descriptivas do concelho dos Arcos de Val de Vez*. Guimarães: Typ. Minerva Vimaranesense, 1903. Vol. 5, p. 48.

<sup>562</sup> ADB, VVNC, n.º 1.

<sup>563</sup> AMVCT, LFG, 65230D.

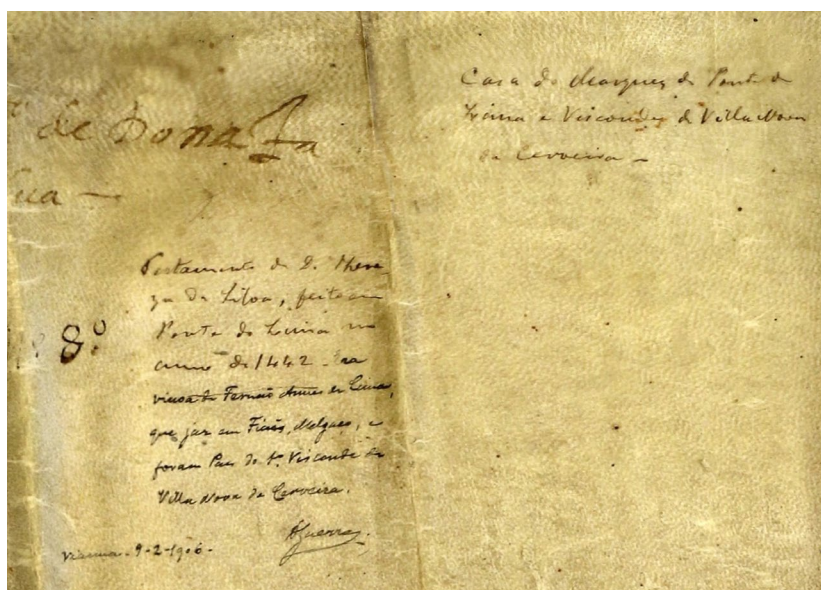


Figura 3 – Parte do verso do pergaminho em AMVCT, LFG, 65230D<sup>564</sup>  
© Arquivo Municipal de Viana do Castelo

Ademais, não podemos ignorar que alguns documentos já se tinham dispersado e circulavam, como já demos nota, antes da oferta das “Senhoras do Paço” ao médico minhoto, sendo difícil determinar o que circularia antes ou só se terá espalhado depois.

Figueiredo da Guerra fez, a 14 de fevereiro de 1926, um apontamento sobre o aparecimento de um exemplar do foral manuelino da vila de Ponte de Lima, muito provavelmente aquele que pertencera ao marquês de Ponte de Lima, no cofre de Adriano Silva, em Braga, e que havia sido noticiado n’*O Primeiro de Janeiro* de 3 de janeiro de 1926<sup>565</sup>. Também o etnógrafo Leite de Vasconcelos (1858–1941) adquiriu documentos que pertenceram aos viscondes de Vila Nova de Cerveira, nomeadamente dois pergaminhos<sup>566</sup>, no Porto, a 20 de outubro de 1908<sup>567</sup>, que hoje se encontram na coleção de manuscritos da Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia<sup>568</sup>.

<sup>564</sup> Tem uma anotação que parece ser de Manuel de Oliveira no canto superior direito e uma anotação abaixo à esquerda de Figueiredo da Guerra, assinada por ele e datada “Vianna, 9-2-1906”.

<sup>565</sup> AMVCT, LFG, 959.

<sup>566</sup> As cotas que se encontram no verso também correspondem às do inventário de 1675–77.

<sup>567</sup> BMNARQ, Ms/P/DIV, cx. 9, n.º 338 e cx. 11, n.º 397. Estes pergaminhos foram comprados e assentados no livro de entradas do Museu com os números de inventário E1791 e E1792, respetivamente, junto aos quais se encontra informação sobre o local e data da aquisição. Esta é igualmente mencionada no *Archeologo Português*: em outubro de 1908, o Diretor do Museu adquiriu, entre outras peças, “um pergaminho do séc. XVI, com vestígios de selo, e outro, com resto de selo de lacre” (VASCONCELOS, J. Leite de (ed.) – *Acquisições do Museu Ethnológico Português. O Archeologo Português*. Vol. 15 (1910), p. 246). Agradecemos à Alice Gago a ajuda nesta pesquisa.

<sup>568</sup> Além dos pergaminhos referenciados, adquiriu ainda, em data desconhecida, duas cartas do visconde Tomás Xavier de Lima Teles da Silva (1727–1800): Ms/Pp/DIV., cx. 14, n.º 803 e n.º 806. Sobre o legado deste

Foi mais difícil rastrear a história custodial de outros documentos dispersos e com cotas que correspondem ao inventário de 1675–77, como é o caso do pergaminho dos viscondes de Vila Nova de Cerveira depositado no Arquivo Municipal de Ponte de Lima que foi adquirido a um alfarrabista local<sup>569</sup>, ou do livro adquirido por Jorge de Brito e Abreu há mais de trinta anos também a um alfarrabista<sup>570</sup>. Já o documento que se encontra na coleção de manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra pertenceu ao “núcleo do Monsenhor Santos Farinha”<sup>571</sup>, mas não conseguimos apurar como deu entrada no arquivo pessoal deste sacerdote, nem em que circunstâncias foi depois integrado nesta coleção da BGUC. O mesmo para o exemplar do senhorio que continha os forais manuelinos das terras e concelhos de S. Martinho, Coura, Valdevez, Santo Estêvão e Geraz<sup>572</sup>, que veio a integrar a coleção familiar de Maurice Burrus (1882–1959), parcialmente leiloadada em 2016 no Reino Unido<sup>573</sup>. Por fim, talvez também tivesse

---

erudito, vd. COITO, Livia C.; COELHO, Jane T. P. – Nota acerca do legado do Doutor Leite de Vasconcelos no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *O Arqueólogo Português*. Vol. 6/7 (1988), p. 335–339. Leite de Vasconcelos deixou em testamento uma parte do seu arquivo ao Museu Etnológico (atual Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia), que incluía uma biblioteca com milhares de títulos, além de manuscritos, correspondência, gravuras e fotografias.

<sup>569</sup> Não nos foram facultadas informações mais precisas sobre esta compra.

<sup>570</sup> Trata-se de um livro, que se encontrava no maço 18, no qual estão registadas propriedades reguengas de freguesias da terra de Valdevez, herdeiros dos foreiros e foros que deveriam ser pagos ao visconde de Vila Nova de Cerveira. O colecionador não precisou o alfarrabista nem a data em que realizou a aquisição.

<sup>571</sup> BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Catálogo de Manuscritos: códices 2950 a 3000*. Coimbra: BGUC, 1964, p. 70. Pensamos tratar-se de Manuel José dos Santos Farinha (1870–1933) que foi pároco da Madalena e depois de Santa Isabel, em Lisboa. O seu interesse pelos estudos históricos tê-lo-á levado a adquirir vários manuscritos, como este que pertenceu ao cartório dos viscondes, e a dedicar-se à produção de algumas obras de erudição historiográfica (vd. uma curta biografia em PINTO, Sérgio Ribeiro – *Servidores de Deus e funcionários de César: o clero paroquial da Monarquia à República (1882–1917)*. Maia: Cosmorama, 2017, p. 470). Sobre a entrada de alguns documentos do arquivo deste sacerdote na BGUC — e na seção dos manuscritos em particular — pouco ainda se sabe. É provável que tenham sido integrados antes da década de 1940, tendo em conta os carimbos usados pela BGUC, as encadernações e algumas marcas de intervenções de restauro. Não há, no entanto, indícios de que haja mais materiais do seu arquivo ou livreria depositados nesta instituição, além dos escassos manuscritos identificados no Catálogo supracitado. É um tema ainda em aberto e agradecemos à Dr.<sup>a</sup> Isabel João Ramires a ajuda e esclarecimentos que prestou sobre o que existe na BGUC e sobre a sua provável data de entrada, que aqui reproduzimos. Uma incursão pelo arquivo deste serviço poderia eventualmente trazer alguns esclarecimentos. Apesar de não termos conseguido aprofundar a relação com o “espólio” na BGUC, deixamos nota de que este erudito terá oferecido à Biblioteca Nacional, em 1908, “uma abundante coleção de diplomas” (CUNHA, Xavier da – Relatório dos serviços da Biblioteca Nacional de Lisboa no primeiro trimestre de 1908. *Boletim das bibliothecas e arquivos nacionaes*. Vol. 7–8 (1908), p. 23. O seu nome vem na “Relação das pessoas e corporações que, por seus donativos ofertados em 1908, ficaram inscritas no respetivo Quadro de Honra”, na p. 387). Não nos foi possível apurar mais informação sobre estes dois espólios.

<sup>572</sup> O exemplar do foral manuelino concedido a São Martinho e a Beiral do Lima, que pertencia ao concelho, encontra-se no AMPTL: <URL <https://pesquisa-arquivo.cm-pontedelima.pt/details?id=11950&ht=foral%7cs%7cmar%20tinho&detailsType=Description>> [acedido 29 abril 2022].

<sup>573</sup> Veja-se a notícia sobre a venda “Illuminated Manuscripts from the Collection of Maurice Burrus (1882–1959)” realizada a 25 de maio de 2016 pela leiloeira Christie’s London: [www.christies.com/en/auction/illuminated-manuscripts-from-the-collection-of-maurice-burrus-1882-1959-26064/overview](http://www.christies.com/en/auction/illuminated-manuscripts-from-the-collection-of-maurice-burrus-1882-1959-26064/overview) [acedido 29 abril 2022]. Esta

pertencido a este cartório outro pergaminho que apareceu a leilão em outubro de 2017<sup>574</sup>. Prova de que continuam no circuito leiloeiro.

Este nível de dispersão é comum a outros arquivos de família do Antigo Regime, sobretudo quando as propriedades familiares foram vendidas a terceiros ou distribuídas pelos herdeiros. Alguns núcleos terminaram arrumados em sôtãos, integrados nos arquivos familiares dos novos proprietários ou entraram numa circulação, muitas vezes cíclica, de venda, integração em coleções de eruditos, regresso a leilões para integrar novas coleções, eventualmente de uma instituição arquivística ou cultural, pública ou privada. Acresce que os tratamentos arquivísticos, de pendor historicista e custodial, recebidos nessas instituições levaram, na grande maioria dos casos, à quebra dos vínculos orgânicos, obscurecendo, muitas das vezes para sempre, as suas proveniências, desmembrando os núcleos e distribuindo documentos por coleções temáticas ou tipológicas. Não havendo registos escritos dessas incorporações e já não se contando com a memória dos seus feitores, algumas ligações dificilmente se poderão recuperar.

Referimos que alguma documentação terá acompanhado as propriedades vendidas. Demos o exemplo daquela que dizia respeito ao Paço de Giela, vendido com todos os seus foros e censos, hoje no arquivo familiar dos descendentes de Narciso Faria. Era habitual alguma documentação acompanhar as propriedades transacionadas e isso terá ajudado à dispersão não só da documentação relativa às propriedades minhotas, mas das restantes que integravam o património dos viscondes de Vila Nova de Cerveira. Alguma documentação, após a remissão de alguns foros, também pode ter sido entregue aos foreiros que comprassem as propriedades. Será eventualmente esse o caso de uma cópia dos autos de um processo judicial, que foi solicitada pelo procurador do visconde de Vila Nova de Cerveira, em 1715, e que se encontra atualmente no arquivo da Casa da Coutada, da família Queiroz Vaz Guedes<sup>575</sup>. No processo foi tresladado o foral manuelino outorgado à vila dos Arcos de Valdevez e averbaram-se múltiplos despachos e sentenças produzidos

---

coleção de manuscritos iluminados pertenceu à livreria do alsaciano Maurice Burrus, um industrial produtor de tabaco, político e colecionador.

<sup>574</sup> Tratava-se de um instrumento de confirmação do empraçamento de umas casas na Rua da Sapataria, em Ponte de Lima, feita por D. Manuel I, em 1510, e que transcrevia um instrumento de 1503 passado pelo visconde D. João de Lima. Vd. o catálogo *Importante leilão de livros, manuscritos, fotografia e gravura*. Lisboa: José F. Vicente Leilões, 2017, p. 84.

<sup>575</sup> AFQVG – *Cópia do processo judicial relacionado com o foral de D. Manuel I, 1715*, 56 f. Agradecemos ao Dr. João Carlos Gachineiro o acesso à versão digitalizada deste documento.

no âmbito dos vários diferendos ocorridos por causa dos direitos devidos ao visconde de Vila Nova de Cerveira e contemplados nesse foral<sup>576</sup>, particularmente com os senhores da Casa de Casal do Paço. Diogo de Gouveia Coutinho e Castro e seus descendentes deviam pagar foros e demais direitos ao visconde de Vila Nova de Cerveira, por serem moradores e proprietários de terras que estavam sob a sua alçada, por ser donatário da Coroa. Mais tarde, em 1793, o bisneto de Diogo, Gaspar de Queiroz Botelho de Almeida e Vasconcelos, antepassado dos membros da família Queiroz Vaz Guedes, tomou de emprazamento uma coutada que pertencia ao marquês de Ponte de Lima, vindo aí a edificar a atual Casa da Coutada<sup>577</sup>. Há dúvidas sobre a história custodial do documento<sup>578</sup>, mas, se efetivamente pertenceu ao senhorio, reforça-se a hipótese de haver mais casos semelhantes a este ou a da documentação de Giela<sup>579</sup>.

Além do núcleo documental do cartório de Ponte de Lima e da documentação ligada às primeiras gerações da família-instituição Lima e às propriedades situadas no Minho, havia outro núcleo fundamental que estava em Lisboa, no Palácio da Rosa.

---

<sup>576</sup> Veja-se a transcrição e estudo do documento em: COSTA, Paula Pinto – *O Foral Novo dos Arcos de Valdevez: três séculos e meio de tensões e desafios*. Arcos de Valdevez: Município dos Arcos de Valdevez, 2020. Sobre a hipótese de o documento ter pertencido ao senhorio, vd. p. 61.

<sup>577</sup> Sobre esta questão, vd. SILVA, Armando M. da; DAMÁSIO, Luís P. Castro; FERNANDES, José Queiroga – *Casas armoriadas do concelho dos Arcos de Valdevez: subsídios para o estudo da nobreza arcoense*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2004. Vol. 5, p. 20, 99–100, a transcrição da pública-forma da escritura de prazo está no anexo VII, p. 239–242; SILVA, Armando B. Malheiro da; DAMÁSIO, Luís P. Castro; GACHINEIRO, João Carlos – Apresentação. Em COSTA, Paula Pinto – *O Foral Novo dos Arcos de Valdevez: três séculos e meio de tensões e desafios*. Arcos de Valdevez: Município dos Arcos de Valdevez, 2020, p. 9–13.

<sup>578</sup> No início pode ler-se a cota “Masso 16” e o sumário “Sentença e foral Arcos tudo tresladado” (f. 1). Cremos que a letra quer da cota quer do sumário é semelhante àquela que encontramos, por exemplo, em VNC, cx. 14, n.º 17 (“Masso 25. N.º 12. Foral de Ponte de Lima dos quintos e portage”). A letra semelhante, por si só, não é argumento suficiente para afirmar que o documento esteve no cartório dos viscondes. Não conseguimos estabelecer uma relação entre o conteúdo do documento e a existência de um maço 16 quer na organização de 1739, quer no inventário de 1819 do cartório de Lisboa, que serão analisados mais adiante. Também não conseguimos apurar qual a organização do cartório de Ponte de Lima a partir do século XVII para confirmar a sua possível presença num maço 16. No inventário de 1675–77, existe um traslado em pública-forma do foral de Valdevez, em papel, que estava no maço 14 (VNC, cx. 14, n.º 9, f. 14v) e um traslado do alvará por que se deu sentença na Casa da Suplicação em que se anulou o foral no que toca a carnes, aves e outras coisas em um maço de papéis no maço 18 (f. 18–18v).

<sup>579</sup> O já mencionado António de Morais e sua esposa que compraram, em 1868, os bens rústicos e urbanos, rendas, foros, censos, pensões e direitos que pertenciam ao antigo morgadio do Minho (exceto os que formavam a quinta e Paço de Giela e os que constituíram o morgadio de Soalhães) também podem ter ficado com documentação que passaram a quem lhes comprou foros e censos. Por uma escritura de venda ou cessão e trespasse, feita no Porto a 3 de abril de 1872, no tabelião ajudante Manuel Ribeiro da Silva, o citado portuense e a mulher venderam foros e censos, que haviam pertencido ao marquês de Ponte de Lima, ao bacharel Gaspar de Sottomaior Pizarro, de Braga. Esta é uma hipótese da qual deixamos nota, mas que ainda precisa de ser explorada. Agradecemos ao Dr. João Carlos Gachineiro todas as informações que nos enviou e que encontrou enquanto analisava a remissão de alguns foros em documentação notarial relativa a Arcos de Valdevez.

## 5.2. Cartório em Lisboa, no palácio situado no Largo da Rosa

O Palácio da Rosa foi edificado na morada ancestral dos Nogueiras. A 16 de dezembro de 1393 foi dada autorização pela Câmara de Lisboa a Afonso Eanes Nogueira, que tinha as casas de sua morada junto à igreja de S. Lourenço, para tapar duas ruas e aí fazer umas casas e edifício “per que a dicta çidade seerya mais honrada”<sup>580</sup>. Esta residência urbana continuou a pertencer aos sucessores na administração dos morgadios dos Nogueiras, nomeadamente aos Brito Nogueira e depois aos Lima Brito Nogueira, viscondes de Vila Nova de Cerveira. A Luís de Brito Nogueira I, administrador desses morgadios, se deveu a edificação da casa nobre quinhentista que aí existiu e, ao lado, à direita das atuais Escadinhas da Costa do Castelo, a construção do convento da Rosa de freiras dominicanas em 1519. O edifício foi reconstruído no século XVII, mas, tal como o convento e parte da igreja, foi devastado pelo sismo de 1755. Nesta sequência, voltou a ser alvo de restauro nessa centúria, sendo realizadas grandes alterações quer no seu interior quer no exterior, que o aproximaram do aspeto que hoje tem, nomeadamente com o acrescento do portal que carrega as armas usadas pelos viscondes na segunda metade do século XVIII<sup>581</sup>. Foram efetuadas algumas obras no final do século XIX e, nos inícios do século XX, fizeram-se profundas remodelações e acrescentos, não se tendo sempre obedecido ao longo dos séculos a um plano de construção coerente<sup>582</sup>. Note-se que todo este contexto de destruição, restauros e de transformações do espaço habitacional terá influenciado a conservação do acervo documental, levando possivelmente a perdas e a danos ao longo do tempo.

Lourenço de Lima Brito Nogueira, filho de Luís de Brito Nogueira e neto do 5.º visconde de Vila Nova de Cerveira, e os seus sucessores, apesar de manterem um cartório possivelmente em Ponte de Lima, conservaram no palácio da Rosa grande parte da documentação dos Nogueiras e dos Britos Nogueira, com especial destaque para aquela que dizia respeito aos seus morgadios. A essa documentação foram juntando a sua produção relativa às propriedades e morgadios transmitidos por estes antepassados e a

---

<sup>580</sup> VNC, cx. 10, n.º 9.

<sup>581</sup> ARAÚJO, Norberto de – Inventário de Lisboa. Fascículo VII - Palácios Particulares. Lisboa: Câmara Municipal, 1950, p. 27–29. Sobre as obras no palácio, vejam-se os róis de despesas em VNC, cx. 45, n.ºs 87, 88, 89, 90.

<sup>582</sup> SEIXAS, Miguel Metelo – Revivalismos heráldicos novecentistas: os painéis de azulejos do Palácio da Rosa. Em FARIA, Ana Leal de; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (eds.) – *Castelo Melhor e os seus tempos (1635–1720)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2021, p. 219. Sobre este palácio, veja-se igualmente: *Ibid.*, p. 217–256; GONÇALVES, António Manuel – Rosa (Palácio da). Em SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (eds.) – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: s.n., 1994, p. 783–784.

documentação mais premente para a gestão da sua Casa, nomeadamente para a administração das propriedades de Lisboa e dos arredores, para pedidos de confirmação de títulos e de outras prerrogativas. Em dois livros que registam os rendimentos da Casa, um de 1693<sup>583</sup> e outro de 1739<sup>584</sup>, é possível ver a referência às propriedades no Minho, sem referência aos maços do arquivo que estariam em Ponte de Lima. A referência aos maços apenas é feita para a documentação que estaria no cartório em Lisboa. Neste cartório, foram-se dando várias incorporações de documentação vinda com propriedades adquiridas por compra ou propriedades e vínculos recebidos por via matrimonial. Este último foi o caso do cartório com documentação dos vínculos, propriedades e prerrogativas dos Vasconcelos e Meneses, após a morte de D. João Luís de Vasconcelos e Meneses, pai da esposa do visconde D. Diogo de Lima, em 1648<sup>585</sup>. Este núcleo documental foi integrado no cartório que se encontrava na Rosa. A existência de documentação de gestão corrente em outras propriedades ou na mão de criados e procuradores dos viscondes, como já referimos no caso da documentação minhota, deveria ser também uma realidade. Embora não tenhamos até ao momento encontrado disso registo, é possível que alguma documentação relativa a propriedades naquela região, nomeadamente das que pertenceram aos Vasconcelos e Meneses, possa ter estado pontualmente ou continuamente no palácio dos viscondes em Mafra<sup>586</sup>. Apesar de existir no cartório de Lisboa muita documentação relativa ao senhorio de Mafra e a outros bens que vieram dos Vasconcelos e Meneses<sup>587</sup>, não é de excluir a hipótese de alguma poder ter ficado esquecida no paço mafrense<sup>588</sup>. Veja-se o exemplo dos senhores da Casa de Belmonte, relatado por Maria João Sousa, que conservavam documentação de gestão corrente no celeiro da Quinta da Ota, que aí ficou olvidada até ter sido recentemente recuperada pela

---

<sup>583</sup> VNC, cx. 20, n.º 1.

<sup>584</sup> VNC, sem cota.

<sup>585</sup> BA, 51-VIII-29, f. 241–242v.

<sup>586</sup> Construído no século XVII, provavelmente aproveitando as estruturas do paço medieval, que viria do século XIV, do tempo de D. Fernão Martins Coutinho. Sobre este edifício, vd. CORREDOURA, Luís – Análise das principais anomalias construtivas existentes no Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima - Mafra. Subsídios para uma intervenção de reabilitação. *Arqueologia & Histórica*. n.º 60–61 (2008), p. 196–200. Votado ao abandono foi leiloadado em 1926 e, depois, novamente em 1937; só veio a ser adquirido pela Câmara Municipal de Mafra em 1989 (*Ibid.*, p. 199).

<sup>587</sup> O que se pode concluir quer pela análise dos inventários do século XVII–XVIII e XIX quer do *Livro de propriedades e rendimentos de 1739*, que serão brevemente analisados no cap. 6.

<sup>588</sup> Não conseguimos encontrar indícios que nos permitissem explorar esta hipótese. Porém, tal foi a degradação em que caiu o edifício, depois da morte do último marquês, que dificilmente teria sobrevivido a menos que tivesse sido recuperada por alguém.

autora e pela sua família<sup>589</sup>. Por isso, é possível que, no caso dos viscondes, alguma documentação de gestão corrente tenha igualmente ficado nas propriedades quando estas foram vendidas no século XIX ou que tenha sido entregue aos novos donos, como aconteceu com a documentação do Paço de Giela.

É impossível mapear toda a documentação que se dispersou. Tivemos a sorte de encontrar alguns núcleos e de conseguir, em alguns casos, compreender a história da sua conservação após a dispersão. No entanto, há muitas questões que continuam em aberto em relação à história custodial recente do acervo que esteve na Rosa, especialmente sobre a parte que hoje se encontra nas mãos de um dos descendentes dos viscondes. Vamo-nos centrar na reconstituição desta história, do que restou e do que se poderá ter perdido, remontando até ao século XIX que ficou marcado pelas transformações já aludidas. Além do que foi temporariamente depositado no ANTT, destacamos outros núcleos documentais que foi possível identificar e que terão origem ou que terão passado por esse cartório.

No subcapítulo anterior, referimos que a ausência do 3.º marquês de Ponte de Lima do reino a partir de 1828 levou a que os seus bens fossem sequestrados e arrendados em hasta pública, facto que poderá ter contribuído para a dispersão e perda de alguma documentação. No entanto, mesmo quando esteve presente no reino, o marquês não terá dado a devida atenção à administração da sua propriedade e, por consequência, também terá negligenciado o cuidado com a documentação depositada no seu palácio e o arquivamento daquela que foi produzida durante o seu marquesado. Aquando do seu falecimento, *O Primeiro de Janeiro* deu a notícia e assinalou que D. José Maria Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva era “homem ilustrado, de um carácter muito excêntrico mas muito honrado”, procurava sempre ajudar os mais pobres, havendo relatos da sua renúncia a diversos direitos e privilégios herdados de seus antepassados. No palácio em que habitava em Lisboa, não mandava fazer as reparações necessárias a ponto de chover no seu interior e, nesta “arruinada casa o que mais avultava era a livraria”. Faleceu solteiro e deixou testamento nomeando o irmão João Xavier de Lima como seu herdeiro<sup>590</sup>.

---

<sup>589</sup> SOUSA, Maria João O. F. C. da Câmara Andrade e – *O Arquivo da Casa de Belmonte...*, p. 79–80.

<sup>590</sup> As citações são da notícia de 23 de janeiro que foi republicada em: *O Echo do Lima*, 30-12-1877, p. 1. Sobre a personalidade deste fidalgo, veja-se, embora com alguma reserva, os relatos mencionados em: EURICO, Pedro – *Figuras do passado*, p. 1–16, sobre a ruína do Palácio da Rosa vd. p. 11–12. Registo de óbito a 21 de dezembro de 1877 em: ANTT, *Paróquia de São Lourenço*, Duplicados de registo de óbitos, lv. dO16, f. 14r, registo n.º 59.



Este irmão sobreviveu-lhe apenas alguns meses, vindo a falecer no ano seguinte, a 27 de junho de 1878<sup>591</sup>. No palácio da Rosa ficou ainda uma irmã, D. Ana Xavier de Lima, que faleceu em 1885 também sem descendência<sup>592</sup>. O palacete e os bens que restavam, e que haviam pertencido ao 3.º marquês de Ponte de Lima, passaram então para uma sobrinha, que era filha de uma irmã mais nova do marquês, D. Helena Luísa de Lima<sup>593</sup>, e de seu marido D. António de Vasconcelos e Sousa Câmara Caminha Faro e Veiga, que foi conde da Calheta e marquês de Castelo Melhor, já falecidos nesta data. Esta sobrinha era D. Helena Maria de Vasconcelos e Sousa, que, por óbito de seu irmão em janeiro de 1878, sucedeu nos bens e no título dos Castelo Melhor. Esta senhora vendeu em 1889 o palácio onde seu irmão habitara<sup>594</sup> e optou por residir no da Rosa, onde realizou algumas obras<sup>595</sup>. Quando morreu em 1900, foi sua herdeira a filha, D. Helena Maria de Vasconcelos e Sousa Ximenes, casada com D. João da Silveira Pinto da Fonseca, visconde da Várzea, que, nos primeiros anos de noventa, financiou restauros e o acrescento de dependências que deram ao palacete o aspeto que hoje conserva<sup>596</sup>. Herdaram o edifício os quatro filhos do casal: Helena Maria do Santíssimo Sacramento da Silveira Vasconcelos e Sousa, princesa de

---

<sup>591</sup> ANTT, *Paróquia de São Lourenço*, Duplicados de registo de óbitos, lv. dO17, f. 4v–5r, registo n.º 20.

<sup>592</sup> Sobre esta senhora veja-se: D. Ana Xavier de Lima. *Geneall*. [acedido 23 abril 2021] em <URL <https://geneall.net/pt/nome/2167447/d-ana-xavier-de-lima>>; GOMES, José A. M. – Marqueses de Ponte de Lima. *A nobreza titulada de Ponte de Lima*. 2011. [acedido 23 abril 2021] em <URL <https://nobrezapontelima.blogspot.com>>. Corrija-se, no entanto, a data de falecimento pelo que está nos registos paroquiais: 1 de fevereiro de 1885, no palácio no Largo da Rosa (ANTT, *Paróquia de São Lourenço*, Registo de óbitos, lv. 12, f. 2v–3r, registo n.º 8). Referência à sucessão dos bens pela sua sobrinha a partir de 1885 em: ARAÚJO, Norberto de – *Inventário de Lisboa. Fascículo VII - Palácios Particulares*, p. 28.

<sup>593</sup> Vd. Apêndice B, esquema genealógico 3.

<sup>594</sup> A venda foi feita ao 1.º marquês da Foz, Tristão Guedes de Queirós Correia Castelo Branco (MIGUEL, Maria do Céu – Castelo Melhor (Palácios). Em SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (eds.) – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: s.n., 1994, p. 243; MIGUEL, Maria do Céu – Foz (Palácio da). Em SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (eds.) – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: s.n., 1994, p. 415).

<sup>595</sup> Como consta do registo predial do edifício: a 5 de janeiro de 1899, a marquesa de Castelo Melhor declarou que o prédio havia sido reconstruído, sendo dada informação sobre a sua composição e valor. Nessa mesma data, habitava no n.º 4 do Largo da Rosa e registou que o prédio lhe foi transmitido, sendo herdeira de sua tia D. Ana Luísa Gonzaga Xavier de Lima e de sua irmã D. Maria José de Vasconcelos e Sousa; a sentença cível de partilhas foi passada a seu favor a 6 de julho de 1889, extraída dos autos de inventário de maiores a que se procedeu por falecimento de D. João Luís Gonzaga Xavier de Lima (Conservatória do Registo Predial de Lisboa, prédio descrito sob n.º 7173 na f. 34v do livro B29; vd. n.º 9874 no Livro de inscrições de transmissão).

<sup>596</sup> *Ibid.*, referência a 30 de junho de 1903 à reedificação do prédio e às novas construções realizadas nele e nos terrenos a ele pertencentes pelos marqueses de Castelo Melhor e viscondes da Várzea. Vd. n.ºs 12:092 e 12:093 no Livro de inscrições de transmissão, a referência à transmissão do prédio para o seu nome após o falecimento de sua mãe, por ser sua única e universal herdeira, tendo a sentença cível de habitação sido passada a favor da apresentante a 31 de agosto de 1901.

Broglie pelo seu casamento, Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Maria Emília da Silveira de Vasconcelos e Sousa, e Manuel da Silveira de Vasconcelos e Sousa<sup>597</sup>.

Apenas os dois varões (Bernardo e Manuel) tiveram descendência e foram esses descendentes que, a 12 de fevereiro de 1970, venderam à Câmara Municipal de Lisboa vários prédios rústicos e urbanos, entre eles: a capela, de rés do chão e 1.º andar, sita no Largo da Rosa, n.º 2, tornejando para a Rua Marquês Ponte de Lima; o palácio, de rés do chão e 1.º e 2.º andares, sótão, pátio e jardim, sito no Largo da Rosa, n.º 4, tendo o pátio entrada pelo n.º 6; e os anexos ao palácio. Venderam ainda, por um valor adicional, os bens móveis<sup>598</sup>. Entre os anexos da escritura de compra e venda está uma descrição do palacete e uma relação do mobiliário incluído na venda, havendo fotografias a preto-e-branco das várias divisões<sup>599</sup>. Na listagem não é feita nenhuma menção explícita ao arquivo ou a livros, todavia, na fotografia da sala de bilhar, é possível ver montículos de documentos e alguns rolos — provavelmente de pergaminhos —, que ocupam toda a mesa<sup>600</sup>. São visíveis também alguns livros empilhados debaixo de um dos bancos.

É quase certo que se tratava de documentação do arquivo. No entanto, feita esta transação, perde-se o seu rasto até um conjunto documental aparecer a leilão em 1999<sup>601</sup>. Um dos netos do supracitado Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Luís Vasconcelos e Souza, adquiriu esse lote e, após o leilão, foi informado de que haveria mais documentação do mesmo arquivo para venda num alfarrabista e tomou a decisão de também a comprar nesse mesmo ano<sup>602</sup>.

---

<sup>597</sup> Além do registo predial citado e dos respetivos averbamentos, as informações aqui apresentadas, incluindo as genealógicas, podem ser confirmadas em: ARAÚJO, Norberto de – *Inventário de Lisboa. Fascículo VII - Palácios Particulares*, p. 27–28; Ponte de Lima (3.º marquês de). Em *Portugal. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. Lisboa: João Romano Torres, 1911. Vol. 5, p. 880; FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921. Vol. 1, p. 379–380; FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927. Vol. 2, p. 112.

<sup>598</sup> ACML, *Livro de notas n.º 285A*, f. 68–74v.

<sup>599</sup> *Ibid.*, doc. 8.

<sup>600</sup> *Ibid.*, doc. 8, f. 30 dos anexos [núm. a tinta vermelha].

<sup>601</sup> Leilão realizado nos dias 3 e 4 de março pelo Palácio do Correio Velho, Sociedade Comercial de Leilões, SA. O conjunto documental intitulado *Arquivo Viscondes de Vila Nova de Cerveira — Nogueiras-Morgados de S. Lourenço de Lisboa e Alcaldes Mór de Lisboa* era constituído por 81 pergaminhos e 5 documentos em papel dos séculos XIV a XVII, e vem sumariamente descrito no catálogo: *Leilão de livros, manuscritos e gravuras (Leilão 75)*. Lisboa: Palácio do Correio Velho, Sociedade Comercial de Leilões, SA, 1999, p. 55–56.

<sup>602</sup> Enquanto a documentação a leilão recebeu uma organização, que vinha plasmada no catálogo supracitado, esta última, segundo o atual proprietário, estava misturada sem qualquer organização perceptível.

O atual proprietário<sup>603</sup> lembra-se dos papéis que estavam numa sala no primeiro andar do Palácio da Rosa, “um pouco esquecidos” uma vez que a memória deste ramo familiar acabou por ser subalternizada após a união com os Castelo Melhor. Nunca lá viveu, mas, quando era jovem, visitava com regularidade os familiares que aí habitavam apenas no rés do chão do palacete. Recorda que, após o processo de mudança na sequência da venda da casa à Câmara, nunca mais ninguém soube deles<sup>604</sup>. O arquivo que hoje possui é, assim, o acervo que recuperou em 1999 através das referidas compras. Não podemos, por isso, afirmar que a documentação depositada na casa de Luís Vasconcellos e Souza, em Lisboa, corresponde a toda aquela que desapareceu ou foi esquecida na Rosa em 1970. Sabemos que a Câmara Municipal foi a proprietária do imóvel até à sua venda à Olissibona-Empreendimentos Turísticos, S.A., em 2006<sup>605</sup>. Durante a sua posse, cedeu temporariamente o espaço à Academia Portuguesa de História, a partir de dezembro 1973<sup>606</sup>, tendo igualmente albergado o Arquivo Fotográfico do município<sup>607</sup> e o Gabinete de Estudos Olisiponenses<sup>608</sup>. Não conseguimos apurar muito mais informação que contribuisse para a compreensão da sua dispersão a partir da década de 1970. Existe a

---

<sup>603</sup> Luís Vasconcellos e Souza foi quem comprou os lotes que estavam à venda, mas tem um acordo com os seus irmãos sobre o futuro do acervo, tendo cada um deles escolhido um delegado para tomar decisões em relação ao mesmo. O contrato de depósito que havia sido feito com o ANTT, teve a intervenção de mais elementos da família, vejam-se as informações que ficaram registadas em: SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; SOUZA, Luís de Vasconcellos e – O arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira. Em *2.º Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro: atas*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2011, p. 75; assim como no campo “Fonte imediata de aquisição ou transferência” em <URL <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4343878>> [acedido 24 fevereiro 2023].

<sup>604</sup> A maioria da informação foi recolhida em duas entrevistas realizadas ao referido proprietário nos dias 29 de março e 19 de abril de 2017, no âmbito de uma investigação para a unidade curricular “Património Imaterial”, que visava compreender a relação de alguns proprietários com o seu arquivo de família, nas quais aproveitámos para levantar questões que nos permitissem perceber alguns aspetos da história custodial deste acervo que pretendíamos vir a estudar no doutoramento. Esta investigação foi apresentada no AERI 2019 e encontra-se em preparação a sua publicação. Outras informações e esclarecimentos foram pontualmente coligidos aquando do contacto com o proprietário para a consulta do seu arquivo.

<sup>605</sup> Vd. Câmara Municipal de Lisboa, Mandato 2017–2021, Deliberações, Propostas, N.º 70/2020, disponível em <URL <https://www.am-lisboa.pt/301000/1/013942,000593/index.htm>> [acedido 29 abril 2022].

<sup>606</sup> FIGUEIRÔA-RÊGO, João de – Aqui foi a “Floresta egípcia”. Vivências e moradores das casas nobres Cruz Alagoa na antiga rua Direita da Fábrica das Sedas, depois rua da Escola Politécnica, em Lisboa (1757–1967). *Cadernos do Arquivo Municipal*. n.º 6 (2016), p. 66, nt. 118; BESSA, Carlos Gomes – Academia Portuguesa de História. Em SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (eds.) – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: s.n., 1994, p. 14.

<sup>607</sup> Desde que este saiu do Palácio Galveias e até ser transferido para as novas instalações na Rua da Palma na década de 1990, vd. SANTOS, Maria do Rosário – Arquivo fotográfico. Em SANTOS, Maria do Rosário Santos; DIAS, Luísa Costa; PAVÃO, Luís (eds.) – *Provas originais 1858–1910*. Lisboa: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 1994, p. 7.

<sup>608</sup> De 1984 a 1992, ano em que passou a funcionar no palácio do Beau Séjour, vd. CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA – O Geo – História. *Gabinete de Estudos Olisiponenses*. 2007. [acedido 28 julho 2021] em <URL <http://geo.cm-lisboa.pt/>>.

possibilidade de ter sido votada ao abandono ou até mesmo ao lixo e, mais tarde, total ou parcialmente reavida por alguém, o que proporcionou a sua disposição a leilão<sup>609</sup>.

O conjunto documental hoje na posse de Luís Vasconcellos e Souza foi, pouco depois das referidas aquisições, depositado na Torre do Tombo. Aí permaneceu entre 2000 e 2011<sup>610</sup>, onde foi arquivisticamente tratado e parcialmente digitalizado<sup>611</sup>. Intitulado fundo *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima*, tornou-se, assim, não só uma (re)construção do atual dono, mas também do tratamento recebido no Arquivo Nacional e que vamos explorar no capítulo seguinte.

Analisando o conteúdo do acervo a partir das descrições disponibilizadas em linha, concluímos que o *terminus ad quem* da documentação que se encontra datada é o ano 1884, havendo marcas de utilização até, pelo menos, 1885<sup>612</sup>. Se olharmos apenas para este núcleo, podemos ser levados a concluir que, a partir do falecimento da última irmã sobrevivente do marquês de Ponte de Lima, não se terá acrescentado mais documentação ao arquivo. É uma realidade que a extinção dos vínculos e de outras obrigações trouxe mudanças profundas na forma como a documentação passou a ser integrada, organizada e conservada pelos proprietários posteriores. Não seria de admirar que este acervo, após 1885, não tivesse sido integrado no dos Castelo Melhor e depois no da Casa da Várzea e que a produção de D. Helena Maria de Vasconcelos e Sousa e dos seus descendentes, que herdaram o palácio e outras propriedades — que eventualmente tivessem escapado à necessidade de saldar as grandes dívidas da Casa<sup>613</sup> — pudesse ter sido guardada e/ou

---

<sup>609</sup> Não consideramos que esta história custodial esteja fechada, há pistas que procurámos seguir até ao momento da redação da dissertação sem grande sucesso, mas que ainda podem vir a ser esclarecidas no futuro para melhor se avaliar a dispersão que poderá ter ocorrido durante o período em que se perde o rasto da documentação. António Gonçalves refere que, em janeiro de 1970, antes da venda à CML, o palácio foi despido de algum do seu recheio, nomeadamente dos retratos dos antepassados, de algum mobiliário, loiças e bronzes, não sendo feita nenhuma menção a livros ou ao arquivo (GONÇALVES, António Manuel – Rosa (Palácio da), p. 784).

<sup>610</sup> Sobre o depósito, veja-se a descrição disponível no ANTT do DigitArq e referida *infra*. Veja-se também: SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; SOUZA, Luís de Vasconcellos e – O arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira.

<sup>611</sup> Disponível no DigitArq: <URL <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4343878>> [acedido 24 fevereiro 2023].

<sup>612</sup> Com base na descrição disponível no DigitArq, o documento com data mais recente está em VNC, cx. 49, n.º 40. Além deste, notamos que existem no livro de 1693, em VNC, cx. 20, n.º 1, a partir da f. 17, anotações a lápis sobre escrituras e vendas realizadas na década de 1880; as transações ocorreram até 1885, mas algumas das notas podem ser posteriores. Salvaguardamos que há documentação deste acervo não datada ou erradamente datada que não tivemos a oportunidade de consultar.

<sup>613</sup> No livro de 1693, mencionado na nota anterior, além do registo das vendas, também parece ter sido feito um controlo de propriedades que ainda pertenciam à Casa em 1885. Veja-se, por exemplo, uma nota relativa ao Casal das Covas: “Existe em 31 de dezembro de 1885 com o foro de 21 alqueires de trigo e 21 alqueires de cevada” (VNC, cx. 20, n.º 1, f. 18r; mais notas similares foram acrescentadas a lápis em outras entradas do

organizada à parte. Todavia, temos dúvidas se tal foi o que efetivamente aconteceu e se a documentação das três Casas nunca se cruzou ou nunca foi guardada no mesmo espaço ao longo de quase um século. Não havendo registos conhecidos nem sendo possível recuperar a memória de descendentes entretanto falecidos, só nos restam suposições. Se alguma vez a documentação destas Casas esteve unida ou foi conservada durante algum tempo no mesmo espaço, alguém procedeu à sua repartição. Antes da venda do palácio sito no largo da Rosa, alguma documentação dos viscondes da Várzea e dos marqueses de Castelo Melhor estaria nas cocheiras do palacete, pronta para ser deitada ao lixo, quando um dos herdeiros aconselhou a esposa do representante do título de Castelo Melhor, já viúva nessa altura, a guardá-la, sendo, anos mais tarde, doada à Torre do Tombo<sup>614</sup>. Teria a documentação da Várzea sido trazida para o Palácio da Rosa pelo próprio visconde da Várzea? Ou estaria há pouco tempo no palacete da Rosa? Podia ter vindo da quinta, situada no atual concelho de Lamego, que pertencera a João da Silveira Pinto da Fonseca, visconde da Várzea, e que foi vendida, pouco tempo antes, na década de 1960<sup>615</sup>. Estando esta documentação nas cavalariças da Rosa pronta para ser descartada, teria a dos marqueses de Ponte de Lima ficado esquecida no primeiro andar após a venda do edifício? Ou não teria sido salva da lixeira a tempo, como o foi a da Várzea?

A restante documentação que pertenceu ao arquivo dos marqueses de Castelo Melhor — além da que está no já referido “fundo” da *Casa da Várzea de Abrunhais e Castelo Melhor* na Torre do Tombo — é outra questão em aberto. O atual proprietário do acervo *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima* referiu ter

---

livro relativas a outras propriedades). Pela data conclui-se que já estaria sob a administração da marquesa de Castelo Melhor.

<sup>614</sup> Os papéis estavam em alguns sacos de sarapilheira, sem qualquer organização aparente. Desde que saiu do palácio permaneceu na casa desta senhora, D. Silvina da Conceição Santos Gonçalves, e de seu filho até ser doada, em 1977, ao ANTT. Veja-se a descrição do “fundo” da *Casa da Várzea de Abrunhais e Castelo Melhor*, com documentação até ao século XX, em: <URL <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4167285>> [acedido 29 abril 2022]. Deixamos o nosso agradecimento ao Professor Bernardo Vasconcelos e Sousa pelas informações cedidas e que não se encontravam registadas na descrição da história custodial deste núcleo documental no DigitArq do ANTT. Uma outra parte da documentação do arquivo da Casa da Várzea está na posse de um primo seu, Gonçalo Vasconcelos e Sousa (AFONSO, Marília — A sedutora Casa da Várzea nos arredores de Lamego. *Casas de Portugal*. n.º 47 (2004), p. 6). Também lhe agradecemos os esclarecimentos prestados sobre o núcleo que detém e que também terá estado no Palácio da Rosa. Não foi, no entanto, possível apurar mais pormenores sobre a movimentação e a distribuição da documentação por a maioria dos intervenientes nestas partilhas já ter falecido e por os seus descendentes serem ainda muito jovens nesta altura.

<sup>615</sup> A Casa da Várzea foi vendida nesta década, tendo deixado de pertencer à família. Cerca de três décadas mais tarde, em 1990, foi adquirida pelo casal Maria Manuel e José Pedro Cyrne (*Ibid.*, p. 8). São ambos descendentes dos viscondes da Várzea e primos diretos de Luís Vasconcellos e Souza, assim como de Bernardo Vasconcelos e Sousa e de Gonçalo Vasconcelos e Sousa, referidos na nota anterior.

comprado e herdado algumas peças do arquivo dos Castelo Melhor<sup>616</sup>, mas não conseguimos apurar se essa documentação terá alguma vez estado no Palácio da Rosa, vindo com a herdeira do título e dos bens da Casa, a já mencionada D. Helena Maria de Vasconcelos e Sousa. Temos apenas conhecimento do leilão de impressos e manuscritos da livraria realizado em 1878 e não de manuscritos do arquivo<sup>617</sup>.

Por tudo isto, não descartamos a hipótese de ter havido um momento em que a documentação possa ter estado toda junta na Rosa e de a separação ter resultado de intervenções feitas não só depois do desaparecimento dos documentos do palácio, mas ainda antes da venda do edifício em momentos de partilhas.

Voltando ao conteúdo do acervo “recuperado”, observamos que este contém muito pouca documentação produzida durante o século XIX, sobretudo se compararmos com aquela que se conserva dos séculos XVII e XVIII<sup>618</sup>, e sendo maior o volume daquela que foi gerada nas primeiras décadas dessa centúria<sup>619</sup>. Este desfalque será um sintoma de todas as tribulações vividas durante os marquesados do 2.º e, particularmente, do 3.º marquês de Ponte de Lima e das quais já demos algumas notas. A má administração da propriedade terá sido acompanhada por uma deficiente gestão do arquivo. Muita documentação não terá sido guardada, outra terá acompanhado as propriedades que foram vendidas. As grandes dívidas contraídas obrigaram o último marquês a desfazer-se de grande parte do património que herdara. As medidas liberais, progressivamente implementadas, ditaram uma maior divisão da propriedade, com a possibilidade de venda de bens anteriormente vinculados, o que levou a uma maior dispersão documental. Após o óbito da última irmã

---

<sup>616</sup> Nomeadamente do inventário de arquivo estudado em: ROSA, M. Lurdes; LEME, Margarida; CABRAL, Serafim; et al. – Inventário dos documentos da ilha da Madeira no arquivo da Casa de Castelo Melhor: conteúdos, contextos e problemáticas. Em ROSA, M. Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan R. (eds.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Tenerife: IEC, IEM, 2020.

<sup>617</sup> No catálogo dos manuscritos leiloados, notamos apenas a existência de volumes de cartas de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, documentos relativos à história de Portugal, assim como de pergaminhos com selo pendente adquiridos por D. Helena Castelo Melhor, mais nada que indiciasse ter pertencido ao arquivo da Casa de Castelo Melhor. Cf. Leilão dos manuscritos da bibliotheca dos marquezes de Castello Melhor. *Boletim de Bibliographia Portuguesa*. Vol. 1, n.º 4 (1879), p. 62–68.

<sup>618</sup> Tendo em conta os dados disponíveis do DigitArq do ANTT e salvaguardando que há documentação que não se encontra datada (489 documentos cuja data descritiva foi preenchida com “s.d.”) ou mal datada.

<sup>619</sup> Segundo os dados disponibilizados no DigitArq do ANTT e realizando uma pesquisa avançada, comprovamos, num “fundo” que tem mais de 4000 documentos produzidos entre o final do século XIII e o XIX, que estão registados 105 documentos como tendo sido produzidos durante o século XIX. A maioria (76) foi produzida entre 1800 e 1830.

viva do marquês, em 1885, várias propriedades continuaram a ser vendidas<sup>620</sup> e alguma documentação mais recente pode ter sido entregue aos novos donos ou ficado esquecida em algumas propriedades. Por isso, é natural que alguma já não estivesse na Rosa em 1970.

Relacionada com esta, outra questão a assinalar em relação ao núcleo “recuperado” é o número pouco expressivo de livros, já notado por Lurdes Rosa<sup>621</sup>. Desconhece-se o que aconteceu à livraria do 3.º marquês de Ponte de Lima, a que já fizemos menção, e que foi utilizada e certamente enriquecida pelo seu irmão e herdeiro, João Xavier de Lima<sup>622</sup>. É possível que alguns livros “de arquivo” estivessem na livraria e não junto aos outros papéis do cartório e que, com a dispersão da biblioteca, também se tivessem espalhado. Luís Vasconcellos e Souza referiu que, antes da venda do palácio da Rosa, pelos finais da década de 1960, se procedeu à partilha de uma biblioteca entre o seu pai, Francisco António de Vasconcelos e Sousa, e demais herdeiros, que teve lugar na sala de baile. Fez questão de assinalar que essa livraria era oriunda da já referida casa ou quinta da Várzea, que pertencera ao seu bisavô, João da Silveira Pinto da Fonseca, e que fora vendida por essa altura, tendo-se dividido o seu recheio entre os herdeiros. Ter-se-á chamado um avaliador, realizado a divisão dos livros em lotes, sujeitos depois a sorteio<sup>623</sup>. Tivemos dificuldade em confirmar quanto tempo esteve esta biblioteca na Rosa e se, ao serem transferidos para o palácio, não se terá dado a junção com livros que já lá estivessem e pudessem ter restado da livraria dos marqueses de Ponte de Lima, nem se terá sido nesta altura que vieram os documentos do arquivo da Casa da Várzea para a Rosa. O atual proprietário, seus irmãos e primos seriam ainda muito jovens na altura em que se deram estes acontecimentos, havendo, como é natural, muitos de que não guardam memória. Em relação aos manuscritos e impressos da livraria do marquês de Castelo Melhor, João de Vasconcelos e Sousa Camara Caminha Faro e Veiga, falecido em 1878, sabemos que começaram a ser leiloados logo no ano do seu óbito<sup>624</sup>, muito antes da venda do palácio Castelo Melhor pela sua irmã e herdeira D. Helena Maria de Vasconcelos e Sousa em 1889.

---

<sup>620</sup> Vendas assinaladas a lápis no livro em VNC, cx. 20, n.º 1.

<sup>621</sup> ROSA, M. Lurdes – Os espelhos, p. 576.

<sup>622</sup> *O Echo do Lima*, 30-12-1877, p. 1.

<sup>623</sup> Esta é a mesma memória que tem seu primo, Bernardo Vasconcelos e Sousa. No entanto, eram ambos muito jovens quando se deu esta partilha.

<sup>624</sup> Leilão dos manuscritos da bibliotheca dos marquezes de Castello Melhor, p. 62–63, com referência a quem os adquiriu, sendo alguns impressos também listados nos números subsequentes do primeiro volume deste Boletim. Veja-se também o *Catalogo da importante e copiosa bibliotheca dos marquezes de Castello*

Na ausência de um documento que liste as obras da biblioteca que foi dividida na Rosa e de um registo de quem ficou com o quê, continuamos na esfera das suposições. A mistura de livros e documentos numa casa que foi sofrendo várias transformações ao longo do tempo não seria de estranhar. O atual dono do referido “fundo” está ainda na posse de um livro de propriedades e rendas de 1739, do visconde de Vila Nova de Cerveira<sup>625</sup>, que nunca chegou a ser depositado e descrito na Torre do Tombo com o acervo recuperado. Não sabemos como foi adquirido, mas é possível que tenha sido depois da entrega do acervo ao Arquivo Nacional<sup>626</sup>. Facto que abre a hipótese de haver, tal como este, mais livros que não chegaram a ser recuperados em 1999.

O atual fundo *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima* é efetivamente um acervo recuperado e reconstruído. Para essa reconstrução contribuíram também as seleções feitas aquando da recuperação da documentação — do palácio, de uma lixeira ou de onde quer que ela estivesse — e na sua colocação a leilão. É impossível afirmar que toda a documentação “perdida” em 1970 foi readquirida por Luís Vasconcellos e Souza em 1999. Além dos livros que podem não ter sido recuperados, alguns pergaminhos e papéis deste arquivo continuaram no circuito leiloeiro. Esta hipótese pode explicar que João Vieira<sup>627</sup> tenha comprado, para a sua coleção particular, sete pergaminhos que estiveram nos cartórios das famílias Nogueira e Brito Nogueira<sup>628</sup> e foram

---

*Melhor, cujos livros serão vendidos em hasta publica, tendo a venda começo o mais brevemente possível.* Lisboa: Typographia Editora de M. Moreira, 1878.

<sup>625</sup> “Livro em que estão lançadas todas as propriedades, foros e rendas da Casa do Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Bisconde de Vila Nova de Cerveira Dom Thomaz de Lima e Vasconcellos na forma em que elle as possui no anno de 1739”, sem cota.

<sup>626</sup> Este livro não se encontra descrito no DigitArq do ANTT e não conseguimos apurar mais informação sobre a sua história custodial. A sua aquisição por compra ou por herança pode ter sido posterior ao depósito no Arquivo Nacional. Tratando-se de propriedade privada, não foi possível confirmar se há mais documentos que tivessem pertencido aos viscondes na posse do Eng.<sup>o</sup> Vasconcellos e Souza nestas mesmas condições.

<sup>627</sup> Agradecemos ao Dr. João Vieira a amabilidade de ter enviado a transcrição dos documentos e de nos ter deixado consultá-los em maio de 2019. Também foi ele quem nos forneceu informação sobre a compra de cada um dos exemplares. Foi o seu interesse por história económica e, em particular por história da moeda, que levou a adquirir estes e outros pergaminhos para a sua coleção.

<sup>628</sup> São eles: um instrumento de empraçamento feito por Mestre João das Leis, provedor e administrador dos bens da capela do mestre Pedro (1418); uma carta de venda do prazo de uma propriedade que pertencia ao Mestre João das Leis (1419); um instrumento de empraçamento feito por Afonso Nogueira, provedor e administrador dos bens da capela do mestre Pedro (1439); dois instrumentos de empraçamento feitos por Mem de Brito, administrador do morgadio de Santo Estêvão de Beja (1453 e 1477); um instrumento de contrato, encampação e empraçamento feito pelo mesmo Mem de Brito (1467); e um instrumento de empraçamento feito por Luís de Brito, administrador do citado morgadio na vila de Beja (1498). As cotas mais antigas que se encontram no verso coincidem com as cotas e descrições que se encontram nos dois inventários mais antigos, o *Catálogo do cartório da Casa* (VNC, cx. 7, n.º 1) e o *Tombo em que se contem todas as propriedades* (VNC, n.º 2), que serão analisados mais adiante.



adquiridos em 2012 no Antiquário do Chiado e em 2013 na Livraria Castro & Silva<sup>629</sup>. Sal guarde-se, no entanto, que, desse conjunto, dois pergaminhos dizem respeito a propriedades vinculadas ao morgadio de Beja e, por isso, já não estariam no arquivo dos viscondes desde o século XVII, mas terão antes passado pelo arquivo do Palácio do Salvador<sup>630</sup>; tal como acontece com um documento que está na Coleção de Augusto-Pedro Lopes Cardoso<sup>631</sup>. Os restantes extraviaram-se, provavelmente mais tarde, do conjunto que continuou na Rosa. Talvez seja também esse o caso de outro papel com duas certidões de quitação de foros que pagou Lourenço de Brito, que esteve a leilão em 2019<sup>632</sup>.

Pode ser impossível determinar em que momento se extraviaram todos estes documentos, se com a venda ou transferência de propriedades, ou apenas após o seu desaparecimento da Rosa. Há núcleos que cremos terem saído do cartório para acompanhar propriedades que deixaram de fazer parte da Casa até 1885 por venda, nomeadamente no contexto de remissão de alguns foros, como pode ter sido o caso de vários documentos do “fundo” intitulado *Hermano Anselmo José Braamcamp de Almeida Castelo Branco* depositado na Torre do Tombo<sup>633</sup>. Este acervo é maioritariamente constituído por instrumentos que estiveram no cartório dos viscondes de Vila Nova de

---

<sup>629</sup> Ainda é possível consultar a transcrição e as imagens dos documentos deste conjunto que estiveram à venda no sítio Web da Livraria: <URL <http://www.castroesilva.com/store/sku/1307CS001/conjunto-de-4-manuscritos-dos-seculos-xiv-e-xv-provenientes-do-cartorio-medieval-lisbonense-do-morgado-de-mestre-pedro>> [acedido 23 abril 2021].

<sup>630</sup> O morgadio de Santo Estêvão de Beja, que saiu da Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira para a Casa dos Arcos, foi acompanhado da respetiva documentação, vd. subcap. 12.2.1. Existe no reto desses pergaminhos uma cota mais recente, talvez do século XIX, diferente daquelas que encontramos nos documentos presentes no arquivo dos viscondes realizadas entre os séculos XVII e XIX.

<sup>631</sup> Trata-se de um emprazamento de umas terras pertencentes ao morgadio de Santo Estêvão de Beja, feito por Lourenço de Brito Nogueira e pela sua esposa, Antónia da Silva, em 1559. Este documento foi adquirido, em 2014, à Livraria Bizantina, em Lisboa (Coleção Augusto-Pedro Lopes Cardoso, n.º 264). Por uma das cotas apostas no verso, sabemos que esteve no cartório dos Brito Nogueira ou no dos viscondes de Vila Nova de Cerveira.

<sup>632</sup> Por uma das cotas e pela referência ao “Sr. Bisconde” no verso, concluímos que este documento pertenceu ao cartório dos viscondes, não temos, no entanto, certeza se terá permanecido no palácio até 1970. Estão disponíveis no catálogo em linha informações sobre os documentos e as fotografias da primeira folha e do verso da última folha: Leilão online 450 anos de manuscritos e autógrafos (1501–1950). Leilão 1157 - 6. *Cabral Moncada Leilões*. 2019. [acedido 15 março 2019] em <URL <https://www.cml.pt/leiloes/online/1157/lotes/6/lisboa-%28s.-vicente%29.--certidoes-%28de-quitacao%29>>.

<sup>633</sup> Conjunto documental adquirido pelo Arquivo Nacional num leilão em 1980, cuja descrição está disponível em: <URL <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908104>> [acedido 22 maio 2021]. Não nos é fornecida muita informação sobre a história custodial deste acervo. É ainda necessário perceber como este núcleo, a ter pertencido na totalidade ao cartório dos barões do Sobral, se desmembrou do cartório principal. No estudo e tratamento realizado ao acervo particular intitulado “Arquivo da Casa do Sobral” não são fornecidas mais pistas sobre a história custodial do arquivo nem é feita menção a este núcleo que se encontra no ANTT, vd. CARAPINHA, Rute; OLIVEIRA, Sandra – *Inventário do Arquivo da Casa Sobral*. Sobral de Monte Agraço: Câmara Municipal, 2005.

Cerveira, pelo menos, até ao século XVIII<sup>634</sup>: documentos produzidos por membros das famílias Nogueira, Brito Nogueira e pelos viscondes de vila Nova de Cerveira relativos a propriedades situadas em Benfica, na freguesia de Sapataria e, sobretudo, em Carnide<sup>635</sup>. Neste último local, os barões de Sobral eram proprietários de prazos de livre nomeação e de bens de vínculo situados na Quinta de Nossa Senhora da Luz<sup>636</sup>. Não foi possível apurar com precisão o percurso de todas estas propriedades e da respetiva documentação até esta última ir parar às mãos dos barões do Sobral. Alguns desses bens fundiários pertenceram aos morgadios e capelas dos Nogueiras e não percebemos se em algum momento foram comutados por outros de modo que fosse permitida a sua venda ou se essa transação só ocorreu após a extinção dos vínculos. Aquando da inventariação do cartório do marquês de Ponte de Lima feita no início do século XIX, a descrição sob o maço 15 avança que neste constavam os “foros de Carnide que se remirão”<sup>637</sup>. Esta documentação terá sido retirada do maço (e possivelmente do cartório)<sup>638</sup> e, entre ela, poderia estar alguma da que hoje integra o referido “fundo”. Já o Casal da Mouta, na Sapataria, pertencente ao morgadio de Santa Ana — a ter alguma relação com as propriedades na Moita dadas a prazo por Luís de Brito, em 1510, e cujo instrumento de empraçamento

---

<sup>634</sup> O que é possível verificar pelas cotas que têm no verso: existem umas cotas atribuídas antes de 1739, tendo sido detetada a correspondência entre elas e algumas das que estão assinaladas no “Livro em que estão lançadas todas as propriedades, foros e rendas da Casa do Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Bisconde [...]”, sem cota, produzido nesse ano. Além disso, também foram conservadas duas capilhas cuja produção atribuímos à reorganização do cartório dos viscondes realizada entre os finais do século XVII e o início do XVIII.

<sup>635</sup> Num total de 32 documentos que constituem o “fundo”, 24 documentos pertenceram a estas famílias, havendo ainda duas capilhas com uma descrição sumária de documentos entretanto desaparecidos e que também pertenceram ao cartório dos viscondes.

<sup>636</sup> ANTT, BACB, doc. 31 e 32. O morgadio da Luz que foi instituído pelo pai de D. Maria Inácia de Almeida Castelo Branco que faleceu a 22 de dezembro de 1743 (CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga. O Bairro Alto*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1956. Vol. 3, p. 66).

<sup>637</sup> VNC, n.º 1, no *Livro Geral do cartório do Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. D. Tomás José Xavier de Lima, 2.º Marquês de Ponte de Lima* [...], p. 54.

<sup>638</sup> A utilização do pretérito imperfeito “constava” pode ser um indício. Na descrição de outros maços, o uso do pretérito imperfeito ou do perfeito do indicativo serve para dar conta de documentação que já não se encontrava naquele local. Por exemplo, na descrição sob o maço 19: “Este maço continha os foros de Arruda que se juntaram ao maço 12” (*Ibid.*, p. 62). Nos casos em que a documentação se encontra na unidade de acondicionamento, é utilizado o presente do indicativo, como, por exemplo, na descrição sob os maços 27 a 30: “Estes maços contêm contas e recibos antigos” (*Ibid.*, p. 91). No caso da documentação relativa aos foros de Carnide, nem sequer é referida a sua transferência para outro maço do cartório, como no caso do maço 19 e de outros. Veja-se igualmente a lista que resultou de uma verificação aos maços do cartório, feita provavelmente durante a administração do 1.º marquês de Ponte de Lima e que referiremos no cap. 6, na qual se mencionam livros que estavam em falta no cartório de Lisboa, um deles estaria com o rendeiro dos foros de Carnide (VNC, cx. 2, n.º 4, f. 24v). Salvo algumas exceções, seria prática corrente a entrega dos títulos de foros que se remiam a quem os comprava, como se depreende da referência feita em VNC, cx. 2, n.º 4, f. 3v.

também se encontra neste “fundo”<sup>639</sup> — sabemos que foi apenas vendido na década de 1880<sup>640</sup>.

Como já afirmamos várias vezes, a entrada e saída de conjuntos documentais que acompanhavam as propriedades e os vínculos que saíam das mãos de um determinado grupo familiar era comum. No entanto, estas dispersões que se deram a partir do século XIX, que acompanharam o dismantelar da estrutura social, política e económica do Antigo Regime, levaram à quebra dos vínculos orgânicos entre a propriedade, os proprietários/ produtores e a documentação. Sem utilidade premente para a gestão corrente, esta última, quando não foi destruída, ficou esquecida em casas e palacetes e passou a ser procurada sobretudo pelo seu valor histórico e cultural. Esta transmutação da finalidade com que se acedia a estes documentos acentua-se no crepúsculo do Antigo Regime, mas não é uma novidade do século XIX. No caso dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, sabemos que um núcleo documental por eles produzido terá saído nos inícios no século XVIII — ainda antes da fundação da Academia Real da História Portuguesa — das suas mãos para uma entidade estranha à produção da informação que encerrava interesses que poderemos classificar de históricos e culturais<sup>641</sup>. Trata-se daquela que hoje se encontra na Biblioteca da Ajuda e cujo percurso custodial, pelas suas especificidades, vamos brevemente explorar num subcapítulo autónomo.

### **5.3. Núcleo documental na Biblioteca da Ajuda**

Além da documentação que permaneceu até, pelo menos, ao século XIX nos cartórios de Ponte de Lima e de Lisboa e que depois se dispersou ao longo dessa e das centúrias seguintes, e daquela que aí esteve e saiu para acompanhar as propriedades transacionadas antes mesmo do século XIX, há outro conjunto documental que foi igualmente considerado nesta investigação, na produção informacional e documental das

---

<sup>639</sup> ANTT, BACB, doc. 11.

<sup>640</sup> VNC, cx. 20, n.º 1, f. 68r.

<sup>641</sup> Este interesse, externo às instituições produtoras/recetoras, pela informação e pelos documentos como fontes para estudos historiográficos começa a ganhar vigor a partir de finais do século XVII, junto dos amadores e diletantes que frequentavam as academias de carácter científico e literário, e que se vai consolidar ao longo de setecentos, fruto das concepções ideológicas do Iluminismo (RIBEIRO, Fernanda — Antes e para além do Arquivo Nacional: ruturas e continuidades. Em ROSA, M. Lurdes (ed.) — *Arquivos de família, séculos XIII–XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos, 2012, p. 48–49).

gerações selecionadas. Este conjunto terá sido, total ou parcialmente<sup>642</sup>, vendido ou doado ao 11.º conde de Redondo, D. Tomé de Sousa Castelo Branco Coutinho de Meneses<sup>643</sup>. É constituído por cópias e documentos originais dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, predominando os que dizem respeito a D. Diogo de Lima Brito Nogueira<sup>644</sup>. Existem vários copiadorees de correspondência e de outros documentos, na sua maioria, emitidos por D. Diogo de Lima ou por ele recebidos, sobretudo em períodos em que foi governador das armas da província do Entre Douro e Minho (15 códices, com documentação produzida entre 1642 e 1663)<sup>645</sup>; cartas originais enviadas aos viscondes por monarcas, por secretários de Estado ou por outras “pessoas grandes” do reino (13 códices, que contêm cartas produzidas entre 1597 e 1694)<sup>646</sup>, copiadorees de papéis políticos e militares, cartas pessoais originais de D. Lourenço, de D. Diogo e de outros familiares, mas também cópia de documentos de antepassados seus<sup>647</sup>; e, ainda, um livro de notas original de D. Lourenço<sup>648</sup>. Além destes 36 livros, identificámos ainda, a partir dos catálogos realizados pela Dr.ª Maria da Conceição Geada<sup>649</sup>, várias cartas avulsas (e documentação anexa), tendo sido contabilizados, pelo menos, 1070 documentos que pertenceram aos viscondes de Vila Nova de Cerveira, a esmagadora maioria dirigida a D. Diogo de Lima<sup>650</sup>. O volume deste conjunto documental é impressionante, tendo também em conta que alguns dos

---

<sup>642</sup> Deixamos esta salvaguarda por não termos a certeza se todos os códices e documentos em avulso que referimos neste subcapítulo e que se encontram atualmente na Biblioteca da Ajuda deram entrada na livraria real pela mesma via. Vamos deixar algumas hipóteses ao longo do nosso texto, mas o alcance de respostas mais seguras implicaria um estudo aprofundado não só do conteúdo da livraria do conde de Redondo, como da própria história custodial e arquivística dos manuscritos que foram integrando a livraria real a partir de 1756.

<sup>643</sup> Procuraremos apresentar argumentos a favor desta hipótese, de ter sido D. Tomé de Sousa o recetor deste conjunto documental, embora não possamos excluir, em princípio, outras possibilidades, sendo necessário averiguar se não terá sido seu pai, sua viúva ou seu filho um dos responsáveis pela integração deste núcleo na livraria que veio a ser vendida a D. José I.

<sup>644</sup> Entre os originais e as cópias, há também documentação relativa ao visconde D. Lourenço de Lima, assim como, embora em menor número, ao filho e sucessor de D. Diogo, D. João Fernandes de Lima, à sua sogra, D. Maria de Noronha, ao seu neto, D. Tomás de Lima, e a irmãos seus — o conde dos Arcos e o marquês de Tenório—, e respetivos descendentes.

<sup>645</sup> Estamos aqui a considerar os códices na BA com as cotas: 51-V-14, 51-V-15, 51-VIII-30, 51-VIII-31, 51-VIII-32, 51-VIII-33, 51-VIII-34, 51-VIII-35, 51-VIII-36, 51-VIII-37, 51-VIII-38, 51-VIII-39, 51-VIII-41, 51-X-18 e 51-X-19.

<sup>646</sup> Os códices na BA com as cotas: 52-IX-4, 52-IX-5, 52-IX-6, 52-IX-7, 52-IX-8, 52-IX-9, 52-IX-10, 52-IX-11, 52-IX-12, 51-VIII-25, 51-VIII-27, 51-VIII-44, 51-VIII-45.

<sup>647</sup> Os códices na BA com as cotas: 49-X-21, 51-V-17, 51-VIII-23, 51-VIII-24, 51-VIII-26, 51-VIII-28 e 51-VIII-29.

<sup>648</sup> BA, 51-V-55.

<sup>649</sup> Manuscrito e apenas disponível na sala de leitura da BA.

<sup>650</sup> BA, 54-VI-53, n.º 298; 54-VIII-30, n.ºs 1 a 104; 54-VIII-31, n.ºs 105 a 225; 54-VIII-32, n.ºs 226 a 346; 54-IX-22, n.ºs 200, 212, 214, 219, 245, 288, 295, 302, 306, 310, 322, 329 (parte desta correspondência está relacionada com a Junta do Comércio, estando a presidência a cargo de D. Diogo de Lima); 54-X-21, n.º 8; 54-XI-28, n.ºs 91 e 92; 54-XI-29, n.ºs 93 a 258; 54-XIII-7, n.ºs 9 a 171; 54-XIII-8, n.ºs 241, 242, 244, 254, 265; 54-XIII-11, n.º 41; 54-XIII-21, n.ºs 1 a 361. Uma minoria é dirigida a procuradores seus (incluindo documentação anexa que lhes era remetida), à sua sogra, D. Maria de Noronha, e a seu neto, D. Tomás de Lima. Vd. Apêndice A.3.

códices reúnem mais de 400 documentos (originais ou copiados)<sup>651</sup>. A conservação deste núcleo poderá ter estado, em parte, associada à necessidade de registar e guardar provas da atuação e dos serviços políticos e militares dos viscondes aos reis e ao reino, com especial destaque para o período pós-Restauração<sup>652</sup>. No entanto, esta não terá sido a única porque há documentação copiada que não está diretamente relacionada com os viscondes, assim como há códices factícios com originais que tratam de assuntos de gestão familiar e patrimonial da Casa.

Entre a sua produção e a sua passagem ao conde de Redondo, há um conjunto de significados atribuídos e de usos eventualmente dados àquela documentação, no seu conjunto ou individualmente, que, em grande parte, nos escapam. Em alguns dos copiadore de papéis políticos e militares, identificámos o que nos parece ser a letra de D. Diogo de Lima e possivelmente de secretários seus<sup>653</sup>, mas houve documentação que foi copiada já depois do seu falecimento<sup>654</sup>, pelo que a construção destes copiadore terá continuado durante o viscondado de seu filho. Terá também D. João Fernandes de Lima —

---

<sup>651</sup> Vd. o Apêndice A.2. Realce-se que, além dos códices e da documentação avulsa a que fazemos referência, podem existir, entre os documentos avulsos da BA e entre aqueles que estão inseridos em outros códices da estante 51, mais documentos que pertenceram aos viscondes. Rastrear todos implicaria uma análise exaustiva não só dos instrumentos de descrição elaborados pela Dr.<sup>a</sup> Conceição Geada, mas dos próprios códices e documentos, uma vez que nem todos os documentos estão descritos nos catálogos. Salvar-se, ainda, que a consulta de alguns livros e documentos não é permitida por se encontrarem em mau estado de conservação.

<sup>652</sup> Considerámos a hipótese de o conjunto de copiadore do Governo das Armas do Entre Douro e Minho não ter vindo diretamente dos viscondes, mas de ter sido integrado na biblioteca do conde de Redondo por outra via, junto com documentação dos Governos das Armas de outras províncias, uma vez que, na referida livraria, havia mais códices que a reuniam (vd. o catálogo em BNP, Ms. 2, n.º 9, por exemplo, f. 16v [da núm. a lápis], referência ao copiadore original, de 1638 a 1663, do Governo das Armas do Reino do Algarve de Henrique Correia da Silva e ao livro de registo original do governo do conde de Atouguia, D. Jerónimo de Ataíde, no tempo em que foi Mestre de campo general do Alentejo). No entanto, não encontramos mais indícios que permitissem comprovar esta hipótese. A forma como os copiadore do Governo das Armas do Entre Douro e Minho e os outros códices foram identificados nas lombadas e nas inventariações (vd. Apêndices A.1 e A.2), como pertencendo ao “Senhor Visconde”, leva-nos, pelo contrário, a pensar que estariam todos na posse dos viscondes antes da transferência para o conde de Redondo. É um facto que um dos códices factícios integra um conjunto de cartas dirigidas ao conde de Castelo Melhor, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, que foi governador das armas do Entre Douro e Minho antes da primeira nomeação de D. Diogo de Lima para o cargo no final do ano de 1648 (BA, 51-VIII-27, f. 284–379). Todavia, essas cartas terão sido deixadas pelo próprio conde ao Mestre de campo Francisco Peres da Silva que, posteriormente, as entregou a D. Diogo, estando esse ato documentado (*Ibid.*, f. 282–283).

<sup>653</sup> Algumas são semelhantes às que verificamos nos copiadore do “Governo das Armas”. Estes são aqueles que copiam documentos que foram sobretudo produzidos e expedidos em períodos em que D. Diogo de Lima foi governador das armas da província do Entre Douro e Minho, são 11 códices (BA, 51-V-14 e 15; 51-VIII-30 a 39). Vd. Apêndice A.2.

<sup>654</sup> É o caso do códice em BA, 51-VIII-29, cujo último documento copiado é de 1689.

ou alguém sob as suas ordens — organizado alguns dos códices factícios<sup>655</sup>? Deu D. Tomás de Lima continuidade a essa empreitada<sup>656</sup>? Ou terá sido o conde de Redondo o responsável pela preparação de parte — se não da totalidade — dos códices factícios? Onde estava esta documentação? Junto a outra documentação do cartório? Ou esquecida em outro local? Como teve o conde de Redondo a ela acesso? Foi o visconde D. Tomás de Lima quem a vendeu ou doou? Quem a selecionou antes da transação? Que critérios presidiram a essa seleção, distinguindo a documentação prescindível daquela que deveria permanecer no cartório?

É possível que todo o núcleo tenha estado a dado momento no Palácio da Rosa, em Lisboa, embora alguma documentação tenha com certeza passado antes por Ponte de Lima e por Giela<sup>657</sup>. No entanto, não há vestígios de que, antes da sua transferência para a livraria do conde de Redondo, tenha sido inventariada e/ou cotada<sup>658</sup>. É um facto que nem toda a correspondência do século XVII, nomeadamente a de D. Diogo de Lima, foi entregue ao conde de Redondo. Entre aquela que não seguiu, alguma foi conservada junto a outros documentos do arquivo, sendo cotada e inventariada. Nesses casos parece-nos estar normalmente associada a “processos”, documentando determinados negócios e servindo eventualmente de prova na resolução de conflitos ou na busca de algumas prerrogativas. É, por exemplo, o caso de correspondência vinda de criados e procuradores com informações sobre propriedades, pagamentos, dívidas ou causas que decorriam na justiça<sup>659</sup>. O mesmo aconteceu com a correspondência que, após 1668, D. Diogo recebeu de seu irmão, o marquês de Tenório, de seu sobrinho, o conde de Crescente, e de outros

---

<sup>655</sup> Serem os próprios viscondes a organizar parte ou a totalidade dos códices factícios com documentação que produziram não seria um facto excecional, veja-se, por exemplo, a coleção que começou a ser organizada por D. António de Ataíde, 1.º conde da Castanheira, e que foi continuada pelo marido de sua neta, D. Álvaro de Castro, constituída por um conjunto de códices factícios hoje designada por “Coleção São Lourenço”, que se encontra depositada no ANTT (<URL <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4164752>> [acedido 9 julho 2021]).

<sup>656</sup> Daí incluir ainda correspondência de 1696 (em BA, 51-VIII-24).

<sup>657</sup> Além dos copiadotes de cartas de D. Diogo, enquanto foi governador das armas da Província de Entre Douro e Minho, pensemos, entre outras, nas cartas trocadas entre o visconde D. Lourenço, que escrevia frequentemente de Ponte de Lima ou de Giela, e seu filho D. Diogo, que estudava em Coimbra.

<sup>658</sup> Não analisámos todos os documentos que se encontram na BA, até porque alguns códices devido ao seu estado de deterioração não puderam vir à sala de leitura. No entanto, na amostra de códices e de avulsos que consultámos não encontramos vestígios de cotas semelhantes às que foram apostas na correspondência conservada no arquivo hoje na posse do Eng.º Vasconcellos e Souza.

<sup>659</sup> Como, por exemplo, em VNC, cx. 60, n.º 74 ou em VNC, cx. 52, n.ºs 70 e 71.

parentes, na sequência dos acordos que procuraram tecer tendo em vista a resolução do conflito existente sobre a sucessão na Casa<sup>660</sup>.

Esta documentação ainda podia ser necessária em caso de dúvida ou de conflito e, por isso, terá permanecido no cartório. É, no entanto, curioso que várias cartas do género de D. Diogo, Noutel de Castro, conde de Mesquitela, tenham saído do cartório e estejam hoje integradas num dos códices que passaram pela livraria do conde de Redondo<sup>661</sup>. D. Noutel serviu, numa fase inicial, de intermediário nestas negociações entre o visconde e o marquês de Tenório. Alguns documentos permaneceram no cartório<sup>662</sup>, mas estas cartas não.

Que critérios terão presidido a esta seleção? Terá sido feita com base na possível “utilidade” dos documentos para a gestão futura da Casa e a defesa dos seus direitos, cedendo-se aquela que já só teria a função de “testemunho histórico”? Esta é uma hipótese que considerámos para justificar que alguma documentação tenha ficado no cartório e uma massa significativa tenha saído para integrar livraria de outro fidalgo que tinha particular interesse por livros e manuscritos, como veremos. Todavia, podem ter existido outros critérios e outros contextos que expliquem a entrega do conjunto documental ao conde de Redondo e que ainda não foi possível descortinar.

A primeira esposa de D. Tomé de Sousa Castelo Branco Coutinho de Meneses, D. Madalena de Noronha, falecida a 29 de dezembro de 1707, era filha do conde dos Arcos e, por isso, parente dos viscondes de Vila Nova de Cerveira<sup>663</sup>. Na Biblioteca da Ajuda existe correspondência trocada entre o conde e o visconde e uma carta não datada suscitou-nos particular interesse por referir uns “papeis redicullos e rotos”. Dizia o conde: “vay este portador não porque eu o mande, mas porque dis que vos o mandastes, que eu hoje o mandava ir a entregar o saco porque não gosto de ser enfadonho, e quando vos faley nesta matheria foi por entender fazieis cazo de tais papeis redicullos e rotos, e por cuidado da experiencia que podieis ter de mim seria capas de eu cá os separar, porem (?) como o não

---

<sup>660</sup> Vd. subcap. 12.2.1. Documentação que estaria numa capilha com o n.º 859 e o título "Cartas dos senhores marqueses de Tenorio de que se poderão tirar algumas noticias", acondicionada muito provavelmente aquando da reorganização do cartório realizada entre o final do século XVII e os inícios do XVIII, hoje em VNC, cx. 27, n.º 25. A capilha com esse número conteria não só a referida correspondência, acondicionada em VNC, cx. 27, mas outros documentos que diziam respeito a D. João Fernandes de Lima, marquês de Tenório.

<sup>661</sup> BA, 51-VIII-45, f.

<sup>662</sup> Como é o caso de um escrito dirigido a D. Diogo, no qual o conde de Mesquitela expunha a proposta de concerto que lhe havia sido apresentada pelo marquês de Tenório (VNC, cx. 27, n.º 99).

<sup>663</sup> SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa real portugueza*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, Academia Real, 1748. Vol. 12, Parte II, p. 861.

tenho assim experimentado, e vejo como estimais isto me não atrevo a mandar o que qua está sem vos o mandares buscar por conta e por pessoa digna de couza tão precioza, o que podeis fazer e eu sem embargo de tudo vos servirei sempre”<sup>664</sup>. No mesmo papel o visconde responde que esses “papelinhos” encerram “em si copia de boas cruces”, apesar de não os ter lido, repara que “estavam tão bem guardados” que se persuade de “serem bo[as]”. Acrescenta: “Não [man]do buscar os outros porque quero pedir a El Rey me capacite pessoa que possa ser entregue delles, em passando alvará”<sup>665</sup>. Não é feita nenhuma alusão explícita ao conteúdo dos papéis, mas questionamos se haverá alguma relação entre eles e aqueles que pertenciam ao núcleo documental que veio a ser integrado na livraria do conde de Redondo. A carta não se encontra datada, mas se o conde que a remete for efetivamente D. Tomé de Sousa<sup>666</sup>, ela terá sido redigida entre 5 de julho de 1707 e 6 de março de 1717<sup>667</sup>, sendo visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Tomás de Lima, filho de D. João Fernandes de Lima<sup>668</sup>. Destaque-se que havia entre ambos confiança para a troca de informações e de papéis considerados importantes e “preciosos”. Talvez o visconde pudesse ter visto no conde uma pessoa experiente e capaz de os separar, isto é, de os organizar, já que os considerava relevantes, mas ainda não os havia lido. Todavia, o conjunto de papéis referido nesta carta não deveria ser muito volumoso, pois caberia apenas num saco e estaria prestes a ser devolvido ao visconde. Continuamos, por isso, sem saber como e quando se deu a transferência de toda a documentação. Terá sido com certeza após 1696, que é a data mais recente dos documentos datados incluídos nos códices identificados como pertencendo ao “Senhor Bisconde”<sup>669</sup>.

---

<sup>664</sup> BA, 54-IX-21, n.º 75, f. 1r.

<sup>665</sup> *Idid.*, f. 1r.

<sup>666</sup> Dr.ª Maria da Conceição Geada identifica, na sua descrição, o remetente como sendo o conde D. Tomé de Sousa (Estante 54, vol. 24, n.º de catálogo 289). Cremos que há semelhanças entre a letra desta carta e de alguns borrões de cartas de D. Tomé em BA-IX-21, n.ºs 48, 53 e 57 (com exceção da letra “p”, que é muito diferente). Consideramos tratar-se de D. Tomé de Sousa, 11.º conde de Redondo, até que novos dados nos permitam corroborar ou corrigir esta proposta.

<sup>667</sup> D. Tomé terá recebido o título após a morte de seu pai a 5 de julho de 1707, e veio, por sua vez, a falecer a 6 de março de 1717 (ZÚQUETE, Afonso E. M. – Redondo (condes de). Em *Nobreza de Portugal e do Brasil. Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. Lisboa: Zairol, 1989. Vol. 3, p. 199–200).

<sup>668</sup> Vd. Apêndice B, esquema genealógico 3.

<sup>669</sup> Pelo que pudemos apurar, a documentação que se encontra nos códices supracitados vai até 1696. O documento mais recente está em BA, 51-VIII-24, visto a partir do catálogo manuscrito da Dr.ª Conceição Geada, uma vez que o códice devido ao mau estado de conservação não pôde ser consultado. Entre os documentos em avulso, também há duas cartas dirigidas a D. Tomás de Lima, produzidas em 1696 (54-VIII-32, n.ºs 334 e 335).



D. Tomé havia recebido de seu pai, D. Fernão de Sousa (c. 1640–1707), 10.º conde de Redondo, um núcleo bibliográfico significativo, que arrolou provavelmente entre 1699 e 1707<sup>670</sup>. Da lista de livros que o pai lhe ofereceu constam 70 livros impressos e dois manuscritos, não havendo nenhuma alusão a documentos pertencentes aos viscondes de Vila Nova de Cerveira. Assumimos, pois, que a aquisição da documentação dos viscondes não terá sido realizada pelo pai, mas pelo filho. Este último, mesmo antes de receber a doação bibliográfica paterna, já demonstrava grande interesse pela sua biblioteca pessoal, que havia começado a cimentar com a realização de algumas compras<sup>671</sup>. A riqueza da livraria que construiu é confirmada pelo conteúdo elencado, primeiramente, num inventário realizado em 1711<sup>672</sup> e, depois, num conjunto de catálogos, talvez produzidos a partir de 1731, que referiremos mais adiante. Coligiu vários manuscritos raros do governo político, militar e eclesiástico de outras figuras cimeiras do reino, incluindo alguns relacionados com os espaços ultramarinos. Homem de grande curiosidade intelectual, era um amante não só de livros e de manuscritos, mas também de medalhas, tendo reunido, em linha com o espírito colecionista da época<sup>673</sup>, uma interessante coleção que conservava em sua casa, como nos testemunha António Caetano de Sousa<sup>674</sup>. A posse de uma importante livraria e/ou de coleções numismáticas ou arqueológicas era um símbolo de abundância, cultura e erudição, mas também estaria ligada ao interesse pelos manuscritos e pelos objetos como provas ou testemunhos históricos, numa construção historiográfica que privilegiava o estabelecimento rigoroso dos atos políticos e militares dos heróis individuais<sup>675</sup>.

---

<sup>670</sup> “Rol dos livros todos, que meu pay tinha na [sua] livraria e me entregou para ajuntar com os [...] que] eu tenho comprado e pôr na minha” (em BA, 54-XI-28, n.º 73), que foi analisado e transcrito em: CAMPOS, Fernanda Guedes de – A livraria dos condes de Redondo: contributo para um estudo de práticas de colecionismo e leitura nos séculos XVII–XVIII. Em *[Palácio dos condes de Redondo]*. Lisboa: [UAL], [no prelo]. Este artigo ainda aguarda publicação e agradecemos a amabilidade da Dr.ª Fernanda Campos que nos deu acesso antecipado ao seu texto. A datação crítica deste rol aqui avançada foi proposta por esta autora, localizando a entrega ou oferta do 10.º conde de Redondo a seu filho ainda em sua vida, portanto até 1707. O ano de 1699 é a data mais recente dos livros arrolados.

<sup>671</sup> O próprio refere, no título do rol que elaborou dos livros que pertenciam ao pai, que estes lhes eram entregues para juntar àqueles que já havia comprado para a sua livraria (em BA, 54-XI-28, n.º 73).

<sup>672</sup> “Rol dos livros que se acham na livraria do Conde de Redondo” em BA, 54-X-2, n.º 67.

<sup>673</sup> Sobre as livrarias das grandes Casas, vd. CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno G. – As grandes casas, p. 231–234. Sobre outras coleções, nomeadamente numismáticas, associadas à coleção bibliográfica, vd. BRIGOLA, João Carlos P. – *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Universidade de Évora, 2000. Tese de doutoramento, cap. 3 sobre o colecionismo no período joanino na p. 56 e ss., sobre as coleções de medalhas em particular na p. 46–55.

<sup>674</sup> SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa real portugueza*. Vol. 12, Parte II, p. 861.

<sup>675</sup> BRIGOLA, João Carlos P. – *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, p. 46–47.

O inventário elaborado no final de abril de 1711<sup>676</sup> pelos livreiros que procederam à sua avaliação, António Correia da Fonseca e António Manescal<sup>677</sup>, não faz nenhuma menção a documentação dos viscondes de Vila Nova de Cerveira. A primeira referência conhecida a essa documentação integrada na livraria do conde de Redondo surge num conjunto de catálogos provavelmente elaborados pelo conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, ou sob a sua orientação, depois de janeiro de 1731<sup>678</sup>, no âmbito da sua colaboração na Academia Real da História Portuguesa, fundada em 1720<sup>679</sup>. Dois desses catálogos, depositados na Biblioteca da Ajuda, talvez tenham sido preparatórios<sup>680</sup> para a elaboração de um catálogo geral da livraria, que não sabemos se chegou a ser realizado. Existe ainda outro catálogo que somente descreve os manuscritos da livraria e que hoje se encontra na Biblioteca Nacional<sup>681</sup>. Num dos catálogos que está na Biblioteca

---

<sup>676</sup> Desconhecemos a razão para ter sido pedida esta avaliação em 1711. D. Tomé estava viúvo desde 1707 e do seu primeiro casamento tinha, nesta altura, quatro filhas vivas; casou-se segunda vez em 1714 (SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa real portuguesa*. Vol. 12, Parte II, p. 862).

<sup>677</sup> “Rol dos livros que se acham na livraria do Conde de Redondo” em BA, 54-X-2, n.º 67. Esta lista terá sido anotada por D. Tomé: junto à elencagem dos livros que se encontravam no Bom Jardim, anotou “estes livros tinha eu dobrados”, havendo alguns títulos que se encontram riscados e com a anotação lateral “Deio” (f. 5v). Neste rol, além de impressos, são elencados alguns manuscritos (f. 6r–7r), como, por exemplo, o “Copiador de cartas do Ill.º Sr. arcebispo D. João de Sousa (original)” (f. 6r).

<sup>678</sup> Baseamos esta hipótese no que lemos em: SOBRAL, Cristina – O conde de Ericeira: perfil de um bibliógrafo. Em *Examinar os manuscritos das livrarias particulares: obra do Conde da Ericeira*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2012, p. 22–23. É na Conferência da Academia realizada em janeiro de 1731 que o conde de Ericeira afirma: “Brevemente darei também o extrato dos últimos manuscritos e impressos raros da livraria do conde do Vimieiro e passarei a examinar os do conde do Redondo, enquanto não se imprime o Prólogo e aceita o oferecimento dos Colectâneos [...]” (p. 9 da Conferência, cit. in *Ibid.*, p. 22). Esta empreitada não deve ter ido além do ano de 1733 porque D. Francisco Xavier de Meneses terá ficado cego nesse ano (*Ibid.*, p. 24).

<sup>679</sup> Sobre o trabalho dos académicos nos primeiros anos da Academia, vd. CASTELO BRANCO, Fernando – Significado cultural das academias de Lisboa no século XVIII. *Bracara Augusta*. Vol. 28, n.º 65–66 (77–78) (1974), p. 38–47. Sobre o trabalho do conde de Ericeira em particular, vd. SOBRAL, Cristina – O conde de Ericeira: perfil de um bibliógrafo; ALMEIDA, Isabel – Histórias do trabalho bibliotecário na Academia Real da História Portuguesa. Em *Examinar os manuscritos das livrarias particulares: obra do Conde da Ericeira*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2012, p. 35–68.

<sup>680</sup> Nenhum se encontra datado. Um deles, em BA, 54-XI-28, n.º 83, já havia sido citado por Cristina Sobral como fazendo possivelmente parte desta empreitada do conde de Ericeira (SOBRAL, Cristina – O conde de Ericeira: perfil de um bibliógrafo, p. 23 nt. 68). Parece tratar-se de um rascunho por se encontrar muito rasurado, ter várias emendadas, acrescentos e borrões de tinta. O outro, em BA, 51-V-55, f. 15–96, trata-se de um acrescento feito a um livro de D. Lourenço de Lima, de 1614: nas folhas em branco foi ensaiada a aplicação do sistema de classificação da *Bibliotheca Sousaiana* às obras da livraria que pertenceu ao conde de Redondo, havendo rasuras, emendas, acrescentos e volumes que não chegaram a ser introduzidos em qualquer classe. Nas últimas folhas deste volume está a “Distribuição da Bibliotheca Sosiana”, com a identificação das 134 matérias que serviram de base à classificação da livraria (BA, 51-V-55, f. 98–101).

<sup>681</sup> BNP, Ms. 2, n.º 9. Contém descrições pormenorizadas dos manuscritos, que demonstram um conhecimento aprofundado quer da documentação, quer de alguns dos seus produtores. Supomos que não foi concluído porque não inclui alguns manuscritos da livraria listados em BA, 54-XI-28, n.º 83. Comparar também com um inventário intitulado “Casa de Redondo – Manuscritos”. Biblioteca da Ajuda, 1984–85, elaborado pela Dr.ª Maria da Conceição Geada, que está disponível na sala de leitura da BA.

da Ajuda são elencados 38 volumes que pertenceram aos viscondes; nos outros dois, que não devem ter sido concluídos, estão listados menos<sup>682</sup>. Todos estes róis são, no entanto, omissos em relação à existência de manuscritos avulsos, questão a que voltaremos mais adiante.

Não há indícios de que a documentação dos viscondes já estivesse nesta livraria em abril de 1711, mas cremos que a sua integração ocorreu, muito provavelmente, antes do falecimento do 11.º conde de Redondo, em 1717. Não descartamos a hipótese de o seu filho e sucessor, D. Fernão de Sousa Coutinho, ter ampliado a livraria com novas aquisições. Todavia, essa intervenção não ocorreu logo após a morte do pai porque não tinha completado um ano quando este faleceu<sup>683</sup>. Poderia a segunda esposa de D. Tomé ter desempenhado algum papel na ampliação da biblioteca do falecido marido até à catalogação feita pelo conde de Ericeira, assim como, aliás, desempenhou, mais tarde, nas negociações para a sua venda ao rei D. José I<sup>684</sup>? Dificilmente encontraremos resposta para algumas questões. No entanto, se a transferência da documentação dos viscondes se tivesse dado mais tarde, sendo o 12.º conde de Redondo mais velho ou sob a tutela da viúva, por que razão parar em 1696 e não incluir, nos códices factícios, mais correspondência e documentação do visconde D. Tomás de Lima ou até alguma do seu genro D. Tomás da Silva Teles?

Há alguns indícios que nos levam a pensar que a integração desta documentação se deu ainda em vida de D. Tomé. Um deles é uma anotação na margem de um dos copiadorees que em muito se assemelha à letra deste fidalgo<sup>685</sup>. O segundo está relacionado com o conjunto de códices factícios do núcleo documental em análise. O seu número é significativo<sup>686</sup> e a sua preparação foi anterior à catalogação iniciada em 1731<sup>687</sup>. Alguns

---

<sup>682</sup> Vd. o quadro no Apêndice A.1.

<sup>683</sup> SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa real portugueza*. Vol. 12, Parte II, p. 865.

<sup>684</sup> Sobre estas negociações e correspondência trocada, vd. SCHWARCZ, Lilia Moritz – *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. 2.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 141.

<sup>685</sup> No copiadoree em BA, 51-VIII-29, f. 281v, na margem esquerda está a seguinte anotação: “No 2.º tomo destes papeis políticos do Senhor Bisconde estão muitos papeis deste D. João Mascarenhas, primeiro marques de Fronteira e a elle pertencentes: e comecam a fol. 2[6]0 athè o fim do livro”. Compare-se com a letra do conde numa carta enviada ao visconde de Vila Nova de Cerveira em BA, 54-IX-21, n.º 75. Vd. também os rascunhos de cartas em BA-IX-21, n.ºs 48, 53 e 57.

<sup>686</sup> Com exceção dos copiadorees de correspondência e de documentos (BA, 49-X-21; 51-V-14, 15 e 17; 51-VIII-29 a 39) e do livro dos criados de D. Lourenço de Lima (BA, 51-V-55), os restantes livros, que identificámos

poderão ter vindo assim dos viscondes, mas suspeitamos de que alguma documentação possa ter chegado às mãos do conde de Redondo separada, sendo agrupada, ordenada e, eventualmente, encadernada quando se encontrava na sua posse<sup>688</sup>. Tal poderia justificar termos encontrado documentação dos viscondes em outras miscelâneas com documentos de diferentes proveniências<sup>689</sup>. Não foi possível determinar quem organizou cada um dos códices do núcleo que pertenceu aos viscondes. Salvo raras exceções, a maioria tem uma encadernação flexível em pergaminho, assim como outros códices que se encontram na Biblioteca da Ajuda e que integraram a livraria do conde<sup>690</sup>. Trata-se de um tipo de encadernação simples, sólida e bastante comum no período em causa<sup>691</sup>, sendo difícil averiguar se teriam sido realizadas no final no século XVII ou nos inícios do XVIII. O que despertou a nossa atenção foram as semelhanças existentes entre a inscrição do título nas lombadas de alguns desses códices e aquela que está em outros com documentação que não está relacionada com os viscondes<sup>692</sup>. O título está inscrito da esquerda para a direita ao longo da parte superior da lombada com letras maiúsculas, sendo similar o tipo de letra e a cor. É um facto que os títulos podem ter sido postos posteriormente em códices já encadernados<sup>693</sup> e que nem todos os títulos apostos na lombada dos códices que pertenceram aos viscondes são iguais<sup>694</sup>. No entanto, julgamos que estas coincidências

---

como tendo documentação que pertenceu aos viscondes de Vila Nova de Cerveira, coligem documentos originais e cópias que primordialmente estavam avulsos. Vd. Apêndice A.2.

<sup>687</sup> Uma vez que já são referidos nos catálogos, vd. Apêndice A.1.

<sup>688</sup> E, neste caso, não teria havido tempo para organizar a restante documentação que pertenceu aos viscondes e ainda hoje se encontra em avulso na BA.

<sup>689</sup> É o caso das miscelâneas em BA,51-VI-12 e 51-VI-13 que contêm algumas cartas do rei ou da rainha regente dirigidas ao visconde de Vila Nova de Cerveira. Outro exemplo é uma carta dirigida a D. Diogo de Lima por Fr. António de Penalva em BA, 51-XIII-23. Teriam estes avulsos, provenientes dos viscondes, sido integrados nestas coletâneas por D. Tomé?

<sup>690</sup> Por exemplo, um dos copiadores de cartas do arcebispo D. João de Sousa (com documentação datada de 1688 a 1706) em BA, 51-IX-38, ou o códice factício em BA, 51-VIII-46. Note-se, no entanto, que alguns volumes podem já não conservar a encadernação original, como nos parece ser o caso de outro copiadador de cartas de D. João de Sousa em BA, 51-IX-39 e do copiadador do visconde de Vila Nova de Cerveira em BA, 51-V-14.

<sup>691</sup> SZIRMAI, Ján Alexander – Limp bindings. Em *The archaeology of medieval bookbinding*. Aldershot: Ashgate, 1999, p. 285–319; *Medieval Manuscripts: Bookbinding Terms, Materials, Methods, and Models*. Yale: Special Collections Conservation, Preservation Department, Yale University Library, 2013, p. 34; LOCK, Margaret – *Bookbinding materials and techniques, 1700–1920*. Canadian Bookbinders and Book Artists Guild, 2003, p. 99.

<sup>692</sup> Compare-se, por exemplo, a encadernação e o título na lombada dos códices do núcleo dos viscondes em BA, 51-VIII-23, 51-VIII-28, 51-VIII-44 e 51-VIII-45 (entre outros) com o códice em BA, 51-VIII-46 que colige documentação de “Governos vários de Fernando de Sousa, Tomé de Sousa, Martim Afonso de Sousa e Gonçalo de Sousa (1648–1684)”.

<sup>693</sup> Se o catálogo de manuscritos da livraria em BNP, Ms. 2, n.º 9 tiver sido efetivamente realizado pelo conde de Ericeira por volta do ano 1731, é de notar que os “Copiadores que contem todo o Governo das Armas do Minho do dito Bisconde” (f. 15v) não são descritos pela ordem que hoje têm e que está inscrita na lombada.

<sup>694</sup> Por exemplo, são diferentes os dos seguintes códices: BA, 51-V-55, 51-VIII-29, 51-VIII-35, 51-X-18 e 51-X-19.

devem ser analisadas com mais pormenor, visto que podem indiciar que alguns códices factícios podem ter sido fabricados quando a documentação já estava sob a alçada de D. Tomé. Esta base de análise merece ser alargada para se poder chegar a conclusões mais seguras<sup>695</sup>, mas o exame aprofundado do conteúdo desta livraria, embora necessário, extravasa os objetivos principais da nossa investigação. Por isso, centremo-nos novamente na história custodial do acervo já depois de estar na posse do conde de Redondo.

Após o sismo de 1755, não foram muitas as livrarias particulares que, na metrópole, sobreviveram à catástrofe. A rica livraria que pertenceu ao 11.º conde de Redondo foi uma das exceções<sup>696</sup>. A biblioteca real, que estava situada no Paço da Ribeira, não teve a mesma sorte, ficando quase toda reduzida a pó pelo incêndio que se seguiu ao terramoto. A perda deste “ícone da monarquia”, pela sua carga simbólica e cultural, levou a que o rei D. José se empenhasse em restaurá-lo<sup>697</sup>. Mandou juntar o que havia sobrado e iniciou a construção de uma nova Livraria Real que foi instalada no Largo de Nossa Senhora da Ajuda, em Lisboa<sup>698</sup>. A constituição de uma nova coleção passou pela aquisição de livrarias de particulares que haviam sobrevivido ao terramoto, algumas recheadas de manuscritos, assim como de generosas doações<sup>699</sup> e da incorporação de livros esquecidos em mosteiros ou abandonados pelos jesuítas, contando, mais tarde, com espólios resultantes de confiscações políticas<sup>700</sup>.

As negociações para a aquisição de algumas livrarias privadas iniciaram-se logo em 1756. Foi adquirida a do Dr. Nicolau Francisco Xavier da Silva, seguida daquela que pertencera

---

<sup>695</sup> Outra via que ainda precisa de ser explorada é verificação da existência de documentação que pode ter pertencido aos viscondes em outros códices factícios que integraram esta livraria.

<sup>696</sup> BRIGOLA, João Carlos P. – *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, p. 40–41; SCHWARCZ, Lilia Moritz – *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*, p. 141.

<sup>697</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz – *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*, p. 34, sobre a livraria que se encontrava no Paço da Ribeira p. 65–79.

<sup>698</sup> Junto ao Paço de madeira – conhecido como a Barraca Real –, ordenou que se construíssem umas casas anexas que fossem seguras para a alojar.

<sup>699</sup> CABRAL, Maria Luísa – *A Real Biblioteca e os seus criadores: em Lisboa, 1755–1803*. Lisboa: BNP, 2014, p. 68–72; FERREIRA, Carlos Alberto – A livraria real portuguesa. *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal*. Vol. 1 (1958), p. 10–11; SCHWARCZ, Lilia Moritz – *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*, p. 139–141; SANTOS, Mariana Amélia Machado – Alexandre Herculano e a Biblioteca da Ajuda. *O Instituto*. Vol. 127, t. 1 (1965), p. 123–124.

<sup>700</sup> Estes últimos mais ligados ao contexto das guerras liberais e, em particular, à extinção das ordens religiosas em 1834, num momento em que houve a necessidade de voltar a reconstruir a biblioteca real após a perda do importante núcleo que foi para o Brasil e aí ficou; questão que referiremos mais adiante. Vd. FERREIRA, M. M. – Biblioteca da Ajuda - esboço histórico. *Biblioteca da Ajuda. Revista de divulgação*. n.º 1 (1980), p. 19–21.

ao conde de Redondo, a do cardeal Mota e a de seu irmão, a do gazeteiro José Freire Monterroio Mascarenhas e a coleção do abade Diogo Barbosa Machado<sup>701</sup>. A livraria de D. Tomé foi vendida ao rei pela sua segunda esposa, D. Margarida de Vilhena, já viúva<sup>702</sup>. Na sequência desta transação, foi feita uma avaliação dos manuscritos por Alexandre Ferreira de Faria Manuel<sup>703</sup>. Existem duas versões dessa avaliação que denotam ligeiras diferenças, nomeadamente na ordem em que os manuscritos são listados: uma está hoje na Academia de Ciências de Lisboa<sup>704</sup> e a outra na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra numa miscelânea com diversos catálogos de livros impressos e manuscritos<sup>705</sup>. Em ambas está a referência a 37 tomos do governo do visconde de Vila Nova de Cerveira<sup>706</sup>, sem menção a manuscritos avulsos que tivessem pertencido ao mesmo senhor. Alguns dos avulsos, que hoje se encontram na estante 54 e que cremos terem pertencido aos viscondes, podiam ter feito parte da biblioteca do conde de Redondo sem terem sido descritos pelo conde de Ericeira, mas consideramos invulgar não serem referidos na avaliação realizada antes da venda. É verdade que alguns podem ter resultado do desmembramento de um ou mais volumes<sup>707</sup>, mas a maioria pode nunca ter chegado a ser encadernada. Explorámos a hipótese de alguns avulsos terem sido integrados na Ajuda por outra via, nomeadamente em resultado de alguma apreensão feita aos opositores de D. Miguel, enquanto foram emigrados políticos, e de não terem sido devolvidos no tempo

---

<sup>701</sup> COSTA, Mário A. Nunes – Em torno da correspondência de Diogo Barbosa Machado. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol. 41 (1992), p. 71; FERREIRA, Carlos Alberto – A livraria real portuguesa, p. 10; SCHWARCZ, Lilia Moritz – *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*, p. 141–146.

<sup>702</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz – *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*, p. 141.

<sup>703</sup> Foi secretário da Repartição dos Estudos na Mesa Censória durante o período em que o bispo de Beja foi o seu presidente. Correspondeu-se com Fr. Manuel do Cenáculo tendo as cartas e documentos enviados sido publicados em: VAZ, Francisco A. Lourenço (ed.) – *Correspondência inédita dirigida a D. Frei Manuel do Cenáculo: as cartas de Joaquim Sá e Alexandre Faria Manuel*. Évora: CIDEHUS, 2018; vejam-se alguns dados biográficos na introdução, p. 8.

<sup>704</sup> ACL, códice azul 922, “Livros da livraria antiga do Ex.<sup>mo</sup> conde do Redondo. Esta livraria comprou El Rey pela avaliação que aqui de acha e foy avaliada casualmente por Alexandre Ferreira de Faria Manuel por favor”.

<sup>705</sup> BGUC, Ms. 633, o catálogo dos manuscritos avaliados da livraria do conde de Redondo está entre fl. 1 e 8 com o título “Ms que a Casa de Redondo vendeo para a Bibliotheca Real”.

<sup>706</sup> “Governo do Visconde de Villa Nova de Cerveira originaes 37 tom. – 384\$000” (BGUC, Ms. 633, f. 3v); tendo o acrescento “originaes e copiador” em ACL, códice azul 922, f. 3r. Nesta contabilização, só não estaria incluído o “Livro de famílias de Aragão que foi do Sr. Visconde – 1 vol. fol.” referido no catálogo BA, 54-XI-28, n.º 83 por não estar relacionado com o seu governo.

<sup>707</sup> É o que parece ter acontecido, por exemplo, com a carta em 54-VI-53, n.º 298. Poder-se-ia ter dado o desmembramento de uma ou mais miscelâneas organizadas pelo conde de Redondo com documentação de diversas proveniências, incluindo aquela que veio dos viscondes de Vila Nova de Cerveira. Só uma análise detalhada de tudo o que foi catalogado pelo conde de Ericeira e de tudo o que se encontra na Biblioteca da Ajuda e pertenceu a esta livraria poderia vir a esclarecer esta questão.

de D. Maria I<sup>708</sup>. Não tendo encontrado argumentos que nos ajudem a sustentá-la<sup>709</sup> ou indícios que permitam uma explicação alternativa<sup>710</sup>, considerámos como mais provável que os avulsos, que pertenceram a D. Diogo de Lima, tenham vindo pela mesma via dos códices, integrando, primeiro, a livraria de D. Tomé e passando depois à livraria real. A dúvida é se todos eles integraram a livraria em vida do 11.º conde de Redondo. Além dos avulsos já mencionados do visconde D. Tomás, que datam de 1696<sup>711</sup>, identificámos dois documentos com datas posteriores: um contrato de troca e compensação, feito a 15 de maio de 1739, entre o rei D. João V, representado pelo seu procurador João Álvares da Costa, e o visconde D. Tomás de Lima, possuidor e administrador da Casa de Vasconcelos de Soalhães, a respeito da conezia de Mafra<sup>712</sup>; e uma carta de Marco António de Azevedo Coutinho remetida ao visconde D. Tomás da Silva Teles em 1747<sup>713</sup>. Ambas têm datas posteriores à morte de D. Tomé e também à inventariação de 1731, mas anteriores à venda da livraria a D. José I. Teria uma parte da documentação avulsa passado para a posse dos condes de Redondo num momento diferente daquele em que se deu a inclusão dos códices? Se assim foi, por que razão não há mais documentos, nomeadamente correspondência destes dois viscondes? Teriam estes documentos sido incorporações tardias e pontuais já da Livraria real<sup>714</sup>? São questões que permanecem sem resposta, mas a história custodial da maior parte deste acervo prossegue.

---

<sup>708</sup> Por ofício de 15 de maio de 1939, o Pe. António Nunes, que era o encarregado geral da Real Livraria do Paço da Ajuda, solicitou a retirada de muitos livros que estavam depositados e que haviam sido apreendidos aos liberais, nomeadamente os do marquês de Ponte de Lima, e que a rainha havia mandado restituir. Vd. SANTOS, Mariana Amélia Machado – Alexandre Herculano e a Biblioteca da Ajuda, p. 100–101.

<sup>709</sup> Uma breve pesquisa realizada no arquivo interno da Biblioteca da Ajuda e a consulta do documento D-291, que contém uma “Relação dos livros do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês Mordomo-Mor que não apareceram na ocasião da entrega da livraria do mesmo Ex.<sup>mo</sup> Sr., em 11 de junho 1839”, não nos permitiu encontrar informação relevante para a nossa investigação. Agradecemos à Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Geada a ajuda e esclarecimentos que nos prestou.

<sup>710</sup> Em BA, 51-XI-46, existe um livro com dois índices da livraria do conde de Redondo, um de 1768 e outro de 1803, dando-se nota de que esta foi deixada a Filipe de Sousa, deão da igreja Patriarcal, “vinculada ao morgado para uso dos filhos segundos”. Não conseguimos determinar, ainda, como se deu a integração deste livro na BA, mas nele não se encontra elencado qualquer códice ou manuscrito avulso dos viscondes.

<sup>711</sup> BA, 54-VIII-32, n.ºs 334 e 335.

<sup>712</sup> BA, 54-IX-32, n.º 58.

<sup>713</sup> BA, 54-X-5, n.º 118.

<sup>714</sup> Também não sabemos por que via deu entrada a documentação produzida, expedida ou recebida, nas últimas duas décadas do século XVIII, pelo visconde D. Tomás Xavier de Lima Vasconcelos Nogueira Teles da Silva, que veio a ser o 1.º marquês de Ponte de Lima, que se encontra atualmente na BA em avulso ou integrada e copiada em alguns códices. Parece-nos que a maioria dirá respeito ao exercício de cargos políticos como o de ministro e secretário de Estado dos Negócios do reino. Além desta integração que terá sido mais tardia, já na Livraria Real, realce-se ainda que um índice dos livros da biblioteca do conde de Redondo, que

Na iminência da invasão de Lisboa por tropas francesas, o monarca planeou, em 1807, a sua fuga e a da sua corte para o Brasil. Pelo seu caráter simbólico, também a biblioteca real atravessou o Atlântico para escapar à voracidade dos exércitos napoleónicos. A travessia realizou-se em três fases, uma em 1810 e duas em 1811<sup>715</sup>. A segunda remessa foi acompanhada pelo ajudante de bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos<sup>716</sup>, que foi o responsável pela catalogação dos manuscritos da biblioteca da Coroa. Iniciou o seu trabalho em fevereiro de 1812, como declara numa carta enviada a seu pai, Francisco José dos Santos Marrocos, na qual também manifesta o desejo de elaborar uma memória literária e crítica do corpo de manuscritos da Biblioteca da Corte, porque até aquele momento ainda não se sabia o que havia no domínio do “Governo Político”, e a essa obra adicionaria um plano ou planta com o sistema de classificação adotado para os mesmos livros<sup>717</sup>. Em 1813, começou a elaboração daquele que ficou conhecido como o “Catálogo de Marrocos”<sup>718</sup>. Nesse catálogo, os manuscritos foram divididos por temas<sup>719</sup> e, dentro de cada tema, listados por ordem alfabética do título ou, em alguns casos, do autor. Na divisão “Política”, encontramos o registo de 35 tomos que pertenceram aos viscondes<sup>720</sup>. Apesar de a livraria real não ter retornado na sua totalidade, esses códices e os avulsos fariam parte da coleção que regressou a Portugal com D. João VI em 1821 ou, mais tarde, com o P.<sup>e</sup> Joaquim Dâmaso<sup>721</sup>.

---

terá sido realizado antes da venda a D. José I, foi apenas integrado em 1936, sendo oferta de Frederico Gavazzo Perry Vidal no dia em que tomou posse do cargo de diretor da BA (BA, 51-X-47).

<sup>715</sup> Com a livraria, seguiu também a Coleção de Manuscritos da Coroa, que era objeto de cuidado especial e conservada em arquivo separado (FERREIRA, M. M. – Biblioteca da Ajuda - esboço histórico, p. 15).

<sup>716</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz – *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*, p. 268. Sobre este bibliotecário e o seu trabalho na livraria real, vd. CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli – Entre cartas e livros: a livraria real e a escrita do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos no período joanino (1808–1821). *Tempo*. Vol. 21, (2015), p. 111–130; CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli – Papéis em travessia: o bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos e os Manuscritos da Coroa. *LaborHistórico*. Vol. 2, n.º 1 (2016), p. 44–55.

<sup>717</sup> BA, 54-VI-12, n.º 14, carta de 27 de fevereiro de 1812. Esta e outras cartas do mesmo autor foram publicadas em MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos – *Cartas do Rio de Janeiro: 1811–1821*. Lisboa: BNP, 2008.

<sup>718</sup> [Índice geral dos Manuscritos da Biblioteca da Coroa (Ajuda) disposta alfabeticamente, por Luís Joaquim dos Santos Marrocos] em BA, 49-IX-44. Este instrumento de descrição terá sido o culminar do processo de catalogação que empreendeu, mas não chegou a verter todas as suas fichas de catálogo para este índice. Foi outro bibliotecário, que se identifica como “Leite” (f. 11v), quem o terminou (nota em f. 64v).

<sup>719</sup> São eles: Política, Teologia, Direito Canónico, Direito Civil, História eclesiástica, História Civil, História literária, Ciência, Artes e Belas-Artes. Sobre o catálogo, veja-se também: SCHWARCZ, Lilia Moritz – *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*, p. 284–285.

<sup>720</sup> BA, 49-IX-44, f. 5r–21r.

<sup>721</sup> A livraria que foi para o Brasil esteve na base de um litígio entre Portugal e aquele país após a revolução liberal portuguesa e a independência brasileira, tendo apenas retornado à antiga metrópole os manuscritos referentes à história de Portugal, que seria a maior parte ou mesmo a totalidade daqueles que faziam parte



Comparando os volumes listados nos vários catálogos com aqueles que conseguimos identificar na Biblioteca da Ajuda como tendo pertencido aos viscondes, revisitámos o percurso custodial destes códices e verificámos que pouco se terá perdido<sup>722</sup>. Já em relação aos avulsos, não temos forma de fazer essa avaliação, equacionando perdas, desmembramentos e incorporações tardias. Trata-se de uma coleção de inegável interesse, passível de trazer novos dados sobre acontecimentos relacionados com a história desta família e, em especial, com o período da pós-Restauração. Este conjunto, no seu todo, levanta um novo conjunto de questões sobre a sua transmissão e sobre os usos que lhe foram dados, sobretudo depois de saírem da custódia dos viscondes, que extravasam os objetivos na nossa investigação. Afloramos brevemente os aspetos que nos pareceram mais importantes para compreender o que nos chegou, como nos chegou e que relação pode vir a ser estabelecida com os contextos originais da produção informacional e documental e o valor que lhe foi atribuído pelos seus produtores. Os seus sucessores parecem ter distinguido esta documentação daquela que tinha uma utilidade mais premente para a gestão da Casa. Quer fosse essa ou não a intenção do visconde responsável pela sua venda ou doação, saiu reforçado, ainda no século XVIII, o seu potencial como “fonte” ou como prova para a construção da História. Tal só veio a acontecer com a restante documentação mais tarde, a partir do último quartel de Oitocentos, num período em que esta tendência se massificou.

---

dos designados *Manuscritos da Coroa*. No Brasil, ficaram os manuscritos do Infantado e parte do arquivo relativo ao Despacho daqueles anos de permanência em terras de Vera Cruz. O que permaneceu em território brasileiro constituiu o núcleo inicial da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vd. SCHWARCZ, Lilia Moritz – *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*, p. 35, 284; CABRAL, Alfredo do Valle – Secção de manuscritos. Esboço Histórico. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. 11 (1885), p. 458; FERREIRA, M. M. – Biblioteca da Ajuda - esboço histórico, p. 15, 19; MELLO, J. A. Teixeira de – Introdução. Em *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1878. Vol. 1, p. VII–VIII. Vd. também a carta do P.<sup>o</sup> Joaquim Dâmaso para o rei, datada de 16 de abril de 1821, referindo que não o acompanhou no regresso, estando a aguardar as suas ordens (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Ms. 1298797).

<sup>722</sup> Vd. quadro no Apêndice A.1. Apenas para o *Livro do Sr. Visconde intitulado de cartas secretas* (listado em BA, 54-XI-28, n.º 83, f. 3r) não conseguimos, até ao momento, encontrar correspondência.

## CAPÍTULO 6

### Representações e inventariações do arquivo a partir do século XVII

O mapeamento e a reconstituição da história custodial recente que fizemos, são etapas fundamentais no processo de compreensão das configurações atuais dos núcleos documentais dispersos e da sua relação com o arquivo organizacional dos viscondes de Vila Nova de Cerveira antes da sua desativação e gradual desagregação. Outro estágio da análise que é necessário empreender é a desconstrução de significados acumulados pelos tratamentos arquivísticos que estes receberam antes e depois dessa dispersão.

Neste capítulo, fazemos um exercício retrospectivo de descodificação de várias intertextualidades ligadas às lógicas de conservação e de organização arquivística. Este parte da atualidade e recua até aos finais do século XVII, que são, portanto, momentos posteriores à reconstituição e à análise que procuramos realizar nas partes seguintes da tese.

Começamos pelas representações atuais do fundo *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima* e dos outros núcleos dispersos, transformados em arquivos e coleções históricas, que conservam partes do que outrora foram dos arquivos organizacionais em estudo. Que problemas nos apresentam? Que imagens nos dão da documentação e dos seus produtores? Como condicionam a nossa análise?

Passamos para a análise das representações do arquivo organizacional realizadas no âmbito da Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima. Estas serão avaliadas através do exame de alguns instrumentos de descrição documental e de acesso à informação e/ou aos documentos<sup>723</sup> do(s) cartório(s), que foram elaborados em Oitocentos e entre o final de Seiscentos e início de Setecentos, pelos chefes da família-instituição ou sob a sua tutela. Estes instrumentos dão-nos sempre uma visão parcial do(s) arquivo(s) e são produzidos em contextos e com objetivos específicos.

---

<sup>723</sup> Salvuardamos que os conceitos de “instrumento de descrição documental”, “instrumento de pesquisa” ou “instrumento de acesso à informação” são usados na Arquivística em relação aos instrumentos criados na contemporaneidade. Porém, não é a esses que nos reportamos, mas aos instrumentos criados no período pré-moderno. Sobre esta questão, veja-se RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos. Vol. II*. Porto: FLUP, 1998. Tese de doutoramento, p. 7–73. Refere a autora que os mais antigos instrumentos de acesso à informação criados com a finalidade de organizar e aceder aos arquivos foram os registos e os inventários (p. 12). Porém, para o período pré-moderno, têm-se designado como inventários instrumentos que assumem formas e estruturas muito diversas (vd. ROSA, M. Lurdes – *Os espelhos*, p. 581; assim como a coletânea ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe*, especialmente a introdução, p. 9–21).

Reorganizar o cartório e inventariá-lo no período pré-moderno permitia à instituição detentora do arquivo manter o domínio sobre a propriedade e sobre as pessoas que dela dependiam, além de construir discursos que respondiam a situações muito concretas da história dos grupos<sup>724</sup>. Não se tratava de um ato técnico, nem, por vezes, de uma mera descrição da totalidade do arquivo com o fim de localizar todos os documentos.

Embora estes instrumentos não sejam espelhos límpidos e transparentes da realidade dos cartórios, dão-nos uma visão de como o arquivo era pensado e organizado pela família-instituição produtora e conservadora dos documentos; dão-nos uma determinada imagem dessa instituição, como se via e como quereria ser vista ou se desejava representar<sup>725</sup>. Nesta sequência, fazemos uma reflexão sobre transformações que o arquivo organizacional dos viscondes sofreu entre o final do século XVII e o XIX a partir da análise de instrumentos disponíveis, alguns deles já descritos e brevemente analisados por Lurdes Rosa<sup>726</sup>. A partir deles é possível examinar pistas e avançar hipóteses sobre significados acumulados e discursos construídos nas centúrias finais do Antigo Regime.

### **6.1. Representações atuais após reconfigurações não organizacionais**

Pela sua importância e por se encontrar arquivisticamente tratado como sendo “o arquivo” que restou desta Casa, começamos pelo fundo *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marquesses de Ponte de Lima*. Depois de ter recuperado o acervo em 1999, o Eng.º Luís Vasconcellos e Souza, em conjunto com os seus familiares, realizou um contrato de depósito com a Torre do Tombo a 27 de dezembro de 2000 para que a posição da família como proprietária ficasse salvaguardada e o acervo pudesse ser arquivisticamente tratado de modo que contribuísse para a sua preservação e para facilitar o acesso aos seus conteúdos a

---

<sup>724</sup> É exemplar o caso examinado em DE VIVO, Filippo – Ordering the archive in early modern Venice (1400–1650), no qual se demonstra que a indexação e a inventariação serviam as instituições em determinados contextos históricos, neste caso, as instituições políticas venezianas durante a sua República, entre o século XV e os inícios do XVII.

<sup>725</sup> São apresentados vários estudos de caso em ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe*. Veja-se igualmente: GUYOTJEANNIN, Olivier – Les chartriers seigneuriaux au miroir de leurs inventaires (France, XVe–XVIIIe siècle); GUYOTJEANNIN, Olivier – Outils en grisaille; HEAD, Randolph C. – Mirroring governance: archives, inventories and political knowledge in early modern Switzerland and Europe. *Archival Science*. Vol. 7, n.º 4 (2007), p. 317–329.

<sup>726</sup> Em ROSA, M. Lurdes – Os espelhos, p. 583–588; ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe*, p. 124–125, 148 (no catálogo).

um maior número de investigadores<sup>727</sup>. Permaneceu depositado nesta instituição até 31 de agosto de 2011<sup>728</sup> e durante esse período foi higienizado, acondicionado, classificado, descrito documento a documento (uns com mais e outros com menos pormenor) e parcialmente digitalizado.

Nesta instituição, a totalidade do acervo foi considerado um fundo, classificado dessa forma e intitulado *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima*. Como mencionámos no capítulo anterior, trata-se de um arquivo histórico constituído pela ação de leiloeiros, do atual proprietário e da sua família. Falta descortinar como a intervenção realizada na Torre do Tombo também teve um papel fundamental na sua construção. O tratamento que lhe foi dado levanta vários problemas à interpretação do acervo no seu conjunto e, tendo sido este o nosso ponto de partida e uma das principais “fontes” para a reconstituição realizada, teremos de o examinar com alguma atenção.

Desde logo, a denominação dada à totalidade do acervo baseia-se na última família-instituição detentora do arquivo organizacional. Na descrição do fundo, no campo “história administrativa/biográfica/familiar” é posta em evidência a linha de transmissão do título de visconde de Vila Nova de Cerveira, atribuído, pela primeira vez, em 1476, e, depois, do título de marquês de Ponte de Lima, sendo realçadas as ligações matrimoniais dos titulares e a localização dos bens acumulados ao longo das gerações até ao último marquês<sup>729</sup>. Esta opção ofusca os contextos originais de produção de uma miríade de documentos que acabaram no arquivo organizacional dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, e por eles foram guardados e/ou utilizados, oriundos de outros arquivos organizacionais e sistemas de informação, outrora autónomos. Faltam igualmente esclarecimentos, na descrição do fundo, sobre o estado em que se encontrava a documentação, aquando da sua chegada à instituição<sup>730</sup>. Também não é

---

<sup>727</sup> SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; SOUZA, Luís de Vasconcellos e – O arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira.

<sup>728</sup> Veja-se a informação disponível no DigitArq do ANTT, ao nível do fundo, no campo “Fonte imediata de aquisição e transferência”: <URL <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4343878>> [acedido 24 fevereiro 2023].

<sup>729</sup> Veja-se este campo na descrição do fundo, disponível na ligação citada na nota anterior.

<sup>730</sup> Refere-se, na “história custodial e arquivística”, que os atuais proprietários haviam atribuído cotas à documentação, que foi assinalada no elemento de informação “cota antiga”. Pelo Eng.º Vasconcellos e Souza fomos informados de que a parte da documentação que esteve no leilão de 1999 tinha uma organização que lhe havia sido dada pelos leiloeiros e que a restante, comprada ao alfarrabista, não teria nenhuma organização perceptível.

mencionado se tratar essencialmente de documentação que esteve no cartório do Palácio da Rosa.

Na Torre do Tombo, os técnicos responsáveis pelo tratamento efetuaram algumas alterações no que diz respeito à organização física da documentação<sup>731</sup>, atribuindo novas cotas aos documentos, mas o que mais nos interessa é a organização intelectual dada ao acervo. Estamos a referir-nos à classificação arquivística, que estabelece a estrutura que contextualiza e relaciona as diferentes unidades dentro do acervo e prepara o caminho para a descrição contextual e do conteúdo de cada uma delas. Classificação e descrição arquivísticas são duas construções complementares que resultam de atos intencionais e complexos de mediação, condicionados pelos contextos culturais e políticos de quem classifica e descreve<sup>732</sup>. São as *archival representations* que refere Yake<sup>733</sup>, que têm um impacto decisivo nas “nossas fontes”. Se os arranjos arquivísticos, presentes e passados, não forem cuidadosamente interrogados, especialmente na sua relação com a natureza da “produção orgânica” podem levar os utilizadores a vários equívocos<sup>734</sup>. Se a estes, nomeadamente aos historiadores, cabe inquirir os contextos em que se deram as organizações e inventariações e como estas transformaram as “suas fontes”; aos arquivistas contemporâneos compete a tarefa de esclarecer os critérios seguidos e de os fundamentar<sup>735</sup>. No caso específico do fundo em estudo, há uma tentativa de explicação dos critérios, mas a proposta não é sustentada por um estudo aprofundado do arquivo, nem da orgânica das entidades produtoras, como veremos.

Interrogar este trabalho é um passo fundamental no nosso percurso, mas não pretende retirar, de modo algum, o seu valor, nomeadamente para a divulgação de um

---

<sup>731</sup> Percetível pela comparação entre a cota antiga e a cota atual.

<sup>732</sup> Relembremos o que já explorámos no capítulo 1, em especial a chamada de atenção feita por vários autores, entre eles Terry Cook, para o papel de mediador ativo e não de agente neutro desempenhado pelo arquivista (COOK, Terry – *Archival science and postmodernism*).

<sup>733</sup> YAKEL, Elizabeth – *Archival Representation*.

<sup>734</sup> Para uma reflexão sobre a forma como os arquivistas transformam as “fontes históricas”, vd. NOUGARET, Christine – *Les sources archivistiques. Hypothèses*. Vol. 7, n.º 1 (2004), p. 331–339. Recordemos, igualmente, o exemplo já mencionado e estudado por Morsel em que retroprojeção do conceito de linhagem para o período altimedieval no estudo de grupos aristocráticos nurembergueses resultou da reorganização dada à sua documentação no final da Idade Média ou no início da época moderna e conservada pelos arquivistas contemporâneos (MORSEL, Joseph – *Le médiéviste, le lignage et l’effet de réel*).

<sup>735</sup> Sobre esta questão, vejam-se as propostas de Tom Nesmith. Este autor defende que se acabe com o papel marginal dos arquivistas na sociedade e que estes passem a prestar contas pelas operações realizadas sobre os arquivos e a documentação, que ajudem os utilizadores a melhor compreender os seus contextos (NESMITH, Tom – *Reopening archives*, p. 266–267 e as propostas apresentadas nas páginas seguintes até p. 273).

conjunto documental que de outra forma poderia continuar desconhecido ou inacessível por estar em mãos privadas e por não ter nenhum instrumento de acesso ou descrição recente e disponível. As descrições e digitalizações disponibilizadas também nos foram muito úteis e, ainda que analisadas com todas as precauções e reservas, não deixaram de facilitar a nossa investigação. Para avaliar a qualidade do tratamento realizado há que ter igualmente em consideração os condicionalismos institucionais e profissionais que o limitam. Não obstante os avanços verificados nas últimas duas décadas, especialmente fruto da colaboração pontual com o meio académico, ainda impera a ideia tradicional, e adotada por muitas instituições arquivísticas nacionais, de que os arquivistas não são investigadores, não lhes sendo, por isso, dado tempo suficiente para fazer investigação. São vistos como técnicos, “produtores de trabalho para os serviços de administração” ou responsáveis pela “custódia de documentos”<sup>736</sup>, que devem tratá-los com neutralidade e imparcialidade — como se isso fosse possível... — e disponibilizá-los com a maior brevidade possível ao utilizador.

Para a proposta de classificação deste fundo, os arquivistas do ANTT buscaram uma “ordem original”, reconstituída a partir de três instrumentos de descrição presentes no acervo:

- o *Livro que contém o rendimento das fazendas das minhas Casas e morgados a elas anexos*<sup>737</sup>, doravante referido como *Livro de rendimentos* de 1693;
- o *Livro Geral do cartório de D. Tomás José Xavier de Lima, 2º Marquês de Ponte de Lima, no qual se contém todos os títulos e padrões, morgados, senhorios, propriedades, quintas, fazendas, foros, casais e mais rendas, privilégios, bulas apostólicas, testamentos e outros bens que pertencem à dita Casa. Tudo extraído dos originais, títulos e mais documentos que no dito cartório se acham mando [sic] por ordem do dito senhor em julho de 1819*<sup>738</sup>, doravante Inventário de 1819;
- o *Tombo em que se contém todas as propriedades, rendas, foros, privilégios, bulas e alvarás dos morgados de Santa Ana e de São Lourenço de Lisboa, Gaião e Santo Estêvão de Beja*<sup>739</sup>, daqui em diante mencionado como *Tombo* que cataloga documentação dos morgadios, ou simplesmente como *Tombo*.

---

<sup>736</sup> ROSA, M. Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais, p. 17–18.

<sup>737</sup> PT-TT-VNC/B/201, em VNC, cx. 20, n.º 1. Sobre este livro veja-se o Apêndice A.5.

<sup>738</sup> PT-TT-VNC/A/1, em VNC, n.º 1. Sobre este livro veja-se o Apêndice A.4, C.4. e subcap. 6.2.

<sup>739</sup> PT-TT-VNC/A/2, em VNC, n.º 2. Vd. subcap. 9.1. e 11.4.

Para a documentação que não se encaixava nas categorias criadas a partir destes três instrumentos, foram criadas pelo(a) arquivista novas classes<sup>740</sup>. No quadro seguinte, podemos conferir a classificação proposta<sup>741</sup>, assim como a origem das categorias apresentadas e um breve resumo do seu conteúdo<sup>742</sup>.

---

<sup>740</sup> Na descrição do fundo, refere-se, no campo "sistema de organização", que esta é uma parte original e outra atribuída. Veja-se na ligação *infra*.

<sup>741</sup> Disponível no DigitArq: <URL <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4343878>> [acedido 24 fevereiro 2023].

<sup>742</sup> Que podem ser confirmadas na descrição do fundo e das secções, disponíveis a partir da ligação *supra*.

Classificação pelo ANTT			
Fundo	Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima	Fonte das categorias propostas	Conteúdo da secção
Secção A	Organização e constituição, 1633–1819, 30 doc.	Criada pelo(a) arquivista	“Inventários, catálogos, róis de documentos e apontamentos sobre os mesmos, os quais se referem ao conteúdo, organização e história do arquivo e com informações sobre a família, os bens e os privilégios concedidos à família e à Casa”.
Secção B	Administração da Casa, 1392–1842, 572 doc.	Criada pelo(a) arquivista	Documentos relativos a “bens <b>pertencentes a diversas áreas geográficas e morgados</b> , documentos de receita e despesa, documentos referentes à Casa: relações de foros, alvarás, autos de avaliação, breves e bulas, correspondência, certidões, conhecimentos, procurações, renovações de emprazamentos, lembretes, notas de liquidação, pareceres, petições, quitações, recibos, relações, requerimentos, róis, traslados”.
Secção C	Viscondado do Minho, 1345–1830, 293 doc.	Categoria referida no <i>Livro de rendimentos de 1693</i> .	“Documentos relativos aos bens, mercês régias e benefícios eclesiásticos, correspondência, certidões, cópias de documentos, embargos, petições, quitações, recibos de pagamentos, requerimentos, traslados” do Viscondado do Minho, que “era constituído por: Paço de Giel, Reguengos e foros do quartel de Cima, Quartel de Baixo, vila de Ponte de Lima, Quartel de Beiral de Lima, Quartel da Labruja [concelho e comarca de Ponte de Lima], Santo Estêvão, Geraz, Vila Nova de Cerveira, Concelho de Coura”.
Secção D	Morgado de Santa Ana, 1267–1877, 1260 doc.	Categoria referida no <i>Livro de rendimentos de 1693</i> . [Categoria também referida no Inventário de 1819 e no <i>Livro de propriedades e rendimentos de 1739</i> <sup>743</sup> ]	Documentos relativos ao morgadio, que era “constituído por bens em Lisboa, Sintra e Mafra, Colares. Contém aforamentos, requerimentos, breves, bulas, sentenças, cartas de venda, de partilha, de permuta; certidões, confirmações, emprazamentos, escrituras, lembretes, medições de casais, petições, quitações, recibos, relações, requerimentos, sentenças, testamentos, aforamentos, autos de arrematação, de avaliação, de petição, de posse; breves, bulas, clarezas, escrituras de aforamento, de arrendamento; lembretes, licenças régias, mandados, recibos, traslados”.
Secção E	“Título de Enxara do Bispo e suas pertenças” 1455–1781, 39 doc.	Categoria referida no <i>Livro de rendimentos de 1693</i> .	Documentos relativos à quinta da Enxara do Bispo e seus bens, que pertenciam à Coroa e estavam emprazadas em três vidas.
Secção F	“Título do Morgado de Soalhães e por outro nome Maфра”, 1292–1884, 1101 doc.	Categoria referida no <i>Livro de rendimentos de 1693</i> . [Categoria semelhante referida no <i>Livro de propriedades e rendimentos de 1739</i> e na <i>Relação em VNC</i> , cx. 2, n.º 10]	Documentos relativos ao morgadio de Soalhães.
Secção G	“Título de Carnide”, 1610–1692, 6 doc.	Categoria referida no <i>Livro de rendimentos de 1693</i> . [Categoria semelhante também referida no <i>Inventário de 1819</i> e no <i>Livro de propriedades e rendimentos de 1739</i> ]	Documentos relativos a propriedades situadas em Carnide.
Secção H	“Pensões”, 1519–1776, 70 doc.	Categoria referida no <i>Livro de rendimentos de 1693</i> . [Categoria também referida no <i>Livro de propriedades e rendimentos de 1739</i> ]	Documentos relativos a “pensões da Casa: benefícios simples no Minho, a Igreja do Cabreiro; o abade de Santa Cruz Domingos de Lima; a igreja de Sabadim; a conezia de Lisboa; o Bispo de Coimbra; casas na Jubetaria [Morgado de Maфра]; casas a São Miguel de Alfama (onde se chama a Travessa do Pocinho, casas foreiras ao Morgado de Maфра); comenda de Santa Maria de Passos; as casas de Boi Formoso; a comenda de São Pedro de Valongo; a quinta dos Olivais; as lezírias de Leiria; as saboarias de Palmela e o almotacé-mor”.
Secção I	“Título de Arruda”, 1307–1814, 66 doc.	Categoria referida no <i>Livro de rendimentos de 1693</i> . [Categorias semelhantes também referidas no <i>Inventário de 1819</i> e no <i>Livro de propriedades e rendimentos de 1739</i> ]	Documentos relativos a bens situados na Arruda.
Secção J	Título das igrejas que apresenta a minha Casa, 1473–1785, 10 doc.	Categoria referida no <i>Livro de rendimentos de 1693</i> .	Documentos relativos a igrejas cuja apresentação pertencia à Casa, em 1693.
Secção K	“Maço 18º ilha do Fogo”, 1500–1858, 31 doc.	Categoria referida no <i>Inventário de 1819</i> . [Categoria semelhante referida no <i>Livro de propriedades e rendimentos de 1739</i> ]	Documentos relativos à ilha do Fogo.
Secção L	“Bens da Coroa, padrões e tenças”, 1476–1827, 131 doc.	Categoria referida no <i>Inventário de 1819</i> .	Documentos relativos a bens da Coroa, padrões e tenças.
Secção M	“Morgado e bens dos Vasconcelos”, 64 doc.	Categoria referida no <i>Inventário de 1819</i> . [Categoria também referida no <i>Livro de propriedades e rendimentos de 1739</i> ]	Documentos relativos aos morgadios e bens dos Vasconcelos.
Secção N	“Ajustes do Marquês de Tenório, da Condessa de Mesquitela, testamentos, inventários, partilhas e dotes do Visconde D. Lourenço e seus filhos” 1596–1762, 188 doc.	Categoria referida no <i>Inventário de 1819</i>	Correspondência trocada com o marquês de Tenório, testamentos, inventários, partilhas e dotes de D. Lourenço de Lima e seus filhos.
Secção O	“Morgado de Gaião”, 1391–1649, 29 doc.	Categoria referida no <i>Tombo que cataloga documentação dos morgadios</i>	Supostamente contém apenas documentos relativos ao morgadio de Gaião.
Secção P	Morgado de Beja 1499–1499, 3 doc.	Categoria referida no <i>Tombo que cataloga documentação dos morgadios</i>	“Bulas sobre os capelães do Morgado”.
Secção Q <sup>744</sup>	Marqueses de Ponte de Lima 1791–1866, 13 doc.	Criada pelo(a) arquivista	Documentação relativa a bens e a mercês concedidas aos marqueses de Ponte de Lima.
Secção R	Deado de Évora, 1634–1758, 38 doc.	Criada pelo(a) arquivista	“Documentos relativos ao canonicato e deado de Évora”.
Secção S	Contencioso, 1500–1827, 92 doc.	Criada pelo(a) arquivista	“Documentos relativos a contendas da Casa”.
Secção T	Coleção de documentos 1540–1854, 93 doc.	Criada pelo(a) arquivista	“Constituída por cópia de documentos vários: curiosidades ou cujo assunto interessava à família, e documentos dos quais não foi possível perceber a proveniência”.

Quadro 1 – Classificação do fundo VNC pelo ANTT

<sup>743</sup> Que será analisado mais adiante.

<sup>744</sup> De acordo com a informação presente no campo “sistema de organização”, esta secção seria a R, existindo uma Secção Q intitulada “Bens no Corredor da Malva ou de São Lourenço” que, entretanto, foi suprimida do quadro de classificação final disponível no DigitArq. Veja-se na ligação *supra*.





Esta classificação levanta vários problemas, gerando confusão e dificultando o acesso aos documentos<sup>745</sup>. Há uma mistura de secções temáticas e funcionais criadas pelo(a) arquivista com outras secções que talvez possamos classificar de orgânicas e orgânico-geográficas, assim como outras baseadas na tipologia documental, que recuperam uma suposta “ordem original”. Este princípio, tão caro à Arquivística tradicional<sup>746</sup>, foi posto em causa pelas correntes pós-modernas da disciplina. Perante um arquivo dinâmico, em constante transformação, qual a ordem original? Tal como Brien Brothman<sup>747</sup>, Nesmith defende que é impossível manter ou recuperar uma ordem original<sup>748</sup>. Mesmo que se tente manter os documentos pela ordem em que foram recebidos na instituição arquivística, trata-se apenas de um “snapshot of a moment in time”, não se trata *da* ordem original<sup>749</sup>. Como é que alguém pode estar em condições de afirmar que não houve mudanças nessa organização, intencionais ou acidentais? Ou conseguir encaixar em organizações prévias documentação que nunca foi inventariada e que se encontrava no arquivo sem uma organização perceptível? Em vez de ordem original dever-se-ia falar em “ordem em que os documentos foram recebidos” porque ela tem significado e deve ser avaliada<sup>750</sup> por muito “desorganizado” que o acervo nos possa parecer segundo os critérios de organização atuais<sup>751</sup>. Todavia, a recuperação feita por muitos serviços de arquivo é uma construção idealizada, a representação de uma “boa ordem” que pode nunca ter existido<sup>752</sup>. Numa visão pós-moderna do arquivo, as ordens são múltiplas e nunca definitivas, e pode ser possível, com o apoio das novas tecnologias, representar, em simultâneo, algumas das organizações identificadas ao longo do tempo, sem que nenhuma deva ser considerada “original”<sup>753</sup>.

---

<sup>745</sup> Uma primeira crítica a esta classificação já foi avançada em ROSA, M. Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais, p. 39–42.

<sup>746</sup> Geralmente considerada a última ordem que os acervos têm ou tiveram na sua entidade produtora, antes de chegarem às instituições arquivísticas, ou outras, para serem arquivisticamente tratados. Uma ordem a ser preservada ou “recuperada” caso o arquivo se encontre muito “desorganizado”. Ressalve-se, porém, que, na Arquivística tradicional, nem sempre houve consenso sobre o que era a ordem original e o já mencionado e famoso manual holandês de 1898 interpretava-a mais como uma organização conceptual do que física. Sobre esta questão, vd. HORSMAN, Peter – The last dance of the Phoenix or the de-discovery of the archival fonds.

<sup>747</sup> BROTHMAN, Brien – Orders of Value, p. 85.

<sup>748</sup> NESMITH, Tom – Reopening archives, p. 264–265.

<sup>749</sup> *Ibid.*, p. 264.

<sup>750</sup> *Ibidem.*

<sup>751</sup> SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas, p. 91.

<sup>752</sup> YAKEL, Elizabeth – Archival Representation, p. 2.

<sup>753</sup> Sobre esta questão, veja-se igualmente: HORSMAN, Peter – Dirty hands: a new perspective on the original order. *Archives & Manuscripts*. (1999), p. 42–53.

No caso do fundo VNC, como podemos falar de uma “ordem original” ou da recuperação da última ordem em que os documentos se encontravam, quando há uso concomitante de categorias adotadas em três instrumentos de natureza e com contextos de produção diferentes? O *Livro de rendimentos de 1693* não tinha como objetivo a inventariação do arquivo, mas o registo das propriedades e das fontes de rendimento da Casa, não sendo sequer feita menção aos maços em que a documentação se encontrava<sup>754</sup>. Quanto aos outros dois inventários, produzidos em momentos diferentes — um provavelmente entre 1578 e 1649<sup>755</sup>, e o outro em 1819 — foram tomados pelo(a) arquivista como espelhos do arquivo. Não foram consideradas as imagens distorcidas que estes instrumentos criaram, pois, as categorias concebidas serviram interesses da família e da memória que desejava construir num determinado momento e contexto, não almejando ser janelas de acesso direto e contextualizado para o historiador ou outros utilizadores. E a prova disso é que muitos documentos não foram inventariados, nem se encaixavam em todos os esquemas de classificação previamente criados pela família e seus funcionários, levando o(a) arquivista a buscar categorias em instrumentos de recuperação da informação que não os inventários ou os catálogos de documentação, assim como a criar secções temáticas para os poder “arrumar”. Com isto, pode ser difícil recuperar a informação e a documentação, particularmente em secções temáticas como “Administração da Casa”, “Contencioso” e “Coleção de documentos”, assim como ser impossível compreender os seus contextos de produção. Poderemos, por exemplo, ser levados a pensar que nas secções dedicadas aos morgadios, estará toda a documentação do acervo que lhes concernia, quando, na realidade, mais escrituras que lhes diziam igualmente respeito estão dispersas sob outras secções. Note-se igualmente que a secção “Administração da Casa” reúne documentação que poderia estar em outras secções, assim como há documentação na secção “Contencioso” que pode ter que ver com a administração da Casa. Do mesmo modo, alguns documentos que poderemos associar à constituição e organização do(s) arquivo(s) não foram postos na secção A, mas estão espalhados por outras secções<sup>756</sup>.

---

<sup>754</sup> Aliás, a maioria das escrituras, citada nas margens, estava copiada num livro de notas do morgadio de Santa Ana e num tombo, que existiam no cartório de Lisboa. Referiremos com mais detalhe a organização deste livro no próximo subcapítulo.

<sup>755</sup> Sobre este inventário, vd. subcap. 9.1 e 11.4.

<sup>756</sup> Como, por exemplo, o *Rol dos papéis que estão nos bufetes pequenos da secretária* em VNC, cx. 30, n.º 66 (na Secção B); o *Pecúlio do Livro Grande* em VNC, cx. 12, n.º 20 e uma descrição do *Maço de papéis*

A falta de investigação sobre a história dos produtores e dos arquivos levou à associação da documentação a secções cuja fundamentação é incerta ou errónea. Para lá dos problemas já apontados, o recurso a inventários antigos, levou a que lapsos, intencionais ou acidentais, que estes continham fossem replicados neste esquema classificativo. É paradigmático o caso da Secção O “Morgado de Gaião”: houve um conjunto de documentos, acriticamente associado a esta secção, que nada tem a ver com o morgadio. Repete-se um erro expresso no *Tombo* que cataloga documentação dos morgadios, preparado possivelmente no tempo de Luís de Brito Nogueira II ou durante o viscondado de seu filho, Lourenço. Neste catálogo, o título do morgadio<sup>757</sup> foi associado a documentação relativa a bens que pertenceram aos Brito Nogueira, nomeadamente em Santarém, e à jurisdição de Aveiras de Fundo<sup>758</sup>. De facto, uma parte substancial das propriedades que pertenceram ao morgadio de Gaião estava localizada na região escalabitana<sup>759</sup>, além de a administração do morgadio e a jurisdição de Aveiras terem estado, em simultâneo, na posse de Gonçalo de Ataíde. Contudo, a jurisdição da referida vila passou pelas mãos de Mem de Brito, depois de ter sido confiscada ao mencionado Gonçalo de Ataíde pelo seu apoio ao partido do regente D. Pedro<sup>760</sup>. Por seu turno, a transmissão da administração do vínculo seguiu outro percurso, tendo sido integrada no património da Casa dos Limas, através do dote de casamento da filha de Gonçalo, D. Catarina de Ataíde, com D. João de Lima<sup>761</sup>. O morgadio integrou, posteriormente, a Casa do conde dos Arcos<sup>762</sup>, não tendo restado muita documentação no arquivo organizacional dos viscondes, pois terá acompanhado o morgadio, tal como aconteceu com

---

*pertencentes à Casa do Minho* em cx. 12, n.º 18 (na Secção C); e descrições do conteúdo do maço 5.º em VNC, cx. 1, n.º 61 e do maço 17.º em cx. 19, n.º 15 (na Secção D).

<sup>757</sup> Cremos que se tratou de um acrescento posterior, vd. VNC, n.º 2, f. 174 e index f. [231r]-[231v].

<sup>758</sup> Vd. subcap. 11.4.

<sup>759</sup> Veja-se o tombo da capela e hospital de D. Gaião, situada na vila de Santarém, em ANTT, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo 274, fls. 12v-[18v].

<sup>760</sup> MORENO, H. Baquero – *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Lourenço Marques: [edição do autor], 1973, p. 1008–1009.

<sup>761</sup> Vd. subcap. 10.2. Para pormenores sobre a sua transmissão, consulte-se igualmente ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 85–90; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de; BARROCA, Mário Jorge (eds.) – *Paço de Giela: história de um monumento*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2015, p. 61.

<sup>762</sup> Não foi ainda possível reconstituir com pormenor a disputa que teve lugar entre D. Diogo de Lima e D. Tomás de Noronha, conde dos Arcos, pela sua posse. Na sequência de um acordo feito entre os herdeiros de D. Lourenço de Lima, D. Tomás terá mandado tomar posse deste e do morgadio de Santo Estêvão de Beja (54-XIII-21, n.º 25). No entanto, o primeiro terá sido contestado por D. Diogo de Lima, mas não sabemos quando ficou resolvido conflito. Em 1669, estava sob administração do conde dos Arcos, referência feita numa sentença que o julgou seu legítimo sucessor em ANTT, *Registo do Arquivo*, lv. 3, f. 40r–48r.

a do morgadio de Santo Estêvão de Beja<sup>763</sup>. Como este há mais casos<sup>764</sup> que poderiam ser corrigidos com alguma investigação sobre as instituições produtoras.

Concluindo este breve exame à classificação do fundo, podemos afirmar que esta, a par do título que lhe foi atribuído, alimenta a “ilusão organizacional”<sup>765</sup> de que todos os documentos foram produzidos/recebidos apenas no âmbito do sistema de informação e do arquivo organizacional dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, que vem do século XIV ao século XIX, assim como reproduz imprecisões presentes em instrumentos de recuperação da informação antigos presentes no acervo, impedindo um acesso contextualizado à maioria da documentação que o integra.

Já apontamos alguns problemas da descrição realizada ao nível do fundo e das secções, sendo igualmente importante dar nota da descrição disponível ao nível do documento, que teve particular impacto na nossa seleção e reconstituição. Foram tomadas decisões relativamente ao pormenor da descrição de cada documento, dos títulos atribuídos a cada um e das datações nem sempre esclarecidos ou com falhas. Tudo isto condiciona as pesquisas porque a descrição arquivística não substitui o documento, nem transmite de forma neutra e objetiva o seu conteúdo. Há documentos que se encontram descritos com mais pormenor e outros com informação mínima. Existem falhas na menção a documentos insertos, na identificação de cópias e originais e vários erros na datação<sup>766</sup>. Existem igualmente vários documentos sem data<sup>767</sup> e sem menção ao seu produtor. De igual forma, foram tomadas decisões quanto à digitalização sem que os critérios sejam apresentados ao utilizador, embora se note a tendência para a digitalização e disponibilização de alguns pergaminhos mais antigos, de testamentos, contratos de dote e

---

<sup>763</sup> No catálogo citado, foi arrancado um conjunto de folhas, onde estavam os sumários da documentação relativa a este vínculo e entregue ao conde dos Arcos, tendo-se deixado uma nota que deu conta desta ação (VNC, n.º 2, f. 184r).

<sup>764</sup> Como, por exemplo, a inserção de escrituras dos Limas na Secção F "Título do Morgado de Soalhães e por outro nome Mafra".

<sup>765</sup> YAKEL, Elizabeth – Archival Representation.

<sup>766</sup> Entre elas contamos, aqueles que detetamos em vários documentos medievais, resultantes de confusões entre a era cristã e a era de César, assim como foram atribuídas datações críticas a documentos deste período e do período moderno que são duvidosas ou que estão incorretas.

<sup>767</sup> Nestes casos não se fez um grande esforço no sentido de encontrar uma datação crítica verosímil, ficando simplesmente “s.d.” no campo da data. Nos casos raros em que foi avançada uma datação crítica, normalmente remete-se para o século em que o documento foi provavelmente produzido.

outros documentos genésicos das famílias e dos arquivos<sup>768</sup>. Tudo o resto que não está digitalizado apenas pode ser consultado com a autorização do atual proprietário e de acordo com a sua disponibilidade.

Parece-nos, assim, ficar claro que os leiloeiros e alfarrabistas, os descendentes dos viscondes que possuem o arquivo, e, por último, os técnicos do ANTT contribuíram para a transformação deste acervo num arquivo histórico, editando e mediando os seus conteúdos. A sua organização atual diz-nos mais sobre a sociedade em que ele é objeto da Arquivística tradicional e da História do que espelha os arquivos organizacionais que existiram outrora. São novas narrativas tácitas e novas condicionantes que modificaram as relações existentes entre os documentos e a forma como são vistos e pesquisáveis pelos utilizadores. Não chega interrogar os documentos e quem os produziu, é necessário também compreender as instituições ou as entidades que os albergam na atualidade e como nos é possibilitado o acesso aos mesmos<sup>769</sup>.

No entanto, como tivemos oportunidade de esclarecer no capítulo anterior, a nossa investigação não se limitou ao conteúdo deste fundo. Num esforço de reconstituição dos percursos da documentação dispersa, identificámos outros núcleos que também têm as suas especificidades e limitações na forma como estão eventualmente descritos e como são disponibilizados. Em arquivos públicos como o AMPTL e o ADB, foi criado um fundo com o título *Viscondes de Vila Nova de Cerveira*. Na base de dados em linha do AMPTL (*Archeevo*), este enquadra o único pergaminho existente, adquirido a um alfarrabista local, remetendo-se no campo “unidades de descrição relacionadas” para o fundo descrito no DigitArq do ANTT<sup>770</sup>. O caso da documentação que se encontra no ADB é mais complexo, como se verifica da história custodial atribulada que foi possível reconstituir no capítulo anterior. O único instrumento de descrição criado, já depois de termos iniciado a nossa consulta do acervo, foi um ficheiro em Excel com informação mínima sobre as escrituras do “fundo”,

---

<sup>768</sup> Aliás, foi constituída uma secção dedicada à “organização e constituição” do arquivo, em que quase todos os documentos têm digitalização associada à descrição ou cujas imagens digitais estiveram disponíveis para consulta presencial no ANTT. Ressalve-se que podemos encontrar mais documentos, relacionados com a organização dos arquivos organizacionais representados neste acervo, em outras secções.

<sup>769</sup> A este propósito, veja-se a interessante reflexão de Craig Robertson sobre os seus materiais de estudo, depositados numa instituição arquivística e transformados em arquivo histórico em ROBERTSON, Craig – Mechanisms of exclusion: historicizing the archive and the passport. Em BURTON, Antoinette (ed.) – *Archive stories: facts, fictions, and the writing of history*. Durham, Londres: Duke University Press, 2005, p. 68–86.

<sup>770</sup> Disponível em: <URL <https://pesquisa-arquivo.cm-pontedelima.pt/details?id=989460>> [acedido 24 fevereiro 2023].

ordenadas cronologicamente, e que não está disponível em linha. Todavia, este instrumento não dá garantias de reunir todos as escrituras que se dispersaram do arquivo organizacional dos marqueses de Ponte de Lima e que deram entrada no ADB integrados na coleção de Manuel de Oliveira; outros podem continuar caldeados e perdidos entre documentação de arquivos familiares não inventariada. Por outro lado, nem todos os documentos incluídos no Excel estiveram garantidamente no arquivo organizacional dos marqueses. Apesar do esforço realizado, a documentação continuou descontextualizada até ao momento da nossa última consulta<sup>771</sup>.

Para o acervo que se encontra na BA, os únicos instrumentos de acesso à informação são os catálogos manuscritos dos códices da estante 51 e da documentação avulsa da 54 realizados pela Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Geada a partir do final da década de 1970. Porém, nem todos os documentos presentes nos códices, nomeadamente nos factícios, estão identificados e descritos<sup>772</sup> e nem sempre é possível consultá-los devido ao mau estado de conservação. A descrição códice a códice, de apenas alguns ou da totalidade dos documentos, dá nota, sempre que possível, das suas datas de produção, dos intervenientes nos atos escritos, assim como apresenta um breve sumário do seu conteúdo. Não se trata de uma descrição normalizada, nem facilmente pesquisável, oferecendo pouca ou nenhuma informação contextualizadora da produção e da história custodial dos códices e dos documentos.

Os restantes núcleos documentais mapeados estão inseridos em acervos privados ou em “coleções” outrora particulares depositadas em instituições públicas. As situações são diversas, indo da ausência de instrumentos de descrição, como para o conjunto documental da Casa da Cêpa ou para o que pertenceu a Júlio de Lemos, a uma descrição mais detalhada, como a da documentação do arquivo de Leite de Vasconcelos ou da coleção de João Vieira<sup>773</sup>, passando por uma descrição mínima, como daquela que se encontra na BGUC ou no Arquivo Figueiredo da Guerra. Nos casos em que não existe um instrumento de descrição disponível e/ou pesquisável, temos de confiar em quem conhece os acervos para nos dar

---

<sup>771</sup> Realizada em agosto de 2022.

<sup>772</sup> Para alguns livros apenas se apresenta o sumário de alguns documentos e, eventualmente, se dá uma lista de outros intervenientes nos atos escritos não sumariados. Sobre esta questão, vd. Apêndice A.2, as notas deixadas nas “Observações”.

<sup>773</sup> Neste último caso até nos foram facultadas as transcrições dos documentos, antes de ter sido permitida a sua consulta na casa do colecionador.

acesso às escrituras. Por outro lado, nos acervos privados apenas consultamos aquilo que os seus proprietários desejam ou podem mostrar. Os condicionalismos de acesso a estas parcelas documentais têm igualmente um grande impacto na investigação e reconstituição dos arquivos organizacionais pré-modernos.

## **6.2. Representações e inventariações organizacionais entre o final do século XVII e o século XIX**

Antes do desmantelamento gradual das estruturas do Antigo Regime e da morte do último marquês de Ponte de Lima, a documentação que pertencia à Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira foi ganhando novos significados e sendo transformada no âmbito das necessidades organizacionais da entidade que a conservava e continuava a alimentar o arquivo organizacional. Por isso, é igualmente essencial refletir sobre as transformações ocorridas no arquivo e na visão que a entidade produtora do mesmo tinha no período posterior à nossa reconstituição, isto é, após a morte de D. Diogo de Lima. É um facto que o filho de D. Diogo de Lima, João Fernandes de Lima, ainda em vida do pai, começou a auxiliá-lo na administração da Casa, sendo notórias as suas preocupações com o arquivo e os seus papéis para melhor conhecer o património e os rendimentos da Casa<sup>774</sup>. D. João Fernandes recebeu carta de mercê do título de visconde de Vila Nova de Cerveira a 22 de novembro de 1667<sup>775</sup>, após a morte de seu irmão D. Lourenço de Lima em novembro de 1666<sup>776</sup>. Entre o final de 1667 e 2 de maio de 1686, data da tomada de posse dos bens que ficaram por morte de seu pai<sup>777</sup>, a sua intervenção é visível sobretudo em documentação que atualmente se encontra no arquivo do Eng.º Vasconcellos e Souza. No entanto, em alguma correspondência que se conservou na coleção da Biblioteca da Ajuda, podemos igualmente comprovar que recebeu conselhos e instruções de seu pai em relação a alguns

---

<sup>774</sup> Veja-se uma ordem, que João Fernandes de Lima enviou a 22 de janeiro de 1680 ao capitão Nicolau Dias de Miranda, para que este entregasse a Domingos de Lima, que foi abade e prelado de Soalhães, as escrituras relativas aos morgadios de Soalhães e Santa Ana, assim como outros papéis que permitissem fazer um livro que ficasse em sua Casa e pelo qual se soubesse que rendas tinha (VNC, cx. 29, n.º 4). Certamente um trabalho preparatório para o *Livro de rendimentos* feito em 1693.

<sup>775</sup> D. Manuel de Lima, o filho mais velho do visconde, faleceu, em 1662 (BA, 51-VIII-44, f. 599) e o filho segundo, D. Lourenço de Lima, fez o registo do título na primeira vida, mas faleceu em 1666. A D. João Fernandes, o terceiro filho, foi dada a mercê do título em dias de sua vida e na segunda vida das três concedidas, podendo daí em diante ser chamado visconde de Vila Nova de Cerveira, com honras de conde, tal como seu pai, avô e irmão (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI*, lv. 21, f. 218).

<sup>776</sup> JESUS MARIA JOSÉ, Fr. Pedro de – *Chronica da santa, e real provincia da Immaculada Conceição de Portugal*. Lisboa: na officina de Miguel Manescal da Costa, 1760. Vol. 2, p. 44.

<sup>777</sup> VNC, cx. 16, n.º 58.



assuntos da Casa<sup>778</sup>. Por isso, existe a possibilidade de algumas ações levadas a cabo no arquivo pela mão de João Fernandes de Lima terem resultado de conselhos recebidos de D. Diogo, nomeadamente na preparação do *Livro de rendimentos* de 1693. Já admitimos também a hipótese de D. João ter desempenhado algum papel na composição de alguns dos códices factícios que foram integrados na livraria do conde de Redondo, embora uma análise mais aprofundada desta coleção seja ainda necessária.

Não foi nosso objetivo dissecar todos os indícios das intervenções realizadas no arquivo organizacional depois da morte de D. Diogo de Lima com os quais nos deparámos, mas somente tomar como pontos de análise alguns instrumentos de recuperação de informação produzidos neste período, começando pelos mais recentes e recuando no tempo desconstituindo camadas de significado que se acumularam.

Começamos pela imagem do arquivo que nos é dada na última inventariação de que temos conhecimento no período organizacional. Esta foi realizada em 1819 e diz apenas respeito a documentação que se encontrava no cartório de Lisboa<sup>779</sup>. Foi preparada por ordem de D. Tomás José Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva, que sucedeu na administração da Casa a seu avô, o 1.º marquês de Ponte de Lima, falecido em dezembro de 1800<sup>780</sup>. Este visconde de Vila Nova de Cerveira e 2.º marquês de Ponte de Lima envolveu-se num conluio com um conjunto de outros membros da primeira nobreza da corte como o marquês de Alorna, o conde de Sarzedas e o conde de Sabugal, que, entre 1805 e 1806, se preparou para retirar a regência a D. João e que contou com a colaboração, se não mesmo a inspiração, da princesa Carlota Joaquina. Esta conspiração, que ficou posteriormente conhecida como conspiração de Maфра ou do Alfeite, foi descoberta e os planos dos conspiradores goraram. O castigo pela traição dos fidalgos foi aplacado pelos argumentos do conde de Vila Verde, mas o marquês de Ponte de Lima não se livrou de uma repreensão e foi afastado da Corte e enviado, tal como o conde do Sabugal, em comissões

---

<sup>778</sup> Dois exemplos em BA, 51-VIII-45, f. 639 e 645, nos quais dá instruções ao filho sobre como escrever à Câmara de Alenquer e recusar um convite sem gerar maus ânimos e como responder ao pedido que o provincial de S. Domingos lhe havia dirigido.

<sup>779</sup> VNC, n.º 1, que tem o título formal: *Livro Geral do cartório de D. Tomás José Xavier de Lima, 2º Marquês de Ponte de Lima, no qual se contém todos os títulos e padrões, morgados, senhorios, propriedades, quintas, fazendas, foros, casais e mais rendas, privilégios, bulas apostólicas, testamentos e outros bens que pertencem à dita Casa. Tudo extraído dos originais, títulos e mais documentos que no dito cartório se acham mando [sic] por ordem do dito senhor em julho de 1819.*

<sup>780</sup> Veja-se o alvará de mercê do príncipe regente para sucessão dos bens de que seu avô era donatário, datado de 1801, num traslado autenticado de 1822 em VNC, cx. 52, n.º 44.

para Almeida e o Algarve<sup>781</sup>. Pouco tempo depois, em 1808, saiu do reino e integrou a primeira divisão da Legião Portuguesa, organizada por Junot, para servir o exército imperial de Napoleão<sup>782</sup>. Contudo, em 1811, desertou antes de o exército dirigido por Massena invadir Portugal, foi preso e, embora absolvido por uma sentença de dezembro de 1811, teve de se recolher em Aveiro, depois em Leiria e finalmente, a partir de finais de 1815, numa fazenda junto a Alenquer<sup>783</sup>.

Foram agitados os primeiros anos do seu marquesado, mas está ainda por analisar o que aconteceu à gestão da Casa neste período. Ressalvamos que, no acervo recuperado pelo Eng.º Vasconcellos e Souza, se conservou muito pouca documentação da sua administração e da do seu filho e sucessor, o 3.º marquês, possivelmente por estas e por algumas das razões já apontadas no capítulo anterior. As ausências e exílios terão tido as suas consequências na gestão da Casa<sup>784</sup>, assim como não terão sido certamente momentos de grande preocupação com o cartório e a sua organização<sup>785</sup>. Numa época em que muitas Casas nobres cuidaram de reorganizar os seus arquivos, e em especial a documentação relativa aos seus vínculos, segundo modelos racionalistas de “boa ordem”<sup>786</sup>, algumas recorrendo a profissionais, arquivistas-paleógrafos, para a realização

---

<sup>781</sup> Sobre esta conspiração e sobre a participação do marquês de Ponte de Lima, vd. MARTINS, Ana Canas Delgado – D. João VI. Em *História dos Reis de Portugal*. Matosinhos: QuidNovi, 2011. Vol. 2, p. 467–500; PEDREIRA, Jorge Miguel; COSTA, Fernando Dores – *D. João VI: o clemente*. Lisboa: Temas e Debates, 2009, p. 141–150.

<sup>782</sup> ARTHUR, Ribeiro – *A legião portuguesa ao serviço de Napoleão (1808–1813)*, p. 3, 8–11, 44–50; ZÚQUETE, Afonso E. M. – Ponte de Lima (Marqueses de), p. 162.

<sup>783</sup> SORIANO, Simão J. da Luz – *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal [...]. Segunda epocha. Tomo III*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874, p. 110.

<sup>784</sup> Embora administradores e procuradores, em seu nome, pudessem continuar a tratar de alguns assuntos, como parece acontecer pelos documentos em VNC, cx. 45, n.º 95 ou em VNC, cx. 59, n.º 86. Há, no entanto, outras notícias que indiciam que bens da Coroa na posse do marquês terão sido sequestrados e depois devolvidos, vd. uma informação sobre o sequestro dos foros pertencentes ao referido marquês no concelho de Aregos em VNC, cx. 26, n.º 30 e um auto de posse de todos os bens em Mafra pertencentes à sua Casa, de 1812, em VNC, cx. 5, n.º 49.

<sup>785</sup> Terão sido até momentos de subtração e/ou de destruição, basta recordar o contexto das invasões francesas e o episódio narrado por João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa, mencionado no capítulo anterior.

<sup>786</sup> ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph – Delineating the social complexity of archival practices: the objectives and results of the INVENT.ARQ project on family archive inventories. Em *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 15–21; RODRIGUES, Abel; SILVA, A. B. Malheiro da – A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação. Em ROSA, M. Lurdes (ed.) – *Arquivos de família, séculos XIII–XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos, 2012, p. 613–617; LOPES, Filipa – Transmission des savoirs et pratiques des archives dans les familles nobles du Portugal d’Ancien Régime. Em *Pratiques de la médiation des savoirs*. 2019 [acedido 15 abril 2022] em <URL <http://books.openedition.org/cths/5379>>, § 23.

deste labor<sup>787</sup>, o inventário de 1819 não coincide com uma empreitada aprofundada de reorganização do cartório, antes se limita a atualizar informações relativas um ou a outro maço e às cotas de alguns documentos<sup>788</sup>, preservando, no essencial, uma organização que, como veremos, já existia no cartório de Lisboa em 1739<sup>789</sup>. Não sabemos quem foi o responsável pela sua feitura, mas apenas que o fez por mandado do 2.º marquês.

No quadro 2, em que está representada a estrutura do inventário, verifica-se que alguns maços foram suprimidos e a sua documentação reacondicionada. É o caso dos maços 16 e 23, que se juntaram aos 10 e 11 com documentação relativa a propriedades em Sintra e seu termo e em Cheleiros, Mafra e seu termo. O maço 19 foi posto junto ao 12, que tinha igualmente vários foros em Arruda.

---

<sup>787</sup> Veja-se um exemplo em NÓVOA, Rita S.; LEME, Margarida – The expert paleographer João Filipe da Cruz (c. 1798–1827). Em ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 77–82. A este propósito, veja-se igualmente o trabalho desenvolvido pelos *feudistes* nos arquivos europeus do Antigo Regime, nomeadamente em França, em FRIEDRICH, Markus – Les feudistes - experts des archives au XVIIIe siècle: recherche des documents, généalogie et savoir-faire archivistique dans la France rurale. *Bibliothèque de l'École des chartes*. Vol. 171, n.º 2 (2013), p. 465–515.

<sup>788</sup> Atualizações que podem ser confirmadas através do cruzamento das informações deste inventário com aquelas que constam do *Livro de propriedades e rendimentos de 1739* e com as cotas apostas em alguns documentos. Também podem ser avaliados neste processo comparativo alguns instrumentos que se conservaram e que terão sido preparatórios do inventário de 1819 com a descrição de alguns dos maços: do 5 (VNC, cx. 1, n.º 61), do 10 (VNC, cx. 2, n.º 13), do 11 (VNC, cx. 39, n.º 38) e do 17 (VNC, cx. 19, n.º 15).

<sup>789</sup> Uma verificação exaustiva do que estava em falta em cada maço do cartório terá sido realizada durante o governo do 1.º marquês de Ponte de Lima (1762–1800). A partir do apontamento produzido (em VNC, cx. 2, n.º 4), é possível confirmar, na maioria dos casos, que há cotas que coincidem com aquelas que haviam sido registadas no *Livro de propriedades e rendimentos de 1739*. Por exemplo o mç. 4, n.º 113 remete para o mesmo título de casas na Rua da Achada (VNC, cx. 2, n.º 4, f. 2; *Livro de propriedades e rendimentos de 1739*, f. 30, e o mç. 16, n.º 525 assinala o mesmo título de uma propriedade no termo de Alenquer (VNC, cx. 2, n.º 4, f. 10v; *Livro de propriedades e rendimentos de 1739*, f. 142). No entanto, algumas já estariam desatualizadas, veja-se o exemplo da cota dos títulos sob o n.º 872 do mç. 26 (em VNC, cx. 2, n.º 4, f. 21v e em *Livro de propriedades e rendimentos de 1739*, f. 272). Tal verificação pode ter eventualmente contribuído para se constatar a necessidade de revisão do conteúdo de alguns maços e dos números dos títulos que levaram à necessidade de atualização e a preparação do *Inventário de 1819*.

Maço	N.º de títulos e de documentos referidos	Conteúdo	Nível de descrição do conteúdo	N.º das páginas no inventário
1	1-46	Instituição do morgado de Santa Ana e bens que lhe foram anexados, testamentos, partilhas e posses dos administradores dele	Breve sumário do título ou documento, com indicação da data	1-6
2	1-45	Bulas, breves, relação dos encargos do morgado e das mais obrigações que têm os bens que lhe foram anexados. Títulos e foros do padroado da igreja de S. Lourenço de Lisboa	Breve sumário do título ou documento, com indicação da data	7-12
3	1-36	Casas grandes do morgado a São Lourenço e suas pertenças	Breve sumário do título ou documento, com indicação da data	13-18
4	1-15	Casas em Lisboa e dote de D. Sebastiana	Enumeração das casas e outras propriedades com a indicação do foro pago; breve sumário de escrituras, nomeadamente da escritura de dote com referência ao ano	19-20
5	1-35	Casas em Lisboa	Enumeração das casas e outras propriedades com a indicação do foro pago; breve sumário de uma escritura de compra	21-24
6	1-35	Foros nos arrabaldes de Lisboa e seu termo	Enumeração das casas e outras propriedades com a indicação do foro; breve sumário de algumas escrituras associadas a estes bens	24-27
7	1-11	Foros nos arrabaldes de Lisboa e seu termo	Enumeração das casas e outras propriedades com a indicação do foro; breve sumário de algumas escrituras associadas a estes bens	28-29
8	1-7	Arrabaldes de Lisboa e seu termo	Enumeração das casas e outras propriedades com a indicação do foro; sumário de algumas escrituras associadas a estes bens	30
9	1-7	Foros em Cascais e Colares	Enumeração das casas e outras propriedades com a indicação do foro	31
10	1-32	Foros em Sintra e seu termo	Enumeração das casas e outras propriedades com a indicação do foro; breve sumário de algumas escrituras associadas a estes bens	32-35
11	1-58	Foros de Mafra e seu termo, e de Cheleiros	Enumeração das casas e outras propriedades com a indicação do foro; sumário de algumas escrituras associadas a estes bens	36-44
12	1-48	Foros, Alverca, Sobral, Arruda, Alenquer, em Ribatejo, e capela no Varatojo	Enumeração das casas e outras propriedades com a indicação do foro; breve sumário de algumas escrituras associadas a estes bens	45-52
13	1	Foros em Almada e seu termo	Mínimo; não são descritos os papéis e os títulos que compõe o maço, é apenas indicado o tema geral; tem nota indicando que os foros se remiram	53
14	1	Papéis tocantes à Alcaidaria-mor de Castelo Bom, como o treslado da posse que dela se deu aos senhores desta Casa	Mínimo; não são descritos os papéis e os títulos que integram o maço, é apenas indicado o tema geral	53
15	1	Foros de Carnide	Mínimo; não são descritos os papéis e os títulos que integram o maço, é apenas indicado o tema geral; tem nota referindo que aqui estavam os foros de Carnide que se remiram	54
16	--	Refere-se que os documentos deste maço se juntaram aos dos maços 10 e 11, onde pertenciam	Mínimo	54
17	1-28	Morgado e bens dos Vasconcelos	Breve sumário do título ou documento, com indicação da data	55-61
18	1	Ilha do Fogo	Mínimo; é apenas indicado o tema geral	62
19	--	Este maço foi posto junto ao maço 12 porque continha vários foros de Arruda	Mínimo	62
20	1	Lezíria da Corte do Lobo	Mínimo; é apenas indicado o tema geral	62
21	1-26	Macedos, Sás, Santarém, Fornos, Malpica e Golegã	Enumeração de propriedades e do respetivo foro; breve sumário do título ou documento relativo a estes bens	63-66
22	1-31	Prazos da Fanga da Fé, Enxara dos Cavaleiros e Enxara do Bispo	Breve sumário do título ou documento relativo a estes bens	67-73
23	--	Os títulos e documentos deste maço se passaram para os maços 10 e 11, a que pertenciam	Mínimo	74
24	1	Lezíria de Leiria	Mínimo; é apenas indicado o tema geral	74
25	1-51	Bens da Coroa, padrões e tenças	Sumário do título ou documento, alguns com indicação da data	75-89
26	1	Ajustes do marquês de Tenório e da condessa de Mesquitela, testamentos, inventários, partilhas e dotes do visconde D. Lourenço e seus filhos	Mínimo; é apenas indicado o tema geral	91
27		Contas e recibos antigos	Mínimo; é apenas indicado o tema geral	91
28		Contas e recibos antigos	Mínimo; é apenas indicado o tema geral	91
29		Contas e recibos antigos	Mínimo; é apenas indicado o tema geral	91
30		Contas e recibos antigos	Mínimo; é apenas indicado o tema geral	91
31		Senhorio de Aveiras, aos Britos	Mínimo; é apenas indicado o tema geral	92
32		Capela de S. Pedro de Setúbal	Mínimo; é apenas indicado o tema geral	92
33		Papéis e escrituras de arrendamentos	Mínimo; é apenas indicado o tema geral	92
34		Papéis pertencentes à Conezia de Mafra, com as Comendas, Capela de S. Sebastião e mais papéis avulsos que podem ser úteis	Mínimo; é apenas indicado o tema geral	93
35		Quitação de capelas e foros	Mínimo; é apenas indicado o tema geral	93
36		Mandados de penhora, sentenças e escrituras que podem ser úteis ou servirem de notícia	Mínimo; é apenas indicado o tema geral	94
37		Corredor da Malva ou de S. Lourenço	Mínimo; é apenas indicado o tema geral	94
38		Escrituras de arrendamento	Mínimo; é apenas indicado o tema geral	94

Quadro 2 – Estrutura do Inventário de 1819 e nível de descrição do conteúdo de cada maço



A documentação constitucional dos vínculos da Casa foi colocada em maços específicos: no 1 e 2 aqueles que foram dos Nogueiras; no 17 aqueles que vieram dos Vasconcelos e Meneses. Para os documentos de gestão da propriedade, nomeadamente a que pertencia a estes vínculos, foram essencialmente seguidos critérios de arrumação geográficos. Outra documentação foi agrupada com base em matérias importantes para a gestão dos bens e privilégios da Casa<sup>790</sup> e/ou na tipologia documental<sup>791</sup>.

É perceptível, pelas informações que incluímos no quadro 2, que nem todos os documentos presentes em cada maço foram descritos. Na maioria das vezes, é apenas indicado o seu conteúdo de forma muito geral. Por comparação, é notório um nível de maior pormenor nos maços com documentos concernentes à constituição dos vínculos da Casa e a mercês, bens da Coroa, padrões e tenças recebidos pelos membros da família-instituição, corporizado num breve sumário com a indicação do ano ou da data completa da sua feitura. Ainda assim, não é aqui descrita toda a documentação que se encontrava no cartório de Lisboa relativa a estes assuntos. Tal pode ser facilmente comprovado através de uma comparação entre a documentação que foi descrita neste *Inventário de 1819*, a que foi sumariada no *Tombo* que cataloga documentação dos morgadios e aquela que atualmente se encontra no arquivo do Eng.º Vasconcellos e Souza<sup>792</sup>. O critério da “utilidade” terá sido fundamental na construção deste como de outros inventários ou catálogos concebidos neste período<sup>793</sup>. Ainda que não se declarem explicitamente quais os documentos ou os maços com documentação “inútil”, nota-se que aquela que foi considerada menos importante, foi agrupada em maços com uma indicação muito geral sobre a tipologia documental, como “contas e recibos antigos” ou “escrituras de arrendamentos”. No passado, tal como na atualidade, a triagem e a destruição documental integravam os processos de reorganização dos arquivos<sup>794</sup> e alguma documentação só não terá sido imediatamente eliminada e foi acomodada nos maços identificados de forma mais geral porque poderia vir a ser útil no futuro.

---

<sup>790</sup> Como o maço 14 com papéis tocantes à alcaidaria-mor de Castelo Bom, ou o 25 com documentos relativos a bens da Coroa, padrões e tenças.

<sup>791</sup> Por exemplo, o maço 26 segue um critério misto, por assunto e por tipologia documental, reunindo escrituras, especialmente correspondência, concernentes aos ajustes realizados com os marqueses de Tenório, assim como testamentos, inventários, partilhas e dotes de D. Lourenço de Lima e seus filhos. Outros maços juntam escrituras da mesma tipologia como contas e recibos antigos, quitações de capelas e foros, ou contratos de arrendamento.

<sup>792</sup> Para as famílias e gerações em estudo, vd. Apêndices C.1, C.4 e C.5.

<sup>793</sup> NÓVOA, Rita L. S. – *O Arquivo Gama Lobo Salema*, p. 61–63.

<sup>794</sup> Sobre esta questão, vd. PONCET, Olivier – *Archives et histoire*, p. 737; MORSEL, Joseph – *Les sources sont-elles «le pain de l’historien»?*, p. 281; GEARY, Patrick – *Medieval archivists as authors: social memory and archival memory.*, p. 106.

A falta de pormenor deste inventário a par da conservação e reutilização de outros instrumentos de descrição documental e de recuperação da informação produzidos nos séculos anteriores reforçam a convicção de que este instrumento se destinava a ser apenas uma peça complementada por outras existentes no cartório. O objetivo não terá sido descrever exaustivamente todo o acervo, mas criar um instrumento simples, atualizado e de fácil consulta para recuperar informações consideradas prioritárias<sup>795</sup> e provavelmente utilizadas de forma recorrente, persistindo outros repositórios de informação que permitiriam aprofundar outro tipo de pesquisas em caso de necessidade. Tal justifica que alguns deles tenham continuado a ser reutilizados ao longo dos séculos XVIII e XIX, como foi o caso do *Livro de rendimentos* de 1693 — que continuou a ser anotado até, pelo menos, 1885 — ou do *Livro de propriedades e rendimentos* de 1739<sup>796</sup>. A conservação de alguns instrumentos de descrição mais antigos também indicia a utilidade que lhes continuou a ser atribuída em séculos posteriores<sup>797</sup>, nomeadamente no século XIX.

É necessário ter igualmente em consideração que o *Inventário de 1819* não parece ter sido concebido para ser um documento fechado, mas um instrumento dinâmico, tendo sido deixados espaços em branco para o acrescento de mais sumários no futuro<sup>798</sup>.

Por todas estas razões, a simplicidade do inventário<sup>799</sup> não deve ser automaticamente assumida como um indício de fraca utilização do cartório nestes primeiros anos da centúria de Oitocentos, ainda que as conjunturas políticas e as escolhas e histórias de vida dos chefes desta família-instituição não tenham favorecido a estabilidade da Casa ou um trabalho profundo de reorganização do arquivo. No entanto, não nos interessa tanto o que o inventário nos pode dizer sobre a gestão institucional do 2.º marquês de Ponte de Lima ou do seu antecessor<sup>800</sup>, mas que imagem nos dá do arquivo e da instituição que o produziu e

---

<sup>795</sup> GUYOTJEANNIN, Olivier – Les chartriers seigneuriaux au miroir de leurs inventaires (France, XVe –XVIIIe siècle), p. 40.

<sup>796</sup> Veja-se, por exemplo, a nota sobre a remissão dos foros em Carnide na f. 3.

<sup>797</sup> É o caso do já citado *Tombo* que cataloga documentação dos morgadios da Casa e de um catálogo anterior, sem título, que tem sido mencionado na bibliografia como *Catálogo do cartório da Casa* (ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive*, p. 108–109). Ambos ainda existem no arquivo do Eng. Vasconcellos e Souza e foram referidos na *Relação de todos os papéis* de D. Tomás de Lima, que será analisada mais adiante, e que terá resultado do processo de reorganização do cartório de Lisboa, ocorrido entre o final do século XVII e 1739.

<sup>798</sup> Como testemunha uma anotação no verso da folha de rosto, em que se afirma: “[...] as laudas em branco no fim delle, poderão servir para notar para o futuro os títulos, ou documentos, que de novo entrarem para o referido cartório”.

<sup>799</sup> Referida em ROSA, M. Lurdes – Os espelhos, p. 583.

<sup>800</sup> Sobre o pendor administrativo e as intervenções que o 1.º marquês de Ponte de Lima fez no cartório, vd. *Ibid.*, p. 585. Terá sido durante o seu marquesado que se realizou a mencionada verificação exaustiva a todos os maços para confirmar que documentos estavam em falta ou dos quais seria necessário pedir traslado (VNC, cx. 2, n.º 4).

conservava. Esta leitura deve ser complementada pela análise do *Livro de propriedades e rendimentos* de 1739. Como mencionámos, a organização do cartório de Lisboa visível no Inventário de 1819 já era, no essencial, perceptível no Livro de 1739<sup>801</sup>. Ainda que este livro não tivesse como fim catalogar a documentação do arquivo, indica, não só no índice como também lateralmente nas divisões seguintes, os maços nos quais a documentação relativa às propriedades e rendimentos cadastrados se encontrava.

Divisão geral no índice	Referências ao maço no índice	Fólio
Índice dos bens da Casa dos Limas	--	verso da folha de rosto
Índice das fazendas, pensões e foros, e das pessoas que os devem pagar		1r
Morgado de Santa Ana <sup>802</sup>		1r
	Maço 4.º em Lisboa	1r
	Maço 5.º em Lisboa	1r
	Maço 6.º Arrabaldes de Lisboa e seu termo	1r–1v
	Maço 7.º Arrabaldes de Lisboa e seu termo	1v
	Maço 8.º Arrabaldes de Lisboa e seu termo	1v–2r
	Maço 9.º em Cascais e Colares	2r
	Maço 10 em Sintra e seu termo	2r–2v
	Maço 11 em Mafra e seu termo, e Cheleiros	2v
	Maço 12 em Alverca, Sobral, Arruda, Alenquer e Ribatejo	2v
	Maço 13 em Almada e seu termo	3r
	Maço 14 e 15 Carnide	3r
Bens e morgado dos Vasconcelos		3r
	Maço 16	3r
	Maço 17	3v
	Maço 18. Senhorio da ilha do Fogo	3v
	Maço 19. Foros na Arruda	3v–4r
	Maço 20. Lezíria da Corte do Lobo	4r
Bens dos Sás e Macedos		4r
	Maço 21	4r–4v
	Maço 22. Fanga da Fé, Enxara dos Cavaleiros e Enxara do Bispo	4v
Morgado de Soalhães		5r
	Maço 23	5r–5v
	Maço 24. Lezírias de Leiria	5v
	Maço 25. Comendas, juro e tenças	6r
	Maço 37. Corredouro de Malva, Pensões de D. Fernando António de Lima	6v
	Maço 38	7r

**Quadro 3 – Maços de documentação referidos no índice do *Livro de propriedades e rendimentos de 1739***<sup>803</sup>

Pode ter sido durante esta verificação que se deixaram anotações no verso de alguns documentos relativos a bens que já não estavam na Casa. Veja-se, por exemplo, uma certidão de 1735, sobre a capela de Constança de Eanes Palhavã, a anotação que está a seguir ao sumário com o n.º 80: “testamento de Constança Annes Palhavam instituidora da cappella de Santa Catharina. Já não existe esta capella. Acha se na Coroa” (VNC, cx. 52, n.º 41).

<sup>801</sup> Veja-se o quadro presente no Apêndice A.4 que compara a organização do cartório em 1739 e em 1819 a partir da leitura dos livros mencionados.

<sup>802</sup> Não é claro se todos os maços que se seguem até ao 13 pertencem a esta divisão. Embora não esteja no índice, mais adiante na descrição detalhada, demos conta de que os maços 1 a 3 continham documentação relativa a este mesmo morgadio (f. 29r).



Em 1739 já existiam no cartório de Lisboa, os 38 maços de documentação indicados no inventário de 1819<sup>804</sup>. Não obstante ser feita referência às propriedades da “Casa dos Limas” e aos seus rendimentos no livro de 1739, não são mencionados maços porque a respetiva documentação não se encontrava no Palácio da Rosa; estaria certamente no cartório em Ponte de Lima e/ou a cargo de quem em nome dos viscondes recolhia as rendas e/ou tratava da sua gestão mais direta. Quanto àquela que se encontrava no cartório lisboeta, notamos que o móbil da sua organização coincidiu em larga medida com o foco deste livro produzido na centúria de Setecentos: as propriedades e os rendimentos da Casa do senhor visconde, com origens que importava distinguir, assim como conhecer os títulos ou documentos que deles faziam prova. Desta forma, da análise dos dois instrumentos, concluímos que, no cartório de Lisboa, as propriedades vinculadas estavam em destaque: aos documentos constitucionais dos vínculos, sucediam-se as escrituras de gestão das respetivas fazendas com uma organização baseada na sua localização geográfica, possivelmente, para melhor controlo e otimização da recolha de foros<sup>805</sup>. Os primeiros maços diziam respeito aos vínculos mais antigos, vindos dos Nogueiras, seguindo-se aqueles que continham escrituras relativas aos vínculos incorporados depois da união com os Vasconcelos e Meneses. De seguida, vinha o maço com documentos relativos a bens da Coroa, juros e tenças. Seriam provavelmente estes os documentos mobilizados com mais frequência no cartório de Lisboa concernentes à administração da Casa. Os restantes papéis relativos a testamentos, consertos, dotes e partilhas, contas e recibos antigos, quitações e contratos de arrendamento, ainda que necessários, só deveriam ser esporadicamente consultados em casos de dúvida ou para resolução de algum litígio. Só pela análise destes instrumentos, não é possível detetar neste cartório sinais da existência de alguma documentação semelhante àquela que veio a integrar a livraria do conde de Redondo, nomeadamente correspondência trocada entre membros da família e documentos de função ligados a cargos e ofícios desempenhados por membros da Casa; omissões que não nos permitem inferir a sua inexistência, mas tão-só confirmar o

---

<sup>803</sup> Para uma análise mais aprofundada, vd. o Apêndice A.4 que contém igualmente as subdivisões do livro e as menções a todos os maços do cartório realizadas ao longo do mesmo.

<sup>804</sup> Os maços 27 a 33 e o 35 não são mencionados no *Livro de propriedades e rendimentos de 1739*, ignoramos, por isso, qual seria o seu conteúdo nesse momento. Todavia, sabemos que existiam porque são referidos documentos dos maços 37 e 38 (f. 6v–7r, 345r–346r e 360r). Vd. o Apêndice A.4.

<sup>805</sup> Como veremos, já no *Catálogo do Cartório da Casa* e no *Tombo que cataloga documentação dos morgadios* era perceptível esta tendência para organizar documentos com base na localização geográfica das propriedades.

caráter prático e informativo destes dois instrumentos construídos para suportar a gestão dos bens e a recolha dos seus rendimentos<sup>806</sup>.

Em ambos os instrumentos, sobressai uma entidade produtora e conservadora dos bens, dos rendimentos e da respetiva documentação, presente e passada: a “Casa”, pertencente e representada por um chefe, o visconde de Vila Nova de Cerveira, depois marquês de Ponte de Lima. Esta agregava títulos nobiliárquicos, bens da Coroa e vínculos oriundos de diferentes famílias administrados pelo visconde, assim como prerrogativas, pensões e tenças concedidas não só a este patriarca como também a outros membros que pertenciam e dependiam desta família-instituição. Do ponto de vista administrativo e arquivístico, é clara a divisão entre, por um lado, os bens e prerrogativas no Entre Douro e Minho, e, por outro, aqueles que se detinham em Lisboa e nos seus arredores, materializada pelo depósito da documentação em cartórios diferentes, por uma questão de distância geográfica e de tradição que nos parece evidente<sup>807</sup>. No entanto, nos instrumentos de recuperação de informação, as divisões e a ordem pela qual são apresentados os bens, rendimentos, mercês e respetivos documentos não estaria exclusivamente ligada à questão geográfica, à localização física dos documentos ou à natureza dos bens. cremos que é necessário ter em consideração aspetos como a importância simbólica de alguns deles, assim como o seu peso nos rendimentos da Casa. Não será por acaso que, no livro de 1739, surge em primeiro lugar a intitulada “Casa dos Limas”, com todos os bens e prerrogativas associados ao espaço geográfico minhoto, concedidos de juro e herdade aos representantes da família-instituição Lima, viscondes de Vila Nova de Cerveira, ainda que a sua documentação não estivesse no cartório de Lisboa. Vem, de seguida, o património vinculado

---

<sup>806</sup> Aspeto prático que uma análise aos materiais utilizados na feitura dos dois livros e a encadernação do livro de 1739 (que será a original) pode corroborar. Estão despojados de ornamentações, tendo sido concebidos para serem usados no quotidiano e não para serem exibidos, como foi, por exemplo, o caso do *Índice geral do cartório da Casa da Lapa* produzido em 1804–1805 e analisado em: HENRIQUES, Luís F.; ROSA, M. Lurdes – O Arquivo da Casa da Lapa (1804–1832) e os seus inventários: gestão dos bens e memória dos antepassados. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. 29 (2016), p. 89–106; ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe*, p. 140–141.

<sup>807</sup> Incluímos a referência à tradição porque o cartório em Ponte de Lima já existiria desde o tempo da família-instituição Lima. Ressalvamos, ainda, que além dos dois cartórios referidos, havia conjuntos documentais, relacionados com a gestão corrente das propriedades, que estavam “descentralizados” nas mãos de procuradores e administradores ao serviço dos viscondes. Não nos esqueçamos dos bens e prerrogativas em Soalhães e Aregos, vindos dos Vasconcelos e Meneses, também localizados na região norte do reino, cuja documentação de gestão corrente esteve em determinados momentos (se não sempre) sob a tutela de abades apresentados pelos viscondes em igrejas do seu padroado na região; veja-se a referência ao saco de papéis que estava na posse do abade de Santa Cruz do Douro em 1693 (VNC, cx. 20, n.º 1, f. 167v).

administrado pelo chefe da Casa, com os vínculos mais antigos, vindo os dos Nogueiras, à cabeça. Estes instrumentos acabam, assim, por transparecer uma parte do *ethos* da instituição que os conservava, como se via, o que valorizava, que prioridades estabelecia.

Feita esta comparação, concentremo-nos no contexto de produção do livro de 1739, que teve como finalidade “lançar” todas as propriedades, foros e rendas da Casa do visconde D. Tomás de Lima e Vasconcelos<sup>808</sup>, na forma em que ele os possuía nesse ano. Supomos que a sua composição esteve ligada à necessidade de atualizar e completar outro repositório de informação relativo aos rendimentos da Casa, que existia no cartório e que havia sido elaborado pelo visconde João Fernandes de Lima — o já citado *Livro de rendimentos de 1693*<sup>809</sup> —, mas, desta vez, com a indicação atualizada das cotas da documentação que estava no cartório de Lisboa, após a profunda reorganização (ou reorganizações) de que o acervo foi alvo entre o final do século XVII e o século XVIII.

O livro de 1693 terá precedido o rearranjo que resultou no acondicionamento da documentação que estava em Lisboa nos 38 maços referidos em 1739. Inferimos essa anterioridade pela ausência de menções a cotas mais completas, com indicação do maço e do número, para todas as propriedades elencadas no volume. As notas marginais originalmente registadas<sup>810</sup> apenas nos remetem para escrituras trasladadas em dois livros (um Tombo<sup>811</sup> e um Livro de notas<sup>812</sup>) e para os números dos títulos relativos a propriedades dos morgadios de Santa Ana e de Soalhães que estariam em um maço<sup>813</sup>. Não obstante este

---

<sup>808</sup> Assumiu a administração da Casa em 1694, após a morte de seu pai. Faleceu em 1755, porém, ainda em sua vida, o seu genro, D. Tomás da Silva Teles, casado com a sua filha única e herdeira, D. Maria de Lima, recebeu o título de Visconde de Vila Nova de Cerveira em 1721.

<sup>809</sup> VNC, cx. 20, n.º 1.

<sup>810</sup> Fazemos esta ressalva por existirem muitas anotações posteriores, nomeadamente nas margens, e que nada têm que ver com a localização da documentação relativa àqueles bens e rendimentos.

<sup>811</sup> Este “Livro grande a que se chama toambo”, cujo índice das escrituras de emprazamento que continha, produzidas entre 1588 e 1689, foi adicionado no final do livro em VNC, cx. 20, n.º 1, trata-se do volume atualmente em VNC, cx. 63, n.º 1.

<sup>812</sup> Trata-se do livro em VNC, cx. 11, n.º 35, intitulado *Tombo dos morgados do visconde de Vila Nova de Cerveira e bens da Coroa que faz o licenciado António Vicente David por provisão de Sua Majestade*. Existe um índice da documentação transcrita que foi igualmente incluído no final do livro em VNC, cx. 20, n.º 1.

<sup>813</sup> A explicação que consta da folha de rosto deixa-nos dúvidas, diz-se que “o primeiro numero que vai a margem deste livro que leva este sinal II N. declara o titulo que no masso está de cada hum dos cazais”. Interpretámos que haveria um maço de títulos relativos aos casais. Existe outro testemunho numa capilha em que se refere que os documentos sumariados estavam “no maço em que se achão os titulos todos das casas do morgado de São Lourenço” (VNC, cx. 16, n.º 48). Os números destes títulos são oportunamente indicados na margem de algumas entradas do Livro de 1693 relativas às propriedades sob o *Título do morgado de Santa Ana* (f. 17–147) e para algumas sob o *Título do Morgado de Soalhães e por outro nome de Mafra* (f. 167–193). Esses números não coincidem com aqueles que são depois indicados no livro de 1739.

facto, se compararmos a estrutura do livro de 1693 com a do livro de 1739, vamos encontrar várias semelhanças, uma vez que ambas assentam na localização geográfica dos bens e numa ordem que tem em conta a importância simbólica e eventualmente económica de cada um deles<sup>814</sup>. Também o livro de 1693 principia com os rendimentos dos bens do “Viscondado do Minho”, seguindo-se os do “Morgado de Santa Ana”; vêm depois os outros bens da Coroa, propriedades e rendimentos do morgadio de Soalhães, outros bens aforados, assim como pensões e rendimentos das igrejas do seu padroado. É ainda feita menção neste livro às “minhas Casas”, sendo uma forma de distinguir a proveniência dos bens de diferentes famílias-instituição que confluíram sob a autoridade e administração deste mesmo chefe<sup>815</sup>.

Talvez tenha sido na sequência da participação de D. João Fernandes de Lima na administração da Casa e das suas intervenções no cartório que se avançou para a reorganização da documentação nos finais do século XVII, empreitada continuada durante o viscondado de seu filho, o já citado D. Tomás de Lima e Vasconcelos. Em 1680, D. João, por sua iniciativa ou por conselho de seu pai, ordenou ao capitão Nicolau Dias de Miranda que entregasse ao Pe. Domingos de Lima um conjunto de papéis dos seus morgadios que permitissem fazer um livro que ficasse em sua Casa e pelo qual se soubesse que rendas tinha<sup>816</sup>. Durante a feitura do livro de 1693, teria João Fernandes de Lima detetado problemas na organização do cartório e dificuldades no acesso à informação que o impeliram a iniciar a empreitada ou a sensibilizar o seu filho para esta tarefa?

A incorporação da documentação vinda dos Vasconcelos e Meneses, depois do falecimento de D. João Luís de Vasconcelos e Meneses, pai da esposa de D. Diogo de Lima, e as disputas que envolveram alguns dos seus bens, e que se prolongaram no tempo<sup>817</sup>, terão certamente precipitado a necessidade de melhor se organizar o arquivo e, em particular, a documentação dos vínculos e dos senhorios. Por outro lado, a perda de importantes morgadios, como o de Gaião e o de Santo Estêvão de Beja, para a Casa dos Arcos, numa contenda que se iniciou após a morte de D. Lourenço de Lima em 1649<sup>818</sup>, também terá

---

<sup>814</sup> Para esta comparação analisem-se os elementos relativos ao livro de 1739 que constam do Apêndice A.4 e os que dizem respeito ao livro de 1693 no Apêndice A.5.

<sup>815</sup> Ver VNC, cx. 20, n.º 1, título na folha de rosto.

<sup>816</sup> VNC, cx. 29, n.º 4.

<sup>817</sup> Vd. subcap. 12.2.

<sup>818</sup> Vd. subcap. 12.2.1

despertado a atenção dos viscondes para a necessidade de terem o seu acervo bem organizado. Note-se que, décadas mais tarde, Félix Caetano da Silva (1740-[18--]), ao referir as confusões disseminadas na história dos morgadios em Portugal e na interpretação jurídica das suas instituições e dos seus compromissos, citou como exemplo o desleixo que a Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira havia tido com o seu cartório, sendo responsável pelos equívocos existentes em torno da instituição do morgadio de Santo Estêvão de Beja<sup>819</sup>.

Os indícios que explorámos levam-nos a crer que o cartório de Lisboa sofreu uma profunda reorganização entre 1693 e 1739. Ainda persistem muitas incógnitas em torno desta possível empreitada até porque alguns instrumentos criados no seu decurso nos chegaram truncados e/ou sem data. Foi o caso da *Relação de todos os papéis, instituições, mercês e títulos de fazendas e outras mais notícias que se acham no arquivo do excelentíssimo senhor D. Tomás de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira*<sup>820</sup> e de outros fragmentos que estão certamente relacionados com a mesma tarefa descritiva<sup>821</sup> e reorganizativa<sup>822</sup>. Suspeitamos, no entanto, que não terá sido uma tarefa consertada e consistente que durou quatro décadas; ter-se-á, antes, desenrolado por fases. Ponderamos a hipótese de ter sido D. João Fernandes de Lima a iniciar o que pode ser considerada uma primeira etapa, dada a sua sensibilidade para a importância dos papéis da Casa e o conjunto de iniciativas que, nessa sequência, terá levado a cabo, algumas ainda em vida de seu pai<sup>823</sup>. Ao ser continuada no viscondado de seu filho D. Tomás, variaram os critérios e os agentes por ela responsáveis, como veremos ao analisarmos a feitura da *Relação* e ao referirmos outros fragmentos existentes no arquivo do Eng.º Vasconcellos e Souza. Não bastava otimizar e conhecer os mecanismos de recolha de rendas; em casos de disputa, era necessário um repositório de informação facilmente acessível e suficientemente esclarecedora sobre todos os vínculos da Casa, sobre a sua fundação e transmissão. A perda dos morgadios de Gaião e

---

<sup>819</sup> Citado em COSTA, M. de Noronha da – *O Morgadio de Santo Estevão de Beja*. Ponta Delgada: s.e., 2005, p. 7–8.

<sup>820</sup> A primeira parte está em VNC, cx. 2, n.º 9 e a sua continuação em VNC, cx. 2, n.º 10.

<sup>821</sup> Como os que se encontram em VNC, cx. 2, n.ºs 8, 11 e 12, cx. 5, n.ºs 25, 26, 29 e 30, e cx. 14, n.º 13. A capilha em VNC, cx. 2, n.º 5 poderá estar associada a esta empreitada ou ser, antes, contemporânea do inventário de 1819, uma vez que há coincidência no título do maço 2.º.

<sup>822</sup> Como a lista feita em VNC, cx. 25, n.º 54, que coincide com as cotas apresentadas no livro de 1739 para documentos dos maços referentes ao morgadio de Santa Ana.

<sup>823</sup> Já demos nota de algumas, sendo também necessário averiguar que papel poderá ter desempenhado na elaboração de alguns índices, como o do “Livro grande a que se chama tombo” (VNC, cx. 63, n.º 1) e de um livro de notas intitulado *Tombo dos morgados do visconde de Vila Nova de Cerveira e bens da Coroa que faz o licenciado António Vicente David por provisão de Sua Majestade* (VNC, cx. 11, n.º 35), que foram anexados ao *Livro de rendimentos de 1693* em VNC, cx. 20, n.º 1.

de Santo Estêvão de Beja a favor do conde dos Arcos terá deixado as suas marcas, e a sucessão feminina da Casa, que se avizinhava, exigiria que se tomassem algumas cautelas.

A esposa de D. Tomás de Lima faleceu a 6 de outubro de 1720<sup>824</sup>, ficando este apenas com uma filha e sucessora, Maria Xavier de Lima, que se casou com o tio D. Tomás da Silva Teles<sup>825</sup>, filho dos marqueses de Alegrete. D. Tomás de Lima preocupou-se em assegurar a sucessão garantindo que seu genro recebia a mercê do título de visconde de Vila Nova de Cerveira ainda em sua vida, em 1721. Neste contexto, interessaria igualmente criar um instrumento que permitisse aceder facilmente a provas caso a sucessão dos vínculos ou de outros bens fosse posta em causa<sup>826</sup>. Por esta razão, cremos que ter-se-á começado a preparação da já citada *Relação de todos os papéis* para assegurar a legitimidade deste projeto sucessório. Sobreviveram no arquivo familiar alguns fragmentos de inventários com tipos de letra e/ou papel semelhantes que nos levam a pensar numa correlação, mas apenas dois deles parecem poder ser lidos em sequência<sup>827</sup>: uma primeira parte que tem o título, o prólogo e descrições que remetem para documentos dos maços 1 a 3; uma segunda que se centra em documentação dos maços 4 e 5. Chegou-nos um resultado incompleto da empreitada anunciada no prólogo porque houve partes que se perderam<sup>828</sup>. E, como só nos dá a descrição de cinco maços de documentação, poderemos aventar que *Relação* nunca chegou a ser terminada ou que a versão que nos chegou pode não ser a final<sup>829</sup>. Outros fragmentos presentes no cartório descrevem apenas um

---

<sup>824</sup> VNC, cx. 62, n.º 1, f. 5v. Estando já doente e de cama quando fez o seu testamento a 3 de junho desse ano (VNC, cx. 32, n.º 12).

<sup>825</sup> O casamento já estava acordado quando D. Mariana Teresa Hohenlohe fez o seu testamento (VNC, cx. 32, n.º 12, f. 1r), tendo a escritura de dote sido celebrada a 5 de outubro de 1720 (trasladado em VNC, cx. 31, n.º 12 e cx. 62, n.º 1, f. 7–8).

<sup>826</sup> Como veremos, a sucessão do vínculo mais antigo instituído pelo mestre Pedro, excluía a sucessão feminina (subcap. 11.1). O testamento deste instituidor ainda se encontrava no arquivo, num tombo, que deveria ser o do morgadio, sendo citado na *Relação* (VNC, cx. 2, n.º 9, f. 7v). O casamento de Maria de Lima com seu tio, que era, portanto, membro do mesmo grupo parental, poderia ajudar a prevenir possíveis conflitos nesta como em outras sucessões. Curiosamente, a descrição detalhada que se faz na *Relação* e em outros apontamentos não menciona a exclusão feminina, focando a linha de sucessão, assim como o caso da ilegitimidade do Mestre João das Leis, que foi solucionada por intervenção régia (VNC, cx. 2, n.º 9, f. 2–11; cx. 2, n.º 11, f. 1v–3v). Cremos que a preocupação com a sucessão e com o necessário conhecimento destas instituições levou igualmente a que, entre 1710 e 1711, se tenham solicitado traslados de alguns instrumentos fundacionais, vd. VNC, cx. 1, n.º 24, cx. 4, n.º 14 e cx. 31, n.º 66.

<sup>827</sup> VNC, cx. 2, n.º 9 e n.º 10. Existe uma breve e preliminar descrição deste inventário na entrada n.º 25 do catálogo em ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe*, p. 148.

<sup>828</sup> Faltam folhas nos dois fragmentos: há lacunas de numeração no final do fragmento na cx. 2, n.º 10, assim como marcas de folhas rasgadas na cx. 2, n.º 9 entre as f. [63] e [64], e na cx. 2, n.º 10, entre as f. [38] e [39].

<sup>829</sup> No prólogo refere-se que, no final, seria feito um repertório de todos os papéis que fossem para acrescentar e estivessem fora do lugar, mas não o encontramos (VNC, cx. 2, n.º 9, f. 1v). O documento

documento de um maço<sup>830</sup> ou retomam a descrição dos mesmos maços com organizações e numerações diferentes<sup>831</sup>, por isso supomos que poderão ter sido documentos preparatórios da *Relação*, nos quais foi resumido o conteúdo de cada um durante o processo de inventariação<sup>832</sup>, ou fruto de correções posteriores que visavam estabelecer uma versão final. A versão da *Relação* a que temos acesso parece ser um *work in progress*: foram deixadas folhas em branco, possivelmente para os acrescentos; há trechos riscados, corrigidos e várias anotações nas margens, que nos dão conta de novas descobertas à medida que se investigava no cartório<sup>833</sup> ou de dúvidas que permaneciam<sup>834</sup>. É um facto que entre a *Relação* e o livro de 1739 houve alterações na organização dos maços e na numeração da sua documentação. A *Relação* não se encontra datada, mas o último documento sumariado nos dois fragmentos que nos chegaram é a mencionada concessão do título a D. Tomás da Silva Teles, em 1721, que nos parece ter sido um acrescento posterior<sup>835</sup>. Por esta razão, talvez possamos apontar a feitura deste “inventário-relato”<sup>836</sup> para o período que decorreu entre 1694<sup>837</sup> e 1721<sup>838</sup>. Desta forma, a organização em 38 maços terá sido fixada ou terminada depois de 1721 e antes de 1739. Nesta fase, não será

---

encontra-se rasurado e muito anotado, o que também pode indicar ter-se tratado de um rascunho que previa uma “passagem a limpo” que não sabemos se chegou a ser feita.

<sup>830</sup> Como é o caso em VNC, cx. 2, n.º 8 (que descreve o n.º 88 do maço 3) e cx. 14, n.º 13 (o n.º 83 do maço 3). Estas descrições não coincidem com aquelas que estão sob o mesmo número na *Relação*.

<sup>831</sup> Como em VNC, cx. 2, n.º 11. Inventaria os maços 1 a 3, tem muitos trechos históricos e genealógicos que coincidem com textos apresentados na *Relação*, numa versão mais compacta; contudo, há disparidades no conteúdo dos maços e no número da maioria dos documentos.

<sup>832</sup> Sobre esta questão da anotação e da redação de breves resumos dos documentos, veja-se: FRIEDRICH, Markus – ¿Cómo elaborar una lista? Tecnologías del papel y creación de inventarios de archivo en la Edad Moderna. Em SALINERO, Gregorio; MELÓN JIMÉNEZ, Miguel Ángel (eds.) – *Le temps des listes. Représenter, savoir et croire à l'époque moderne*. Bruxelas: Peter Lang, 2018, p. 361–362.

<sup>833</sup> Um exemplo em VNC, cx. 2, n.º 9, f. 29v, em que foi feita uma correção a informação relativa aos bispos D. Afonso e D. João.

<sup>834</sup> Um exemplo em VNC, cx. 2, n.º 9, f. 27–27v, em que está assinalada uma dúvida sobre o apelido da esposa do Mestre João das Leis.

<sup>835</sup> VNC, cx. 2, n.º 9, f. [87v].

<sup>836</sup> O termo *relação* utilizado no título pode assumir um duplo sentido: o de “relato”, de “ato de informar ou noticiar”, mas também o de lista em que se relaciona a descrição do documento com a sua cota (localização física nos maços e números).

<sup>837</sup> Ano em que D. Tomás de Lima assume o viscondado, após a morte de seu pai.

<sup>838</sup> Algumas folhas de papel destes dois fragmentos têm marcas de água com imagens de círculos tangentes, a maioria com o escudo da república de Génova na parte superior, tendo sido registadas marcas de água semelhantes em manuscritos datados das primeiras décadas do século XVIII (pesquisa efetuada na base de dados Bernstein Portal, disponível em [www.memoryofpaper.eu/BernsteinPortal](http://www.memoryofpaper.eu/BernsteinPortal) [acedido 30 setembro 2021]). Ressalvamos, porém, que está ainda por fazer uma análise sistemática de todos estes indícios não só para a *Relação*, como para os outros fragmentos já mencionados. Detetámos algumas das marcas referidas ao analisarmos os dois fragmentos originais da *Relação*; a utilização da versão digitalizada disponível no DigitArq não possibilita este tipo de exame.

de excluir uma possível interferência do visconde D. Tomás da Silva Teles. Este visconde interveio na criação de alguns repositórios de informação existentes no cartório, tendo mandado fazer, em 1735, um copiador de documentos relativos a bens deixados em dote e testamento, declarações, contas e despesas<sup>839</sup>, assim como reviu e retirou alguns títulos do arquivo<sup>840</sup>.

O autor da *Relação* não se identificou, mas notamos que os dois fragmentos em análise nem sempre parecem ter sido redigidos pela mesma mão: há espaços em que a letra se apresenta mais pequena e, por vezes, mais trémula. Os redatores nem sempre pareciam ter um conhecimento aprofundado da história das diferentes famílias, havendo alguns erros e dúvidas que não seriam comuns ou esperados entre os membros da família<sup>841</sup>. Por isso, não cremos que tenha sido o visconde D. Tomás de Lima a empreender esta tarefa, embora não descartemos a hipótese de alguns acrescentos poderem ter sido feitos por ele ou pelo seu genro, o já mencionado Tomás da Silva Teles. Analisemos com mais pormenor os dois fragmentos<sup>842</sup>.

O primeiro dedica-se essencialmente à genealogia e aos vínculos e bens vindos do lado dos Nogueiras, Britos Nogueira e Limas<sup>843</sup>. A seguir ao título, vem um prólogo no qual se explica que era necessário separar no cartório todos os documentos relativos aos morgadios da Casa e conhecer o seu conteúdo. Assim, em caso de dúvida, toda a informação estaria organizada neste documento e, estando indicados o maço e o número que haviam sido lançados nos papéis, sem dificuldade se chegaria a cada um deles<sup>844</sup>. Depois desta explicação preliminar, avança-se para a descrição do maço 1. O autor refere que, da investigação feita no cartório, se concluiu que o morgadio do mestre Pedro (da linhagem dos Nogueiras) era o mais antigo que se achava na Casa e, por isso, por ele se iniciava a *Relação*. Nos primeiros números deste maço estão inventários antigos do

---

<sup>839</sup> VNC, cx. 62, n.º 1.

<sup>840</sup> Junto à capilha do título n.º 525, relativo a umas terras no termo de Alenquer, existe uma memória que dá conta do visconde D. Tomás da Silva Teles os ter retirado para os mostrar a D. Carlos de Meneses (VNC, cx. 23, n.º 27). Na verificação feita no tempo de seu filho, são referidos este e mais documentos retirados por ele do cartório (vd. VNC, Cx. 2, n.º 4, f. 10v–11 e 12v).

<sup>841</sup> Por exemplo, ao referir o conteúdo do testamento de D. Leonel de Lima, o autor parece não conhecer o convento de Santo António, dizendo que “foi feito em Ponte de Lima e ali parece ser o convento de Santo António de que se faz menção” (VNC, cx. 2, n.º 9, f. 61v).

<sup>842</sup> Acompanhe-se a descrição da estrutura aqui sintetizada com a leitura do Apêndice A.6.

<sup>843</sup> VNC, cx. 2, n.º 9.

<sup>844</sup> VNC, cx. 2, n.º 9, f. 1.



cartório, feitos com “bastante trabalho”, que descrevem com pormenor os documentos relativos aos Nogueiras e Brito Nogueira. A partir de uma memória não autêntica presente no n.º 4, o autor discorre, de seguida, sobre o instituidor do morgadio, mestre Pedro, e os seus sucessores até chegar ao testamento (no n.º 5) cujo conteúdo reproduz com bastante pormenor. Segue-se a descrição dos outros documentos do maço 1 que estão relacionados com o padroado de igreja de S. Lourenço em Lisboa, também ele associado ao morgadio.

No maço 2, à medida que vão descrevendo os documentos ou os conjuntos documentais em cada número, continua a dar especial atenção à biografia e à história genealógica e patrimonial dos instituidores de outros vínculos ligados às famílias Nogueira e Brito. São feitas descrições pormenorizadas dos documentos e, com base neles, dos bens e dos encargos instituídos, normalmente seguindo uma sequência genealógica.

No início da descrição do maço 3, explica-se que pelo casamento de D. Inês de Lima com Luís de Brito Nogueira se uniram as Casas de Limas e Britos. É incluída uma exposição sobre a ascendência dos Limas baseada em papéis e memórias que se encontravam no n.º 68, mostrando-se a sua antiguidade e os serviços prestados a diferentes monarcas ao longo dos séculos. Antes de avançar na descrição dos documentos do maço, segue-se uma explicação da ascendência dos Britos até estes se fundirem com os Nogueiras e, depois, com os Limas. Concluída a narração genealógica, o autor declara que irá continuar com as prerrogativas que cada um teve. Entre a descrição dos conjuntos documentais em cada número, se intercalam informações biográficas e genealógicas retiradas não só dos documentos deste maço, mas também de outros que se encontravam em outros maços do cartório, sendo feita uma breve referência a papéis que mencionavam o morgadio de Gaião que, entretanto, havia saído da Casa. A descrição inicia com Fernão Eanes de Lima e o seu testamento (século XIV) vindo até aos contemporâneos da feitura deste inventário, à filha e genro do visconde D. Tomás de Lima. Para os diferentes representantes das Casas são referidas desde mercês régias a contratos de dote e arras, passado por tomadas de posse de bens e morgadios. A descrição do maço termina com o morgadio dos Britos: assinala-se que, por se ter perdido o documento de instituição, o visconde D. Lourenço de Lima fez petição ao rei para se reformar o dito morgado de Santo Estêvão de Beja. Estão em falta algumas folhas e, por isso, não sabemos se chegaram a ser descritos documentos que tivessem alguma relação com este morgadio, que, entretanto, havia saído da Casa antes do

final do século XVII, como veremos. Na parte final, listam-se as escrituras associadas à jurisdição da vila de Aveiras, vinda também do lado dos Britos Nogueira<sup>845</sup>.

O segundo fragmento dá continuidade, descrevendo os maços 4 e 5, que se centram, por sua vez, no ramo familiar dos Vasconcelos e Meneses, que se une à família dos Viscondes em meados do século XVII, e em outras famílias que com este ramo se entrelaçaram ao longo do tempo<sup>846</sup>. Na descrição do maço 4, o autor retoma as informações já avançadas no fragmento anterior para que se compreenda que a união se deu pelo matrimónio do futuro visconde D. Diogo de Lima com D. Joana de Vasconcelos<sup>847</sup>, filha única e herdeira de D. João Luís de Vasconcelos e Meneses e de sua esposa D. Maria de Noronha. Num primeiro momento, é dado destaque ao morgadio de Soalhães, à instituição, sucessão e às disputas pela sua posse, com a descrição de várias escrituras, em especial sentenças e outros documentos relacionadas com as ditas contendadas quer no tempo de D. João Luís, quer no tempo de D. Diogo de Lima. Segue-se uma exposição sobre os bens que os antepassados de D. João Luís de Vasconcelos possuíram, nomeadamente os vínculos que instituíram e os respetivos encargos pios, e que foram integrados nesta Casa. No entanto, para evocar os condes de Penela e os seus bens foram apenas referidas escrituras que se encontravam não neste maço, mas num maço dos bens da Coroa presente no cartório. Retoma-se a descrição dos números do maço 4 a partir da geração de D. Afonso de Meneses e de sua esposa D. Guiomar de Sá. Testamentos, sentenças, contratos de dote ou inventários de partilhas dos antepassados de D. João Luís são alguns dos documentos guardados listados.

O maço 5 continha documentos de D. João Luís de Vasconcelos, da sua esposa D. Maria de Noronha, dos antepassados da mãe de D. João Luís, D. Sebastiana de Sá, e do pai de D. Maria de Noronha, D. Fernando de Álvares Cabral. Na sua descrição, inicia-se com informações biográficas sobre D. João Luís e sua esposa, faz-se alusão às mercês que recebeu, a alguns bens que possuía, às suas disposições testamentárias e ao seu cumprimento. Sobre os antepassados de D. Sebastiana de Sá, destacam-se as referências

---

<sup>845</sup> As folhas não estão numeradas, mas nota-se a falta de algumas a seguir à f. [93] porque falta a descrição dos números 105 a 111.

<sup>846</sup> VNC, cx. 2, n.º 10.

<sup>847</sup> O contrato de dote teve lugar a 28 de junho de 1642 (VNC, cx. 32, n.º 19) e D. Joana sucedeu a seu pai, que faleceu em 1648 (BA, 51-VIII-29, f. 241–242v).

ao vínculo instituído por João de Sá, à capela que a primeira fundou com seu marido, aos bens que lhe couberam em partilhas e as suas origens.

Verificamos que a organização destes maços e do inventário presidiram critérios genealógicos (seguindo-se os vários ramos e gerações familiares) e temáticos (relacionados com os bens e os vínculos instituídos e transmitidos). Foram descritos 163<sup>848</sup> conjuntos documentais, distribuídos pelos cinco primeiros maços. Já referimos que existiam mais maços e mais documentos no cartório de Lisboa. Além dos instrumentos de descrição já citados<sup>849</sup>, basta ter em conta os documentos de outros maços, não descritos na *Relação*, que são citados pelo autor para fundamentar determinados trechos históricos e genealógicos: é referido com muita frequência um maço de bulas, um maço de bens da Coroa (por vezes citado como o maço 7.º) e um maço de padrões. Esta é uma prática transversal à descrição de todos os maços do inventário.

Além de informação sobre os morgadios em si, houve esta grande preocupação em referir outros aspetos da história, da genealogia e das propriedades das principais famílias que se uniram à Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, assim como da biografia dos seus membros mais destacados, nomeadamente dos instituidores e dos administradores dos vínculos, construindo uma narrativa devidamente fundamentada com documentos do arquivo e, sempre que havia dúvidas ou uma informação não era encontrada, deixou-se advertência para que se procurasse. O objetivo não foi o de inventariar simplesmente o arquivo para encontrar facilmente todos os documentos. Interessou certamente preparar um repositório muito completo de informação relativa aos vínculos da Casa e aos vários ramos familiares que dispensasse uma leitura aprofundada de todos os documentos citados sempre que fosse necessário conhecer a sua história. Ao mesmo tempo, se criou um discurso memorial, legitimador e identitário sobre eles, sobre as suas origens, a sua sucessão ao longo de várias gerações e os encargos associados que continuavam a ter de ser cumpridos. A sua estrutura não é, por isso, a de um simples inventário.

Talvez sejam contemporâneas desta *Relação* e das intervenções realizadas até 1739 algumas capilhas que ainda hoje existem no arquivo do Eng.º Vasconcellos e que envolvem

---

<sup>848</sup> Como faltam algumas folhas, apenas temos acesso à descrição de 156 conjuntos documentais.

<sup>849</sup> Não só o inventário de 1819 (VNC, n.º 1) e o livro de 1739 (VNC, sem cota), mas também o *Tombo que cataloga documentação dos morgadios* em VNC, n.º 2.

muitos documentos<sup>850</sup> contendo a cota, eventualmente a indicação do vínculo a que pertenciam e um sumário que poderia ser extenso<sup>851</sup>. O contexto destas fases de reorganização do cartório e da produção da *Relação* merecem, sem dúvida, um estudo ainda mais aprofundado, sendo igualmente necessário averiguar se a entrega de documentação ao conde de Redondo esteve, de alguma forma, ligada a esta empreitada. Não foi nossa finalidade deslindar todas estas questões. A estrutura deste “inventário-relato” tem para nós particular interesse pela forma como apresenta a Casa do visconde, todos os seus vínculos, as diferentes Casas que a integraram e os seus membros. Sob a tutela do visconde de Vila Nova de Cerveira confluíram um conjunto material e simbólico cuja defesa teria de ser assegurada por meio da prova documental, legitimada pelo discurso genealógico e memorial<sup>852</sup>. Com esta *Relação* temos uma noção muito clara da proveniência de alguns documentos<sup>853</sup>, compreendendo melhor alguns arquivos dentro do arquivo.

Este percurso, ainda que muito sintetizado, dá-nos uma ideia geral de como o cartório de Lisboa foi alvo de transformações e de representações organizacionais depois do viscondado de D. Diogo de Lima, assim como dos objetivos que as terão norteado. Para o cartório de Ponte de Lima, após a feitura do último inventário conhecido para este acervo em 1675–1677<sup>854</sup>, essa reconstituição é extremamente desafiadora por razões inerentes à dispersão que ocorreu a partir do século XIX e da qual já demos conta. Algumas listas e fragmentos, que se encontravam no Palácio da Rosa, lançam algumas pistas, que, ainda assim, são insuficientes para compreender se a totalidade do acervo de Ponte de Lima foi alvo de reorganizações depois de 1677. Existe um bifólio, não datado, com um texto

---

<sup>850</sup> Ainda se conservam algumas capilhas que julgamos terem sido produzidas neste período; como exemplo veja-se VNC, cx. 32, n.º 29 ou cx. 16, n.º 1. Ressalvamos, no entanto, que existem capilhas claramente anteriores e, muito provavelmente, contemporâneas do *Tombo que cataloga documentação dos morgadios* (vd. cx. 16, n.º 44) e outras que podem ser posteriores (como em VNC, cx. 2, n.º 22).

<sup>851</sup> Foi, muitas vezes, esse sumário que serviu de fonte ao(à) arquivista encarregado(a) pela descrição do fundo VNC no DigitArq do ANTT. Também há casos em que apenas nos chegou a capilha sem o documento, como em VNC, cx. 16, n.ºs 32 a 42.

<sup>852</sup> A genealogia assumiu particular importância na produção de inventários de cartórios que se encontravam muito desorganizados. Veja-se o trabalho realizado por Francisco Trigoso, nos inícios do século XIX, no arquivo da Casa que administrava, examinado em LOPES, Filipa – Organizing to manage: Francisco Trigoso de Aragão Morato and the organization of family archive(s). Em ROSA, M. Lurdes; C. HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 59–64.

<sup>853</sup> Não obstante existirem erros e imprecisões em alguns relatos.

<sup>854</sup> Conhecido através de uma cópia em VNC, cx. 14, n.º 9. Vd. subcap. 9.1 e 12.2.

introdutório e uma lista de documentos presentes nos maços 10 e 11 do cartório minhoto, que resultou de uma revisão feita a esses maços, complementando informação que estava em falta por uma das folhas do inventário de 1675–1677 ter sido rasgada<sup>855</sup>. É, portanto, posterior a esse inventário e, tendo uma letra que se assemelha à de alguns trechos da *Relação*, foi possivelmente redigido pela mesma altura. O autor ou os autores da *Relação* e o autor do livro de 1739 ter-se-ão baseado em alguma desta documentação para a descrição da procedência e dos bens dos Limas e dos rendimentos das propriedades minhotas. Sabemos que os documentos eram pontualmente trazidos para o cartório lisboeta para serem consultados, basta atentarmos nas notas deixadas no inventário avisando que determinada escritura “foi para Lisboa”.

Já depois de 1782<sup>856</sup>, foi catalogado um “maço de papéis pertencentes à Casa do Minho”, sendo sumariados apenas 28 documentos relativos a mercês do título de visconde e a privilégios em terras minhotas, a maioria produzida no século XVIII<sup>857</sup>. Cremos, no entanto, que se tratava de papéis que estavam em Lisboa e, como a letra parece igual à de quem redigiu o inventário de 1819, talvez tenham sido arrolados pelo mesmo período.

Independentemente destas incógnitas, instrumentos presentes no cartório de Lisboa como os Livros de 1693 e 1739 ou a *Relação* fornecem uma visão abrangente da instituição. Ainda que a gestão dos bens e da documentação da “Casa do Minho” apresentasse uma certa autonomia, devido à tradição e à distância geográfica, a documentação continuava a circular entre cartórios porque a entidade produtora e conservadora no período a que nos reportamos era a mesma: a Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, que uniu, tanto legal quanto simbolicamente, diferentes “Casas”, cada uma originalmente com os seus bens, administrações e cartórios.

---

<sup>855</sup> VNC, cx. 14, n.º 36, f. 1r. Diz o autor que no maço 9 além dos papéis “que acham apontados no inventário folhas seis se nam acha mais que hum masso com varios papeis todos com o titullo da Comenda de Rio Frio [...]” (f. 1r). No DigitArq, é-lhe atribuída a data 1633-07-06, mas sem fundamento (<URL <https://digitarq.arquivos.pt/20details?id=4374891>>).

<sup>856</sup> Ano do último documento listado.

<sup>857</sup> VNC, cx. 12, n.º 18.

**PARTE III**  
**NOVA REPRESENTAÇÃO DO(S) ARQUIVO(S):**  
**UMA RECONSTITUIÇÃO POSSÍVEL**

“In writing about the past, we all produce our own archive”<sup>858</sup>

— Craig Robertson

---

<sup>858</sup> ROBERTSON, Craig – Mechanisms of exclusion, p. 77.

## CAPÍTULO 7

### As organizações produtoras e a reconstituição da documentação existente

Como vimos ao longo da Parte II, os arquivos dentro do arquivo organizacional dos viscondes de Vila Nova de Cerveira e os diferentes sistemas de informação que lhe subjazem são obliterados pelas classificações atuais dos acervos ou “fundos” que restaram da desagregação do arquivo organizacional. Referir apenas o arquivo da Casa dos viscondes ou do Viscondado pode ser falacioso se não se explicar que se trata de um “arquivo com arquivos dentro”, ou melhor, de um arquivo com documentação e informação que foi produzida em outros contextos originários que não a Casa dos viscondes.

Já as organizações e classificações fruto de reconfigurações e representações organizacionais mais recentes, apesar de apresentarem o arquivo e os rendimentos da última família-organização que por eles foi responsável — a Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima —, permitem distinguir outras origens para a documentação acumulada: várias Casas e diferentes ramos familiares que aportaram bens, mercês e os respetivos documentos. Isso é especialmente visível na *Relação*. Ainda assim, neste como em outros instrumentos de recuperação da informação, o foco estava num conjunto de ramos principais associados aos vínculos, senhorios e principais mercês que estiveram na Casa entre os finais do século XVII e a centúria de Oitocentos e que resultaram sobretudo de alianças matrimoniais. Referimo-nos a Limas, Nogueiras, Britos, e Vasconcelos e Meneses. Os contextos originários de produção documental, realizada entre o século XIV e XVII, presente no arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira não se limitam à produção das gerações destes ramos familiares, embora sejam as que estão quantitativamente mais representadas. Há que ter igualmente em consideração a documentação que foi integrada aquando da aquisição de propriedades, por variadas vias que não apenas a aliança matrimonial, ou aquando do desempenho de alguma função por parte de um dos membros da família-instituição, cujo contexto também deve ser aclarado quando se buscam os arquivos dentro do arquivo e os sistemas de informação que lhes deram origem.

Na prospeção geral e inicial que fizemos, se alguma documentação foi fácil de identificar pela análise da genealogia das várias famílias que se cruzaram, dos casamentos concertados, da transmissão dos vínculos, dos senhorios ou comendas, houve outra cujo reconhecimento dos produtores e dos arquivos organizacionais originais foi mais difícil ou impossível. Esta dificuldade esteve ligada não só a documentação sobre a posse de

propriedade não vinculada ou pré-vinculação, como também a documentação de criados, procuradores e administradores das famílias-instituição em causa. Deste modo, afigura-se importante o conhecimento profundo da genealogia familiar, bem como, por vezes, da genealogia da titularidade jurídica das propriedades e da genealogia clientelar na exploração destes arquivos organizacionais.

Este acervo é, em muitos aspetos, semelhante a arquivos de família coetâneos<sup>859</sup>, mas possui especificidades relacionadas com a história de vida dos seus membros e o funcionamento das suas famílias enquanto instituições que é essencial conhecer. Porém, como explicámos, uma análise total à complexidade deste arquivo tornou-se inviável no âmbito da nossa investigação e optámos por reconstituir a produção informacional documentalizada de um conjunto específico de famílias e gerações que nos permitissem cumprir os objetivos a que nos propusemos. É fundamental uma breve reflexão sobre as organizações produtoras e a apresentação dos critérios e limitações da reconstituição do que restou antes de apresentarmos a nossa proposta de quadro orgânico no capítulo seguinte.

### **7.1. As organizações produtoras**

A nossa identificação das organizações produtoras partiu da conceção de família apresentada no capítulo 3, tendo em conta as diferentes configurações institucionais que estas podiam assumir no período e no espaço em estudo. A delimitação da família Lima esteve relacionada com a documentação mais antiga produzida/recebida por membros do grupo parental, autoidentificados como Limas, que se conservou no arquivo, assim como pela perceção de que a família-instituição formada esteve sobretudo associada à transmissão aos primogénitos varões de um conjunto de jurisdições e bens da Coroa situados na região minhota, à qual se juntou o título de viscondes de Vila Nova de Cerveira partir de 1476<sup>860</sup> (Esquema 1).

---

<sup>859</sup> Veja-se, por exemplo, o estudo de Maria João Sousa sobre o arquivo de uma Casa também titulada: SOUSA, Maria João O. F. C. da Câmara Andrade e – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV–XIX: Identidade, gestão e poder*.

<sup>860</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima; CARVALHO, Patrícia; DINIZ, Sofia – Os Limas e a política de D. Manuel I. Em COSTA, João Paulo Oliveira E.; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (eds.) – *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia*. CHAM / IICT, 2004, p. 259–277.



Por isso, consideramos que se iniciou com Fernão Eanes de Lima, prócere de origem galega, a partir do momento em que se estabeleceu no reino português e no Minho em particular, tendo recebido doações de jurisdições, terras e outros direitos reais na região, em 1398<sup>861</sup>, e firmado uma aliança com uma senhora pertencente à linhagem dos Silva, Teresa Gomes da Silva. Foi importante determinar que membros do grupo intervieram na produção documental e na conservação e manutenção do arquivo ao longo do tempo. O fim deste ramo do grupo parental dos Limas deu-se, em 1578, com a morte do visconde D. Francisco de Lima<sup>862</sup>. A Casa senhorial que se formou também teria cessado de existir se o seu genro, Luís de Brito Nogueira, casado com a sua filha D. Inês de Lima, não tivesse conseguido que o filho de ambos, Lourenço, sucedesse no título e nos bens da Coroa que pertenceram ao visconde<sup>863</sup>. Consideramos que, com esta sucessão, se iniciou uma nova fase na história desta Casa, ainda que haja continuidade sanguínea, de nome e do título em Lourenço de Brito Nogueira, que depois se passa a chamar Lourenço de Lima Brito Nogueira, por determinação régia<sup>864</sup>.

Os grupos parentais Brito e Nogueira cruzaram-se através do casamento de João Afonso de Brito e Violante Nogueira, que se casaram antes em 1407<sup>865</sup>. O filho de ambos, Mem de Brito, sucedeu a seu pai na administração do morgadio de Santo Estêvão de Beja. Além disso, na sequência dos acordos que fez com seu tio, Afonso Nogueira, irmão da mãe e administrador dos morgadios dos Nogueiras, concentrou igualmente em si as administrações destes vínculos, com a obrigação de os administradores futuros conservarem o apelido Nogueira<sup>866</sup>. Desta forma, a documentação dos arquivos organizacionais detidos pelos administradores dos morgadios dos Nogueira deu entrada no da família Brito, na geração de Mem de Brito. Considerámos, por isso, a nossa análise da família-instituição Brito Nogueira, a partir da geração chefiada por este fidalgo. Foi importante perceber que membros do grupo parental intervieram, nas gerações seguintes, na produção documental e na transmissão dos vínculos cuja administração acumulou, com destaque para o de S. Lourenço de Lisboa, oriundo dos Nogueiras, e o de Santo Estêvão de Beja (Esquema 2).

---

<sup>861</sup> VNC, cx. 13, n.º 1; VNC, cx. 12, n.º 7.

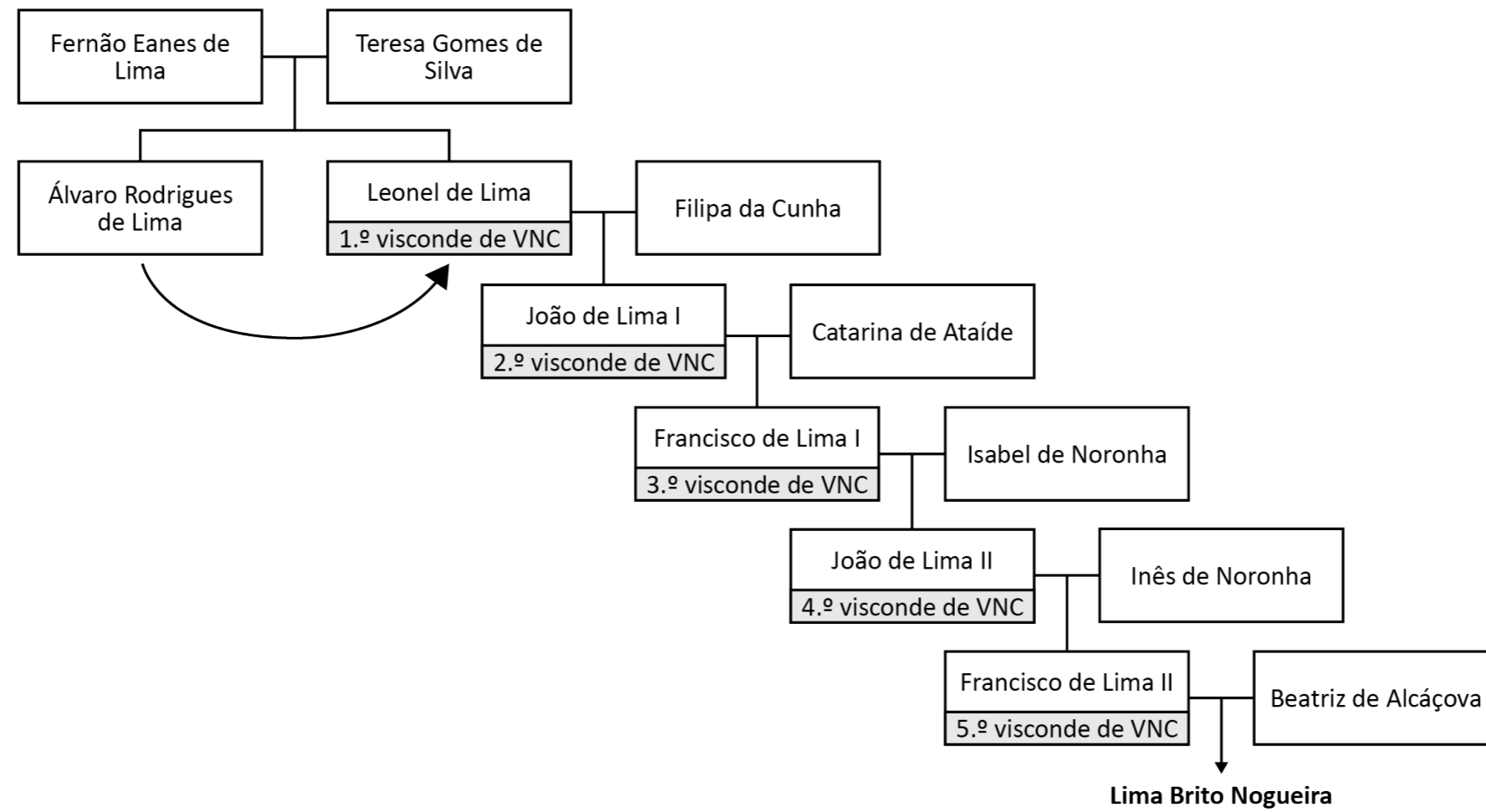
<sup>862</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 89–90.

<sup>863</sup> ADB, *VVNC*, n.º 59.

<sup>864</sup> Vd. subcap. 12.1.

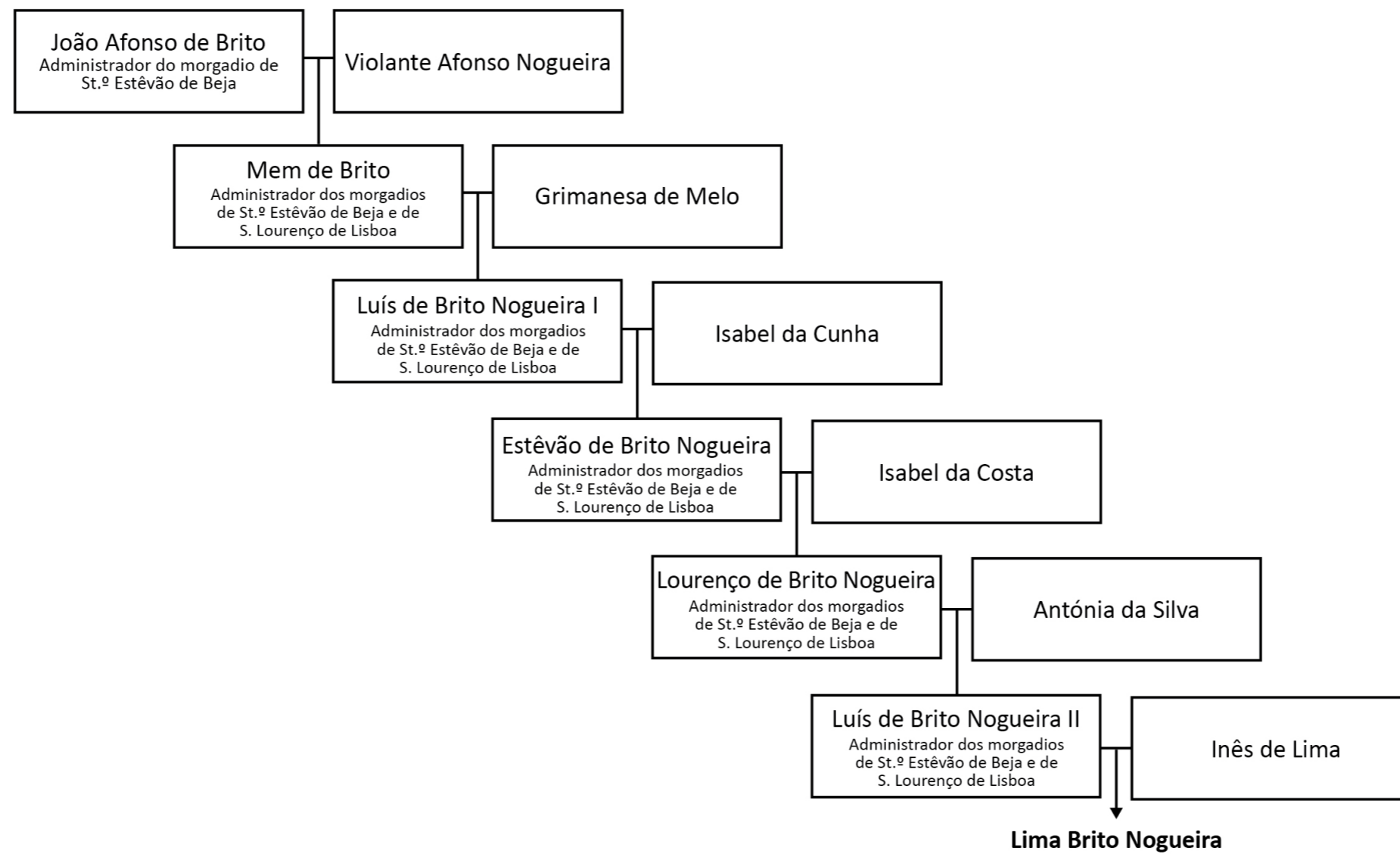
<sup>865</sup> VNC, cx. 5, n.º 11.

<sup>866</sup> SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 115; VNC, cx. 7, n.º 1, f. 98v.



Esquema 1 – Linha de transmissão dos bens associados à Casa senhorial dos Limas

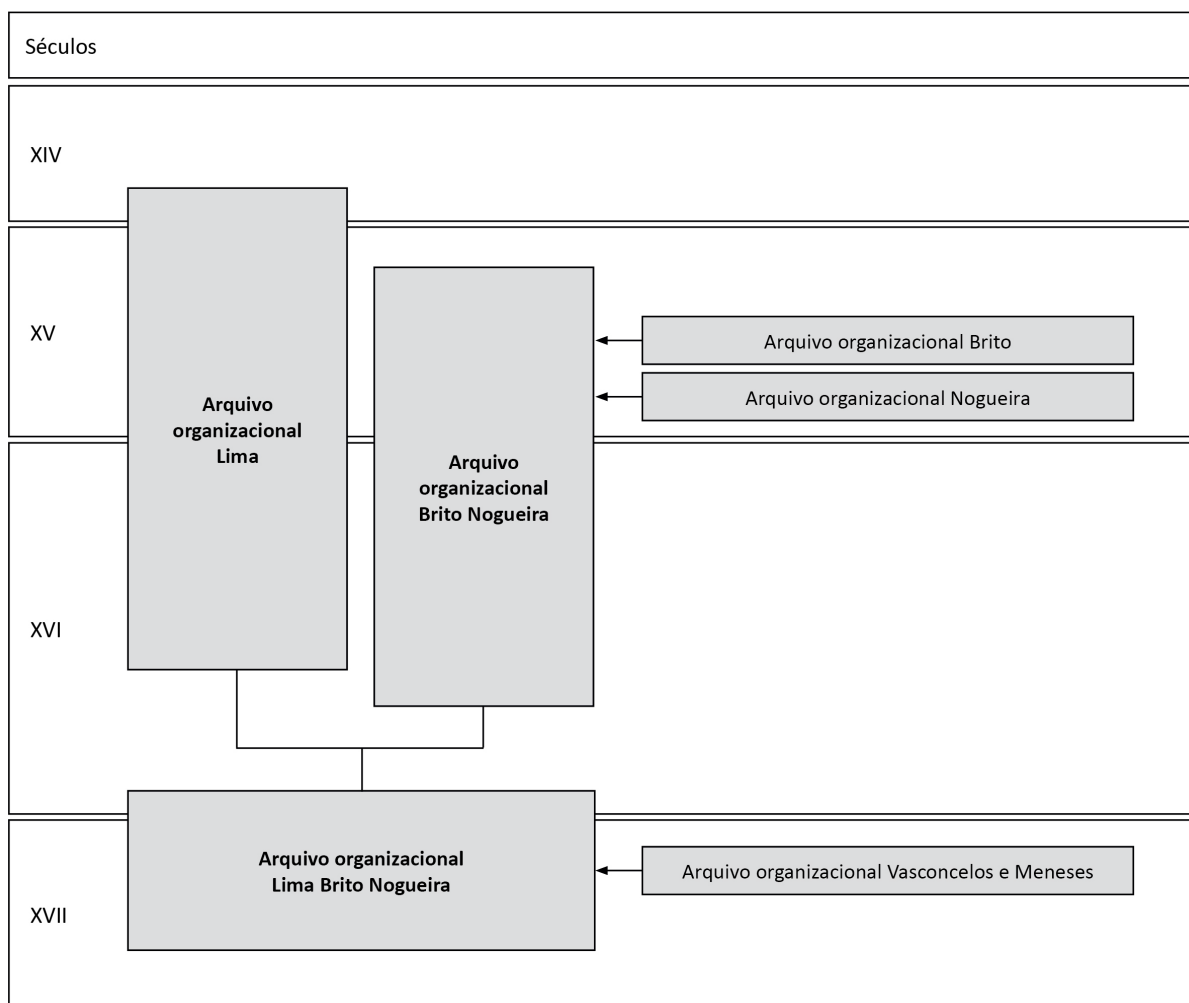




Esquema 2 – Linha de transmissão dos vínculos de Santo Estêvão de Beja e S. Lourenço de Lisboa



A linha de administradores que se criou contribuiu para a manutenção e transmissão de um arquivo organizacional ao longo de várias gerações. Considerámos que Luís de Brito Nogueira foi o último representante desta família-instituição, antes de a sua continuidade ter sido assegurada pelo filho que teve com Inês de Lima, filha do 5.º visconde de Vila Nova de Cerveira. Este, como já mencionámos, deu continuidade à Casa senhorial dos Limas. Do mesmo modo, sucedeu a seu pai na Casa vincular que este administrou. Com D. Lourenço de Lima sucede a fusão de duas Casas e de dois arquivos organizacionais.



**Quadro 4 – Representação da junção de documentação de arquivos organizacionais no período em estudo**

Embora não se crie necessariamente uma família-instituição “nova”, com D. Lourenço de Lima iniciou-se uma outra fase na história das duas instituições familiares que foi principalmente continuada pela transmissão do título de visconde de Vila Nova de Cerveira e de um conjunto de bens que lhe passam a estar associados — especialmente os do

“viscondado do Minho”<sup>867</sup> e o morgadio de S. Lourenço de Lisboa —, até à geração do 3.º marquês de Ponte de Lima<sup>868</sup>. Os viscondes que se seguiram foram capazes de estabilizar e transmitir para as gerações seguintes uma parte essencial desse património material e simbólico, independentemente da quebra de varonia ocorrida, nos inícios do século XVIII, com D. Maria de Lima, que casou com o filho dos marqueses de Alegrete e descendente dos condes dos Arcos, D. Tomás da Silva Teles<sup>869</sup>. A nossa reconstituição e análise centrou-se apenas nas duas gerações chefiadas por D. Lourenço e D. Diogo de Lima, que referimos como “Lima Brito Nogueira” por serem os apelidos em uso. Pelo casamento de D. Diogo de Lima com D. Joana de Vasconcelos, filha única e herdeira de D. João Luís de Vasconcelos e Meneses e de Maria de Noronha, foi possível integrar na Casa os bens e respetiva documentação dos Vasconcelos e Meneses. Esta última família e o seu arquivo já não foram alvo de uma reconstituição e de uma análise aprofundada.

Reconhecemos que a divisão por “famílias” é um recorte analítico que tem as suas limitações. No entanto, cremos que nos podem auxiliar a compreender as diferentes configurações institucionais observadas nos grupos em estudo. A Casa senhorial, a Casa vincular, a Casa que agrega senhorios e vínculos não são entidades abstratas produtoras de arquivos, assentam numa estrutura parental e/ou doméstica liderada por um chefe, o *pater familias*, que deveria garantir a perpetuação do grupo, assegurando a transmissão de um conjunto de bens e do arquivo à geração seguinte<sup>870</sup>.

## **7.2. Critérios e limitações da reconstituição da documentação existente**

A abordagem em Arquivística Histórica propõe o mapeamento não só do que restou da produção<sup>871</sup> documental das instituições, ainda que disperso, como também a identificação das ausências, especialmente pelo exame do que foi listado ou descrito em inventários antigos<sup>872</sup>. Debruçamo-nos, neste subcapítulo, sobre os critérios e limitações da reconstituição feita com base no que restou, deixando o reconhecimento das ausências para o último capítulo desta parte.

---

<sup>867</sup> Vd. cap. 12.

<sup>868</sup> Vd. esquema genealógico 3 no Apêndice B.

<sup>869</sup> Vd. subcap. 6.2.

<sup>870</sup> Vd. subcap 3.3.2.

<sup>871</sup> Entenda-se aqui produção no sentido arquivístico de produção/receção da documentação para seu arquivamento.

<sup>872</sup> ROSA, M. Lurdes – Reconstituindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 550–551.

O que nos propusemos fazer não foi a análise tradicional do *fundo* de arquivo, mas uma proposta de reconstituição da produção/receção de documentos-registo transformados em arquivos organizacionais pelos Limas, Britos Nogueira e Lima Brito Nogueira, abrangendo um período que vai do século XIV ao último quartel do século XVII. Antes dessa reconstituição, procurou-se compreender a história do arquivo organizacional em que a documentação destes grupos esteve representada, partindo para isso do presente para o passado, compreendendo e mapeando as dispersões por vários locais, coleções e arquivos públicos e privados, e desconstruindo várias intertextualidades acumuladas depois do século XVII. Foi com a documentação mapeada e identificada ao longo do capítulo 5 (Figura 4<sup>873</sup>) que iniciamos a reconstituição, identificando que documentos haviam produzido os membros e as gerações selecionadas, recorrendo a esquemas e textos genealógicos já conhecidos e complementando-as com informações que fomos compilando<sup>874</sup>. Entre estes membros não incluímos apenas os parentes. Procurámos perceber se haveria criados, administradores ou outros indivíduos responsáveis pela produção e pela gestão da informação organizacional dos grupos em análise, tendo em consideração o conceito de família-instituição, explorado no capítulo 3, e as suas diferentes configurações institucionais.

É fundamental estarmos cientes e salvaguardarmos que esta reconstituição não é exaustiva e apresenta várias limitações, não criando necessariamente uma imagem representativa do que foi conservado até ao século XIX e, muito menos, até ao século XVII. Desde logo, temos aquelas que resultaram da atribulada história custodial do acervo, assim como as que decorrem do contexto de produção e das características dos instrumentos de descrição arquivística, presentes e passados, aos quais recorreremos. Alguns já foram analisados com algum detalhe. Outros sê-lo-ão mais adiante, nomeadamente o chamado *Catálogo do Cartório da Casa*<sup>875</sup>, o *Tombo* que cataloga documentação dos morgadios<sup>876</sup> e o inventário de 1675–1677<sup>877</sup>, que, pelas descrições e/ou pelos seus sistemas de cotas (Figura 5), nos permitiram reconhecer a presença de alguns dos documentos dispersos nos arquivos organizacionais das famílias em estudo.

---

<sup>873</sup> Sobre este mapeamento, vd. cap. 5.

<sup>874</sup> Vd. os esquemas genealógicos no Apêndice B.

<sup>875</sup> VNC, cx. 7, n.º 1

<sup>876</sup> VNC, n.º 2.

<sup>877</sup> VNC, cx. 14, n.º 9.



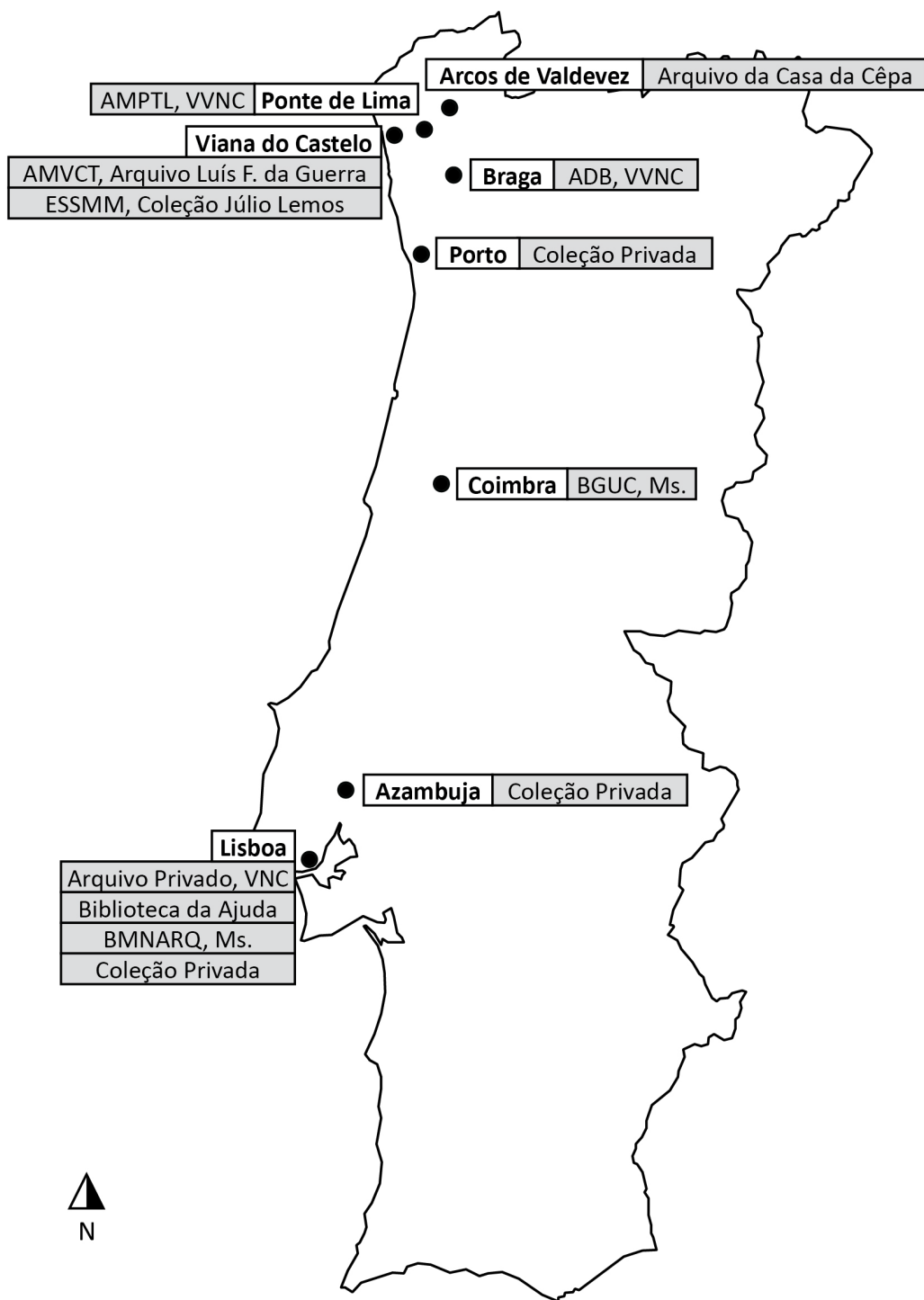


Figura 4 – Mapeamento da documentação dispersa

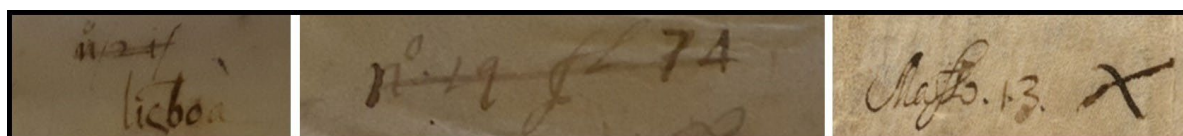


Figura 5 – Exemplo de cotas apostas nos documentos que correspondem às do *Catálogo, Tombo e Inventário de 1675–77*, respetivamente.

O mapeamento e a seleção da documentação que pertence ao arquivo do Eng.º Vasconcellos e Souza foram realizados a partir da descrição disponível no DigitArq, que já tivemos a oportunidade de caracterizar na subcapítulo 6.1. Como não foi possível ter acesso à totalidade dos 1606 documentos inicialmente selecionados, dos mais de 4000 que este acervo comporta, especialmente aqueles que não estão digitalizados e que estão na posse do atual proprietário, de modo a esclarecer dúvidas de interpretação, falhas na descrição disponibilizada, falta de datação ou de identificação do produtor no título ou no âmbito e conteúdo. O nosso trabalho foi, em princípio, condicionado por este instrumento<sup>878</sup>. Tivemos de fazer seleções pontuais para as quais o proprietário facilitou amavelmente a consulta durante alguns períodos na Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa. Do mesmo modo, a seleção daquela que se encontra na Biblioteca da Ajuda foi realizada a partir dos catálogos manuscritos disponíveis na sala de leitura, que nem sempre descrevem de forma integral todos os documentos contidos nos códices<sup>879</sup>, além de alguns não poderem ser consultados devido ao mau estado de conservação. Por fim, o grande volume documental mapeado, especialmente para as gerações dos viscondes D. Lourenço de Lima e D. Diogo de Lima, impossibilitou a consulta exhaustiva de tudo o que foi identificado a partir desses instrumentos de descrição.

Note-se, ainda, que uma rigorosa reconstituição da informação organizacional documentalizada e a sua atribuição a um produtor/recetor implica que não nos cinjamos a uma noção de documento como unidade física<sup>880</sup>. Um dado suporte ou unidade de instalação pode ter vários documentos-registo realizados em contextos distintos. Os códices factícios, presentes na Biblioteca da Ajuda, contêm vários documentos-registo produzidos em momentos diferentes. Entre tantos outros exemplos, o mesmo acontece com o *Livro das confirmações* dos padroados das igrejas que os viscondes detinham nas regiões de Coura e Valdevez, que foi reconfigurado no século XVII para incorporar uma série de confirmações do tempo do 3.º visconde de Vila Nova de Cerveira, vários documentos de doação, alguns anteriores, e a confirmação feita no tempo de Luís de Brito Nogueira<sup>881</sup>. Se formos extremamente rigorosos, até mesmo uma anotação ou uma cota

---

<sup>878</sup> Ficámos com uma lista de 583 documentos sem data ou produzidos na cronologia em análise para os quais não conseguimos identificar o produtor com segurança.

<sup>879</sup> Sobre a seleção que foi realizada, consultem-se os Apêndices A.2 e A.3.

<sup>880</sup> Vd. subcap. 2.4.

<sup>881</sup> VNC, cx. 15, n.º 1, que será referido na Parte IV, subcap. 10.3 e 12.2.

aposta no verso de um pergaminho pode ser considerado como um documento-registo realizado num momento distinto.

Com as limitações já enunciadas e o tempo disponível, nem sempre foi possível atender a uma identificação sistemática de vários documentos-registo dentro de um mesmo documento físico, nem consultar ou analisar todos com profundidade. A distinção entre documento-registo e documento físico apenas foi realizada para alguns casos, em que tivemos a oportunidade de ler esses documentos e verificamos que os produtores eram diferentes. Dando um exemplo: no mesmo pergaminho em que se encontra o instrumento de posse do lugar de Aveiras de Baixo por Luís de Brito, a 15 de abril de 1490, foi acrescentado, mais tarde, aquele que regista a posse que seu filho tomou do mesmo lugar a 3 de junho de 1528<sup>882</sup>.

A recolha que fizemos disponibilizámo-la à comunidade, permitindo que aqueles que desejem possam aprofundar o conhecimento do seu conteúdo<sup>883</sup>. Os documentos foram contextualizados através de um quadro orgânico que apresentaremos no próximo capítulo.

---

<sup>882</sup> VNC, cx. 8, n.º 23.

<sup>883</sup> Num ficheiro em Excel em Apêndice C.1. e nos quadros-síntese sobre a documentação que se encontra na Biblioteca da Ajuda em A.2. e A.3.

## CAPÍTULO 8

### Uma proposta de representação dos arquivos

Na sua proposta sobre a abordagem em Arquivística Histórica, Maria de Lurdes Rosa recomenda a contextualização da documentação existente num quadro de cariz orgânico, construído com base na história institucional das famílias produtoras e conservadoras do arquivo<sup>884</sup>. Embora não refira explicitamente o modelo sistémico, que foi proposto por Armando Malheiro da Silva<sup>885</sup>, as investigações de doutoramento em Arquivística Histórica<sup>886</sup> têm vindo a segui-lo por não impor um quadro de classificação pré-fabricado, fornecendo, antes, uma matriz teórica com alguns pontos de partida que podem ser adaptados a vários arquivos produzidos por estruturas de base parental e geracional. O modelo foi concebido para enquadrar a documentação existente independentemente da ordem e do estado em que nos tiver chegado, propondo uma organização intelectual de associação da informação aos contextos genésicos da sua produção/receção dentro do arquivo, aqui entendido como um sistema de informação<sup>887</sup>. Cremos que o modelo apresenta vantagens para contextualizar e disponibilizar ao público a documentação existente que mapeámos. Não quisemos, no entanto, seguir acriticamente o modelo sem refletir sobre o contexto em que surgiu ou sem questionar a sua aplicação ao acervo em estudo. Neste capítulo, fazemos essa reflexão, sem deixar de, numa primeira fase, confrontar o modelo com outras propostas que têm coexistido no tratamento do mesmo género de acervos. Apresentamos, de seguida, uma proposta que visa enquadrar a documentação reconstituída e, por fim, explicamos como a representamos no *software* AtoM.

#### 8.1. A organização e a classificação de arquivos familiares

A complexidade dos arquivos familiares tem levado a diferentes interpretações sobre os tratamentos e classificações a serem aplicados. Por nos chegarem tão “desorganizados”, foram considerados, durante décadas, por vários arquivistas como “coleções”, tendo em conta o que sobre eles se dizia no “Manual dos Arquivistas Holandeses” (1898)<sup>888</sup>. Considerava-se que lhes faltava o nexó “orgânico” e, por essa razão,

---

<sup>884</sup> ROSA, M. Lurdes – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 550–551.

<sup>885</sup> SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas.

<sup>886</sup> Já mencionadas do cap. 2.

<sup>887</sup> Vd. subcap. 2.4.

<sup>888</sup> HORSMAN, Peter et al. – New respect for the old order.

foram muitas vezes classificados tematicamente sem qualquer justificação do ponto de vista metodológico<sup>889</sup>. Esta ideia de organicidade está muito ligada à extensão das teorias hegelianas e darwinianas à Arquivística. Os arquivos eram vistos — e ainda continuam a sê-lo por muitos arquivistas — como locais de acumulação “natural” e progressiva da documentação que resulta da atividade de uma determinada entidade<sup>890</sup>. Não é nosso objetivo dissertar exaustivamente sobre as diferentes metodologias de tratamento e classificação dos arquivos familiares, mas tivemos a necessidade de avaliar algumas delas, numa fase inicial, antes de decidirmos sobre a abordagem a seguir na construção de um quadro contextualizador da informação e da documentação que estávamos a reconstituir, tendo em conta o posicionamento teórico apresentado na Parte I.

Desde logo, rejeitámos propostas de classificação apriorísticas e temáticas, como as que são realizadas, em Espanha, na *Sección Nobleza do Archivo Histórico Nacional*. Muitos arquivistas optaram e continuam a optar pela elaboração e aplicação generalizada de um *Cuadro de Clasificación* temático-funcional, que resultou de investigações realizadas em diversos arquivos nobiliárquicos, contemplando secções como “genealogía, títulos y mayorazgos”, “jurisdicción señorial”, “patrimonio”, “administración de bienes”, “personal”, “personal: funciones desempeñadas”, “patronato de obras pías” e “colecciones”<sup>891</sup>.

Têm existido outras propostas que, embora busquem uma classificação orgânica, não deixam de adotar categorias que são claramente temáticas. Nos anos 1990, Olga Gallego Domínguez, recusando as classificações *a priori*, dada a heterogeneidade e a complexidade que caracteriza este tipo de acervos, propõe metodologias de classificação diferenciadas para os arquivos de família do Antigo Regime e para os arquivos de família contemporâneos. Em relação aos primeiros, a autora galega propõe uma classificação genealógica por ramos familiares, linhagens ou Casas<sup>892</sup>, correspondendo cada uma a uma

---

<sup>889</sup> RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos. Vol. I...*, p. 449.

<sup>890</sup> Aliás, esta é uma ideia que continua presente nos manuais e glossários de Arquivística, vd. INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE (ed.) – *Norma Portuguesa 4041*, p. 379.

<sup>891</sup> Veja-se a aplicação desse *Cuadro de Clasificación* a vários arquivos de famílias/Casas nobres espanholas em: <URL [http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control\\_servlet?accion=10&idArchivo=3](http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control_servlet?accion=10&idArchivo=3)> [acedido 29 dezembro 2021].

<sup>892</sup> Inspirada no modelo proposto por Charles Samaran no tratamento dos *Archives de la maison de La Trémoille* (SAMARAN, Charles – *Archives de la maison de La Trémoille: charriers de Thouars et de Serrant, papiers Duchâtel*. Paris: H. Champion, 1928).

secção do fundo. O problema é que, debaixo de cada secção, a documentação deveria ser agrupada e classificada de acordo com os seus assuntos ou temas<sup>893</sup>.

Por seu turno, o arquivista basco Borja Aguinagalde, criticando o princípio da ordem original, argumenta que, em muitos dos arquivos de família que chegaram aos nossos dias, essa ordem não existe, adotando-se geralmente a última ordem identificada ou reconhecida. Para ele, a classificação serve para solucionar a “desordem natural” após séculos de produção e acumulação. Sendo o arquivo de família do Antigo Regime um “arquivo de arquivos” ou um “fundo de fundos”, cada família representada deverá corresponder a uma secção do fundo e a documentação será classificada segundo este princípio, ficando os documentos adstritos ao seu morgadio ou secção, agrupados em séries diplomático-temáticas<sup>894</sup>.

Em Portugal, na década de 1990, surgiu uma proposta de classificação por Pedro Abreu Peixoto, que foi mais tarde desenvolvida por ele, Manuel Gonçalves e Paulo Mesquita Guimarães<sup>895</sup>. Para Pedro Peixoto e restantes autores da obra *Arquivos de família: organização e descrição* não devem ser aplicados modelos e esquemas de classificação apriorísticos, isto significa que o tratamento arquivístico de arquivos de família não deve ser realizado tendo como ponto de partida uma classificação pré-definida. A classificação é “imposta pela natureza dos próprios documentos, o arquivista deve deixar guiar-se por eles, elaborando um quadro de classificação que reflecta a sua ordem original”<sup>896</sup>. A análise desse contexto resultaria na aplicação do que chamaram quadros de classificação orgânico-funcionais, que, na realidade, são mais temático-funcionais do que orgânicos<sup>897</sup>. Os autores consideram que, além dos laços de parentesco, as necessidades reais de contextualização dos documentos podem levar à definição de áreas de interesse e atuação que são comuns a toda a família<sup>898</sup>, podendo-se introduzir, assim, a par das

---

<sup>893</sup> GALLEGU DOMÍNGUEZ, Olga – *Manual de archivos familiares*. Sobre esta questão, veja-se o trabalho de Ángel Arcay Barral que procura comparar a proposta de Gallego Domínguez com a proposta portuguesa de Malheiro da Silva: BARRAL, Ángel Arcay – Os arquivos de família: o caso galego-português. Em *Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*. Porto: FLUP, Biblioteca Digital, 2014, p. 217–231, em especial os quadros apresentados nas p. 227 e 228.

<sup>894</sup> BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – *Archivos de Familia y Archivos domésticos Treinta años de experiencias*; BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – *El Archivo de la Casa de Zavala. Método de organización e historia de la formación del Archivo in Inventario del Archivo de la Casa de Zavala*. Em *Inventario del Archivo de la Casa de Zavala. Vol. I: Introducción*. San Sebastián: Archivo de la Casa de Zavala, 2000, p. 16–146.

<sup>895</sup> GONÇALVES, Manuel Silva et al. – *Arquivos de família*; PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de família*.

<sup>896</sup> GONÇALVES, Manuel Silva et al. – *Arquivos de família*, p. 35.

<sup>897</sup> SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivos familiares e pessoais*. Bases científicas, p. 61.

<sup>898</sup> GONÇALVES, Manuel Silva et al. – *Arquivos de família*, p. 39.

secções “orgânicas” (as várias linhas de descendência), secções “funcionais” (como, por exemplo, a criação de uma secção de documentos patrimoniais para toda a família). Este modelo mais empirista foi influenciado pelas propostas de Olga Gallego Domínguez, já mencionadas, embora sofrendo algumas adaptações<sup>899</sup>.

O modelo apresenta fragilidades, pois não permite compreender, de imediato, quem foram os elementos da família que produziram a documentação, qual o seu lugar e as relações que mantinham entre si. Além disso, quando aplicado a arquivos de família nobre do Antigo Regime, propõe categorias “artificiais” que muito se podem afastar da pretendida “ordem original”. A matriz classificativa preconizada por Pedro Peixoto tem sido seguida, com algumas variantes, no tratamento de vários acervos familiares pelo próprio<sup>900</sup>, por outros arquivistas e em projetos como foi o caso do tratamento arquivístico dado ao Arquivo da Quinta das Lágrimas, coordenado por Assunção Júdice. Este arquivo privado da família Osório Cabral de Alarcão reúne documentação produzida e recebida por diferentes famílias, entre meados do século XVI e meados do século XX. No plano de classificação apresentado e disponível no *website* oficial da Fundação foi considerada a ordem (que afirmam ser a “original”) pela qual a documentação chegou até nós, organizada por Casas (Casa de Águeda, Casa de Ázere, Casa da Guarda e Casa de Coimbra)<sup>901</sup>. Cada Casa constitui um subfundo dentro do arquivo, que tem ainda uma secção de “Genealogia e heráldica”, assim como as séries “autos judiciais”, “transmissão de bens” e “administração do património”.

As metodologias de classificação, tal como as de Pedro Peixoto, que resultam em esquemas classificativos que não seguem uma estrutura primária exclusivamente orgânica, são consideradas por Malheiro da Silva como ambíguos e teoricamente frágeis. Diferenciando-se de correntes “tecnicistas” e “empiristas”, este último autor propõe um modelo, teoricamente fundamentado, para o tratamento dos arquivos produzidos e

---

<sup>899</sup> Elencada e criticadas por Malheiro da Silva em SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas, p. 69–77.

<sup>900</sup> Vejam-se os catálogos do Arquivo da Casa da Calçada de Provezende (2005), do Arquivo da Casa da Samaiões (2006) e do Inventário da Casa Sobral (2005), referidos em LIMA, Luís F. H. – *Estratégias de classificação dos arquivos familiares e pessoais contemporâneos: o exemplo do arquivo da família Benito Maçãs*. Lisboa: FCSH-UNL, 2016. Dissertação de mestrado, p. 21.

<sup>901</sup> Disponível em: <URL: <http://fundacaoinescastro.com/sistema-de-informacao/#arquivistico>> [acedido 30 agosto 2023]. Sobre o tratamento deste arquivo veja-se também: JÚDICE, Maria da Assunção Alarcão – Arquivo da Quinta das Lágrimas: Instrumentos de descrição e de gestão. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. 28, n.º 0 (2015), p. 121–141.

acumulados por famílias ou indivíduos<sup>902</sup>. Já fizemos alusão ao modelo por surgir no âmbito da emergência de uma Ciência da Informação, que tem como objeto de estudo “o fenómeno social e humano identificável com o conceito de informação” e que elegeu para a sua análise o método quadripolar – que consiste na interação dinâmica de quatro polos: o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico<sup>903</sup>. No polo teórico do método quadripolar, concentram-se as hipóteses, os modelos e as teorias produzidos e reformulados no decurso do processo de investigação. Entre essas teorias está o modelo sistémico e interativo, que, rejeitando o tradicional conceito de “fundo”<sup>904</sup>, lhe opõe o conceito de “sistema de informação”. Assim, um arquivo é entendido como um “sistema semi-fechado de informação social, materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores”<sup>905</sup>. A todo o sistema de informação está associada uma estrutura orgânica, pois, para Malheiro da Silva, é impossível que a informação exista sem organicidade, o que não significa que tenha de haver sempre uma estrutura burocrática complexa.

Segundo esta visão sistémica, os arquivos de família são sistemas de informação em que a entidade família é o polo estruturante e dinamizador. Nesta sequência, a organicidade familiar assenta: na “(1) união afectiva e física de dois indivíduos de sexo oposto (ou do mesmo sexo, desde que legitimados por casamento civil); (2) procriação e continuidade genética através de descendência em sucessivas gerações (...); e (3) acção dos diferentes membros individuais a fim de garantirem a sobrevivência colectiva e as estratégias subsequentes de poder sócioeconómico, político e simbólico”<sup>906</sup>. Portanto, para que exista uma “estrutura familiar tem de haver unidade e sequência geracional”<sup>907</sup> associada às estratégias coletivas: a “geração converte-se, assim, na mais elementar e marcante divisão organizacional da

---

<sup>902</sup> São aqui seguidas as ideias e as bases científicas deste modelo apresentadas em: SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas; SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo.

<sup>903</sup> SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação*.

<sup>904</sup> Conceito “insuficiente para traduzir a complexidade das relações internas e das relações externas e incapaz de explicitar a raiz humana e social da informação” (SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas, p. 59).

<sup>905</sup> *Ibid.*, p. 60.

<sup>906</sup> *Ibid.*, p. 69.

<sup>907</sup> *Ibid.*, p. 72.



Família”<sup>908</sup>. Este modelo permite ainda equacionar, mediante a noção de Subsistema, as situações de aliança matrimonial numa família de Antigo Regime<sup>909</sup>.

É, assim, construído um quadro de classificação orgânico-funcional que, além de nos aproximar “da autenticidade do contexto de produção original da informação num espaço e tempo determinados”, torna, aliado a uma descrição multinível, o acesso à informação mais interativo<sup>910</sup>: o Sistema é internamente organizado conforme a sucessão geracional dos produtores/acumuladores de informação; a cada geração, da mais antiga para a recente, é atribuída uma secção. Sob cada secção são criadas subsecções: a primeira corresponde, por regra, ao casal, a seguir vem o marido, depois a esposa e, se for o caso, vêm de seguida os seus colaterais, irmãos do marido e irmãos da esposa. Debaixo das subsecções dos casais são descritos os documentos que foram produzidos ou acumulados em comum pelos dois membros durante o casamento; em cada uma das restantes subsecções são descritos os registos produzidos ou acumulados individualmente. Esses registos podem ser elencados de acordo com a fase da vida dos indivíduos (infância, adolescência, fase adulta e velhice). Se a quantidade e as características da massa documental o justificarem, são acrescentados níveis de série ou subsérie, a par dos documentos simples ou compostos. Se existir, o Subsistema organiza-se segundo a mesma lógica do Sistema familiar.

Este modelo foi concebido para ser aplicado de forma flexível, prevendo adaptações e reformulações, tarefa enquadrada no polo teórico do método aplicado à Ciência da Informação<sup>911</sup>. Foi em torno de um projeto de reorganização do arquivo da Fundação Casa de Mateus, empreendido a partir de 2001 e no qual participou Malheiro da Silva, que o modelo sistémico começou a ser testado na sua aplicação a arquivos de família do Antigo Regime. Este arquivo, que conserva a memória de treze gerações que habitaram na Casa de Mateus desde 1577 até aos nossos dias, foi alvo de um estudo aprofundado, de uma investigação histórica e genealógica, de modo que fosse possível fazer uma reconstituição da estrutura orgânico-funcional da família da Casa de Mateus e da origem de todos os conjuntos documentais depositados no Arquivo<sup>912</sup>.

---

<sup>908</sup> *Ibid.*, p. 69.

<sup>909</sup> *Ibid.*, p. 71.

<sup>910</sup> *Ibid.*, p. 61.

<sup>911</sup> Referido no subcap. 1.4.

<sup>912</sup> SILVA, Armando Malheiro da – A Casa de Mateus e a memória: o acesso sistémico a séculos de documentos na era da informação. Em *Casa de Mateus. Catálogo do arquivo*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005, p. 13–31.

Seguiu-se outro projeto, desta vez de mestrado, em que Abel Rodrigues, sob a orientação de Malheiro da Silva, iniciou a catalogação do arquivo do conde da Barca (também conhecido como “Fundo Barca-Oliveira”), baseada num critério orgânico-funcional. Metamorfoseou, assim, o antigo “fundo” no Sistema de Informação da Família Araújo de Azevedo. No âmbito da sua dissertação, este arquivo foi objeto de estudo e, simultaneamente, a sua fonte para estudar o percurso de António de Araújo de Azevedo (1754–1817), conde da Barca, morgado e administrador de propriedades da família, que desempenhou, simultaneamente, diversos cargos públicos<sup>913</sup>. Mais tarde, dentro da mesma abordagem sistémica, tratou o Arquivo da Família Melo (séculos XIV–XIX), integrado no Sistema de Informação Casa de Mateus<sup>914</sup>.

Para muitos arquivistas, uma das maiores desvantagens da aplicação do modelo proposto por Malheiro da Silva é o dispêndio de tempo que implica comparativamente à aplicação de outros métodos “empírico-documentais”: a preparação do quadro de classificação exige uma aturada investigação da história e da genealogia da família produtora, assim como da biografia dos seus membros que produziram documentação/informação. É principalmente no âmbito de relatórios de estágio, dissertações de mestrado e de teses de doutoramento em Ciência da Informação, em Arquivística Histórica ou em História e Património (ramo Arquivos Históricos) que vários autores têm aplicado o modelo a arquivos familiares cujos limites *a quo* remontam aos finais da Idade Média ou à época moderna<sup>915</sup>.

Outra crítica que pode ser apontada é a forma como pode afetar a recuperação da informação. O autor, neste ponto, argumenta que a finalidade da construção deste tipo de quadro classificativo é contextualizá-la, não deixando que as pressões e interesses de

---

<sup>913</sup> RODRIGUES, Abel – *Entre o público e o privado: a génese do arquivo do conde da Barca (1754–1817)*.

<sup>914</sup> RODRIGUES, Abel – O Arquivo da Família Melo (séc. XIV–XIX): do «arrançamento» iluminista à integração no Sistema de Informação Casa de Mateus. Em *3.º Congresso Internacional da Casa Nobre - um património para o futuro*: atas. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2013, p. 478–497.

<sup>915</sup> Sem pretensões de exaustividade, refiram-se alguns dos primeiros trabalhos realizados na Universidade do Porto e na FCSH: VENTURA, M. Isabel A. – *O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de mestrado; MOREIRA, Carla de Jesus Torres – *O Arquivo da Casa do Porto: o seu estudo e a sua representação - o modelo sistémico*. Porto: FLUP, 2012. Dissertação de mestrado; CARDOSO, Vilma Joana Correia Paiva de Freitas – *O arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e sua representação através do modelo sistémico*. Porto: FLUP, 2013. Dissertação de mestrado; MARQUES, Patrícia C. – *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo*. Lisboa: FCSH-UNL, 2013. Dissertação de mestrado. Além destas, vejam-se as teses já citadas no subcap. 3.1, realizadas no âmbito do doutoramento em Arquivística Histórica na FCSH-UNL.

determinados grupos de utilizadores (nomeadamente os historiadores) se sobreponham e levem à adoção de classificações pseudo-orgânicas que obscurecem contextos de produção/receção primordiais e organizam tematicamente a documentação. O próprio Lodolini assinalava que o objetivo da classificação é contextualizar e que o acesso à informação é uma consequência dessa operação intelectual<sup>916</sup>. Porém, na prática, há sempre adaptações que são necessárias fazer para possibilitar o acesso à informação; um equilíbrio que tem de ser encontrado entre a fidelidade ao contexto e a possibilidade de ela ser compreendida e recuperada pelo utilizador, como teremos a oportunidade de assinalar mais adiante.

Preocupado com a contextualização dos arquivos familiares, Armando Malheiro da Silva chamou a atenção para o conhecimento da genealogia. Esta ideia não é nova, e, desde o trabalho pioneiro de Charles Samaran<sup>917</sup>, que outros arquivistas têm tratado os acervos familiares, especialmente em França, tendo por base a identificação dos diferentes cartórios existentes dentro de um fundo<sup>918</sup> e dos diferentes ramos familiares responsáveis pela produção da documentação<sup>919</sup>, embora estas divisões coexistam com categorias que são claramente temáticas. A novidade do modelo de Malheiro da Silva reside na fundamentação teórica apresentada, que busca uma maior aproximação à organização e à estrutura da entidade produtora e acumuladora da informação, ou seja, a família. Assim como proponho uma organização intelectual que é independente da ordem ou desordem física em que o acervo chegou aos nossos dias.

Esta proposta veio revolucionar a abordagem aos arquivos de família em Portugal e, como já mencionamos, tem inspirado muitos investigadores da área da Arquivística Histórica. Podemos sempre questionar e desconfiar desta procura por objetividade, por uma “matriz orgânica que seria de algum modo fixista, estática”, que cria uma “«ilusão do real» a partir de um metadado, de uma construção, que é a genealogia, sobrepondo-se à

---

<sup>916</sup> LODOLINI, Elio – *Archivística: principios y problemas*, p. 199.

<sup>917</sup> SAMARAN, Charles – *Archives de la maison de La Trémoille*.

<sup>918</sup> GÉRARDOT, Anne; CHANAUD, Robert – *Les fonds anciens à l'épreuve de l'archivistique contemporaine. In Situ*. Vol. 25, (2014),

<sup>919</sup> Vd. MERCIER, Jean-Charles; BEAUME, Florence; DUPASQUIER, Jérôme – *Les grandes familles de la Dombes: le charrier des Romains-Ferrari XVe–XIX siècles répertoire numérique détaillé des archives du fonds Romains-Ferrari, 248 J*. Bourg-en-Bresse: Archives départementales de l'Ain, 2014; MERCIER, Jean-Charles; BEAUME, Florence; DUPASQUIER, Jérôme – *Les grandes familles de la Bresse et de la Dombes: le fonds Munet XVIe–XXIe siècles. Répertoire numérique détaillé des archives du fonds Munet (186 J)*. Lyon: Ed. Libel, 2018.

vida real, ao facto conhecido de que provavelmente nunca houve «ordens originais» *strictu sensu*<sup>920</sup>. Como já se fez menção, a ideia de que os arquivos são um resultado natural da atividade humana é uma pura ilusão<sup>921</sup>. Nesta sequência, tem de se reconhecer a dificuldade de reconstituir na globalidade<sup>922</sup>, com todas as suas dinâmicas e com todos os seus contextos genésicos, um determinado arquivo/sistema de informação familiar, dado o carácter residual – e poderíamos acrescentar “construído” – dos documentos e da informação que chegou aos nossos dias. Há, de facto, que ter em consideração que qualquer classificação é artificial, uma aproximação à realidade, e não a realidade em si, e que o arquivista tem sempre um papel ativo nessa construção<sup>923</sup>. O ideal é optar por uma classificação que não imponha aos arquivos familiares uma categorização completamente estranha à estrutura das famílias nos contextos temporais e espaciais em que elas produziram e usaram os seus arquivos, como no caso das reorganizações feitas por temas ou assuntos, que são as mais “factícias” – para não dizer “fictícias”. Um problema que já apontámos é que a família não é igual em todos os contextos. Nem sempre é feita pelos arquivistas uma distinção entre a classificação de arquivos familiares pré-modernos e de arquivos familiares (ou pessoais?) contemporâneos. Como explicámos no capítulo 3, existem diferenças substanciais entre o período pré e pós-liberal que pensamos que podem não estar a ser consideradas adequadamente no modelo sistémico e interativo tal como tem sido apresentado, uma vez que oferece uma definição única de família a ser aplicada em diferentes contextos.

Por outro lado, além da genealogia familiar/parental, que é fundamental para entender as origens e a transmissão da propriedade e da documentação, a compreensão e contextualização de acervos produzidos pelas famílias de poder no período pré-moderno implica igualmente conhecer não só os mecanismos de transmissão, mas também os mecanismos de gestão da propriedade e, eventualmente, do funcionamento de cargos e funções desempenhadas pelos membros. Isso pode envolver a intervenção de produtores

---

<sup>920</sup> ROSA, M. Lurdes – Apresentação. Arquivos de família: para um roteiro de temas e problemas, p. 28–29.

<sup>921</sup> COOK, Terry – Ghosts in the family: historians, archivists, and the documentary past. Em ROSA, M. Lurdes (ed.) – *Arquivos de família, séculos XIII–XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos, 2012, p. 35.

<sup>922</sup> Esta é uma das críticas de Luís Lima ao modelo apresentado por Malheiro da Silva e aos conceitos de “informação” e “sistema de informação” aplicados aos arquivos familiares: LIMA, Luís F. H. – *Estratégias de classificação dos arquivos familiares e pessoais contemporâneos*, p. 36–37.

<sup>923</sup> COOK, Terry – The archive(s) is a foreign country; COOK, Terry – Ghosts in the family: historians, archivists, and the documentary past.

que não estão representados na genealogia familiar, mas que fazem parte da rede clientelar de uma determinada família-instituição. A prospeção que fizemos levou-nos a ponderar estes temas. Ainda que sigamos o modelo, procuramos questioná-lo e refletir sobre outros caminhos possíveis.

## 8.2. Um quadro contextualizador

No quadro contextualizador construído (Quadro 5), assumimos que os arquivos organizacionais funcionam como sistemas de informação documentalizada<sup>924</sup>. A primeira decisão a tomar antes de avançar para esta representação arquivística foi definir qual era o sistema principal, onde começava e terminava, e quais os subsistemas. Considerámos o término do sistema no século XIX, na geração do 3.º marquês de Ponte de Lima<sup>925</sup>, no contexto da abolição dos direitos senhoriais e de extinção dos morgadios. Ainda que o cartório que ficou no Palácio da Rosa pudesse ter continuado a ser utilizado pelos herdeiros e descendentes deste marquês para a gestão de algumas propriedades<sup>926</sup>, a família-instituição com as características com as quais a definimos deixou gradualmente de existir e, no arquivo do Eng.º Vasconcelos e Souza, não existe documentação posterior a 1884. Assim, tendo em consideração o arquivo organizacional dos viscondes de Vila Nova de Cerveira existente no século XIX, foi essencial enquadrar a produção documental das famílias e das gerações em estudo e determinar quando teve início o sistema. Esta fase suscitou-nos algumas dúvidas que passamos a expor.

Embora façamos divisões analíticas, entre as famílias-instituição Lima, Brito Nogueira e as duas gerações de Lima Brito Nogueira, não há quebras. Há continuidades múltiplas, que são construídas com base na legitimidade do sangue, que nem sempre são fáceis de representar com a maior aproximação possível à realidade. Considerar que os arquivos organizacionais Lima e Brito Nogueira se fundiram como dois subsistemas que entravam num sistema iniciado na geração chefiada por D. Lourenço de Lima foi uma hipótese equacionada. Porém, D. Lourenço de Lima não tinha qualquer arquivo prévio no qual estes tivessem sido integrados, o que inviabilizava esta representação sistémica. Em alternativa e tendo em consideração a identidade que o título e a posse do “Viscondado do Minho” deram à família e à Casa, poder-se-ia considerar um começo para o sistema na

---

<sup>924</sup> Vd. subcap. 2.4.

<sup>925</sup> Vd. esquema genealógico 3 no Apêndice B.

<sup>926</sup> Já fizemos alusão aos acrescentos a lúpis presentes no Livro de 1693 que nos dão conta da venda de propriedades na década de 1880 (VNC, cx. 20, n.º 1).

primeira geração dos Limas, entrando o arquivo dos Britos Nogueira como um subsistema de informação na geração de Inês de Lima e de Luís Brito Nogueira. No entanto, Luís de Brito nunca chegou a receber o título ou a confirmação dos bens da Coroa que davam identidade e coesão à família-instituição Lima<sup>927</sup>, mas, de outra sorte, foi o representante dos Britos Nogueira após a morte do pai. Considerar o arquivo que terá recebido do pai como um subsistema integrado no arquivo dos Limas seria um enviesamento da realidade. A solução mais equilibrada pareceu-nos ser a opção de um início do sistema na primeira geração dos Britos para a qual há documentos, seguindo a linha varonil de transmissão do morgadio de Santo Estêvão de Beja. Nesta linha integrou-se o subsistema Nogueira, associado aos vínculos desta família, na geração chefiada por Mem de Brito, e, depois, o subsistema Lima deu entrada na geração de Luís de Brito Nogueira e de Inês de Lima. Embora não tenha chegado a suceder na Casa de seu sogro, Luís de Brito Nogueira mobilizou documentos e teve intervenção no arquivo organizacional que pertenceu a D. Francisco de Lima<sup>928</sup>, assim como administrou os bens do Viscondado na qualidade de tutor do seu filho<sup>929</sup>. A partir da geração de D. Lourenço de Lima, é sobretudo o título e o Viscondado, herdados dos Limas, que se afirmam como principais elementos identitários da família/Casa. Mesmo com a quebra de varonia ocorrida na geração de D. Maria de Lima e de D. Tomás da Silva Teles — filho dos marqueses de Alegrete, mas não o herdeiro da Casa dos pais — consideramos que o sistema continua a ser o mesmo até ao século XIX.

Os subsistemas que assinalamos foram aqueles que identificámos, após a nossa reconstituição, como correspondendo a informação documentalizada que foi integrada nos arquivos organizacionais das gerações selecionadas e estudadas (Quadro 5). Mencionámos o Nogueira e o Lima, aos quais devemos acrescentar o Vasconcelos e Meneses, que foram assimilados por consequência de alianças entre famílias-instituição ou Casas. No entanto, julgamos que outros núcleos documentais que, por outros motivos, foram integrados no arquivo organizacional também devem ser considerados subsistemas, nomeadamente quando a sua produção/receção tem contextos originários que extravasam o da Casa dos viscondes. É o caso de documentação de governadores das armas do Entre Douro e Minho que foi entregue e arquivada por D. Diogo de Lima quando exerceu as mesmas funções,

---

<sup>927</sup> Vd. subcap. 11.4

<sup>928</sup> Vd. subcap. 11.4.

<sup>929</sup> No inventário de 1675–77, está sumariado um “auto de provisão por que meu pai tomou posse do Viscondado por morte do meu avô o visconde D. Francisco, em papel” (VNC, cx. 14, n.º 9, f. 13v).

que representámos no nosso quadro contextualizador, por ter dado entrada durante o período em estudo, mas que não permaneceu no sistema até ao século XIX<sup>930</sup>. Por outro lado, os núcleos documentais produzidos/recebidos por outros membros do grupo parental, que não pertencem à Casa e que foram arquivados pelos viscondes e pelos seus administradores, podem eventualmente ser considerados subsistemas. Temos dois exemplos.

O primeiro é o da produção dos netos do visconde D. Lourenço de Lima, filhos de Luís de Lima, conde dos Arcos, especialmente a de D. Francisco de Lima que foi deão de Évora. A Casa dos viscondes foi continuada por um filho mais novo de D. Lourenço de Lima, D. Diogo, enquanto a descendência do seu filho primogénito, precocemente falecido, formou uma outra família-instituição distinta, a Casa dos Arcos. D. Lourenço de Lima, como tutor dos netos e como detentor de rendimentos no canonicato de Évora, terá certamente arquivado esta documentação. É difícil fazer o seu enquadramento no esquema geracional estabelecido, a menos que fosse incluída na secção da geração de D. Lourenço de Lima. Esta opção não nos parece, porém, respeitar o contexto original da sua produção/receção, sendo preferível fazê-lo num subsistema dos Lima Brito, da Casa dos Arcos<sup>931</sup>.

O segundo exemplo é a documentação pertencente ao irmão de D. Diogo de Lima, D. João Fernandes de Lima, marquês de Tenório e conde de Crescente, já depois de ser senhor da Casa de Sotomaior, por meio do casamento com D. Francisca de Sotomaior. Associamo-la a um subsistema intitulado Lima Sotomaior. Na sequência das negociações ocorridas entre irmãos sobre a sucessão na Casa dos viscondes, depois de 1668<sup>932</sup>, algumas certidões que solicitou foram guardadas no arquivo do irmão. Esta documentação poderia ser enquadrada na secção da geração de D. Diogo, numa subsecção que lhe fosse votada. No entanto, questionámos: será que foi como membro da família/Casa dos viscondes que ele produziu/recebeu esta documentação? Ou como membro da família/Casa de Sotomaior? Pensamos que terá sido o segundo caso.

---

<sup>930</sup> Sobre esta documentação, vd. subcap. 5.3.

<sup>931</sup> Há mais documentação desta família, associada à comenda de Valongo, que foi, mais tarde, integrada na Casa dos viscondes através do casamento de D. João Fernandes de Lima com a sua prima Vitória de Bourbon, filha de Tomás de Noronha e Madalena de Bourbon.

<sup>932</sup> Vd. subcap. 12.2.1.

Dos subsistemas referidos, apenas analisamos e contextualizamos com detalhe a produção das gerações do subsistema Lima (Quadro 6).

Dentro do sistema e do subsistema, cada secção representa a geração do casal administrador da Casa. O título que lhe foi atribuído baseia-se nos apelidos fortes da família, em particular dos que eram usados pelo chefe. As subsecções representam os produtores e/ou acumuladores da documentação. Seguimos a proposta sistémica, começando, sempre que haja documentação, pelo casal administrador da Casa, seguindo-se o marido, a esposa e os irmãos do marido. À subsecção do casal foram associados os documentos-registo produzidos/recebidos durante o período da união. Na subsecção do marido, foi colocada aquela que foi produzida enquanto estava solteiro, depois de viúvo ou associada a funções e cargos públicos exercidos. Na subsecção da esposa, quando existia documentação, seguiu-se o mesmo critério. No entanto, questionámos se a documentação que recebeu/produziu antes do casamento não deveria ser antes associada a um subsistema da família/Casa da qual era oriunda; colocá-la na geração do casal, num momento em que ainda não era casada, não estará a deturpar o seu contexto originário? Normalmente, o modelo só considera como subsistema a informação documentalizada proveniente dos antepassados da esposa, devendo a sua, enquanto solteira, permanecer na secção da geração do casal. Por ser residual a documentação que identificámos como tendo sido conservada pelas esposas solteiras, seguimos o mesmo critério. No entanto, pensamos que esta questão precisa de ser repensada no modelo com base em mais estudos de caso.

Ainda em relação às subsecções, quando se verificou a morte do primeiro representante da Casa, sem descendentes, e houve sucessão por um irmão, colocámos, em primeiro lugar, o casal formado pelo irmão que lhe sucedeu e que deu continuidade à representação da família. Tal aconteceu com Álvaro Rodrigues de Lima que, sendo o primogénito de Fernão Eanes Nogueira, assumiu a chefia familiar, mas, por ter falecido precocemente, sucedeu-lhe o irmão, Leonel de Lima que contraiu matrimónio com D. Filipa da Cunha. Fica, deste modo, a subsecção de Álvaro Rodrigues, a seguir às do irmão e da cunhada. Esta situação levou-nos a equacionar a hipótese de a secção corresponder à sucessão na administração da família-instituição em vez de à geração, de modo a tornar mais clara esta relação sucessória, sem subordinação da sua subsecção a outros membros da família. No entanto, se adotássemos esse critério teria de ser aplicado a todo o quadro, e ao existirem, por exemplo, irmãos a produzir documentação durante a vigência de duas



administrações diferentes, dentro da mesma geração, teriam de coexistir subsecções suas em duas secções distintas, o que gerava alguma confusão na representação e no acesso à informação. Esta opção exigiria abdicar do modelo e estudar uma outra proposta classificativa, retirando ao casal a importância que tem na continuidade da família-instituição e que é evidente para as outras gerações quando existe documentação produzida durante o período do casamento. Embora a geração estivesse sob a tutela do *pater familias*, a sua continuidade teria de passar, a certo momento, pela união conjugal e pela sua descendência. O chefe de família e sua esposa formavam, teoricamente, “carne de uma só carne”, garantindo a continuação do corpo familiar<sup>933</sup>. Por isso, não nos pareceu uma solução viável.

Continuando os esclarecimentos sobre as subsecções, refletimos ainda sobre a pertinência de serem incluídas subsecções para administradores ou criados que produziram/receberam documentação durante uma determinada administração. O modelo sistémico não prevê uma solução específica para estes casos, integrando essa documentação na subsecção do casal, marido ou esposa. À luz de um conceito de família pré-moderno mais vasto<sup>934</sup>, estes indivíduos também podem ser considerados seus membros, mesmo sem terem uma relação de parentesco com os senhores da Casa. Esta criação geraria, no entanto, um problema de representação para os criados e administradores que serviram várias gerações, como foi, por exemplo, o caso de Pedro de Carvalho que serviu os viscondes D. Lourenço de Lima e D. Diogo. Por isso, optámos por integrar essa documentação, conforme os contextos, na subsecção do casal administrador ou na do marido.

Reconstituir com rigor todos os contextos originários, além de implicar um trabalho aturado de análise documental, poderia levar à criação de múltiplas subsecções, subsubsecções e subsistemas de informação numa só geração, o que geraria uma grande confusão no acesso à informação. Há alguns desafios que não conseguimos resolver de forma satisfatória que estão principalmente relacionados com a noção de família avançada por Armando Malheiro da Silva e a noção de família-instituição com diferentes configurações que julgamos prevalecer na época pré-moderna. Muitas das opções que tomámos, seguindo o modelo, foram por um caminho mais cauteloso. A criação de um

---

<sup>933</sup> HESPANHA, António M. – Carne de uma só carne, p. 952–958.

<sup>934</sup> Vd. HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 317–318.

quadro orgânico que contextualize verdadeiramente toda a complexidade de um arquivo familiar e dos contextos originários de produção/receção de toda a informação documentalizada afigura-se, na realidade, uma ilusão. É necessário buscar equilíbrios, justificados, entre a complexidade da realidade, a representação arquivística e o acesso à informação. Não cabe nesta tese a testagem do modelo sistémico. Ele apresenta várias vantagens, mas também é urgente refletir sobre a resolução de alguns problemas e repensar alguns conceitos de base. Nesta proposta e nesta tese, lançamos algumas questões que ficam em aberto para poderem ser discutidas em trabalhos futuros.

Além destas questões, existe outra mais premente relacionada com a construção deste quadro contextualizador. Seguindo a proposta da Arquivística Histórica, de reconstituição da documentação existente e que se dispersou do arquivo organizacional<sup>935</sup>, pode ser difícil a representação de núcleos documentais que desintegram o sistema principal antes do século XIX e que fizeram parte dos arquivos organizacionais das famílias e das gerações em estudo. O esquema geracional proposto por Malheiro da Silva pode ser útil para a contextualizar. No entanto, a representação em sistema num quadro de classificação e a respetiva descrição num *software* de descrição, concebidos para o tratamento dos fundos ou arquivos históricos que têm a documentação que restou sob a alçada de uma única entidade detentora, não prevê este tipo de reconstituições. Referimo-nos, principalmente ao núcleo de documentos que se encontra na Biblioteca da Ajuda e a outros relacionados com o morgadio de Santo Estêvão de Beja, que sabemos não terem permanecido no Sistema Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva até ao século XIX. Temos dúvidas em relação à documentação do fundo *Hermano Anselmo José Braamcamp de Almeida Castelo Branco*, que poderá ter saído do arquivo organizacional só depois da extinção dos vínculos, já na década de 1880<sup>936</sup>. Este facto levou-nos a tomar algumas opções.

Na contextualização apresentada abaixo e que segue o modelo geracional proposto no quadro de classificação, apenas reconstituímos as secções 2 a 8 do sistema principal, assim como todas as gerações do subsistema Lima. Nesta contextualização, que se baseia na reconstituição disponível nos Apêndices<sup>937</sup>, associámos a documentação mapeada às

---

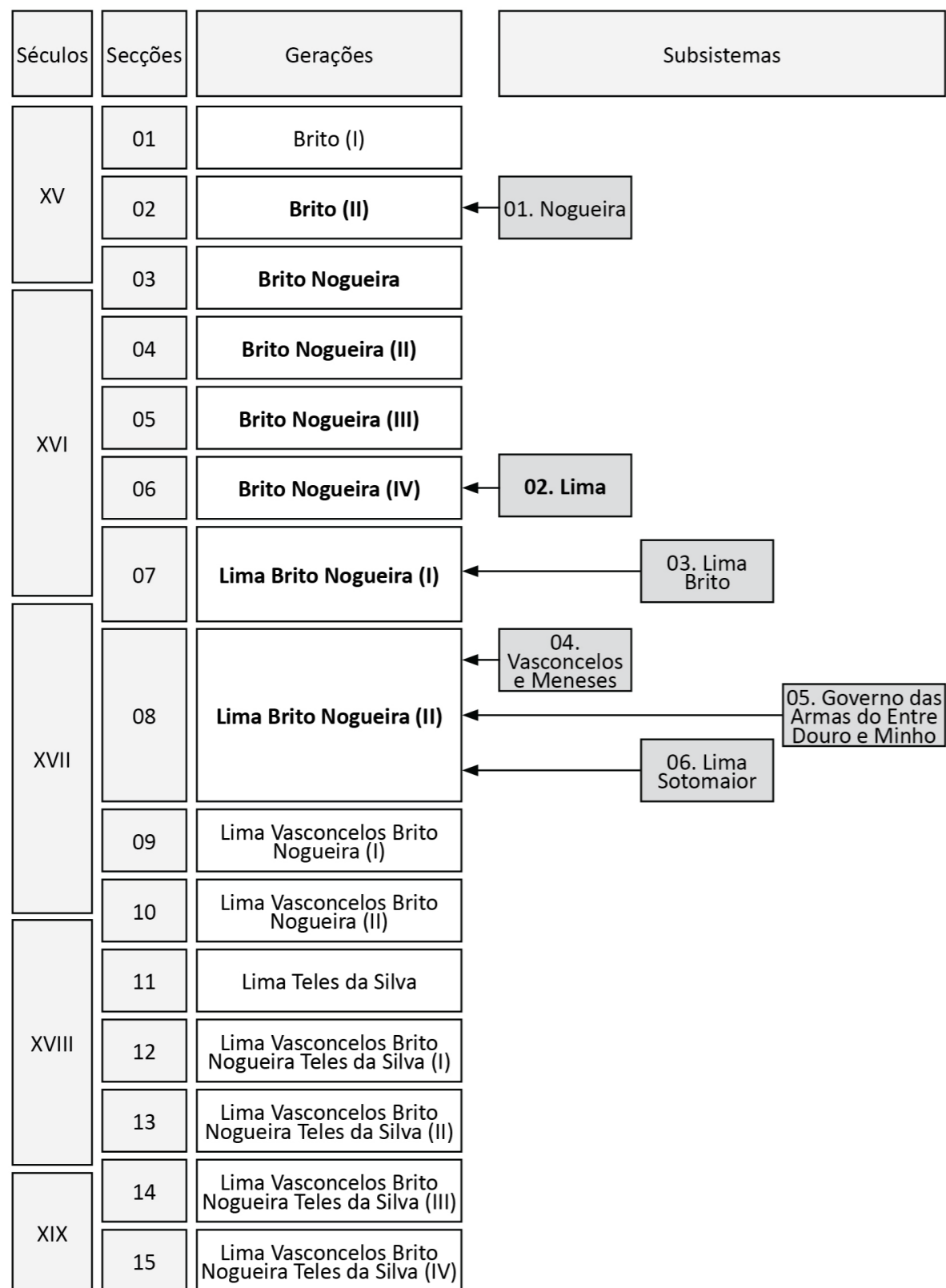
<sup>935</sup> Já mencionadas do cap. 2.

<sup>936</sup> Vd. subcap. 5.2.

<sup>937</sup> Apêndices C.1 e C.2, complementados pelos Apêndices A.2 e A.3 relativos à documentação que se encontra na Biblioteca da Ajuda.

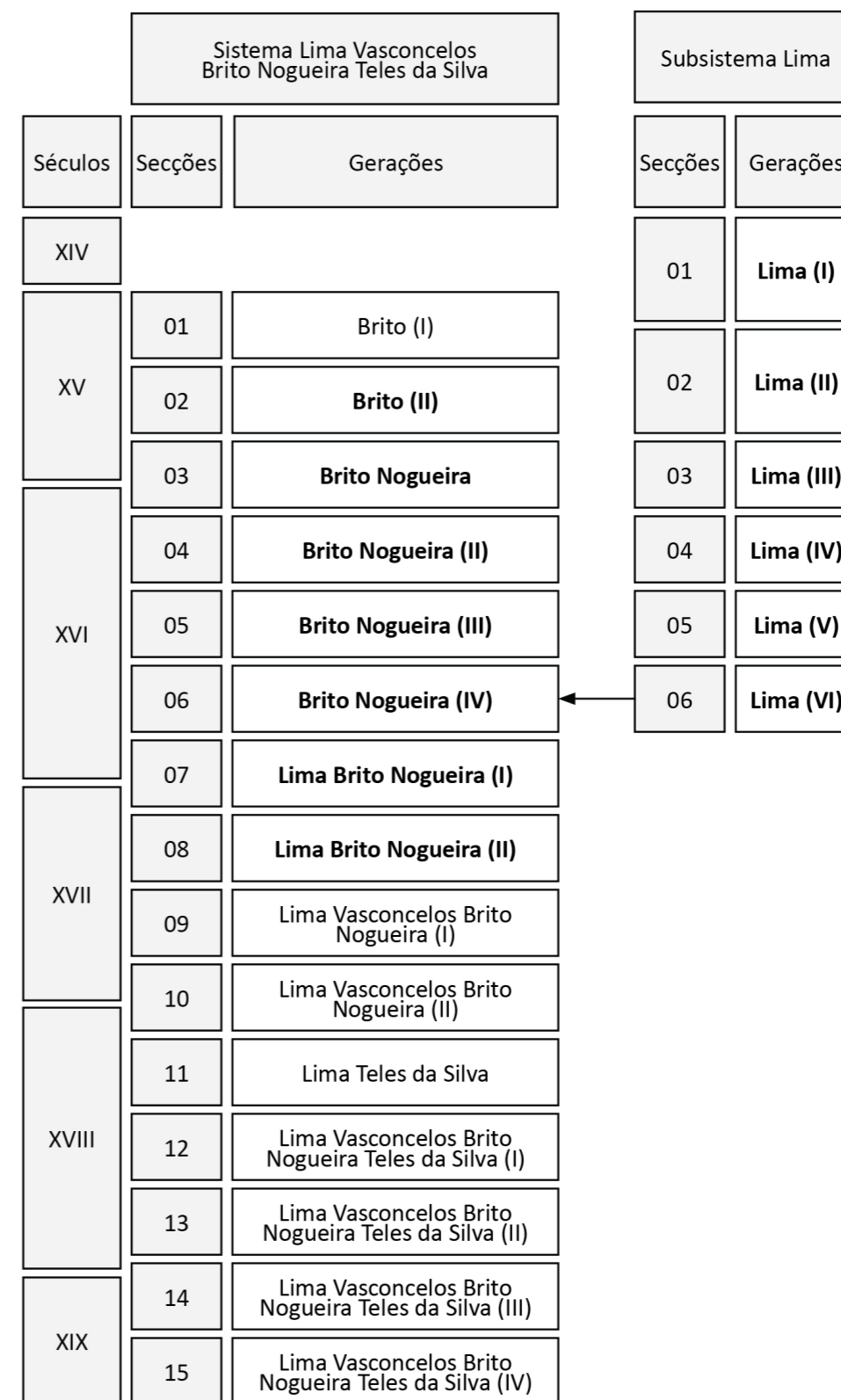
gerações e respetivos produtores, mesmo que tenha saído do sistema principal antes do século XIX, uma vez que foi considerada na nossa análise. No entanto, para a representação no *software* AtoM, como veremos, esta representação não é viável e a documentação que desintegrou o sistema principal, em períodos posteriores à nossa reconstituição, terá de ser, no futuro, representada em associação aos sistemas que passou a integrar. No caso da documentação dos viscondes que se encontra na Biblioteca da Ajuda terá de ser representada a sua inclusão na livraria do conde de Redondo e, depois, na livraria real. Deste modo, o subsistema 5, do Governo das armas do Entre Douro e Minho, apesar de ter dado entrada na geração chefiada por D. Diogo de Lima, acabou por sair do sistema principal nos inícios do século XVIII. Aqui apenas o representamos por dizer respeito ao período que estamos a analisar (Quadro 5).

**Sistema Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva**



**Quadro 5 – Sistema com representação dos subsistemas que deram entrada no período em estudo**

**Sistema Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva e Subsistema Lima**



**Quadro 6 - Contextualização do Subsistema Lima no Sistema Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva**



## Contextualização da produção documental reconstituída para as gerações de Britos Nogueira e Lima Brito Nogueira

### SISTEMA LIMA VASCONCELOS BRITO NOGUEIRA TELES DA SILVA (ATÉ 1686)

#### SC 01 BRITO (I)

##### SSC 01.01 João Afonso de Brito; Violante Nogueira (flor. 1407–1434)

João Afonso de Brito, filho de João Afonso de Brito, o velho, e Maria Gonçalves, foi administrador do morgadio de Santo Estêvão de Beja<sup>938</sup> e senhor da vila de Aveiras “do Fundo”<sup>939</sup>. Casou-se com Violante Afonso Nogueira, filha de Afonso Enes Nogueira, alcaide-mor de Lisboa, e da sua esposa Joana Vaz de Almada. Desta união nasceram: Mem de Brito, Álvaro de Brito, Afonso Nogueira e Isabel de Brito que foi esposa de Gonçalo de Ataíde<sup>940</sup>. Em 1407 já se encontravam casados<sup>941</sup>.

Não foi realizada a reconstituição da produção/receção documental para esta geração.

#### SC 02 BRITO (II)

##### SSC 02.01 Mem de Brito; Grimesa de Melo (1448–1488<sup>942</sup>)

Mem de Brito, filho primogénito de João Afonso Nogueira e de Violante Nogueira, casou-se com Grimesa de Melo, donzela da rainha D. Leonor e filha de Estêvão Soares, senhor de Melo. O casamento talvez tenha ocorrido por volta de 1440<sup>943</sup>. Tiveram os seguintes filhos: o primogénito e sucessor Luís de Brito, João de Brito, Álvaro Nogueira, Gomes Nogueira<sup>944</sup>. Em 1456, Afonso Nogueira, tio materno de Mem de Brito, realizou com ele um acordo sobre a transição, para ele e para os seus descendentes, da administração de um conjunto de vínculos familiares, entre eles o do mestre Pedro em S. Lourenço de Lisboa, com a obrigação do uso do apelido Nogueira<sup>945</sup>. Mem de Brito sucedeu também a seu pai na administração do morgadio de Santo Estêvão de Beja, em 1437<sup>946</sup>. Foi cavaleiro da Casa do rei Afonso V, e, pelo apoio que

---

<sup>938</sup> Sobre este morgadio, vd. subcap. 11.1.

<sup>939</sup> VNC, cx. 8, n.º 9, 10, 11.

<sup>940</sup> VNC, cx. 2, n.º 9, f. 5–5v.

<sup>941</sup> VNC, cx. 5, n.º 11.

<sup>942</sup> Entre parêntesis é indicada a data da produção documental mapeada e não as datas de existência dos produtores. Essas são referidas no texto e nos registos de autoridade inseridos no AtoM (vd. subcap. 8.3).

<sup>943</sup> É referida uma escritura sobre o dote que lhe prometera o rei D. Afonso, em 8 de junho de 1439, e outra de 20 de janeiro de 1440 (sumários em VNC, n.º 2, f. 213r–213v). Num sumário presente na *Relação*, afirma-se que, no ano de 1440, fez o rei D. Afonso dote a D. Grimesa de Melo para casar com Mem de Brito de 2500 coroas de ouro de cunho (VNC, cx. 2, n.º 9, f. [39]).

<sup>944</sup> MORENO, H. Baquero – *A batalha de Alfarrobeira*, p. 747. Em VNC, cx. 2, n.º 9, f. 6, refere-se que Gomes Nogueira foi clérigo, e que este casal teve ainda D. Inês, esposa de Gonçalo Vaz de Melo.

<sup>945</sup> SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 115; VNC, cx. 7, n.º 1, f. 98v; VNC, n.º 2, f. 144v.

<sup>946</sup> O pai abdicou da administração em 1437; tomou posse efetiva do morgadio, após a morte do pai, em 1438 (VNC, cx. 7, n.º 1, f. 31, 155v–156).

certamente lhe prestou na batalha de Alfarrobeira, recebeu a jurisdição de metade da vila de Aveiras, que havia pertencido a Gonçalo de Ataíde<sup>947</sup>. Mem de Brito terá falecido por volta de 1490<sup>948</sup>.

Colocámos sob esta subsecção a documentação produzida por Mem de Brito a partir da data provável do seu casamento com D. Grimanesa até à data da sua morte, por não sabermos quando ocorreu o falecimento de sua esposa. São 33 documentos, produzidos entre 1448 e 1488. Na reconstituição da produção/receção documental desta subsecção, a posse e gestão da propriedade vincular dos morgadios que administrava Mem de Brito assume um peso muito significativo. Há igualmente pedidos para comutação e diminuição de encargos pios de alguns vínculos familiares, apresentações relacionadas com o padroado da igreja de S. Lourenço, posse e confirmação de metade da jurisdição da vila de Aveiras, conhecimentos de empréstimos realizados por Mem de Brito e privilégios concedidos aos seus caseiros.

## **01. SUBSISTEMA NOGUEIRA**

### **SSC 02.02 Mem de Brito (1437)**

Foi administrador do morgadio de Santo Estêvão de Beja e de vários vínculos que foram administrados pelo seu tio Afonso Nogueira. Foi cavaleiro da Casa do rei, e senhor da jurisdição de metade da vila de Aveiras. Nesta subsecção incluímos um documento produzido/recebido em 1437, antes do casamento com D. Grimanesa de Melo, um emprazamento que realizou na qualidade de administrador do morgadio do bispo D. Afonso<sup>949</sup>.

## **SC 03 BRITO NOGUEIRA (I)**

### **SSC 03.01 Luís de Brito Nogueira; Isabel da Cunha (1474–1482)**

Luís de Brito Nogueira I foi o filho primogénito de Mem de Brito e de sua esposa Grimanesa de Melo. Sucedeu a seu pai na administração do morgadio de Santo Estêvão de Beja e de vários vínculos que foram administrados por Afonso Nogueira<sup>950</sup>. Também lhe sucedeu na posse da jurisdição da vila de Aveiras em 1490<sup>951</sup>. Casou-se com Isabel da Cunha, filha de Fernão de Sá, alcaide-mor do Porto, e Filipa da Cunha<sup>952</sup>. Desconhecemos a datas do primeiro matrimónio, pelo que associamos a pouca documentação produzida entre 1474 e 1490, três documentos, a esta subsecção. Deste matrimónio nasceram Estêvão de Brito Nogueira e Mem de Brito.

---

<sup>947</sup> VNC, cx. 8, n.º 25; VNC, n.º 2, f. 213v; MORENO, H. Baquero – *A batalha de Alfarrobeira*, p. 746–747.

<sup>948</sup> VNC, n.º 2, f. 179r.

<sup>949</sup> VNC, cx. 3, n.º 25.

<sup>950</sup> SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 119–120.

<sup>951</sup> VNC, n.º 2, f. 179r.

<sup>952</sup> VNC, cx. 2, n.º 9, f. 6; MORAIS, C. Alão de – *Pedatura lusitana*. Livraria Fernando Machado, 1673, p. 229.

### **SSC 03.02 Luís de Brito Nogueira; Joana de Ataíde (1490–1523)**

Luís de Brito Nogueira casou-se em segundas núpcias com Joana de Ataíde, filha João de Sousa, e juntos fundaram o convento da Rosa, em Lisboa<sup>953</sup>. Já estavam casados em 1490 quando emprazaram uma propriedade pertencente ao morgadio do mestre Pedro<sup>954</sup>. Esta subsecção inclui a produção deste casal, que administrou vários vínculos vindos dos Nogueiras, assim como o morgadio de Santo Estêvão de Beja. Foram contabilizados 114 documentos. Destaca-se a produção relacionada com a aquisição e especialmente com o aforamento de propriedades vinculadas. Joana de Ataíde aparece apenas como interveniente, ao lado do marido, na maioria destes atos escritos. Menos expressiva, mas existente, é a documentação que diz respeito à jurisdição da vila de Aveiras, a tenças reais, ao padroado da igreja de S. Lourenço e à redução de encargos pios dos vínculos. Luís de Brito surge com o apelido Nogueira em dois documentos de 1523<sup>955</sup>. Faleceu entre 20 de dezembro desse ano<sup>956</sup> e junho de 1528<sup>957</sup>.

### **SSC 03.03 Gomes Nogueira (1473)**

Filho de Mem de Brito e de sua esposa Grimanesa de Melo. Foi clérigo e prior da Igreja de S. Lourenço de Lisboa<sup>958</sup>. Nesta subsecção, integramos dois documentos, produzidos em 1473.

## **SC 04 BRITO NOGUEIRA (II)**

### **SSC 04.01 Estêvão de Brito Nogueira; Isabel da Costa (1528–1536)**

Estêvão de Brito foi filho de Luís de Brito Nogueira e de sua primeira esposa Isabel da Cunha<sup>959</sup>. Enquanto esteve casado com Beatriz de Miranda, manteve uma relação com Isabel da Costa<sup>960</sup>. Casou, posteriormente, com D. Isabel, que é referida como sua esposa em 1528<sup>961</sup>. Obteve a confirmação do matrimónio em maio de 1529, recebendo o perdão do núncio papal pelo adultério<sup>962</sup>. Desta relação nasceu Lourenço de Brito Nogueira, que, nesse mesmo ano, já tinha três anos<sup>963</sup>, e que, mais tarde, sucedeu o pai na administração do morgadio de Santo Estêvão de Beja e

---

<sup>953</sup> SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 119–120; GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles, Domingos de Araújo Affonso, 1938. Vol. 7, p. 69.

<sup>954</sup> VNC, cx. 10, n.º 28.

<sup>955</sup> VNC, cx. 11, n.º 15 e 16.

<sup>956</sup> VNC, n.º 2, f. 4r.

<sup>957</sup> VNC, cx. 7, n.º 1, f. 21r.

<sup>958</sup> VNC, cx. 2, n.º 9, f. 6; VNC, cx. 10, n.º 25.

<sup>959</sup> MORAIS, C. Alão de – *Pedatura lusitana*, p. 229.

<sup>960</sup> Há informação contraditória sobre o apelido de D. Isabel. Na maioria dos documentos é apenas referida dessa forma, sem o apelido. No documento de confirmação do casamento é referida como Isabel da Costa (VNC, cx. 1, n.º 34), assim como em alguns documentos depois da morte do marido e como tutora do filho em 1537 (VNC, cx. 60, n.º 46; VNC, n.º 2, f. 49r). No entanto, existe um sumário no *Catálogo do Cartório da Casa* e no *Tombo* que refere o casamento de Estêvão de Brito com Isabel Nunes Álvares, a 29 de agosto de 1529 (VNC, cx. 7, n.º 1, f. 46v; VNC, n.º 2, f. 211r). Não nos foi possível esclarecer esta discrepância.

<sup>961</sup> VNC, cx. 5, n.º 2.

<sup>962</sup> VNC, cx. 1, n.º 34.

<sup>963</sup> VNC, n.º 2, f. 211v–212.



de S. Lourenço de Lisboa<sup>964</sup>. Estêvão de Brito faleceu entre 1536 e 1537, ficando a sua esposa como tutora do filho e administradora dos bens da Casa<sup>965</sup>. Normalmente é referido na documentação como Estêvão de Brito, embora surja em alguns documentos com o apelido Nogueira<sup>966</sup>. Nesta subsecção, incluímos 17 documentos produzidos, entre 1528 e 1536, durante o período em que estiveram casados, até à morte de Estêvão de Brito. Predominam os emprazamentos e transações relacionadas com propriedades pertencentes aos morgadios administrados.

#### **SSC 04.02 Estêvão de Brito (1524–1528)**

Estêvão de Brito sucedeu a seu pai no senhorio de Aveiras em 1528<sup>967</sup> e na administração de alguns vínculos fundados ou transmitidos pelos Nogueiras<sup>968</sup>, estando a maioria da documentação mapeada para esta geração relacionada com a sua gestão. Também foi administrador do morgadio de Santo Estêvão de Beja<sup>969</sup>, embora essa documentação tenha saído do arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira no século XVII pelo facto de a administração deste vínculo ter transitado para a Casa dos Arcos<sup>970</sup>. Está documentada a sua participação nas estruturas governativas da urbe olisiponense como vereador em 1510<sup>971</sup>. Foi casado, em primeiras núpcias, com Beatriz de Miranda, filha de Fernando Gonçalves de Miranda e de sua esposa Branca de Sousa; tendo mantido um relacionamento adulterino com Isabel da Costa enquanto a esposa era viva<sup>972</sup>. Não temos informação sobre as datas deste primeiro matrimónio ou do tempo que durou. Os nove documentos existentes e produzidos entre 1524 e 1528 não lhe fazem referência. Demos apenas o nome de Estêvão de Brito a esta subsecção, que contém emprazamentos de propriedades pertencentes aos morgadios que administrava e um instrumento de posse da jurisdição de Aveiras, antes do seu casamento com Isabel da Costa.

#### **SSC 04.03 Isabel da Costa (1537–1542)**

Segundo Felgueiras Gaio, Isabel da Costa foi filha de Nicolau Vaz de Macedo, capitão de naus da Índia, e Maria da Costa, assim como foi criada de Estêvão de Brito<sup>973</sup>. Com ele manteve uma relação ainda em vida da sua primeira esposa. Casaram-se por volta de 1528, recebendo perdão do núncio papal pelo adultério em 1529<sup>974</sup>. Esta senhora aparece a transacionar propriedades em 1536 e no ano

---

<sup>964</sup> Vd. subcap. 11.1.

<sup>965</sup> O último documento em que intervém é de 25 de janeiro de 1536 (VNC, n.º 2, f. 3–3v), em fevereiro de 1537, sua esposa é referida como viúva (f. 152r).

<sup>966</sup> Como em VNC, cx. 5, n.º 2 ou ANTT, *BACB*, doc. 22.

<sup>967</sup> VNC, cx. 8, n.º 23. Sumário do instrumento em VNC, cx. 7, n.º 1, f. 21.

<sup>968</sup> Vd. subcap. 11.1.

<sup>969</sup> Vd. subcap. 11.1 e 11.2.

<sup>970</sup> Vd. subcap. 12.2.1.

<sup>971</sup> VNC, n.º 2, f. 69v; cx. 7, n.º 1, f. 13r.

<sup>972</sup> VNC, cx. 1, n.º 34; GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*. Vol. 7, p. 69.

<sup>973</sup> *Ibidem*.

<sup>974</sup> VNC, cx. 5, n.º 2; VNC, cx. 1, n.º 34.

seguinte refere estar viúva<sup>975</sup>. O último documento que lhe faz referência é uma quitação de 1542, de pagamentos ao pai do filho<sup>976</sup>, do qual assumiu a tutoria após a morte do marido. Colocamos nesta subsecção quatro empenhamentos e um instrumento de nomeação produzidos após a morte do marido, enquanto foi tutora e administradora dos morgadios de seu filho, Lourenço de Brito Nogueira.

## SC 05 BRITO NOGUEIRA (III)

### SSC 05.01 Lourenço de Brito Nogueira; Antónia da Silva (flor. 1542–1566)

Como em abril de 1529 se refere que tinha 3 anos<sup>977</sup>, Lourenço de Brito deve ter nascido por volta de 1526, sendo filho de Estêvão de Brito e de Isabel da Costa. A mãe ficou como sua tutora após a morte do pai, antes de 1537<sup>978</sup>. Casou com D. Antónia da Silva, filha de João da Silva, senhor de Vagos, e da sua esposa D. Joana de Noronha<sup>979</sup>. Já estariam casados em 1540<sup>980</sup>, uma vez que confirmam juntos um aforamento, que havia sido feito por D. Isabel<sup>981</sup>, tendo o dote para o casamento sido prometido em 1529<sup>982</sup>. Incluímos nesta subsecção oito documentos produzidos entre 1542 e 1566, sendo a maioria empenhamentos de propriedades pertencentes aos morgadios administrados; há mais um instrumento de obrigação e anexação de propriedades ao morgadio de Santa Ana e um catálogo do cartório<sup>983</sup>.

## SC 06 BRITO NOGUEIRA (IV)

### SSC 06.01 Luís de Brito Nogueira; Inês de Lima (1575–1579)

Luís de Brito Nogueira casou-se com D. Inês de Lima, filha do 5.º visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Francisco de Lima e de sua esposa Beatriz de Alcáçova. O casamento ocorreu antes de ter partido para a batalha de Alcácer Quibir, na qual ficou cativo. É possível que o casamento tenha ocorrido por volta de 1575<sup>984</sup> e já tinham um filho, D. Lourenço, quando o pai de D. Inês faleceu em 1578. Luís de Brito procurou que o título e os bens e direitos da Coroa de seu sogro lhes fossem confirmados. No entanto, apenas conseguiu receber, em 1579, a garantia de que o seriam a seu filho<sup>985</sup>. Além de D. Lourenço tiveram uma filha, Beatriz de Lima. D. Inês faleceu antes de 3 de dezembro de 1579<sup>986</sup>. Nesta

---

<sup>975</sup> VNC, n.º 2, f. 145v; VNC, cx. 60, n.º 46.

<sup>976</sup> VNC, n.º 2, f. 215r.

<sup>977</sup> VNC, n.º 2, f. 211v–212r.

<sup>978</sup> VNC, n.º 2, f. 145v; VNC, cx. 60, n.º 46.

<sup>979</sup> GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*. Vol. 7, p. 69. Felgueiras Gaió atribui o apelido Castro a D. Antónia. Na documentação que foi possível consultar durante o mapeamento, é referida como Antónia da Silva.

<sup>980</sup> Embora o contrato entre Estêvão de Brito e João da Silva para o casamento de seus filhos já tivesse sido assinado em abril de 1529 (VNC, n.º 2, f. 211v–212r).

<sup>981</sup> VNC, n.º 2, f. 184v.

<sup>982</sup> VNC, n.º 2, f. 212v.

<sup>983</sup> VNC, cx. 7, n.º 1. Vd. subcap. 11.3.

<sup>984</sup> Se considerarmos que o juro mencionado em VNC, cx. 45, n.º 92 tem alguma relação com o dote de casamento. Vd. subcap. 11.4.

<sup>985</sup> ADB, VVNC, n.º 59, f. 12–19; FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 89–90.

<sup>986</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Filipe I*, lv. 12, f. 181r.

subsecção, colocamos quatro documentos que terão sido produzidos/recebidos durante o período em que estiveram casados, a maioria está relacionada com a tentativa de sucessão na Casa do falecido sogro.

## 02. SUBSISTEMA LIMA

### SSC 06.02 Luís de Brito Nogueira (1579– [1586])

Luís de Brito Nogueira era filho primogénito de Lourenço de Brito, administrador dos morgadios de S. Lourenço de Lisboa e de Santo Estêvão de Beja. Não foi possível precisar em que data sucedeu a seu pai na sua administração. A documentação que se conservou diz respeito às suas ações para suceder na Casa do pai da sua esposa, Inês de Lima. Colocamos nesta subsecção a produção que terá ocorrido após a morte da sua esposa e na qual age na qualidade tutor ou curador de seu filho D. Lourenço<sup>987</sup>. São três documentos-registo, incluindo uma carta de arrematação em que é referido como administrador do morgadio de Gaião<sup>988</sup>. Faleceu a 26 de março de 1586<sup>989</sup>.

### SSC 06.03 Não identificados ([post 1578?])

Foi incluído nesta subsecção um tombo, no qual se catalogou documentação do cartório<sup>990</sup>, que não conseguimos atribuir com segurança a esta geração ou à seguinte, chefiada por Lourenço de Lima.

## SC 07 LIMA BRITO NOGUEIRA (I)

### SSC 07.01 Lourenço de Lima Brito e Nogueira; Luísa de Távora (1586–1615)

O visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima, já se encontrava casado com Luísa de Távora em fevereiro de 1586<sup>991</sup>. D. Luísa era filha de Antónia de Távora e Luís da Alcáçova Carneiro, filho primogénito do secretário régio e vedor da Fazenda António de Alcáçova Carneiro, 1.º conde de Idanha, e conselheiro de Estado de Filipe I<sup>992</sup>. Por via materna, esta senhora era neta de D. Catarina de Távora e de Lourenço Pires de Távora<sup>993</sup>. D. Lourenço, numa apostila de 4 de setembro de 1591, obteve a confirmação real do título e da sucessão nos bens e direitos da Coroa que haviam pertencido a seu avô, tendo sido obrigado a adotar o apelido Lima em primeiro lugar<sup>994</sup>. Sucedeu a seu pai na administração dos morgadios de S. Lourenço de Lisboa e de Santo Estêvão de Beja<sup>995</sup>, depois de este ter falecido em março de 1586<sup>996</sup>. A esposa Luísa de Távora fez o

---

<sup>987</sup> VNC, cx. 37, n.º 9, f. 6v.

<sup>988</sup> VNC, cx. 8, n.º 4. Vd. subcap. 11.4.

<sup>989</sup> Referência feita no início do *Livro de criados que ordenei em janeiro princípio do ano de mil seiscentos e catorze* (BA, 51-V-55).

<sup>990</sup> VNC, n.º 2. Vd. subcap. 11.4.

<sup>991</sup> VNC, cx. 53, n.º 91.

<sup>992</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 90.

<sup>993</sup> VNC, cx. 53, n.º 93.

<sup>994</sup> VNC, cx. 12, n.º 6, f. 3r.

<sup>995</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 90.

<sup>996</sup> Referência feita no início do *Livro de criados que ordenei em janeiro princípio do ano de mil seiscentos e catorze* (BA, 51-V-55).

seu testamento em 1605 e faleceu antes de 20 de março de 1615<sup>997</sup>. Deste casamento nasceram muitos filhos: Luís de Lima, 1.º conde dos Arcos; António de Lima; João Fernandes de Lima, marquês de Tenório; Leonel de Lima; Francisco de Lima; Diogo de Lima; Maria de Lima; Inês, Beatriz, Antónia e Catarina de Lima<sup>998</sup>. Nesta subsecção, colocamos a documentação produzida/recebida pelo casal administrador da Casa, incluindo documentação de procuradores e criados até à morte de D. Luísa de Távora.

### **SSC 07.02 Lourenço de Lima Brito Nogueira (1580–1649)**

Filho de Luís de Brito Nogueira e de Inês de Lima, D. Lourenço recebeu o título de visconde de Vila Nova de Cerveira e sucedeu a seu avô, D. Francisco de Lima, num conjunto de bens e direitos da Coroa situados na região minhota. Recebeu um alvará de lembrança do cardeal-rei a 3 de dezembro de 1579, já depois da morte de sua mãe<sup>999</sup>. Filipe I confirmou-lhe, mais tarde, essas mercês, a 7 de janeiro de 1583, caso tomasse uma esposa que lhe agradasse<sup>1000</sup>. Em 1623, recebeu as honras de conde no seu título<sup>1001</sup>. Exerceu funções na defesa dos portos do Entre Douro e Minho, durante a união dinástica<sup>1002</sup>. Depois da Restauração, foi membro do Conselho do rei D. João IV<sup>1003</sup>. Em 1635, fez o seu testamento<sup>1004</sup> e, em 1646, renunciou ao título de visconde de Vila Nova de Cerveira em seu filho, D. Diogo de Lima<sup>1005</sup>. Faleceu em maio de 1649<sup>1006</sup>. Incluímos nesta subsecção documentos produzidos /recebidos sendo D. Lourenço solteiro e, depois, viúvo; consideramos pertencer igualmente a esta divisão a correspondência recebida no âmbito do exercício de funções “públicas”, encontrando-se a maioria depositada na Biblioteca da Ajuda<sup>1007</sup>.

## **03. SUBSISTEMA LIMA BRITO**

### **SSC 07.03 Beatriz de Lima (1582)**

Filha de Luís de Brito Nogueira e de Inês de Lima, irmã de D. Lourenço de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira. Foi freira no convento da Rosa, em Lisboa<sup>1008</sup>. A 18 de novembro de 1582,

---

<sup>997</sup> VNC, cx. 21, n.º 87, estando o instrumento de abertura de 1615 nas f. 3v–4r.

<sup>998</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 90–92; VNC, cx. 2, n.º 11, f. 20; BA, 54-XIII-21, n.º 22; num texto genealógico em BA, 51-V-17, f. 230v–232r. Uma filha chamada D. Joana de Lima é também referida em: BA, 54-XIII-21, n.º 29; VNC, cx. 2, n.º 11, f. 20; OLIVEIRA, Ana Lúcia P. de – *Cartas de amor. Correspondência de D. Joana de Vasconcellos e Meneses para seu marido D. Diogo de Lima 1642/1644. I - estudo introdutório*. Porto: FLUP, 1997. Dissertação de mestrado, p. 31.

<sup>999</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Filipe I*, lv. 12, f. 181r.

<sup>1000</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 90.

<sup>1001</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Filipe III*, lv. 1, f. 182.

<sup>1002</sup> BA, 51-V-17, f. 229–230v.

<sup>1003</sup> BA, 52-IX-4 e 5.

<sup>1004</sup> VNC, cx. 29, n.º 1.

<sup>1005</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 90.

<sup>1006</sup> A 1 de maio ainda estava vivo (BA, 54-XIII-7, n.º 139) e a 3 de maio já havia falecido (VNC, cx. 54, n.º 22).

<sup>1007</sup> Vd. Apêndice A.2.

<sup>1008</sup> VNC, cx. 21, n.º 87, f. 2v.

recebeu uma carta de padrão de 40 000 réis de tença de juro e herdade dada por D. Filipe I, os quais lhe pertenciam por falecimento de sua mãe<sup>1009</sup>. Incluímos o documento nesta subsecção.

#### **SSC 07.04 Não identificados (1647-[a. 1675])**

São considerados nesta subsecção documentos que não conseguimos atribuir com segurança a um produtor desta geração ou da seguinte, nomeadamente documentos produzidos na transição da administração de D. Lourenço para seu filho D. Diogo de Lima, depois de 1646.

### **SC 08 - LIMA BRITO NOGUEIRA (II)**

#### **SSC 08.01 - Diogo de Lima Brito Nogueira; Joana de Vasconcelos (1642–1653)**

Diogo de Lima casou-se com D. Joana de Vasconcelos em 1642<sup>1010</sup>. Esta havia sido casada, em primeiras núpcias, com Rui Matos de Noronha, conde de Armamar, que foi executado em 1641 por conspirar contra D. João IV<sup>1011</sup>. D. Joana era filha única e sucessora de João Luís de Vasconcelos e Meneses e de Maria de Noronha, tendo, por esta via, entrado na Casa dos viscondes os bens da Coroa de que fora donatário, o morgadio de Soalhães e algumas capelas instituídas por ascendentes seus<sup>1012</sup>. Deste matrimónio nasceram vários filhos<sup>1013</sup>, entre eles, o sucessor no título e na Casa, D. João Fernandes de Lima e Vasconcelos. Nesta subsecção, colocámos a documentação produzida/recebida pelo casal administrador da Casa, incluindo documentação de procuradores e criados até à morte de D. Joana de Vasconcelos, que ocorreu a 24 de dezembro de 1653<sup>1014</sup>.

## **04. SUBSISTEMA VASCONCELOS E MENESES**

#### **SSC 08.02 – Diogo de Lima Brito Nogueira (1632–1686)**

Diogo de Lima começou por seguir a carreira eclesiástica, tendo frequentado o Real Colégio de S. Paulo da Universidade de Coimbra<sup>1015</sup>, onde se doutorou em Teologia<sup>1016</sup>. No período da Restauração, apoiou D. João IV e investiu na carreira militar, tendo sido em diferentes períodos governador das armas da província do Entre Douro e Minho<sup>1017</sup>. Desempenhou o cargo de presidente da Junta do Comércio<sup>1018</sup>, foi estribeiro-mor de D. Afonso VI<sup>1019</sup> e membro do Conselho

---

<sup>1009</sup> VNC, cx. 14, n.º 33.

<sup>1010</sup> VNC, cx. 32, n.º 19.

<sup>1011</sup> OLIVEIRA, Ana Lúcia P. de – *Cartas de amor, I*, p. 3, 27–28.

<sup>1012</sup> VNC, cx. 2, n.º 10.

<sup>1013</sup> Vd. Apêndice B, Esquema genealógico 3.

<sup>1014</sup> VNC, cx. 22, n.º 7; BA, 54-V-30, n.º 3eeee.

<sup>1015</sup> BA, 51-VIII-23, f. 390 e ss.

<sup>1016</sup> SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa real portugueza*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, Academia Real, 1747. Vol. 12, Parte I, p. 117; MENEZES, Dom Luís de – *Historia de Portugal restaurado*. Lisboa: Offic. de João Galvão, 1679. Vol. 1, p. 748.

<sup>1017</sup> Vd. subcap. 12.2.

<sup>1018</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI*, lv. 22, f. 127v–128r; BA, 54-IX-22, n.º 200.

<sup>1019</sup> BA, 51-VIII-45, f. 263.

de Estado<sup>1020</sup>. Sucedeu a seu pai, D. Lourenço de Lima, no título de visconde de Vila Nova de Cerveira em setembro de 1646<sup>1021</sup> e na administração da Casa em 1649<sup>1022</sup>. Nessa altura, já estava casado com D. Joana de Vasconcelos<sup>1023</sup>, filha única e sucessora de D. João de Luís Vasconcelos e Meneses, descendente dos condes de Penela. D. Diogo faleceu entre o final de abril e o início de maio de 1686<sup>1024</sup>. Nesta secção incluímos a documentação que produziu e recebeu sendo solteiro e viúvo, assim como consideramos pertencer-lhe a correspondência que diz respeito às funções “públicas” que exerceu, estando a maioria depositada na Biblioteca da Ajuda<sup>1025</sup>.

#### **05. SUBSISTEMA GOVERNO DAS ARMAS DO ENTRE DOURO E MINHO**

#### **06. SUBSISTEMA LIMA SOTOMAIOR**

##### **SSC 08.03 – Antónia de Lima (1668–1669)**

Filha do visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima e de sua esposa D. Luísa de Távora. Nesta subsecção, existem quatro cartas que recebeu de seu irmão, marquês de Tenório, depois de realizadas as pazes definitivas com Castela em 1668, abordando assuntos relacionados com a sucessão na Casa dos viscondes<sup>1026</sup>. Era freira no mosteiro da Rosa, em Lisboa<sup>1027</sup>.

##### **SSC 08.04 – Inês de Lima (1668)**

Filha do visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima e de sua esposa D. Luísa de Távora. Nesta subsecção, existe uma carta que recebeu de seu irmão, marquês de Tenório, depois de realizadas as pazes definitivas com Castela em 1668<sup>1028</sup>. Era freira no mosteiro da Rosa, em Lisboa<sup>1029</sup>.

##### **SSC 08.05 – Não identificados ([1667–1686])**

São considerados nesta subsecção documentos que não conseguimos atribuir com segurança a um produtor desta geração ou da seguinte, nomeadamente documentos produzidos na transição da administração de D. Diogo para seu filho D. João Fernandes de Lima, depois de 1667.

---

<sup>1020</sup> BA, 52-IX-4 a 12.

<sup>1021</sup> VNC, cx. 11, n.º 26, 27.

<sup>1022</sup> Referência no sumário de um documento em VNC, cx. 2, n.º 11, f. [25v] e VNC, cx. 2, n.º 9, f. 75v (a escritura estaria no mç. 3, n.º 89).

<sup>1023</sup> VNC, cx. 32, n.º 19.

<sup>1024</sup> Seu filho, D. João Fernandes de Lima e Vasconcelos, tomou posse dos bens que ficaram por morte do pai no dia 2 de maio, vd. VNC, cx. 16, n.º 58. D. Diogo ainda estava vivo no final de abril (VNC, cx. 16, n.º 8, f. 4v).

<sup>1025</sup> Vd. Apêndice A.2.

<sup>1026</sup> VNC, cx. 27, n.º 41, 62, 96 e 98.

<sup>1027</sup> BA, 54-XIII-21, n.º 16; 54-XIII-21, n.º 22; 51-V-17, f. 232; VNC, cx. 22, n.º 46.

<sup>1028</sup> VNC, cx. 27, n.º 40.

<sup>1029</sup> BA, 54-XIII-21, n.º 16; 54-XIII-21, n.º 22; 51-V-17, f. 232.

# Contextualização da produção documental das gerações dos Limas

## 02. SUBSISTEMA LIMA

### SC 01 LIMA (I)

#### SSC 01.01 Fernão Eanes de Lima (1371–1398)

Fidalgo de origem galega, filho de Álvaro Rodrigues de Lima e Inês Fernandes de Sotomaior. Apoiou D. João I na guerra contra Castela, nomeadamente no cerco a Tui em 1398. Este monarca havia-lhe prometido fazer doação de toda a terra de Valdevez com a sua jurisdição mero e misto império, de juro e herdade<sup>1030</sup>, a 23 de maio desse ano, caso o viesse a servir. O que veio a suceder e, a 24 de junho, doou-lhe todos os direitos e rendas devidos à Coroa pela terra de Valdevez mais a casa<sup>1031</sup> de Giela com as suas pertenças<sup>1032</sup>, e, a 30 de dezembro de 1398, nomeou-o coudel nas terras e julgados de Fraião, Coura, São Martinho, Santo Estêvão, Geraz e Valdevez<sup>1033</sup>. No ano seguinte, a 2 de janeiro, este fidalgo recebeu a jurisdição destas terras de juro e herdade<sup>1034</sup>, que lhe foram confirmadas a 11 de dezembro de 1405<sup>1035</sup>. Fernão foi casado com D. Teresa da Silva, da linhagem dos Silva. No entanto, não é conhecida a data em que foi celebrado o matrimónio. A primeira referência documental conhecida ao facto de serem casados está no testamento de Fernão Eanes de Lima, redigido em 1411, no qual a esposa é nomeada sua testamenteira<sup>1036</sup>. Tiveram o primogénito Álvaro Rodrigues de Lima, precocemente falecido, Leonel de Lima, Rui Gomes e uma filha que foi abadessa<sup>1037</sup>. É provável que o casamento tenha ocorrido depois da fixação de Fernão de Lima na região minhota, pelo que colocámos quatro doações que recebeu, entre 1371 e 1398, numa subsecção apenas com o seu nome. Faleceu antes de 8 de dezembro de 1416<sup>1038</sup> e foi sepultado no mosteiro de Fiães (atual concelho de Melgaço) de acordo com a vontade que deixou expressa no seu codicilo feito a 1 de fevereiro de 1411<sup>1039</sup>.

<sup>1030</sup> VNC, cx. 13, n.º 1. Cf. SILVA, Armando M. da et al. – *Casas armoriadas*. Vol. 7, p. 433–434.

<sup>1031</sup> Certamente com o sentido de casa fortificada (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – *A família Lima*, p. 37).

<sup>1032</sup> VNC, cx. 12, n.º 7. Também em ANTT, *Ch. D. João I*, lv. 2, f. 145v–146, publ. em ANDRADE, Amélia Aguiar; KRUS, Luís (eds.) – *Valdevez medieval. Documentos. II. Arquivos de Lisboa 1300–1479*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2001. Vol. 2, p. 116–117.

<sup>1033</sup> ADB, VVNC, n.º 2. Também em *Leitura Nova*, publ. em *Ibid.*, p. 118–119.

<sup>1034</sup> Publ. em *Ibid.*, p. 120–121.

<sup>1035</sup> Publ. em *Ibid.*, p. 127–128.

<sup>1036</sup> Com um primo de Fernão Eanes de Lima, Diogo Gomes de Abreu, vd. pública-forma em ADB, VVNC, n.º 31.

<sup>1037</sup> Referidos no testamento de Teresa da Silva em AMVCT, AFG, 65230D.

<sup>1038</sup> Numa carta de sentença que alcançou Teresa da Silva, através do seu procurador, sobre a quinta de Anyom e o lugar de Sá, inserta em outra de 12 de janeiro de 1418, é referida como “mulher que foy de Fernam Eanes de Lima”, publ. em SILVA, Armando M. da et al. – *Casas armoriadas*. Vol. 7, p. 603–605, doc. 2. Figueiredo da Guerra afirma que este fidalgo terá falecido em 1422 (GUERRA, Luís Figueiredo da – *Fernão Anes de Lima*, p. 267), mas não sabemos em que fonte se baseou.

<sup>1039</sup> ADB, VVNC, n.º 31.

## SSC 01.02 Teresa da Silva (1432–1445)

No seu testamento, Teresa da Silva declara ser filha de Rui Gomes da Silva, que se encontrava sepultado em Santa Maria de *Currello*<sup>1040</sup>. No entanto, Braamcamp Freire e outros autores chegaram a referir como possíveis pais João Gomes da Silva, copeiro-mor de D. João I e 1.º senhor de Vagos, e a sua esposa Margarida Coelho, descendente de Egas Coelho, 1.º senhor de Montalvo e mestre-sala de D. João I de Castela<sup>1041</sup>. De qualquer forma, terá ligação à linhagem dos Silva<sup>1042</sup>. A primeira referência documental conhecida a esta senhora é de 1411, no testamento de seu marido, Fernão Eanes de Lima<sup>1043</sup>. A 25 de agosto de 1445 ainda vivia, pois mandou fazer uma adição ao seu testamento de 9 de agosto de 1442<sup>1044</sup>. Instituiu uma capela no Turcifal<sup>1045</sup> e seu filho, D. Leonel de Lima, tê-la-á dotado com um conjunto de propriedades<sup>1046</sup>. Numa cópia não autenticada dessa doação, D. Leonel afirmava que sua mãe jazia nessa capela, situada na igreja da Madalena no Turcifal, no termo da vila de Torres Vedras<sup>1047</sup>. Os documentos identificados foram produzidos já depois de estar viúva. Nesta subsecção, incluímos uma pública-forma do testamento do marido e o seu próprio testamento e codicilo.

## SC 02 LIMA (II)

### SSC 02.01 Leonel de Lima; Filipa da Cunha (1433–1484)

O casamento entre Leonel de Lima e Filipa da Cunha foi negociado pelo próprio monarca que, por uma carta régia de 12 de abril de 1432, concedeu um dote de 3500 coroas de ouro, que deveriam ser

---

<sup>1040</sup> AMVCT, AFG, 65230D. A mesma filiação também é referida numa genealogia, provavelmente redigida ou copiada no século XVI, vd. ADB, VVNC, n.º 59, f. 8.

<sup>1041</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 79; GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles, Domingos de Araújo Affonso, 1939. Vol. 17, p. 120; MORENO, H. Baquero – *A batalha de Alfarrobeira*, p. 832. Numa resenha sobre a família dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, provavelmente redigida do século XVII e feita com base em outras crónicas, também é referida esta filiação (VNC, cx. 14, n.º 10, f. [7v]).

<sup>1042</sup> Referidos no seu testamento (AMVCT, AFG, 65230D).

<sup>1043</sup> Com um primo de Fernão Eanes de Lima, Diogo Gomes de Abreu, cf. ADB, VVNC, n.º 31.

<sup>1044</sup> AMVCT, AFG, 65230D.

<sup>1045</sup> Alguns sumários presentes no inventário do cartório de Ponte de Lima redigido em 1675–77 fazem referência a esta capela do Turcifal: um instrumento de posse da capela, o seu estatuto, uma doação de Leonel de Lima à capela e uma doação da capela da senhora D. Teresa da Silva (VNC, cx. 14, n.º 9, f. 4, 8v, 30). Temos ainda conhecimento de que os descendentes de Teresa da Silva foram administradores dessa capela, nomeadamente D. Francisco de Lima, seu bisneto, que, em 1528, aparece a emprazar três courelas de oliveiras, no termo de Azambuja, que a ela pertenciam (VNC, cx. 4, n.º 6).

<sup>1046</sup> Esta doação está sumariada no inventário do cartório de Ponte de Lima de 1675–77 (VNC, cx. 14, n.º 9, f. 8v), existindo uma cópia parcial não autenticada e com letra que parece ser do século XVII que permanece no arquivo do Eng.º Vasconcelos e Sousa (VNC, cx. 60, n.º 89). Falta a parte do documento em que estaria a data. D. Leonel refere que a mãe já havia falecido e que a doação à sua capela é feita em agradecimento pelo investimento que nele fez quando era solteiro para que estivesse no Paço do príncipe D. Duarte segundo o seu estado.

<sup>1047</sup> VNC, cx. 60, n.º 89. Não encontramos até ao momento mais elementos que nos permitam confirmar esta informação. Figueiredo da Guerra referiu que D. Teresa jazia em Ponte de Lima, na capela do Convento de Santo António (GUERRA, Luís Figueiredo da – *Fernão Anes de Lima*, p. 267), o que será certamente um engano pois esta casa conventual apenas foi fundada em 1481 pelo seu filho e nora (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – *A família Lima*, p. 55). Eventualmente, os seus restos mortais podem ter sido posteriormente trasladados.



gradualmente pagas pelo almoxarifado de Ponte de Lima com as rendas e direitos arrecadados na Feira do Ladário. Já para o pagamento das arras de 1500 coroas de ouro, autorizou que Leonel de Lima recorresse às rendas das terras de Valdevez e de Santo Estêvão<sup>1048</sup>. Deste matrimónio nasceram dez filhos<sup>1049</sup>. D. Leonel obteve a confirmação dos bens da Coroa que pertenceram a seu pai e irmão por D. Duarte em 1443 e por Afonso V em 1449. Depois da morte de D. Duarte as suas posições durante a crise da regência oscilaram, mas, em 1449, em Alfarrobeira, foi ao lado de D. Afonso V que combateu<sup>1050</sup>. Um ano depois da batalha foi nomeado para o Conselho real<sup>1051</sup>. Em 1454, passou de escudeiro a cavaleiro da Casa real<sup>1052</sup> e recebeu o cargo de guarda-mor dos portos de Valença do Minho. Esteve presente na campanha de Tânger de 1437<sup>1053</sup>, ajudou o rei na conquista de Alcácer em 1458<sup>1054</sup>, e em Toro no contexto da guerra de sucessão de Castela, após a morte de Henrique IV, apoiando o monarca na defesa dos direitos da sua esposa, D. Joana, e nas suas pretensões ao trono de Castela, em 1476. Em 1464, foi nomeado alcaide-mor do castelo de Ponte de Lima. Recebeu várias tenças, assim como doações patrimoniais, nomeadamente o senhorio de Vila Nova de Cerveira em 1471, a terra de Beiral de Lima em 1475 e a 4 de maio de 1476 recebeu o título de visconde de Vila Nova de Cerveira e o tratamento de Dom<sup>1055</sup>. Nesta subsecção consideramos a produção/receção documental durante o período em que foram casados, até ao falecimento de D. Filipa da Cunha, a 7 de setembro de 1486<sup>1056</sup>. Num total de 15 documentos identificados, estão várias mercês régias concedidas a Leonel de Lima.

### **SSC 02.02 Leonel de Lima (1430–1490)**

Filho secundogénito de Fernão Eanes de Lima e de Teresa da Silva. Começou por ser criado da Casa do infante D. Duarte e veio a suceder a seu irmão Álvaro Rodrigues de Lima, que faleceu prematuramente sem descendentes legítimos, nos bens da Coroa que pertenceram a seu pai: as terras de Valdevez, Coura, Fraião, São Martinho, Santo Estêvão e Geraz, e a casa de Giela. Recebeu para isso autorização de D. João I a 24 de janeiro 1429, pois esta sucessão contrariava a lei geral do reino<sup>1057</sup>. Casou-se com Filipa da Cunha

---

<sup>1048</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 80.

<sup>1049</sup> *Ibid.*, p. 85.

<sup>1050</sup> Sobre esta questão, vd. MORENO, H. Baquero – *A batalha de Alfarrobeira*, p. 834; MORENO, H. Baquero – Um fidalgo minhoto de ascendência galega: Leonel de Lima. Em *I Colóquio Galaico-Minhoto: atas*. Ponte de Lima: Associação Cultural Galaico-Minhota, 1981, p. 261–263.

<sup>1051</sup> CARVALHO, Patrícia; DINIZ, Sofia – Os Limas e a política de D. Manuel I, p. 261.

<sup>1052</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – D. Leonel de Lima. Em ABREU, João Gomes de; VIEIRA, Amândio de Sousa (eds.) – *Figuras limianas*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 2008, p. 35.

<sup>1053</sup> CRUZ, Abel dos Santos – *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV: 1415–1464*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995. Dissertação de mestrado, p. 116, 130, nt. 10.

<sup>1054</sup> Participação na conquista de Alcácer Ceguer e serviço até ao 2.º cerco, vd. *Ibid.*, p. 199.

<sup>1055</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – D. Leonel de Lima, p. 34; FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 79–80.

<sup>1056</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 80, 85.

<sup>1057</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima, p. 47–48

em 1432, que faleceu a 7 de setembro de 1486<sup>1058</sup>. Leonel de Lima faleceu a 13 de abril de 1495<sup>1059</sup> e foi sepultado no convento de Santo António de Ponte de Lima, que fundou com a sua esposa em 1481. No ano anterior, haviam fundado um albergue ou hospital para peregrinos, também em Ponte de Lima, tendo D. Leonel deixado no seu testamento, feito a 11 de abril de 1495, um conjunto de propriedades para o seu sustento<sup>1060</sup>. Nesta subsecção foram consideradas as sentenças que alcançou e os emprazamentos e vendas que realizou sendo solteiro e viúvo, num total de sete documentos.

### **SSC 02.03 Filipa da Cunha (1430)**

Filha de Álvaro da Cunha, senhor de Pombeiro, e de Brites de Melo. Da parte do pai, era neta de D. Leonor de Teles e do seu primeiro marido, João Lourenço da Cunha, e sobrinha da rainha D. Beatriz esposa de D. João I de Castela<sup>1061</sup>. Da parte materna, era descendente dos senhores de Melo. Tornou-se 1.ª viscondessa de Vila Nova de Cerveira depois da mercê concedida a seu marido a 4 de maio de 1476. Está sepultada na capela de Nossa Senhora da Piedade do convento de Santo António de Ponte de Lima, que fundou com o marido em 1481<sup>1062</sup>. Nesta subsecção foi considerada a produção antes do seu casamento com Leonel de Lima. Foi apenas identificada uma sentença relativa às rendas as Quinta da Lousa.

### **SSC 02.04 Álvaro Rodrigues de Lima (1425)**

Álvaro Rodrigues de Lima foi filho primogénito de Fernão Eanes de Lima e de Teresa da Silva. Faleceu por volta de 1427–1428<sup>1063</sup>, pois a 24 de janeiro de 1429 já seu irmão Leonel de Lima era confirmado por D. João I como seu sucessor nos lugares e terras de Fraião, Coura, São Martinho, Santo Estêvão, Geraz, e Valdevez, assim como na casa de Giela, com todas as suas pertenças. Não se chegou a casar e não deixou descendência legítima<sup>1064</sup>. Foi sepultado junto à porta da igreja paroquial de Giela<sup>1065</sup>. Nesta subsecção foi considerada a produção enquanto assumiu a chefia da Casa até à sua morte. Foi apenas identificada uma sentença, de 1425, sobre os seus direitos de caça no julgado de Valdevez.

---

<sup>1058</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 80, 85.

<sup>1059</sup> *Ibid.*, p. 85.

<sup>1060</sup> Referido em VNC, cx. 2, n.º 9, f. [61–61v] e em LEMOS, Miguel R. dos Reis – *Anais municipais de Ponte de Lima*, p. 110–111. A partir da referência de Miguel Roque tentámos localizar a ação cível de 1872 em que estaria incorporado o testamento original de D. Leonel. Foram efetuadas pesquisas no Arquivo Distrital do Porto, no arquivo do Tribunal da Relação do Porto, no Arquivo Distrital de Viana do Castelo e no arquivo do Tribunal de Ponte de Lima. Contudo, não foi possível encontrar o processo e o testamento. Deixamos um agradecimento especial às funcionárias do ADVCT e à sua diretora, Dr.ª Clotilde Amaral, assim como à D. Fernanda do Tribunal de Ponte de Lima.

<sup>1061</sup> ADB, VVNC, n.º 59, f. 4v–5r, 6r–7v.

<sup>1062</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 80, 85.

<sup>1063</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – *A família Lima*, p. 47, nt. 138.

<sup>1064</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 79.

<sup>1065</sup> GUERRA, Luís Figueiredo da – Fernão Anes de Lima, p. 267, segundo informação presente no *Memorial de Calheiros*, que transcreve parcialmente nas páginas 270–271.

## SC 03 LIMA (III)

### SSC 03.01 João de Lima; Catarina de Ataíde (1482–1485)

João de Lima ter-se-á casado com D. Catarina de Ataíde antes de 15 de abril de 1469<sup>1066</sup>, embora o seu contrato de casamento só tenha sido aprovado pelo monarca a 9 de setembro de 1472<sup>1067</sup>. Nesse contrato vem referido o dote e arras de 3000 coroas de ouro para a compra de bens de raiz e a administração do morgadio, capela e hospital de Gaião, no termo de Santarém<sup>1068</sup>. D. Catarina recebeu esse dote de seu irmão Pero Gonçalves de Ataíde, em 1468<sup>1069</sup>. Esta senhora era filha de Gonçalo de Ataíde e de Isabel de Brito, e foi donzela da Casa da infanta D. Joana<sup>1070</sup>. Do seu casamento nasceram Fernando de Lima que morreu moço, Francisco de Lima, Simão de Lima, que foi frade, e Diogo de Lima, capitão na Índia<sup>1071</sup>. Durante o período em que estiveram casados, D. João participou, em 1476, com seu pai, Leonel de Lima, na batalha de Toro<sup>1072</sup>. Nesse mesmo ano, o seu progenitor recebeu o título de visconde e o tratamento por *Dom*, sendo esta última mercê estendida a João de Lima por ser o primogénito. Em 1475, já havia recebido de D. Afonso V a doação vitalícia da vila de Vila Nova de Cerveira, com todos os direitos e rendas devidos à Coroa, que se efetivaria após a morte de D. Leonel, e o mesmo em relação ao reguengo de Ponte de Lima com todas as suas rendas e direitos<sup>1073</sup>. Nesta subsecção, foram consideradas duas mercês que recebeu no intervalo de tempo em que esteve casado com D. Catarina, que faleceu antes 6 de julho de 1494<sup>1074</sup>, data em que D. João já se encontrava casado com Isabel de Melo.

### SSC 03.02 João de Lima; Isabel de Melo (1496–1506)

D. João de Lima casou-se com D. Isabel de Melo, filha de Martim Afonso de Melo, 7.º senhor de Melo, e de Brites de Sousa, antes de 6 de julho de 1494, data em que esta é referida numa carta de padrão de uma tença concedida ao marido. Deste matrimónio nasceu apenas uma filha, Beatriz de Lima, que foi freira no mosteiro da Madre Deus. D. Isabel sobreviveu a seu marido, que terá falecido entre 1507 e o início de 1508, sendo ainda viva em 1533<sup>1075</sup>. Nesta subsecção, foi considerada a produção/receção documental durante o período em que estiveram casados até ao falecimento de D. João de Lima, num total de 16 documentos, que incluem algumas cartas de

---

<sup>1066</sup> ANTT, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo 274, f. 11–12.

<sup>1067</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima, p. 61.

<sup>1068</sup> *Ibidem*.

<sup>1069</sup> Sobre a renúncia e o acordo feito com a irmã em 1468, insertas na confirmação de D. Afonso V de 1469, v. a confirmação feita em 1497 em ANTT, *Leitura Nova*, Estremadura, lv. 9, f. 1v–3.

<sup>1070</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 86.

<sup>1071</sup> *Ibid.*, p. 88. SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima, p. 61–62

<sup>1072</sup> CARVALHO, Patrícia; DINIZ, Sofia – Os Limas e a política de D. Manuel I, p. 263. SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima, p. 60–61. Estas participações, ao lado do pai, tanto na tomada de Alcácer, Tânger e Arzila, como nas guerras com Castela também são relatadas numa resenha sobre a história da família em ADB, VVNC, n.º 59, f. 15r.

<sup>1073</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima, p. 61.

<sup>1074</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 88.

<sup>1075</sup> *Ibidem*.

privilégio ou a sua confirmação, assim como vários instrumentos de empraçamento. Este fidalgo sucedeu a seu pai, obtendo, a 27 de abril de 1496, carta de confirmação do título de visconde de Vila Nova de Cerveira, e, associado ao título, passou a receber a tença de 50 000 reais brancos. Sucedeu também na alcaidaria-mor de Ponte de Lima e como donatário da vila de Vila Nova de Cerveira e das terras de Fraião, Coura, S. Martinho, Santo Estêvão, Geraz, Valdevez, de Beiral de Lima, da casa de Giela com todas as suas pertenças e das devesas de Ponte de Lima. Recebeu cartas de confirmação de D. Manuel I em 1496 e em 1497, renovadas em 1501. Nessa altura, já estaria perto dos 70 anos. A 17 de abril de 1508 já havia falecido, pois seu filho D. Francisco recebeu nessa data a carta de mercê do título de visconde de Vila Nova de Cerveira<sup>1076</sup>.

### **SSC 03.03 João de Lima (1465)**

Filho primogénito de Leonel de Lima e de Filipa da Cunha, marcou, tal como seu pai, presença na corte régia, sendo referido como vassalo do rei desde 1459, fidalgo da Casa real e membro do seu Conselho desde 1471. A proximidade ao rei e a confiança que tinha na sua lealdade confirmam-se pela sua nomeação para guarda-mor de D. João II a 16 de abril de 1482 e pela ocupação do cargo de governador da Casa da princesa D. Joana, irmã do monarca<sup>1077</sup>. Durante o reinado de Afonso V e em vida de seu pai, acompanhou-o em momentos importantes como na conquista de Alcácer Ceguer, em 1458, e aí permaneceu e prestou serviço até 1462. Em 1461 recebeu os direitos das rendas de Ponte de Lima e, nos anos seguintes, foi agraciado com várias doações régias<sup>1078</sup>. Casou-se, em primeiras núpcias, com D. Catarina de Ataíde, e, em segundas, com Isabel de Melo. Teve um relacionamento com Catarina de Melo, filha de Vasco Martins de Melo, alcaide-mor de Évora, do qual nasceu uma filha ilegítima, Isabel de Lima<sup>1079</sup>. Nesta subsecção foi incluído um empraçamento produzido em 1465, antes do seu casamento com Catarina de Ataíde.

## **SC 04 LIMA (IV)**

### **SSC 04.01 Francisco de Lima; Isabel de Noronha (1502–1528)**

D. Francisco de Lima foi filho de D. João de Lima, 2.º visconde de Vila Nova de Cerveira, e de Catarina de Ataíde, tendo nascido antes de 1494<sup>1080</sup>. Teve um irmão mais velho, Fernando de Lima, que faleceu moço. Por isso, quando seu pai morreu entre o final de 1507 e os inícios de 1508, sucedeu-lhe em todas as donatarias da Coroa que este possuía. Foi o 3.º visconde de Vila Nova de Cerveira por carta de 7 de abril de 1508 e, a 10 de maio desse ano, recebeu as confirmações dos

---

<sup>1076</sup> *Ibid.*, p. 87–88.

<sup>1077</sup> *Ibid.*, p. 87; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima, p. 60–61.

<sup>1078</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima, p. 61.

<sup>1079</sup> *Ibidem.*

<sup>1080</sup> Ano em que seu pai se casa uma segunda vez, tendo, por isso, já falecido sua mãe. José Gomes de Abreu refere que terá nascido por volta de 1490 (ABREU, João Gomes de – D. Francisco de Lima. Em ABREU, João Gomes de; VIEIRA, Amândio de Sousa (eds.) – *Figuras limianas*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 2008, p. 43).

restantes senhorios e jurisdições que seu pai havia possuído<sup>1081</sup>. Foi-lhe igualmente confirmada a alcaidaria-mor de Ponte de Lima, que seu avô havia recebido de juro e herdade, e sucedeu na administração do morgadio de Gaião, que sua mãe havia recebido do irmão Pedro de Ataíde em dote<sup>1082</sup>. D. Francisco fez parte do Conselho de D. João III, mas terá permanecido longas temporadas em Ponte de Lima depois de ter sucedido na Casa<sup>1083</sup>. A 4 de julho de 1518, o monarca concedeu-lhe a capitania-mor de Ponte de Lima em sua vida<sup>1084</sup>; mercê que logo foi contestada pelos moradores da referida vila, pois esse cargo sempre fora do Senado da Câmara, e, por sentença de D. Manuel I de 20 de março de 1520, a mercê foi anulada<sup>1085</sup>. João Gomes de Abreu refere as benfeitorias feitas por este visconde no seu património do Alto Minho, nomeadamente nos Paços de Ponte de Lima<sup>1086</sup>, no convento de Santo António da mesma vila, onde mandou construir uma capela própria, e em Giela, sendo-lhe atribuída responsabilidade pela construção do paço junto à velha Torre<sup>1087</sup>. Em duas cartas régias de confirmação de 1502, D. Isabel de Noronha, filha dos segundos condes de Abrantes, D. João de Almeida e D. Inês de Noronha<sup>1088</sup>, é mencionada como esposa de D. Francisco de Lima<sup>1089</sup>, pelo que o casamento terá ocorrido antes de 17 de julho de 1502. Deste casamento nasceram cinco filhos, entre eles o sucessor João de Lima, que veio a ser o 4.º visconde de Vila Nova de Cerveira<sup>1090</sup>. Nesta subsecção, considera-se a produção/receção documental durante o período em que estiveram casados, num total de 25 documentos, que incluem cartas de mercês régias, assim como traslados, livros e escrituras de empraçamento. D. Isabel faleceu entre 1526<sup>1091</sup> e 28 de agosto de 1528, pois nesta última data D. Francisco de Lima já se preparava para casar<sup>1092</sup>, em segundas núpcias, com D. Filipa da Silveira<sup>1093</sup>.

---

<sup>1081</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 88.

<sup>1082</sup> Sobre a renúncia e o acordo feito com a irmã em 1468, insertas na confirmação de D. Afonso V de 1469, v. a confirmação feita em 1497 em ANTT, *Leitura Nova*, Estremadura, lv. 9, f. 1v–3.

<sup>1083</sup> Vd. ADB, *VVNC*, n.º 39.

<sup>1084</sup> VNC, cx. 13, n.º 18.

<sup>1085</sup> AMPTL, *Coleção de Pergaminhos*, Pergaminho n.º 60 (Dep. 4 - Gaveta n.º 7; PT/MPTL/CPGPTL/0060).

<sup>1086</sup> ABREU, João Gomes de – D. Francisco de Lima, p. 47.

<sup>1087</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima, p. 65.

<sup>1088</sup> GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*. Vol. 17, p. 121.

<sup>1089</sup> Braamcamp Freire refere que D. Isabel é identificada como esposa de D. Francisco de Lima, fidalgo da Casa do rei, a confirmação de 17 de julho de 1502 de um alvará da Excelente Senhora, dado em Santarém a 20 de março de 1492, no qual o monarca havia confirmado a sobrevivência de uma tença de 100 000 reais que tinha sua avó a condessa D. Brites (ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, lv. 20, f. 29v, cit. em FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 88). Numa outra carta de confirmação de 8 de agosto de 1502 também é citado o seu marido, esta relativa a uma tença de 15 000 reais que lhe havia sido prometida pelo rei D. Manuel I, seu primo, num alvará de 4 de novembro de 1492, quando saísse de sua Casa e até ao final da sua vida (ADB, *VVNC*, n.º 22).

<sup>1090</sup> ABREU, João Gomes de – D. Francisco de Lima, p. 46.

<sup>1091</sup> ADB, *VVNC*, n.º 39.

<sup>1092</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João III*, lv. 14, f. 155–155v.

<sup>1093</sup> Juntos empraçam courelas de oliveiras, na Corredoura, no termo de Azambuja, que pertenciam à capela de D. Teresa da Silva (VNC, cx. 4, n.º 6).

## **SSC 04.02 Francisco de Lima; Filipa da Silveira (1528–1535)**

D. Francisco de Lima casou-se, em segundas núpcias, com D. Filipa da Silveira, filha de Henrique da Silveira<sup>1094</sup> e neta de D. Diogo da Silveira e de D. Brites da Cunha, senhora de Góis<sup>1095</sup>. Esta senhora foi dama da rainha D. Catarina de Áustria, esposa de D. João III<sup>1096</sup>. A 26 de setembro de 1528 já se encontravam casados, pois emprazaram juntos três courelas de oliveiras, na Corredoura, no termo de Azambuja, que pertenciam à capela de D. Teresa da Silva<sup>1097</sup>. Deste matrimónio não se conhece descendência. D. Francisco faleceu a 24 de dezembro de 1550 como se refere na carta de 9 de julho de 1566 de confirmação da tença de 50 000 reais a seu filho D. João de Lima<sup>1098</sup>. Nesta subsecção, considerou-se a produção/receção documental que teve lugar durante este segundo casamento. Foram identificados quatro documentos, o emprazamento já mencionado, sentenças sobre propriedades reguengas e um tombo das casas da vila de Ponte de Lima.

## **SC 05 LIMA (V) (flor. 1525–1554)**

### **SSC 05.01 João de Lima; Inês de Noronha (flor. 1525–1536)**

D. João de Lima foi filho de D. Francisco de Lima, 3.º visconde de Vila Nova de Cerveira, e de D. Isabel de Noronha. Casou em 1525 com D. Inês de Noronha, filha de João Rodrigues de Sá, senhor de Sever e alcaide-mor do Porto<sup>1099</sup>. Braamcamp Freire refere que D. João de Lima não terá recebido carta de confirmação do título e dos restantes bens da Coroa do pai logo após a sua morte. Recebeu apenas carta de confirmação do assentamento de 50 000 reais, que os viscondes tinham com o título, a 9 de julho de 1566. Pouca informação nos chegou sobre a vida e a atividade do 4.º visconde de Vila Nova de Cerveira. No seu “Memorial de Calheiros”, Diogo Lopes de Calheiros tece comentários, num tom crítico, que nos levam a pensar não se terá dedicado com grande entusiasmo a atividades políticas e militares<sup>1100</sup>. Através da informação fornecida por dois processos que se encontram no Arquivo da Casa da Cêpa, sabemos que terá falecido antes de julho de 1572<sup>1101</sup>. Nesta subsecção, está o único documento identificado para esta geração, uma

---

<sup>1094</sup> GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*. Vol. 17, p. 121. Note-se, porém, que numa das versões que julgámos ter sido preparatória da *Relação*, é referida como filha de António da Silveira (VNC, cx. 2, n.º 11, f. 13v e 63). Tratar-se-á de um engano, pois António da Silveira seria o irmão, que fez o contrato de dote para D. Filipa, veja-se a referência em VNC, n.º 1, f. 81 (Inventário de 1819).

<sup>1095</sup> FARIA, António Machado de (ed.) – *Livro de linhagens do século XVI*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1956, p. 303.

<sup>1096</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João III*, lv. 14, f. 155.

<sup>1097</sup> VNC, cx. 4, n.º 6.

<sup>1098</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 88.

<sup>1099</sup> *Ibid.*, p. 89.

<sup>1100</sup> CALHEIROS, Diogo Lopes de – *Memorial de Calheiros*. Ponte de Lima: Conde de Calheiros, 1987, p. 16–17.

<sup>1101</sup> São dois processos de justificação de dívidas que ficaram após o seu falecimento, movidos pelos credores Francisco Gonçalves de Giela e Francisca Fernandes, viúva de Álvaro Rodrigues, que datam de julho e agosto de 1572.

carta de mercê concedida por D. João III a caseiros, mordomos e lavradores de D. João de Lima, em 1536<sup>1102</sup>.

## SC 06 LIMA (VI)

### SSC 06.01 Francisco de Lima; Beatriz de Alcáçova (1572–1578)

Francisco de Lima era filho de D. João de Lima, 4.º visconde de Vila Nova de Cerveira, e de D. Inês de Noronha. Por um alvará de 16 de julho de 1546, D. João III comprometeu-se a confirmar-lhe, após o falecimento de seu pai, um conjunto de mercês vitalícias e de mercês de juro e herdade que os seus antecessores receberam, caso ele se casasse com D. Beatriz de Alcáçova, filha de Pero de Alcáçova Carneiro e de Catarina de Sousa<sup>1103</sup>. Este casamento efetivou-se talvez ainda nesse ano<sup>1104</sup> e, depois do falecimento de seu pai, recebeu a carta do título de visconde a 11 de agosto de 1573, sendo referida a sua esposa<sup>1105</sup>. Do seu casamento com D. Beatriz nasceu D. Inês de Lima. António Caetano de Sousa atribui-lhe um filho primogénito, D. João de Lima, que terá morrido moço<sup>1106</sup>. A 3 de março de 1578, D. Francisco de Lima também já havia falecido<sup>1107</sup>, deixando Inês de Lima, casada com Luís de Brito Nogueira, como sua única herdeira<sup>1108</sup>. Segundo um relato que se conservou no arquivo, terá perecido quando se preparava para acompanhar o rei D. Sebastião na sua última jornada a África<sup>1109</sup>. Nesta subsecção, colocamos a produção/receção identificada, que terá ocorrido durante o período em que foram casados: processos de justificação de dívidas, uma carta de mercê e a confirmação de um pagamento relacionado com o vínculo de Gaião, produzidos entre 1572 e 1578.

## SC 07 NÃO IDENTIFICADOS ([post. 1516])

Nesta secção incluímos um livro que indica, por freguesia pertencente à terra de Valdevez, as propriedades, os foreiros e rendas a pagar ao visconde de Vila Nova de Cerveira<sup>1110</sup>. Não foi possível identificar com segurança o seu produtor e associá-lo a uma das gerações anteriores.

---

<sup>1102</sup> VNC, cx. 14, n.º 6.

<sup>1103</sup> Alvará inserto na carta de mercê da capitania de Vila Nova de Cerveira a D. Francisco de Lima, em VNC, cx. 12, n.º 14; também referido na ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, lv. 36, f. 29.

<sup>1104</sup> Braamcamp Freire considera que este casamento já teria sido negociado e estaria para realizar-se na altura em que o alvará foi concedido (FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 86).

<sup>1105</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, lv. 36, f. 29–29v.

<sup>1106</sup> SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa real portuguesa*. Vol. 12, Parte II, p. 910. Este autor refere que D. João faleceu na batalha de Alcácer, mas não conseguimos encontrar mais informação que o comprovasse.

<sup>1107</sup> VNC, cx. 45, n.º 92.

<sup>1108</sup> A 4 de abril de 1578, foi-lhe averbado um juro de 150 000 reais herdados por morte de seu pai (FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 89). Esta verba foi assinalada na margem da carta de padrão do referido juro, cf. ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, lv. 17, f. 452–452v.

<sup>1109</sup> ADB, *VVNC*, n.º 59, f. 26r.

<sup>1110</sup> Pertence à coleção de Jorge de Brito e Abreu.

### 8.3. A descrição normalizada a disponibilizar ao público

Como já tivemos oportunidade de assinalar, a nossa recolha da produção documental por produtores e gerações das famílias-instituição começou por ser realizada em ficheiros em Excel<sup>1111</sup> e nos quadros-síntese relativos à documentação presente na Biblioteca da Ajuda<sup>1112</sup>, que ficam em apêndice. Além de disponibilizar este material, era também nosso objetivo apresentar a classificação e uma descrição normalizada até ao nível do documento de tudo o que fosse consultado, através da aplicação AtoM. Tal opção tornou-se inviável à medida que avançávamos no mapeamento, o volume documental se acumulava e a realidade em análise se complexificava. Desta forma, revimos o objetivo. Decidimos que, devido ao tempo disponível, deveríamos priorizar a descrição normalizada até ao nível do documento de escrituras que ainda não se encontrassem descritas ou cuja descrição fosse de difícil acesso, cientes de que o trabalho podia continuar além desta tese. O que não é agora incluído, uma vez estabelecido o quadro classificativo — que, ainda assim, pode ser alvo de ajustes —, poderá facilmente ser acrescentado no futuro ao Sistema Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva. Por outro lado, para a documentação que saiu do sistema principal antes do século XIX, fica disponível um levantamento prévio que poderá facilitar a sua representação e descrição num momento posterior nos sistemas de informação em que veio a ser integrada. Enquanto essas tarefas não são continuadas, os ficheiros em Excel poderão funcionar como instrumentos de pesquisa contextualizadores por terem conterem, pelo menos, um título ou breve sumário, data e cota da documentação associada a cada produtor e a cada geração. Esta associação virtual enquadra muitos dos documentos pertencentes ao arquivo do Eng.º Vanconcellos e Souza e que estão descritos no DigitArq do ANTT<sup>1113</sup>, sendo facilmente recuperados pela cota.

Para a descrição arquivística, o *software open-source* AtoM tem sido utilizado em outros projetos de doutoramento em História na variante em Arquivística Histórica da FCSH-UNL, existindo uma plataforma que está alojada no servidor da faculdade e que agrega os sistemas de informação/arquivos que já foram alvo de tratamento neste âmbito.

---

<sup>1111</sup> Apêndices C.1 e C.2.

<sup>1112</sup> Apêndices A.2 e A.3.

<sup>1113</sup> Vd. Subcap. 6.1.



Neste espaço virtual, fazemos a descrição normalizada do Sistema Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva<sup>1114</sup>, descendo ao nível da subsecção apenas para as gerações que fizeram parte do nosso exame até ao final do século XVII e criando os respetivos registos de autoridade. Para outras gerações do sistema, que não fizeram parte do nosso estudo, apenas foi criada a secção sem uma descrição detalhada. Por outro lado, ao nível dos subsistemas, indicamos o 01.Nogueira e o 02.Lima, mas apenas o último foi descrito de forma normalizada até ao nível do documento com os respetivos registos de autoridade<sup>1115</sup>. Justificamos esta opção pelo facto de a maioria da documentação reconstituída para a família-instituição Lima, que foi alvo da nossa análise, se ter dispersado do cartório de Ponte de Lima, a partir do século XIX, sendo desconhecida do público em geral por não se encontrar classificada nem descrita em muitas das instituições, arquivos e coleções em que está depositada. Esta seria uma via de a contextualizar, de a tornar conhecida e um pouco mais acessível. No interior das subsecções do subsistema Lima não houve a necessidade de criar séries documentais e os documentos estão ordenados cronologicamente.

A aplicação AtoM oferece muitas vantagens, mas também apresenta algumas limitações. Concentremo-nos nas primeiras. Funciona em ambiente Web e possibilita a descrição normalizada multinível, que se adequa à classificação sistémica proposta, seguindo as normas internacionais ISAD(G), ISAAR e ISDIAH. É também importante destacar que permite a exportação de dados em código aberto, assegurando-se, assim, que, preservada esta metainformação, há maior probabilidade de esta continuar a ser descodificada no futuro<sup>1116</sup>. Quanto às limitações, para o nosso estudo em particular, devemos destacar o facto de esta, como outras bases de dados digitais, concebidas para a descrição de arquivos históricos, apenas permitir a associação de um fundo/arquivo a uma entidade detentora. Para um trabalho de reconstituição como aquele que fizemos e que é proposto pela abordagem em Arquivística Histórica, torna-se impossível a ligação de documentos, dentro do mesmo sistema, a entidades detentoras distintas. Deste modo, a solução encontrada foi a criação de uma entidade detentora virtual para o sistema e, conseqüentemente, para o subsistema. No campo “história”, explica-se que os documentos

---

<sup>1114</sup> Em <URL [www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/lima-vasconcelos-brito-nogueira-teles-da-silva-2](http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/lima-vasconcelos-brito-nogueira-teles-da-silva-2)>.

<sup>1115</sup> Disponível em <URL <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/lima>>.

<sup>1116</sup> Sobre a utilização do AtoM e a descrição de sistemas de informação/arquivos familiares, vd. GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite*, p. 266–271.

descritos se encontram dispersos por várias entidades detentoras, sendo a sua cota indicada na respetiva descrição arquivística<sup>1117</sup>. Esta chamada de atenção é fundamental para a transparência do nosso trabalho e para que o investigador tome consciência das condicionantes ao seu.

---

<sup>1117</sup> Em <URL <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/lima-vasconcelos-brito-nogueira-teles-da-silva>>.

## CAPÍTULO 9

### Uma reconstituição parcial das ausências

Além da documentação existente, a abordagem em Arquivística Histórica apresenta igualmente o desafio de se compreender e, possivelmente, reconstituir as ausências. Referimo-nos a documentos que foram descritos ou listados em inventários antigos, mas que, entretanto, desapareceram. Já mencionamos que estes instrumentos desempenharam um papel crucial na identificação da documentação mapeada, confirmando-se pelos sumários e cotas se havia pertencido aos arquivos organizacionais das famílias em estudo. Nesta sequência, recorreremos também a eles para complementarmos a nossa análise à produção informacional documental das gerações selecionadas. Embora estes inventários nos permitam ter uma visão da organização dos cartórios e do que interessava a estas famílias conservar e usar a longo prazo, nem todos nos possibilitam a atribuição do documento a um produtor, existindo limitações que é importante dar a conhecer.

#### 9.1. A produção documental das gerações em estudo em alguns inventários

Para a reconstituição da produção/receção documental dos Britos Nogueira examinamos dois inventários que disponibilizam sumários pormenorizados, datas e o produtor de quase todas as escrituras. Um deles é o *Catálogo do Cartório da Casa*<sup>1118</sup>. O outro é o *Tombo em que se contém todas as propriedades, rendas, foros, privilégios, bulas e alvarás dos morgados de Santa Ana e de São Lourenço de Lisboa, Gaião e Santo Estêvão de Beja*<sup>1119</sup>.

No *Catálogo*, o último documento sumariado data de 1542, por isso, deverá ter sido preparado nesse ano ou pouco depois. Maria de Lurdes Rosa coloca a hipótese de este ter sido elaborado assim que Lourenço de Brito Nogueira atingiu a maioridade, encerrando o ciclo da tutoria de sua mãe, Isabel da Costa, uma vez que o último ato escrito sumariado é a quitação dos pagamentos devidos ao pai do filho<sup>1120</sup>. A organização deste catálogo não é de fácil apreensão, não assumindo uma ordem aparentemente evidente, embora se reconheça a importância dada à localização dos bens, aos morgadios e à tipologia documental. Inclui

---

<sup>1118</sup> VNC, cx. 7, n.º 1. Doravante referido como *Catálogo*.

<sup>1119</sup> VNC, n.º 2. Doravante referido como *Tombo*.

<sup>1120</sup> Sobre este inventário, veja-se a descrição em: ROSA, M. Lurdes – [Catálogo do Cartório da Casa]. Em ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 108–109.

muita documentação sobre os vínculos que pertenceram aos Nogueiras e alguma relativa aos vínculos dos Brito em Beja, nomeadamente ao morgadio de Santo Estêvão. A documentação sumariada foi, portanto, produzida por gerações das famílias Nogueira, Brito e Brito Nogueira até 1542. Estes sumários foram, mais tarde, copiados num outro inventário, o referido *Tombo*<sup>1121</sup>. Já mencionámos algumas vezes este instrumento, especialmente por lhe terem sido subtraídas as folhas onde constavam sumários das escrituras pertencentes ao morgadio de Santo Estêvão de Beja que transitou para a Casa dos Arcos<sup>1122</sup>. Este documento não se encontra datado, todavia, a referência no título ao morgadio de Gaião sugere uma elaboração iniciada ou concluída após 1578. Só depois da morte de D. Francisco de Lima, 5.º visconde de Vila Nova da Cerveira, a administração do morgadio terá passado para o seu neto, Lourenço de Lima, que, ainda menor, estaria sob a curadoria de seu pai, Luís de Brito Nogueira<sup>1123</sup>. Não conseguimos precisar quando o morgadio passou para a Casa dos Arcos, porém, foi num período posterior à morte de D. Lourenço de Lima, em 1649<sup>1124</sup>. O *Tombo* apresenta alguns equívocos na associação de documentação e propriedades ao referido morgadio que, à partida, não tinham qualquer relação com o vínculo, como seria o caso da jurisdição da vila de Aveiras; questão que teremos a oportunidade de analisar e questionar mais adiante<sup>1125</sup>. O objetivo da sua elaboração parece ter sido o de reorganizar as informações contida no *Catálogo*, especialmente o de associar os documentos aos respetivos morgadios administrados pelo chefe da Casa de modo a recuperar com maior facilidade essa informação<sup>1126</sup>.

Procurámos identificar no *Tombo*<sup>1127</sup> os documentos que haviam sido produzidos pelas gerações da família Brito Nogueira, complementando a recolha com recurso ao *Catálogo*, de modo a reconhecer sumários de escrituras relativas a propriedades e vínculos dos Brito em Beja que estariam nas folhas que foram subtraídas ao primeiro pelo conde dos Arcos.

---

<sup>1121</sup> VNC, n.º 2.

<sup>1122</sup> Vd. subcap. 11.4. Sobre este inventário, vd. igualmente ROSA, M. Lurdes – *Tombo em que se contém todas as propriedades, rendas, foros, privilégios, bulas e alvarás dos morgados de Santa Ana e de São Lourenço de Lisboa, Gaião e Santo Estêvão de Beja*. Em ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive*, p. 112–113.

<sup>1123</sup> Vd. subcap. 11.4.

<sup>1124</sup> Vd. subcap. 12.2.1.

<sup>1125</sup> Vd. subcap. 11.4.

<sup>1126</sup> Vd. subcap. 11.3.

<sup>1127</sup> Ainda que tenhamos confirmado alguns sumários no original, o nosso trabalho de identificação foi facilitado pela disponibilização de uma transcrição em <URL <https://inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/tombo-em-que-se-contem-todas-as-propriedades-rendas-foros-privilegios-bulas-e-alvaras-dos-morgados-de-santa-ana-e-de-sao-lourenco-de-lisboa-gaiao-e-santo-estevao-de-beja>> [acedido 30 agosto 2023].

Feita a compilação, foi importante comparar com a documentação existente e mapeada (Quadro 7<sup>1128</sup>).

Geração	Documentos existentes e mapeados	Documentos sumariados	Documentos sumariados e existentes		Documentos sumariados e não encontrados	
BRITO II	34	122	25	20%	97	80%
BRITO NOGUEIRA I	119	262	92	35%	170	65%
BRITO NOGUEIRA II	30	89	25	28%	64	72%
BRITO NOGUEIRA III	8	0	--	--	--	--
BRITO NOGUEIRA IV	7	0	--	--	--	--

**Quadro 7 – Comparação entre a documentação existente e a sumariada no *Catálogo* e no *Tombo* produzida/recebida pelas gerações da família-instituição Brito Nogueira**

Os números apresentados para a documentação existente e mapeada devem ser considerados com cautela devido às limitações da reconstituição já apontadas<sup>1129</sup>. Se na nossa recolha tendemos a mapear, sempre que possível, a informação documentalizada, nos inventários o registo é normalmente feito por documento (no sentido de suporte ou unidade física). Por outro lado, nos inventários, os documentos podem ser, por vezes, descritos em conjunto, o que pode dificultar ainda mais uma contabilização mais precisa.

Apesar das limitações, é notório que as gerações para as quais se conservaram mais documentos até aos nossos dias foram aquelas cujas escrituras foram sumariadas no *Catálogo* e no *Tombo*. Verificamos, ainda, que uma parte muito significativa da documentação que se conservou foi sumariada nestes inventários e que é impressionante a quantidade de documentos que não se preservou. No caso da geração de Mem de Brito, o que se perdeu ronda os 80%.

Se para a reconstituição e mapeamento da documentação dos Britos Nogueira estes dois instrumentos foram essenciais, para a documentação produzida e arquivada pela família-instituição Lima, só dispomos de um instrumento de descrição completo para uma época mais tardia, 1675–1677. Em 1675, o abade de S. Miguel de Bárrio, Manuel da Guia, que estava encarregado da cobrança das rendas do visconde D. Diogo de Lima na região,

<sup>1128</sup> A recolha feita a partir do *Tombo* e do *Catálogo* está disponível no Apêndice C.4. A documentação existente e identificada está no Apêndice C.1.

<sup>1129</sup> Vd. subcap. 7.2.

passou a função a António Moreira. O novo oficial pediu que se fizesse um inventário do que lhe seria entregue, nomeadamente de todo o conteúdo do cartório que o visconde tinha na vila de Ponte de Lima e que o referido abade tinha em seu poder<sup>1130</sup>. Este começou a ser feito por um escrivão nos Paços do visconde em novembro de 1675, mas não foi concluído. A partir do maço 6.º, a descrição foi interrompida, tendo o escrivão deixado um termo de declaração em que explicava que não continuou por não se querer que o original do inventário ficasse na sua posse, mas no cartório do visconde. Veio a ser concluído posteriormente e informalmente em 1677, embora se tenham acrescentado mais documentos até, pelo menos, 1730, durante o viscondado de D. Tomás de Lima, e feito anotações sobre as escrituras que eram levadas para o cartório de Lisboa. Cremos, no entanto, que o caderno que nos chegou não se trata da listagem original, mas de uma transcrição, talvez realizada nos inícios do século XVIII<sup>1131</sup>.

A par deste inventário recorreremos a mais duas listas<sup>1132</sup> que o complementam. Uma delas não datada, deverá ser anterior, descrevendo apenas sete maços com cerca de 343 documentos ou títulos<sup>1133</sup>, enquanto o inventário de 1675 descreve muitos mais<sup>1134</sup>. Nela, a organização no interior dos maços dos documentos também é diferente daquela que encontramos no inventário de 1675–77. Já a outra listagem complementa a descrição, elencando escrituras do maço 9, do maço 10 e de parte do 11 que estavam em falta no inventário de 1675, numa folha que terá sido arrancada. Pelo tipo de letra e papel, parece-nos que esta listagem terá sido feita durante o viscondado de D. Tomás de Lima, aquando da feitura da *Relação*<sup>1135</sup>.

---

<sup>1130</sup> VNC, cx. 14, n.º 19, f. 1.

<sup>1131</sup> VNC, cx. 14, n.º 9. O ano que consta da capa em pergaminho é o de 1675. Porém, a uniformidade da letra, incluindo nos acrescentos feitos até ao 1730, leva-nos a colocar a hipótese de estarmos perante uma cópia e não do original que começou por ser redigido, em 1675, pelo escrivão Manuel de Aguiar Sotto. As folhas 9v a 10v, deixadas em branco, destinavam-se a acolher a descrição do maço 10 e de uma parte do 11, que estariam em falta na folha 7 do original, que foi rasgada (cf. VNC, cx. 14, n.º 36, f. 1r).

<sup>1132</sup> Nomeadamente em VNC, cx. 14, n.º 36 e cx. 37, n.º 9.

<sup>1133</sup> Talvez a lista em VNC, cx. 37, n.º 9, embora a informação relativa ao maço 7 e aos papéis que foram para Lisboa pareçam ser acrescentos posteriores, feitos provavelmente por uma outra mão. Não cremos tratar-se da caligrafia de Lourenço de Lima (pelo menos não se assemelha à que se encontra em BA, 51-V-55 e nas cartas enviadas a seu filho D. Diogo em BA, 51-VIII-23, f. 390 e ss). Também não nos parece ser a de Diogo de Lima, se a compararmos com a das cartas enviadas ao pai em BA, 51-VIII-23, f. 390 e ss, ou com a das minutas de cartas em VNC, cx. 27, n.ºs 67 e 73.

<sup>1134</sup> Excluindo os 10 maços das igrejas, os primeiros 19 maços listam cerca de 431 documentos ou títulos.

<sup>1135</sup> Vd. subcap. 6.2.

Estas listas, ao contrário do *Catálogo* e do *Tombo*, não indicam datas e, na maioria das vezes, não identificam os produtores dos documentos. Da documentação inventariada, que ultrapassa os 800 documentos ou títulos<sup>1136</sup>, apenas conseguimos identificar ou propor uma correspondência entre escrituras sumariadas e documentos existentes e mapeados para 9% dos casos. Os restantes 91% correspondem a documentação que desapareceu ou a escrituras para as quais não conseguimos estabelecer essa conexão com o que restou. Não obstante esta limitação, recorreremos a alguns dos sumários aí presentes para complementar informação da documentação que chegou aos nossos dias (Quadro 8).

Gerações	Documentos existentes e mapeados	Documentos sumariados nas listas e não encontrados no mapeamento
LIMA I	6	6
LIMA II	24	23
LIMA III	19	5
LIMA IV	29	8
LIMA V	1	1
LIMA VI	3	1
BRITO NOGUEIRA IV	7	5
LIMA BRITO NOGUEIRA I	+ de 200*	16
LIMA BRITO NOGUEIRA II	+ de 1500*	2

**Quadro 8 – Documentação existente e documentação identificada para as gerações em estudo a partir de inventariações do Cartório de Ponte de Lima (século XVII)<sup>1137</sup>**

Embora nem sempre seja possível identificar o produtor no Inventário de 1675–77, o conjunto descrito dá-nos uma noção do tipo de documentação que existia no cartório de Ponte de Lima. Descreve 30 maços de documentos, sendo 10 maços de papéis que dizem respeito

<sup>1136</sup> A recolha da documentação ou títulos listados nestes três instrumentos encontra-se no Apêndice C.3, assim como a identificação de alguns produtores e a correspondência aos documentos existentes e mapeados.

<sup>1137</sup> Os sumários presentes nos inventários do cartório de Ponte de Lima estão no Apêndice C.3. Os documentos mapeados e identificados para os Limas estão no Apêndice C.2. Os documentos mapeados para a geração Brito Nogueira IV estão no Apêndice C.1. Neste mesmo apêndice se encontra uma parte da documentação identificada para as gerações chefiadas por D. Lourenço de Lima e D. Diogo de Lima, que é complementada pelos Apêndices A.2 e A.3 relativos à documentação que se encontra na Biblioteca da Ajuda. \*Como não explorámos com exaustividade cada um dos documentos presentes nos 36 códices e nos 1070 avulsos que se encontram na BA, é difícil avançar com uma contabilização rigorosa, por isso optámos por esta referência genérica, podendo o leitor explorar o que foi mapeado nos apêndices mencionados.

às igrejas em que os viscondes tinham direitos de padroado na arquidiocese de Braga. Nota-se que documentos relativos a estes direitos foram geridos com algum destaque, tendo sido criados instrumentos específicos para a salvaguarda e recuperação da informação que continham, nomeadamente o *Livro das doações dos padroados de igrejas da comarca de Valença, concelhos de Coura e Valdevez*<sup>1138</sup> e um índice, o *Pecúlio* livro, que visava recuperar a documentação compilada no livro<sup>1139</sup>.

Estes foram os principais repositórios utilizados para a identificação do que estava disperso e do que se terá perdido e pertenceu aos arquivos organizacionais das famílias em análise. No entanto, recorreremos, pontualmente, a outros instrumentos de recuperação da informação organizacional produzidos depois do século XVII<sup>1140</sup>. Destacamos o *Inventário de 1819* e a *Relação*. O primeiro é bastante sintético, não indicando muitas vezes a data, os produtores e nem descrevendo com detalhe o conteúdo de vários maços. Ainda assim, fornece alguns sumários que foram úteis para a nossa análise<sup>1141</sup>. Por seu turno, a *Relação*, que já tivemos a oportunidade de examinar<sup>1142</sup>, é um relato histórico-genealógico que não descreve um número muito significativo de documentos, mas que fornece informações proveitosas para a compreensão de alguns aspetos da história familiar. Contudo, possui gralhas em nomes e em datas, sendo necessário utilizá-lo com algumas cautelas. Acrescente-se, ainda, que para a documentação dos Britos Nogueira, o *Catálogo* e o *Tombo* continuaram a ser os mais pormenorizados e, por isso, conservados e utilizados nos séculos posteriores pelos viscondes<sup>1143</sup>.

## 9.2. Arquivos que não são estáticos

A análise dos inventários vem complementar a ideia de um arquivo dinâmico. Se este instrumento analisado de forma isolada constitui um instantâneo no tempo, examinado num conjunto mostra como os arquivos estavam em constante transformação, como se construíam e reconstruíam, em contexto, não só com a entrada e a acumulação, mas também com a saída ou a destruição de conjuntos documentais. Pelos inventários se

---

<sup>1138</sup> VNC, cx. 15 n.º 1. Vd. subcap. 10.3. e 12.2.

<sup>1139</sup> VNC, cx. 12, n.º 20. Vd. subcap. 12.2.

<sup>1140</sup> Referidos no subcap. 6.2.

<sup>1141</sup> Uma transcrição parcial deste inventário com a identificação de alguns produtores das gerações em estudo, encontra-se no Apêndice C.4.

<sup>1142</sup> Vd. subcap. 6.2.

<sup>1143</sup> Vd. a sua referência na *Relação*, em VNC, cx. 2, n.º 9, f. 2.



percebe a existência de mais subsistemas de informação, além daqueles que foram identificados a partir da reconstituição da documentação que chegou aos nossos dias. Este facto propicia uma reflexão mais aprofundada sobre os limites da representação que apresentamos.

No Inventário de 1675–77, são visíveis subsistemas de documentação oriunda das famílias das esposas dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, nomeadamente dos Távoras por via de D. Luísa de Távora<sup>1144</sup>, de Pedro de Alcáçova<sup>1145</sup> por via da viscondessa Beatriz de Alcáçova, dos Sás<sup>1146</sup> provavelmente por via da esposa, Inês de Noronha, ou das irmãs do 4.º visconde de Vila Nova de Cerveira<sup>1147</sup>. Embora o morgadio de Gaião já tivesse saído da Casa no momento desta inventariação, o enlace matrimonial entre D. João de Lima e Catarina de Ataíde aportou com o vínculo a sua documentação<sup>1148</sup> que transitou, mais tarde, no século XVII, para a Casa dos Arcos, tal como aconteceu com o morgadio de Santo Estêvão de Beja<sup>1149</sup>.

Outros núcleos documentais, em princípio não identificados, podem ter a sua origem aclarada com o recurso aos inventários. É o caso da documentação relativa à comenda de Rio Frio, presente no Arquivo Distrital de Braga, que estava junto à documentação dos viscondes, mas sem ter qualquer relação aparentemente com a Casa<sup>1150</sup>. Um maço de documentação relativo a esta comenda foi registado, entre o século XVII e XVIII, no suplemento ao Inventário de 1675–77<sup>1151</sup>. Persistem, porém, as dúvidas sobre o momento em que deu entrada a documentação<sup>1152</sup>, mas a conexão ao arquivo organizacional dos viscondes tornou-se mais evidente.

---

<sup>1144</sup> VNC, cx. 14, n.º 9, f. 15v- 16r.

<sup>1145</sup> VNC, cx. 14, n.º 9, f. 17r, 18v.

<sup>1146</sup> VNC, cx. 37, n.º 9, f. 4v–5r; cx. 14, n.º 9, f. 5r–5v.

<sup>1147</sup> Vd. Apêndice B, esquema genealógico 2.

<sup>1148</sup> Que talvez tenha sido utilizada para a elaboração da resenha em VNC, Cx. 5, n.º 28, feita provavelmente no tempo do visconde D. Lourenço de Lima. Vd. subcap. 12.1.1 e 12.2.2.

<sup>1149</sup> Devendo existir vestígios da sua documentação no arquivo do Palácio do Salvador, um arquivo privado ao qual não conseguimos ter acesso. Vejam-se as publicações do proprietário em que refere documentação destes morgadios: COSTA, M. de Noronha da – *O Morgadio de Santo Estevão de Beja*; COSTA, M. Noronha da – *O morgadio da Quinta da Torre, freguesia do Monte da Caparica, termo de Almada*. Em FONSECA, L. Adão; AMARAL, Luís; SANTOS, M. Fernanda (eds.) – *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: FLUP, 2003. Vol. 3, p. 915–923.

<sup>1150</sup> ADB, VVNC, n.ºs 11 e 25.

<sup>1151</sup> VNC, cx. 14, n.º 36, f. 1.

<sup>1152</sup> Vd. subcap. 5.1. Não temos a certeza se deu entrada no viscondado de D. Francisco de Lima II (VNC, cx. 2, n.º 9, f. 63v).

A documentação do tio de D. Lourenço de Lima, Diogo de Brito<sup>1153</sup>, que foi guardada no cartório de Ponte de Lima, nomeadamente o seu testamento e algumas certidões, pode fazer-nos refletir sobre algumas propostas do modelo sistémico. Esta documentação, se existisse, ficaria provavelmente associada a uma subsecção votada a Diogo de Brito dentro da geração do casal, Luís de Brito Nogueira e Inês de Lima. No entanto, temos de questionar se esta associação não estará, em alguns casos, a deturpar o contexto originário da produção/receção. Muitas vezes esses irmãos fundavam as suas próprias Casas ou eram integrados pelo casamento em outras já existentes. Em alternativa, solteiros e ao serviço do rei, podiam partir para outras partes do Império e talvez manter um arquivo organizacional, autónomo do da Casa cujo chefe era o(a) irmão(ã). Essa documentação poderia ser, mais tarde, integrada neste último arquivo por diferentes motivos. O mais comum seria a herança de serviços<sup>1154</sup> e de propriedades. Do mesmo modo, a documentação dos condes dos Arcos presente no cartório dos viscondes<sup>1155</sup> nos pode levar a questionar as fronteiras do arquivo organizacional dos viscondes, tendo o filho primogénito de D. Lourenço de Lima criado uma linha de sucessão paralela à Casa de seu pai: a Casa dos Arcos. A sua documentação que estava no cartório dos viscondes tinha a sua origem organizacional nesta Casa? Ou devemos considerar que a tinha na Casa dos Arcos?

Todas as vicissitudes posteriores, ligadas às logicas organizacionais dos séculos XVIII e XIX e às não organizacionais após a centúria de Oitocentos, que tivemos a oportunidade de examinar, ditaram caminhos diferentes para muitos destes documentos, incluindo o seu desaparecimento. Por isso, a já referida expressão “arquivos de arquivos” ou “arquivos dentro de arquivos”<sup>1156</sup>, com um sentido cumulativo, pode ser bastante enganadora.

Neste contexto, a metáfora orgânica do arquivo como sendo um “organismo vivo”<sup>1157</sup> é talvez a mais adequada. Aparentemente a expressão está imbuída das ideias progressistas de Hegel e evolucionistas de Darwin, que contaminaram a teoria arquivística oitocentista<sup>1158</sup>. No entanto, pensamos que o arquivo pode ser considerado um organismo

---

<sup>1153</sup> VNC, cx. 14, n.º 9, f. 16r.

<sup>1154</sup> Como foi o caso de Lourenço de Lima, que herdou os serviços de seu tio. Veja-se a referência que o visconde faz nas minutas das petições analisadas no subcap. 12.1.2. Vd. ADB, VVNC, n.º 59.

<sup>1155</sup> Além daquela que foi mencionada no subcap. 8.2, vejam-se mais referências em VNC, cx. 14, n.º 9, f. 29r.

<sup>1156</sup> BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – Archivos de Familia y Archivos domésticos Treinta años de experiencias. LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – Archivos nobiliarios, p. 19.

<sup>1157</sup> BOURQUIN, Laurent – Memoire familiale, memoire seigneuriale, p. 211.

<sup>1158</sup> COOK, Terry – Evidence, memory, identity, and community, p. 103

vivo na medida em que está em constante construção, transformação e reativação<sup>1159</sup> e não por acumular organicamente, com o sentido de “naturalmente”, os documentos da estrutura que o produz e conserva. A metáfora pode, assim, fazer sentido num paradigma em que o arquivo é visto como processo e não como produto<sup>1160</sup>. O documento-registo vai constantemente mudando de contexto, sendo reativado e transformado. Passa a ter várias proveniências sociais e não apenas para uma proveniência original<sup>1161</sup>. Deste modo, tem grande potencial para a reflexão e a análise deste tipo de arquivos, o modelo australiano do *records continuum*. Este modelo parte do pressuposto de que os documentos e a atividades de arquivamento têm múltiplos contextos ao longo do tempo, que é necessário compreender e analisar, rejeitando teoria tradicional que defende um ciclo de vida para os mesmos (presentes no arquivo corrente, intermédio ou histórico)<sup>1162</sup>.

O nosso estudo representa mais uma dessas reativações. Com as reconstituições realizadas e o quadro orgânico<sup>1163</sup> apresentado no capítulo anterior, acrescentamos mais uma camada de significado sobre o arquivo organizacional dos viscondes, que não é menos subjetiva do que todos os outros significados e construções que procurámos decompor. Quisemos, no entanto, deixar o mais claro possível todo o processo de reconstrução realizado e todo o material em que se baseou a nossa análise, dando a conhecer as condicionantes que conseguimos reconhecer para que o produto da nossa investigação seja compreendido e passível de ser criticado e reutilizado de forma mais consciente<sup>1164</sup>. Foi esta a base que nos permitiu avançar para a fase seguinte, a análise da produção e de alguns usos que as famílias selecionadas deram à informação documentalizada dos seus arquivos e que significados lhes atribuíram.

---

<sup>1159</sup> BLOUIN JR., Francis X. – History and Memory, p. 298.

<sup>1160</sup> KETELAAR, Eric – Foreword.

<sup>1161</sup> NESMITH, Tom – Reopening archives, p. 262; BROTHMAN, Brien – Orders of Value; NESMITH, Tom – The concept of societal provenance and records of nineteenth-century Aboriginal-European relations in Western Canada.

<sup>1162</sup> Sobre o modelo do *records continuum*, vd. MCKEMMISH, Sue – Recordkeeping in the continuum: an Australian tradition. Para uma crítica ao modelo do ciclo de vida dos documentos, vd. BROTHMAN, Brien – Archives, Life Cycles, and Death Wishes.

<sup>1163</sup> Não tendo este adjetivo qualquer conotação darwinista, mas tão-só o significado de quadro contextualizador.

<sup>1164</sup> Numa tentativa de “mise en évidence des procédures de l’enquête”, vd. ANHEIM, Étienne – L’historien au pays des merveilles?, p. 417; ANHEIM, Étienne – Introduzione. Ouvrir les sources au questionnement; ROSA, M. Lurdes – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 553–555.

**PARTE IV**  
**UMA HISTÓRIA SOCIAL DA INFORMAÇÃO, DA**  
**DOCUMENTAÇÃO E DOS ARQUIVOS INTEGRADA NAS**  
**HISTÓRIAS DAS FAMÍLIAS**

“[...] records and archiving, as means of communication, are limited by the various influences and factors which shape them, and their limitations then shape what we can know through them. Thus they are the products of open-ended processes of knowing, and participate in processes of knowing as active agents in them.”

— Tom Nesmith<sup>1165</sup>

“There is the great, brown, slow-moving strandless river of Everything, and then there is its tiny flotsam that has ended up in the record office you are at work in.”

— Carolyn Steedman<sup>1166</sup>

---

<sup>1165</sup> NESMITH, Tom – Reopening archives, p. 261.

<sup>1166</sup> STEEDMAN, Carolyn – *Dust*, p. 18.

## CAPÍTULO 10

### Família-instituição Lima: a informação e o arquivo de uma Casa senhorial

A família-instituição Lima começa a constituir-se a partir do momento em que Fernão Eanes de Lima se fixou definitivamente no reino português e recebeu, como recompensa pelo apoio prestado a D. João I, um conjunto de jurisdições e direitos na região minhota, que o procuraram compensar pelos bens perdidos do lado castelhano, confiscados por Henrique III<sup>1167</sup>. Num contexto em que se reacendiam os conflitos com o reino vizinho, o monarca português concedeu-lhe, a 23 de maio de 1398, toda a terra de Valdevez com sua jurisdição, mero e misto império, de juro e herdade, caso viesse para o seu serviço<sup>1168</sup>. A 24 de junho de 1398, aquando do cerco de Tui, doou-lhe, de juro e herdade, a casa de Giela com todas as suas pertenças e a terra de Valdevez com todas as suas rendas, direitos, foros, tributos e toda a jurisdição cível e crime, mero e misto império, excetuando a correição e alçadas<sup>1169</sup>. Alguns meses depois, foi a vez de receber de juro e herdade as terras de Fraião, Coura, S. Martinho, Santo Estêvão e Geraz<sup>1170</sup>.

Ressalve-se que a utilização do apelido Lima se estendia a membros de um grupo mais alargado, com origem na Galiza, que partilhava a descendência de um antepassado comum, assim como um conjunto de elementos simbólicos e identitários, que é, por exemplo, visível nos usos heráldicos<sup>1171</sup>. Vários membros de uma mesma parentela podiam formar diferentes famílias-instituição produtoras de informação e de arquivos<sup>1172</sup>, sendo um dos membros do grupo parental Lima, Fernão Eanes de Lima, quem inicia a formação da família-instituição ou Casa senhorial produtora do arquivo organizacional em estudo, ao unir-se a uma senhora do grupo parental dos Silva, D. Teresa, e ao assegurar a transmissão de um conjunto patrimonial específico, material e simbólico, a um dos seus descendentes. Relembremos, no entanto, que esse descendente não seria o único favorecido na transmissão dos bens de seus pais. Além dos bens que eram obrigatoriamente partilhados

---

<sup>1167</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima, p. 42–44.

<sup>1168</sup> VNC, cx. 13, n.º 1.

<sup>1169</sup> VNC, cx. 12, n.º 7.

<sup>1170</sup> Vd. a confirmação em ANDRADE, Amélia Aguiar; KRUS, Luís (eds.) – *Valdevez medieval*. Vol. 2, p. 119–120.

<sup>1171</sup> AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social*, p. 157, 486–487, 496–498; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima.

<sup>1172</sup> Um exemplo em HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; RODRÍGUEZ PÉREZ, Raimundo A. – El linaje se transforma en casas. Sobre os descendentes de Leonel de Lima e as casas que formaram, vd. CARVALHO, Patrícia; DINIZ, Sofia – Os Limas e a política de D. Manuel I.

entre os herdeiros<sup>1173</sup>, também alguns direitos da Coroa ou vínculos poderiam ser distribuídos entre primogénitos e secundogénitos. Note-se que Leonel de Lima, que havia recebido a doação da vila de Vila Nova de Cerveira com os seus direitos, pediu ao rei para doar apenas esses direitos a seu filho Fernão de Lima, em vez de neles suceder, como seria natural, o primogénito que era João de Lima<sup>1174</sup>. No entanto, na reconstituição que realizámos a cada geração, a produção/receção documental conservada centra-se no filho que sucede na representação ou chefia da família-instituição, assim como no casal que se constitui para permitir a transmissão a outro descendente. O caso de Álvaro Rodrigues de Lima foi exceção, pois faleceu precocemente sem ter casado e sem deixar descendência. Porém, seu irmão, Leonel de Lima, foi quem lhe sucedeu, alcançando junto do monarca a dispensa do que estava consignado na legislação joanina sobre as sucessões, sendo-lhe confirmados os senhorios que seu pai e irmão haviam possuído<sup>1175</sup>. Após a morte de Leonel foi o primogénito que teve com Filipa da Cunha, filha do senhor de Pombeiro e descendente da linhagem dos Melos, quem assumiu a chefia da Casa. A sucessão na chefia da família-instituição continuou ininterruptamente através do primogénito varão vivo à data da morte do pai até ao viscondado de D. Francisco de Lima, o seu 5.º titular. Além da transmissão do que havia sido concedido de juro e herdade a Fernão Eanes de Lima, as gerações seguintes vão acrescentando mercês, algumas para usufruto em sua vida, outras passíveis de continuarem a ser transmitidas de juro e herdade como o título de visconde de Vila Nova de Cerveira ou a alcaidaria-mor de Ponte de Lima concedidos a Leonel de Lima.

A necessidade de se criar e manter este arquivo, ou seja, de guardar os documentos-registo com o propósito de, mais tarde, serem utilizados como documentos-testemunho<sup>1176</sup>, está associada a esta fixação no reino português e receção das doações mencionadas quando a família-instituição ou Casa senhorial se começou a constituir. Não queremos com isto afirmar que Fernão Eanes de Lima não tivesse recebido e guardado documentos antes sua fixação definitiva no território minhoto, existindo para o testemunhar uma doação recebida, em 1371, de seu tio João Fernandes de Sotomaior<sup>1177</sup>.

---

<sup>1173</sup> Sobre a transmissão, por herança e sucessão, vd. AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social*, p. 188–509.

<sup>1174</sup> *Ibid.*, p. 233–234.

<sup>1175</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – *A família Lima*, p. 47.

<sup>1176</sup> Terminologia apresentada no subcapítulo 2.4. Sobre esta questão, veja-se igualmente o conceito de arquivo em NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo*, p. 62.

<sup>1177</sup> ADB, *VVNC*, n.º 1.

Certamente terá recebido os títulos dos territórios que perdeu no reino vizinho quando decidiu apoiar o monarca português. Com a perda dessas propriedades e direitos, a conservação a longo prazo dos títulos concedidos pelos monarcas castelhanos já não seria tão importante; guarda que passou a ser vital no caso dos privilégios depois recebidos de juro e herdade na região do Alto Minho para a manutenção da sua condição social e da dos seus descendentes no reino português.

A abordagem que empreendemos à informação organizacional e ao arquivo desta família-instituição é iniciada por uma breve reflexão sobre a relação entre a produção/receção e a conservação da informação documentalizada no contexto da história e do percurso dos seus membros. Segue-se o exame de algumas organizações dentro do arquivo organizacional e detalha-se o caso da gestão da informação do padroado das igrejas a partir da administração do 3.º visconde de Vila Nova de Cerveira.

### **10.1. O que se produziu e o que se guardou**

Nem todas as esferas de atuação dos membros desta família-instituição ficam representadas no que foi possível reconstituir do arquivo organizacional.

A maioria dos membros desta família ficou particularmente conhecida pela sua vertente guerreira, que lhes granjeou vantajosas recompensas dos monarcas, o que lhes facilitou a ascensão social. Leonel de Lima seguiu as pisadas de seu pai no apoio militar aos reis portugueses, participando nos momentos mais importantes do início da expansão no norte de África, assim como nas campanhas militares contra Castela. Grande foi a sua capacidade de mobilizar gente e financiamento na região minhota para estas expedições<sup>1178</sup>.

A presença na corte e a proximidade ao rei foi outro dos aspetos que marcou o percurso ascendente dos membros desta família-instituição. Leonel de Lima foi criado do infante D. Duarte e esteve presente na Corte ao longo da sua longa vida<sup>1179</sup>. Essa grande proximidade levou-o a ser escolhido, em 1455, para o transporte do bacio da oferta e do

---

<sup>1178</sup> Como aconteceu antes da expedição a Tânger, em que Leonel de Lima obrigou 400 lavradores da sua terra de S. Martinho a pagar quatro alqueires de centeio por pessoa, vd. CRUZ, Abel dos Santos – *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV*, p. 130, nt. 10; MORENO, H. Baquero – Um fidalgo minhoto de ascendência galega: Leonel de Lima, p. 261.

<sup>1179</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – *A família Lima*, p. 47–55.

gomil no batizado do príncipe D. João<sup>1180</sup>. O seu filho, D. João de Lima, manteve o estatuto, tendo ocupado a posição de guarda-mor do príncipe D. João, até o infante se tornar rei<sup>1181</sup>. Os seus descendentes continuaram presentes na Corte, tendo D. Francisco de Lima feito parte do Conselho de D. João III<sup>1182</sup>.

A esfera de atuação que talvez seja a menos conhecida está ligada ao mundo comercial. Há testemunhos de que, pelo menos, Leonel de Lima possuía vários barcos que participavam no comércio portuense e a sua presença na cidade está documentada nas atas de vereação camarária<sup>1183</sup>. Disto, não há nenhum registo no arquivo organizacional, nem nos sumários do Inventário de 1675–77.

Nem todas estas esferas terão levado à produção de documentação e, aquela que chegou a ser registada, pode não ter interessado conservar a longo prazo. Adquiriu destaque, para esse fim, a informação e a documentação relacionada com vários aspetos do domínio senhorial (prova de posse de propriedades, direitos e privilégios; gestão da propriedade e dos seus rendimentos; resolução de litígios), assim como dos vínculos que foram fundados ou incorporados.

A existência de testamentos, dotes e partilhas é menos expressiva, sendo a maioria conhecida pelo que está no inventário de 1677–75<sup>1184</sup>. Estes instrumentos não deixam de estar ligados ao domínio sobre a propriedade e sobre as relações e alianças estabelecidas pelos membros da família-instituição, que acrescentam património material e simbólico. No caso dos instrumentos de partilhas, a pertinência da sua conservação poder-se-ia esgotar ao fim de poucas gerações, não sendo vital a sua conservação a longo prazo<sup>1185</sup>. Tanto estes quanto os contratos de dote eram instrumentos que interessaria manter enquanto as propriedades aí referidas continuassem na posse da família-instituição.

---

<sup>1180</sup> CARVALHO, Patrícia; DINIZ, Sofia – Os Limas e a política de D. Manuel I, p. 261; OLIVEIRA, Ana Maria T. S. Rodrigues – *A criança na sociedade medieval portuguesa - modelos e comportamentos*. Lisboa: FCSH/NOVA, 2004. Tese de doutoramento, p. 201, nt. 27.

<sup>1181</sup> CARVALHO, Patrícia; DINIZ, Sofia – Os Limas e a política de D. Manuel I, p. 264.

<sup>1182</sup> Vd. ADB, *VVNC*, n.º 39.

<sup>1183</sup> DUARTE, Luís Miguel – Leonel de Lima: o bando e o barco. *Revista Portuguesa de História*. Vol. 1, n.º 31 (1996), p. 386–392.

<sup>1184</sup> Tendo alguns destes documentos servido de capa para maços, vd. *VNC*, cx. 14, n.º 9, f. 4v: “escritura de casamento do visconde e sua mulher, em pergaminho, que serve de capa a este maço quarto”.

<sup>1185</sup> AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social*, p. 417–418.



Quanto aos testamentos, quando eram um instrumento fundacional de um vínculo, assumiam uma importância primordial a longo prazo. No entanto, este não parece ter sido o caso dos testamentos da família-instituição Lima que se conservaram, embora tenham existido outros documentos que nos dão conta dessas fundações. Referimo-nos não apenas à capela de D. Teresa da Silva, mas também, àquela que Leonel de Lima terá pedido ao rei para construir incorporada na igreja nova de Ponte de Lima, no espaço que lhe havia sido destinado, e que o monarca assentiu em 1449<sup>1186</sup>. Por outro lado, membros desta família-instituição empenharam-se em fundar institutos eclesiásticos e de solidariedade que dotaram através dos seus testamentos. Em 1480, Leonel de Lima e sua esposa fundaram um albergue ou hospital para peregrinos, em Ponte de Lima, tendo Leonel de Lima deixado em testamento, feito a 11 de abril de 1495, um conjunto de propriedades para o seu sustento<sup>1187</sup>. No ano seguinte, este casal fundou o convento de Santo António de Ponte de Lima, que se tornou no panteão familiar dos Limas, no qual os dois foram sepultados e onde o seu neto D. Francisco também mandou construir uma capela<sup>1188</sup>.

Sobre a informação e documentação vincular que existiu no arquivo, não nos chegaram muitos registos. Conseguimos apenas identificar documentação para a capela de D. Teresa da Silva e o morgadio de Gaião<sup>1189</sup>.

Pelos sumários que constam do Inventário de 1675–77, sabemos que D. Teresa, esposa de Fernão Eanes de Lima, fundou uma capela no Turcifal<sup>1190</sup>. Porém nem o seu testamento, nem a adição que mandou fazer em 1445 a mencionam<sup>1191</sup>. A 11 de agosto de 1489, seu filho, Leonel de Lima, terá doado à capela onde afirma jazer sua mãe, na igreja da Madalena no Turcifal, termo de Torres Vedras, um conjunto de propriedades que possuía na vila e no termo de Azambuja, mais um pedaço de terra que tinha no campo de

---

<sup>1186</sup> ADB, VVNC, n.º 49.

<sup>1187</sup> Apenas conhecemos seu conteúdo pela descrição em: LEMOS, Miguel R. dos Reis – *Anais municipais de Ponte de Lima*, p. 110–111. Está atualmente desaparecido, mas, em 1675–77, encontrava-se no cartório em Ponte de Lima, uma vez que está sumariado em VNC, cx. 14, n.º 9, f. 5. Também referido em VNC, cx. 2, n.º 9, f. [61–61v].

<sup>1188</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – *A família Lima*, p. 65.

<sup>1189</sup> Na *Relação* consta informação de que D. Leonel de Lima, no seu testamento de 1495, terá mandado que seus filhos repartissem “o que era fora de morgado”; o autor deste inventário-relato conclui “donde de vê que tinha morgado neste tempo de que agora não aparece instituição” (VNC, cx. 2, n.º 9, f. 61v). Sem o testamento não conseguimos apurar mais informação; eventualmente poderia estar a referir-se à capela instituída pela mãe, Teresa da Silva.

<sup>1190</sup> VNC, cx. 14, n.º 9, f. 30r.

<sup>1191</sup> AMVCT, AFG, 65230D.

Alqueidão, no termo de Santarém. Fazia-o em agradecimento aos muitos gastos que esta havia tido para que ele, ainda solteiro, estivesse no Paço do príncipe D. Duarte “segundo o seu estado” <sup>1192</sup>. Em 1528, D. Francisco de Lima, seu bisneto, era o administrador do vínculo e emprazou três courelas de oliveiras, no termo de Azambuja, que lhe pertenciam<sup>1193</sup>. Embora alguma documentação relativa à capela continuasse no cartório em 1675<sup>1194</sup>, não conseguimos apurar se D. Lourenço de Lima e seu filho D. Diogo sucederam na sua administração.

Já o morgadio de Gaião deu entrada na família-instituição como dote de casamento de Catarina de Ataíde com D. João de Lima. A história deste vínculo é conturbada, uma vez que a morte do último administrador da linhagem dos Velhos desencadeou uma disputa pela sua posse. Tendo desaparecido o documento de instituição e não sendo possível provar quem seria o seu legítimo sucessor, a justiça régia interveio<sup>1195</sup>. A 22 de agosto de 1421, este morgadio foi doado pelo rei a um Ataíde<sup>1196</sup>, passando a carta de doação a servir de documento de (re)fundação do vínculo, onde são especificados os encargos com a albergaria e capela e a sucessão do morgadio<sup>1197</sup>. Foi, depois, confiscado a Gonçalo de Ataíde, na sequência do seu apoio ao partido do regente D. Pedro, e entregue a Lisuarte Pereira, em 1449. Este último, mais tarde, renunciou à doação para que o rei a voltasse a conceder à linhagem dos Ataíde, desta vez ao filho de Gonçalo, Pedro de Ataíde, em 1461. O novo administrador tornou-se freire de Avis e cedeu a administração do morgadio em dote a sua irmã Catarina de Ataíde<sup>1198</sup>. D. João de Lima e Catarina de Ataíde tomaram dele posse a 15 de abril de 1469, através do seu escudeiro e procurador Rui Gonçalves<sup>1199</sup>.

---

<sup>1192</sup> Escritura sumariada em VNC, cx. 14, n.º 9, f. 8v. Existe uma cópia incompleta e não autenticada desta doação, com letra que será posterior ao século XVI, em VNC, cx. 60, n.º 89, da qual retiramos esta citação.

<sup>1193</sup> VNC, cx. 4, n.º 6.

<sup>1194</sup> Vejam-se os sumários em VNC, cx. 14, n.º 9: um instrumento de posse da capela do Turcifal, em papel (f. 4r); estatuto da capela do Turcifal, em papel (f. 8v); traslado de uma doação que D. Leonel fez a D. Teresa da capela do Turcifal e fazenda da Azambuja, em papel (f. 8v); doação da capela da senhora D. Teresa da Silva do Turcifal (f. 30r).

<sup>1195</sup> Sobre este morgadio, vd. ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 85–90.

<sup>1196</sup> Gonçalo de Ataíde, casado com Isabel de Brito, era filho de Gonçalo Viegas de Ataíde e de Inês Fernandes. Foi também casado com Beatriz Nunes de Góis (existindo documentação relacionada em VNC, cx. 1, n.º 32 e n.º 26).

<sup>1197</sup> O documento da chancelaria régia é referido em ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 86, nt. 165; encontra-se também transcrito no Tombo das capelas, hospitais e albergarias de Santarém (ANTT, *Feitos da Coroa*, NA 274, f. 10–11).

<sup>1198</sup> Sobre a renúncia e o acordo feito com a irmã em 1468, insertas na confirmação de D. Afonso V de 1469, veja-se a confirmação feita em ANTT, *Estremadura*, lv. 9, f. 1v–3.

<sup>1199</sup> ANTT, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo 274, f. 11–12.

Em dezembro de 1471, D. João de Lima é referido como administrador do morgadio numa autorização de arrendamento concedida por D. Afonso V<sup>1200</sup>. Desta forma, conclui-se que o casamento de ambos ocorreu antes da confirmação régia do contrato com dote e arras, que incluía a administração do morgadio de Gaião, e que só ocorreu a 9 de setembro de 1472<sup>1201</sup>. A 27 de fevereiro de 1497, a administração do vínculo é confirmada ao filho primogénito de ambos, Francisco de Lima<sup>1202</sup>. Por volta de 1575, um feitor do 5.º visconde de Vila Nova de Cerveira pagou aos hospitais de Santarém o valor devido pelos encargos da capela de Gaião<sup>1203</sup>. A restante documentação concernente ao vínculo, vinda da família Ataíde e produzida durante a administração dos Limas, terá transitado com o morgadio para a Casa dos Arcos. Pelo menos em 1669, já estava na posse desta última Casa<sup>1204</sup>.

A atividade dos membros da família-instituição determinou o que se produziu/recebeu, mas o contexto em que essa atividade ocorreu condicionou o que se decidiu conservar, que significados se atribuiu e como se usou essa informação e documentação. Por isso, é importante considerar as relações com outras instituições e poderes da região ou com o poder central. Como afirmam Filippo de Vivo, Andrea Guidi e Alessandro Silvestri, os arquivos eram meios de legitimação e de contestação<sup>1205</sup>. Num ambiente de competição pelo domínio do espaço e das gentes, a conservação e a boa utilização das provas da posse da propriedade e das mercês e privilégios recebidos eram determinantes para a manutenção ou expansão do poder e do estatuto dos membros da família-instituição<sup>1206</sup>. Neste âmbito, é possível explorar alguns exemplos.

No contexto da reforma dos forais, D. Manuel I ordenou, por carta de 22 de novembro de 1497, que se recolhessem e entregassem os forais à comissão que dela estava encarregada. Nesta sequência, na vila de Ponte de Lima, a vereação reunida a 20 de janeiro de 1498 procurou dar resposta ao solicitado, estando também presente D. João de Lima, 2.º visconde de Vila Nova de Cerveira, que descreveu com pormenor que direitos lhe

---

<sup>1200</sup> ANTT, *Chancelaria de Afonso V*, lv. 17, f. 67.

<sup>1201</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima, p. 61.

<sup>1202</sup> AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social*, p. 357, nt. 589.

<sup>1203</sup> VNC, cx. 59, n.º 63.

<sup>1204</sup> ANTT, *Registo do Arquivo*, lv. 3, f. 40r–41v.

<sup>1205</sup> DE VIVO, Filippo et al. – *Archival transformations in Early Modern European History*, p. 426.

<sup>1206</sup> Sobre os usos do arquivo como meio de legitimação e contestação de poder em disputas com outros grupos sociais e com o Estado, vd. *Ibid.*, p. 433.

pertenciam naquela vila e a forma como os arrecadava<sup>1207</sup>. Porém, poucas destas indicações foram tidas em consideração e plasmadas no novo foral<sup>1208</sup>. Por essa razão o seu sucessor, Francisco de Lima, quando o foral foi publicitado, em novembro de 1516, apresentou embargos pelas desconformidades que continha. Assim se iniciou um processo que culminou numa sentença promulgada, em 1532, pelo Tribunal da Suplicação que determinou a correção de um excerto do foral<sup>1209</sup> e durante o qual os viscondes tiveram de mobilizar a sua informação organizacional para fazer valer os seus direitos.

A nível local, são bem conhecidas as relações tensas que os Limas mantiveram com o concelho de Ponte de Lima, que lutava por conservar a sua condição realenga. Leonel de Lima procurou, no entanto, por várias vias, dominar a vila. E, apesar de o rei nunca lhe ter concedido a sua jurisdição e de todos os esforços da Câmara para limitar a presença deste fidalgo no seu interior, o 1.º visconde de Vila Nova de Cerveira foi astucioso conseguindo aí edificar um castelo, tornar-se o seu alcaide-mor, acumular doações no seu termo, arrecadar tenças pagas pelo seu Almojarifado, marcar presença frequente nas reuniões da vereação, aí construir uma importante rede clientelar e fundar um convento com a sua esposa<sup>1210</sup>. Esta relação antagónica continuou nas gerações seguintes e quando, a 4 de julho de 1518, o monarca concedeu a D. Francisco de Lima a capitania-mor da vila durante a sua vida, as queixas não se fizeram esperar pelo facto de o cargo sempre ter pertencido ao Senado da Câmara. Logo, o concelho apresentou embargos onde denunciava a tirania e os abusos dos viscondes<sup>1211</sup>. O pleito culminou numa sentença de 20 de março de 1520, na

---

<sup>1207</sup> A ata de vereação encontra-se transcrita em MARQUES, José – *Os forais de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2005, p. 46–55.

<sup>1208</sup> *Ibid.*, p. 57. Sobre esta questão, veja-se também o artigo de Pedro Pinto que descreve e contextualiza este mesmo caso: PINTO, Pedro – Dos manuscritos à personagem: o percurso de Álvaro Frágoso, procurador de Évora e da comarca de Entre-Tejo-e-Odiana para os feitos dos forais (revisitando a reforma dos forais de D. João II e D. Manuel I). *eHumanista*. n.º 31 (2015), p. 98–99.

<sup>1209</sup> COSTA, Paula Pinto – *O Foral Novo dos Arcos de Valdevez*, p. 50–51. Esta sentença está inserta num processo que citamos no subcapítulo 5.1 e que se encontra no arquivo da Casa da Coutada, da família Queiroz Vaz Guedes: AFQVG – *Cópia do processo judicial relacionado com o foral de D. Manuel I*, 1715. Veja-se a versão publicada na obra citada: *Ibid.*, p. 101–201.

<sup>1210</sup> Sobre esta questão, vd. COSTA, Adelaide Millán da – A presença dos nobres em Ponte de Lima (séculos XIV–XVI). Testemunhos do cartório municipal. Em COSTA, Adelaide Millán da; JARA FUENTE, Jose Antonio (eds.) – *Conflicto Político: lucha y cooperación*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016, p. 231–256; DUARTE, Luís Miguel – Leonel de Lima; LEMOS, Miguel R. dos Reis – *Anais municipais de Ponte de Lima*, p. 54–63; MORENO, H. Baquero – Um fidalgo minhoto de ascendência galega: Leonel de Lima.

<sup>1211</sup> ABREU, João Gomes de – D. Francisco de Lima, p. 46–47; LEMOS, Miguel R. dos Reis – *Anais municipais de Ponte de Lima*, p. 54–57.

qual D. Manuel I anulou a carta de privilégio concedida a D. Francisco<sup>1212</sup>. Esta carta de mercê continuou, no entanto, a ser conservada no arquivo organizacional dos Limas e dos Lima Brito Nogueira<sup>1213</sup>, a par de outras que garantiam aos viscondes um certo domínio sobre o espaço concelhio limiano.

No que concerne à relação com outros senhores da região, estão igualmente documentados os conflitos entre Leonel de Lima e Gil de Magalhães, senhor da Nóbrega e fidalgo da Casa do duque de Viseu, filho de João de Magalhães, fidalgo da Casa do duque de Bragança<sup>1214</sup>. Além das disputas que terão sido resolvidas pela força<sup>1215</sup>, outras decorreram na justiça. No arquivo organizacional foi conservada uma carta de sentença de D. João II contra o referido senhor sobre o pagamento da portagem para se passar a ponte da Barca, em Arcos de Valdevez, vila da qual Leonel de Lima era donatário. Gil de Magalhães começou a cobrar portagens na ponte da Barca e a coagir aqueles que se recusavam a fazê-lo. Na sua defesa, disse ser senhor da terra da Nóbrega por doação que o rei D. Afonso fizera de juro e herdade a seu pai com todos os direitos reais, portagens e tributos a que o rei tinha direito na dita terra, logo tinha o direito de cobrar portagens a quem passasse pela ponte da Barca, que pertencia à sua terra. No entanto, feitas as inquirições de testemunhas e analisados todos os elementos apresentados, foi determinado nesta sentença de 1487 que os moradores da terra de Arcos de Valdevez e quaisquer outras pessoas do reino que passassem a ponte da Barca estavam isentas e livres de pagarem portagem ou qualquer outro tributo, não havendo memória do contrário<sup>1216</sup>.

A competição não se cingia aos grandes senhores e a poderosas instituições, mas estendia-se igualmente a pequenos poderes locais, como uma igreja ou os moradores de uma freguesia. Veja-se a sentença que Leonel de Lima alcançou contra os moradores nas herdades dos reguengos de *Insuela* e de *Talharezes*, uma vez que muitas herdades e vinhas haviam sido sonegadas, apropriadas e somadas à igreja de S. João da Ribeira, quando pertenciam ao rei e deviam pagar os direitos ao visconde que era o seu donatário<sup>1217</sup>. Ou aquela que foi passada a

---

<sup>1212</sup> AMPTL, *Coleção de Pergaminhos*, Pergaminho n.º 60 (Dep. 4 - Gaveta n.º 7; PT/MPTL/CPGPTL/0060).

<sup>1213</sup> VNC, cx. 13, n.º 18. Estando também sumariada no Inventário de 1675–77 (VNC, cx. 14, n.º 9, f. 4v).

<sup>1214</sup> MORENO, H. Baquero – *A batalha de Alfarrobeira*, p. 1049, nt. 2. Sobre este senhor, veja-se ainda: GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite*, p. 176–177.

<sup>1215</sup> Sobre os ataques ao senhor Nóbrega a mando de Leonel de Lima, vd. DUARTE, Luís Miguel – Leonel de Lima, p. 378, 383.

<sup>1216</sup> ADB, *VVNC*, n.º 13.

<sup>1217</sup> ADB, *VVNC*, n.º 14.

favor de Álvaro Rodrigues de Lima, em 1425, contra os moradores da freguesia de Gondoriz, julgado de Arcos de Valdevez, sobre os direitos da caça<sup>1218</sup>.

Por fim, refira-se o arcebispo bracarense, com a qual nem sempre a parentela dos Limas manteve relações pacíficas<sup>1219</sup>. Embora não sejam conhecidas grandes escaramuças entre os primazes das Espanhas e os chefes da família-instituição em estudo, grande parte do território sobre o qual tinham jurisdição estava sob a alçada eclesiástica desta arquidiocese, nomeadamente muitas igrejas das quais eram patronos, o que implicava especial cuidado na gestão dessa informação e documentação, como veremos no último subcapítulo.

## 10.2. Organizar para melhor gerir e defender a Casa

O contexto atrás descrito influenciou o que se produziu, o que se conservou e, com grande probabilidade, a forma como a documentação foi organizada tendo em vista a recuperação da informação para uma melhor gestão do património ou para ser usada como prova. Com grande dificuldade, conseguimos apurar a organização da totalidade deste acervo no período desta família-instituição, embora possamos avançar algumas pistas e hipóteses.

A maioria das cotas apostas no verso dos documentos que mapeámos e que estiveram no arquivo organizacional dos Limas resultou da inventariação feita em 1675–77. Não identificámos qualquer cota que pudesse ser anterior.

Numa fase anterior à cotação, a identificação do conteúdo dos documentos seria apenas feita por breves sumários redigidos nos seus versos. Quase todos os pergaminhos apresentam dobras, assim, como alguns documentos em papel, pelo que deveriam ser armazenados dessa forma, deixando o sumário visível. É notório que alguns são contemporâneos da produção/receção dos documentos<sup>1220</sup>, podendo ter sido acrescentados pelas mãos dos próprios viscondes. É o que acontece no testamento de D. Teresa da Silva, no

---

<sup>1218</sup> VNC, cx. 13, n.º 31.

<sup>1219</sup> É particularmente conhecida contenda ocorrida entre o arcebispo e senhor de Braga, D. Luís Pires, e Fernão de Lima, alcaide-mor de Guimarães e filho de D. Leonel de Lima. Sobre esta questão, vd. VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome de – O último lampejo do feudalismo em Portugal. Em *O arquivo e a cidade: páginas da história bracarense*. Braga: UM, ADB, 2008, p. 229–245.

<sup>1220</sup> Sem sermos exaustivos, citamos alguns exemplos de sumários coetâneos da produção/receção: ADB, VVNC, n.ºs 1, 4, 5, 6, 18, 31, 49, 53; VNC, cx. 12, n.ºs 1, 2; AMVCT, LFG, 65230D; BESSMM, JL, sem cota.

qual certamente D. João de Lima anotou: “testam<sup>to</sup> da s<sup>ra</sup> nossa avoo”<sup>1221</sup>. Nem todos os documentos analisados têm sumários similares que nos pareçam anteriores ao século XVII<sup>1222</sup>, porém, ressalve-se que algumas anotações já estão muito apagadas e nem sempre são legíveis.

Não há informações suficientes para determinar se esta documentação permaneceu sempre armazenada em conjunto ao longo de quase dois séculos; o depósito em diferentes locais poderia justificar, no período em análise, disparidades na forma como os sumários foram colocados ou a sua ausência por completo. Sabemos que alguns documentos circulavam, sempre que necessário, pelas mãos de procuradores e administradores dos bens dos viscondes<sup>1223</sup>, e, só para o século XVII, temos a certeza da presença de um cartório no Paço de Ponte de Lima. O edifício começou a ser construído por volta de 1464, após a nomeação de Leonel de Lima como alcaide-mor da vila e a ordem que recebeu para edificar o castelo sobre os terrenos que havia comprado<sup>1224</sup>. A construção deveria estar a decorrer em 1466, quando o monarca ordenou que todas as terras ao redor de Ponte de Lima contribuíssem para a construção do castelo daquela vila<sup>1225</sup>, tendo sido concluída no tempo do 3.º visconde de Vila Nova de Cerveira, pela década de 30 do século XVI<sup>1226</sup>. É possível que os pergaminhos mais importantes tenham começado a ser guardados em Ponte de Lima quando o Paço começou a ter condições de habitabilidade e, antes, pudessem ter estado no Paço de Giela, que estava na posse desta família desde 1398. Todavia, não encontramos até ao momento testemunhos que comprovem qualquer uma das hipóteses. Se alguma documentação dos Limas se encontrava ainda em Giela aquando da passagem e ocupação do general Baltasar de Roxas Pantoja, em 1662, é plausível que tenha sido destruída ou muito danificada no contexto das guerras da Restauração<sup>1227</sup>.

---

<sup>1221</sup> AMVCT, LFG, 65230D.

<sup>1222</sup> A grande maioria tem sumários que terão sido acrescentados aquando da inventariação de 1675–77 ou são coetâneos de uma outra listagem em VNC, cx. 37, n.º 9, à qual já fizemos menção no subcap. 9.1 e que será provavelmente anterior à inventariação mencionada.

<sup>1223</sup> Quando os documentos andavam nas mãos dos procuradores e administradores para o tratamento de alguma questão corrente, talvez formassem pequenos arquivos, semelhantes aos *archivillos* referidos em BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *Corre manuscrito*, p. 246–247.

<sup>1224</sup> ADB, VVNC, n.º 5.

<sup>1225</sup> VNC, cx. 13, n.º 17.

<sup>1226</sup> PAIVA, Maria Amélia – A casa nobre no concelho de Ponte de Lima. D. Leonel de Lima: rupturas e evolução do espaço urbano quatrocentista, p. 577–578.

<sup>1227</sup> SILVA, Armando M. da; DAMÁSIO, Luís P. Castro – Casas nobres (no Distrito de Viana do Castelo), p. [56].

Desconhecemos inventariações ou listagens de documentação do cartório que tivessem sido realizadas antes de 1578. Não teria o volume documental acumulado justificado esta opção? Ou, a terem sido feitas listagens para usos mais limitados no tempo, foram depois destruídas<sup>1228</sup>?

A falta da documentação do morgadio de Gaião também não nos permite aferir se chegou a ser inventariada pelos Limas e como foi gerida a informação deste vínculo ao longo destes séculos. Sabemos que, na sequência da legislação manuelina<sup>1229</sup>, foi realizado, em 1500, um tombo deste vínculo, para o qual D. Francisco apresentou a instituição e o instrumento da posse que tomou Rui Gonçalves, escudeiro de D. João de Lima e procurador de D. Catarina de Ataíde, em 1469<sup>1230</sup>. No entanto, quando se produz o inventário de 1675–77, o morgadio já não estava na Casa; nessa listagem apenas se faz alusão à existência de “cinco memórias de papéis do cartório”, que infelizmente não estão datadas<sup>1231</sup>. É, assim, impossível confirmar qualquer uma das hipóteses atrás avançadas.

Esta ausência, por comparação com as inventariações existentes no arquivo organizacional dos Britos Nogueira, levou-nos, numa fase inicial da investigação, a questionar se estaria relacionada com uma vocação mais guerreira e menos administrativa ou voltada para a escrita dos Limas. Agora podemos responder negativamente à questão então colocada, sobretudo se tivermos em conta a análise de outros vestígios. Não identificámos inventariações, mas há outros instrumentos que foram criados e que demonstram o cuidado dos viscondes e dos seus administradores com a recuperação da informação para facilitar a gestão dos bens e os meios de acesso à prova. São eles alguns livros e tombos que compilam escrituras e listam propriedades, foreiros e rendas dos bens de que eram donatários na região minhota.

Durante a administração de D. João de Lima, 2.º visconde de Vila Nova de Cerveira, foi criado um repositório que continha os “direitos e fforros e apodamentos que pos Pero

---

<sup>1228</sup> Sobre esta questão, vd. GUYARD, Patricia – La gestion de l’écrit dans une famille de serviteurs du roi: le cartulaire et le chartrier des Mignon (XIVe–XVe siècles). *Bibliothèque de l’école des chartes*. Vol. 157, n.º 2 (1999), p. 524.

<sup>1229</sup> Sobre a legislação manuelina relativa às instituições vinculares, vd. ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 229, 244–248.

<sup>1230</sup> ANTT, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo 274, f. 11–11v.

<sup>1231</sup> VNC, cx. 14, n.º 9, f. 30v. Outro inventário, talvez anterior a este, refere “um caderno que tem o título Inventario de papéis”, sem data (VNC, cx. 14, n.º 36, f. 1v).



Barbosa em meu almoxarifado em mynha terra<sup>1232</sup> <de Samto Stevam><sup>1233</sup> em 1497 e, numa segunda parte, os “livros das rendas de Burall do Lima” até 1505 (?)<sup>1234</sup>. Em cada uma das partes é feita uma relação das propriedades que deviam pagar rendas e direitos ao visconde de Vila Nova de Cerveira na terra de Santo Estêvão e de Beiral de Lima, com indicação daquelas que se encontravam ou não aforadas, de quem as trazia aforadas e de quanto deveria pagar.

Durante o viscondado de seu filho, Francisco de Lima, foram produzidos mais repositórios. Em 1514, iniciou-se a preparação de um livro para receber as escrituras de empraçamento de casais, situados nas terras nas terras de Beiral do Lima, S. Martinho, termo da vila dos Arcos e em Ponte de Lima, feitas pelo visconde, que assina algumas pela sua própria mão, sendo incluídos contratos celebrados até 1542<sup>1235</sup>. Em 1535, patrocinou a feitura do tombo das casas reguengas da vila de Ponte de Lima, da qual era alcaide-mor e senhor dos direitos reais, depois de ter ordenado uma inquirição<sup>1236</sup>. O tombo dá-nos conta de todo o processo<sup>1237</sup>: D. Francisco de Lima solicitou ao contador da Comarca de Ponte de Lima, Dr. Francisco Machado, que fossem feitas inquirições às casas reguengas da vila para saber quem eram as pessoas que as traziam, uma vez que as mais antigas haviam falecido e as propriedades foram sendo trespassadas para outras, estando as inquirições anteriores desatualizadas. Nesta sequência e por mandado do contador, o escrivão Gaspar de Amorim, tomando o tombo anterior onde estavam as propriedades reguengas e censos a pagar a Sua Alteza<sup>1238</sup>, fez inquirição rua a rua, casa a casa<sup>1239</sup>. Entre 1520 e 1534, D. Francisco promoveu ainda a criação de um repositório de informação dos padroados de igrejas da comarca de Valença<sup>1240</sup>, ao qual voltaremos no subcapítulo seguinte.

A estes repositórios, acresce um “livro de tombo”, que indica por freguesia, pertencente à terra de Valdevez, as propriedades, os foreiros e rendas a pagar ao

---

<sup>1232</sup> Estão dois “s” riscados, originalmente estava em “mynhas terras”.

<sup>1233</sup> BGUC, *Manuscritos*, n.º 2970, f. 1–34. Trata-se do livro inventariado em VNC, cx. 14, n.º 9, f. 18r: um livro dos direitos e foros e apodamentos [*sic*] que pôs Pero Barbosa.

<sup>1234</sup> BGUC, *Manuscritos*, n.º 2970, f. 42r–63v.

<sup>1235</sup> ADB, *VVNC*, n.º 39.

<sup>1236</sup> ADB, *VVNC*, n.º 40. Talvez seja este o tombo referido no Inventário de 1675–77: tombo das casas reguengas da vila de Ponte de Lima e do que cada uma paga por prazo e censo (VNC, cx. 14, n.º 9, f. 14r).

<sup>1237</sup> ADB, *VVNC*, n.º 40, f. 1r–2r.

<sup>1238</sup> Eventualmente poderia ser o treslado de uma inquirição que foi tirada por mandado do rei para as casas de Ponte de Lima, num livro de papel, referido no inventário em VNC, cx. 14, n.º 9, f. 20r–20v.

<sup>1239</sup> ADB, *VVNC*, n.º 40, f. 2v e ss.

<sup>1240</sup> VNC, cx. 15 n.º 1.

visconde<sup>1241</sup>. Não se encontra datado, mas, como será posterior a 1515<sup>1242</sup>, existe a possibilidade ter sido realizado igualmente durante o viscondado de D. Francisco.

D. Francisco de Lima assumiu a chefia da família em 1508, sendo-lhe nesse ano concedido o título<sup>1243</sup>, confirmadas as suas donatarias em Vila Nova de Cerveira<sup>1244</sup>, Fraião, Coura, S. Martinho, S. Estêvão, Geraz, Arcos de Valdevez e o Paço de Giela<sup>1245</sup>, assim como a alcaidaria-mor de Ponte de Lima<sup>1246</sup>. Desde cedo demonstrou grande preocupação em conhecer o património de que era donatário e em ter repositórios de informação e prova para melhor o gerir. Solicitou ao rei D. Manuel I que lhe fosse passado um traslado das escrituras relativas a propriedades reguengas situadas na vila de Ponte de Lima. O rei passou-lhe alvará a 17 de abril de 1508 para que Rui de Pina lhe desse o traslado dos tombos de todas as suas terras de Ponte de Lima e dos padroados de Vila Nova. Nesta sequência, fez-se, a 7 de junho de 1511, a cópia das quatro escrituras de aforamento lavradas nos reinados de D. Dinis, D. Duarte e D. Afonso V, entre 1306 e 1460<sup>1247</sup>. Nesse mesmo ano, também mandou trasladar a confirmação da doação do castelo, dos reguengos e das portagens que o rei possuía em Ponte de Lima<sup>1248</sup>, pedindo, posteriormente, a D. Manuel que o autorizasse a aforar prazos e foros das casas e dos reguengos de Ponte de Lima cujas rendas lhe haviam sido doadas; a permissão foi concedida em janeiro de 1516, devendo o visconde aforá-los com o seu almoxarife de Ponte de Lima quando estes vagassem<sup>1249</sup>.

---

<sup>1241</sup> JBA, livro sem cota. Cremos tratar-se do livro sumariado em VNC, cx. 14, n.º 9, f. 18: outro livro velho em papel encartado, digo, encadernado em couro velho, que se não lê o título e parece ser do Tombo de Valdevez.

<sup>1242</sup> Na f. 69, refere que “estas sam as herdades que sam comteudas no foral”. Sobre o foral arcoense, vd. COSTA, Paula Pinto; REIS, António Matos – *Arcos de Valdevez: a terra e o Foral Manuelino (texto e contextos)*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2015.

<sup>1243</sup> AMPTL, VVNC, n.º 1 (PT/MPTL/VVNC/0001).

<sup>1244</sup> ADB, VVNC, n.º 24.

<sup>1245</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 88–89.

<sup>1246</sup> VNC, cx. 13, n.º 20.

<sup>1247</sup> ADB, VVNC, n.º 52.

<sup>1248</sup> VNC, cx. 12, n.º 10. Esta carta de 29 de março de 1511 tem insertas: a carta de confirmação feita pelo mesmo monarca a João de Lima, a 2 de maio de 1496; e a carta de D. Afonso V que, confirmando a doação de juro e herdade do castelo de Ponte de Lima a Leonel de Lima e a doação vitalícia do reguengo e das portagens que o rei possuía em Ponte de Lima a D. João de Lima e a um filho seu, faz nova mercê, a pedido de Leonel de Lima, doando-lhe de juro e herdade o seu reguengo em Ponte de Lima e outro reguengo, anexando-os ao referido castelo da vila, a 20 de outubro de 1475. O traslado da carta de confirmação de D. Manuel I, feito em Lisboa a 20 de junho de 1511, foi apresentado pelo visconde de Vila Nova de Cerveira a Gonçalo Mendes, escudeiro e juiz ordinário em Ponte de Lima, para que lhe fosse passado um traslado, concertado e assinado pelo tabelião e pelo referido juiz, no castelo da dita vila, a 27 de setembro de 1511.

<sup>1249</sup> ADB, VVNC, n.º 26.

O que nos chegou pode ser insuficiente para uma avaliação aprofundada da ação administrativa destes senhores e dos seus administradores e aquilo que restou da produção documental das gerações dos 4.º e 5.º viscondes de Vila Nova de Cerveira é residual<sup>1250</sup>. No entanto, a história de dispersão que reconstituímos para o cartório ponte-limense abre a possibilidade de que mais destes instrumentos estejam espalhados por outros arquivos e coleções, caso não tenham sido destruídos ainda no século XIX. No inventário de 1675–77, são listados mais livros e tomos além dos já citados, mantendo-se, porém, o problema da falta de datação dos sumários que nos impede de associá-los a um produtor/recetor e a um contexto de produção<sup>1251</sup>.

### 10.3. A produção e a gestão da informação do padroado das igrejas

Pelo que foi possível reconstituir da produção/receção documental da família-instituição Lima, percebemos que, na sequência do que já parecia ser a tendência no viscondado de seu pai, D. Francisco de Lima, 3.º visconde de Vila Nova de Cerveira, patrocinou a criação de repositórios para facilitar a conservação e o acesso à informação para uma melhor gestão da propriedade e a recolha de rendas. Alguns dos livros e o tomo já mencionados são exemplos disso. Durante a sua administração, pensamos que pode ter sido igualmente preparada uma primeira versão do *Livro das doações que fizeram ao visconde D. Francisco de Lima e a seus sucessores dos padroados das igrejas da comarca de Valença em terra de Coura e de Valdevez*<sup>1252</sup>, formada pelo núcleo das confirmações das doações pelo arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa<sup>1253</sup>, ao qual terão sido acrescentadas,

---

<sup>1250</sup> Apenas um documento para a primeira e três para a segunda. Vd. Apêndice C.2.

<sup>1251</sup> VNC, cx. 14, n.º 9: “um livro de prazos tirados da Torre do Tombo por mandado do rei D. João feitos por D. Afonso, conde de Bolonha, e por D. Dinis, seu filho, em pergaminho com onze meias folhas de uma e outra banda escritas” (f. 2v); “treslado do Tombo da Casa do Tombo com quatro meias folhas escritas tudo em pergaminho” (f. 13r); “tomo de todas as minhas terras do que rendem em livro de papel encadernado, em pergaminho” (f. 17v); livro “das terras e rendas do visconde tirados da Torre do Tombo [...] em pergaminho que tem quarenta e oito folhas com capa de pergaminho” (f. 17v); “um livro dos reguengos desta vila de Ponte de Lima” (f. 18r); “registos antigos do arcebispo, em um livro” (f. 18r); “um livro de tomo de todas as terras do sr. Visconde em papel encadernado num couro velho” (f. 18r); “cinco livros antigos da renda de Giela” (f. 26v); “um livro encadernado que tem título do Treslado do Tombo de Valdevez” (f. 28r); “um livro que de uma parte tem por título Este é o foral da renda da minha terra de Valdevez do que rende em cada um ano, o qual tresludou o Visconde por sua mão e para o fim tem os inventários dos papéis do cartório” (f. 30v). Veja-se ainda na lista que complementa o que estava em falta neste inventário, em VNC, cx. 14, n.º 36, f. 1r: um livro com o título sumário do rendimento das propriedades e bens da comenda de Rio Frio.

<sup>1252</sup> VNC, cx. 15, n.º 1.

<sup>1253</sup> Os pergaminhos não apresentam dobras, pelo que, desde o início, deverão ter sido armazenados em forma de livro. Colocamos, ainda, a hipótese de os furos visíveis no canto inferior direito de alguns pergaminhos com as confirmações serem vestígios de uma cosedura anterior à encadernação atual.

na encadernação atual, os originais ou públicas-formas das várias doações recebidas<sup>1254</sup>. O atual formato foi possivelmente concebido no período em que se elaborou um índice das igrejas do padroado do Viscondado que sumaria as respetivas doações e remete para a escritura original presente no livro, intitulado o *Pecúlio do Livro Grande em que estão as doações e confirmações das igrejas pertencentes ao viscondado*<sup>1255</sup>, já no século XVII<sup>1256</sup>. A seguir às confirmações recebidas pelo visconde D. Francisco, foi igualmente acrescentada uma certidão e carta testemunhável, feita a pedido de Luís de Brito, administrador de seu filho Lourenço de Brito, por Gregório Rodrigues, desembargador e vigário-geral do arcebispado de Braga, a 10 de junho de 1580, que confirma a letra e sinal do arcebispo D. Diogo de Sousa nas escrituras anteriores<sup>1257</sup>. Afirma-se que a certidão que é feita “no fim deste livro”<sup>1258</sup>, o que reforça a hipótese atrás colocada sobre a conservação deste primeiro núcleo do atual códice.

A constituição de um primeiro repositório de informação e prova ainda no tempo de D. Francisco de Lima permitiu justificar a posse de um número significativo de padroados de igrejas que assumiam uma importância fundamental na manutenção da rede clientelar desta Casa senhorial, não só neste período como nos seguintes.

A aquisição em massa e o posterior pedido de confirmação destes padroados pelo arcebispo bracarense situam-se num contexto reformador, levado a cabo durante o reinado manuelino e patrocinado pela Santa Sé<sup>1259</sup>, que veio procurar pôr cobro à excessiva fragmentação dos padroados entregues a leigos, que resultavam em conflitos entre os vários padroeiros, além de causarem problemas de ordem pastoral relacionados com os

---

<sup>1254</sup> Já em algumas das doações em pergaminho e papel são visíveis sinais de dobras, pelo que, numa fase inicial, algumas terão sido armazenadas de forma diferente.

<sup>1255</sup> VNC, cx. 12, n.º 20.

<sup>1256</sup> Sobre este pecúlio, vd. ROSA, M. Lurdes – Pecúlio do livro grande em que estão as doações e confirmações das igrejas pertencentes ao Viscondado. Em ROSA, M. de Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe*, p. 118.

<sup>1257</sup> VNC, cx. 15, n.º 1, f. 93r–94v.

<sup>1258</sup> VNC, cx. 15, n.º 1, f. 93r.

<sup>1259</sup> Note-se, no entanto, que, antes do século XVI, foram igualmente tomadas algumas medidas para tentar solucionar esta fragmentação desmedida, fazendo a nomeação do beneficiado ficar sujeita à confirmação do bispo ou legislando-se, durante o reinado de Afonso III, sobre a escolha do beneficiado no caso de os padroeiros não chegarem a acordo, vd. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto/Lisboa: Livraria Civilização, 1968. Vol. 2, p. 78–80; MOREIRA, Manuel António Fernandes – Dom Francisco de Lima e o padroado das igrejas do Alto Minho. *Terra de Val de Vez. Boletim Cultural do G.E.P.A.* n.º 9 (1986), p. 16–17.

serviços que não eram prestados aos fiéis<sup>1260</sup>. Os direitos de padroado eram devidos aos fundadores de uma igreja ou mosteiro, podendo ser objeto de alienação (doação, permuta, venda) e sendo passíveis de transmissão como qualquer outro bem. Destarte, no caso do padroado leigo ou particular, ocorria a divisão pelos vários herdeiros, o que, com o passar dos séculos, gerou a multiplicação dos detentores<sup>1261</sup>; exceções eram, pela natureza destas instituições, os padroados entregues à Coroa e a instituições eclesiásticas. Os padroeiros tinham direito de apresentação, escolhendo o pároco ou beneficiado de determinada função e respetivo rendimento quando o lugar ficava vago, assim como poderiam usufruir de direitos de aposentadoria, alimentação, ajudas para casamento de filha, para acesso ao estatuto de cavaleiro ou em caso de resgate de cativo<sup>1262</sup>. O patrono tinha, todavia, a responsabilidade de defender e de prover estes institutos, encarregando-se das obras e da conservação das igrejas, bem como de munir os sacerdotes com as alaias necessárias para a liturgia<sup>1263</sup>. Entre encargos e benesses, aquela que assume particular relevo é a da escolha do beneficiado, que permite o favorecimento de parentes ou de clérigos inseridos nas clientelas dos patronos, mas também atrair mais clientes pelo potencial de remuneração que o cargo poderia oferecer, dando acesso não apenas às rendas de altar, mas também a rendimentos do património fundiário que, muitas das vezes, pertencia às igrejas<sup>1264</sup>.

Na arquidiocese de Braga, D. Diogo de Sousa, arcebispo e senhor de Braga entre 1505 e 1532, apadrinhou esta reforma. O espírito evangélico<sup>1265</sup>, empreendedor, crítico e

---

<sup>1260</sup> ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, p. 78–80; OLIVEIRA, Miguel de – *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*. União Gráfica, 1950, p. 137–160.

<sup>1261</sup> O caso do mosteiro de Grijó é paradigmático, com 208 padroeiros, vd. SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – *Os patronos do mosteiro do Grijó: evolução e estrutura da família nobre, séculos XI a XIV*. Porto: FLUP, 1987. Dissertação de mestrado, p. 444–451. Vejam-se outros exemplos em: OLIVEIRA, Miguel de – *As paróquias rurais portuguesas*, p. 141.

<sup>1262</sup> Sobre o direito de padroado, vd. OLIVEIRA, Miguel de – *As paróquias rurais portuguesas*, p. 137–148; CASTRO, Armando – Padroados (Idade Média). Em SERRÃO, Joel (ed.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinha, 1985. Vol. 4, p. 511; TORRES, Rui d'Abreu – Padroeiros. Em SERRÃO, Joel (ed.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinha, 1985. Vol. 4, p. 511–512.

<sup>1263</sup> VENTURA, Margarida Garcez – *Igreja e poder no século XV: dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas 1383–1450*. Lisboa: Edições Colibri, 1997, p. 179.

<sup>1264</sup> Veja-se o papel dos padroados na manutenção rede clientelar da Casa brigantina e na atração de indivíduos de esferas de poder próximas em CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa de Bragança (1560–1640)*, p. 334–359. Veja-se igualmente sobre os padroados da Casa de Marialva integrados no Ducado da Guarda: CARVALHAL, Hélder – Património, casa e patrocínio, p. 59–60.

<sup>1265</sup> Depois de se tornar arcebispo, realizou em menos de um mês um sínodo, a 15 de dezembro de 1505, estabelecendo um verdadeiro programa pastoral com diretrizes para o clero melhor formar os fiéis da arquidiocese. Sobre esta questão, vd. TEODORO, Leandro Alves – Introdução. *Constituições de Braga de*

racional deste pastor humanista<sup>1266</sup> levaram-no a identificar vários problemas pastorais decorrentes desta situação e a apoiar um movimento de concentração destes direitos apenas nas mãos de alguns, confirmando as doações desde que não houvesse simonia, e, com isto, aproveitou também para agregar mais padroados à Mitra bracarense<sup>1267</sup>.

O fracionamento do padroado das igrejas do Alto Minho não destoava do panorama geral<sup>1268</sup> e D. Francisco de Lima não perdeu esta oportunidade. Com o seu prestígio e a influência, diplomacia e pressão dos seus agentes<sup>1269</sup>, conseguiu que diferentes patronos lhe transmitissem por doação o direito de apresentação de várias igrejas inseridas na comarca eclesiástica de Valença, que pertencia à diocese de Braga desde 1514. Escrituras que, paulatinamente, entre 1520 e 1534, mandou entregar na secretaria arquidiocesana para serem confirmadas por D. Diogo de Sousa<sup>1270</sup>. Durante este processo, acumulou um conjunto muito significativo de direitos de padroados de igrejas, ficando com a inteira apresentação de 8 na terra de Coura e 22 na terra de Valdevez<sup>1271</sup>.

A documentação deixa transparecer, sobretudo aquela que se conservou para séculos posteriores, o papel que estes párocos, que estavam sob a alçada de influência dos viscondes, muitas vezes desempenhavam ao seu serviço, em missões administrativas. Sabemos que, na terra de Arcos de Valdevez, a preponderância dos viscondes já se fazia sentir mesmo antes deste processo, tendo sido seus criados os abades de Cabreiro, de Sabadim e de Castanheira<sup>1272</sup>. Porém, só um estudo aprofundado das clientelas destes senhores para estas centúrias poderia revelar mais dados. Dispomos de um testemunho

---

*D. Diogo de Sousa: edição, estudo e notas*. 2019. [acedido 30 setembro 2022] em <URL <https://books.openedition.org/esb/https://books.openedition.org/esb/1820>>.

<sup>1266</sup> Sobre esta figura, as suas ideias e a sua ação reformadora a nível doutrinário e administrativo em Braga, vd. SOARES, Nair de Nazaré Castro Soares – O arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa “Príncipe Umanizzato” do Renascimento e o seu projecto educativo moderno. *Humanitas*. n.º 63 (2011), p. 527–561; TEODORO, Leandro Alves – Introdução; FREITAS, Isabel M. Vaz de; BARBOSA, Albertina da Conceição M.; CASTRO, Júlia Isabel C. C. A. de – D. Diogo de Sousa, legislador bracarense. Em *IX Centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso internacional: actas. A catedral de Braga na história e na arte (séculos XII–XIX)*. Braga: UCP - Faculdade de Teologia de Braga; Cabido metropolitano e primacial de Braga, 1990.

<sup>1267</sup> MOREIRA, Manuel António Fernandes – Dom Francisco de Lima e o padroado, p. 24.

<sup>1268</sup> Vd. quadro e dados apresentados em *Ibid.*, p. 18–24.

<sup>1269</sup> Sobre esta questão, vd. SILVA, Armando M. da et al. – *Casas armoriadas*. Vol. 7, p. 326; MOREIRA, Manuel António Fernandes – Dom Francisco de Lima e o padroado, p. 25.

<sup>1270</sup> Escrituras que estão no que pensamos ser um primeiro núcleo que foi inserido no livro em VNC, cx. 15, n.º 1.

<sup>1271</sup> SILVA, Armando M. da et al. – *Casas armoriadas*. Vol. 7, p. 326.

<sup>1272</sup> Há referências documentais ao abade de Cabreiro, criado de D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Vila Nova de Cerveira. Do mesmo modo, o abade de Sabadim, padre Domingos Feijó, e o de Castanheira, António Freire, foram capelães de D. Francisco de Lima, 3.º visconde de Vila Nova de Cerveira, e tiveram um papel importante neste processo de concentração dos padroados na mão do seu senhor. Vd. *Ibid.*, p. 327–328.

bastante completo, mas já para a centúria de Setecentos, o mencionado *Livro de rendimentos* de 1693, no qual é evidente o papel que estes curas exerciam na administração dos bens e na recolha das rendas das propriedades do Viscondado do Minho<sup>1273</sup>.

Além disso, como sublinha Manuel Moreira, os curas apresentados podiam também ter um papel de relevo no controlo e influência junto das populações, auxiliando no recrutamento militar e influenciando discursos para dirigir apoios ao seu patrocinador face aos interesses de adversários com os quais ele disputava o domínio do mesmo espaço<sup>1274</sup>. Os Limas foram particularmente hábeis no controlo da população das áreas que dominavam, quer pelo uso da coação e da força<sup>1275</sup>, quer por meios mais diplomáticos, oferecendo benesses e conquistando privilégios para quem os servia militarmente<sup>1276</sup> e auxiliava em tarefas administrativas<sup>1277</sup>. Estavam, portanto, perfeitamente inseridos na economia de mercês da região e a gestão que faziam da informação e da documentação dá-nos parcialmente conta disso.

Na impossibilidade de sermos exaustivos na exploração de todos os usos da informação e da documentação por esta família-instituição, destacamos apenas alguns, dando especial relevo à gestão da informação das igrejas do padroado pela importância que continuou a ter nas gerações seguintes que herdaram estes direitos. Basta recordar que, pelo inventário de 1675–77, sabemos que a documentação das igrejas estava separada da restante em 10 maços de “Papéis tocantes às igrejas”<sup>1278</sup>. Do mesmo modo, terá sido preparado o livro das doações já mencionado, com o formato que hoje tem, e fabricado o pecúlio que permitiria encontrar de forma mais rápida informação sobre as doações e as suas confirmações. Manter este repositório de informação e prova bem organizado e

---

<sup>1273</sup> A quinta e as pertenças do Paço de Giela eram administradas pelo abade dos Arcos, já os foros estavam entregues à administração do abade de Monte Redondo; os rendimentos dos reguengos no concelho de Coura eram cobrados pelo abade Francisco Rodrigues da Cunha. Vd. VNC, cx. 20, n.º 1, f. 1–15v.

<sup>1274</sup> MOREIRA, Manuel António Fernandes – Dom Francisco de Lima e o padroado, p. 25.

<sup>1275</sup> DUARTE, Luís Miguel – Leonel de Lima, p. 376–386.

<sup>1276</sup> Como, em 1450, com a carta de D. Afonso V concedendo aos caseiros, mordomos, apaniguados e lavradores de D. Leonel de Lima o privilégio de não pagarem impostos extraordinários (ADB, *VVNC*, n.º 4); em 1462, um alvará régio pelo qual se dá aos “homens de pé” de Leonel de Lima as liberdades contidas nos privilégios outorgados ao dito senhor (VNC, cx. 13, n.º 32); ou em 1536, uma carta de mercê dada por D. João III para que todos os caseiros, amos, mordomos e lavradores de D. João de Lima fossem privilegiados e escusados de pagarem peitas, fintas, talhas e empréstimos (VNC, cx. 14, n.º 6).

<sup>1277</sup> Seria o caso das nomeações para as igrejas do seu padroado, mas também a indigitação para outros cargos locais na sua administração e o exercício de cargos públicos da sua apresentação por mercê real.

<sup>1278</sup> VNC, cx. 14, n.º 9, f. 21–26v.

acessível era vital no contexto competitivo a que já fizemos alusão, para fazer prova face a outros patronos e poderes locais, mas também para resguardo em relação aos seculares e bem providos arquivos da arquidiocese de Braga<sup>1279</sup>. Percebe-se, desta forma, que Luís de Brito Nogueira se tenha apressado logo em 18 de novembro de 1579 a dirigir a sua petição ao vigário-geral bracarense para que a letra e sinal nas confirmações de D. Diogo de Sousa fosse reconhecida<sup>1280</sup>, quando ainda decorria o processo de reconhecimento da sucessão de seu filho na Casa dos Limas<sup>1281</sup>, de modo que estes documentos-registo pudessem continuar a ser utilizados como documentos-testemunho, ou melhor, como documentos-prova.

Notamos, portanto, que a acumulação documental e a gestão informacional da família-instituição Lima estiveram especialmente focadas no domínio senhorial da região minhota: a importância que assumia o poder da prova documental para fazer face a outros poderes concorrentes, assim como para gerir e garantir meios de sustento material da família e de manutenção das suas clientelas a longo prazo. Não devemos, no entanto, deixar de sublinhar a relevância que a informação organizacional acumulada tinha igualmente na construção de uma memória a transmitir aos vindouros, em que a expressão do seu domínio sobre a terra e os homens, do seu serviço aos monarcas, das suas alianças e da sua espiritualidade se entrelaçavam. A construção desta memória e identidade<sup>1282</sup> estava focada na reprodução social da família-instituição, mas não se limitava a ela, pois os seus membros pertenciam a diferentes corpos<sup>1283</sup>, nomeadamente a uma rede parental e

---

<sup>1279</sup> Alguns apontamentos sobre a produção, organização e a conservação da informação e da documentação na arquidiocese bracarense são apresentados em: RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos. Vol. I...*, p. 366–374; ABREU, João Paulo – *A Igreja e os seus arquivos: história e norma, até 1983. Em Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 133–136. Sobre a história desta secular estrutura produtora de documentação e informação, vd. os estudos seminais: AMARAL, Luís – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*. Porto: FLUP, 2008. Tese de doutoramento; COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. Coimbra: FLUC, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1959; MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: IN-CC, 1988; SOARES, António F. S. Neiva – *A arquidiocese de Braga no século XVII: sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550–1700)*. Braga: UM, 1993. Tese de doutoramento; CUNHA, M. Cristina – *A chancelaria arquiépiscopal de Braga (1071–1244)*. Noia: Editorial Toxosoutos, 2005.

<sup>1280</sup> Petição inserida na certidão já mencionada, vd. VNC, cx. 15, n.º 1, f. 93r–94v.

<sup>1281</sup> Uma vez que o alvará de lembrança do cardeal-rei é de 13 de dezembro de 1579 (FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 90).

<sup>1282</sup> Sobre esta questão, vd. KETELAAR, Eric – *Muniments and monuments*, p. 348–349.

<sup>1283</sup> Sobre a conceção corporativa e organicista da sociedade pré-moderna, vd. HESPANHA, António M. – *As véspas do Leviathan*, p. 307–308.



de solidariedades mais alargada<sup>1284</sup>, perceptível, por exemplo, pela leitura dos seus testamentos. Quanto às práticas arquivísticas, além do que afluímos, era fundamental apurar e aprofundar que papel tiveram agentes ao serviço desta Casa senhorial nas opções que se tomaram na gestão do arquivo e na criação de determinados instrumentos. De que forma a sua formação e experiência influenciaram as opções tomadas e os instrumentos de recuperação da informação produzidos? No entanto, parece-nos evidente que alguns dos viscondes, apesar de delegarem muitas tarefas administrativas e de gestão da informação e da documentação em mordomos, procuradores, capelães, também conheciam bem a sua documentação e os seus direitos e sabiam fazer uso dessa informação quando era necessário, como o comprova a participação de D. João de Lima na atrás mencionada reunião da vereação de Ponte de Lima, ocorrida em 1498, para detalhar todas as suas prerrogativas aquando da reforma dos forais.

---

<sup>1284</sup> Como bem se demonstra em AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social*.

## CAPÍTULO 11

### Britos Nogueira: a vocação patrimonial e vincular da família-instituição

A nossa análise desta família-instituição, da transformação da sua produção/ receção documental em arquivo e dos usos que deu à informação arquivada inicia-se num período em que Britos e Nogueiras se cruzam, estando os membros destes dois grupos em plena ascensão social graças às alianças matrimoniais estabelecidas e à sua integração na oligarquia lisboeta, no oficialato régio local e central ou, da última, na própria hierarquia eclesial. Tudo lhes proporcionou o alargamento das suas clientelas e das suas esferas de influência. Além disso, também os vínculos que haviam fundado ou conseguido concentrar em determinadas gerações, permitiram-lhes uma acumulação patrimonial, material e simbólica, muito significativa, tendo-os, muitas vezes, disputado dentro do grupo parental, incluindo com membros de linhas colaterais<sup>1285</sup>.

Resenhas históricas, presentes no já referido inventário intitulado *Relação de todos os papéis* de D. Tomás de Lima, referem que João Afonso de Brito, o Moço, administrador do morgadio de Santo Estêvão de Beja e do senhorio da vila de Aveiras, se tornou administrador do morgadio de S. Lourenço de Lisboa por casamento com Violante Afonso Nogueira, que era filha de Afonso Anes Nogueira e de Joana Vaz de Almada e “descendente de Lourenço Pais Nogueira, instituidor deste morgado por cuja causa se chamaram Nogueira os Britos seus descendentes”<sup>1286</sup>. Porém, como veremos, este e outros vínculos dos Nogueiras entraram com documentação no arquivo organizacional da família-instituição apenas na geração do filho primogénito de ambos, Mem de Brito, após os acordos que este realizou com seu tio, Afonso Nogueira, irmão de Violante Afonso Nogueira e na altura bispo de Coimbra.

Houve certamente documentação oriunda do arquivo organizacional dos Nogueiras, da geração de Afonso Anes Nogueira e de Joana Vaz de Almada, que deu entrada no arquivo organizacional da família Brito, na sequência do casamento de João Afonso Nogueira com Violante Afonso Nogueira. Além de vários bens móveis, sabemos que o casal recebeu duas quintãs por preço de 2000 coroas e os rendimentos de três novidades dessas

---

<sup>1285</sup> SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 102, 105–106.

<sup>1286</sup> VNC, cx. 2, n.º 9, f. [52v].

propriedades<sup>1287</sup>. Não há vestígios da documentação que a terá acompanhado, mas a transferência da sua titularidade jurídica implicava, normalmente, a guarda das escrituras que a comprovavam. Já a documentação relativa aos vínculos fundados ou acumulados por membros do grupo parental identificado como “Nogueiras” não chegou a ser integrada no arquivo organizacional deste casal, não há testemunhos de que Violante Nogueira ou seu marido tenham sido seus administradores<sup>1288</sup>.

É, portanto, com Mem de Brito que se dá continuidade à família-instituição Brito, à linha de transmissão do(s) vínculo(s) dos Britos administrados por seu pai, assim como é com ele que se integra o património material e simbólico associados ao grupo parental dos Nogueiras, nomeadamente através dos vínculos que o tio lhe transmitiu. A sua transmissão é assegurada pelas gerações de descendentes de Mem de Brito, especialmente pelos varões primogénitos, criando uma linhagem que, na nossa análise, consideramos como a família-instituição Brito Nogueira até à junção com o património material e simbólico da Casa dos Limas no século XVI.

A abordagem que empreendemos à informação organizacional e ao arquivo desta família-instituição é iniciada por uma apresentação sintética do património que se concentrou em Mem de Brito e foi transmitido aos seus descendentes. Segue-se uma breve reflexão sobre a relação entre a produção/receção e a conservação da documentação e da informação no contexto da história e do percurso dos seus membros, assim como um breve exame a algumas organizações dentro do arquivo organizacional. Por fim, escolheu-se aprofundar a análise da administração de Luís de Brito Nogueira II, por ter sido um período de transição, cuja avaliação é muito relevante para se compreender a fusão do património material e simbólico dos Limas e dos Britos Nogueira.

---

<sup>1287</sup> Veja-se esta informação num rol que indica o que receberam os filhos de Afonso Eanes Nogueira e sua mulher, tendo sido seus testamenteiros Pedro Eanes Lobato e Afonso Nogueira em VNC, cx. 3, n.º 1. A indicação do que recebeu o marido de Violante, João Afonso de Brito, está na f. 3v. Sobre esta questão, veja-se igualmente: FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa*, p. 462.

<sup>1288</sup> Tenha-se em consideração que a fundação mais antiga detida pelo irmão de Violante, o vínculo instituído por mestre Pedro, excluía a possibilidade de transmissão feminina, vd. uma cópia de um traslado do seu testamento em ANTT, *Hospital de São José*, lv. 62, f. 63v–67v (registos de instituições de capelas) e a sua análise em SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 86–87. Uma tradução para português do testamento, orinalmente redigido em latim, encontra-se em ANTT, *Hospital de São José*, lv. 62, f. 72r–76v. Agradecemos ao Mário Farelo as informações que nos forneceu sobre esta questão, assim como o facto de nos ter facultado as transcrições que havia feito dos testamentos de membros desta família antes da sua publicação.

### 11.1. A concentração vincular na família-instituição Brito, depois Brito Nogueira

O pai de Mem de Brito era filho de João Afonso de Brito, o Velho, e de Maria Gonçalves. O seu avô era, portanto, Martim Afonso de Brito, filho do bispo de Évora, D. Martim de Brito. Já sua avó, filha de Gonçalo Esteves, estava possivelmente ligada ao grupo parental dos Azambuja<sup>1289</sup>. João Afonso de Brito, o Moço, foi morador da Casa do rei, escudeiro e, por fim, elevado a cavaleiro. Ocupou igualmente o cargo de juiz em Lisboa, entre 1414 e 1415<sup>1290</sup>, e foi agraciado com a jurisdição da vila de Aveiras “de Fundo”, a par de Azambuja, no termo de Santarém, antes de 28 de janeiro de 1432<sup>1291</sup>. Este foi ainda administrador do morgadio de Santo Estêvão de Beja, sucedendo a seu pai, o já mencionado e homónimo João Afonso de Brito<sup>1292</sup>.

Existe alguma confusão em torno da história da fundação do morgadio de Santo Estêvão que poderá ter sido motivada pela existência de mais vínculos que foram instituídos na região pacense e administrados por membros do grupo parental Brito, cujos documentos fundacionais não se conservaram. Estes terão acabado por ficar sob a administração da família-instituição Brito, cuja chefia recaiu em Mem de Brito, após a morte de João Afonso de Brito, o Moço<sup>1293</sup>.

Baseando-se nos estudos de Félix Caetano da Silva e na documentação sumariada num índice de documentação do morgadio de Santo Estêvão de Beja que possui, Marcus Noronha da Costa afirma que o instituidor do morgadio de Santo Estêvão de Beja foi Estêvão Vasques, sepultado na igreja de Santo Estêvão de Beja<sup>1294</sup>. Distingue esta

---

<sup>1289</sup> FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa*, p. 461.

<sup>1290</sup> *Ibid.*, p. 461–462.

<sup>1291</sup> VNC, cx. 8, n.ºs 9, 10, 11.

<sup>1292</sup> FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa*, p. 462. VNC, cx. 2, n.º 9, f. 5–5v.

<sup>1293</sup> Referido como administrador do morgadio dos Mafaldos em instrumento de empraçamento de uma propriedade em Tomar, feito a 16 de outubro de 1453 a Lopo Vasques, sua mulher e sucessores (JPV, sem cota).

<sup>1294</sup> COSTA, M. de Noronha da – *O Morgadio de Santo Estevão de Beja*, p. 8. Mário Farelo identifica-o como sendo Estêvão Vasques de Moura, filho de Vasco Martins Serrão de Moura e de Teresa Peres, irmã de Vasco Peres Farinha. Sua esposa D. Sancha Juliães (ou Geães) terá sido a primeira administradora, sucedendo-lhe Estêvão Mafaldo, provavelmente seu filho (FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa*, p. 462 nt. 3078). Na *Relação* também se nota a confusão. Numa parte estabelece-se uma ligação semelhante, afirmando-se que Mem de Brito foi senhor do morgadio de Santo Estêvão de Beja, tendo nele sucedido como herdeiro de sua avó, Maior Rodrigues, filha de Maior Esteves e neta de Estêvão Mafaldo e D. Sancha, que o receberam de Estêvão Vasques, cavaleiro, que mandou fazer a igreja de Santo Estêvão e se enterrou nela em sepultura que tem um letreiro de letras góticas onde se dizia que em 1410 a 2 de maio havia morrido Estêvão Vasques cavaleiro e que mandou fazer aquela capela de Santo Estêvão, ordenando que se mantivesse nela sempre um capelão (VNC, cx. 2, n.º 9, f. 5v). Fólios adiante, declara-se que o morgadio de Santo Estêvão de Beja havia sido administrado por João Afonso de Brito, tendo sido fundado pelo seu

instituição de uma capela que teria sido fundada por Senhorinha Gil, esposa de Estêvão Mafaldo, na igreja de Santa Maria de Beja<sup>1295</sup>. Porém, na “segunda via” do documento fundacional do morgadio de Santo Estêvão, preparada em 1646, o instituidor identificado é D. Martim Afonso de Brito, bispo de Évora, que o teria fundado por volta de 1380<sup>1296</sup>.

Pelas referências que constam do *Catálogo do Cartório da Casa*, parece que estamos, de facto, perante diferentes fundações, talvez mais do que as duas apontadas por Noronha da Costa<sup>1297</sup>. Em 1390, refere-se que João Afonso de Brito, o Moço, tomou posse dos morgadios de Rodrigo Eanes, de Estêvão Vasques e de D. Sancha<sup>1298</sup>. Séculos mais tarde, no contrato de dote para o casamento entre Madalena de Bourbon, neta do visconde Lourenço de Lima, e Tomás de Noronha, celebrado a 9 de maio de 1646, são igualmente mencionados os “morgadios patrimoniais de Brito”, que pertenciam à Casa do visconde<sup>1299</sup>. Esta referência no plural leva-nos a concluir que, do lado dos Britos, não terá apenas sido transmitido a Mem de Brito o morgadio de Santo Estêvão de Beja<sup>1300</sup>. Só uma eventual análise de índices ou de documentação pertencente a este morgadio, que estejam

---

bisavô, o bispo de Évora, D. Martim de Brito, que teve Martim Afonso de Brito, pai de João Afonso de Brito que casou com Maria Esteves (VNC, cx. 2, n.º 9, f. [51]-[54]).

<sup>1295</sup> COSTA, M. de Noronha da – *O Morgadio de Santo Estevão de Beja*, p. 8. Também referida em SOUSA, António Caetano de – *Provas da historia genealogica da Casa real portugueza*. Regia Officina Sylviana, Academia Real, 1739. Vol. 1, p. 219. Esta Senhorinha Gil seria filha de Maior Vasques e casou com Estêvão Mafaldo, o Moço.

<sup>1296</sup> VNC, cx. 8, n.º 21.

<sup>1297</sup> VNC, cx. 7, n.º 1. É possível encontrar sumários de documentos relativos a propriedades situadas em Beja, que estão ausentes do *Tombo*, provavelmente porque estavam nas folhas que foram levadas pelo conde dos Arcos. Estes remetem-nos para a existência de diferentes vínculos: o testamento de D. Sancha, mulher de Estêvão Vasques, no qual nomeia Estêvão Mafaldo por administrador da capela e morgado de Santo Estêvão de Beja (f. 108v); a tomada de posse de João Afonso de Brito, o Velho, dos morgadios que foram de Estêvão Mafaldo (f. 162–162v) e a posse que também tomou do morgadio de Santo Estêvão de Beja por morte do mesmo Estêvão Mafaldo (f. 114); o testamento de Senhorinha Gil, esposa de Estêvão Mafaldo, que fez um morgadio da sua terça em Santa Maria de Beja (f. 95); o testamento de Estevaínha Peres, irmã de Estêvão Mafaldo e filha de D. Sancha, em que deixou a sua terça para a compra de propriedades para a sua capela (f. 140); a referência ao morgado ordenado por Estêvão Mafaldo e Senhorinha Gil e seus bisavós, administrado por Estevaínha Peres filha de D. Sancha (f. 125).

<sup>1298</sup> O sumário do instrumento de posse da Era de 1425 está em VNC, cx. 7, n.º 1, f. 153v.

<sup>1299</sup> Neste contrato ficou estipulado que a quantia de 10 000 cruzados deixada ao casal pelo visconde deveria ser empregue em bens de raiz que deveriam ficar perpetuamente vinculados em morgadio para os filhos e descendentes legítimos deste matrimónio, e, caso não os houvesse, este vínculo deveria passar ao “possuidor e sucessor dos morgados patrimoniais de Brito da Casa dele Visconde”, seguindo a sua legítima e direta sucessão e “em tudo a natureza e vínculo e condições dos ditos morgados patrimoniais e sua instituição”, do mesmo modo que os bens dotais de D. Madalena, caso falecesse sem filhos, deveriam passar ao possuidor dos ditos “morgados patrimoniais” (VNC, cx. 22, n.º 41, f. 2r–2v).

<sup>1300</sup> No *Tombo*, ficaram alguns sumários respeitantes a documentos produzidos por Mem de Brito e Luís de Brito Nogueira I, nos quais são aforados bens do morgadio de Beja ou de Santo Estêvão de Beja em Tomar; todavia, na epígrafe que consta do cabeçalho, são identificadas como pertencendo a “Tomar/morgado dos Mafaldos” (f. 181v–183v).

no Palácio do Salvador ou em outras coleções privadas, poderá, talvez um dia, aclarar esta questão.

Regressando à sucessão do morgadio, sabemos que, por abdicação do pai, Mem de Brito o tomou, a 23 de janeiro de 1437, com todas as suas pertenças<sup>1301</sup>. Depois do falecimento de João Afonso, foi-lhe dada posse a 5 de abril de 1438, por alvará régio, de todos os bens que ficaram, tanto de morgado como patrimoniais, e da “igreja de Santo Estevão cabeça do morgado”<sup>1302</sup>.

Além deste, e eventualmente de outros vínculos fundados ou acumulados por membros do grupo parental dos Britos, Mem de Brito recebeu, como referimos, a administração de outros reunidos por seu tio Afonso Nogueira. Este, tal como Violante Afonso Nogueira, era filho de Afonso Eanes de Nogueira e de Joana Vaz de Almada. Vejamos brevemente quem eram estes membros da família Nogueira e a que vínculos nos referimos<sup>1303</sup>.

Afonso Eanes foi nobilitado na sequência do seu apoio ao mestre de Avis, tendo sido membro do Conselho régio, entre 1399 e 1425, e alcaide-mor de Lisboa, entre 1400 e 1425<sup>1304</sup>. Nas suas mãos concentrou a administração de vários vínculos fundados por antepassados seus: o morgadio de mestre Pedro, o de D. Afonso Dinis<sup>1305</sup>, o de seu pai mestre João das Leis, os de Maria Afonso, o do bispo D. João e, possivelmente, a capela que havia sido instituída por Constança Eanes Palhavã<sup>1306</sup>. A maioria estava associada a capelas sitas na igreja de S. Lourenço de Lisboa<sup>1307</sup>, que, desde a instituição de mestre Pedro em finais do século XIII, se tornou na igreja-panteão<sup>1308</sup> não só dos sucessores na

---

<sup>1301</sup> Sumário em VNC, cx. 7, n.º 1, f. 31.

<sup>1302</sup> Sumário em VNC, cx. 7, n.º 1, f. 155v–156.

<sup>1303</sup> Vd. Apêndice B, esquema genealógico 1.

<sup>1304</sup> FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa*, p. 338–372, 664–666; GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, p. 135–136.

<sup>1305</sup> Não existe evidência documental de Afonso Eanes ter administrado este vínculo, mas, como em 1432, é seu filho Rui Nogueira quem surge como seu administrador, supõe-se que tenha sucedido o pai, vd. esta proposta em SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 103, nt. 964.

<sup>1306</sup> Sobre esta questão, vd. *Ibid.*, p. 103–104. Sobre estes vínculos e os seus fundadores, vejam-se as p. 85–103, assim como os seguintes estudos: FARELO, Mário – *Ao serviço da Coroa no século XIV*; FARELO, Mário – *Os morgadios dos Nogueiras*.

<sup>1307</sup> Os vínculos instituídos por Maria Afonso, em 1362, tinham obrigações litúrgicas nas igrejas de Santo Elói e de Santa Cruz do Castelo, em Lisboa (VNC, cx. 4, n.º 10).

<sup>1308</sup> Sobre o conceito, vd. ROSA, M. Lurdes – *As almas herdeiras*, p. 640.

administração destes vínculos, como de outros membros do grupo parental<sup>1309</sup>. Acresce, ainda, a este conjunto o direito de padroado sobre esta igreja colegial. Este havia sido doado por D. Afonso IV, em 1338, a um membro do grupo parental, Miguel Vivas, que, por sua vez, o concedeu, antes de 1342, ao administrador do morgadio de mestre Pedro. Assim, passou a ser transmitido às gerações seguintes de administradores do vínculo<sup>1310</sup>.

Sua esposa, Joana Vaz, oriunda de uma família ligada à mercancia olisiponense recentemente nobilitada<sup>1311</sup>, fundou duas capelas no mosteiro do Salvador de Lisboa<sup>1312</sup>. Um destes vínculos veio a ser administrado por seu filho Afonso Nogueira, que também herdou a administração da capela de Constança Eanes Palhavã e do morgadio de mestre João das Leis. Mais tarde, após o assassinato de seu irmão mais velho, Rui Nogueira, que havia sucedido na maioria dos vínculos detidos pelo pai, passaram também para as mãos de Afonso Nogueira, em 1432, os vínculos instituídos por mestre Pedro, o bispo D. Afonso Dinis, o bispo D. João e Maria Afonso<sup>1313</sup>.

Afonso Nogueira seguiu uma carreira eclesiástica, tendo sido bispo de Coimbra (1453–1460) e arcebispo de Lisboa (1460–1464)<sup>1314</sup>. Ao ascender a um cargo episcopal, de acordo com as cláusulas fundacionais, ficou impossibilitado de continuar a administrar o morgadio de mestre Pedro e o de D. Afonso Dinis, tendo nomeado para o lugar o sobrinho, Mem de Brito, que tomou a posse de alguns desses bens a 26 de outubro de 1455<sup>1315</sup>. Os sumários presentes no *Catálogo* dão-nos conta dos acordos estabelecidos entre os dois para a sucessão de alguns vínculos familiares por Mem de Brito e seus descendentes, assim como de concertos feitos sobre a sua administração e os seus rendimentos em vida do

---

<sup>1309</sup> Como ficou demonstrado em SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 84–116. Veja-se igualmente: ANDRADE, Ferreira de – A Mouraria. O palácio da Rosa e os templos de S. Lourenço e do Coleginho. *Olisipo*. n.º 51 (1950), p. 106–108.

<sup>1310</sup> Sobre o direito de padroado desta igreja, vd. SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 20–22, 35–36; FARELO, Mário – Os morgadios dos Nogueiras, p. 196–197.

<sup>1311</sup> RILEY, Carlos Guilherme – Da origem inglesa dos Almadás: genealogia de uma ficção linhagística. *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores*. n.º 11 (1989), p. 153–169.

<sup>1312</sup> SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 105.

<sup>1313</sup> *Ibid.*, p. 110–111.

<sup>1314</sup> Sobre este prelado, vd. SILVA, Gonçalo M. – Um prelado em tempos de reformas: o percurso de D. Afonso Nogueira (1399–1464). *Lusitania Sacra*. Vol. 33, n.º 1 (2016), p. 161–202; SILVA, Gonçalo M. – Afonso Nogueira (1460–1464). Em FONTES, João Luís Inglês.; GOUVEIA, António Camões (eds.) – *Bispos e arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, p. 531–541.

<sup>1315</sup> VNC, cx. 4, n.º 5.

prelado<sup>1316</sup>. Sublinhe-se que, para esta sucessão, era impreterível a adoção do apelido Nogueira<sup>1317</sup>. Na ausência de descendentes diretos, o arcebispo não quis deixar que a memória e os símbolos associados ao seu grupo parental, que ficou conhecido pelo apelido de “Nogueira”, deixassem de ser perpetuados. Por essa razão, já em 1454, num instrumento de dote que fez a outra sua sobrinha, Joana Vaz, com Fernão Martins, estipulou que os sucessores no vínculo que cria deveriam chamar-se Nogueira e trazer as armas de Nogueira<sup>1318</sup>.

Afonso Nogueira veio a falecer em 1464 com peste<sup>1319</sup>, concretizando-se a passagem da maioria dos morgadios que detinha e de todos os seus rendimentos para o sobrinho<sup>1320</sup>, incluindo o padroado da igreja de S. Lourenço<sup>1321</sup>. Mem de Brito administrou, assim, os morgadios de mestre Pedro, D. Afonso Dinis, D. João e, possivelmente, o de Maria Afonso<sup>1322</sup>. Seu irmão, Álvaro de Brito<sup>1323</sup>, ficou com a administração do morgadio de mestre João das Leis, que, pelas cláusulas de instituição, não deveria ser acumulado pelo administrador do morgadio do mestre Pedro. Esta sucessão não se deu, porém, sem a contestação de Mem de Brito. Os dois irmãos mantiveram uma contenda pela posse dos bens do morgadio que foi apenas sanada em 1474 a favor de Álvaro<sup>1324</sup>. A este último terá sucedido o seu filho Simão de Brito na dita administração<sup>1325</sup>, passando esse vínculo a ser transmitido na sua família-instituição.

---

<sup>1316</sup> Em VNC, cx. 7, n.º 1 estão sumariadas várias transações e consertos entre Mem de Brito e o bispo de Coimbra, D. Afonso Nogueira seu tio: sobre a administração e posse dos morgadios em 1456 (f. 98v); sobre os dinheiros do morgado, a 3 de novembro de 1459, tendo-se realizado no mesmo dia um acordo sobre as novidades (f. 21v, 24). Veja-se igualmente VNC, n.º 2, f. 9v, 210r–210v.

<sup>1317</sup> Em VNC, cx. 7, n.º 1, f. 98v, refere o sumário que, no acordo estabelecido para a sucessão dos morgadios, Mem de Brito deveria possuir a administração em sua vida e, depois de sua morte, transmiti-los aos seus descendentes com condição de que se chamassem Nogueiras e, se não se chamassem, que fossem malditos “da maldição do dito bispo e de seus avós”, instrumento de 20 de fevereiro de 1456, confirmado pelo monarca.

<sup>1318</sup> VNC, cx. 7, n.º 1, f. 53r.

<sup>1319</sup> SILVA, Gonçalo M. – Um prelado em tempos de reformas, p. 194.

<sup>1320</sup> Referência aos instrumentos de posse dos morgadios feitos em 1464 em VNC, cx. 7, n.º 1, f. 34v; VNC, n.º 2, f. 14v e 80v.

<sup>1321</sup> Instrumento de confirmação do padroado de S. Lourenço pelo vigário de Lisboa, feita a Vicente Vaz capelão de Mem de Brito, que o apresentou como padroeiro, em 1465, em VNC, n.º 2, f. 92r.

<sup>1322</sup> Não há testemunhos da sua administração por Mem de Brito, mas apenas por seu filho, Luís de Brito, em 1497, que lhe deve ter sucedido. Vd. esta hipótese em SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 117, nt. 1102.

<sup>1323</sup> Da união entre João Afonso de Brito e Violante Afonso Nogueira nasceram, além do primogénito Mem de Brito: Álvaro de Brito, Afonso Nogueira e Isabel de Brito, que foi mulher de Gonçalo de Ataíde (VNC, cx. 2, n.º 9, f. 5–5v).

<sup>1324</sup> VNC, cx. 7, n.º 1, f. 113–113v.

<sup>1325</sup> VNC, cx. 7, n.º 1, f. 39r (1486). Vd. igualmente SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 123.



Mem de Brito procurou concentrar em si o maior número possível de morgadios fundados por antepassados seus<sup>1326</sup>. Conseguiu a administração de uma capela da avó Joana Vaz, em 1469, com a autorização de D. Afonso V<sup>1327</sup>. Somou, ainda, um vínculo fundado por D. Pedro Peres em Beja<sup>1328</sup>, tendo sido nomeado para a sucessão, em 1449, por Martim Mendes Cerveira, marido de sua tia Ousenda de Brito<sup>1329</sup>.

Em 1490, tendo já falecido, o seu filho primogénito Luís de Brito Nogueira I<sup>1330</sup> tomou posse dos morgadios que ficaram vagos<sup>1331</sup>, estando documentada a sua administração dos vínculos instituídos por mestre Pedro, D. Afonso Dinis, D. João, Maria Afonso, D. Pedro Peres, Joana Vaz de Almada, e Santo Estêvão de Beja<sup>1332</sup>. Seguindo a estratégia de seu pai, este fidalgo visou igualmente acumular a administração de mais vínculos, nomeadamente a capela de Constança Eanes Palhavã, que pediu ao rei em 1469. Esta sucessão não foi, porém, pacífica, tendo seu tio Álvaro de Brito aberto um pleito que acabou por perder em favor do sobrinho<sup>1333</sup>.

O conflito em torno da posse dos vínculos familiares foi uma constante, com argumentos de ambos os lados suportados em diferentes interpretações das cláusulas estabelecidas pelos instituidores ou em tentativas de as contornar<sup>1334</sup>. Não admira que, antes do falecimento do pai, Luís de Brito, estando a apoiar D. Afonso V nas suas pretensões ao trono castelhano, reivindicado em nome de sua esposa D. Joana, tenha pedido ao monarca, em 1475, que, caso falecesse “nas guerras ou nas andadas por

---

<sup>1326</sup> Como ficou demonstrado em *Ibid.*, p. 117–119.

<sup>1327</sup> FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa*, p. 666, nt. 5083; MORENO, H. Baquero – *A batalha de Alfarrobeira*, p. 746.

<sup>1328</sup> VNC, cx. 7, n.º 1, f. 92v; MORENO, H. Baquero – *A batalha de Alfarrobeira*, p. 746.

<sup>1329</sup> FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa*, p. 463. Na *Relação*, são-nos apresentadas mais informações: declara-se que a capela de D. Pedro Peres foi integrada na Coroa e que, em 1461, o rei D. Afonso V tê-lo-á nomeado administrador, assim como todos os seus descendentes por linha direita legítimos, varões ou fêmeas (VNC, cx. 2, n.º 11, f. 5v, n.º 20). O testamento de Ousenda de Brito é referido em VNC, cx. 7, n.º 1, f. 149v.

<sup>1330</sup> É normalmente referido na documentação como Luís de Brito, embora o apelido Nogueira surja em dois documentos de 1523: VNC, cx. 11, n.º 15 e 16. Referimo-lo como Luís de Brito ou Luís de Brito Nogueira I, para o distinguir de seu bisneto.

<sup>1331</sup> VNC, n.º 2, f. 13r; VNC, n.º 7, f. 91v.

<sup>1332</sup> SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 120.

<sup>1333</sup> *Ibid.*, p. 119. A crermos na informação que consta da *Relação*, outro filho de Mem de Brito, Leonel de Brito, também foi administrador deste vínculo sito na capela de Santa Catarina da igreja de S. Lourenço de Lisboa (VNC, cx. 2, n.º 9, f. 25–26v).

<sup>1334</sup> *Ibidem*. O que também se demonstra em outros estudos realizados sobre as famílias e seus arquivos no período agora em análise, nomeadamente em GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite*; NÓVOA, Rita L. S. – *O Arquivo Gama Lobo Salema*. Veja-se, ainda, SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – Questioning frontiers and comparing perspectives, especialmente as p. 143–148.

Castela”, autorizasse o seu filho primogénito a suceder na administração dos vínculos geridos pelo avô, excluindo o tio e representando o filho a pessoa de seu pai de “pleno jure”<sup>1335</sup>.

Por sua vez, esse primogénito, Estêvão de Brito<sup>1336</sup>, que manteve uma relação adúltera com Isabel da Costa, sua serviçal<sup>1337</sup>, enquanto a primeira esposa ainda era viva, terá sentido a necessidade de limpar o estigma da bastardia do seu primogénito para que este pudesse suceder-lhe, sem contestação, nos vínculos que detinha, nomeadamente naqueles que excluía sucessão ilegítima, como era o caso do morgadio fundado por mestre Pedro<sup>1338</sup>. Por conseguinte, terá sido depois do falecimento da primeira esposa, que se casou em segundas núpcias com Isabel da Costa e procurou obter o perdão papal pelo adultério cometido, alcançando a confirmação do casamento e a indulgência, que legitimava pelo mesmo efeito os filhos dessa relação, em 1529<sup>1339</sup>, numa altura em que Lourenço de Brito Nogueira teria três anos<sup>1340</sup>.

Estêvão de Brito terá sucedido a seu pai na maioria dos morgadios e capelas que este administrava, tendo a capela de Constança Eanes Palhavã possivelmente transitado para seu irmão Mem de Brito, antes de 25 de dezembro de 1491<sup>1341</sup>. Lourenço de Brito Nogueira, o filho que teve com Isabel da Costa, ter-lhe-á sucedido na administração dos outros vínculos, estando documentada, pelo menos, a sua administração do morgadio de Santo Estêvão de Beja<sup>1342</sup> e do morgadio e capela de Santa Ana<sup>1343</sup> ou de S. Lourenço<sup>1344</sup>. Terá também continuado na posse do vínculo sediado na igreja de Santa Cruz do Castelo,

---

<sup>1335</sup> VNC, cx. 7, n.º 1, f. 61; VNC, n.º 2, f. 212v. Também sumariado em VNC, cx. 2, n.º 11, f. 5v.

<sup>1336</sup> Normalmente referido na documentação como Estêvão de Brito, surge em alguns documentos com o apelido Nogueira, como em VNC, cx. 5, n.º 2 ou ANTT, *BACB*, doc. 22.

<sup>1337</sup> VNC, cx. 1, n.º 34.

<sup>1338</sup> Tomemos como exemplo as ações que já mestre João das Leis, filho ilegítimo de Lourenço Peres Sénior, havia empreendido para alcançar a legitimação régia e assim suceder a seu meio-irmão, Filipe Lourenço, na administração do vínculo fundado pelo seu tio mestre Pedro, vd. FARELO, Mário – *Ao serviço da Coroa no século XIV*, p. 151–153.

<sup>1339</sup> VNC, cx. 1, n.º 34.

<sup>1340</sup> VNC, n.º 2, f. 211v–212. Lourenço era filho de Isabel da Costa, uma vez que esta é referida como sua mãe e tutora. Veja-se, por exemplo, ANTT, *BACB*, doc. 23; VNC, n.º 2, f. 49r.

<sup>1341</sup> Data em que recebe uma bula em resposta ao pedido que dirigiu ao papa para diminuir os encargos que Constança Afonso deixou na capela de Santa Catarina, fundada por Constança Eanes, na igreja de S. Lourenço (VNC, cx. 7, n.º 1, f. 100v). Gonçalo Silva refere que Estêvão de Brito ainda chegou a ser administrador desta capela, antes de esta ter passado para seu irmão, vd. SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 124.

<sup>1342</sup> APLC, n.º 264; VNC, cx. 4, n.º 7.

<sup>1343</sup> VNC, cx. 3, n.º 55; VNC, cx. 6, n.º 11.

<sup>1344</sup> VNC, cx. 4, n.º 7.

instituído por Maria Afonso, que transmitiu para o seu filho e neto, por existirem no arquivo quitações do pagamento destas obrigações que datam do século XVII, feitas já pelos viscondes de Vila Nova de Cerveira<sup>1345</sup>.

Os morgadios de Santo Estêvão de Beja e do mestre Pedro em S. Lourenço de Lisboa, pela sua antiguidade e importância simbólica e social<sup>1346</sup>, parecem ter atuado como unificadores desta família-instituição, talvez porque as cláusulas de sucessão privilegiassem o primogénito no caso do segundo<sup>1347</sup>, mas também graças à capacidade dos chefes da família para assegurarem essa sucessão. A transmissão de outros vínculos instituídos no seio do grupo parental dos Nogueiras, e que também passaram pela administração de membros da linhagem dos Britos, apresentou maior dinamismo especialmente quando estes tinham cláusulas fundacionais mais fluídas, destinadas a beneficiar outros membros do grupo parental, nomeadamente secundogénitos<sup>1348</sup>, assim como nos casos em que essas cláusulas não foram respeitadas e/ou foram disputadas. Criaram-se outras linhas de sucessão paralelas à desta família-instituição para as quais transitaram os vínculos e os respetivos documentos. Ainda que os novos administradores fizessem parte do mesmo grupo parental, teriam os seus próprios arquivos organizacionais, nos quais integraram essa documentação. Porém, como esses vínculos permaneceram algum tempo sob a posse dos membros desta família-instituição, deixaram “resquícios”<sup>1349</sup> no seu arquivo organizacional<sup>1350</sup>. Por isso, ao referirmos a concentração vincular, não pretendemos

---

<sup>1345</sup> VNC, cx. 56, n.º 171; cx. 58, n.ºs 3–11, 13–62 e 64–71. Os viscondes administraram-no até ao século XIX (VNC, cx. 29, n.º 2), sendo a instituidora geralmente referida nesta documentação como Maria Afonso das Lebres. Concluímos, assim, que o apodo “das Lebres” esteve associado à cunhada do mestre João das Leis, irmã de Constança Afonso, que instituiu encargos pios em Santa Cruz de Lisboa, e não à Maria Afonso que foi a primeira esposa deste legista, como chegou a avançar Mário Farelo (FARELO, Mário – Ao serviço da Coroa no século XIV, p. 151). Agradecemos ao autor todos os esclarecimentos que, entretanto, nos deu sobre esta questão.

<sup>1346</sup> Não nos esqueçamos da vinculação do padroado da igreja de S. Lourenço ao morgadio do mestre Pedro e de todas as implicações que o usufruto destes direitos representava para a manutenção de importantes redes clientelares. Além do que se referiu sobre o direito de padroado, veja-se também: FARELO, Mário – O direito de padroado na Lisboa medieval. *Promontoria, Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*. n.º 4 (2006), p. 267–289; FARELO, Mário – O padroado régio na diocese de Lisboa durante a Idade Média: uma instituição *in diminuendo*. *Fragmenta Historica*. Vol. 1, (2013), p. 39–107.

<sup>1347</sup> No caso do primeiro não temos a certeza pelo facto de o documento fundacional original ter desaparecido.

<sup>1348</sup> Como o vínculo instituído pelo mestre João das Leis, vd. SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 98–102.

<sup>1349</sup> Sobre esta questão, vejam-se os casos de estudo apresentados em: NÓVOA, Rita S. – Os arquivos de família e os vínculos: um estudo de caso português (sécs. XV–XIX). Em *Os arquivos familiares: sumando miradas. Actas do III Encontro Olga Gallego de Arquivos*. [Vigo]: Fundación Olga Gallego, 2021, p. 48–81.

<sup>1350</sup> Note-se, por exemplo, que, quando se prepara o *Catálogo*, o vínculo instituído por Constança Eanes Palhavã já não se encontrava sob a administração do chefe desta família-instituição, tendo sido sumariados

passar a ideia de que se deu uma acumulação progressiva, sem perda ou sem saída de vínculos ou de outro património; no entanto, houve um conjunto que se manteve, dando estabilidade e identidade a este grupo representado por um chefe, que é especificamente identificado na documentação como senhor desses morgadios<sup>1351</sup>.

### 11.2. O que se produziu e o que se conservou

Ainda que os vínculos tivessem uma importância primordial, tanto no sustento material da linha de administradores como na construção de uma identidade comum, criando as bases necessárias para uma promissora ascensão social, as atividades dos seus administradores e do seu grupo doméstico não se limitaram à gestão vincular.

A documentação que foi integrada na geração de Mem de Brito com a assimilação dos vínculos dos Nogueiras diria quase exclusivamente respeito à fundação e gestão dos mesmos, incluindo aquisição de propriedade pré-vinculação, emprazamentos e litígios sobre a sua posse. Há também alguma relativa à manutenção do padroado da igreja de S. Lourenço, a partilhas, a testamentos e ao empréstimo de livros, mas que acaba por estar, de certa forma, associada aos morgadios e capelas administrados. Pouco permaneceu fora deste universo vincular. Ilação que retiramos do que restou<sup>1352</sup> e da análise do *Catálogo do Cartório da Casa*<sup>1353</sup>. Todavia, os anteriores administradores desses vínculos desempenharam funções variadas ao longo dos seus percursos, ocupando ofícios régios a nível local e central, assim como nas estruturas eclesiásticas<sup>1354</sup>. Alguns tiveram formação superior, nomeadamente na área do Direito. Vários firmaram alianças com famílias de

---

apenas quatro aforamentos relativos a bens deste vínculo feitos no tempo de Afonso Nogueira (VNC, cx. 7, n.º 1, f. 79v–80v; VNC, n.º 2, f. 37v–38v), assim como o documento mencionado em nota anterior enviado ao irmão de Estêvão de Brito (VNC, cx. 7, n.º 1, f. 100v; VNC, n.º 2, f. 220r). A restante produção, incluindo os documentos fundacionais, terão passado para os administradores seguintes, externos a esta família-instituição ainda que membros do mesmo grupo parental.

<sup>1351</sup> Num instrumento de sub-rogação e anexação de propriedades ao morgadio de S. Lourenço, Lourenço de Brito Nogueira é identificado como “senhor dos morgadios de S. Lourenço de Lisboa e de Santo Estêvão de Beja” (1550) em VNC, cx. 4, n.º 7. Quando atuavam na qualidade de administradores de um determinado vínculo, era comum serem identificados pelo nome, por algum cargo que ocupassem ou função que desempenhassem (como fidalgo do rei ou membro do Conselho real) e pela referência à administração do vínculo em causa.

<sup>1352</sup> Sobretudo no arquivo que está na posse do Eng.º Vasconcellos e Souza. Vd. Apêndice C.1.

<sup>1353</sup> Sobre esta questão, veja-se o recenseamento e análise apresentados em: FARELO, Mário – Os morgadios dos Nogueiras, p. 194–202, especialmente o gráfico 2 na p. 202.

<sup>1354</sup> Para um panorama geral sobre estes indivíduos e os seus percursos, consultem-se os estudos já citadas de Mário Farelo e Gonçalo Silva.

mercadores da cidade de Lisboa e dos arredores<sup>1355</sup>. Afonso Nogueira, tio de Mem de Brito, frequentou a Universidade de Bolonha, tendo recebido o grau de Doutor em Cânones e Leis<sup>1356</sup>, foi prior em São Julião de Lisboa, protonotário apostólico, membro fundador da Congregação de S. João Evangelista, ocupou as mitras conimbricense e olissiponense, tomou parte e posições no cenário político conturbado que se seguiu à morte de D. Duarte, serviu D. Afonso V, nomeadamente como membro do seu Conselho régio e, por essa proximidade, conquistou alguns privilégios<sup>1357</sup>. Estas atividades geraram informação documentalizada, mas nem toda foi julgada passível de arquivamento e/ou de conservação a longo prazo num cartório da “Casa” ou “da família”. Há resquícios delas no arquivo organizacional<sup>1358</sup>; no entanto, a maioria não terá sido considerada, pelos próprios e/ou pelos vindouros, como sendo vital para a sobrevivência e funcionamento da família-instituição na longa duração. E, ainda que alguma possa ter sido momentaneamente guardada, para uso “corrente” — como listas, contas, registo de pagamentos a criados —, depois de deixar de ter utilidade para os produtores e os acumuladores, supomos que terá sido descartada, não sendo transmitida aos sucessores junto com a documentação dos vínculos.

Do que pudemos apurar em relação à documentação vinda dos Britos, a que está sumariada no *Catálogo* denota, de modo similar, a predominância do universo vincular<sup>1359</sup>.

---

<sup>1355</sup> Num rol que indica o que receberam os filhos de Afonso Eanes Nogueira e sua mulher em, faz-se referência à ida de Afonso Eanes a Inglaterra, em companhia do Infante D. Pedro, tendo neste contexto trazido um tonel de azeite que emprestou a seu genro, João Afonso de Brito (VNC, cx. 3, n.º 1, f. 3v). Sobre esta questão, veja-se igualmente: FARELO, Mário — *A oligarquia camarária de Lisboa*, p. 462. Já referimos que a sua esposa, Joana Vaz de Almada, era oriunda de uma família de Lisboa ligada à mercancia, os Almadás. Será este um indício da ligação de Afonso Eanes a atividades comerciais?

<sup>1356</sup> MORUJÃO, M. Rosário; SARAIVA, Anísio — Sigilografia e heráldica eclesiástica medieval portuguesa no Archivo Historico Nacional de Espanha. Em SEIXAS, Miguel M.; ROSA, M. Lurdes (eds.) — *Estudos de heráldica medieval*. Lisboa: IEM, 2012, p. 115.

<sup>1357</sup> SILVA, Gonçalo M. — Um prelado em tempos de reformas.

<sup>1358</sup> Vejam-se, por exemplo, os privilégios que Afonso Nogueira alcançou para os seus caseiros e criados (VNC, cx. 7, n.º 1, f. 11) e para a compra de propriedades (f. 100).

<sup>1359</sup> Mesmo os testamentos e cartas de partilhas mencionados indiciam ligação aos vínculos ou a propriedade que terá sido depois vinculada (como o testamento de Estevaínha Peres em VNC, cx. 7, n.º 1, f. 140 ou as partilhas de Ousenda de Brito na f. 92v–93r e o testamento de seu marido na f. 93v). Havendo, no entanto, alguns documentos que, apenas pelo sumário, não conseguimos ter a certeza da associação (como numa quitação do foro de uma casa em Beja na f. 16). Tendo a documentação respeitante ao morgadio de Santo Estêvão de Beja, e eventualmente a outros morgadios dos Britos, saído da Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, como já referimos, no século XVII, após a morte do visconde D. Lourenço de Lima em 1649, em data que não conseguimos precisar, torna-se mais difícil fazer esta avaliação. Embora não tenhamos feito e disponibilizado uma reconstituição da produção dos Britos, estas informações foram confirmadas no *Catálogo*, que está disponível em linha [[URL https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4343895](https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4343895)]. Contámos com anotações e transcrições parciais do mesmo que foram realizadas por Mário Farelo e Maria de Lurdes Rosa, a quem muito agradecemos a partilha. Completámos algumas dessas transcrições para a nossa análise e esperamos, no futuro, vir a disponibilizá-las ao público, assim que estiverem revistas.

Acresce a concernente à jurisdição da vila de Aveiras durante a administração de João Afonso de Brito, o Moço<sup>1360</sup>. Da geração e da chefia deste senhor não terá sido conservada, a longo prazo, a documentação das propriedades que terá recebido de seu sogro<sup>1361</sup>, nem de outras atividades que terá exercido para além da administração patrimonial, nomeadamente dos vínculos dos Britos, e do exercício de direitos jurisdicionais sobre o lugar de Aveiras “de Fundo”. Documentação que interessou ao seu filho, Mem de Brito, guardar, por ter recebido a administração dos referidos vínculos, assim como, mais tarde, a jurisdição, direitos e bens de metade desse lugar, estando a outra entregue a Diogo Fogaça, cavaleiro da Casa de D. Afonso V e almoxarife de Lisboa, segundo marido de sua irmã Isabel de Brito<sup>1362</sup>. Nos direitos que tinha nesta localidade, sucedeu-lhe o filho Luís de Brito, que deles tomou posse, com João Fogaça, a 15 de abril de 1490<sup>1363</sup>. A 3 de junho de 1528, foi a vez de Estêvão de Brito se apropriar deles, após a morte do pai, com Simão Fogaça<sup>1364</sup>. A concorrência com os poderes locais, nomeadamente com os concelhos limítrofes, como o de Santarém, do qual este lugar havia sido autonomizado, terão motivado vários pedidos de confirmação e traslados desses documentos para clarificarem e fazerem valer os seus direitos na vila<sup>1365</sup>. Incluem-se as primeiras concessões que haviam sido feitas por D. João I a D. João, bispo do Porto<sup>1366</sup>, e que apartavam este lugar do termo de Santarém, concedendo aos moradores o privilégio de elegerem os seus oficiais e ao bispo o de confirmá-los<sup>1367</sup>. Direitos que ficaram depois nas mãos de Britos e Fogaças.

Os chefes da família Brito Nogueira, principalmente nas duas primeiras gerações, granjearam estes e outros privilégios pelo seu serviço aos monarcas, nomeadamente pelo apoio militar. Mem de Brito esteve no Crato e apoiou D. Pedro contra a rainha regente; mais tarde, em Alfarrobeira, segundo Baquero Moreno, terá combatido nas hostes

---

<sup>1360</sup> VNC, cx. 8, n.ºs 9–11.

<sup>1361</sup> VNC, cx. 3, n.º 1.

<sup>1362</sup> MORENO, H. Baquero – *A batalha de Alfarrobeira*, p. 746–747.

<sup>1363</sup> VNC, cx. 8, n.º 23. Sumário do instrumento em VNC, cx. 7, n.º 1, f. 21.

<sup>1364</sup> VNC, cx. 8, n.º 23. Sumário do instrumento em VNC, cx. 7, n.º 1, f. 21.

<sup>1365</sup> Sumários em VNC, n.º 2, f. 179r–180v; VNC, cx. 8, n.º 14, 17, 18.

<sup>1366</sup> Trata-se de D. João Esteves da Azambuja, bispo do Porto entre 9 de julho de 1391 e 1398, vd. SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média*. Lisboa Porto: CEHR; CITCEM, 2013, p. 321; GRAF, Carlos E. V. – *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*. Porto: FLUP, 2011. Dissertação de mestrado.

<sup>1367</sup> Originais em VNC, cx. 8, n.º 6 e 8, havendo mais documentos deste bispo relacionados com esta concessão em VNC, cx. 8, n.º 7, 12, 20. Referência à apresentação da documentação que comprovava a concessão deste privilégio, em 1496, por Luís de Brito em VNC, cx. 8, n.º 22.

afonsinas e, talvez, por isso lhe tenha sido confirmada a jurisdição de Aveiras<sup>1368</sup>. Também seu filho, Luís de Brito, suportou este último monarca nas suas pretensões ao trono castelhano, tendo participado nos conflitos bélicos contra os futuros reis católicos, como já foi mencionado<sup>1369</sup>. Além disso, estabeleceram-se no círculo da Corte<sup>1370</sup>, tendo sido membros do Conselho real<sup>1371</sup>. Estêvão de Brito, fidalgo da Casa do rei<sup>1372</sup>, ocupou ainda o cargo de vereador de Lisboa, estando a exercê-lo, em 1510, quando obteve uma sentença contra Mem Rodrigues, guarda da Casa da Índia, para tapar as frestas que davam para o quintal de umas casas que possuía<sup>1373</sup>. Estas atividades não levaram à guarda sistemática de informação documentalizada no arquivo organizacional da família, mas deixaram alguns resquícios que foram conservados, alguns deles até classificados como “alheiros” no *Tombo*<sup>1374</sup>, ou associados à categoria “alvarás e cartas do rei”<sup>1375</sup>.

As alianças e as disputas internas, com membros do grupo parental, também terão propiciado a conservação de contratos de dote, acordos, sentenças e de outras tipologias documentais que, em outras circunstâncias, não se teriam conservado, como conhecimentos e quitações de empréstimos. É pouco conhecida a forma como os membros destas gerações terão complementado os seus rendimentos com o empréstimo de dinheiro a juros ou até na participação em atividades comerciais<sup>1376</sup>. Temos, no entanto, conhecimento dos empréstimos que Mem de Brito fez a seu sobrinho Simão de Brito em 1483 e 1486<sup>1377</sup>. Há igualmente testemunho das demandas que este último travou com seu primo Luís de

---

<sup>1368</sup> MORENO, H. Baquero – *A batalha de Alfarrobeira*, p. 746–747. A jurisdição do lugar estava nas mãos de Gonçalo de Ataíde, primeiro marido de Isabel de Brito, que viu todos os seus bens confiscados por ter integrado as hostes do infante D. Pedro em Alfarrobeira, tendo o morgadio de Gaião sido doado a Lisuarte Pereira e a jurisdição de Aveiras entregue ao seu cunhado Mem de Brito, vd. igualmente *Ibid.*, p. 1008–1009.

<sup>1369</sup> VNC, cx. 7, n.º 1, f. 61; VNC, n.º 2, f. 212v; vd. igualmente SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 119.

<sup>1370</sup> Note-se que Mem de Brito procurou reforçar essa posição casando-se com uma senhora dos Melos, que estavam bem integrados no mundo cortesão. Por outro lado, a proximidade ao monarca também é visível pela sua presença no juramento do príncipe D. João (1455) e, depois, na de D. Afonso (1476). Vd. MORENO, H. Baquero – *A batalha de Alfarrobeira*, p. 747.

<sup>1371</sup> Mem de Brito sucedeu ao tio, Afonso Nogueira, como membro do Conselho régio, entre 1465 e 1483 (SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 117). Luís de Brito é referido como fidalgo da Casa do rei e membro do seu Conselho em 1497 (VNC, cx. 16, n.º 4) e em 1519 (ANTT, *Hospital de São José*, lv. 91, f. 168). Lourenço de Brito Nogueira mencionado como membro do Conselho do rei em 1566 (VNC, cx. 5, n.º 18).

<sup>1372</sup> VNC, cx. 5, n.º 2 (1528); VNC, cx. 6, n.º 1 (1532).

<sup>1373</sup> VNC, cx. 7, n.º 1, f. 136r; VNC, n.º 2, f. 69v.

<sup>1374</sup> Vd. alguns deles em VNC, n.º 2, f. 68r–73r.

<sup>1375</sup> Vd. alguns deles em VNC, n.º 2, f. 209v–217r.

<sup>1376</sup> Sobre esta questão, vd. DEWALD, Jonathan – *The European Nobility, 1400–1800*. Cambridge University Press, 1996, p. 60–107

<sup>1377</sup> VNC, cx. 7, n.º 1, f. 42r–42v.

Brito<sup>1378</sup>. Algumas disputas familiares prolongaram-se no tempo como aquela concernente à incorporação das 2000 coroas que Rui de Nogueira havia deixado em testamento para serem empregues na capela de mestre Pedro<sup>1379</sup> e que Luís de Brito teve de demandar aos herdeiros de D. Aldonça de Meneses<sup>1380</sup>, estando documentadas as suas ações entre 1501 e 1506<sup>1381</sup>.

Pelos sumários presentes nos inventários, apercebemo-nos de que havia resquícios de documentação de vínculos que passaram para a mão de outros membros do grupo parental, saindo desta família-instituição, como já tivemos oportunidade de referir. Na dúvida, nem tudo era necessariamente destruído, especialmente se existisse alguma possibilidade de estar relacionado com os vínculos administrados ou de dizer respeito a alguma propriedade que ainda pudesse pertencer à família ou ser por ela reivindicada. Note-se que, no final, do sumário de uma carta de partilhas entre várias pessoas, de 1452, o autor do *Catálogo* anotou: “e non diz de que, nem porque, o mais que nesta carta se contem não me parece que faça caso do morgado”<sup>1382</sup>, no entanto, foi mantida no acervo, cotada e sumariada.

A reconstituição feita, com base nos documentos existentes e naqueles que foram sumariados nos inventários, sugere fortemente que a maior parte da documentação produzida e conservada para estas gerações dos Britos Nogueira está relacionada com a posse e a gestão dos vínculos que administravam. Durante a chefia de Mem de Brito essa produção ultrapassa uma centena de documentos e na de seu filho ultrapassa as duas centenas<sup>1383</sup>, sendo a esmagadora maioria constituída por contratos de emprazamento<sup>1384</sup>. A gestão do vínculo e dos seus rendimentos assumiu o protagonismo, tendo mesmo algumas obrigações litúrgicas e memoriais a eles associadas sido preteridas para que fosse

---

<sup>1378</sup> VNC, cx. 7, n.º 1, f. 104r.

<sup>1379</sup> Rui Nogueira, filho de Afonso Eanes Nogueira, havia deixado estipulado em seu testamento a entrega de 2000 coroas relativas ao dote de sua esposa D. Aldonça a aplicar em compra de bens para a capela do mestre Pedro; no entanto, havia deixado o usufruto desse valor à mulher enquanto fosse viva ou até casar novamente. Vd. o traslado do testamento em VNC, cx. 5, n.º 44. Sobre esta questão, vd. igualmente SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 108–109.

<sup>1380</sup> Filha bastarda de D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real, que desposou Rui Nogueira. Sobre o conde de Vila Real e sua família, vd. CAMPOS, Nuno Miguel Silva – *Redes sociais: D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415–1437)*. Évora: Universidade de Évora, 2002. Dissertação de mestrado; MOURA, Carlos M. S. – *A Casa senhorial dos condes e marqueses de Vila Real (séculos XV–XVI)*.

<sup>1381</sup> VNC, cx. 7, n.º 1, f. 24r, 46v, 93r–94v.

<sup>1382</sup> VNC, cx. 7, n.º 1, f. 36v.

<sup>1383</sup> Vd. Quadro 7, subcap. 9.1.

<sup>1384</sup> Vd. Apêndice C.1.



possível sustentar convenientemente a família-instituição. Em 1448, Mem de Brito deu conta ao Sumo Pontífice da diminuição dos rendimentos do morgadio de Santo Estêvão devido às guerras e às pestes que haviam ocorrido no reino, pedindo a redução dos quatro capelães que deveriam officiar as missas quotidianas, tendo obtido a autorização após ter sido feita uma inquirição dirigida pelo bispo de Évora<sup>1385</sup>. Também Luís de Brito procurou confirmar essa diminuição em Santo Estêvão de Beja<sup>1386</sup>, assim como reduzir os encargos que diziam respeito às capelas de S. Lourenço<sup>1387</sup>, tendo alegado que os rendimentos não seriam suficientes para cumprir todas as obrigações e arcar com “as despesas inerentes à sua condição de nobre”<sup>1388</sup>.

Estes administradores não deixaram, no entanto, de comprar e permutar propriedades<sup>1389</sup>, fazendo melhoramentos e anexações a alguns vínculos. Como Lourenço de Brito Nogueira, que, em 1550, pediu licença ao rei para poder vender certas propriedades do morgadio de S. Lourenço e, em seu lugar, anexar uns chãos e as benfeitorias que havia feito nas casas velhas que estavam junto àquelas que eram cabeça do morgado<sup>1390</sup>.

Associado ao vínculo do mestre Pedro estava, como vimos, o direito de padroado da igreja de S. Lourenço em Lisboa, ainda que alguns documentos associados ao seu exercício possam ter sido identificados como “alheios” no *Tombo*<sup>1391</sup>. Já sublinhámos, no capítulo sobre a família Lima, a importância que este género de direitos tinha, não tanto nos rendimentos, mas principalmente na criação e manutenção de redes de influência e de clientes por parte dos seus detentores. Quer Mem de Brito, quer Luís de Brito, procuraram confirmá-lo<sup>1392</sup> e dele tomar posse<sup>1393</sup>, pois viram-se obrigados a provar a autenticidade desta possessão face a outros poderes presentes na cidade. Em 1495, o vigário, o provisor e os procuradores da Sé de Lisboa acordaram que Luís de Brito teria um prazo de oito dias para provar a legitimidade desse direito, o que o obrigou a convocar testemunhas e a

---

<sup>1385</sup> VNC, cx. 7, n.º 1, f. 43v, 92r; VNC, cx. 5, n.º 32.

<sup>1386</sup> VNC, cx. 7, n.º 1, f. 45 (1499).

<sup>1387</sup> VNC, cx. 33, n.º 42 (1499); VNC, cx. 7, n.º 1, f. 77v–78r; VNC, cx. 2, n.º 9, f. 22v.

<sup>1388</sup> SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 120, vd. a documentação citada na nt. 1137.

<sup>1389</sup> VNC, cx. 11, n.º 4 (1511); VNC, cx. 3, n.º 17 e 18 (1512).

<sup>1390</sup> VNC, cx. 4, n.º 7.

<sup>1391</sup> Nomeadamente confirmações da nomeação de raçoeiros, vd. VNC, n.º 2, f. 88v (1483).

<sup>1392</sup> VNC, cx. 1, n.º 28, VNC, n.º 2, f. 92r, confirmação do padroado de São Lourenço a Mem de Brito (1465); VNC, cx. 5, n.º 34, VNC, n.º 2, f. 92r, *idem* (1479).

<sup>1393</sup> VNC, cx. 5, n.º 45, traslado do termo de posse dos bens da igreja de São Lourenço feita por Luís de Brito, fidalgo da Casa do rei, padroeiro da dita igreja (1495).

mostrar várias cartas de apresentação de rações e préstimos<sup>1394</sup>. Estas cartas não se conservaram posteriormente<sup>1395</sup>. Todavia, tinham na conclusão deste processo uma prova da sua existência e da sua autenticidade.

Verificamos que vários poderes, incluindo o próprio monarca<sup>1396</sup>, ora, se aliavam, ora, concorriam pelo domínio dos mesmos espaços e das mesmas clientelas. Por isso, muito do que se conservou nestes arquivos organizacionais pode ter resultado das respostas e soluções encontradas em contexto para os litígios que ocorriam.

No que se produziu e no que se guardou, o papel do administrador do vínculo e chefe da família é central. As intervenções do filho primogénito são detetadas em fases de transição, em que começam a apreender os meandros da administração da Casa. Já as esposas aparecem mencionadas ao lado do marido, sobretudo em escrituras de emprazamento e de transação da propriedade, ou nos contratos de dote. Pouco se conhece da sua produção escrita e da sua eventual gestão do arquivo. Apenas assumem um papel mais visível na ausência do cônjuge, assumindo a chefia da família quando os filhos são menores<sup>1397</sup>. Foi o que aconteceu com Isabel da Costa, quando ficou viúva, por volta de 1536–1537<sup>1398</sup>, e assumiu a administração da Casa e a tutoria do filho, que não deveria ter mais de 11 anos quando Estêvão de Brito faleceu. Do que se conservou, as suas intervenções estão sobretudo ligadas à gestão patrimonial, nomeadamente dos bens vinculados, como seria de esperar. No entanto, as uniões estabelecidas terão aportado igualmente outras

---

<sup>1394</sup> VNC, cx. 5, n.º 45, f. 11–14v. Sobre esta questão, vd. igualmente SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 122.

<sup>1395</sup> Poucas foram inventariadas; possivelmente já não estariam no arquivo quando se fez o *Catálogo* ou não foram incluídas na inventariação.

<sup>1396</sup> Que também solicitou provas dos morgadios e direitos a Luís de Brito, em 1498 (VNC, cx. 7, n.º 1, f. 48), como veremos no subcapítulo seguinte.

<sup>1397</sup> Há uma historiografia que se tem vindo a debruçar e a demonstrar esse papel mais ativo do género feminino nas atividades familiares, na sua chefia, na tutoria dos filhos e na gestão pelo escrito, mas também em compreender o que esse papel significou em contexto, vd. COOLIDGE, Grace E. – *Guardianship, Gender, and the Nobility in Early Modern Spain*. Londres: Routledge, 2016; NADER, Helen – *Power and Gender in Renaissance Spain: Eight Women of the Mendoza Family, 1450–1650*. Chicago: University of Illinois Press, 2004. Sobre os arquivos de família em específico, vd. um exemplo em SMITH, Alison A. – Gender, ownership and domestic space: inventories and family archives in Renaissance Verona. *Renaissance Studies*. Vol. 12, n.º 3 (1998), p. 375–391. No caso português, são bem expressivos os casos apresentados em GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite*, p. 226–227 e em NÓVOA, Rita L. S. – *O Arquivo Gama Lobo Salema*, p. 133–136.

<sup>1398</sup> O último documento em que Estêvão intervém é um instrumento de aforamento de 25 de janeiro de 1536 (VNC, n.º 2, f. 3r–3v, VNC, cx. 11, n.º 21). Deverá existir algum erro de datação na descrição do documento em VNC, cx. 11, n.º 24, no qual D. Isabel é referida como viúva a 11 de fevereiro de 1535, que tem de ser averiguado no documento original, que não foi possível consultar. Estêvão estaria vivo nessa data porque realiza outros emprazamentos entre 1535 e 1536 (VNC, n.º 2, f. 3r–3v, 45r, 63v, 74v; VNC, cx. 11, n.º 21). A 8 de fevereiro de 1537, D. Isabel é referida como viúva (VNC, n.º 2, f. 145v).

propriedades e documentos que, por não terem sido conservados no património nas gerações seguintes, nos são hoje desconhecidos.

Mário Farelo, quando analisou o que se conservou da produção documental dos membros dos Nogueiras que criaram e administraram os vínculos já mencionados, referiu que a gestão dos morgadios “surge como uma atividade específica e autónoma das restantes atividades familiares”<sup>1399</sup>. Os vínculos assumiam, de facto, um papel central na dimensão organizacional da família-instituição, no seu sustento material e na sua coesão identitária<sup>1400</sup>, no entanto, pensamos que as atividades ligadas aos vínculos não eram necessariamente autónomas. Os resquícios de outros documentos produzidos e recebidos pelos administradores desses morgadios confirmam que a sua atividade não se exercia de forma isolada. Os chefes de família eram fidalgos do rei, seus conselheiros, administradores dos vínculos, detinham jurisdições, entre outros cargos e funções que podiam assumir, cujas atividades se entrecruzavam, até pelas redes clientelares constituídas e pelos espaços de competição e antagonismo criados, e que influíam na forma como se fazia a gestão dos vínculos e, conseqüentemente, da sua documentação. O busílis da questão está no que se decidiu conservar a longo prazo e transmitir. Só alguns destes instrumentos foram conservados e ordenados, com destaque para aqueles que estavam ligados ao universo vincular, que foi, de facto, definidor nas organizações dadas ao arquivo, como veremos.

Constamos que, até à administração de Estêvão de Brito, o que se conservou e pôde ser mapeado foi essencialmente o que havia sido inventariado no *Catálogo* e no *Tombo*. É notória, porém, a pequena percentagem de documentos que se conservou para as administrações seguintes, de Lourenço de Brito Nogueira e de seu filho<sup>1401</sup>, já notada por Lurdes Rosa<sup>1402</sup>, especialmente se comparada com as centenas de documentos conservados para as duas primeiras gerações de Britos Nogueira. O facto de os documentos das primeiras gerações estarem organizados, cotados e inventariados poderá ter favorecido a sua conservação nas gerações seguintes. Outra documentação que não foi organizada, com maior facilidade se terá extraviado, mesmo que também dissesse respeito ao universo

---

<sup>1399</sup> FARELO, Mário – Os morgadios dos Nogueiras, p. 201.

<sup>1400</sup> Os estudos que se têm realizado sobre arquivos de família deste período têm-no demonstrado, vd.: GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite*; LEME, Margarida Maria de Carvalho Ortigão Ramos Paes – *Costas com Dom*; NÓVOA, Rita L. S. – *O Arquivo Gama Lobo Salema*; SOUSA, Maria João O. F. C. da Câmara Andrade e – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV–XIX: Identidade, gestão e poder*.

<sup>1401</sup> Vd. Apêndice C.

<sup>1402</sup> ROSA, M. Lurdes – Os espelhos, p. 594–595.

vincular. Também não devemos excluir a possibilidade de que o próprio suporte, especialmente se fosse papel, tenha contribuído para sua rápida degradação. Talvez, por isso, no viscondado de D. Lourenço de Lima, se tenham solicitado alguns traslados de escrituras produzidas neste período<sup>1403</sup>.

### 11.3. Organizar para melhor gerir a propriedade e os vínculos

Pelos sumários presentes no *Tombo*, supomos que terão dado entrada no arquivo organizacional de Mem de Brito, pelo menos, 400 documentos relacionados com os vínculos fundados e acumulados por seus antepassados do lado materno, depois dos acordos feitos com o tio<sup>1404</sup>. Isto incluía não só a produção das gerações de fundadores e administradores dos vínculos, mas também vários subsistemas de informação documentalizada ligados à aquisição de propriedades dentro<sup>1405</sup> ou fora do grupo parental<sup>1406</sup>, algumas delas foram mais tarde vinculadas<sup>1407</sup>. Não foi possível apurar se existiu alguma inventariação da documentação antes de esta ser integrada no arquivo organizacional dos Britos Nogueira e também não nos apercebemos de cotações que pudessem ser anteriores àquelas que foram apostas aquando da feitura do *Catálogo*, embora existam alguns pergaminhos com sumários e/ou breves identificações<sup>1408</sup> no verso que são com certeza anteriores<sup>1409</sup>.

---

<sup>1403</sup> Como em VNC, cx. 1, n.º 62.

<sup>1404</sup> Não fizemos uma reconstituição deste arquivo organizacional, nem dos subsistemas existentes, pelo que as informações aqui avançadas, nomeadamente a referência aos 400 documentos, foram baseadas principalmente no inventário mencionado, que tem uma transcrição parcial de todos os sumários disponível em linha em <URL [https://inventarq.fcsh.unl.pt/uploads/r/arquivo-nacional-da-torre-do-tombo-2/d/7/7/d777198d37f8990dcbbe5db5c769c9c5e04bd0f6d4cb0ceeb790a6d03a04f107/MLR\\_VCN.pdf](https://inventarq.fcsh.unl.pt/uploads/r/arquivo-nacional-da-torre-do-tombo-2/d/7/7/d777198d37f8990dcbbe5db5c769c9c5e04bd0f6d4cb0ceeb790a6d03a04f107/MLR_VCN.pdf)> [acedido 31 agosto 2023].

<sup>1405</sup> Incluindo documentos de partilhas e testamentos como: o testamento de mestre João Coelhinho que deixou bens à capela de mestre Pedro (VNC, n.º 2, f. 63v) ou a carta de partilhas de bens na Raimunda que foram de Elvira Eanes, tendo uma parte cabido a Maria Afonso, esposa de mestre Gonçalo das Leis (VNC, n.º 2, f. 110r; VNC, cx. 5, n.º 3).

<sup>1406</sup> Referimo-nos sobretudo a compras e permutas de propriedade de que são exemplos: uma compra que fez mestre Pedro a Domingos Martins de bens em Maфра (VNC, n.º 2, f. 132r) ou a compra de uma herdade, por Lourenço Peres e João Peres e suas mulheres, a Domingos Gonçalves de Borges (VNC, n.º 2, f. 177r–177v).

<sup>1407</sup> Como parece ser o caso das aquisições em VNC, cx. 5, n.º 10, surgindo, mais tarde, um aforamento de uma propriedade em Galamar já vinculada ao morgadio do bispo D. João (VNC, cx. 5, n.º 12).

<sup>1408</sup> Como em VNC, cx. 3, n.º 61, abaixo de um sumário que se encontra já um pouco apagado está “Lixboa Mº Pº”; em cx. 5, n.º 3, “Partiçã darreymoda”; em cx. 5, n.º 38 “bpo”. Dobrados os pergaminhos para serem armazenados, ficavam visíveis estas anotações para uma fácil identificação. Veja-se uma prática semelhante em: GOMES, Saul A. – *In limine conscriptionis: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*, p. 263–272.

<sup>1409</sup> Não realizámos uma análise sistemática desta documentação, mas colhemos estas informações numa pequena amostra de documentos do VNC digitalizados e disponíveis no *Digitar.Arq* relativos à produção/receção dos fundadores e administradores destes vínculos, assim como em alguns documentos deste grupo

A ausência de inventariações ou de cotações não significava que os detentores do arquivo não controlassem a informação, como já vimos para o caso dos Limas<sup>1410</sup>. Apercebemo-nos de que os Nogueiras criaram outros repositórios importantes para o acesso à informação sobre os seus vínculos, como o evidenciam as referências a um “livro chamado de tombo que fez mestre João das Leis dos morgados de Sam Lourenço” e a um “livro chamado de tombo que fez Lourenço Periz dos bens destes morgados”<sup>1411</sup>, assim como a “um caderno, em que jazem como em tombo as propriedades que mestre Pedro deixou à sua capela, e as que Lourenço Peres Nogueira deixou à mesma capela, e os livros que a ela deixou mestre Pedro, e outras pessoas e a genealogia dos sucessores do morgado de mestre Pedro até mestre João das Leis, tudo em boa ordem” não estando datado<sup>1412</sup>. A mão do legista João Peres, que ficou conhecido como mestre João das Leis e que assumiu a administração do vínculo instituído por mestre Pedro por volta de 1348–1349<sup>1413</sup>, terá sido determinante na realização destes repositórios e de outros instrumentos de controlo da informação<sup>1414</sup>. O seu contexto familiar<sup>1415</sup> e o seu percurso individual certamente lhe deram preparo e visão para antever necessidades associadas à gestão deste tipo de instituições. Teve formação em Direito, ocupou cargos na Corte e foi membro do Conselho régio, tendo ainda tecido alianças, através dos seus dois casamentos, com duas senhoras oriundas de famílias de mercadores de Lisboa, integradas na oligarquia camarária lisiponense e no oficialato régio, no caso da primeira, e ligadas ao Desembargo e Conselho

---

familiar que foi possível consultar com autorização do Eng.º Vasconcellos e Souza a partir de março de 2019. Além destes, vejam-se os seguintes dispersos por outros arquivos: ANTT, BACB, doc. 2 e JPV, sem cota (um instrumento de empraçamento feito por Mestre João das Leis de 1418, uma carta de venda do prazo de uma propriedade que pertencia ao Mestre João das Leis de 1419, um instrumento de empraçamento feito por Afonso Nogueira de 1439).

<sup>1410</sup> Sobre esta questão, veja-se também NÓVOA, Rita L. S. – *O Arquivo Gama Lobo Salema*, p. 253–252.

<sup>1411</sup> VNC, n.º 2, f. 20v.

<sup>1412</sup> VNC, n.º 2, f. 8v.

<sup>1413</sup> Depois do falecimento do seu meio-irmão, Filipe Lourenço, vd. FARELO, Mário – *Ao serviço da Coroa no século XIV*, p. 150, 163.

<sup>1414</sup> Cite-se, por exemplo, o rol das propriedades da capela de mestre Pedro, que “parece ser feito por mestre João das Leis, não tem dia, mes, nem era, nem he authenticico” (VNC, n.º 2, f. 86r).

<sup>1415</sup> Vários membros do grupo parental surgem ligados a carreiras eclesiásticas e aos estudos universitários, com formações especializados, por exemplo, na área do Direito e Medicina. Lembremos seu tio, mestre Pedro, instituidor do primeiro vínculo, que foi clérigo e físico do rei D. Dinis, cónego nas Sés do Porto e da Guarda, assim como reitor da igreja de Santiago de Óbidos. Sobre este grupo parental, vd. FARELO, Mário – *Ao serviço da Coroa no século XIV*, p. 146–151; SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder*, p. 85–116. Sobre a influência dos contextos familiares na gestão pelo escrito e na organização dos arquivos familiares, vd. GUYARD, Patricia – *La gestion de l’écrit dans une famille de serviteurs du roi: le cartulaire et le chartrier des Mignon (XIVe–XVe siècles)*, p. 554, 562; KAENEL, Viviane von – *Histoire patrimoniale et mémoire familiale: l’inventaire des archives de la famille Bouvier 1445*. Lausanne: Université de Lausanne, 2003, p. 75.

<sup>1415</sup> VNC, cx. 3, n.º 52

do rei, no caso da segunda<sup>1416</sup>. Adquiriu um conjunto de saberes ligados à gestão pelo escrito e mesmo à “gestão arquivística” que terão certamente influenciado a forma como geriu, organizou e utilizou o arquivo organizacional.

A constituição destes livros de morgadio, muitas vezes feitos pelos próprios administradores<sup>1417</sup>, começou a ser uma prática corrente nos finais da Idade Média entre as famílias de poder que começaram a fundar e a acumular vínculos. São, muitas vezes, um misto de cartulário, com escrituras fundacionais e de gestão do vínculo, e de rol de propriedades e outras informações sobre o mesmo. Uma ferramenta de controlo da documentação e da informação organizacional perfeitamente integrada na “arquividade”<sup>1418</sup> da época, marcada pela tradição secular de preservação e de gestão dos arquivos eclesiásticos<sup>1419</sup> e pelas práticas que depois se estenderam aos arquivos centrais, nomeadamente às Chancelarias reais<sup>1420</sup>.

As reformas político-administrativas empreendidas por D. Manuel I, nos inícios da centúria de Quinhentos, tiveram também impacto na forma como a documentação vincular passou a ser organizada, preservada e utilizada pelas famílias. Ao estatuir limites para a atuação e intervenção dos oficiais régios nesta esfera “mais privada”, reforçou a imperiosidade de se preservarem os documentos fundacionais e os comprovativos da posse das propriedades, que, além disso, deveriam ser tombadas para se conhecerem as suas localizações e confrontações<sup>1421</sup>. Porém, os Nogueiras demonstraram esta preocupação e uma ligação muito consciente aos seus vínculos muito antes do desenrolar destas reformas.

Por tudo isto, é aceitável considerarmos que Mem de Brito terá recebido com os vínculos detidos pelo tio um conjunto documental organizado para responder às necessidades mais prementes da gestão vincular. Já para a documentação acumulada pelos Britos, nomeadamente aquela que dizia respeito aos vínculos administrados por João Afonso de Brito, o Moço, temos mais dificuldade em avaliar o volume documental e que

---

<sup>1416</sup> Sobre este legista, vd. FARELO, Mário – Ao serviço da Coroa no século XIV, p. 153–166.

<sup>1417</sup> Veja-se o exemplo da família Ribeiro em GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite*, p. 169–170, 259–260.

<sup>1418</sup> HEAD, Randolph C. – Early Modern European Archivality, especialmente p. 32.

<sup>1419</sup> MENDO CARMONA, Concepción – El cartulario como instrumento archivístico. *Signo. Revista de historia de la cultura escrita*. n.º 15 (2005), p. 119–137; GOMES, Saul A. – *In limine conscriptionis: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*, p. 241–442.

<sup>1420</sup> Veja-se a análise sobre a reformulação das chancelarias no reinado de Afonso V e a criação do projeto da Leitura nova com D. Manuel I em HEAD, Randolph – *Making archives in early modern Europe*, p. 60–93.

<sup>1421</sup> Sobre esta questão, vd. ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 246–248.

organização teria antes da sua inventariação no *Catálogo* em conjunto com aquela que veio dos Nogueiras. Aqueles que foram sumariados não ultrapassam as três dezenas. Revelará este número uma menor capacidade dos Britos para conservarem e gerirem a sua documentação vincular? A documentação dos Britos poderá ter sido trazida para as casas em que moravam os administradores do morgadio de mestre Pedro, a par da igreja de S. Lourenço<sup>1422</sup>, em cumprimento do que havia sido determinado no testamento de Lourenço Peres Sênior, quando acrescentou obrigações e bens a esse vínculo<sup>1423</sup>. Teria vindo toda a documentação que dizia respeito aos vínculos dos Britos? Ou estaria alguma dela nas mãos de algum procurador ou representante dos Britos Nogueira em Beja, sede do(s) vínculo(s), e possivelmente localização da maioria das propriedades que lhe(s) pertenciam? Deste modo, o autor do *Catálogo* poderá não ter tido acesso a todos os documentos aquando da sua inventariação. Como não foi possível reconstituir o que deu entrada na Casa dos Arcos no século XVII, pelas razões a que já aludimos, é impossível avançar com uma tentativa de resposta a estas e a outras questões relacionadas com as práticas arquivísticas dos Britos.

Desde a entrada da documentação dos vínculos de Afonso Nogueira até ao *Catálogo*<sup>1424</sup> não conhecemos nenhuma inventariação, embora tenha sido elaborado, mais um livro dos morgadios pertencentes à capela de Santa Ana em 1514<sup>1425</sup>. A produção documental extraordinária que registamos na nossa reconstituição para as administrações de Mem de Brito e de seu filho Luís de Brito, que junta excede as três centenas de escrituras, terá certamente tornado imperiosa uma cotagem e uma inventariação. A oportunidade terá surgido no início da administração de Lourenço de Brito Nogueira. Como argumentou Maria de Lurdes Rosa, é possível que esta tarefa tenha sido empreendida na fase final da tutoria de Isabel da Costa, que poderá ter patrocinado este catálogo quando o filho atingiu idade e autonomia para gerir sozinho a sua Casa, por volta

---

<sup>1422</sup> Estamos a referir-nos a um espaço onde, mais tarde, foi construído o palácio da Rosa. Sobre esta questão, reveja-se o início do subcapítulo 5.1. desta dissertação.

<sup>1423</sup> Referindo o sumário: "Este Lourenço Periz obriga ao administrador a morar nas casas de Sam Lourenço que forão de mestre Pedro" (VNC, cx. 7, n.º 1, f. 19v; VNC, n.º 2, f. 8v). Traslado em documentos posteriores em: VNC, cx. 5, n.º 30, f. 1-4 (1711), cx. 5, n.º 31.

<sup>1424</sup> VNC, cx. 7, n.º 1.

<sup>1425</sup> Referimo-nos ao "Livro dos morgados que pertencem à capela de Santa Ana edificada na igreja de São Lourenço de Lisboa de que o senhor Luís de Brito é administrador a saber em Lisboa e seu termo, em Sintra e na Bogoiaria (?) e em Colares, pão, vinho e azeite, galinhas e fruta e pitanças o qual livro é do recebimento do Natal em que se começa ano de 1414 anos e se acaba no tal de 1415 anos" em VNC, cx. 7 n.º 2.

de 1542, e esta lhe entregou a administração e a documentação<sup>1426</sup>. Lourenço de Brito, surge, no entanto, antes dessa data, ao lado da mãe, a validar algumas transações, o que indica que já ia tomando parte da engrenagem administrativa da sua Casa<sup>1427</sup>.

Nesta inventariação foram sumariados mais de 800 documentos e dispostos sem uma lógica aparente no livro que hoje conhecemos, como já mencionado anteriormente. Em tudo, parece ter sido um esforço de conhecer a fundo a documentação que estaria no cartório e que comprovava direitos e a posse de vínculos e propriedades, assim como de identificação dos respetivos produtores<sup>1428</sup>. A existência de dúvidas sobre os vínculos é evidenciada por algumas anotações deixadas pelo autor desta empresa. Destaque-se aquela que se regista junto ao sumário do testamento em que Senhorinha Gil fundou um morgadio em Santa Maria de Beja: “este creio que é o morgado dos Mafaldos”<sup>1429</sup>; o que demonstra que as incertezas sobre as fundações vinculares detidas pelos Britos são antigas.

Esta tarefa catalográfica terá sido acompanhada por uma reorganização total ou parcial do cartório uma vez que há correspondência entre as cotas e sumários apostos na parte posterior dos documentos que mapeámos e o que foi registado no *Catálogo*. Os breves sumários e identificações outrora deixados nos versos já não bastariam para controlar toda a massa documental acumulada; outras ferramentas de controlo da informação começavam a ser necessárias. Percebemos que os documentos relativos à posse de propriedades terão sido separados pela localização dos bens e cotados com essa identificação e um número sequencial<sup>1430</sup>. Acrescem, ainda, alguns documentos cotados com as categorias alvarás, bulas e livros, sendo que os documentos das duas primeiras categorias também possuem uma numeração sequencial.

---

<sup>1426</sup> A autora menciona que o documento mais recente aí inventariado é de 1542; trata-se de uma quitação dada por Isabel da Costa ao aio de seu filho Lourenço de Brito pelo tempo que lhe havia servido, o que parece suportar a hipótese de o *Catálogo* poder ter sido elaborado neste processo de transição, vd. ROSA, M. Lurdes – [Catálogo do Cartório da Casa], p. 108.

<sup>1427</sup> Nomeadamente em 1540, sumários em VNC, n.º 2, f. 27v, 143r–143v, 184v.

<sup>1428</sup> No final de cada sumário, além de se indicar o tabelião e a data, também se indica o produtor/recetor daquele documento.

<sup>1429</sup> VNC, cx. 7, n.º 1, f. 95r.

<sup>1430</sup> Lisboa, Cascais, Beja, Almada, Tojal, Mafra, Tomar, Sintra, Alenquer, Alverca, Arruda, Évora, Moura, Colares, Aldeia Galega, Santarém, Setúbal, Alcácer do Sal, Aveiras/Aveiras de Baixo, Santa Catarina dos Coutos da Alcáçova, Azambuja. Em cada uma destas localizações foram acrescentadas subcategorias com localizações mais precisas ou com referência à temática do documento sumariado. Com é o caso do padroado da igreja de S. Lourenço dentro da categoria Lisboa, da referência a partilhas, testamento ou dotes.



É evidente a preocupação em conhecer a documentação que dizia respeito aos vínculos. Isso pode ser visto pela adição de indicações precisas antes de alguns sumários<sup>1431</sup>, não obstante, o trabalho não nos parecer concluído<sup>1432</sup>. Ponderamos que estas anotações terão resultado de acrescentos posteriores<sup>1433</sup>, assim como algumas correções feitas a cotas e sumários<sup>1434</sup> e a identificação de documentos como “alheios”<sup>1435</sup>.

Ainda, neste esforço de melhor conhecer os vínculos, são feitas descrições bastante pormenorizadas de alguns testamentos que os instituíram ou acrescentaram. É o caso do traslado do testamento em latim de mestre Pedro, em que o autor justifica tanto detalhe dizendo que “por estar em latim e por ser este a raiz e fundamento deste morgado o sumei tam largo”<sup>1436</sup>.

Este esforço não foi alheio à preocupação com os problemas que a falta de conhecimento dos seus vínculos e a dificuldade em recuperar os documentos fundacionais poderia desencadear, nem ao impacto que as já mencionadas reformas manuelinas tiveram nos séculos seguintes. Os seus detentores eram obrigados a fazer prova e a mostrar, para isso, os seus documentos, ainda que o fizessem, muitas vezes, a contragosto. Foi o caso de Luís de Brito que se recusou, em 1498, a mostrar os títulos dos seus morgadios aos oficiais do rei, mas acabou por ter de ceder<sup>1437</sup>.

No que diz respeito ao *Catálogo*, o autor desta inventariação e organização não é identificado, mas além de dominar o latim e ter aptidões para a leitura paleográfica, mostra conhecimento e destreza com práticas arquivísticas e preocupação com a recuperação da informação<sup>1438</sup>. Lurdes Rosa coloca a hipótese de ter sido um clérigo próximo da família<sup>1439</sup>,

---

<sup>1431</sup> Como, por exemplo: “da capella de mestre Pedro” (f. 1r), “morgado de mestre Pedro” (f. 4r), “morgado de Maria Afonso” (f. 5r, 69r), “morgado do bispo D. João” (f. 41r) ou “capela do bispo d’Evora Dom Afonso Denis” (f. 57v).

<sup>1432</sup> Supomos que o trabalho de identificação não foi terminado por nem todos os sumários terem recebido essa identificação.

<sup>1433</sup> A indicação do vínculo a que o sumário diz respeito parece ter sido um acrescento posterior, muitas vezes feitos em pequenos espaços deixados entre os sumários, vejam-se alguns exemplos em VNC, cx. 7, n.º 1, f. 16v, 55r, 101r.

<sup>1434</sup> Como em f. 25r, 29v, 68r ou 55r.

<sup>1435</sup> Vd. o acrescento da indicação “alheo” por exemplo na f. 164r e 164v.

<sup>1436</sup> O sumário estende-se da f. 125r à 126r, estando a anotação na f. 126r.

<sup>1437</sup> VNC, cx. 7, n.º 1, f. 78; VNC, n.º 2, f. 220r: “Parecer que mandou el rei a Luís de Brito para que mostrasse os títulos de seus morgados”, refere-se que “fez protestaçon de non prejudicar a seu direito nem às bulas que sobre isso tinha, porque mostrava as taes provizoens forcadamente”.

<sup>1438</sup> Tem várias anotações em que remete para outros documentos catalogados (como em f. 25r para o tomo de Lourenço Peres).

<sup>1439</sup> ROSA, M. Lurdes – [Catálogo do Cartório da Casa], p. 109.

o que é plausível dadas as relações que a mesma mantinha, por exemplo, com a Colegiada de S. Lourenço.

O título *Catálogo do Cartório da Casa* é uma atribuição, pois não consta do original. Sem folha de rosto, principia logo com os sumários dos documentos. Em tudo nos parece um trabalho preparatório, de listagem para conhecimento da documentação, que talvez se destinasse ser vertido num outro repositório. Seria o *Tombo*<sup>1440</sup> um projeto já idealizado aquando da realização deste *Catálogo*? Tal justificaria a cópia quase integral dos sumários aqui contidos sob uma nova organização. Esta é uma hipótese que exploraremos no subcapítulo seguinte.

#### 11.4. Luís de Brito Nogueira: uma administração de transição

Desconhecemos a data em que Luís de Brito Nogueira II sucedeu a seu pai, Lourenço de Brito Nogueira, na administração dos morgadios de S. Lourenço e de Santo Estêvão de Beja<sup>1441</sup>. É um facto que não nos chegaram documentos resultantes da sua administração destes morgadios. Além de não estarem incluídos no *Tombo* que cataloga documentação dos morgadios<sup>1442</sup>, a própria *Relação* elenca pouca da sua produção. Nesta última é mencionado o seu testamento, aprovado a 23 de março de 1586, sem haver “coisa notável” a assinalar<sup>1443</sup>. É igualmente salientada a sua participação na batalha de Alcácer Quibir, após a qual, ficou cativo, assim como as várias diligências que fez a propósito da sucessão na Casa de seu sogro<sup>1444</sup>.

---

<sup>1440</sup> VNC, n.º 2.

<sup>1441</sup> Talvez tenha sido entre fevereiro de 1566 e março de 1584. Da documentação que conseguimos mapear, a última escritura na qual o pai intervém, ao lado de sua esposa Antónia da Silva, é um emprazamento realizado em fevereiro de 1566 (VNC, cx. 5, n.º 18). Contudo, Marcus Noronha da Costa menciona dois atos escritos, um de 1572 e outro de 1579, sumariados no índice que possui da documentação do morgadio de Beja, e nos quais intervém Lourenço de Brito (COSTA, M. de Noronha da – *O Morgadio de Santo Estevão de Beja*, p. 22–23). No mesmo estudo, este autor alude a mais dois atos escritos, um realizado em 1585 e outro de 1589, produzidos por Estêvão de Brito Nogueira, o último seria em conjunto “com a sua mulher Antónia da Silva”; no entanto, esta referência só pode estar errada, certamente trocou o nome de Lourenço pelo de seu pai Estêvão. Por outro lado, não faz menção à administração de Luís de Brito Nogueira II, que sabemos que foi seu administrador, tendo sido sucedido por seu filho D. Lourenço, como se afirma numa escritura de emprazamento de 1588 (vd. VNC, cx. 63, n.º 1, f. 1–5). A crer na informação que consta de uma lista de documentos em ABD, *VVNC*, n.º 59, f. 20r, Lourenço de Brito Nogueira terá falecido antes de 2 de março de 1584, data de uma certidão na qual se referem os filhos que deixou: Luís de Brito Nogueira, herdeiro da Casa, Diogo de Brito, Ana de Meneses e Maria da Silva, ambas freiras no mosteiro da Rosa, assim como Joana de Castro que já havia falecido.

<sup>1442</sup> VNC, n.º 2.

<sup>1443</sup> VNC, cx. 2, n.º 9, f. [66]. Estando no momento daquela inventariação arquivado no mç. 3, n.º 74; hoje desconhecemos a sua localização.

<sup>1444</sup> VNC, cx. 2, n.º 9, f. [65]-[66].

O que poderemos concluir desta ausência? Se, por um lado, já mencionámos que a documentação do vínculo ou dos vínculos dos Britos em Beja saiu do arquivo dos viscondes no século XVII<sup>1445</sup>. Por outro lado, a forma como a informação destes e dos morgadios dos Nogueiras foi documentalizada e organizada, após a inventariação que provavelmente se realizou por volta de 1542, pode ter facilitado a sua subsequente perda em massa. Tal poderá ter ocorrido se as escrituras de gestão da propriedade, especialmente os emprazamentos, tiverem sido registadas em livro, em vez de documentalizadas de forma avulsa. O livro ou livros podem, entretanto, ter-se perdido. Esta forma de registo parece ter sido a tendência seguida pelo seu filho e sucessor, D. Lourenço de Lima. Este, após assumir a administração dos morgadios na sequência do falecimento de seu pai a 26 de março de 1586<sup>1446</sup>, realizou, em 1588, sendo ainda menor de 14 anos, um primeiro emprazamento de umas courelas de vinha, no termo de Almada, que mandou registar num livro onde se passaram a assentar mais escrituras similares até 1594<sup>1447</sup>. D. Lourenço terá certamente aprendido com seu pai vários aspetos práticos da gestão da informação organizacional e da Casa. Essa preocupação está patente, por exemplo, no livro que produziu em 1614, no qual dá nota, de forma pormenorizada, sobre o que herdou, as obrigações que teve de cumprir e os pagamentos que efetuou aos criados de seu pai e aos seus. Importa destacar a visível continuidade observada: vários serviçais prestaram apoio a seu pai e foram nomeados por ele para continuarem a servi-lo, sendo referidos cargos como o de governador da fazenda, de camareiro, de pajem, de homem de esporas, de capelão ou de escudeiro, assim como os nomes dos criados, a sua naturalidade, filiação e quanto receberam<sup>1448</sup>. Parece-nos, portanto, que a sucessão na chefia de uma família-instituição implicaria também a transmissão destes conhecimentos mais ligados à documentalização da informação e a alguns “saberes arquivísticos”. Não obstante tudo isto, devemos enfatizar que, na maioria das vezes, os processos de arquivamento não nos parecem ser lineares, não existindo uma estratégia pré-definida de conservação que fosse transmitida de geração em geração. Estes “saberes” adquiridos no contexto familiar e/ou em cargos e funções exercidos seriam

---

<sup>1445</sup> Para a sua reconstituição seria necessário ter acesso à documentação que poderá estar no Palácio do Salvador, nomeadamente ao índice citado em COSTA, M. de Noronha da – *O Morgadio de Santo Estevão de Beja*.

<sup>1446</sup> Referência feita em BA, 51-V-55, f. 1.

<sup>1447</sup> VNC, cx. 63, n.º 1, f. 1–5. Este livro é conhecido como “Livro de pasta negra” (referido neste índice) ou “Livro grande que se chama Tombo” (mencionado no índice em VNC, cx. 20, n.º 1).

<sup>1448</sup> BA, 51-V-55, f. 1–14.

transmitidos *ad hoc*, permitindo responder às circunstâncias que surgiam<sup>1449</sup>. Além do mais, na análise desses conhecimentos e práticas e da sua transmissão, é importante ter em consideração o percurso de vida dos responsáveis pelo arquivo e pela sua organização, incluindo criados ou administradores a quem o chefe delegava tais funções.

Permanece a dúvida se o citado *Tombo* que cataloga documentação dos morgadios<sup>1450</sup> terá sido realizado durante a administração de Luís de Brito Nogueira ou no decurso da de seu filho. Como já mencionámos, este instrumento recupera sumários do *Catálogo do Cartório da Casa*<sup>1451</sup>, não indo além de documentação produzida até 1542, e reorganiza a informação segundo uma nova ordem que dá destaque à documentação dos vínculos da família-instituição e à localização dos bens. Apesar de recuperar informação do *Catálogo*, foi incorporada no título deste inventário a referência ao morgadio de Gaião, que, como demonstrámos, estava na posse da família-instituição Lima. Este facto poderia levar-nos a pensar que o inventário só terá sido produzido após 1578, depois do falecimento do visconde D. Francisco de Lima. No entanto, os documentos aí sumariados sob o título “Gaião” nada têm a ver com o morgadio<sup>1452</sup>. O exame do seu conteúdo leva-nos a supor que este inventário foi elaborado em fases distintas, tendo o título do livro, o índice final e alguns títulos no seu interior sido acrescentados em fases posteriores, nomeadamente a menção a “Gayão”.

Mesmo que este inventário tenha começado a ser elaborado pouco antes da entrada do morgadio de Gaião na administração da família-instituição e tenham sido realizados esses acrescentos depois de 1578, por que razão não foi incluída a produção documental posterior à feitura do *Catálogo do Cartório da Casa*? Referimo-nos à produção de Lourenço de Brito Nogueira e eventualmente à de Luís de Brito Nogueira, que dela não constam. Ainda que as escrituras fossem em menor número, também estariam ligadas à

---

<sup>1449</sup> Vejam-se alguns estudos de caso analisados em FARELO, Mário *et al.* – *Compétences sociopolitiques et constitution d’archives familiales au Portugal (XIVe–XVIIIe siècles)*. Em LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l’Occident médiéval et moderne: trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, p. 259–268.

<sup>1450</sup> VNC, n.º 2.

<sup>1451</sup> VNC, cx. 7, n.º 1.

<sup>1452</sup> Veja-se a associação entre este morgadio e propriedades em Santarém, Azambuja e Santa Catarina dos coutos de Alcobaça, assim como à jurisdição da vila de Aveiras (VNC, n.º 2, f. [231]-[231v]). Esta documentação estaria associada aos Britos Nogueira e nada teria a ver com os Limas (f. 174–181). No entanto, a confusão sobre a origem do morgadio de Gaião é visível em algumas resenhas históricas presentes no arquivo; numa que será contemporânea da preparação da *Relação*, chega-se a associar este vínculo ao morgadio dos Mafaldos (VNC, cx. 8, n.º 1).

administração dos mesmos vínculos. Será que existiram outras listas da documentação do cartório que funcionaram como repositórios paralelos e foram posteriormente descartadas? Colocámos esta hipótese pelo facto de alguns dos oito documentos que recuperámos para a produção de Lourenço de Brito e da sua esposa Antónia da Silva terem no verso cotas diferentes daquelas que têm os documentos sumariados no *Tombo*<sup>1453</sup>. Estes últimos, além de um sumário e número que remete para a descrição que consta do *Catálogo*, têm igualmente a indicação do número e do fólio correspondente à descrição no *Tombo*. Em alternativa, pode este trabalho de inventariação e cotação ter sido iniciado ainda por Lourenço de Brito Nogueira e concluído por seu filho Luís de Brito Nogueira ou por seu neto D. Lourenço<sup>1454</sup> que acrescentaram a referência ao morgadio de Gaião?<sup>1455</sup>

Não obstante esta questão continuar a ser uma incógnita, tanto o *Catálogo* quanto o *Tombo* nos dão uma noção muito clara do que a esta família preocupou conservar e recuperar a longo prazo: a documentação fundacional e de gestão da propriedade dos seus vínculos. Por isso, esta preocupação com a gestão dos vínculos terá certamente marcado a administração de Luís de Brito Nogueira, ainda que disso não tenham restado muitas evidências e persistam dúvidas sobre o papel que desempenhou na preparação do *Tombo*.

Em contrapartida, estão mais bem documentadas, pelo mapeamento que fizemos, as suas ações para assegurar a sucessão na Casa de seu sogro. Numa primeira fase, pensamos que tentou que essa sucessão fosse assegurada por ele e por sua esposa<sup>1456</sup> e, não o conseguindo, procurou que fosse continuada pelo seu filho D. Lourenço<sup>1457</sup>. A conservação de alguma da documentação que se terá produzido neste contexto justifica-se pelos usos que lhe foram dados posteriormente, não só pela mobilização certamente feita por D. Lourenço de Lima quando buscou ter a preeminência e as honras dos condes,

---

<sup>1453</sup> VNC, cx. 3, n.º 55 tem um sumário com letra que parece contemporânea do documento e tem a cota “Lx.ª n.º 360”. O documento em VNC, cx. 3, n.º 56 tem apenas o sumário e “Lx.ª” sem indicação do número.

<sup>1454</sup> Compare-se a letra de alguns acrescentos feitos neste inventário com aquela que está num requerimento que Luís de Brito Nogueira dirigiu à Casa da Índia e Mina em 1578 (em VNC, cx. 45, n.º 92) e a minuta ou cópia de uma petição em ADB, *VVNC*, n.º 59, f. 12. Cremos existirem várias semelhanças, mas não sabemos se essa letra seria do próprio Luís de Brito ou de alguém ao seu serviço. No caso de ter sido esta última opção, temos de admitir a possibilidade de ter continuado a servir o seu filho e de as adições já terem sido mais tardias e do tempo da sua administração. Esta proposta carece ainda de mais fundamento, mas deixámos a hipótese em aberto.

<sup>1455</sup> Em VNC, n.º 2, f. [221], veja-se, no início do índice alfabético por localização da propriedade, explicam-se os critérios para ajudar na pesquisa e referem-se os morgadios de Santa Ana e S. Lourenço de Lisboa, tenho em baixo sido posteriormente acrescentada informação “Tem mais o morgado de Gayão em Santarém f. 174”, “E o morgado de Beja de que o primeiro está f. 184”.

<sup>1456</sup> Minuta ou cópia da petição que preparou em ADB, *VVNC*, n.º 59, f. 12 e BA, 51-V-17, f. 198r–205r.

<sup>1457</sup> Vd. cópia da uma petição em BA, 51-V-17, f. 194r–198r.

como veremos no capítulo seguinte, mas também pela utilização que lhe foi dada no século XVIII. Vários documentos que citaremos foram compilados e cosidos por volta de 1786, poucos anos antes de o visconde D. Tomás Xavier de Lima Nogueira Teles da Silva ser elevado a marquês de Ponte de Lima, e transcritos, possivelmente por algum funcionário ou administrador ao seu serviço, para serem enviados nesse ano à sua nora, já viúva, a viscondessa D. Maria de Assis, que se encontrava em Lisboa<sup>1458</sup>. Tendo o seu marido D. Tomás Xavier de Lima falecido em 1781, é muito provável que a preocupação em analisar o conteúdo destes papéis estivesse relacionada com o contexto da sucessão de seu filho na Casa do avô<sup>1459</sup>.

Regressando ao período em análise, Braamcamp Freire refere que D. Inês e seu marido sucederam na Casa do visconde de Vila Nova de Cerveira, mas que não tiveram o título, mencionando que esta senhora herdou por morte de seu pai um juro de 150 000 réis a 4 de abril de 1578<sup>1460</sup>. Sabemos que, cerca de mês antes, Luís de Brito, endereçou um requerimento à Casa da Índia no qual referia que aí existia um juro 80 000 réis, que ficou de seu sogro D. Francisco de Lima entretanto falecido, sendo-lhe dele devidos alguns anos, e pedindo que lhe fosse passada certidão para solicitar o pagamento do que estava em falta. Recebe, a 3 de março de 1578, a certidão requerida, emitida pelo provedor e oficiais da Casa da Índia e Mina<sup>1461</sup>.

É possível que estas ações estejam associadas a partilhas efetuadas após a morte de D. Francisco de Lima, ou, no caso do juro que Luís de Brito tinha a receber, eventualmente relacionadas com o seu dote de seu casamento, uma vez que lhe era devido desde inícios de 1575. Ainda assim, elas não são uma prova de que o casal sucedeu na Casa dos Limas até porque suceder na representação da Casa, implicaria suceder naquilo que lhe dava identidade enquanto família-instituição, nomeadamente nos bens da Coroa, nos cargos e mercês de juro e herdade de que o seu representante era donatário. A documentação

---

<sup>1458</sup> ADB, VVNC, n.º 59 (antigo Ms. 887-2). Regista-se na folha inicial o seguinte: “Papeis das Antiguidades dos Senhores Viscondes e dentro se podem ver. Eu tresladei tudo e mandei para Lisboa a Excelentíssima Senhora Viscondessa D. Maria de Asis 1786 anno. Outras copias estom no cartorio”.

<sup>1459</sup> Sobre a morte de seu pai e a sucessão na Casa do avô, vd. ZÚQUETE, Afonso E. M. (ed.) – *Nobreza de Portugal e do Brasil. Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. Lisboa: Zairol, 1989. Vol. 3, p. 162, 508.

<sup>1460</sup> Averbamento que foi posto à margem da carta de padrão do juro, vd. FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 89.

<sup>1461</sup> Requerimento e certidão em VNC, cx. 45, n.º 92.

analisada, como veremos, parece mostrar que Luís de Brito agiu, na maioria das vezes, em nome de seu filho, como seu “curador”, “seu administrador” ou tutor. Só no caso da administração do morgadio de Gaião, não conseguimos esclarecer se D. Inês de Lima recebeu alguma dispensa real para suceder a seu pai na administração. Luís de Brito, numa carta de arrematação de uma vinha em Santarém, realizada por um procurador seu a 14 de novembro de 1579, é mencionado como fidalgo da Casa real e administrador do morgadio de Gaião, ao qual pertencia a propriedade em causa<sup>1462</sup>. Tendo em conta o que estava consignado na carta real de refundação deste vínculo, é possível que estivesse a atuar como tutor de seu filho. Dizia a carta de instituição de 22 de agosto de 1421, no momento da entrega do vínculo à administração de Nuno Gonçalves de Ataíde, que por sua morte lhe deveria suceder o seu primogénito varão e assim sucessivamente sempre por linha direita<sup>1463</sup>. A confirmação da inclusão da administração do morgadio no contrato de dote de Catarina de Ataíde, para nele suceder com seu marido D. João de Lima, foi sujeita a confirmação régia<sup>1464</sup>. O mesmo se esperaria caso a sucessão tivesse passado por Inês de Lima e seu marido. O mais natural, de acordo com o documento fundacional, seria ter transitado para o filho primogénito de ambos.

O período que mediou a morte de D. Francisco<sup>1465</sup> e as ações de Luís de Brito para tentar garantir a sucessão na Casa dos Limas, documentadas a partir de 1579, terá sido desafiador pela sua participação na batalha de Alcácer Quibir, ao lado de D. Sebastião<sup>1466</sup>, e o cativo que se seguiu. Resgatado e de regresso ao reino, empenhou-se nessa tarefa e arguiu o merecimento da sucessão.

---

<sup>1462</sup> VNC, cx. 8, n.º 4.

<sup>1463</sup> Não havendo nenhum varão que descendesse do primeiro filho, deveria transitar para o filho varão segundo e assim sucessivamente de modo que a administração estivesse entregue ao parente varão que legitimamente descendesse do dito Nuno Gonçalves; extinguindo-se a descendência tornaria à Coroa com todas as benfeitorias que tivesse acumulado. Vd. ANTT, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo 274, f. 10–11. Esta carta de D. João I está igualmente copiada em ANTT, RA, liv.3, f. 44–45. Agradecemos à coordenação e à equipa do projeto VINCULUM que, em 2021, nos chamaram a atenção para esta documentação.

<sup>1464</sup> A 9 de setembro de 1472, vd. SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima, p. 61.

<sup>1465</sup> Não conseguimos esclarecer a informação avançada por Caetano de Sousa sobre um filho primogénito, chamado D. João de Lima, vd. SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa real portuguesa*. Vol. 12, Parte II, p. 910. O autor refere que teria falecido na batalha de Alcácer, mas parece-nos pouco provável; se efetivamente existiu, possivelmente faleceu antes de seu pai. Em algumas resenhas históricas e genealógicas que estiveram no arquivo organizacional, D. Inês é referida como filha única e herdeira de D. Francisco de Lima, nomeadamente em VNC, cx. 14, n.º 10, f. 5v e VNC, cx. 2, n.º 9, f. 7 e 46, assim como nos documentos que citaremos a seguir incluídos em ADB, *VVNC*, n.º 59.

<sup>1466</sup> Sobre a participação de Luís de Brito, com base na análise de algumas crónicas sobre a batalha, vd. SOUSA, Luís Costa e – *Alcácer Quibir. Visão ou Delírio de um rei?* Lisboa: Tribuna, 2009, p. 107–110.

Numa minuta ou cópia de uma exposição que terá preparado para dirigir ao rei, Luís de Brito Nogueira pedia que lhe fosse feita mercê da Casa de seu sogro, tal como ele a possuía com todas as suas doações, uma vez que este faleceu sem filho varão legítimo que o sucedesse, ficando apenas D. Inês de Lima, sua filha e universal herdeira, com a qual era casado e tinha um filho. Argumentava que esta Casa era das mais antigas destes reinos, destacando os vastos serviços que os seus membros haviam prestado aos monarcas anteriores, assinalando que os primeiros senhores da Casa dos Limas deixaram a Galiza, perdendo os bens que aí possuíam, para servirem D. João I. Procurava igualmente demonstrar como estava à altura da mercê, sublinhando os serviços que prestou a D. Sebastião, nomeadamente militares, o que lhe trouxe pesados gastos, incluindo o do seu resgate, para o qual não recebeu dinheiro da Fazenda real. Aquele “desestrado dia” — que é como classifica a derrota em Alcácer Quibir — foi tão traumatizante que prefere nem falar só para não o lembrar, declarando que a mercê que pedia era pequena perante o que expunha<sup>1467</sup>. A petição não se encontra datada, mas foi produzida depois do seu resgate, tendo Luís de Brito 28 anos quando a escreveu<sup>1468</sup>.

A esta exposição, redigidos pela mesma mão, seguem-se dois documentos: uma lista das mercês que os reis fizeram a vários fidalgos e que constituíram exceções à lei mental, e um texto em que se descrevem os serviços prestados pelo pai de Fernão Eanes de Lima e pelos seus descendentes até ao 5.º visconde de Vila Nova de Cerveira, assinalando-se o caso da sucessão de Álvaro Rodrigues de Lima pelo seu irmão Leonel de Lima, que representou uma exceção às leis gerais do reino<sup>1469</sup>. Junto a estes escritos está ainda uma certidão dos livros de registos das mercês de D. Sebastião, passada a 28 de abril de 1579, na qual se declara que Luís de Brito foi tomado como moço fidalgo a 7 de março de 1564 e elevado a escudeiro no dia 1 de fevereiro de 1575<sup>1470</sup>. Todos estes papéis fariam parte de um processo que se procurou instruir em 1579 para garantir a sucessão na Casa dos Limas. No verso da última folha deste conjunto se anotou “De Luis de Brito fidalguo pede a casa do bysconde”<sup>1471</sup>.

---

<sup>1467</sup> ADB, VVNC, n.º 59, f. 12.

<sup>1468</sup> Afirma que “como cnota [sic] do papel que apresento me pareço diuia de lembrar a V. A. que de oito anos ate vinte e oito que sou sempre sirui el rey que deus tem na corte gastando tanto e andando sempre nella como Vossa Alteza sabe” (ADB, VVNC, n.º 59, f. 12r–12v). Uma cópia desta petição foi transcrita, talvez no século XVIII, em BA, 51-V-17, f. 198r–205r.

<sup>1469</sup> ADB, VVNC, n.º 59, f. 13–15.

<sup>1470</sup> ADB, VVNC, n.º 59, f. 16.

<sup>1471</sup> ADB, VVNC, n.º 59, f. 17v.



Apesar dos seus esforços, Luís de Brito não alcançou esta mercê. Porém, recebeu-a seu filho, D. Lourenço, já depois de sua mãe, Inês de Lima, ter falecido, por meio de um alvará de lembrança do cardeal-rei, emitido a 3 de dezembro de 1579. O monarca concedeu-lhe que sucedesse no título e na Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, por respeito aos muitos serviços que estes haviam prestado aos reis seus antecessores, assim como àqueles que haviam sido realizados por seu pai Luís de Brito<sup>1472</sup>. Alvará do qual se pediu certidão para ser apresentada às autoridades locais<sup>1473</sup>.

Como o filho tinha poucos anos de idade<sup>1474</sup>, Luís de Brito teve de assegurar que também os bens patrimoniais que haviam pertencido a seu sogro eram confirmados e bem geridos, assim como mantidas as redes clientelares constituídas em torno da Casa. Tal terá acontecido com o morgadio de Gaião, como referimos, mas também com os padroados das igrejas situadas no Alto Minho que pertenceram aos viscondes. No inventário de 1675–77, são referidos vários instrumentos de posse de igrejas e padroados, após a morte de D. Francisco de Lima, por Luís de Brito na qualidade de “curador de seu filho” ou com “seus filhos órfãos”, que, embora não estejam datados, terão certamente sido produzidos por volta de 1579<sup>1475</sup>. Neste âmbito, recordemos igualmente a petição que Luís de Brito, na qualidade de administrador de seu filho Lourenço de Brito, dirigiu, a 18 de novembro de 1579, ao vigário-geral do arcebispo Fr. Bartolomeu dos Mártires, pedindo-lhe que reconhecesse a letra e sinal de D. Diogo de Sousa nas confirmações das doações de padroados de igrejas que haviam sido feitas ao 3.º visconde de Vila Nova de Cerveira<sup>1476</sup>.

Luís de Brito empenhou-se em conhecer e em confirmar os direitos que haviam pertencido a seu sogro para assegurar a sucessão de seu filho. Todas estas ações permitem vislumbrar o que teria sido a preparação e a experiência deste fidalgo no que concerne à gestão da informação organizacional e do uso da prova, um conhecimento acumulado e certamente lhe terá sido transmitido pelos seus antecessores. No decorrer do processo

---

<sup>1472</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Filipe I*, lv. 12, f. 181r–181v. Neste documento refere-se que Inês de Lima já havia falecido (f. 181r).

<sup>1473</sup> VNC, cx. 53, n.º 134.

<sup>1474</sup> Uma vez que em 1588 ainda era menor de 14 anos, vd. VNC, cx. 63, n.º 1, f. 1.

<sup>1475</sup> VNC, cx. 14, n.º 9: posse dos padroados de Valdevez e Coura pelo Sr. Luís de Brito, em três cadernos (f. 6v); instrumento de posse das igrejas e padroados do Visconde que tomou o Sr. Luís de Brito como curador de seu filho (f. 6v); posses do Viscondado por falecimento de D. Francisco, em uma meia regra que diz Padroados de Valdevez, e instrumento das posses das igrejas dos padroados e a apresentação do sr. Luís de Brito e seus filhos órfãos tudo em dois cadernos de papel que tem os títulos acima (f. 25).

<sup>1476</sup> Certidão que foi passada a 10 de junho de 1580 e que insere a referida petição, vd. VNC, cx. 15, n.º 1, f. 93r–94v.

mobilizou documentação que deveria estar no arquivo da família-instituição Lima, incluindo documentação genealógica<sup>1477</sup>, assim como recorreu aos arquivos de outras instituições, solicitando certidões que atestassem os seus serviços<sup>1478</sup>. Não se exclui, todavia, a hipótese de ter igualmente contado com servidores da confiança do falecido sogro para o apoiarem nestas tarefas<sup>1479</sup>.

Esta administração, na última geração dos Britos Nogueira, foi de transição entre uma instituição e um arquivo organizacional especialmente vocacionados para a organização e gestão da informação vincular e patrimonial para uma instituição e um arquivo organizacional associados a um conjunto patrimonial, material e simbólico, mais diversificado, mais volumoso, mais complexo e geograficamente disperso. Preparou o caminho para a continuidade de duas Casas na pessoa do seu filho e dos seus descendentes.

---

<sup>1477</sup> Para a exposição que fez terá consultado informação genealógica, nomeadamente uma genealogia dos Limas, com uma letra que parece ser do século XVI, que foi incluída na primeira parte do processo constituído no século XVIII (ADB, *VVNC*, n.º 59, f. 1–11).

<sup>1478</sup> Referidas na exposição em ADB, *VVNC*, n.º 59, f. 12.

<sup>1479</sup> No já citado livro em BA, 51-V-55, D. Lourenço faz referência a criados que serviram seu pai e que também já haviam servido seu avô, o visconde D. Francisco.

## CAPÍTULO 12

### Lima Brito Nogueira: a fusão de várias Casas

Ao considerarmos que, com D. Lourenço de Lima, se inicia uma nova fase da história das famílias-instituição Lima e Brito Nogueira não pretendemos impor uma divisão artificial na continuidade varonil que existiu e defender que se iniciou uma “nova” família-instituição. Os nobiliários e as resenhas históricas do século XVIII presentes no arquivo referem o visconde como o representante da “família dos Britos”<sup>1480</sup>, e há transmissão, de pai para filho, dos morgadios de Santo Estêvão de Beja e de S. Lourenço de Lisboa, com todo o manancial material e simbólico que lhes estava associado, após a morte de Luís de Brito Nogueira em 1586<sup>1481</sup>. Seria redutor afirmar que estas famílias tiveram um início e um fim num momento ou numa data específica. Esta divisão analítica tem como objetivo apenas assinalar as mudanças que ocorreram na instituição, que foi ganhando novos contornos do ponto de vista organizacional, visível na informação documentalizada que produziram, receberam, guardaram e administraram, assim como em algumas funções e significados atribuídos ao arquivo. Tal aconteceu gradualmente, tendo Luís de Brito Nogueira desempenhado um papel determinante na transição, especialmente na gestão da informação e do arquivo. É, porém, o filho quem assume a representação de todo o património que dava identidade às duas Casas, de Limas e de Britos Nogueira, e lhes procura dar continuidade através da descendência que teve com Luísa de Távora.

Pelo alvará de lembrança do cardeal-rei de 1579, Lourenço recebeu a garantia de suceder num conjunto de bens e direitos da Coroa dos quais seu avô havia sido donatário e que estavam situados na região minhota, assim como no título de visconde de Vila Nova de Cerveira. Podia passar, conseqüentemente, a administrar e a representar um conjunto patrimonial, material e simbólico, que havia dado identidade e coesão à família-instituição Lima. Foram impostas algumas condições: ser obrigado, assim como os seus sucessores, a usar o apelido Lima e, ao atingir a idade, casar-se com senhora que agradasse ao rei, devendo apresentar as doações anteriores e este alvará para serem traladados na

---

<sup>1480</sup> VNC, cx. 2, n.º 9, f. [51]: “A ilustre e antiga família dos Britos de que é chefe o Ex.mo Visconde de Vila Nova de Cerveira”.

<sup>1481</sup> BA, 51-V-55, f. 1r. Num instrumento de emprazamento de 4 de maio 1588, D. Lourenço de Brito Nogueira de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira, é referido como administrador e sucessor dos morgados de S. Lourenço de Lisboa e de Santo Estêvão de Beja, tendo o seu pai já falecido e sendo ainda menor de 14 anos (VNC, cx. 63, n.º 1, f. 1).

confirmação dos referidos direitos e do título<sup>1482</sup>. Após a união dinástica, o monarca castelhano fez-lhe mercê, de juro e herdade, das terras e lugares de Fraião, Coura, São Martinho, Santo Estêvão, Geraz, Valdevez, e da casa de Giela, em 1583<sup>1483</sup>, reforçando a condição de o jovem ter de se casar com esposa que fosse do contento do rei e de usar sempre o apelido Lima antes do apelido Brito. Numa apostila de 1591, o rei confirmou a mercê, referindo que D. Lourenço havia casado com sua licença com D. Luísa de Távora, neta do conde de Idanha, que era seu bisavô, e reforçou a disposição sobre a utilização dos apelidos, devendo chamar-se D. Lourenço de Lima de Brito<sup>1484</sup>. A persistência com a qual Lourenço procurou sistematicamente confirmar direitos que haviam pertencido a seus antepassados maternos ou obter novas mercês reforçou, como veremos adiante, o património simbólico e material da Casa que procurou constituir.

As vicissitudes da história do reino e da sua própria família-instituição, com a morte do filho primogénito e do neto<sup>1485</sup>, e a ausência do filho que o sucederia<sup>1486</sup> em Castela após a Restauração, levaram a que tivesse de assegurar a continuidade da Casa através de um filho mais novo, D. Diogo de Lima<sup>1487</sup>. O casamento deste último com D. Joana de Vasconcelos levou à incorporação, na família-instituição, de um conjunto patrimonial e respetiva documentação pertencentes aos Vasconcelos e Meneses, nomeadamente a designada “Casa de Mafra”, assim como do apelido Vasconcelos.

Neste capítulo, centramo-nos na informação organizacional produzida e no arquivo constituído e utilizado nestes dois viscondados, o de D. Lourenço e o de D. Diogo.

---

<sup>1482</sup> Alvará trasladado em VNC, cx. 12, n.º 6; ANTT, *Chancelaria de D. Filipe I*, lv. 12, f. 181r–181v. Uma certidão do alvará em VNC, cx. 53, n.º 134.

<sup>1483</sup> VNC, cx. 12, n.º 6; ANTT, *Chancelaria de D. Filipe I*, lv. 12, f. 181r–184r.

<sup>1484</sup> VNC, cx. 12, n.º 6, f. 3r.

<sup>1485</sup> JESUS MARIA JOSÉ, Fr. Pedro de – *Chronica da santa, e real província da Immaculada Conceição de Portugal*. Vol. 2, p. 42–43. Note-se, no entanto, que a data que Fr. Pedro indica para a morte de Luís de Lima, filho primogénito do visconde Lourenço de Lima, não estará correta. Luís de Lima faleceu antes de 14 de setembro de 1631, data em que seu filho primogénito, D. Lourenço de Lima Brito Nogueira, recebeu a confirmação da segunda vida do título de conde dos Arcos, por seu pai já ter falecido (ANTT, *Chancelaria de D. Filipe III*, lv. 22, f. 334v–335r).

<sup>1486</sup> D. João Fernandes de Lima é referido como sucessor de seu pai no contrato do seu casamento com D. Francisca Luísa de Sotomaior, de 24 de outubro de 1639 (VNC, cx. 27, n.º 105).

<sup>1487</sup> Referido como filho terceiro em VNC, cx. 8, n.º 21, f. 2v, embora não seja identificado nessa ordem em FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 92. Num texto genealógico, feito no tempo de D. Lourenço de Lima, é referido como sendo o sexto filho (veja-se a cópia em BA, 51-V-17, f. 230v–232). Talvez, em 1646, fosse o terceiro filho varão vivo, uma vez que D. Luís de Lima já havia falecido, assim como Leonel de Lima e Francisco de Lima; restando D. António de Lima, que era frade, D. João Fernandes de Lima, marquês de Tenório, e D. Diogo de Lima (*ibid.*, f. 231v).

Embora existam muitos aspetos que possam ser examinados, devido ao grande volume documental que foi possível reconstituir para estas gerações, optamos por seleccionar e destacar apenas alguns que consideramos relevantes para compreender o funcionamento da família-instituição produtora e utilizadora do arquivo organizacional. O destaque dado ao chefe da Casa, o *pater familias*, é propiciado pela imagem que a maioria da documentação conservada nos transmite. No entanto, a família-instituição não é composta apenas pelo chefe. A sua sobrevivência é assegurada pela aliança e pela descendência do casal. Como vimos, as esposas também aportaram e produziram informação e documentação, embora, nestes casos específicos, os maridos sobreviveram-lhes muitos mais anos. Procuraremos, no entanto, não descurar o papel exercido pelas esposas destes dois viscondes na breve reflexão que fazemos à produção informacional, assim como de outros membros da família-instituição. Ainda assim, nos usos e na gestão do arquivo, é mais evidente o papel desempenhado pelos viscondes, pelos seus sucessores e por alguns agentes que os serviam. Viés ditado pela própria organização doméstica no período em estudo<sup>1488</sup>, assim como pelas decisões de conservação que foram tomadas pelos próprios e pelos seus sucessores.

### **12.1. Lourenço de Lima: um longo viscondado e o seu arquivo**

Lourenço de Lima teve uma longa vida à frente dos destinos da Casa que foi constituindo, desde o falecimento do pai, em 1586, até à sua própria morte, que terá ocorrido pouco antes do dia 8 de maio de 1649<sup>1489</sup>. Desde tenra idade terá acompanhado as ações do pai, já sob o domínio filipino, na administração do conjunto patrimonial de duas Casas que se uniram, assim como na defesa dos portos do Entre Douro e Minho, que terá continuado a assegurar<sup>1490</sup>. Também se casou novo com Luísa de Távora, antes de 3 de fevereiro de 1586<sup>1491</sup>, e ficou viúvo antes de 20 de março de 1615<sup>1492</sup>.

---

<sup>1488</sup> Sobre o papel e autoridade do *pater familias*, vd. HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 307–308; HESPANHA, António M. – Fundamentos antropológicos; BRUNNER, Otto – La «casa come complesso» e l’antica «economica» europea; FRIGO, Daniela – *Il Padre di famiglia*.

<sup>1489</sup> BA, 54-XIII-21, n.º 10.

<sup>1490</sup> D. Lourenço refere que o pai, no final da sua vida, havia sido capitão-general de todos os portos do Entre Douro e Minho (em BA, 51-V-17, f. 207v), função que ele, pelo que indica, terá também assegurado durante a união dinástica (como declara em BA, 51-V-17, f. 229–230v).

<sup>1491</sup> VNC, cx. 53, n.º 91.

<sup>1492</sup> Data de abertura do testamento de D. Luísa, em VNC, cx. 21, n.º 87, fl. 3v–4r.

A produção/receção documental reconstituída para o seu viscondado e para o de seu filho, D. Diogo, é notável, principalmente quando comparada com aquela que foi possível reconstituir para as famílias-instituição Lima e Brito Nogueira. Abrange documentação produzida no contexto de um maior número de atividades exercidas principalmente por estes chefes de família, considerando toda a correspondência que se conservou no acervo que está na Biblioteca da Ajuda. Este facto não será alheio ao papel que a escrita gradualmente assumiu, na transição do período medieval para o moderno, na transmissão de informação e como símbolo e meio de poder, ocorrendo uma paulatina “escriturização” da sociedade, como observou Fernando Bouza<sup>1493</sup>.

A produção e conservação de documentos aumentou, à medida que a família-instituição adaptou as suas necessidades organizacionais ao contexto em que estava inserida. Isto implicou mudanças nos significados e funções que se atribuía ao arquivo, notadas, desde logo, pelo interesse na conservação a longo termo do que poderemos hoje designar como “correspondência pessoal” e “documentos políticos e de função”, não obstante estas categorizações poderem ser extemporâneas em relação à forma como estes documentos eram considerados na época. Alguma da informação produzida/recebida e arquivada neste período, nomeadamente no serviço ao rei e ao reino, foi, décadas mais tarde, compilada em códices factícios e alguma copiada em livros. A conservação da maioria destes papéis até à data foi ditada pela sua integração na livraria do conde de Redondo e depois na real, não pelas suas funções organizacionais, mas pelo significado histórico-cultural que tinham e que continuam a ter.

Grande parte da documentação produzida e arquivada relativamente à administração dos bens e direitos da Coroa, assim como dos bens livres e dos direitos de padroado possuídos na região minhota não se conservou por algumas das vicissitudes anteriormente mencionadas<sup>1494</sup>. É possível que muita tenha sido destruída, enquanto outra pode ter permanecido nas mãos de alguns administradores ou sido entregue aos novos detentores das propriedades aquando da abolição dos direitos senhoriais e da remissão dos foros. O Inventário de 1675–77 dá-nos conta da existência de uma vasta quantidade de documentos relacionados com a gestão desta propriedade e direitos, nomeadamente os

---

<sup>1493</sup> BOUZA, Fernando – *Imagen y propaganda: capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998, p. 40.

<sup>1494</sup> Vd. subcapítulo 5.1 desta dissertação.

dos padroados de igrejas, da apresentação de curas e da resolução de litígios<sup>1495</sup>. Porém, o facto de não estar datada não nos permite atribuir com segurança a sua produção a determinado administrador ou geração da família-instituição.

Percebemos que a administração da propriedade rústica e urbana terá sido sobretudo indireta, através da manutenção de aforamentos enfatiota antigos e da realização de novos empraçamentos ou subempraçamentos, assim como do arrendamento da recolha de alguns direitos. Estava, portanto, voltada para a captação das rendas. Dela os viscondes encarregavam procuradores e administradores que faziam parte das suas redes clientelares, muitos deles abades em igrejas do seu padroado. É possível observar alguma continuidade de servidores do viscondado do avô Francisco de Lima para o do neto<sup>1496</sup>. Foi o caso de Gaspar de Azevedo, que já havia servido D. Francisco e ficou como governador da fazenda de D. Lourenço depois da morte de Luís de Brito, provavelmente enquanto ele ainda era menor<sup>1497</sup>. Tal também se terá verificado com alguns administradores e procuradores<sup>1498</sup>. Em seu nome, empraçavam, compravam e vendiam propriedades<sup>1499</sup>. Recolhiam rendas e direitos que eram devidos aos viscondes como donatários da Coroa. Há indícios, todavia, de que o visconde D. Lourenço terá controlado de perto os seus negócios, pessoalmente ou através do seu sucessor. Um exemplo disso é o envolvimento do seu filho João Fernandes de Lima nos preparativos de algumas transações, como aconteceu em 1639 na compra de uma devesa em Giela<sup>1500</sup>, numa altura em que estava destinado a ser o sucessor no título e na “casa de Giela e viscondado”<sup>1501</sup>. A ação direta do visconde também é visível na defesa dos direitos de que era donatário, sendo ilustrativos

---

<sup>1495</sup> VNC, cx. 14, n.º 9, estando os maços da documentação das igrejas descritos nas f. 21–26v.

<sup>1496</sup> Patente nas referências feitas em BA, 51-V-55, f. 3, 5r.

<sup>1497</sup> 51-V-55, f. 3r.

<sup>1498</sup> Ressalvamos que um estudo aprofundado destas clientelas está ainda por fazer e implicaria a consulta de mais documentação além daquela que foi reconstituída para o arquivo organizacional, nomeadamente a consulta de fundos locais e de outros arquivos privados.

<sup>1499</sup> Passando procações para agirem em seu nome. Vd. por exemplo, no Arquivo da Casa da Cêpa, sem cota, procação dada pelo visconde de Vila Nova de Cerveira a Francisco da Costa (1627-11-03).

<sup>1500</sup> Arquivo da Casa da Cêpa, sem cota. Miguel Borges de Barros e Francisco Antunes declaram que foram avaliar uma devesa a mando do senhor João Fernandes de Lima e a puseram em 8000 réis (1639-03-31); declaração que tem no verso a carta de compra da devesa junto ao Cardal em Giela feita por Maria de Melo, viúva, ao visconde (1639-10-12).

<sup>1501</sup> VNC, cx. 27, n.º 105.

os testemunhos de litígios ocorridos com foreiros, nomeadamente em Arcos de Valdevez devido à desatualização dos preços fixados no foral da vila<sup>1502</sup>.

O visconde recebeu privilégios<sup>1503</sup> como o de pôr carcereiros nas suas terras<sup>1504</sup>, dar ofícios de justiça nas suas terras<sup>1505</sup>, dar ofícios de tabeliães em Ponte de Lima<sup>1506</sup> ou ter juiz executor para a cobrança dos bens reguengos de que era donatário nos concelhos de terras de Lima, Santo Estêvão e Arcos<sup>1507</sup>. A possibilidade de realizar estas indigitações, a par da apresentação de curas nas igrejas do seu padroado, situadas nos concelhos de Arcos de Valdevez, Coura e Vila Nova de Cerveira, permitiam-lhe reforçar a sua rede clientelar na região. Captavam servidores, com conhecimentos e experiência, para o coadjuvarem na administração dos bens. No entanto, nem sempre é fácil perceber que papel tinham na produção da informação organizacional e na gestão do arquivo porque muita documentação da sua gestão corrente não se conservou e nem sempre são identificados em inventariações e listagens de documentação produzidas.

Era igualmente através de procuradores e criados, agindo sempre em nome do visconde e da viscondessa, enquanto foi viva, que se fazia a gestão da propriedade — nomeadamente da vincular<sup>1508</sup> —, a recolha dos seus rendimentos e o pagamento de muitos dos encargos associados às capelas que administrava. Adiante daremos mais detalhes sobre a produção e a gestão da informação vincular durante este viscondado; importa aqui destacar que também em torno da gestão vincular se criavam redes clientelares que asseguravam a gestão de um património geograficamente disperso pela região de Beja (sobretudo do morgadio de Santo Estêvão), de Santarém (sobretudo do morgadio de Gaião) e de Lisboa e arredores (pertencente aos vínculos de S. Lourenço). Apesar disso, parecia haver uma certa centralização e controlo que o visconde exercia sobre informação fundamental. Ainda que não seja possível atribuir com segurança, a este período, algumas reorganizações e inventariações que foram realizadas no cartório que

---

<sup>1502</sup> Uma petição do visconde de 1622 inserta em AFQVG – *Cópia do processo judicial relacionado com o foral de D. Manuel I*, 1715, f. 44v–48v. Sobre a ação de D. Lourenço, vd. COSTA, Paula Pinto – *O Foral Novo dos Arcos de Valdevez*, p. 84–85.

<sup>1503</sup> Temos testemunho de que muitos deles terão sido conservados no cartório, vd. VNC, cx. 14, n.º 9, f. 27r.

<sup>1504</sup> A 11 de março de 1585(?) em ANTT, *Chancelaria de D. Filipe I*, lv. 10, f. 220v.

<sup>1505</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Filipe I*, lv. 12, f. 173r.

<sup>1506</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Filipe I*, lv. 12, f. 224v.

<sup>1507</sup> A 15 de novembro de 1642, referido, a partir de documento que estava no cartório da família, em JESUS MARIA JOSÉ, Fr. Pedro de – *Chronica da santa, e real província da Immaculada Conceição de Portugal*. Vol. 2, p. 38.

<sup>1508</sup> Como em VNC, cx. 29, n.º 37, VNC, cx. 6, n.º 24, VNC, cx. 59, n.º 98, VNC, cx. 23, n.º 22.



deveria estar em Ponte de Lima<sup>1509</sup> e naquele que se encontrava em Lisboa, notamos a preocupação que houve em produzir outros repositórios que permitiam controlar a informação, nomeadamente a vincular. D. Lourenço tinha sob a sua tutela livros de receita e despesa relativos aos morgadios que continuaram a ser utilizados pelos seus sucessores, além dos tomboos que mandou preparar e dos quais daremos nota mais à frente. Demonstrou organização e o desejo de ter tudo registado e sob controlo, preocupando-se em arrolar o que havia herdado, que dívidas tinha e os pagamentos a fazer aos criados<sup>1510</sup>, além de estar ciente da legislação vigente sobre estes assuntos<sup>1511</sup>.

Aos padroados das igrejas já referidas, acresciam os padroados da igreja de S. Lourenço, do convento de dominicanas femininas na Rosa, fundado por Luís de Brito e Joana de Ataíde, e do convento de Santo António de frades capuchos em Ponte de Lima, instituído por Leonel de Lima e sua esposa Filipa da Cunha. Todos serviram como espaços para o desenvolvimento e manutenção de redes clientelares da Casa, como o corrobora alguma documentação conservada no arquivo<sup>1512</sup>. Foram igualmente espaços de espiritualidade, afetividade e de memória familiar. O convento da Rosa, em particular, acolheu muitas descendentes femininas dos Brito Nogueira e dos Lima Brito Nogueira. Nele professou a irmã de D. Lourenço, Beatriz de Lima<sup>1513</sup>, assim como a maioria das filhas que o visconde teve com Luísa de Távora<sup>1514</sup>. Já a ligação ao convento dos capuchos é visível no testamento de D. Luísa, que aí escolheu ser sepultada e ao qual deixou 20 000 réis para os frades se vestirem e para rezarem pela sua alma<sup>1515</sup>. No entanto, como estava em Lisboa e muito doente, refere que se aí morresse desejava que seu corpo ficasse no coro, no capítulo ou em outro local ou capela do mosteiro da Rosa que a sua cunhada Beatriz, em

---

<sup>1509</sup> Referimo-nos ao inventário em VNC, cx. 14, n.º 36, assim como a outros que são citados neste e no inventário feito em 1675–77: um caderno que tem o título *Inventario de papéis* (VNC, cx. 14, n.º 36, f. 1v); cinco memórias de papéis do cartório (VNC, cx. 14, n.º 9, f. 30v).

<sup>1510</sup> BA, 51-V-55 (1614); VNC, cx. 30, n.º 48 (1620); VNC, cx. 59, n.º 97 (1630); VNC, cx. 54, n.º 32.

<sup>1511</sup> BA, 51-V-55, f. 2r, faz referência ao que estava consignado nas *Ordenações Filipinas* sobre o pagamento aos serviçais e criados.

<sup>1512</sup> Existindo documentação relacionada com a nomeação da prioresa do mosteiro da Rosa em 1619 (VNC, cx. 52, n.º 89, copiado em cx. 52, n.º 79) e em 1647 (VNC, cx. 52, n.º 78 e 90). Fr. Pedro também nos dá conta da ligação do visconde D. Lourenço e de seu filho Luís de Lima, que veio a ser o 1.º conde dos Arcos, ao convento capucho, tendo consultado documentação não só do cartório do convento, mas também do arquivo da Casa dos viscondes, vd. JESUS MARIA JOSÉ, Fr. Pedro de – *Chronica da santa, e real província da Immaculada Conceição de Portugal*. Vol. 2, p. 38–43.

<sup>1513</sup> VNC, cx. 22, n.º 5 e 19.

<sup>1514</sup> VNC, cx. 22, n.º 18, 24, 26, 34; cx. 32, n.º 35; BA, 51-V-17, f. 230v–232r.

<sup>1515</sup> VNC, cx. 21, n.º 87, f. 1–2.

conjunto com as outras dominicanas, determinasse, até ser levada para o outro local<sup>1516</sup>. Também D. Lourenço manifestou o seu desejo em ser sepultado na capela-mor da igreja do mesmo mosteiro, caso se encontrasse no Entre Douro e Minho, ou na igreja de S. Lourenço de Lisboa, sem pompa nem vaidade e com o hábito de S. Francisco<sup>1517</sup>. Desta ligação aos dois templos, há mais alguns testemunhos, nomeadamente das intervenções e melhoramentos que fez na capela-mor e na capela do conde dos Arcos em S. Lourenço e na capela de Nossa Senhora da Piedade em Santo António<sup>1518</sup>.

A história dos usos subsequentes da documentação contribuiu para a preservação daquela que estava principalmente ligada à organização do património simbólico e material que foi mantido na Casa nos séculos seguintes. Por isso, muitos aspetos das atividades de outros membros desta geração permanecem ofuscados. De alguns membros, como Luísa de Távora e a sua cunhada Beatriz de Lima, restaram apenas escassos vestígios da documentação que produziram ou receberam.

O que se conservou da produção documental de Luísa de Távora diz respeito ao período em que esteve casada com o visconde até à sua morte em 1615. É referida ao lado do marido em atos de alienação de propriedade e em emprazamentos, recebeu mercês reais, propriedades em partilhas, dispôs dos seus bens e expôs as suas últimas vontades no testamento que mandou elaborar em 1605. Todavia, muita documentação produzida no quotidiano e ligada à gestão corrente dos seus bens móveis e imóveis terá sido descartada. Talvez tenha sido o caso de correspondência, recebida e expedida, ou de lembranças como aquela que refere em seu testamento sobre as suas dívidas, feita pela sua mão e marcada com o seu sinal<sup>1519</sup>.

Em contrapartida, muita correspondência produzida ou recebida pelo visconde foi copiada e/ou guardada<sup>1520</sup>. Talvez, pelo seu conteúdo, tenha sido considerada, pelo próprio e pelos seus sucessores, como prova dos méritos e dos serviços prestados aos monarcas,

---

<sup>1516</sup> VNC, cx. 21, n.º 87, f. 2v. Segundo refere D. Lourenço no seu testamento, em 1635, a viscondessa estava ainda sepultada no altar-mor da igreja de S. Lourenço de Lisboa, devendo seus ossos serem trasladados para ficarem junto dele no local onde fosse sepultado (VNC, cx. 29, n.º 1, f. 1r–1v).

<sup>1517</sup> VNC, cx. 29, n.º 1.

<sup>1518</sup> Obras referidas em VNC, cx. 29, n.º 1, mais as quitações os pagamentos realizados pelos gizamentos da das capelas em S. Lourenço em VNC, cx. 59, n.º 49.

<sup>1519</sup> VNC, cx. 21, n.º 87, f. 2v.

<sup>1520</sup> Nomeadamente a que foi copiada em BA, 51-V-17, 51-VIII-25-27 ou a que foi incluída nos códices BA, 52-IX-4 e 5.

servindo de fonte para construir alguns discursos de reivindicação de mercês junto do monarca, do qual examinaremos um exemplo<sup>1521</sup>. As funções desempenhadas a nível militar, no Conselho rei e do Desembargo do Paço foram igualmente uma via de acrescentamento e engrandecimento da Casa. A produção documental que resultou do exercício destas atividades era um testemunho que importava conservar.

No seu papel de *pater familias*, D. Lourenço, além de governar a propriedade material e simbólica da Casa, também administrou os destinos dos seus membros, especialmente o dos seus filhos e netos. A documentação conservada revela o papel que teve na negociação dos casamentos dos seus descendentes<sup>1522</sup>, assim como na entrada de suas filhas no convento da Rosa<sup>1523</sup> e de seu filho D. António na Ordem de S. Domingos<sup>1524</sup>. Vários instrumentos produzidos neste âmbito, nomeadamente contratos de dote, e o seu testamento, feito em 1635, demonstram como desejava que o património material e simbólico da sua Casa fosse transmitido. As suas intenções iniciais tiveram de se adaptar às venturas e desventuras familiares e às circunstâncias políticas do reino, não deixando de levantar dúvidas e causar discórdias durante o viscondado de D. Diogo, como veremos. Possivelmente na sequência do que havia ficado consignado nas *Ordenações* sobre a acumulação de Casas e morgadios<sup>1525</sup>, mas, além disso, como resultado da vontade que teria em assegurar o destino de seu neto, o conde dos Arcos, e de seu filho D. João Fernandes de Lima e respetivos descendentes, abriu a possibilidade para a divisão desse património no seu testamento: prevendo a sucessão do morgadio de Santo Estêvão de Beja pelo neto, na sequência do falecimento do pai, e a possibilidade de haver outro sucessor para a “casa de Giela e o viscondado” que vinculou ao padroado das igrejas da arquidiocese de Braga e aos bens livres que possuía na região<sup>1526</sup>.

Estes são os principais aspetos que marcaram a produção informacional nesta geração. Porém, num viscondado tão longo e com o volume documental que foi possível

---

<sup>1521</sup> No subcap. 12.1.2.

<sup>1522</sup> VNC, cx. 22, n.º 3, 41; cx. 27, n.º 105, 106; cx. 32, n.º 19.

<sup>1523</sup> VNC, cx. 22, n.º 24, 25, 26, 27, 34, 46; cx. 32, n.º 35.

<sup>1524</sup> VNC, cx. 22, n.º 17.

<sup>1525</sup> OF, lv. 4, tít. 100, § 6. Note-se, no entanto, que a lei se aplicava sobretudo a Casas e morgadios juntos por via do casamento, em que um deles rendesse mais de 4000 cruzados ou mais por ano. Esta lei não se sobrepunha, porém, às regras estabelecidas pelos instituidores, caso estes tivessem escolhido como sucessor preferencial o primogénito varão.

<sup>1526</sup> VNC, cx. 29, n.º 1.

mapear, a análise da produção informacional, da sua documentalização e dos seus usos daria em si material para uma investigação autónoma. Escolhemos, por isso, examinar com mais detalhe dois aspetos que tiveram particular impacto na produção de D. Lourenço e da sua esposa, e nos usos que o visconde deu ao arquivo desde que assumiu a chefia da família-instituição: a informação relacionada com os vínculos e alguma que foi mobilizada para a obtenção de mercês e distinção social nos primeiros anos do seu viscondado. Estes exemplos permitem vislumbrar algumas das principais funções assumidas pelo arquivo neste período e para esta família-instituição: como lugar de prova, como facilitador da gestão corrente de rendimentos e como suporte a discursos sobre a(s) memória(s) e identidade(s) do grupo.

#### **12.1.1. A gestão da informação vincular**

Depois de receber a administração dos vínculos que seu pai detinha, D. Lourenço e os seus criados e procuradores mostram-se determinados em pôr ordem na informação e na documentação vincular. A falta de organização, a perda ou o estado de degradação em que lhe podem ter chegado alguns documentos que não foram inventariados no *Catálogo* e no *Tombo*, particularmente da administração de seu avô, e as dúvidas que persistiam sobre suas fundações e propriedades terão motivado um trabalho sistemático de conhecimento dos mesmos que procuraremos delinear.

Alguns membros dos Nogueiras, nomeadamente mestre João das Leis, mostraram visão na constituição de livros do morgadio, róis e outros repositórios de reconhecimento da propriedade, mesmo antes da legislação manuelina vir estatuir regras com implicações na produção e na guarda deste tipo de documentação, como mencionámos. Os Britos, e depois as gerações de Britos Nogueira, pelo que foi possível reconstituir, não pareceram tão preocupados com a criação de tais repositórios, estando o livro de 1514 mais focado no registo da propriedade, do foreiro e dos rendimentos dos bens pertencentes aos vínculos associados à capela de Santa Ana, na igreja de S. Lourenço de Lisboa<sup>1527</sup>. O *Catálogo* representou um esforço de melhor controlar a informação vincular, porém, haveria trabalho por fazer no conhecimento aprofundado da propriedade vincular, dos seus limites

---

<sup>1527</sup> VNC, cx. 7 n.º 2. Mais tarde, o livro foi reutilizado, tendo-se colocado abaixo de cada entrada a sua transcrição com uma letra mais legível. É possível que estes acrescentos tenham sido realizados durante este viscondado, no contexto deste processo de tombamento e de regularização da situação da propriedade vinculada.

e confrontações, assim como na identificação de documentos fundacionais que pudessem estar em falta<sup>1528</sup>.

É possível que a iniciativa de D. Lourenço, nos inícios da centúria de Seiscentos, não tenha sido alheia à lei que D. Filipe I havia promulgado a 5 de junho de 1595. Nesta, o monarca considerava o morgadio uma peça basilar para o acrescentamento e estabilização do património da aristocracia<sup>1529</sup>, tendo-a incluído nas *Ordenações Filipinas*<sup>1530</sup>. De qualquer das formas, a necessidade de repositórios como os livros ou tombos dos morgadios era imperiosa desde a publicação da legislação manuelina, pois a apresentação da prova documental era fundamental para a resolução de conflitos e dúvidas que pudessem surgir sobre a posse e os limites dos bens. Foi disso exemplo a disputa travada, em 1608, entre o visconde e os frades de Santo Agostinho do Colégio de Santo Antão, que alargaram a cerca do colégio ocupando uma terra de D. Lourenço em que estava a água que lhe era necessária para abastecer as casas que eram cabeça do morgado de S. Lourenço, “há trezentos anos que he instetuido em bems patrimoniaes que nunca forão da Coroa”. Assim argumentou o visconde numa carta peticionária dirigida ao rei, a 13 de março de 1608, para que uma sentença que obteve a seu favor fosse executada, porque “customa V. M. ter tanto respeito ha conservação dos morgados de seus vasalos”<sup>1531</sup>.

É em 1609 que se inicia a preparação do *Tombo dos morgados do visconde de Vila Nova de Cerveira e bens da Coroa*<sup>1532</sup>. O processo começou a 8 de julho de 1609, sob a tutela do licenciado António Vicente David, juiz do tombo, tendo-se solicitado aos foreiros

---

<sup>1528</sup> A legislação manuelina implicou que os administradores dos vínculos fizessem um grande esforço documental, guardando a carta de fundação, os documentos comprovativos da posse e tombando os seus bens. O tombo deveria ter no início a instituição ou, na falta dela, o documento régio que o “refundava”, vd. ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 246–248.

<sup>1529</sup> CARDIM, Pedro – Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I. Em RAMOS, Luís A. O.; RIBEIRO, Jorge M.; POLÓNIA, Amélia (eds.) – *Estudos de Homenagem a João Francisco Marques*. Porto: FLUP, 2001. Vol. 1, p. 292.

<sup>1530</sup> OF, lv. 4, tít. 100, §5.

<sup>1531</sup> Cópia em BA, 51-VIII-23, f. 7r–8v (citações na f. 8r). O visconde explicou que os frades construíram o colégio e as escolas, resolvendo depois tomar aquela terra para aumentar a sua cerca. Sendo feita demanda e estando ela pendente, os Irmãos venderam todo o colégio, escolas e cerca a D. João da Costa. O visconde argumentou que não concordava com esta ocupação apenas para o alargamento da cerca, que, além de lhe causar grande dano por causa do acesso à água para as referidas casas e sítios delas, também tirava as vistas do melhor aposento que nelas havia. A consulta que sobre este particular que se fez ao rei no Desembargo do Paço teve a assistência do presidente, D. Gil Eanes da Costa, que era irmão de D. João da Costa, padroeiro deste colégio. Por isso, pedia ao rei que suspendesse uma ordem que havia sido dado em relação a este assunto e mandasse executar a sentença a seu favor.

<sup>1532</sup> VNC, cx. 11, n.º 35. Algumas folhas estão muito corroídas pela tinta, sendo de difícil leitura.

que mostrassem as escrituras. D. Lourenço e D. Luísa de Távora deram procuração ao seu criado Pantaleão da Silva para administrar o processo em nome de ambos. Verifica-se, no entanto, que o tombo contém apenas o tombamento de bens relativos ao vínculo de S. Lourenço situados em Lisboa, incluindo reconhecimentos que confirmavam o padroado da igreja lourenciana<sup>1533</sup> e o do convento da Rosa, que havia sido fundado, em 1519, por Luís de Brito e sua esposa Joana de Ataíde. Porém, a tarefa continuou nos anos seguintes com a medição de propriedades situadas em outras localidades e que pertenciam ao mesmo vínculo. Entre 1611 e 1612, teve lugar o tombamento de várias situadas nas regiões de Mafra e de Sintra<sup>1534</sup>, sendo já Martim Pereira da Silva o juiz dos tombos dos morgados e bens da Coroa do visconde, nomeado pelo rei.

Este processo não terá decorrido sem percalços e delongas, como o testemunha o requerimento feito, a 15 de julho de 1609, a Martim de Castro do Rio, foreiro de umas casas pertencentes ao morgadio de S. Lourenço, e todo o procedimento subsequente para que mostrasse os títulos e provasse como sucedeu em segunda vida nesses bens<sup>1535</sup>. Além deste, mais documentos nos dão conta de inconformidades, dúvidas e desavenças que foi imprescindível esclarecer e sanar para que este projeto avançasse<sup>1536</sup>, assim como de renovações de prazos em novas vidas que foi necessário regularizar e registrar<sup>1537</sup>. A necessidade de mobilização de instrumentos de empraçamento ou aforamentos anteriores, com o pedido de certidões<sup>1538</sup> e a realização de traslados por Vicente da Rocha Pimentel, escrivão do tombo dos morgados do visconde de Vila Nova de

---

<sup>1533</sup> Originalmente padroado régio, como já referimos, cedido a Miguel Vivas. Vd. subcapítulo 11.1.

<sup>1534</sup> VNC, cx. 39, n.º 17; VNC, cx. 2, n.º 28; VNC, cx. 16, n.º 3; VNC, cx. 5, n.º 22; VNC, cx. 1, n.º 36; VNC, cx. 1, n.º 37; VNC, cx. 37, n.º 24; VNC, cx. 9, n.º 15; VNC, cx. 39, n.º 39; VNC, cx. 39, n.º 43; VNC, cx. 5, n.º 18; VNC, cx. 39, n.º 41; VNC, cx. 2, n.º 24; VNC, cx. 9, n.º 44; VNC, cx. 2, n.º 32; VNC, cx. 2, n.º 34; VNC, cx. 2, n.º 17; VNC, cx. 44, n.º 53; VNC, cx. 5, n.º 7. Ainda, em traslado de 1614, VNC, cx. 49, n.º 17.

<sup>1535</sup> VNC, cx. 6, n.º 2.

<sup>1536</sup> Veja-se, em 1610, um feito do visconde e de sua esposa contra António de Azevedo e sua mulher (VNC, cx. 42, n.º 14), assim como uma sentença passada pelo juiz dos tombos dos bens dos morgados instituídos por mestre Pedro, na igreja de São Lourenço de Lisboa, nos autos em que são autores os viscondes, administradores desses morgadios, por seu procurador Pantaleão da Silva, contra os réus Afonso Alves e sua mulher, moradores em Belas (VNC, cx. 5, n.º 4). Consulte-se, ainda, a inquirição feita pelo visconde contra Francisco de Barros, Pero Lourenço e Pero Luís em 1612 (VNC, cx. 39, n.º 44) ou o auto de testemunhas acerca da antiguidade e demarcação de um rossio no termo de Almada, em 1615 (VNC, cx. 3, n.º 19).

<sup>1537</sup> Como em VNC, cx. 44, n.º 55 (1610); ANTT, *BACB*, doc. 24 (1611); VNC, cx. 16, n.º 2 (1612); VNC, cx. 34, n.º 64–65 (1612).

<sup>1538</sup> A 31 de maio de 1608, uma certidão autenticada de um traslado de um aforamento de um casal na Carrasqueira feito a Fernando Eanes por Luís de Brito, fidalgo da Casa do rei e do seu Conselho, administrador do morgado de S. Lourenço, em 1497 (VNC, cx. 16, n.º 4).

Cerveira<sup>1539</sup>, também estará relacionada com esta empreitada. Assim, pela ação dos juízes e escrivães dos tombos e do criado Pantaleão da Silva, procurou-se ter toda esta informação vincular atualizada e, dentro do possível, sob controlo no arquivo da Casa.

Em relação ao morgadio de Gaião poucos indícios restaram da sua administração durante este viscondado no arquivo organizacional<sup>1540</sup>, embora saibamos que os bens da capela e do hospital foram tombados em 1618, durante a administração de D. Lourenço<sup>1541</sup>. As incógnitas também são muitas em relação ao morgadio de Santo Estêvão de Beja e a outros vínculos dos Britos. Noronha da Costa dá-nos nota de que D. Lourenço solicitou a transcrição de documentação relacionada com a capela que Mem de Brito havia instituído na igreja matriz de Santa Maria de Beja, com obrigação de uma missa diária, extraída do tomo da referida igreja<sup>1542</sup>. Este facto sugere que também houve preocupação em conhecer e reunir documentação sobre os outros vínculos da Casa. Talvez, nessa sequência, o visconde e os criados ao seu serviço se tenham apercebido dos problemas que poderiam advir do desaparecimento do documento fundacional do morgadio de Santo Estêvão de Beja, levando a que se requeresse ao monarca uma “segunda via” da instituição. Vimos de que forma uma situação semelhante, com o morgadio de Gaião, levou o vínculo a cair na órbita da Coroa. O desaparecimento destes documentos era fonte de discórdias<sup>1543</sup> e até de ameaças de excomunhão quando estes eram sonegados intencionalmente<sup>1544</sup>. Em último caso, não aparecendo, o pedido de uma “segunda via” da instituição deveria ser dirigido ao rei para garantir a legitimidade e a conservação do vínculo pelo administrador e

---

<sup>1539</sup> A 19 de maio de 1612, de uma pública-forma de 20 de junho de 1549 que continha um aforamento enfatiota de propriedades em A-do-Coelheiro feito por Rui Nogueira, alcaide mor de Lisboa (VNC, cx. 1, n.º 62); a 13 de agosto de 1612, de um instrumento de emprazamento feito por Isabel da Costa, mulher de Estêvão de Brito Nogueira (VNC, cx. 60, n.º 46); a 17 de outubro de 1612, de instrumento de emprazamento do casal dos Junqueiros, termo de Mafra, feito pelo visconde, em 1596, a João Pires, lavrador, morador no Paço de Ilhas (VNC, cx. 5, n.º 40).

<sup>1540</sup> Existe uma lista com foros de propriedades pertencentes ao morgadio de Gaião, de 1645–1646, em VNC, cx. 25, n.º 20 e num livro de registo de foros em VNC, cx. 16, n.º 10. Em outro caso, já não existe o documento de 1631, mas restou a capilha em VNC, cx. 8, n.º 2.

<sup>1541</sup> Referido em ANTT, *Registo do Arquivo*, lv. 3, f. 42. Estando incluídas as medições e confrontações no livro intitulado *Tombos das propriedades da vila de Santarém, sua comarca, contadoria e almoxarifado feito e principiado pelo desembargador Agostinho da Cunha de Vilas Boas*. Agradecemos à coordenação e à equipa do projeto VINCULUM que, em 2021, nos chamaram a atenção para esta documentação.

<sup>1542</sup> COSTA, M. de Noronha da – *O Morgadio de Santo Estevão de Beja*, p. 19, nt. 86.

<sup>1543</sup> Sobre a importância do documento de instituição, vd. ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 249 e ss.

<sup>1544</sup> Veja-se a referência à carta de excomunhão que se enviou a Faro, em 1633, para que aparecesse a instituição do morgadio da Quarteira e outros papéis em DUARTE, Fábio M. A. – *Herdar, legar e registar: o arquivo e o Tombo do Cartório da Casa de Vila Nova de Portimão*. Lisboa: FCSH-UNL, 2022. Dissertação de mestrado, p. 293–294.

pelos seus descendentes. A segunda via da instituição do morgadio de Santo Estêvão de Beja é de 1646 e está presente numa carta de sentença e confirmação de D. João IV<sup>1545</sup>. O pedido de D. Lourenço foi suportado por vários testemunhos, incluindo o dos herdeiros e possíveis sucessores no morgadio. Ficou julgado que esta instituição havia sido realizada pelo bispo de Évora, Martim Afonso de Brito, para permanecer na descendência dos Britos. Faltando a descendência direta, o vínculo deveria passar para os parentes mais chegados, com a obrigação de capelão e missa quotidiana na igreja de Santo Estêvão, em Beja, e um anual de missas na igreja matriz de Santa Maria na mesma cidade. Os sucessores desta administração deveriam ainda usar as armas e o apelido dos Britos<sup>1546</sup>.

Nos testemunhos reunidos para o pedido desta segunda via, denotam-se algumas imprecisões, como a referência a que Afonso Eanes Nogueira fez João Afonso de Brito, o Moço, casado com Violante Nogueira, possuidor dos morgadios dos Nogueiras sitos na igreja de S. Lourenço de Lisboa, unindo-se, desta feita, os dois vínculos<sup>1547</sup>. Esta questão, a par das confusões sobre a fundação do morgadio já evocadas por Félix Caetano da Silva<sup>1548</sup>, leva-nos a questionar se estas “segundas vias” não seriam, na verdade, refundações da instituição original, surgindo em momentos da história das famílias/Casas em que havia o interesse em fazer prevalecer as vontades do presente e não tanto aquelas que poderiam ter sido as intenções dos instituidores. O documento contempla alguma flexibilidade na sucessão, sem privilegiar explicitamente o primogénito varão ou excluir a sucessão feminina. Se esta flexibilidade já estava expressa no documento de fundação original, estranhamente, não temos notícia de que o vínculo tenha sido contestado por outros membros do grupo parental dos Britos, ao contrário do que aconteceu com outros vínculos dos Nogueiras. Esta suspeita não pode, no entanto, ser aprofundada com os elementos de que dispomos de momento para este morgadio. Coincidência ou não, este pedido de segunda via não ocorreu logo nas primeiras décadas do século XVII, mas num período em que D. Lourenço de Lima estaria a preparar a sucessão da sua Casa por um dos seus filhos mais novos, Diogo de Lima, em quem abdicou, nesse mesmo ano, o título de visconde de

---

<sup>1545</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João IV*, lv. 3, f. 252r–256r, e numa cópia não autenticada em VNC, cx. 8, n.º 21.

<sup>1546</sup> VNC, cx. 8, n.º 21, f.9r–9v.

<sup>1547</sup> VNC, cx. 8, n.º 21, f. 2r.

<sup>1548</sup> Vd. COSTA, M. de Noronha da – *O Morgadio de Santo Estevão de Beja*, p. 7–9.



Vila Nova de Cerveira<sup>1549</sup>. Note-se que o seu neto, o conde dos Arcos, filho do seu primogénito, que já havia sido apontado como sucessor na administração do morgadio no testamento do visconde<sup>1550</sup>, ainda não tinha descendência. Com receio de o neto continuar sem descendência, queria D. Lourenço assegurar uma possível sucessão no vínculo por D. Diogo? Ou já previa a possibilidade de a sucessora ser a sua neta, Madalena de Brito e Bourbon, para a qual negociou o casamento com D. Tomás de Noronha, igualmente em 1646<sup>1551</sup>? São questões que permanecem em aberto.

Em paralelo às diligências de tombamento e de regularização da situação enfiteuticada da propriedade vinculada, observa-se o esforço efetuado na consulta e revisão de documentação presente no cartório sobre a fundação e a transmissão dos vínculos de S. Lourenço ou de Santa Ana e de Santo Estêvão de Beja<sup>1552</sup>. Conservaram-se vários apontamentos que, embora não se encontrem datados, terão sido redigidos durante este viscondado, uma vez que exploram a sucessão até à administração de D. Lourenço de Lima<sup>1553</sup>. Os mesmos poderão ter servido para ajudar a fundamentar o já mencionado

---

<sup>1549</sup> A carta de mercê concedida por D. João IV é de 26 de setembro de 1646 (VNC, cx. 11, n.º 27), sendo, tal como seu pai, agraciado, em sua vida, com os privilégios que detinham aqueles que usavam o título de conde (VNC, cx. 11, n.º 26).

<sup>1550</sup> VNC, cx. 29, n.º 1.

<sup>1551</sup> VNC, cx. 22, n.º 41.

<sup>1552</sup> Eventualmente podem ter sido utilizadas outras fontes históricas e genealógicas para auxiliarem a descrição. Parece-nos, porém, evidente que, quem elaborou as resenhas em VNC, cx. 5, n.º 25 e 26, leu documentos que se encontravam no cartório. É notória a referência que se faz à sucessão dos morgadios dos Nogueiras por Mem de Brito e não pelos seus pais, como alegavam outras fontes (vd. BA, 51-V-17, f. 228, que copia um texto genealógico que deve ter estado presente no arquivo). Compreender que fontes foram mobilizadas para a construção destes históricos parece-nos importante para perceber como se produzia a memória da família-instituição com base na informação que conservava no seu arquivo ou fora dele. O exame da forma como o conhecimento genealógico e da história familiar é construído, é uma área que tem vindo a ganhar terreno a par da investigação tradicional sobre as implicações sociais e políticas dos seus usos, vd. BAUER, Volker; EICKMEYER, Jost; FRIEDRICH, Markus (eds.) – *Genealogical knowledge in the making: tools, practices, and evidence in Early Modern Europe*. Berlin; Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2019; FRIEDRICH, Markus – *Genealogy as archive-driven research enterprise in Early Modern Europe*. *Osiris*. Vol. 32, (2017), p. 65–84.

<sup>1553</sup> Apontamentos sobre: a instituição do morgado de Santa Ana situado na igreja de S. Lourenço de Lisboa e de Santo Estêvão de Beja de que era “administrador o senhor bisconde Dom Lourenço de Lima de Britto Nogueira” (VNC, cx. 5, n.º 25); e a “Origem do morgado de Santa Anna situado na igreja de São Lourenço de Lisboa e de decendencia dos Nugeiras e Britos, senhores deste morgado e de Sancto Estêvão de Beja que posue o bisconde” (VNC, cx. 5, n.º 26). Existe ainda uma resenha de acontecimentos relacionados com os viscondes de Vila Nova de Cerveira, que terá sido elaborada, muito provavelmente, em vida de D. Lourenço de Lima, pois é neste administrador que se termina a narração, tendo sido feito um acrescento, que é posterior, sobre D. Diogo de Lima (VNC, cx. 14, n.º 10). Estão eventualmente relacionados com estes apontamentos: uma resposta às perguntas do deão D. Francisco de Lima com base nas cláusulas do testamento de Lourenço Peres (VNC, cx. 5, n.º 27); uma listagem de informações sobre a administração do morgadio de Gaião (VNC, cx. 5, n.º 28); e uma árvore genealógica dos possuidores do morgado de Santa Ana desde o mestre Pedro até Lourenço de Brito (VNC, cx. 5, n.º 30).

requerimento de uma segunda via da instituição do morgadio de Santo Estêvão, assim como alguns podem ter sido reutilizados no tempo de D. Diogo de Lima<sup>1554</sup> para esclarecer dúvidas sobre a sua sucessão<sup>1555</sup>. Consequentemente, a partir do arquivo refizeram-se histórias e memórias das linhagens, criadas pela transmissão destes vínculos, que procuravam reafirmar uma coesão identitária do grupo e legitimar a posse do administrador atual, Lourenço de Lima<sup>1556</sup>.

### 12.1.2. Produção informacional e usos do arquivo na busca por distinção social

A continuidade das famílias-instituição estava dependente de uma construção constante a cada geração. Para tal era fundamental a manutenção e acumulação feita, sob a tutela do chefe de família, de bens, cargos, honras, símbolos e memórias próprias. Como concluem Mafalda Cunha e Nuno Monteiro, o sucesso das grandes Casas aristocráticas dos séculos XVII e XVIII — como é o caso daquela que Lourenço de Lima procurou constituir — dependeu de uma rigorosa disciplina a este nível, que implicava a subjugação dos interesses individuais em prol dos da Casa<sup>1557</sup>. Os meios para o garantir passavam pelo serviço ao rei, pela progressiva adoção de estratégias matrimoniais cuidadas para os primogénitos e/ou por outras opções para filhos segundos<sup>1558</sup>, mas também pelo investimento no carácter legitimador da memória e do passado do grupo<sup>1559</sup>. Elementos que começaram a caracterizar o *ethos* nobiliárquico a partir deste período<sup>1560</sup>.

---

<sup>1554</sup> Vd. subcap. 12.2.1.

<sup>1555</sup> Sobre o uso da genealogia em pleitos, vd. LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – Los Archivos nobiliarios, p. 46.

<sup>1556</sup> Sobre a forma como os textos genealógicos visavam a justificação e legitimação do presente, vd. FIGUEIRÔA-RÊGO, João de – “Não pode alguém negar limpeza, antiguidade & parentesco”: Portugal versus Castela: a genealogia como instrumento de legitimação política e identitária. Em MARTÍN MARCOS, David; IÑURRITIGUI, José María; CARDIM, Pedro (eds.) – *Repensar a identidade. O mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia*. Lisboa: CHAM, 2015, p. 49–64; CALLEJA PUERTA, Miguel – El factor genealógico: posibilidades y límites de la documentación de archivo para la elaboración de historias familiares. *Emblemata: Revista aragonesa de emblemática*. n.º 16 (2010), p. 123–153; GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – *La edad de la nobleza: identidad nobiliaria en Castilla y Portugal (1556–1621)*. Madrid: Polifemo, 2012, p. 216–226; SORIA MESA, Enrique – Genealogía y poder: invención de la memoria y ascenso social en la España Moderna. *Estudis: Revista de historia moderna*. n.º 30 (2004), p. 21–56.

<sup>1557</sup> CUNHA, Mafalda S.; MONTEIRO, Nuno G. – Aristocracia, Poder e Família em Portugal, séculos XV–XVIII, p. 63–64.

<sup>1558</sup> *Ibid.*, p. 64–74; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – As nobrezas portuguesas na época moderna; MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes*, p. 55–204; MARTÍNEZ, Adolfo – *Sangre, honor y privilegio*. Barcelona: Ariel, 2000, p. 172.

<sup>1559</sup> CAMÕES GOUVEIA, António – A linhagem ou o tempo da memória: D. Francisco Manuel de Melo e o nobre seiscentista. *Ler história*. n.º 18 (1990), p. 3–24.

<sup>1560</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo – O *ethos* nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense*. n.º 2 (2005), p. 4–20.

Quando se almejava a confirmação de mercês de que os antepassados haviam gozado ou a busca de novas junto do monarca, mobilizavam-se argumentos sobre o serviço, méritos e virtudes dos requerentes, mas também se expunham os dos antepassados, dos quais se procuravam apresentar legítimos herdeiros e continuadores pelo sangue e pelo nome<sup>1561</sup>. Nestes processos era produzida informação, que era documentalizada, arquivada e reutilizada em diferentes contextos. A reconstituição feita para o período da administração de D. Lourenço deixa entrever a importância que esta teve no projeto do visconde para constituir a sua Casa e consolidar a sua posição social; os alicerces foram lançados, como vimos, pelo seu pai e ele deu seguimento à obra.

As ações de Luís de Brito Nogueira alcançaram o alvará de lembrança do monarca no final do ano de 1579. O falecimento do cardeal-rei em janeiro de 1580, sem ter chegado a dar as cartas de confirmação das mercês dos referidos bens e direitos, protelou o processo e, após algumas renovações terem sido realizadas em 1583<sup>1562</sup>, o fidalgo teve de contornar as dúvidas levantadas pelo monarca castelhano sobre a confirmação dos direitos que D. Francisco de Lima havia detido apenas em sua vida. Luís de Brito empenhou-se em provar que o falecido rei tinha a intenção de fazer mercê de tudo aquilo que, por falecimento do visconde D. Francisco, havia vagado para a Coroa, sem tirar coisa alguma a D. Lourenço a não ser uma comenda que seu sogro havia possuído. Evocou a memória do escrivão da puridade, Miguel de Moura, e de outros funcionários que fizeram o despacho, pedindo ao rei que se informasse junto deles sobre esta questão<sup>1563</sup>. Nesta sequência, a doação do padroado da igreja e da capitania-mor de Vila Nova de Cerveira foram confirmadas a D. Lourenço, em dias de sua vida, em 1591<sup>1564</sup>.

---

<sup>1561</sup> Sobre esta questão, vd. GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – *La edad de la nobleza*, p. 381–520; MARTÍNEZ, Adolfo – *Sangre, honor y privilegio*, p. 121–144; AGUILERA PORTALES, Lucía; GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – *De sangre, familia y otros conceptos nobiliarios en Castilla y Portugal en los inicios del siglo XVII*. Em *Familia, valores y representaciones*. Servicio de Publicaciones, 2010 [accedido 6 janeiro 2022] em <URL <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3434493>>.

<sup>1562</sup> VNC, cx. 12, n.º 6 (terras e lugares de Fraião, Coura, São Martinho, Santo Estêvão, Geraz, Valdevez, e da casa de Giela); ANTT, *Chancelaria de D. Filipe I*, lv. 12, f. 181r (terra de Beiral do Lima), f. 197v (alcaldaria-mor de Ponte de Lima).

<sup>1563</sup> Minuta da petição em ABD, *VVNC*, n.º 59, f. 24r–25v, tendo no verso a anotação “Luiz de Britto Nogueira a S. Magestade em que pedia mandasse assinar certas cartas de confirmação de mercê” (f. 25v). Cópia em BA, 51-V-17, f. 194r–198r.

<sup>1564</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Filipe I*, lv. 13, f. 384v–385r (padroado da igreja) e f. 385r–386r (capitania-mor); VNC, cx. 12, n.º 3, sobre a mercê da capitania.

Embora já estivesse casado com D. Luísa<sup>1565</sup>, D. Lourenço ainda era menor quando seu pai faleceu<sup>1566</sup>, e, em 1588, não tinha ainda 14 anos<sup>1567</sup>. Atingindo a maioridade, teve autonomia para continuar o processo de acrescentamento da sua Casa, procurando que lhe fossem reconhecidas mais mercês, por mais vidas ou até de juro e herdade. Além disso, também aspirou a que ao seu título fossem adicionadas as honras e preeminências de que gozavam os condes do reino ou que lhe fosse concedido um título condal. Minutas das petições que fez, assim como listagens dos documentos reunidos para as fundamentar e textos genealógicos foram guardados no arquivo<sup>1568</sup>. Cópias desta documentação<sup>1569</sup> e de transcrições das consultas feitas ao Conselho<sup>1570</sup> também terão permanecido no cartório durante algum tempo até terem integrado a livreria do conde de Redondo no século XVIII<sup>1571</sup>.

Numa das petições, que deverá ser das mais antigas, expõe os serviços que prestou ao rei na defesa dos portos do Entre Douro e Minho e no socorro a Lisboa em 1596<sup>1572</sup>, com muito custo para a sua fazenda. Apresenta ainda os serviços que haviam sido prestados pelo seu tio Diogo de Brito, assim como aqueles que Diogo herdara do irmão Mateus de

---

<sup>1565</sup> Já se encontraria casado a 3 de fevereiro de 1586, vd. VNC, cx. 53, n.º 91.

<sup>1566</sup> A 26 de março de 1586 (BA, 51-V-55, f. 1r).

<sup>1567</sup> Interveio numa escritura de emprazamento a 4 de maio 1588, em VNC, cx. 63, n.º 1, f. 1r.

<sup>1568</sup> A *Relação* dá-nos conta da existência destes papéis, referindo que Luís de Brito e seu filho Lourenço fizeram repetidos requerimentos ao rei de Castela sobre a Casa e título (VNC, cx. 2, n.º 9, f. [65]). O autor deste inventário estaria, provavelmente, a referir-se àqueles que hoje estão em ADB, *VVNC*, n.º 59. Este conjunto documental terá sido cosido em 1786, segundo uma informação que consta na primeira folha, para ser enviado à viscondessa Maria de Assis. Antes das petições do visconde D. Lourenço tem: uma genealogia dos Limas, provavelmente redigida no século XVI (f. 1r–11v); a minuta de uma petição de Luís de Brito (f. 12), uma lista de mercês que os reis concederam fora da lei mental (f. 13); um texto genealógico sobre os Limas, de Álvaro Rodrigues de Lima até ao 5.º visconde de Vila Nova de Cerveira (f. 14–15); uma certidão de 1579 do filhamento de Luís de Brito como escudeiro em 1575 (f. 16). Há ainda uma outra petição que ainda é de Luís de Brito que está nas f. 24–25. Os restantes documentos que já foram produzidos/recebidos pelo visconde D. Lourenço: uma certidão, por Marçal da Costa, das mercês que lhe foram concedidas até 1604 e que estão registadas nos livros da Chancelaria real (f. 18–19); uma memória dos papéis que estavam dentro de uma petição (f. 20-21); minutas de vários requerimentos de D. Lourenço (f. 22–23, 26, 31–32, 37, 38, 39–40, 41–42, 43–44), notas e textos genealógicos (f. 27–28, 29–30, 33, 34), anotação sobre mercês concedidas pelo rei a outros fidalgos (f. 35), uma lista de documentos com as respetivas datas, até ao ano de 1630 (f. 36), uma carta dirigida ao visconde (f. 45–46).

<sup>1569</sup> Referimo-nos àquelas que estão em BA, 51-V-17, f. 198–234.

<sup>1570</sup> Referimo-nos àquelas que estão em BA, 51-V-23, f. 1–6.

<sup>1571</sup> Vd. subcapítulo 5.3 desta dissertação.

<sup>1572</sup> Recorda a ameaça de uma armada inimiga, referindo-se provavelmente à armada inglesa, que não chegou a atacar Lisboa em 1596, mas que saqueou Faro. Vd. os episódios narrados em BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. – Entre as alterações de Beja (1593) e a «Revolta dos Ingleses» (1596), em Lisboa. Luta política no último Portugal do primeiro Filipe. Em *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580–1668)*. Edições Cosmos, 2000, p. 146–150.

Brito e do pai Lourenço de Brito Nogueira<sup>1573</sup>. É traçada uma “linhagem de serviços” e das custas que estes representaram para as suas fazendas, faltando ainda ao monarca compensá-los. Lourenço herdava-os por via de seu tio; por isso, pede ao rei que lhe faça mercê do título que tem de visconde e o faça, de juro, senhor, capitão e alcaide-mor de Vila Nova de Cerveira e com a dada dos ofícios<sup>1574</sup>. Com a sua petição, menciona que seguiam várias certidões dos serviços realizados pelos antepassados que provavam que Lourenço era o seu legítimo herdeiro, assim como confirmações das mercês recebidas, que fundamentavam o requerimento<sup>1575</sup>.

Existem, ainda, mais sete minutas ou memoriais de petições de D. Lourenço<sup>1576</sup>. Pela informação que delas consta, percebemos que foi pessoalmente a Valhadolid<sup>1577</sup> tratar das suas pretensões. Terá apresentado ao rei um memorial que dava conta da promessa feita por D. Afonso V a D. Leonel de Lima de que o título de conde seria em primeiro lugar concedido ao dito visconde ou a seu filho<sup>1578</sup>. Nesta sequência, pediu ao rei castelhano que lhe concedesse com o título de visconde as honras e prerrogativas de que gozavam os condes em Portugal, tendo em consideração que não havia outro título de visconde ou, se tal não fosse possível, pedia a concessão do título de conde da vila dos Arcos, da qual era senhor e tinha toda a jurisdição<sup>1579</sup>.

D. Filipe I havia feito promessas, que não chegaram a ser cumpridas antes da sua morte, pelo apoio que D. Lourenço havia prestado na defesa dos portos do Entre Douro e Minho; o seu sucessor protelava a decisão em relação às aspirações do requerente desde 1606. No entanto, como o próprio se queixava, estes monarcas não deixaram de conceder mercês e títulos a outros fidalgos e a algumas Casas que não gozavam sequer de títulos

---

<sup>1573</sup> Vd. Apêndice B, esquema genealógico 1.

<sup>1574</sup> Minuta em ADB, *VVNC*, n.º 59, f. 43r–44v; cópia em BA, 51-V-17, f. 215r–217v.

<sup>1575</sup> O texto remete várias vezes para estes anexos. Talvez sejam aqueles que se encontram listados na *Memória dos papéis que estavam dentro na petição* que se encontra em ADB, *VVNC*, n.º 59, f. 20r–21v. Alguns documentos que terão servido de suporte às certidões passadas, encontravam-se no cartório de Ponte de Lima em 1675–77, vd. *VNC*, cx. 14, n.º 9, f. 15v–16r.

<sup>1576</sup> ADB, *VVNC*, n.º 59, f. 22–23, 26, 31–32, 37, 38, 39–40, 41–42. Algumas copiadas em BA, 51-V-17, f. 205–215.

<sup>1577</sup> Em BA, 51-V-17, f. 212v, refere-se que foi em 1605. Em ADB, *VVNC*, n.º 59, f. 37 não é possível ver a data porque falta uma parte do documento.

<sup>1578</sup> ADB, *VVNC*, n.º 59, f. 37; BA, 51-V-17, f. 212v.

<sup>1579</sup> Há variações nos pedidos apresentados. Não sabemos se alguma destas versões chegou a ser enviada ao monarca. Não se encontram datadas, mas, pelas referências que incluem, são posteriores a 1606 e anteriores a 1623, ano da concessão das honras de conde a D. Lourenço (ANTT, *Chancelaria de D. Filipe III*, lv. 18, f. 182r).

anteriores<sup>1580</sup>. De facto, a Monarquia Católica procurou ativamente atrair os grupos mais influentes no reino português, adotando uma política de titulação mais liberal do que a dos monarcas de Avis. O objetivo era que os membros destes grupos auxiliassem na obtenção de um domínio efetivo sobre este território<sup>1581</sup>. D. Lourenço observou que a importância do seu título se diluiu num contexto em que a liberalidade dos Áustrias parecia premiar, nomeadamente com o título condal, outros fidalgos e Casas sem a antiguidade da sua Casa e dos serviços que ele e os seus antepassados haviam prestado.

Os sucessos das suas manobras tardaram, mas chegaram. Em 1609, recebeu a mercê do senhorio e título de visconde, alcaidaria-mor e a capitania-mor de Vila Nova de Cerveira com a dada dos ofícios apenas em três vidas<sup>1582</sup>. Só mais tarde, a 19 de dezembro de 1623, Filipe III lhe concedeu as prerrogativas de grandeza de que gozavam os condes<sup>1583</sup>.

Temos apenas um acesso parcial a estas ações e não sabemos se todas as minutas chegaram a ser passadas a limpo e enviadas. Algumas não estão terminadas e têm anotações e correções que podem ser da mão do próprio D. Lourenço<sup>1584</sup>, pelo que não são as versões finais. As cópias que se encontram num dos códices da Biblioteca da Ajuda foram feitas posteriormente provavelmente a partir de versões corrigidas e completas, sendo intituladas de “memoriais”<sup>1585</sup>. Porém, não é nosso objetivo reconstituir e detalhar os meandros destes processos de requisição de mercês até porque as prerrogativas e privilégios que foram concedidos a D. Lourenço, durante o seu viscondado, e também à sua esposa e filhos não se limitaram aos que agora mencionámos. O facto de se terem conservado estas minutas e outra documentação associada permite-nos ter uma ideia de como a sua informação podia ser arquivada e reutilizada. Percebemos claramente que o arquivo organizacional não era apenas o depósito da prova a apresentar a autoridades externas para legitimar posses e direitos ou o lugar do registo, contabilidade e controlo dos

---

<sup>1580</sup> ADB, VVNC, n.º 59, f. 31–32; BA, 51-V-17, f. 209–212.

<sup>1581</sup> CUNHA, Mafalda Soares da – Os insatisfeitos das honras. Os aclamadores de 1640. Em SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (eds.) – *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 485–486; GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – *La edad de la nobleza*, p. 387–403. Sobretudo para o reinado de Filipe I, vd. CARDIM, Pedro – Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I, p. 288–296, especialmente p. 291–292.

<sup>1582</sup> JESUS MARIA JOSÉ, Fr. Pedro de – *Chronica da santa, e real província da Immaculada Conceição de Portugal*. Vol. 2, p. 38.

<sup>1583</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Filipe III*, lv. 18, f. 182r.

<sup>1584</sup> As que se encontram em ADB, VVNC, n.º 59, f. 26, 39. Compare-se com a letra que deverá ser de D. Lourenço em BA, 51-V-55 e nas cartas enviadas ao filho, algumas em BA, 51-VIII-23, f. 366 e ss.

<sup>1585</sup> BA, 51-V-17, f. 194–234.

rendimentos, mas também um espaço onde se escrevia e guardava a memória que os seus membros e, em especial o chefe da família, queriam ativamente construir de si e do(s) grupo(s) aos quais julgavam pertencer.

Há informações que se repetem de uns textos para os outros, notabilizando-se aquelas que continham as petições de Luís de Brito<sup>1586</sup>, textos genealógicos<sup>1587</sup> e cartas de mercê reais ou certidões, presentes no arquivo ou pedidas *ad hoc* às autoridades competentes<sup>1588</sup>.

Numa das minutas de D. Lourenço são recuperados argumentos apresentados pelo pai sobre a antiguidade da Casa dos Limas e sobre os serviços militares que prestados a D. Sebastião em algumas das petições já mencionadas<sup>1589</sup>. Evocava a captura de Luís de Brito em Alcácer Quibir, estando com o estandarte do rei nos braços, num estado em que apenas se mantinha de pé sustendo-se nele<sup>1590</sup>. Estes serviços são genericamente lembrados em outras minutas, mencionando-se mesmo que Luís de Brito foi herdeiro da Casa do sogro<sup>1591</sup>. As informações genealógicas que Lourenço apresentava sobre os Limas e sobre os serviços prestados visavam dar a ideia de continuidade da Casa, do serviço e do título “hasta my persona sin interrupcion alguna havendo todos servido la Corona de Portugal com grandíssima continuacion”, integrando-se nesta cadeia os serviços de seu pai e os seus<sup>1592</sup>. Uma “linhagem de serviço”<sup>1593</sup> que muito investiu à custa da sua própria fazenda e da mobilização dos seus vassallos e que merecia ser recompensada convenientemente pelo monarca, não só com todas as prerrogativas que esses antepassados gozaram, mas também com aquelas que haviam sido prometidas, como era o caso da distinção condal.

Sobre os seus serviços na defesa dos portos do Entre douro e Minho foram guardadas e copiadas várias cartas recebidas do monarca castelhano, algumas delas manifestando a satisfação do rei e o seu agradecimento<sup>1594</sup>. Estes elementos terão sido

---

<sup>1586</sup> ADB, VVNC, n.º 59, f. 12, 24–25.

<sup>1587</sup> ADB, VVNC, n.º 59, f. 1–11, 14–15, 27–28, 29–30.

<sup>1588</sup> ADB, VVNC, n.º 59, f. 20–21.

<sup>1589</sup> Vd. subcap. 11.4.

<sup>1590</sup> BA, 51-V-17, f. 207v.

<sup>1591</sup> ADB, VVNC, n.º 59, f. 26, 31.

<sup>1592</sup> ADB, VVNC, n.º 59, f. 31; BA, 51-V-17, f. 209v–210r.

<sup>1593</sup> GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – *La edad de la nobleza*, p. 172.

<sup>1594</sup> BA, 51-V-17.

consultados para sustentar alguns argumentos nas petições e para relatar acontecimentos com alguma precisão temporal.

Os textos genealógicos foram igualmente outra das fontes utilizadas, o que é compreensível num período em que uma “febre genealógica”, com raízes nos finais da Idade Média, permeou o discurso legitimador dos grupos aristocráticos<sup>1595</sup>. Alguns desses textos compilaram informação presente no nobiliário do conde D. Pedro sobre a ascendência do grupo parental dos Limas<sup>1596</sup>. Estas informações serviram, mais tarde, para se produzir um novo texto genealógico que estendia a continuidade dos Limas e dos Britos a D. Lourenço, aos seus filhos e netos, com notícias que terão sido facultadas ou registadas pelo próprio D. Lourenço num momento em que já havia cedido a sucessão da Casa a seu filho Diogo de Lima e abandonado os cargos públicos que ocupava devido à idade avançada<sup>1597</sup>. Isto demonstra a contínua utilização e transformação destes materiais que contribuíam para moldar a(s) identidade(s) da família-instituição.

A estes textos juntam-se aqueles que já referimos a propósito da transmissão da administração dos vínculos que detinha D. Lourenço. Teriam uma função informativa e legitimadora sobre a sua posse, mas não deixavam de ter uma função simbólica e memorial pela forma como construía a história dessa sucessão. É de notar que, no requerimento enviado ao rei para solicitar uma segunda via da instituição do morgadio de Santo Estêvão de Beja, D. Lourenço, da varonia dos Britos e legítimo sucessor do vínculo, sinta a necessidade de explicar o motivo para não usar em primeiro lugar o apelido Brito, uma vez que todos os sucessores o usaram e traziam as suas armas, nomeadamente nas suas sepulturas, como era visível na de Luís de Brito Nogueira I na igreja do mosteiro da Rosa de Lisboa. Justifica-se referindo a apostila que o rei D. Filipe I fez na sua carta de confirmação da Casa e bens da Coroa do avô, o visconde Francisco de Lima: por causa do título deveria usar, em primeiro lugar, o apelido Lima como os outros viscondes e, em segundo, o de Brito, “por consequência

---

<sup>1595</sup> SORIA MESA, Enrique – *La nobleza en la España moderna*, p. 300–317; GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – *La edad de la nobleza*, p. 216–226.

<sup>1596</sup> ADB, *VVNC*, n.º 59, f. 29–30. Num texto genealógico em ADB, *VVNC*, n.º 59, f. 27–28 remonta-se o relato ao galego Fernando de Aires Batisela, antepassado de Fernão Eanes de Lima, como estando na origem da linhagem. Sobre as origens do grupo parental e este prócere em particular, vd. SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – *A família Lima*, p. 23–24, em especial a genealogia na p. 33.

<sup>1597</sup> Do qual temos uma cópia em BA, 51-V-17, f. 218–324.



e notoriedade que havia da obrigação imposta no seu morgado de Brito de usar do mesmo apelido e armas”<sup>1598</sup>.

O arquivo acabava, assim, por ser um repositório de pertenças múltiplas, e os discursos que a partir dele se construía adaptavam-se às necessidades do momento<sup>1599</sup>.

## **12.2. Diogo de Lima: a continuidade e o crescimento de um projeto e de um arquivo sob a sua liderança**

D. Diogo era, como já foi referido, dos filhos mais novos do visconde D. Lourenço. Frequentou, por isso, a universidade para se tornar eclesiástico, tendo ingressado no Colégio Real da Universidade de Coimbra, em 1632, e concluído os seus estudos em Teologia<sup>1600</sup>. No entanto, após a Restauração, talvez devido à necessidade de suceder na Casa de seu pai, dada a ausência do seu irmão João Fernandes de Lima, abandonou a perspectiva de uma carreira eclesiástica para se dedicar à vida militar. Em 1642, no contexto das guerras da Restauração, encontrava-se nas campanhas do Alentejo, quando D. Lourenço propôs e negociou o seu casamento com D. Joana de Vasconcelos e Meneses<sup>1601</sup>, que recentemente havia enviuvado do conde de Armamar, executado a 28 de agosto de 1641, na sequência da participação numa conspiração contra D. João IV<sup>1602</sup>, e do qual não teve descendentes<sup>1603</sup>.

O contrato de dote para o casamento entre D. Diogo e D. Joana foi firmado a 28 de junho 1642<sup>1604</sup>. Tratava-se de uma união conveniente para as famílias dos nubentes: à da noiva, para afastar o estigma da traição e o nome de condessa de Armamar; às duas, pela união patrimonial e simbólica que viria a proporcionar ao casal e aos seus descendentes<sup>1605</sup>. D. Joana era a única filha e herdeira de Maria Cabral de Noronha e João Luís de Vasconcelos

---

<sup>1598</sup> VNC, cx. 8, n.º 21, f. 1v–2r.

<sup>1599</sup> Sobre esta questão, vd. GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit – *El fondo Conde de Siete Fuentes*, p. 295–309; BURGUIÈRE, André – La mémoire familiale du bourgeois gentilhomme: généalogies domestiques en France aux XVIIe et XVIIIe siècles. *Annales*. Vol. 46, n.º 4 (1991), p. 771–788; ATIENZA HERNÁNDEZ, Ignacio – La memoria construida: Nobleza y genealogía de la Casa y la Villa de Osuna. *Apuntes 2: Apuntes y Documentos para una Historia de Osuna*. n.º 2 (1998), p. 7–26.

<sup>1600</sup> SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa real portuguesa*. Vol. 12, Parte I, p. 117; MENEZES, Dom Luís de – *Historia de Portugal restaurado*. Vol. 1, p. 748.

<sup>1601</sup> Sabemos que a proposta partiu de D. Lourenço de Lima por uma carta que a mãe de D. Joana, Maria Cabral de Noronha, dirigiu a seu genro, Diogo de Lima, a 2 de junho de 1642 (vd. OLIVEIRA, Ana Lúcia P. de – *Cartas de amor*, I, p. 28).

<sup>1602</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>1603</sup> SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa real portuguesa*. Vol. 12, Parte I, p. 115.

<sup>1604</sup> VNC, cx. 32, n.º 19.

<sup>1605</sup> OLIVEIRA, Ana Lúcia P. de – *Cartas de amor*, I, p. 27.

e Meneses, que foi senhor da Enxara dos Cavaleiros, do concelho de Aregos e de Soalhães, alcaide-mor de Castelo Bom, governador e capitão-general de Mazagão<sup>1606</sup> e, ainda, senhor da ilha do Fogo (Cabo Verde)<sup>1607</sup>.

O pai de D. Joana travou durante anos uma disputa pela posse do morgadio de Soalhães<sup>1608</sup>. Causa que principiou em 1588<sup>1609</sup> e que, décadas mais tarde, terminou com uma sentença a seu favor<sup>1610</sup>. Quando faleceu a 12 de maio de 1648 em Mazagão<sup>1611</sup>, sua filha e o visconde fizeram diligências para tomarem posse do morgadio, com a anuência do rei<sup>1612</sup>. No entanto, as disputas por propriedades, pertencentes a este e a outros vínculos que foram julgados no referido processo, prosseguiram, primeiro, com o conde de Vila Nova de Portimão<sup>1613</sup> e, depois, com o conde de Figueiró, pelo menos, até à década de 1660<sup>1614</sup>. As contendas em torno deste morgadio são um exemplo paradigmático da competição que existia em torno dos vínculos familiares. No tempo de D. João Luís de Vasconcelos existiram 18 oponentes que reivindicaram o direito à sua sucessão<sup>1615</sup>. Foram produzidos dois processos, que ainda hoje se encontram no acervo do Eng.º Vasconcellos e Souza, que incluem documentação relacionada com a disputa deste morgadio, assim como de outros vínculos e bens da “Casa de Mafra”: um com mais de 500 folhas e o outro com mais de 1000<sup>1616</sup>. Esta documentação foi arquivada pelos viscondes<sup>1617</sup>, tendo sido

---

<sup>1606</sup> SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa real portuguesa*. Vol. 12, Parte I, p. 115.

<sup>1607</sup> VNC, cx. 50, n.º 41.

<sup>1608</sup> O avô de D. João Luís era neto do 2.º conde de Penela e filho de D. Afonso de Meneses, senhor de Mafra, mas sendo ilegítimo não pôde suceder no morgadio de Soalhães, tendo apenas conseguido suceder nos bens da Coroa dos quais seu pai era donatário após o casamento com Catarina de Noronha (VNC, cx. 27, n.º 8; FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 1, p. 358). A administração do morgadio passou para um tio, D. António de Meneses, cuja descendência legítima também se extinguiu, levando vários oponentes a disputá-lo. A este morgadio, fundado pelo bispo D. João Martins, haviam sido agregados os vínculos instituídos por D. Leonor de Meneses e por Estêvão Luís de Vasconcelos, transmitidos segundo as mesmas cláusulas de sucessão (ANTT, *Registo do Arquivo*, lv. 3, f. 58r).

<sup>1609</sup> VNC, cx. 18, n.º 1, f. 492 e ss.

<sup>1610</sup> D. João Luís foi apenas julgado sucessor no de Soalhães, pois nos morgadios de D. Leonor de Meneses e de Estêvão de Vasconcelos foram julgados a favor de Manuel de Vasconcelos. Cf. traslado da sentença de 17 de setembro de 1648 que constava dos autos em ANTT, *Registo do Arquivo*, lv. 3, f. 57r–63v.

<sup>1611</sup> Informação contida na cópia de uma carta enviada ao visconde de D. Lourenço de Lima, datada de 31 de maio de 1648 (BA, 51-VIII-29, f. 241–242v).

<sup>1612</sup> VNC, cx. 54, n.º 2.

<sup>1613</sup> ANTT, *Registo do Arquivo*, lv. 3, f. 57r–63v; MOURA, Carlos S. (ed.) – Tombo dos bens das capelas de D. Pedro de Meneses e de sua filha D. Leonor de Meneses, instituídas no mosteiro de Santo Agostinho da vila de Santarém (1506) - Transcrição. *Fragmenta Historica*. Vol. 6 (2018), p. 214.

<sup>1614</sup> VNC, cx. 17, n.º 1, f. 1 (1665). Vd. igualmente a descrição do maço 4 em VNC, cx. 2, n.º 10.

<sup>1615</sup> ANTT, *Registo do Arquivo*, lv. 3, f. 59r–60r.

<sup>1616</sup> VNC, cx. 17, n.º 1 e cx. 18, n.º 1.

<sup>1617</sup> A documentação proveniente dos Vasconcelos e Meneses não foi alvo de reconstituição e de uma análise detalhada. No entanto, esta não incluía apenas a documentação produzida/recebida por D. João Luís de

mobilizada nos litígios que se prolongaram sobre a posse destes bens após a morte de D. João Luís<sup>1618</sup>.

Antes de outubro de 1650, D. Joana tentou suceder a seu pai nos bens da Coroa que vagaram por sua morte. Para tal, enviou as cartas que comprovavam a posse da alcaidaria-mor de Castelo Bom, da vila de Enxara dos Cavaleiros e dos concelhos de Aregos e Soalhães, e da ilha do Fogo<sup>1619</sup>. Não foi possível apurar quando terminou o processo de confirmação, porém, em 1652, D. Diogo é referido como donatário destes bens<sup>1620</sup>. A documentação relativa a estes senhorios, que se encontra atualmente no arquivo do Eng.º Vasconcellos e Souza, data de 1665 em diante e indica que a administração de alguns bens estava a cargo do capitão de Mafra, Nicolau Dias de Miranda, como procurador do visconde<sup>1621</sup>. Nota-se, ainda, que, a partir de 1667, é D. João Fernandes de Lima e Vasconcelos, já nomeado visconde de Vila Nova de Cerveira ainda em vida de seu pai, quem supervisiona com frequência o seu governo e a gestão da informação a eles associada<sup>1622</sup>.

Além da possibilidade de integrar este vasto património na família-instituição, o casamento com D. Joana aportou, ainda, a comenda de Santa Maria de Passos<sup>1623</sup>, a nomeação num conjunto de prazos doados por seu pai no contrato de dote<sup>1624</sup>, e outros bens patrimoniais que pertenceram a D. João Luís<sup>1625</sup> e a D. Maria de Noronha<sup>1626</sup>.

---

Vasconcelos e por sua esposa Maria de Noronha, mas por ascendentes tanto deste fidalgo como da sua esposa. Vd. no Apêndice A.6 a descrição feita na *Relação*.

<sup>1618</sup> Cartas de alguns administradores mencionam estes litígios. É elucidativa aquela que Pedro de Carvalho enviou ao visconde, a 5 de novembro de 1650, dando notícias do “feito de Mafra”, que estava tão bem ordenado que pouco haveria para disputar e duvidar, aguardando-se a chegada do Doutor Marchão para o levar para a Relação (BA, 54-XIII-7, n.º 140).

<sup>1619</sup> A resposta ao requerimento foi dada no mês de dezembro de 1650. Como havia incorreções nos documentos apresentados, era necessário apresentar mais escrituras para que todos os direitos fossem confirmados, vd. VNC, cx. 29, n.º 36.

<sup>1620</sup> BA, 51-VIII-34, f. 150r. Trata-se de uma cópia de uma certidão na qual é identificado como: Diogo de Lima de Brito Nogueira, visconde de Vila Nova de Cerveira, do Conselho de S.M., senhor das vilas de Vila Nova de Cerveira, Arcos de Valdevez, Mafra, Enxara dos Cavaleiros, e dos concelhos de Coura, Santo Estevão de Geraz, Aregos e Soalhães, Beiral do Lima, couto de Sanfins, e castelo de Fraião, da casa e castelo de Giela, senhor da Casa dos Limas, baronia dos Britos, senhor governador, capitão-geral perpétuo da ilha do Fogo, alcaide-mor das vilas de Ponte de Lima e de Castelo Bom, comendador da comenda de Santa Maria de Passos da Ordem de Cristo, governador das armas e exército da província de Entre Douro e Minho.

<sup>1621</sup> VNC, cx. 60, n.º 74; cx. 37, n.º 35; cx. 5, n.º 47; cx. 9, n.º 14; cx. 30, n.º 12.

<sup>1622</sup> VNC, cx. 29, n.º 4.

<sup>1623</sup> VNC, cx. 16, n.º 26.

<sup>1624</sup> Os prazos da Golegã, Travanca, Enxara dos Cavaleiros e os que pertenciam à quinta da Malpica (VNC, cx. 32, n.º 19).

<sup>1625</sup> Como deve ser o caso dos montados e terras, que se refere que D. Diogo possuía, na ilha do Fogo, em traslados dos séculos XVIII e XIX (VNC, cx. 50, n.º 40, 73, 74; cx. 25, n.º 111).

D. Diogo de Lima, ao suceder a seu pai na Casa, em 1649<sup>1627</sup>, ficou com a administração do morgadio de S. Lourenço de Lisboa e dos bens no Minho que D. Lourenço havia vinculado em testamento<sup>1628</sup>, que incluíam os bens e direitos da Coroa em Giela, Ponte de Lima, Vila Nova de Cerveira, Arcos de Valdevez, concelhos de Coura e Santo Estêvão, assim como os direitos de padroado que possuía nas igrejas da arquidiocese de Braga. O título de visconde de Vila Nova de Cerveira, com as honras e prerrogativas dos condes, já lhe havia sido confirmado em 1646, por abdicação do pai<sup>1629</sup>. Por isso, ainda que tenha perdido as administrações dos morgadios de Santo Estêvão de Beja e de Gaião e o património material e simbólico que lhes estava associado, como veremos mais adiante, não deixou de dar continuidade à construção da Casa que o pai lhe deixou, acrescentando não só mais património com sua esposa D. Joana, mas também os méritos que alcançou nas funções exercidas ao serviço do rei e do reino.

Detendo um património tão vasto e geograficamente disperso, a necessidade de administradores e procuradores que os coadjuvassem era indispensável. Eram servidos por diferentes administradores<sup>1630</sup>, normalmente estabelecidos nas regiões onde possuíam as suas propriedades, que, por sua vez, colaboravam com outros criados também ao serviço dos viscondes. Estavam encarregados da cobrança de rendas e direitos e da venda dos géneros arrecadados, assim como podiam transacionar e emprazar algumas propriedades e solicitar o traslado de documentos como procuradores dos seus senhores<sup>1631</sup>. A correspondência enviada por estes administradores, que se conserva na Biblioteca da Ajuda, complementa a imagem de uma realidade que alguns documentos presentes no acervo do Eng.º Vasconcellos e Souza já nos deixava entrever.

---

<sup>1626</sup> Vd. VNC, n.º 1, f. 69, tem o seguinte sumário: “posse que tomou o Excelentíssimo Sr. visconde, D. Diogo de Lima, das fazendas da Enxara dos Cavaleiros por falecimento da Sr.ª Maria de Noronha, sogra do dito Visconde, 1669”.

<sup>1627</sup> O documento de tomada de posse existiu no arquivo e é sumariado em VNC, cx. 2, n.º 11, f. [25v] e VNC, cx. 2, n.º 9, f. 75v (como estando no mç. 3, n.º 89). O alvará régio que confirma a tomada de posse, não obstante a existência de um irmão mais velho, ausente em Castela, é de 18 de dezembro de 1649 (ANTT, *Chancelaria de D. João IV*, lv. 21, f. 188–188v).

<sup>1628</sup> VNC, cx. 29, n.º 1.

<sup>1629</sup> VNC, cx. 11, n.º 26, 27.

<sup>1630</sup> O termo “administrador” associado à gestão de bens de uma determinada região ou “Casa” surge em alguma documentação. Veja-se, por exemplo, a referência que se faz ao pagamento a ser feito ao “administrador da Casa de Mafra” em VNC, cx. 47, n.º 7, f. 2v.

<sup>1631</sup> Passando-lhes procurações como aquela que se encontra em VNC, cx. 54, n.º 22.

A continuidade de alguns destes administradores e criados de um viscondado para o outro também deveria ser uma prática comum. Há evidências de que Pedro de Carvalho serviu o visconde D. Lourenço, cobrando os foros e as rendas dos morgadios de S. Lourenço e de Gaião<sup>1632</sup>. Este continuou encarregado de vários pagamentos<sup>1633</sup> e de outros assuntos domésticos, dos quais ia dando notícia a D. Diogo por carta<sup>1634</sup>. Estando D. Diogo frequentemente ausente por se encontrar em serviço militar, Pedro de Carvalho seria um braço direito sediado em Lisboa, inteirando-se de vários assuntos e negócios da Casa, do estado de processos litigiosos<sup>1635</sup>, mantendo contacto<sup>1636</sup> e recebendo correspondência de outros criados e administradores<sup>1637</sup>. Marcos da Silva terá sido outro criado que continuou no serviço a D. Diogo, correspondendo-se com ele, a partir de Lisboa, sobre vários assuntos domésticos, nomeadamente sobre a compra ou venda de pão<sup>1638</sup>.

Além destes, Pedro Lopes Machado assegurou, pelo menos ao longo da década de 1650, a administração e contas do prazo da Golegã, da Quinta do Campo, da Alcaidaria e Lezíria, do Varatojo, da Quinta dos Fornos e do pagamento às freiras do Calvário<sup>1639</sup>, nomeadamente da tença de Violante de Noronha<sup>1640</sup>. À cobrança dos frutos dos casais e foros do morgado de Soalhães, aparece associado o administrador Manuel Fernandes Touregão, por volta de 1649<sup>1641</sup>. Já referimos, igualmente, a ligação do capitão de Mafra, Nicolau Dias de Miranda, à administração de bens na região de Mafra, cujos testemunhos datam da década de 1660 em diante. Na região minhota, é detetável a existência de beneficiados das igrejas do padroado dos viscondes que exerciam atividades administrativas, de recolha de rendas e direitos; do mesmo modo, auxiliavam os viscondes

---

<sup>1632</sup> Refere que deu conta geral ao visconde do que cobrou da sua fazenda, recebendo quitação (BA, 54-XIII-21, n.º 24).

<sup>1633</sup> Como, por exemplo, o pagamento de encargos pios (VNC, cx. 58, n.º 176–182) das tenças às suas irmãs que se encontravam no convento da Rosa (BA-XIII-21, n.º 26, 29), entre outros pagamentos, em nome do visconde (VNC, cx. 58, n.º 155).

<sup>1634</sup> A maioria destas cartas encontra-se na BA na secção dos avulsos sob a cota BA, 54-XIII-21.

<sup>1635</sup> Dando, por exemplo, notícias sobre o feito de Mafra, como em BA, 54-XIII-7, n.º 140 (1650-11-05).

<sup>1636</sup> Como dá a entender em carta presente em BA, 54-XIII-21, n.º 29.

<sup>1637</sup> Um exemplo em VNC, cx. 59, n.º 102.

<sup>1638</sup> BA, 54-XIII-7, n.º 132, 133.

<sup>1639</sup> Nas cartas faz referência a estes bens, mas também a outros assuntos domésticos, vd. BA, 54-VIII-31, n.º 111, 113, 136, 137, 140, 141, 142.

<sup>1640</sup> 54-XIII-21, n.º 321.

<sup>1641</sup> VNC, cx. 60, n.º 3. Este já estava anteriormente ligado à administração de bens deste morgadio, vd. VNC, cx. 42, n.º 13 (1645-12-12).

em outras diligências respeitantes aos interesses e direitos dos membros da Casa<sup>1642</sup>. O abade de Bárrio, Manuel da Guia, pode ter centralizado as rendas e direitos pagos na região, remetendo aqueles que eram entregues em género para outras regiões possivelmente para venda<sup>1643</sup>. Este teve igualmente à sua guarda o cartório que estava em Ponte de Lima até 1675<sup>1644</sup>, devendo estar encarregado da sua gestão e organização<sup>1645</sup>, o que nos leva a crer que exerceria também funções mais amplas como feitor e procurador do visconde em diversos assuntos<sup>1646</sup>. Queremos, no entanto, ressaltar que as fronteiras destas redes clientelares regionais, que se geravam em torno da administração de uma propriedade geograficamente distribuída, não eram estanques. Há notícia de criados minhotos com responsabilidades na gestão de assuntos relacionados com os bens possuídos na região de Mafra e de Soalhães, depois de estes terem sido incorporados na Casa dos viscondes<sup>1647</sup>.

Tal como o abade Manuel da Guia, outros administradores teriam na sua posse, talvez temporariamente, alguma documentação em pequenos cartórios. Nicolau Dias de Miranda numa carta dirigida a D. Diogo, em 1665, diz que remete em anexo papéis sobre uns casais que procurou “nos cartórios”<sup>1648</sup> e, em 1680, remete escrituras que tinha em seu poder acompanhadas da respetiva listagem<sup>1649</sup>. É interessante verificar que a obtenção de informação sobre determinadas propriedades poderia implicar a consulta dos cartórios de outros membros do grupo parental por parte dos administradores. António de Caldas de Sousa, numa carta dirigida ao visconde sobre umas terras de Cabanas de Torres (Alenquer), para solucionar as dúvidas que havia<sup>1650</sup>, foi procurar as escrituras a casa de D. Luísa,

---

<sup>1642</sup> Por exemplo, numa carta dirigida a D. Diogo, o abade de Gondoriz, João de Araújo Barbosa, dá conta de diligências efetuadas para a expedição de umas bulas, pedidas a Roma, que confirmassem que o visconde era padroeiro *in solidum* de um benefício, em BA, 54-VIII-32, n.º 295 (1661-03-30).

<sup>1643</sup> Por exemplo, a notícia que enviou sobre a ida do pão no barco de Cascais em 54-XIII-7, n.º 57 (1656).

<sup>1644</sup> VNC, cx. 14, n.º 9.

<sup>1645</sup> Anos mais tarde, em 1686, já depois da sua morte, é referido um alvará que se tinha procurado para entregar ao Doutor Velho de Barros e que foi achado “em uma gaveta do abade Manuel da Guia, que Deus tem” (VNC, cx. 14, n.º 9, f. 31v–32r). É possível que este abade habitasse ou trabalhasse a maior parte do tempo no Paço de Ponte de Lima, onde teria a documentação sob a sua alçada e controlo.

<sup>1646</sup> Referido procurador e feitor do visconde numa petição em BA, 54-VIII-32, n.º 308 (1661-04-26).

<sup>1647</sup> Sobre esta questão, vd. SILVA, Armando M. da et al. – *Casas armoriadas*. Vol. 7, p. 326–327.

<sup>1648</sup> VNC, cx. 60, n.º 74.

<sup>1649</sup> Referimo-nos às escrituras dos casais de Mafra que entregou a 17 de junho de 1680 (VNC, cx. 43, n.º 3) e a uma memória dos documentos que remeteu ao padre Domingos Fernandes de Lima, abade e prelado de Soalhães, a pedido do visconde João Fernandes de Lima (VNC, cx. 29, n.º 4).

<sup>1650</sup> VNC, cx. 60, n.º 3, não datada. Tem o seguinte sumário no verso: “Por onde consta de huas terras que andão perdidas na Labrujeira”.

relatando o que encontrou. A referida senhora deverá ser a filha de D. Diogo e de D. Joana que foi casada com Pedro Severim de Faria. Alguma escritura poderia ter sido entregue por engano ou a informação sobre essa terra constar de documentos relativos a propriedades que pertencessem à data a D. Luísa e à sua Casa.

Alguma documentação de gestão corrente, sobretudo com valor legal sobre a posse e gestão da propriedade ou de controlo dos rendimentos era, em determinados momentos, centralizada pelos viscondes nos cartórios de Lisboa ou de Ponte de Lima. Porém, é residual o que restou da vasta correspondência que terá sido recebida por estes administradores, tanto enviada pelos seus senhores como por outros criados com os quais colaboravam nas tarefas administrativas. Onde foram guardadas as respostas de D. Diogo a Pedro de Carvalho, a Manuel da Guia e a outros administradores? Algumas cartas recebidas de outros criados ainda hoje se conservam porque, muito provavelmente, foram anexadas a correspondência enviada a D. Diogo. Este visconde, talvez pela sua formação universitária ou por tendências da sua personalidade<sup>1651</sup>, mostrou preocupação em guardar muita desta documentação, incluindo as cartas que recebeu do pai quando estudava em Coimbra<sup>1652</sup>, as cartas que recebeu da esposa quando esteve em campanhas militares no Alentejo<sup>1653</sup>, para não referir a abundante correspondência que se conservou e que copiou ou mandou copiar<sup>1654</sup> relativa às funções que exerceu enquanto foi governador das armas do Entre Douro e Minho, assim como aquela que recebeu do rei e de secretários de Estado<sup>1655</sup>. Para nenhuma outra das gerações estudadas há um volume documental que se iguale. As decisões dos seus sucessores possibilitaram a sua conservação e a integração de uma grande parte desta correspondência na livraria do conde de Redondo.

---

<sup>1651</sup> D. Luís de Meneses, conde de Ericeira, considerou-o um homem prudente e com bom entendimento (MENEZES, Dom Luís de – *Historia de Portugal restaurado*. Vol. 1, p. 747–748). Ademais, por algumas informações que constam das cartas que D. Joana lhe enviou, depreendemos que era bastante zeloso e até controlador, abrindo as cartas que esta escrevia ao sogro e regulando aquilo que escrevia ao pai, D. João Luís (OLIVEIRA, Ana Lúcia P. de – *Cartas de amor, I*, p. 7–8). O seu irmão, João Fernandes de Lima, marquês de Tenório, também suspeitava que D. Diogo sonegava as cartas que ele dirigia à irmã Antónia de Lima, freira no convento da Rosa (vd. subcap. 12.1).

<sup>1652</sup> Na parte final do códice factício em BA, 51-VIII-23.

<sup>1653</sup> São 61 cartas, que datam de 1642 a 1644. Estão no códice factício em BA, 51-VIII-24; transcritas em OLIVEIRA, Ana Lúcia P. de – *Cartas de amor. Correspondência de D. Joana de Vasconcellos e Meneses para seu marido D. Diogo de Lima 1642/1644. II - edição de texto*. Porto: FLUP, 1997. Dissertação de mestrado.

<sup>1654</sup> Num catálogo da livraria do conde de Redondo, menciona-se que as letras dos copiadotes são de D. Diogo e de secretários seus, vd. Apêndice A.1.

<sup>1655</sup> Vd. Apêndices A.2 e A.3.

Voltando à supervisão e centralização verificadas em relação à documentação da propriedade e dos rendimentos. Esta é visível pela criação de livros destinados ao registo das fazendas e/ou das rendas recebidas<sup>1656</sup>. Ademais, o visconde Diogo de Lima e os seus administradores também deram continuidade à utilização de outros repositórios que já vinham do tempo de D. Lourenço, como livros para registo de receita e despesa<sup>1657</sup> e de escrituras de empraçamento<sup>1658</sup>.

Tendo o pai vinculado bens do Viscondado e os padroados, D. Diogo, depois de tomar posse em 1649<sup>1659</sup>, preocupou-se ainda com o tombamento desses bens e rendas<sup>1660</sup>; do mesmo modo que, depois de já ter vencido a disputa pela posse da “Casa de Mafra”, mandou trasladar o livro de tombo, jurisdições e casais de Mafra, em 1666<sup>1661</sup>.

Em diversas ocasiões aludimos à importância que os padroados das igrejas tinham para a constituição e a manutenção de redes clientelares. Além dos padroados previamente mencionados no Minho e do de S. Lourenço de Lisboa, nesta geração foram incorporados padroados que pertenceram aos Vasconcelos e Meneses, como foi o caso dos de Soalhães e Santa Cruz do Douro, no bispado do Porto. As disputas que surgiram, nomeadamente com a Mitra bracarense por causa daqueles que estavam na região minhota<sup>1662</sup>, terão obrigado a que a informação que lhes dizia respeito estivesse bem organizada para ser facilmente recuperada.

Já mencionámos que o 3.º visconde de Vila Nova de Cerveira se esforçou para que o arcebispo de Braga lhe confirmasse as doações de direitos de padroado que lhe haviam sido feitas na região de Coura e Valdevez. Colocámos a hipótese de um primeiro núcleo do atual *Livro das confirmações* ter sido constituído nessa altura<sup>1663</sup>. Já a configuração atual deste repositório terá sido fabricada entre o viscondado de D. Lourenço de Lima e o de seu neto João Fernandes de Lima e Vasconcelos. Ao núcleo original das confirmações foram

---

<sup>1656</sup> De que são exemplo os livros de 1671–1680 (VNC, cx. 35, n.º 2), de 1677 (VNC, cx. 56, n.º 1), de 1674–1685 (VNC, cx. 35, n.º 13), de 1680 (VNC, cx. 30, n.º 34), que diziam respeito a bens oriundos dos Vasconcelos e Meneses.

<sup>1657</sup> VNC, cx. 41, n.º 5.

<sup>1658</sup> VNC, cx. 63, n.º 1 (1588–1694).

<sup>1659</sup> Referido em VNC, cx. 37, n.º 33; cx. 2, n.º 9, f. 75v; n.º 11, f. [25v].

<sup>1660</sup> Conservou-se um requerimento, feito em 1650, no qual solicita a nomeação de outro juiz do tombo (VNC, cx. 38, n.º 18).

<sup>1661</sup> VNC, cx. 37, n.º 35.

<sup>1662</sup> Um exemplo em VNC, cx. 31, n.º 31.

<sup>1663</sup> VNC, cx. 15 n.º 1. Vd. subcap. 10.3.



adicionados, no final, os documentos originais de doação, encadernando-se o conjunto. Foi, por isso, necessário criar um instrumento que permitisse recuperar a informação presente no novo livro. Nesta sequência, foi elaborado o *Pecúlio do livro grande*<sup>1664</sup>, um índice organizado pelo nome das igrejas, no qual se dá informação e se remete para as folhas das escrituras de doação dos direitos e da confirmação arcebispal de cada uma delas, que se encontram no *Livro das confirmações*.

Embora não possamos atribuir, com segurança, a produção do *Livro* e do *Pecúlio* ao viscondado de D. Diogo, a organização de papéis referentes exclusivamente às igrejas do padroado dos viscondes na região minhota em dez maços no cartório de Ponte de Lima, mencionados no *Caderno do Cartório* de 1675–77<sup>1665</sup>, talvez tenha sido realizada durante a sua chefia, pouco antes desta inventariação. Tal denota uma preocupação constante com a gestão dessa informação.

Já explicámos, em traços gerais, o contexto em que foi elaborado o inventário mencionado. Foi num momento de transição, quando o abade Manuel da Guia transferiu as suas funções administrativas para António Moreira em 1675<sup>1666</sup>. Se percorrermos os sumários dos documentos presentes nos restantes 19 maços inventariados, verificamos que a maioria da documentação que aí se conservava dizia respeito a bens e direitos detidos na região minhota<sup>1667</sup>. No entanto, o cartório não continha apenas essa documentação, existiam testamentos, contratos de dote e partilhas da geração de D. Lourenço e de D. Luísa de Távora, assim como documentos dos Britos<sup>1668</sup>. O facto de os viscondes aí habitarem com frequência, levava a que alguma documentação que não estava diretamente relacionada com as propriedades da região aí pudesse permanecer e ser enviada para Lisboa apenas quando necessário<sup>1669</sup>. Lembremos que Luís de Brito Nogueira e Lourenço de Lima exerceram funções na defesa dos portos do Entre Douro e Minho durante a união dinástica. D. Diogo, por seu turno, foi em diferentes períodos governador das armas do Entre Douro e Minho. Sua esposa, D. Joana, foi em Ponte de Lima

---

<sup>1664</sup> VNC, cx. 12, n.º 20. Sobre este instrumento, vd. ROSA, M. Lurdes – Pecúlio do livro grande.

<sup>1665</sup> Cópia em VNC, cx. 14, n.º 9, complementada pelo VNC, cx. 14, n.º 36.

<sup>1666</sup> Vd. subcap. 9.1.

<sup>1667</sup> Vd. Apêndice D.3.

<sup>1668</sup> Nomeadamente do tio de D. Lourenço de Lima, Diogo de Brito (VCN, cx. 14, n.º 9, f. 16).

<sup>1669</sup> Vejam-se, por exemplo, as notas laterais junto a alguns sumários pelas quais se dá nota que o documento foi para Lisboa.

que faleceu a 24 de dezembro de 1653<sup>1670</sup>, onde foi sepultada no convento de Santo António<sup>1671</sup>.

Até à sua morte, D. Joana aparece referida quer ao lado do marido ou em nome próprio, especialmente em atos escritos relacionados com a transmissão e a gestão dos bens oriundos dos Vasconcelos e Meneses<sup>1672</sup>. Embora alguma documentação deixe entrever que tinha uma vida devocional bastante ativa<sup>1673</sup> e que mantinha correspondência com D. Diogo e outras pessoas<sup>1674</sup>, muito pouco se conservou da sua produção informacional.

Numa sociedade como a pré-moderna estruturada pela ideia de *ecclesia*, a dimensão espiritual estava entrelaçada na vida e nas decisões dos membros da Casa. Dar continuidade à realização das obrigações piedosas instituídas pelos seus antepassados assumia uma importância fulcral. Além dos encargos pios associados aos vínculos em cuja administração sucedeu ao seu pai, D. Diogo também teve de cumprir aqueles que diziam respeito às capelas vindas dos Vasconcelos e Meneses<sup>1675</sup>. O número de quitações que se conservou, dando conta do cumprimento deste tipo de obrigações, ronda as quatro centenas só para este viscondado<sup>1676</sup>. Da devoção do pai de D. Joana temos testemunho não só pela capela que fundou no Varatojo, como também pelas promessas que fez caso a “Casa de Mafra” fosse julgada à filha, que esta e D. Diogo procuraram cumprir<sup>1677</sup>. Não temos conhecimento de que D. Joana tenha fundado alguma capela. Já Diogo de Lima, no testamento que fez a 13 de março de 1662, fundou um morgadio para seu filho D. Lourenço de Lima e Vasconcelos<sup>1678</sup>.

---

<sup>1670</sup> BA, 54-V-30, n.º 3eeee; VNC, cx. 22, n.º 7.

<sup>1671</sup> JESUS MARIA JOSÉ, Fr. Pedro de – *Chronica da santa, e real província da Immaculada Conceição de Portugal*. Vol. 2, p. 44; SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa real portugueza*. Vol. 12, Parte I, p. 117.

<sup>1672</sup> VNC, cx. 29, n.º 36. Referência a uma sentença que alcançou sobre a posse da Lezíria de Corte do Lobo em VNC, cx. 24, n.º 52.

<sup>1673</sup> OLIVEIRA, Ana Lúcia P. de – *Cartas de amor, I*, p. 30–31. Como testemunham as cartas enviadas ao marido, dedicava-se muito às suas devoções e estabeleceu um contacto frequente com freiras, tendo obtido um breve para poder entrar nos conventos de Lisboa em 1644 (VNC, cx. 36, n.º 15). Por pedido do pai, estava encarregada com D. Diogo da Provedoria da Casa do Espírito Santo, assim como também foi juíza perpétua das confrarias do Santíssimo Sacramento em Nossa Senhora do Rosário e de Santo António na igreja de Mafra (VNC, cx. 47, n.º 7, f. 2–3).

<sup>1674</sup> *Ibid.*, p. 7–8.

<sup>1675</sup> Vd. descrição do maço 5 em VNC, cx. 2, n.º 10.

<sup>1676</sup> A maioria estão em VNC, cx. 54, 56, 58 e 59. Vd. Apêndice C.1.

<sup>1677</sup> Referidas em VNC, cx. 47, n.º 7, f. 2r–2v.

<sup>1678</sup> A localização do testamento é desconhecida. A única referência que encontramos a este vínculo é aquela que é feita no Livro de rendimentos de 1739, f. 336 (VNC, sem cota).

Este filho veio a morrer em 1666. O primogénito, Manuel de Lima, já havia falecido em 1662<sup>1679</sup>. D. Diogo teve de assegurar a sucessão na Casa através do filho seguinte, João Fernandes de Lima e Vasconcelos, que recebeu a mercê do título de visconde de Vila Nova de Cerveira, em dias de sua vida, com honras de conde, tal como seu pai, avô e irmão D. Lourenço, em 1667<sup>1680</sup>. A partir desta data, como já tivemos oportunidade de assinalar, as suas intervenções em atos administrativos e de gestão da informação organizacional da Casa tornaram-se cada vez mais evidentes, a ponto de nem sempre sabermos a que visconde, pai ou filho, se dirigem ou dizem respeito alguns documentos até à morte de D. Diogo em 1686<sup>1681</sup>. A preparação do sucessor era muito importante para garantir a transmissão de conhecimentos de administração da propriedade e das redes clientelares<sup>1682</sup>, assim como da gestão da informação organizacional. Neste último aspeto, o jovem visconde demonstrou notável capacidade como já tivemos oportunidade de sinalizar<sup>1683</sup>.

Enquanto *pater familias*, cabia a D. Diogo orientar o destino dos filhos e assegurar a sucessão da Casa. Do mesmo modo, deveria gerir as clientelas e servidores da sua Casa. Alguma da correspondência conservada, sobretudo na Biblioteca da Ajuda, decorreu igualmente destas funções, aconselhando ou negociando favores e uniões matrimoniais. Alguns criados designaram-no como seu testamenteiro, tendo D. Diogo guardado os seus testamentos e a documentação que comprovava o cumprimento de algumas obrigações<sup>1684</sup>.

Para esta geração, chefiada por D. Diogo, a nossa reconstituição permitiu compreender a preponderância de documentação e de instrumentos de recuperação de informação associados à gestão patrimonial, nomeadamente de vínculos, de prazos, de

---

<sup>1679</sup> JESUS MARIA JOSÉ, Fr. Pedro de – *Chronica da santa, e real província da Immaculada Conceição de Portugal*. Vol. 2, p. 44.

<sup>1680</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI*, lv. 21, f. 218.

<sup>1681</sup> Facto que dificultou a atribuição de muitos documentos à geração de D. Diogo. Não foi possível consultar todos aqueles em que tínhamos dúvidas e que se encontram no acervo do Eng.º Vasconcellos e Souza.

<sup>1682</sup> D. Diogo escreve ao filho dando conselhos sobre como deve agir em determinadas situações. Numa carta de 1679, explica-lhe como deve recusar um convite que lhe foi endereçado pela Câmara de Alenquer “sem a gente ficar com queixa sua”; em outra, redigida no mesmo ano, aconselha-o na resposta a dar ao provincial de S. Domingos que pediu uma igreja que estava vaga (51-VIII-45, f. 639 e 645).

<sup>1683</sup> Vd. subcap. 6.2.

<sup>1684</sup> Caso do testamento de Margarida Tavares (cx. 34, n.º 46) e documentação referente ao cumprimento das obrigações (VNC, cx. 34, n.º 47–58), que estariam todos num maço com uma capilha identificativa, que hoje se conserva junto ao testamento. Também é exemplo o testamento de André de Abreu Zuniga, irmão de Álvaro de Abreu Soares, abade da vila dos Arcos e de Soalhões, prelado de Santa Cruz do Douro e comissário do Santo Ofício (VNC, cx. 29, n.º 47).

bens da Coroa e dos padroados das igrejas, em simultâneo tem uma expressão bastante significativa de correspondência e documentação, original e copiada, ligada a funções públicas desempenhadas por D. Diogo<sup>1685</sup>.

Como mencionado antes a propósito dos papéis relacionados com as funções desempenhadas por D. Lourenço, estes documentos deviam ser considerados como evidências dos méritos do chefe que contribuíam para a grandeza da Casa à qual pertenciam. Numa primeira fase, a sua conservação teria certamente uma função informativa para consulta e tomada de decisões políticas e militares, tendo em conta que D. Diogo participou dos Conselhos de Guerra e de Estado. No entanto, esses documentos também podem ter sido vistos por D. Diogo e pelo seu sucessor como provas dos serviços prestados ao rei e ao reino que interessava guardar, especialmente num período em que a manutenção do estatuto, a obtenção de mais privilégios e a designação para os principais cargos e ofícios passou a estar cada vez mais dependente do monarca<sup>1686</sup>. Talvez por essa razão, alguns tenham sido copiados e organizados posteriormente.

Era comum que, nos arquivos das Casas, se conservasse este género de documentos ligados a funções “públicas” desempenhadas pelos seus membros<sup>1687</sup>. Ainda que não encontremos referência à guarda desta documentação “no cartório” dos viscondes, nem tenha sido inventariada, consideramos que fez parte do arquivo organizacional da Casa até os sucessores de D. Diogo decidirem ceder a maioria desses documentos ao conde de Redondo. No entanto, alguma documentação produzida nos mesmos contextos terá permanecido no cartório da Casa encontrando-se hoje no acervo do Eng.º Vasconcellos e

---

<sup>1685</sup> Vd. Apêndice A.2.

<sup>1686</sup> CUNHA, Mafalda S.; MONTEIRO, Nuno G. – *Aristocracia, Poder e Família em Portugal, séculos XV–XVIII*.

<sup>1687</sup> Vd. RODRIGUES, Abel – *Entre o público e o privado: a génese do arquivo do conde da Barca (1754–1817)*; CANAS, Ana – *Storytelling: private papers versus official records in the 18th and 19th century Portugal*. Além de não ser clara, no período a que nos reportamos, a distinção existente na contemporaneidade entre o público e o privado, a presença de muitos documentos de função em arquivos familiares ou de Casas também poderá estar relacionada com o facto de algumas instituições, no seio das quais foram produzidos, ainda se estarem a constituir e/ou não julgarem prioritário ou necessário o seu arquivamento, não estabelecendo, assim, regras para o mesmo nem para os usos da documentação. Outrossim, em instituições já consolidadas, algumas das tipologias documentais que foram surgindo extravasavam, por vezes, aquelas que eram tradicionalmente contempladas no arquivamento, não chegando, por isso, a serem incorporadas, ficando, portanto, na posse de quem desempenhava essas funções, vd. um exemplo em PONCET, Olivier – *Entre patrimoine privé, érudition et État: les vicissitudes des papiers des ministres de la monarchie française (XIVe–XVIIIe siècle)*. Em ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S.; GAGO, Alice B.; et al. (eds.) – *Recovered voices, newfound questions: family archives and historical research*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 35–52.

Souza<sup>1688</sup>. É, portanto, difícil perceber que critérios presidiram à seleção das escrituras a entregar ao mencionado conde<sup>1689</sup>. Possivelmente a que permaneceu no cartório já se encontrava fisicamente separada daquela que foi entregue, nos tais “processos” ou dossiers temáticos que já referimos<sup>1690</sup>.

A documentação que se encontra na Biblioteca da Ajuda ainda necessita de uma análise exaustiva que não tivemos oportunidade de realizar devido ao volume documental ser considerável e à existência de códices que não puderam ser consultados<sup>1691</sup>. Centramo-nos, por isso, em alguma documentação produzida/recebida em três contextos: nos períodos em que desempenhou as funções de governador das armas a norte do reino, em que foi conselheiro do Estado e em que foi presidente da Junta do Comércio.

Os governos de armas foram uma inovação que surgiu no início da guerra da Restauração, embora o regimento que regulamentou as funções dos governadores só tenha sido publicado em 1678<sup>1692</sup>. Criados a nível provincial, configuraram novas instâncias de decisão militar que, escudadas pela urgência da guerra, subordinaram as restantes autoridades locais e regionais<sup>1693</sup>. D. Diogo de Lima recebeu a patente do cargo de governador das Armas do Entre Douro e Minho a 19 de dezembro de 1648<sup>1694</sup>. Deixou o posto de mestre de campo no Alentejo para iniciar as novas funções no Minho nos inícios de 1649<sup>1695</sup>. Nos períodos em que ocupou o cargo<sup>1696</sup>, a vasta correspondência que enviou e outros documentos que emitiu — como nomeações, certidões, ordens ou bandos — foram sendo copiados pela sua mão ou pela de secretários seus. Produziram-se nove copiadorees entre 1649 e 1660<sup>1697</sup>. As temáticas abordadas dizem maioritariamente respeito

---

<sup>1688</sup> Por exemplo, cartas tratando de assuntos militares relacionados com o seu posto de governador das armas (VNC, cx. 54, n.º 81) ou convocatórias de príncipes ou monarcas (VNC, cx. 22, n.º 42).

<sup>1689</sup> Vd. subcap. 5.3.

<sup>1690</sup> Vd. subcap. 5.3. Voltaremos a esta questão no subcap. 12.2.1.

<sup>1691</sup> Vd. Apêndices A.2 e A.3.

<sup>1692</sup> Regimento de 1 de junho de 1678, publicado em SILVA, José Justino de Andrade e (ed.) – *Collecção chronologica da legislação portugueza: legislação de 1675 a 1683 e suplemento de 1641 a 1683*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1857, p. 45.

<sup>1693</sup> COSTA, Fernando Dores – *A Guerra da Restauração, 1641–1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p. 26–27.

<sup>1694</sup> BA, 51-VIII-39, f. 1–2.

<sup>1695</sup> MENEZES, Dom Luís de – *Historia de Portugal restaurado*. Vol. 1, p. 692.

<sup>1696</sup> Numa primeira fase, terá ocupado o cargo entre 1649 e 1655 e, numa segunda, entre 1657 e 1658, e, numa terceira, entre 1658 e 1660. Refira-se, ainda, que, em 1654, por ordem real, esteve D. Francisco de Azevedo a substituí-lo durante a sua ausência (BA, 51-VIII-26, f. 194–195).

<sup>1697</sup> BA, 51-VIII-31 a 38. Vd. Apêndice A.2. Ressalve-se que, em 51-VIII-35, foram incluídas cópias de cartas enviadas por D. Diogo, em períodos em que não estava a exercer o cargo, aos governadores que então

à guerra e às funções que ocupava. Além desses assuntos principais, na correspondência, há, por vezes, outros que dizem respeito a interesses de D. Diogo, da sua família e das suas redes clientelares que com aqueles se entrelaçavam<sup>1698</sup>.

Além destes nove copiadores, existem mais dois com documentação exclusivamente expedida para o rei, secretários de Estado, Conselho de Guerra e Junta dos Três Estados<sup>1699</sup>. Cremos terem sido contemporâneos da produção dos documentos expedidos por formarem séries cronologicamente ordenadas, havendo uma sequência entre os nove primeiros e outra sequência nos dois últimos<sup>1700</sup>. Do mesmo modo, foram conservadas várias cartas originais enviadas pelo rei D. João IV, pelo príncipe D. Teodósio, pela regente D. Luísa de Gusmão e por D. Afonso VI a D. Diogo de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira e governador das armas do Entre Douro e Minho<sup>1701</sup>. Refira-se, ainda, que existem mais copiadores com documentação de temática similar, militar e política, ligada a períodos em que foi governador. No entanto, pensamos terem resultado de organizações e cópias posteriores por constituírem verdadeiras miscelâneas. Estes incluem cópias de cartas e documentos recebidos e expedidos que extravasam os períodos em que D. Diogo foi governador das armas e incluem a produção documental de outros governadores da mesma província que exerceram o cargo antes ou depois dele<sup>1702</sup>. É difícil precisar quando estas miscelâneas foram produzidas e se tal ocorreu em vida de D. Diogo, a partir dos originais e/ou de minutas que tivessem sido guardadas<sup>1703</sup>.

---

estavam a ocupá-lo: D. Álvaro de Abranches da Câmara, em 1657 (f. 1–15) e ao conde de Castelo Melhor, em 1658 (f. 97).

<sup>1698</sup> Veja-se um exemplo em 51-VIII-32, f. 1–1v, numa carta que o visconde enviou para o capitão Diogo de Brito Coutinho propondo-lhe que se casasse com D. Ana de Sousa de Lima, única herdeira de seus pais, Filipa de Lima e de Fradique Lopes de Sousa (Viana, 1650-09-16).

<sup>1699</sup> BA, 51-V-14 (1649–1654) e 51-V-15 (1654–1660).

<sup>1700</sup> Vd. Apêndice A.2.

<sup>1701</sup> Estas foram posteriormente compiladas em dois códices: BA, 51-X-18 (1649–1651) e BA, 51-X-19 (1642–1663), cujos limites cronológicos extravasam aqueles em que D. D. Diogo exerceu o cargo de governador, incluindo originais que lhe foram enviados pelos remetentes indicados em outros contextos, estando a desempenhar outras funções.

<sup>1702</sup> É o caso do copiadore em BA, 51-VIII-39 (1648–1658). Inclui cópia de cartas régias, de 1648, dirigidas ao conde de Castelo Melhor, numa altura em que exercia o cargo de governador das armas daquela província; assim como cópia de correspondência recebida por D. Diogo. Muitos dos originais estão em BA, 51-X-18 e 51-X-19.

<sup>1703</sup> As interpretações aqui avançadas são preliminares. É necessária uma análise aprofundada da constituição destes e de outros copiadores e códices factícios da coleção dos viscondes que está na Ajuda, assim como da sua integração e eventual tratamento no interior da livraria do conde de Redondo.

Na qualidade de conselheiro do rei ou do Estado, Diogo de Lima também recebeu uma vasta correspondência de secretários de Estado, como ofícios, convocatórias, convites, pedidos de parecer, entre outros. Sendo o Conselho de Estado um organismo da Corte régia, os seus membros eram nomeados pelo rei para o aconselharem nas decisões políticas; eram coadjuvados por um secretário, encarregado de enviar as convocatórias e os documentos necessários, de os assistir nas reuniões e de transmitir os pareceres ao monarca<sup>1704</sup>. A grande maioria desta correspondência, recebida entre 1655 e 1685, sem os respetivos anexos<sup>1705</sup>, foi incluída numa série de nove códices factícios, compilados, já depois do falecimento de D. Diogo<sup>1706</sup>. Além destes, há igualmente mais miscelâneas e avulsos que incluem documentação que foi produzida neste âmbito<sup>1707</sup>. A nossa compreensão desta documentação e dos seus contextos de produção/receção está, assim, significativamente comprometida por todas as intervenções posteriormente feitas<sup>1708</sup>.

Por fim, refira-se que é residual a documentação que se conservou e foi produzida/recebida no âmbito do exercício do cargo de Presidente da Junta Geral do Comércio, para o qual foi nomeado em 1666, sucedendo ao conde de Atouguia<sup>1709</sup>. Estando esta Junta encarregada de controlar todas as embarcações que faziam o trajeto de e para o Brasil, foram identificadas, entre a documentação avulsa, cartas dando conta da partida ou chegada de naus e do serviço da Junta<sup>1710</sup>. Ainda assim, a maioria parece tratar de assuntos particulares; os remetentes dão-lhe felicitações pela nomeação e há referências a encomendas realizadas pelo visconde<sup>1711</sup>.

Estes são os principais eixos de contextualização da produção/receção documental e do seu arquivamento reconstituídos para a geração que teve como chefe de família D. Diogo de Lima. Se a produção de informação organizacional e os usos do arquivo realizados na geração do visconde anterior seriam suficientes para uma única investigação de

---

<sup>1704</sup> FREITAS, Judite A. G. de – *Um milagre da biologia institucional? O Conselho de Estado no Antigo Regime e no Liberalismo em Portugal. Estudo Comparado*. Lisboa: FCSH-UNL, 2018. Tese de doutoramento, p. 36–37.

<sup>1705</sup> Em anexo a muitas cartas e ofícios foram enviados documentos para D. Diogo analisar e dar parecer que não se encontram nestes códices.

<sup>1706</sup> BA, 52-IX-4 a 12. Incluem igualmente alguns ofícios dirigidos a D. Lourenço, na década de 1640, e, no último volume, está uma carta dirigida ao visconde João Fernandes de Lima de 1693. Vd. Apêndice A.2.

<sup>1707</sup> É o caso dos códices em BA, 51-VIII-25 a 28. Vd. Apêndice A.2., além de alguns avulsos identificados no Apêndice A.3.

<sup>1708</sup> Vd. subcap. 5.3.

<sup>1709</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI*, lv. 22, f. 127v–128r (1666-07-27).

<sup>1710</sup> BA, 54-IX-22, n.º 212 (1668), 295 (1668).

<sup>1711</sup> Vd. 54-IX-22, n.º 200, 214, 288, 306 (1666–1668).

doutoramento, julgamos que aqueles que foram identificados para o período do viscondado de D. Diogo de Lima dariam para várias investigações autónomas, começando no arquivo e na gestão que herdou do pai, passando pelos bens e documentos que recebeu por via de sua esposa, nomeadamente os que disputou após a morte do sogro, e terminando nos papéis relacionados com as funções públicas que desempenhou. Da análise que fizemos à informação recolhida, optamos por aprofundar, de seguida, a nossa reflexão em torno de alguns exemplos ligados aos usos e significados atribuídos à documentação e ao arquivo no quadro de conflitos em torno da sucessão e herança dos bens que pertenceram ao visconde D. Lourenço. Acreditamos que, a par dos casos já explorados para o viscondado de seu pai, aqueles que apresentamos a seguir complementam a leitura das funções e significados atribuídos à informação organizacional e ao arquivo nestas duas gerações.

### **12.2.1. O arquivo e as vicissitudes de uma sucessão**

Quando o pai faleceu em maio de 1649<sup>1712</sup>, D. Diogo estava ausente de Lisboa, a exercer as suas funções como governador das armas do Entre Douro e Minho. Pela pena do administrador Pedro de Carvalho e do seu criado Marcos da Silva iam-lhe chegando novas dos acontecimentos subsequentes enquanto não recebia licença do rei para se ausentar do posto<sup>1713</sup>. As discórdias com Tomás de Noronha foram logo sinalizadas por Pedro de Carvalho a 22 de maio de 1649, referindo que, na sua opinião, era importante a conservação da “uma tão grande e ilustre casa” e desejava que a paz fosse alcançada<sup>1714</sup>. Em julho desse ano, continuando D. Diogo ausente, dava notícia de uma reunião com juizes e procuradores (certamente dos herdeiros de D. Lourenço), da qual resultou um acordo para que D. Tomás mandasse tomar posse dos morgadios de Gaião e de Beja<sup>1715</sup>. Pedro de Carvalho, que conheceria aprofundadamente os bens e a documentação destes morgadios, fez logo diligências para mostrar que havia bens que não eram dos Britos e que “nunca houve instituição de morgado feita pelo bispo de Évora”, procurando com isso protelar o processo e obrigar a que o morgadio de Gaião fosse sequestrado até se julgar a qual das Casas pertencia<sup>1716</sup>. As ações deste criado não terão surtido muito efeito, porque, mais

---

<sup>1712</sup> A 1 de maio ainda estava vivo, embora com a saúde muito debilitada (BA, 54-XIII-7, n.º 139), a 3 de maio já havia falecido (VNC, cx. 54, n.º 22). A 8 de maio, Pedro de Carvalho enviou a D. Diogo de Lima uma carta de pêsames pelo falecimento de seu pai (BA, 54-XIII-21, n.º 10).

<sup>1713</sup> BA, 54-XIII-21, n.º 10, 14, 16; 54-XIII-7, n.º 144; 54-VIII-30, n.º 22, 61.

<sup>1714</sup> BA, 54-XIII-21, n.º 14.

<sup>1715</sup> BA, 54-XIII-21, n.º 25.

<sup>1716</sup> BA, 54-XIII-21, n.º 25.



tarde, se queixava a D. Diogo que tentou explicar e apresentar papéis em que se mostrava que a sucessão do vínculo de Gaião era por varão macho e não fêmea, mas os criados não eram ouvidos, nem este era um assunto para se tratar por um procurador, sendo necessária a sua presença<sup>1717</sup>.

A reivindicação que D. Tomás de Noronha, casado com D. Madalena de Bourbon, fazia da posse do morgadio de Santo Estêvão de Beja é compreensível, uma vez que o mesmo estava destinado a ser administrado pelo seu cunhado, D. Lourenço, conde dos Arcos<sup>1718</sup>, entretanto falecido sem descendência<sup>1719</sup>. No entanto, o seu falecimento ocorreu ainda em vida de seu avô, o visconde D. Lourenço de Lima, que estava na posse do morgadio, o que poderia ter suscitado dúvidas<sup>1720</sup>. Nas cartas que se conservaram, Pedro de Carvalho não menciona esta questão e também não percebemos se D. Diogo desencadeou alguma ação para contestar a sucessão deste morgadio, que, na realidade, parecia congregar vários vínculos dos Britos sediados nas igrejas de Santo Estêvão e de Santa Maria de Beja<sup>1721</sup>. Já em relação ao morgadio de Gaião, parecia haver, entre os herdeiros, desconhecimento sobre a sua fundação e alguma confusão — bastante

---

<sup>1717</sup> BA, 54-XIII-21, n.º 25.

<sup>1718</sup> Essa referência é feita no testamento do visconde D. Lourenço de Lima, em 1635 (VNC, cx. 29, n.º 1, f. 4r). Junto ao traslado do contrato de dote para o conde dos Arcos se casar com D. Inês Maria de Meneses (1637-11-20) está um requerimento que o visconde D. Lourenço endereçou ao rei, pedindo autorização para “obrigar as rendas de seus morgados de bens patrimoniais em que o dito conde de Arcos seu neto é legítimo sucessor” ao pagamento das arras (1638-06-28), vd. VNC, cx. 32, n.º 29.

<sup>1719</sup> Braamcamp Freire refere que faleceu no dia de S. João de 1647, de acordo com o seu epitáfio, que estaria na igreja de S. Lourenço de Lisboa (FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 91); não temos a certeza se esta informação está correta, uma vez que também menciona que faleceu solteiro, o que não está correto, tendo-se casado com D. Inês Maria de Meneses ou Noronha (vd. um traslado do contrato de dote de 1637 em VNC, cx. 32, n.º 29, tendo sido o visconde D. Lourenço um dos contratantes como tutor e fiador de seu neto). Fr. Pedro e Caetano de Sousa, por equívoco, atribuem essa data de morte a seu pai, D. Luís de Lima (SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa real portuguesa*. Vol. 12, Parte I, p. 118; JESUS MARIA JOSÉ, Fr. Pedro de – *Chronica da santa, e real província da Immaculada Conceição de Portugal*. Vol. 2, p. 42).

<sup>1720</sup> O morgadio continuava sob administração do visconde D. Lourenço, como se refere no contrato de casamento entre D. Tomás e D. Madalena em 1646 (traslado em VNC, cx. 22, n.º 41). Aí é feita referência ao possuidor e sucessor dos morgadios patrimoniais dos Britos da Casa do visconde, mas não é explicitamente mencionado o conde dos Arcos como sendo esse sucessor. Se o conde dos Arcos faleceu efetivamente em 1647 sem descendentes, seria natural que o sucessor desses vínculos fosse D. Diogo, que também era o sucessor da Casa e do título de D. Lourenço. É interessante notar que o traslado do contrato que citamos e que se conservou no arquivo dos viscondes tenha sido pedido a 27 de setembro de 1647, já depois da morte do conde dos Arcos. No entanto, o desejo de divisão que D. Lourenço deixou expresso no seu testamento em 1635 (VNC, cx. 29, n.º 1) e a flexibilidade verificada na segunda via da instituição deste morgadio em 1646, já mencionada no subcap. 12.1.1, podem ter sido argumentos usados para justificar a sucessão feminina através da irmã do conde dos Arcos, D. Madalena de Bourbon.

<sup>1721</sup> Já mencionámos os “morgados patrimoniais de Brito da Casa dele visconde” citados no contrato de dote de Madalena de Bourbon (VNC, cx. 22, n.º 41, f. 2r). Caso D. Madalena viesse a falecer sem descendentes do seu matrimónio com D. Tomás de Noronha, o vínculo estabelecido neste contrato deveria ser anexado a esses morgadios.

oportuna<sup>1722</sup> — com os vínculos dos Britos<sup>1723</sup>. Todavia, Pedro de Carvalho conhecê-los-ia bem, pois fora encarregado da cobrança das suas rendas pelo falecido visconde<sup>1724</sup>, e interpretava que o de Gaião pertencia ao “Viscondado”, portanto à Casa de D. Diogo<sup>1725</sup>. O visconde D. Lourenço não lhe fez menção no seu testamento: é possível que o estivesse a incluir, de forma implícita, nos bens da Coroa que vinculou aos direitos de apresentação em igrejas pertencentes ao arcebispado de Braga<sup>1726</sup>, ou, em contrapartida, pode tê-lo considerado um dos vínculos dos Britos<sup>1727</sup>.

Pedro de Carvalho aconselhava o seu senhor a agir para se apurar a quem pertencia o vínculo de Gaião antes que D. Tomás o tomasse, uma vez que depois seria mais difícil a averiguação<sup>1728</sup>. Parece-nos que esta recomendação tinha em conta que, a tomada de posse, implicava a entrega dos papéis e, sem eles, seria impossível provar fosse o que fosse. A posse destes era fulcral e conferia uma vantagem em caso de disputa. Casos houve em que, num contexto de litígio pela posse de vínculos ou de sucessão numa Casa, uma das partes sonegou os papéis para impedir a outra de conhecer e tomar posse de todas as propriedades, como aconteceu com a Casa de Belmonte<sup>1729</sup>.

Como sucessor na Casa e no título do pai, D. Diogo estava na posse da documentação do arquivo<sup>1730</sup>. Os papéis em Lisboa estavam no seu escritório, tendo Fr. António de Lima, seu irmão, as chaves<sup>1731</sup>. Pedro de Carvalho dá a entender que sofreu pressões para dar acesso aos papéis que frequentemente mencionava e, por conta dos

---

<sup>1722</sup> Recordemos que o vínculo de Gaião era da Coroa e havia sido doado a um Ataíde (vd. subcap. 10.1); enquanto os vínculos dos Britos eram constituídos de bens patrimoniais (vd. subcap. 11.1).

<sup>1723</sup> Seria esta confusão causada pelos erros que já apontámos no *Tombo*, no qual se assinalavam como pertencendo ao morgadio de Gaião propriedades dos Britos e dos Britos Nogueira? Vd. subcapítulo 11.4.

<sup>1724</sup> BA, 54-XIII-21, n.º 24.

<sup>1725</sup> BA, 54-XIII-21, n.º 25.

<sup>1726</sup> VNC, cx. 29, n.º 1, f. 3r–3v.

<sup>1727</sup> São meras hipóteses, mas é um facto que a confusão em relação à fundação do morgadio de Gaião é visível no *Tombo* (VNC, n.º 2) e num outro apontamento presente no arquivo que o associa à família dos Mafaldos e aos Britos (VNC, cx. 8, n.º 1). Um equívoco que está plasmado na classificação atual do VNC, disponível no DigitArq do ANTT, como tivemos oportunidade de demonstrar no subcap. 6.1., vd. a “Secção O Morgadio de Gaião” em <URL <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4347745>> [acedido 14 de agosto 2023].

<sup>1728</sup> BA, 54-XIII-21, n.º 25.

<sup>1729</sup> Tal ocorreu já no século XVIII, numa contenda que se prolongou por quase 20 anos e que incluiu a disputa pela posse dos documentos, vd. SOUSA, Maria João O. F. C. da Câmara Andrade e — *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV–XIX: Identidade, gestão e poder*, p. 60–61.

<sup>1730</sup> Facto comum a outras famílias-instituição e fundamental para a sua manutenção e funcionamento, vd. ROSA, M. de Lurdes — *Ouvertures et fermetures des archives de famille : Portugal et péninsule Ibérique, XIVe–XXIe siècle*. Em PÉQUIGNOT, Stéphane; POTIN, Yann (eds.) — *Les conflits d’archives: France, Espagne, Méditerranée*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2022, p. 248.

<sup>1731</sup> BA, 54-XIII-21, n.º 54.

entraves que terá criado alegando que estavam “debaixo da chave do senhor Fr. António de Lima”, afirmava ter granjeado a má vontade dos herdeiros, nomeadamente de D. Madalena e de D. Tomás<sup>1732</sup>. Recordemos que foi possivelmente D. Tomás ou o seu sucessor quem levou as folhas do *Tombo* nas quais estavam descritos os documentos relativos aos vínculos dos Britos<sup>1733</sup>. Se por um lado, esta informação podia ser muito útil para a gestão da documentação vincular, por outro, o gesto não deixava de ter um carácter simbólico, de afirmação do seu poder sobre o vínculo e sobre tudo o que lhe dissesse respeito.

Não foi possível reconstituir o desenrolar da disputa pela posse do morgadio de Gaião<sup>1734</sup>, mas há indícios de ter sido mobilizada documentação presente no arquivo para se compreender a história do vínculo<sup>1735</sup> e se consolidarem argumentos em defesa da sua posse<sup>1736</sup>. Esta atividade terá a mão de Pedro de Carvalho, uma vez que D. Diogo continuou boa parte do tempo no Entre Douro e Minho, nas lides militares. As tentativas foram, porém, infrutíferas porque o morgadio transitou para a Casa dos Arcos e, com ele, a respetiva documentação<sup>1737</sup>. É possível que D. Tomás tenha tomado posse logo em 1649 e que a contenda tenha decorrido enquanto estava a administrá-lo<sup>1738</sup>, porém não temos

---

<sup>1732</sup> BA, 54-XIII-7, n.º 113.

<sup>1733</sup> VNC, n.º 2, estando em falta as f. 185 a 208. Na f. 184, diz-se que as folhas foram levadas pelo “sr. conde de Arcos”. Não sabemos quando foi realizada esta anotação, nem podemos ter a certeza se o conde de Arcos mencionado é D. Tomás, que só recebeu o título a 10 de junho de 1662 (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI*, lv. 27, f. 352). No entanto, tendo em conta os factos aqui relatados, é muito provável que tenha sido ele ou o seu sucessor, depois de tomar posse do vínculo. A anotação também pode ter sido aposta posteriormente, quando D. Tomás já era conde. Não compreendemos, todavia, a referência que Noronha da Costa faz à administração deste morgadio por D. Tomás no ano de 1632; é uma questão que teria de ser confirmada no índice que possui e cita (vd. COSTA, M. de Noronha da – *O Morgadio de Santo Estevão de Beja*, p. 25, nt. 119). Esta informação não está em conformidade com o que conseguimos apurar: os vínculos dos Britos ainda se encontravam na Casa do visconde em 1646 (VNC, cx. 22, n.º 41, f. 2r) e a tomada de posse do morgadio só terá ocorrido, após a morte de D. Lourenço, a seguir à reunião de 1 de julho de 1649, noticiada na carta de Pedro de Carvalho de 3 de julho desse ano (54-XIII-21, n.º 25).

<sup>1734</sup> Porém, ela é referida em apontamentos presentes no arquivo: “houve contenda entre o bisconde D. Diogo de Lima seu filho, e D. Tomas de Noronha pela pessoa de sua mulher a senhora D. Magdalena de Brito, filha do conde dos Arcos, D. Luis de Lima primogénito de D. Lourenço de Lima bisconde” (VNC, cx. 46, n.º 9).

<sup>1735</sup> Eventualmente o apontamento em VNC, cx. 5, n.º 28.

<sup>1736</sup> Nomeadamente um parecer sobre a posse do morgadio em VNC, cx. 8, n.º 5.

<sup>1737</sup> Existindo documentação no Palácio do Salvador, vd. COSTA, M. Noronha da – *O morgadio da Quinta da Torre*, p. 920, nt. 66.

<sup>1738</sup> Numa carta de 17 de julho de 1649, Pedro de Carvalho menciona, a propósito da tença a pagar às irmãs de D. Diogo, freiras no convento da Rosa, que D. Tomás havia declarado que não se podia deixar este encargo “nos morgados de que estava na posse” (BA, 54-XIII-21, n.º 29). O que nos leva a pensar que terá chegado a tomar posse dos vínculos referidos em julho desse ano.

elementos que nos permitam infirmá-lo. É certo que, em 1669, era o conde dos Arcos o seu possuidor<sup>1739</sup>.

Após a morte de D. Lourenço, os problemas com os seus herdeiros não se limitaram, no entanto, à contenda pela posse destes morgadios. D. Diogo terá tomado posse “das casas de morgado e do padroado das igrejas” em 2 de julho de 1649<sup>1740</sup>. No mesmo mês, intensificaram-se as solicitações para que se realizasse o inventário e partilhas do que ficou por morte do visconde D. Lourenço de Lima. Pedro de Carvalho, em cartas redigidas entre julho e outubro de 1649, deu conta dessas demandas e aconselhou D. Diogo a estar presente para não ser lesado como aconteceu na reunião em que se decidiu que D. Tomás deveria tomar posse dos morgadios<sup>1741</sup>. Tanto Pedro de Carvalho como Fr. António de Lima procuravam que se esperasse pela chegada do visconde<sup>1742</sup>. De permeio, os herdeiros tudo queriam “esmiuçar”, como acusava Carvalho<sup>1743</sup>. Sua irmã D. Maria de Lima achava que deveriam entrar no inventário algumas igrejas do padroado do Entre Douro e Minho, ignorando a vontade que seu pai havia deixado expressa em testamento<sup>1744</sup>, assim como colocava dúvidas sobre a descarga do seu dote<sup>1745</sup>. Embora soubesse que algumas destas questões facilmente se sanariam mostrando os papéis, Carvalho manteve-se firme na decisão de não permitir que eles saíssem do escritório sem a ordem de D. Diogo<sup>1746</sup>.

Alguns destes episódios, reconstituídos sobretudo a partir da perspectiva deste fiel servidor do visconde D. Lourenço, e depois de D. Diogo, deixam entrever os conflitos de interesses que existiam no seio familiar — aqui entendido como grupo parental — e nas quais “os papéis” desempenhavam um papel fundamental, não apenas como prova, mas

---

<sup>1739</sup> Referência numa sentença que julgou o conde dos Arcos seu legítimo sucessor em ANTT, Registo do Arquivo, lv. 3, f. 40r–48r.

<sup>1740</sup> O documento existiu no arquivo e é sumariado VNC, cx. 2, n.º 11, f. [25v] e VNC, cx. 2, n.º 9, f. 75v (como estando no mç. 3, n.º 89).

<sup>1741</sup> BA, 54-XIII-7, n.º 110, 54-XIII-21, n.º 26, 29, 33, 51.

<sup>1742</sup> BA, 54-XIII-7, n.º 110.

<sup>1743</sup> BA, 54-XIII-21, n.º 54.

<sup>1744</sup> D. Lourenço vinculou a “casa de Giela e viscondado”, da qual era donatário, aos padroados de todas as igrejas que lhe pertenciam na arquidiocese de Braga e aos bens livres e benfeitorias que possuísse no Entre Douro e Minho; tais bens só poderiam ser desanexados se os bens da Coroa fossem devolvidos e, nesse caso, mandava que os padroados e os bens livres se unissem ao morgadio de Santo Estêvão de Beja (VNC, cx. 29, n.º 1, f. 3r–3v).

<sup>1745</sup> BA, 54-XIII-7, n.º 110; 54-XIII-21, n.º 54.

<sup>1746</sup> BA, 54-XIII-21, n.º 54.

também como símbolo de controlo<sup>1747</sup>. Os documentos em questão diziam respeito à Casa ou família-instituição dos viscondes e estavam sob o controlo do seu chefe, fechados à chave, mas outros descendentes, que já haviam constituído as suas próprias Casas, podiam achar-se no direito de a eles terem acesso para reivindicarem direitos e propriedades. Acesso que lhes poderia ser negado<sup>1748</sup>.

A conservação de algumas tipologias documentais, como testamentos, dotes de casamento e documentos relacionados com as partilhas, parecia, assim, imperiosa enquanto as suas cláusulas ainda estivessem em vigor e tivessem impacto no património material e simbólico da Casa, permitindo apresentar provas para a resolução de alguns conflitos internos. Note-se que os contratos de dote dos netos e D. Lourenço, filhos dos condes dos Arcos, ainda que dissessem respeito a uma outra família-instituição/Casa, foram trasladados, autenticados e continuaram a ser guardados no arquivo por D. Lourenço e depois por D. Diogo pelas implicações que tinham no património e nas obrigações da Casa<sup>1749</sup>.

As desavenças internas no seio do grupo parental durante este viscondado não se ficaram por aqui. Décadas mais tarde, D. Diogo teve de negociar com seu irmão mais velho, D. João Fernandes de Lima, conde de Crescente e marquês de Tenório, a sucessão na Casa. Como já mencionámos, este irmão estava apontado para ser o sucessor no título e na casa de Giela e viscondado. No contrato de dote para se casar com D. Francisca de Sotomaior, em 1639, é mencionado como sucessor de D. Lourenço de Lima, que previa renunciar neste filho a casa de Giela, Lima e Vila Nova de Cerveira, tendo-lhe, além disso, feito doação de todos os bens livres da região com reserva de usufruto da apresentação de ofícios e benefícios em dias de sua vida<sup>1750</sup>. Como D. João permaneceu ao lado de Filipe IV<sup>1751</sup> após a proclamação de 1 de dezembro de 1640, ficou impossibilitado de suceder. Estabelecidas as

---

<sup>1747</sup> Sobre os arquivos como símbolo, vd. NAVARRO BONILLA, Diego – Nommer les archives. Origine et spontanéité constitutive des arcana imperii et des arcana domestici. Em PÉQUIGNOT, Stéphane; POTIN, Yann (eds.) – *Les conflits d'archives: France, Espagne, Méditerranée*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2022, p. 29.

<sup>1748</sup> ROSA, M. de Lurdes – Ouvertures et fermetures des archives de famille, p. 250–252.

<sup>1749</sup> Vd. traslado do instrumento de dote para o casamento de D. Lourenço de Lima com D. Inês Maria de Noronha em VNC, cx. 32, n.º 29; e traslado do dote para o casamento de D. Madalena de Bourbon com Tomás de Noronha em VNC, cx. 22, n.º 41.

<sup>1750</sup> VNC, cx. 27, n.º 105.

<sup>1751</sup> Tendo contra ele corrido um processo no Juízo da Inconfidência pelo crime cometido contra a Coroa, vd. VNC, cx. 32, n.º 48.

pazes definitivas com Espanha, pelo tratado assinado entre Afonso VI e Carlos II, em 1668, estava preparado o terreno para poder avançar com a reivindicação da sucessão. No entanto, é possível que, na sequência dos primeiros esforços que se fizeram para dissipar o conflito ibérico a partir dos inícios de 1665<sup>1752</sup>, D. Diogo de Lima tenha começado a rezear a ação do irmão. Há indícios de que, antes da assinatura das pazes, terá sentido a necessidade de preparar a sua defesa obtendo testemunhos que pudessem suportar a sua posição e que provassem a ausência do irmão do reino logo após a aclamação de D. João IV, ainda em vida do visconde D. Lourenço<sup>1753</sup>.

Por volta de 1668, o marquês de Tenório procurou reatar o contacto com seus irmãos por carta. Terá escrito a D. Diogo, que lhe respondeu, enviando notícias sobre a família e os filhos<sup>1754</sup>. Do mesmo modo, o marquês escreveu às irmãs, Antónia e Inês de Lima<sup>1755</sup>, freiras na Rosa, junto das quais terá procurado apoio para a sua causa<sup>1756</sup>. Pelo que foi possível reconstituir a partir das cartas recebidas e de algumas minutas de cartas de D. Diogo, produzidas entre 1668 e 1669, num primeiro momento, João Fernandes de Lima pareceu empenhado em resolver o problema da sucessão através do matrimónio do seu filho e sucessor conde de Crescente, com a filha mais nova de D. Diogo, Inês de Lima, e com a união do sucessor de D. Diogo, João Fernandes de Lima e Vasconcelos, com a sua filha Maria de Lima Sotomaioir<sup>1757</sup>. As negociações tiveram, a determinado momento, como intermediário o genro do visconde D. Diogo, o conde de Mesquitela, Noutel de Castro<sup>1758</sup>. Saíram, porém, goradas. O marquês de Tenório, que passou a intitular-se nas

---

<sup>1752</sup> VALLADARES, Rafael – *A independência de Portugal. Guerra e Restauração*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2006, p. 248; sobre o acordo de paz realizado em 1668, vd. p. 264–268.

<sup>1753</sup> A 10 de junho de 1665 recebeu uma carta de D. Miguel Luís de Meneses, que trazia em anexo a cópia de uma certidão de 29 de novembro de 1663, na qual se certificava que o visconde estava na posse do título de seu pai e avós em virtude de seu irmão mais velho, D. João Fernandes de Lima, marquês de Tenório e conde de Crescente, ter passado aos reinos de Castela depois da aclamação de D. João IV, sendo ainda vivo seu pai, o visconde D. Lourenço de Lima (BA, 51-VIII-45, f. 274–275). Uma outra carta de António Pimenta de Araújo, redigida a 27 de fevereiro de 1666, dava testemunho da ausência de D. João de Lima, marquês de Tenório, do reino, após a aclamação do novo monarca [em 1640] (VNC, cx. 27, n.º 78).

<sup>1754</sup> Minuta em VNC, cx. 27, n.º 50. Embora não esteja datada, terá sido redigida nos inícios de 1668, por referir a morte do marquês de Sande, que foi assassinado a 7 de dezembro de 1667 (FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 1, p. 221).

<sup>1755</sup> VNC, cx. 27, n.º 40 (1668-05-17), cx. 27, n.º 41 (1668-08-23).

<sup>1756</sup> Não nos chegaram todas as cartas trocadas, mas, numa delas, dirigida a D. Antónia, estranha a ausência de resposta e dá a entender que receia que D. Diogo lhe tenha sonogado a correspondência que enviou por lhe preocuparem as matérias que pudessem estar a ser tratadas (VNC, cx. 27, n.º 62).

<sup>1757</sup> VNC, cx. 27, n.º 61 (1668-04-13), cx. 27, n.º 39 (1668-05-12), cx. 27, n.º 58 (1668-05-12).

<sup>1758</sup> VNC, cx. 27, n.º 99 (1668-04-14); 51-VIII-45, f. 52–53 (1668-05-31), f. 485–86 (1668-08-29).

cartas “El Bisconde”<sup>1759</sup> ou “El Bisconde Marques”<sup>1760</sup>, escreveu ao irmão Diogo, no final de 1668 e em maio de 1669, dizendo que, caso este não desistisse da Casa, pedia licença para avançar com a demanda, pela mão de seu filho Fr. Luís de Lima<sup>1761</sup>. A composição deste litígio só ocorreu a 24 de abril de 1670, na presença dos dois irmãos e do sucessor na Casa, João Fernandes de Lima e Vasconcelos<sup>1762</sup>. Ficou acordado que D. Diogo conservaria a Casa, viscondado e morgadios a ela anexos, com o título e padroados de que estava em posse desde a morte do pai. Em compensação da desistência da reivindicação, o marquês de Tenório deveria receber anualmente, em género e em dinheiro, a metade de todos os rendimentos dos bens da Coroa e dos morgadios da Casa que haviam pertencido a D. Lourenço de Lima, sendo igualmente negociadas as apresentações das próximas igrejas cujos benefícios ficassem vagos e ficando o visconde e seu filho obrigados a deixá-lo habitar nas casas de Ponte de Lima e Giela quando o desejasse. O acordo representava um duro golpe nos rendimentos da família-instituição, que continuava, no entanto, a poder contar para o seu sustento com aqueles advinham dos bens da “Casa de Mafra”<sup>1763</sup>, de prazos e de bens livres. Após a morte do marquês de Tenório, foi acordada uma nova composição em 1678 com seu filho e sucessor, D. Fernando de Sotomaior e Lima e sua esposa D. Petronilha de Chaves Mendonça Sotomaior<sup>1764</sup>.

A produção informacional gerada neste âmbito foi vasta. Além da correspondência recebida do marquês de Tenório e do seu sucessor, bem como das minutas de cartas preparadas por D. Diogo para expedição, há outros documentos do marquês que foram guardados. Referimo-nos a certidões de tenças e do título de marquês dos Arcos<sup>1765</sup>, que possivelmente vieram anexadas a cartas que enviou, assim como a outras certidões que foram solicitadas pelos viscondes<sup>1766</sup> D. Diogo ou D. João Fernandes de Lima e Vasconcelos<sup>1767</sup>.

---

<sup>1759</sup> VNC, cx. 27, n.º 38 (1669-05-12). Numa carta dirigida à irmã D. Antónia, na qual assinou da mesma forma, referiu o título e argumentou que nasceu primeiro, embora fosse D. Diogo quem estivesse na posse da Casa, vd. VNC, cx. 27, n.º 98 (1668-09-07).

<sup>1760</sup> VNC, cx. 27, n.º 34.

<sup>1761</sup> VNC, cx. 27, n.º 34 (1668-12-[?]); VNC, cx. 27, n.º 38 (1669-05-12).

<sup>1762</sup> Composição em VNC, cx. 32, n.º 50.

<sup>1763</sup> Note-se que aqui o termo Casa é utilizado para designar o conjunto de bens outrora associados a uma determinada família-instituição.

<sup>1764</sup> VNC, cx. 27, n.º 107; o traslado da composição de 1678 está inserto em VNC, cx. 27, n.º 104 (concertado em 1688).

<sup>1765</sup> Como em VNC, cx. 27, n.º 55, 63, 64, 65.

<sup>1766</sup> VNC, cx. 32, n.º 48.

<sup>1767</sup> Que recebe a mercê do título a 22 de novembro de 1667 (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI*, lv. 21, f. 218).

Durante o viscondado deste último, juntou-se mais documentação, nomeadamente os comprovativos de pagamento dos valores acordados<sup>1768</sup> e procurações passadas pelos marqueses de Tenório e condes de Crescente para as receberem através de Fr. Luís de Lima<sup>1769</sup>.

Não temos notícia de que, neste contexto, tenha havido alguma disputa por documentação do arquivo, uma vez que o marquês João Fernandes de Lima se contentou em receber os rendimentos, continuando seu irmão com a posse e a administração dos bens. Também não foi possível apurar se os marqueses de Tenório, pai e filho, exerciam algum controlo sobre os rendimentos auferidos para garantir que recebiam a sua justa parte. É provável que o filho de João Fernandes de Lima, Fr. Luís de Lima<sup>1770</sup>, tenha acompanhado de perto a questão, uma vez que foi várias vezes encarregado dos recebimentos. De qualquer forma, houve preocupação em guardar esta documentação, incluindo a correspondência recebida e as minutas, que embora não tivessem *fides publica* para servir de prova<sup>1771</sup>, eram uma fonte de informação importante no âmbito das negociações realizadas. O seu arquivamento em conjunto, muito provavelmente numa capilha com o título “Cartas dos senhores marqueses de Tenório de que se poderão tirar algumas noticias”<sup>1772</sup>, terá favorecido a sua preservação no arquivo e a recuperação da informação. Mais tarde, foram incluídas num maço temático, que compreendia os “ajustes do marquês de Tenório”, testamentos, inventários, partilhas e dotes que diziam respeito a D. Lourenço e a seus filhos<sup>1773</sup>. Talvez, por isso, parte desta documentação tenha permanecido no cartório e não tenha sido entregue com a vasta correspondência dos viscondes que deu entrada na livraria do conde de Redondo, provavelmente no século XVIII<sup>1774</sup>.

---

<sup>1768</sup> Como em VNC, cx. 27, n.º 113.

<sup>1769</sup> VNC, cx. 27, n.º 118–136.

<sup>1770</sup> Referido também na escritura de 1678 em VNC, cx. 27, n.º 104.

<sup>1771</sup> HEAD, Randolph – Family archives: the paradox of public records and private authority.

<sup>1772</sup> A capilha encontra-se junto ao documento em VNC, cx. 27, n.º 25.

<sup>1773</sup> Esta arrumação já deveria datar do tempo do *Livro de rendimentos de 1739*, mas é no Inventário de 1819 que vemos o conteúdo do maço assim identificado, vd. VNC, n.º 1, f. 91.

<sup>1774</sup> Sobre esta questão, vd. subcap. 5.3. Na coleção da BA, identificámos algumas cartas do conde de Mesquitela e do conde de Miranda, enviadas a D. Diogo de Lima e redigidas no âmbito destas negociações, entre 1668 e 1669 (BA, 51-VIII-45, f. 52–53, 443, 445, 449, 151–453, 460, 465–466, 469–470V, 485–486, 514, 521, 552).



## CAPÍTULO 13

### **Acerca do(s) arquivo(s) e da consolidação da(s) Casa(s) dos viscondes de Vila Nova de Cerveira até ao século XVII: uma visão global**

A ideia de uma Casa e de um arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, que vem do século XIV até ao XIX, é uma construção de várias gerações que sucederam neste título, consolidada pelas organizações arquivísticas que resultaram da atividade organizacional dessas mesmas gerações e de reconfigurações não organizacionais ocorridas desde o século XIX até à atualidade. Para decompor esta ideia, foi fundamental a adoção da abordagem em Arquivística Histórica. Foram estabelecidas as histórias recentes do(s) acervo(s), mapeando-se documentação dispersa e reconstituindo a sua história custodial, foram questionadas várias intertextualidades acumuladas ao longo do tempo, e, com tudo isto, procurou-se compreender a existência de vários arquivos dentro do arquivo, ou seja, de vários subsistemas de informação com origem em arquivos organizacionais produzidos por outros grupos familiares ou por outras instituições.

O nosso exame centrou-se na produção informacional documentalizada e nos arquivos organizacionais que constituíram as famílias-instituição Lima e Brito Nogueira, assim como as duas primeiras gerações que se seguiram à sua união, que foram chefiadas por D. Lourenço de Lima e pelo seu filho D. Diogo, e que asseguraram a continuidade do património material e simbólico associado ao título dos viscondes de Vila Nova de Cerveira oriundo dos Limas. Vimos como se documentaram, como constituíram os seus arquivos e alguns exemplos de como usaram a informação e a documentação que estes continham. Nestes grupos é notória a construção que foi realizada, geração após geração, dos seus patrimónios e das suas identidades, assim como dos arquivos que auxiliaram a sua sustentação.

A família-instituição Lima foi-se constituindo como um corpo cuja unidade e identidade estava marcada pela transmissão, de juro e herdade, de um conjunto de jurisdições e de bens da Coroa situados na região minhota, aos quais se acrescentou o título de visconde de Vila Nova de Cerveira durante a geração de Leonel de Lima e de Filipa da Cunha. Leonel não era o filho primogénito de Fernão Enes de Lima e de Teresa da Silva, mas conseguiu suceder a seu irmão, Álvaro Rodrigues de Lima, em 1429, após este ter falecido. A própria conjuntura terá facilitado a continuação desta Casa senhorial. Além dos serviços que seu pai havia prestado a D. João I, a relação próxima que Leonel de Lima tinha

com o infante D. Duarte terá exercido alguma influência nesta exceção à legislação joanina sobre a sucessão de senhorios de juro e herdade outorgados pela Coroa. Esta proximidade ao infante também lhe proporcionou a negociação de uma aliança matrimonial bastante vantajosa com uma senhora que, pelo lado paterno, descendia da rainha D. Leonor de Teles e, pelo lado materno, da linhagem dos Melo<sup>1775</sup>. As ações de Leonel de Lima e dos varões que lhe sucederam na gestão deste património e no serviço ao rei, juntamente com as alianças matrimoniais estabelecidas com senhoras de importantes estirpes do reino, permitiram a manutenção deste corpo. Ainda que as atividades dos seus membros se estendessem a âmbitos mais alargados, a reconstituição realizada indicia que o arquivo organizacional, que as gerações da família-instituição foram constituindo, esteve especialmente vocacionado para afirmar o domínio senhorial na região do Alto Minho. Conservaram as mercês e privilégios reais aí concedidos; registaram, guardaram e geriram informação para a defesa dos seus direitos face a outros poderes concorrentes no domínio do mesmo espaço; garantiram o controlo e acesso a rendimentos que sustentavam a família-instituição, incluindo os seus servidores, e as empresas militares que organizavam. Com a saída do morgadio de Gaião para a Casa dos Arcos no século XVII, temos dificuldade em perceber que impacto teve a entrada deste vínculo na Casa, nomeadamente ao nível das práticas arquivísticas e dos usos dados ao arquivo a partir da geração de D. João de Lima e de D. Catarina de Ataíde.

Já para os Brito Nogueira, os vínculos que acumularam e transmitiram, nomeadamente os de Santo Estêvão de Beja e de S. Lourenço, foram definidores, a longo prazo, da sua identidade como família-instituição e, possivelmente, das suas principais fontes de sustento material. O arquivo organizacional que foram construindo denota a importância que lhes era atribuída. As práticas arquivísticas e, em especial as inventariações, demonstram como a gestão desta informação era prioritária para a sobrevivência do grupo. Também as atividades dos seus membros se estenderam a outras esferas, havendo produção associada à gestão corrente dessas atividades e de outras propriedades que não se conservou ou das quais ficaram apenas alguns resquícios. Do mesmo modo, existiram outros elementos que complementaram a identidade de algumas gerações, como o senhorio da vila de Aveiras, mas que não perduraram no tempo.

---

<sup>1775</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima, p. 48.

Foram os vínculos que, pela sua “lei eterna” a vigorar até ao fim dos tempos<sup>1776</sup> e por todo o património simbólico que lhes estava associado, proporcionaram coesão a este grupo. A tentativa de concentrar mais vínculos, além destes, fundados pelos antepassados, foi geradora de disputas com outros parentes, nomeadamente nas gerações de Mem de Brito e de Luís de Brito Nogueira I. No arquivo organizacional, foi ficando, no essencial, a documentação dos vínculos que continuaram a ser transmitidos pela família-instituição. A necessidade de os conservar na Casa levou a que, a cada geração, o seu chefe previsse possíveis ameaças e atuasse no sentido de as minorar ou mesmo dissipar. Por isso, Luís de Brito Nogueira I, estando a apoiar Afonso V nas suas pretensões ao trono castelhano e temendo a sua morte na guerra, procurou que este autorizasse seu filho primogénito a suceder ao avô, Mem de Brito, nos morgadios. Do mesmo modo, Estêvão de Brito Nogueira buscou o perdão papal pela união adulterina que manteve com Isabel da Costa e a legitimação do fruto dessa união para que lhe pudesse suceder. Legitimado o filho, Estêvão de Brito preparou o seu futuro negociando o seu casamento com D. Antónia da Silva, filha do senhor de Vagos, quando Lourenço de Brito Nogueira tinha apenas três anos de idade. Este projeto foi continuado por Isabel da Costa que, quando Estêvão faleceu, assumiu a administração da Casa enquanto o filho não atingiu a maioridade. Os contextos favoráveis e as redes de influência nas quais estes chefes de família se moviam garantiram o sucesso das suas ações e a continuidade da família-instituição. Nota-se, no entanto, que forças externas também condicionaram essa continuidade e a gestão da informação vincular. Além das disputas já mencionadas e verificadas no seio do grupo parental, a legislação régia interferiu em aspetos ligados à transmissão, ao cumprimento de obrigações e à gestão da documentação dos vínculos. Referimo-nos à legislação manuelina em particular<sup>1777</sup>, mas o esforço continuou durante a união ibérica, sendo visível nas Ordenações Filipinas. Estes aspetos influenciaram a forma como a informação foi transformada em documento-registo, arquivada no arquivo organizacional e usada posteriormente como documento-testemunho<sup>1778</sup>.

A administração de Luís de Brito Nogueira II representou um momento de transição. Ainda que não tenha sucedido a seu sogro na representação da Casa dos Limas, viscondes de Vila Nova de Cerveira, consultou e interveio no arquivo organizacional que ficou depois

---

<sup>1776</sup> ROSA, M. Lurdes – *As almas herdeiras*, p. 572–586.

<sup>1777</sup> Sobre esta questão, já referida em capítulos anteriores, vd. ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 244–248.

<sup>1778</sup> Sobre estes conceitos, vd. subcap. 2.4.

da morte do visconde Francisco de Lima em 1578, como tutor e administrador do filho D. Lourenço. Este arquivo transformou-se numa fonte de informação que terá sido eventualmente explorada com o auxílio de administradores e criados do sogro. Luís de Brito mobilizou cartas de mercês e provas de outros direitos, que necessitava de confirmar para seu filho, e que se encontravam neste arquivo. Paralelamente a este, o arquivo régio, e, possivelmente, o cartório da sua própria Casa também lhe permitiram obter certidões que atestassem os seus serviços quando, numa primeira fase, terá procurado suceder com sua esposa ao visconde falecido. A morte precoce de D. Inês de Lima, antes de dezembro de 1579, poderá não ter facilitado o intento. Conseguiu, no entanto, assegurar a sucessão no filho, atendendo aos serviços que foram prestados pelos Limas, desde Fernão Eanes de Lima, e por ele próprio a D. Sebastião, nomeadamente em Alcácer Quibir.

D. Lourenço de Brito Nogueira, que passou a chamar-se Lourenço de Lima Brito Nogueira por determinação do rei, procurou dar continuidade ao património material e simbólico que estava no cerne da identidade das Casas dos Limas e dos Britos Nogueira. As diferenças observadas no arquivo organizacional da Casa, que começou a construir e que resultou desta fusão, são notórias. Por um lado, pela quantidade, dispersão geográfica e natureza distinta das propriedades, com regras de transmissão e de gestão específicas que era importante conhecer e controlar com livros de emprazamentos e de rendimentos, assim como com tombos dos bens vinculados e da Coroa. Por outro lado, a “escriturização” da sociedade<sup>1779</sup> contribuiu para o aumento ou criação de certas tipologias documentais que passaram a ser conservadas. Será o caso de alguma correspondência recebida de administradores dos bens, do monarca ou dos seus representantes, assim como de textos genealógicos e memoriais. Além de servir como espaço para a gestão vincular e de suporte material e do domínio senhorial da família-instituição, o arquivo parece ter começado a desempenhar igualmente a função de repositório de identidade(s) e de discursos legitimadores da situação presente que visavam possibilitar a conservação ou elevação do estatuto que o chefe e os membros da Casa ocupavam na sociedade.

É importante destacar na análise da consolidação institucional destes grupos, o papel moral e político desempenhado pelo *pater familias*, na pessoa do pai, e pelo seu sucessor. Os papéis de “pai” e de “filho mais velho” nem sempre eram ocupados

---

<sup>1779</sup> BOUZA, Fernando – *Imagen y propaganda*, p. 40.

efetivamente pelo progenitor e pelo primogénito varão<sup>1780</sup>. Outros membros do grupo podiam desempenhar esse papel. O pai poderia ser substituído pela mãe, caso esta, ao enviuar, assumisse a tutoria do filho menor e a administração da Casa. Foi o caso de Isabel da Costa, mãe de Lourenço de Brito Nogueira. O papel de “filho mais velho” também poderia ser ocupado por outro filho, como aconteceu no caso de Leonel de Lima ou de Diogo de Lima, ou por uma filha. No caso das filhas era normalmente o marido quem assumia o papel, como aconteceu na geração de Joana de Vasconcelos, esposa do visconde Diogo de Lima.

O *pater familias* era responsável pelo governo da Casa em todos os níveis<sup>1781</sup>. Contudo, é importante notar que, neste contexto, o termo *pater* não se refere exclusivamente ao pai biológico, mas ao senhor da Casa ou família-instituição. Este exercia domínio sobre todos os seus membros: a esposa, os filhos, os criados e eventualmente outros parentes<sup>1782</sup>. Era ele quem orientava o futuro desses membros e tomava decisões sobre a transmissão do património da Casa.

Em todas as gerações analisadas, o chefe de família preocupava-se em garantir a sucessão na Casa. No entanto, também há evidências de que procurou assegurar o destino dos outros filhos, às vezes, provendo-os além da legítima que lhes cabia por direito ou com bens que, regra geral, seriam entregues ao primogénito ou ao sucessor da Casa. Demos o exemplo de D. Leonel de Lima que pediu ao rei para doar os direitos de Vila Nova de Cerveira a seu filho Fernão de Lima, em vez de neles suceder o primogénito João de Lima<sup>1783</sup>.

D. Lourenço de Lima é um caso paradigmático entre os analisados, devido ao longo período de governo e à maior quantidade de documentação disponível. As suas funções de

---

<sup>1780</sup> ROSA, M. Lurdes – Penser et organiser les archives de famille, entre histoire et archivistique. Em LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, p. 72.

<sup>1781</sup> HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, p. 307–308; HESPANHA, António M. – Fundamentos antropológicos; BRUNNER, Otto – La «casa come complesso» e l'antica «economica» europea; FRIGO, Daniela – *Il Padre di famiglia*).

<sup>1782</sup> Para além das obras mencionadas na nota anterior, recomenda-se a leitura do trabalho de Nicolas Perreaux (PERREAUX, Nicolas – “*In nomine patris*. Éléments pour une sémantique de la paternité médiévale”. Em DUMONT, Léo; JULIEN, Octave; LAMASSE, Stéphane (eds.) – *Histoires de mots. Saisir le passé grâce aux données textuelles*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2023, p. 127–159. Uma versão aumentada deste texto, com bibliografia complementar, foi disponibilizada em <URL <https://shs.hal.science/halshs-04073023>> [acedido 26 dezembro 2023]). Neste estudo, o autor aplicou uma análise semântica histórica a um conjunto de textos medievais digitalizados e observou que o termo *pater* estava associado não apenas à parentalidade biológica, mas sobretudo à espiritual e divina. Além disso, identificou uma correlação entre os termos *pater* e *dominus*, que reflete a lógica de dominação inerente à estrutura das relações sociais e de produção do período medieval.

<sup>1783</sup> AGUIAR, Miguel P. – *Aristocracia, parentesco e reprodução social*, p. 233–234.

*pater familias* são visíveis não só nos contratos de casamento que negociou para os seus filhos e netos como, também, pela preparação do ingresso dos restantes filhos na vida conventual<sup>1784</sup>. No seu testamento, feito a 1 de julho de 1635, em Ponte de Lima, traçou o rumo da sua Casa, numa altura em que estava muito doente e acamado<sup>1785</sup>. Vinculou à “casa de Giela e Viscondado”, bens dos quais era donatário da Coroa real: todos os bens de raiz que possuía no Entre Douro e Minho e as benfeitorias realizadas nas propriedades da região, assim como todos os direitos de apresentação que tinha em igrejas pertencentes ao arcebispado de Braga para que não houvesse divisões e não existissem dúvidas sobre a sua transmissão e sobre a indigitação dos curas. O primeiro que nestes bens sucedesse ficava obrigado a vincular toda a sua legítima e a pagar uma parte da tença às suas filhas freiras no mosteiro da Rosa enquanto fossem vivas. Estes bens deveriam permanecer sempre unidos a não ser que a casa de Giela e o Viscondado fossem devolvidos à Coroa. Nesse caso, deveriam ser desanexados dos bens da Coroa e unidos ao morgadio de Santo Estêvão de Beja. Como o seu filho primogénito já havia falecido, apontou o neto, Lourenço de Lima Brito Nogueira, conde dos Arcos, como sucessor no vínculo de Beja, ficando este responsável pelo pagamento da outra parte da tença devida às filhas. Anexou a este vínculo o terço de todos os bens livres possuídos nas cidades de Lisboa e Beja, assim como as benfeitorias feitas neste morgadio e no de S. Lourenço, compensando assim aquelas que seu filho, Luís de Lima, havia feito no castelo de Ponte de Lima para que o neto, conde dos Arcos, e os seus sucessores não pudessem demandar a sua devolução a ele ou ao sucessor no Viscondado<sup>1786</sup>. Traçou, assim, duas linhas de sucessão distintas<sup>1787</sup>.

A documentação produzida no contexto das negociações dos casamentos de seu neto, o conde dos Arcos, com D. Inês de Meneses<sup>1788</sup> e de sua neta D. Madalena de Brito e Bourbon com D. Tomás de Noronha<sup>1789</sup> reforçaram esta sucessão dos morgadios patrimoniais

---

<sup>1784</sup> Vd. subcap. 12.1.

<sup>1785</sup> A 4 de julho de 1635, em resposta a uma carta do rei, que o havia mandado assistir à vila de Viana durante o verão, responde que os problemas de saúde e as dores o impediam de se levantar da cama, pedindo escusa (BA, 51-VIII-23, fl. 10).

<sup>1786</sup> VNC, cx. 29, n.º 1.

<sup>1787</sup> Concluimos que apenas os morgadios de Santo Estêvão de Beja seriam retirados da Casa, juntamente com as benfeitorias que compensavam os investimentos de Luís de Lima. D. Lourenço não mencionou a sucessão do morgadio de S. Lourenço, pelo que inferimos que este continuaria associado à Casa.

<sup>1788</sup> Em 1638, D. Lourenço de Lima dirige uma petição ao rei para que, no caso de seus bens livres não chegarem, o autorizasse hipotecar as rendas de seus morgadios patrimoniais, de que seu neto era o legítimo sucessor, ao pagamento das suas arras, vd. VNC, cx. 32, n.º 29, que inclui um traslado do contrato de dote.

<sup>1789</sup> VNC, cx. 22, n.º 41.

dos Britos pela Casa dos Arcos. Por outro lado, em 1639, quando o visconde D. Lourenço passou procuração para o seu filho João Fernandes de Lima negociar o seu casamento com D. Francisca de Sotomaior, condessa de Crescente e sucessora na Casa de Sotomaior, apontou-o como seu sucessor. Nele renunciava a sua casa de Giela, Ponte de Lima, Vila Nova de Cerveira e mais estados com o que lhes pertencesse, incluindo os bens livres. Reservou apenas para si usufruto vitalício de apresentações de ofícios e de benefícios<sup>1790</sup>.

A permanência deste filho do lado castelhano após a Restauração alterou os planos delineados. D. Lourenço procurou garantir a sucessão da Casa e do título através de um filho mais novo para o qual havia, entretanto, negociado o casamento com uma Vasconcelos e Meneses. D. Diogo de Lima recebeu o título de visconde de Vila Nova de Cerveira ainda em vida do pai, por abdicação do mesmo, em 1646. Quando este faleceu, em 1649, sucedeu-lhe na Casa, ou seja, num núcleo patrimonial ao qual estava associado o título, que constituiu um elemento primordial da sua identidade, ainda que tenha ocorrido a perda dos morgadios dos Britos e de Gaião.

Percebemos que a Casa não era um espaço em que apenas se observava acumulação progressiva de propriedade material e simbólica. Ainda que se procurasse conservar um núcleo fundamental que lhe dava identidade, unidade e os rendimentos mais importantes, também se distribuía, aquela que era passível de distribuição, pelos seus membros que, entretanto, por via do matrimónio, podiam integrar outras Casas. Herança e sucessão foram, por isso, contextos favoráveis ao surgimento de disputas, como o demonstram os exemplos explorados para o viscondado de D. Diogo de Lima. Por isso, para contornar as situações de divisão e de litígio que poderiam pôr em causa a sua continuidade, as grandes Casas aristocráticas começaram a adotar, na fase final do Antigo Regime, estratégias que permitissem controlar os destinos dos seus membros<sup>1791</sup>. Nem todas as famílias-instituição ou Casas tiveram essa capacidade, especialmente em níveis mais baixos da hierarquia social, o que se refletiu numa dinâmica mais intensa de junção de Casas e de arquivos<sup>1792</sup>.

---

<sup>1790</sup> Traslado do original e uma tradução para português em VNC, cx. 27, n.º 105 e 106. Nesta escritura, foram ainda delineadas algumas condições para sucessão das duas Casas pelos filhos do casal, assim como para os usos dos apelidos e das armas de Limas e Sotomaior.

<sup>1791</sup> Vd. MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes*, p. 61–201.

<sup>1792</sup> Vd. RESENDE, Nuno – *Vínculos quebrantáveis*, p. 83–138.

Nos casos em estudo, ainda que a transmissão de um núcleo essencial do arquivo se fizesse na vertical — ao filho mais velho ou à pessoa que ocupava esse lugar — também existiam partes do arquivo que se distribuía horizontalmente acompanhando as propriedades que saíam. Tal aconteceu com os papéis relativos aos morgadios dos Britos e de Gaião, assim como com tantas outras propriedades mais difíceis de rastrear. Verificamos que esse núcleo principal do arquivo, que ficava sob a alçada do chefe da Casa e dos seus administradores, também podia ser alvo de pedidos de consulta por parte de membros da família-instituição que, entretanto, haviam fundado ou integrado outras Casas. Tal acontecia quando aí residiam as provas de direitos e propriedades dos quais eram ou se julgavam legítimos herdeiros ou sucessores.

Verifica-se uma dinâmica constante de entrada e saída de documentação. Ao núcleo principal que cada chefe recebia, ia-se juntando, a cada geração, propriedades e respetiva documentação que era integrada com dotes de casamento, com bens comprados ou permutados e com bens vinculados ou da Coroa nos quais, entretanto, o chefe ou o casal sucediam. Além dos documentos que acompanhavam as propriedades, tornou-se mais visível a produção, integração e preservação, sobretudo a partir do viscondado de D. Lourenço, de outro tipo de documentação: genealógica e memorial; relacionada com a gestão corrente dos bens, dos negócios e dos interesses dos membros da Casa, nomeadamente cartas de administradores, de outros parentes ou de membros das suas redes clientelares; e bastante associada ao exercício de funções “públicas”.

Toda esta documentação foi conservada enquanto teve utilidade organizacional. Quando deixava de a ter, foi sendo destruída ou descartada, como aquela que foi incorporada na livraria do conde de Redondo. Por outro lado, quando faltava algum documento essencial para a confirmação de direitos e privilégios, recorria-se a outros arquivos<sup>1793</sup>, pedindo-se traslados, certidões, confirmações com *fides publica*. A reconstituição realizada permite-nos verificar vários exemplos. Os casos de Luís de Brito Nogueira II e de seu filho D. Lourenço, que expusemos, são bastante elucidativos a este nível, pois solicitaram várias certidões de privilégios, heranças e serviços para sustentarem os argumentos apresentados nas petições

---

<sup>1793</sup> NÓVOA, Rita S.; ROSA, M. Lurdes — Arquivística Histórica e arquivos de família, p. 84–85. Como ficou também demonstrado nas investigações apresentadas em GAGO, Alice B. — *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite*; NÓVOA, Rita L. S. — *O Arquivo Gama Lobo Salema*; SOUSA, Maria João O. F. C. da Câmara Andrade e — *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV–XIX: Identidade, gestão e poder*.



dirigidas aos monarcas, das quais nos restaram minutas, algumas certidões e listas de documentos enviados em anexo. Como sublinha Head, nos arquivos de família, coexistiam documentos produzidos ou legitimados por autoridades públicas com aqueles que eram produzidos e autenticados pelas próprias famílias<sup>1794</sup>, nomeadamente pela assinatura do chefe, que era reconhecida pelo próprio, pelos seus administradores, criados e parentes. Além destes, eram múltiplas as cópias e documentos sem qualquer tipo de autenticação. Ainda assim, em pleitos na justiça com parentes ou com outras instituições, os elementos de prova apresentados necessitavam de *fides publica*. Vimos como Luís de Brito Nogueira se antecipou em pedir o reconhecimento da assinatura e sinal do arcebispo bracarense, D. Diogo de Sousa, nas confirmações dos direitos de padroado das igrejas da arquidiocese, que haviam pertencido ao seu sogro, para que não houvesse dúvida sobre os direitos de seu filho<sup>1795</sup>.

Se os documentos não estivessem autenticados por uma autoridade pública ou esta não fosse reconhecida, ter-se-ia de buscar a sua validação por outra via, inquirindo testemunhas e confrontando-a com outra documentação autêntica. Mesmo para a documentação ligada à fundação e à gestão da propriedade vincular, que tinha um enquadramento jurídico próprio, esta questão era fulcral. Eram juízes do tombo, nomeados pelo monarca, quem supervisionava e dava fé aos processos de tombamento dos bens vinculados<sup>1796</sup>. Outro exemplo é visível no âmbito da disputa pela administração do morgadio de Soalhães, em que D. João Luís de Vasconcelos apresentou um traslado do documento de fundação que não se encontrava autenticado por tabelião e não pôde ser considerado no processo. Nesta sequência, este fidalgo, nos artigos da sua oposição, procurou narrar e articular todas as cláusulas contidas no original perdido com base no depoimento de testemunhas e em documentos legais que provassem a conformidade do conteúdo do traslado não autenticado que apresentou<sup>1797</sup>. Quando D. Diogo de Lima e sua esposa D. Joana procuraram suceder neste morgadio solicitaram uma carta de diligência ao rei na qual vinha um traslado da instituição do morgadio<sup>1798</sup>, que seria indispensável manter no seu cartório.

Muita documentação que existia no arquivo, com ou sem autenticação, quando mobilizada para pleitos, poderia não ser posteriormente guardada se a sentença conclusiva

---

<sup>1794</sup> HEAD, Randolph – Family archives: the paradox of public records and private authority.

<sup>1795</sup> VNC, cx. 15, n.º 1, f. 93r–94v.

<sup>1796</sup> HEAD, Randolph – Family archives: the paradox of public records and private authority, p. 34–35.

<sup>1797</sup> ANTT, *Registo do Arquivo*, lv. 3, f. 58r–59r.

<sup>1798</sup> Uma cópia não autenticada desta carta de diligência está em VNC, cx. 54, n.º 2.

do processo atestava, com fé pública, todo o seu conteúdo. Pode ter sido essa a razão para várias cartas de apresentação de razões e préstimos na igreja de S. Lourenço de Lisboa, que existiam no arquivo organizacional de Luís de Brito, não terem sido conservados depois de este as apresentar e provar a legitimidade dos seus direitos de padroado. Passava a ter na sentença<sup>1799</sup> a prova necessária que podia mobilizar em futuros litígios.

Os momentos de conflito, interno e externo, exigiram grande capacidade de organização e mobilização da informação organizacional. Algumas práticas arquivísticas, entre as quais incluímos as inventariações, pareciam surgir em resposta ou em antecipação dessas situações. A transcrição e agrupamento da documentação em processos para ou sobre pleitos<sup>1800</sup> ou em dossiers temáticos parecem ter formado pequenos fortes dos tártaros<sup>1801</sup> que visavam facilitar o acesso à informação em caso de necessidade. Embora a maioria dos dossiers e maços temáticos tenha sido composta provavelmente no contexto da reorganização do arquivo que teve lugar, entre o final do século XVII e o século XVIII, são, ainda assim, visíveis alguns agrupamentos por assunto que são anteriores. Podemos destacar o caso dos maços que se formaram no cartório de Ponte de Lima com papéis relativos apenas às igrejas do padroado dos viscondes na região minhota e da reconfiguração do *Livro de confirmações* que levou à criação do *Pecúlio*<sup>1802</sup>. O mesmo é observável em relação à documentação que foi produzida ou resultou das negociações de D. Diogo de Lima com o marquês de Tenório. Verificamos que terá sido preservada em conjunto numa capilha que agrupava a correspondência recebida e eventualmente outros documentos enviados pelo marquês João Fernandes de Lima. Documentação que supomos ter sido importante para D. Diogo, após a morte do irmão, negociar um acordo, em 1678, com o sobrinho que não havia tomado parte na composição celebrada em 1670<sup>1803</sup>.

Esta antecipação e organização nem sempre foi a regra, o que justifica as dúvidas existentes sobre a fundação de alguns vínculos, nomeadamente do(s) morgadio(s) de Santo Estêvão de Beja, e a perda dos documentos fundacionais. O mesmo para as confusões em

---

<sup>1799</sup> VNC, cx. 5, n.º 45.

<sup>1800</sup> Vd. os processos relacionados com a disputa os bens da “Casa de Maфра”, em VNX, cx. 17 e 18, já mencionados no subcap. 12.2. Sobre esta questão, veja-se igualmente: ROSA, M. Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais, p. 41.

<sup>1801</sup> Numa alusão ao livro de Dino Buzzati; uma comparação utilizada pelo Professor Olivier Poncet durante discussões sobre estas temáticas e que tomamos de empréstimo.

<sup>1802</sup> Vd. subcap. 12.2.

<sup>1803</sup> VNC, cx. 27, n.º 104.

torno do morgadio de Gaião. Porém, quando necessário, buscava-se essa informação, produziam-se novos textos que procuravam reconstituir fundações e sucessões, como aconteceu durante o viscondado de D. Lourenço. A organização do arquivo e a forma como foi mobilizado para as necessidades organizacionais mais diversas foram determinadas pela personalidade e pelos conhecimentos administrativos e “arquivísticos” dos chefes da família-instituição, bem como pela formação e dedicação dos administradores e criados que tinham ao seu serviço.

Em todos os casos estudados, verificamos que o arquivo organizacional não era estático, mas um recurso dinâmico<sup>1804</sup>, configurado por várias práticas arquivísticas ditadas por necessidades organizacionais ligadas a usos gestionários e memoriais<sup>1805</sup>. A informação documentalizada no arquivo estaria, assim, suscetível de constante reativação e recontextualização a qualquer momento. Tal era, simultaneamente, o resultado e um reflexo da construção pela qual passaram as próprias famílias-instituição, geração após geração.

O arquivo organizacional não foi o único elemento da construção da identidade do grupo familiar, nem da sua consolidação institucional ou da reprodução do seu poder. Alianças matrimoniais, serviço ao rei, cargos e funções desempenhadas, redes clientelares constituídas foram outros fatores que entraram na equação. Notamos que as ações e decisões de Luís de Brito Nogueira II, de Lourenço Lima e de Diogo de Lima contribuíram para garantir a continuidade do título e de uma parte substancial do património material e simbólico que havia pertencido à família-instituição Lima. Não deixaram, porém, de o acrescentar. O apoio de D. Lourenço e de D. Diogo à dinastia brigantina teve influência na preservação do estatuto da Casa, e a proximidade ao monarca valeu-lhes a ocupação de cargos de destaque como o de membros do seu Conselho.

Na confluência de diferentes variáveis, a transmissão e manutenção da informação documentalizada transformada em arquivo, assim como a transferência de conhecimentos relacionados com a sua gestão foi, como vimos, mais um dos suportes do estatuto e da coesão do grupo e, em última análise, contribuiu para uma Casa institucionalmente consolidada nos finais do século XVII.

---

<sup>1804</sup> KETELAAR, Eric – Foreword.

<sup>1805</sup> KETELAAR, Eric – Muniments and monuments.

## CONCLUSÃO

“O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa”<sup>1806</sup>

— Marc Bloch

A presente investigação teve como objetivo estudar, através de uma abordagem em Arquivística Histórica, a produção informacional documentalizada e os arquivos organizacionais das famílias-instituição Lima e Brito Nogueira, assim como das duas primeiras gerações que se seguiram à união entre Luís de Brito e de Inês de Lima e que asseguraram a continuidade do património material e simbólico associado ao título de visconde de Vila Nova de Cerveira, procedente da família-instituição Lima. Pretendemos entender como os membros destas gerações usaram os seus arquivos para assegurar o seu funcionamento, coesão e sobrevivência enquanto instituição, enquanto corpo e, em última análise, buscámos compreender como o arquivo contribuiu para a consolidação institucional da Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira até ao século XVII.

A primeira parte da tese, designada “coordenadas da investigação”, estabeleceu o enquadramento teórico e conceptual que norteou o itinerário da pesquisa. Embora a abordagem em Arquivística Histórica já venha a ser aplicada a arquivos familiares desde 2010, é uma perspectiva que tem vindo a evoluir e a ser redefinida. Como tal, sentimos a necessidade de enquadrar e de elucidar conceitos que eram essenciais para o nosso estudo, sendo que este aprofundamento teórico possibilitou que fosse realizada uma descrição mais precisa do objeto de estudo, dos objetivos, das problemáticas, do percurso da pesquisa e das metodologias aplicadas ao caso sob investigação. Apesar da sua amplitude, cremos que esta reflexão inicial fundamenta e beneficia a compreensão das partes subsequentes da tese. Contudo, estamos convencidos de que as definições que propomos para alguns conceitos utilizados na abordagem merecem ser objeto de uma discussão interdisciplinar mais aprofundada. Da mesma forma, a definição de família-instituição apresentada necessita de ser complementada por estudos adicionais que se debrucem sobre as configurações institucionais dos grupos parentais.

---

<sup>1806</sup> BLOCH, Marc – *Introdução à História*, p. 55.

Na segunda parte, procurámos compreender como se desmantelou o arquivo organizacional dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, sobretudo após o século XIX. É possível perceber, neste ponto do trabalho, como alguns núcleos documentais se dispersaram dos cartórios de Ponte de Lima e de Lisboa, assim como entender a génese e conteúdo do fundo *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima*, pertencente ao Eng.º Vasconcellos e Souza. A exposição pormenorizada que realizámos visou dar a conhecer o grau de dispersão do arquivo e as várias intertextualidades acumuladas que condicionaram de forma significativa a reconstituição realizada e para as quais chamámos a atenção. Almejámos também fornecer ao leitor várias hipóteses em questões que permanecem em aberto e que podem ser exploradas, por nós ou por outros, em pesquisas posteriores. Temos consciência de que o arquivo organizacional não se limitava à documentação que se encontrava nestes dois cartórios. Os indícios explorados apontam para a existência de escrituras de gestão corrente que se encontravam em outras propriedades da Casa e nas mãos de administradores e procuradores dos viscondes, mais difíceis de identificar. Para a sobrevivência da maioria dos núcleos mapeados, contribuíram vários eruditos oitocentistas e dos inícios do século XX atraídos pela história local, cujas coleções se encontram atualmente depositadas em instituições públicas. Outros interessados, atraídos pelo valor monetário da documentação, têm propiciado a sua circulação, desde o século XIX, por leilões, alfarrabistas e outras coleções privadas por vezes inacessíveis. Embora tenha saído do arquivo dos viscondes no século XVIII, também foi considerada no mapeamento e na análise uma coleção que se encontra na Biblioteca da Ajuda, por conter documentação que foi produzida e arquivada por membros das gerações em estudo. O conteúdo e a história custodial dos documentos desta coleção exigem um exame mais aprofundado do que aquele que empreendemos, especialmente para uma compreensão mais precisa das transformações a que foram submetidos na livraria do conde de Redondo e, posteriormente, na livraria real. Deixámos algumas interrogações sobre a constituição dos códices factícios e de alguns copiadores que, se respondidas, permitiriam complementar ou reformular algumas das conclusões avançadas na quarta parte deste trabalho.

Ainda na segunda parte da tese, demonstrámos como as seleções, classificações e descrições arquivísticas afetam a inteligibilidade dos contextos genésicos da documentação transformada em arquivo. No entanto, tornou-se evidente que as “transformações” não

ocorreram apenas na sequência de “reconfigurações não organizacionais” após o século XIX, mas também em função das necessidades organizacionais da família-instituição. Alguns dos instrumentos de recuperação da informação analisados e produzidos entre o final da centúria de Setecentos e a de Oitocentos dizem sobretudo respeito ao cartório de Lisboa e dão destaque aos bens vinculados e aos da Coroa que estavam na Casa, chefiada pelo visconde de Vila Nova de Cerveira, e que tinham as suas origens em diferentes “Casas” e “famílias”. Ao mesmo tempo, não existirem inventariações do cartório de Ponte de Lima posteriores ao século XVIII — ou de estas não terem chegado até nós — condicionou a imagem que temos desse cartório e a nossa reconstituição. A par de documentação relacionada com bens e direitos da Coroa, de que os viscondes eram donatários na região minhota, sabemos, pelo inventário elaborado em 1675–77, que aquela que dizia respeito aos direitos de padroado das igrejas mereceu especial atenção dada a importância destes para a manutenção das suas redes clientelares.

Este percurso “arqueológico” possibilitou a obtenção de uma compreensão precisa dos limites da reconstituição. Procurámos reforçá-los e sintetizá-los no início da terceira parte da tese, antes de propormos a contextualização da documentação existente e mapeada para as gerações selecionadas num quadro orgânico, contruído com base no modelo sistémico concebido por Malheiro da Silva. Ainda que a construção de um quadro verdadeiramente contextualizador de toda a complexidade que os arquivos familiares encerram seja uma tarefa dificilmente realizável, julgamos que o modelo sistémico tem algumas vantagens contextualizadoras que foram úteis para organizar a informação documentalizada mapeada e avançar na sua análise. No entanto, existem questões que permanecem sem solução e acreditamos que são necessários mais estudos de caso que testem o modelo face à realidade institucional e documental encontrada. Há conceitos de base do modelo que necessitam de ser reconsiderados, nomeadamente o de família, tendo em conta as diferenças substanciais que existem entre o período pré-moderno e o pós-liberal, ponderando-se eventualmente a noção de família-instituição que avançámos. Tal poderia tornar aceitável outra forma de organização das subsecções no interior da secção da geração, com outro destaque para a documentação dos administradores, assim como o enquadramento da documentação das esposas solteiras em subsistemas. A abordagem em Arquivística Histórica pode servir como uma plataforma para este diálogo, ainda que haja problemas relacionados com a representação da documentação reconstituída e dispersa

para as quais ainda não foram apresentadas soluções. No âmbito da nossa investigação, não foi possível encontrar respostas ideais para todos os problemas que fomos detetando. Tomámos, assim, algumas opções que fizemos por explicar e justificar, deixando-as abertas a debate.

Alguns dos problemas identificados e o volume significativo de documentos mapeados, levaram-nos a descrever apenas uma parte da documentação analisada no *software* AtoM, especialmente aquela que faz parte do Subsistema Lima, por a maioria não estar descrita nas entidades nas quais está depositada. Procurámos apresentar os critérios da seleção no nosso texto e na própria base de dados. O que não foi possível completar, poderá sê-lo num futuro próximo com base no material recolhido durante esta investigação. Referimo-nos à descrição de documentos dos Britos Nogueira e dos viscondados de D. Lourenço e de D. Diogo, assim como a uma contextualização da documentação que se encontra na Biblioteca da Ajuda.

Ainda na terceira parte da tese, esclarecemos como foi realizada a reconstituição, a partir de sumários presentes em inventários produzidos pelas próprias famílias-instituição, de documentos entretanto desaparecidos e que permitem complementar a imagem que a documentação existente fornece das instituições em análise. Tal como sugere E. Anheim, esforçámo-nos por elucidar todo o percurso investigativo e as ações realizadas sobre a documentação que nos possibilitaram, na quarta parte da tese, responder às questões inicialmente propostas.

O *corpus* reconstituído permitiu concluir que a institucionalização dos grupos em estudo ocorreu predominantemente através da transmissão de bens e direitos da Coroa e de um título nobiliárquico (no caso dos Limas), de vínculos (no caso dos Britos Nogueira) ou de uma combinação destas configurações institucionais (no caso dos Lima Brito Nogueira), formando uma família-instituição ou Casa que se organizava, a cada geração, sob a autoridade de um *pater familias*. Este facto refletiu-se na produção informacional documentalizada, na seleção do que seria preservado a longo prazo e nas práticas arquivísticas adotadas para controlar e recuperar a informação da forma que fosse mais útil para as necessidades imediatas ou futuras, tendo em conta pressões internas (conflitos de interesses dentro do grupo parental) e externas (a legislação régia e a competição com outras instituições pelo domínio sobre os mesmos espaços e pessoas). As áreas de atuação

dos membros das várias gerações estudadas extravasavam os domínios de institucionalização mencionados, acresce que nem tudo o que foi produzido ou temporariamente guardado foi conservado a longo prazo, havendo, ainda, documentação de gestão corrente dos bens que estaria nas mãos de administradores (como evidenciado para as gerações dos Limas e dos Lima Brito Nogueira). O arquivo foi assumindo, assim, diferentes funções para os membros destas gerações. Serviu como repositório de prova da posse de bens e privilégios, facilitou a gestão corrente das propriedades e dos seus rendimentos e, sobretudo a partir das gerações dos Lima Brito Nogueira, funcionou como um suporte a discursos sobre a(s) memória(s) e identidade(s) do grupo.

As conclusões e interpretações agora avançadas podem vir a ser complementadas ou reformuladas por alguns aspetos que não tivemos a oportunidade de explorar meticulosamente. A documentação relativa ao exercício de funções “públicas” pelos viscondes Lourenço e Diogo é um deles, sendo necessário investigar como era arquivada e para que fins imediatos, além dos memoriais que mencionámos. Por outro lado, um estudo das redes clientelares destas famílias-instituição poderia revelar mais informações sobre os administradores e criados que tiveram um papel importante na produção documental, na gestão do arquivo e nas práticas arquivísticas adotadas; a documentação mapeada pode ser um ponto de partida, mas necessita de ser complementada por outra. Em relação aos vínculos que saíram da Casa, especialmente o de Gaião e o de Santo Estêvão de Beja, o recurso a núcleos documentais privados, como o do Palácio do Salvador, poderia proporcionar uma outra leitura da produção, das práticas e dos usos desta documentação. Refira-se, ainda, que ficaram por reconstituir e analisar dois importantes subsistemas que deram entrada no sistema principal no período em análise, o dos Nogueiras e o dos Vasconcelos e Meneses, que merecem no futuro ser explorados.

Dentro dos limites da nossa reconstituição, respondemos às questões inicialmente formuladas, concluindo, no final da quarta parte da tese, que as famílias-instituição estudadas foram entidades em constante estruturação, tal como o arquivo que as sustentava. A consolidação institucional dependeu, assim, de um esforço contínuo, realizado a cada geração, para transmitir um património identitário unificador e identificador do grupo a um representante da mesma geração ou da seguinte, juntamente com a documentação transformada em arquivo que apoiava essa construção.



Consideramos que alguns aspetos ficaram ainda por explorar, contudo, não vemos esta investigação como um ponto final. É, na verdade, um ponto de partida para a leitura da complexidade deste arquivo e dos seus subsistemas de informação documentalizada, bem como para uma reflexão aprofundada sobre as propostas da Arquivística Histórica e sobre a classificação deste tipo de acervos, especialmente quando são reconstituídos. O que apresentamos é, assim, apenas uma etapa do caminho. Para a continuação deste percurso, disponibilizamos as bases do nosso trabalho para serem reutilizadas por nós ou por outros investigadores.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Fontes

#### 1.1. Documentação que pertenceu ao arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira

ACC, sem cota. Arquivo privado com 31 documentos relativos ao Paço de Giela.

ADB, *VVNC*, n.º 1 a 59.

AMPTL, *VVNC*, 001 (código de referência: PT/MPTL/VVNC).

AMVCT, *LFG*, 65230D.

ANTT, *BACB*, n.ºs 1 a 25, e duas capilhas sem cota.

APLC, n.º 264. Coleção privada que contém documento que pertenceu aos Britos Nogueira.

BA, códices nas estantes 51 e 52 (51-V-55; 51-V-17; 51-VIII-23 a 29; 49-X-21; 51-V-14 e 15; 51-VIII-30 a 41; 51-VIII-44 e 45; 51-X-18 e 19; 52-IX-4 a 12) e documentos avulsos na estante 54 (BA, 54-VI-53, n.º 298; 54-VIII-30, n.ºs 1 a 104; 54-VIII-31, n.ºs 105 a 225; 54-VIII-32, n.ºs 226 a 346; 54-IX-22, n.ºs 200, 212, 214, 219, 245, 288, 295, 302, 306, 310, 322, 329; 54-X-21, n.º 8; 54-XI-28, n.ºs 91 e 92; 54-XI-29, n.ºs 93 a 258; 54-XIII-7, n.ºs 9 a 171; 54-XIII-8, n.ºs 241, 242, 244, 254, 265; 54-XIII-11, n.º 41; 54-XIII-21, n.ºs 1 a 361).

BESSMM, *JL*, pergaminho sem cota.

BGUC, *Manuscritos*, 2970.

BMNARQ, *Ms.*, P., Div., cx. 9, n.º 338 e cx. 11, n.º 397.

JBA, sem cota. Coleção privada com livro que pertenceu ao cartório dos viscondes em Ponte de Lima.

JPV. Coleção privada com sete documentos dos Britos Nogueira e dos Nogueiras.

VNC, n.ºs 1 e 2, cx. 1–9, 11–23, 25–29, 31–35, 37–38, 40–42, 44–47, 49–50, 52–54, 56, 57, 59, 60 e 63; *Livro rendimentos de 1739*. Arquivo privado, pertencente a Luís Vasconcellos e Souza, com descrição e algumas reproduções digitais na base de dados DigitArq do ANTT; código de referência: PT/TT/VNC.

#### 1.2. Outras fontes

ACL, códice azul 922.

ACML, Livro de notas n.º 285A, f. 68–74v.

ADVCT, *Assentos de óbitos* (código de referência: PT/ADVCT/PRQ/PPTL35/003/00022)

AFQVG, *Cópia do processo judicial relacionado com o foral de D. Manuel I*, 1715.

AMB, *Administração do concelho*, Livro de nota n.º 159 (12-10-1917–11-01-1918).

AMPTL, *Livros de Registos de Testamentos*, n.º 113; *Livros de notas*, PNP cx. 64–72.

AMVCT, *LFG*, 959, 1044.

ANTT, *Chancelaria Régia* (Chancelarias de D. Afonso V, D. Manuel I, D. João III, D. Sebastião, D. Henrique, D. Filipe I, D. Filipe III, D. João IV, D. Afonso VI, D. João V, D. Maria I).

ANTT, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo 274.

ANTT, *Feitos Findos, Real Fisco da Inconfidência e dos Ausentes*, Casa do marquês de Ponte de Lima, cx. 480, mç. 1; cx. 479, mç. 2.

ANTT, *Hospital de São José*, lv. 62 e lv. 91.

ANTT, *Paróquia de São Lourenço*, Duplicados de registo de óbitos, lv. dO17.

ANTT, *Paróquia de São Lourenço*, Duplicados de registo de óbitos, lv. dO16.

ANTT, *Paróquia de São Lourenço*, Registo de óbitos, lv. 12.

ANTT, *Registo do Arquivo*, lv. 3.

BA, 49-IX-44.

BGUC, *Manuscritos*, 633.

BNP, ALB, *Roma*, cx. 83 II, cap. 5.

BNP, *Manuscritos*, 2, n.º 9.

CONSERVATÓRIA DO REGISTO CIVIL DE PONTE DE LIMA, Registos de óbito, assento n.º 569.

CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE LISBOA, registo predial do Palácio da Rosa e seus anexos (prédio descrito sob n.º 7173 na f. 34v do livro B29).

CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE PONTE DE LIMA, registo predial do Paço do Marquês de Ponte de Lima e seus anexos (prédio descrito sob o n.º 722, a f. 111v do livro B-6).

Entrevistas realizadas ao Eng.º Luís Vasconcellos e Souza, proprietário do fundo *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima*, nos dias 29 de março e 19 de abril de 2017.

## 2. Bibliografia citada

- AAVV – *Apontamentos para a história das culturas de escrita: da idade do ferro à era digital*. Faro: CEPAC, FCHS - Universidade do Algarve, 2016.
- ABREU, J. Gomes de – Miguel Roque dos Reis Lemos. Em ABREU, J. Gomes de; VIEIRA, Amândio de Sousa (eds.) – *Figuras limianas*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 2008, p. 232–234.
- ABREU, João Gomes de – D. Francisco de Lima. Em ABREU, João Gomes de; VIEIRA, Amândio de Sousa (eds.) – *Figuras limianas*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 2008, p. 43–47.
- ABREU, João Paulo – A Igreja e os seus arquivos: história e norma, até 1983. Em *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 127–162.
- ABREU, Laurinda – Algumas considerações sobre vínculos. *Revista Portuguesa de História*. n.º 35 (2001), p. 335–346.
- AFONSO, Marília – A sedutora Casa da Várzea nos arredores de Lamego. *Casas de Portugal*. n.º 47 (2004), p. 4–8.
- AGHASSIAN, Michel; GRANDIN, Nicole; MARIE, Alain – Initiation au vocabulaire de la parenté. Em AUGÉ, Marc (ed.) – *Les Domaines de la parenté: filiation, alliance, résidence*. Paris: F. Maspero, 1975.
- AGUIAR, Miguel Pereira – *Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média*. Porto: FLUP, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2021. Tese de doutoramento.
- AGUILERA PORTALES, Lucía; GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – De sangre, familia y otros conceptos nobiliarios en Castilla y Portugal en los inicios del siglo XVII. Em *Familia, valores y representaciones*. Servicio de Publicaciones, 2010, pp. 95–114 [acedido 6 janeiro 2022] em <URL <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3434493>>.
- ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto/Lisboa: Livraria Civilização, 1968. Vol. 2.
- ALMEIDA, Isabel – Histórias do trabalho bibliotecário na Academia Real da História Portuguesa. Em *Examinar os manuscritos das livrarias particulares: obra do Conde da Ericeira*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2012, p. 35–68.

- AMARAL, Luís – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*. Porto: FLUP, 2008. Tese de doutoramento.
- ANDERSON, Kimberly – The footprint and the stepping foot: archival records, evidence, and time. *Archival Science*. Vol. 13, n.º 4 (2013), p. 349–371.
- ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís (eds.) – *Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes (séculos XII–XIV)*. *Tributo a Luís Krus*. Lisboa: IEM, 2015.
- ANDRADE, Amélia Aguiar; KRUS, Luís (eds.) – *Valdevez medieval. Documentos. II. Arquivos de Lisboa 1300–1479*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2001. vol. 2.
- ANDRADE, Ferreira de – A Mouraria. O palácio da Rosa e os templos de S. Lourenço e do Coleginho. *Olisipo*. n.º 51 (1950), p. 105–118.
- ANDRIEU, Éléonore; CHASTANG, Pierre; DELIVRÉ, Fabrice; MORSEL, Joseph; THEIS, Valérie (eds.) – *Le pouvoir des listes au Moyen Âge – III. Listes, temps, espace*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2023.
- ANGOTTI, Claire; CHASTANG, Pierre; DEBIAIS, Vincent; KENDRICK, Laura (eds.) – *Le pouvoir des listes au Moyen Âge – I. Écritures de la liste*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2019.
- ANHEIM, Étienne – Introduzione. Ouvrir les sources au questionnement. *Dimensioni e problemi della ricerca storica*. n.º 2 (2007), p. 20–28.
- ANHEIM, Étienne – L'historien au pays des merveilles? Histoire et anthropologie au début du XXI<sup>e</sup> siècle. *L'Homme*. Vol. 203–204, n.º 3–4 (2012), p. 399–427.
- ANHEIM, Étienne; CHASTANG, Pierre (eds.) – *Pratiques de l'écrit (VI<sup>e</sup>–XIII<sup>e</sup> siècle). Médiévales*. n.º 56 (2009), p. 5–10.
- ANHEIM, Étienne; FELLER, Laurent; JEAY, Madeleine; MILANI, Giuliano (eds.) – *Le pouvoir des listes au Moyen Âge – II. Listes d'objets/listes de personnes*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2020.
- ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier – Présentation. Fabrique des archives, fabrique de l'histoire. *Revue de synthèse*. Vol. 125 (2004), p. 1–14.
- ANHEIM, Etienne; PONCET, Olivier (eds.) – *Fabrique des archives, fabrique de l'histoire*. *Revue de synthèse*. Vol. 125 (2004).
- ANNALES – Après le tournant documentaire. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Vol. 75, n.º 3 (2020), p. 425–446.

- ANSELMO, Artur – Júlio de Lemos. Em ABREU, João Gomes de; VIEIRA, Amândio de Sousa (eds.) – *Figuras limianas*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 2008, p. 318–319.
- ARAÚJO, Ana Cristina – Crise política e militarização do estado em inícios do século XIX. *Revista de História das Ideias*. Vol. 33 (2012), p. 373–420.
- ARAÚJO, Norberto de – *Inventário de Lisboa. Fascículo VII - Palácios Particulares*. Lisboa: Câmara Municipal, 1950.
- ARQUIVO DISTRIAL DE BRAGA – Relatório de Actividades - 1996. *Forum*. Vol. 21 (1997), p. 193–205.
- ARTHUR, Ribeiro – *A legião portuguesa ao serviço de Napoleão (1808–1813)*. Lisboa: Ferin, 1901.
- ARVATU, ADINA – Spectres of Freud: The Figure of the Archive in Derrida and Foucault. *Mosaic: An Interdisciplinary Critical Journal*. Vol. 44, n.º 4 (2011), p. 141–159.
- ATIENZA HERNÁNDEZ, Ignacio – La memoria construida: Nobleza y genealogía de la Casa y la Villa de Osuna. *Apuntes 2: Apuntes y Documentos para una Historia de Osuna*. n.º 2 (1998), p. 7–26.
- BARATA, Filipe Themudo (ed.) – *Elites e redes clientelares na Idade Média*. Évora: CIDEHUS, 2001.
- BARELLA, Elena Cantarell; COMAS, Mireia (eds.) – *La escritura de la memoria: los registros*. Barcelona: PPU, 2011.
- BARRAL, Ángel Arcay – Os arquivos de família: o caso galego-português. Em *Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*. Porto: FLUP, Biblioteca Digital, 2014, p. 217–231.
- BARTHÉLEMY, Dominique – Parentesco. Em DUBY, Georges (ed.) – *História da Vida Privada. Vol. 2: Da Europa Feudal ao Renascimento*. Porto: Afrontamento, 1990, p. 96–161.
- BASTIAN, Jeannette – The records of memory, the archives of identity: celebrations, texts and archival sensibilities. *Archival Science*. Vol. 13 (2012).
- BASTIAN, Jeannette A. – *Owning memory: how a Caribbean community lost its archives and found its history*. Libraries Unlimited, 2003.
- BASTIAN, Jeannette Allis – Reading colonial records through an archival lens: the provenance of place, space and creation. *Archival Science*. Vol. 6, n.º 3 (2006), p. 267–284.

- BAUER, Volker; EICKMEYER, Jost; FRIEDRICH, Markus (eds.) – *Genealogical knowledge in the making: tools, practices, and evidence in Early Modern Europe*. Berlin; Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2019.
- BAUTIER, Robert-Henri – La phase cruciale de l'histoire des archives: la constitution des dépôts d'archives et la naissance de l'archivistique, XVIe-début du XIXe siècle. *Archivum*. Vol. 18 (1968), p. 139–150.
- BECK, Patrice – *Archéologie d'un document d'archives: approche codicologique et diplomatique des chartes des feux bourguignonnes, 1285–1543*. Paris: École des chartes, 2006.
- BECKER, Peter; CLARK, William (eds.) – *Little Tools of Knowledge: Historical Essays on Academic and Bureaucratic Practices*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.
- BEDOS-REZAK, Brigitte – Towards an archaeology of the medieval charter: textual production and reproduction in northern French «chartriers». Em WINROTH, Anders; KOSTO, Adam J. (eds.) – *Charters, cartularies and archives: the preservation and transmission of documents in the medieval West. Proceedings of a colloquium of the Commission internationale de diplomatique (Princeton and New York, 16–18 September 1999)*. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2002, p. 43–60.
- BERGER, Stefan – The role of national archives in constructing national master narratives in Europe. *Archival Science*. Vol. 13, n.º 1 (2013), p. 1–22.
- BERTRAND, Paul – *Les écritures ordinaires: Sociologie d'un temps de révolution documentaire (entre royaume de France et empire, 1250–1350)*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2015.
- BESSA, Carlos Gomes – Academia Portuguesa de História. Em SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (eds.) – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: s.n., 1994, p. 12–15.
- BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Catálogo de Manuscritos: códices 2950 a 3000*. Coimbra: BGUC, 1964.
- BLAIR, Ann – Introduction. *Archival Science*. Vol. 10, n.º 3 (2010), p. 195–200.
- BLAIR, Ann – *Too much to know: managing scholarly information before the modern age*. New Haven: Yale University Press, 2010.
- BLAIR, Ann; DUGUID, Paul; GOEING, Anja-Silvia; GRAFTON, Anthony (eds.) – *Information a historical companion*. Princeton: Princeton University Press, 2021.

- BLAIR, Ann; FITZGERALD, Devin – A Revolution in Information? Em SCOTT, Hamish (ed.) – *The Oxford Handbook of Early Modern European History, 1350–1750*. Oxford: Oxford University Press, 2015. Vol. 1, p. 244–265.
- BLAIR, Ann; MILLIGAN, Jennifer – Introduction. *Archival Science*. Vol. 7, n.º 4 (2007), p. 289–296.
- BLOCH, Marc – *Introdução à História*. 6.ª ed. Mem Martins: Europa-América, 1993.
- BLOUIN JR., Francis X. – Epilogue: a perspective on the archival divide. Em ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S.; GAGO, Alice B.; et al. (eds.) – *Recovered voices, newfound questions: family archives and historical research*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 366–378.
- BLOUIN JR., Francis X. – History and Memory: The Problem of the Archive. *PMLA*. Vol. 119, n.º 2 (2004), p. 296–298.
- BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. – Preface and acknowledgments. Em *Archives, documentation, and institutions of social memory: essays from the Sawyer Seminar*. Chicago: University of Michigan Press, 2006, p. vi–ix.
- BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. – *Processing the past: contesting authority in history and the archives*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez e latino [...]*. Coimbra: Colégio das Artes, Companhia de Jesus, 1712.
- BORGOLTE, Michael – Memoria. Bilan intermédiaire d'un projet de recherche sur le Moyen Age. Em OEXLE, Otto Gerhard; SCHMITT, Jean-Claude (eds.) – *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2002. (Histoire ancienne et médiévale), p. 53–69.
- BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – *Archivo de familia: materiales para un manual*. Bergara: IRARGI - Centro de Patrimonio Documental de Euskadi, 1991.
- BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – Archivos de Familia y Archivos domésticos Treinta años de experiencias. 2013 [accedido 14 setembro 2020] em <URL [https://www.academia.edu/11334779/Archivos\\_de\\_Familia\\_y\\_Archivos\\_dom%C3%A9sticos\\_Treinta\\_a%C3%B1os\\_de\\_experiencias](https://www.academia.edu/11334779/Archivos_de_Familia_y_Archivos_dom%C3%A9sticos_Treinta_a%C3%B1os_de_experiencias)>.
- BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – El Archivo de la Casa de Zavala. Método de organización e historia de la formación del Archivo in *Inventario del Archivo de la Casa*



- de Zavala. Em *Inventario del Archivo de la Casa de Zavala. Vol. I: Introducción*. San Sebastián: Archivo de la Casa de Zavala, 2000, p. 16–146.
- BORKO, H. – Information science: what is it?. *American Documentation*. Vol. 19, n.º 1 (1968), p. 3–5.
- BOTZEM, Susanne; KROPAC, Ingo H. – Integrated computer supported editing, approaches and strategies. *Historical Social Research*. Vol. 16, n.º 4 (1991), p. 106–115.
- BOUDREAU, Claire; FIANU, Kouky; GAUVARD, Claude; HÉBERT, Michel (eds.) – *Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge: actes du colloque international tenu à l'Université du Québec à Montréal et à l'Université d'Ottawa (9–11 mai 2002)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2004.
- BOURQUIN, Laurent – Memoire familiale, memoire seigneuriale: le chartrier de Chalancey (XVe–XIXe siècle). Em CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (eds.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux, XIIIe–XXIe siècle*. Paris: Société de l'Histoire de France, 2010, p. 209–222.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. – Entre as alterações de Beja (1593) e a «Revolta dos Ingleses» (1596), em Lisboa. Luta política no último Portugal do primeiro Filipe. Em *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580–1668)*. Edições Cosmos, 2000, p. 127–157.
- BOUZA, Fernando – *Imagen y propaganda: capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998.
- BRELOT, Claude-Isabelle – Archives privées, archives publiques, mémoire familiale: questions de méthode et de déontologie. Em FAVIER, René (ed.) – *Archives Familiales et Noblesse Provinciale: Hommage a Yves Souli*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2006, p. 75–87.
- BRIET, Suzanne – *Qu'est-ce que la documentation?* Éditions documentaires, industrielles et techniques, 1951.
- BRIGAS, Miriam Afonso – *As relações de poder na construção do direito da família português [1750–1910]*. Lisboa: AAFDL Editora, 2016.

- BRIGOLA, João Carlos P. – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Universidade de Évora, 2000. Tese de doutoramento.
- BROTHMAN, Brien – Archives, Life Cycles, and Death Wishes: A Helical Model of Record Formation. *undefined*. Vol. 61 (2006), p. 235–269.
- BROTHMAN, Brien – Orders of Value: Probing the Theoretical Terms of Archival Practice. *Archivaria*. n.º 32 (1991), p. 78–100.
- BROTHMAN, Brien – The limits of limits: derridean deconstruction and the archival institution. *Archivaria*. Vol. 36 (1993), p. 205–220.
- BROWN, Warren – When documents are destroyed or lost: lay people and archives in the early Middle Ages. *Early Medieval Europe*. Vol. 11, n.º 4 (2002), p. 337–366.
- BRUNNER, Otto – La «casa come complesso» e l’antica «economica» europea. Em *Per una nuova storia costituzionale e sociale*. Milano: Vita e Pensiero, 1968, p. 133–164.
- BURGUIÈRE, André – La mémoire familiale du bourgeois gentilhomme: généalogies domestiques en France aux XVIIe et XVIIIe siècles. *Annales*. Vol. 46, n.º 4 (1991), p. 771–788.
- BURKE, Peter – Commentary. *Archival Science*. Vol. 7, n.º 4 (2007), p. 391–397.
- BURKE, Peter – The history of knowledge: social or cultural history? Em COHEN, Evelyne; FLÉCHET, Anaïs; GCETSCHER, Pascale; et al. (eds.) – *Cultural History in France*. New York: Routledge, 2019, p. 40–47.
- BURKE, Peter – *What is the history of knowledge?* Cambridge, Malden: Polity Press, 2016.
- BURTON, Antoinette (ed.) – *Archive stories: facts, fictions, and the writing of history*. Durham, Londres: Duke University Press, 2005.
- CABRAL, Alfredo do Valle – Secção de manuscritos. Esboço Histórico. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. 11 (1885), p. 456–469.
- CABRAL, Maria Luísa – *A Real Biblioteca e os seus criadores: em Lisboa, 1755–1803*. Lisboa: BNP, 2014.
- CALHEIROS, Diogo Lopes de – *Memorial de Calheiros*. Ponte de Lima: Conde de Calheiros, 1987.

- CALLEJA PUERTA, Miguel – El factor genealógico: posibilidades y límites de la documentación de archivo para la elaboración de historias familiares. *Emblemata: Revista aragonesa de emblemática*. n.º 16 (2010), p. 123–153.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA – O Geo – História. *Gabinete de Estudos Olisiponenses*. 2007 [acedido 28 julho 2021] em <URL <http://geo.cm-lisboa.pt/>>.
- CAMMAROSANO, Paolo – *Italia medievale: struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: La Nuova Italia scientifica, 1992.
- CAMÕES GOUVEIA, António – A linhagem ou o tempo da memória: D. Francisco Manuel de Melo e o nobre seiscentista. *Ler história*. n.º 18 (1990), p. 3–24.
- CAMPOS, Fernanda Guedes de – A livraria dos condes de redondo: contributo para um estudo de práticas de colecionismo e leitura nos séculos XVII–XVIII. Em *[Palácio dos condes de Redondo]*. Lisboa: [UAL], [no prelo].
- CAMPOS, Nuno Miguel Silva – *Redes sociais: D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415–1437)*. Évora: Universidade de Évora, 2002. Dissertação de mestrado.
- CANAS, Ana – Storytelling: private papers versus official records in the 18th and 19th century Portugal. Em ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 37–44.
- CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger – O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Vol. 12, n.º 1 (2007), p. 148–207.
- CARAPINHA, Rute; OLIVEIRA, Sandra – *Inventário do Arquivo da Casa Sobral*. Sobral de Monte Agraço: Câmara Municipal, 2005.
- CARDIM, Pedro – *O Poder dos Afetos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: FCSH-UNL, 2000. Tese de doutoramento.
- CARDIM, Pedro – Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I. Em RAMOS, Luís A. O.; RIBEIRO, Jorge M.; POLÓNIA, Amélia (eds.) – *Estudos de Homenagem a João Francisco Marques*. Porto: FLUP, 2001. Vol. 1, p. 277–306.
- CARDOSO, Vilma Joana Correia Paiva de Freitas – *O arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e sua representação através do modelo sistémico*. Porto: FLUP, 2013. Dissertação de mestrado.

- CARVALHAL, Hélder – Património, casa e patrocínio: uma aproximação ao senhorio do infante D. Fernando (1530–1534). *Fragmenta Historica*. n.º 2 (2014), p. 39–67.
- CARVALHAL, Hélder Filipe Machado – *Poder, dinastia e governo de Portugal e do império: o caso do infante D. Luís (1506–1555)*. Évora: Programa interuniversitário UE, UCP, ISCTE-IUL, FLUL, ICS-UL, 2022. Tese de doutoramento.
- CARVALHO, Patrícia; DINIZ, Sofia – Os Limas e a política de D. Manuel I. Em COSTA, João Paulo Oliveira E.; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (eds.) – *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia*. CHAM / IICT, 2004, p. 259–277.
- CASCAIS, António Fernando – Nota de apresentação. Em *A arqueologia do saber*. Lisboa: Ed. 70, 2016, p. 7–31.
- CASELLA, Laura; NAVARRINI, Roberto (eds.) – *Archivi nobiliari e domestici: conservazione, metodologie di riordino e prospettive di ricerca storica*. Udine: Forum, 2000.
- CASTELO BRANCO, Fernando – Significado cultural das academias de Lisboa no século XVIII. *Bracara Augusta*. Vol. 28, n.º 65–66 (77–78) (1974), p. 31–57.
- CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga. O Bairro Alto*. 3.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1956. vol. 3.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio – *Entre la pluma y la pared: una historia social de la escritura en los Siglos de Oro*. Madrid: Akal, 2006.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio – The new culture of archives in early modern Spain. *European History Quarterly*. Vol. 46, n.º 3 (2016), p. 545–567.
- CASTRO, Armando – Padroados (Idade Média). Em SERRÃO, Joel (ed.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinha, 1985. Vol. 4, p. 511.
- CASWELL, Michelle – ‘The archive’ is not an archives: on acknowledging the intellectual contributions of Archival Studies”. *Reconstruction: studies in contemporary culture*. Vol. 16, n.º 1. 2016 [acedido 2 maio 2022] em <URL <http://reconstruction.digitalodu.com/Issues/161/Caswell.shtml>>.
- CASWELL, Michelle – Affective bonds: what community archives can teach mainstream institutions. Em BASTIAN, Jeannette A; FLINN, Andrew (eds.) – *Community archives, community spaces: heritage, memory and identity*. Londres: Facet Publishing, 2020, p. 21–40.

*Catalogo da importante e copiosa bibliotheca dos marquezes de Castello Melhor, cujos livros serão vendidos em hasta publica, tendo a venda começo o mais brevemente possível.* Lisboa: Typographia Editora de M. Moreira, 1878.

CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco – Hacia una nueva definición de la estructura social en la España del antiguo régimen a través de la familia y las relaciones de parentesco. *Historia Social*. n.º 21 (1995), p. 75–104.

CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco – La historia de la familia. Debates metodológicos y problemas conceptuales. Em *El viaje de las familias en la sociedad española: veinte años de historiografía*. Murcia: Universidad de Murcia, 2014, p. 61–73.

CHARTIER, Roger; RODRIGUES, José Damião; MAGALHÃES, Justino (eds.) – *Escritas e cultura na europa e no atlântico modernos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2020.

CHASTANG, Pierre – Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale: la structuration d'un nouveau champ de recherche. *Cahiers de Civilisation Médiévale*. Vol. 49, n.º 193 (2006), p. 21–31.

CHASTANG, Pierre – Introduction. *Tabularia. Sources écrites des mondes normands médiévaux - Les cartulaires normands. Bilan et perspectives de recherche*. n.º 9 (2009), p. 27–42.

CHASTANG, Pierre – L'archéologie du texte médiéval. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre, Hors-série n° 2*. 2008 [accedido 17 março 2021] em <URL <https://journals.openedition.org/cem/8702>>.

CHASTANG, Pierre – *La Ville, le gouvernement et l'écrit à Montpellier (XIIe–XIVe siècle). Essai d'histoire sociale*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2013.

CHOUQUER, Gérard – *Quels scénarios pour l'histoire du paysage?: orientations de recherche pour l'archéogéographie*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

CLANCHY, Michael – *From Memory to Written Record, England 1066–1307*. 2.ª ed. Oxford: Blackwell Publishers, 1993.

CLANCHY, Michael – Literacy, Law, and the Power of the State. *Publications de l'École Française de Rome*. Vol. 82, n.º 1 (1985), p. 25–34.

- CLAVERO SALVADOR, Bartolomé – Beati dictum. Derecho de linaje, economía de familia y cultura de orden. *Anuario de historia del derecho español*. n.º 63–64 (1993), p. 7–148.
- CLAVERO SALVADOR, Bartolomé – *Razón de estado, razón de individuo, razón de historia*. Madrid: Centro de Constitucionales, 1991.
- COELHO, M. Fátima – O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias. *Análise Social*. Vol. 16, n.º 61–62 (1980), p. 111–131.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – A escrita no mundo urbano. *História (São Paulo)*. Vol. 34 (2015), p. 16–34.
- COITO, Lúvia C.; COELHO, Jane T. P. – Nota acerca do legado do Doutor Leite de Vasconcelos no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *O Arqueólogo Português*. Vol. 6/7 (1988), p. 333–354.
- CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli – Entre cartas e livros: a livraria real e a escrita do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos no período joanino (1808–1821). *Tempo*. Vol. 21 (2015), p. 111–130.
- CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli – Papéis em travessia: o bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos e os Manuscritos da Coroa. *LaborHistórico*. Vol. 2, n.º 1 (2016), p. 44–55.
- CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (eds.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux, XIIIe–XXIe siècle*. Paris: Société de l’histoire de France, 2010.
- CONTEL BAREA, María Concepción – Fondos nobiliarios en el Archivo Histórico Nacional. *Cuadernos de Historia Moderna*. n.º 15 (1994), p. 397–413.
- COOK, Terry – Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*. Vol. 1, n.º 1 (2001), p. 3–24.
- COOK, Terry – Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 11, n.º 21 (1998), p. 129–150.
- COOK, Terry – Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. *Archival Science*. Vol. 13, n.º 2 (2013), p. 95–120.
- COOK, Terry – From information to knowledge: an intellectual paradigm for archives. *Archivaria*. Vol. 19 (1984), p. 28–49.

- COOK, Terry – Ghosts in the family: historians, archivists, and the documentary past. Em ROSA, M. Lurdes (ed.) – *Arquivos de família, séculos XIII–XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos, 2012, p. 33–44.
- COOK, Terry – The archive(s) is a foreign country: historians, archivists, and the changing archival landscape. *The American Archivist*. Vol. 74, n.º 2 (2011), p. 600–632.
- COOLIDGE, Grace E. – *Guardianship, Gender, and the Nobility in Early Modern Spain*. Londres: Routledge, 2016.
- CORENS, Liesbeth; PETERS, Kate; WALSHAM, Alexandra (eds.) – The social history of the archive: record-keeping in early modern Europe. *Past & Present*. Vol. 230, n.º suppl. 11 (2016), p. 9–348.
- COROMINAS, Joan – *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana*. 4.ª reimp. da 3.ª ed. Madrid: Gredos, 1987. vol. 2.
- CORREDOURA, Luís – Análise das principais anomalias construtivas existentes no Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima - Mafra. Subsídios para uma intervenção de reabilitação. *Arqueologia & Histórica*. n.º 60–61 (2008), p. 195–212.
- COSTA, Adelaide Millán da – A presença dos nobres em Ponte de Lima (séculos XIV–XVI). Testemunhos do cartório municipal. Em COSTA, Adelaide Millán da; JARA FUENTE, Jose Antonio (eds.) – *Conflicto Político: lucha y cooperación*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016, p. 231–256.
- COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. Coimbra: FLUC, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1959.
- COSTA, Avelino de Jesus da (ed.) – *Liber Fidei Sanctae Bracaraensis Ecclesiae*. Braga: Junta Distrital, 1965.
- COSTA, Fernando Dores – *A Guerra da Restauração, 1641–1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- COSTA, M. de Noronha da – *O Morgadio de Santo Estevão de Beja*. Ponta Delgada: s.e., 2005.
- COSTA, M. Noronha da – O morgadio da Quinta da Torre, freguesia do Monte da Caparica, termo de Almada. Em FONSECA, L. Adão; AMARAL, Luís; SANTOS, M. Fernanda (eds.) – *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: FLUP, 2003. Vol. 3, p. 915–923.

- COSTA, Margarida – *Os Sousa Lobato: uma família de cortesãos na viragem para o século XIX*. Lisboa: By the Book, 2021.
- COSTA, Mário A. Nunes – Em torno da correspondência de Diogo Barbosa Machado. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol. 41 (1992), p. 1–104.
- COSTA, Paula Pinto – *O Foral Novo dos Arcos de Valdevez: três séculos e meio de tensões e desafios*. Arcos de Valdevez: Município dos Arcos de Valdevez, 2020.
- COSTA, Paula Pinto; REIS, António Matos – *Arcos de Valdevez: a terra e o Foral Manuelino (texto e contextos)*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2015.
- CRONE, Patricia – *Pre-Industrial Societies: New Perspectives on the Past*. 2.<sup>a</sup> reimp. da 1.<sup>a</sup> ed. Norwich: Blackwell Publishers, 1994.
- CRUZ MUNDET, José R. – *Diccionario de archivística*. Madrid: Allianza editorial, 2011.
- CRUZ, Abel dos Santos – *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV: 1415–1464*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995. Dissertação de mestrado.
- CUNHA, M. Cristina – *A chancelaria arquiépiscopal de Braga (1071–1244)*. Noia: Editorial Toxosoutos, 2005.
- CUNHA, Mafalda S.; MONTEIRO, Nuno G. – Aristocracia, Poder e Família em Portugal, séculos XV–XVIII. Em CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (eds.) – *Sociedade, família e poder na Península Ibérica: elementos para uma história comparativa*. Lisboa: Colibri, CIDEHUS, Universidad de Murcia, 2010. (Biblioteca Estudos e Colóquios, 21), p. 46–75.
- CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa de Bragança (1560–1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- CUNHA, Mafalda Soares da – A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade. *Revista Portuguesa de História*. Vol. 31, n.º 2 (1996), p. 219–252.
- CUNHA, Mafalda Soares da – *Linhagem, parentesco e poder: a Casa de Bragança, 1384–1483*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990.
- CUNHA, Mafalda Soares da – Os insatisfeitos das honras. Os aclamadores de 1640. Em SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (eds.) – *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 475–493.



- CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno G. – As grandes casas. Em MONTEIRO, Nuno G. (ed.) – *História da vida privada em Portugal. Vol 2: A Idade Moderna*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011. (Temas portugueses), p. 202–243.
- CUNHA, Mafalda Soares da; TERRASA LOZANO, Antonio – A nobreza na época moderna. Em FONSECA, Luís Adão da (ed.) – *Entre Portugal e a Galiza (sécs. XI a XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: Fronteira do Caos Editores, CEPSE, 2014, p. 181–188.
- CUNHA, Xavier da – Relatório dos serviços da Biblioteca Nacional de Lisboa no primeiro trimestre de 1908. *Boletim das bibliothecas e arquivos nacionaes*. Vol. 7–8 (1908), p. 7–34.
- CURTO, Diogo Ramada – *Cultura escrita (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- CURTO, Diogo Ramada – *História política da cultura escrita: estudos e notas críticas*. Lisboa: Verbo, 2015.
- D. Ana Xavier de Lima. *Geneall* [acedido 23 abril 2021] em <URL <https://geneall.net/pt/nome/2167447/d-ana-xavier-de-lima/>>.
- DACOSTA, Arsenio – De la anomalía a lo extraordinario: nobleza, linaje y escritura genealógica en Castilla (siglos XIII–XIV). *Hispania*. Vol. 75, n.º 251 (2015), p. 617–640.
- DÁVILA, Maria Barreto – *Governar o Atlântico: A Infanta D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470–1485)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2017. Tese de doutoramento.
- DAVIS, Natalie Zemon – *Fiction in the archives : pardon tales and their tellers in sixteenth-century France*. Stanford, Cal: Stanford University Press, 1987.
- DE VIVO, Filippo – Ordering the archive in early modern Venice (1400–1650). *Archival Science*. Vol. 10 (2010), p. 231–248.
- DE VIVO, Filippo; DONATO, Maria Pia; MÜLLER, Philipp (eds.) – Archives and the writing of history. *Storia della Storiografia*. Vol. 68, n.º 2 (2015), p. 11–184.
- DE VIVO, Filippo; GUIDI, Andrea; SILVESTRI, Alessandro – Archival transformations in Early Modern European History. *European History Quarterly*. Vol. 46, n.º 3 (2016), p. 421–434.
- DE VIVO, Filippo; GUIDI, Andrea; SILVESTRI, Alessandro – Introduzione a un percorso di studio. Em DE VIVO, Filippo; GUIDI, Andrea; SILVESTRI, Alessandro (eds.) – *Archivi e archivisti in Italia tra medioevo ed età moderna*. Roma: Viella, 2015, p. 9–39.

- DELMAS, Bruno – Naissance et renaissance de l'archivistique française. *Gazette des archives*. Vol. 204, n.º 4 (2006), p. 5–32.
- DERRIDA, Jacques – *Mal d'archive: une impression freudienne*. Paris: Galilée, 1995.
- DEWALD, Jonathan – *The European Nobility, 1400–1800*. Cambridge University Press, 1996.
- DEWEZ, Harmony – Réflexions sur les écritures pragmatiques. Em GRÉVIN, Benoît; MAIREY, Aude (eds.) – *Le Moyen Âge dans le texte*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2016. (Histoire ancienne et médiévale), p. 243–254.
- DÍAZ REDONDO, Carlos – Los archivos nobiliarios españoles: definición, tipologías documentales y localización de fondos. *ACAL. ArchivPost*. 2015 [accedido 25 novembro 2022] em <URL <https://www.acal.es/index.php/archivpost-a-fondo/item/1611-los-archivos-nobiliarios-espanoles-definicion-tipologias-documentales-y-localizacion-de-fondos>>.
- DÍAZ, Elena E. Rodríguez; MARTÍNEZ, Antonio Claret García (eds.) – *La escritura de la memoria: los cartularios*. Huelva: Universidad de Huelva, 2011.
- Diccionario de lengua castellana en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad [...]*. Madrid: Real Academia Española, 1732. vol. 3.
- DIRKS, Nicholas – Annals of the archive: ethnographic notes on the sources of History. Em AXEL, Brian Keith (ed.) – *From the margins: Historical Anthropology and its futures*. Durham, Londres: Duke University Press, 2002, p. 47–65.
- Documentos para a historia das cortes geraes da nação portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888. vol. 5.
- DOUGLAS, Jennifer – Archiving's "archival turn": looking back on the history/archives debate in Canada. Em NESMITH, Tom; BAK, Greg; SCHWARTZ, Joan (eds.) – «*All shook up*»: *the archival legacy of Terry Cook*. Chicago: Society of American Archivists, 2020, p. 38–44.
- DOVER, Paul M. – *The Information Revolution in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.
- DUARTE, Fábio Miguel Albino – *Herdar, legar e registar: o arquivo e o Tombo do Cartório da Casa de Vila Nova de Portimão*. Lisboa: FCSH-UNL, 2022. Dissertação de mestrado.
- DUARTE, Luís Miguel – Leonel de Lima: o bando e o barco. *Revista Portuguesa de História*. Vol. 1, n.º 31 (1996), p. 371–392.

- DUARTE, Luís Miguel – Os melhores da terra (um questionário para o caso português). Em BARATA, Filipe Themudo (ed.) – *Elites e redes clientelares na Idade Média*. Évora: CIDEHUS, 2001. (Biblioteca - Estudos & Colóquios), p. 91–106.
- DUCHEIN, Michel – Les archives dans la Tour de Babel: problèmes de terminologie archivistique internationale. *Gazette des archives*. Vol. 129, n.º 1 (1985), p. 103–113.
- DURANTI, Luciana – Diplomatics: new uses for an old science. Part I. *Archivaria*. Vol. 28 (1989), p. 7–27.
- DURANTI, Luciana – The impact of digital technology on archival science. *Archival Science*. Vol. 1, n.º 1 (2001), p. 39–55.
- EL-LEITHY, Tamer – Living documents, dying archives: towards a historical anthropology of medieval arabic archives. *Al-Qanṭara*. Vol. 32, n.º 2 (2011), p. 389–434.
- ESCH, Arnold – Chance et hasard de la transmission. Le problème de la représentativité et de la déformation de la transmission historique. Em SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard (eds.) – *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen âge en France et en Allemagne: actes des colloques de Sèvres, [21–22 novembre] 1997 et Göttingen, [20–21 novembre] 1998*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002. (Publications de la Sorbonne, 66), p. 15–29.
- ESKILDSEN, Kasper R. – Leopold Ranke's archival turn: location and evidence in modern historiography. *Modern Intellectual History*. Vol. 5, n.º 3 (2008), p. 425–453.
- ESTEVEZ, Judite Maria Nunes – *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2008. Tese de doutoramento.
- EURICO, Pedro – *Figuras do passado*. Lisboa: Editora José Bastos, 1915.
- FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325–1433)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2009. Tese de doutoramento.
- FARELO, Mário – Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os «Nogueiras». Em KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (eds.) – *Lisboa Medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 145–168.
- FARELO, Mário – O direito de padroado na Lisboa medieval. *Promontoria, Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*. n.º 4 (2006), p. 267–289.

- FARELO, Mário – O padroado régio na diocese de Lisboa durante a Idade Média: uma instituição *in diminuendo*. *Fragmenta Historica*. Vol. 1 (2013), p. 39–107.
- FARELO, Mário – Os morgadios dos Nogueiras: entre a estratégia de poder e a lógica documental. Em ROSA, Maria de Lurdes (coord.) – *Arquivos de família, séculos XIII–XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos, 2012, p. 185–204.
- FARELO, Mário; PAVIOT, Jacques; LEME, Margarida; SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – Compétences sociopolitiques et constitution d’archives familiales au Portugal (XIVe–XVIIIe siècles). Em LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l’Occident médiéval et moderne: trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, p. 259–268.
- FARGE, Arlette – *Le Goût de l’archive*. Paris: Ed. du Seuil, 1989.
- FARIA, António Machado de (ed.) – *Livro de linhagens do século XVI*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1956.
- FERREIRA, Carlos Alberto – A livraria real portuguesa. *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal*. Vol. 1 (1958), p. 7–28.
- FERREIRA, M. M. – Biblioteca da Ajuda - esboço histórico. *Biblioteca da Ajuda. Revista de divulgação*. n.º 1 (1980), p. 7–39.
- FIGUEIRÔA-RÊGO, João de – “Não pode alguém negar limpeza, antiguidade & parentesco”: Portugal versus Castela: a genealogia como instrumento de legitimação política e identitária. Em MARTÍN MARCOS, David; IÑURRITEGUI, José María; CARDIM, Pedro (eds.) – *Repensar a identidade. O mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia*. Lisboa: CHAM, 2015, p. 49–64.
- FIGUEIRÔA-RÊGO, João de – Aqui foi a “Floresta egípcia”. Vivências e moradores das casas nobres Cruz Alagoa na antiga rua Direita da Fábrica das Sedas, depois rua da Escola Politécnica, em Lisboa (1757–1967). *Cadernos do Arquivo Municipal*. n.º 6 (2016), p. 47–83.
- FLINN, Andrew – Community archives. Em DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. (eds.) – *Encyclopedia of archival science*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015, p. 145–149.
- FOGEL, Michèle – *Les cérémonies de l’information dans la France du XVIe au XVIIIe siècle*. Paris: Fayard, 1989.
- FOUCAULT, Michel – *A arqueologia do saber*. Lisboa: Ed. 70, 2016.

- FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. 2.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930. vol. 3.
- FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. 2.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921. vol. 1.
- FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. 2.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927. vol. 2.
- FREITAS, Isabel M. Vaz de; BARBOSA, Albertina da Conceição M.; CASTRO, Júlia Isabel C. C. A. de – D. Diogo de Sousa, legislador bracarense. Em *IX Centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso internacional: actas. A catedral de Braga na história e na arte (séculos XII–XIX)*. Braga: UCP - Faculdade de Teologia de Braga; Cabido metropolitano e primacial de Braga, 1990.
- FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de – *Um milagre da biologia institucional? O Conselho de Estado no Antigo Regime e no Liberalismo em Portugal. Estudo Comparado*. Lisboa: FCSH-UNL, 2018. Tese de doutoramento.
- FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de; GOUVEIA, Luís Manuel Borges; REGEDOR, António José Borges (eds.) – *Ciência da informação: contributos para o seu estudo*. Porto: Univ. Fernando Pessoa, 2012.
- FRIEDRICH, Markus – ¿Cómo elaborar una lista? Tecnologías del papel y creación de inventarios de archivo en la Edad Moderna. Em SALINERO, Gregorio; MELÓN JIMÉNEZ, Miguel Ángel (eds.) – *Le temps des listes. Représenter, savoir et croire à l'époque moderne*. Bruxelas: Peter Lang, 2018, p. 353–367.
- FRIEDRICH, Markus – Archivists. Em BLAIR, Ann; DUGUID, Paul; GOEING, Anja-Silvia; et al. (eds.) – *Information a historical companion*. Princeton: Princeton University Press, 2021, p. 312–317.
- FRIEDRICH, Markus – Epilogue: archives and archiving across cultures - towards a matrix of analysis. Em ALESSANDRO, Brockmann; CHRISTIAN, Friedrich; MICHAEL, Kienitz; et al. (eds.) – *Manuscripts and archives comparative views on record-keeping*. Berlim: De Gruyter, 2018, p. 421–445.
- FRIEDRICH, Markus – Genealogy as archive-driven research enterprise in Early Modern Europe. *Osiris*. Vol. 32 (2017), p. 65–84.

- FRIEDRICH, Markus – Government and information-management in early modern Europe. The case of the Society of Jesus (1540–1773). *Journal of Early Modern History*. Vol. 12, n.º 6 (2008), p. 539–563.
- FRIEDRICH, Markus – Les feudistes - experts des archives au XVIIIe siècle: recherche des documents, généalogie et savoir-faire archivistique dans la France rurale. *Bibliothèque de l'École des chartes*. Vol. 171, n.º 2 (2013), p. 465–515.
- FRIEDRICH, Markus – *The birth of the archive: a history of knowledge*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2018.
- FRIEDRICH, Markus – The Rise of Archival Consciousness in Provincial France: French Feudal Records and Eighteenth-Century Seigneurial Society. *Past & Present*. Vol. 230, n.º suppl. 11 (2016), p. 49–70.
- FRIGO, Daniela – «Disciplina rei familiariae» e a economia como modelo administrativo do Ancien Régime. *Penélope: revista de história e ciências sociais*. n.º 6 (1991), p. 47–62.
- FRIGO, Daniela – *Il Padre di famiglia: governo della casa e governo civile nella tradizione dell'economica tra Cinque e Seicento*. Roma: Bulzoni, 1985.
- FUJIMOTO, Tamiko – Le cartulaire de l'abbaye Saint-Étienne de Caen (XIIe siècle): essai d'archéologie documentaire. *Tabularia. Sources écrites des mondes normands médiévaux*. 2010 [accedido 17 março 2021] em <URL <https://journals.openedition.org/tabularia/511>>.
- FUJIMOTO, Tamiko – *Recherche sur l'écrit documentaire au Moyen Age: édition et commentaire du cartulaire de Saint-Étienne de Caen (XIIe siècle)*. Caen: Université de Caen Basse-Normandie, 2012. Tese de doutoramento.
- FURTADO, Rodrigo; MOSCONE, Marcello (eds.) – *From charters to codex: studies on cartularies and archival memory in the Middle Ages*. Basel: Fédération internationale des instituts d'études médiévales, 2019.
- GAGO, Alice B. – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite (Portugal, séculos XV–XVII)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2019. Tese de doutoramento.
- GAGO, Alice B. – Serving the counts of Feira in the 19th century: João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa, archivist and judge. Em ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 83–88.

- GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles, Domingos de Araújo Affonso, 1938. vol. 7.
- GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles, Domingos de Araújo Affonso, 1939. vol. 17.
- GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga – *Manual de archivos familiares*. Madrid: ANABAD, 1993.
- GARCÍA ASER, Rosario; LAFUENTE URIÉN, Aránzazu (eds.) – *Archivos nobiliarios: cuadro de clasificación: Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas, Subdirección General de los Archivos Estatales, 2000.
- GAUVARD, Claude – Introduction. Em BOUDREAU, Claire; FIANU, Kouky; GAUVARD, Claude; et al. (eds.) – *Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge: actes du colloque international tenu à l'Université du Québec à Montréal et à l'Université d'Ottawa (9–11 mai 2002)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2004. (Publications de la Sorbonne, 78), p. 11–37.
- GEARY, Patrick – Medieval archivists as authors: social memory and archival memory. Em BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. (eds.) – *Archives, Documentation, and Institutions of Social Memory*. University of Michigan Press, 2006. (Essays from the Sawyer Seminar), p. 106–113.
- GEARY, Patrick J. – *Phantoms of remembrance: memory and oblivion at the end of the first millennium*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1996.
- GÉRARDOT, Anne; CHANAUD, Robert – Les fonds anciens à l'épreuve de l'archivistique contemporaine. *In Situ*. Vol. 25 (2014).
- GILLILAND, Anne J. – Archival and recordkeeping traditions in the multiverse and their importance for researching situations and situating research. Em GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (eds.) – *Research in the Archival Multiverse*. Clayton: Monash University Publishing, 2016, p. 31–73.
- GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (eds.) – *Research in the Archival Multiverse*. Clayton: Monash University Publishing, 2016.
- GLOYN, Liz; CREWE, Vicky; KING, Laura; WOODHAM, Anna – The Ties That Bind: Materiality, Identity, and the Life Course in the “Things” Families Keep. *Journal of Family History*. Vol. 43, n.º 2 (2018), p. 157–176.

- GOMES, José A. M. – Marqueses de Ponte de Lima. *A nobreza titulada de Ponte de Lima*. 2011 [acedido 23 abril 2021] em <URL <https://nobrezapontelima.blogspot.com/>>.
- GOMES, José Cândido – *As terras de Valdovês: memórias históricas e descritivas do concelho dos Arcos de Val de Vez*. Arcos: Typ. Lusitana, 1899. vol. 1.
- GOMES, José Cândido – *As terras de Valdovês: memórias históricas e descritivas do concelho dos Arcos de Val de Vez*. Guimarães: Typ. Minerva Vimaranesense, 1903. vol. 5.
- GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.
- GOMES, Saul A. – Chancelarias medievais portuguesas: observações acerca da sua produção documental latina e vernacular. Em *IV Congresso Internacional de Latim Medieval Hispânico: atas*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2006, p. 545–552.
- GOMES, Saul A. – *In limine conscriptionis: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*. Viseu: Palimage, 2007.
- GOMES, Saul A. – Observações em torno das chancelarias das ordens militares em Portugal na Idade Média. Em *As ordens militares e as ordens de cavalaria na construção do mundo ocidental. IV Encontro sobre Ordens Militares: atas*. Palmela: Colibri, Câmara Municipal de Palmela, 2005, p. 111–168.
- GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. – Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y ¿futuro?. Tipología documental e investigación modernista. Em ANDÚJAR CASTILLO, Francisco; DÍAZ LÓPEZ, Julián Pablo (eds.) – *Los señoríos en la Andalucía Moderna. El Marquesado de los Vélez*. Almería: Instituto de Estudios Almerienses, 2007, p. 139–210.
- GÓMEZ FERRER, Maria Pau – Los archivos familiares y patrimoniales de la Val d’Aran: Estudio de su tipología documental (siglos XVI–XVIII). Em LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l’Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021. (Collection de la Casa de Velázquez), p. 179–190.
- GONÇALVES, António Manuel – Rosa (Palácio da). Em SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (eds.) – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: s.n., 1994, p. 783–784.
- GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de família: organização e descrição*. Vila Real: UTAD, 1996.



- GOODY, Jack – *The Development of the Family and Marriage in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- GOODY, Jack – *The Domestication of the Savage Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- GRAF, Carlos E. V. – *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*. Porto: FLUP, 2011. Dissertação de mestrado.
- GROSSI, Paolo – Un diritto senza Stato: (la nozione di autonomia come fondamento della costituzione giuridica medievale). *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*. Vol. 25, n.º 1 (1996), p. 267–284.
- GUERRA, Luís de Bívar; FERREIRA, Manuel Maria – *Catálogo do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas: Casa dos Contos, Junta da Inconfidência e Cartas de Padrão*. Lisboa: Tribunal de Contas, 1950.
- GUERRA, Luís Figueiredo da – Fernão Anes de Lima. *Arquivo Historico Portuguez*. Vol. V (1907), p. 266–271.
- GUERREAU-JALABERT, Anita – L'écclesia médiévale, une institution totale. Em OEXLE, Otto Gerhard; SCHMITT, Jean-Claude (eds.) – *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2002, p. 219–226.
- GUERREAU-JALABERT, Anita – La Parenté dans l'Europe médiévale et moderne: à propos d'une synthèse récente. *Homme*. Vol. 29, n.º 110 (1989), p. 69–93.
- GUERREAU-JALABERT, Anita – Parenté. Em LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (eds.) – *Dictionnaire raisonné de l'Occident médiéval*. Paris: Pluriel, 2014, p. 861–876.
- GUERREAU-JALABERT, Anita – Saint Augustin et le système de parenté médiéval. *Guarecer. Revista Eletrónica de Estudos Medievais*, n.º 5. 2020 [acedido 30 janeiro 2023] em <URL <https://ojs.letras.up.pt/index.php/gua/article/view/11951/10867>>.
- GUERREAU-JALABERT, Anita – Spiritus et caritas. Le baptême dans la société médiévale. Em HÉRITIER-AUGÉ, Françoise; COPET-ROUGIER, Elisabeth (eds.) – *La parenté spirituelle: textes rassemblés et présentés*. Paris: Ed. des archives contemporaines, 1995, p. 133–203.
- GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – *La edad de la nobleza: identidad nobiliaria en Castilla y Portugal (1556–1621)*. Madrid: Polifemo, 2012.
- GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit – Colonizing land, creating societies, making and remaking archival memories: family archives and social power in the Canary Islands from the

- fifteenth to the nineteenth centuries. Em ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S.; GAGO, Alice B.; et al. (eds.) – *Recovered voices, newfound questions: family archives and historical research*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 237–252.
- GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit – *El fondo Conde de Siete Fuentes: la construcción de la memoria de linaje y la identidad aristocrática en el mundo atlántico a través de un archivo de familia (siglos XVI–XX)*. La Laguna: Universidad de La Laguna, FCSH-UNL, 2019.
- GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit – Estado de la cuestión de los estudios sobre archivos de familia. *XXII Coloquio de Historia Canario-Americana*. (2017), p. 1–14.
- GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit – Identidad nobiliaria y legitimación del poder a través de los archivos de familia. Em FORTEA PÉREZ, J. Ignacio; GELABERT GONZÁLEZ, Juan Eloy; LÓPEZ VELA, Roberto; et al. (eds.) – *Monarquías en conflicto. Linajes y noblezas en la articulación de la Monarquía Hispánica*. Madrid: Fundación Española de Historia Moderna, 2018, p. 659–670.
- GUYARD, Patricia – La gestion de l'écrit dans une famille de serviteurs du roi: le cartulaire et le chartrier des Mignon (XIVe–XVe siècles). *Bibliothèque de l'école des chartes*. Vol. 157, n.º 2 (1999), p. 523–563.
- GUYOTJEANNIN, Olivier – L'érudition transfigurée. Em BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (eds.) – *Passés recomposés: champs et chantiers de l'histoire*. Paris: Editions Autrement, 1995, p. 152–162.
- GUYOTJEANNIN, Olivier – Les chartriers seigneuriaux au miroir de leurs inventaires (France, XVe -XVIIIe siècle). Em CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (eds.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux, XIIIe–XXIe siècle*. Paris: Société de l'Histoire de France, 2010, p. 35–50.
- GUYOTJEANNIN, Olivier – Outils en grisaille: les inventaires d'archives (XIIIe–XVe siècle). Em FOSSIER, A.; PETITJEAN, J.; REVEST, C. (eds.) – *Écritures grises: les instruments de travail des administrations (XIIe–XVIIIe siècle)*. Paris: École des chartes, 2019. (Collection de l'École française de Rome), p. 401–418.
- GUYOTJEANNIN, Olivier; MORELLE, Laurent; PARISSÉ, Michel (eds.) – *Les cartulaires: actes de la Table Ronde organisée par l'École Nationale des Chartes et le G.D.R. 121 du C.N.R.S., (Paris, 5 - 7 décembre 1991)*. Paris: École des Chartes, 1993.

- HADDAD, Élie – *Fondation et ruine d'une maison: histoire sociale des comtes de Belin (1582–1706)*. Limoges: Publim, 2009.
- HADDAD, Élie – Qu'est-ce qu'une "maison"? De Lévi-Strauss aux recherches anthropologiques et historiques récentes. *L'Homme: Revue française d'anthropologie*. Vol. 212, n.º 4 (2014), p. 109–138.
- HARRIS, Verne – *Archives and justice: A South African perspective*. Chicago: Society of American Archivists, 2007.
- HEAD, Randolph – Configuring European archives: spaces, materials and practices in the differentiation of repositories from the late Middle Ages to 1700. *European History Quarterly*. Vol. 46, n.º 3 (2016), p. 498–518.
- HEAD, Randolph – Family archives: the paradox of public records and private authority. Em ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 31–36.
- HEAD, Randolph – Knowing like a state: the transformation of political knowledge in Swiss archives, 1450–1770. *The Journal of Modern History*. Vol. 75, n.º 4 (2003), p. 745–782.
- HEAD, Randolph – *Making archives in early modern Europe: proof, information and political record-keeping, 1400–1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- HEAD, Randolph – Preface. Historical research on archives and knowledge cultures: an interdisciplinary wave. *Archival Science*. Vol. 10, n.º 3 (2010), p. 191–194.
- HEAD, Randolph – Records, secretaries, and the European information state, circa 1400–1700. Em BLAIR, Ann; DUGUID, Paul; GOEING, Anja-Silvia; et al. (eds.) – *Information a historical companion*. Princeton: Princeton University Press, 2021, p. 104–127.
- HEAD, Randolph – Spaces in the archive, spaces of the archive: material, topographical and indexical articulations of space in early modern chancery record management. Em FRIEDRICH, Karin (ed.) – *Die Erschließung des Raumes. Konstruktion, Imagination und Darstellung von Räumen und Grenzen im Barockzeitalter*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2014, p. 505–519 (Parte II).
- HEAD, Randolph – Structure and practice in the emergence of Registratur: the genealogy and implications of Innsbruck registries, 1523–1565. Em BRENDECKE, Arndt (ed.) – *Praktiken der frühen neuzeit*. Colónia: Böhlau Verlag, 2015, p. 485–495.

- HEAD, Randolph C. – Early Modern European Archivality: Organised Records, Information, and State Power, c. 1500. Em PETERS, Kate; WALSHAM, Alexandra; CORENS, Liesbeth (eds.) – *Archives and Information in the Early Modern World*. Londres: British Academy, 2018, p. 29–51.
- HEAD, Randolph C. – Mirroring governance: archives, inventories and political knowledge in early modern Switzerland and Europe. *Archival Science*. Vol. 7, n.º 4 (2007), p. 317–329.
- HENRIQUE, Sónia Isabel D. P. – *Informar, administrar, conservar prova: circuitos e significados da correspondência no Arquivo Colonial (Direção-Geral do Ultramar, 1835–1910)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2019. Tese de doutoramento.
- HENRIQUES, Luís F.; ROSA, M. Lurdes – O Arquivo da Casa da Lapa (1804–1832) e os seus inventários: gestão dos bens e memória dos antepassados. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. 29 (2016), p. 89–132.
- HERNÁNDEZ FRANCO, Juan – El reencuentro entre historia social e historia política en torno a las familias de poder. Notas y seguimiento a través de la historiografía sobre la Castilla Moderna. *Studia historica. Historia moderna*. Vol. 18 (1998), p. 14.
- HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; RODRÍGUEZ PÉREZ, Raimundo A. – El linaje se transforma en casas: de los Fajardo a los marqueses de los Vélez y de Espinardo. *Hispania*. Vol. 74, n.º 247 (2014), p. 385–410.
- HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; RODRÍGUEZ PÉREZ, Raimundo A. – Formación y desarrollo de las casas nobiliarias castellanas (siglos XVI–XVII). Em HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio; MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago (eds.) – *Nobilitas: estudios sobre la nobleza y lo nobiliario en la Europa moderna*. Aranjuez: Ediciones Doce Calles, 2014. (Colección Actas), p. 139–175.
- HESPANHA, António M. – *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal - séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.
- HESPANHA, António M. – Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. *Análise Social*. Vol. 28, n.º 1 (1993), p. 951–973.
- HESPANHA, António M. – Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar. *Análise Social*. Vol. 38, n.º 168 (2003), p. 823–840.

- HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo. 1550–1750: Direitos, estados, coisas, contratos, ações e crimes*. Lisboa: ed. autor, 2015.
- HESPANHA, António M. – Fundamentos antropológicos da família do Antigo Regime. Em HESPANHA, António M. (ed.) – *História de Portugal, Vol. IV: O Antigo Regime, 1620–1807*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, p. 273–279.
- HESPANHA, António M.; XAVIER, Ângela B. – A representação da sociedade e do poder. Em HESPANHA, António M. (ed.) – *História de Portugal, Vol. IV: O Antigo Regime, 1620–1807*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, p. 121–155.
- HORSMAN, Peter – Adestrando o elefante: uma abordagem ortodoxa do princípio da proveniência. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. Vol. 10, n.º 2 (2017), p. 443–454.
- HORSMAN, Peter – Dirty hands: a new perspective on the original order. *Archives & Manuscripts*. (1999), p. 42–53.
- HORSMAN, Peter – The last dance of the Phoenix or the de-discovery of the archival fonds. *Archivaria*. Vol. 54 (2002), p. 1–23.
- HORSMAN, Peter; KETELAAR, Eric; THOMASSEN, Theo – New respect for the old order: the context of the Dutch manual. *The American Archivist*. Vol. 66, n.º 2 (2003), p. 249–270.
- HORSMAN, Peter; KETELAAR, Eric; THOMASSEN, Theo – Presenting archival science. *Archival Science*. Vol. 1, n.º 1 (2001), p. 1–2.
- Importante leilão de livros, manuscritos, fotografia e gravura*. Lisboa: José F. Vicente Leilões, 2017.
- INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE (ed.) – *Norma Portuguesa 4041: 2005. Informação e documentação terminologia arquivística. Conceitos básicos*. Caparica: Instituto Português da Qualidade, 2005.
- JENKINSON, Hilary – *The English archivist: a new profession. Being an inaugural lecture for a new course in archive administration delivered at University College, London, 14 October, 1947*. Londres: H.K. Lewis, 1948.
- JESUS MARIA JOSÉ, Fr. Pedro de – *Chronica da santa, e real província da Immaculada Conceição de Portugal*. Lisboa: na officina de Miguel Manescal da Costa, 1760. vol. 2.
- JEURGENS, Charles – Historians and archivists: two disciplines working with the same papers. [Translation of the inaugural speech, professor of archivistics at Leiden

University, May 2005]. 2009 [acedido 15 dezembro 2020] em <URL [https://www.let.leidenuniv.nl/history/jeurgens/historians\\_and\\_archivists.pdf](https://www.let.leidenuniv.nl/history/jeurgens/historians_and_archivists.pdf)>.

JIMERSON, Randall C. – Archives for all: professional responsibility and social justice. *The American Archivist*. Vol. 70, n.º 2 (2007), p. 252–281.

JOYCE, Rosemary A.; GILLESPIE, Susan D. (eds.) – *Beyond kinship: social and material reproduction in house societies*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000.

JÚDICE, Maria da Assunção Alarcão – Arquivo da Quinta das Lágrimas: Instrumentos de descrição e de gestão. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. 28, n.º 0 (2015), p. 121–141.

KAENEL, Viviane von – *Histoire patrimoniale et mémoire familiale: l’inventaire des archives de la famille Bouvier 1445*. Lausanne: Université de Lausanne, 2003.

KETELAAR, Eric – Archival turns and returns: studies of the archive. Em GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (eds.) – *Research in the Archival Multiverse*. Clayton: Monash University Publishing, 2016, p. 228–268.

KETELAAR, Eric – Archives of the people, by the people, for the people. *South African Argiefblad / S.A. Archives Journal*. Vol. 34 (1992), p. 5–16.

KETELAAR, Eric – Cultivating archives: meanings and identities. *Archival Science*. Vol. 12, n.º 1 (2012), p. 19–33.

KETELAAR, Eric – Foreword. Em CORENS, Liesbeth; PETERS, Kate; WALSHAM, Alexandra (eds.) – *Archives & Information in the Early Modern World*. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. xv–xviii.

KETELAAR, Eric – Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony. *Archival Science*. Vol. 7, n.º 4 (2007), p. 343–357.

KETELAAR, Eric – Prolegomena to a social history of Dutch archives. Em LUCASSEN, Jan; SANDERS, Huub; BLOK, Aad (eds.) – *A usable collection: essays in honour of Jaap Kloosterman on collecting social history*. Amesterdão: Amsterdam University Press, 2014, p. 40–55.

KETELAAR, Eric – Tacit Narratives: The Meanings of Archives. *Archival Science*. Vol. 1 (2001), p. 131–141.

KETELAAR, Eric – Ten years of archival science. *Archival Science*. Vol. 10, n.º 4 (2010), p. 345–352.

- KETELAAR, Eric – The Difference Best Postponed?: Cultures and Comparative Archival Science. *Archivaria*. (1997), p. 142–148.
- KETELAAR, Eric – The panoptical archive. Em BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. (eds.) – *Archives, documentation, and institutions of social memory: essays from the Sawyer Seminar*. Chicago: University of Michigan Press, 2006, p. 144–150.
- KOZIOL, Geoffrey – *The politics of memory and identity in Carolingian royal diplomas: the west Frankish kingdom (840–987)*. Turnhout: Brepols, 2012.
- KUCHENBUCH, Ludolf – Sources ou documents?. *Hypothèses*. Vol. 7, n.º 1 (2004), p. 287–315.
- LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – Archivos nobiliarios. Em GARCÍA ASER, Rosario; LAFUENTE URIÉN, Aránzazu (eds.) – *Archivos nobiliarios: cuadro de clasificación: Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas, Subdirección General de los Archivos Estatales, 2000, p. 11–32.
- LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – *Archivos nobiliarios. Qué son y cómo se tratan*. Gijón: Trea, 2021.
- LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – Los Archivos nobiliarios: formación y conservación. La Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional. Em SÁNCHEZ, Esteban Sarasa; MARTÍN, Eliseo Serrano (eds.) – *Estudios sobre Señorío y feudalismo: homenaje a Juilo Valdeón*. Zaragoza: Instituto Fernando el Católico, 2010, p. 27–75.
- LALLIARD, François – Diversités des archives privées: des archives domaniales aux carnets d'adresses. Em FAVIER, René (ed.) – *Archives Familiales et Noblesse Provinciale: Hommage a Yves Souli*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2006, p. 103–113.
- LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021.
- LAUMONIER, Lucie – Meanings of Fatherhood in Late-Medieval Montpellier: Love, Care and the Exercise of Patria Potestas. *Gender & History*. Vol. 27, n.º 3 (2015), p. 651–668.
- LAZZARINI, Isabella – De la «révolution scripturaire» du Duecento à la fin du Moyen Âge: pratiques documentaires et analyses historiographiques en Italie. Em GRÉVIN, Benoît; MAIREY, Aude (eds.) – *Le Moyen Âge dans le texte*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2016. (Histoire ancienne et médiévale), p. 277–294.

- LAZZARINI, Isabella – La nomination des officiers dans les États italiens du bas Moyen Âge: pour une histoire documentaire des institutions. *Bibliothèque de l'École des chartes*. Vol. 159, n.º 2 (2001), p. 389–412.
- LAZZARINI, Isabella – Records, Politics and Diplomacy: Secretaries and Chanceries in Renaissance Italy (1350–c. 1520). Em DOVER, Paul M. (ed.) – *Secretaries and Statecraft in the Early Modern World*. Edinburgh University Press, 2016, p. 16–36.
- LAZZARINI, Isabella (ed.) – Scritture e potere. Pratiche documentarie e forme di governo nell'Italia tardomedievale (XIV–XV secolo). *Reti Medievali Rivista*. Vol. 9, n.º 1 (2008), p. 151–632.
- LE BLÉVEC, Daniel; CENTRE HISTORIQUE DE RECHERCHES ET D'ÉTUDES MÉDIÉVALES SUR LA MÉDITERRANÉE OCCIDENTALE (eds.) – *Les cartulaires méridionaux: actes du colloque organisé à Béziers les 20 et 21 septembre 2002*. Paris: École des chartes, 2006.
- LE GOFF, Jacques – Documento/monumento. Em ROMANO, Ruggiero (ed.) – *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: IN-CM, 1984. Vol. 1 História-Memória, p. 95–106.
- LE GOFF, Jacques – Préface. Em *Pour un autre Moyen Age: temps, travail et culture en Occident*. Paris: Gallimard, 1977, p. 7–15.
- LE GOFF, Jacques – *Un long Moyen âge*. Paris: Éditions Tallandier, 2022.
- Leilão de livros, manuscritos e gravuras (Leilão 75)*. Lisboa: Palácio do Correio Velho, Sociedade Comercial de Leilões, SA, 1999.
- Leilão dos manuscritos da bibliotheca dos marquezes de Castello Melhor. *Boletim de Bibliographia Portuguesa*. Vol. 1, n.º 4 (1879), p. 62–68.
- Leilão online 450 anos de manuscritos e autógrafos (1501–1950). Leilão 1157 - 6. *Cabral Moncada Leilões*. 2019 [acedido 15 março 2019] em <URL <https://www.cml.pt/leiloes/online/1157/lot/6/lisboa-%28s.-vicente%29.--certidoes-%28de-quitacao%29>>.
- LEME, Margarida Maria de Carvalho Ortigão Ramos Paes – *Costas com Dom: Família e Arquivo (séculos XV e XVII)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2013. Tese de doutoramento.
- LEMEUNIER, Guy – «Porque las cosas divididas sin memoria perecen»: regard anthropologique sur le majorat castillan. Em *La vie, la mort, la foi, le temps. Mélanges offerts à Pierre Chaunu*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993, p. 719–723.
- LEMOS, Miguel Roque dos Reis – *Anais municipais de Ponte de Lima*. 3.ª ed. Ponte de Lima: Rotary Clube de Ponte de Lima, 2003.



- LIMA, Luís F. H. – *Estratégias de classificação dos arquivos familiares e pessoais contemporâneos: o exemplo do arquivo da família Benito Maçãs*. Lisboa: FCSH-UNL, 2016. Dissertação de mestrado.
- LOBRANO, Giovanni – *Pater et filius eadem persona: per lo studio della patria potestas*. Milano: A. Giuffrè, 1984.
- LOCK, Margaret – *Bookbinding materials and techniques, 1700–1920*. Canadian Bookbinders and Book Artists Guild, 2003.
- LODOLINI, Elio – Archivi privati, archivi personali, archivi familiari, ieri e oggi. Em *Il futuro della memoria. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9–13 settembre 1991)*. Roma: Ministero per i beni culturali e ambientali, Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997. Vol. 1, p. 23–69.
- LODOLINI, Elio – *Archivística: principios y problemas*. Madrid: ANABAD, 1993.
- LOPES, Filipa – Organizing to manage: Francisco Trigoso de Aragão Morato and the organization of family archive(s). Em ROSA, M. Lurdes; C. HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 59–64.
- LOPES, Filipa – Transmission des savoirs et pratiques des archives dans les familles nobles du Portugal d’Ancien Régime. Em *Pratiques de la médiation des savoirs*. 2019 [acedido 15 abril 2022] em <URL <http://books.openedition.org/cths/5379>>.
- LOPES, Filipa; SILVA, Maria João Oliveira e (eds.) – *Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu academiae scientiarum olisiponensis edita. Nova série, volume V, Diplomata et chartae, livro dos testamentos do mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa, edição crítica*. Lisboa: ACL, 2015.
- LOPES, Maria Teresa F. S. S. – *Casa de Oeiras e Pombal: estado senhorio e património*. Lisboa: FCSH-UNL, 1987. Dissertação de mestrado.
- LOURENÇO, Maria P. M. – *A Casa e Estado do Infantado (1654–1706): formas e práticas administrativas de um património senhorial*. Lisboa: JNICT, 1995.
- MACHADO, Jaime Cepa – Documentação... Quinta e Torre da Silva - Valença. *Cadernos Vianenses*. Vol. 6 (1981), p. 141–153.
- MACNEIL, Heather; EASTWOOD, Terry – Introduction: shifting currents. Em *Currents of archival thinking*. 2.<sup>a</sup> ed. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2017, p. vii–xiii.

- MACNEIL, Heather; EASTWOOD, Terry (eds.) – *Currents of archival thinking*. 2.<sup>a</sup> ed. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2017.
- MANOFF, Marlene – Theories of the Archive from Across the Disciplines. *portal: Libraries and the Academy*. Vol. 4, n.º 1 (2004), p. 9–25.
- MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: IN-CC, 1988.
- MARQUES, José – *Os forais de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2005.
- MARQUES, Mário Reis – Estruturas jurídicas. Em TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João L. (eds.) – *História de Portugal, Vol. V: O Liberalismo (1807–1890)*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, p. 167–182.
- MARQUES, Patrícia Cardoso – *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo*. Lisboa: FCSH-UNL, 2013. Dissertação de mestrado.
- MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos – *Cartas do Rio de Janeiro: 1811–1821*. Lisboa: BNP, 2008.
- MARTÍNEZ, Adolfo – *Sangre, honor y privilegio*. Barcelona: Ariel, 2000.
- MARTINS, Ana Canas Delgado – D. João VI. Em *História dos Reis de Portugal*. Matosinhos: QuidNovi, 2011. Vol. 2, p. 452–500.
- MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira – *Poder e sociedade: a duquesa de Beja*. Lisboa: FLUL, 2011. Tese de doutoramento.
- MATA, Cristóvão José Silva da – *A Casa de Aveiro na constelação dos poderes senhoriais: estruturas de domínio e redes clientelares*. Coimbra: FLUC, 2019. Tese de doutoramento.
- MATTOSO, José – *A nobreza medieval portuguesa. Família e poder*. Lisboa: Estampa, 1981.
- MATTOSO, José – *Portugal medieval: novas interpretações*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2002.
- MATTOSO, José – *Ricos-homens, infanções e cavaleiros*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001.
- MATTOSO, José – The Medieval Portuguese Nobility. Em ROSA, M. Lurdes; SOUSA, B. Vasconcelos; BRANCO, M. João (eds.) – *The historiography of medieval Portugal, c. 1950–2010*. [Lisboa]: IEM, 2011, p. 401–424.
- MCKEMMISH, Sue – Recordkeeping in the continuum: an Australian tradition. Em GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (eds.) – *Research in the Archival Multiverse*. Clayton: Monash University Publishing, 2016, p. 122–160.

- Medieval Manuscripts: Bookbinding Terms, Materials, Methods, and Models*. Yale: Special Collections Conservation, Preservation Department, Yale University Library, 2013.
- MELLA, Piero – *Dai sistemi al pensiero sistemico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*. Milão: FrancoAngeli, 1997.
- MELLO, J. A. Teixeira de – Introdução. Em *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1878. Vol. 1, p. VII–XII.
- MENDO CARMONA, Concepción – El cartulario como instrumento archivístico. *Signo. Revista de historia de la cultura escrita*. n.º 15 (2005), p. 119–137.
- MENEZES, Dom Luís de – *Historia de Portugal restaurado*. Lisboa: Offic. de João Galvão, 1679. vol. 1.
- MERCIER, Jean-Charles; BEAUME, Florence; DUPASQUIER, Jérôme – *Les grandes familles de la Bresse et de la Dombes: le fonds Munet XVIe–XXIe siècles. Répertoire numérique détaillé des archives du fonds Munet (186 J)*. Lyon: Ed. Libel, 2018.
- MERCIER, Jean-Charles; BEAUME, Florence; DUPASQUIER, Jérôme – *Les grandes familles de la Dombes: le chartrier des Romains-Ferrari XVe–XIXe siècles répertoire numérique détaillé des archives du fonds Romans-Ferrari, 248 J*. Bourg-en-Bresse: Archives départementales de l’Ain, 2014.
- MIGUEL, Maria do Céu – Castelo Melhor (Palácios). Em SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (eds.) – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: s.n., 1994, p. 243–244.
- MIGUEL, Maria do Céu – Foz (Palácio da). Em SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (eds.) – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: s.n., 1994, p. 414–416.
- MIRANDA, Marcia Eckert – Os arquivos e o ofício do historiador. Em *XI Encontro Estadual de História – ANPUH-RS - Anais eletrônicos*. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2012, pp. 900–911 [acedido 28 outubro 2021] em <URL [https://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346099851\\_ARQUIVO\\_XIEncontroAnphuRegional\\_HistoriadoresnosArquivos\\_MarciaEckertMiranda.pdf](https://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346099851_ARQUIVO_XIEncontroAnphuRegional_HistoriadoresnosArquivos_MarciaEckertMiranda.pdf)>.
- MITCHELL, W. J. T. – Representation. Em LENTRICCHIA, Frank; MCLAUGHLIN, Thomas (eds.) – *Critical terms for literary study*. 2.<sup>a</sup> ed. Chicago: University of Chicago Press, 1995, p. 11–22.
- MOLINA PUCHE, Sebastián – «Elite local»: análisis de un concepto a través de las familias de poder del corregimiento de Villena-Chinchilla en el siglo XVII. *Estudis: Revista de historia moderna*. n.º 31 (2005), p. 197–222.

- MOLINA PUCHE, Sebastián – Familia y elite local en la Castilla Moderna: conceptualización y balance historiográfico. Em CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (eds.) – *Sociedade, família e poder na Península Ibérica: elementos para uma história comparativa*. Lisboa: Colibri, CIDEHUS, Universidad de Murcia, 2010. (Biblioteca Estudos e Colóquios, 21), p. 217–231.
- MONTEIRO, Nuno G. – As famílias e os indivíduos. Casa, casamento e nome. Em MONTEIRO, Nuno G. (ed.) – *História da vida privada em Portugal. Vol 2: A Idade Moderna*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011. (Temas portugueses).
- MONTEIRO, Nuno G. – *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o liberalismo*. 3.ª ed. Lisboa: ICS, 2012.
- MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes: a Casa e o património da aristocracia em Portugal 1750–1832*. 2.ª ed. Lisboa: IN-CM, 2003.
- MONTEIRO, Nuno G. – Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. Em HESPANHA, António M. (ed.) – *História de Portugal, Vol. IV: O Antigo Regime, 1620–1807*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, p. 333–379.
- MONTEIRO, Nuno G. – Revolução liberal e regime senhorial: a «questão dos forais» na conjuntura vintista. *Revista Portuguesa de História*. Vol. 23 (1987), p. 143–182.
- MONTEIRO, Nuno G. – Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular. Em CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (eds.) – *Familias, poderosos y oligarquías: [seminario Familia y élite de poder en el reino de Murcia. Siglos XV–XIX]*. Múrcia: U. Murcia, Servicio de Publicaciones, 2001, p. 17–37.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – As nobrezas portuguesas na época moderna: um breve ensaio historiográfico crítico. Em HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio; MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago (eds.) – *Nobilitas: estudios sobre la nobleza y lo nobiliario en la Europa Moderna*. Aranjuez: Ediciones Doce Calles, 2014. (Colección Actas), p. 75–90.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – O ethos nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense*. n.º 2 (2005), p. 4–20.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (ed.) – *Optima Pars: elites Ibero-Americanas do Antigo regime*. Lisboa: ICS, 2005.
- MORAIS, C. Alão de – *Pedatura lusitana*. Livraria Fernando Machado, 1673.

- MOREIRA, Carla de Jesus Torres – *O Arquivo da Casa do Porto: o seu estudo e a sua representação - o modelo sistémico*. Porto: FLUP, 2012. Dissertação de mestrado.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes – Dom Francisco de Lima e o padroado das igrejas do Alto Minho. *Terra de Val de Vez. Boletim Cultural do G.E.P.A.* n.º 9 (1986), p. 9–51 (separata).
- MORENO, H. Baquero – *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Lourenço Marques: [edição do autor], 1973.
- MORENO, H. Baquero – Um fidalgo minhoto de ascendência galega: Leonel de Lima. Em *Colóquio Galaico-Minhoto: atas*. Ponte de Lima: Associação Cultural Galaico-Minhota, 1981, p. 259–274.
- MORSEL, Joseph – Ce qu’écire veut dire au Moyen Âge... Observations préliminaires à une étude de la scripturalité médiévale. *Memini. Travaux et documents*. n.º 4 (2000), p. 3–43.
- MORSEL, Joseph – Du texte aux archives: le problème de la source. *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre. Hors-série n.º 2*. 2008 [acedido 8 janeiro 2020] em <URL <https://cem.revues.org/4132>>.
- MORSEL, Joseph – En guise d’introduction: les chartriers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiens. Em CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (eds.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux, XIIIe–XXIe siècle*. Paris: Société de l’Histoire de France, 2010, p. 9–34.
- MORSEL, Joseph – Histoire, archives et documents. Anciens problèmes, nouvelles perspectives. Em ROSA, M. Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón (eds.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Tenerife: Instituto de Estudios Canarios, Instituto de Estudios Medievais, 2020, p. 109–131.
- MORSEL, Joseph – *L’aristocratie médiévale. La domination sociale en Occident (Ve–XVe siècle)*. Paris: Armand Colin, 2004.
- MORSEL, Joseph – La production circulaire d’un concept: le Geschlecht (lignage). Contribution à l’approche critique de la Begriffsgeschichte. *Versão corrigida e ampliada do texto apresentado no Cercle de Travail sur les Conditions de Production du Savoir Médiéviste*. 2011 [acedido 25 setembro 2021] em <URL <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01390124/>>.

- MORSEL, Joseph – Le médiéviste, le lignage et l’effet de réel. *Revue de synthèse*. Vol. 125, n.º 1 (2004), p. 83–110.
- MORSEL, Joseph – Le médiéviste, le lignage et l’effet de réel: La construction dugeschlecht par l’archive en haute-allemanne à partir de la fin du moyen âge. *Revue de synthèse*. Vol. 125 (2004), p. 83–110.
- MORSEL, Joseph – Les sources sont-elles «le pain de l’historien»? *Hypothèses*. Vol. 7, n.º 1 (2004), p. 271–286.
- MORSEL, Joseph – Production d’archives, ou archives de la reproduction? La question des archives au miroir de la continuité seigneuriale. Em LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l’Occident médiéval et moderne: trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021. (Collection de la Casa de Velázquez), p. 17–27.
- MORSEL, Joseph – Traces? Quelles traces? Réflexions pour une histoire non passéiste. *Revue historique*. Vol. 680, n.º 4 (2016), p. 813–868.
- MORSEL, Joseph (ed.) – L’historien et «ses» «sources»: journée d’études de l’École doctorale. *Hypothèses*. Vol. 7, n.º 1 (2004), p. 271–362.
- MORUJÃO, M. Rosário – Working with medieval manuscripts and records: Paleography, Diplomatics, Codicology and Sigillography. Em ROSA, M. Lurdes; SOUSA, B. Vasconcelos; BRANCO, M. João (eds.) – *The historiography of medieval Portugal, c. 1950–2010*. [Lisboa]: IEM, 2011, p. 45–65.
- MORUJÃO, M. Rosário; SARAIVA, Anísio – Sigilografia e heráldica eclesiástica medieval portuguesa no Archivo Historico Nacional de Espanha. Em SEIXAS, Miguel M.; ROSA, M. Lurdes (eds.) – *Estudos de heráldica medieval*. Lisboa: IEM, 2012, p. 93–122.
- MOTA, Nuno – Reflexos, silêncios, fantasmas: do arquivo como norma ao arquivo como problema na História. *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*. n.º 1 (2019), p. 479–527.
- MOURA, Carlos M. S. – *A Casa senhorial dos condes e marqueses de Vila Real (séculos XV–XVI)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2016. Tese de doutoramento.
- MOURA, Carlos S. (ed.) – Tombo dos bens das capelas de D. Pedro de Meneses e de sua filha D. Leonor de Meneses, instituídas no mosteiro de Santo Agostinho da vila de Santarém (1506) - Transcrição. *Fragmenta Historica*. Vol. 6 (2018), p. 211–294.

- MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. – *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven: ontworpen in opdracht van de Vereeniging van Archivarissen in Nederland*. Groningen: Erven B. van der Kamp, 1898.
- NADER, Helen – *Power and Gender in Renaissance Spain: Eight Women of the Mendoza Family, 1450–1650*. Chicago: University of Illinois Press, 2004.
- NAVARRINI, Roberto – La conservazione della memoria nell’azienda famiglia. Em CASELLA, Laura; NAVARRINI, Roberto (eds.) – *Archivi nobiliari e domestici: conservazione, metodologie di riordino e prospettive di ricerca storica*. Udine: Forum, 2000, p. 87–98.
- NAVARRO BONILLA, Diego – *La imagen del archivo: representación y funciones en España (siglos XVI y XVII)*. Gijón: Trea, 2003.
- NAVARRO BONILLA, Diego – Nommer les archives. Origine et spontanéité constitutive des arcana imperii et des arcana domestici. Em PÉQUIGNOT, Stéphane; POTIN, Yann (eds.) – *Les conflits d’archives: France, Espagne, Méditerranée*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2022, p. 19–34.
- NESMITH, Tom – Archives from the bottom up: social history and archival scholarship. *Archivaria*. Vol. 14 (1982), p. 5–26.
- NESMITH, Tom – Reopening archives: bringing new contextualities into archival theory and practice. *Archivaria*. Vol. 60 (2006), p. 259–274.
- NESMITH, Tom – Seeing archives: postmodernism and the changing intellectual place of archives. *The American Archivist*. Vol. 65, n.º 1 (2002), p. 24–41.
- NESMITH, Tom – The concept of societal provenance and records of nineteenth-century Aboriginal-European relations in Western Canada: implications for archival theory and practice. *Archival Science*. Vol. 6 (2006), p. 351–360.
- NESMITH, Tom – What’s history got to do with it?: Reconsidering the place of historical knowledge in archival work. *Archivaria*. Vol. 57 (2004), p. 1–27.
- NEVES, José Acúrsio das – *Historia geral da invasão dos francezes em Portugal e da restauração deste reino*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1811. vol. 4.
- NIEUS, Jean-François – Introduction: pour une histoire documentaire des principautés. Em HÉLARY, Xavier; NIEUS, Jean-François; PROVOST, Alain; et al. (eds.) – *Les archives princières: XII–XVe siècles*. Arras: Artois Presses Université, 2016, p. 9–21.

- NORA, Pierre – Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. Em *Les lieux de mémoire. III. Les France. 3. De l'archive à l'emblème*. Paris: Gallimard, 1992, p. XVII–XLII.
- NOUGARET, Christine – Les sources archivistiques. *Hypothèses*. Vol. 7, n.º 1 (2004), p. 331–339.
- NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV–XVI*. Lisboa: FCSH-UNL, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2016. Tese de doutoramento.
- NÓVOA, Rita Sampaio da – Os arquivos de família e os vínculos: um estudo de caso português (sécs. XV–XIX). Em *Os arquivos familiares: sumando miradas. Actas do III Encontro Olga Gallego de Arquivos*. [Vigo]: Fundación Olga Gallego, 2021, p. 48–81.
- NÓVOA, Rita Sampaio da; LEME, Margarida – The expert paleographer João Filipe da Cruz (c. 1798–1827). Em ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 77–82.
- NÓVOA, Rita Sampaio da; ROSA, Maria de Lurdes – O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação. *Revista Brasileira de História*. Vol. 38, n.º 78 (2018), p. 75–95.
- NUNES, Henrique Barreto – Fundo Barca-Oliveira. Em *Da biblioteca ao leitor. Estudos sobre a história da leitura pública em Portugal*. 2.ª ed. Braga: Autores de Braga, 1998, p. 321–325.
- NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón – Archivos familiares y personales de Canarias (siglos XVI–XX). *Cartas Diferentes: Revista Canaria de Patrimonio Documental*. n.º 13 (2017), p. 153–178.
- NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón; GONZÁLEZ ZALACAIN, Roberto J. – Promoción social y reconstrucción de la identidad familiar: el archivo de los Lecaro de Tenerife. Em JIMÉNEZ, Victor M. Bello (ed.) – *El archivo: poder, familia y derechos humanos*. Madrid: Mercurio, 2017, p. 97–160.
- O marquês de Ponte do Lima. Em *O Echo do Lima*. 1877-12-30, p. 1.
- O'TOOLE, James – Archives and historical accountability: toward a moral theology of archives. *Archivaria*. Vol. 58 (2004), p. 3–19.
- OGILVIE, Denise – Paradoxes de «l'archive». *Sociétés & Représentations*. n.º 43 (2017), p. 121–134.



- OLIVEIRA, Ana Lúcia P. de – *Cartas de amor. Correspondência de D. Joana de Vasconcellos e Meneses para seu marido D. Diogo de Lima 1642/1644. I - estudo introdutório*. Porto: FLUP, 1997. Dissertação de mestrado.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia P. de – *Cartas de amor. Correspondência de D. Joana de Vasconcellos e Meneses para seu marido D. Diogo de Lima 1642/1644. II - edição de texto*. Porto: FLUP, 1997. Dissertação de mestrado.
- OLIVEIRA, Ana Maria T. S. Rodrigues – *A criança na sociedade medieval portuguesa - modelos e comportamentos*. Lisboa: FCSH/NOVA, 2004. Tese de doutoramento.
- OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Casa dos Coutinhos: linhagem, espaço e poder (1360–1452)*. Cascais: Patrimonia, 1999.
- OLIVEIRA, Luís Filipe – Em torno das casas senhoriais de finais da Idade Média. *Media Aetas*. n.º 3–4 (2001), p. 87–102.
- OLIVEIRA, Luís Filipe; RODRIGUES, Miguel Jasmins – Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na 2.ª dinastia. *Revista de História Económica e Social*. n.º 22 (1988), p. 77–114.
- OLIVEIRA, Manuel – Pro veritate.... *Almanaque Ilustrado de «O Comércio do Lima»*. n.º 3 (1909), p. 257–262.
- OLIVEIRA, Miguel de – *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*. União Gráfica, 1950.
- OSSWALD, Helena – Em torno da história da família. Em FERNANDES, Otilia M.; MAIA, Carla (eds.) – *A família portuguesa no século XXI*. Lisboa: Parsifal, 2015, p. 13–28.
- OSSWALD, Helena – Família, casa e senhorio na época moderna: perspetivas do concelho de Felgueiras. Em TAVARES, Pedro V. B. (ed.) – *Felgueiras: 500 anos de concelho (dados e perspetivas)*. Felgueiras: Município de Felgueiras, 2015, p. 76–93.
- OTLET, Paul – *Traité de documentation: le livre sur le livre. Théorie et pratique*. Paris: Éditions des maisons des sciences de l’homme associées, 2021.
- PACHECO, André – *Informação digital: o vértice comum entre a diplomática e a ciência da informação*. Famalicão: Edições Humus, 2017.
- PAIVA, Maria Amélia – A casa nobre no concelho de Ponte de Lima. D. Leonel de Lima: rupturas e evolução do espaço urbano quatrocentista. Em 2.º *Congresso Internacional*

- Casa Nobre: um património para o futuro: atas*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2011, p. 565–585.
- PAZ MORO, Agurtzane – Vestigios de un arquivo familiar en un arquivo monástico: la vinculación de la Casa de Ayala con el monasterio de Quejana (Ayala, Álava). Em LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l’Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021. (Collection de la Casa de Velázquez), p. 247–258.
- PEDREIRA, Jorge Miguel; COSTA, Fernando Dores – *D. João VI: o clemente*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.
- PEIXOTO, António Maranhão – Fundos privados do Arquivo Municipal de Viana do Castelo. *8.º Encontro Nacional de Arquivos Municipais: atas*. 2007 [acedido 13 fevereiro 2019] em <URL <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/58>>.
- PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos arquivos de família*. Lisboa: Inst. Português de Arquivos, 1991.
- PEIXOTO, Pedro Abreu – Os arquivos de família. *Cadernos BAD*. n.º 1 (1991), p. 33–44.
- PEQUIGNOT, Stéphane; POTIN, Yann (eds.) – *Les conflits d’archives: France, Espagne, Méditerranée*. Rennes: Presses Universitaires Rennes, 2022.
- PERREAUX, Nicolas – “*In nomine patris*. Éléments pour une sémantique de la paternité médiévale”. Em DUMONT, Léo; JULIEN, Octave; LAMASSE, Stéphane (eds.) – *Histoires de mots. Saisir le passé grâce aux données textuelles*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2023, p. 127–159. Uma versão aumentada deste texto, com bibliografia complementar, foi disponibilizada em <URL <https://shs.hal.science/halshs-04073023>> [acedido 26 dezembro 2023].
- PETRUCCI, Armando – Potere, spazi urbani, scritture esposte: proposte ed esempi. *Publications de l’École Française de Rome*. Vol. 82, n.º 1 (1985), p. 85–97.
- PINTO, Pedro – Dos manuscritos à personagem: o percurso de Álvaro Fragoso, procurador de Évora e da comarca de Entre-Tejo-e-Odiana para os feitos dos forais (revisitando a reforma dos forais de D. João II e D. Manuel I). *eHumanista*. n.º 31 (2015), p. 80–153.
- PINTO, Sérgio Ribeiro – *Servidores de Deus e funcionários de César: o clero paroquial da Monarquia à República (1882–1917)*. Maia: Cosmorama, 2017.

- PONCET, Olivier – Archives et histoire: dépasser les tournants. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Vol. 74, n.º 3–4 (2019), p. 711–743.
- PONCET, Olivier – Entre patrimoine privé, érudition et État: les vicissitudes des papiers des ministres de la monarchie française (XIVe–XVIIe siècle). Em ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S.; GAGO, Alice B.; et al. (eds.) – *Recovered voices, newfound questions: family archives and historical research*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 35–52.
- PONCET, Olivier – Les traces documentaires des nominations d’officiers pontificaux (fin XIIIe–XVIIe siècle). Em JAMME, Armand (ed.) – *Offices et papauté (XIVe–XVIIe siècle): charges, hommes, destins*. Rome: Publications de l’École française de Rome, 2005. (Collection de l’École française de Rome), p. 93–123.
- PONS ALÓS, Vicente – Archivos nobiliarios valencianos. Formación de vínculos y configuración de archivos. Madrid: Casa de Velázquez, 2013 [acedido 25 novembro 2022] em <URL <https://goo.gl/SncZgD>>.
- Ponte de Lima (3.º marquês de). Em *Portugal. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. Lisboa: João Romano Torres, 1911. Vol. 5, p. 880.
- POOLE, Alex H. – Archival divides and foreign countries? Historians, archivists, information-seeking, and technology: retrospect and prospect. *The American Archivist*. Vol. 78, n.º 2 (2015), p. 375–433.
- PORTELA SILVA, Ermelindo; PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen – *De Galicia en la edad media sociedad, espacio y poder*. Coruña: Xunta de Galicia, 1993.
- POUCHEPADASS, Jacques; BARBOT, Michela; BORELLO, Benedetta – A proposito della critica postcoloniale sul «discorso» dell’archivio. *Quaderni storici*. Vol. 43, n.º 129 (3) (2008), p. 675–690.
- RABELLO, Rodrigo – *A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da informação*. Marília: UNESP, 2009. Tese de doutoramento.
- RABELLO, Rodrigo – O documento na ciência da informação: tradição e inovação conceitual a partir de uma abordagem histórica e epistemológica. Em *Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação*. João Pessoa, 2012 [acedido 23 fevereiro 2022] em <URL <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/54>>.

- RAMOS, Luís de Oliveira – Os descendentes do brasileiro Thomaz: uma família da burguesia minhota. *O Tripeiro*. Vol. 12, n.º 4 (1993), p. 107–112.
- RAMSEY, Alexis et al. (ed.) – *Working in the archives: practical research methods for rhetoric and composition*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2009.
- RESENDE, Nuno – «Vínculos quebrantáveis»: o morgadio de Boassas e suas relações (séculos XVI–XVII). Coimbra: Palimage, 2012.
- RIBEIRO, Fernanda – A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*. Vol. 1, n.º 1 (2011), p. 59–73.
- RIBEIRO, Fernanda – Antes e para além do Arquivo Nacional: ruturas e continuidades. Em ROSA, M. Lurdes (ed.) – *Arquivos de família, séculos XIII–XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos, 2012, p. 45–58.
- RIBEIRO, Fernanda – Arquivística: novos reptos para o futuro. Em *Novos retos: Arquivística para mañá. Actas das III Xornadas Olga Gallego de Arquivos*. A Coruña: Fundación Olga Gallego, 2018, p. 14–34.
- RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos*. Porto: FLUP, 1998. Tese de doutoramento.
- RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos. Vol. I: O acesso à informação no quadro de desenvolvimento dos arquivos em Portugal*. Porto: FLUP, 1998. Tese de doutoramento.
- RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos. Vol. II*. Porto: FLUP, 1998. Tese de doutoramento.
- RILEY, Carlos Guilherme – Da origem inglesa dos Almadás: genealogia de uma ficção linhagística. *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores*. n.º 11 (1989), p. 153–169.
- ROBERTSON, Craig – Mechanisms of exclusion: historicizing the archive and the passport. Em BURTON, Antoinette (ed.) – *Archive stories: facts, fictions, and the writing of history*. Durham, Londres: Duke University Press, 2005, p. 68–86.
- RODRIGUES, Abel – *Entre o público e o privado: a génese do arquivo do conde da Barca (1754–1817)*. Braga: UM, 2007. Dissertação de mestrado.
- RODRIGUES, Abel – Manuel de Oliveira. Em ABREU, João Gomes de; VIEIRA, Amândio de Sousa (eds.) – *Figuras limianas*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 2008, p. 314–315.

- RODRIGUES, Abel – O Arquivo da Família Melo (séc. XIV–XIX): do «arrançamento» iluminista à integração no Sistema de Informação Casa de Mateus. Em *3.º Congresso Internacional da Casa Nobre - um património para o futuro: atas*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2013, p. 478–497.
- RODRIGUES, Abel – Os arquivos pessoais e familiares do Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho. Uma abordagem sistémica. Em *2.º Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro: atas*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2011, p. 223–273.
- RODRIGUES, Abel – Os arquivos pessoais e familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos. Em *Os arquivos privados de personas e familias. Encuentros da Fundación Olga Gallego*. Vigo: Fundación Olga Gallego, 2018, p. 31–50.
- RODRIGUES, Abel; SILVA, A. B. Malheiro da – A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação. Em ROSA, M. Lurdes (ed.) – *Arquivos de família, séculos XIII–XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos, 2012. (Coleção estudos, 3), p. 597–650.
- RODRIGUES, José Damião – A casa como modelo organizacional das nobrezas de São Miguel (Açores) no século XVIII. *História: Questões & Debates*. n.º 36 (2002), p. 11–28.
- RODRIGUES, José Damião – Casas vinculares, memória e arquivos. Um estudo de caso: São Miguel (Açores), séculos XVII–XVIII. Em LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021. (Collection de la Casa de Velázquez), p. 281–292.
- RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca – *El documento: entre la tradición y la renovación*. Gijón: Trea, 2002.
- ROMERO TALLAFIGO, Manuel – Archivos nobiliarios y de familia: el ethos, pathos y logos de su memoria. Em LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021. (Collection de la Casa de Velázquez), p. 451–465.
- ROSA, M. Lurdes – [Catálogo do Cartório da Casa]. Em ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 108–109.

- ROSA, M. Lurdes – Apresentação. Arquivos de família: para um roteiro de temas e problemas. Em ROSA, M. Lurdes (ed.) – *Arquivos de família, séculos XIII–XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos, 2012, p. 15–30.
- ROSA, M. Lurdes – Arquivos de família - o que são, para que servem, como preservá-los e estudá-los. Em *Atas do 3.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2013, p. 315–323.
- ROSA, M. Lurdes – Arquivos de família, arquivos de comunidades: arquivos da comunidade. Em ROSA, M. Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón (eds.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. La Laguna: Instituto de Estudios Canarios, IEM, 2020, p. 21–45.
- ROSA, M. Lurdes – *As almas herdeiras: fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400–1521)*. Lisboa: IN-CM, 2012.
- ROSA, M. Lurdes – *Fazer e pensar história medieval: guia de estudo, investigação e docência*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.
- ROSA, M. Lurdes – *O morgadio em Portugal, sécs. XIV–XV: modelos e práticas comportamento linhagístico*. Lisboa: Estampa, 1995.
- ROSA, M. Lurdes – Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira / Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV–XIX. Em ROSA, M. Lurdes (ed.) – *Arquivos de Família, séculos XIII–XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos, 2012, p. 571–596.
- ROSA, M. Lurdes – Pecúlio do livro grande em que estão as doações e confirmações das igrejas pertencentes ao Viscondado. Em ROSA, M. de Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 118.
- ROSA, M. Lurdes – Preventing household failure: figures of authority in familial corporate bodies (the Portuguese morgadio system from the fourteenth to the seventeenth century). Em *L’Atelier du CRH, n.º 22*. Centre de Recherches Historiques, 2020 [acedido 28 janeiro 2021] em <URL <https://journals.openedition.org/acrh/11096>>.

- ROSA, M. Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (épocas medieval e moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Vol. 9 (2009), p. 9–42.
- ROSA, M. Lurdes – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. 30 (2017), p. 547–586.
- ROSA, M. Lurdes – Tombo em que se contém todas as propriedades, rendas, foros, privilégios, bulas e alvarás dos morgados de Santa Ana e de São Lourenço de Lisboa, Gaião e Santo Estêvão de Beja. Em ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 112–113.
- ROSA, M. Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón (eds.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Tenerife: IEC, IEM, 2020.
- ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph – Delineating the social complexity of archival practices: the objectives and results of the INVENT.ARQ project on family archive inventories. Em *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015, p. 9–21.
- ROSA, M. Lurdes; HEAD, Randolph (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, 2015.
- ROSA, M. Lurdes; LEME, Margarida; CABRAL, Serafim; DUARTE, Fábio; GALVEIA, Gabriela; NOVAIS, Raquel; REIS, Pedro; RIBEIRO, Sara – Inventário dos documentos da ilha da Madeira no arquivo da Casa de Castelo Melhor: conteúdos, contextos e problemáticas. Em ROSA, M. Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan R. (eds.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Tenerife: IEC, IEM, 2020.
- ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S. – Arquivística Histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística. Reflexões sobre um percurso científico e académico. *Revista Portuguesa de História*. Vol. 49 (2018), p. 97–119.

- ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S.; GAGO, Alice B.; CÂMARA, M. João da (eds.) – *Recovered voices, newfound questions: family archives and historical research*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- ROSA, M. de Lurdes – Ouvertures et fermetures des archives de famille : Portugal et péninsule Ibérique, XIVE–XXIe siècle. Em PÉQUIGNOT, Stéphane; POTIN, Yann (eds.) – *Les conflits d’archives: France, Espagne, Méditerranée*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2022. (Histoire), p. 243–258.
- ROSA, M. Lurdes – Penser et organiser les archives de famille, entre histoire et archivistique. Em LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l’Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021. (Collection de la Casa de Velázquez), p. 63–76.
- ROSA, M. Lurdes – Preâmbulo (I. Archives et archives «de famille», entre archivistique et histoire). Em LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l’Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021. (Collection de la Casa de Velázquez), p. 13–15.
- SAHLE, Patrick – What is a scholarly digital edition? Em DRISCOLL, Matthew James; PIERAZZO, Elena (eds.) – *Digital scholarly editing: theories and practices*. Cambridge: Open Book Publishers, 2017. (Digital Humanities Series), p. 19–39.
- SALINERO, Gregorio; LEBEAU, Christine (eds.) – Dossier. Pour faire une histoire des listes à l’époque moderne. *Mélanges de la Casa de Velázquez. Nouvelle série*. n.º 44–2 (2014), p. 9–160.
- SALINERO, Gregorio; MELÓN JIMÉNEZ, Miguel Ángel (eds.) – *Le temps des listes. Représenter, savoir et croire à l’époque moderne*. Bruxelles: Peter Lang, 2018.
- SALVADO, João P. – *Nobreza, Monarquia e Império: a casa senhorial dos almotacés-mores do reino (séculos XVI–XVIII)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2009. Tese de doutoramento.
- SAMARAN, Charles – *Archives de la maison de La Trémoille: chartriers de Thouars et de Serrant, papiers Duchâtel*. Paris: H. Champion, 1928.
- SANTOS, Maria do Rosário – Arquivo fotográfico. Em SANTOS, Maria do Rosário Santos; DIAS, Luísa Costa; PAVÃO, Luís (eds.) – *Provas originais 1858–1910*. Lisboa: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 1994, p. 7.



- SANTOS, Mariana Amélia Machado – Alexandre Herculano e a Biblioteca da Ajuda. *O Instituto*. Vol. 127, t. 1 (1965), p. 99–174.
- SARAIVA, Ignacio – La Ciencia de la Información y su objeto de estudio: problemas históricos y conceptuales. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. n.º 16 (2021), p. 3–31.
- SCHMITT, Jean-Claude – Une réflexion nécessaire sur le document. Em SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard (eds.) – *Les tendances actuelles de l’histoire du Moyen âge en France et en Allemagne: actes des colloques de Sèvres, [21–22 novembre] 1997 et Göttingen, [20–21 novembre] 1998*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002. (Publications de la Sorbonne, 66).
- SCHWARCZ, Lilia Moritz – *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. 2.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry – Archives, records, and power: The making of modern memory. *Archival Science*. Vol. 2, n.º 1 (2002), p. 1–19.
- SEIXAS, Miguel Metelo – Revivalismos heráldicos novecentistas: os painéis de azulejos do Palácio da Rosa. Em FARIA, Ana Leal de; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (eds.) – *Castelo Melhor e os seus tempos (1635–1720)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2021, p. 217–256.
- SHANNON, Claude Elwood; WEAVER, Warren – *The mathematical theory of communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1949.
- SHEFFIELD, Rebecka – Community archives. Em MACNEIL, Heather; EASTWOOD, Terry (eds.) – *Currents of archival thinking*. 2.ª ed. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2017, p. 351–376.
- SHEPHERD, Elizabeth – Archival Science. Em MACDONALD, John; LEVINE-CLARK, Michael (eds.) – *Encyclopedia of Library and Information Sciences*. 4ª ed. Boca Raton: CRC Press, 2018. Vol. 1, p. 166–178.
- SILVA, Andrée Mansuy-Diniz – *Portrait d’un homme d’état: D. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares, 1755–1812. Vol I: Les années de formation, 1755–1796*. Lisboa / Paris: Centre culturel Calouste Gulbenkian, Commission nationale pour les commémorations des découvertes portugaises, 2002.
- SILVA, Andrée Mansuy-Diniz – *Portrait d’un homme d’état: D. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares, 1755–1812. Vol. II: L’homme d’état*. Lisboa / Paris: Centre culturel

- Calouste Gulbenkian, Commission nationale pour les commémorations des découvertes portugaises, 2006.
- SILVA, Armando Barreiros Malheiro da – Arquivologia e gestão da informação/ conhecimento. *Informação & Sociedade: Estudos*. Vol. 19, n.º 2 (2009), p. 47–52.
- SILVA, Armando Barreiros Malheiro da; DAMÁSIO, Luís P. Castro; GACHINEIRO, João Carlos – Apresentação. Em COSTA, Paula Pinto – *O Foral Novo dos Arcos de Valdevez: três séculos e meio de tensões e desafios*. Arcos de Valdevez: Município dos Arcos de Valdevez, 2020.
- SILVA, Armando Malheiro da – A Casa de Mateus e a memória: o acesso sistémico a séculos de documentos na era da informação. Em *Casa de Mateus. Catálogo do arquivo*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005, p. 13–31.
- SILVA, Armando Malheiro da – *A informação: da compreensão do fenómeno e construção de objecto científico*. Porto: Afrontamento, 2006.
- SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. Em *Seminário sobre Arquivos de Família e Pessoais*. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Grupo de Trabalho de Arquivos de Família e Pessoais, 1997, p. 51–106.
- SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas de Património*. Vol. 3, n.º 1 (2004), p. 55–84.
- SILVA, Armando Malheiro da – O método quadripolar e a pesquisa em Ciência da Informação. *Prisma.com*. n.º 26 (2014), p. 27–44.
- SILVA, Armando Malheiro da – Prefácio. Em *Pedra a pedra: estudo sistémico de um arquivo empresarial*. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, 2004. (Estudos a&b), p. 9–16.
- SILVA, Armando Malheiro da; DAMÁSIO, Luís P. Castro – Casas nobres (no Distrito de Viana do Castelo). Em CAPELA, José Viriato (ed.) – *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: memória, história e património*. Braga: Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, 2005, p. [55]-[58].
- SILVA, Armando Malheiro da; DAMÁSIO, Luís P. Castro; FERNANDES, José Queiroga – *Casas armoriadas do concelho dos Arcos de Valdevez: subsídios para o estudo da nobreza arcoense*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 1996. vol. 4.

- SILVA, Armando Malheiro da; DAMÁSIO, Luís P. Castro; FERNANDES, José Queiroga – *Casas armoriadas do concelho dos Arcos de Valdevez: subsídios para o estudo da nobreza arcoense*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2004. vol. 5.
- SILVA, Armando Malheiro da; DAMÁSIO, Luís P. Castro; GACHINEIRO, João C. – *Casas armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez: subsídios para o estudo da nobreza arcoense*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2019. vol. 7.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto: Afrontamento, 2008.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 3.<sup>a</sup> ed. Porto: Edições Afrontamento, 2009.
- SILVA, Carlos Guardado – O conceito de «arquivo» revisitado: com e sem adjetivação. Em *Investigação em Ciência da Informação*. Lisboa: Colibri, FLUL, 2019. (CI - Ciência da informação, 6), p. 53–61.
- SILVA, Gonçalo M. – Afonso Nogueira (1460–1464). Em FONTES, João Luís Inglês.; GOUVEIA, António Camões (eds.) – *Bispos e arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018. (Coleção Cidade de Lisboa), p. 531–541.
- SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder na Lisboa dos finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus patronos (1298–1515)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2012. Dissertação de mestrado.
- SILVA, Gonçalo M. – Um prelado em tempos de reformas: o percurso de D. Afonso Nogueira (1399–1464). *Lusitania Sacra*. Vol. 33, n.º 1 (2016), p. 161–202.
- SILVA, José Justino de Andrade e (ed.) – *Collecção chronologica da legislação portugueza: legislação de 1675 a 1683 e suplemento de 1641 a 1683*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1857.
- SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média*. Lisboa Porto: CEHR; CITCEM, 2013.
- SMITH, Alison A. – Gender, ownership and domestic space: inventories and family archives in Renaissance Verona. *Renaissance Studies*. Vol. 12, n.º 3 (1998), p. 375–391.

- SOARES, António F. S. Neiva – *A arquidiocese de Braga no século XVII: sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550–1700)*. Braga: UM, 1993. Tese de doutoramento.
- SOARES, Nair de Nazaré Castro Soares – O arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa “Príncipe Umanizzato” do Renascimento e o seu projecto educativo moderno. *Humanitas*. n.º 63 (2011), p. 527–561.
- SOBRAL, Cristina – O conde de Ericeira: perfil de um bibliógrafo. Em *Examinar os manuscritos das livrarias particulares: obra do Conde da Ericeira*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2012, p. 11–33.
- SOLL, Jacob – *The information master: Jean-Baptiste Colbert’s secret state intelligence system*. 4.ª ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2012.
- SORIA MESA, Enrique – Genealogía y poder: invención de la memoria y ascenso social en la España Moderna. *Estudis: Revista de historia moderna*. n.º 30 (2004), p. 21–56.
- SORIA MESA, Enrique – *La nobleza en la España moderna: cambio y continuidad*. Madrid: Marcial Pons, 2007.
- SORIANO, Simão J. da Luz – *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal [...]. Segunda epocha. Tomo III*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A chefia da linhagem aristocrática (sécs. XII–XIV). Reflexões em torno de uma prática idealizada. *Studia Zamorensia*. Vol. 12 (2013), p. 27–40.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família e o parentesco na historiografia sobre a nobreza medieval portuguesa – um olhar. *Guarecer. Revista Eletrónica de Estudos Medievais*. n.º 5 (2020), p. 145–169.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima entre a Galiza e Portugal (séculos XII a XVI). Em BARROCA, Mário J.; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de (eds.) – *Paço de Giela: história de um monumento*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2015, p. 15–65.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – D. Leonel de Lima. Em ABREU, João Gomes de; VIEIRA, Amândio de Sousa (eds.) – *Figuras limianas*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 2008, p. 34–36.

- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – E mostraram duas arcas hua vaçia e na outra andavam cartas: monastic fonds as family archives in de Middle Ages. Em ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S.; GAGO, Alice B.; et al. (eds.) – *Recovered voices, newfound questions: family archives and historical research*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 23–34.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – Linhagem e estruturas de parentesco: algumas reflexões. *E-Spania* 11. 2011 [acedido 6 novembro 2022] em <URL <http://journals.openedition.org/e-spania/20366>>.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279–1325*. Porto: FLUP, 1997. Tese de doutoramento.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – *Os patronos do mosteiro do Grijó: evolução e estrutura da família nobre, séculos XI a XIV*. Porto: FLUP, 1987. Dissertação de mestrado.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de; BARROCA, Mário Jorge (eds.) – *Paço de Giela: história de um monumento*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2015.
- SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa real portugueza*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, Academia Real, 1748. vol. 12, Parte II.
- SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa real portugueza*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, Academia Real, 1747. vol. 12, Parte I.
- SOUSA, António Caetano de – *Provas da historia genealogica da Casa real portugueza*. Regia Officina Sylviana, Academia Real, 1739. vol. 1.
- SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família – estruturas de parentesco e casamento. Em SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e (ed.) – *História da vida privada em Portugal. Vol 1: A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011. (Temas portugueses), p. 126–143.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – Afirmação social e liderança nobiliárquica em Portugal (séculos XII–XV). *Studia Zamorensia*. n.º 12 (2013), p. 41–56.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XIII–XIV). *Hispania: Revista española de historia*. Vol. 67, n.º 227 (2007), p. 881–898.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Os Pimentéis: percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII–XIV)*. Lisboa: IN-CM, 2000.

- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; SOUZA, Luís de Vasconcellos e – O arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira. Em *2.º Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro: atas*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2011, p. 75–79.
- SOUSA, João S. – *A casa senhorial do Infante D. Henrique*. Livros Horizonte, 1991.
- SOUSA, Luís Costa e – *Alcácer Quibir. Visão ou Delírio de um rei?* Lisboa: Tribuna, 2009.
- SOUSA, Maria João d’Orey de Figueiredo Cabral da Câmara Andrade e – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV–XIX: Identidade, gestão e poder*. Lisboa: FCSH-UNL, 2017. Tese de doutoramento.
- SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – Questioning frontiers and comparing perspectives: noble archival practices in the Iberian Peninsula (15th-19th centuries). *Anais de História de Além-Mar*. Vol. 19 (2018), p. 137–162.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty – Can the Subaltern Speak? Em NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (eds.) – *Marxism and the Interpretation of Culture*. University of Illinois Press, 1988, p. 267–310.
- STEEDMAN, Carolyn – *Dust*. Manchester: Manchester University Press, 2001.
- STOCK, Brian – *The implications of literacy. Written language and models of interpretation in the eleventh and twelfth centuries*. Princeton: Princeton University Press, 1983.
- STOCK, Wolfgang G.; STOCK, Mechtild – *Handbook of Information Science*. Berlim: De Gruyter Saur, 2013.
- STOLER, Ann Laura – *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- STOLER, Ann Laura – Colonial archives and the arts of governance. *Archival Science*. Vol. 2, n.º 1 (2002), p. 87–109.
- SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana (ed.) – *Escritura y sociedad: la nobleza*. Xunta de Galicia, 2017.
- SZIRMAI, Ján Alexander – Limp bindings. Em *The archaeology of medieval bookbinding*. Aldershot: Ashgate, 1999, p. 285–319.
- TEODORO, Leandro Alves – Introdução. *Constituições de Braga de D. Diogo de Sousa: edição, estudo e notas*. 2019 [acedido 30 setembro 2022] em <URL <https://books.openedition.org/esb/https://books.openedition.org/esb/1820>>.

- TERRASA-LOZANO, Antonio – Aristocracy and litigation in the seventeenth century: a transnational space for family lawsuits. *European Review of History: Revue européenne d'histoire*. Vol. 16, n.º 5 (2009), p. 637–653.
- THOMASSEN, Theo – A first introduction to archival science. *Archival Science*. Vol. 1, n.º 4 (2001), p. 373–385.
- THORPE, Kristen – Aboriginal community archives: a case study in ethical community research. Em GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (eds.) – *Research in the Archival Multiverse*. Clayton: Monash University Publishing, 2016.
- TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, Margarita – *Linajes nobiliarios en León y Castilla (Siglos IX–XIII)*. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1999.
- TORRES, Rui d'Abreu – Padroeiros. Em SERRÃO, Joel (ed.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinha, 1985. Vol. 4, p. 511–512.
- TRABAL, Josep Fernández – Els arxius patrimonials catalans, de què estem parlant?. *Butlletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics*. (2017), p. 93–101.
- TRACE, Ciaran B. – What is recorded is never simply 'what happened': Record keeping in modern organizational culture. *Archival Science*. Vol. 2, n.º 1 (2002), p. 137–159.
- TROUILLOT, Michel-Rolph – *Silencing the past: power and the production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.
- VALENTE, Vasco Pulido – O povo em armas: a revolta nacional de 1808–1809. *Análise Social*. Vol. 15, n.º 57 (1979), p. 7–48.
- VALLADARES, Rafael – *A independência de Portugal. Guerra e Restauração*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2006.
- VARANINI, Gian Maria – Public written records. Em GAMBERINI, Andrea; LAZZARINI, Isabella (eds.) – *The Italian Renaissance State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 385–405.
- VASCONCELOS, José Leite de (ed.) – Acquisições do Museu Ethnológico Português. *O Archeologo Português*. Vol. 15 (1910), p. 233–247.
- VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome de – O último lampejo do feudalismo em Portugal. Em *O arquivo e a cidade: páginas da história bracarense*. Braga: UM, ADB, 2008. (Estudos e manuscritos, 7), p. 229–245.

- VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome de (ed.) – *Arquivo Distrital de Braga. Guia de utilizador 1998–1999*. Braga: ADB, UM, 1998.
- VAZ, Francisco António Lourenço (ed.) – *Correspondência inédita dirigida a D. Frei Manuel do Cenáculo: as cartas de Joaquim Sá e Alexandre Faria Manuel*. Évora: CIDEHUS, 2018.
- VENTURA, Leontina – A família: o léxico. Em SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e (ed.) – *História da vida privada em Portugal. Vol 1: A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011. (Temas portugueses), p. 98–125.
- VENTURA, Margarida Garcez – *Igreja e poder no século XV: dinastia de Avis e liberdades eclesíásticas 1383–1450*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.
- VENTURA, Maria Isabel de Almeida – *O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de mestrado.
- WALLACE, David A. – Archives and social justice. Em MACNEIL, Heather; EASTWOOD, Terry (eds.) – *Currents of archival thinking*. 2.<sup>a</sup> ed. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2017, p. 271–297.
- WALLACE, David A.; DUFF, Wendy M.; SAUCIER, Renée; FLINN, Andrew; DUFF, Wendy M.; SAUCIER, Renée; FLINN, Andrew – *Archives, Recordkeeping and Social Justice*. New York: Routledge, 2020.
- WALSHAM, Alexandra; PETERS, Kate; CORENS, Liesbeth – Introduction: archives and information in early modern world. Em CORENS, Liesbeth et al. (ed.) – *Archives & Information in the Early Modern World*. Oxford: Oxford University Press, 2018. (Proceedings of the British Academy, 212), p. 1–25.
- WILDEN, Anthony – Informação. Em ROMANO, Ruggiero (ed.) – *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: IN-CM, 2000. Vol. 34 Comunicação-Cognição, p. 11–77.
- WINROTH, Anders; KOSTO, Adam J. (eds.) – *Charters, cartularies and archives: the preservation and transmission of documents in the medieval West. Proceedings of a colloquium of the Commission internationale de diplomatique (Princeton and New York, 16–18 September 1999)*. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2002.
- WOODHAM, Anna; KING, Laura; GLOYN, Liz; CREWE, Vicky; BLAIR, Fiona – We Are What We Keep: The “Family Archive”, Identity and Public/Private Heritage. *Heritage & Society*. Vol. 10, n.º 3 (2017), p. 203–220.



- YAKEL, Elizabeth – Archival Representation. *Archival Science*. Vol. 3 (2003), p. 1–25.
- YALE, Elizabeth – The history of archives: the state of the discipline. *Book History*. Vol. 18, n.º 1 (2015), p. 332–359.
- YEO, Geoffrey – Concepts of record (1): evidence, information, and persistent representations. *The American Archivist*. Vol. 70, n.º 2 (2007), p. 315–343.
- YEO, Geoffrey – Custodial history, provenance, and the description of personal records. *Libraries & the Cultural Record*. Vol. 44, n.º 1 (2009), p. 50–64.
- YEO, Geoffrey – *Records, information and data: exploring the role of record-keeping in an information culture*. Londres: Facet Publishing, 2018.
- ZABALZA SEGUÍN, Ana – Casa e identidade social: la casa en la sociedad campesina: Navarra, 1550–1700. Em IMÍZCOZ BEUNZA, José María (ed.) – *Casa, familia y sociedad (País Vasco, España y América, siglos XV–XIX)*. Bilbao: Servicio de Publicaciones, 2004, p. 79–95.
- ZINS, Chaim – Conceptual approaches for defining data, information, and knowledge. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. Vol. 58, n.º 4 (2007), p. 479–493.
- ZÚQUETE, Afonso E. M. – Ponte de Lima (Marqueses de). Em *Nobreza de Portugal e do Brasil. Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. Lisboa: Zairol, 1989. Vol. 3, p. 161–163.
- ZÚQUETE, Afonso E. M. – Redondo (condes de). Em *Nobreza de Portugal e do Brasil. Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. Lisboa: Zairol, 1989. Vol. 3, p. 190–201.
- ZÚQUETE, Afonso E. M. (ed.) – *Nobreza de Portugal e do Brasil. Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. Lisboa: Zairol, 1989. vol. 3.

## ÍNDICE DOS ESQUEMAS, FIGURAS E QUADROS

<b>Esquema</b>	<b>Página</b>	<b>Título</b>
1	189	Linha de transmissão dos bens associados à Casa senhorial dos Limas
2	190	Linha de transmissão dos vínculos de Santo Estêvão de Beja e S. Lourenço de Lisboa
<b>Figura</b>		
1	117	Parte do verso do pergaminho em ADB, <i>VVNC</i> , n.º 49
2	117	Parte do verso do pergaminho em ADB, <i>VVNC</i> , n.º 5
3	119	Parte do verso do pergaminho em AMVCT, <i>LFG</i> , 65230D
4	194	Mapeamento da documentação dispersa
5	194	Exemplo de cotas apostas nos documentos que correspondem às do Catálogo, Tombo e Inventário de 1675-77, respetivamente
<b>Quadro</b>		
1	157	Classificação do fundo VNC pelo ANTT
2	168	Estrutura do Inventário de 1819 e nível de descrição do conteúdo de cada maço
3	171	Maços de documentação referidos no índice do <i>Livro de propriedades e rendimentos</i> de 1739
4	191	Representação da junção de documentação de arquivos organizacionais no período em estudo
5	213	Sistema com representação dos subsistemas que deram entrada no período em estudo
6	213	Contextualização do Subsistema Lima no Sistema Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva
7	237	Comparação entre a documentação existente e a sumariada no <i>Catálogo</i> e no <i>Tombo</i> produzida/recebida pelas gerações da família-instituição Brito Nogueira
8	239	Documentação existente e documentação identificada para as gerações em estudo a partir de inventariações do Cartório de Ponte de Lima (século XVII)



## **APÊNDICES**



## ÍNDICE DOS APÊNDICES

### Apêndices A

#### Quadros descritivos e comparativos, que serviram de suporte à análise

<b>Apêndice A.1.....</b>	<b>426</b>
Uma proposta de correspondência entre a documentação dos viscondes de Vila Nova de Cerveira referida em diferentes catálogos e aquela que foi possível identificar atualmente na Biblioteca da Ajuda	
<b>Apêndice A.2.....</b>	<b>428</b>
Identificação de códices presentes na Biblioteca da Ajuda que terão pertencido aos viscondes de Vila Nova de Cerveira	
<b>Apêndice A.3.....</b>	<b>433</b>
Identificação de documentos avulsos presentes na Biblioteca da Ajuda, produzidos até final do século XVII, que terão pertencido aos viscondes de Vila Nova de Cerveira	
<b>Apêndice A.4.....</b>	<b>434</b>
Comparação entre a organização do cartório dos viscondes de Vila Nova de Cerveira em 1739 e em 1819	
<b>Apêndice A.5.....</b>	<b>439</b>
Estrutura do <i>Livro que contém o rendimento das fazendas das minhas casas e morgados a elas anexos</i> e menções marginais a cotas ou a cópias das respetivas escrituras	
<b>Apêndice A.6.....</b>	<b>443</b>
Estrutura da <i>Relação de todos os papeis, instituições, mercês e títulos de fazendas e outras mais noticias que se acham no arquivo do Excelentíssimo Senhor D. Tomás de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira</i>	

## Apêndices B

### Esquemas genealógicos

<b>Esquema genealógico 1.....</b>	<b>447</b>
União dos grupos parentais Brito e Nogueira e sua descendência, com destaque para a linha de transmissão dos morgadios de Santo Estêvão de Beja e de S. Lourenço de Lisboa	
<b>Esquema genealógico 2.....</b>	<b>449</b>
Grupo parental dos Limas, com destaque para a linha dos viscondes de Vila Nova de Cerveira	
<b>Esquema genealógico 3.....</b>	<b>451</b>
Viscondes de Vila Nova de Cerveira (séc. XVII–XIX)	

## **Apêndices C**

### **Ficheiros em Excel anexos à tese**

#### **Apêndice C.1**

##### **Sistema Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva – Gerações Brito Nogueira e Lima Brito Nogueira**

Contém a reconstituição da informação documentalizada existente e mapeada para as gerações dos Britos Nogueira e dos Lima Brito Nogueira, contextualizada segundo a proposta apresentada na Parte III da tese. Não se apresenta uma descrição normalizada dos documentos, mas identifica-se a cota, o título, a data<sup>1807</sup> e a história custodial.

#### **Apêndice C.2**

##### **Subsistema Lima**

Contém a reconstituição da informação documentalizada existente e mapeada para as gerações da família-instituição Lima, contextualizada segundo a proposta apresentada na Parte III da tese. Apresenta-se uma descrição normalizada dos documentos, assim como a identificação de cotas antigas que correspondem à inventariação de 1675–77.

#### **Apêndice C.3**

##### **Inventários do Cartório de Ponte de Lima (séculos XVII–XVIII)<sup>1808</sup>**

Contém, na primeira folha, uma possível correspondência entre os documentos sumariados em três instrumentos de descrição do cartório de Ponte de Lima, bem como a identificação do seu produtor/recetor, sempre que tal foi possível. Numa segunda folha, é apresentada uma provável correspondência entre estes sumários e os documentos atualmente existentes e mapeados, sendo indicada a sua cota. Com base nestas informações, é fornecida uma contagem aproximada dos documentos sumariados nas listas e daqueles que foram sumariados e foram encontrados no mapeamento.

---

<sup>1807</sup> Nem todos os documentos do acervo do Eng.º Vasconcellos e Souza foram consultados. Quando não foi possível a verificação da data, colocou-se aquela que se encontra disponível na descrição do fundo no DigitArg do ANTT.

<sup>1808</sup> VNC, cx. 14, n.º 9 e n.º 36; cx. 37, n.º 9. Sobre o seu contexto de produção, vd. subcap. 9.1.



#### **Apêndice C.4**

##### **Produção dos Britos Nogueira no *Tombo*<sup>1809</sup> e no *Catálogo*<sup>1810</sup>**

Contém sumários presentes no *Tombo* ou apenas no *Catálogo* que correspondem a documentos produzidos pelas gerações Brito II, Brito Nogueira I e Brito Nogueira II. É apresentada uma correspondência provável entre esses sumários e documentos atualmente existentes e mapeados, sendo indicada a sua cota. É fornecida a contagem, por geração, dos sumários presentes nestes inventários, dos documentos sumariados e existentes e dos documentos não encontrados.

#### **Apêndice C.5**

##### **Inventário de 1819<sup>1811</sup> e produção das gerações em estudo**

Transcrição parcial do inventário elaborado em 1819, com identificação dos sumários de documentos produzidos/recebidos por membros das gerações que foram alvo da nossa análise.

#### **Nota sobre os Apêndices C**

São documentos de trabalho que estiveram na base da nossa análise e que decidimos disponibilizar ao público. Ficarão depositados no repositório da UNL (RUN) e num CD-ROM junto à versão impressa da tese.

---

<sup>1809</sup> VNC, n.º 2. Uma transcrição encontra-se disponível em <URL <https://inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/tombo-em-que-se-contem-todas-as-propriedades-rendas-foros-privilegios-bulas-e-alvaras-dos-morgados-de-santa-ana-e-de-sao-lourenco-de-lisboa-gaiao-e-santo-estevao-de-beja>> [acedido 30 agosto 2023]. Sobre o seu contexto de produção, vd. subcap. 11.4.

<sup>1810</sup> VNC, cx. 7, n.º 1. Sobre o seu contexto de produção, vd. subcap. 11.3.

<sup>1811</sup> VNC, n.º 1. Sobre o seu contexto de produção, vd. subcap. 6.2.

## APÊNDICES A

### APÊNDICE A.1

Uma proposta de correspondência entre a documentação dos viscondes de Vila Nova de Cerveira referida em diferentes catálogos<sup>1812</sup> e aquela que foi possível identificar atualmente na Biblioteca da Ajuda

[Catálogo da Livraria do Conde de Redondo], s.d. – BA, 54-XI-28, n.º 83*		[Catálogo], s.d. BA, 51-V-55, f. 15–101v*			"Catalogo dos manuscritos que forão do Conde de Redondo Thome de Sousa Coutinho", s.d. BNP, Ms. 2, n.º 9*		[Catálogo de Marrocos] (1813) BA, 49-IX-44			Cota atribuída em momento desconhecido 1813	Atualmente na BA (correspondência provável)	
Título	F.	Título	Tema/classe	F.	Título e descrição	F.	Título	F.	Classificação		Título	Cota atual
Livro do Senhor Visconde dos criados que serviram as suas Casas – 1 vol. fol.	2r									38/31	"Livro de criados que ordenei em janeiro princípio do ano de mil seiscentos e catorze" [Nas folhas que estavam em branco, foi-lhe acrescentado um catálogo da livraria do conde de Redondo e a distribuição temática da "Bibliotheca Sosiana"]	BA, 51-V-55
Livro de famílias de Aragão que foi do Sr. Visconde – 1 vol. fol.	2r										1814	
Livros de cartas de secretários para o Senhor Visconde além de um de folha que vai atrás – 9 vol. 4.º	3r	<b>Cartas de Secretários para o Sr. Visconde, m.s. – 9 v. 4.º</b>	<b>N.º 120 - Da Casa Real, dos reis, rainhas, príncipes, infantes, e senhores e dos secretários e secretarias</b>	<b>84r</b>	"Cartas para o sobredito Bisconde de vários secretários sobre vários negocios. 9 vol. no primeyro dos quaes se contem cartas de mayor importancia sobre materias mui graves principalmente pertencentes à Junta do Comércio, de que era Presidente, e uma Junta particular que se formou de que era Ministro, e sobre o officio de Estribeiro-mor que servia, e algumas cousas sobre o de Mordomo-mor, Camareyro-mor, e camaristas, e muytos outros negocios. Originaes."	16r	Coleção de avisos e officios de secretários para o Visconde de Vila Nova de Cerveira. 9 tomos. Em pergaminho – ruínas de humidade. 4.º	7r	Política	1/7-15	Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo I Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo II Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo III Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo IV Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo V Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo VI Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo VII Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo VIII Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo IX	BA, 52-IX-4 BA, 52-IX-5 BA, 52-IX-6 BA, 52-IX-7 BA, 52-IX-8 BA, 52-IX-9 BA, 52-IX-10 BA, 52-IX-11 BA, 52-IX-12
Livro do sr. Visconde intitulado de cartas secretas – 1 vol. 4.º	3r										1815	
Livros que contêm o governo das armas do Minho do Sr. Visconde e são copiadores de cartas do rei, secretários e pessoas grandes, e respostas a elas e ordens que passava, bandos, etc.º - 12 vol. fol.	10v	<b>Governo das Armas do Minho do Senhor Visconde, m.s. – 12 v.f.</b>	<b>N.º 118 - História dos officios da guerra e da paz, generais e ministros, papeis políticos e militares, governo e votos do conselho de Estado</b>	<b>82r</b>	"Copiadores que contem todo o Governo das Armas do Minho do dito Bisconde. 12 vol. Os primeyros dous são em que copiava as cartas reaes, o terceyro as respostas que lhe fazia; os outros são de patentes, cartas, bandos, ordens, boletins, certidoes, votos e pareceres varios, principalmente no vol. 5, 6, e 7. Contem tambem passaportes e todo o genero de ordens e explicacoens. São da letra do seu secretario."	15v	Governo das Armas do Visconde de Vila Nova de Cerveira. 9 tomos. Em pergaminho. Contêm cartas patentes, bandos, ordens, boletins, certidões, pareceres e passaportes. Desde 13 de fevereiro de 1649 até ao fim de maio de 1660. Fol.	15r	Política	13/1-9	[Governo das Armas da Província de Entre Douro e Minho do Visconde VNC D. Diogo de Lima de Brito Nogueira. Cartas patentes, bandos, ordens e boletins. Vol. I] Do Sr. [Visconde]. Copiador de cartas. Patentes, certidões, bandos e ordens desde 3 de março de 1650 até 14 de setembro do mesmo ano. Tomo 2.º Do Sr. Visconde. Copiador de cartas. Patentes, bandos e ordens desde 16 de setembro de 1650 até 15 de fevereiro de 1651. Tomo 3.º Do Sr. Visconde. Copiador de cartas. Bandos e ordens desde 15 de setembro de 1651 até 21 de outubro do mesmo ano. Tomo 4.º Do Sr. Visconde. Copiador de cartas, certidões, ordens pareceres e [...] dos anos de 1652, 53 e 54. Tomo 5.º Do Sr. Visconde. Copiador de cartas, ordens, bandos, pareceres desde 21 de junho de 1657 até 18 de abril de 1659. Tomo 6.º Do Sr. Visconde. Copiador de cartas. Patentes, bandos, ordens, pareceres desde 19 de abril de 659 até 16 de junho do mesmo ano. Tomo 7.º Do Sr. Visconde. [Copiador] de cartas patentes, [bandos], ordens, passaportes e boletins desde 27 de junho de 659 até 12 de janeiro de 660. Tomo 8.º [Do Sr.] Visconde. [Copi]ador de cartas. Bandos, ordens, patentes, e certidões desde 9 de dezembro de 659 até 30 de maio de 660. Tomo 9.º	BA, 51-VIII-30 BA, 51-VIII-31 BA, 51-VIII-32 BA, 51-VIII-33 BA, 51-VIII-34 BA, 51-VIII-35 BA, 51-VIII-36 BA, 51-VIII-37 BA, 51-VIII-38
							Cartas régias para o visconde de	7r	Política	13/10	Cartas régias para o Visconde de Vila Nova de Cerveira,	BA, 51-VIII-39

<sup>1812</sup> É possível que os primeiros três catálogos (assinalados com asterisco\*) tenham feito parte da empreitada de inventariação da biblioteca do falecido conde de Redondo levada a cabo pelo conde de Ericeira a partir de janeiro de 1731, no âmbito do seu trabalho na Academia Real da História Portuguesa. É possível que esta não tenha ido além do ano de 1733, altura em que D. Francisco Xavier de Meneses terá cegado (SOBRAL, Cristina – O conde de Ericeira: perfil de um bibliógrafo. Em *Examinar os manuscritos das livrarias particulares: obra do Conde da Ericeira*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2012, p. 22, 24).

<sup>1813</sup> Esta cota foi acrescentada a lápis nos códices e também no "Catálogo de Marrocos" na coluna da direita, tendo ajudado a estabelecer a correspondência entre alguns dos volumes. Não sabemos quando foram atribuídas estas cotas fracionárias, mas seriam as que estavam em vigor na Real Biblioteca em finais do século XIX e que terão sido mudadas após a intervenção de Ramalho Ortigão (vd. REGO, A. da Silva; FERREIRA, M. M. – Jesuítas na Ásia. *Biblioteca da Ajuda. Revista de divulgação*. n.º 1 (1980), p. 110).

<sup>1814</sup> Não foi possível, até ao momento, estabelecer a correspondência.

<sup>1815</sup> Para este volume não foi possível, até ao momento, encontrar uma correspondência.

						Vila Nova de Cerveira. Desde 3 de janeiro de 1649 até 8 de março de 1658. Coleção. Fol.				D. Diogo de Lima. 1649–1658		
						Cartas do Visconde de Vila Nova de Cerveira para el rei. 2 tom. – coleção desde fevereiro de 1649 até janeiro de 1660 - em pergaminho. Fol.	6r	Política	13/11-12	Cartas do Visconde de Vila Nova de Cerveira para el rei desde fevereiro de 1649 até janeiro de 1660. Tomo 1.º	BA, 51-V-14	
										Do Visconde de Vila Nova de Cerveira. Copiador de Cartas para El Rei. Livro 2.º de junho de 654 até janeiro de 660	BA, 51-V-15	
Livro de Conselho de Estado do dito Senhor - 1 vol. fol.	10v	Livro dos seus votos do Conselho de Estado, m.s. – 1 v. f.	N.º 118 - História dos ofícios da guerra e da paz, generais e ministros, papéis políticos e militares, governo e votos do conselho de Estado	82r	“Livro de vottos do ditto Bisconde como conselheyro de estado e Ministro do Despacho das Mercês e Expediente. Comprehende todo o governo de Portugal politico, militar e ecclesiastico; nos quaes se ve bem a eloquencia, erudição, capacidade e benevolencia deste grande homem. He o copiador da letra do seu secretario.”	15r	Coleção de papéis políticos, a maior parte relativos ao Visconde de Vila Nova de Cerveira. fol. 359. Fol.	8r	Política	9/23	Obras Políticas. [Papeis de, para e sobre os Viscondes de Vila Nova de Cerveira, cópia de uma seleção de cartas e outros documentos]	BA, 51-V-17
Livros em que estão também alguns votos seus e papéis de Estado - 2 vol. fol.	10v	Livros de votos seus e papéis de Estado, m.s. – 2 v. f.	N.º 118 - História dos ofícios da guerra e da paz, generais e ministros, papéis políticos e militares, governo e votos do conselho de Estado	82r	“Copiadores de papéis politicos, militares e ecclesiasticos pertencentes muytos ao Santo Officio, e contra ele. Contem muitos votos dos ditos Biscondes sobre as mesmas materias, a mayor parte do que se contem nos dous volumes destes copiadores he da letra do seu secretario e alguma da sua mesma.”	15v	Copiador de papéis políticos e militares. Do visconde de Vila Nova de Cerveira. Coleção. 2 tomos, em pergaminho. Tomo 1.º fl. 306. Tomo 2.º - fol. 314. Fol.	9r	Política	9/4-5	Do Senhor Visconde. Copiador de papéis políticos e militares. Tomo 1.º	BA, 51-VIII-29
										9/5	[Do Senhor Visconde.] Copiador de papéis políticos e militares. Tomo 2.º	BA, 49-X-21
Livro de patentes, alvarás e cartas reais para o dito senhor e seus avós – 1 vol. fol.	10v	Livro de patentes, cartas e alvarás reais para o dito Senhor e seus avós, m.s. – 1 v. f.	N.º 118 - História dos ofícios da guerra e da paz, generais e ministros, papéis políticos e militares, governo e votos do conselho de Estado	82r	“Cartas, patentes, e alvarás reaes de varios reys para varios Senhores da Caza do Bisconde de Ponte de Lima sobre diferentes negocios. Cartas del Rey D. João para o conde de Castello Melhor do tempo em que governava as Armas do Minho sobre o dito governo, e com elas estão misturadas algumas para o bisconde D. Diogo de Lima. Originaes.”	15r	Cartas e alvarás reais para o Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima Brito - coleção original de 420 fl., em pergaminho. Fol.	6r	Política	6/22	Do Senhor Visconde. Cartas Patentes e Alvarás Reais	BA, 51-VIII-27
Livros de cartas reais para o dito Senhor – 2 vol. fol.	10v	Livros de cartas reais para o dito Senhor, m.s. – 2 v. f.	N.º 118 - História dos ofícios da guerra e da paz, generais e ministros, papéis políticos e militares, governo e votos do conselho de Estado	82r			Cartas régias de El Rei D. João IV e do príncipe D. Teodósio para o Visconde D. Diogo de Lima. 1649–1659. Coleção original. 2 tomos. Fol.	7r	Política	6/ 20-21	Cartas régias d'el rei D. João 4.º e do príncipe D. Teodósio para o Visconde D. Diogo de Lima, governador das Armas do Entre Douro e Minho. De 1649 até ao fim de 1651. [vol.] I	BA, 51-X-18
											Cartas régias para o visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, governador das Armas do Entre Douro e Minho. 1642–1663 [vol.] II	BA, 51-X-19
Livros do governo e cartas dos avós do dito Senhor – 2 vol. fol.	10v	Livros do governo e cartas de seus avós, m.s. - 2 v. f.	N.º 118 - História dos ofícios da guerra e da paz, generais e ministros, papéis políticos e militares, governo e votos do conselho de Estado	82r	“Governo e cartas de seus avós. Tomo 1.º contem varias portarias, e ordens reaes sobre o governo do Reyno no tempo de Castella, e algumas duvidas e disputas que ouve entre Ministros. Tomo 2. cartas varias de varios cavalheros.”	15v – 16r	Livros do governo do Visconde de Vila Nova de Cerveira de seus avós. Coleção original. Em pergaminho. 2 tomos. Tomo 1.º - folhas 516 – 1604 a 1637; Tomo 2.º - folhas 538 – 1638–1644. Fol.	21r	Política	13/13-14	Do Senhor Visconde. Governo e Cartas dos seus avós. Tomo I	BA, 51-VIII-23
											Do Senhor Visconde. Governo e Cartas dos seus avós. Tomo II	BA, 51-VIII-24
Livro de cartas de secretários para o dito senhor, além dos 9 de 4.º que vão adiante – 1 vol. fol.	10v	Livro de cartas de secretários para o dito Senhor, m.s. – 1 v. f.	N.º 118 - História dos ofícios da guerra e da paz, generais e ministros, papéis políticos e militares, governo e votos do conselho de Estado	82r	“Cartas para elle dos Secretarios Pedro Vieyra da Silva, e Gaspar de Faria Severim sobre negocios do seu governo politico e militar. Originaes.”	15v	Cartas de secretários de Estado para o Visconde de Vila Nova de Cerveira. Coleção original de 690 folhas em Pergaminho. Fol.	5r	Política	13/15	Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários	BA, 51-VIII-25
“Livros de cartas de pessoas grandes para o dito Senhor – 2 vol. fol.	10v	Livros de cartas de pessoas grandes para o dito Senhor, m.s. – 2 v. f.	N.º 118 - História dos ofícios da guerra e da paz, generais e ministros, papéis políticos e militares, governo e votos do conselho de Estado	82r	“Cartas para elle de pessoas grandes, e ministros. Originaes. 2 volumes.”	15v	Cartas de pessoas grandes para o Visconde de Vila Nova de Cerveira. 2 tomos. Coleção original. Fol.	5r	Política	13/16-17	Do Sr. Visconde. Cartas de Pessoas Grandes. Tomo I	BA, 51-VIII-44
											Do Sr. Visconde. Cartas de Pessoas Grandes. Tomo II	BA, 51-VIII-45
Livros de boletins e inteligências com Castela na guerra passada – 1 vol fol.	10v	Livro de boletins e inteligências com Castella, m.s. – 1 v. f.	N.º 118 - História dos ofícios da guerra e da paz, generais e ministros, papéis políticos e militares, governo e votos do conselho de Estado	82r	“Boletins que de Castella se lhe mandavão, e inteligencias que la tinha e avizos que lhe fazião. Originaes.”	15v	Livro de Boletins e inteligências com Castela do Visconde de Vila Nova de Cerveira. Coleção em parte original. De 676 folhas. Em pergaminho. [A lápis: 1652 a 60] Fol.	19r	Política	13/18	Do Sr. Visconde. Boletins e inteligências com Castela	BA, 51-VIII-41
Livro intitulado governo político que contém quantidade de decretos, e consultas de tribunais e assentos de Juntas, todos originaes e papéis sobre a Casa Real. 1 vol. fol.	10v	Livro do dito Sr. Intitulado Governo Político, m.s. – 1 v. f.	N.º 118 - História dos ofícios da guerra e da paz, generais e ministros, papéis políticos e militares, governo e votos do conselho de Estado	82r			Livro do governo político do Visconde de Vila Nova de Cerveira. Coleção original. De 348 folhas. Em pergaminho. [A lápis: 1641 e seguintes] Fol.	20r	Política	13/19	Do Senhor Visconde. Governo Político	BA, 51-VIII-26
Livro intitulado governo militar que contém assentos originaes da[s] guerras passadas e papéis a ela pertencentes - 1 vol. fol.	10v	Livro intitulado governo militar dos assentos da guerra passada, m.s. – 1 v. f.	N.º 118 - História dos ofícios da guerra e da paz, generais e ministros, papéis políticos e militares, governo e votos do conselho de Estado	82r			Governo militar do Visconde de Vila Nova de Cerveira e assentos da guerra passada. Coleção original. De 417 folhas. Em pergaminho. [A lápis: 1658] Fol.	18r	Política	6/23	Do Senhor Visconde. Governo Militar	BA, 51-VIII-28

## APÊNDICE A.2

### Identificação de códices presentes na Biblioteca da Ajuda que terão pertencido aos viscondes de Vila Nova de Cerveira

Cota	Título	Datas	Dimensão e suporte	Breve descrição	N.º de documentos (contabilizando os anexos de alguma correspondência)	Observações
BA, 51-V-55	Do Senhor Visconde. Lembrança dos criados que serviram a sua Casa <sup>1816</sup>  [Catálogo da livraria da Casa de Redondo]  Distribuição da Biblioteca Sosiana <sup>1817</sup>	Da Lembrança: 1614  Do catálogo: [ca. 1731]	1 liv. com 146 f.; papel e encadernação em pergaminho	Original. Contém lembrança de D. Lourenço de Lima sobre obrigações que tinha de cumprir, na sequência das heranças que recebeu, e sobre pagamentos devidos a criados. Estão assinalados aqueles que já se encontravam satisfeitos. O livro ficou com folhas em branco que foram posteriormente aproveitadas para se introduzir: um catálogo que, pelo seu conteúdo, identificámos como sendo o da livraria do conde de Redondo; e o sistema de classificação adotado na biblioteca sosiana.	--	
BA, 51-V-17	Obras Políticas	[post. 1649]	1 liv. com 364 fls.; papel, encadernação em pastas de cartão e cobertura em couro	Copiador. Contém cópia de cartas e outros documentos expedidos e recebidos pelos viscondes de Vila Nova de Cerveira, assim como tratando de assuntos do seu interesse ou do interesse de membros da sua família, com datas compreendidas entre 1370 e 1649. Contém cópia de correspondência trocada entre o rei e o visconde D. Lourenço de Lima. Cópia cartas com mercês régias concedidas a D. Lourenço, a D. Diogo de Lima e seus antepassados. A maioria destes documentos está relacionada com funções políticas e militares desempenhas pelos viscondes, assim como por D. João de Vasconcelos, sogro de D. Diogo de Lima. Há várias petições dirigidas aos reis pelos viscondes, assim como se incluiu documentação que não foi produzida/recebida por eles, mas cujo conteúdo lhes deveria interessar. Os documentos copiados entre a f. 198 e 234 reproduzem informações presentes num outro conjunto de manuscritos, que terá estado igualmente no cartório dos viscondes em Ponte de Lima e que hoje se encontra no ADB (Ms.887-2 <sup>1818</sup> ): incluiu memórias sobre as origens, genealogia e serviços prestados pelos membros da família, assim como petições de Luís de Brito e de seu filho, D. Lourenço de Brito Nogueira, dirigidas ao rei. A letra é bastante homogénea, todas as cópias terão sido redigidas pela mesma pessoa.	Mais de 300	Existe um catálogo manuscrito com o sumário de apenas alguns documentos deste códice, elaborado por Maria da Conceição Geada, na sala de consulta da BA (em 51, vol. 1, p. 97–100).
BA, 51-VIII-23	Do Senhor Visconde. Governo e cartas dos seus avós. Tomo I	Dos documentos: 1605-08-13 – 1642-05-13  Da composição do códice: [post. 1642]	1 liv. com 520 f.; papel e encadernação em pergaminho	Códice factício com originais e com cópias. Reúne cópias de cartas enviadas pelos viscondes. Cópia igualmente outros documentos que estes receberam ou consultaram, nomeadamente pareceres do Conselho sobre petições suas. Há cópias de documentos de outros parentes, nomeadamente do conde dos Arcos. Contém correspondência original, nomeadamente aquela que foi trocada, de 1633 a 1637, entre o visconde D. Lourenço de Lima e seu filho D. Diogo, quando este último era estudante no Colégio Real de S. Paulo de Coimbra.	Mais de 400	Catálogo manuscrito elaborado por Maria da Conceição Geada, presente na sala de consulta da BA (vol. 3), não descreve os documentos presentes neste códice.
BA, 51-VIII-24	Do Senhor Visconde. Governo e Cartas dos seus avós. Tomo II	Dos documentos: 1638–1696  Da composição do códice: [post. 1696]	1 liv. com 538 f.; papel e encadernação em pergaminho	Não pôde ser consultado por se encontrar muito danificado. Trata-se de um códice factício constituído por cartas originais e eventualmente por algumas cópias.  De acordo com a breve descrição de Maria da Conceição Geada, contém cartas e documentos de D. Lourenço de Lima e de seu filho D. Diogo. Contém ainda cartas de: Antão de Faria Palha (f. 6); Manuel de Sousa (f. 27–28); João Fernandes de Lima (f. 45–59-59v, 120, 135–135v, 145–146, 162–162v, 203–203v, 231–232); conde de Crescente (f. 256); Francisca Luísa de Sotomaior (f. 186–186v, 201-201v, 505–506v, 528–529, 535–536v, 538); Fr. António Álvares (f. 190); Pedro de Carvalho (f. 336); Luís de Vasconcelos e Meneses (f. 351); Maria [de Noronha] (f. 352, 363); Joana de Vasconcelos (f.353–362, 364–457, 494–501, 533–533v); Francisco de Lima, deão da Sé de Évora (f. 458–460, 462–463, 475–476v); conde dos Arcos [D. Luís de Brito Nogueira] (f. 468–468v, 478–479), Nuno da Cunha (f. 469–470v); D. Francisco de Lima Brito e Nogueira (f. 480–80v.); João de Lima (f. 504), entre outros.	--	Catálogo manuscrito elaborado por Maria da Conceição Geada, presente na sala de consulta da BA (vol. 3), não descreve os documentos presentes neste códice.  As cartas trocadas entre D. Diogo de Lima e a sua esposa D. Joana de Vasconcelos e Meneses foram transcritas <sup>1819</sup> .
BA, 51-VIII-25	Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários	1634-06-16 – 1685-08-01 <sup>1820</sup>	1 liv. com 700 f.; papel e encadernação em pergaminho	Códice factício com cartas originais enviadas por secretários de Estado e por outras pessoas aos viscondes de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima e D. Diogo de Lima, tratando de assuntos políticos e militares relacionados com as suas funções e serviço ao rei. Há também algumas cópias das respostas expedidas pelos viscondes.	351	Existe um catálogo manuscrito com o sumário de apenas alguns documentos deste códice, elaborado por Maria da Conceição Geada, na sala de consulta da BA (em 51, vol. 3, p. 91–108).

<sup>1816</sup> Este é o título (atualizado) que se encontra na lombada. Na primeira folha está o seguinte título: "Livro de criados que ordenei em janeiro princípio do ano de mil seiscientos e catorze".

<sup>1817</sup> O catálogo (f. 15–96) e a distribuição da biblioteca sosiana (f. 98–101) foram acrescentos posteriores, realizados provavelmente quando o conde de Ericeira esteve a tratar esta livraria, a partir de 1731 (vd. quadro e nota no Apêndice A.1).

<sup>1818</sup> A cota foi mudada para ADB, *VVNC*, I-22-C-1-2-59; também pode ser encontrado através da cota: ADB, *VVNC*, n.º 59.

<sup>1819</sup> OLIVEIRA, Ana Lúcia P. de – *Cartas de amor. Correspondência de D. Joana de Vasconcellos e Menezes para seu marido D. Diogo de Lima 1642–1644*. Porto: FLUP, 1997. Dissertação de mestrado. Vol. 2.

<sup>1820</sup> Há vários documentos que não se encontram datados e ainda não foi realizada uma tentativa de datação crítica dos mesmos.

BA, 51-VIII-26	Do Senhor Visconde. Governo Político	Dos documentos: 1642 e 1695  Da composição do códice: [post. 1695]	1 liv. com 361 f.; papel e encadernação em pergaminho	Códice factício, com cópias e com alguns originais Correspondência original recebida; cópias de cartas enviadas ou recebidas pelos viscondes D. Lourenço de Lima e D. Diogo. Estão relacionadas com assuntos militares (como a nomeação para determinados postos) e assuntos políticos (nomeadamente pareceres, consultas, votos e propostas dos viscondes ou de outros fidalgos). Contém igualmente textos genealógicos, sermões de exéquias, poesia e textos dedicados aos viscondes ou a outros fidalgos, e uma receita médica.	Mais de 160	Catálogo manuscrito elaborado por Maria da Conceição Geada, presente na sala de consulta da BA, não descreve todos os documentos presentes neste códice (ver alguns em 51, vol. 3, p. 108–127)
BA, 51-VIII-27	Do Senhor Visconde. Cartas Patentes e Alvarás Reais	1597-03-18 – 1660-05-28	1 liv. com 433 f.; papel e pergaminho, encadernação em pergaminho	Códice factício com cartas originais. Contém alvarás e cartas patentes concedidas aos viscondes de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima e D. Diogo de Lima, pelos reis Filipe I a Afonso VI. Há também cartas do príncipe D. Teodósio, da rainha D. Luísa e de outros fidalgos. Há cópias de alguma correspondência expedida pelos viscondes. Inclui um conjunto de cartas dirigidas ao conde de Castelo Melhor, quando este foi governador das armas da província do Entre Douro e Minho.	320	Existe um catálogo manuscrito com o sumário de apenas alguns documentos deste códice, elaborado por Maria da Conceição Geada, na sala de consulta da BA (em 51, vol. 3, p. 127–160).  No início contém um índice das escrituras incluídas no códice (primeiras 5 folhas não numeradas)
BA, 51-VIII-28	Do Senhor Visconde. Governo Militar	1629-09-05 – 1666-10-23	1 liv. com 424 f.; papel, encadernação em pergaminho  [Contém um índice de 4 f. soltas no início, elaborado provavelmente no século XIX ou inícios do XX]	Códice factício. Contém originais e cópias de documentos relacionados com a atividade militar dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, sobretudo da de D. Diogo de Lima. Há originais de correspondência enviada pelo rei e pela rainha D. Luísa de Gusmão, nomeações, instruções, regimentos, plantas, desenhos e certidões. Há também algumas cópias de cartas expedidas pelos viscondes, de pareceres, propostas, ordens e requerimentos seus e de documentos régios concedendo mercês, assim como de autos judiciais e sentenças. Foram incluídas algumas cópias e originais de outros documentos que tratam de assuntos militares, mas que não estão diretamente relacionados com os viscondes, nomeadamente de outros governadores de armas.	Mais de 260	Existe um catálogo manuscrito com o sumário de apenas alguns documentos deste códice, elaborado por Maria da Conceição Geada, na sala de consulta da BA (em 51, vol. 3, p. 160–189).
BA, 51-VIII-29	Do Senhor Visconde. Copiador de papéis políticos e militares. Tomo 1.º	[post. 1646?] – [1694?] <sup>1821</sup>	1 liv. com 314 f.; papel e encadernação em pergaminho	Copiador. Cópia de papéis políticos e militares, produzidos entre 1436 e 1689, produzidos pelos viscondes de Vila Nova de Cerveira ou relacionados com assuntos políticos e militares que talvez pudessem interessar a D. Diogo de Lima. Há cópia de documentos relacionados com D. João Luís de Vasconcelos e com outros parentes do visconde. Há letras diferentes, não tendo sido a mesma pessoa a responsável pela cópia de todos os textos. Algumas terão sido realizadas por D. Diogo de Lima (vd. p. ex. f. 86–100) <sup>1822</sup> , outras possivelmente por secretários seus (verificando-se semelhanças com as letras de outros copiadores do Governo das Armas do Entre Douro e Minho).  Foi acrescentado um índice das escrituras do códice no início, em folhas soltas, possivelmente elaborado no século XIX ou nos inícios do XX.	126	Existe um catálogo manuscrito dos documentos deste códice, elaborado por Maria da Conceição Geada, na sala de consulta da BA (51, vol. 3, p. 189–202).
BA, 49-X-21	Copiador de papéis políticos e militares. Tomo 2.º	[post. 1675?] – [1694?] <sup>1823</sup>	1 liv. com 304 f.; papel e encadernação em pergaminho	Copiador. Cópia de papéis políticos e militares. Existem votos e cartas enviadas pelo visconde D. Diogo de Lima, com datas compreendidas entre 1676 e 1680. No entanto, maioria respeita a documentos que não estão diretamente relacionados com os viscondes, produzidos entre 1576 e 1683. Redigido por diferentes mãos.	111	Existe um índice dos documentos copiados no códice, no final, entre a f. [312] e 314.
BA, 51-V-14	Do Senhor Visconde. Copiador de Cartas para El Rei. Livro primeiro de fevereiro de 649 até o 4.º de junho de 654	1649-02-18 – 1654-07-01 <sup>1824</sup>	1 liv. com 283 fl.; papel [encadernação em pergaminho que não é a original; foi aproveitada a de outro livro, dizendo na lombada “História de Hespanha 2.ª Parte”]	Copiador. Cópia das cartas expedidas pelo visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, governador das armas do Entre Douro e Minho, dirigidas ao rei, a secretários de Estado, ao Conselho de Estado e ao Conselho de Guerra ou à Junta dos Três Estados, enquanto se encontrava no Minho. Os assuntos são maioritariamente de caráter militar. Escrito por várias mãos, havendo letras diferentes, mas nenhuma parece ser a de D. Diogo de Lima.	329	
BA, 51-V-15	Do Senhor Visconde. Copiador de Cartas para El Rei. Livro 2.º de junho de 654 até janeiro de 660	1654-06-29 – 1660-05-20	1 liv. com 146 f.; papel e encadernação em pergaminho	Copiador. Cópia das cartas expedidas pelo visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, governador das armas do Entre Douro e Minho, dirigidas ao rei, a secretários de Estado, ao Conselho de Estado e ao Conselho de Guerra ou à Junta dos Três Estados, enquanto se encontrava no Minho. Os assuntos são maioritariamente de caráter militar. Escrito por diferentes mãos.	147	

<sup>1821</sup> Trata-se de uma datação crítica para a composição do copiador, mas os documentos copiados têm datas compreendidas entre 1436 e 1689. Nas primeiras folhas do livro há vários documentos copiados que são da década de 1640, sobretudo de 1646, havendo dois intercalados que são anteriores, de 1633 e de 1613. Só depois da f. 243v, vêm documentos posteriores, a partir da década de 1650, intercalando-se pontualmente documentos anteriores. É possível que a cópia só se tenha iniciado em 1646 ou depois. O ano do último documento copiado é 1689, mas encontra-se na f. 279, havendo documentos com datas anteriores que foram transcritos nas folhas seguintes. Nesta data, D. Diogo já havia falecido pelo que se conclui que a construção do copiador terá continuado durante o viscondado do seu filho e sucessor. Por essa razão, indicamos como provável que a redação das transcrições se possa ter estendido até ao ano da morte do visconde João Fernandes de Lima.

<sup>1822</sup> Compare-se a letra com a das cartas trocadas com seu pai, compiladas em BA, 51-VIII-23, f. 390 e ss.

<sup>1823</sup> Trata-se de uma datação crítica para a composição do copiador, mas os documentos copiados têm datas compreendidas entre 1576 e 1683. Os primeiros documentos transcritos são de 1675, seguindo-se a cópia de documentos produzidos posteriormente, intercalando-se a cópia daqueles que foram produzidos antes de 1675. Como a sua redação contou com diferentes mãos, é possível que tenha sido composto ao longo de um período alargado e que as cópias tenham sido iniciadas em 1675 ou após este ano. O ano do último documento copiado é 1683, mas considerámos que a composição do copiador pode ter-se estendido até ao ano da morte do visconde João Fernandes de Lima, tal como o primeiro volume.

<sup>1824</sup> Nestes copiadores de cartas, considerámos a data dos documentos que estão transcritos.

BA, 51-VIII-30	[Governo das Armas da Província de Entre Douro e Minho do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima de Brito Nogueira. Cartas patentes, bandos, ordens e boletins. Vol. I]	1649–1650	1 liv. com 293 f.	Não pôde ser consultado por se encontrar muito danificado. Trata-se de um copiadador de cartas e de outros documentos expedidos pelo visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, na qualidade de governador das armas do Entre Douro e Minho. Predominam os assuntos de caráter militar, sendo também tratados assuntos políticos, sociais e fiscais sobretudo associados ao contexto da guerra da Restauração.	Mais de 415	Existe um catálogo manuscrito com o sumário de apenas alguns documentos deste códice, elaborado por Maria da Conceição Geada, na sala de consulta da BA (em 51, vol. 3, p. 202–252).
BA, 51-VIII-31	Do Senhor [Visconde]. Copiadador de cartas. Patentes, certidões, bandos e ordens desde 3 de março de 650 até [1]4 de setembro do mesmo ano. Tomo 2. <sup>o</sup>	1650-03-03 – 1650-09-14	1 liv. com 295 f.; papel, encadernação em pergaminho <sup>1825</sup>	Trata-se de um copiadador de cartas e de outros documentos, nomeadamente ordens e certidões, expedidos pelo visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, na qualidade de governador das armas do Entre Douro e Minho. Predominam os assuntos de caráter militar, sendo também tratados assuntos políticos, sociais e fiscais sobretudo associados ao contexto da guerra da Restauração.	Mais de 355	Existe um catálogo manuscrito com o sumário de apenas alguns documentos copiados neste códice, elaborado por Maria da Conceição Geada, na sala de consulta da BA (em 51, vol. 3, p. 252–297).
BA, 51-VIII-32	Do Senhor Visconde. Copiadador de cartas. Patentes, bandos e ordens desde 16 de setembro de 650 até 15 de fevereiro de 651. Tomo 3. <sup>o</sup>	1650-09-16 – 1651-02-15	1 liv. com 286 f.; papel, encadernação em pergaminho	Trata-se de um copiadador de cartas e de outros documentos expedidos pelo visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, na qualidade de governador das armas do Entre Douro e Minho. Predominam os assuntos de caráter militar, sendo também tratados assuntos políticos, sociais e fiscais sobretudo associados ao contexto da guerra da Restauração.	425	Existe um catálogo manuscrito com o sumário dos documentos copiados neste códice, elaborado por Maria da Conceição Geada, na sala de consulta da BA (em 51, vol. 4).
BA, 51-VIII-33	Do Senhor Visconde. Copiadador de cartas. Bandos e ordens desde 15 de setembro de 651 até 21 de outubro do mesmo ano. Tomo 4. <sup>o</sup>	1651-02-15 – 1651-10-21	1 liv. com 330 f.; papel, encadernação em pergaminho	Trata-se de um copiadador de cartas e de outros documentos expedidos pelo visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, na qualidade de governador das armas do Entre Douro e Minho. Predominam os assuntos de caráter militar, sendo também tratados assuntos políticos, sociais e fiscais sobretudo associados ao contexto da guerra da Restauração.	557	Existe um catálogo manuscrito com o sumário dos documentos copiados neste códice, elaborado por Maria da Conceição Geada, na sala de consulta da BA (em 51, vol. 4).
BA, 51-VIII-34	Do Senhor Visconde. Copiadador de cartas, certidões, ordens pareceres e [...] dos anos de 652, 53 e 54. Tomo 5. <sup>o</sup>	1652-08-19 – 1655-03-21	1 liv. com 292 f. (apenas 151 estão numeradas e têm documentos copiados); papel, encadernação em pergaminho	Trata-se de um copiadador de cartas e de outros documentos expedidos pelo visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, na qualidade de governador das armas do Entre Douro e Minho. Predominam os assuntos de caráter militar, sendo também tratados assuntos políticos, sociais e fiscais sobretudo associados ao contexto da guerra da Restauração.	248	Existe um catálogo manuscrito com o sumário dos documentos copiados neste códice, elaborado por Maria da Conceição Geada, na sala de consulta da BA (em 51, vol. 4).
BA, 51-VIII-35	Do Senhor Visconde. Copiadador de cartas, ordens, bandos, pareceres desde 21 de junho de 657 até 18 de abril de 659. Tomo 6. <sup>o</sup>	1657-06-02 – 1659-04-18	1 liv. com 284 f.; papel, encadernação em pergaminho	Trata-se de um copiadador de cartas e de outros documentos, nomeadamente ordens, votos e pareceres, expedidos pelo visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima. A maioria produzida em períodos em que desempenhou a função de governador das armas do Entre Douro e Minho. Algumas destas cartas foram enviadas a D. Álvaro de Abranches da Câmara, no período em que foi ele o governador das armas do Entre Douro e Minho (f. 1–14v, com datas compreendidas entre 21 de junho e 5 de agosto de 1657). Predominam os assuntos de caráter militar, sendo também tratados assuntos políticos, sociais e fiscais sobretudo associados ao contexto da guerra da Restauração. Redigido por diferentes mãos; D. Diogo de Lima terá copiado alguns documentos (parecendo tratar-se da sua letra em alguns textos a partir da f. 135).	480	Existe um catálogo manuscrito com o sumário dos documentos copiados neste códice, elaborado por Maria da Conceição Geada, na sala de consulta da BA (em 51, vol. 4, p. 189–277).
BA, 51-VIII-36	Do Senhor Visconde. Copiadador de cartas. Patentes, bandos, ordens, pareceres desde 19 de abril de 659 até 16 de junho do mesmo ano. Tomo 7.	1659-04-19 – 1659-06-26	1 liv. com 240 f.; papel, encadernação em pergaminho	Trata-se de um copiadador de cartas e de outros documentos expedidos pelo visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, governador das armas do Entre Douro e Minho. Predominam os assuntos de caráter militar, sendo também tratados assuntos políticos, sociais e fiscais sobretudo associados ao contexto da guerra da Restauração. As cópias foram realizadas por diferentes mãos.	Mais de 430	Existe um catálogo manuscrito dos documentos deste códice, elaborado por Maria da Conceição Geada, na sala de consulta da BA (51, vol. 4 e 5).
BA, 51-VIII-37	Do Senhor Visconde. [Copiadador] de cartas patentes, [bandos], ordens, passaportes e boletins desde 27 de junho de 659 até 12 de janeiro 660. Tomo 8. <sup>o</sup>	1659-06-26 – 1660-01-12	1 liv. com 384 f.; papel, encadernação em pergaminho	Não pôde ser consultado por se encontrar muito danificado. Trata-se de um copiadador de cartas e de outros documentos expedidos pelo visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, governador das armas do Entre Douro e Minho. Predominam os assuntos de caráter militar, sendo também tratados assuntos políticos, sociais e fiscais sobretudo associados ao contexto da guerra da Restauração.	661	Existe um catálogo manuscrito dos documentos deste códice, elaborado por Maria da Conceição Geada, na sala de consulta da BA (51, vol. 5).
BA, 51-VIII-38	[Do Senhor] Visconde. [Copi]ador de cartas. Bandos, ordens, patentes, e certidões desde 9 de dezembro de 659 até 30 de maio 660. Tomo 9. <sup>o</sup>	1658-12-30 – 1660-05-30 <sup>1826</sup>	1 liv. com 287 f. (mas apenas 221 f. numeradas e com conteúdo); papel, encadernação em pergaminho	Trata-se de um copiadador de cartas e de outros documentos, nomeadamente de nomeações, certidões, ordens, passaportes e boletins, expedidos pelo visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, governador das armas do Entre Douro e Minho. Predominam os assuntos de caráter militar, sendo também tratados assuntos políticos, sociais e fiscais sobretudo associados ao contexto da guerra da Restauração.	418	Existe um catálogo manuscrito dos documentos deste códice, elaborado por Maria da Conceição Geada, na sala de consulta da BA (51, vol. 5).

<sup>1825</sup> A encadernação foi realizada com um pergaminho que foi retirado de um outro códice e reaproveitado; este tem o início do ofício de S. Crisógono e uma notação musical.

<sup>1826</sup> Acrescento posterior de documento de 1 de novembro de 1659 e de outro de 30 de dezembro de 1658. Os primeiros documentos copiados neste códice são todos de 9 de dezembro de 1659.

BA, 51-VIII-39	[Cartas régias para o Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima. 1649–1658] <sup>1827</sup>	1648-12-19 – 1658-05-05	1 liv. com 231 f.; papel, encadernação em pergaminho que não é a original	Trata-se de um copiadador de correspondência e de outros documentos dirigidos a D. Diogo de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira, a maioria em períodos em que foi o governador das armas da Província do Entre Douro e Minho e tratando de assuntos militares.  Foram incluídas cópias de cartas régias, de 1648, dirigidas ao conde de Castelo Melhor, que havia também exercido o cargo de governador das armas desta província.  Os originais de alguma da documentação aqui copiada encontram-se em BA, 51-X-18 e 51-X-19.	365	Existe um catálogo manuscrito dos documentos deste códice, elaborado por Maria da Conceição Geadá, na sala de consulta da BA (51, vol. 5, p. 216–285).
BA, 51-VIII-41	[Livro de boletins e inteligências com Castela do Visconde de Vila Nova de Cerveira. 1652–1660]	1650–1660	1 liv. com 678 f.; papel e encadernação em pergaminho  [Tem mais 10 f., posteriormente acrescentadas, com um índice]	Trata-se de um códice factício com documentos originais e com cópias, a maioria trata de assuntos militares. No caso da correspondência, apesar de o assunto principal ser de âmbito militar, os remetentes frequentemente abordam acontecimentos sociais, políticos ou familiares coevos. Foi acrescentado um índice no final, talvez elaborado no século XIX ou nos inícios do XX. Este livro encontra-se muito danificado.	352	Existe um catálogo manuscrito dos documentos deste códice, elaborado por Maria da Conceição Geadá, na sala de consulta da BA (51, vol. 5, p. 285–353).
BA, 51-VIII-44	Do Senhor Visconde. Cartas de Pessoas Grandes. Tomo I	1608-04-29 – 1662-11-19	1 liv. com 701 f.; papel e encadernação em pergaminho	Códice factício com correspondência original e copiada que foi dirigida aos viscondes de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima e, sobretudo, D. Diogo de Lima. A maioria foi remetida por outros fidalgos e governantes (como D. Pedro de Lencastre, presidente do Desembargo do Paço; o conde de Castelo Melhor, D. João de Vasconcelos e Sousa; o conde de S. João, D. Francisco de Melo; Luís Álvares de Távora; Nuno da Cunha de Ataíde; D. Francisco de Faro e Noronha, conde de Odemira; António de Salinas, Vedor Geral; D. Álvaro Abranches da Câmara, entre muitos outros, incluindo governadores de armas de outras províncias), por câmaras de vilas, sobretudo do Entre Douro e Minho, por familiares (como Rui Lourenço de Távora, João Nunes da Cunha ou Francisco de Lima, entre outros) e por procuradores seus (como o Pe. Manuel da Guia). Predominam assuntos militares, políticos e relacionados com alguns negócios da Casa. Há também pedidos de patrocínio e de interseção em assuntos do interesse dos remetentes. Também são transmitidas notícias sobre a saúde dos remetentes, do destinatário ou de seus familiares, assim como votos de boas festas ou felicitações. Contém algumas respostas do visconde D. Diogo de Lima e documentos que foram enviados em anexo à correspondência que lhe foi remetida. Por exemplo: foi incluída a cópia de um conjunto de cartas da condessa de Crescente dirigidas a diferentes destinatários, entre eles, D. Álvaro de Abranches da Câmara (f. 130–131, que seria anexo da carta em f. 129); assim como foram incluídos outros textos com temas e instruções cénicas e loas (anexos às cartas recebidas do padre Manuel da Guia, vd. em f. 140 e f. 185).	358	Existe um catálogo manuscrito dos documentos deste códice, elaborado por Maria da Conceição Geadá, na sala de consulta da BA (51, vol. 6).
BA, 51-VIII-45	Do Senhor Visconde. Cartas de Pessoas Grandes. Tomo II	1654-10-04 – 1694-11-06 <sup>1828</sup>	1 liv. com 858 f.; papel e encadernação em pergaminho	Códice factício. Contém correspondência original que foi dirigida ao visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, ou as cartas originais enviadas pelo visconde com a resposta do seu destinatário na margem da mesma folha. Há igualmente cópias manuscritas de documentos e dois impressos (f. 362–65 e 820–23). Foram incluídos alguns documentos que estavam em anexo às cartas recebidas pelo visconde. Há cartas do Cabido da Sé de Braga, de Pedro Severim de Noronha; do conde de Mesquitela, D. Noutel de Castro; do conde de Castelo Melhor, D. Luís de Vasconcelos e Sousa; do marquês de Nisa, D. Vasco da Gama; de Henrique Henriques de Miranda; do conde de Vila Flor, D. Sancho Manuel; do conde de Miranda, Henrique de Sousa Tavares; de Alexandre de Sousa Freire; da condessa da calheta, D. Inês de Meneses; entre muitos outros. Predominam os assuntos de caráter militar e político. São abordados também alguns negócios da Casa, por exemplo relacionados com o feito de Mafra e com pagamentos a receber, e alguns assuntos familiares. Há também pedidos de patrocínio e de interseção em assuntos do interesse dos remetentes, nomeadamente ligados à apresentação de pessoas da sua obrigação nas igrejas do padroado do visconde, assim como mensagens de agradecimento, de felicitação e pedidos de consulta. Na primeira parte do códice, predomina correspondência que aborda principalmente assuntos de caráter militar. Juntaram-se cartas, escritas entre maio e junho de 1663, que dão informações sobre os ataques do inimigo e a defesa do baixo Alentejo, sobretudo da região de Évora, do litoral alentejano e da península de Setúbal. Neste volume há igualmente notícias dos conflitos com os holandeses e sobre a defesa do território brasileiro em 1668, recebidas quando D. Diogo ocupava o cargo de estribeiro-mor de D. Afonso VI. Há notícias da batalha de Monte Claros, em 1665. Há um conjunto de cartas enviadas pelo genro do visconde, D. Noutel de Castro, conde de Mesquitela, sobre vários assuntos, incluindo sobre as negociações que estavam em curso com o marquês de Tenório, D. João Fernandes de Lima. A maior parte das cartas é de 1668, quando o conde de Mesquitela estava refugiado no reino vizinho na sequência de ter sido acusado de mandar assassinar o marquês de Sande <sup>1829</sup> . Também reúne um conjunto de cartas remetidas pelo conde de Miranda, entre 1669 e 1670, nas quais, entre outros assuntos, dá notícias de D. João de Áustria e da atuação do marquês de Tenório, João Fernandes de Lima.	424	Existe um catálogo manuscrito dos documentos deste códice, elaborado por Maria da Conceição Geadá, na sala de consulta da BA (51, vol. 6, p. 98–170).
BA, 51-X-18	Cartas d'el rei D. João 4.º e	1649-01-30 –	1 liv. com 448 f.; papel e	Códice factício.	215	Existe um catálogo manuscrito dos documentos

<sup>1827</sup> Este terá sido o título atribuído possivelmente no século XIX. O título, que estaria na lombada da encadernação anterior, perdeu-se. Segundo uma nota acrescentada na própria capa, a atual encadernação foi colocada a 5 de abril de 1960, tendo sido reaproveitada de outro códice, uma vez que o pergaminho anterior continha música. A assinatura que está junto à nota será a da Dr.ª Mariana Machado Santos, que foi diretora da Biblioteca entre 1954 e 1974 e que publicou o *Catálogo de Música Manuscrita* entre 1958 e 1968 (vd. FERREIRA, M. M. – Biblioteca da Ajuda - esboço histórico. *Biblioteca da Ajuda. Revista de divulgação*. n.º 1 (1980), p. 30).

<sup>1828</sup> Há muitas cartas que não têm data, sobretudo no final do códice.

<sup>1829</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921. Vol. 1, p. 221.

	do príncipe D. Teodósio para o visconde Dom Diogo de Lima. De 1649 até ao fim de 1651.  [Vol.] I	1651-12-19	encadernação em pergaminho	A maioria dos documentos inseridos neste códice é constituída por cartas originais enviadas pelo rei D. João IV, e algumas pelo príncipe D. Teodósio, a D. Diogo de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira e governador das armas da província de Entre Douro e Minho. Algumas cartas, escritas entre novembro de 1649 e janeiro de 1650, são dirigidas a D. Francisco de Azevedo e Ataíde, a cujo cargo esteve, nesse período, o governo das armas da referida província. Os assuntos abordados são essencialmente de carácter militar: predominando as ordens. Há igualmente recomendações, pareceres sobre patentes, agradecimentos, pedido ou comunicação de informações importantes para o governo militar da província ou sobre o adversário, referência a pagamentos para financiamento das campanhas, pedidos ou recomendações para resolução de conflitos com moradores da província ou entre membros da hierarquia militar, entre outros. Algumas destas cartas foram transcritas no copiadador em BA, 51-VIII-39.		deste códice, elaborado por Maria da Conceição Geada, na sala de consulta da BA (51, vol. 16, p. 69–117).
BA, 51-X-19	[Cartas régias para o visconde D. Diogo de Lima]  [Vol.] II	1642-06-27 – 1663-06-25	1 liv. com 520 f. <sup>1830</sup> ; papel e encadernação em pergaminho	Códice factício, com originais e com cópias. A maioria dos documentos aqui inseridos é constituída por cartas originais enviadas pelo rei D. João IV, pelo príncipe D. Teodósio (nomeado pelo rei governador geral das armas do Reino contra Castela, em 1652), pela regente D. Luísa de Gusmão e por D. Afonso VI a D. Diogo de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira e governador das armas do Entre Douro e Minho em alguns destes períodos. Abordam essencialmente assuntos relacionados com a defesa e com o financiamento da guerra contra Castela, principalmente na província do Entre Douro e Minho, havendo ordens, avisos, pedidos de parecer, agradecimentos pelo envio de informações sobre o inimigo e pelo zelo e desempenho demonstrados, advertências, licenças. Há também cópias de documentos, nomeadamente de alguns que estavam em anexo à correspondência recebida pelo visconde. Este conjunto documental parece ter resultado da junção de outros conjuntos autónomos que têm índices no final: o primeiro constituído por cartas enviadas em 1652 sobretudo pelo príncipe D. Teodósio a D. Diogo de Lima, governador das armas da província supracitada (até f. 113v); o segundo, por cartas enviadas por D. João IV e por D. Teodósio maioritariamente no ano de 1653 (até f. 214v); o terceiro, embora tenha duas cartas da década de 1640 no início, no período em que D. Diogo seria ainda mestre de campo, apresenta depois cartas de D. João IV produzidas em 1654, outras assinadas pela regente D. Luísa de Gusmão de 1659, de D. Afonso VI de 1663, e, no final, algumas de D. João IV produzidas na década de 1640 (até 419v); o quarto e último conjunto, com cartas assinadas pela regente D. Luísa de Gusmão de 1660, de D. João IV de 1654, assinadas pela rainha regente de 1659, 1657 e 1658 (até 512v). Algumas destas cartas foram transcritas no copiadador em BA, 51-VIII-39.	254	Existe um catálogo manuscrito dos documentos deste códice, elaborado por Maria da Conceição Geada, na sala de consulta da BA (51, vol. 16, p. 117–171).
BA, 52-IX-4	Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo I	1644-08-04- 1685-06-19	1 liv. com 374 f.; papel e encadernação em pergaminho	Códice factício. Contém ofícios originais enviadas por diferentes secretários de Estado aos viscondes, D. Lourenço de Lima e D. Diogo de Lima.	187	
BA, 52-IX-5	Do Senhor Visconde. Cartas de Secretaria [sic]. Tomo II	1644-10-17 – 1665-11-10	1 liv. com 442 f.; papel e encadernação em pergaminho	Códice factício. Contém ofícios originais enviadas por diferentes secretários de Estado aos viscondes, D. Lourenço de Lima e D. Diogo de Lima.	220	
BA, 52-IX-6	Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo III	1665-03-15 – 1669-12-24	1 liv. com 484 f.; papel e encadernação em pergaminho	Códice factício. Contém ofícios originais enviadas por diferentes secretários de Estado ao visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima. A maioria é constituída por ofícios de António de Sousa de Macedo.	242	
BA, 52-IX-7	Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo IV	1670-01-09 – 1672-10-29	1 liv. com 380 f.; papel e encadernação em pergaminho	Códice factício. Contém ofícios originais enviadas ao visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, pelo secretário Francisco Correia de Lacerda, havendo também alguns de Pedro Sanches Farinha.	189	
BA, 52-IX-8	Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo V	1673-09-30 – 1682-04-05	1 liv. com 382 f.; papel e encadernação em pergaminho	Códice factício. Contém ofícios originais enviadas ao visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, por Francisco Correia de Lacerda, Pedro Sanches Farinha, Aires Monteiro e D. Fr. Manuel Pereira.	191	
BA, 52-IX-9	Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo VI	1676-01-04 – 1677-12-27	1 liv. com 330 f.; papel e encadernação em pergaminho	Códice factício. Contém ofícios originais enviados pelo secretário Francisco Correia de Lacerda ao visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima.	164	
BA, 52-IX-10	Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo VII	1669-07-03 <sup>1831</sup> – 1679-09-05	1 liv. com 268 f.; papel e encadernação em pergaminho	Códice factício. Contém ofícios originais enviadas ao visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, pelo secretário Francisco Correia de Lacerda, havendo também alguns de Pedro Sanches Farinha e do bispo D. Fr. Manuel Pereira.	134	
BA, 52-IX-11	Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo [VIII] <sup>1832</sup>	1680-01-14 – 1681-12-23	1 liv. com 342 f.; papel e encadernação em pergaminho	Códice factício. Contém ofícios originais enviadas ao visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, por Francisco Correia de Lacerda, Pedro Sanches Farinha, Luís Teixeira de Carvalho e bispo D. Fr. Manuel Pereira.	170	
BA, 52-IX-12	Do Senhor Visconde. Cartas de Secretários. Tomo IX	1682-04-08 – 1693-08-04	1 liv. com 334 f.; papel e encadernação em pergaminho	Códice factício. Contém ofícios originais enviadas ao visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, por D. Fr. Manuel Pereira, Pedro Sanches Farinha e Luís Teixeira de Carvalho.	170	

<sup>1830</sup> Incluindo 4 f. no final, com um índice das cartas, que terá sido um acrescento posterior.

<sup>1831</sup> Existe um ofício na f. 260 com esta data, mas a maioria dos ofícios é de 1678 e 1679.

<sup>1832</sup> Na lombada está “Tombo IX” em vez de “VIII”, mas terá sido um engano.



### APÊNDICE A.3

Identificação de documentos avulsos presentes na Biblioteca da Ajuda, produzidos até final do século XVII, que terão pertencido aos viscondes de Vila Nova de Cerveira

Vol. do catálogo <sup>1833</sup>	N.º catálogo	Cota/ Caixa	N.º documento	Datas-extremas	Contabilização de documentos	A maioria dos documentos e das cartas foi produzida/recebida pelo visconde D. Diogo de Lima; nesta coluna vêm identificadas exceções
4	625	54-VI-53	298	[166- ou 167-] <sup>1834</sup>	1	--
16	407-511	54-VIII-30	1-104	1649-06-12 – 1674-12-27	201	n.º 70 – a carta é dirigida ao abade Manuel da Guia, figura em alguns documentos como procurador do visconde.
16	512-608	54-VIII-31	105-197	1649-04-03 – 1661-06-09		Cartas para outros destinatários, mas que serão criados ou procuradores do visconde: n.º 106, 112, 136, 144 e 149.
17	1-28	54-VIII-31	198-225	1649-07-21 – 1661-02-11	149	n.º 211 – não identificado.
17	29-149	54-VIII-32	226-346	1648-09-11 – 1696-03-07		n.º 308 – Carta para Manuel da Guia, abade de S. Miguel de Bário, procurador e feitor do visconde, D. Diogo de Lima. n.ºs 334 e 335 – cartas de 1696, dirigidas ao visconde D. Tomás de Lima. n.ºs 344 a 346 – cartas de provisão confirmação e posse passadas a D. Lourenço de Lima de Vasconcelos, filho de D. Diogo de Lima.
24	415, 427, 429, 434, 464, 507, 514, 521, 525, 529, 541, 548	54-IX-22	200, 212, 214, 219, 245, 288, 295, 302, 306, 310, 322, 329	1666-09-20 – 1685(?) -04-19	12	--
30	629	54-X-21	8	1663-05-30	1	--
36	591	54-XI-28	91	1660-08-11	1	--
36	593-726	54-XI-29	93-222	1651-09(?) -02 – 1675-06-15	133	n.º 156 – carta dirigida a D. João de Lima. n.º 174 – carta dirigida a Pedro Lopes Machado. n.º 185 – cópia de uma carta dirigida a Estêvão Silveira Rosa, possível anexo da carta no n.º 164.
37	1-37	54-XI-29	223-258	1649-05-08 – 1668-01-20	37	--
39	421-584	54-XIII-7	9-171	1646(?) -02-28 – 1694-08-03	163	n.º 56 – carta do abade João Gomes de Abreu de 1646(?); é possível que o visconde a quem se dirige a carta seja D. Lourenço de Lima, que só falece em 1649 (vd. subcap. 12.1 desta tese). Em 54-XIII-21, n.º 120, o mesmo abade escreve ao visconde D. Diogo de Lima, em 1654. n.º 160 – carta de 1694-08-03 dirigida ao visconde de Vila Nova de Cerveira [D. Tomás de Lima <sup>1835</sup> ].
39	654, 655, 657, 668, 679	54-XIII-8	241, 242, 244, 254, 265	1652-02-23 – 1669-03-08	5	n.º 242 – há dúvidas se a carta é dirigida a D. Diogo de Lima. n.º 254 – a carta é remetida pelo visconde Diogo de Lima ao seu procurador Pedro de Carvalho.
40	243	54-XIII-11	41	1675-01-13	1	--
42	124-490	54-XIII-21	1-361	1648-10-23 – 1674-12-13	366	n.º 3 – carta de André Coelho de Azevedo para Pedro Lopes. n.º 82 e n.º 83 – cartas de João da Mota para [Pedro Lopes Machado?], em 1650. n.º 195 – carta de Tomé de Passos Velho (?) para António Salinas (1655), possivelmente trata-se de um anexo de outra carta que foi dirigida a D. Diogo de Lima. n.º 198 – Carta dirigida a António Salinas, sobre o tenente Tomé de Passos Velho. Relacionada com a n.º 195, tendo sido, muito provavelmente, enviada em anexo a outra correspondência dirigida ao visconde. n.º 250 a n.º 251 – cópia de documentos referentes ao capitão André de Abreu de Zuniga. n.º 342 – uma petição dirigida ao rei, talvez se trate de uma cópia que estaria em anexo a outra carta. n.º 343 – Carta dirigida a Pedro Lopes Machado. n.º 359 – há dúvida sobre quem passou este recibo.

#### Algumas notas:

Gostaríamos de deixar algumas salvaguardas em relação a este quadro e à contabilização dos 1070 documentos aqui apresentada. Primeiro, a sua construção partiu da análise dos catálogos elaborados pela Dr.ª Maria da Conceição Geada da documentação avulsa presente nas caixas da estante 54. Não deve ser encarado como um quadro exaustivo, certamente terá falhas e deve-se considerar que passou por dois filtros: o que resultou da análise e descrição da referida arquivista e, depois, pela nossa seleção a partir desse instrumento de descrição e da análise de alguma documentação. Não incluímos neste quadro algumas cartas que estavam entre avulsos por não termos a certeza se eram dirigidas aos viscondes ou a seus procuradores, apesar de abordarem assuntos da sua Casa e família e de fazermos referência a algumas delas no texto da dissertação. É, por exemplo, o caso de uma carta de Cristóvão Soares da Albergaria, de 24 de dezembro de 1653, dirigida a um destinatário que desconhecemos e que refere o grave estado de saúde de D. Joana de Vasconcelos, tendo sido visitada por dois médicos que lhe deram pouco tempo de vida<sup>1836</sup>.

Além das cartas avulsas dirigidas a D. Tomás de Lima de 1696, referidas no quadro, detetamos mais um documento que lhe pode ter pertencido, mas já foi produzido no século XVIII. Trata-se de um contrato de troca e compensação, feito a 15 de maio de 1739, entre o rei D. João V, representado pelo seu procurador João Álvares da Costa, e D. Tomás de Lima e Vasconcelos, visconde de Vila Nova de Cerveira, possuidor e administrador da Casa de Vasconcelos de Soalhães, a respeito da conezia de Mafra, que pertencia à Casa e que estava unida à capelania-mor da capela de S. Sebastião<sup>1837</sup>. Do seu genro, há também uma carta que lhe foi remetida por Marco António de Azevedo Coutinho, em 1747<sup>1838</sup>.

<sup>1833</sup> Catálogos manuscritos dos documentos avulsos presentes nas caixas da estante 54, elaborados pela Dr.ª Maria da Conceição Geada, disponíveis na sala de leitura da BA.

<sup>1834</sup> Trata-se de uma carta de Fr. Luís de Lima, filho do marquês de Tenório, enviada a seu tio visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima. Como existem no VNC outras cartas que o referem entre 1668 e 1670 (VNC, cx. 27, n.º 30, 32, 37, 66), é possível que também esta tenha sido escrita no final da década de 1660 ou na de 1670.

<sup>1835</sup> O seu pai, o visconde de D. João Fernandes de Lima, faleceu a 24 de fevereiro de 1694 (SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa real portuguesa*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, Academia Real, 1747. Vol. 12, Parte I, p. 122).

<sup>1836</sup> BA, 54-V-30, n.º 3eeee.

<sup>1837</sup> BA, 54-IX-32, n.º 58.

APÊNDICE A.4

Comparação entre a organização do cartório dos viscondes de Vila Nova de Cerveira em 1739 e em 1819

N.º do maço	Livro de propriedades e rendimentos de 1739 <sup>1839</sup>					Inventário de 1819 <sup>1840</sup>	
	Divisão	Subdivisão com referência ao maço	Fólio	Referências ao maço no índice	Fólio	Conteúdo do maço	Fólio
	Casa de Limas	Não são referidos maços	9r-23r			--	--
1	Morgado de Santa Ana	Morgado de Santa Ana	29r			Instituição do morgado de Santa Ana e bens que lhe foram anexados, testamentos, partilhas e posses dos administradores dele	1-6
2		Resumo do rendimento que se cobra no ano 1739 do morgado de Santa Ana	125v			Bulas, breves, relação dos encargos do morgado e das mais obrigações que têm os bens que lhe foram anexados. Títulos e foros do padroado da igreja de S. Lourenço de Lisboa	7-12
3		Encargos que tem o morgado e capela de Santa Ana/Advertência sobre o modo de o conservar aumentar	126r			Casas grandes do morgado a São Lourenço e suas pertenças	13-18
		Pensões eclesiásticas	271r				
4	Bens do morgado de Santa Ana	Casas em Lisboa	30r-34v	Maço 4.º em Lisboa	1r	Casas em Lisboa e dote de D. Sebastiana	19-20
		Rua da Achada					
		Rua das Arcas					
		Calçada de S. Francisco <sup>1841</sup>					
		Memória das propriedades do morgado de Santa Ana que se sub-rogaram	127v				
5	[Bens do morgado de Santa Ana ?]	Rua da Gibitaria <sup>1842</sup>	35r-39r	Maço 5.º em Lisboa	1r	Casas em Lisboa	21-24
		Rua da Ferraria					
		Chão do Loureiro					
		Fangas da Farinha					
		Casas no Castelo					
6	[Bens do morgado de Santa Ana ?]	Fazendas no arrabalde de Lisboa e seu termo	40r-52r	Maço 6.º Arrabaldes de Lisboa e seu termo	1r-1v	Foros nos arrabaldes de Lisboa e seu termo	24-27
		Quinta das Mouras, junto ao Lumiar					
		Campo Grande					
		Ameixoeira					
		Lumiar					
		Santo António do Tojal					
		[Bolonha, lugar da freguesia de Santa Iria]					
		[Lumiar]					
		[Quinta às Laranjeiras]					
		[Quintana Ribeira de D. Garcia]					
		Casal do Bretão					
		Casal da Abegoaria					
7		[Bens do morgado de Santa Ana ?]					
	Vialonga. Casal de Carapito						
	Vialonga. Casal dos Cavaleiros						
	Vialonga. Casal de Maio						
	Vialonga. Quinta da Tinhozeira						
	[Vialonga. Quinta do Sardoal; sub-rogada por juro na alfândega de Lisboa]						
	Sapataria. Casal da Mouta						
	Sapataria. Casal de Moutelas						
	Cruz de Almada						

<sup>1838</sup> 54-X-5, n.º 118.

<sup>1839</sup> VNC, sem cota. Este livro não teve como objetivo inventariar o cartório, mas registar os bens do visconde D. Tomás de Lima e Vasconcelos e os respetivos rendimentos, fazendo-se menção aos maços em que os documentos de determinada divisão se encontravam. Há, portanto, maços que não são referidos ao longo do livro.

<sup>1840</sup> VNC, n.º 1.

<sup>1841</sup> Foi realizado um acrescento, depois de 1763, que refere papéis que constavam do maço 25 (f. 33v).

<sup>1842</sup> Não refere explicitamente o maço.

		Charneca					
		Memória das propriedades do morgado de Santa Ana que se sub-rogamam	127r				
8	[Bens do morgado de Santa Ana ?]	Charneca	64r-78r	Maço 8.º Arrabalde de Lisboa e seu termo	1v-2r	Arrabalde de Lisboa e seu termo	30
		Casal da Carvalha					
		Sacavém					
		Campolide, junto às Janelas Verdes					
		Vale de Cavalinhos					
		Olivais					
		Quinta da Abobeda					
		Unhos					
		Casal de Algés					
		Ribeira de Monfirre					
		Ribeira da Jarda					
		Casal das Oliveiras					
		Memória das propriedades do morgado de Santa Ana que se sub-rogamam	127r				
9	[Bens do morgado de Santa Ana ?]	Casal de Manique, por outro nome Albarraque	79r-86r	Maço 9.º em Cascais e Colares	2r	Foros em Cascais e Colares	31
		Casal de Carcavelos					
		Colares					
10	[Bens do morgado de Santa Ana ?]	Sintra	87r-104r	Maço 10 em Sintra e seu termo	2r-2v	Foros em Sintra e seu termo	32-35
		Memória das propriedades do morgado de Santa Ana que se sub-rogamam	127r				
11	[Bens do morgado de Santa Ana ?]	Mafra	106r-113v	Maço 11 em Mafra e seu termo, e Cheleiros	2v	Foros de Mafra e seu termo, e de Cheleiros	36-44
12	[Bens do morgado de Santa Ana ?]	Alverca	[114r-115r]	Maço 12 em Alverca, Sobral, Arruda, Alenquer e Ribatejo	2v	Foros, Alverca, Sobral, Arruda, Alenquer, em Ribatejo, e capela no Varatojo	45-52
		Alenquer	116r-123v				
		Benavente					
		Chamusca					
13	[Bens do morgado de Santa Ana ?]	Almada	124r-125r	Maço 13 em Almada e seu termo	3r	Foros em Almada e seu termo	53
14		Carnide	280r	Maço 14 e 15 em Carnide	3r	Papéis tocantes à Alcaidaria-mor de Castelo Bom, como o treslado da posse que dela se deu aos senhores desta Casa	53
15						Foros de Carnide	54
16	Bens e morgado dos Vasconcelos	Casal da Fonteboa	128r-143v <sup>1843</sup>	Bens e morgado dos Vasconcelos	3r	Refere-se que os documentos deste maço se juntaram aos dos maços 10 e 11, onde pertenciam	54
		Casal da Ribeira de Ilhas					
		Casal do Barril					
		Casal da Ribeira de Micel Forno					
		Casal da Murteira					
		Casal do Marvão					
		Casal do Mocharro					
		Moinho do Cordeiro					
		Casal do Rosairo [Rosário?]					
		Casal do Lombo da Vila (?)					
		Casal da Cabeça dos Cartaxos					
		Moinho do Cordeiro da Malveira					
		Casal da Giesteira ou do Pinheiro					
		Alçaçarias					
		Silveira da Machoa					
		Laburgeira					
		Terra do Moinho do Cordeiro da Malveira	248r				
		Capelas que instituíram os administradores deste morgado	334r-334v				
17		Alçaçarias	144r-149v	[Bens e morgado dos Vasconcelos]	3v	Morgado e bens dos Vasconcelos	55-61
		Alenquer <sup>1844</sup>					

<sup>1843</sup> Na f. 138r, colocou-se o Casal do Moinho de Pisão por engano, pois pertenceria ao morgadio de Soalhães, segundo uma nota lateral acrescentada posteriormente.

		Concelho de Aregos <sup>1845</sup>		Maço 17			
		Enxara dos Cavaleiros					
18		Ilha do Fogo <sup>1846</sup>	150r	[Bens e morgado dos Vasconcelos]	3v	Ilha do Fogo	62
				Maço 18			
19		Arruda	151r–166v	Maço 19. Foros na Arruda	3v–4r	Este maço foi colocado junto ao maço 12 porque continha vários foros de Arruda	62
		Foros vinculados que constam de sentença (mç. 19, n.º 628)	167r				
		Resumo do rendimento dos foros da Arruda abatidos	168r				
		Advertências sobre foros	168v–169r				
20		Lezíria da Corte do Lobo	179r–179v	Maço 20. Lezíria da Corte do Lobo	4r	Lezíria da Corte do Lobo	62
21	Bens dos Sás e Macedos	Quinta da Malpica	180r–190v	Bens dos Sás e Macedos	4r–4v	Macedos, Sás, Santarém, Fornos, Malpica e Golegã	63–66
		Valdelgas		Maço 21			
		Casal do Vale					
		Casal de Alforgemel					
		Casal da Azóia					
		Olivais e Onia [Santarém]					
		Praço da Travanca					
		Praço da Golegã					
		Quinta dos Fornos					
		Vinha da Gaia					
		Casas às Pedras Negras, Lisboa					
22		Prazos da Fanga da Fé, Enxara dos Cavaleiros e Enxara do Bispo	191r–194r	Maço 22. Fanga da Fé, Enxara dos Cavaleiros e Enxara do Bispo	4v	Prazos da Fanga da Fé, Enxara dos Cavaleiros e Enxara do Bispo	67–73
23	Morgado de Soalhães [Morgado de Mafra]	Mafra	105r 196r–196v	Morgado de Soalhães	5r–5v	Os títulos e documentos deste maço se passaram para os maços 10 e 11, a que pertenciam	74
	Bens do Morgado de Soalhães	Casal do Telhadouro	197r–247r,	Maço 23			
		Casal da Tojeira	249r–251v,				
		Casal da Guarda	255r–256r				
		Casal da Fornea					
		Casal da Serra					
		Casal da Chanquinha					
		Casal da Amoreira					
		Casal do Carrido					
		Casal de Paço de Ilhas					
		Casal de Bolelas					
		Casal dos Chãos					
		Casal do Barro					
		Casal do Mourão					
		Quinta do Castanho					
		Casal do Serro					
		Casal do Abade					

<sup>1844</sup> Na f. 147v, tem anotação posterior, relativa a uma das propriedades em Alenquer, que refere não se tratar afinal de uma propriedade de vinculada. Como não havia entrado para as partilhas dos seus detentores, assume-se que pode ser de um prazo, mas reitera-se a necessidade de esclarecer o assunto pelo exame do cartório da Casa do Espírito Santo.

<sup>1845</sup> Na f. 144, refere-se que estão nas mãos do abade de Soalhães, os títulos e documentos pertencentes ao senhorio do concelho de Aregos, que era da comarca de Lamego. Refere que tem o senhorio o visconde D. Tomás de Lima e Vasconcelos, que ainda que não estivesse encartado, tinha a mercê confirmada por D. João V.

<sup>1846</sup> Refere que D. Tomás de Lima é donatário e que, embora ainda não estivesse encartado, tem vida para seu neto (f. 150r).

		Casal da Abadia					
		Casal da Abrunheira					
		Foro da Abrunheira					
		Casal em Alcainça					
		Foros dos Paços de Alcainça					
		Foros na Assenta					
		Foro em Alcainça					
		Terra da Azenha de Santa Susana					
		Vinha na Ribeira de Ilhas					
		Casal de Monterroio					
		Casal da Casa d'Água					
		Casal de Vale de Carreira					
		Terra a Vale de Linhares					
		Terra de Monte Bom					
		Casal de Monte Leite					
		Casal do Brejo					
		Casal da Serra dos Grosinhos					
		Casal de Montegudel					
		Casal do Moinho do Pisão					
		Terra dos Salgados					
		Casal de Vila Nova					
		Casal do Outeiro					
		Sétimos da Tojeira					
		Casas na Rua Direita de S. Miguel de Alfama					
		Loja na Gibetaria <sup>1847</sup>					
24		Lezírias de Leiria	260r–260v	Maço 24	5v	Lezíria de Leiria	74
25		Memória das propriedades do morgado de Santa Ana que se sub-rogamam	127r	Maço 25. Comendas, juro e tenças	6r	Bens da Coroa, padrões e tenças	75–89
		Concelho de Aregos	148r				
		Enxara dos Cavaleiros	149r				
		Direitos das Linhas de Torres Vedras	178r				
		Direitos reais	252r–252v				
	Rendimentos das comendas, juro e tenças	Comenda de S. Pedro de Valongo	261r–268r, 270r				
		Comenda de S. Miguel da Foz de Arouce, bispado de Coimbra					
		Comenda de Santa Maria de Paços, termo de Vila Real					
		Alcaidaria-mor de Castelo Bom					
		Juro na Alfândega de Lisboa					
		Juro da Câmara de Lisboa					
		Juro no Almojarifado de Torres Vedras					
		Juro no Almojarifado dos vinhos					
		Tença no Almojarifado do pescado					
26		Memória das propriedades do morgado de Santa Ana que se sub-rogamam	127v			Ajustes do marquês de Tenório e da Condessa de Mesquitela, testamentos, inventários, partilhas e dotes do Visconde D. Lourenço e seus filhos	91
		Quinta dos Olivais	272r–273v				
		Foro da Golegã <sup>1848</sup>					
		Morgado que instituiu o visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima Brito e Nogueira <sup>1849</sup>	336r–337r				
27		--				Contas e recibos antigos	91
28		--				Contas e recibos antigos	91
29		--				Contas e recibos antigos	91
30		--				Contas e recibos antigos	91

<sup>1847</sup> Não foram incluídas as entradas “Casal da Serra”, “Casal de Bodigana”, “Foro da Guarda”, “Terra que foi vinha em Almada”, “Casas na Cutelaria”, uma vez que não há referência explícita ao maço em que estão as respetivas escrituras.

<sup>1848</sup> Posteriormente, foi corrigida a cota do maço 26 para o maço 21.

<sup>1849</sup> Referência a morgadio instituído no seu testamento datado de 13 de março de 1662, o único que terá sido produzido até à data da sua morte a 24 de abril de 1686 (f. 336r), mas do qual não encontramos, até ao momento, mais rastros além desta referência.

31		--				Senhorio de Aveiras, aos Britos	92
32		--				Capela de S. Pedro de Setúbal	92
33		--				Papéis e escrituras de arrendamentos	92
34	Pensões	Pensões eclesiásticas (Conezia de Mafra)	271r			Papéis pertencentes à Conezia de Mafra, com as Comendas, Capela de S. Sebastião e mais papéis avulsos que podem ser úteis	93
35						Quitações de capelas e foros	93
36		Assentamento do título de conde no Almojarifado de Beja	269r			Mandados de penhora, sentenças e escrituras que podem ser úteis ou servirem de notícia	94
37		Corredouro chamado da Malva, Azambuja	345r	Maço 37 Corredouro de Malva Pensões de D. Fernando António de Lima	6v	Corredor da Malva ou de S. Lourenço	94
		Pensões que tem nas igrejas do padroado da Casa, D. Fernando de Lima [Teles da Silva]	346r				
38		Escritura de compra de lugar do Vale, termo de Santarém, por D. Eugénia de Bragança aos Irmãos de N.ª Sr.ª da Esperança	360r	Maço 38 N.º 1	7r	Escrituras de arrendamento	94



## APÊNDICE A.5

Estrutura do *Livro que contém o rendimento das fazendas das minhas casas e morgados a elas anexos*<sup>1850</sup> e menções marginais a cotas ou a cópias das respetivas escrituras

Divisões	Subdivisões	Fólio(s)	Referências marginais a cotas dos documentos ou a repositórios onde se encontravam copiados os títulos associados às propriedades elencadas
<b>Título do livro</b>		[iii r]	--
<b>Índice do que contém este livro</b>		[iv r] – [xii r]	--
<b>Título do Viscondado do Minho</b>	Paço de Guela Reguengos e foros do Quartel de Cima [dos Arcos] Quartel de Baixo [termo dos Arcos] A vila de Ponte de Lima Quartel de Beiral do Lima Quartel de Labruja Santo Estêvão Geraz Vila Nova da Cerveira Concelho de Coura	1r–15v	Sem referência
<b>Título do morgado de Santa Ana</b>	Casal de Lechim Casal das Covas Casal das Mastronças Casal do Murganhal Casal da Chilreira, termo de Sintra Casal do Saquairo Casal de Nafarros (por outro nome, de El-rei) Casal de Nafarros Casal do Carrascal (por outro nome, de Murteira) Casas na Praça de Sintra Casas Pardieiros em Sintra Castanhal em Sintra Vinha, terra e casas na Ribeira de Cabris Azenha da Galamares Casal da Quintam Azenha de 2 engenhos na Aqualva Quinta da Aqualva Azenha grande na Aqualva Azenha pequena na Aqualva Pomar em Galamares Colares, Pomares de D. Maria Antónia Pomar da Pesquita Pomares na Gouria Pomares em Colares Pomares na Pesquita, junto à Malafaia Casal de Albarraque em Cascais (por outro nome, de Manique) Casal de Carcavelos Casal dos Grossinhos, termo de Mafra Matos de Vale de Touro Casas térreas na vila de Mafra	17r–147r	- N.ºs 1–20, 22–67, 74, 73;  - fólios em que estão copiadas as escrituras correspondentes no <i>Tombo</i> <sup>1852</sup> e no <i>Livro de notas</i> <sup>1853</sup> .

<sup>1850</sup> VNC, cx. 20, n.º 1, referido ao longo da dissertação apenas como *Livro de rendimentos de 1693*.

<sup>1852</sup> VNC, cx. 63, n.º 1.

<sup>1853</sup> VNC, cx. 11, n.º 35.



	<p>Casal de Ribamar  Quinta da Gamenha  Casal da Carrasqueira  Casal dos Junqueiros  Casal do Ursal, termo de Cheleiros  Carregado, vinha da Barralha  Quinta que foi de Manuel Machado Vinhateiro  Quinta de Martim Monteiro  Quinta de Porto de Seixo, conde de Castelo Melhor  Quinta da Guimarao  Casal de Moutelas, freg.<sup>a</sup> da Sapataria  Casal da Mouta  Casal da Carvalha, termo de Lisboa  Alverca, Valentim Ferreira  Alverca, por baixo da estalagem  Casal do Carapito, em Vialonga  Casal dos Cavaleiros, em Vialonga  Quinta do Sardeal, em Vialonga  Casal do Maio, em Vialonga  Quinta da Linhoseira, em Vialonga  Seis courelas de olival, Póvoa de S. Martinho, Bolonha  Quinta no Ribeiro de D. Gracia  Quinta no Ribeiro de D. Gracia  Quinta aos Marcos de Sacavém  Quinta em N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> dos Olivais  Quinta em Unhos  Quinta em Unhos  Amealhada  Casal da Amealhada  Casal de Pintéus, em Santo António do Tojal  Casas no mesmo limite  Mais casas no mesmo limite  [...]<sup>1851</sup></p>		
<b>Título da Quinta da Enxara do Bispo e suas pertenças</b>	<p>A quinta da Enxara  Atouguia da Baleia  Fanga da Fé, pertença da Enxara do Bispo  [...]<sup>1854</sup></p>	149r–165v	Sem referência
<b>Título do Morgado de Soalhões e por outro nome de Mafra</b>	<p>Soalhães  Aregos  Travanca  Alcaidaria de Castelo Bom  Chamusca  Golegã  Santarém e seu termo  Alforgesmel o casal  Casal da Azóia  Casal do Vale  Valdalgas  Malpica  Corte do lobo  Porto de Muges  Gaia  Casas em Alenquer  Quinta de Fornos  Silveira da Machoa  Labrugeira  Enxara dos Cavaleiros</p>	167r–193r	m. <sup>os</sup> 68–72, 75.

<sup>1851</sup> Não estão transcritas neste espaço todas as propriedades.

<sup>1854</sup> Não estão transcritas neste espaço todas as propriedades.

	Torres Vedras Direitos dos vinhos de Torres Vedras Pedras Negas Juro dos vinhos Alçaçarias Juro do Porto [...] <sup>1855</sup>		
<b>Pensões</b>	Benefícios no Minho Igreja de Bárrio Igreja de S. Paio Igreja de cabreiro Abade de Santa Cruz, Domingos de Lima Igreja de Sabadim Conezia de Lisboa Bispo de Coimbra Casas na Jubetaria Casas em S. Miguel de Alfama Comenda de Santa Maria de Paços Casas de Porto Formoso Comenda de S. Pedro de Valongo Quinta dos Olivais Lezírias de Leiria Saboarias de Palmela O almotacé-mor	194r–202r	Sem referência
<b>Título de Carnide</b>	[entradas com a identificação do nome dos foreiros]	204r–246v	Sem referência
<b>Título de Mafra</b>	Casas do morgado Casal do Outeiro Casal da Serra dos Brucinhos Casal de Monte Gudil Terrinha do moinho do Cordeiro Terras do Longo da vila Casal da Ribeira de Michel Forno Vinha junto ao lugar de Almada Casal do Carrido Terra da Casa d'Água Casal da Murteira Casal do Mourão 1.º Casal do Mourão 2.º Quinta do Castanho Minho do Pisão Terra dos Salgados Vale de Carreira Casal do Brejo Foro de Vale de Linhares Casal da Carrasqueira de Cima Moinho da abadia Fonte da Boa da Brincoza Casal dos Chãos Casal do Paço de Ilhas Catarina João Casal do Arrossairo [Rosário?] Foro de Domingos Pires Machado Casal do Marvão Casal do Arrossairo de Penagache Casal do Mocharro Terra de Monte Bom Casas na vila de Mafra Casal de Ribeira de Ilhas Direitos reais	251r–276v	Sem referência

<sup>1855</sup> Não estão transcritas neste espaço todas as propriedades.

	Jantar Oitavos Portagem		
<b>Termo de Sintra</b>	Casal de Alcaíça 1.º Casal de Alcaíça 2.º Casal de Alcaíça Pequena Pe. António Franco Domingos Delgado Francisco Antunes, ferreiro Francisco Fernandes Casal da Malveira Casal do Cerro Terra do moinho da Malveira Casal de Monte Leite Casal da Abrunheira 1.º Casal da Abrunheira 2.º Valentim Dinis Foro na Abrunheira Casal da Serra Casal da Changuinha <sup>1856</sup> Casal de Vila Nova Casal da Cabeça dos Cartaxos Casal de Monte Rio Casal de Bolelas Casal da Godigana Casal da Amoreira Matos do Abade	277r–289v	Sem referência
<b>Termo de Torres Vedras</b>	[entradas com a identificação das propriedades ou o nome dos foreiros]	290r–297v	Sem referência
<b>Foros a dinheiro na vila de Torres Vedras</b>	[entradas com a identificação do nome dos foreiros]	298r–304v	Sem referência
<b>Título da Arruda</b>	[entradas com a identificação do nome dos foreiros]	305r–318v	Sem referência
<b>Título das igrejas que apresenta a minha Casa e do que rende cada uma delas pouco mais ou menos</b> <sup>1857</sup>	Termo da vila dos Arcos Termo de Ponte de Lima Termo de Coura Termo de Vila Nova Lisboa Igreja do Salvador de Ruivães	319r–320v	Sem referência
<b>Lembrança dos foros que aproveito na minha vila dos Arcos</b>	Vila dos Arcos Termo de Coura Ponte de Lima Termo do concelho de Santo Estêvão	321	Sem referência
<b>Índice dos prazos que contém o Livro Grande a que se chama Tombo</b>		[324r–327r]	--
<b>Índice das escrituras de emprazamento contidas num Livro de Notas que está nesta Casa, que começou no ano de 1609</b>		[332r–334v]	--

<sup>1856</sup> Tem nota lateral, posterior, alertando que não estava em Sintra, mas que parte entre o termo de Lisboa e o termo de Mafra.

<sup>1857</sup> Este título e os seguintes não constam do índice do livro.

APÊNDICE A.6

Estrutura da *Relação de todos os papeis, instituições, mercês e títulos de fazendas e outras mais notícias que se acham no arquivo do Excelentíssimo Senhor D. Tomás de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira*

1.º FRAGMENTO EM VNC, CX. 2, N.º 9

Prólogo - explica o objetivo da preparação desta relação (f. 1–1v).					Anotações sobre o conteúdo
Tema geral	Maço	Fólio da Relação	Identificação de divisões internas (explícitas ou implícitas)	N.º do documento ou do conjunto documental	
O vínculo mais antigo da Casa: capela/morgadio do mestre Pedro	1	2r–12v	Inventários antigos	1 - 3	Identificam dois inventários antigos, relativos a documentos das famílias Nogueira e Brito Nogueira, e um livro antigo com notícias [das famílias].
			Capela/morgadio do mestre Pedro	4 e 5	Sobre a sua instituição e sucessão na administração. Descrição feita a partir de uma memória, que se encontra neste maço.
			Padroado da igreja de S. Lourenço (Lisboa)	6 - 17	Relativos ao Padroado da igreja de S. Lourenço em Lisboa, ligado ao vínculo.
Morgadios, capelas e bens da família Nogueira e Brito Nogueira	2	13r–[41r]	Testamento de Lourenço Peres, sobrinho de Mestre Pedro	18	Testamentos, doações, sentenças, petições, consentimentos relativos a instituições de morgadios e capelas, sua sucessão, com dados biográficos e genealógicos dos instituidores e dos administradores.  É descrito o conteúdo de vários testamentos (originais ou cópias) em que foram instituídos morgadios ou capelas, ou a outros documentos através dos quais se acrescentaram propriedades aos vínculos já existentes. São referidas as obrigações associadas aos vínculos e muitas vezes são enumerados os bens.
			Testamento de Maria Afonso, que foi mulher de Mestre Gonçalo das Leis	19	
			Testamento de Rui Nogueira, alcaide-mor que foi de Lisboa e casado que foi com D. Aldonça de Meneses, filha do conde D. Pedro [e documentos e informações sobre seus bens]	20 - 22	
			Partilhas entre Maria Afonso e seu irmão o bispo D. João	23	
			Testamento de Lourenço Nogueira	24	
			Testamento de Lourenço Peres	25	
			Testamento de mestre João Coelho, que foi cónego de Coimbra	26	
			Testamento de Vasco Peres Farinha	26	
			Mestre João das Leis	27 - 34	
			Testamento de Lourenço Peres, o Moço	35	
			Capela de Santa Catarina, sita na igreja de S. Lourenço, fundada por Constança Eanes Palhavã, de que foi administrador Leonel de Brito [e outros bens]	36 e 37	
			Testamento de João Eanes Moniz	38	
			Testamento de Catarina Eanes, mulher que foi de Afonso Peres, em que fez morgado de sua 3.ª	39	
			Capelas que instituiu o bispo D. Afonso	40 - 42	
			Morgado que instituiu o bispo D. João	43	
			Afonso Nogueira	44	
			Testamento de Joana Vaz de Almada	45	
			Testamento de Gonçalo Miguéis	46	
			Afonso Eanes Nogueira [incluindo partilhas feitas pela sua morte e a de sua mulher Joana Vaz de Almada]	47 e 48	
			Mem de Brito (incluindo dote de D. Grimanesa de Melo para casar com ele)	49 - 62	
Luís de Brito	63				
Estêvão de Brito	64				
Luís de Brito	65				
Lourenço de Brito	66				
Lourenço de Brito e Luísa de Alcáçova	67				
Ascendência dos Limas e dos Britos e respetivos documentos	3	[44r]–[94v]	Ascendência dos Limas	67, 68	Genealogia dos Limas. Informações retiradas de memórias e de cópias de nobiliários existentes no cartório
			Ascendência dos Britos	[sem menção a documentos deste maço]	Genealogia dos Britos
			Prerrogativas das famílias de Limas e Brito	69 - 103	Documentação relativa aos Limas e aos Lima Brito Nogueira até à filha e genro do visconde D. Tomás de Lima. Testamentos, mercês régias nomeadamente a concessão do título, posses, certidões, contratos de dote e arras. É feita referência ao morgadio de Gaião.
			Morgado dos Britos	104, 112 – 120 [n.ºs 105 a 111 estariam em folhas que estão em falta]	Documentos relativos à nova instituição do morgadio de Santo Estêvão de Beja e à jurisdição da vila de Aveiras.

2.º FRAGMENTO: VNC, CX. 2, N.º 10

Tema geral	Maço	Fólio da Relação	Identificação de divisões internas (explícitas ou implícitas)	N.º do documento ou do conjunto documental	
Morgadios, capelas, bens e genealogias dos Vasconcelos e Meneses e de famílias a eles ligadas	4	[2r]-[55v]	Morgado de Soalhães e Mafra	1 - 7	Referência à instituição do morgadio, à sua sucessão, e à disputa pela posse desta Casa.
			D. Afonso [de Vasconcelos e Meneses], conde de Penela	[sem menção a documentos deste maço]	
			D. João de Meneses Vasconcelos [2.º conde de Penela]	[sem menção a documentos deste maço]	
			D. Afonso de Meneses [filho mais velho do 2.º conde de Penela]	8 - 13	
			D. João de Vasconcelos [filho natural legitimado de D. Afonso de Meneses]	14 - 19	
			D. Afonso de Vasconcelos	20 - 30	
	5	[56r]-[69v]	D. João Luís de Vasconcelos e Meneses	31 - 36	Testamentos, doações, sentenças, petições, consentimentos relativos a instituições de morgadios e capelas, sua sucessão, com dados biográficos e genealógicos dos instituidores e dos administradores.  É descrito o conteúdo de vários testamentos (originais ou cópias) em que foram instituídos morgadios ou capelas, ou a outros documentos através dos quais se acrescentaram propriedades aos vínculos já existentes. São referidas as obrigações associadas aos vínculos e muitas vezes são enumerados os bens.
			Bens e vínculos das famílias Sá e Macedo (antepassados do lado materno de João Luís de Vasconcelos) e antepassados de Maria de Noronha (esposa de João Luís de Vasconcelos)	37 - 43	

## APÊNDICES B

### ESQUEMAS GENEALÓGICOS

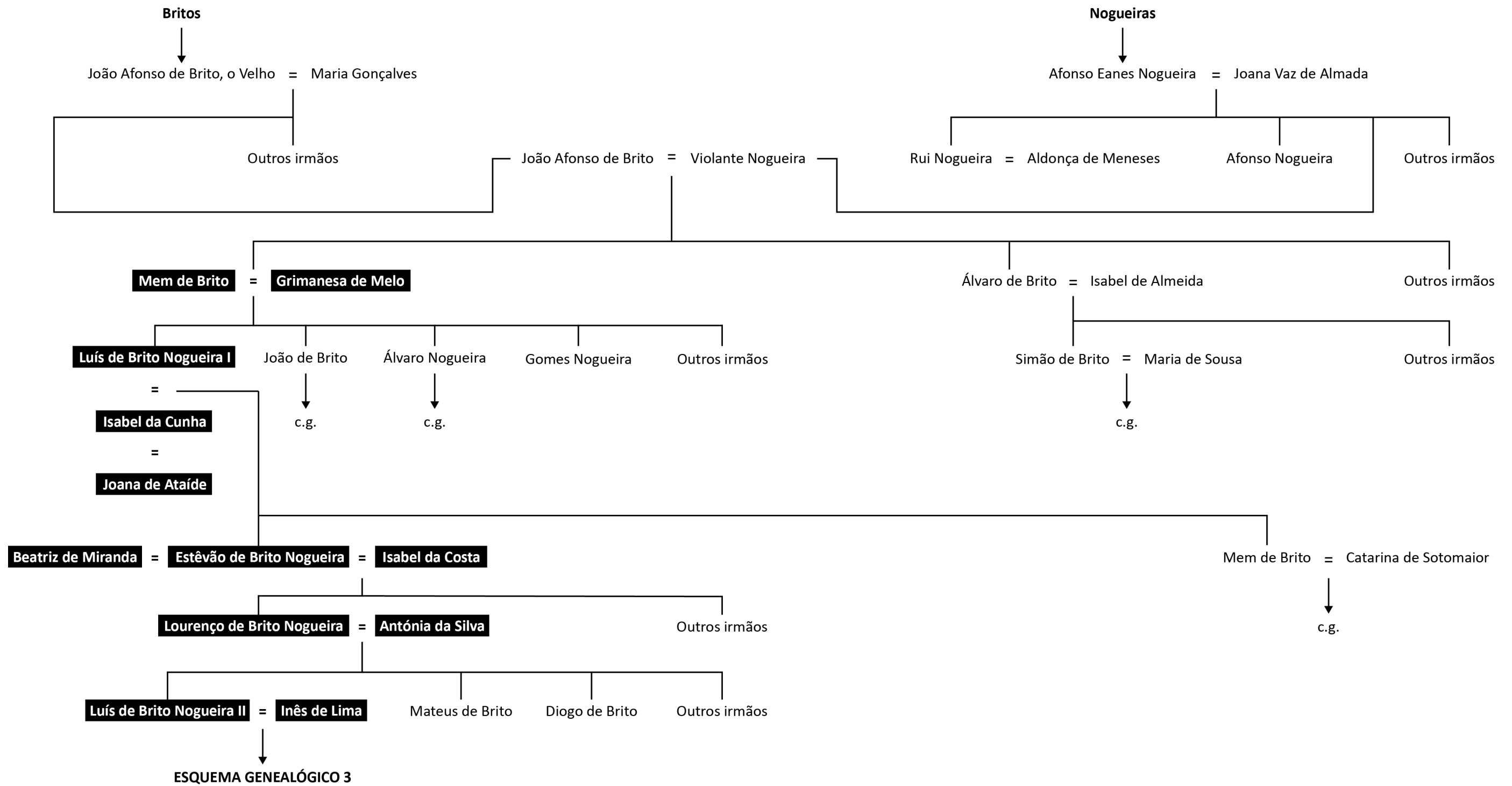
#### Legenda:

- descendência legítima
- - - - - descendência ilegítima
- = casamento
- ::: relação extraconjugal
- ↓ com geração
- c.g.



## ESQUEMA GENEALÓGICO 1

UNIÃO DOS GRUPOS PARENTAIS BRITO E NOGUEIRA E SUA DESCENDÊNCIA, COM DESTAQUE PARA A LINHA DE TRANSMISSÃO DOS MORGADIOS DE SANTO ESTÊVÃO DE BEJA E DE S. LOURENÇO DE LISBOA





**Fontes:**

ADB, *VVNC*, n.º 59;

FARELO, Mário – Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os «Nogueiras». Em KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (eds.) – *Lisboa Medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 155;

FARELO, Mário – Os morgadios dos Nogueiras: entre a estratégia de poder e a lógica documental. Em ROSA, Maria de Lurdes (coord.) – *Arquivos de família, séculos XIII–XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos, 2012, p. 185–204;

GAIO, Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles, Domingos de Araújo Affonso, 1938. Vol. 7, p. 69-70;

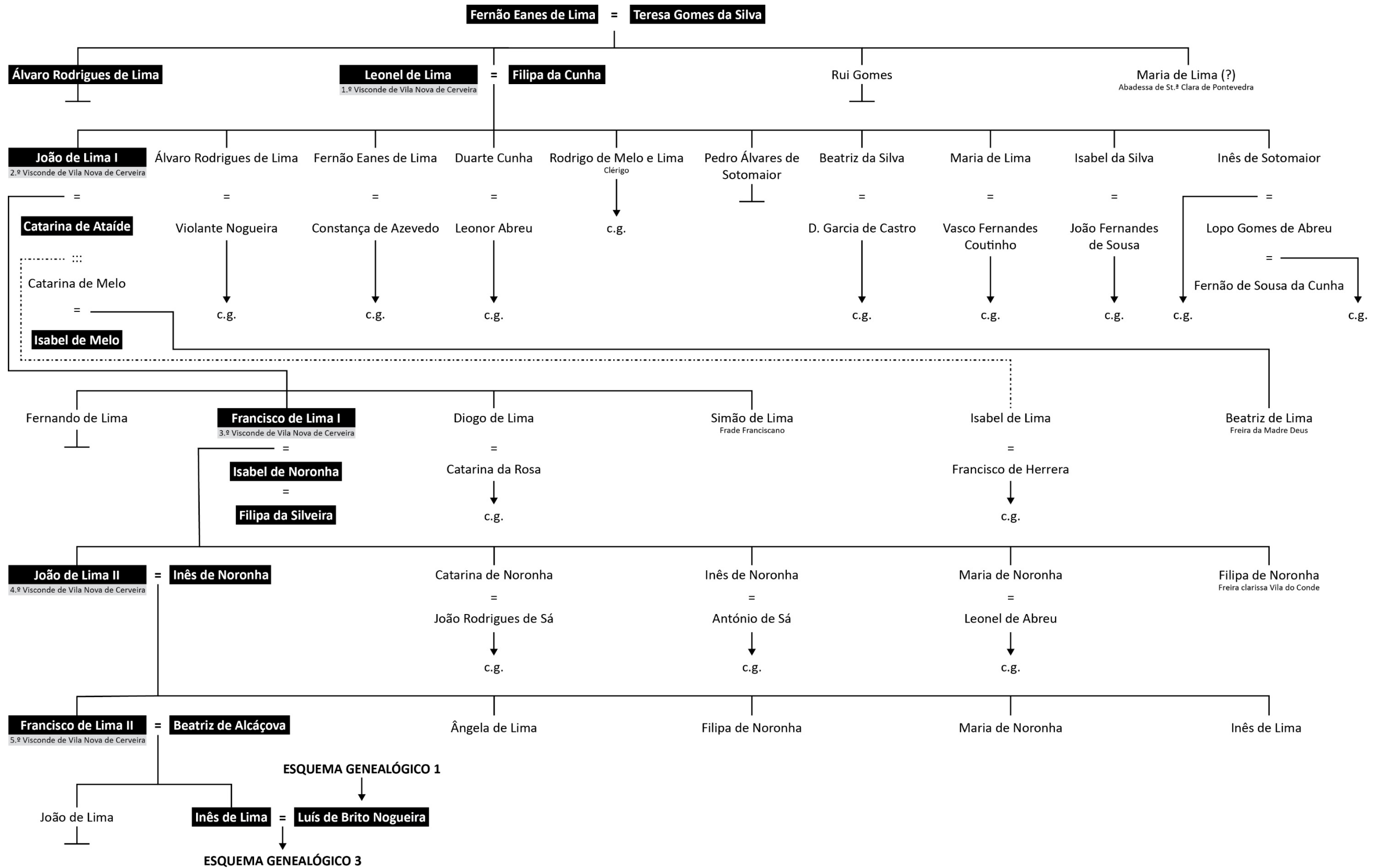
SILVA, Gonçalo M. – *Espiritualidade e poder na Lisboa dos finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus patronos (1298–1515)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2012. Dissertação de mestrado, p. 177–180;

VNC, cx. 10, n.º 29;

VNC, cx. 7, n.º 1, f. 46v.

## ESQUEMA GENEALÓGICO 2

GRUPO PARENTAL DOS LIMAS, COM DESTAQUE PARA A LINHA DOS VISCONDES DE VILA NOVA DE CERVEIRA



**Fontes:**

BA, 51-V-55;

ADB, VVNC, n.º 59, fl. 2–11;

FREIRE, Anselmo Braamcamp – Brasões da Sala de Sintra. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930. Vol. 3, p. 78–89;

GAIO, Felgueiras – Nobiliário de famílias de Portugal. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles, Domingos de Araújo Affonso, 1939. Vol. 17, p. 120–122;

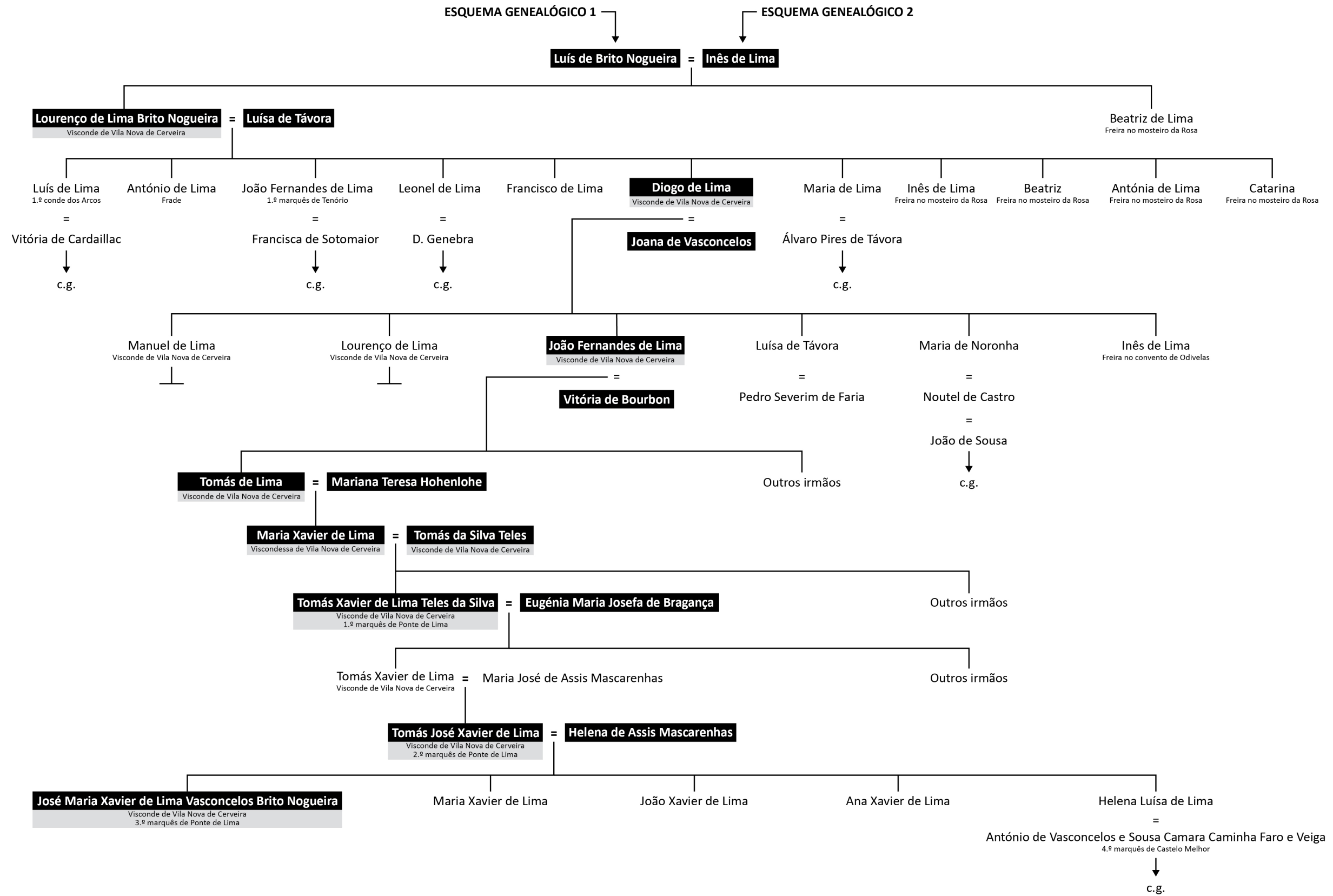
*Genealogia de D. João de Castro*. [acedido 12 maio 2021] em <URL <https://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/GEN/P%E1ginas/JCastro.htm>>;

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima entre a Galiza e Portugal (séculos XII a XVI). Em BARROCA, Mário J.; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de (eds.) – Paço de Giela: história de um monumento. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2015, p. 33 e 46;

SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa real portugueza*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, Academia Real, 1748. Vol. 12, Parte II, p. 910.

### ESQUEMA GENEALÓGICO 3

#### VISCONDES DE VILA NOVA DE CERVEIRA (SÉC. XVII–XIX)



**Fontes:**

ADB, *VVNC*, n.º 59;

BA, 51-V-17, f. 230v–232r;

BA, 51-V-55;

BA, 54-XIII-21, n.º 22;

BA, 54-XIII-21, n.º 29;

FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. 3, p. 90–92;

*Geneall*, [acedido 30 agosto 2023] em <URL <https://geneall.net/pt/>>;

OLIVEIRA, Ana Lúcia P. de – *Cartas de amor. Correspondência de D. Joana de Vasconcellos e Meneses para seu marido D. Diogo de Lima 1642/1644. I - estudo introdutório*. Porto: FLUP, 1997. Dissertação de mestrado, p. 31;

VNC, cx. 10, n.º 14;

VNC, cx. 2, n.º 11, f. 20;

VNC, cx. 21, n.º 87;

VNC, cx. 22, n.º 45;

VNC, cx. 37, n.º 9, f. 6v;

VNC, cx. 53, n.º 91;

VNC, cx. 63, n.º 1, f. 1.











## **NOTA IMPORTANTE**

Uma vez que a plataforma ADUM não permite a submissão separada dos diferentes ficheiros da tese e que os ficheiros em formato Microsoft Excel não podem ser permanentemente arquivados na plataforma PAC do CINES, acrescentámos a este PDF da tese ficheiros distintos para efetivar a entrega na École nationale des chartes:

- um ficheiro com documentos e dados de investigação, os *Apêndices C* da tese, inicialmente em Microsoft Excel, convertidos para PDF, com 131 páginas. Os ficheiros originais em Microsoft Excel estão disponíveis em linha no repositório RUN da Universidade Nova de Lisboa (<https://run.unl.pt/handle/10362/164643>);
- um ficheiro contendo o resumo substancial da tese em francês.

## **NOTE IMPORTANTE**

Étant donné que l'ADUM ne permet pas le dépôt séparé des différents fichiers de la thèse et que les fichiers au format Microsoft Excel ne sont pas archivables sur la plateforme PAC du CINES, nous avons ajouté à ce PDF de la thèse des fichiers distincts pour le dépôt à l'École nationale des chartes :

- un fichier contenant des données de la recherche, les *Annexes C* de la thèse, initialement en Microsoft Excel, converties en PDF, de 131 pages. Les fichiers originaux en Microsoft Excel sont disponibles en ligne sur le dépôt RUN de l'Universidade Nova de Lisboa (<https://run.unl.pt/handle/10362/164643>);
- un fichier contenant le résumé substantiel de la thèse en français.

**História(s) de uma Casa e de um arquivo: os viscondes  
de Vila Nova de Cerveira, da ascensão à consolidação  
institucional (séculos XIV-XVII)**

**Histoire(s) d'une Maison et de ses archives :  
les vicomtes de Vila Nova de Cerveira, de l'ascension à la  
consolidation institutionnelle  
(XIV<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècles)**

**Filipa da Silva Lopes**

**Apêndices C**

**Annexes C**

## Apêndices C

### Annexes C

Thèse de doctorat en Histoire, spécialisation en archivistique historique, dirigée par les Professeurs Docteurs Maria de Lurdes Rosa, Olivier Poncet et Pedro Cardim, réalisée en régime de cotutelle entre la Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de la Universidade Nova de Lisboa et l'École nationale des chartes.

Cette thèse a été réalisée avec le soutien d'une bourse de doctorat mixte accordée par la Fundação para a Ciência e a Tecnologia, avec les références SFRH/BD/114873/2016 et COVID/BD/151660/2021, cofinancée par le Fonds Social Européen.



Les *Annexes C* de la thèse sont initialement en format Microsoft Excel, qui n'est pas archivable sur la plateforme PAC du CINES. Les fichiers dans ce format spécifique sont disponibles sur le dépôt RUN de l'Universidade Nova de Lisboa : <https://run.unl.pt/handle/10362/164643>.

**Apêndice C.1**

**Sistema Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva (parcial) – Gerações Brito  
Nogueira e Lima Brito Nogueira**

Observações	Cota Atual	Identificação			
		Título/Breve sumário (alguns de acordo com o que consta no DigitArq do ANTT, outros de elaboração própria)	Data	Nível de Descrição	História custodial e arquivística
		SISTEMA LIMA VASCONCELOS BRITO NOGUEIRA TELES DA SILVA (PARCIAL)		Sistema	
		Brito II	1437-1488	Secção	
		Mem de Brito; Grímanesa de Melo	1448-1488	Subsecção	
	VNC, cx. 5, n.º 32	Bula de Nicolau V dirigida ao bispo de Évora para inquirir sobre a validade do pedido feito por Mem de Brito para comutar as obrigações litúrgicas de quatro missas quotidianas estabelecidas pelo morgadio de que ele é o administrador	1448-11-17	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
A data apresentada no DigitArq foi aqui corrigida	VNC, cx. 8, n.º 14	Carta de D. Afonso V isentando a vila de Aveiras de Baixo, lugar de Mem de Brito, de fornecer roupa para a corte	1449-12-12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 8, n.º 18	Carta de confirmação de privilégios e demarcação da vila de Aveiras de Baixo concedida a Mem de Brito por D. Afonso V	1452-01-28	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 8, n.º 17	Carta de D. Afonso V passada a requerimento de Mem de Brito, confirmando a doação que fez D. João I a Aveiras, tornando-a vila	1452-01-30	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	Coleção Privada de João P Vieira	Instrumento de empraçamento enfatiota de uma casa e lagar com seu quintal na Várzea Grande, em Tomar, feito por Mem de Brito, cavaleiro e administrador do morgadio dos Mafaldos, a Lopo Vasques, sua mulher e seus sucessores	1453-10-16	Documento	Este documento esteve no cartório dos Brito Nogueira pois contém no verso duas cotas: uma que corresponde ao Catálogo da Casa, com um sumário ("Tomar uarzea grande n.º 9. Aforamento pera todo sempre de huas casas com lagar e quintal a Lopo Uaz cesteiro na uarzea grande de Tomar 16 de outubro 1453 Mem de Brito") e outra que corresponde ao "Tombo..." (n. 722 folhas 183). Terá saído da Casa dos Viscondes com o morgadio de Santo Estêvão de Beja, existe uma cota recente, talvez do século XIX, no verso: "morgadio de Beja Thomar N. 1 Maço 3"; no reto refere "Thomar pertencente ao morgadio de Beja N 1 Maço 3". Este pergaminho foi adquirido por João Vieira na Livraria Castro & Silva em 2013.
	VNC, cx. 4, n.º 5	Instrumento de posses de bens do morgadio de Mestre Pedro, por Mem de Brito	1455-10-26	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 3, n.º 13	Instrumento de arrendamento, por nove anos, de uma vinha, chamada da Ribeira, e de uma casa, na Amora a Velha, termo de Almada, feito por Mem de Brito a Gonçalo Anes	1456-10-08	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 8, n.º 25	Instrumento de posse da jurisdição de Aveiras de Baixo por João Fogaça e João Rodrigues, criado e procurador de Mem de Brito	1459-03-15	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 3, n.º 12	Instrumento de empraçamento de uma quinta na Amora, termo de Almada, feita por Mem de Brito, cavaleiro da casa do Rei, a Diogo Álvares	1459-11-17	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 1, n.º 28	Confirmação feita por Afonso João, cantor, vigário geral de Lisboa, do priorado de São Lourenço a Vicente Vaz (ou Velasco) por apresentação de Mem de Brito	1465-12-31	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	Coleção Privada de João Vieira	Intrumento de contrato, encampação e empraçamento pelo qual Mem de Brito quita Pedro Lopes e sua mulher das pensões devidas pelo empraçamento de uma vinha em Benfica, e a empraça em 3 vidas a Vasco Eanes	1467-01-23	Documento	Este documento esteve no cartório dos Brito Nogueira pois contém no verso uma cota que corresponde ao Catálogo da Casa, com um sumário ("Lisboa. Benfica rosall n.º 383 Aforamento em tres uidas de hua binha em Benfica onde chamam o rosall a basco anes 23 janeiro 1467 Mem de Brito") e outra que corresponde ao "Tombo..." (n.º 421). Tem ainda a cota N.º 411. Este pergaminho foi adquirido por João Vieira na Livraria Castro & Silva em 2013.

	VNC, cx. 6, n.º 31	Instrumento de encapação e empraçamento de umas casas na rua da Ourivesaria feito por João Estêves Ribeiro, ourives a Garcia Pais, galego ourives, e a sua mulher Isabel Anes . As casas são do morgadio de São Lourenço de que é administrador Men de Brito	1467-06-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 1, n.º 44	Instrumento de aforamento de umas casas e suas cavaliariças e quintais a Santo Eloi, Lisboa, feito por Mem de Brito e sua mulher D. Grimanesa a João Rodrigues de Azevedo e sua mulher D. Branca de Eça	1467-12-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 1, n.º 5	Instrumento de aforamento de umas casas térreas situadas na Alcáçova de Lisboa, pertencentes ao morgadio do bispo D. Afonso feito por Mem de Brito a Teresa Fernandes, mulher de João Álvares, serrador	1470-04-11	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
Data corrigida. Vd. Tombo, VNC, n.º2	VNC, cx. 10, n.º 53	Traslado do instrumento de avença e transação do casal das Cavaleiras feita entre Mem de Brito, fidalgo da Casa Real e do seu conselho, e sua mulher D. Gramanesa e Rui de Faro, escudeiro, criado do Arcebispo D. Afonso Nogueira, e sua mulher Leonor Afonso	1471-05-04	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 1, n.º 6	Instrumento de aforamento de umas casas, situadas na Alcáçova de Lisboa, pertencentes ao morgadio de D. João, feito por Mem de Brito e sua mulher Grimanesa a Álvaro Anes, copeiro da infanta	1471-11-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 3, n.º 10	Instrumento de arrendamento, por nove anos, de uma vinha, chamada da Ribeira, e de uma casa, na Amora, termo de Almada feito por Mem de Brito, administrador do morgadio de Mestre Pedro, seu tio, a Afonso Anes	1472-09-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 60, n.º 99	Instrumento de empraçamento da quinta da Abóboda feito por Mem de Brito a João Dias	1473-10-29	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 9, n.º 22	Instrumento de empraçamento de umas casas sobradadas situadas na praça de Sintra, pertencentes ao morgadio do bispo D. João, feito por Mem de Brito a João Afonso, clérigo, filho de Afonso Anes, carneiro	1473-11-04	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 10, n.º 26	Instrumento de empraçamento de dois pedaços de chão acima das casas da Mouraria, junto ao Castelo Real, pertencentes ao morgadio de Mestre Pedro, feito por Mem de Brito a Jorge Anes, oleiro, morador no arrabalde da Mouraria	1474-12-22	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 8, n.º 15	Instrumento em pública forma por autoridade de justiça da carta de D. Afonso V, passado a requerimento de Mem de Brito, senhor de Aveiras de Baixo, para que lhe sejam confirmados os privilégios, demarcações e divisões por que parte Aveiras com Santarém, Pontevel, Aveiras de Cima e Azambuja	1475-11-25	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 8, n.º 19	Instrumento em pública forma por autoridade de justiça da carta de mercê de Aveiras de Baixo dada por D. Afonso V a Mem de Brito e a Diogo Fogaça passado a requerimento Vicente Vaz, clérigo de missa, em nome de Mem de Brito, senhor de Aveiras de Baixo	1475-11-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	Coleção Privada de João Vieira	Instrumento de empraçamento em 3 vidas de uma horta situada em Beja, feito por Mem de Brito a Pero Vaz Beçudo	1477-08-19	Documento	Este documento esteve no cartório dos Brito Nogueira pois contém no verso uma cota que corresponde ao Catálogo da Casa, com um sumário ("Beja Rego Merdeiro Mealha n.º 68 Aforamento em tres uidas de hua orta que se chama a Mealha em Rego Merdeiro a Pero Uaz Beçudo 19 de agosto de 1477. Mem de Brito"). Terá saído da Casa dos Viscondes com o morgadio de Santo Estêvão de Beja, existe uma cota recente, talvez do século XIX, no reto: "morgadio de Beja N 9 S E. Maço 1". No verso tem outra cota: N.º 9. Este pergaminho foi adquirido por João Vieira no Antiquário do Chiado em 2012.
	VNC, cx. 3, n.º 46	Instrumento de convenção e transacção de umas casas e de um chão na Alcáçova do castelo de [São Jorge] em Lisboa feita por Mem de Brito a Luís Álvares, bacharel	1478-06-15	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
A azenha era do morgadio de que Mem de Brito era regeador e administrador.	VNC, cx. 2, n.º 40	[Carta e contrato de escambo e permutação de uma azenha, courela e herdade na vila de Sintra, a baixo do rio do Porto, pelo casal da Coroa chamado Nafarros, Sintra feita entre D. Afonso V e Mem de Brito]	1478-07-10- 1478-07-20	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 2, n.º 40	[Tomada de posse do casal sito no lugar onde chamam Nafarros por Mem de Brito do dito casal]	1478-07-20	Documento	Encontra-se cosido ao documento em VNC, cx. 2, n.º 40. Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

	VNC, cx. 16, n.º 18	Instrumento de aforamento de duas vinhas na Ribeira de Cabris, termo de Sintra feito por Mem de Brito a Martim Rodrigues	1478-10-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 3, n.º 47	Instrumento de empraçamento de umas casas e de um chão na Alcáçova, freguesia de Santa Cruz, em Lisboa, feito por Maria Álvares, mulher de Luís Álvares, bacharel, a Mem de Brito	1479-01-16	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 5, n.º 34	Confirmação do padroado de São Lourenço feita pelo vigário de Lisboa a Vicente Vaz, capelão de Mem de Brito por apresentação deste como padroeiro	1479-11-28	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 23, n.º 24	Sentença sobre umas terras na Várzea de Alenquer pertencentes à quinta da Telhada, que foi do arcebispo D. Afonso Nogueira e depois de Mem de Brito	1486-07-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 6, n.º 41	Instrumento de firme venda de umas casas feita por Vicente Dias, cerieiro, e sua mulher Ana Pires a Pedro Álvares, ourives	1486-11-16	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 5, n.º 14	Carta de sentença tirada do processo entre Sebastião Álvares, clérigo, beneficiado na igreja de São Martinho de Sintra como procurador de Mem de Brito, autor e Estêvão Rodrigues, escudeiro e procurador do numero na dita vila	1487-11-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 19, n.º 5	Instrumento de posse de bens da quinta de Alperiate e Alpalhão feita por Vicente Vasques, prior da igreja de São Lourenço, como procurador de Mem de Brito	1488-[01]-[17]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
		Mem de Brito	1437	Subsecção	
	VNC, cx. 3, n.º 25	Instrumento de empraçamento de duas vinhas com suas oliveiras em São Simão e uma herdade de pão no lugar de Boca de Asno, todos no termo de Almada feita por Mem de Brito, procurador e administrador do morgadio do bispo D. Afonso de Évora, seu tio, a Álvaro Anes, escudeiro	1437-01-26	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
		Brito Nogueira I		Secção	
		Luis de Brito Nogueira I ; Isabel da Cunha	1474-1482	Subsecção	
	VNC, cx. 3, n.º 9	Instrumento de empraçamento de uma quinta na Amora Velha, termo de Almada, feita por Luis de Brito a Gonçalo Rodrigues Galo, escudeiro	1474-12-17	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 12, n.º 4	Provisão de D. Afonso V mandando que seja publicada uma bula do papa Sixto IV apresentada por Luís de Brito	1477-05-22	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
A data apresentada no Digtarq foi aqui corrigida	VNC, cx. 1, n.º 23	Carta sobre arrematação a Luis Vaz de umas casas na freguesia de S. Nicolau que chamavam as Estalagens da Baleia que ficaram a Luis de Brito por morte do arcebispo D. Afonso Nogueira, por dívidas do referido arcebispo	1482-06-15	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
		Luis de Brito Nogueira I ; Joana de Ataíde	1490-1523	Subsecção	
A data apresentada no Digtarq foi aqui corrigida	VNC, cx. 10, n.º 28	Instrumento de empraçamento um chão, junto do ferregial do contador da cidade de Lisboa, que é de São Vicente, feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a João Monteiro, pintor	1490-01-30	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
Dois documentos-registo no mesmo pergaminho	VNC, cx. 8, n.º 23	Instrumento de posse do lugar de Aveiras por Luís de Brito, com João Fogaça. (Está junto à tomada de posse de Estêvão de Brito de 1528)	1490-04-15	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).



VNC, cx. 3, n.º 39	Instrumento de empraçamento de um chão com oito pés de oliveira, do morgadio de São Lourenço, junto com a adro dos judeus feita por Luís de Brito e de sua mulher Joana de Ataíde, a Duarte Rodrigues, amo de D. Garcia de Castro	1491-02-16	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 16, n.º 1	Instrumento de arrendamento de um casal na Carrasqueira feito por Luís de Brito a Margarida Anes	1491-08-01	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 6, n.º 19	Instrumento de encapação e aforamento de umas casas situadas na rua das Arcas, onde chamam o Pau Travesso feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a João de Elvas e a sua mulher Leonor Eanes	1491-09-06	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 6, n.º 20	Instrumento de encapação e aforamento de umas casas sobradadas e situadas na rua das Arcas, onde chamam o Pau Travesso, feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a João de Elvas e a sua mulher Leonor Eanes	1491-09-06	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 6, n.º 12	Instrumento de empraçamento de umas casas situadas no beco de Vila Franca, freguesia de São Gião, feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana a João Eanes, marinheiro, e a Catarina Eanes sua mulher	1492-03-26	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 16, n.º 85	Convenção e transacção entre Luís de Brito, administrador do morgadio de Mestre Pedro, e João Rodrigues de Sá e seu filho Henrique de Sá, genro e neto de D. Aldonça de Meneses	1492-04-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 10, n.º 29	Instrumento de convenção e transacção feita entre Luis de Brito por si e por sua mulher D. Joana, e Simão de Brito por si e por sua mulher D. Maria de Sousa, sobre a herança do arcebispo D. Afonso Nogueira, de bens em Lisboa, em Alenquer e seu termo	1492-09-03 - 1492-11-03	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 1, n.º 7	Instrumento de aforamento de umas casas térreas situadas na Alcáçova de Lisboa pertencentes ao morgadio do bispo D. João, feito por Luís de Brito e sua mulher Joana de Ataíde a Álvaro Anes, escudeiro da infanta D. Joana	1493-12-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 5, n.º 45	Traslado do termo de posse dos bens da igreja de São Lourenço feita por Luís de Brito fidalgo da casa do rei, padroeiro da dita igreja	1495-01-06	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 3, n.º 27	Instrumento de posse de uma courela de vinha em São Simão, no termo de Almada	1495-04-15	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 3, n.º 26	Carta de sentença em que é autor Luís de Brito, fidalgo do rei e administrador do morgadio de São Lourenço, e réu João Farinha, escudeiro	1496-02-14	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 8, n.º 22	Conhecimento de Diogo Pinheiro, desembargador da Casa Real e dos agravos da Casa da Suplicação, com o cargo das confirmações do reino, de como Luís de Brito apresentou uma sentença de D. Afonso V em confirmação de outra de D. João I, sobre a jurisdição de Aveiras de Baixo	1496-05-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 5, n.º 41	Instrumento de arrendamento, por tempo de 9 anos, do casal nos Junqueiros, termo de Mafra feito por Luís de Brito a João Rol, morador em Montegadel, termo de Mafra	1497-01-16	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 16, n.º 17	Instrumento de aforamento de três courelas de vinha na Ribeira de Cabris, termo de Sintra, feito por Luís de Brito e D. Joana de Ataíde a João Rodrigues	1497-05-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 16, n.º 21	Instrumento de aforamento e três courelas de vinha na Ribeira de Cabris, termo de Sintra feito por Luís de Brito e D. Joana de Ataíde a João Rodrigues	1497-05-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

	VNC, cx. 10, n.º 32	Instrumento de empraçamento de um pardieiro e um quintal no chão da Achada, freguesia de São Cristóvão, feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a Diogo Fernandes cordoeiro e a sua mulher Branca Fernandes	1497-06-22	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 10, n.º 33	Instrumento de empraçamento de um pardieiro e um quintal no chão da Achada, freguesia de São Cristóvão, feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a Diogo Fernandes cordoeiro e a sua mulher Branca Fernandes	1497-06-22	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 10, n.º 31	Instrumento de empraçamento de dois pardieiros no Lumiar feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a João de Lamego, moedeiro	1497-11-16	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 4, n.º 23	Bula do papa Alexandre VI para que certos juizes retirem a Luís de Brito e a seus sucessores todos os encargos que Mestre Pedro, Lourenço Peres, Rui Nogueira e Maria Afonso impuseram em seu morgadio de Santa Ana	1497-12-21	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 1, n.º 43	Instrumento de transação de umas casas a Santo Eloi, Lisboa, feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a Fernão de Miranda e a sua mulher D. Catarina de Eça	1498	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	Coleção Privada de João Vieira	Intrumento de empraçamento em 3 vidas de um mortório de vinha e olival no lugar da Manjoa, no termo de Beja, feito por Luís de Brito e sua mulher Joana de Ataíde a Afonso Pais	1498-04-02	Documento	Este documento esteve no cartório dos Brito Nogueira pois contém no verso uma cota que corresponde ao Catálogo da Casa, com um sumário ("Beja Manga Rebentão n.º 55 Aforamento em tres vidas de hum mortorio na manga e de hum oliual no rebentam em beja a afonso Paez 2 de abril 1498 Luís de Brito"). O mais provável é que tenha saído da Casa dos Viscondes com o morgadio de Santo Estêvão de Beja, embora este não tenha a cota com letra mais recente, provelmente do século XIX, que outros documentos Coleção de João Vieira relativos a propriedades que pertenceram ao referido morgadio têm. Este pergaminho foi adquirido por João Vieira no Antiquário do Chiado em 2012.
	VNC, cx. 3, n.º 49	Instrumento de empraçamento de uns pardieiros com alpendre e fornos, para se fazerem casas na rua de João da Vida, também conhecida por beco de Gaspar das Naus, feita por Luís de Brito, fidalgo da casa do Rei e de seu conselho, e de sua mulher Joana de Ataíde, a João Vana, alemão	1498-04-12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 4, n.º 21	Carta de sentença e execução apostólica dada por João de Deus, bacharel em cânones e prior da igreja da colegiada de Santa Maria da Misericórdia da vila de Ourém, e Álvaro Eanes, capelão régio, tesoureiro e cónego da igreja da colegiada de Santa Maria de Alcáçova da vila de Santarém, em que retiraram a Luís de Brito e a seus sucessores todos os encargos que Mestre Pedro, Lourenço Peres, Rui Nogueira e Maria Afonso impuseram em seu morgadio	1498-05-22	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 4, n.º 24	Carta de sentença apostólica dada por João de Deus, bacharel em canones e prior da igreja da colegiada de Santa Maria da Misericórdia da vila de Ourém, e Álvares Anes, capelão régio, tesoureiro e cónego da igreja da colegiada de Santa Maria de Alcáçova da vila de Santarém em que retiraram a Luís de Brito e a seus sucessores todos os encargos que Mestre Pedro, Lourenço Peres, Rui Nogueira e Maria Afonso impuseram em seu morgadio	1498-05-22	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 10, n.º 35	Instrumento de encampação, renúnciação e empraçamento de umas casas com quintal no chão da Achada, na freguesia de São Cristóvão feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a João Afonso, porteiro perante o corregedor Brás Afonso	1498-06-20	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 3, n.º 48	Instrumento de aforamento de três casas terreas juntas, na Alcáçova do castelo de [São Jorge] em Lisboa., feito por Luís de Brito, fidalgo da casa real, administrador do morgadio de Maria Afonso, e sua mulher Joana de Ataíde, a Pedro Afonso, sapateiro de correia e a sua mulher Leonor Álvares, e a Afonso Gonçalves, pedreiro, e a sua mulher Beatriz Álvares	1498-07-19	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 2, n.º 21	Instrumento de empraçamento de um casal nas Mastronças feito por Léus de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a Inês Eanes	1498-08-20	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 2, n.º 38	Instrumento de empraçamento dos casais de Nafarros e d'el Rei feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a Brás Eanes	1498-09-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 2, n.º 39	Instrumento de empraçamento dos casais de Nafarros e d'el Rei feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a Brás Eanes	1498-09-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 10, n.º 36	Instrumento de sentença passada a favor de Luís de Brito sobre o arranjo de uma fresta numas casas	1498-11-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 33, n.º 42	Breve de redução que Luís de Brito alcançou das Capelas do morgadio de Santa Ana	1499-10-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 4, n.º 15	Bula do Papa Alexandre VI que estipula que fossem mantidos apenas dois capelães e meio no morgadio de Beja	1499-10-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 4, n.º 16	Traslado de uma bula do Papa Alexandre VI determinado que dos 4 capelães que o morgadio de Beja era obrigado a manter, não mantenha mais de dois e meio	1499-10-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 4, n.º 18	Bula do Papa Alexandre [VI] que autoriza a diminuição dos encargos que Mestre João das Leis impôs no seu morgadio	1499-10-29	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 36, n.º 5	"Processo descernido de duas bulas do Papa Alexandre porque há por bem que achando os juizes delas ser assim como diz Luís de Brito / de quatro capelães que o morgadio de Beja é obrigado a manter / não mantenha mais de dois e meio / feito o processo 13 de Dezembro de 1499"	1499-12-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 4, n.º 17	Processo decernido de duas bulas do Papa Alexandre [VI]	1499-12-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 4, n.º 20	Carta de sentença dada pelo vigário do Arcebispo de Lisboa, pela bula do papa Alexandre [VI], em que retiraram a Luís de Brito e a seus sucessores os encargos que Mestre João das Leis impôs em seu morgadio	1500-06-24	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 10, n.º 38	Instrumento de aforamento de uns pardieiros na Freguesia de São Lourenço de Lisboa, feito por Luis de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a Fernão Cardoso	1500-11-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 8, n.º 24	Requerimento para traslado de um alvará do rei D. Manuel I feito a requerimento de João Anes do Pombal, mordomo e feitor de Luís de Brito, como procurador deste e de João Fogaça	1501-01-21	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
ANTT, BACB, doc. 4	Carta de encampação e emprazamento em três vidas feita por Luís de Brito, fidalgo da Casa Real, a Lourenço Pires Marcos de umas casas e parte de um olival em Carnide	1501-01-26	Documento	Encontra-se no fundo BACB do ANTT, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
ANTT, BACB, doc. 5	Carta de encampação e emprazamento em três vidas feita por Luís de Brito, administrador do morgadio de Mestre Pedro, a Lourenço Pires Marcos de uma vinha em Carnide, pertença do dito morgadio	1501-06-03	Documento	Encontra-se no fundo BACB do ANTT, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
ANTT, BACB, doc. 6	Carta de emprazamento em três vidas feita por Luís de Brito, administrador do morgadio de Mestre Pedro, a Antão Fernandes de um pardieiro em Carnide, do dito morgadio	1501-08-07	Documento	Encontra-se no fundo BACB do ANTT, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
VNC, cx. 10, n.º 39	Instrumento de contrato e emprazamento de uma vinha no Lumiar, pertencente ao morgadio de Mestre Pedro, feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a João Eanes, lavrador	1501-09-11	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
ANTT, BACB, doc. 7	Carta de encampação e emprazamento em três vidas feita por Luís de Brito, administrador da capela de Mestre Pedro, a Álvaro Vaz, carpinteiro, e a sua mulher, Ana Álvares, de três courelas de vinha, uma de pão e um roseiral em Benfica, da dita capela	1501-11-12	Documento	Encontra-se no fundo BACB do ANTT, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
VNC, cx. 10, n.º 40	Instrumento de emprazamento de um pardieiro no Lumiar, pertencente ao morgadio de Mestre Pedro, feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a Afonso Esteves, trabalhador	1502-01-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 10, n.º 41	Instrumento de empraçamento de um pardieiro no Lumiar, pertencente ao morgadio de Mestre Pedro, feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a Afonso Esteves, trabalhador	1502-01-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
ANTT, BACB, doc. 8	Carta de escambo feita por Luís de Brito a Diogo Vaz da Veiga, fidalgo da Casa Real, de dois chãos em Carnide. Tem no verso instrumento de posse de 17 de março de 1502	1502-03-03 - 1502-03-17	Documento	Encontra-se no fundo BACB do ANTT, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
ANTT, BACB, doc. 9	Carta de empraçamento em três vidas feita por Luís de Brito e por sua mulher, D. Joana de Ataíde, a João de Soveral de um lagar e um pardieiro em Carnide	1502-11-16	Documento	Encontra-se no fundo BACB do ANTT, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
VNC, cx. 4, n.º 22	Carta de apresentação de duas bulas apostólicas, em que D. Afonso, bispo de Évora e pelo chantre da sé de Évora aceitam serem juizes das bulas do papa Alexandre VI	1502-12-05	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 10, n.º 42	Instrumento de empraçamento de um pardieiro no Lumiar, pertencente ao morgadio de Mestre Pedro, feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a Luís Nunes, escudeiro, criado de António Porto Carreiro	1503-02-17	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 3, n.º 64	Instrumento de empraçamento, em vida de três pessoas, de umas casas, na Alcáçova de Lisboa feita por Luís de Brito, fidalgo da casa do Rei e de seu conselho, e sua mulher Joana de Ataíde, a Afonso Pires, pedreiro	1503-07-03	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 5, n.º 8	Carta de aforamento de um prazo constituído por courelas de terra e pomares em Sintra feita por Luís de Brito a Pedro Gonçalves e sua mulher Catarina Teixeira	1504-02-16	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 3, n.º 38	Instrumento de empraçamento de um olival com seu chão e cerrado, ao Almocovar dos Judeus feita por Luís de Brito e sua mulher Joana de Ataíde, a Nuno Gonçalves e a sua mulher Ana Martins	1504-03-05	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 10, n.º 46	Instrumento de aforamento de um chão fora do postigo de São Lourenço feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a Beatriz Fernandes, pertencente ao morgadio de Luís de Brito	1504-09-04	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
ANTT, BACB, doc. 10	Carta de venda e aforamento em três vidas feita por Luís de Brito, fidalgo da Casa Real e administrador do morgadio de Mestre Pedro, e por sua mulher, D. Joana de Ataíde, a Maria Anes, "a Preta", de uma vinha em Carnide, do dito morgadio	1504-10-30	Documento	Encontra-se no fundo BACB, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
VNC, cx. 10, n.º 47	Carta de autoridade de empraçamento de um pardieiro junto à igreja de São Lourenço de Lisboa, e sentença de prazimento entre as partes André Esteves e Marcos Fernandes, beneficiados da dita igreja e João Lourenço, marinheiro	1505-01-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 10, n.º 49	Instrumento de aforamento enfatiota do muro que vai do postigo de São Lourenço à Porta da Mouraria feito pelos vereadores da câmara de Lisboa a Luís de Brito	1505-05-19	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 16, n.º 86	Aforamento em duas vidas da quinta da Abóbada a Bartolomeu Álvares e Joana sua mulher, criada de Luís de Brito	1505-05-19	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 10, n.º 48	Carta de sentença a favor dos padres da igreja de São Lourenço e contra Lourenço Mendes de Abreu, o qual foi condenado a abdicar de um pardieiro em Vale de Flores, pertencente à dita igreja	1506-03-28	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 11, n.º 2	Carta de venda de uns chãos com casa e pardieiros em Vale de Flores, feita pelos Condes de Penela a Duarte Brandão, do conselho d'el rei, como procurador de Luís de Brito e de D. Joana de Ataíde	1507-03-01	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

	VNC, cx. 11, n.º 36	Carta de sentença a favor de Luís de Brito contra Amarante Vaz	1507-06-21	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 6, n.º 4	Instrumento de empraçamento de umas casas na freguesia de São João, no beco de Vila Franca, e um olival na forca de Santa Bárbara, feito por Luís de Brito a seu filho Mem de Brito	1507-12-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 10, n.º 49	Contrato de aforamento enfatiota para sempre do muro e torres sobre a porta de São Vicente feito pelos vereadores da câmara de Lisboa a Luís de Brito	1508-03-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 11, n.º 33	Requerimento de Luís de Brito Nogueira para que lhe seja concedida licença para poder tapar a torre que está sobre a Porta do Postigo de Afonso Nogueira, para que ninguém possa passar e que a não possam aforar a outros	[1508-03-02]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 6, n.º 16	Instrumento de encapação e empraçamento de umas casas sobradadas e duas lojas com dois portais, sitadas na rua das Arcas, onde chamam o Pau Travesso feito por Leonor Eanes, viúva de João de Elvas, a Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde	1508-03-06	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 6, n.º 22	Instrumento de encapação e empraçamento de umas casas obradadas de um sobrado e duas lojas com dois portais, situadas na rua das Arcas, onde chamam o Pau Travesso feito por Leonor Eanes, viúva de João de Elvas, a Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde	1508-03-06	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 10, n.º 51	Traslado não autenticado do instrumento de partilha de umas casas situadas na Porta do Mar feita entre Luís de Brito, administrador da capela de Mestre Pedro, e D. Isabel de Miranda, mulher de Pêro Lopes de Azevedo	1508-03-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 10, n.º 50	Instrumento de partilha de umas casas situadas na Porta do Mar feita entre Luís de Brito, administrador da capela de Mestre Pedro, e D. Isabel de Miranda, mulher de Pero Lopes de Azevedo	1508-03-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 11, n.º 1	Instrumento de empraçamento de um prazo constituído por sobrados de umas casas às Portas do Mar e da torre da cidade, feito por Luís de Brito e sua mulher Joana de Ataíde a Pedro Gomes, mercador e morador na Rua da Ferraria	1508-04-08	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 10, n.º 49	Carta de confirmação de D. Manuel I do aforamento de um muro e torres sobre a porta de São Vicente, feito pela Câmara de Lisboa a Luís de Brito	1509-06-20	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 9, n.º 24	Instrumento de empraçamento de umas casas sobradadas, compostas de uma loja grande e duas câmaras, situadas na praça de Sintra, e um cerrado de vinha com suas árvores situada à Ponte da Ribeira, feito por Luis de Brito e Joana de Ataíde, sua mulher, a Rodrigo Afonso, morador à Ponte da Ribeira	1509-10-30	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	ANTT, BACB, doc. 11	Carta de empraçamento em três vidas feita por Luís de Brito, fidalgo da Casa Real e administrador do morgadio de Santa Ana, e por sua mulher, D. Joana de Ataíde, a Sebastião Fernandes e sua mulher, Maria Fernandes, de uma casa, cinco courelas de pão, um pedaço de mato e uma vinha na Moita, freguesia de Sapataria	1510-07-30	Documento	Encontra-se no fundo BACB, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
	VNC, cx. 11, n.º 4	Carta de venda de um chão dentro de um cerrado e casas do comprador Luís de Brito, feita por Diogo Fernandes, criado da Condessa de Penamacor, morador em Lisboa, a Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde	1511-02-26	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 16, n.º 23	Carta de empraçamento da quinta da Abóbada, situada na freguesia de Santa Maria dos Olivais, feita por Luís de Brito, administrador do morgadio e capela de Santa Ana, e por sua mulher, D. Joana de Ataíde, a Gonçalo Anes, mestre do lagar de azeite	1512-01-26	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 9, n.º 27	Instrumento de empraçamento de um casal situado no Sacário, feito por Luís de Brito a João Álvares, lavrador	1512-02-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 3, n.º 17	Carta de permuta e escambo de umas casas [Alcáçova, Lisboa] do morgadio de Santa Ana entre Luís de Brito e D. Nuno Manuel, por outras compradas por este	1512-02-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 3, n.º 18	Carta de permuta e escambo entre Luís de Brito e D. Nuno Manuel de umas casas do morgadio de Santa Ana por outras compradas por este último	1512-02-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 11, n.º 7	Instrumento de empraçamento de uns sobrados de casas às Portas do Mar, feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a Pedro Gomes, mercador	1512-03-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 11, n.º 6	Carta de sentença em que é autor Luís de Brito e ré Catarina Gil, viúva do licenciado Aires, de Almada, cujo teor se relaciona com umas casas com duas torres e um pedaço de muro, às portas de São Vicente	1512-04-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 11, n.º 5	Carta de sentença em que é autor Luís de Brito, administrador da capela de Santa Ana, e réu Diogo Lopes Alma, administrador da capela de D. Gil Alma	1512-06-12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 11, n.º 9	Instrumento de empraçamento de um cerrado de ferragial grande, de sementeira de sete alqueires, feito por Luís de Brito, fidalgo da Casa Real e do seu conselho, a Afonso Martins, ourives, fidalgo da Casa Real	1513-06-08	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 11, n.º 10	Instrumento de empraçamento de um cerrado de ferragial grande, de sementeira de sete alqueires, fora da porta de São Lourenço, feito por Luís de Brito, fidalgo da Casa Real e do seu conselho, a Afonso Martins, ourives, fidalgo da Casa Real	1513-06-08	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 3, n.º 58	Instrumento de empraçamento, em vida de três pessoas, de um quintal na Alcáçova, que é do morgadio da capela situada na igreja de São Lourenço feita por Luís de Brito a Isabel Fernandes, viúva	1513-06-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 3, n.º 60	Instrumento de empraçamento, em vida de três pessoas, de um quintal, na Alcáçova, foreiro à capela existente na igreja de São Lourenço em Lisboa feito por Luís de Brito a Isabel Fernandes, viúva	1513-06-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
ANTT, BACB, doc. 12	Carta de empraçamento em três vidas feita por Luís de Brito, fidalgo da Casa Real, e sua mulher, D. Joana de Ataíde, a André Gonçalves de uns pardieiros em Carnide, à Nossa Senhora da Luz	1513-11-10	Documento	Encontra-se no fundo BACB, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
ANTT, BACB, doc. 13	Carta de empraçamento em três vidas feita por Luís de Brito, administrador do morgadio de Santa Ana, e sua mulher, D. Joana de Ataíde, a Gonçalo Eanes, pedreiro, da herdade chamada de Martim Pires, em Carnide	1513-11-10	Documento	Encontra-se no fundo BACB, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
ANTT, BACB, doc. 14	Carta de empraçamento em três vidas feita por Luís de Brito, fidalgo da Casa Real e administrador do morgadio e Capela de Mestre Pedro, e sua mulher D. Joana de Ataíde, a Martim Anes de uns pardieiros em Carnide, à Nossa Senhora da Luz, pertença do dito morgadio e capela	1513-11-10	Documento	Encontra-se no fundo BACB, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
VNC, cx. 11, n.º 8	Instrumento de aforamento de dois pardieiros na freguesia da igreja de São Lourenço, em Lisboa feito por Luis de Brito a Fernão Cardoso	1513-11-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 11, n.º 12	Instrumento de empraçamento de um quintal feito por Luís de Brito e sua mulher Joana de Ataíde a Violante Nunes, mulher de Luís Gonçalves, escudeiro de Luís de Brito	1514-04-04	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 11, n.º 11	Instrumento de empraçamento de um quintal feito por Luís de Brito e sua mulher Joana de Ataíde a Violante Nunes, mulher de Luís Gonçalves, escudeiro de Luís de Brito	1514-04-04	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 7 n.º 2	Livro dos morgadios que pertencem à capela de Santa Ana edificada na igreja de São Lourenço de Lisboa de que o senhor Luís de Brito é administrador	1514-1516	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

Relativa a disputa entre Luís de Brito, fidalgo da casa Real "do senhor rei meu irmão" e Eiria Pires, viúva de Afonso Anes, sobre uma terra do morgadio de Luís de Brito.	VNC, cx. 23, n.º 23	[Carta de sentença dada por D. Leonor, rainha de Portugal, irmã de D. Manuel I e dirigida a João de Brito, cavaleiro, juiz da vila de Alenquer]	1515	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 8, n.º 26	Consentimento de João Fogaça e Luís de Brito para ser feito um curral no limite de Aveiras	1515-05-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 3, n.º 54	Carta de emprazamento umas casas que tinham pertencido a Nuno Manuel, na Alcáçova do castelo [de São Jorge], na rua dos Panosinhos feita por Luís de Brito a Afonso Gonçalves, pedreiro	1515-11-21	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 16, n.º 13	Instrumento de aforamento de um casal em São João, termo de Sintra, feito por Luís de Brito e sua mulher D. Joana de Ataíde a Afonso Pires e sua mulher Inês Gil	1516-09-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 9, n.º 12	Instrumento de aforamento do Casal de Santa Bárbara, Grossinhos, Mafra, feito por Luís de Brito a João Álvares	1517-04-23	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 9, n.º 11	Instrumento de aforamento do Casal de Santa Bárbara, Grossinhos, Mafra, feito por Luís de Brito a João Álvares	1517-04-23	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 11, n.º 13	Instrumento de emprazamento de um casal chamado do Bretem (Bretão) feito por Luís de Brito a Afonso Pires	1519-09-19	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 6, n.º 23	Instrumento de nomeação, dote e obrigação de umas casas situadas na rua das Arcas, foreiras ao morgadio de Luís de Brito feita por Estêvão Godinho, carpinteiro, a Francisco Fernandes, correieiro, e sua mulher Margarida Godinha	1521-06-22	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 3, n.º 57	Carta de venda, de um quintal com uma laranjeira, na Alcáçova, freguesia de Santa Cruz	1521-09-23	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	ANTT, BACB, doc. 15	Carta de emprazamento em três vidas feita por Luís de Brito, fidalgo da Casa Real e administrador do morgadio de Mestre Pedro, da Capela de Santa Ana, a Beatriz Franca, de uma courela de vinha e oliveiras em Rio de Bom Nome, e de umas searas em Carnide	1521-06-05	Documento	Encontra-se no fundo BACB, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
	VNC, cx. 1, n.º 9	Instrumento de aforamento e renovação de umas casas pertencentes ao morgadio de Luís de Brito, situadas na Alcáçova de Lisboa, feito pelo por este e D. Joana, sua mulher, a Álvaro Martins, carpinteiro de casas	1521-10-21	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 1, n.º 10	Instrumento de aforamento e renovação de umas casas, situadas na Alcáçova de Lisboa [freguesia de Santa Cruz], pertencentes ao morgadio de Luís de Brito, feito por este e sua mulher D. Joana, a Álvaro Martins, carpinteiro de casas	1521-10-21	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	ANTT, BACB, doc. 16	Carta de venda de João Fernandes e Joana Fernandes, sua mulher, a Silvestre Pires de uma casa em Carnide, do morgadio de Mestre Pedro, da capela de Santa Ana, instituída na igreja de São Lourenço, em Lisboa, e consentimento de Luís de Brito, administrador do dito morgadio	1521-11-21	Documento	Encontra-se no fundo BACB, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
	VNC, cx. 3, n.º 62	Instrumento de renúncia, encapação e emprazamento, de duas casas térreas e três sobrados, na Alcáçova de Lisboa feita por Luís de Brito, fidalgo da casa do Rei e do seu conselho, a Álvaro Martins, carpinteiro	1521-11-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

	VNC, cx. 6, n.º 17	Carta de venda de umas casas situadas na rua das Arcas a João Martins, carpinteiro de tenda, feita por Estêvão Godinho, carpinteiro	1521-12-24	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 60, n.º 100	Sentença de D. João III a favor de Luís de Brito contra Henrique de Sá, alcaide-mor do Porto	1522-07-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	ANTT, BACB, doc. 17	Carta de empraçamento em três vidas feita por Luís de Brito, administrador do morgadio e Capela de Mestre Pedro, e Joana de Ataíde, sua mulher, a Fernando Eanes de um olival em Carnide, à Nossa Senhora da Luz, pertença do dito morgadio	1522-07-29	Documento	Encontra-se no fundo BACB, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
	VNC, cx. 11, n.º 14	Instrumento de empraçamento de um cerrado de ferragial grande, de sementeira de sete alqueires, feito por Luís de Brito, fidalgo da Casa Real e do seu conselho, António Anes, moedeiro e morador na Mouraria	1522-10-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	ANTT, BACB, doc. 18	Carta de empraçamento em três vidas feita por Luís Brito, administrador do morgadio de Mestre Pedro, a Diogo Gil de duas courelas em Carnide, à fonte de Nossa Senhora da Luz, pertença do dito morgadio	1522-11-14	Documento	Encontra-se no fundo BACB, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
	VNC, cx. 11, n.º 16	Instrumento de empraçamento umas azenhas com pomar e terras de pão acima de Bucelas, termo da cidade de Lisboa feito por Luís de Brito Nogueira, do Conselho Régio e por sua mulher Joana de Ataíde, ao licenciado Álvaro Esteves de Óbidos	1523-09-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 11, n.º 15	Instrumento de empraçamento de umas azenhas com pomar e terras de pão acima de Bucelas, termo da cidade de Lisboa, feito por Luís de Brito Nogueira, do Conselho Régio e por sua mulher Joana de Ataíde, a Álvaro Esteves de Óbidos, licenciado	1523-09-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
		Gomes Nogueira	1473	Subsecção	
	VNC, cx. 10, n.º 25	Carta de autoridade e sentença de empraçamento de uma casa junto à porta principal da igreja de São Lourenço feito por Mem de Brito, procurador de Gomes Nogueira, a Vicente Vasques	1473-10-22	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 5, n.º 33	Processo sobre uma bula de colação sobre a igreja de S. Martinho de Mozares feita a Gomes Nogueira	1473-06-04	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
		Brito Nogueira II		Secção	
		Estêvão de Brito ; Isabel da Costa	1528–1536	Subsecção	
	VNC, cx. 5, n.º 2	Traslado da carta de aforamento de um prazo no sítio do Comaro do Rodrigo, terra onde chamam o Boi Figueiró e outra na Junqueira feito por Estêvão de Brito Nogueira, fidalgo da Casa Real e D. Isabel, sua mulher, a Gonçalo Martins, lavrador, morador na Chilreira, termo de Sintra	1528-10-06	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 6, n.º 45	Instrumento de contrato, empraçamento e nomeação de umas casas na rua da ourivesaria feito por Estêvão de Brito a Diogo Afonso e sua mulher Leonor Lopes	1529-04-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 1, n.º 34	Confirmação do casamento de Estêvão de Brito com Isabel da Costa dada por Martinho, núncio de Clemente VII em Portugal	1529-05-01	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 6, n.º 48	Traslado autenticado de uma carta de venda de umas casas situadas na Jubetaria, feita por Diogo Lopes a Francisco Rodrigues, castelhano. As casas eram foreiras ao morgadio de Estêvão de Brito	1529-07-21	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 6, n.º 49	Traslado autenticado de uma carta de venda de umas casas situadas na Jubetaria, feita por Francisco Ramires e sua mulher Isabel Lainez a Francisco Rodrigues, ourives de ouro. As casas eram foreiras ao morgadio de Estêvão de Brito.	1529-10-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).



	VNC, cx. 11, n.º 20	Instrumento de contrato de inovação de empraçamento de uma vinha com herdade de pão entre a Ameixoeira e o Lumiar feito por Estêvão de Brito, fidalgo da Casa Real, e sua mulher D. Isabel, a Diogo Vaz, bacharel	1530-12-12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 3, n.º 40	Instrumento de novo empraçamento de um olival com seu chão e cerrado, ao Almocovardos Judeus feito por Estêvão de Brito a Catarina Fernandes, mulher que foi de Nuno Gonçalves	1530-12-12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 6, n.º 1	Instrumento de posse de umas casas [na rua das Arcas] feita por Estêvão de Brito, fidalgo da Casa Real, administrador da capela de Mestre Pedro	1532-06-05	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 6, n.º 15	Instrumento de contrato de renovação e empraçamento de umas casas na rua das Arcas, onde chamam o Pau Travesso feito por Estêvão de Brito a Fernando Afonso, pedreiro	1532-08-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	ANTT, BACB, doc. 21	Carta de venda feita por Ana Álvares a Francisco Fernandes Cordeiro de um prazo de três courelas de vinha, uma courela de pão e um rosal, em Benfica, pertencentes ao morgadio de Estêvão de Brito	1532-09-28	Documento	Encontra-se no fundo BACB, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
	VNC, cx. 6, n.º 18	Carta de venda de umas casas situadas na rua das Arcas a Luís Martins, carpinteiro, feita por Fernando Afonso e sua mulher Catarina Afonso. As casas eram foreiras ao morgadio de Estêvão de Brito.	1532-09-28	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 6, n.º 30	Carta de venda de umas casas situadas na rua das Arcas a Luís Martins, carpinteiro, feita por Fernando Afonso e sua mulher Catarina Afonso. As casas eram foreiras ao morgadio de Estêvão de Brito.	1532-09-28	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 11, n.º 22	Instrumento de empraçamento de umas casas na Rua da Achada, freguesia de São Cristóvão, com um quintal de árvores, feito por Estêvão de Brito e sua mulher D. Isabel a Beatriz de Alvelo, ama destes	1533-02-04	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	ANTT, BACB, doc. 22	Carta de inovação e empraçamento feita por Estêvão de Brito Nogueira e D. Isabel, sua mulher, enquanto administrador do morgadio e Capela de Santa Ana, situada na igreja de São Lourenço e instituída por Mestre Pedro a Lourenço Eanes, de um chão e casas em Carnide	1533-10-18	Documento	Encontra-se no fundo BACB, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
	VNC, cx. 6, n.º 43	Traslado autenticado de uma carta de venda, consentimento e nomeação de umas casas sobradadas com suas lojas na rua da Ourivesaria, aforadas a Leonor Lopes feita por Estêvão de Brito Nogueira a Gaspar Fernandes e sua mulher Isabel da Maia	1533-12-03	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 11, n.º 23	Instrumento de quitação de uns chãos e estalagens em Vale de Flores, a São Lourenço, que pertenciam às freiras do mosteiro do Rosário por D. Joana de Ataíde e que Estêvão de Brito lhes comprou por 140 000 réis	1534-10-26	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
Não foi possível consultar; necessário confirmar a data	VNC, cx. 11, n.º 21	Traslado autenticado de um instrumento de empraçamento do casal dos Cavaleiros feito por Estêvão de Brito Nogueira e sua mulher D. Isabel a Lourenço Anes, lavrador, morador na freguesia de Via Longa	1536-01-25	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
		Estêvão de Brito	1524-1528	Subsecção	
	VNC, cx. 11, n.º 17	Instrumento de aforamento e renúnciação de umas casas com quintal, no Lumiar, feito por Estêvão de Brito a Francisco Gonçalves, criado do governador D. Álvaro de Castro	1524-03-17	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 11, n.º 18	Instrumento de aforamento e renúncia de umas casas com quintal, no Lumiar, feito por Estêvão de Brito a Francisco Gonçalves, criado de D. Álvaro de Castro	1524-03-17	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 11, n.º 19	Instrumento de empraçamento de dois pardieiros a São Lourenço feito por Estêvão de Brito, fidalgo da Casa Real, a Gonçalo Lopes, carpinteiro	1526-08-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

	ANTT, <i>BACB</i> , doc. 19	Carta de empraçamento em três vidas feita por Estêvão de Brito a António Rodrigues de dois pardieiros, em Carnide	1526-08-14	Documento	Encontra-se no fundo BACB, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
	VNC, cx. 1, n.º 35	Instrumento de aforamento de um casal na aldeia de Ribamar do Fundo, termo de Mafra, três courelas pertencentes ao dito casal e mais uma courela situada na Cabeça Gatenha, feito por Estêvão de Brito a Fernando Eanes	1527-03-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	ANTT, <i>BACB</i> , doc. 20	Carta de encampação feita por Bartolomeu Afonso Piloto e empraçamento a João Alves Nogueira de uma vinha e oliveiras de Estêvão de Brito em Carnide	1527-09-06	Documento	Encontra-se no fundo BACB, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
	VNC, cx. 1, n.º 14	Instrumento de contrato de aforamento, de umas casas com seus quintais na Alcáçova de Lisboa, do morgadio de São Lourenço, feito por Estêvão de Brito a Álvaro Pais, escudeiro da Casa Real, e sua mulher Inês Fernandes, moradores na Alcáçova	1527-10-23	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
Está junto à posse que tomou seu pai Luís de Brito	VNC, cx. 8, n.º 23	Instrumento de posse do lugar de Aveiras de Baixo por Estêvão de Brito, na sequência da morte de seu pai	1528-06-03	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 3, n.º 63	Instrumento de aforamento, em vida de três pessoas, de umas casas terreas e sobrados, na Alcáçova de Lisboa, na rua que vai do Santo Espírito para Santa Cruz feita por Estêvão de Brito, fidalgo da casa do Rei e administrador do morgadio da capela de Santa Ana, a Álvaro Pais, cavaleiro da casa do rei	1528-08-06	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
		Isabel da Costa	1537-1542	Subsecção	
Não foi possível consultar ainda e há possivelmente um erro na datação ou no sumário apresentado no DigitArq	VNC, cx. 11, n.º 24	Escritura de empraçamento de um pedaço de chão em Vale de Flores por trás da igreja de São Lourenço feito pelos padres da dita igreja a <u>D. Isabel viúva de Estêvão de Brito (?)</u>	<u>1535-02-10 (?)</u>	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	ANTT, <i>BACB</i> , doc. 23	Carta de empraçamento em três vidas feita por D. Isabel, viúva de Estêvão de Brito Nogueira, enquanto tutora de seu filho Lourenço de Brito Nogueira, a Martim Álvares de um pardieiro em Carnide	1537-09-05	Documento	Encontra-se no fundo BACB, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
	VNC, cx. 6, n.º 11	Instrumento de empraçamento de casas no beco de Vila Franca ao pé da calçada de São Francisco feito por D. Isabel, mulher de Estêvão de Brito Nogueira, a Barbara Pais, mulher de Gonçalo Lobato. Refere Lourenço de Brito Nogueira, filho de D. Isabel, como legítimo sucessor e administrador do morgadio e capela de Santa Ana instituída na igreja de São Lourenço.	1537-11-28	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 3, n.º 59	Instrumento de nomeação de posse de de um quintal na Alcáçova, feita por Nicolau Nunes, bacharel, e de sua mulher Helena Neiva, a Francisca Fernandes, mulher de Pero Gonçalves	1538-05-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
Não foi possível consultar ainda e há um erro no sumário no DigitArq do ANTT	VNC, cx. 49, n.º 29	Instrumento de empraçamento de um prazo a D. Lourenço de Brito Nogueira e sua mulher <u>D. Isabel (?)</u>	1540	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
		Brito Nogueira III		Secção	
		Lourenço de Brito Nogueira ; Antónia da Silva	[ca. 1542]–1566	Subsecção	
	VNC, cx. 7 n.º 1	[Catálogo do cartório da Casa]	[ca. 1542]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 3, n.º 55	[Instrumento de encapação, renúncia e novo empraçamento de umas casas na Alcáçova, na rua dos Panosinhos, pertencentes ao morgadio e capela de Santa Ana, situada na igreja de S. Lourenço de Lisboa, feita por Lourenço de Brito e sua mulher Antónia da Silva, a Gaspar de Leão, cavaleiro da ordem de Santiago, e sua mulher Joana Cardoso]	1547-06-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 3, n.º 56	[Instrumento de encapação, renúncia e novo empraçamento, de umas casas na Alcáçova, pertencentes ao morgadio e capela de Santa Ana, situada na igreja de S. Lourenço de Lisboa, feito por Lourenço de Brito e sua mulher Antónia da Silva, a Gaspar de Leão, cavaleiro da ordem de Santiago, e a sua mulher Joana Cardoso]	1547-06-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 4, n.º 7	[Instrumento de obrigação, fiança e anexação de propriedades ao morgadio de São Lourenço]	1550-06-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

Não foi possível consultar o documento; necessário confirmar data	VNC, cx. 3, n.º 6	Instrumento de trespasse de uma quinta no Ribatejo chamada de Amora Velha, no termo de Almada feito por João da Silva, do Conselho régio e regedor, a Lourenço de Brito Nogueira e a sua mulher Antónia da Silva	1550-10-20	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	Coleção Augusto-Pedro Lopes Cardoso, n.º 264	[Instrumento de empraçamento de umas terras na Ribeira da Sapataria, pertencentes ao morgadio de Santo Estêvão de Beja, feito por Lourenço de Brito Nogueira e por sua mulher, Antónia da Silva, a André Soeiro]	1559-11-24	Documento	Pertence à Coleção Augusto-Pedro Lopes Cardoso e foi adquirido num alfarrabista.
	VNC, cx. 9, n.º 35	Carta de sentença passada por D. Sebastião entre partes Lourenço de Brito e Rui Lopes sobre umas casas no termo de Sintra	1561	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 5, n.º 18	Instrumento de empraçamento do casal da Chilreira, feito por Gaspar de Azevedo, criado e procurador de Lourenço de Brito Nogueira, do conselho do rei, e de sua mulher D. Antónia da Silva a João Álvares, lavrador, morador na Chilreira, freguesia de São João das Lampas, termo de Sintra, que eram casas dos morgadios de Lourenço de Brito	1566-02-22	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
		Brito Nogueira V	1575-1580	Secção	
		Luís de Brito Nogueira II ; Inês de Lima	1575-1579	Subsecção	
	ADB, VVNC, n.º 45 ou ADB/ I-22-C-1-2-45	[Alvará de filhamento de moço fidalgo acrescentado a escudeiro com com 2 000 reais de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia, concedido a Luís de Brito]	1575-02-01	Documento	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, deu-se a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a cisão das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.
	ADB, VVNC, n.º 59 ou ADB, VVNC, I-22-C-1-2-59, f. 12-15	[Minuta de petição de Luís de Brito dirigida ao rei para que tivesse em conta a antiguidade da Casa dos visconde de Vila Nova de Cerveira, os serviços que ele prestou aos reis e os investimentos que fez e que permitisse que sucedesse a seu sogro na Casa dos visconde]	[ca. 1578-1579]	Documento	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, deu-se a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a cisão das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.
	VNC, cx. 45, n.º 92	[Certidão passada pelo provedor e oficiais da Casa da Índia e Mina, a requerimento de Luís de Brito, de como são devidos a D. Francisco de Lima, Visconde de Vila Nova de Cerveira, 360 000 réis]	1578-03-03	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	ADB, VVNC, n.º 59 ou ADB, VVNC, I-22-C-1-2-59, f. 16-17	[Certidão passada por Sebastião Dias dos assentamentos de Luís de Brito como moço fidalgo e como escudeiro no Livro das Doações e Mercês do rei D. Sebastião]	1579-04-28	Documento	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, deu-se a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a cisão das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.
		Luís de Brito Nogueira II	1579-1586	Subsecção	
	VNC, cx. 8, n.º 4	[Carta de arrematação de uma vinha em Santarém feita por Duarte Rodrigues, procurador de Luís de Brito, administrador do morgadio de Gaião, que possuía Beatriz Gomes, viúva de Manuel Alves, alfaiate e respetivo instrumento de posse]	1579-11-14 - 1579-11-26	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	ADB, VVNC, n.º 59 ou ADB, VVNC, I-22-C-1-2-59, f. 24-25	[Minuta de petição de Luís de Brito dirigida a D. Filipe I na qual lhe solicita que sejam confirmados a seu filho D. Lourenço de Brito Nogueira todos os bens da Coroa que vagaram por morte do visconde D. Francisco de Lima]	[1580-1586]	Documento	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, deu-se a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a cisão das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.
	VNC, cx. 15 n.º 1, f. 93r.-94v	[Certidão que confirma a autenticidade das confirmações dos padroados das igrejas feitas pelo arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, passada pelo vigário-geral da arquidiocese, a pedido de Luís de Brito, administrador de seu filho Lourenço de Brito]	1580-06-10	Documento	Esta certidão está inserta no " Livro das doações dos padroados de igrejas da comarca de Valença, concelhos de Coura e Valdevez, feitas a D. Francisco de Lima e sucessores".
		Não identificado	[post. 1578?]	Subsecção	

	VNC, n.º 2	Tombo em que se contem todas as propriedades, rendas, foros, privilégios, bulas e alvarás dos morgadios de Santa Ana e de São Lourenço de Lisboa, Gaião e Santo Estêvão de Beja	[post. 1578 ?]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
		LIMA BRITO NOGUEIRA II	1580–1649	Secção	
		Lourenço de Lima Brito e Nogueira; Luísa de Távora	1586–1615	Subsecção	
	VNC, cx. 53, n.º 91	Padrão de tença em vida a D. Luísa de Alcáçova, mulher do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima e Brito	1586-02-03	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 63, n.º 1	[Livro de escrituras de emprazamento]	1588-1694	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 11, n.º 31	[Traslado autenticado de um instrumento de renúnciação do emprazamento de umas casas, pertencentes ao morgadio de Lourenço de Brito Nogueira, feito por Gonçalo Pereira e sua mulher Susana de Calvos e emprazamento das mesmas a António Fernandes, criado do infante D. Luís]	1592-11-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 12, n.º 3	Carta de mercê da capitania de Vila Nova de Cerveira, dada por D. Filipe I a D. Lourenço de Lima de Brito	1591-09-14	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 9, n.º 43	Carta de sentença em que são partes como autor o Visconde de Vila Nova de Cerveira e réus Sebastião Antunes e sua mulher, moradores no casal do Sacário	1593-06-25	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 32, n.º 36	Carta de partilhas dos bens de D. Pêro de Alcáçova Carneiro, Conde de Idanha pelos seus bisnetos D. Lourenço de Lima de Brito Nogueira, visconde de Vila Nova de Cerveira, e sua irmã D. Beatriz de Lima	1596-02-17	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 14, n.º 8	Auto de juramento de Gonçalo Gomes do ofício de escrivão da Ouvidoria do Visconde D. Lourenço de Lima de Brito	1596-03-11	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 5, n.º 39	Traslado do emprazamento do casal do Ursal, freguesia de Nossa Senhora do Porto, termo de Cheleiros, Sintra, feito por Estêvão Curado, procurador dos visconde de Vila Nova de Cerveira, a Domingos Antunes	1597-10-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 39, n.º 42	Instrumento de emprazamento em vida de três pessoas do casal do Ursal, do morgadio de Santa Ana, feito por Estêvão Curado, fidalgo da casa real, procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira e da viscondesa, D. Luísa de Távora, a Dinis Antunes, lavrador	1597-10-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	ADB, VVNC, n.º 41	[Certidão da notificação feita ao filho de Sebastiana de Sousa pelo tabelião Pedro de Sequeira, realizada a pedido do visconde de Vila Nova de Cerveira]	1600-03-08	Documento	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, deu-se a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a cisão das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.
	VNC, cx. 53, n.º 93	[Carta de Filipe II na qual concede padrão de tença a D. Luísa de Távora em cumprimento de alvarás de lembrança dados a sua avó, D. Catarina de Távora]	1600-07-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 34, n.º 9	Carta de venda de casas na Rua das Farinhas, em Lisboa, feita por Antónia de Matos por si e como procuradora de sua filha Filipa de Matos, moradoras em Serpa, ao desembargador Melchior [Belchior] Pimenta	1602-09-16	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

	VNC, cx. 12, n.º 13	Auto contra Gaspar Feixo, monteiro do Visconde de Vila Nova de Cerveira, por abuso de autoridade	1603-05-24	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	ADB, VVNC, n.º 59, fl. 18-19	Certidão de Marçal da Costa das entradas registadas no Livro do Registo das mercês do rei D. Filipe I relativas a D. Lourenço de Lima de Brito, visconde de Vila Nova de Cerveira, filho de Luís de Brito	1604-02-27	Documento	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, deu-se a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a cisão das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.
	ADB, VVNC, n.º 59, fl. 20-21	Memória dos papéis que estavam dentro na petição	[ca. 1604 ?]	Documento	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, deu-se a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a cisão das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.
	ADB, VVNC, n.º 59, fl. 22-23	Petição em nome do senhor Visconde D. Lourenço que relata os serviços dos senhores seus predecessores	[ca. 1604 ?]	Documento	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, deu-se a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a cisão das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.
	VNC, cx. 32, n.º 32	Certidão passada pelo escrivão Baltazar Fernandes, da carta das partilhas feitas entre o Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima de Brito Nogueira e sua irmã D. Beatriz de Lima	1606-09-08	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 18	"Instrumento de renúnciação de herança, desistência e aceitação" feito pelas religiosas, em nome das freiras D. Inês e D. Brites de Távora filhas dos visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima de Brito Nogueira e D. Luísa de Távora, e o licenciado Manuel Vaz Messejana, advogado da Casa da Suplicação como procurador dos ditos visconde, da legítima que lhes cabia por morte destes	1607-03-26	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 16, n.º 4	[Certidão autenticada de um traslado de um aforamento de um casal na Carrasqueira feito por Luís de Brito a Fernando Eanes]	1608-05-31	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 16, n.º 6	Lembrete que refere o aforamento do casal da Carrasqueira feito a Silvestre Pires	[1609]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 19	"Instrumento de quitação" passado por D. Brites de Lima, freira no convento da Rosa, a seu irmão, o Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima Nogueira, da parte que lhe ficou por morte de seus pais e avô	1609-02-21	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 5	"Doação que faz D. Brites de Lima filha do Visconde Luís de Brito Nogueira de 20\$000 dos direitos reais da Casa da Alfândega a seu irmão Lourenço de Brito"	1609-02-21	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 11, n.º 35	Tombo dos morgadios do Visconde de Vila Nova de Cerveira e bens da Coroa	1609-07-08-1609-07-28	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 6, n.º 2	Auto de requerimento de procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira contra Martim de Castro do Rio, foreiro nos seus morgadios para mostrar os titulos afim de se fazer tomo dos mesmos	1609-07-15	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 5, n.º 46	Traslado de um instrumento de venda de um chão na Alcáçova do castelo de Lisboa feita por Margarida Pais a António Pires, ladrilhador	1609-07-23	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 42, n.º 14	"Feito do Visconde de Vila Nova de Cerveira e da viscondesa sua mulher, autores, contra António de Azevedo e sua mulher, réus"	1610	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 1, n.º 13	Auto de posse das casas que foram de Luís Carneiro, situadas na rua dos Panozinhos, e que por sua morte tomou Pantaleão da Silva como procurador do visconde de Vila Nova de Cerveira	1610-03-15	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 5, n.º 4	Sentença passada pelo juiz dos tombos dos bens dos morgadios instituídos por Mestre Pedro Nogueira na capela da invocação de Santa Ana, na igreja de São Lourenço de Lisboa nos autos em que são autores os visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima de Brito Nogueira e sua mulher, administradores dos morgadios, por seu procurador dos autores Pantaleão da Silva e réus Afonso Alves e sua mulher réus moradores em Belas	1610-05-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 44, n.º 55	Autos cíveis de petição de João Trigueiros para renovação de um prazo foreiro ao morgadio do Visconde de Vila Nova de Cerveira	1610-07-22	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 22, n.º 6	Certidão passada pelo Dr. Luís Pereira, fidalgo da Casa real e do Conselho da Fazenda, juiz das Justificações do Reino, a pedido do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Brito Nogueira, confirmando nele a concessão de 4000 cruzados	1610-10-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 60, n.º 43	Certidão de uma execução feita a Cristóvão Lourenço por uma fiança que fez pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira	1610-11-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 14, n.º 3	[Cópia não autenticada de uma certidão da carta de mercê do título de visconde de Vila Nova de Cerveira, dado por D. Filipe II a D. Lourenço de Lima de Brito]	1611-01-05	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 22	Quitação, de D. Maria de Noronha, do pagamento feito pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira, da venda de umas casas, na freguesia da Trindade, que herdara com seus filhos do 1.º Conde de Idanha-a-Nova	1611-03-08	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
ANTT, BACB, doc. 24	Auto de apresentação de uma petição de Maria da Fonseca ao visconde de Vila Nova de Cerveira para que lhe renovasse o emprazamento de umas casas térreas na rua dos Mercadores, em Carnide	1611-11-04	Documento	Encontra-se no fundo BACB, que pertenceu ao 2.º barão do Sobral e foi adquirido por leilão em 1980.
VNC, cx. 39, n.º 17	Medição e tomo do Moinho do Mato, junto da Ribeira de Entre os Matos, Mafra, do morgadio do Visconde de Vila Nova de Cerveira	1611-12-16	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 2, n.º 28	Medição do casal do Murganhal, termo da vila de Sintra	1611-12-17	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 16, n.º 3	Medição do casal da Carrasqueira de Baixo, termo de Mafra	1611-12-20	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

	VNC, cx. 5, n.º 22	Medição do casal das Covas de São João, temo de Sintra, do morgadio de Santa Ana	1612	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 29, n.º 11	Mandado, não assinado, de Martim Pereira da Silva, juiz do tombo do morgadio do Visconde de Vila Nova de Cerveira	1612	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 16, n.º 2	Emprazamento do casal da Carrasqueira feito por Pantaleão da Silva a Silvestre Pires	[1612]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 34, n.º 66	Apresentação de uma petição de Diogo de Castro	1612	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 34, n.º 65	Auto de petição de Diogo de Castro	1612	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 34, n.º 64	Auto de petição do Visconde de Vila Nova de Cerveira	1612	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 1, n.º 36	Medição do casal de Ribamar de Baixo, termo de Mafra, feita a requerimento de Pantaleão da Silva, procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira	1612-01-25	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 1, n.º 37	Medição do casal de Ribamar de Baixo, termo de Mafra	1612-01-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 37, n.º 24	Medição de umas casas térreas e um chão da vila de Mafra	1612-01-31	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 9, n.º 15	"Medição e diligências que se fez do Casal dos Grossinhos termo da vila de Mafra a que chamam Santa Barbara"	1612-02-04	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 9, n.º 16	"Requerimento de Pantaleão da Silva procurador do Visconde sobre a declaração que fez Inês Álvares, viúva sobre o Casal de Santa Bárbara"	1612-02-06	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 39, n.º 39	"Medição do casal do Ursal, termo da vila de Cheleiros"	1612-02-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 39, n.º 43	"Medição e diligências que se fizeram do casal do Ursal termo da vila de Mafra aliás da vila de Cheleiros"	1612-02-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 5, n.º 18	Certidão da medição do casal de Chilreia, freguesia de São João das Lampas, termo de Sintra, feita pelo Licenciado Martim Pereira, juiz dos tombos, medição e demarcação dos morgadios do Visconde de Vila Nova de Cerveira	1612-02-20	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 39, n.º 41	Carta de medição e demarcação do casal do Ursal, termo de Cheleiros, feita por Martim Pereira da Silva, juiz dos tombos dos morgadios do Visconde de Vila Nova de Cerveira e dos bens da coroa de que é donatário o Visconde	1612-02-20	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

	VNC, cx. 2, n.º 24	"Medição do casal das Mastronças termo da vila de Sintra"	1612-03-28	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 39, n.º 44	"Inquirição do Visconde de Vila Nova de Cerveira autor contra Francisco de Barros, Pero Lourenço e Pero Luís réus"	1612-03-28	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 9, n.º 44	Medição do Casal do Sacário	1612-04-06	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 2, n.º 32	"Medição do casal de Nafarros termo da vila de Sintra"	1612-04-06	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 2, n.º 34	Medição do casal de Nafarros de que é foreiro António Álvares	1612-04-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 2, n.º 17	"Medição do casal do Carrascal termo da vila de Sintra de que é foreiro Vicente Esteves"	1612-04-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 1, n.º 62	[Traslado em pública-forma de um instrumento de aforamento de propriedade em A-do-Coelheiro feito a João de Melida e sua mulher Maria Estêves por Rui Nogueira, alcaide-mor de Lisboa]	1612-05-19	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 44, n.º 53	"Medição dos pomares que traz de emprazamento Miguel Rodrigues morador no termo de Colares"	1612-05-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 5, n.º 7	Medição de casas na praça da vila de Sintra, pertencentes ao morgadio de Santa Ana, instituído na igreja de São Lourenço de Lisboa, foreiras a João Antunes, morador nesta vila	1612-06-01	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 60, n.º 46	Traslado de um instrumento de emprazamento feito por Isabel da Costa, mulher de Estêvão de Brito Nogueira	1612-08-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 5, n.º 40	Traslado do instrumento de emprazamento do casal dos Junqueiros, termo de Mafra, feito pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima a João Pires, lavrador, morador no Paço de Ilhas	1612-10-17	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	BA, 51-V-55	Do Senhor Visconde. Lembrança dos criados que serviram a sua Casa	1614	Documento	Pertenceu ao arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, dando depois entrada na livraria do conde de Redondo e finalmente na livraria real. Encontra-se na Biblioteca da Ajuda. [Vd. Subcap. 5.3 da tese]
	VNC, cx. 49, n.º 17	Traslado da medição de um prazo pertencente ao morgadio de Santa Ana	1614	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 6, n.º 14	Termo de confissão e reconhecimento de Sebastião de Padilha e sua mulher Filipa de Souro de como possuem umas casa de dois sobrados situadas às Fangas da Farinha	1614-09-05	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).



	VNC, cx. 21, n.º 88	Lembrança das dívidas que devo as quais não estão no rol do visconde	1615-02-25	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 21, n.º 87, f.1-3	[Cédula de testamento de D. Luísa de Távora e respetivo instrumento de aprovação]	1605-03-13, 1615-03-13 (?)	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
Série ainda não organizada e descrita	BA (vd. Apêndice A.2)	Correspondência	vd. Apêndice A.2	Série	Uma parte significativa da correspondência mapeada, que pertenceu ao arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, terá dado entrada na livraria do conde de Redondo nos inícios do século XVIII, integrando, mais tarde, a livraria real. Encontra-se na Biblioteca da Ajuda. [Vd. Subcap. 5.3 da tese]
		Lourenço de Lima Brito e Nogueira	1580–1649	Subsecção	
	VNC, cx. 53, n.º 134	[Certidão do alvará de mercê, concedida pelo rei ao filho de Luís de Brito, para que sucedesse seu avô, D. Francisco de Lima, nos bens da Coroa e no título que este possuía]	1580-08(?) -31	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 14, n.º 31	Carta de padrão de 40.000 réis de tença de juro e herdade dada por D. Filipe I a D. Lourenço de Brito de Lima os quais lhe pertenciam por falecimento de sua mãe	1582-11-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 12, n.º 6	Carta de mercê das terras e lugares de Fraião, Coura, São Martinho, Santo Estêvão, Geraz, Valdevez, e da casa de Giela, dada por D. Filipe I a D. Lourenço de Lima de Brito, com apostila	1583-10-01, 1591-09-14	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 21, n.º 87, f. 3v-4r	[Instrumento de abertura do testamento de Luísa de Távora, viscondessa de Vila Nova de Cerveira]	1615-03-20	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 3, n.º 19	Auto de testemunhas, elaborado por Martim Pereira da Silva, juiz dos tombos dos morgadios do Visconde de Vila Nova de Cerveira acerca da antiguidade e demarcação de um rossio em Cheiraventos, termo da vila de Almada	1615-08-03	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 45	"Instrumento de ratificação de dote" feito pelas religiosas, em nome das freiras D. Inês de Távora e D. Brites de Távora, filhas dos visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima de Brito Nogueira e D. Luísa de Távora, freiras no dito mosteiro	1619-01-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 32, n.º 35	"Instrumento de ratificação de dote" feito entre as freiras do mosteiro de Nossa Senhora do Rosário, D. Inês de Távora e D. Beatriz de Távora, filhas dos visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima de Brito Nogueira e de D. Luísa de Távora	1619-01-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 26	"Instrumento de obrigação" feito entre as religiosas do mosteiro de Nossa Senhora do Rosário e Bartolomeu Pacheco de Sande como procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima de Brito Nogueira e de Álvaro Pires de Távora e D. Maria de Lima, genro e filha do Visconde, para as filhas e irmã, D. Beatriz de Távora, D. Luísa de Távora e D. Beatriz de Lima, professarem neste mosteiro	1619-01-21	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 23	Traslado autenticado do "Instrumento de renúnciação de herança, desistência e aceitação" feito pelas religiosas do congregadas em cabido, chamadas para ele por som de campa tangida, das grades do lucatório para dentro, em nome de D. Inês e D. Luísa de Távora, filhas dos os visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima de Brito Nogueira e D. Luísa de Távora e das grades para fora o licenciado Manuel Vaz Messejana, advogado da Casa da Suplicação como procurador dos visconde	1619-01-24	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 22, n.º 24	Traslado do "Instrumento de contrato de dote, obrigação e aceitação" feito pelas religiosas e pelo licenciado Manuel Vas Messejana, advogado da Casa da Suplicação, como procurador de D. Lourenço de Lima de Brito Nogueira, Visconde de Vila Nova de Cerveira, sobre o dote de D. Brites de Távora, D. Luísa de Távora e D. Brites de Lima, filhas e irmã do Visconde, para professarem neste mosteiro	1619-01-24	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 52, n.º 89	Breve do Papa Paulo V dirigido a Lourenço de Lima de Brito sobre a nomeação da priorisa do Mosteiro "beata Maria da Rosa da cidade de Lisboa da Ordem de Santo Agostinho"	1619-08-30	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 52, n.º 79	Cópia de um breve dirigido a Lourenço de Lima de Brito Nogueira sobre a nomeação da priorisa do mosteiro "beata Maria da Rosa da cidade de Lisboa da Ordem de Santo Agostinho"	1619-09-30	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 59, n.º 98	Carta do Visconde de Vila Nova de Cerveira dirigida a Pedro de Carvalho na qual é referida venda de milho	1619-12-25	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 30, n.º 48	Lembrança de minhas dívidas que ordenei a 21 de Fevereiro de 620 anos	[1620]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 22, n.º 34	"Instrumento de renúnciação e cessão e trespassação" feita por D. António de Lima, filho dos visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima e D. Luísa de Távora, quando professou na Ordem de São Domingos	1620-03-23	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 22, n.º 25	Traslado do "instrumento de obrigação" feito entre as religiosas do mosteiro de Nossa Senhora do Rosário e Bartolomeu Pacheco de Sande como procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima de Brito Nogueira, e de Álvaro Pires de Távora e D. Maria de Lima, genro e filha do visconde, para as filhas e irmã, D. Brites de Távora, D. Luísa de Távora e D. Brites de Lima, professarem neste mosteiro	1621-07-20	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 22, n.º 27	Traslado do "instrumento de dote" feito pelas religiosas do mosteiro de Nossa Senhora do Rosário, para as filhas e irmã do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima de Brito Nogueira, D. Brites de Távora, D. Luísa de Távora e D. Brites de Lima, professarem neste mosteiro	1621-07-20	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 14, n.º 4	Traslado da carta de mercê do título de Visconde de Vila Nova de Cerveira, dado por D. Filipe II a D. Lourenço de Lima de Brito, passada a requerimento do mesmo	1622-11-16	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 11, n.º 25	Carta de mercê de privilégio dada por D. Filipe III a D. Lourenço de Lima de Brito, Visconde de Vila Nova de Cerveira	1623-12-15	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
ADB, VVNC, n.º 35	[Carta de sentença de D. Filipe III ao corregedor da comarca de Viana da Foz do Lima, Estevão de Leitão de Meireles, sobre um conflito relativo ao preço a pagar pelas carnes na vila de Arcos de Valdevez que opunha o visconde de Vila Nova de Cerveira ao referido corregedor]	1624-03-26	Documento	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, deu-se a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a cisão das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.
VNC, cx. 21, n.º 67	Recibo, assinado pelo Conde dos Arcos, do pagamento feito pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira	1625-02-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 22, n.º 46	"Instrumento de contrato de dote, obrigação e aceitação" feito pelas religiosas do convento da Rosa e por Fernão de Alves de Castro, como procurador de D. Lourenço de Lima de Brito Nogueira, Visconde de Vila Nova de Cerveira, sobre o dote de D. Antónia de Távora, filha do Visconde, para professar no mosteiro	1625-05-05	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 29, n.º 37	Auto de requerimento feito ao tutor de Manuel Neves a requerimento do procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira, para apresentar o título de umas casas em Lisboa foreiras aos morgadios do Visconde	1626-07-06	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 6, n.º 24	Auto de requerimento do procurador do Visconde contra António Dias, caixeiro, e medição de uma morada de casas que o dito António Dias possui na rua das Arcas	1626-07-06	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 6, n.º 28	Traslado de um instrumento de novo empraçamento desistência e obrigação de umas casas com loja e dois sobrados Casas na rua das Arcas, que possuía Simoa Francisca, feito por Estêvão de Brito, procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira	1626-07-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 6, n.º 38	Confirmação feita por [Luís Diogo] de Araújo, ourives de prata, e sua mulher Maria Nobre da posse de duas moradas de casas sobradadas, na rua dos Ourives de Prata, foreiras ao morgadio de Santa Ana, de que é administrador o Visconde de Vila Nova de Cerveira	1626-07-15	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
Arquivo da Casa da Cêpa, sem cota	[Instrumento de venda de umas bouças de Gandara de Giela feita por André Rodrigues ao visconde de Vila Nova de Cerveira]	1627-01-24	Documento	O documento encontra-se no Arquivo da Casa da Cêpa. Pertenceu ao arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima. Com a abolição dos direitos senhoriais, os foros, quinta e Paço de Giela, com as propriedades anexas, foram vendidos, pelo último marquês de Ponte de Lima, a 15 de janeiro de 1868, a Narciso Marçal Durães Faria, morador na Casa da Cêpa (Arcos de Valdevez), para pagar uma dívida à firma Francisco de Sá & Irmãos. Com as propriedades foram entregues vários documentos, sendo que uma parte, ou a totalidade, está na posse dos proprietários da Casa da Cêpa, descendentes de Narciso Faria.
Arquivo da Casa da Cêpa, sem cota	[Procuração dada pelo visconde de Vila Nova de Cerveira a Francisco da Costa]	1627-11-03	Documento	O documento encontra-se no Arquivo da Casa da Cêpa. Pertenceu ao arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima. Com a abolição dos direitos senhoriais, os foros, quinta e Paço de Giela, com as propriedades anexas, foram vendidos, pelo último marquês de Ponte de Lima, a 15 de janeiro de 1868, a Narciso Marçal Durães Faria, morador na Casa da Cêpa (Arcos de Valdevez), para pagar uma dívida à firma Francisco de Sá & Irmãos. Com as propriedades foram entregues vários documentos, sendo que uma parte, ou a totalidade, está na posse dos proprietários da Casa da Cêpa, descendentes de Narciso Faria.
VNC, cx. 13, n.º 15	Traslado autenticado da carta de confirmação do padroado da igreja de Vila Nova de Cerveira dada por D. Filipe III a D. Lourenço de Lima de Brito, Visconde da dita vila	1628-08-14	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 54, n.º 86	Carta de confirmação de título dada ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima de Brito	1628-09-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 59, n.º 97	Rol das dívidas do Visconde de Vila Nova de Cerveira do ano de 1630	1630	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 16, n.º 76	Apontamentos relacionados com o provimento de vestuário, cavalos e objetos necessários a um mestre de campanha	1630-03-11	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 22, n.º 17	Traslado do "Instrumento de renúnciação, cessão e trespassação" feita por D. António de Lima, filho dos visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima e D. Luísa de Távora, quando professor na Ordem de São Domingos	1630-07-17	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 54, n.º 85	Carta de confirmação de título dada ao Visconde de Vila Nova de Cerveira D. Lourenço de Lima de Brito	1630-10-12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
Arquivo da Casa da Cêpa, sem cota	[Carta de venda de pipas de vinho tinto feita pelo Pero João de Giela]	1631-05-11	Documento	O documento encontra-se no Arquivo da Casa da Cêpa. Pertenceu ao arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima. Com a abolição dos direitos senhoriais, os foros, quinta e Paço de Giela, com as propriedades anexas, foram vendidos, pelo último marquês de Ponte de Lima, a 15 de janeiro de 1868, a Narciso Marçal Durães Faria, morador na Casa da Cêpa (Arcos de Valdevez), para pagar uma dívida à firma Francisco de Sá & Irmãos. Com as propriedades foram entregues vários documentos, sendo que uma parte, ou a totalidade, está na posse dos proprietários da Casa da Cêpa, descendentes de Narciso Faria.
VNC, cx. 16, n.º 10	Livro de receita e despesa e de registo de róis de bens	1629 a 1631	Documento	Estaria no arquivo que os Viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois Marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa, que desapareceu e foi, mais tarde, recuperado, por compra, por um descendente da família.
VNC, cx. 54, n.º 32	Relação das contas do Visconde e do que se deve em Madrid	1632	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

	Arquivo da Casa da Cêpa, sem cota	[Carta de venda de foro de trigo e pensão dos frutos e rendimentos de seus campos feita por Pero João Aranha e sua mulher Clara Fernandes a João de Lima Melo, abade da vila dos Arcos]	1632-05-05	Documento	O documento encontra-se no Arquivo da Casa da Cêpa. Pertenceu ao arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima. Com a abolição dos direitos senhoriais, os foros, quinta e Paço de Giela, com as propriedades anexas, foram vendidos, pelo último marquês de Ponte de Lima, a 15 de janeiro de 1868, a Narciso Marçal Durães Faria, morador na Casa da Cêpa (Arcos de Valdevez), para pagar uma dívida à firma Francisco de Sá & Irmãos. Com as propriedades foram entregues vários documentos, sendo que uma parte, ou a totalidade, está na posse dos proprietários da Casa da Cêpa, descendentes de Narciso Faria.
	Arquivo da Casa da Cêpa, sem cota	[Carta de venda feita por Pedro João]	1634-09-18	Documento	O documento encontra-se no Arquivo da Casa da Cêpa. Pertenceu ao arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima. Com a abolição dos direitos senhoriais, os foros, quinta e Paço de Giela, com as propriedades anexas, foram vendidos, pelo último marquês de Ponte de Lima, a 15 de janeiro de 1868, a Narciso Marçal Durães Faria, morador na Casa da Cêpa (Arcos de Valdevez), para pagar uma dívida à firma Francisco de Sá & Irmãos. Com as propriedades foram entregues vários documentos, sendo que uma parte, ou a totalidade, está na posse dos proprietários da Casa da Cêpa, descendentes de Narciso Faria.
	VNC, cx. 13, n.º 16	Traslado não autenticado da carta de confirmação das terras dos visconde de Vila Nova de Cerveira, dada por D. Filipe III a requerimento de D. Lourenço de Lima e Brito	1634-03-31	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 14, n.º 24	Traslado autenticado da carta de confirmação da mercê da capitania-mor de Vila Nova de Cerveira dada por D. Filipe III a D. Lourenço de Lima de Brito	1634-03-31	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 14, n.º 23	Traslado autenticado da carta de confirmação de D. Filipe III dada a D. Lourenço de Lima de Brito para que o mesmo e seus descendentes e sucessores na sua casa, usarem o apelido dos Limas, primeiro Lima depois Brito	1634-03-31	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 38, n.º 19	Relação dos termos dos autos sobre Vila Nova de Cerveira, feita por Manuel Correia Cabral	1634-09-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 59, n.º 78	Memória do dinheiro que recebi do senhor Conde de Miranda	1635	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 29, n.º 1	[Testamento de D. Lourenço de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira]	1635	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 3	[Minutas das procurações a passar a D. Álvaro Pires de Távora pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima, e pelo seu neto D. Lourenço de Lima Brito Nogueira, conde dos Arcos, para tratar do casamento deste último com D. Inês de Noronha]	1637-10-15	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 23, n.º 22	"Instrumento de renovação de prazo em vida de três pessoas e obrigação" da quinta da Telhada, termo de Alenquer, entre Vila Nova da Rainha e a vila da Castanheira, feita por Pedro de Carvalho, agente do Visconde de Vila Nova de Cerveira a Diogo Fernandes, morador nesta cidade na Rua dos Arcos, procurador de Gregório Mendes de Vasconcelos, morador na quinta da Portela, termo de Lisboa	1637-10-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 32, n.º 29	[Petição de D. Lourenço de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira para receber provisão real que o autorize a obrigar as rendas de seus morgadios para pagamento das arras de seu neto, o conde dos Arcos]	1638-06-28-1638-07-04	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	Arquivo da Casa da Cêpa, sem cota	[Carta de compra de uma devesa junto ao cardal em Giela feita por Maria de Melo, viúva, ao visconde de Vila Nova de Cerveira, e declaração de Miguel Borges de Barros e Francisco Antunes]	1639-03-31 - 1639-10-12	Documento	O documento encontra-se no Arquivo da Casa da Cêpa. Pertenceu ao arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima. Com a abolição dos direitos senhoriais, os foros, quinta e Paço de Giela, com as propriedades anexas, foram vendidos, pelo último marquês de Ponte de Lima, a 15 de janeiro de 1868, a Narciso Marçal Durães Faria, morador na Casa da Cêpa (Arcos de Valdevez), para pagar uma dívida à firma Francisco de Sá & Irmãos. Com as propriedades foram entregues vários documentos, sendo que uma parte, ou a totalidade, está na posse dos proprietários da Casa da Cêpa, descendentes de Narciso Faria.
	VNC, cx. 9, n.º 3	Traslado do instrumento de novo emprazamento do casal dos Junqueiros feito por Lourenço de Lima de Brito a Domingos Jorge	1639-06-30	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 27, n.º 105	Contrato de casamento D. João Fernandes de Lima, filho e sucessor do visconde D. Lourenço de Lima, com D. Francisca Luísa de Soutomaior, condessa de Crescente, senhora da Casa de Soutomaior	1639-10-24	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 27, n.º 106	[Cópia não autenticada da tradução do contrato de casamento D. João Fernandes de Lima, filho e sucessor do visconde D. Lourenço de Lima, com D. Francisca Luísa de Soutomaior, condessa de Crescente, senhora da Casa de Soutomaior]	1640	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 102	Conta dos alimentos do Conde de Crescente, senhor João Fernandes de Lima Sotomaior	[ca. 1640]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 58, n.º 69	Mandado do provedor das capelas para passar quitação dos encargos da capela de Maria Afonso das Lebres, cumpidos por D. Lourenço de Brito Nogueira	1641-02-20	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 58, n.º 71	Mandado do provedor das capelas para passar quitação dos encargos da capela de Maria Afonso das Lebres, cumpidos por D. Lourenço de Brito Nogueira	1641-02-20	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 32, n.º 19	[Contrato de dote feito por ocasião do casamento de D. Diogo de Lima, filho do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima e D. Joana de Vasconcelos e Meneses, filha de D. João Luís de Vasconcelos e Meneses e D. Maria de Noronha]	1642-06-28	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 16, n.º 60	Requerimento de Martim Barbosa para que seja passada carta precatória contra Pedro Martins	1642-07-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 25, n.º 18	Registo de foros	1643-07-01-1644-06-01	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 59, n.º 37	Quitação, de João Coelho de Almada, de 30 000 réis pagos por António de Barros Aranha, abade de Sabadim, à ordem de Miguel da Costa, vigário de Vila Franca de Xira	1643	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 58, n.º 68	Certidão da quitação, passada por António de Reinoso, de 37 600 réis de missas, pagos pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira à igreja de Santa Cruz do Castelo	1643-03-18/1644-02-29	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 58, n.º 70	Mandado do provedor das capelas para passar quitação dos encargos da capela de Maria Afonso das Lebres, cumpidos pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira	1643-03-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 59, n.º 49	Quitações Manuel Pereira dos pagamentos realizados pelos gizamentos da capela mor da igreja de São Lourenço e da capela do Conde dos Arcos, efetuados por ordem do Visconde	1643-08-[?] - 1643-10-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 54, n.º 59	Carta de Fernando Brandão em que dá conta do dinheiro que lhe mandou o Visconde de Vila Nova de Cerveira	1644	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 33, n.º 18	Breve para se poder dizer missa no oratório do Visconde de Vila Nova de Cerveira	1645	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 25, n.º 20	Foros das fazendas do morgadio de Gaião	1645-1646	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

	VNC, cx. 58, n.º 67	Certidão da quitação, passada por António de Reinoso, de 37 500 réis de missas, pagos pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira à igreja de Santa Cruz do Castelo	1645-02-04/1645-03-17	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 8	Carta de Pedro Vieira da Silva, em nome de D. João IV, ordenando que o Visconde de Vila Nova de Cerveira [D. Lourenço] o acompanhasse na viagem que faz às Caldas	1645-08-31	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 8, n.º 21	[Alvará e sentença de D. João IV sobre a instituição do morgadio de Santo Estêvão de Beja]	[post. 1646-10-12]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 52, n.º 90	Breve do Papa Paulo V dirigido a Lourenço de Lima de Brito sobre a nomeação da priora do mosteiro "beata Maria da Rosa da cidade de Lisboa da Ordem de Santo Agostinho"	1647-02-15	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 52, n.º 78	Cópia de um breve dirigido ao Visconde de Vila Nova de Cerveira sobre a nomeação da priora do mosteiro "beata Maria da Rosa da cidade de Lisboa da Ordem de Santo Agostinho"	1647-02-21	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 41	[Traslado do instrumento de contrato de dote, casamento e arras de D. Madalena de Borbon com D. Tomás de Noronha]	1647-09-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 5, n.º 25	Apontamentos sobre a instituição do morgadio de Santa Ana situado na igreja de São Lourenço de Lisboa e de Santo Estêvão de Beja de que era administrador o Visconde D. Lourenço de Lima Brito Nogueira	[a. 1649-05 ?]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 5, n.º 26	Apontamentos sobre a "origem do morgadio de Santa Ana situado na igreja de São Lourenço de Lisboa e descendência dos Nogueiras e Britos, senhores deste morgadio e de Santo Estêvão de Beja que possui o Visconde"	[a. 1649-05 ?]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
?	VNC, cx. 5, n.º 30	Árvore genealógica dos possuidores do morgadio de Santa Ana desde o Mestre D. Pedro até Lourenço de Brito	[a. 1649-05 ?]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 14, n.º 10	Resenha de acontecimentos relacionados com os visconde de Vila Nova de Cerveira	[a. 1649-05 ?]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 5, n.º 27	Resposta às perguntas do deão D. Francisco de Lima com base nas cláusulas do testamento de Lourenço Peres	[a. 1649-05 ?]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
		Quitações do cumprimento de encargos de capelas	1639-1644	Série	Estes documentos pertenceram ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 56, n.º 172	Quitação das despesas com as capelas de Mestre Pedro das Leis, Lourenço Peres e Pedro Miguéis, situadas na igreja de São Lourenço de que é administrador o Visconde de Vila Nova de Cerveira	1639-01-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

	VNC, cx. 56, n.º 171	Quitação das despesas com a capela de Maria Afonso das Lebres, situada na igreja de Santa Cruz do Castelo	1639-01-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 59, n.º 67	Quitação, de António Antunes Leite do cumprimento das capelas do Visconde de Vila Nova de Cerveira até ao ano de 1642	1642-04-08	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 59, n.º 76	Quitação, de António Antunes Leite, do cumprimento dos encargos da capela de Maria Afonso das Lebres, situada na igreja de São Lourenço, de que é administrador D. Lourenço de Brito Nogueira	1642-04-08	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 59, n.º 61	Quitação, de Luís Tavares do cumprimento das capelas do Visconde de Vila Nova de Cerveira até ao ano de 1643	1644-06-05	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
<b>Esta série ainda não se encontra organizada e descrita</b>	<b>ADB, VVNC, n.º 45 e BA (vd. Apêndice A.2 da tese)</b>	<b>Correspondência</b>		<b>Série</b>	
	ADB, VVNC, n.º 45	[Carta de António de Brito]	1639-05-19	Documento	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, deu-se a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a cisão das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.
		Beatriz de Lima	1582	Subsecção	
	VNC, cx. 14, n.º 33	Carta de padrão de 40 000 réis de tença de juro e herdade dada por D. Filipe I a D. Beatriz de Lima, os quais lhe pertenciam por falecimento de sua mãe	1582-11-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
<b>Estão apenas incluídos os documentos consultados</b>		<b>Não identificados (podem ser de D. Lourenço de Lima ou de D. Diogo de Lima)</b>	<b>1647-[a. 1675]</b>	<b>Subsecção</b>	
	VNC, cx. 25, n.º 1	Foros pagos ao Visconde no ano que começa por dia de São João	1647	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 54, n.º 53	Carta dirigida ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, mencionando o traslado e cópia, em forma, das bulas apostólicas do Duque de Arne	1647-06-16	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 37, n.º 9	Inventário de documentos da Casa	[a. 1675]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
		LIMA BRITO NOGUEIRA II	1632-1686	Secção	
		Diogo de Lima Brito Nogueira; Joana de Vasconcelos	1642-1653	Subsecção	
	VNC, cx. 36, n.º 15	Breve para a Condessa de Armamar entrar em os conventos desta cidade [Lisboa] excepto aos domingos, dias de festa, pela quaresma e advento e não poderá entrar nas celas das religiosas particulares e só na daquelas por cujo respeito entrar em o dito convento	1644-02-28	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 40	Bula porque o Pontífice fez ao Visconde D. Diogo de Lima cavaleiro da Ordem Lauretana	1644	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

	VNC, cx. 22, n.º 14	Carta de D. Francisco de Meneses, cónego magistral na sé metropolitana de Évora, juiz conservador e executor da causa apresentada por D. Diogo de Lima, Visconde de Vila Nova de Cerveira sobre os privilégios concedidos pelo Papa Inocêncio X, como cavaleiro da Ordem Lauretana	1645	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 11, n.º 26	Carta de mercê de privilégio dada por D. João IV a D. Diogo de Lima, Visconde de Vila Nova de Cerveira	1646-09-26	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 11, n.º 27	Carta de mercê de privilégio do título de Visconde de Vila Nova de Cerveira dada por D. João IV a D. Diogo de Lima, por nele ter renunciado seu pai D. Lourenço de Lima de Brito	1646-09-26	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 39	Carta do papa Inocêncio X a D. Diogo de Lima, Visconde de Vila Nova de Cerveira	1647 [1647]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 36, n.º 23	Carta de D. João IV fazendo mercê a D. Diogo de Lima do título de Visconde de Vila Nova de Cerveira	1647-02-01	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 54, n.º 34	Instrumento de procuração do Visconde, D. Diogo de Lima, e sua mulher, ao abade António de Araújo, para que possa receber de Manuel da Silva 20.000 réis à razão de juro	1648-00-00	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
Corrigida a data que estava no DigitArq	VNC, cx. 32, n.º 20	Instrumento de conserto e amigável composição e desistência das arras, móveis, imóveis e dinheiro prometidas em dote de casamento, feito pelo secretário, Gaspar de Faria Severim, procurador de D. Maria de Noronha, viúva de D. João Luís de Vasconcelos e Meneses, governador da praça de Mazagão aos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima e sua mulher D. Joana de Vasconcelos	1648-09-14	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 54, n.º 33	Conhecimento do Visconde, D. Diogo de Lima, da dívida que tem com Marcos da Silva	1648-10-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 47, n.º 7	Lembrança do que falta por cumprir no testamento do senhor D. João Luís de Vasconcelos que o senhor Visconde de Vila Nova de Cerveira está obrigado a satisfazer	1648	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 37, n.º 33	Posse dos padroados das Igrejas do termo de Arcos de Valdevez	1649, 1668, 1767	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 54, n.º 22	[Procuração, passada a Pedro de Carvalho]	1649-00-00	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 8, n.º 5	Parecer sobre o morgadio de Gaião	1649-06-08	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 59, n.º 102	Carta de Nuno da Cunha dirigida a [Pedro de Carvalho] informando-o de pagamentos que lhe fez por várias vias	1649-06-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 29, n.º 57	Instrumento de venda de umas terras de pão em Frielas	1649-12-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 59, n.º 79	Relação do que deve e há-de haver o Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, nos anos de 1649 e 1650	1650	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).



	VNC, cx. 34, n.º 26	Parecer sobre a cerca do colégio de Santo Agostinho, que o Visconde de Vila Nova de Cerveira pretende utilizar para fazer serventia para o seu palácio pela calçada de Santo André	1650	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 54, n.º 14	Instrumento de paga e quitação de 200 000 réis que a Misericórdia da vila dos Arcos deu ao Visconde de Vila Nova de Cerveira	1650-01-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 34, n.º 24	Escrito do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima Nogueira de Brito, do conselho do rei, governador das armas da província de Entre Douro e Minho, morador em Lisboa sobre o contrato feito entre seu pai o Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima Nogueira de Brito em nome do neto o Conde dos Arcos, com o Conde de Sousa, D. João da Costa	1650-01-08	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 34, n.º 25	Escrito do Conde de Soure, D. João da Costa sobre a venda de umas casas junto ao mosteiro de Santo Antão o velho, que partem com o muro dos meninos órfãos, feita ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima	1650-01-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 1	Contrato feito entre os visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima e sua mulher, e João Nunes da Cunha e sua mulher D. Isabel de Borbon, sobre as partilhas entre os filhos e netos do Visconde, D. Lourenço de Lima	1650-01-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 43	Carta de avaliação das benfeitorias feitas no Paço de Giela	1650-02-11	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 29, n.º 36	[Petição da viscondessa de Vila Nova de Cerveira para que lhe fossem passadas cartas de doação dos bens da Coroa que vagaram pelo falecimento de seu pai, D. João Luís de Vasconcelos, e respetivo despacho]	1650-10-27-1650-11(?) -12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 38, n.º 18	Requerimento do Visconde de Vila Nova de Cerveira, sobre o tombo dos bens do seu viscondado e padroados e rendas que lhe pertenciam	1650	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 54, n.º 2	Carta de diligência para o Visconde de Vila Nova de Cerveira e sua mulher tomarem posse de bens pertencentes ao morgadio de Soalhães	1651	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 32, n.º 5	Certidão dos resíduos do testamento de D. João Luís de Vasconcelos	1651-01-14	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 16, n.º 26	Carta de mercê da Comenda de Santa Maria de Passos dada por D. João IV a D. Diogo de Lima	1651-02-04	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 54, n.º 17	Recibo, passada por João Pacheco de Amorim ,do pagamento de uma dívida feita pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira	1651-03-22	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 30, n.º 23	Carta Pedro Lopes Machado dirigida ao Visconde de Vila Nova de Cerveira	1651-05-06	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 54, n.º 13	Quitação de quantia paga pelo Visconde D. Diogo de Lima à Misericórdia da vila dos Arcos de Valdevez	1651-06-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 29, n.º 47	Testamento André de Abreu Zuniga, capitão, cavaleiro da Ordem de Cristo	1651-06-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

	VNC, cx. 9, n.º 8	Escrito de Domingos Lopes, moço dos Contos do Reino e Casa de Lisboa, confirmando que a ele pertencem uns cântaros de azeite a retro aberto que seu sogro Sebastião Jorge Charamela comprou a Pedro João	1651-10-26	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 59, n.º 81	Título do Casal da Relva pertencente ao Visconde Vila Nova de Cerveira	1651-12-14	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 37	Instruções dadas ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, governador das armas da província de Entre Douro e Minho sobre a forma como se há-de proceder ao ajustamento das décimas seculares e eclesiásticas nas comarcas de Viana, Barcelos, Guimarães e Braga	1652-02-12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 30	Cópia da carta do príncipe ao cabido de Braga sobre as queixas referentes à falta de administração das rendas do bispado e do não pagamento das décimas eclesiásticas e o envio a Braga do Visconde de Vila Nova de Cerveira para resolver a questão	1652-02-26	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 29	Carta do príncipe ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, para ir a Braga, cobrar a particulares, grandes somas de dinheiro e entregar à Junta dos Três Estados, para guardar numa arca apartada, destinada às despesas da guerra	1652-03-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 31	Carta enviada pela Junta dos Três Estados para o Visconde de Vila Nova de Cerveira, sobre a carta por este enviada ao príncipe respeitante as ordens que este lhe dera	1652-03-23	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 21, n.º 64	Quitação do pagamento feito pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira a D. Isabel de Borbon e João Nunes da Cunha	1652-08-11	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
		Diogo de Lima Brito Nogueira	1632-1686	Subsecção	
	VNC, cx. 22, n.º 7	[Traslado de autos cíveis do testamento nuncupativo da viscondesa de Vila Nova de Cerveira, D. Joana de Vasconcelos, mulher do Visconde, D. Diogo de Lima]	1654-07-31	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 60, n.º 75	Documento sobre as posses tomadas no morgadio de Soalhães	1653	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 43, n.º 6	Receita do pão do morgadio de Mafra	1654	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 29, n.º 15	Sentença de justificação do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima e de D. Maria de Noronha, viúva de D. João Luís de Vasconcelos e Meneses, governador da praça de Mazagão, sobre a fazenda desta praça	1654	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 34, n.º 55	Rol das missas que se disseram nesta Santa casa da Misericórdia dos Arcos pela alma de Maragarida Tavares, criada que foi da casa do Senhor Visconde pagas a sessenta reis. Começaram aos 22 de Julho de 1654	1654	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 34, n.º 56	Rol de missas pela alma de Margarida Tavares	1654	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 34, n.º 57	Carta do Padre Sebastião Ribeiro da Rocha sobre as missas celebradas por Margarida Tavares	1654	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 24, n.º 21	Certidão passada pelo escrivão do almoxarifado de Alcoelha sobre a medição das terras da Lezíria de Corte de Lobo feita a pedido do Visconde de Vila Nova de Cerveira	1654	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 60, n.º 55	Condições do contrato das alfândegas da província de Entre Douro e Minho que se fez com Jorge Mendes por tempo de dois anos	1654-02-05	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 14, n.º 5	Traslado da provisão de D. João IV, passada a requerimento de D. Lourenço de Lima de Brito, pela qual manda o escrivão da Torre do Tombo passar certidão da doação feita a D. Leonel de Lima por D. João II e D. Afonso V, do título de Visconde de Vila Nova de Cerveira	1654-04-16	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 14, n.º 30	Relação dos cabos e oficiais maiores que servem na Província de Entre Douro e Minho	1654-11-05	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 22, n.º 35	Carta dirigida ao rei pela câmara de Vila Nova de Cerveira, elogiando o governo do Visconde de Vila Nova de Cerveira, governador das armas da província de Entre Douro e Minho e pedindo para que ele continue nesse posto	1654-11-17	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 24, n.º 22	Parecer da Junta das Décimas de Vila Franca de Xira sobre o requerimento do Visconde de Vila Nova de Cerveira	1655	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 29, n.º 35	Certidão passada por Manuel de Carvalho Mendes, escrivão das décimas de Vila Nova de Cerveira	1655-04-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 29, n.º 41	Carta do guardião de Santo António de Ponte de Lima, frei Paulo das Chagas ao Visconde de Vila Nova de Cerveira	1655-04-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 29, n.º 42	Carta do Irmão António ao Visconde de Vila Nova de Cerveira	1655-04-14	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 34, n.º 58	Carta de Frei Manuel Ferreira sobre as missas celebradas por Margarida Tavares	1655-08-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 56, n.º 173	Escritura de paga e quitação, autenticada pelo tabelião Gaspar Cerqueira Barbosa, do pagamento que o visconde D. Diogo de Lima fez às herdeiras do abade João de melo Lima pelas pensões da Quinta de Águas de Arão (Giela, Arcos de Valdevez)	1656-01-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 39, n.º 12	Instrumento de aforamento e empraçamento do casal do Brejo do morgadio de Mafra, feito pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, por seu procurador a Álvaro Fernandes e sua mulher Domingas Fernandes, moradores no lugar de Vale de Carreira	1656-01-19	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 22, n.º 12	Pagamento, em trigo, dos cavalos que D. João Luís de Vasconcelos e Meneses, governador de Mazagão, vendeu nesta praça, aos cavaleiros da mesma. O pagamento foi feito ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, genro deste, a seu pedido	1656-03-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 45, n.º 52	Foros que se pagam ao senhor visconde, D. Diogo de Lima neste morgadio de Santa Ana do ano de 1657 que comessa de São João do dito ano	1657-1680	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 37, n.º 44	Recibos do foro que se paga a São Cristóvão das casa da Rua das Farinhas	1658-07-31	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 29, n.º 64	Escritura de arrendamento da Quinta dos Fornos, feita pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira a António Pereira e sua mulher Catarina Marques	1659-09-15	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 59, n.º 14	Quitação, de Manuel Cardoso, de 10.000 réis que recebeu de Pedro de Carvalho, para a festa da Senhora da Conceição da igreja de São João da Praça	1659-12-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 54, n.º 44	[Recibo de D. Maria de Noronha de um pagamento feito por Pedro de Carvalho, a pedido do visconde de Vila Nova de Cerveira]	1660	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 59, n.º 69	Rol do rendimento do pão dos casais do morgadio de Mafra	1660-09-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 24, n.º 20	Mandado de D. Afonso VI para que o juiz de fora de Vila Franca de Xira e superintendente da Junta das Décimas e quintos informe sobre a petição do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima	1661	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 54, n.º 82	Alvará régio da mercê feita a D. Diogo de Lima, Visconde de Vila Nova de Cerveira, do mesmo título em três vidas, por serviços prestados	1661-11-23	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 54, n.º 46	Recibo de Miguel da Cunha, do pagamento feito pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira	1662	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 54, n.º 83	Petição do Visconde D. Diogo de Lima para que a primeira vida das três concedidas no título se verifique em seu filho D. Lourenço de Lima	1662-03-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 22, n.º 33	Sequestro que se fez nos bens que ficaram por morte da Condessa de Figueiró a instância de D. Diogo de Lima e embargo que se puseram por parte da Marquesa de Castelo Melhor	1662-05-15	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 29, n.º 49	Recibo, de João de Carvalho de Miranda, da entrega um colete, feita por D. Diogo de Lima	1662-09-19	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 45, n.º 51	Informação do Visconde de Vila Nova de Cerveira de que por falecimento de Pedro Severim de Noronha, ficaram para a sua filha D. Luísa Maria de Lima todos os prazos que ele possuía	1663-00-00	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 29, n.º 24	Alvará régio, confirmando a eleição feita pelos irmãos da Confraria e Hospital da Casa do Espírito Santo de Alenquer	1663-04-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 22, n.º 13	Traslado da sentença a favor de D. Duarte de Castelo Branco contra D. Luís de Coutinho sobre o condado de Redondo	1663-09-22	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 59, n.º 62	Lembrete de D. Antónia de Lima referente ao pagamento de sua tença	1664-01-[07]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 54, n.º 42	Contas da Comenda de Santa Maria de Passos	1664-06-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 54, n.º 41	Contas da Comenda de Santa Maria de Passos	1664-06-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 54, n.º 43	Contas da Comenda de Santa Maria de Passos	1664-06-12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 30, n.º 12	Escritura de aforamento do Casal de Montarroio, feito por Nicolau Dias de Miranda, procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, a João Luís	1664-11-19	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 59, n.º 48	Obrigação, de Nicolau Dias de Miranda, de cobrar as rendas dos morgadios das vilas de Mafra, Sintra e Torres Vedras em posse do Visconde de Vila Nova de Cerveira	1665-07-12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 25	Carta Marquês de Tenório a seu irmão D. Diogo de Lima sobre as razões da sua permanência em Portugal	1669	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 60, n.º 74	Carta de Nicolau Dias de Miranda dirigida ao Visconde de Vila Nova de Cerveira	1665-08-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 78	Carta de António Pimenta de Araújo a D. Diogo de Lima	1666-02-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 56, n.º 170	Certidão da quitação do pagamento da celebração de três missas, feito pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira	1666-04-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 22, n.º 2	"Instrumento de justificação" feito a pedido de D. Diogo de Lima, Visconde de Vila Nova de Cerveira, sobre umas palavras ditas por seu irmão o Marquês de Tenório	1666-07-14	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 46, n.º 14	Certidão dos bens que, em Mafra, possuíam Fernão Martins Coutinho e sua mulher D. Leonor de Sousa	1666-11-25	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 54, n.º 18	Instrumento de quitação, da quantia paga pelo Visconde de Ponte de Lima [Vila Nova de Cerveira] a António de Brito	1667? - 01-26	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 32, n.º 30	Carta de sentença de arrematação de umas casas em Mafra, de João Simões, feita por Nicolau Dias de Miranda, para pagamento de uma dívida ao Visconde de Vila Nova de Cerveira	1667-03-24	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 52, n.º 57	Certidão do testamento de Pedro Severim de Noronha	1667-04-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 9, n.º 14	Traslado do instrumento de novo empenhamento do Casal de Santa Barbara, Grossinhos, Mafra, feito por Nicolau Dias de Miranda, procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, a Miguel Fernandes, filho de Domingos Fernandes	1667-05-23	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 61	Carta do Marquês de los Arcos e de Tenório ao seu irmão, o visconde de Vila Nova de Cerveira [D. Diogo de Lima Brito e Nogueira]	1668-04-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 27, n.º 39	Carta do Conde de Crecente a seu tio D. Diogo de Lima em que refere autorização de seu pai para responder aos mandatos do tio e fala na prima D. Inês	1668-05-12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 58	Carta do Marquês de los Arcos e de Tenório ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima [Brito e Nogueira] seu irmão	1668-05-12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 59	Carta de D. Maria de Lima Souto Maior a seu pai D. Diogo de Lima	1668-05-12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 19, n.º 21	Traslado do instrumento de arrendamento e obrigação da quinta e casais no termo de Torres Vedras onde chamam Fanga de Fé, feito por D. Maria de Noronha a Domingos Bernardes	1668-05-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 60	[Carta do conde de Crescente, na qual refere as boas notícias que recebeu de seu pai ]	1668-05-22	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 57	Carta do Conde de Amares e Marquês de Montebelo ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima [Brito e Nogueira] seu "tio"	1668-06-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 37, n.º 58	Instrumento de de novo aforamento e emprazamento da Quinta do Castanho, feita pelo capitão Nicolau Dias de Miranda, almoxarife das jugadas e direitos reais e fazenda do morgadio de Soalhães, procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira, a Sebastião Simões e sua mulher Inês Domingues, lavradores	1668-07-19	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 30, n.º 13	Escritura de aforamento e novo emprazamento do Casal do Moinho da Abadia, feita pelo capitão Nicolau Dias de Miranda, procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira, como administrador de seu filho D. João Fernandes de Lima e Vasconcelos, a Bartolomeu Jorge genro de Custódio Leitão	1668-10-08	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 1, n.º 39	Instrumento de arrendamento e aforamento do casal de Ribamar feito pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira a Francisco Fernandes, lavrador e morador em Ribamar de Baixo	1668-11-06	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 5, n.º 48	Instrumento de aforamento e novo emprazamento de umas casas em Mafra e Tremossal, feita pelo capitão Nicolau Dias de Miranda, procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, a Serafina de Sousa	1668-11-23	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 5, n.º 47	Instrumento de aforamento e emprazamento de umas casas em Mafra, feita pelo capitão Nicolau Dias de Miranda, procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, a Serafina de Sousa	1668-11-23	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 34	Carta Marquês de Tenório a seu irmão D. Diogo de Lima em que refere uma demanda de sua casa e um Frei Luís	1668-12-01	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 37	Carta Marquês de Tenório a seu irmão D. Diogo de Lima em que refere uma demanda de sua casa e um Frei Luís	1669-02-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 23, n.º 31	"Alvará do príncipe regente governador destes reinos" concedendo autorização ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima para aforar as casas em Alenquer	1669-02-12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 38	Carta Visconde a seu irmão D. Diogo de Lima no qual agradece o seu apoio	1669-05-12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 19, n.º 40	Instrumento de posse de Enxara do Bispo e traslado autenticado de uns autos cíveis relacionados com a mesma	1669-07-11	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 31	Carta Marquês de Tenório a seu irmão D. Diogo de Lima	1669-10-14	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 35	Carta Marquês de Tenório a seu irmão D. Diogo de Lima em que refere o casamento do sobrinho com D. Vitória	1669-10-16	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 36	Carta Marquês de Tenório a seu irmão D. Diogo de Lima em que refere a morte dum neto deste	1669-11-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 30	Carta Marquês de Tenório a seu irmão D. Diogo de Lima	1669-11-22	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 54, n.º 94	Petição de D. Leonor de Almeida pedindo que se lhe passe certidão do testamento de D. Maria de Noronha	1670	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 33	Carta Marquês de Tenório a seu irmão D. Diogo de Lima em que refere as cartas enviadas pelo abade de Sabadim e alguns familiares	1670-01-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 26	Carta Marquês de Tenório a seu irmão D. Diogo de Lima sobre a sua detenção e partida para Madrid	1670-06-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 42, n.º 4	Escritura de arrendamento da "omnia", no Rossio da Valada por baixo de São Lino em Santarém feito por Manuel Rodrigues da Silva, morador na quinta do Enfermeiro, Alenquer, procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima Manuel Luís	1670-09-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 59, n.º 71	Documento incompleto, assinado por Nicolau Dias de Miranda, que refere gastos de madeira em trabalhos de carpintaria nas casas de Mafra	1670-10-20	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 32	Carta Marquês de Tenório a seu irmão D. Diogo de Lima sobre rendimentos a que tem direito	1670-11-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 32, n.º 53	Cartas de D. Inês de Lima, freira no convento de Odivelas para seu pai		Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 29	Carta Marquês de Tenório a seu irmão D. Diogo de Lima sobre um aviso remetido da Galiza sobre os Montezinos, intervenção nas salinas da Galiza e Astúrias	1671 [1671]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 35, n.º 2	Livro de memória da fazenda que cobro do Visconde meu senhor em que assento o dinheiro que cobro e o que entrego ao dito senhor debaixo de seu sinal, a qual cobrança principiei este Natal próximo passado findo ano de 1671	1671-00-00	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 22, n.º 36	Carta de D. Catarina de Sousa e Melo ao Visconde de Vila Nova de Cerveira	1671-02-12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 27, n.º 27	Carta Marquês de Tenório a seu irmão D. Diogo de Lima em que refere o seu estado de saúde e a ida da sobrinha para o convento Odivelas	1671-03-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 28	Carta Marquês de Tenório a seu irmão D. Diogo de Lima na qual refere "o remédio que buscou esse velhaco para livrar-se do castigo que tão merecido tinha"	1671-04-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 59, n.º 70	Obrigaçã, de Nicolau Dias de Miranda, de cobrar 302 alqueires, 0,5 de trigo e 260 alqueires de cevada	1671-07-08	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 59, n.º 68	Lembrança para as contas de Mafra	1671-1677	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 43, n.º 5	Rendimento da cevada dos anos de 1671 a 1679 do morgadio de [Soalhães]	1671-1679	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 43, n.º 2	Rendimento do morgadio de Soalhães, do ano de 1671	1671	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 24, n.º 19	Carta citatória de D. Diogo de Lima, Visconde de Vila Nova de Cerveira contra João Leitão e sua mulher	1671	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 43, n.º 4	Rendimento do morgadio de Soalhães, do ano de 1672	1672	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 49, n.º 36	Documento relativo aos embargos que por parte da Mitra de Braga se opuseram à execução da sentença proferida a favor dos visconde	1672	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 54, n.º 30	Registos do livro de receita do Hospital Real de Todos os Santos, de pagamentos de foros	1672-05-17	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 54, n.º 1	Escrito do padre João Rodrigues Coelho e do capitão Nicolau Dias de Miranda	1672-06-04	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 42	Carta do marquês de Tenório ao visconde de Vila Nova de Cerveira em que refere o casamento de sua irmã D. Maria	1672-10-06	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 75	Carta do marquês de Tenório a seu tio, o visconde de Vila Nova de Cerveira	1672-10-20	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 45	Carta do marquês de Tenório a seu tio, o visconde de Vila Nova de Cerveira	1672-11-01	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 43, n.º 1	Rendimento do morgadio de Soalhães do ano de 1673	1673	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).



	VNC, cx. 25, n.º 25	Relação de certidões de missas celebradas em Arruda	1673	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 27, n.º 48	Carta do marquês de Tenório a seu tio, o visconde de Vila Nova de Cerveira	1673-03-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 27, n.º 44	Carta do marquês de Tenório a seu tio, o visconde de Vila Nova de Cerveira	1673-03-23	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 27, n.º 47	Carta do marquês de Tenório a seu tio, o visconde de Vila Nova de Cerveira	1673-06-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 43, n.º 14	Rendimento do morgadio de Soalhães, do ano de 1674	1674	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 54, n.º 28	Relação do que deve o Visconde de Vila Nova de Cerveira, de 26 de maio até 26 de junho de 1673	1674-00-00	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 30, n.º 10	Escritura de renovação de aforamento do casal de Alcainça, feita pelo capitão Nicolau Dias de Mirandas, procurador do Visconde D. Diogo de Lima a Domingos Fernandes [Vinagre] e sua mulher Vicência Antunes	1674-01-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 31, n.º 65	Traslado autenticado do testamento de Lourenço Peres	1674-03-30	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 22, n.º 10	Contrato que fez o Visconde D. Diogo de Lima com as freiras de Odivelas pelo dote e legítima que podia pertencer a sua filha D. Inês de Lima	1674-05-05	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 34, n.º 23	Certidão com a verba do testamento do Conde de Soure, D. João da Costa e Sousa em que declara ter vendido ao Visconde de Ponte de Lima [Vila Nova de Cerveira] umas casas junto ao mosteiro de Santo Antão o Velho	1674-10-05	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 35, n.º 13	Livro do pão que se cobra das Abitureiras por conta da pensão da conezia	1674-1685	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 43, n.º 13	Rendimento do morgadio de Soalhães, do ano de 1675	1675	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 33, n.º 8	Acórdão feito sobre a posse do morgadio e Casa de Mafra	1675-03-05	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 59, n.º 63	Confirmação de Francisco Pais de que João Fernandes, feitor do Visconde de Vila Nova de Cerveira, pagou aos hospitais de Santarém 13.650 réis, devidos dos encargos da capela de Gaião. A confirmação é posterior, assinada por Francisco Pais. Pagamento do que devia do ano de 74. Pagou em duas pagas a 10-03-1675.	1675-03-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 56, n.º 4	Traslado autenticado de uma quitação de 76.700 réis de celebração de missas, pagos pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira a António de Brito Ledo e sua mulher Mariana Marinha da Gama	1675-09-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 14, n.º 9	Inventário dos documentos que estavam em poder do abade de Barreo, Manuel da Guia, e que pertenciam ao Visconde de Vila Nova de Cerveira	1675-11-22	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 43, n.º 12	Rendimento do morgadio de Soalhães, do ano de 1676	1676	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 48, n.º 50	Instrumento de testemunhas judicialmente perguntadas sobre uma petição apresentada por Gonçalo Mendes Brito	1676-05-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 32, n.º 8	"Arrendamento do oitavo dos linhos de Torres Vedras" feito por Diogo de Lima, procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, a Diogo Fernandes, morador em Ermegeira, Torres Vedras	1676-06-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 60, n.º 47	Petição de Tristão da Cunha para que lhe seja concedida licença para tirar a carta de arrematação de uma vinha situada no lugar de Carnide, na Fonte da Calça	1676-11-24	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 43, n.º 10	Rendimento do morgadio de Soalhães, do ano de 1677	1677	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 37, n.º 71	Certidão autenticada, das quitações dos pagamentos cobrados pelo abade de Sabadim, António de Barros Aranha, procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima	1677	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 56, n.º 1	Livro em que se contém as fazendas e notícias delas e por quanto estão arrendadas em cada um ano	1677	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 43, n.º 8	[Rendimento do morgadio de Soalhães, do ano de 1678]	1678	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 6, n.º 32	Traslado duplicado de um instrumento de venda, revogação, quitação e obrigação de umas casas situadas na rua dos Ourives de Prata de Lisboa, feita por António Pereira, ourives de prata, e sua mulher Sebastiana Moniz de Sousa à Câmara	1678-07-21	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 54, n.º 87	Traslado da sentença a favor do Visconde de Ponte de Lima [Vila Nova de Cerveira] que correu pela Relação do Porto	1678-09-20	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 9, n.º 2	Instrumento de procuração de Catarina Francisca feita a seu marido António Garcês, moradores no Moinho Novo, Alenquer, para por ela poder aceitar o novo emprazamento de uma vinha e terra no termo da dita vila, feita pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira	1678-10-21	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 43, n.º 9	Rendimento do morgadio de Soalhães, do ano de 1679	1679	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 45, n.º 14	Certidão, de António Camelo de Abreu e Magalhães, em como deve foros ao capelão do Visconde de Vila Nova de Cerveira	1679	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 45, n.º 21	Certidão de António Ferreira em como deve foros ao Visconde de Vila Nova de Cerveira	1679	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 53, n.º 56	Escritura de arrendamento da Alcaidaria de Castelo Bom feita ao Visconde de Ponte de Lima [Vila Nova de Cerveira]	1679-02-16	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 48, n.º 46	Requerimento de D. Diogo de Lima pedindo que não se proceda contra ele pelo direito da meia anata que ficou a dever seu pai, o Visconde D. Lourenço de Lima	1679-04-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 123	Procuração passada por D. Fernando Eanes Álvares de Souto Maior e Lima e sua mulher D. Patronilha Maria de Chaves e Mendonça, Marqueses de Tenório, Condes de Crecente, senhores de Fornelos, moradores em Madrid, ao prior do convento de Penafirme, para receber por ele os pagamentos feitos pelos visconde de Vila Nova de Cerveira	1679-05-04	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 124	Procuração passada por D. Fernando Eanes Álvares de Souto Maior e Lima e sua mulher D. Patronilha Maria de Chaves e Mendonça, Marqueses de Tenório, Condes de Crecente, senhores de Fornelos, moradores em Madrid, a Frei Luís de Lima da Ordem de Santo Agostinho, para receber por ele os pagamentos feitos pelos visconde de Vila Nova de Cerveira	1679-05-04	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 39, n.º 30	Termo que fizeram os moradores de Abrunheira com os moradores do lugar da Togueira todos caseiros do Visconde de Vila Nova de Cerveira	1679-05-13	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 11, n.º 34	Instrumento de novo aforamento e emprazamento do casal de Alcaíça, no termo da Vila de Sintra, feito por Nicolau Dias de Miranda a Domingos Francisco, o Moço, filho do caseiro	1679-06-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 54, n.º 89	Escritura por onde mostra estarem pagas as freiras do mosteiro das Descalças da Ordem de São Bernardo, por ordem do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima	1680	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 43, n.º 16	Conta do morgadio de Mafra, do ano de 1680	1680	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 30, n.º 34	Livro da cobrança do ano de 1680	1680	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 30, n.º 1	Registo das fazendas que pagam renda em dinheiro	1681	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 53, n.º 59	Instrumento de arrendamento da Alcaidaria-mor de Castelo Bom	1681-04-19	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 122	Procuração passada por D. Fernando Eanes Álvares de Souto Maior e Lima e sua mulher D. Patronilha Maria de Chaves e Mendonça, Marqueses de Tenório, Condes de Crecente, senhores de Fornelos, moradores em Madrid, a Frei Luís de Lima da Ordem de Santo Agostinho, para receber por ele os pagamentos feitos pelos visconde de Vila Nova de Cerveira	1681-05-22	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 48, n.º 51	Autos de sentença de Bartolomeu Jorge contra o Visconde de Ponte de Lima	1681-06-09	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 22, n.º 28	Instrumento de quitação por via de conserto e transação entre as religiosas do mosteiro de Nossa Senhora do Rosário, entre Soror Luísa Vitória de Borbon, e o desembargador Gonçalo Mendes de Brito como procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, do Conselho de Estado e da Guerra e governador das armas da Província de Entre Douro e Minho, do pagamento feito pelo Visconde da quantia de 3000 cruzados que seus pais deviam ao mosteiro	1681-10-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 43, n.º 34	Traslado da conta dos rendimentos dos anos 1681e 1682, entregue por António de Castro	1681-1682	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 54, n.º 36	Recibo de Luís Correia, do pagamento feito pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira	1683	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 117	Procuração passada por D. Fernando Eanes Álvares de Souto Maior e Lima e sua mulher D. Patronilha Maria de Chaves e Mendonça, Marqueses de Tenório, Condes de Crecente, moradores em Madrid, a Frei Luís de Lima da Ordem de Santo Agostinho, para receber por ele os pagamentos feitos pelos visconde de Vila Nova de Cerveira	1682-05-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 118	Procuração passada por D. Fernando Eanes Álvares de Souto Maior e Lima e sua mulher D. Patronilha Maria de Chaves e Mendonça, Marqueses de Tenório, Condes de Crecente, moradores em Madrid, a Frei Luís de Lima da Ordem de Santo Agostinho, para receber por ele os pagamentos feitos pelos visconde de Vila Nova de Cerveira	1683-05-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 48, n.º 47	Petição de D. Diogo de Lima pedindo que não se proceda contra ele pelo direito da meia anata que ficou a dever seu pai, o Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima	1683-06-10	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 48, n.º 43	Declaração da posse de uns embargos em nome de D. Diogo de Lima, Visconde de Ponte de Lima [Vila Nova de Cerveira]	1683-11-04	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 43, n.º 33	Títulos das contas dos anos de 1683 a 1694, do rendimento do morgadio de Soalhães	1683-1694	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 53, n.º 109	Carta de António de Almeida dirigida ao Sr. Diogo de Lima	1684-04-16	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 119	Procuração passada por D. Fernando Eanes Álvares de Souto Maior e Lima e sua mulher D. Patronilha Maria de Chaves e Mendonça, Marqueses de Tenório, Condes de Crecente, senhores de Fornelos, moradores em Madrid, a Frei Luís de Lima da Ordem de Santo Agostinho, para receber por ele os pagamentos feitos pelos visconde de Vila Nova de Cerveira	1684-05-17	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 13, n.º 13	Traslado autenticado das doações e confirmações das terras pertencentes a D. Diogo de Lima	1684-07-08	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 24, n.º 23	"Instrumento de justificação e ditos de testemunhas dado e mandado passar em pública forma por ordem e autoridade de justiça" sobre a posse da Lezíria de Corte de Lobo	1684-10-05	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 31, n.º 54	Transumpto de bulas apostólicas para a pensão na Igreja de São Miguel do Bairro, concedida a D. Diogo de Lima	1684-10-17	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 12, n.º 12	Traslado autenticado do alvará de D. Filipe III da mercê do viscondado a D. Diogo de Lima Nogueira, por falecimento de seu pai	1684-12-18	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 46, n.º 16	"Sentença por que se mandou levantar o sequestro que o procurador da comarca de Viana pôs nos bens da coroa, para efeito de o Visconde de Vila Nova de Cerveira os confirmar em si"	1685	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 53, n.º 57	Escritura de arrendamento e obrigação da Alcaidaria-mor de Castelo Bom	1685-02-08	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

VNC, cx. 45, n.º 31	Certidão de D. Diogo de Lima Nogueira pela qual atesta a ascendência de D. Francisco de Lima	1685-05-27	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 114	"Instrumento de quitação" feito por D. Paio Franco, morador na Galiza, criado dos Marqueses de Tenório, Condes de Crecente, D. Fernando Eanes Álvares de Souto Maior e Lima e sua mulher D. Patronilha Maria de Chaves e Mendonça ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, do pagamento feito por este, em moedas de ouro e prata	1685-05-29	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 22, n.º 32	Certidão da descarga do pagamento da meia anata do cargo de presidente do Paço que ficou a dever o Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima	1686-04-02	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 16, n.º 77	Registo de dívidas de pão e outros géneros dos anos de 1686 a 1692	1686-00-00	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 16, n.º 8	Livro de recebimento de missas celebradas na igreja de São Lourenço, Lisboa, pagas pelos visconde de Vila Nova de Cerveira ao padre Valentim Serrão	1686-00-00	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 46, n.º 21	Sentença de partilha dos bens do Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima	1692-06-29	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 107	Acordo entre D. Fernando de Sotomaior e Lima, marquês de Tenório, conde de Crecente e D. Patronilha de Chaves Mendonça Sotomaior sua mulher, moradores em Madrid com D. Diogo de Lima, secretário do Conselho de Estado dos Negócios da Guerra de Portugal	1697-08-12	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 56, n.º 32	Lembrete de Bernardo Francisco Cornélio dirigido a Diogo de Lima cujo o assunto se prende com o pagamento de celebração de missas	[1649-1686]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 72	Carta do Visconde dando procuração ao seu genro, o conde de Mesquitela, para que possa negociar com o seu irmão, o marquês de Tenório	[1668]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 27, n.º 67	[Minuta de cartas que D. Diogo de Lima terá preparado para enviar a seu irmão, D. João Fernandes de Lima, marquês de Tenório]	[1668]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 13, n.º 8	Rascunho de um requerimento do Visconde de Vila Nova de Cerveira para que Luís António de Sousa, governador das armas da província de Entre Douro e Minho, mande registar nos livros da câmara de Ponte de Lima a ordem do conde de Vila Verde que manda qua a câmara não proceda à eleição do capitão-mor daquela vila.	[1649-1660]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 36, n.º 4	Bula de Alexandre VII concedendo uma pensão ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, assente na igreja de Sabadim, termo de Arcos de Valdevez	[1649-1686]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 24, n.º 137	Certidão feita por D. Pedro II da mercê da Lezíria de Corte de Lobo que havia sido concedida á viscondes de Vila Nova de Cerveira, D. Joana de Vasconcelos, filha de D. João Luís de Vasconcelos	[1646-1653]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 59, n.º 62	Lembrete de D. Antónia de Lima referente ao pagamento de sua tença	[1649-1686]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
VNC, cx. 25, n.º 95	Receita dos casais e foros do morgadio de Soalhões	[1649-1686]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

	VNC, cx. 60, n.º 3	Carta dirigida ao Visconde de Vila Nova de Cerveira acerca de umas terras que andam perdidas na Labrujeira, termo de Alenquer	[1649-1686]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
Série ainda não organizada e descrita até ao nível do documento	A maioria está em VNC, cxs. 56, 58, 59	Série - quitações do cumprimento de obrigações pias e de outros pagamentos, cerca de 400 documentos	1653-1686	Série	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
Série ainda não organizada e descrita até ao nível do documento	VNC, cx. 27; BA (vd. Apêndice A.3)	Série - correspondência	1653-1686	Série	Pertenceu ao arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, dando depois entrada na livraria do conde de Redondo e finalmente na livraria real. Encontrase na Biblioteca da Ajuda. [Vd. Subcap. 5.3 da tese]
		Antónia de Lima	1668-1669	Subsecção	
	VNC, cx. 27, n.º 62	[Carta dirigida de João Fernandes de Lima, marquês de Tenório, a sua irmã D. Antónia de Lima]	[1669]	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 27, n.º 41	[Carta dirigida de João Fernandes de Lima, marquês de los Arcos e de Tenório, a sua irmã D. Antónia de Lima]	1668-08-23	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 27, n.º 96	[Carta dirigida de João Fernandes de Lima, marquês de los Arcos e de Tenório, a sua irmã D. Antónia de Lima]	1668-07-28	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 27, n.º 98	[Carta dirigida de João Fernandes de Lima, marquês de los Arcos e de Tenório, a sua irmã D. Antónia de Lima]	1668-09-07	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
		Inês de Lima	1668	Subsecção	
	VNC, cx. 27, n.º 40	[Carta dirigida de João Fernandes de Lima, marquês de los Arcos e de Tenório, a sua irmã D. Inês de Lima]	1668-05-17	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
Neste momento, esta secção só inclui documentos que foi possível consultar; existem mais que, no futuro, podem vir a ser alocados a esta subsecção		Não identificados (podem ser de D. Diogo de Lima ou do filho D. João Fernandes de Lima)		Subsecção	
	VNC, cx. 54, n.º 20	Rol das dívidas do Visconde	s.d.	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 54, n.º 90	Relação feita por Luís Correia de tudo o que o Visconde de Vila Nova de Cerveira devia	s.d.	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).
	VNC, cx. 54, n.º 39	Recibo de Luís Correia, do pagamento feito pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira	1684	Documento	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcellos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por compras num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).

**Apêndice C.2**  
**Subsistema Lima**

Observações	Cota Atual	Identificação					Contexto	Conteúdo e Estrutura	Zona das condições de acesso e utilização / Características físicas	Zona da documentação associada	Notas	Referência em inventários			
		Título	Data	Nível de Descrição	Dimensão e suporte	Produtor/rector						História do arquivo	Controlo da descrição	Unidades de descrição relacionadas	
		SS 02	SUBSISTEMA LIMA - <a href="http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/lima">http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/lima</a>	1371-1578	Subsistema			Contém documentação produzida e/ou recebida por membros das gerações da família/Casa dos Limas, cujos chefes passaram usar e a transmitir o título de visconde de Vila Nova de Cerveira a partir de 1476.				Inventário de 1675-77 (VNC, cx. 14, n.º 9 e uma parte em n.º 36)			
		SS 02/SC 01	LIMA I	1371-01-13-1445-08-45	Secção	6 docs.; perg.	Lima, Fernão Eanes de (flor. 1371-1411); Silva, Teresa da (flor. 1411-1445)					Cota	Loc.		
		SS 02/SC 01/SS 01.01	Fernão Eanes de Lima	1371-1398	Subsecção	4 docs.; perg.	Lima, Fernão Eanes de (flor. 1371-1411)	Contém documentação produzida e/ou recebida por Fernão Eanes de Lima e pela sua esposa, Teresa da Silva.							
	ADB, VVNC, n.º 1 ou ADB/1-22-C-1-1-1	1	[Carta de doação pela qual João Fernandes de Sotomaior dá a seu sobrinho Fernão Eanes de Lima um conjunto senhorial e outros bens que possuía em Sotomaior, Forno, Castro e Crescente]	1371-01-13	Documento simples	1 f. (308x500 mm); perg.	Lima, Fernão Eanes de (flor. 1371-1411)	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, deu-se a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a criação das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.				Rascável estado de conservação. Apresenta pequenos rasgos com perda de texto.	Maço 9.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 9	
	VNC, cx. 11, n.º 1	2	[Carta de mercê da terra de Valdeves dada por D. João I a Fernão Eanes de Lima, caso este viesse para o seu serviço]	1398-05-23	Documento simples	1 f.; perg.	Lima, Fernão Eanes de (flor. 1371-1411)	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcelos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por comprar num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).	D. João I prometeu dar a Fernão Eanes de Lima a sua descendente legítima por linha direta a terra de Valdeves com toda a sua jurisdição, mera e mista imperio, reservando apenas para si a correição e alçada, caso este fidalgo viesse para o seu serviço. Feito no arrabal de a par de Salvaterra, em 23 de maio de 1436.			Bom estado de conservação. Contém selo pendente em bolsa de couro.	PT/TT/VNC/C/1301 - <a href="https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4344503">https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4344503</a>	Maço 3.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 3
	VNC, cx. 12, n.º 7	3	[Carta de mercê da Casa de Gieia e da terra de Valdeves dada por D. João I a Fernão Eanes de Lima]	1398-06-24	Documento composto	1 f.; perg. (capitla 2 f.; papel)	Lima, Fernão Eanes de (flor. 1371-1411)	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcelos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por comprar num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).	D. João I faz doação a Fernão Eanes de Lima, a seus filhos, netos e descendentes legítimos por linha direta da Casa de Gieia com todas as suas pertenças e da terra de Valdeves com todas as suas vendas, direitos, foros, tributos e toda a jurisdição civil e crime, mera e mista imperio, excetuando a correição e alçada.			Bom estado de conservação.	PT/TT/VNC/C/1207 - <a href="https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4344491">https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4344491</a>	Maço 4.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 9
	ADB, VVNC, n.º 2 ou ADB/1-22-C-1-1-2	4	[Carta pela qual D. João I nomeia Fernão Eanes de Lima como coudel nas suas terras e lugares de Frialão, Coura, São Martinho, Santo Estêvão, Geraz e Valdeves]	1398-12-30	Documento simples	1 f. (330x250 mm); perg.	Lima, Fernão Eanes de (flor. 1371-1411)	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, deu-se a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a criação das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.	D. João I nomeia Fernão Eanes de Lima, seu vassallo e senhor das terras de Frialão, Coura, São Martinho, Santo Estêvão, Geraz e Valdeves, para exercer o cargo de coudel dessas terras, julgados e de seus termos.			Bom estado de conservação. Contém selo em pele para selo pendente, mas o selo desapareceu.	Maço 9.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 9	
		SS 02/SC 01/SS 01.02	Teresa da Silva	1432-11-07-1445-08-45	Subsecção	2 doc.; perg.	Silva, Teresa da (flor. 1411-1445)	Contém documentação produzida e/ou recebida por Teresa da Silva, depois da morte de seu marido Fernão Eanes de Lima.							
	ADB, VVNC, n.º 31 ou ADB/1-22-C-1-2-31	1	[Traslado em pública-forma do testamento e do codicilo de Fernão Eanes de Lima, feito por requerimento do abade do mosteiro de Fialão]	1432-11-07	Documento simples	1 f. (595x375 mm); perg.	Silva, Teresa da (flor. 1411-1445)	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, deu-se a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a criação das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.	D. Tristão, abade do mosteiro de Fialão, solicitou perante o juiz de Valdeves, Gonçalo Curqueira, e o tabelião João de Valdeves, Álvaro Gil, que lhe fosse feito traslado em pública-forma do testamento e do codicilo de Fernão Eanes de Lima uma vez que este havia deixado bens ao dito mosteiro e pediu para aí ser sepultado. O testamento feito em Gieia a 4 de janeiro de 1411 foi corrigido por um instrumento de codicilo feito também nos pagos de Gieia a 3 de fevereiro de 1411, tendo Fernão Eanes de Lima decidido alterar o local que havia escolhido para a sua sepultura, que, em vez de ser o mosteiro de S. Francisco, em Guimarães, passou a ser o mosteiro de Santa Maria de Fialão. A esposa de Fernão Eanes de Lima, Teresa da Silva, foi designada como testamentaria.			Bom estado de conservação.	Maço 5.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 5	
	AMVCT, Arquivo Pessoal Luís de Figueiredo da Guerra, 652300	2	[Testamento e codicilo de D. Teresa da Silva]	1442-08-09, 1445-08-25	Documento composto	1 f. (645x344 mm); perg.	Silva, Teresa da (flor. 1411-1445)	O documento está depositado no Arquivo Municipal de Viana do Castelo, no arquivo pessoal de Luís de Figueiredo da Guerra. Este documento pertenceu aos marqueses de Ponte de Lima e que se dispersaram após a venda do Paço que possuíam em Ponte de Lima em 1868.	Testamento de D. Teresa da Silva feito em Ponte de Lima a 9 de agosto de 1442, no qual nomeia por seu testamentário o filho Leonel de Lima. É feita uma alforde a 25 de agosto de 1445, no Turcifal, pela mão de Frei João de Arrioso, da Ordem de Santo Agostinho, seu confessor.			Bom estado de conservação. Os caracteres da alforde estão bastante fadados, dificultando um pouco a leitura.	Maço 5.º (pelo está identificado no verso do documento)	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 5v	
		SS 02/SC 02	LIMA II	1425-03-14-1490-08-66	Secção	24 docs.; perg.		Comprende os documentos produzidos/recebidos na segunda geração da família/Casa Lima. Inclui documentos de Álvaro Rodrigues de Lima, de Leonel de Lima e de Filipa da Cunha.							
		SS 02/SC 02/SS 02.01	Leonel de Lima / Filipa da Cunha	1433-11-15-1490-08-66	Subsecção	15 docs.; perg.	Lima, Leonel (n. [c. 1403] - m. 1495-04-13); Cunha, Filipa da (n. [c. 1430] - m. 1486-09-07)	Contém documentação produzida e/ou recebida por Leonel de Lima e Filipa da Cunha durante o casamento.							
	VNC, cx. 12, n.º 1	1	[Carta de mercê da terra de Beiral de Lima e das suas devidas por D. Duarte a D. Leonel de Lima]	1433-11-15	Documento simples	1 f.; perg. (capitla 2 f.; papel)	Lima, Leonel (n. [c. 1403] - m. 1495-04-13); Cunha, Filipa da (n. [c. 1430] - m. 1486-09-07)	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcelos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por comprar num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).	D. Duarte, rei de Portugal, fez mercê a D. Leonel de Lima, escrivão de Vila Rica, da terra de Beiral de Lima (Beiral de Lima) e das devidas que possuía no referido lugar, com todos seus direitos, rendas, foros, tributos e pertenças. Ficaria na sua posse enquanto o rei assim o desejasse.			Em mau estado de conservação. Apresenta um pequeno rasgo com perda de texto.	PT/TT/VNC/C/1201 - <a href="https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4344486">https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4344486</a>	Maço 4.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 4
	VNC, cx. 12, n.º 5	2	[Alvará régio de mercê da terra de Beiral de Lima e suas devidas dada a D. Leonel de Lima e, por sua morte, a seu filho]	1463-09-03	Documento simples	1 f.; perg.	Lima, Leonel (n. [c. 1403] - m. 1495-04-13); Cunha, Filipa da (n. [c. 1430] - m. 1486-09-07)	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcelos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por comprar num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).	Alvará pelo qual o rei reconhece os serviços que Leonel de Lima, do seu Conselho, havia prestado a ele e a seu pai, dando-lhe a mercê de ter em sua vila e terra de Beiral (Beiral de Lima), no termo de Ponte de Lima, com suas devidas e todas as outras coisas que a ele pertencessem. Assim que Leonel de Lima fizesse, poderia ser transmitida ao seu primogénito varão, também em sua vida.			Bom estado de conservação.	PT/TT/VNC/C/1205 - <a href="https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4344489">https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4344489</a>	Maço 14.º (7)	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 15. Corresponde ao sumário que está no verso do pergaminho: "Doação de Beiral"
	VNC, cx. 12, n.º 19	3	[Carta de D. Duarte com traslado de um conjunto de artigos, feita por requerimento de Leonel de Lima]	1434-01-06	Documento composto	1 f.; perg.	Lima, Leonel (n. [c. 1403] - m. 1495-04-13); Cunha, Filipa da (n. [c. 1430] - m. 1486-09-07)	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcelos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por comprar num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).	Leonel de Lima requereu ao rei D. Duarte que lhe fosse passado o traslado de um conjunto de artigos que estavam nos livros da sua Chancelaria. A maioria desses artigos refere conflitos relacionados com a correição e o exercício da justiça, assim como queixas apresentadas por causa dos abusos praticados pelos corregedores. No verso do pergaminho está uma confirmação de que a carta foi lida a 27/11 de abril de 1514 (7) perante o juiz de Frialão, Gonçalo Anes, autenticada pelo tabelião do dito julgador, João Lourenço. [Na imagem digital disponibilizada no Digitarq do ANTT, não é possível ler com clareza algumas partes desta confirmação, recorremos à informação que se encontra na descrição deste documento no ANTT.]			Bom estado de conservação.	PT/TT/VNC/C/1219 - <a href="https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4344501">https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4344501</a>	Maço 4.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 4
	ADB, VVNC, n.º 49 ou ADB/1-22-C-1-2-49	4	[Carta de D. Afonso V pela qual confirma que D. Leonel de Lima pode construir uma capela, incorporada na igreja nova de Ponte de Lima, no espaço que lhe foi destinado]	1469-03-24	Documento composto	1 f. (490x272 mm); perg.	Lima, Leonel (n. [c. 1403] - m. 1495-04-13); Cunha, Filipa da (n. [c. 1430] - m. 1486-09-07)	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, deu-se a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a criação das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.	Foi apresentado a D. Afonso V um instrumento feito em Ponte de Lima a 23 de julho de 1466 pelo qual se confirmava a leitura e publicação de uma carta de seu tio o infante D. Pedro dirigida aos juizes e homens bons de Ponte de Lima sobre a capela que D. Leonel de Lima queria fazer, mandando que a dessemos construir e que fosse incorporada na nova igreja de Ponte de Lima. D. Leonel de Lima pediu a D. Afonso V que lhe confirmasse a carta e a doação do pedaço de terra destinado à construção da capela.			Estado de conservação razoável. Apresenta um pequeno rasgo com perda de texto. Contém selo pendente.	Maço 18.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 19	
	ADB, VVNC, n.º 4 ou ADB/1-22-C-1-1-4	5	[Carta de D. Afonso V que concede aos caseiros, mordomos, apajiguados e lavadores de D. Leonel de Lima o privilégio de não pagarem impostos extraordinários]	1450-04-19	Documento simples	1 f. (375x325 mm); perg.	Lima, Leonel (n. [c. 1403] - m. 1495-04-13); Cunha, Filipa da (n. [c. 1430] - m. 1486-09-07)	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, deu-se a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a criação das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.	D. Afonso V faz mercê a Leonel de Lima, do seu Conselho, levantando todos os seus caseiros, mordomos, apajiguados e lavadores que estiverem e lavarem as suas próprias quintas, casais ou herdades, e todos aqueles que com eles viverem, de pagarem pezas, finas, tafas, pedidos, empréstimos ou outros encargos que forem lançados nos conceitos onde moram.			Bom estado de conservação. Contém selo pendente.	Maço 17.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 17	
	Coleção Júlio de Lemos, Biblioteca da Escola Secundária de Santa Maria Maior, sem cota	6	[Carta de venda da Quinta da Silva, situada no termo de Valença, feita por Diogo da Silva a Leonel de Lima e à sua mulher Filipa da Cunha, com o instrumento de tomada de posse]	1451-03-29 - 1451-04-04	Documento composto	1 f. (555x545 mm); perg.	Lima, Leonel (n. [c. 1403] - m. 1495-04-13); Cunha, Filipa da (n. [c. 1430] - m. 1486-09-07)	O documento está depositado na Biblioteca da Escola Secundária de Santa Maria Maior, pertencendo à coleção de Júlio de Lemos. Este foi um dos eruditos que adquiriu documentos que pertenciam aos marqueses de Ponte de Lima que se dispersaram após a venda do Paço que possuíam em Ponte de Lima em 1868.	Diogo da Silva recebeu de D. Afonso V a doação dos bens móveis e de raiz que haviam pertencido a Aires Gomes da Silva por este ter apoiado o infante D. Pedro e ter combatido a seu lado na batalha de Alfarrobeira, excetuando a parte que de direito pertencia à sua mulher e a seus filhos. Entre esses bens encontrava-se a Quinta da Silva, situada no termo da vila de Valença, que Diogo da Silva, com procaução e autorização de sua mulher, vende a Leonel de Lima e à sua esposa Filipa da Cunha, por 4000 reais brancos. A carta de venda, feita a 29 de março de 1451, insere a carta da doação de D. Afonso V feita a Diogo da Silva a 23 de setembro de 1450, e uma procaução de Guiomar Borges, mulher de Diogo da Silva, bastardo e seu procurador e autorizando-o a transacionar em seu nome os bens que pertenciam a Aires Gomes da Silva, de 25 de setembro de 1450. A carta de venda segue-se um instrumento de posse, feito a 4 de abril de 1451, na Quinta da Silva, estando presentes os procuradores de Leonel de Lima, João Lourenço e Lopo Álvares.			Bom estado de conservação.	Maço 7.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 7	
	VNC, cx. 11, n.º 32	7	[Alvará régio pelo qual se dá aos homens de pé de Leonel de Lima as liberdades contidas nos privilégios outorgados ao dito senhor]	1462-07-09	Documento simples	1 f.; perg.	Lima, Leonel (n. [c. 1403] - m. 1495-04-13); Cunha, Filipa da (n. [c. 1430] - m. 1486-09-07)	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcelos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por comprar num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).	Alvará dirigido aos juizes e oficiais da vila de Ponte de Lima, ordenando que os "homens de pé" de Leonel de Lima gozem das mesmas liberdades contidas nos privilégios que foram concedidos ao referido senhor, não devendo ser, por isso, contrariados a servir em nenhuns encargos.			Bom estado de conservação.	PT/TT/VNC/C/1332 - <a href="https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4344533">https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4344533</a>	Maço 10.º	VNC, cx. 14, n.º 36, f. 1v
Há uma nota no verso que refere Miguel de Lemos. Não tem a cota do inventário de 1675-77 no verso	ADB, VVNC, n.º 5 ou ADB/1-22-C-1-1-5	8	[Carta de D. Afonso V mandando que se construa um castelo na vila de Ponte de Lima nas casas de Leonel de Lima e o nomeia seu alcaide-mor]	1464-04-25	Documento composto	1 f. (315x505 mm); perg.	Lima, Leonel (n. [c. 1403] - m. 1495-04-13); Cunha, Filipa da (n. [c. 1430] - m. 1486-09-07)	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcebispos em 1934, deu-se a separação informal dos impressos (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a criação das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.	D. Afonso ordena que se construa um castelo na vila de Ponte de Lima nas casas de Leonel de Lima, e nomeia o alcaide de jur e heraldo do dito castelo. Leonel no verso um alvará do outor da Comarca do Entre Douro e Minho, confirmando que tomou conhecimento da carta régia e manda que coloquem no livro de Lima a posse de todos os direitos, foros, honras e liberdades que lhe são devidas.			Bom estado de conservação.	Maço 4.º 7	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 4v 7	











	ADB/VNC, n.º 57 ou ADB/I-22-C-1-2-57	17	[Instrumento de traslado de um prazo de umas casas e reengues na vila de Ponte de Lima]	152007-01-29	Documento simples	1 f. (45x310 mm); perg.	Lima, Francisco de (n. [a. 1494] – m. 1550-12-24); Noronha, Isabel de (flor. 1492-1526)	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcos em 1934, deu-se a separação informal das impressões (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a criação das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.	D. Francisco de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira, pediu o traslado do prazo de umas casas reengues, situadas na vila de Ponte de Lima, feito a Diogo Fernandes(?) por a letra estar muito apagada e ser de difícil leitura.	Mau estado de conservação. Caracteres muito tênues em vários pontos, dificultando a leitura.			Deve corresponder ao sumário "Prazo de umas terras e devesa no banguarhal e de umas casas em Ponte de Lima, em pergamino" (VNC, cx. 14, n.º 9, f. 20)	
Não foi colocada no Atoal nesta geração por estar integrada no livro em VNC, cx. 15, n.º 1, provavelmente compilado com aquele formato no século XVII. No entanto, o seu conteúdo foi considerado para a análise nesta geração	VNC, cx. 15, n.º 1		[Confirmação de doações dos padroados de igreja da comarca de Valença, concelhos de Couva e Valdevez, feitas a D. Francisco de Lima e sucessores]	1520 - 1534	Série	1 lv.; perg.	Lima, Francisco de (n. [a. 1494] – m. 1550-12-24); Noronha, Isabel de (flor. 1492-1526)	Este documento pertence ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcelos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por comprar num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).	Este conjunto documental foi inserido em "Livro das doações dos padroados de igrejas da comarca de Valença, concelhos de Couva e Valdevez, feitas a D. Francisco de Lima e sucessores", que terá sido composto no século XVII.			Não foi encontrada correspondência.		
Vimos apenas a digitalização do documento.	Arquivo da Casa da Cêpa	18	[Carta de venda do casal do Berreiro feita por Afonso Eanes das Nequeiras e sua mulher Violante Martins a D. Francisco de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira]	152-7]-05-24	Documento simples	1 f.; perg.	Lima, Francisco de (n. [a. 1494] – m. 1550-12-24); Noronha, Isabel de (flor. 1492-1526)	O documento encontra-se no Arquivo da Casa da Cêpa. Pertence ao arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima. Com a abolição dos direitos senhoriais, os foros, quinta e Paço de Gela, com as propriedades anexas, foram vendidos, pelo último marquês de Ponte de Lima, a 25 de janeiro de 1868, a Narciso Margal Durães Faria, morador na Casa da Cêpa (Arcos de Valdevez), para pagar uma dívida à firma Francisco de S. & Irmãos. Com as propriedades foram entregues vários documentos, sendo que uma parte, cujas localidades, está na posse dos proprietários da Casa da Cêpa, descendentes de Narciso Faria. No verso do documento encontra-se a cita: "Maço 12 e o sumário" - compra do campo das Cavadas na freguesia de S. Paio dos Arcos".	Afonso Eanes das Nequeiras, morador na freguesia de S. Paio, termo da vila de Arcos de Valdevez, com a sua mulher Violante Martins vendem a D. Francisco de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira, e a sua mulher Isabel de Noronha todo o seu campo do Barreiro, debaixo do campo das Cavadas, com a sua devesa, situado na referida freguesia, por 1 600 reais brancos.	Mau estado de conservação. Ocorrência de rasgos com perda de texto. Caracteres muito tênues e de difícil leitura.	Documento publicado no vol. VII das "Casas Armorialadas do concelho dos Arcos de Valdevez", vol. 7, 2020, p. 605-606. Na digitalização não é possível ler o ano, seguimos a proposta apresentada na transcrição.	Não foi encontrada correspondência.		
	ADB/VNC, n.º 28 ou ADB/I-22-C-1-2-28	19	[Carta de emprazamento de metade do casal de Quintela, pertencente à igreja de S. Salvador de Sabadim, feita por João Coimbra, provisor e vigário geral do arcebispado de Braga, e pelo abade da referida igreja a Gonçalo Barros, clérigo de missa]	1524-01-25	Documento simples	1 f. (465x290 mm); perg.	Lima, Francisco de (n. [a. 1494] – m. 1550-12-24); Noronha, Isabel de (flor. 1492-1526)	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcos em 1934, deu-se a separação informal das impressões (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a criação das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.	Gonçalo de Barros, abade da igreja de S. Salvador de Sabadim, enviou petição ao Doutor João Coimbra, provisor e vigário geral do arcebispado de Braga por D. Jorge da Costa, para que se emprazasse em três vides a Gonçalo de Barros, clérigo de missa, metade do casal de Quintela, situado na freguesia de Sabadim e pertencente à igreja, com todas as suas pertenças, pela renda anual de 210 reais da moeda corrente (de 6 cêntis e real) e uma galinha, assim como um caminho de lutasas pagas à dita igreja e abade e a seus sucessores. Foram feitas em Braga duas cartas de emprazamento de igual teor, assinadas e seladas, uma para o empraçador e outra para o cartório da igreja.	Estado de conservação razoável. Contém vestígios de selo pendente.		Maço 13.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 13	
	ADB/VNC, n.º 29 ou ADB/I-22-C-1-2-29	20	[Carta de emprazamento em 2 vides de herdades pertencentes à igreja de Santiago do Cossourado feita por João Coimbra, provisor e vigário geral do arcebispado de Braga, e por Rui Mendes, abade da referida igreja, a Pedro Pires e a sua mulher Maria Pires]	1527-01-03	Documento simples	1 f. (380x345 mm); perg.	Lima, Francisco de (n. [a. 1494] – m. 1550-12-24); Noronha, Isabel de (flor. 1492-1526)	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcos em 1934, deu-se a separação informal das impressões (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a criação das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.	Rui Mendes, abade da igreja de Santiago do Cossourado, enviou petição ao Doutor João Coimbra, provisor e vigário geral do arcebispado de Braga por D. Jorge da Costa, para que se emprazasse em duas vides um conjunto de herdades que a igreja tinha na referida freguesia a Pedro Pires e a sua mulher Maria Pires.	Bom estado de conservação. Contém vestígios de selo pendente.		Maço 2.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 2v	
Não vimos o documento. Não se encontra digitalizado, nem se encontra na caixa 13 quando a consultámos.	VNC, cx. 13, n.º 12	21	[Instrumento de agravo do visconde de Vila Nova de Cerveira sobre o exercício da justiça na terra de Valdevez]	1527-01-27	Documento composto	4 f.; perg.	Lima, Francisco de (n. [a. 1494] – m. 1550-12-24); Noronha, Isabel de (flor. 1492-1526)	Este documento pertence ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcelos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por comprar num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).	O agravo estava relacionado com a prisão de moradores de Valdevez por certos crimes para serem julgados perante as justizas da terra. Instrumento feito em Lisboa. [Descrição feita segundo a informação disponibilizada no DigiArch do ANTT]	Contém um selo, desfeito, em saco de pano e vestígios de outro.	PT/TT/VNC/C/01312 - https://digitarq.arquivos.pt/details?id=434514	Não foi encontrada correspondência.		
Confirmar este documento no fundo VNC	VNC, cx. 12, n.º 11	22	[Traslado da carta de sentença dada por D. Manuel I para que o ovidor do visconde de Vila Nova de Cerveira possa conhecer as casas e despejar os foros na vila de Ponte de Lima]	1527-03-23	Documento composto	4 f.; perg. (capilha com 2 f. papel)	Lima, Francisco de (n. [a. 1494] – m. 1550-12-24); Noronha, Isabel de (flor. 1492-1526)	Este documento pertence ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcelos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por comprar num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).	[Descrição feita segundo a informação disponibilizada no DigiArch do ANTT]			Maço 1.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 1v-2	
	ADB/VNC, n.º 30 ou ADB/I-22-C-1-2-30	23	[Carta de João III pela qual se confirma uma carta de D. Manuel I que autorizava o visconde de Vila Nova de Cerveira a demandar os foros e casas, situados em Ponte de Lima, de que tinha doação de jure e herdade]	1528-01-16	Documento simples	1 f. (190x315 mm); perg.	Lima, Francisco de (n. [a. 1494] – m. 1550-12-24); Noronha, Isabel de (flor. 1492-1526)	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcos em 1934, deu-se a separação informal das impressões (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a criação das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.	D. Francisco de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira, apresentou a D. João III uma carta de 16 de julho de 1518 de D. Manuel I, pedindo que a confirmasse. Nessa carta, o rei referia que o visconde tinha por doação régia, de jure e herdade, muitos foros e casas em Ponte de Lima e que se quebrou da atuação do contador e almoxarife desta vila que não o deixava demandar-las quando vagavam e se aljavam a outras pessoas, e rei determinou que o visconde poderia demandar-las perante as respetivas autoridades quando ficassem vagas.	Bom estado de conservação.		Maço 1.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 2	
	SS 02/SC 04/SSC 04.02		Francisco de Lima; Filipa da Silveira	1528-1535	Subseção	8 docs.; perg.	Lima, Francisco de (n. [a. 1494] – m. 1550-12-24); Silveira, Filipa (flor. 1526-1528)		Contém documentação produzida e/ou recebida por Francisco de Lima e por Filipa da Silveira durante o período em que estiveram casados. Como desconhecemos a data de falecimento da esposa, foi considerada a documentação produzida até à morte do marido.					
	VNC, cx. 4, n.º 6	1	[Instrumento de novo emprazamento de três courelas de oliveiras, na Corneleira, no termo de Azambuja, feito pelo visconde de Vila Nova de Cerveira, Francisco de Lima, e pela sua mulher Filipa da Silveira a António da Silveira]	1528-09-26	Documento composto	6 f.; papel (capilha 2 f. papel)	Lima, Francisco de (n. [a. 1494] – m. 1550-12-24); Silveira, Filipa (flor. 1526-1528)	Este documento pertence ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcelos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por comprar num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).	D. Francisco de Lima, visconde de Azambuja, e a sua mulher, Filipa da Silveira, emprazam em três vides três courelas de oliveiras, onde chamam a Corneleira, no termo de Azambuja, a António da Silveira, morador na referida vila, pelo foro anual de 500 reais pagos no dia de Natal. Estas courelas pertenciam à capela de D. Teresa da Silva, bisavó de D. Francisco de Lima e da qual ele era administrador.	Mau estado de conservação.	PT/TT/VNC/C/406 - https://digitarq.arquivos.pt/details?id=434753	Não foi encontrada correspondência.		
Não foi possível consultar o documento	VNC, cx. 54, n.º 79	2	[Sentença sobre uns reengues em Arcos de Valdevez]	1530	Documento composto	12 f.; papel	Lima, Francisco de (n. [a. 1494] – m. 1550-12-24); Silveira, Filipa (flor. 1526-1528)	Este documento pertence ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcelos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por comprar num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).	[Descrição feita segundo a informação disponibilizada no DigiArch do ANTT]	Estado de conservação muito mau.	PT/TT/VNC/C/05479 - https://digitarq.arquivos.pt/details?id=434722	Maço 4.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 3v	
Não foi possível consultar o documento	VNC, cx. 54, n.º 80	3	[Sentença sobre uns reengues em São Martinho da Gandra]	1530	Documento composto	6 f.; papel	Lima, Francisco de (n. [a. 1494] – m. 1550-12-24); Silveira, Filipa (flor. 1526-1528)	Este documento pertence ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcelos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por comprar num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).	[Descrição feita segundo a informação disponibilizada no DigiArch do ANTT]			Maço 4.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 3v	
	ADB/VNC, n.º 40 ou ADB/I-22-C-1-2-40	4	[Tombo das casas da vila de Ponte de Lima]	1535	Documento composto	1 lv.; papel e capa em perg.	Lima, Francisco de (n. [a. 1494] – m. 1550-12-24); Silveira, Filipa (flor. 1526-1528)	O documento está depositado no Arquivo Distrital de Braga e terá pertencido à coleção de Manuel de Oliveira (conhecida como Fundo Barca Oliveira). Depois da venda do Paço que os marqueses de Ponte de Lima possuíam em Ponte de Lima, em 1868, as irmãs de um dos proprietários ofereceram, nos inícios do século XX, a documentação que se encontrava no edifício ao médico e bibliófilo Manuel de Oliveira. Depois de este ter falecido, em 1918, a sua coleção foi vendida à Câmara Municipal de Braga e, mais tarde, por permuta, passou para a Biblioteca Pública Municipal de Braga, provavelmente em 1926. Após a transferência da Biblioteca e do Arquivo do antigo Convento dos Congregados do Oratório para o Paço dos Arcos em 1934, deu-se a separação informal das impressões (a cargo da primeira) e dos manuscritos (responsabilidade da segunda), que se tornou definitiva em 1974 com a criação das duas instituições e a sua incorporação na recém-criada Universidade do Minho. Os manuscritos pertencentes aos marqueses de Ponte de Lima ficaram no Arquivo Distrital de Braga.	D. Francisco de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira, alcaide-mor de Ponte de Lima e senhor dos direitos reais de Ponte de Lima, solicitou ao contador da Comarca de Ponte de Lima, Dr. Francisco Machado, que fossem feitas inquirições às casas reenguesas da vila para saber quem eram os arrendatários, uma vez que os mais antigos haviam falecido e as propriedades foram trespassadas para outros, estando as inquirições anteriores desatualizadas. Nesta sequência, fez-se inquirição nas casas, rua a rua, e o escrivão Gaspar de Amorim preparou este tombo onde se detalham as propriedades reenguesas e os censos devidos ao rei. Inclui a petição do visconde e o mandato do contador.	Bom estado de conservação.			No doc. refere-se a cita Maço 12 e o sumário "Tombo das casas reenguesas da vila de Ponte de Lima e do que cada uma paga por prazo e censos" (VNC, cx. 14, n.º 9, f. 14).	Poderá ser o documento a que corresponde o sumário "Tombo das casas reenguesas da vila de Ponte de Lima e do que cada uma paga por prazo e censos" (VNC, cx. 14, n.º 9, f. 14).
	SS 02/SC 05		LIMA V	1536	Seção	1 doc.; perg.			Contém documentação produzida e/ou recebida durante a geração de João de Lima e sua esposa Inês de Noronha.					
	SS 02/SC 05/SSC 05.01		João de Lima, Inês de Noronha	1536	Subseção	1 doc.; perg.	Lima, João de (n. [post. 1502] – m. [a. 1572-07-22]); Noronha, Inês de (flor. 1525)		Contém documentação produzida e/ou recebida por João de Lima durante o período em que terá estado casado com Inês de Noronha.					
	VNC, cx. 14, n.º 6	1	[Carta de mercê dada por D. João III para que todos os caseiros, amos, mordomos e lavradores de D. João de Lima sejam privilegiados e escusados de pagarem pebas, finas, talhas e empréstimos]	1536-04-11	Documento composto	1 f.; perg. (capilha 1 f. papel)	Lima, João de (n. [post. 1502] – m. [a. 1572-07-22]); Noronha, Inês de (flor. 1525)	Este documento pertence ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcelos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por comprar num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).	D. João III concede mercê a D. João de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira, de que os caseiros, mordomos e lavradores que tiverem e lavrarem as suas terras, quintas e casas sejam privilegiados e escusados do pagamento de pebas, finas, talhas, empréstimos ou outros encargos.	Bom estado de conservação. Contém selo de cera pendente.	PT/TT/VNC/C/1406 - https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4343915	Maço 17.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 17	
	SS 02/SC 06		LIMA VI	1572 (1578)	Seção	3 docs.; perg.; papel			Contém documentação produzida e/ou recebida durante a geração de Francisco de Lima e sua esposa Beatriz de Alcáçova.					
	SS 02/SC 06/SSC 06.01		Francisco de Lima, Beatriz de Alcáçova	1572 (1578)	Subseção	3 docs.; perg.; papel	Lima, Francisco de (n. [post. 1525-08-21] – m. [a. 1578-03-03]); Alcáçova, Beatriz de (flor. 1546-1573)		Contém documentação produzida e/ou recebida por Francisco de Lima durante o período em que terá estado casado com Beatriz de Alcáçova. Como desconhecemos a data de falecimento da esposa, foi considerada a documentação produzida até à sua morte, incluindo aquela que foi de responsabilidade de leitores do visconde.					
Vimos apenas a digitalização do documento. O último documento encontra-se muito danificado; não foi possível ler na totalidade	Arquivo da Casa da Cêpa	1	[Processos de justificação de dívidas que ficaram do falecido do visconde de Vila Nova de Cerveira, D. João de Lima, movidos pelos credores Francisco Gonçalves de Gela e Francisca Fernandes, viúva de Álvaro Rodrigues]	1572-07-22 - 1572 (08)-18	Documento composto	14 f.; papel	Lima, Francisco de (n. [post. 1525-08-21] – m. [a. 1578-03-03]); Alcáçova, Beatriz de (flor. 1546-1573)	O documento encontra-se no Arquivo da Casa da Cêpa. Pertence ao arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima. Com a abolição dos direitos senhoriais, os foros, quinta e Paço de Gela, com as propriedades anexas, foram vendidos, pelo último marquês de Ponte de Lima, a 25 de janeiro de 1868, a Narciso Margal Durães Faria, morador na Casa da Cêpa (Arcos de Valdevez), para pagar uma dívida à firma Francisco de S. & Irmãos. Com as propriedades foram entregues vários documentos, sendo que uma parte, cujas localidades, está na posse dos proprietários da Casa da Cêpa, descendentes de Narciso Faria.	Contém dois processos de justificação de dívidas com petições dos credores, respostas do visconde de Vila Nova de Cerveira, despachos do juiz e inquirição de testemunhas. Encontram-se coladas e, no verso, há um sumário que refere que são documentos sobre "serviço e paga". O primeiro processo de justificação é relativo a Francisco Gonçalves, de Gela, e suplicante sólicito que lhe fossem pagas as quantias em dívida pelos serviços prestados ao falecido visconde D. João de Lima. Foram inquiridas testemunhas e foi averiguada a veracidade da dívida, depois quitada por Francisco Brandão, criado de D. Francisco de Lima, filho do falecido visconde D. João de Lima. Contém um segundo processo relativo à justificação de uma dívida do mesmo visconde a Álvaro Rodrigues, mestre pedreiro; inclui a petição da sua viúva solicitando o pagamento que devia ter sido feito a seu marido, que deu, a pedido do visconde, 2 100 reais aos seus oficiais, em comêda e em dinheiro, quando D. João mandou fazer os alares da igreja nova e ladrilhar a capela.		Estado de conservação razoável, exceto as últimas folhas que estão em mau estado, encontram-se rasgadas e faltam partes do texto.		Não encontrada correspondência	Não encontrada correspondência
	VNC, cx. 12, n.º 14	2	[Carta de mercê da capitanía de Vila Nova de Cerveira dada por D. Sebastião a D. Francisco de Lima]	1575-01-12	Documento composto	2 f.; perg. (capilha 2 f. papel)	Lima, Francisco de (n. [post. 1525-08-21] – m. [a. 1578-03-03]); Alcáçova, Beatriz de (flor. 1546-1573)	Este documento pertence ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcelos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por comprar num leilão e num alfarrabista. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).	D. Francisco de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira, apresentou ao rei D. Sebastião um alvará de D. João III, de 16 de julho de 1546, no qual o monarca se comprometia a conceder a Francisco de Lima, casando-se com D. Beatriz de Alcáçova, filha de Pedro de Alcáçova Carneiro, e após o falecimento de seu pai D. João de Lima, um conjunto de mercês vitícolas, além das mercês de juro e herdade que os seus antecessores receberam. Foi inserida uma carta de confirmação de D. João III da doação da capitania de Vila Nova de Cerveira a D. Francisco de Lima, seu avô, dada a 17 de janeiro de 1528. Como seu pai já havia falecido e D. Francisco já se havia casado com D. Beatriz de Alcáçova, D. Francisco de Lima pediu ao rei a mercê de lhe confirmar a capitania de Vila Nova de Cerveira da mesma maneira que a tivera o seu avô.	Bom estado de conservação.	PT/TT/VNC/C/01214 - https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4344497	Maço 17.º	VNC, cx. 14, n.º 9, f. 17	

Vimos apenas a digitalização do documento. Será [post. 1575-05-02]	VNC, cx. 58, n.º 63	3	[Confirmação do pagamento realizado pelo feitor do Visconde de Vila Nova de Cerveira, João Fernandes, aos hospitais de Santarém]	[1575-1578]	Documento simples	1 f.; papel	Lima, Francisco de Jn. [post. 1575-08-21] – m. [a. 1578-03-03]; Alcáçova, Beatriz de [flor. 1546-1573]	Este documento pertenceu ao arquivo que os viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima, possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa. Este desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Um descendente da família, o Eng.º Vasconcelos e Souza, recuperou parte dessa documentação, em 1999, por comprar num leilão e num alfarrábica. O acervo recuperado foi alvo de tratamento arquivístico no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde esteve depositado entre 2000 e 2011, estando a descrição disponível em linha (PT/TT/VNC).	Confirmação de Francisco Pais de que João Fernandes, feitor do Visconde de Vila Nova de Cerveira, pagou aos hospitais de Santarém 13 650 réis, devidos pelos encargos da capela de Gailo.			<a href="https://digitar.arquivos.pt/viewer?id=4347775">https://digitar.arquivos.pt/viewer?id=4347775</a>			Não encontrada correspondência
		55 02/NC 07	Não identificados	[1516-1578]	Seção	18v.; papel	Lima. Família, viscondes de Vila Nova de Cerveira [1476-1578]		Contém documento cuja produção não se conseguiu atribuir com segurança a um dos membros das gerações desta família/Casa.						
	Coleção de Jorge de Brito e Abreu	1	Livro de tombo	[post. 1516]	Documento composto	1 lv.	Lima. Família, viscondes de Vila Nova de Cerveira [1476-1578]	O documento integra a coleção de Jorge de Brito e Abreu. Pertenceu ao arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, depois marqueses de Ponte de Lima. O cartório que possuíam em Ponte de Lima começou a dispersar-se no século XIX, tendo o seu paço nesta vila sido vendido em 1868. O cartório que possuíam em Lisboa, no Palácio da Rosa, desapareceu, por volta de 1970, quando o edifício foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Jorge de Brito e Abreu adquiriu este livro num alfarrábica, em data que não foi possível precisar.	Livro que indica por freguesia, pertencente à terra de Valdevez, as propriedades, os foreiros e rendas a pagar ao visconde de Vila Nova de Cerveira.			Bom estado de conservação.		Maio 18.º	Não é possível ter a certeza da correspondência. Eventualmente corresponde a um dos livros listados em VNC, cx. 14, n.º 9, f. 17v-18r

**Apêndice C.3**  
**Inventários do Cartório de Ponte de Lima (séculos XVII–XVIII)**

**Folha 1**

Possíveis correspondências dos sumários incluídos nas três listas do Cartório de Ponte de Lima

VNC, cx. 37, n.º 9 (lista de documentos provavelmente anterior ao inventário de 1675-77)	Inventário de 1675-77, VNC, cx. 14, n.º 9, com acrescentos posteriores a 1677 (cópia posterior a 1730)	Complemento do invent. 1677-75, VNC, cx. 14, n.º 36 (feito muito provavelmente no tempo de D. Tomás de Lima)	Produtor/recetor	Observações
/Fl. 1 /				
Instrumento sobre a fumagem dos Arcos.		Maço 11.º. Fl. 2r - Instrumento sobre a fumagem dos Arcos.		
Caderno das bouças que andam fora dos apeamentos.		Maço 11.º. Fl. 2r - Caderno das bouças que andam fora dos apontamentos digo dos apodamentos [sic], em papel.		
Carta de compra das devesas que de compraram ao[s] herdeiros de João Martins em Valdevez.		Maço 11.º. Fl. 2r - Carta de compra das devesas que se compraram aos herdeiros de João Martins, em Valdevez, em papel.		
Compra da Quinta de Lavradas.		Maço 11.º. Fl. 2r - Compra da Quinta de Lavradas (?), em pergaminho.		
Prazo do casal de Quintela da igreja de Sabadim.	Mç. 13.º. Fl. 13r -Prazo do casal de Quintela da igreja de Sabadim, em pergaminho	Maço 11.º. Fl. 2r - Emprazamento do casal de Quintela, em Jolda, em pergaminho		
Escambo de uma terra e pequena devesa que chamam a Bounhoza, junto a Giela		Maço 11.º. Fl. 2r - Escambo de uma terras e pequeno devesa que chamam a Bombora junto de Giela, em pergaminho		
Alvará para o corregedor demarcar Coura e Fraião.	Mç. 6.º. Fl. 6v - Alvará para o corregedor demarcar Coura e Fraião, em papel	Alguma relação com: Alvará para demarcação das terras de Fraião? Fl. 1v. Na dúvida, fez-se entrada isolada mais abaixo.		
/Fl. 1 /				
<b>Prazos</b>				
<b>Maço Primeiro</b>				
Prazo de um monte maninho no vale que se diz Monchique no termo de Ponte de Lima.	Talvez possa corresponder a: Mç. 12.º. Fl. 12r - Prazo de António de Magalhães e sua irmã do lugar de Monchique, em pergaminho.			
Sentença do Soveral contra António Pereira	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Sentença do Sobral, contra António Pereira			
Carta de venda do casal do Ribeiro.	Mç. 13.º. Fl. 13v - Carta de venda do Casal do Ribeiro, em pergaminho			
Emprazamento de um campo que chamam o chão d'além na freguesia de Labrujó e duas leiras na de Maria Anes [Maria Eanes] na freguesia de S. Cristóvão e uma bouça ao Porto da Bezerra.	Mç. 13.º. Fl. 14r - Emprazamento de um campo, que chamam o Chão d'Além na freguesia de Labruja, em pergaminho			
Prazo de umas casas na Rua dos Mercadores.	Mç. 19.º. Fl. 19v - Prazo de umas casas na Rua dos Mercadores, em pergaminho			
Prazo da herdade da Regadas.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Prazo de herdade das Regadas, em pergaminho.			
Emprazamento do casal de Giela.				
Prazo em três vidas das herdades, montes dos casais do Selim em Paçõ	Mç. 13.º. Fl. 14r - Prazo em três vidas das herdades, montes, dos casais de Celim em Paçõ, em pergaminho			
Prazo de um prado e herdade que está no lugar das Veigas [Veigas].	Mç. 19.º. Fl. 19v - Prazo de um prado e herdade que está no lugar das Veigas de Fraião, em pergaminho			
Prazo de umas casas na Rua da Sapataria.	Poderá corresponder a: Mç. 19.º. Fl. 19v - Outro prado de umas casas na mesma rua [Rua da Sapataria], em pergaminho			
Posse de uns campos que estão na Cardal.		Pode corresponder a este sumário: Mç. 11.º. Fl. 2r - Posse de uns campos que estão na Cardada (?), em papel.		
Emprazamento das bouças da Nóbrega.				
Prazo de umas casas nas Pereiras.	Mç. 19.º. Fl. 20r - Prazos de umas casas nas Pereiras			
Emprazamento de terra, vinhas e devesas do termo de Ponte de Lima.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Emprazamento de terras, vinhas, e devesas do termo de Ponte de Lima, em pergaminho.			
Prazo de umas casas que estão na Sapataria.	Mç. 14.º. Fl. 14r - Prazo de umas casas que estão na Sapataria, em pergaminho			
Emprazamento de três casais na aldeia de Giela.				
Prazo de umas casas na Rua da Sapataria de Ponte de Lima.	Poderá corresponder a: Mç. 14.º. Fl. 14v - Prazo de umas casas na Rua da Sapataria de Ponte de Lima, em pergaminho			
Prazo em três vidas de umas casas na Rua de Carrazide [sic] de Ponte de Lima.	Mç. 19.º. Fl. 19v - Prazo da Rua do Carrazido [sic], que se fez a Gonçalo Cerqueira em papel e são hoje de Marcos Malheiro Pereira			
Prazo de suas casas na Rua da Triparia de Ponte de Lima.	Mç. 19.º. Fl. 19v - Emprazamento de umas casas na Rua da Triparia			
Prazo em três vidas de umas casas que estão na Rua da Sapataria de Ponte de Lima.	Talvez corresponda a: Mç. 12.º. Fl. 11v - Prazo em três vidas na Rua da Sapataria, em pergaminho.			
Prazo de um casal na freguesia de São Lourenço em Valdevez.	Mç. 11.º. Fl. 2v - Prazo de um casal na freguesia de S. Lourenço de Valdevez, em pergaminho.			
Prazo do casal da Tocoengua (?) em três vidas que está em S. Miguel do Barreo [Bárrio].	Poderá corresponder a este: Mç. 12.º. Fl. 11v - Prazo do Casal de Tozenda [sic], em pergaminho			
Aforamento de suas casas na Rua Nova de Ponte de Lima.	Poderá corresponder a: Mç. 19.º. Fl. 19r - Aforamento de umas casas na Rua Nova de Ponte de Lima, em pergaminho, em que estão embrulhados os papéis deste maço			
/Fl. 1v /				
Sentença do casal da várzea da freguesia de S. Vicente de Giela em que manda paguem o foro que no foral diz.	Mç. 11.º. Fl. 11r - Sentença do casal da Vargea [casal da Várzea] da freguesia de S. Vicente de Giela, em pergaminho			
Aforamento de umas casas na Rua Nova de Ponte de Lima.	Poderá corresponder a: Mç. 19.º. Fl. 20r - Aforamento de umas casas na Rua Nova, em pergaminho			
Emprazamento de umas casas que estão na Rua de Ponte de Lima.				
Emprazamento de umas casas que estão na Praça de Ponte de Lima.				
Compra de uma leira de herdade que está na cortinha d'Agro do Mouro na freguesia do Salvador dos Arcos e de outras terras que não faz menção donde estão.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Compra de uma leira de erdo [sic] que já está na cortinha de Agro do Mouro, em pergaminho.			
Foro de Fernão Anes [Fernão Eanes] das Casas das Pereiras.	Mç. 19.º. Fl. 20r - Foro de Fernão Eanes nas casas das Pereiras, em pergaminho			
Prazos tirados da torre do tomo por mandado do rei D. João feitos por D. Afonso conde de Bolonha e por D. Dinis seu filho.	Mç. 2.º. Fl. 2v - Um livro de prazos tirados da Torre do Tombo por mandado do rei D. João feitos por D. Afonso, conde de Belhona [Bolonha], e por D. Luís [Dinis], seu filho, em pergaminho com onze meias folhas de uma e outra banda escritas.			Não refere qual o rei D. João
Inquirição das casas e herdades reguengas da vila de Ponte de Lima.	Mç. 19.º. Fl. 20v - Inquirição das casas e herdades reguengas da vila de Ponte de Lima			
Sentença contra os de S. Paio de Jolda sobre os reguengos.	Mç. 12.º. Fl. 13r - Sentença contra os de São Paio de Jolda sobre os reguengos, em pergaminho. Serve de capa a este maço			
Carta de venda da Quinta da Silva.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Carta de venda da Quinta da Silva, em pergaminho.			
Carta de compra e posse da Quinta da Silva do termo de Valença.	Mç. 7.º. Fl. 7r - Carta de compra e posse da Quinta da Silva.			
Prazo de certas herdades do mosteiro de Sabadim.	Mç. 2.º. Fl. 2v - Um prado do Mosteiro de Sabadim (Sabadeni) de certas herdades, em pergaminho.			
Sentença para os foros de casas.				
Doação de como Abraão rabi deu ao visconde D. João a terra onde se enterraram.	Mç. 14.º. Fl. 15r - Doação de como Abraão rabi dos judeus deu ao visconde D. João o recouto (?) em que se enterravam		João de Lima	Não sabemos se é o filho de Leonel de Lima ou de Francisco de Lima
Sentença contra os da freguesia de Gondoriz sobre certos foros.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Sentença contra os da freguesia de Gondoriz, em pergaminho		Álvaro Rodrigues de Lima	
Prazo de uma vinha que está na freguesia de Santa Maria, d'além da ponte desta vila.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Prazo de uma vinha que está na freguesia de Santa Marinha, d'além da ponte desta vila, em pergaminho			
Escambo de um Garcia Lopes de Calheiros.	Mç. 14.º. Fl. 14r - Escambo de um Garcia Lopes de Calheiros, em pergaminho			
Prazo de umas terras e devesa no Sanguinhal e de umas casas em Ponte de Lima.	Mç. 19.º. Fl. 20r - Prazo de umas terras e devesa no Sangarinhal [sic] e de umas casas em Ponte de Lima, em pergaminho			



Sentença contra os de Cabreiros sobre certos foros.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Sentença contra os [de] Cabreiros sobre certos foros, em pergaminho			
Prazo do casal das Quinquostas da freguesia de Padreiro.	Mç. 11.º. Fl. 11r - Prazo do Casal das Cangostas na freguesia do Padreiro, em pergaminho			
Prazo das casas de Vicente Álvares entre vidas da Casa que está na Rua dos Mercadores.	Mç. 19.º. Fl. 20r - Prazo das casas de Vicente Álvares, em pergaminho			
/Fl. 2 /				
<b>Maço 2.º</b>				
Obrigação de Bartolomeu Dias desta vila em que se paga de uma vinha que fez na terra reguenga de sete alqueires de vinho.	Mç. 14.º. Fl. 14v - Obrigação de como Bartolomeu Dias desta vila paga de uma vinha que fez na terra reguenga de sete alqueires um, em papel			
Foro de Guilhadezes por via de reguengo.	Mç. 15.º. Fl. 16r - Foro de Guilhadezas [sic] por via de reguengo			
Mandado para a água do castelo.	Mç. 14.º. Fl. 15r - Mandado da água que vem ao castelo, em papel.			
Prazo de umas casas na Ribeira de Ponte de Lima.				
Prazo de uma bouça, digo de um lugar que se chama Bouça d'Abades no termo de Ponte de Lima.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Prazo de um lugar que se chama bouça da Abades no termo de Ponte de Lima, em pergaminho			
Carta para se não cortar madeira nem mato nas devesas de Ponte de Lima.	Mç. 14.º. Fl. 14v - Carta para se não cortar madeira nem mato nas devesas de Ponte de Lima, em pergaminho			
Prazo do casal de Serquido (?).	Poderá corresponder a: Mç. 12.º. Fl. 12v - Prazo do Casal do Cerquido na Cabração (?), em pergaminho.			
Carta de venda da casa do hospital (esprital).	Mç. 6.º. Fl. 6v - Carta de venda da casa do Hospital, em pergaminho			
Prazos tirados da Torre do Tombo por mandado do rei D. Duarte sobre alguns foros de Ponte de Lima	Mç. 14.º. Fl. 14v - Prazos tirados da Torre do Tombo por mandado do rei D. Duarte, em pergaminho		Leonel de Lima	
Prazo do casal do Pereiro da freguesia de Labruja.	Mç. 13.º. Fl. 13v - Prazo do casal do Pereiro na freguesia de Santa Maria de Labruja, em pergaminho			
Emprazamento de umas casas na Praça de Ponte de Lima.	Talvez possa corresponder a este: Mç. 12.º. Fl. 12r - Emprazamento de umas casas na Praça de Ponte de Lima, em pergaminho.			
Carta do rei D. João sobre as casas e devesas de Ponte de Lima.	Mç. 12.º. Fl. 12v - Cartas do rei D. João sobre as casas e devesas de Ponte de Lima, em pergaminho.			Não refere qual o rei D. João. Talvez seja D. João II
Prazo do montado de Chelo.	Mç. 12.º. Fl. 11v - Prazo do montado de Chelo, em pergaminho.			
Prazo de umas casas de Rendufe.	Mç. 12.º. Fl. 12v - Prazo das casas de Rendufe, em pergaminho			
Prazos tirados da Torre do Tombo do rei D. Afonso e D. Dinis sobre Jolda, Távora e outras terras.	Mç. 17.º. Fl. 17r - Prazos tirados da torre do Tombo do rei D. Afonso e D. Dinis sobre Jolda, Távora e outras terras em três folhas de pergaminho			
Prazo de umas casas na Rua dos Mercadores de Ponte de Lima.	Poderá corresponder a: Mç. 19.º. Fl. 19v - Outro prazo na mesma Rua [dos Mercadores] de umas casas			
Prazo de umas casas na Rua do Souto de Ponte de Lima.	Poderá corresponder a: Mç. 12.º. Fl. 12r-12v - Compra de uma casa na Rua do Souto, em /fl.12v/ Ponte de Lima, em pergaminho. Ou a Mç. 19.º. Fl. 19v - Prazo de umas casas na Rua do Souto de Ponte de Lima, em pergaminho			
Prazo de umas casas na Praça de Ponte de Lima.		Talvez possa ser este: Mç. 10.º. Fl. 1r - Prazo em pergaminho de umas casas na praça de Ponte(?) de Lima e dentro dela em papel um treslado do dito prazo que diz são casas de Luís de Meireles(?).		
Sentença para que os moradores de Bandara [e] da Portela paguem de lutuosa por morte do psoeiro a melhor peça do móvel que lhe ficar.	Mç. 12.º. Fl. 12v - Sentença para que os moradores de Brandara e da Portela paguem de lutuosa por morte do psoeiro a melhor peça de móvel que ficar ao visconde, em papel			
Emprazamento do casal da Tocoengua [sic] da freguesia de S. Miguel de Barreo.	Poderá corresponder a este: Mç. 12.º. Fl. 11v - Emprazamento do casal de Torenda [sic] na freguesia de S. Miguel do Barreo, em pergaminho.			
Aforamento de três casais em Labruja.	Mç. 13.º. Fl. 13v - Aforamento de três casais de Labruja, em pergaminho			
Carta de venda do lugar de Felgueiras e concelho de Geraz				
Compra de uma casa na Rua do Souto de Ponte de Lima [...].				
Prazo do pardieiro da escada de Gonçalo Peres [Gonçalo Pires], mercador.	Mç. 19.º. Fl. 20r - Prazo do pardieiro da escada de Gonçalo Peres, mercador, em pergaminho			
Prazo de umas casas na Rua da Sapataria de Ponte de [Lima].	Poderá corresponder a: Mç. 19.º. Fl. 19v - Prazo de umas casas na Rua da Sapataria de Ponte de Lima			
/Fl. 2v /				
Prazo de D. Isabel de um casal na freguesia de Prozelos.			Isabel de Noronha	D. Isabel. Deverá ser D. Isabel de Noronha, esposa de D. Francisco de Lima
Prazo da quinta de Prozelos.	Mç. 13.º. Fl. 13r - Prazo da Quinta de Perozelo [sic], em pergaminho			
Escambo entre os de Loureda e o Visconde.	Mç. 13.º. Fl. 13r - Escambo entre os de Loureda e o visconde, em pergaminho			
Prazo de umas casas na Sapataria de Ponte de Lima.	Poderá corresponder a: Mç. 19.º. Fl. 20r - Prazo de umas casas na Sapataria de Ponte de Lima, em pergaminho			
Prazo de casas e vinhas, terras e devesas na freguesia de Grade.	Mç. 13.º. Fl. 13v - Prazo de casas, vinhas, terras, devesas na freguesia de Grade, em pergaminho			
Carta de venda da Quinta de Penafiel, no termo de Valença.	Mç. 6.º. Fl. 6r - Carta de venda da Quinta da Penafiel, em pergaminho			
Inquirição para os reguengos desta vila.	Mç. 19.º. Fl. 19v - Inquirição para os reguengos desta vila			
Regimento dos reguengos do redor de Ponte de Lima.	Mç. 14.º. Fl. 14v - Regimento do reguengo que o visconde tem de juro ao redor da vila de Ponte de Lima, em papel			
Prazo [d]e vinha e herdade de Agro de Cortes entre Parada e Giela.	Mç. 17.º. Fl. 17r - Prazo da vinha e herdade de Agro de Cortes, entre Parada e Giela, em pergaminho			
Prazo do casal do Pieiro (?) na freguesia de Labrujó.	Mç. 13.º. Fl. 14r - Prazo do casal do Peeyro (?) na freguesia de Labrujo, em pergaminho			
Prazo do Casal do Couto da igreja de Sabadim.	Mç. 13.º. Fl. 13r - Prazo do casal do Couto da igreja de Sabadim, em pergaminho			
Compra de uma fazenda em S. Miguel da Facha.				
Carta de venda da Casa de Carrazedo.	Talvez corresponda a: Uma carta de venda da Casa de Carracido em um quarto de pergaminho. Mç. 2.º. Fl. 3r.			
Aforamento de umas casas na Triparia.				
Prazo de umas casas na Rua da Sapataria.	Poderá corresponder a: Mç. 19.º. Fl. 19v - Prazo de umas casas na Rua da Sapataria, em pergaminho			
Venda de umas herdades na Vacaria.	Mç. 6.º. Fl. 6v - Venda de uma herdade na Vacaria, em pergaminho			
Compra de um campo no Cardal.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Compra de um campo no Cardal, em pergaminho. Talvez corresponda a: Mç. 11.º. Fl. 11r - Carta de venda de um campo que está junto o Cardal, em papel			
Compra de umas casas e outras casas na vila de Valença.				
Prazo de uns prados em Bouça de Dom na Labruja.	Mç. 13.º. Fl. 13r - Prazo de uns prados de bouça de Labruja, em pergaminho			
Aforamento de uma herdade a Afonso Fernandes na freguesia de Insalde [Emsalde].	Mç. 17.º. Fl. 17r - Aforamento de uma [herdade] a Afonso Fernandes de Insalde [Emsalde], em pergaminho			
Compra de umas casas na Rua da Carniçaria.	Mç. 19.º. Fl. 20r - Compra de umas casas na Rua da Carneçaria, em pergaminho			
Prazo de umas casas ao Outeiro.	Mç. 19.º. Fl. 20r - Prazo de umas casas ao Outeiro de Celas, em pergaminho			
Carta de compra da Quinta de Jolda.	Mç. 17.º. Fl. 17r - Carta de compra da Quinta de Jolda, em pergaminho			
Maço de cartas de venda das terras e vinhas que meteram no pomar à porta do Souto desta vila.				
Herdades reguengas que vagaram por morte de Diogo Pereira almoxarife para o castelo de Ponte de Lima.	Mç. 14.º. Fl. 15r - Herdades reguengas que vagaram por morte de Diogo Pereira, almoxarife, em pergaminho			

Aforamento da terra de Vinhães (Vinhains).	Mç. 13.º. Fl. 14r - Aforamento da terra de Vinhãos [sic], em pergaminho		
Emprazamento de umas casas na Praça de Ponte de Lima.	Talvez possa corresponder a este: Mç. 12.º. Fl. 12r - Emprazamento de umas casas na Praça de Ponte de Lima, em pergaminho.		
/Fl. 3/			
Testamento de João Esteves, abade da freguesia em que deixou por herdeiro ao visconde D. Leonel.	Mç. 13.º. Fl. 13r - Testamento de João Esteves, abade de Ferreira, em que deixou por herdeiro ao visconde Leonel de Lima, em pergaminho.		Viscondado de D. Leonel
Prazo de um monte em vale de Guam (?) da freguesia de Távora.	Mç. 13.º. Fl. 14r - Prazo de um monte em Vale de Cam, na freguesia de Távora, em pergaminho		
Prazo do mosteiro de Sabadim.	Mç. 17.º. Fl. 17v - Prazo do mosteiro de Sabadim, em pergaminho		
Carta de venda de um campo que está junto à Cardela.		(procurar cardada)	
Compra de umas casas nas Pereiras.	Mç. 12.º. Fl. 12v - Compra de umas casas nas Pereiras, em pergaminho		
Prazo de umas casas na Rua de Estêvão João em Ponte de Lima.	Poderá corresponder a: Mç. 19.º. Fl. 20r - Prazo de umas casas na Rua de S. João em Ponte de Lima, em pergaminho ?		
Sentença dos reguengos de Prozelo.	Mç. 18.º. Fl. 19r - Sentença do reguengo de Prozelo, em pergaminho		
Sentença de umas herdades no termo de Ponte de Lima.	Poderá corresponder a: Mç. 12.º. Fl. 11v-12r -Sentença de uma herdade no termo de Ponte de Lima /fl. 12/ em pergaminho.		
Rol das casas e herdades e outra fazenda que está emprazada em Valdevez.	Mç. 11.º. Fl. 11v - Rol das casas, herdades e outra fazenda que está emprazada em Valdevez, em papel		
Prazo de umas casas feito ao Visconde que estão junto a Fernão de Morim.	Mç. 12.º. Fl. 12v - Prazo em três vidas feito ao visconde de umas casas junto a Fernão de Amorim, que são de uma capela, em pergaminho.		
Doação da Quinta da Courela.			
Prazo de umas casas na Rua do Souto.	Pode corresponder a: Mç. 12.º. Fl. 11v - Prazo de umas casas na Rua do Souto, em papel		
Prazo de um casal reguengo em Vilar de Monte.	Mç. 13.º. Fl. 13v-14r - Prazo de um casal reguengo em Vilar do Monte /fl. 14/, em pergaminho		
Sentença de dois casais que houve Dona Teresa da Silva.	Mç. 13.º. Fl. 13v - Sentença de dois casais que houve D. Teresa da Silva, em pergaminho		Teresa da Silva
Cartas de compra de terras e vinhas na Vacaria de Ponte de Lima.	Mç. 6.º. Fl. 6r - Carta de compra de um lugar, terras, vinhas na Vacaria desta vila, em pergaminho		Francisco de Lima, Isabel de Noronha
Prazo do casal das Filiosas (?) da igreja de Sabadim .	Talvez possa corresponder a: Mç. 13.º. Fl. 13r - Prazo do casal das Tellozas [sic] da igreja de Sabadim, em pergaminho, que serve de capa a este maço		
<b>Maço 3.º</b>			
Carta do rei de casas e herdades reguengas de Ponte de Lima.			
Sentença contra o Visconde de uma quinta em Santo Estêvão de Riba Lima.			
Declaração dos forais.	Mç. 11.º. Fl. 11v - Declaração dos forais, em papel		
Carta de troca do Visconde com Afonso de Caminha em q[eu] [...] instrumento de posse.			
Inquirição que tirou o corregedor António Correia em Coura p[...] de Fernão de Pina.	Poderá corresponder a: Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Inquirição que tirou o corregedor em Coura		
/ Fl. 3v /			
Regimento feito ao corregedor sobre as casas reguengas.			
Penhores que se fizeram em Sabugueiro (?) concelho de Coura a uns caseiros que não queriam pagar os foros.	Mç. 18.º. Fl. 19r - Penhoras que se fizeram no conselho de Coura em Tabugueiro (?), em papel		
Sentença sobre umas ltuosas.	Pode corresponder a este: Mç. 11.º. Fl. 11r - Sentença de uma ltuosa, em papel.		
Carta de compra da metade da devesa e pomar da Quinta de Santo Estêvão.			
Feito do Visconde contra João Galego sobre um casal.			
Sentença sobre uns reguengos.	Poderá corresponder a: Uma sentença de uns reguengos, em papel. Mç. 4.º. Fl. 3v.		
Sentença sobre uma casa reguenga de Fernão de Morim.	Mç. 12.º. Fl. 12v - Sentença sobre uma casa reguenga de Fernão de Amorim, em papel.		
Inquirição sobre umas devesas de Coura.	Mç. 7.º. Fl. 7r - Inquirição sobre umas devesas de Coura, em papel		
Sentença de umas casas na Rua da Sapataria de Ponte de Lima.			
Instrumento de agravo sobre uns reguengos.			
Prazo de umas casas que estão na Praça desta vila .			
Prazo na Rua do Carrazedo desta vila.	Mç. 2.º. Fl. 2r - Um prazo da Rua do Carrecido na mesma vila [Ponte de Lima], em papel		
Carta de compra dos reguengos de Paçô.	Mç. 11.º. Fl. 11v - Carta de compra de uns reguengos em Paçô, em papel		
Carta de venda de uma casa na Rua de Carrazedo na vila de Ponte de Lima.	Mç. 2.º. Fl. 2r - Uma carta de venda de uma casa na Rua do Carrecido da Vila de Ponte de Lima, em pergaminho		
Carta citatória para uns reguengos.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Carta citatória para uns reguengos, em papel		
Escritura e contrato de Gonçalo Galego e Lopo Álvares de Távora.	Mç. 11.º. Fl. 11r - Escrituras e contrato de um Gonçalo Galego e de um Lopes Álvares de Távora, em papel		
Apegamento do casal reguengo do Sovereiro [sic].	Poderá corresponder a: Mç. 12.º. Fl. 12v - Apegamento do casal reguengo do Sobreiro, em papel.		
Feito cível sobre certas herdades reguengas contra Pero Dias [Pedro Dias], escudeiro e, Ponte de Lima.	Mç. 19.º. Fl. 20v - Feito cível sobre certas herdades reguengas contra Pedro Dias, escudeiro de Ponte de Lima		
Sentença sobre o cortar das devesas.	Mç.º 4.º. Fl. 4v - Sentença sobre o cortar das devesas, em papel		
Caderno de cartas de vendas, prazos e codicilos (quodecillos?).	Mç. 2.º. Fl. 2v - Um caderno de cartas de rendas, prazos e codicilos, em papel.		
Sentença de uns reguengos em São Martinho da Gandra.	Mç. 4.º. Fl. 3v - Sentença de uns reguengos em S. Martinho da Grandre [Gandra], em papel.		
Feito cível contra João Galego sobre o casal da Cal.	Talvez corresponda a: Mç. 12.º. Fl. 12v - Sobre o casal da Cal, em papel.		
Sentença contra Catarina Anes [Catarina Eanes] de Paçô sobre um foro.	Mç. 5.º. Fl. 5r - Sentença contra Catarina Anes [Catarina Eanes] do Posso [Paçô] sobre um foro		
Carta de venda de uma vinha.			
[F]eito cível contra João de Santiago de Rendufe sobre certos [r]eguengos.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Feito contra João de Santiago de Rendufe, em papel		
/Fl. 4 /			
Contrato de certas casas reguengas.		Mç. 10.º. Fl. 1v - Contrato de certas casas reguengas.	
Sentença contra Marcos Lourenço de Coura sobre certos foros.	Mç. 5.º. Fl. 5v - Sentença contra Marcos Lourenço de Coura sobre certos foros em papel		
Requerimento sobre um foro de São Martinho de Bural [Beiral do Lima].	Mç. 13.º. Fl. 13v - Requerimento sobre um foro de S. Martinho de Bural de Lima [Beiral do Lima], em papel		
Feito cível contra João Afonso de Santa Maria sobre certas herdades reguengas.	Mç. 19.º. Fl. 20v - Feito contra João Afonso de Santa Marinha		
Conhecimentos de alguns campos e herdades que o visconde arrendou a alguns lavradores.			
Caderno de conhecimentos e obrigações de terras e herdades que estão aforadas a lavradores.	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 26v - Um caderno de conhecimentos e obrigações de terras e herdades que estão aforadas a lavradores		
Agravo que tiraram os de Santo Estêvão sobre a medida do pão ser nova ou velha.	Mç. 8.º. Fl. 8r - Agravos que tiraram se Santo Estêvão sobre a medida do pão ser velha, ou nova, em papel.		
Sentença para os de Santo Estêvão pagarem os foros.	Mç. 5.º. Fl. 5v - Sentença para os de Santo Estêvão pagarem foros em papel		

Prazo do casal da Curugeira.	Mç. 2.º. Fl. 3r - Um prazo do Casal de Curugeira		
Prazos da Quinta do Penedo de Valdevez.	Mç. 11.º. Fl. 11r - Prazo da Quinta do Penedo de Valdevez, em papel		
Obrigação de um rego de água das Moendas (?) de Valdevez.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Obrigação de um rego de água das Moendas de Valdevez, em papel		
Apegamento do casal reguengo do Sovereiro.	Poderá corresponder a: Mç. 12.º. Fl. 12v - Apegamento do casal reguengo do Sobreiro, em papel.		
Prazo de um campo em Padreiro.	Mç. 11.º. Fl. 11v - Emprazamento de um campo em Padreiro do Rio d'Alvara (?), em papel		
Carta de venda de uma vinha em Cendufe.			
Sentença nos foros de Santo Estêvão.			
Requerimento que .... nos casais reguengos que o são.			
<b>Maço 4.º</b>			
Sentença de uma terras de Lordelo.			
Sentença contra Domingos Fernandes da Cunha sobre certos foros.	Mç.º 4.º. Fl. 4v - Sentença contra Domingos Fernandes da Cunha sobre certos foros, em papel		
Sentença de umas casas reguengas nesta vila de Ponte de Lima.			
Sentença contra Maria Delgada sobre uma deve[sa] [regue]nga no lugar da Roseira [sic] de Ponte de Lima.	Mç. 12.º. Fl. 12v - Sentença contra Maria Delgada sobre uma devesa reguenga no lugar da Ronseira [sic] de Ponte de Lima, em papel.		
/Fl. 4v /			
Treslado da doação dos reguengos desta vila de Ponte de Lima com despacho.	Mç. 9.º. Fl. 8v - Treslados da doação dos reguengos de Ponte de Lima, em papel (nota lateral: Foi para Lisboa)		
Quitação de Dona Isabel de Lima de quarenta mil reais.	Mç.º 5.º. Fl. 5r - Quitação de D. Isabel de Lima, em papel	Isabel de Lima	Filha de D. João de Lima?
Prazo do casal da Socarreira na freguesia de Jolda.	Mç. 11.º. Fl. 11r - Prazo do casal de Subcarreira na freguesia de Jolda, em papel.		
Sentença contra Pero Anes [Pero Eanes], ferreiro de Ponte de Lima sobre umas vinhas e terras foreiras em S. Martinho.	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Sentença contra Pedro Eanes [Pedro Anes] Ferreiro sobre umas vinhas e terras foreiras em S. Martinho		
Instrumento de juramento que se deu aos antigos da Portela para que desobrigassem a fazenda reguenga.	Mç. 8.º. Fl. 8r - Instrumento de juramento que se deu aos antigos da Portela para que descobrissem a fazenda da Reguenga, em papel		
Instrumento do casal de Várzea na freguesia de Giela.			
Sentença do campo reguengo do Pinheiro.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Sentença do campo reguengo do Pinheiro que possui o visconde, meu senhor, em papel.		
Feito da bouça de devesa Moega em Coura.	Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26v - Feito da bouça da devesa da Moenga, em Coura		
Aução [Ação] de Luís de Brito contra Garcia Carneiro e Jorge Esteves de dinheiro que lhe deviam.	Mç. 5.º. Fl. 5r - Ação de Luís de Brito contra Gaspar Carneiro, em papel		
Instrumento de vila Nova da tomada do alcaide.	Mç. 5.º. Fl. 5r - Instrumento da tomada de Vila Nova, em papel velho e ruído		
Paga de doze mil reais que o Visconde Dom Francisco paga.		Francisco de Lima	Não sabemos qual dos viscondes é
Carta de venda do Chão de Álvaro Rodrigues.	Mç. 5.º. Fl. 5r - Carta de venda do chão de Álvaro Rodrigues e Pedro (?) Correia, em papel		
Escambo de uns campos e herdades em Santo Estêvão, freguesia da Facha.			
Alvará do rei para o almoxarife entender nas casas reguengas [sic].	Mç. 9.º. Fl. 8v - Alvará do rei para que o almoxarife não [sic] entenda nas coisas reguengas, em papel. / Ou talvez corresponda a este: Mç. 6.º. Fl. 6v - Alvará para aforar as casas reguengas em Ponte de Lima, em papel.		
Treslado de uma sentença dos contadores.	Talvez corresponda a este: Mç. 5.º. Fl. 5r - Treslado dos mandados dos contadores, em papel.		
Suprimento de idade de António de Sá e contrato de João Rodrigues e de seu filho.	Mç. 5.º. Fl. 5r - Suplemento [sic] da idade de António de Sá, em papel		
Prazo do casal de Bouça d'Abades.	Mç. 11.º. Fl. 11r - Prazo do casal de Bouça d'Abades, em papel		
/Fl. 5/			
Treslado de umas sentenças de agravos sobre uma apelação de que o corregedor entendeu nas terras do Visconde.	Mç. 9.º. Fl. 8v - Treslado de uma sentença de agravo sobre uma apelação, em papel		
Dos direitos de Rio Frio.			
Contrato entre João Rodrigues de Sá e António de Sá.	Mç. 5.º. Fl. 5v - Contrato entre João Rodrigues de Sá e António de Sá, em papel		
Sentença do Juiz dos Órfãos de Lisboa sobre uns quatrocentos mil reais de Jorge de Lima e João de Melo de Lima.	Mç. 4.º. Fl. 4v - Sentença do juiz dos órfãos de Lisboa sobre uns quatro mil reais, em papel		
Treslado do alvará do rei de cinco mil reais.			
Verba do testamento do abade de Fornelos sobre uma casa reguenga.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Verba do testamento do abade de Fornelos, em papel		
Provisão do Visconde do casal de Vilar do Monte.			
Prazo do campo e devesa de Boulhosa.	Mç. 13.º. Fl. 13v - Prazo do campo e devesa de Boulhosa, em papel		
Escambo de um campo em Valdevez.			
Carta de venda de um campo em Nogueira.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Carta de venda de um campo em Nogueira, em papel		
Requerimento sobre a Quinta de Paredes.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Requerimento sobre a quinta de Paredes em papel		
Para que nenhum filho do Visconde entre em suas terras.	Mç. 5.º. Fl. 5v - Para que nenhum filho do Visconde, não estejam nas terras, em papel		
Testamento de D. Leonel.	Mç. 5.º. Fl. 5r - Com mais um testamento de D. Leonel, em papel		
Conhecimento de um chão que está ao castelo.	Mç. 14.º. Fl. 15r - Conhecimento de um chão que está do castelo de D. Jorge de Castro, em papel		
Treslado de uma carta de venda de umas casas em Ponte de Lima.	Mç. 5.º. Fl. 5v - Treslado de uma carta de venda de umas casas em Ponte de Lima, em papel		
Alvará de umas herdades de Gonçalo d'Asseiras.			
Que os vedores da fazenda não façam fatiota da fazenda dos direitos reais em Ponte de Lima.	Talvez corresponda a: Mç. 5.º. Fl. 5v - Que os vedores da fazenda não passem aforamentos, em papel		
Serviços de criados e pagas deles.			
Sentença que seu o juiz de Geraz (laras) contra os de [...]			
<b>Maço 5.º</b>			
<b>De Padroados e outras coisas tocantes a igrejas</b>			
Um caderno em pergaminho na cabeça do qual está este sinal "O" e às costas está o padroado da igreja de S. Cosme			
Um caderno de padroados de Bico e no caderno dos de Sabadim estão mais alguns desta igreja.	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Padroado de Bico, nos de Sabadim estão de mistura alguns diz o título, em papel		
Um caderno dos de Paredes e nos da Castanheira esta também e outros de mistura.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Padroados de Paredes, nos da Castanheira está outro de mistura, em papel		
Padroados de Vilar do Monte.	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Padroados de Vilar do Monte, em papel		
Um caderno de Sabadim no caderno dos de Gondoriz estão três desta igreja.	Poderá corresponder a: Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 24r - Padroado de Sabadim nos de Gondoriz estão três de mistura diz o título		
Um caderno dos padroados de Gondoriz e no caderno dos de Aboim estão uns desta igreja.			
Um caderno de padroados de Rubiães e um caderno dos de Aboim estão uns desta igreja.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Padroados de Rubiães, está outro nos de Aboim diz o título		
Padroado de S. Miguel do Bário (Barreo) e no de S. Vicente de Távora está um de mistura.			
Padroado de Cabreiro, em S. Paio de Égua Longa [Aqualonga] está um de mistura.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Padroado de Cabreiro, em papel		
Padroados de Aboim.			

Padroados de S. Vicente de Távora e S. Miguel de Bárrio (Barreo).	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Padroados de S. Vicente de Távora e S Miguel do Barreo [Bárrio], em papel			
Padroado de Santa Maria de Távora, no de Bico está um de mistura e no de S. Vicente de Távora.	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v-24r - Padroado de Santa Maria de Távora, nos de Bico /fl. 24/ está um de mistura e nos de S. Vicente de Távora diz o título, em papel			
Um ... o padroado está em o caderno de pergaminho e às costas (?) ... está outra do ... do padroado da freguesia de S. Cosme e sua anexa que ... para o feito sobre ela ... diante do arcediogo como ....				
/Fl. 6 /				
Padroado de S. Pedro do Souto.	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Padroado de S. Pedro de Souto, em papel			
Padroados da Castanheira.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Padroados da Castanheira, em papel			
Padroado de Santo André de Portela.	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Padroado de Santo André da Portela, em papel			
Padroados de Redemoinhos e nos de Sabadim estão alguns.	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Redemoinhos, e nos de Sabadim estão alguns [papéis dos padroados?]			
Papéis sobre a igreja de Padroso.				
Padroado de Crestelo [Cristelo] nos da Castanheira estão outros juntos.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22v - Padroado de Cristelo no de Castanheira e são outros juntos, diz o título, em papel			
Padroados de Monte Redondo.	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Padroado de Monte Redondo, em papel			
Padroado de Linhares em Coura e de Santiago de Cendufe e de Santa Crestinha [Cristina].	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Padroados de Linhares em Coura e de S. Tiago de Cendufe e Santa Cristina, em papel			
Padroado de S. Paio de Agualonga e sua anexa.	Talvez corresponda a: Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22v - Padroado de S. Paio de Água Longa			
Padroado de S. Paio de Mozelos, de Padornelo, Giela (?), ..., São Tomé de Guei e São Pedro dos Arcos e no de Cabreiro está outro desta igreja São Pedro dos Arcos, Santa Comba de Valdevez, São Martinho, Santa Cruz em Burreal. De Mozelos está outro padroado no caderno dos de Valdevez. E de São Pedro dos Arcos está outro nos de Cabreiro.				
Um padroado de Guilhadezes.				
Sentença da metade sem cura de Santa Maria d'Oliveira em Valdevez.				
Uma súplica sobre as igrejas que queriam anexar a capela de S. Sebastião.	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Treslado da Suplica que o Visconde fazia sobre a anexação de algumas igrejas à capela de São Sebastião, em papel			
Anexação da igreja de Sentar [Santar] ao arceprelado de Valdevez.	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Anexação da igreja de Santar ao arceprelado de Valdevez, em papel			
Confirmação de S. Paio de Água Longa [Agualonga] d'apresen[ta]ção do Visconde.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - De Água Longa S. Paio da apresentação do Visconde, em pergaminho			
/ Fl. 6v /				
Anexação da igreja de Mei a Aboim.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Anexação da igreja de Mei e Santo Estêvão de Aboim, em pergaminho			
Padroados de Vila Nova de Cerveira por el rei.	Poderá ser talvez: Mç. 9.º. Fl. 8v - Provisão do rei para tirarem da Torre do Tombo os padroados da Igreja de Vila Nova, em pergaminho		Leonel de Lima	
Instrumento de posse das igrejas e padroados do Visconde que tomou o Sr. Luís de Brito como curador de seu filho.			Luís Brito Nogueira	Na qualidade de tutor de D. Lourenço
Anexação de Santo Estêvão de Guilhadeses ao arceprelado de Valdevez, em pergaminho.	Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Anexação de Santo Estêvão de Guilhadeses ao arcebisado de S. Cosme de Valdevez			
Anexação de S. Paio de Jolda, pergaminho.				
Apresentação do Salvador de Cabreiro.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Apresentação do Salvador de Cabreiro, em pergaminho			
Anexação de Santa Comba d'Eira e S. Vicente de Giela, nos de Aboim estão os padroeiros, pergaminho.	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Anexação de Santa Comba de Eiras e S. Vicente de Giela, em pergaminho			
Apresentação do Salvador de Sabadim, pergaminho.	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Apresentação de Salvador de Sabadim, em pergaminho			
Apresentação de S. Pedro da Castanheira, pergaminho.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 21v - Apresentação de S. Pedro da Castanheira, em Coura			
Sentença de Sabadim, pergaminho.	Pode corresponder a Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Sentença de Sabadim, em pergaminho. Ou a: Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Sentença sobre a igreja de Sabadim			
Anexação de Cabreiros ao arceprelado de Valdevez, pergaminho.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Anexação de Cabreiro ao arceprelado de Valdevez, em pergaminho			
Renúnciação de Santa Maria de Labrujó, pergaminho.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Renúnciação de Santa Maria de Labrujó, em pergaminho			
Confirmação de Santo Estêvão [sic] da Portela, pergaminho.	Talvez correponda a: Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Confirmação de Santo André da Portela			
Para proverem a Rui Gonçalves na igreja de Cabreiro, pergaminho.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - Para proverem a Rui Gonçalves na igreja do Salvador de Cabreiro do bispado de Tui			
Padroado de Santa Maria de Labrujó.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Padroado de Santa Maria de Labrujó, em papel			
Confirmação da mesma igreja, pergaminho.				
Apresentação de Aboim e Mei, pergaminho.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Apresentação da Aboim e Mei, em pergaminho			
Confirmação de Santa Maria de Perozelo [Prozelo], pergaminho.				
Caderno das posses da mesma igreja.				
Doação do padroado de S. G.e (Gens?), pergaminho.				
Confirmação de Crestelo [Cristelo], pergaminho.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Confirmação de Cristelo, em pergaminho			
Padroado de Aboim.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - Padroado de Aboim, em papel			
Título da igreja de Cabreiro, pergaminho.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Título da igreja de Cabreiro, em pergaminho			
Um padroado em pergaminho, cuja letra estava apagada.				
Posse dos padroados de Valdevez e Coura pelo Sr. Luís de Brito, em três cadernos.			Luís de Brito Nogueira	
Processo da igreja de Aboim, pergaminho grande.	Poderá corresponder a: Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - Sobre a igreja de Aboim, em pergaminho			
Instrumento da igreja de Sabadim, pergaminho grande.	Poderá corresponder a: Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Instrumento do padroado de Sabadim			
<b>Maço 6.º</b>				
Confirmação das terras do Visconde	Talvez possa corresponder a: Mç. 3.º. Fl. 3r. Uma confirmação das terras do Senhor Visconde, em pergaminho.			
Conserto entre o Visconde e moradores de Vila Nova sobre os foros.	Mç. 6.º. Fl. 6v - Conserto entre o sr. Visconde e os moradores de Vila Nova sobre os foros, em pergaminho			
Sentença contra o Visconde D. Francisco dos de Sanfins.			Francisco de Lima	Não sabemos qual dos viscondes é
Duas sentenças juntas para não tirarem presos (?) das terras do Visconde.				

Sentença para que os corregedores não tirem feitos, nem mandem tirar devassas nas terras dos Viscondes nem conheçam de apelação delas.	Mç. 17.º. Fl. 17r - Sentença do sr. Visconde por onde os corregedores não deem seus feitos, nem mandem tirar devassas nas suas terras, em oito folhas de pergaminho. Não temos a certeza. / Eventualmente pode ser este: Uma sentença para que os corregedores não tomem mantimentos por menos do que valem, em pergaminho, Mç. 4.º. Fl. 4r? Este corresponde ao sumário no verso de VNC, cx. 12, n.º 19, que, na realidade, não parece ser uma sentença, mas a cópia de um conjunto de artigos de capítulos de cortes, com um conjunto de determinações em relação aos abusos praticados pelos corregedores.		Leonel de Lima	
Sentença sobre os oficiais de Fraião.	Mç. 6.º. Fl. 6v - Sentença sobre os oficiais de Fraião, em pergaminho			
Do rei D. Manuel para os oficiais das terr[as dos] Viscondes se chamarem por eles.	Talvez corresponda a esta: Mç. 6.º. Fl. 6r - Do rei D. Manuel para se os juizes e escrivães chamarem pelo Sr. Visconde, em pergaminho			
/Fl. 7v /				
Carta do rei para usar da jurisdição como costumava antes da vinda dos corregedores.	Mç. 14.º. Fl. 14r - Carta do rei para usar da jurisdição como costumava antes da vinda dos corregedores, em pergaminho			
Sentença para não tirarem presos nem feitos das terras dos Viscondes.	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Sentença sobre não tirarem os presos nem feitos das terras dos Viscondes			
Sentença sobre as ltuosas de Fraião.	Mç. 6.º. Fl. 6v - Sentença sobre ltuosas de Fraião, em papel.			
Sentença sobre um agravo de uma ação nova de que o corregedor conheceu.	Mç. 6.º. Fl. 6r - Sentença sobre um agravo de uma ação nova de que o corregedor conhece nas terras do sr. Visconde, em papel.			
Requerimento que fez o Visconde D. Francisco ao juiz de Fraião.	Mç. 6.º. Fl. 6v-7r - Requerimentos que fez o visconde ao juiz de Fraião /fl.7 / em papel	Francisco de Lima		Não sabemos qual dos viscondes é
Sentença que não levem presos das terras do Visconde.	Mç. 18.º. Fl. 19r - Sentença que não levem presos das terras do visconde			
Feito sobre as auções [ações] novas.	Mç. 6.º. Fl. 7r - Feito sobre as ações novas, em papel			
Sentença contra os de Geraz (Jarás) sobre fazerem oficiais.	Mç. 6.º. Fl. 7r - Sentença contra os de Geraz sobre o que fazer dos oficiais, em papel			
Sentença de agravo sobre tirarem presos das terras do Visconde.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Sentença de agravo sobre tirar os presos das terras do Visconde. Talvez possa corresponder a: - Sentença em que o rei manda a um corregedor por tirar os presos das terras do sr. Visconde, os torne a sua cadeia, escrita em doze meias de folhas de pergaminho. Mç. 6.º. Fl. 6v.			
Doação do mosteiro de Sanfins em que lhe faze, mercê do couto que tem.	Mç. 6.º. Fl. 7r - Doação do convento de Sanfins, em que mercê do couto que tem, em papel			
Sentença que houve Dona Teresa da Silva sobre pôr meirinho contra os moradores de Fraião, pergaminho.	Mç. 6.º. Fl. 6r-6v - Sentença que houve D. Teresa da Silva contra os /fl. 6v/ moradores de Fraião, em pergaminho	Teresa da Silva		
Carta de venda do ofício de escrivão dos órfãos de Valdevez.	Mç. 6.º. Fl. 6v - Carta de venda, do ofício do escrivão dos órfãos de Valdevez, em papel			
Treslado de uma verba do foral de Fraião.	Mç. 6.º. Fl. 7r - Treslado de uma verba do foral de Fraião, em papel			
Do rei D. Afonso que faz mercê a D. Leonel que possa usar dos poderes que tinha nas suas terras antes que os corregedores fossem a elas.	Mç. 5.º. Fl. 5r - Sobre D. Afonso em que faz mercê a D. Leonel que possa usar dos poderes que tinha em suas terras antes que os corregedores fossem a elas, em pergaminho		Leonel de Lima	
/Fl. 8 /				
<b>Maço 7.º</b>				
Processo discernido das bulas de António da Rocha da igreja de S. ...				
Dois mapas da causa do ...				
Pareceres sobre as igrejas.				
Título de Vilar do Monte.				
Confirmação de certas igrejas. [Nota lateral:] Este tirei para .. é uma provisão do tempo de D. Manuel que ....				
Confirmação de S. Miguel do Bário (Barreo).				
Confirmação de Peroselo [Prozelo].				
Outra confirmação de núncio de S. Miguel de Bário (Barreo).				
Confirmação de Aboim em Lopo Rodrigues.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Lopo Rodrigues confirmado, apresentação do Visconde D. João na igreja de Santo Estêvão de Aboim, em pergaminho	João de Lima		Não sabemos qual dos viscondes é
Confirmação da metade sem jura (?) de S. Pedro dos Arcos.				
Bula sobre Arga d'Aboim.				
Papéis antigos tocantes a S. Pedro dos Arcos.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - Papéis tocantes a S. Pedro dos Arcos do Vale			
Título de S. Pedro de Rubiães (Rubiães/Ruiiães).	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Título de S. Pedro de Rubiães, em pergaminho			
Título de S. Pedro dos Arcos.				
Sete instrumentos do padroado de Bandara.	Pode corresponder a este: Um maço pequeno de papéis que diz o título: pareceres sobre a igreja de Brandara, em papel. Mç.º 3.º Fl. 3v.			
Três instrumentos ao abade de Padroso.				
Papéis de importância tocantes a Linhares.				
Papéis por onde se pode ver como correram algumas demandas.				
Sentença do rei para meu ouvidor poder conhecer em Ponte de Lima.	Mç. 1.º. Fl. 1v-2r - Uma sentença do Rei em que manda que o ouvidor do dito Visconde conheça das coisas da dita vila /fl. 2/ de Ponte de Lima, num pergaminho			
Alvará para poder ter escrivão do meu ouvidor, está dentro no outro (?).	Mç. 1.º. Fl. 1v - Um alvará do Rei para o Sr. Visconde poder ter seu escrivão com ouvidor, em papel			
Provisão para poder demandar as casas e foros de Ponte de [Lima].	Mç. 1.º. Fl. 2r - Uma provisão para poder demandar as casas e foros desta vila de Ponte de Lima, em pergaminho			
Dois feitos juntos, um por que se tomou posse de minhas [terras?] [...] do rei e outro por que se me deu a mim a dita posse.				
Sentença para cobrar o dinheiro de Vila Nova.	Mç. 1.º. Fl. 1r - sentença para o dinheiro de Vila Nova de Cerveira em um pergaminho			
Sentença contra António Lopes Calheiros.	Mç. 1.º. Fl. 1v - Uma sentença contra António Lopes Calheiros, em papel			
Para fazer Vila o lugar dos Arcos.	Mç. 1.º. Fl. 2r - Para fazer vila o lugar dos Arcos (?), em pergaminho			
Por que o rei D. Afonso dá ao príncipe D. João seu reino.	Mç. 1.º. Fl. 2r - Um título que o rei D. Afonso dá ao príncipe D. João, seu filho, a governação do reino, em pergaminho			
/fl. 7v /				
Confirmação da terra de Bural [Beiral do Lima] de juro e herdade.	Poderá ser o mesmo que o descrito no Mç. 1.º. Fl. 1v - Uma confirmação da terra de Beiral de Lima em um pergaminho			
Sentença que o Visconde fizesse os oficiais de justiça em Geraz (laras) e nas mais terras suas.	Mç. 1.º. Fl. 2r - Uma sentença para o dito Visconde fazer oficiais de justiça em Geraz e mais terras suas, em papel.			
<b>Título dos papéis que tirei do Cartório e levo para Lisboa</b>				
Doação da terra de Bural [Beiral do Lima] por D. Filipe I.			[Lourenço de Lima]	
Doação do acostamento (?) na Casa da Madeira pelo mesmo rei.			[Lourenço de Lima]	
Doação da capitania de Vila Nova do mesmo rei.			[Lourenço de Lima]	
Doação para todos oficiais se chamarem por mim do mesmo rei.			[Lourenço de Lima]	
Doação do título do Visconde, do mesmo rei.			[Lourenço de Lima]	

Doação da alcaidaria de Vila Nova, do mesmo rei.			[Lourenço de Lima]	
Doação de juro e herdade de todas minhas terras, do mesmo rei.			[Lourenço de Lima]	
Um instrumento de posse que se tomou por uma provisão de todas as coisas que ficaram do Visconde D. Francisco que Deus tem.	Mç. 4.º. Fl. 4r - Um instrumento da posse dos bens próprios e dízimos de...(?) que ficaram por morte do Sr. Visconde D. Francisco de Lima		Francisco de Lima	Não sabemos qual dos viscondes é
Sentenças para os corregedores não conhecerem feitos de minhas terras nem tirarem presos delas.				
Confirmação pelo rei D. Afonso de Fraião e das mais terras de juro e herdade.	Mç. 17.º. Fl. 17v - Confirmação pelo rei D. Afonso de Fraião, [Coura], S. Martinho, Santo Estêvão, Geraz, e Valdevez com toda a sua jurisdição de juro e herdade, em pergaminho. Eventualmente poderia corresponder a este: Uma confirmação das terras de Coura, Fraião, São Martinho, Santo Estêvão e Valdevez, em pergaminho, em Mç. 3.º. Fl. 3r.		[Leonel de Lima]	
Confirmação do título do Visconde pelo rei D. Manuel.				
Dos direitos de Vila Nova pelo rei D. Manuel.	Poderá corresponder a: Mç. 17.º. Fl. 17v - Dos direitos que o visconde tem em sua vila de Vila Nova de Cerveira, em pergaminho			
Provisão do rei D. Manuel para o Visconde D. Francisco fazer as eleições.			Francisco de Lima	
[...] do Visconde D. Francisco pelo rei D. Manuel.	Poderá corresponder a: Mç. 17.º. Fl. 17r - Carta por que o rei D. Manuel dá ao visconde D. Francisco o viscondado, em pergaminho		Francisco de Lima	
[...] dos direitos de Vila Nova ao Visconde D. João pelo [rei] D. João.	Talvez corresponda a: Mç. 17.º. Fl. 17r - Doação a D. João de Lima dos direitos reais de Vila Nova de Cerveira, em pergaminho		João de Lima	
[...] do rei D. Afonso faz o Visconde D. Leonel senhor [de vila] Nova em que o rei dá a dízima das sentenças [...] mais de Ponte de Lima e Vila Nova ao Visconde [D. Leonel].			Leonel de Lima	
/Fl. 9 /				
Por que o rei D. Manuel faz o Visconde D. João senhor de Vila Nova.	Poderá corresponder a: Mç. 17.º. Fl. 17r - Um pergaminho por que consta ser o visconde senhor de Vila Nova de Cerveira		João de Lima	
Do rei D. Manuel para os Viscondes porem meirinhos em suas terras.	Poderá corresponder a: Mç. 17.º. Fl. 16v - Confirmação para que o Sr. Visconde possa por meirinho nas suas terras, em pergaminho, que serve de capa a este maço			
Um maço de padrões da Viscondessa.				
Requerimento sobre o couto de Sanfins.				
Confirmação pelo rei D. Afonso dos direitos de Vila Nova ao Visconde D. Leonel.			Leonel de Lima	
Carta do rei D. Afonso em que dá o título de Visconde a D. Leonel.			Leonel de Lima	
Carta do rei D. Manuel sobre a jurisdição de Vila Nova				
Carta do rei D. João I para Fernão Anes [Fernão Eanes] pôr meirinhos em suas terras.	Mç. 12.º. Fl. 12v - Carta do rei para que Fernão Anes de Lima [Fernão Eanes de Lima] pusesse meirinhos nas suas terras, em pergaminho		Fernão Eanes de Lima	
Para que se façam os oficiais em Fraião como era costume.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Para que se façam os oficiais em Fraião como era costume, em pergaminho		Leonel de Lima	
Do rei D. João para os Viscondes fazerem meirinho do seu ouvidor.	Mç. 18.º. Fl. 18r - Carta para que o visconde possa fazer meirinho do seu ouvidor, em papel		João de Lima	Não sabemos qual dos viscondes é
Carta sobre as ordenações ao Visconde D. Francisco.	Mç. 18.º. Fl. 18v - Carta do rei ao visconde D. Francisco sobre as ordenações, em papel		Francisco de Lima	Não sabemos qual dos viscondes é
Sentença para os Viscondes porem meirinhos em suas terras.	Poderá corresponder a: Mç. 17.º. Fl. 16v - Treslados das sentenças para os viscondes porem meirinhos nas suas terras, em pergaminho			
Carta do rei D. Manuel ao Visconde D. João para o seu ouvidor confirmar os juizes de Vila Nova.			João de Lima	
Instrumento das falsidades dos Caldas.				
Instrumento de agravo que se tirou dos corregedores para se haver provisão de ...				
	Mç. 1.º. Fl. 1v - O Tombo velho das terras do dito Visconde, ou as que nele se acharem			
	Mç. 1.º. Fl. 1v - Apegações feitas, sendo juiz delas o licenciado Cosme de Barros, duzentas e onze e outros papeis			
	Mç. 1.º. Fl. 2r - Uma doação do Rei D. Manuel dos foros, coisas de Ponte de Lima, em pergaminho			
	Mç. 1.º. Fl. 2r - Uma sentença contra os de Paredes sobre quinhentos tostões que são obrigados a pagar, em papel			
	Mç. 1.º. Fl. 2r - Um levantamento do sequestro das rendas, em papel			
	Mç. 1.º. Fl. 2r - Uma legitimação que serve de capa do primeiro maço em pergaminho por que o abade de Rubiães Gaspar Freire perfilhou a sua filha D. Bernarda			
	Mç. 2.º. Fl. 2r - Uma sentença da água do Castelo, em papel			
	Mç. 2.º. Fl. 2r - Fez o rei D. Manuel mercê ao Visconde D. João de quarenta mil reais de tença, em pergaminho		João de Lima	
	Mç. 2.º. Fl. 2v - Uma doação que tinha o Visconde D. João dos foros de Ponte de Lima, em pergaminho		João de Lima	Não sabemos qual dos viscondes é
	Mç. 2.º. Fl. 2v - Fez o rei D. Afonso mercê ao Visconde D. Leonel de vinte mil reais de tença no almoxarifado de Ponte de Lima, em pergaminho		Leonel de Lima	
	Mç. 2.º. Fl. 2v - Uma provisão do rei D. Manuel, em que deu licença ao Visconde D. João para dar as devesas a quem as rompa e semeie, pagando-lhe os direitos, em pergaminho		João de Lima	
	Mç. 2.º. Fl. 2v - Uma provisão em que o rei D. Manuel dá licença aos fidalgos que vendam suas rendas para a passagem de África, em pergaminho			
	Mç. 2.º. Fl. 2v - Um prazo que fez o abade de Cossourado, em pergaminho			
	Mç. 2.º. Fl. 2v - Uma carta do rei D. Duarte sobre a Casa de Giela, em pergaminho		[Leonel de Lima]	
	Mç. 2.º. Fl. 2v - Um prazo de Rui Dias (?) de Balugães, em pergaminho			
	Mç. 2.º. Fl. 2v - Um prazo que fez Álvaro Rodrigues de Araújo numas casas em Braga, em pergaminho			
	Mç. 2.º. Fl. 3r - Um treslado do prazo de prova que ti [sic], digo, de João Lopes, em papel			
	Mç. 2.º. Fl. 3r - Um Breve em pergaminho em que está embrulhado este segundo maço			
	Mç. 3.º. Fl. 3r - Uma provisão do rei para poder aforar, em pergaminho			
	Mç. 3.º. Fl. 3r - Quitação de Diogo da Silva, em pergaminho		[Leonel de Lima]	
	Mç. 3.º. Fl. 3r - Uma sentença que o visconde D. Leonel houve conta Fernão de Lima, seu filho, em pergaminho		Leonel de Lima	
	Mç. 3.º. Fl. 3r - Carta do Papa Leão X, em pergaminho		[Francisco de Lima]	Antes da morte do Papa Leão X
	Mç. 3.º. Fl. 3r - Um conserto entre Lopo Gomes de Abreu, e João Gomes e Vasco Gomes, em pergaminho			
	Mç. 3.º. Fl. 3r - Uma doação da terra de Valdevez, em pergaminho		Fernão Eanes de Lima	
	Mç. 3.º. Fl. 3r - Requerimento dos meirinhos e alcaides do rei D. Henrique, sendo arcebispo de Braga, em papel.		[Francisco de Lima]	Sendo D. Henrique, arcebispo de Braga

	Mç. 3.º. Fl. 3v - Sobre as terras de Prado, em pergaminho		
	Mç. 3.º. Fl. 3v - Prescrito do Santo Padre Papa Xisto, em pergaminho		
	Mç. 3.º. Fl. 3v - Uma quitação de Antão Gomes de Abreu, em pergaminho		
	Mç. 3.º. Fl. 3v - Carta do rei, em que lhe praz que morrendo na guerra D. João de Lima antes de seu pai Leonel de Lima, possa herdar seu filho, em pergaminho	João de Lima	
	Mç. 3.º. Fl. 3v - Uma diligência que o Visconde D. Francisco fez sobre os que haviam de ter armas e cavalos, em papel	Francisco de Lima	Não sabemos qual dos viscondes é
	Mç. 3.º. Fl. 3v - Diligências que o Visconde D. Francisco fez para se pagarem suas dívidas, em papel	Francisco de Lima	Não sabemos qual dos viscondes é
	Mç. 3.º. Fl. 3v - Feito sobre dívidas que ficaram de D. Francisco, visconde o Velho, em papel	João de Lima	Depois da morte de D. Francisco de Lima II
	Mç. 3.º. Fl. 3v - Um contrato entre D. João de Lima e sua mulher, em pergaminho, em que está embrulhado o terceiro maço	João de Lima	Não sabemos qual dos viscondes é
	Mç. 4.º. Fl. 3v - Requerimento feito aos juizes de Valença sobre a Quinta da Silva, em papel		A Quinta da Silva foi adquirida por D. Leonel
	Mç. 4.º. Fl. 4r - Uma provisão do rei para que os Viscondes possam fazer janelas de grades de ferro em muros das suas casas, em papel		
	Mç. 4.º. Fl. 4r - Um instrumento de posse da capela do Trocifal [Turcifal], em papel		Capela de D. Teresa da Silva
	Mç. 4.º. Fl. 4r - Uma sentença que os que se prenderem indo para a feira do Ladário sejam soltos, em papel		
	Mç. 4.º. Fl. 4r - Uma sentença que o rei mandou reter ao visconde D. Leonel de Lima, em papel	Leonel de Lima	
	Mç. 4.º. Fl. 4r - Um traslado de contrato do visconde com a sua mulher, em pergaminho		
	Mç. 4.º. Fl. 4r - Um prazo da Vacaria em meio quarto de pergaminho		
	Mç. 4.º. Fl. 4r - Uma provisão do rei para que a mulher de Leonel de Lima pudesse ficar na torre e castelo	Leonel de Lima	
	Mç. 4.º. Fl. 4r - Uma carta do rei D. Duarte, em que faz mercê a Leonel de Lima das terras e devesas de Bural do Lima, em pergaminho	Leonel de Lima	Antes da morte de D. Filipa da Cunha
	Mç. 4.º. Fl. 4r - Um prazo de Afonso Pires em Cossourado, em pergaminho		
	Mç. 4.º. Fl. 4v - Contra o Doutor João Afonso, em pergaminho		
	Mç. 4.º. Fl. 4v - Uma provisão do rei D. Afonso, em que manda fazer o castelo de Ponte de Lima, em pergaminho		
	Mç. 4.º. Fl. 4v - Aforamento de umas casas na Traparia, em pergaminho		
	Mç. 4.º. Fl. 4v - Do rei D. Afonso, em que dá a Leonel de Lima em sua vida uns casais que estão em cima de Riba de Lima, em pergaminho.	Leonel de Lima	
	Mç. 4.º. Fl. 4v - Conhecimento de Lopo Gomes de Abreu, em pergaminho		
	Mç. 4.º. Fl. 4v - Sentença do juiz geral que deu em papel		
	Mç. 4.º. Fl. 4v - Escritura de casamento do Visconde e sua mulher, em pergaminho, que serve de capa a este maço quarto.		
	Mç. 5.º. Fl. 4v - Sentença contra Gil Magalhães, em pergaminho	Leonel de Lima	
	Mç. 5.º. Fl. 4v - Faz el rei D. Manuel mercê ao Visconde D. Francisco da capitania mor de Ponte de Lima, em pergaminho		
	Mç. 5.º. Fl. 5r - Quitação de Lopo Gomes de Abreu, o Velho, em pergaminho		
	Mç. 5.º. Fl. 5r - Testamento de Fernão Anes de Lima [Fernão Eanes de Lima], em pergaminho	Fernão Eanes de Lima	
	Mç. 5.º. Fl. 5r - Com mais um testamento de D. Leonel, em papel	Leonel de Lima	
	Mç. 5.º. Fl. 5r - Sentença de umas terras de Cordelo, em papel		
	Mç. 5.º. Fl. 5r - Licença para se tirar da Torre do Tombo um alvará, em pergaminho		
	Mç. 5.º. Fl. 5v - Quitação de João Eanes de Carvalhal, em papel		
	Mç. 5.º. Fl. 5v - Sentença que houve D. Leonel de Lima para seus filhos não estarem em suas terras, em pergaminho	Leonel de Lima	
	Mç. 5.º. Fl. 5v - Padrão de tença do Visconde, em pergaminho	Leonel de Lima	
	Mç. 5.º. Fl. 5v - Testamento de D. Teresa da Silva, em pergaminho	Teresa da Silva	
	Mç. 5.º. Fl. 5v - Um pergaminho escrito que mostra ser um breve que diz ser da freguesia de Ponte de Lima que serve de capa deste maço		
	Mç. 5.º. Fl. 5v - Mais um rol dos papéis que levou João Araújo Cação em papel no dito maço		
	Mç. 6.º. Fl. 6r - Padrão de uma tença, em pergaminho		
	Mç. 6.º. Fl. 6r - Padrão de tença em pergaminho e outro mais com ele		
	Mç. 6.º. Fl. 6v - Traslado de sentença dos moradores de São Francisco contra o visconde D. Francisco de Lima, em papel	Francisco de Lima	Não sabemos qual dos viscondes é
	Mç. 6.º. Fl. 7r - Compra da herdade do pé da ponte dos Arcos, em papel		
	Mç. 6.º. Fl. 7r - Um pergaminho sobre Fraião		
	Mç. 7.º. Fl. 7r - Inquirição sobre os monteiros de Gendores, em papel		
	Mç. 7.º. Fl. 7r - Privilégio da Feira do Ladário, digo Ladairo, em pergaminho		
	Mç. 7.º. Fl. 7r - Para que os filhos do visconde não possam morar nas suas terras, em pergaminho	[Leonel de Lima ?]	
	Mç. 7.º. Fl. 7v - Sentença para os foros de Geraz, em pergaminho		
	Mç. 7.º. Fl. 7v - Instrumento que o Visconde tirou diante do juiz de Santo Estêvão, em papel		
	Mç. 7.º. Fl. 7v - Auto que mandou fazer o Doutor Manuel da Guerra, corregedor do concelho de Viana, em papel		
	Mç. 8.º. Fl. 7v - Alvará para porem as quinas reais nas casas que o Visconde tem de juro em Ponte de Lima, em papel		
	Mç. 8.º. Fl. 8r - Requerimento feito ao corregedor sobre as casas reguengas		
	Mç. 8.º. Fl. 8r - Sobre um ofício(?) de Fraião, em pergaminho		
	Mç. 8.º. Fl. 8r - Pensão dos tabeliães de Ponte de Lima, em pergaminho		
	Mç. 8.º. Fl. 8r - Traslado de uma sentença de Guimarães sobre o sino de correr (?), em papel		
	Mç. 8.º. Fl. 8r - Quitação dos carpinteiros de São Pedro, em papel		
	Mç. 8.º. Fl. 8r - Requerimento aos juizes de Ponte de Lima sobre o apresentar alcaide pequeno, em papel		
	Mç. 8.º. Fl. 8r - Agravos que se tiraram da comarca desta vila sobre a provisão da vara de alcaide, em papel		

	Mç. 8.º. Fl. 8r - Carta para que o corregedor informe da água que vem ao castelo, em papel			
	Mç. 8.º. Fl. 8r - Mandado do corregedor para que todos os moradores de Ponte de Lima paguem ao Visconde onze tostões de soldo, em papel.			
	Mç. 8.º. Fl. 8r - Requerimento ao corregedor que mandasse tornar os presos às terras do visconde, em papel			
	Mç. 8.º. Fl. 8r-8v - Trelado de uma sentença do conde da Feira sobre /fl. 8v/ as lutosas e outros tributos, em papel			
	Mç. 8.º. Fl. 8v - Feito do visconde contra Marçal Cerqueira, em papel			
	Mç. 8.º. Fl. 8v - Um pergaminho de Valdevez e Ponte da Barca que serve de capa a este maço.			
	Mç. 9.º. Fl. 8v - Estatuto da capela do Trocifal [Turcifal], em papel			Capela de D. Teresa da Silva
	Mç. 9.º. Fl. 8v - Trelado do testamento de D. Maria da Cunha e quitação das freiras a António da Silveira, em papel			
	Mç. 9.º. Fl. 8v - Trelado de uma doação que D. Leonel fez a D. Teresa da capela do Trocifal [Turcifal] e fazenda da Azambuja, em papel			Não sabemos de quando é o traslado. Esta doação terá sido feita em 1489-08-11
	Mç. 9.º. Fl. 8v - Carta de vassalagem feita pelos de Silvães em Galvia a Fernão Anes [Fernão Eanes], em pergaminho		Fernão Eanes de Lima	
	Mç. 9.º. Fl. 8v - Trelado da doação de minhas terras, em papel (nota lateral: Foi para Lisboa)	Mç. 9.º. Fl. 1r - Um papel com o título: traslado da doação de minhas terras (e seria outro [o] que foi para Lisboa, e se era este os mais que foram não estão no dito maço).		
	Mç. 9.º. Fl. 8v-9r - Carta de alcaide-mor de Ponte de Lima do /fl. 9/ rei D. Manuel feita ao Visconde D. Francisco, em pergaminho		Francisco de Lima	
	Mç. 9.º. Fl. 9r - Carta do rei D. Afonso em que faz guarda-mor dos portos de mar desde Caminha até Valença a Leonel de Lima, em pergaminho		Leonel de Lima	
	Mç. 9.º. Fl. 9r - Doação feita a Fernão Anes de Lima [Fernão Eanes de Lima], em pergaminho		Fernão Eanes de Lima	
	Mç. 9.º. Fl. 9r - Provisão do rei D. Manuel em que faz coudel-mor de suas terras o visconde, em pergaminho			
	Mç. 9.º. Fl. 9r - Carta do rei D. João em que dá a Fernão Anes de Lima [Fernão Eanes de Lima] a casa de Gieia, em pergaminho		Fernão Eanes de Lima	
	Mç. 9.º. Fl. 9r - Carta para Fernão Anes de Lima [Fernão Eanes de Lima] ser coudel-mor nas suas terras, em pergaminho		Fernão Eanes de Lima	
		Mç. 9.º. Fl. 1r - Um maço com vários papéis todos com o título da Comenda de Rio Frio		
		Mç. 9.º. Fl. 1r - Um livro com o título sumário do rendimento das propriedades e bens da Comenda de Rio Frio		
		Mç. 9.º. Fl. 1r - Uma lembrança de letra de Isidoro Moreira de Sousa do teor seguinte: foi para Lisboa um traslado dos reguengos de Ponte de Lima e da posse desta vila e das casas da dita vila, também foi o traslado da doação de minhas terras consta do recibo do Senhor Visconde D. Tomás de Lima que está no maço extraordinário de como o dito Senhor o recebeu.		
		Mç. 10.º. Fl. 1v - Carta do rei em pergaminho para guardar-se os privilégios aos homens de pé de Leonel de Lima	Leonel de Lima	
		Mç. 10.º. Fl. 1v -Trelado de um alvará do rei, em papel.		
		Mç. 10.º. Fl. 1v - Em pergaminho, para tomar hábito de Santiago João de Lima.	João de Lima	Não sabemos qual dos viscondes é
		Mç. 10.º. Fl. 1v - Auto contra os capitães(?) de Vila Nova.		
		Mç. 10.º. Fl. 1v - Alvará para que não vão os filhos do Senhor Visconde a D. Ponte de Lima.		
		Mç. 10.º. Fl. 1v - Outro sobre umas casas de aposentadoria.		
		Mç. 10.º. Fl. 1v - Alvará para demarcação das terras de Fraião. [Esta entrada da lista está sinalizada mais acima]		
		Mç. 10.º. Fl. 1v - Uma certidão de Belchior Rodrigues de como entregou o inventário do Senhor Visconde.		
		Mç. 10.º. Fl. 1v -Um caderno que tem o título Inventario de papéis.		
		Mç. 10.º. Fl. 1v -Outro [caderno] que tem o título Capítulos		
		Mç. 11.º. Fl. 1v - Doação que o senhor Visconde fez de certos benefícios à Senhora D. Filipa da Silveira, em pergaminho.	Francisco de Lima	
		Mç. 11.º. Fl. 1v-2r - Um caderno que principia com o título: traslado do foral do Visconde no que trate (?) na freguesia de Rio Frio somente e depois /fl. 2r / depois continua com o traslado de procurações (?) e por fora tem o título desta sentença está a clareza das doações do Senhor Visconde D. Lourenço de Lima no ano em que se confirmou.	Lourenço de Lima	
		Mç. 11.º. Fl. 2r - Reguengo de Prozel, em papel.		
		Mç. 11.º. Fl. 2r - Trelado de uma carta do rei, em papel.		
		Mç. 11.º. Fl. 2r-2v - Em pergaminho com o título para que não possam tirar nem demandar terras ainda / fl. 2v / ainda que reguengas a frades nem a outra pessoa eclesiástica ainda que conventual.		
		Mç. 11.º. Fl. 2v - Privilégio do rei D. João para todos os caseiros da Ordem de Cristo, em pergaminho		
	Mç. 11.º. Fl. 11r - Escambo de um campo em Quintela de Valdevez, em papel			
	Mç. 11.º. Fl. 11r - Carta do rei para Pedro (?) Gomes dar a sua mãe em penhor a terra de Regalados, em pergaminho			
	Mç. 11.º. Fl. 11r - Que deixou o sr. Visconde ao hospital em que deixou o casal do Penedo, em papel			Leonel de Lima?
	Mç. 11.º. Fl. 11r - Trelado do foral de Coura, em papel			
	Mç. 11.º. Fl. 11r - Emprazamento de três casais na aldeia Padrão, em pergaminho			
	Mç. 11.º. Fl. 11r - Para porem frades no Mosteiro de Vale de Pereiras para confessar as freiras e dizer missas, em pergaminho			
	Mç. 11.º. Fl. 11v - Rol da gente nobre de Ponte de Lima, em papel			
	Mç. 11.º. Fl. 11v - Sentença do casal da Deviza em Souto, em papel			
	Mç. 11.º. Fl. 11v - E outro prazo novo destes campos [em Padreiro] feito em agosto de 1713 nas notas do ofício de Faustino Passos			
	Mç. 11.º. Fl. 11v - Carta de venda de uma vinha em Serados, em papel			



Mç. 12.º. Fl. 11v - Instrumento que tirei de agravo diante do corregedor para vir a publicar dos forais de minhas terras, em papel			
Mç. 12.º. Fl. 12v - Tombo do casal de Sobreiro, em papel			
Mç. 12.º. Fl. 12v-13r - Trelado da sentença de entre o sr. Visconde e /fl. 13/ António Lopes e os mais, em papel			
Mç. 13.º. Fl. 13r - Papel antigo do rei de Leão e de Aragão que se não sabe ler, em pergaminho			
Mç. 13.º. Fl. 13r -Trelado do Tombo da Casa do Tombo com quatro meias folhas escritas tudo em pergaminho			
Mç. 13.º. Fl. 13r - Prazo em três vidas dos moinhos de Parada, em papel			
Mç. 13.º. Fl. 13v - Petição sobre a vara do meirinho dos Arcos			
Mç. 13.º. Fl. 13v - Auto de provisão por que meu pai tomou posse do Viscondado por morte do meu avô o visconde D. Francisco, em papel		Lourenço de Lima?	
Mç. 13.º. Fl. 13v - Discurso sobre a causa (?), em papel			
Mç. 13.º. Fl. 13v - Provisão por que o rei deu em casamento a Leonel de Lima, D. Filipa da Cunha, três mil e quinhentas coroas de ouro, em pergaminho		Leonel de Lima	
Mç. 13.º. Fl. 13v - Provisão em que o rei D. João faz mercê ao visconde D. João que tome posse do que dicou de seu pai, em pergaminho		João de Lima	
Mç. 13.º. Fl. 13v - Doação da Quinta do Loução (?), em pergaminho			
Mç. 14.º. Fl. 14r - Caderno das casas reguengas e campos de Ponte de Lima e um Tombo velho, tudo em papel			
Mç. 14.º. Fl. 14r -Tombo das casas reguengas da vila de Ponte de Lima e do que cada uma paga por prazo e censo			
Mç. 14.º. Fl. 14r - Sentença sobre as partilhas de D. Isabel de Melo, viscondessa, e os enteados, em papel		Isabel de Melo	Terá sido depois da morte de D. João de Lima
Mç. 14.º. Fl. 14v - Trelado em pública forma do foral de Valdevez, em papel			
Mç. 14.º. Fl. 14v - Trelado das doações das terras do Visconde, tiradas da Torre do Tombo, em quinze meias folhas escritas em pergaminho			
Mç. 14.º. Fl. 14v - Execução que se fez nos bens de Domingos de Amorim da freguesia de Padreiro, em papel			
Mç. 14.º. Fl. 14v - Sentença sobre as penas da alcaidaria mor, em papel			
Mç. 14.º. Fl. 14v - Alvará de lembrança sobre duzentos mil reis de tença, em papel			
Mç. 14.º. Fl. 14v - Do juro da Casa da Índia, em papel			
Mç. 14.º. Fl. 14v - Carta de venda da devesa que comprei a Pedro de Amorim, em papel			
Mç. 14.º. Fl. 15r - Trelado do foral velho de Ponte de Lima, em papel			
Mç. 14.º. Fl. 15r - Justificação dos limites do Sobral, em papel			
Mç. 14.º. Fl. 15r - Papéis sobre a água do pomar de Ponte de Lima			
Mç. 14.º. Fl. 15r - Cópia da carta de confirmação de alcaidaria-mor do castelo de Vila Nova de Cerveira, e outra junta a ela da capitania-mor da dita vila, e outro alvará, tudo em papel			
Mç. 14.º. Fl. 15r - Trelado da provisão do Paço por que mandaram suspender aos tabeliães, em papel			
Mç. 14.º. Fl. 15r - Trelado da confirmação e doação do sr. Visconde D. Lourenço de Lima de suas terras, que está com ele		Lourenço de Lima	
Mç. 14.º. Fl. 15r - Doação a Leonel de Lima		Leonel de Lima	
Mç. 14.º. Fl. 15r - E do castelo de Ponte de Lima, e de uns reguengos que vagaram por morte de Diogo Pereira, almoxarife		Leonel de Lima	
Mç. 14.º. Fl. 15r - Doação de Burral, em pergaminho		Leonel de Lima	
Mç. 14.º. Fl. 15r - Um pergaminho que serve de capa a este maço			
Mç. 15.º. Fl. 15v - Contas de Paio Peres [Paio Pires] em um macinho de papéis			
Mç. 15.º. Fl. 15v - Testamento da Sr. D. Catarina de Távora, em papel			Ligado a Luísa de Távora
Mç. 15.º. Fl. 15v - Provisão para fazer gente, em papel			
Mç. 15.º. Fl. 15v - Memória das partilhas do Conde de Idanha, em papel			Ligado a Luísa de Távora
Mç. 15.º. Fl. 15v - Carta de compra das casas em que mora Simão de Freitas, em papel			
Mç. 15.º. Fl. 15v - Quitação de quarenta mil reais que dei a Helena Pinta de serviços, em papel			
Mç. 15.º. Fl. 15v - Dote da Sr.ª Viscondessa D. Luísa de Távora, em papel		Luísa de Távora	
Mç. 15.º. Fl. 15v - Certidão de como se deram em dote a D. Joana de Castro, filha de Lourenço de Brito, dezassete mil e quinhentos cruzados, em papel			
Mç. 15.º. Fl. 15v - Quitação do serviço de Filipe Mena, em papel			
Mç. 15.º. Fl. 15v - Quitação das freiras das Celas, em papel			
Mç. 15.º. Fl. 15v - Quitação de Constança Correia, em papel			
Mç. 15.º. Fl. 15v - Quitação de Damião Cardoso			
Mç. 15.º. Fl. 15v - Quitação do serviço de Pedro Jorge			
Mç. 15.º. Fl. 15v - Que paguei a Maria de Freitas			
Mç. 15.º. Fl. 16r - Provisão que veio ao D. Jerónimo Pimenta para informar dos casos de Francisco de Caldas de Vila Nova			
Mç. 15.º. Fl. 16r - Quitação de D. Maria de Noronha			Esta talvez tenha sido rececionada por D. Diogo de Lima
Mç. 15.º. Fl. 16r - Certidão do inventário que se fez por morte do Sr. Luís de Brito		Lourenço de Lima	
Mç. 15.º. Fl. 16r - Quitação do abade de Padreiro do direito que lhe pagou, que se pagou pelos herdeiros de Sebastião Brandão			
Mç. 15.º. Fl. 16r - Artigos de oposição contra os Padres da Companhia de Coimbra			
Mç. 15.º. Fl. 16r - Resposta da carta que mandei ao rei			
Mç. 15.º. Fl. 16r - Alvará para caçar na coutada			
Mç. 15.º. Fl. 16r - Testamento da Sr.ª D. Antónia de Távora.		Antónia de Távora	mãe de Luísa de Távora
Mç. 15.º. Fl. 16r - Do dote do Visconde D. Francisco		Francisco de Lima	Não sabemos qual dos viscondes é
Mç. 15.º. Fl. 16r - Da Sr.ª D. Catarina de Távora, em que nomeia a viscondessa nos trezentos mil reais de tença		Luísa de Távora	
Mç. 15.º. Fl. 16r - Testamento de Diogo de Brito			
Mç. 15.º. Fl. 16r - Um alvará em pergaminho que serve de capa a este maço			
Mç. 16.º. Fl. 16r - Sentença de agravo das carnes de Valdevez		Lourenço de Lima Brito Nogueira	
Mç. 16.º. Fl. 16r- 16v - Mais uma sentença que tirei diante o corregedor da / fl. 16v/ comarca em que manda revogar o capítulo de correição que tinha deixado sobre os preços do pão que punham os rendeiros do Sr. Visconde			

	Mç. 16.º. Fl. 16v - Sentença contra os moradores da freguesia de Santiago de Gemieira			
	Mç. 16.º. Fl. 16v - De Vila Cham de quatro alqueires de mortório			
	Mç. 16.º. Fl. 16v - Sentença contra os moradores de Ansoella [Insuela], freguesia de S. João da Ribeira			
	Mç. 16.º. Fl. 16v - Sentença contra Gonçalo Rodrigues sobre as devesas do Ribeiro			
	Mç. 16.º. Fl. 16v - Sentença de desagravo das carnes de Bural [Beiral de Lima]			
	Mç. 16.º. Fl. 16v - Sentença e posse das casas da Feijó			
	Mç. 16.º. Fl. 16v - Sentença contra certos moradores de S. Martinho e de Gemieira sobre certas demarcações			
	Mç. 16.º. Fl. 16v - Sentença conta os moradores de S. Martinho sobre as [sic].			
	Mç. 17.º. Fl. 16v - Confirmação do viscondado de Vila Nova, em pergaminho			
	Mç. 17.º. Fl. 17r - Padrão de juro da Casa da Índia dos herdeiros do conde Pedro de Alcáçova, em pergaminho		Francisco de Lima	
	Mç. 17.º. Fl. 17r - Privilégio do visconde D. João e por ele são privilegiados seus caseiros, em pergaminho		João de Lima	
	Mç. 17.º. Fl. 17v - Privilégio para os caseiros do visconde D. Leonel sobre a jurisdição de Vila Nova de Cerveira, em papel		Leonel de Lima	
	Mç. 17.º. Fl. 17r - Alvará por onde o rei fez mercê ao sr. D. Francisco de Lima do título de Visconde de Vila Nova de Cerveira, e alcaide-mor da dita vila, em pergaminho		Francisco de Lima	
	Mç. 17.º. Fl. 17v - Provisão do rei D. Manuel para o Visconde D. Francisco fazer oficiais nas suas terras, em pergaminho		Francisco de Lima	
	Mç. 17.º. Fl. 17v - Sentença de Vila Nova de Cerveira para o ouvidor do sr. Visconde passar carta de confirmação aos juizes da dita vila			
	Mç. 17.º. Fl. 17v - Carta do rei de como os viscondes são senhores de Vila Nova de Cerveira			
	Mç. 18.º. Fl. 17v - Das terras e rendas do visconde tirados da Torre do Tombo em um livro de pergaminho que tem quarenta e oito folhas com capa de pergaminho			
	Mç. 18.º. Fl. 17v - Treslado de inquirições antigas de minhas terras de Valdevez, em um caderno em papel sem ser rubricado			
	Mç. 18.º. Fl. 17v - Tombo de todas as minhas terras do que rendem em livro de papel encadernado, em pergaminho			
	Mç. 18.º. Fl. 18r - Um feito sobre a igreja de S. Cosme com uma memória dos papéis que dele se tiraram por ordem do Mestre de Campo António Barbosa de Brito quando se apresentou por abade da dita igreja seu sobrinho			
	Mç. 18.º. Fl. 18r - Um feito de embargos em que veio João de Araújo sobre a mesma igreja acima [de S. Cosme].			
	Mç. 18.º. Fl. 18r - Um livro dos reguengos desta vila de Ponte de Lima			
	Mç. 18.º. Fl. 18r - Um maço de papéis mais sobre a mesma igreja [de S. Cosme] e nele uma memória do mesmo António Barbosa de papéis que se tiraram para o mesmo efeito acima			
	Mç. 18.º. Fl. 18r - Um feito sobre a água do chafariz			
	Mç. 18.º. Fl. 18r - Registos antigos do arcebispo, em um livro			
	Mç. 18.º. Fl. 18r - Um livro de tombo de todas as terras do sr. Visconde em papel encadernado num couro velho			
	Mç. 18.º. Fl. 18r - Outro livro velho em papel encartado, digo, encadernado em couro velho, que se não lê o título e parece ser do Tombo de Valdevez			
	Mç. 18.º. Fl. 18r - Um livro dos direitos e foros e apodamentos [sic] que pôs Pedro Barbosa			
	Mç. 18.º. Fl. 18r - Sentença entre Leonel de Lima e os moradores de Ponte de Lima sobre a venda das casas, em pergaminho em que estão embrulhados os papéis miúdos deste maço		Leonel de Lima	
	Mç. 18.º. Fl. 18r - Contas de Brás de Magalhães e de Estêvão de Brito em dois cadernos de papel dentro um do outro			
	Mç. 18.º. Fl. 18r-18v - Treslado do alvará por que se deu sentença na casa / fl. 18v/ da Suplicação em que se amolou o foral no que toca a carnes, aves e outras coisas em um maço de papéis			
	Mç. 18.º. Fl. 18v - Um maço de papéis que são quitações e pagas			
	Mç. 18.º. Fl. 18v - Auto contra os vereadores de Ponte de Lima sobre fazerem alcaide, em papel			
	Mç. 18.º. Fl. 18v - Carta de éditos para serem citados Matias de Sousa e Bartolomeu de Araújo por impetrar a igreja de S. Jorge e Oliveira, em papel			
	Mç. 18.º. Fl. 18v - Sentença contra Manuel Dias de Resende, filho e genro, em Coura, em papel			
	Mç. 18.º. Fl. 18v - Privilégio do rei D. Manuel para os caseiros do visconde D. Francisco, em pergaminho		Francisco de Lima	
	Mç. 18.º. Fl. 18v - Contas com o Sr. Pedro de Alcáçova em duas folhas de papel cada uma de per si.		Pedro Alcáçova Carneiro	Terá vindo com Beatriz de Alcáçova, esposa de Francisco de Lima
	Mç. 18.º. Fl. 18v - Alvarás de filhamentos do Sr. Luís de Brito, em papel		Luís de Brito Nogueira	
	Mç. 18.º. Fl. 18v - Sentença do rei D. Henrique contra o prior do Crato, em papel			
	Mç. 18.º. Fl. 18v - Regimento das ordenanças para a gente de guerra em Viana, em papel			
	Mç. 18.º. Fl. 19r - Prazo de Cossourado, em pergaminho			
	Mç. 18.º. Fl. 19r - Carta do ofício de Gaspar Barbosa, tabelião de Coura, em pergaminho			
	Mç. 18.º. Fl. 19r - Instrumento de poder e procuração do senhor D. António de Lima e do Sr. Dom Leonel, em papel		António de Lima	Será do tempo de D. Diogo de Lima
	Mç. 18.º. Fl. 19r - Provisão sobre a capela de Ponte de Lima, em pergaminho		Leonel de Lima	
	Mç. 18.º. Fl. 19r - Provisão para os juizes da terra conhecerem dos direitos reais, em papel			
	Mç. 18.º. Fl. 19r - Resposta do procurador da Coroa contra os Araújo sobre a impetra que fizeram dos benefícios de Oliveira e São Jorge, em papel			
	Mç. 18.º. Fl. 19r - Carta do rei para o cardeal sobre as mercês que se fizeram ao visconde, em papel		Lourenço de Lima	

Mç. 18.º. Fl. 19r - Alvará para os homiziados andarem na Feira do Ladairo [Ladário], sem os prenderem, em pergaminho			
Mç. 19.º. Fl. 19v - Feito benefical do abade António Araújo do Vale, em papel			
Mç. 19.º. Fl. 19v - Prazo das casas de Valentim Lopes, em papel			
Mç. 19.º. Fl. 19v - Autos que se processaram no Porto sobre certos benefícios			
Mç. 19.º. Fl. 19v - Escritura de Diogo de Araújo de e seus filhos sobre o Vale			
Mç. 19.º. Fl. 19v - Devassa que se tira na vila dos Arcos a requerimento de António de Araújo de Brito, abade de S. Paio da dita vila			
Mç. 19.º. Fl. 19v - Tombo das casas reguengas, em papel			
Mç. 19.º. Fl. 20r - Casas da Sapataria de João Casado, em papel			
Mç. 19.º. Fl. 20r - Prazo de umas casas na rua da Traparia [sic], em pergaminho			
Mç. 19.º. Fl. 20r - Tombo das casas reguengas que pagam foro em Ponte de Lima, em papel			
Mç. 19.º. Fl. 20r-20v - Treslado de uma inquirição que foi tirada por mandado / fl. 20v/ do Rei Nosso Senhor para que as casas de Ponte de Lima, em um livro de papel			
Mç. 19.º. Fl. 20v - Sentença de umas casas reguengas nesta vila na Rua dos Mercadores			
Mç. 19.º. Fl. 20v - Sentença que se julgou Diogo de Araújo e seus filhos com dois cadernos antigos			
Mç. 19.º. Fl. 20v - Instrumento de posse de Salvador Fernandes abade de Santa Eulália de Guilhafonse dos Arcos de Valdevez.			
Mç. 19.º. Fl. 20v - Concepção [sic] do Papa ao conde de Penaguião sobre as suas igrejas, em papel			
Mç. 19.º. Fl. 20v - Papéis que Gaspar Soares apresentou em Vila Nova de Cerveira			
Mç. 19.º. Fl. 20v - Treslado em pública forma que se deu contra a Miranda pela vila dos Arcos, em papel			
Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Árvore que se tirou sobre os padroeiros do Vale			
Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Bula sobre a pensão de Belchior Afonso Caminha em Sabadim, em pergaminho			
Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Instrumento de padroado da igreja do Cabreiro e da igreja de Távora, em papel			
Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Sobre a igreja de Cabreiro, em papel			
Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Treslado da Bula do filho de Tomé Dias de Cabreiro			
Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Requerimento sobre a igreja de Cabreiro			
Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Bulas de Vale			
Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Sobre a igreja do Vale, outro papel			
Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - Bula da metade sem cura de S. Pedro dos Arcos, que é de N. Sr.ª do Vale, em pergaminho			
Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - Bulas de Cabreira, Loureda, Santar, de Bartolomeu, Lourenço, em pergaminho			
Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - Padroados de Aboim e apresentação de Aboim, e instrumento de concerto da mesma igreja, tudo em papel			
Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - Auto do requerimento que fizeram os procuradores do Doutor António Lopes Bravo			
Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - São Pedro de Arcos, posse do Vale, em pergaminho			
Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 21v - Uma bula, em pergaminho, que serve de capa a este maço, sem título			
Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 21v - Título da igreja de S. Pedro de Rubiães, passado ao abade Diogo de Faria, em pergaminho			
Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Título da igreja de Infesta, em pergaminho			
Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Título dos padroados de Coura e posse deles, em papel			
Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Papel de Linhares			
Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Um pergaminho que diz de Linhares			
Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Padroado de S. Paulo de Muzelos, em papel			
Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Sentença contra o abade de S. Paio de Água Longa em favor do sr. Visconde			
Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Da comenda do Visconde de Cossourado, em pergaminho			
Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22v - Padroado de Cristelo, em um de Santa Maria de Insalde está um desta igreja			
Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22v - Bula de 100 mil rs que o sr. João Fernandes de Lima tem de pensão na Igreja de Sabadim. [Nota lateral: Esta Bula se meteu ao depois de feito este inventário]		João Fernandes de Lima	Colocada depois de o inventário já estar feito
Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Padroado de S. Paio, em pergaminho, que faz a capa a este maço			
Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Padroado de Cendufe, em papel			
Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Título de Santa Comba de Eiras, em pergaminho			
Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Título da igreja de S. Paio de Jolda, em pergaminho			
Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Título da igreja de S. Paio de Jolda, sentença que teve o abade João Ribeiro, que se colou nela, em papel			
Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Confirmação de Santa Maria de Labrujó, em pergaminho			
Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Padroado dado por el rei ao Visconde de Vila Nova, e seus termos, em pergaminho			
Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - De S. João de Vilar do Monte, em pergaminho			
Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Doação do padroado de S. Jorge, em pergaminho			
Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Apresentação do rei D. Manuel a um capelão do sr. Visconde da igreja de Daião [S. Damião?], em papel <em pergaminho>		D. João de Lima ou D. Francisco	
Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Título de Guilhafonse, em pergaminho			
Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Da igreja de Giela em pergaminho			
Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Padroado da Madalena de Jolda, em papel			
Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Confirmação e apresentação do Visconde de Santa Maria de Jolda e S. Paio de Jolda			
Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Posse do padroado de Jolda, em papel			
Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Apresentação de S. Paio de Jolda, em pergaminho			

	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Apresentação do mosteiro de Sabadim, em pergaminho			
	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Um pergaminho grande que serve de capa a este maço [sic]			
	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Posse de S. Miguel do Barreo [Bárrio] num feito e pergaminho			
	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - São Miguel do Barreo [Bárrio] da apresentação do sr. Visconde, em pergaminho			
	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Autos sobre a apresentação de S. Paio de Jolda			
	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Posse dos padroados de Coura [e] Ferreira, em papel			
	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Mandado de providendo (provimento?) da igreja de S. Mamede de Ferreira e razões de Marçal Nunes sobre a mesma igreja, em papel			
	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Sentença em que mandou substentar em sua posse ao sr. Visconde na igreja de S. Miguel de Barreo [Bárrio], em papel			
	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Padroados de Gondoriz e Sabadim confirmados, em papel			
	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Tuitiva do benefício de Santa Maria do Vale passada ao sr. Visconde, em papel			
	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 24r - Uma bula, digo, duas de pensão na metade dos frutos da igreja de Távora			
	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 24r - Bulas de Távora, em pergaminho			
	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 24r - Padroado de Sabadim nos de Gondoriz estão três de mistura diz o título			
	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 24r - Mais uma bula de pensão em Távora			
	Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Título da igreja de S. Paio de Jolda, em pergaminho			
	Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Excutorial de Cabreiro, em pergaminho			
	Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Breve para o sr. Visconde ser restituído, como menor em suas casas, em pergaminho			
	Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Título de Cabreiro, em pergaminho			
	Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Bulas da igreja de S. Cosme de Valdene (?) e sua anexa S. Martinho de Cabana Maior			
	Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Francisco Pereira Vicente (?) Real (?), em pergaminho			
	Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Carta de confirmação da igreja de S. João de Bico, em pergaminho			
	Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Um pergaminho que parece ser bula de pensão do sr. Francisco António de Lima, em S. Lourenço			
	Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Do sr. António Lopes de Braga, em pergaminho			
	Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Mandado de tuitiva da igreja de S. Paio, em papel			
	Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24v - Minutas para se fazerem as escrituras de consentimento de pensões em Roma, em papel			
	Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24v - Título da anexação da igreja de S. Paio dos Arcos à de Monte Redondo, que se fez ao abade André Rodrigues			
	Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24v - Mandei ao abade dos Arcos em 3 de maio de 1633 por o pedir de impedir a renúncia que da igreja se quis fazer, e o seu escrito está neste maço.			
	Mç. 6.º das Igrejas. Fl. 24v - Prazo de S. Pedro de Rubiães, em pergaminho			
	Mç. 6.º das Igrejas. Fl. 24v - Título do benefício simples do sr. D. Leonel da igreja de S. Tomé de Guey [Gue], em pergaminho			Verificar. Penso que este não é o visconde; deve ser do tempo de D. Lourenço ou D. Diogo
	Mç. 6.º das Igrejas. Fl. 24v - Pensão de oitenta mil reais que o abade de Vila Nova paga a D. Leonel de Lima, em papel			Verificar. Penso que este não é o visconde; deve ser do tempo de D. Lourenço ou D. Diogo
	Mç. 6.º das Igrejas. Fl. 24v - Três papéis que são escrituras da pensão do sr. António de Lima, em Bico			Verificar. Penso que este não é o visconde; deve ser do tempo de D. Lourenço ou D. Diogo
	Mç. 6.º das Igrejas. Fl. 24v - Duas minutas de pensão do sr. D. Leonel de Lima, uma em Cristelo, outra em Vila Nova			Verificar. Penso que este não é o visconde; deve ser do tempo de D. Lourenço ou D. Diogo
	Mç. 6.º das Igrejas. Fl. 24v - Uma escritura do abade de Bico de uma pensão do sr. D. Francisco de Lima.	Francisco de Lima		Não sabemos qual dos viscondes é
	Mç. 7.º das Igrejas. Fl. 24v - Um caderno de confirmações, em papel			
	Mç. 7.º das Igrejas. Fl. 24v - Treslados de uns autos apostólicos, que se processaram no Porto			
	Mç. 7.º das Igrejas. Fl. 25r - Instrumento de Linhares de vinte dois padroeiros em papel e uma certidão do registo da Sé de Braga e sentença do Mestre Escola de Guimarães, em que confirma todas as igrejas do sr. Visconde, e um caderno que tem por título "Petição de Jorge Rebelo contra António de Araújo, abade de S. Paio", e um agravo do mesmo Jorge Rebelo, digo, três agravos			
	Mç. 7.º das Igrejas. Fl. 25r - Breve para a senhora D. Joana de Vasconcelos e Meneses poder entrar doze vezes no ano em qualquer mosteiro do arcebispado de Lisboa	Joana de Vasconcelos e Meneses		
	Mç. 7.º das Igrejas. Fl. 25r - Cartas e alvarás dos reis			
	Mç. 7.º das Igrejas. Fl. 25r - Posses do Viscondado por falecimento de D. Francisco, em uma meia regra que diz Padroados de Valdevez, e instrumento das poses das igrejas dos padroados e a apresentação do sr. Luis de Brito e seus filhos órfãos tudo em dois cadernos de papel que tem os títulos acima.	Luis de Brito Nogueira		
	Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25r - Uma bula de cento e trinta mil reis de pensão na igreja de Sabadim			
	Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25r - Breve para se não levarem as causas a Roma, em papel			
	Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25r - Posse da igreja de Rubiães a Estêvão de Brito			
	Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Sentença que deu Rui Casa, notário apostólico, em pergaminho			
	Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Título, posse e consentimento do benefício do vale, em António de Araújo, em papel			
	Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Posse do benefício de Prozel, em papel			
	Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Minuta para se fazerem as apresentações das igrejas que vagarem			
	Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Padroado de Luis de Brito da igreja de Vilar do Monte			
	Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Título de Rubiães, apresentação do sr. Visconde			
	Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Tuitiva sobre a igreja de Vila Nova			

Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Sentença de desagravo do Porto sobre os benefícios de S. Jorge e Oliveira			
Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Provisão de Amador da Costa da igreja de São Paio dos Arcos de Valdevez pedira o abade dos Arcos para impedir a renúncia que da igreja se queria fazer em 3 de maio de 1693, tornou a vir e está aqui			
Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Sentença e traslado de outras da Relação que se tiraram para a demanda do Vale			
Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Certidão dos títulos de abade de Vila Nova de minha apresentação			
Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Registos da igreja de Bico			
Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 26r - Consentimento de meu pai para se renunciar a igreja de Rubiães			
Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 26r - Sobre a apresentação da igreja de Oliveira			
Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Um pergaminho que parece ser Bula em que estão os papéis deste maço			
Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Escritura de Jorge de Barros dos pedaços de terra que tinha que vendeu ao sr. Visconde			
Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - De Maria Leitoa			
Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Papel da troca de Gonçalo da Costa			
Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Papel de Francisco de Sousa			
Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Paga de Manuel Álvares Pinto			
Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Paga de Francisco Gonçalves carpinteiro			
Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Obrigação que estava na mitra e quitação da mesa dela			
Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Assinado de João Soutelo da terra da Mata			
Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Auto de renúnciação que fez o sr. D. António de Lima			Verificar. Do tempo de D. Diogo?
Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Doação dos frutos da metade sem cura de Prozelo			
Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Títulos de benefício simples de Prozelo			
Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Sentença de António Barbosa em que paga uma marrã(?) no casal de Álvaro Soeiro			
Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26v - Papéis sobre São Jorge			
Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26v - Cinco livros antigos da renda de Giela			
Mç. 10.º das Igrejas. Fl. 26v - Um maço de papéis, digo, de roís extraordinários			
Mç. 10.º das Igrejas. Fl. 26v - Um maço com quinze pergaminhos sem número e uma procuração e instrumento de posse e escritura do Sr. António de Lima			Verificar. Do tempo de D. Diogo?
Mç. 10.º das Igrejas. Fl. 26v - Quinze cadernos de papéis de várias coisas			
Mç. 10.º das Igrejas. Fl. 26v - Um maço de papéis que parece não servem			
Mç. 10.º das Igrejas. Fl. 26v - Maço de papéis extraordinários			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 26v - Contra os das Ortas duas sentenças			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 26v - Um maço de papéis em que estão cinco sentenças e dois prazos			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 26v - Conhecimento de Justa Vaz e de seu marido Simão Peres			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 26v - De Pedro João papéis			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 26v- 27r - Conhecimento que fez Domingos Rodrigues e sua mulher ao Padre /fl. 27/ ao Padre Pedro Gonçalves			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Carta de Domingos G, digo, que Domingos Peres de Giela fez de cinco alqueires de m.e de pensão			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Cartas do rei para o sr. Visconde poder pôr ouvidor em suas terras			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Conta de Damião Cardoso			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Concórdia do Doutor Francisco de Caldas com Sebastião Francisco sobre a igreja de Bico			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Contas de Vicente de Brito da Quinta de Giela			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Cópia da carta de confirmação do padroado da igreja de Vila Nova de Cerveira [Nota lateral: Foi para Lisboa, neste maço está recibo da Viscondessa]			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Conhecimento de venda			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Carta de venda que fez Pedro João da sua quinta da Gordarão			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Conhecimento que fez Domingos Rodrigues de Giela a Francisco de Abreu de bouça de pau de vinhas			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Cópia autêntica da carta de confirmação dada a D. Lourenço de Lima de Brito, Visconde de Vila Nova de Cerveira para que os juizes e tabeliães e outros oficiais de justiça de suas terras se chamem por ele e pelas pessoas que depois dele as herdarem e sucederem de juro [Nota lateral: Foi para Lisboa como consta de recibo que está nesse maço do Visconde meu sr.]			Ref. Indireta a documento de D. Lourenço de Lima
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Trelado das escrituras num caderno			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Trelado do foral de Ponte de Lima, em um caderno			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Feito cível contra Domingos Gonçalves do casal e outros mais da freguesia de S. Martinho de Gandra			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Feito cível contra Catarina Eanes, vossa moradora no termo dos Arcos			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Sentença contra os que cortarem na devesa de Menuaz			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Sentença do Sr. Visconde sobre o padroado da igreja de Paredes			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Serviços de Francisco Álvaro (?) do sobrinho de António Cordeiro			

Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Sentença dada contra Gonçalo Álvaro e sua mulher sobre o cerrado de vinhal em S. Tiago de Gemieira			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Certidão de Filipe Pereira de uma informação de Pedro de Amorim Pacheco			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Sentença do concerto dos quartos de Labrujó em que hão-de pagar cento e dez alqueires meados cada ano			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Serviços de Fernão de Morilhões			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Sentença contra Cristóvão de Varejão sobre o casal do coral (?)			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Sentença contra Salvador de Azevedo acerca daqueles			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Sentença contra os vereadores de Ponte de Lima de não aceitar alcaide nomeado pelo Sr. Visconde			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Sentença sobre um capítulo da correição que se revogou			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Sentença contra Diogo Pereira sobre a devesa do Sobral			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Certidão do cartório da Sé de Braga sobre a igreja de São Paio dos Arcos. (Remetia ao abade dos Arcos em 3 de maio de 1693 para embargar a renúncia, que da igreja se fazia, tornou e está aqui).			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Duas sentenças do Visconde de Ponte de Lima e do procurador da Coroa da Comarca de Viana sobre os ofícios (?) para se não irem encartar a Lisboa			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Doação da alcaidaria-mor do castelo e Vila Nova de Cerveira pelo rei D. Sebastião		João de Lima ou Francisco de Lima	Não sabemos qual dos viscondes é
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Um pergaminho que parece ter título carta de sentença do Visconde			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Um livro encadernado que tem título do Trelado do Tombo de Valdevez			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Trelado autêntico do título de João Antunes, abade de Cristelo			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Trelado do título de Cabreiro			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Trelado da provisão de mya (?) de Ponte de Lima			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Título da igreja de Monte Redondo			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Trelado de uns artigos			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Um feito que se intitula Auto de requerimento que fizeram António Afonso e Maria Afonso			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Para se fazer Tombo e tirar inquirições das casas			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Partilhas entre D. Isabel de Melo, viscondessa, e seus enteados		Isabel de Melo	
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Processo da igreja de Aboim, em pergaminho			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Posse da igreja de N.ª Sr.ª de Oliveira			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Prazo que o Sr. Visconde fez a Gaspar Franco e a escritura que ele fez da venda das casas que estão à porta da Ponte			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Padrão do Sr. Lourenço de Brito de Lima, visconde		Lourenço de Lima	
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Um pergaminho que parece dizer o título de Gil Antunes Albardeiro			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Papel que diz por onde recebeu cento e vinte mil reais			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Um maceto de papéis de Brandara que serve em que está uma doação			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Uma petição com uma certidão ao pé sobre os ofícios se charem (?) pelo Sr. Visconde			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Posse da metade sem cura de S. Tomé de Guey [Guei]			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Paga de duzentos reais que o Sr. Visconde D. Francisco paga		Francisco de Lima	Não sabemos qual dos viscondes é
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Uma árvore principiada em D. Afonso de Vasconcelos primeiro conde de Penela, casado com D. Isabel da Silva, em papel		Será do tempo de Diogo de Lima ou de J. F. de Lima	Colocar em D. Diogo
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - ... do Visconde um caderno.			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Instrumento de doações de padroados			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Mandado de providendo da igreja de Sabadim em dois cadernos			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Uns papéis que tem título do Visconde mandou ... pedir informação ao Provisor da Comarca			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Embargos que se apresentaram por parte do conde de Arcos		D. Luís de Lima ?	
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Inventário que se fez por morte de Ana Martins V.ª.			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Instrumento de reclamação de doações de padroados de Santa Maria de Cossourado			
Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Intimação de agravo em que é agravante Gaspar Peres Machado			

	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Intimação de agravo do Visconde de Vila Nova de Cerveira			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Mandado contra o abade de Vila Nova			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Escritura da Feijó das casas de Ponte de Lima, que se compraram			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Emprazamento de umas casas nas Pereiras			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Um livro de notas de Domingos de Melo notário apostólico dos Arcos			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Ação verbal o Visconde de Vila Nova de Cerveira e o réu Pedro João			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Auto de regimento do rei Nosso Senhor das coisas da Coroa			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Feito cível ao Visconde de Vila Nova de Cerveira contra Gaspar Peres Machado			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Sentença sobre o ouvidor do Sr. Visconde			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Feito Cível de Luís de Brito contra Francisco da Cunha			Luís de Brito Nogueira ??
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Inquirição de testemunhas que se tiraram na vila dos Arcos contra Manuel Ribeiro Soares			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Treslado do regimento das coisas reguengas desta comarca de Ponte de Lima			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Uns artigos metidos em um papel defumado			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Prazo da metade do casal do Cerquido com mais prazos e uma certidão e procurações e demarcação de alguns casais de alguns casais, tudo em um macete			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Um instrumento de agravo sobre os forais dos agravos			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Dois alvarás do rei			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Informação que veio de Roma sobre a demanda do Vale			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Obrigação a mya (?) dos Arcos			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Minuta da procuração que fez o abade de Monte Redondo			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Arrendamento da devesa de Menuaz			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Uma folha de papel escrita em latim que diz, por fora, igreja			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Razões sobre a metade sem cura de Rio de Moinhos			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Prazo das casas que foram de Gaspar Peres Machado			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Um papel sobre a igreja do Bico			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Um papel que tem por título do Procurador da Coroa.			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Doação da capela da senhora D. Teresa da Silva do Trocifal [Turcifal]			Teresa da Silva
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Um macete de papéis com vários títulos			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Bulas apostólicas de cem mil reais de pensão ao Sr. Visconde D. João Fernandes de Lima nos benefícios em que está provido Gonçalo de Amorim Barbosa. [Nota lateral: Estas bulas pediu o Visconde meu senhor e no maço de quitações que me dá o dito senhor está carta sua em que diz as recebeu.]			João Fernandes e Lima
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Uma confirmação em pergaminho de como o Sr. Visconde D. Diogo de Lima foi provido na metade sem cura da igreja de Santa Eulália de Redemoinhos, na qual estão seis confirmações do Sr. D. João Fernandes de Lima nos seis benefícios simples dos Arcos			Diogo de Lima
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Um volume que tem dezasseis cadernos de papel todos escritos por Manuel Preto de Lemos que pertence à comenda			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30v - Vinte e nove cadernos dos quartéis de baixo, Labruge e Beiral			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30v - Um maço de papéis de listas de gente e armas tocantes à milícia			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30v - Um maço de cartas ordinárias			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30v - Um livro que de uma parte tem por título Este é o foral da renda da minha terra de Valdevez do que rende em cada um ano, o qual tresladou o Visconde por sua mão e para o fim tem os inventários dos papéis do cartório			
	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30v - Cinco memórias de papéis do cartório			
	Fl. 31r - Um caderno em papel feito pelo abade João Álvares Cabral.			
	Acrescento, fl. 31v - Em 5 de agosto de 1681 recebi uma sentença apelativa a favor do visconde meu senhor dada na legacia sobre a igreja de Paredes, a qual está no maço extraordinário com outra sentença de renúncia que com licença do sr. Visconde D. Lourenço de Lima fez o abade João Barbosa da dita igreja. [Nota lateral: esta sentença remeti ao sr. Visconde em 6 de março de 1718 por Francisco Pinto de Magalhães]			Lourenço de Lima

	Acrescento, fl. 31v - Em 2 de julho de 1691, pediu o abade acima a sentença para a levar para Braga por lhe ser necessária para um requerimento. Como a trouxe farei a qui declaração. Trouxe a sentença e está no maço extraordinário. [Nota lateral: João Barbosa Pita? chamam ao abade de Paredes]			
	Acrescento, fl. 31v - Depois de feito o inventário atrás, meti no cartório em maço 2.º das igrejas a Bula da pensão que na igreja de Sabadim tem o visconde meu senhor, D. João Fernandes de Lima, que é de cem mil reais. [Nota lateral: Esta Bula entreguei ao abade de Sabadim que a mandou ao Visconde meu Senhor, e no maço de quitações estas ... do dito abade]		João Fernandes de Lima	
	Acrescento, fl. 31v - Está no maço extraordinário uma sentença de desagravo dada na Relação do Porto sobre a pescaria do rio dos Arcos.			
	Acrescento, fl. 31v - Está no maço 14.º uma sentença que em Lisboa teve o Visconde meu senhor em seu favor sobre o sequestro que o provedor da Comarca de Viana pôs nas rendas do dito senhor sobre se haver de confirmar nos bens que tinha da Coroa. [Nota lateral: Foi para Lisboa como consta do recibo que está no maço extraordinário]			
	Acrescento, fl. 31v-32r - Em maço 14 está um alvará de S. Majestade / fl. 32r/ passado no ano de 1642 por que concedeu ao Visconde, meu senhor, poder nomear almoxarife executor nas terras de que ele é donatário e este alvará entregou Doutor Velho de Barros em 28 de junho de 686 pelo achar em uma gaveta do abade Manuel da Guia, que Deus tem.		João Fernandes de Lima	
	Acrescento, fl. 32r - Em 18 de julho de 1689, meti em maço 14 uma procuração de embargos com que vim a se tirarem os anos por onde se costumava vir a água da Fonte de Merim que está no Campo de Carlos Malheiro Pereira, os quais mandava tirar a Câmara para concerto de um cano do Chafariz, e por constar eram do Visconde meu senhor, se suspendeu o tirá-los como consta do termo continuado ao pé da dita procuração.		João Fernandes de Lima	
	Acrescento, fl. 32r - Em maço 14 está uma sentença contra Pedro de Magalhães que se queira isentar de pagar quintos da terra que por cima de Morim emprazou a Luís de Meireles de Lima.			
	Acrescento, fl. 32r - Em maço 14 está a cópia de uma escritura que a Câmara da vila de Ponte de Lima fez de composição com o Visconde meu senhor sobre a água da Fonte de Morim e da que sobeja do Chafariz para ir para o pomar do dito senhor. E a meti em 18 de julho de 1689.		João Fernandes de Lima	
	Acrescento, fl. 32v - Em maço 14 está uma sentença e carta de arrematação que fez o abade de Sabadim António de Barros Aranha em um campo de Inácio de Távora como procurador do Visconde meu senhor por ordem do Sr. Visconde D. Tomás de Lima de 17 de agosto de 1730, que está neste maço, me ordenou desse estes papéis de arrematação a Inácio de Távora porque sua por sua benevolência lhe largava o campo.		Tomás de Lima	
	Acrescento, fl. 32v - Em maço 14 está uma escritura que fizeram o juiz e mordomos da Confraria do Senhor da vila de Ponte de Lima porque se obrigaram a não impedir em nenhum tempo abrir a porta para serventia do pomar por baixo dos cobertos que encostados ao muro dele fizeram para os moradores.			
	Acrescento, fl. 32v - Em maço 5 de igrejas está uma sentença sobre a igreja de S. Paio dos Arcos a que mandou o abade dos Arcos Nuno de Guimarães e Brito em 20 de maio de 693 para se meter no Cartório.			
	Acrescento, fl. 32v - Em maço 14 está em pública-forma a cópia da escritura por que o Sr. Visconde D. Lourenço de Lima comprou as casas que estão pegadas ao muro junto a Ermida de S. Sebastião e a própria escritura tem Catarina Batista religiosa no Convento de S. Bento de Viana e por mercê do Visconde meu senhor se ajuda do aluguer das ditas casas e suas irmãs.		Lourenço de Lima	
	Acrescento, fl. 33r - Em maço 14 está a escritura por que se obrigou António da Rocha a ter sempre desimpedido o rego da água que vai do chafariz para o pomar, na forma da dita escritura.			
	Acrescento, fl. 33r - Em maço 14 está o prazo das casas que comprou João de Oliveira Pedra que foram de Pascoal Rodrigues Citas (?) no adro da igreja desta vila de Ponte de Lima.			
	Acrescento, fl. 33r - Em maço 14 está a escritura da troca que o sr. Visconde D. Tomás de Lima fez com António de Araújo Azevedo, morador na sua Quinta de Morilhões, termo dos Arcos, e o dito António de Araújo lhe deu em troca de seis medidas de milho e dois alqueires de trigo que pagava ao dito senhor Visconde a leira da Veiga do Espinheiro sita na freguesia de Bertandos deste termo da qual há-de pagar para sempre Bento Gonçalves e seus herdeiros onze alqueires de milho cada um ano.		Tomás de Lima	
	Acrescento, fl. 33r - Em maço 14 estão uns prazos das casas das Pereiras que foram de Francisco de Sousa Lobato e hoje são do Pe. Pedro de Oliveira desta vila.			



**Apêndice C.3**  
**Inventários do Cartório de Ponte de Lima (séculos XVII–XVIII)**

**Folha 2**  
**Contagem de documentos inventariados e existentes**

Contagem das escrituras e títulos inventariados	VNC, cx. 37, n.º 9 (lista de documentos provavelmente anterior ao inventário de 1675-77)	Inventário de 1675-77, VNC, cx. 14, n.º 9, com acrescentos posteriores	Complemento do invent. 1677-75, VNC, cx. 14, n.º 36 (feito muito provavelmente no tempo de D. Tomás de Lima)	Cota dos documentos existentes e encontrados	Contagem das escrituras mapeadas e para as quais foi possível apontar uma correspondência provável
1 f. 1r	Instrumento sobre a fumagem dos Arcos.		Maço 11.º. Fl. 2r Instrumento sobre a fumagem dos Arcos.		
2 f. 1r	Caderno das bouças que andam fora dos apeamentos.		Maço 11.º. Fl. 2r Caderno das bouças que andam fora dos apontamentos digo dos apodamentos [sic], em papel.		
3 f. 1r	Carta de compra das devesas que de compraram ao[s] herdeiros de João Martins em Valdevez.		Maço 11.º. Fl. 2r Carta de compra das devesas que se compraram aos herdeiros de João Martins, em Valdevez, em papel.		
4 f. 1r	Compra da Quinta de Lavradas.		Maço 11.º. Fl. 2r Compra da Quinta de Labradas (?), em pergaminho.		
5 f. 1r	Prazo do casal de Quintela da igreja de Sabadim.	Mç. 13.º. Fl. 13r - Prazo do casal de Quintela da igreja de Sabadim, em pergaminho	Maço 11.º. Fl. 2r Emprazamento do casal de Quintela, em Jolda, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 28 ou ADB/ I-22-C-1-2-28	1
6 f. 1r	Escambo de uma terra e pequena devesa que chamam a Bounlhoza, junto a Giela		Maço 11.º. Fl. 2r Escambo de uma terras e pequeno de devesa que chamam a Bombora junto de Giela, em pergaminho		
7 f. 1r	Alvará para o corregedor demarcar Coura e Fraião.	Mç. 6.º. Fl. 6v Alvará para o corregedor demarcar Coura e Fraião, em papel	Alguma relação com: Alvará para demarcação das terras de Fraião? Fl. 1v. Na dúvida, fez-se entrada isolada mais abaixo.		
f. 1r - Prazos. Maço 8 Primeiro	Prazo de um monte maninho no vale que se diz Monchique no termo de Ponte de Lima.	Talvez possa corresponder a: Mç. 12.º. Fl. 12r - Prazo de António de Magalhães e sua irmã do lugar de Monchique, em pergaminho.			
9 f. 1r	Sentença do Soveral contra António Pereira	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Sentença do Sobral, contra António Pereira			
10 f. 1r	Carta de venda do casal do Ribeiro.	Mç. 13.º. Fl. 13v - Carta de venda do Casal do Ribeiro, em pergaminho			
11 f. 1r	Emprazamento de um campo que chamam o chão d'além na freguesia de Labrujó e duas leiras na de Maria Anes [Maria Eanes] na freguesia de S. Cristóvão e uma bouça ao Porto da Bezerra.	Mç. 13.º. Fl. 14r - Emprazamento de um campo, que chamam o Chão d'Além na freguesia de Labruja, em pergaminho			
12 f. 1r	Prazo de umas casas na Rua dos Mercadores.	Mç. 19.º. Fl. 19v - Prazo de umas casas na Rua dos Mercadores, em pergaminho			
13 f. 1r	Prazo da herdade da Regadas.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Prazo de herdade das Regadas, em pergaminho.			
14 f. 1r	Emprazamento do casal de Giela.				
15 f. 1r	Prazo em três vidas das herdades, montes dos casais do Selim em Paçô	Mç. 13.º. Fl. 14r - Prazo em três vidas das herdades, montes, dos casais de Celim em Paçô, em pergaminho			
16 f. 1r	Prazo de um prado e herdade que está no lugar das Veigas [Veigas].	Mç. 19.º. Fl. 19v - Prazo de um prado e herdade que está no lugar das Veigas de Fraião, em pergaminho			
17 f. 1r	Prazo de umas casas na Rua da Sapataria.	Poderá corresponder a: Mç. 19.º. Fl. 19v - Outro prazo de umas casas na mesma rua [Rua da Sapataria], em pergaminho			
18 f. 1r	Posse de uns campos que estão na Cardal.		Pode corresponder a este sumário: Mç. 11.º. Fl. 2r - Posse de uns campos que estão na Cardada (?), em papel.		
19 f. 1r	Emprazamento das bouças da Nóbrega.				
20 f. 1r	Prazo de umas casas nas Pereiras.	Mç. 19.º. Fl. 20r - Prazos de umas casas nas Pereiras			
21 f. 1r	Emprazamento de terra, vinhas e devesas do termo de Ponte de Lima.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Emprazamento de terras, vinhas, e devesas do termo de Ponte de Lima, em pergaminho.			
22 f. 1r	Prazo de umas casas que estão na Sapataria.	Mç. 14.º. Fl. 14r - Prazo de umas casas que estão na Sapataria, em pergaminho			
23 f. 1r	Emprazamento de três casais na aldeia de Giela.				
24 f. 1r	Prazo de umas casas na Rua da Sapataria de Ponte de Lima.	Poderá corresponder a: Mç. 14.º. Fl. 14v - Prazo de umas casas na Rua da Sapataria de Ponte de Lima, em pergaminho			
25 f. 1r	Prazo em três vidas de umas casas na Rua de Carrazide [sic] de Ponte de Lima.	Mç. 19.º. Fl. 19v - Prazo da Rua do Carrazido [sic], que se fez a Gonçalo Cerqueira em papel e são hoje de Marcos Malheiro Pereira			
26 f. 1r	Prazo de suas casas na Rua da Triparia de Ponte de Lima.	Mç. 19.º. Fl. 19v - Emprazamento de umas casas na Rua da Triparia		ADB, VVNC, n.º 20 ou ADB/ I-22-C-1-1-20	1
27 f. 1r	Prazo em três vidas de umas casas que estão na Rua da Sapataria de Ponte de Lima.	Talvez corresponda a: Mç. 12.º. Fl. 11v - Prazo em três vidas na Rua da Sapataria, em pergaminho.			
28 f. 1r	Prazo de um casal na freguesia de São Lourenço em Valdevez.	Mç. 11.º. Fl. 2v - Prazo de um casal na freguesia de S. Lourenço de Valdevez, em pergaminho.			
29 f. 1r	Prazo do casal da Tocoengua (?) em três vidas que está em S. Miguel do Barreo [Bárrio].	Poderá corresponder a este: Mç. 12.º. Fl. 11v - Prazo do Casal de Tozenda [sic], em pergaminho		Poderá corresponder a este: ADB, VVNC, n.º 42 ou ADB/ I-22-C-1-2-42 [casal da Tosoenda, freg. de S. Miguel de Bárrio]	1
30 f. 1r	Aforamento de suas casas na Rua Nova de Ponte de Lima.	Poderá corresponder a: Mç. 19.º. Fl. 19r - Aforamento de umas casas na Rua Nova de Ponte de Lima, em pergaminho, em que estão embrulhados os papéis deste maço			
31 f. 1v	Sentença do casal da várzea da freguesia de S. Vicente de Giela em que manda paguem o foro que no foral diz.	Mç. 11.º. Fl. 11r - Sentença do casal da Vargea [casal da Várzea] da freguesia de S. Vicente de Giela, em pergaminho		ADB, VVNC, n.º 34 ou ADB/ I-22-C-1-2-34	1
32 f. 1v	Aforamento de umas casas na Rua Nova de Ponte de Lima.	Poderá corresponder a: Mç. 19.º. Fl. 20r - Aforamento de umas casas na Rua Nova, em pergaminho		ADB, VVNC, n.º 17 ou ADB/ I-22-C-1-1-17	1
33 f. 1v	Emprazamento de umas casas que estão na Rua de Ponte de Lima.				
34 f. 1v	Emprazamento de umas casas que estão na Praça de Ponte de Lima.				

35	f. 1v	Compra de uma leira de herdade que está na cortinha d'Agro do Mouro na freguesia do Salvador dos Arcos e de outras terras que não faz menção donde estão.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Compra de uma leira de erdo [sic] que já está na cortinha de Agro de Mouro, em pergaminho.		
36	f. 1v	Foro de Fernão Anes [Fernão Eanes] das Casas das Pereiras.	Mç. 19.º. Fl. 20r - Foro de Fernão Eanes nas casas das Pereiras, em pergaminho		
37	f. 1v	Prazos tirados da torre do tombo por mandado do rei D. João feitos por D. Afonso conde de Bolonha e por D. Dinis seu filho.	Mç. 2.º. Fl. 2v - Um livro de prazos tirados da Torre do Tombo por mandado do rei D. João feitos por D. Afonso, conde de Belhona [Bolonha], e por D. Luís [Dinis], seu filho, em pergaminho com onze meias folhas de uma e outra banda escritas.		
38	f. 1v	Inquirição das casas e herdades reguengas da vila de Ponte de Lima.	Mç. 19.º. Fl. 20v - Inquirição das casas e herdades reguengas da vila de Ponte de Lima		
39	f. 1v	Sentença contra os de S. Paio de Jolda sobre os reguengos.	Mç. 12.º. Fl. 13r - Sentença contra os de São Paio de Jolda sobre os reguengos, em pergaminho. Serve de capa a este maço		
40	f. 1v	Carta de venda da Quinta da Silva.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Carta de venda da Quinta da Silva, em pergaminho.	Pergaminho na Coleção Júlio de Lemos, Biblioteca da Escola Secundária de Santa Maria Maior.	1
41	f. 1v	Carta de compra e posse da Quinta da Silva do termo de Valença.	Mç. 7.º. Fl. 7r - Carta de compra e posse da Quinta da Silva.		
42	f. 1v	Prazo de certas herdades do mosteiro de Sabadim.	Mç. 2.º. Fl. 2v - Um prazo do Mosteiro de Sabadim (Sabadeni) de certas herdades, em pergaminho.		
43	f. 1v	Sentença para os foros de casas.			
44	f. 1v	Doação de como Abraão rabi deu ao visconde D. João a terra onde se enterraram.	Mç. 14.º. Fl. 15r - Doação de como Abraão rabi dos judeus deu ao visconde D. João o recouto (?) em que se enterravam		
45	f. 1v	Sentença contra os da freguesia de Gondoriz sobre certos foros.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Sentença contra os da freguesia de Gondoriz, em pergaminho	VNC, cx. 13, n.º 31	1
46	f. 1v	Prazo de uma vinha que está na freguesia de Santa Maria, d'além da ponte desta vila.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Prazo de uma vinha que está na freguesia de Santa Marinha, d'além da ponte desta vila, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 50 ou ADB, VVNC, I-22-C-1-2-50	1
47	f. 1v	Escambo de um Garcia Lopes de Calheiros.	Mç. 14.º. Fl. 14r - Escambo de um Garcia Lopes de Calheiros, em pergaminho		
48	f. 1v	Prazo de umas terras e devesa no Sanguinhal e de umas casas em Ponte de Lima.	Mç. 19.º. Fl. 20r - Prazo de umas terras e devesa no Sangarinhall [sic] e de umas casas em Ponte de Lima, em pergaminho	Talvez seja: ADB, VVNC, n.º 57 ou ADB/ I-22-C-1-2-57	1
49	f. 1v	Sentença contra os de Cabreiros sobre certos foros.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Sentença contra os [de] Cabreiros sobre certos foros, em pergaminho		
50	f. 1v	Prazo do casal das Quinquostas da freguesia de Padreiro.	Mç. 11.º. Fl. 11r - Prazo do Casal das Cangostas na freguesia do Padreiro, em pergaminho		
51	f. 1v	Prazo das casas de Vicente Álvares entre vidas da Casa que está na Rua dos Mercadores.	Mç. 19.º. Fl. 20r - Prazo das casas de Vicente Álvares, em pergaminho		
52	f. 2r. Maço 2.º	Obrigação de Bartolomeu Dias desta vila em que se paga de uma vinha que fez na terra reguenga de sete alqueires de vinho.	Mç. 14.º. Fl. 14v - Obrigação de como Bartolomeu Dias desta vila paga de uma vinha que fez na terra reguenga de sete alqueires um, em papel		
53	f. 2r	Foro de Guilhadezes por via de reguengo.	Mç. 15.º. Fl. 16r - Foro de Guilhadezas [sic] por via de reguengo		
54	f. 2r	Mandado para a água do castelo.	Mç. 14.º. Fl. 15r - Mandado da água que vem ao castelo, em papel.		
55	f. 2r	Prazo de umas casas na Ribeira de Ponte de Lima.			
56	f. 2r	Prazo de uma bouça, digo de um lugar que se chama Bouça d'Abades no termo de Ponte de Lima.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Prazo de um lugar que se chama bouça da Abades no termo de Ponte de Lima, em pergaminho		
57	f. 2r	Carta para se não cortar madeira nem mato nas devesas de Ponte de Lima.	Mç. 14.º. Fl. 14v - Carta para se não cortar madeira nem mato nas devesas de Ponte de Lima, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 3 ou ADB/ I-22-C-1-1-3	1
58	f. 2r	Prazo do casal de Serquido (?).	Poderá corresponder a: Mç. 12.º. Fl. 12v - Prazo do Casal do Cerquido na Cabração (?), em pergaminho.		
59	f. 2r	Carta de venda da casa do hospital (espiritual).	Mç. 6.º. Fl. 6v - Carta de venda da casa do Hospital, em pergaminho		
60	f. 2r	Prazos tirados da Torre do Tombo por mandado do rei D. Duarte sobre alguns foros de Ponte de Lima	Mç. 14.º. Fl. 14v - Prazos tirados da Torre do Tombo por mandado do rei D. Duarte, em pergaminho		
61	f. 2r	Prazo do casal do Pereiro da freguesia de Labruja.	Mç. 13.º. Fl. 13v - Prazo do casal do Pereiro na freguesia de Santa Maria de Labruja, em pergaminho	Pode ser o sumário deste documento: ADB, VVNC, n.º 23 ou ADB/ I-22-C-1-1-23	1
62	f. 2r	Emprazamento de umas casas na Praça de Ponte de Lima.	Talvez possa corresponder a este: Mç. 12.º. Fl. 12r - Emprazamento de umas casas na Praça de Ponte de Lima, em pergaminho.		
63	f. 2r	Carta do rei D. João sobre as casas e devesas de Ponte de Lima.	Mç. 12.º. Fl. 12v - Cartas do rei D. João sobre as casas e devesas de Ponte de Lima, em pergaminho.		
64	f. 2r	Prazo do montado de Chelo.	Mç. 12.º. Fl. 11v - Prazo do montado de Chelo, em pergaminho.		
65	f. 2r	Prazo de umas casas de Rendufe.	Mç. 12.º. Fl. 12v - Prazo das casas de Rendufe, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 47 ou ADB/ I-22-C-1-2-47	1
66	f. 2r	Prazos tirados da Torre do Tombo do rei D. Afonso e D. Dinis sobre Jolda, Távora e outras terras.	Mç. 17.º. Fl. 17r - Prazos tirados da torre do Tombo do rei D. Afonso e D. Dinis sobre Jolda, Távora e outras terras em três folhas de pergaminho		
67	f. 2r	Prazo de umas casas na Rua dos Mercadores de Ponte de Lima.	Poderá corresponder a: Mç. 19.º. Fl. 19v - Outro prazo na mesma Rua [dos Mercadores] de umas casas		
68	f. 2r	Prazo de umas casas na Rua do Souto de Ponte de Lima.	Poderá corresponder a: Mç. 12.º. Fl. 12r-12v - Compra de uma casa na Rua do Souto, em /fl.12v/ Ponte de Lima, em pergaminho. Ou a Mç. 19.º. Fl. 19v - Prazo de umas casas na Rua do Souto de Ponte de Lima, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 15 ou ADB/ I-22-C-1-1-15 ?	1
69	f. 2r	Prazo de umas casas na Praça de Ponte de Lima.		Talvez possa ser este: Mç. 10.º. Fl. 1r - Prazo em pergaminho de umas casas na praça de Ponte(?) de Lima e dentro dela em papel um treslado do dito prazo que diz são casas de Luís de Meireles(?).	
70	f. 2r	Sentença para que os moradores de Bandara [e] da Portela paguem de lutuosa por morte do possueiro a melhor peça do móvel que lhe ficar.	Mç. 12.º. Fl. 12v - Sentença para que os moradores de Brandara e da Portela paguem de lutuosa por morte do possueiro a melhor peça de móvel que ficar ao visconde, em papel		

71	f. 2r	Empozamento do casal da Tocoengua [sic] da freguesia de S. Miguel de Barreo.	Poderá corresponder a este: Mç. 12.º. Fl. 11v - Empozamento do casal de Torenda [sic] na freguesia de S. Miguel do Barreo, em pergaminho.		
72	f. 2r	Aforamento de três casais em Labruja.	Mç. 13.º. Fl. 13v - Aforamento de três casais de Labruja, em pergaminho		
73	f. 2r	Carta de venda do lugar de Felgueiras e concelho de Geraz			
74	f. 2r	Compra de uma casa na Rua do Souto de Ponte de Lima [...].			
75	f. 2r	Prazo do pardieiro da escada de Gonçalo Peres [Gonçalo Pires], mercador.	Mç. 19.º. Fl. 20r - Prazo do pardieiro da escada de Gonçalo Peres, mercador, em pergaminho		
76	f. 2r	Prazo de umas casas na Rua da Sapataria de Ponte de [Lima].	Poderá corresponder a: Mç. 19.º. Fl. 19v - Prazo de umas casas na Rua da Sapataria de Ponte de Lima	Pode ser ADB, VVNC, n.º 48 ou ADB/ I-22-C-1-2-48 ou ADB, VVNC, n.º 19 ou ADB/ I-22-C-1-1-19 - Tudo prazos na Rua da Sapataria	2
77	f. 2v	Prazo de D. Isabel de um casal na freguesia de Prozelo.			
78	f. 2v	Prazo da quinta de Prozelo.	Mç. 13.º. Fl. 13r - Prazo da Quinta de Perozelo [sic], em pergaminho		
79	f. 2v	Escambo entre os de Loureda e o Visconde.	Mç. 13.º. Fl. 13r - Escambo entre os de Loureda e o visconde, em pergaminho		
80	f. 2v	Prazo de umas casas na Sapataria de Ponte de Lima.	Poderá corresponder a: Mç. 19.º. Fl. 20r - Prazo de umas casas na Sapataria de Ponte de Lima, em pergaminho		
81	f. 2v	Prazo de casas e vinhas, terras e devesas na freguesia de Grade.	Mç. 13.º. Fl. 13v - Prazo de casas, vinhas, terras, devesas na freguesia de Grade, em pergaminho		
82	f. 2v	Carta de venda da Quinta de Penafiel, no termo de Valença.	Mç. 6.º. Fl. 6r - Carta de venda da Quinta da Penafiel, em pergaminho		
83	f. 2v	Inquirição para os reguengos desta vila.	Mç. 19.º. Fl. 19v - Inquirição para os reguengos desta vila		
84	f. 2v	Regimento dos reguengos do redor de Ponte de Lima.	Mç. 14.º. Fl. 14v - Regimento do reguengo que o visconde tem de juro ao redor da vila de Ponte de Lima, em papel		
85	f. 2v	Prazo [d]e vinha e herdade de Agro de Cortes entre Parada e Giela.	Mç. 17.º. Fl. 17r - Prazo da vinha e herdade de Agro de Cortes, entre Parada e Giela, em pergaminho		
86	f. 2v	Prazo do casal do Pieiro (?) na freguesia de Labrujo.	Mç. 13.º. Fl. 14r - Prazo do casal do Peeyro (?) na freguesia de Labrujo, em pergaminho		
87	f. 2v	Prazo do Casal do Couto da igreja de Sabadim.	Mç. 13.º. Fl. 13r - Prazo do casal do Couto da igreja de Sabadim, em pergaminho		
88	f. 2v	Compra de uma fazenda em S. Miguel da Facha.			
89	f. 2v	Carta de venda da Casa de Carrazedo.	Talvez corresponda a: Uma carta de venda da Casa de Carracido em um quarto de pergaminho. Mç. 2.º. Fl. 3r.		
90	f. 2v	Aforamento de umas casas na Triparia.			
91	f. 2v	Prazo de umas casas na Rua da Sapataria.	Poderá corresponder a: Mç. 19.º. Fl. 19v - Prazo de umas casas na Rua da Sapataria, em pergaminho		
92	f. 2v	Venda de umas herdades na Vacaria.	Mç. 6.º. Fl. 6v - Venda de uma herdade na Vacaria, em pergaminho		
93	f. 2v	Compra de um campo no Cardal.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Compra de um campo no Cardal, em pergaminho. Talvez corresponda a: Mç. 11.º. Fl. 11r - Carta de venda de um campo que está junto o Cardal, em papel		
94	f. 2v	Compra de umas casas e outras casas na vila de Valença.			
95	f. 2v	Prazo de uns prados em Bouça de Dom na Labruja.	Mç. 13.º. Fl. 13r - Prazo de uns prados de bouça de Labruja, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 44 ou ADB/ I-22-C-1-2-44	1
96	f. 2v	Aforamento de uma herdade a Afonso Fernandes na freguesia de Insalde [Emsalde].	Mç. 17.º. Fl. 17r - Aforamento de uma [herdade] a Afonso Fernandes de Insalde [Emsalde], em pergaminho		
97	f. 2v	Compra de umas casas na Rua da Carneçaria.	Mç. 19.º. Fl. 20r - Compra de umas casas na Rua da Carneçaria, em pergaminho		
98	f. 2v	Prazo de umas casas ao Outeiro.	Mç. 19.º. Fl. 20r - Prazo de umas casas ao Outeiro de Celas, em pergaminho	Talvez este: ADB, VVNC, n.º 37 ou ADB/ I-22-C-1-2-37	1
99	f. 2v	Carta de compra da Quinta de Jolda.	Mç. 17.º. Fl. 17r - Carta de compra da Quinta de Jolda, em pergaminho		
100	f. 2v	Maço de cartas de venda das terras e vinhas que meteram no pomar à porta do Souto desta vila.			
101	f. 2v	Herdades reguengas que vagaram por morte de Diogo Pereira almoxarife para o castelo de Ponte de Lima.	Mç. 14.º. Fl. 15r - Herdades reguengas que vagaram por morte de Diogo Pereira, almoxarife, em pergaminho	VNC, cx. 13, n.º 19 ?	1
102	f. 2v	Aforamento da terra de Vinhães (Vinhains).	Mç. 13.º. Fl. 14r - Aforamento da terra de Vinhãos [sic], em pergaminho		
103	f. 2v	Empozamento de umas casas na Praça de Ponte de Lima.	Talvez possa corresponder a este: Mç. 12.º. Fl. 12r - Empozamento de umas casas na Praça de Ponte de Lima, em pergaminho.		
104	f. 3r	Testamento de João Esteves, abade da freguesia em que deixou por herdeiro ao visconde D. Leonel.	Mç. 13.º. Fl. 13r - Testamento de João Esteves, abade de Ferreira, em que deixou por herdeiro ao visconde Leonel de Lima, em pergaminho.		
105	f. 3r	Prazo de um monte em vale de Guam (?) da freguesia de Távora.	Mç. 13.º. Fl. 14r - Prazo de um monte em Vale de Cam, na freguesia de Távora, em pergaminho		
106	f. 3r	Prazo do mosteiro de Sabadim.	Mç. 17.º. Fl. 17v - Prazo do mosteiro de Sabadim, em pergaminho		
107	f. 3r	Carta de venda de um campo que está junto à Cardela.		(procurar cardada)	
108	f. 3r	Compra de umas casas nas Pereiras.	Mç. 12.º. Fl. 12v - Compra de umas casas nas Pereiras, em pergaminho		
109	f. 3r	Prazo de umas casas na Rua de Estêvão João em Ponte de Lima.	Poderá corresponder a: Mç. 19.º. Fl. 20r - Prazo de umas casas na Rua de S. João em Ponte de Lima, em pergaminho ?		
110	f. 3r	Sentença dos reguengos de Prozelo.	Mç. 18.º. Fl. 19r - Sentença do reguengo de Prozelo, em pergaminho		
111	f. 3r	Sentença de umas herdades no termo de Ponte de Lima.	Poderá corresponder a: Mç. 12.º. Fl. 11v-12r -Sentença de uma herdade no termo de Ponte de Lima /fl. 12/ em pergaminho.		
112	f. 3r	Rol das casas e herdades e outra fazenda que está emprazada em Valdevez.	Mç. 11.º. Fl. 11v - Rol das casas, herdades e outra fazenda que está emprazada em Valdevez, em papel		

113	f. 3r	Prazo de umas casas feito ao Visconde que estão junto a Fernão de Morim.	Mç. 12.º. Fl. 12v - Prazo em três vidas feito ao visconde de umas casas junto a Fernão de Amorim, que são de uma capela, em pergaminho.		
114	f. 3r	Doação da Quinta da Courela.			
115	f. 3r	Prazo de umas casas na Rua do Souto.	Pode corresponder a: Mç. 12.º. Fl. 11v - Prazo de umas casas na Rua do Souto, em papel		
116	f. 3r	Prazo de um casal reguengo em Vilar de Monte.	Mç. 13.º. Fl. 13v-14r - Prazo de um casal reguengo em Vilar do Monte /fl. 14/, em pergaminho		
117	f. 3r	Sentença de dois casais que houve Dona Teresa da Silva.	Mç. 13.º. Fl. 13v - Sentença de dois casais que houve D. Teresa da Silva, em pergaminho		
118	f. 3r	Cartas de compra de terras e vinhas na Vacaria de Ponte de Lima.	Mç. 6.º. Fl. 6r - Carta de compra de um lugar, terras, vinhas na Vacaria desta vila, em pergaminho	Pode ser ADB, VVNC, n.º 51 ou ADB/ I-22-C-1-2-51	1
119	f. 3r	Prazo do casal das Filiosas (?) da igreja de Sabadim .	Talvez possa corresponder a: Mç. 13.º. Fl. 13r - Prazo do casal das Tellozas [sic] da igreja de Sabadim, em pergaminho, que serve de capa a este maço		
120	f. 3r. Maço 3.º	Carta do rei de casas e herdades reguengas de Ponte de Lima.			
121	f. 3r	Sentença contra o Visconde de uma quinta em Santo Estêvão de Riba Lima.			
122	f. 3r	Declaração dos forais.	Mç. 11.º. Fl. 11v - Declaração dos forais, em papel		
123	f. 3r	Carta de troca do Visconde com Afonso de Caminha em q[eu] [...] instrumento de posse.			
124	f. 3r	Inquirição que tirou o corregedor António Correia em Coura p[...] de Fernão de Pina.	Poderá corresponder a: Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Inquirição que tirou o corregedor em Coura		
125	f. 3v	Regimento feito ao corregedor sobre as casas reguengas.			
126	f. 3v	Penhores que se fizeram em Sabugueiro (?) concelho de Coura a uns caseiros que não queriam pagar os foros.	Mç. 18.º. Fl. 19r - Penhoras que se fizeram no conselho de Coura em Tabugueiro (?), em papel		
127	f. 3v	Sentença sobre umas lutuosas.	Pode corresponder a este: Mç. 11.º. Fl. 11r - Sentença de uma lutuosa, em papel.		
128	f. 3v	Carta de compra da metade da devesa e pomar da Quinta de Santo Estêvão.			
129	f. 3v	Feito do Visconde contra João Galego sobre um casal.			
130	f. 3v	Sentença sobre uns reguengos.	Poderá corresponder a: Uma sentença de uns reguengos, em papel. Mç. 4.º. Fl. 3v.	Pode ser: VNC, cx. 54, n.º 79	1
131	f. 3v	Sentença sobre uma casa reguenga de Fernão de Morim.	Mç. 12.º. Fl. 12v - Sentença sobre uma casa reguenga de Fernão de Amorim, em papel.		
132	f. 3v	Inquirição sobre umas devesas de Coura.	Mç. 7.º. Fl. 7r - Inquirição sobre umas devesas de Coura, em papel		
133	f. 3v	Sentença de umas casas na Rua da Sapataria de Ponte de Lima.			
134	f. 3v	Instrumento de agravo sobre uns reguengos.			
135	f. 3v	Prazo de umas casas que estão na Praça desta vila .			
136	f. 3v	Prazo na Rua do Carrazedo desta vila.	Mç. 2.º. Fl. 2r - Um prazo da Rua do Carrecido na mesma vila [Ponte de Lima], em papel		
137	f. 3v	Carta de compra dos reguengos de Paçô.	Mç. 11.º. Fl. 11v - Carta de compra de uns reguengos em Paçô, em papel		
138	f. 3v	Carta de venda de uma casa na Rua de Carrazedo na vila de Ponte de Lima.	Mç. 2.º. Fl. 2r - Uma carta de venda de uma casa na Rua do Carrecido da Vila de Ponte de Lima, em pergaminho		
139	f. 3v	Carta citatória para uns reguengos.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Carta citatória para uns reguengos, em papel		
140	f. 3v	Escritura e contrato de Gonçalo Galego e Lopo Álvares de Távora.	Mç. 11.º. Fl. 11r - Escrituras e contrato de um Gonçalo Galego e de um Lopes Álvares de Távora, em papel		
141	f. 3v	Apegamento do casal reguengo do Sovereiro [sic].	Poderá corresponder a: Mç. 12.º. Fl. 12v - Apegamento do casal reguengo do Sobreiro, em papel.		
142	f. 3v	Feito cível sobre certas herdades reguengas contra Pero Dias [Pedro Dias], escudeiro e, Ponte de Lima.	Mç. 19.º. Fl. 20v - Feito cível sobre certas herdades reguengas contra Pedro Dias, escudeiro de Ponte de Lima		
143	f. 3v	Sentença sobre o cortar das devesas.	Mç.º 4.º. Fl. 4v - Sentença sobre o cortar das devesas, em papel		
144	f. 3v	Caderno de cartas de vendas, prazos e codicilos (quoddecillos?).	Mç. 2.º. Fl. 2v - Um caderno de cartas de rendas, prazos e codicilos, em papel.		
145	f. 3v	Sentença de uns reguengos em São Martinho da Gandra.	Mç. 4.º. Fl. 3v - Sentença de uns reguengos em S. Martinho da Grandre [Gandra], em papel.	VNC, cx. 54, n.º 80	1
146	f. 3v	Feito cível contra João Galego sobre o casal da Cal.	Talvez corresponda a: Mç. 12.º. Fl. 12v - Sobre o casal da Cal, em papel.		
147	f. 3v	Sentença contra Catarina Anes [Catarina Eanes] de Paçô sobre um foro.	Mç. 5.º. Fl. 5r - Sentença contra Catarina Anes [Catarina Eanes] do Posso [Paçô] sobre um foro		
148	f. 3v	Carta de venda de uma vinha.			
149	f. 3v	[F]eito cível contra João de Santiago de Rendufe sobre certos [r]eguengos.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Feito contra João de Santiago de Rendufe, em papel		
150	f. 4r	Contrato de certas casas reguengas.		Mç. 10.º. Fl. 1v - Contrato de certas casas reguengas.	
151	f. 4r	Sentença contra Marcos Lourenço de Coura sobre certos foros.	Mç. 5.º. Fl. 5v - Sentença contra Marcos Lourenço de Coura sobre certos foros em papel		
152	f. 4r	Requerimento sobre um foro de São Martinho de Bural [Beiral do Lima].	Mç. 13.º. Fl. 13v - Requerimento sobre um foro de S. Martinho de Bural de Lima [Beiral do Lima], em papel		
153	f. 4r	Feito cível contra João Afonso de Santa Maria sobre certas herdades reguengas.	Mç. 19.º. Fl. 20v - Feito contra João Afonso de Santa Marinha		
154	f. 4r	Conhecimentos de alguns campos e herdades que o visconde arrendou a alguns lavradores.			
155	f. 4r	Caderno de conhecimentos e obrigações de terras e herdades que estão aforadas a lavradores.	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 26v - Um caderno de conhecimentos e obrigações de terras e herdades que estão aforadas a lavradores		
156	f. 4r	Agravo que tiraram os de Santo Estêvão sobre a medida do pão ser nova ou velha.	Mç. 8.º. Fl. 8r - Agravos que tiraram se Santo Estêvão sobre a medida do pão ser velha, ou nova, em papel.		
157	f. 4r	Sentença para os de Santo Estêvão pagarem os foros.	Mç. 5.º. Fl. 5v - Sentença para os de Santo Estêvão pagarem foros em papel		
158	f. 4r	Prazo do casal da Curugeira.	Mç. 2.º. Fl. 3r - Um prazo do Casal de Curugeira		

159	f. 4r	Prazos da Quinta do Penedo de Valdevez.	Mç. 11.º. Fl. 11r - Prazo da Quinta do Penedo de Valdevez, em papel		
160	f. 4r	Obrigações de um rego de água das Moendas (?) de Valdevez.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Obrigação de um rego de água das Moendas de Valdevez, em papel		
161	f. 4r	Apegamento do casal reguengo do Sovereiro.	Poderá corresponder a: Mç. 12.º. Fl. 12v - Apegamento do casal reguengo do Sovereiro, em papel.		
162	f. 4r	Prazo de um campo em Padreiro.	Mç. 11.º. Fl. 11v - Emprazamento de um campo em Padreiro do Rio d'Alvara (?), em papel		
163	f. 4r	Carta de venda de uma vinha em Cendufe.			
164	f. 4r	Sentença nos foros de Santo Estêvão.			
165	f. 4r	Requerimento que .... nos casais reguengos que o são.			
166	f. 4r. Maço 4.º	Sentença de uma terras de Lordelo.			
167	f. 4r	Sentença contra Domingos Fernandes da Cunha sobre certos foros.	Mç.º 4.º. Fl. 4v - Sentença contra Domingos Fernandes da Cunha sobre certos foros, em papel		
168	f. 4r	Sentença de umas casas reguengas nesta vila de Ponte de Lima.			
169	f. 4r	Sentença contra Maria Delgada sobre uma deve[sa] [regue]nga no lugar da Roseira [sic] de Ponte de Lima.	Mç. 12.º. Fl. 12v - Sentença contra Maria Delgada sobre uma devesa reguenga no lugar da Ronseira [sic] de Ponte de Lima, em papel.		
170	f. 4v	/Fl. 4v /			
171	f. 4v	Treslado da doação dos reguengos desta vila de Ponte de Lima com despacho.	Mç. 9.º. Fl. 8v - Treslados da doação dos reguengos de Ponte de Lima, em papel (nota lateral: Foi para Lisboa)	VNC, cx. 12, n.º 10	1
172	f. 4v	Quitação de Dona Isabel de Lima de quarenta mil reais.	Mç.º 5.º. Fl. 5r - Quitação de D. Isabel de Lima, em papel		
173	f. 4v	Prazo do casal da Socarreira na freguesia de Jolda.	Mç. 11.º. Fl. 11r - Prazo do casal de Subcarreira na freguesia de Jolda, em papel.		
174	f. 4v	Sentença contra Pero Anes [Pero Eanes], ferreiro de Ponte de Lima sobre umas vinhas e terras foreiras em S. Martinho.	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Sentença contra Pedro Eanes [Pedro Anes] Ferreiro sobre umas vinhas e terras foreiras em S. Martinho		
175	f. 4v	Instrumento de juramento que se deu aos antigos da Portela para que desobrigassem a fazenda reguenga.	Mç. 8.º. Fl. 8r - Instrumento de juramento que se deu aos antigos da Portela para que descobrissem a fazenda da Reguenga, em papel		
176	f. 4v	Instrumento do casal de Várzea na freguesia de Giela.			
177	f. 4v	Sentença do campo reguengo do Pinheiro.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Sentença do campo reguengo do Pinheiro que possui o visconde, meu senhor, em papel.		
178	f. 4v	Feito da bouça de devesa Moega em Coura.	Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26v - Feito da bouça da devesa da Moega, em Coura		
179	f. 4v	Aução [Ação] de Luís de Brito contra Garcia Carneiro e Jorge Esteves de dinheiro que lhe deviam.	Mç. 5.º. Fl. 5r - Ação de Luís de Brito contra Gaspar Carneiro, em papel		
180	f. 4v	Instrumento de vila Nova da tomada do alcaide.	Mç. 5.º. Fl. 5r - Instrumento da tomada de Vila Nova, em papel velho e ruído		
181	f. 4v	Paga de doze mil reais que o Visconde Dom Francisco paga.			
182	f. 4v	Carta de venda do Chão de Álvaro Rodrigues.	Mç. 5.º. Fl. 5r - Carta de venda do chão de Álvaro Rodrigues e Pedro (?) Correia, em papel		
183	f. 4v	Escambo de uns campos e herdades em Santo Estêvão, freguesia da Facha.			
184	f. 4v	Alvará do rei para o almoxarife entender nas casas reguengas [sic].	Mç. 9.º. Fl. 8v - Alvará do rei para que o almoxarife não [sic] entenda nas coisas reguengas, em papel./ Ou talvez corresponda a este: Mç. 6.º. Fl. 6v - Alvará para aforar as casas reguengas em Ponte de Lima, em papel.		
185	f. 4v	Treslado de uma sentença dos contadores.	Talvez corresponda a este: Mç. 5.º. Fl. 5r - Treslado dos mandados dos contadores, em papel.		
186	f. 4v	Suprimento de idade de António de Sá e contrato de João Rodrigues e de seu filho.	Mç. 5.º. Fl. 5r - Suplemento [sic] da idade de António de Sá, em papel		
187	f. 4v	Prazo do casal de Bouça d'Abades.	Mç. 11.º. Fl. 11r - Prazo do casal de Bouça d'Abades, em papel		
188	f. 5r	Treslado de umas sentenças de agravos sobre uma apelação de que o corregedor entendeu nas terras do Visconde.	Mç. 9.º. Fl. 8v - Treslado de uma sentença de agravo sobre uma apelação, em papel		
189	f. 5r	Dos direitos de Rio Frio.			
190	f. 5r	Contrato entre João Rodrigues de Sá e António de Sá.	Mç. 5.º. Fl. 5v - Contrato entre João Rodrigues de Sá e António de Sá, em papel		
191	f. 5r	Sentença do Juiz dos Órfãos de Lisboa sobre uns quatrocentos mil reais de Jorge de Lima e João de Melo de Lima.	Mç. 4.º. Fl. 4v - Sentença do juiz dos órfãos de Lisboa sobre uns quatro mil reais, em papel		
192	f. 5r	Treslado do alvará do rei de cinco mil reais.			
193	f. 5r	Verba do testamento do abade de Fornelos sobre uma casa reguenga.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Verba do testamento do abade de Fornelos, em papel		
194	f. 5r	Provisão do Visconde do casal de Vilar do Monte.			
195	f. 5r	Prazo do campo e devesa de Boulhosa.	Mç. 13.º. Fl. 13v - Prazo do campo e devesa de Boulhosa, em papel		
196	f. 5r	Escambo de um campo em Valdevez.			
197	f. 5r	Carta de venda de um campo em Nogueira.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Carta de venda de um campo em Nogueira, em papel		
198	f. 5r	Requerimento sobre a Quinta de Paredes.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Requerimento sobre a quinta de Paredes em papel		
199	f. 5r	Para que nenhum filho do Visconde entre em suas terras.	Mç. 5.º. Fl. 5v - Para que nenhum filho do Visconde, não estejam nas terras, em papel		
200	f. 5r	Testamento de D. Leonel.	Mç. 5.º. Fl. 5r - Com mais um testamento de D. Leonel, em papel		
201	f. 5r	Conhecimento de um chão que está ao castelo.	Mç. 14.º. Fl. 15r - Conhecimento de um chão que está do castelo de D. Jorge de Castro, em papel		
202	f. 5r	Treslado de uma carta de venda de umas casas em Ponte de Lima.	Mç. 5.º. Fl. 5v - Treslado de uma carta de venda de umas casas em Ponte de Lima, em papel		
203	f. 5r	Alvará de umas herdades de Gonçalo d'Asseiras.			

204	f. 5r	Que os vedores da fazenda não façam fatiota da fazenda dos direitos reais em Ponte de Lima.	Talvez corresponda a: Mç. 5.º. Fl. 5v - Que os vedores da fazenda não passem aforamentos, em papel		
205	f. 5r	Serviços de criados e pagas deles.			
206	f. 5r	Sentença que seu o juiz de Geraz (Iaras) contra os de [...]			
207	<b>f. 5v. Maço 5.º. De Padroados e outras coisas tocantes a igrejas</b>	Um caderno em pergaminho na cabeça do qual está este sinal "O" e às costas está o padroado da igreja de S. Cosme			
208	f. 5v	Um caderno de padroados de Bico e no caderno dos de Sabadim estão mais alguns desta igreja.	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Padroado de Bico, nos de Sabadim estão de mistura alguns diz o título, em papel		
209	f. 5v	Um caderno dos de Paredes e nos da Castanheira esta também e outros de mistura.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Padroados de Paredes, nos da Castanheira está outro de mistura, em papel		
210	f. 5v	Padroados de Vilar do Monte.	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Padroados de Vilar do Monte, em papel		
211	f. 5v	Um caderno de Sabadim no caderno dos de Gondoriz estão três desta igreja.	Poderá corresponder a: Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 24r - Padroado de Sabadim nos de Gondoriz estão três de mistura diz o título		
212	f. 5v	Um caderno dos padroados de Gondoriz e no caderno dos de Aboim estão uns desta igreja.			
213	f. 5v	Um caderno de padroados de Rubiães e um caderno dos de Aboim estão uns desta igreja.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Padroados de Rubiães, está outro nos de Aboim diz o título		
214	f. 5v	Padroado de S. Miguel do Bário (Barreo) e no de S. Vicente de Távora está um de mistura.			
215	f. 5v	Padroado de Cabreiro, em S. Paio de Água Longa [Aqualonga] está um de mistura.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Padroado de Cabreiro, em papel		
216	f. 5v	Padroados de Aboim.			
217	f. 5v	Padroados de S. Vicente de Távora e S. Miguel de Bário (Barreo).	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Padroados de S. Vicente de Távora e S. Miguel do Barreo [Bário], em papel		
218	f. 5v	Padroado de Santa Maria de Távora, no de Bico está um de mistura e no de S. Vicente de Távora.	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v-24r - Padroado de Santa Maria de Távora, nos de Bico /fl. 24/ está um de mistura e nos de S. Vicente de Távora diz o título, em papel		
219	f. 5v	Outro padroado está em o caderno de pergaminho e às costas (?) [...] está outra doação (?) do padroado da freguesia de S. Cosme e sua anexa que eu trasladei para o feito sobre ela [...] diante do arcediogo como orde[...]			
220	f. 6r	Padroado de S. Pedro do Souto.	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Padroado de S. Pedro do Souto, em papel		
221	f. 6r	Padroados da Castanheira.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Padroados da Castanheira, em papel		
222	f. 6r	Padroado de Santo André de Portela.	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Padroado de Santo André da Portela, em papel		
223	f. 6r	Padroados de Redemoinhos e nos de Sabadim estão alguns.	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Redemoinhos, e nos de Sabadim estão alguns [papéis dos padroados?]		
224	f. 6r	Papéis sobre a igreja de Padroso.			
225	f. 6r	Padroado de Crestelo [Cristelo] nos da Castanheira estão outros juntos.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22v - Padroado de Cristelo no de Castanheira e são outros juntos, diz o título, em papel		
226	f. 6r	Padroados de Monte Redondo.	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Padroado de Monte Redondo, em papel		
227	f. 6r	Padroado de Linhares em Coura e de Santiago de Cendufe e de Santa Crestinha [Cristina].	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Padroados de Linhares em Coura e de S. Tiago de Cendufe e Santa Cristina, em papel		
228	f. 6r	Padroado de S. Paio de Aqualonga e sua anexa.	Talvez corresponda a: Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22v - Padroado de S. Paio de Água Longa		
229	f. 6r	Padroado de S. Paio de Mozelos, de Padornelo, Giela (?), ..., São Tomé de Guei e São Pedro dos Arcos e no de Cabreiro está outro desta igreja São Pedro dos Arcos, Santa Comba de Valdevez, São Martinho, Santa Cruz em Bural. De Mozelos está outro padroado no caderno dos de Valdevez. E de São Pedro dos Arcos está outro nos de Cabreiro.			
230	f. 6r	Um padroado de Guilhadeses.			
231	f. 6r	Sentença da metade sem cura de Santa Maria d'Oliveira em Valdevez.			
232	f. 6r	Uma súplica sobre as igrejas que queriam anexar a capela de S. Sebastião.	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Treslado da Suplica que o Visconde fazia sobre a anexação de algumas igrejas à capela de São Sebastião, em papel		
233	f. 6r	Anexação da igreja de Santar [Santar] ao arceprelado de Valdevez.	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Anexação da igreja de Santar ao arceprelado de Valdevez, em papel		
234	f. 6r	Confirmação de S. Paio de Água Longa [Aqualonga] d'apresen[ta]ção do Visconde.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - De Água Longa S. Paio da apresentação do Visconde, em pergaminho		
235	f. 6r	As fol. 97 (?) esta anexação e concórdia da [...] de S. Cosme e sua anexa Cabana Maior			Referência a documento incluído em VNC, cx. 15 n.º 1, f. 32 ?
236	<b>f. 6v</b>	Anexação da igreja de Mei a Aboim.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Anexação da igreja de Mei e Santo Estêvão de Aboim, em pergaminho		
237	f. 6v	Padroados de Vila Nova de Cerqueira por el rei.	Poderá ser talvez: Mç. 9.º. Fl. 8v - Provisão do rei para tirarem da Torre do Tombo os padroados da Igreja de Vila Nova, em pergaminho		Talvez: ADB, VVNC, n.º 58 ou ADB/ I-22-C-1-2-58
238	f. 6v	Instrumento de posse das igrejas e padroados do Visconde que tomou o Sr. Luís de Brito como procurador de seu filho.			
239	f. 6v	Anexação de Santo Estêvão de Guilhadeses ao arceprelado de Valdevez, em pergaminho.	Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Anexação de Santo Estêvão de Guilhadeses ao arcebisado de S. Cosme de Valdevez		
240	f. 6v	Anexação de S. Paio de Jolda, pergaminho.			
241	f. 6v	Apresentação do Salvador de Cabreiro.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Apresentação do Salvador de Cabreiro, em pergaminho		
242	f. 6v	Anexação de Santa Comba d'Eira e S. Vicente de Giela, nos de Aboim estão os padroeiros, pergaminho.	Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Anexação de Santa Comba de Eiras e S. Vicente de Giela, em pergaminho		

243	f. 6v	Apresentação do Salvador de Sabadim, pergaminho.	Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Apresentação de Salvador de Sabadim, em pergaminho		
244	f. 6v	Apresentação de S. Pedro da Castanheira, pergaminho.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 21v - Apresentação de S. Pedro da Castanheira, em Coura		
245	f. 6v	Sentença de Sabadim, pergaminho.	Pode corresponder a Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Sentença de Sabadim, em pergaminho. Ou a: Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Sentença sobre a igreja de Sabadim		
246	f. 6v	Anexação de Cabreiros ao arciprestado de Valdevez, pergaminho.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Anexação de Cabreiro ao arciprestado de Valdevez, em pergaminho		
247	f. 6v	Renúncia de Santa Maria de Labrujó, pergaminho.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Renúncia de Santa Maria de Labrujó, em pergaminho		
248	f. 6v	Confirmação de Santo Estêvão [sic] da Portela, pergaminho.	Talvez correponda a: Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Confirmação de Santo André da Portela		Referência a documento incluído em VNC, cx. 15 n.º 1 ?
249	f. 6v	Para proverem a Rui Gonçalves na igreja de Cabreiro, pergaminho.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - Para proverem a Rui Gonçalves na igreja do Salvador de Cabreiro do bispado de Tui		Referência a documento incluído em VNC, cx. 15 n.º 1 ?
250	f. 6v	Padroado de Santa Maria de Labrujó.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Padroado de Santa Maria de Labrujó, em papel		Referência a documento incluído em VNC, cx. 15 n.º 1 ?
251	f. 6v	Confirmação da mesma igreja, pergaminho.			Referência a documento incluído em VNC, cx. 15 n.º 1 ?
252	f. 6v	Apresentação de Aboim e Mei, pergaminho.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Apresentação da Aboim e Mei, em pergaminho		Referência a documento incluído em VNC, cx. 15 n.º 1 ?
253	f. 6v	Confirmação de Santa Maria de Perozelo [Prozelo], pergaminho.			Referência a documento incluído em VNC, cx. 15 n.º 1 ?
254	f. 6v	Caderno das posses da mesma igreja.			Referência a documento incluído em VNC, cx. 15 n.º 1 ?
255	f. 7r	Doação do padroado de S. G.e (Gens?), pergaminho.			Referência a documento incluído em VNC, cx. 15 n.º 1 ?
256	f. 7r	Confirmação de Crestelo [Cristelo], pergaminho.	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Confirmação de Crestelo, em pergaminho		Referência a documento incluído em VNC, cx. 15 n.º 1 ?
257	f. 7r	Padroado de Aboim.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - Padroado de Aboim, em papel		Referência a documento incluído em VNC, cx. 15 n.º 1 ?
258	f. 7r	Título da igreja de Cabreiro, pergaminho.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Título da igreja de Cabreiro, em pergaminho		Referência a documento incluído em VNC, cx. 15 n.º 1 ?
259	f. 7r	Um padroado em pergaminho, cuja letra estava apagada.			
260	f. 7r	Posse dos padroados de Valdevez e Coura pelo Sr. Luis de Brito, em três cadernos.			
261	f. 7r	Processo da igreja de Aboim, pergaminho grande.	Poderá corresponder a: Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - Sobre a igreja de Aboim, em pergaminho		
262	f. 7r	Instrumento da igreja de Sabadim, pergaminho grande.	Poderá corresponder a: Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Instrumento do padroado de Sabadim		Referência a documento incluído em VNC, cx. 15 n.º 1 ?
263	f. 7r. Maço 6.º	Confirmação das terras do Visconde	Talvez possa corresponder a: Mç. 3.º. Fl. 3r. Uma confirmação das terras do Senhor Visconde, em pergaminho.		
264	f. 7r	Conserto entre o Visconde e moradores de Vila Nova sobre os foros.	Mç. 6.º. Fl. 6v - Conserto entre o sr. Visconde e os moradores de Vila Nova sobre os foros, em pergaminho		
265	f. 7r	Sentença contra o Visconde D. Francisco dos de Sanfins.			
266	f. 7r	Duas sentenças juntas para não tirarem presos (?) das terras do Visconde.			
267	f. 7r	Sentença para que os corregedores não tirem feitos, nem mandem tirar devassas nas terras dos Viscondes nem conheçam de apelação delas.	Mç. 17.º. Fl. 17r - Sentença do sr. Visconde por onde os corregedores não deem seus feitos, nem mandem tirar devassas nas suas terras, em oito folhas de pergaminho. Não temos a certeza. / Eventualmente pode ser este: Uma sentença para que os corregedores não tomem mantimentos por menos do que valem, em pergaminho, Mç. 4.º. Fl. 4r? Este corresponde ao sumário no verso de VNC, cx. 12, n.º 19, que, na realidade, não parece ser uma sentença, mas a cópia de um conjunto de artigos de capítulos de cortes, com um conjunto de determinações em relação aos abusos praticados pelos corregedores.		Talvez seja este: VNC, cx. 12, n.º 19 ?
268	f. 7r	Sentença sobre os oficiais de Fraião.	Mç. 6.º. Fl. 6v - Sentença sobre os oficiais de Fraião, em pergaminho		
269	f. 7r	Do rei D. Manuel para os oficiais das terr[as dos] Viscondes se chamarem por eles.	Talvez corresponda a esta: Mç. 6.º. Fl. 6r - Do rei D. Manuel para se os juizes e escrivães chamarem pelo Sr. Visconde, em pergaminho		
270	f. 7v	Carta do rei para usar da jurisdição como costumava antes da vinda dos corregedores.	Mç. 14.º. Fl. 14r - Carta do rei para usar da jurisdição como costumava antes da vinda dos corregedores, em pergaminho		
271	f. 7v	Sentença para não tirarem presos nem feitos das terras dos Viscondes.	Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Sentença sobre não tirarem os presos nem feitos das terras dos Viscondes		
272	f. 7v	Sentença sobre as ltuosas de Fraião.	Mç. 6.º. Fl. 6v - Sentença sobre ltuosas de Fraião, em papel.		
273	f. 7v	Sentença sobre um agravo de uma ação nova de que o corregedor conheceu.	Mç. 6.º. Fl. 6r - Sentença sobre um agravo de uma ação nova de que o corregedor conhece nas terras do sr. Visconde, em papel.		
274	f. 7v	Requerimento que fez o Visconde D. Francisco ao juiz de Fraião.	Mç. 6.º. Fl. 6v-7r - Requerimentos que fez o visconde ao juiz de Fraião /fl.7 / em papel		
275	f. 7v	Sentença que não levem presos das terras do Visconde.	Mç. 18.º. Fl. 19r - Sentença que não levem presos das terras do visconde		
276	f. 7v	Feito sobre as auções [ações] novas.	Mç. 6.º. Fl. 7r - Feito sobre as ações novas, em papel		
277	f. 7v	Sentença contra os de Geraz (Jarás) sobre fazerem oficiais.	Mç. 6.º. Fl. 7r -Sentença contra os de Geraz sobre o que fazer dos oficiais, em papel		
278	f. 7v	Sentença de agravo sobre tirarem presos das terras do Visconde.	Mç. 7.º. Fl. 7v - Sentença de agravo sobre tirar os presos das terras do Visconde. Talvez possa corresponder a: - Sentença em que o rei manda a um corregedor por tirar os presos das terras do sr. Visconde, os torne a sua cadeia, escrita em doze meias de folhas de pergaminho. Mç. 6.º. Fl. 6v.		
279	f. 7v	Doação do mosteiro de Sanfins em que lhe faze, mercê do couto que tem.	Mç. 6.º. Fl. 7r - Doação do convento de Sanfins, em que mercê do couto que tem, em papel		



280	f. 7v	Sentença que houve Dona Teresa da Silva sobre pôr meirinho contra os moradores de Fraião, pergaminho.	Mç. 6.º. Fl. 6r-6v - Sentença que houve D. Teresa da Silva contra os /fl. 6v/ moradores de Fraião, em pergaminho		
281	f. 7v	Carta de venda do ofício de escrivão dos órfãos de Valdevez.	Mç. 6.º. Fl. 6v - Carta de venda, do ofício do escrivão dos órfãos de Valdevez, em papel		
282	f. 7v	Treslado de uma verba do foral de Fraião.	Mç. 6.º. Fl. 7r -Treslado de uma verba do foral de Fraião, em papel		
283	f. 7v	Do rei D. Afonso que faz mercê a D. Leonel que possa usar dos poderes que tinha nas suas terras antes que os corregedores fossem a elas.	Mç. 5.º. Fl. 5r - Sobre D. Afonso em que faz mercê a D. Leonel que possa usar dos poderes que tinha em suas terras antes que os corregedores fossem a elas, em pergaminho		
284	f. 8r. Maço 7.º	<b>Maço 7.º</b>			
285	f. 8r	Processo discernido das bulas de António da Rocha da igreja de S. ...			
286	f. 8r	Dois mapas da causa do ...			
287	f. 8r	Pareceres sobre as igrejas.			
288	f. 8r	Título de Vilar do Monte.			
289	f. 8r	Confirmação de certas igrejas. [Nota lateral:] Este tirei para .. é uma provisão do tempo de D. Manuel que ....			
290	f. 8r	Confirmação de S. Miguel do Bárrio (Barreo).			
291	f. 8r	Confirmação de Peroselo [Prozelo].			
292	f. 8r	Outra confirmação de núncio de S. Miguel de Bárrio (Barreo).			
293	f. 8r	Confirmação de Aboim em Lopo Rodrigues.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Lopo Rodrigues confirmado, apresentação do Visconde D. João na igreja de Santo Estêvão de Aboim, em pergaminho		
294	f. 8r	Confirmação da metade sem jura (?) de S. Pedro dos Arcos.			
295	f. 8r	Bula sobre Arga d' Aboim.			
296	f. 8r	Papéis antigos tocantes a S. Pedro dos Arcos.	Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - Papéis tocantes a S. Pedro dos Arcos do Vale		
297	f. 8r	Título de S. Pedro de Rubiães (Ruvaiains/Ruuiains).	Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Título de S. Pedro de Rubiães, em pergaminho		
298	f. 8r	Título de S. Pedro dos Arcos.			
299	f. 8r	Sete instrumentos do padroado de Bandara.	Pode corresponder a este: Um maço pequeno de papéis que diz o título: pareceres sobre a igreja de Brandara, em papel. Mç.º 3.º Fl. 3v.		
300	f. 8r	Três instrumentos ao abade de Padroso.			
301	f. 8r	Papéis de importância tocantes a Linhares.			
302	f. 8r	Papéis por onde se pode ver como correram algumas demandas.			
303	f. 8r	Sentença do rei para meu ouvidor poder conhecer em Ponte de Lima.	Mc. 1.º. Fl. 1v-2r - Uma sentença do Rei em que manda que o ouvidor do dito Visconde conheça das coisas da dita vila /fl. 2/ de Ponte de Lima, num pergaminho	VNC, cx. 12, n.º 11	1
304	f. 8r	Alvará para poder ter escrivão do meu ouvidor, está dentro no outro (?).	Mc. 1.º. Fl. 1v - Um alvará do Rei para o Sr. Visconde poder ter seu escrivão com ouvidor, em papel		
305	f. 8r	Provisão para poder demandar as casas e foros de Ponte de [Lima].	Mc. 1.º. Fl. 2r - Uma provisão para poder demandar as casas e foros desta vila de Ponte de Lima, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 30 ou ADB/ I-22-C-1-2-30	1
306	f. 8r	Dois feitos juntos, um por que se tomou posse de minhas [terras?] [...] do rei e outro por que se me deu a mim a dita posse.			
307	f. 8r	Sentença para cobrar o dinheiro de Vila Nova.	Mç. 1.º. Fl. 1r - sentença para o dinheiro de Vila Nova de Cerveira em um pergaminho	VNC, cx. 13, n.º 29	1
308	f. 8r	Sentença contra António Lopes Calheiros.	Mc. 1.º. Fl. 1v - Uma sentença contra António Lopes Calheiros, em papel		
309	f. 8r	Para fazer Vila o lugar dos Arcos.	Mc. 1.º. Fl. 2r - Para fazer vila o lugar dos Arcos (?), em pergaminho		
310	f. 8r	Por que o rei D. Afonso dá ao príncipe D. João seu reino.	Mc. 1.º. Fl. 2r - Um título que o rei D. Afonso dá ao príncipe D. João, seu filho, a governação do reino, em pergaminho		
311	f. 8v	Confirmação da terra de Bural [Beiral do Lima] de juro e herdade.	Poderá ser o mesmo que o descrito no Mc. 1.º. Fl. 1v - Uma confirmação da terra de Beiral de Lima em um pergaminho	VNC, cx. 12, n.º 2	1
312	f. 8v	Sentença que o Visconde fizesse os oficiais de justiça em Geraz (Iaras) e nas mais terras suas.	Mç. 1.º. Fl. 2r - Uma sentença para o dito Visconde fazer oficiais de justiça em Geraz e mais terras suas, em papel.		
313	f. 8v	<b>f. 8v. Título dos papéis que tirei do Cartório e levo para Lisboa</b> Doação da terra de Bural [Beiral do Lima] por D. Filipe I.			
314	f. 8v	Doação do acostamento (?) na Casa da Madeira pelo mesmo rei.			
315	f. 8v	Doação da capitania de Vila Nova do mesmo rei.			
316	f. 8v	Doação para todos oficiais se chamarem por mim do mesmo rei.			
317	f. 8v	Doação do título do Visconde, do mesmo rei.			
318	f. 8v	Doação da alcaidaria de Vila Nova, do mesmo rei.			
319	f. 8v	Doação de juro e herdade de todas minhas terras, do mesmo rei.			
320	f. 8v	Um instrumento de posse que se tomou por uma provisão de todas as coisas que ficaram do Visconde D. Francisco que Deus tem.	Mç. 4.º. Fl. 4r - Um instrumento da posse dos bens próprios e dízimos de...(?) que ficaram por morte do Sr. Visconde D. Francisco de Lima		
321	f. 8v	Sentenças para os corregedores não conhecerem feitos de minhas terras nem tirarem presos delas.			
322	f. 8v	Confirmação pelo rei D. Afonso de Fraião e das mais terras de juro e herdade.	Mç. 17.º. Fl. 17v - Confirmação pelo rei D. Afonso de Fraião, [Coura], S. Martinho, Santo Estêvão, Geraz, e Valdevez com toda a sua jurisdição de juro e herdade, em pergaminho. Eventualmente poderia corresponder a este: Uma confirmação das terras de Coura, Fraião, São Martinho, Santo Estêvão e Valdevez, em pergaminho, em Mç. 3.º. Fl. 3r.		
323	f. 8v	Confirmação do título do Visconde pelo rei D. Manuel.			

324	f. 8v	Dos direitos de Vila Nova pelo rei D. Manuel.	Poderá corresponder a: Mç. 17.º. Fl. 17v - Dos direitos que o visconde tem em sua vila de Vila Nova de Cerveira, em pergaminho		
325	f. 8v	Provisão do rei D. Manuel para o Visconde D. Francisco fazer as eleições.			
326	f. 8v	[...] do Visconde D. Francisco pelo rei D. Manuel.	Poderá corresponder a: Mç. 17.º. Fl. 17r - Carta por que o rei D. Manuel dá ao visconde D. Francisco o viscondado, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 24 ou ADB/ I-22-C-1-1-24 ou AMPTL, VVNC-001 (dep. 4) ?	2
327	f. 8v	[...] dos direitos de Vila Nova ao Visconde D. João pelo [rei] D. João.	Talvez corresponda a: Mç. 17.º. Fl. 17r - Doação a D. João de Lima dos direitos reais de Vila Nova de Cerveira, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 10 ou ADB/ I-22-C-1-1-10	1
328	f. 8v	[...] do rei D. Afonso faz o Visconde D. Leonel senhor [de vila] Nova em que o rei dá a dízima das sentenças [...] mais de Ponte de Lima e Vila Nova ao Visconde [D. Leonel].			
329	f. 9r	Por que o rei D. Manuel faz o Visconde D. João senhor de Vila Nova.	Poderá corresponder a: Mç. 17.º. Fl. 17r - Um pergaminho por que consta ser o visconde senhor de Vila Nova de Cerveira		
330	f. 9r	Do rei D. Manuel para os Viscondes porem meirinhos em suas terras.	Poderá corresponder a: Mç. 17.º. Fl. 16v - Confirmação para que o Sr. Visconde possa por meirinho nas suas terras, em pergaminho, que serve de capa a este maço		
331	f. 9r	Um maço de padrões da Viscondessa.			
332	f. 9r	Requerimento sobre o couto de Sanfins.			
333	f. 9r	Confirmação pelo rei D. Afonso dos direitos de Vila Nova ao Visconde D. Leonel.			
334	f. 9r	Carta do rei D. Afonso em que dá o título de Visconde a D. Leonel.			
335	f. 9r	Carta do rei D. Manuel sobre a jurisdição de Vila Nova			
336	f. 9r	Carta do rei D. João I para Fernão Anes [Fernão Eanes] pôr meirinhos em suas terras.	Mç. 12.º. Fl. 12v - Carta do rei para que Fernão Anes de Lima [Fernão Eanes de Lima] pusesse meirinhos nas suas terras, em pergaminho		
337	f. 9r	Para que se façam os oficiais em Fraião como era costume.	Mç. 12.º. Fl. 12r - Para que se façam os oficiais em Fraião como era costume, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 53 ou ADB/ I-22-C-1-2-53	1
338	f. 9r	Do rei D. João para os Viscondes fazerem meirinho do seu ouvidor.	Mç. 18.º. Fl. 18r - Carta para que o visconde possa fazer meirinho do seu ouvidor, em papel		
339	f. 9r	Carta sobre as ordenações ao Visconde D. Francisco.	Mç. 18.º. Fl. 18v - Carta do rei ao visconde D. Francisco sobre as ordenanças, em papel		
340	f. 9r	Sentença para os Viscondes porem meirinhos em suas terras.	Poderá corresponder a: Mç. 17.º. Fl. 16v - Treslados das sentenças para os viscondes porem meirinhos nas suas terras, em pergaminho	VNC, cx. 14, n.º 7	1
341	f. 9r	Carta do rei D. Manuel ao Visconde D. João para o seu ouvidor confirmar os juizes de Vila Nova.			
342	f. 9r	Instrumento das falsidades dos Caldas.			
343	f. 9r	Instrumento de agravo que se tirou dos corregedores para se haver provisão de ...			
344			Mç. 1.º. Fl. 1v - O Tombo velho das terras do dito Visconde, ou as que nele se acharem		
345			Mç. 1.º. Fl. 1v - Apegações feitas, sendo juiz delas o licenciado Cosme de Barros, duzentas e onze e outros papeis		
346			Mç. 1.º. Fl. 2r - Uma doação do Rei D. Manuel dos foros, coisas de Ponte de Lima, em pergaminho		
347			Mç. 1.º. Fl. 2r - Uma sentença contra os de Paredes sobre quinhentos tostões que são obrigados a pagar, em papel		
348			Mç. 1.º. Fl. 2r - Um levantamento do sequestro das rendas, em papel		
349			Mç. 1.º. Fl. 2r - Uma legitimação que serve de capa do primeiro maço em pergaminho por que o abade de Rubiães Gaspar Freire perfilhou a sua filha D. Bernarda		
350			Mç. 2.º. Fl. 2r - Uma sentença da água do Castelo, em papel		
351			Mç. 2.º. Fl. 2r - Fez o rei D. Manuel mercê ao Visconde D. João de quarenta mil reais de tença, em pergaminho	BMNARQ/Ms/P/DIV, cx. 11, n.º 397	1
352			Mç. 2.º. Fl. 2v - Uma doação que tinha o Visconde D. João dos foros de Ponte de Lima, em pergaminho		
353			Mç. 2.º. Fl. 2v - Fez o rei D. Afonso mercê ao Visconde D. Leonel de vinte mil reais de tença no almoxarifado de Ponte de Lima, em pergaminho		
354			Mç. 2.º. Fl. 2v - Uma provisão do rei D. Manuel, em que deu licença ao Visconde D. João para dar as devesas a quem as rompa e semeie, pagando-lhe os direitos, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 33 ou ADB/ I-22-C-1-2-33	1
355			Mç. 2.º. Fl. 2v - Uma provisão em que o rei D. Manuel dá licença aos fidalgos que vendam suas rendas para a passagem de África, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 21 ou ADB/ I-22-C-1-1-21	1
356			Mç. 2.º. Fl. 2v - Um prazo que fez o abade de Cossourado, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 29 ou ADB/ I-22-C-1-2-29	1
357			Mç. 2.º. Fl. 2v - Uma carta do rei D. Duarte sobre a Casa de Giela, em pergaminho		
358			Mç. 2.º. Fl. 2v - Um prazo de Rui Dias (?) de Balugães, em pergaminho		
359			Mç. 2.º. Fl. 2v - Um prazo que fez Álvaro Rodrigues de Araújo numas casas em Braga, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 11 ou ADB/ I-22-C-1-1-11	1
360			Mç. 2.º. Fl. 3r - Um treslado do prazo de prova que ti [sic], digo, de João Lopes, em papel		
361			Mç. 2.º. Fl. 3r - Um Breve em pergaminho em que está embrulhado este segundo maço		
362			Mç. 3.º. Fl. 3r - Uma provisão do rei para poder aforar, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 26 ou ADB/ I-22-C-1-2-26	1

363			Mç. 3.º. Fl. 3r - Quitação de Diogo da Silva, em pergaminho			
364			Mç. 3.º. Fl. 3r - Uma sentença que o visconde D. Leonel houve conta Fernão de Lima, seu filho, em pergaminho			
365			Mç. 3.º. Fl. 3r - Carta do Papa Leão X, em pergaminho			
366			Mç. 3.º. Fl. 3r - Um conserto entre Lopo Gomes de Abreu, e João Gomes e Vasco Gomes, em pergaminho			
367			Mç. 3.º. Fl. 3r - Uma doação da terra de Valdevez, em pergaminho		VNC, cx. 13, n.º 1	1
368			Mç. 3.º. Fl. 3r - Requerimento dos meirinhos e alcaides do rei D. Henrique, sendo arcebispo de Braga, em papel.			
369			Mç. 3.º. Fl. 3v - Sobre as terras de Prado, em pergaminho			
370			Mç. 3.º. Fl. 3v - Prescrito do Santo Padre Papa Xisto, em pergaminho			
371			Mç. 3.º. Fl. 3v - Uma quitação de Antão Gomes de Abreu, em pergaminho			
372			Mç. 3.º. Fl. 3v - Carta do rei, em que lhe praz que morrendo na guerra D. João de Lima antes de seu pai Leonel de Lima, possa herdar seu filho, em pergaminho			
373			Mç. 3.º. Fl. 3v - Uma diligência que o Visconde D. Francisco fez sobre os que haviam de ter armas e cavalos, em papel			
374			Mç. 3.º. Fl. 3v - Diligências que o Visconde D. Francisco fez para se pagarem suas dívidas, em papel			
375			Mç. 3.º. Fl. 3v - Feito sobre dívidas que ficaram de D. Francisco, visconde o Velho, em papel			
376			Mç. 3.º. Fl. 3v - Um contrato entre D. João de Lima e sua mulher, em pergaminho, em que está embrulhado o terceiro maço			
377			Mç. 4.º. Fl. 3v - Requerimento feito aos juizes de Valença sobre a Quinta da Silva, em papel			
378			Mç. 4.º. Fl. 4r - Uma provisão do rei para que os Viscondes possam fazer janelas de grades de ferro em muros das suas casas, em papel			
379			Mç. 4.º. Fl. 4r - Um instrumento de posse da capela do Trocifal [Turcifal], em papel			
380			Mç. 4.º. Fl. 4r - Uma sentença que os que se prenderem indo para a feira do Ladário sejam soltos, em papel			
381			Mç. 4.º. Fl. 4r - Uma sentença que o rei mandou reter ao visconde D. Leonel de Lima, em papel			
382			Mç. 4.º. Fl. 4r - Um traslado de contrato do visconde com a sua mulher, em pergaminho			
383			Mç. 4.º. Fl. 4r - Um prazo da Vacaria em meio quarto de pergaminho		ADB, VVNC, n.º 46 ou ADB/ I-22-C-1-2-46	1
384			Mç. 4.º. Fl. 4r - Uma provisão do rei para que a mulher de Leonel de Lima pudesse ficar na torre e castelo			
385			Mç. 4.º. Fl. 4r - Uma carta do rei D. Duarte, em que faz mercê a Leonel de Lima das terras e devesas de Burreal do Lima, em pergaminho		VNC, cx. 12, n.º 1	1
386			Mç. 4.º. Fl. 4r - Um prazo de Afonso Pires em Cossourado, em pergaminho		ADB, VVNC, n.º 27 ou ADB/ I-22-C-1-2-27	1
387			Mç. 4.º. Fl. 4v - Contra o Doutor João Afonso, em pergaminho			
388			Mç. 4.º. Fl. 4v - Uma provisão do rei D. Afonso, em que manda fazer o castelo de Ponte de Lima, em pergaminho		VNC, cx. 13, n.º 17 / Eventualmente poder ser ADB, VVNC, n.º 5 ou ADB/ I-22-C-1-1-5, mas este não tem a cota no verso	2
389			Mç. 4.º. Fl. 4v - Aforamento de umas casas na Traparia, em pergaminho		ADB, VVNC, n.º 6 ou ADB/ I-22-C-1-1-6	1
390			Mç. 4.º. Fl. 4v - Do rei D. Afonso, em que dá a Leonel de Lima em sua vida uns casais que estão em cima de Riba de Lima, em pergaminho.		ADB, VVNC, n.º 6 ou ADB/ I-22-C-1-1-6	1
391			Mç. 4.º. Fl. 4v - Conhecimento de Lopo Gomes de Abreu, em pergaminho			
392			Mç. 4.º. Fl. 4v - Sentença do juiz geral que deu em papel			
393			Mç. 4.º. Fl. 4v - Escritura de casamento do Visconde e sua mulher, em pergaminho, que serve de capa a este maço quarto.			
394			Mç. 5.º. Fl. 4v - Sentença contra Gil Magalhães, em pergaminho		ADB, VVNC, n.º 13 ou ADB/ I-22-C-1-1-13	1
395			Mç. 5.º. Fl. 4v - Faz el rei D. Manuel mercê ao Visconde D. Francisco da capitania mor de Ponte de Lima, em pergaminho		VNC, cx. 13, n.º 18	1
396			Mç. 5.º. Fl. 5r - Quitação de Lopo Gomes de Abreu, o Velho, em pergaminho			
397			Mç. 5.º. Fl. 5r - Testamento de Fernão Anes de Lima [Fernão Eanes de Lima], em pergaminho		Treslado do testamento e codicilo em ADB, VVNC, n.º 31 ou ADB/ I-22-C-1-2-31	1
398			Mç. 5.º. Fl. 5r - Com mais um testamento de D. Leonel, em papel			
399			Mç. 5.º. Fl. 5r - Sentença de umas terras de Cordelo, em papel			
400			Mç. 5.º. Fl. 5r - Licença para se tirar da Torre do Tombo um alvará, em pergaminho			
401			Mç. 5.º. Fl. 5v - Quitação de João Eanes de Carvalhal, em papel			
402			Mç. 5.º. Fl. 5v - Sentença que houve D. Leonel de Lima para seus filhos não estarem em suas terras, em pergaminho			
403			Mç. 5.º. Fl. 5v - Padrão de tença do Visconde, em pergaminho		ADB, VVNC, n.º 9 ou ADB/ I-22-C-1-1-9	1

404			Mç. 5.º. Fl. 5v - Testamento de D. Teresa da Silva, em pergaminho		AMVCT, Arquivo Pessoal Luís de Figueiredo da Guerra, 65230D	1
405			Mç. 5.º. Fl. 5v - Um pergaminho escrito que mostra ser um breve que diz ser da freguesia de Ponte de Lima que serve de capa deste maço			
406			Mç. 5.º. Fl. 5v - Mais um rol dos papéis que levou João Araújo Cação em papel no dito maço			
407			Mç. 6.º. Fl. 6r - Padrão de uma tença, em pergaminho			
408			Mç. 6.º. Fl. 6r - Padrão de tença em pergaminho e outro mais com ele			
409			Mç. 6.º. Fl. 6v - Trelado de sentença dos moradores de São Francisco contra o visconde D. Francisco de Lima, em papel			
410			Mç. 6.º. Fl. 7r - Compra da herdade do pé da ponte dos Arcos, em papel			
411			Mç. 6.º. Fl. 7r - Um pergaminho sobre Fraião			
412			Mç. 7.º. Fl. 7r - Inquirição sobre os monteiros de Gendores, em papel			
413			Mç. 7.º. Fl. 7r - Privilégio da Feira do Ladário, digo Ladairo, em pergaminho			
414			Mç. 7.º. Fl. 7r - Para que os filhos do visconde não possam morar nas suas terras, em pergaminho			
415			Mç. 7.º. Fl. 7v - Sentença para os foros de Geraz, em pergaminho			
416			Mç. 7.º. Fl. 7v - Instrumento que o Visconde tirou diante do juiz de Santo Estêvão, em papel			
417			Mç. 7.º. Fl. 7v - Auto que mandou fazer o Doutor Manuel da Guerra, corregedor do concelho de Viana, em papel			
418			Mç. 8.º. Fl. 7v - Alvará para porem as quinas reais nas casas que o Visconde tem de juro em Ponte de Lima, em papel			
419			Mç. 8.º. Fl. 8r - Requerimento feito ao corregedor sobre as casas reguengas			
420			Mç. 8.º. Fl. 8r - Sobre um ofício(?) de Fraião, em pergaminho		BMNARQ/Ms/P/DIV, cx. 9, n.º 338	1
421			Mç. 8.º. Fl. 8r - Pensão dos tabeliães de Ponte de Lima, em pergaminho		ADB, VVNC, n.º 18 ou ADB/ I-22-C-1-1-18	1
422			Mç. 8.º. Fl. 8r - Trelado de uma sentença de Guimarães sobre o sino de correr (?), em papel			
423			Mç. 8.º. Fl. 8r - Quitação dos carpinteiros de São Pedro, em papel			
424			Mç. 8.º. Fl. 8r - Requerimento aos juizes de Ponte de Lima sobre o apresentar alcaide pequeno, em papel			
425			Mç. 8.º. Fl. 8r - Agravos que se tiraram da comarca desta vila sobre a provisão da vara de alcaide, em papel			
426			Mç. 8.º. Fl. 8r - Carta para que o corregedor informe da água que vem ao castelo, em papel			
427			Mç. 8.º. Fl. 8r - Mandado do corregedor para que todos os moradores de Ponte de Lima paguem ao Visconde onze tostões de soldo, em papel.			
428			Mç. 8.º. Fl. 8r - Requerimento ao corregedor que mandasse tornar os presos às terras do visconde, em papel			
429			Mç. 8.º. Fl. 8r-8v - Trelado de uma sentença do conde da Feira sobre /fl. 8v/ as ltuosas e outros tributos, em papel			
430			Mç. 8.º. Fl. 8v - Feito do visconde contra Marçal Cerveira, em papel			
431			Mç. 8.º. Fl. 8v - Um pergaminho de Valdevez e Ponte da Barca que serve de capa a este maço.			
432			Mç. 9.º. Fl. 8v - Estatuto da capela do Trocifal [Turcifal], em papel			
433			Mç. 9.º. Fl. 8v - Trelado do testamento de D. Maria da Cunha e quitação das freiras a António da Silveira, em papel			
434			Mç. 9.º. Fl. 8v - Trelado de uma doação que D. Leonel fez a D. Teresa da capela do Trocifal [Turcifal] e fazenda da Azambuja, em papel		Será a cópia incompleta que está em VNC, cx. 60, n.º 87?	1
435			Mç. 9.º. Fl. 8v - Carta de vassalagem feita pelos de Silvães em Galvia a Fernão Anes [Fernão Eanes], em pergaminho			
436			Mç. 9.º. Fl. 8v - Trelado da doação de minhas terras, em papel (nota lateral: Foi para Lisboa)	Mç. 9.º. Fl. 1r - Um papel com o título: trelado da doação de minhas terras (e seria outro [o] que foi para Lisboa, e se era este os mais que foram não estão no dito maço).		
437			Mç. 9.º. Fl. 8v-9r - Carta de alcaide-mor de Ponte de Lima do /fl. 9/ rei D. Manuel feita ao Visconde D. Francisco, em pergaminho		VNC, cx. 13, n.º 20	1
438			Mç. 9.º. Fl. 9r - Carta do rei D. Afonso em que faz guarda-mor dos portos de mar desde Caminha até Valença a Leonel de Lima, em pergaminho			
439			Mç. 9.º. Fl. 9r - Doação feita a Fernão Anes de Lima [Fernão Eanes de Lima], em pergaminho		ADB, VVNC, n.º 1 ou ADB/ I-22-C-1-1-1	1
440			Mç. 9.º. Fl. 9r - Provisão do rei D. Manuel em que faz coudel-mor de suas terras o visconde, em pergaminho			

441			Mç. 9.º. Fl. 9r - Carta do rei D. João em que dá a Fernão Anes de Lima [Fernão Eanes de Lima] a casa de Giela, em pergaminho		VNC, cx. 12, n.º 7	1
442			Mç. 9.º. Fl. 9r - Carta para Fernão Anes de Lima [Fernão Eanes de Lima] ser coudel-mor nas suas terras, em pergaminho		ADB, VVNC, n.º 2 ou ADB/ I-22-C-1-1-2	1
443				Mç. 9.º. Fl. 1r - Um maço com vários papéis todos com o título da Comenda de Rio Frio		
444				Mç. 9.º. Fl. 1r - Um livro com o título sumário do rendimento das propriedades e bens da Comenda de Rio Frio		
445				Mç. 9.º. Fl. 1r - Uma lembrança de letra de Isidoro Moreira de Sousa do teor seguinte: foi para Lisboa um traslado dos reguengos de Ponte de Lima e da posse desta vila e das casas da dita vila, também foi o traslado da doação de minhas terras consta do recibo do Senhor Visconde D. Tomás de Lima que está no maço extraordinário de como o dito Senhor o recebeu.		
446				Mç. 10.º. Fl. 1v - Carta do rei em pergaminho para guardar-se os privilégios aos homens de pé de Leonel de Lima	VNC, cx. 13, n.º 32	1
447				Mç. 10.º. Fl. 1v -Treslado de um alvará do rei, em papel.		
448				Mç. 10.º. Fl. 1v - Em pergaminho, para tomar hábito de Santiago João de Lima.		
449				Mç. 10.º. Fl. 1v - Auto contra os capitães(?) de Vila Nova.		
450				Mç. 10.º. Fl. 1v - Alvará para que não vão os filhos do Senhor Visconde a D. Ponte de Lima.		
451				Mç. 10.º. Fl. 1v - Outro sobre umas casas de aposentadoria.		
452				Mç. 10.º. Fl. 1v - Alvará para demarcação das terras de Fraião. [Esta entrada da lista está sinalizada mais acima]		
453				Mç. 10.º. Fl. 1v - Uma certidão de Belchior Rodrigues de como entregou o inventário do Senhor Visconde.		
454				Mç. 10.º. Fl. 1v -Um caderno que tem o título Inventario de papéis.		
455				Mç. 10.º. Fl. 1v -Outro [caderno] que tem o título Capítulos		
456				Mç. 11.º. Fl. 1v - Doação que o senhor Visconde fez de certos benefícios à Senhora D. Filipa da Silveira, em pergaminho.		
457				Mç. 11.º. Fl. 1v-2r - Um caderno que principia com o título: traslado do foral do Visconde no que trate (?) na freguesia de Rio Frio somente e depois /fl. 2r / depois continua com o traslado de procurações (?) e por fora tem o título desta sentença está a clareza das doações do Senhor Visconde D. Lourenço de Lima no ano em que se confirmou.		
458				Mç. 11.º. Fl. 2r - Reguengo de Prozel, em papel.		
459				Mç. 11.º. Fl. 2r - Treslado de uma carta do rei, em papel.		
460				Mç. 11.º. Fl. 2r-2v - Em pergaminho com o título para que não possam tirar nem demandar terras ainda / fl. 2v / ainda que reguengas a frades nem a outra pessoa eclesiástica ainda que conventual.		
461				Mç. 11.º. Fl. 2v - Privilégio do rei D. João para todos os caseiros da Ordem de Cristo, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 25 ou ADB/ I-22-C-1-1-25	1
462			Mç. 11.º. Fl. 11r - Escambo de um campo em Quintela de Valdevez, em papel		ADB, VVNC, n.º 32 ou ADB/ I-22-C-1-2-32	1
463			Mç. 11.º. Fl. 11r - Carta do rei para Pedro (?) Gomes dar a sua mãe em penhor a terra de Regalados, em pergaminho			
464			Mç. 11.º. Fl. 11r - Que deixou o sr. Visconde ao hospital em que deixou o casal do Penedo, em papel			
465			Mç. 11.º. Fl. 11r - Treslado do foral de Coura, em papel			
466			Mç. 11.º. Fl. 11r - Emprazamento de três casais na aldeia Padrão, em pergaminho			
467			Mç. 11.º. Fl. 11r - Para pore m frades no Mosteiro de Vale de Pereiras para confessar as freiras e dizer missas, em pergaminho			
468			Mç. 11.º. Fl. 11v - Rol da gente nobre de Ponte de Lima, em papel			
469			Mç. 11.º. Fl. 11v - Sentença do casal da Deviza em Souto, em papel			
470			Mç. 11.º. Fl. 11v - E outro prazo novo destes campos [em Padreiro] feito em agosto de 1713 nas notas do ofício de Faustino Passos			

471			Mç. 11.º. Fl. 11v - Carta de venda de uma vinha em Serados, em papel			
472			Mç. 12.º. Fl. 11v - Instrumento que tirei de agravo diante do corregedor para vir a publicar dos forais de minhas terras, em papel			
473			Mç. 12.º. Fl. 12v - Tombo do casal de Sobreiro, em papel			
474			Mç. 12.º. Fl. 12v-13r - Trelado da sentença de entre o sr. Visconde e /fl. 13/ António Lopes e os mais, em papel			
475			Mç. 13.º. Fl. 13r - Papel antigo do rei de Leão e de Aragão que se não sabe ler, em pergaminho			
476			Mç. 13.º. Fl. 13r - Trelado do Tombo da Casa do Tombo com quatro meias folhas escritas tudo em pergaminho		Será ADB, VVNC, n.º 52 ou ADB/ I-22-C-1-2-52 ?	1
477			Mç. 13.º. Fl. 13r - Prazo em três vidas dos moinhos de Parada, em papel			
478			Mç. 13.º. Fl. 13v - Petição sobre a vara do meirinho dos Arcos			
479			Mç. 13.º. Fl. 13v - Auto de provisão por que meu pai tomou posse do Viscondado por morte do meu avô o visconde D. Francisco, em papel			
480			Mç. 13.º. Fl. 13v - Discurso sobre a causa (?), em papel			
481			Mç. 13.º. Fl. 13v - Provisão por que o rei deu em casamento a Leonel de Lima, D. Filipa da Cunha, três mil e quinhentas coroas de ouro, em pergaminho			
482			Mç. 13.º. Fl. 13v - Provisão em que o rei D. João faz mercê ao visconde D. João que tome posse do que dicou de seu pai, em pergaminho		ADB, VVNC, n.º 12 ou ADB/ I-22-C-1-1-12	1
483			Mç. 13.º. Fl. 13v - Doação da Quinta do Loução (?), em pergaminho			
484			Mç. 14.º. Fl. 14r - Caderno das casas reguengas e campos de Ponte de Lima e um Tombo velho, tudo em papel			
485			Mç. 14.º. Fl. 14r - Tombo das casas reguengas da vila de Ponte de Lima e do que cada uma paga por prazo e censo		Poder ser ADB, VVNC, n.º 40 ou ADB/ I-22-C-1-2-40 ?	1
486			Mç. 14.º. Fl. 14r - Sentença sobre as partilhas de D. Isabel de Melo, viscondessa, e os enteados, em papel			
487			Mç. 14.º. Fl. 14v - Trelado em pública forma do foral de Valdevez, em papel			
488			Mç. 14.º. Fl. 14v - Trelado das doações das terras do Visconde, tiradas da Torre do Tombo, em quinze meias folhas escritas em pergaminho			
489			Mç. 14.º. Fl. 14v - Execução que se fez nos bens de Domingos de Amorim da freguesia de Padreiro, em papel			
490			Mç. 14.º. Fl. 14v - Sentença sobre as penas da alcaidaria mor, em papel			
491			Mç. 14.º. Fl. 14v - Alvará de lembrança sobre duzentos mil reis de tença, em papel			
492			Mç. 14.º. Fl. 14v - Do juro da Casa da Índia, em papel			
493			Mç. 14.º. Fl. 14v - Carta de venda da devesa que comprei a Pedro de Amorim, em papel			
494			Mç. 14.º. Fl. 15r - Trelado do foral velho de Ponte de Lima, em papel			
495			Mç. 14.º. Fl. 15r - Justificação dos limites do Sobral, em papel			
496			Mç. 14.º. Fl. 15r - Papéis sobre a água do pomar de Ponte de Lima			
497			Mç. 14.º. Fl. 15r - Cópia da carta de confirmação de alcaidaria-mor do castelo de Vila Nova de Cerveira, e outra junta a ela da capitania-mor da dita vila, e outro alvará, tudo em papel			
498			Mç. 14.º. Fl. 15r - Trelado da provisão do Paço por que mandaram suspender aos tabeliães, em papel			
499			Mç. 14.º. Fl. 15r - Trelado da confirmação e doação do sr. Visconde D. Lourenço de Lima de suas terras, que está com ele			
500			Mç. 14.º. Fl. 15r - Doação a Leonel de Lima			
501			Mç. 14.º. Fl. 15r - E do castelo de Ponte de Lima, e de uns reguengos que vagaram por morte de Diogo Pereira, almoxarife		VNC, cx. 13, n.º 19 ?	1
502			Mç. 14.º. Fl. 15r - Doação de Bural, em pergaminho		VNC, cx. 12, n.º 5	1
503			Mç. 14.º. Fl. 15r - Um pergaminho que serve de capa a este maço			
504			Mç. 15.º. Fl. 15v - Contas de Paio Peres [Paio Pires] em um macinho de papéis			
505			Mç. 15.º. Fl. 15v - Testamento da Sr. D. Catarina de Távora, em papel			
506			Mç. 15.º. Fl. 15v - Provisão para fazer gente, em papel			
507			Mç. 15.º. Fl. 15v - Memória das partilhas do Conde de Idanha, em papel			
508			Mç. 15.º. Fl. 15v - Carta de compra das casas em que mora Simão de Freitas, em papel			
509			Mç. 15.º. Fl. 15v - Quitação de quarenta mil reais que dei a Helena Pinta de serviços, em papel			
510			Mç. 15.º. Fl. 15v - Dote da Sr.ª Viscondessa D. Luísa de Távora, em papel			

511			Mç. 15.º. Fl. 15v - Certidão de como se deram em dote a D. Joana de Castro, filha de Lourenço de Brito, dezassete mil e quinhentos cruzados, em papel			
512			Mç. 15.º. Fl. 15v - Quitação do serviço de Filipe Mena, em papel			
513			Mç. 15.º. Fl. 15v - Quitação das freiras das Celas, em papel			
514			Mç. 15.º. Fl. 15v - Quitação de Constança Correia, em papel			
515			Mç. 15.º. Fl. 15v - Quitação de Damião Cardoso			
516			Mç. 15.º. Fl. 15v - Quitação do serviço de Pedro Jorge			
517			Mç. 15.º. Fl. 15v - Que paguei a Maria de Freitas			
518			Mç. 15.º. Fl. 16r - Provisão que veio ao D. Jerónimo Pimenta para informar dos casos de Francisco de Caldas de Vila Nova			
519			Mç. 15.º. Fl. 16r - Quitação de D. Maria de Noronha			
520			Mç. 15.º. Fl. 16r - Certidão do inventário que se fez por morte do Sr. Luís de Brito			
521			Mç. 15.º. Fl. 16r - Quitação do abade de Padreiro do direito que lhe pagou, que se pagou pelos herdeiros de Sebastião Brandão			
522			Mç. 15.º. Fl. 16r - Artigos de oposição contra os Padres da Companhia de Coimbra			
523			Mç. 15.º. Fl. 16r - Resposta da carta que mandei ao rei			
524			Mç. 15.º. Fl. 16r - Alvará para caçar na coutada			
525			Mç. 15.º. Fl. 16r - Testamento da Sr.ª D. Antónia de Távora.			
526			Mç. 15.º. Fl. 16r - Do dote do Visconde D. Francisco			
527			Mç. 15.º. Fl. 16r - Da Sr.ª D. Catarina de Távora, em que nomeia a viscondessa nos trezentos mil reais de tença			
528			Mç. 15.º. Fl. 16r - Testamento de Diogo de Brito			
529			Mç. 15.º. Fl. 16r - Um alvará em pergaminho que serve de capa a este maço			
530			Mç. 16.º. Fl. 16r - Sentença de agravo das carnes de Valdevez		ADB, VVNC, n.º 35 ou ADB, VVNC, I-22-C-1-2-35	1
531			Mç. 16.º. Fl. 16r - 16v - Mais uma sentença que tirei diante o corregedor da / fl. 16v/ comarca em que manda revogar o capítulo de correição que tinha deixado sobre os preços do pão que punham os rendeiros do Sr. Visconde			
532			Mç. 16.º. Fl. 16v - Sentença contra os moradores da freguesia de Santiago de Gemieira			
533			Mç. 16.º. Fl. 16v - De Vila Cham de quatro alqueires de mortório			
534			Mç. 16.º. Fl. 16v - Sentença contra os moradores de Ansoella [Insuela], freguesia de S. João da Ribeira		Ligação a ADB, VVNC, n.º 14 ou ADB/ I-22-C-1-1-14 ? Talvez este documento no ADB seja um traslado desta sentença.	1
535			Mç. 16.º. Fl. 16v - Sentença contra Gonçalo Rodrigues sobre as devesas do Ribeiro			
536			Mç. 16.º. Fl. 16v - Sentença de desagravo das carnes de Bural [Beiral de Lima]			
537			Mç. 16.º. Fl. 16v - Sentença e posse das casas da Feijó			
538			Mç. 16.º. Fl. 16v - Sentença contra certos moradores de S. Martinho e de Gemieira sobre certas demarcações			
539			Mç. 16.º. Fl. 16v - Sentença conta os moradores de S. Martinho sobre as [sic].			
540			Mç. 17.º. Fl. 16v - Confirmação do viscondado de Vila Nova, em pergaminho			
541			Mç. 17.º. Fl. 17r - Padrão de juro da Casa da Índia dos herdeiros do conde Pedro de Alcáçova, em pergaminho			
542			Mç. 17.º. Fl. 17r - Privilégio do visconde D. João e por ele são privilegiados seus caseiros, em pergaminho		VNC, cx. 14, n.º 6	1
543			Mç. 17.º. Fl. 17v - Privilégio para os caseiros do visconde D. Leonel sobre a jurisdição de Vila Nova de Cerveira, em papel		ADB, VVNC, n.º 4 ou ADB/ I-22-C-1-1-4 ?	1
544			Mç. 17.º. Fl. 17r - Alvará por onde o rei fez mercê ao sr. D. Francisco de Lima do título de Visconde de Vila Nova de Cerveira, e alcaide-mor da dita vila, em pergaminho		Não sei se será este: VNC, cx. 12, n.º 14 (só da capitania de VNC)	1
545			Mç. 17.º. Fl. 17v - Provisão do rei D. Manuel para o Visconde D. Francisco fazer oficiais nas suas terras, em pergaminho			
546			Mç. 17.º. Fl. 17v - Sentença de Vila Nova de Cerveira para o ouvidor do sr. Visconde passar carta de confirmação aos juizes da dita vila			
547			Mç. 17.º. Fl. 17v - Carta do rei de como os viscondes são senhores de Vila Nova de Cerveira			
548			Mç. 18.º. Fl. 17v - Das terras e rendas do visconde tirados da Torre do Tombo em um livro de pergaminho que tem quarenta e oito folhas com capa de pergaminho			
549			Mç. 18.º. Fl. 17v - Trelado de inquirições antigas de minhas terras de Valdevez, em um caderno em papel sem ser rubricado			
550			Mç. 18.º. Fl. 17v - Tombo de todas as minhas terras do que rendem em livro de papel encadernado, em pergaminho			
551			Mç. 18.º. Fl. 18r - Um feito sobre a igreja de S. Cosme com uma memória dos papéis que dele se tiraram por ordem do Mestre de Campo António Barbosa de Brito quando se apresentou por abade da dita igreja seu sobrinho			

552			Mç. 18.º. Fl. 18r - Um feito de embargos em que veio João de Araújo sobre a mesma igreja acima [de S. Cosme].		
553			Mç. 18.º. Fl. 18r - Um livro dos reguengos desta vila de Ponte de Lima		
554			Mç. 18.º. Fl. 18r - Um maço de papéis mais sobre a mesma igreja [de S. Cosme] e nele uma memória do mesmo António Barbosa de papéis que se tiraram para o mesmo efeito acima		
555			Mç. 18.º. Fl. 18r - Um feito sobre a água do chafariz		
556			Mç. 18.º. Fl. 18r - Registos antigos do arcebispo, em um livro		
557			Mç. 18.º. Fl. 18r - Um livro de tombo de todas as terras do sr. Visconde em papel encadernado num couro velho		1
558			Mç. 18.º. Fl. 18r - Outro livro velho em papel encartado, digo, encadernado em couro velho, que se não lê o título e parece ser do Tombo de Valdevez		
559			Mç. 18.º. Fl. 18r - Um livro dos direitos e foros e apodamentos [sic] que pôs Pedro Barbosa	BGUC, Manuscritos, n.º 2970	1
560			Mç. 18.º. Fl. 18r - Sentença entre Leonel de Lima e os moradores de Ponte de Lima sobre a venda das casas, em pergaminho em que estão embrulhados os papéis miúdos deste maço		
561			Mç. 18.º. Fl. 18r - Contas de Brás de Magalhães e de Estêvão de Brito em dois cadernos de papel dentro um do outro		
562			Mç. 18.º. Fl. 18r-18v - Treslado do alvará por que se deu sentença na casa / fl. 18v/ da Suplicação em que se amolou o foral no que toca a carnes, aves e outras coisas em um maço de papéis		
563			Mç. 18.º. Fl. 18v - Um maço de papéis que são quitações e pagas		
564			Mç. 18.º. Fl. 18v - Auto contra os vereadores de Ponte de Lima sobre fazerem alcaide, em papel		
565			Mç. 18.º. Fl. 18v - Carta de éditos para serem citados Matias de Sousa e Bartolomeu de Araújo por impetrar a igreja de S. Jorge e Oliveira, em papel		
566			Mç. 18.º. Fl. 18v - Sentença contra Manuel Dias de Resende, filho e genro, em Coura, em papel		
567			Mç. 18.º. Fl. 18v - Privilégio do rei D. Manuel para os caseiros do visconde D. Francisco, em pergaminho		
568			Mç. 18.º. Fl. 18v - Contas com o Sr. Pedro de Alcáçova em duas folhas de papel cada uma de per si.		
569			Mç. 18.º. Fl. 18v - Alvarás de filamentos do Sr. Luís de Brito, em papel	Um está em ADB, VVNC, n.º 59 ou ADB, VVNC, I-22-C-1-2-59, f. 12-15 ; Outro em ADB, VVNC, n.º 45 ou ADB/ I-22-C-1-2-45	2
570			Mç. 18.º. Fl. 18v - Sentença do rei D. Henrique contra o prior do Crato, em papel		
571			Mç. 18.º. Fl. 18v - Regimento das ordenanças para a gente de guerra em Viana, em papel		
572			Mç. 18.º. Fl. 19r - Prazo de Cossourado, em pergaminho		
573			Mç. 18.º. Fl. 19r - Carta do ofício de Gaspar Barbosa, tabelião de Coura, em pergaminho		
574			Mç. 18.º. Fl. 19r - Instrumento de poder e procuração do senhor D. António de Lima e do Sr. Dom Leonel, em papel		
575			Mç. 18.º. Fl. 19r - Provisão sobre a capela de Ponte de Lima, em pergaminho	ADB, VVNC, n.º 49 ou ADB/ I-22-C-1-2-49	1
576			Mç. 18.º. Fl. 19r - Provisão para os juizes da terra conhecerem dos direitos reais, em papel		
577			Mç. 18.º. Fl. 19r - Resposta do procurador da Coroa contra os Araújo sobre a impetra que fizeram dos benefícios de Oliveira e São Jorge, em papel		
578			Mç. 18.º. Fl. 19r - Carta do rei para o cardeal sobre as mercês que se fizeram ao visconde, em papel		
579			Mç. 18.º. Fl. 19r - Alvará para os homiziados andarem na Feira do Ladairo [Ladário], sem os prenderem, em pergaminho		
580			Mç. 19.º. Fl. 19v - Feito benéfical do abade António Araújo do Vale, em papel		
581			Mç. 19.º. Fl. 19v - Prazo das casas de Valentim Lopes, em papel		
582			Mç. 19.º. Fl. 19v - Autos que se processaram no Porto sobre certos benefícios		
583			Mç. 19.º. Fl. 19v - Escritura de Diogo de Araújo de e seus filhos sobre o Vale		
584			Mç. 19.º. Fl. 19v - Devassa que se tira na vila dos Arcos a requerimento de António de Araújo de Brito, abade de S. Paio da dita vila		
585			Mç. 19.º. Fl. 19v - Tombo das casas reguengas, em papel		
586			Mç. 19.º. Fl. 20r - Casas da Sapataria de João Casado, em papel		
587			Mç. 19.º. Fl. 20r - Prazo de umas casas na rua da Traparia [sic], em pergaminho		
588			Mç. 19.º. Fl. 20r - Tombo das casas reguengas que pagam foro em Ponte de Lima, em papel		



589		Mç. 19.º. Fl. 20r-20v - Trelado de uma inquirição que foi tirada por mandado / fl. 20v/ do Rei Nosso Senhor para que as casas de Ponte de Lima, em um livro de papel		
590		Mç. 19.º. Fl. 20v - Sentença de umas casas reguengas nesta vila na Rua dos Mercadores		
591		Mç. 19.º. Fl. 20v - Sentença que se julgou Diogo de Araújo e seus filhos com dois cadernos antigos		
592		Mç. 19.º. Fl. 20v - Instrumento de posse de Salvador Fernandes abade de Santa Eulália de Guilhafonse dos Arcos de Valdevez.		
593		Mç. 19.º. Fl. 20v - Concepção [sic] do Papa ao conde de Penaguião sobre as suas igrejas, em papel		
594		Mç. 19.º. Fl. 20v - Papéis que Gaspar Soares apresentou em Vila Nova de Cerveira		
595		Mç. 19.º. Fl. 20v - Trelado em pública forma que se deu contra a Miranda pela vila dos Arcos, em papel		
596		Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Árvore que se tirou sobre os padroeiros do Vale		
597		Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Bula sobre a pensão de Belchior Afonso Caminha em Sabadim, em pergaminho		
598		Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Instrumento de padroado da igreja do Cabreiro e da igreja de Távora, em papel		
599		Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Sobre a igreja de Cabreiro, em papel		
600		Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Trelado da Bula do filho de Tomé Dias de Cabreiro		
601		Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Requerimento sobre a igreja de Cabreiro		
602		Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Bulas de Vale		
603		Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21r - Sobre a igreja do Vale, outro papel		
604		Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - Bula da metade sem cura de S. Pedro dos Arcos, que é de N. Sr.ª do Vale, em pergaminho		
605		Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - Bulas de Cabreira, Loureda, Santar, de Bartolomeu, Lourenço, em pergaminho		
606		Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - Padroados de Aboim e apresentação de Aboim, e instrumento de concerto da mesma igreja, tudo em papel		
607		Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - Auto do requerimento que fizeram os procuradores do Doutor António Lopes Bravo		
608		Mç. 1.º das Igrejas. Fl. 21v - São Pedro de Arcos, posse do Vale, em pergaminho		
609		Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 21v - Uma bula, em pergaminho, que serve de capa a este maço, sem título		
610		Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 21v - Título da igreja de S. Pedro de Rubiães, passado ao abade Diogo de Faria, em pergaminho		
611		Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Título da igreja de Infesta, em pergaminho		
612		Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Título dos padroados de Coura e posse deles, em papel		
613		Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Papel de Linhares		
614		Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Um pergaminho que diz de Linhares		
615		Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Padroado de S. Paulo de Muzelos, em papel		
616		Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Sentença contra o abade de S. Paio de Água Longa em favor do sr. Visconde		
617		Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22r - Da comenda do Visconde de Cossourado, em pergaminho		
618		Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22v - Padroado de Cristelo, em um de Santa Maria de Insalde está um desta igreja		
619		Mç. 2.º das Igrejas. Fl. 22v - Bula de 100 mil rs que o sr. João Fernandes de Lima tem de pensão na Igreja de Sabadim. [Nota lateral: Esta Bula se meteu ao depois de feito este inventário]		
620		Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Padroado de S. Paio, em pergaminho, que faz a capa a este maço		
621		Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Padroado de Cendufe, em papel		
622		Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Título de Santa Comba de Eiras, em pergaminho		
623		Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Título da igreja de S. Paio de Jolda, em pergaminho		
624		Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 22v - Título da igreja de S. Paio de Jolda, sentença que teve o abade João Ribeiro, que se colou nela, em papel		
625		Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Confirmação de Santa Maria de Labrujó, em pergaminho		
626		Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Padroado dado por el rei ao Visconde de Vila Nova, e seus termos, em pergaminho		
627		Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - De S. João de Vilar do Monte, em pergaminho		

628			Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Doação do padroado de S. Jorge, em pergaminho		
629			Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Apresentação do rei D. Manuel a um capelão do sr. Visconde da igreja de Daião [S. Damião?], em papel <em pergaminho>		
630			Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Título de Guilhafonse, em pergaminho		
631			Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Da igreja de Giela em pergaminho		
632			Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Padroado da Madalena de Jolda, em papel		
633			Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Confirmação e apresentação do Visconde de Santa Maria de Jolda e S. Paio de Jolda		
634			Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Posse do padroado de Jolda, em papel		
635			Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Apresentação de S. Paio de Jolda, em pergaminho		
636			Mç. 3.º das Igrejas. Fl. 23r - Apresentação do mosteiro de Sabadim, em pergaminho		
637			Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Um pergaminho grande que serve de capa a este maço [sic]		
638			Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Posse de S. Miguel do Barreo [Bárrio] num feito e pergaminho		
639			Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - São Miguel do Barreo [Bárrio] da apresentação do sr. Visconde, em pergaminho		
640			Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Autos sobre a apresentação de S. Paio de Jolda		
641			Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Posse dos padroados de Coura [e] Ferreira, em papel		
642			Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Mandado de providendo (provimento?) da igreja de S. Mamede de Ferreira e razões de Marçal Nunes sobre a mesma igreja, em papel		
643			Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Sentença em que mandou substentar em sua posse ao sr. Visconde na igreja de S. Miguel de Barreo [Bárrio], em papel		
644			Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Padroados de Gondoriz e Sabadim confirmados, em papel		
645			Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 23v - Tuitiva do benefício de Santa Maria do Vale passada ao sr. Visconde, em papel		
646			Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 24r - Uma bula, digo, duas de pensão na metade dos frutos da igreja de Távora		
647			Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 24r - Bulas de Távora, em pergaminho		
648			Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 24r - Padroado de Sabadim nos de Gondoriz estão três de mistura diz o título		
649			Mç. 4.º das Igrejas. Fl. 24r - Mais uma bula de pensão em Távora		
650			Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Título da igreja de S. Paio de Jolda, em pergaminho		
651			Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Excutorial de Cabreiro, em pergaminho		
652			Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Breve para o sr. Visconde ser restituído, como menor em suas casas, em pergaminho		
653			Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Título de Cabreiro, em pergaminho		
654			Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Bulas da igreja de S. Cosme de Valdene (?) e sua anexa S. Martinho de Cabana Maior		
655			Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Francisco Pereira Vicente (?) Real (?), em pergaminho		
656			Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Carta de confirmação da igreja de S. João de Bico, em pergaminho		
657			Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Um pergaminho que parece ser bula de pensão do sr. Francisco António de Lima, em S. Lourenço		
658			Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Do sr. António Lopes de Braga, em pergaminho		
659			Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24r - Mandado de tuitiva da igreja de S. Paio, em papel		
660			Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24v - Minutas para se fazerem as escrituras de consentimento de pensões em Roma, em papel		
661			Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24v - Título da anexação da igreja de S. Paio dos Arcos à de Monte Redondo, que se fez ao abade André Rodrigues		
662			Mç. 5.º das Igrejas. Fl. 24v - Mandei ao abade dos Arcos em 3 de maio de 1633 por o pedir de impedir a renúncia que da igreja se quis fazer, e o seu escrito está neste maço.		
663			Mç. 6.º das Igrejas. Fl. 24v - Prazo de S. Pedro de Rubiães, em pergaminho		
664			Mç. 6.º das Igrejas. Fl. 24v - Título do benefício simples do sr. D. Leonel da igreja de S. Tomé de Guey [Guei], em pergaminho		
665			Mç. 6.º das Igrejas. Fl. 24v - Pensão de oitenta mil reais que o abade de Vila Nova paga a D. Leonel de Lima, em papel		

666			Mç. 6.º das Igrejas. Fl. 24v - Três papéis que são escrituras da pensão do sr. António de Lima, em Bico		
667			Mç. 6.º das Igrejas. Fl. 24v - Duas minutas de pensão do sr. D. Leonel de Lima, uma em Cristelo, outra em Vila Nova		
668			Mç. 6.º das Igrejas. Fl. 24v - Uma escritura do abade de Bico de uma pensão do sr. D. Francisco de Lima.		
669			Mç. 7.º das Igrejas. Fl. 24v - Um caderno de confirmações, em papel		
670			Mç. 7.º das Igrejas. Fl. 24v - Treslados de uns autos apostólicos, que se processaram no Porto		
671			Mç. 7.º das Igrejas. Fl. 25r - Instrumento de Linhares de vinte dois padroeiros em papel e uma certidão do registo da Sé de Braga e sentença do Mestre Escola de Guimarães, em que confirma todas as igrejas do sr. Visconde, e um caderno que tem por título "Petição de Jorge Rebelo contra António de Araújo, abade de S. Paio", e um agravo do mesmo Jorge Rebelo, digo, três agravos		
672			Mç. 7.º das Igrejas. Fl. 25r - Breve para a senhora D. Joana de Vasconcelos e Meneses poder entrar doze vezes no ano em qualquer mosteiro do arcebispado de Lisboa		
673			Mç. 7.º das Igrejas. Fl. 25r - Cartas e alvarás dos reis		
674			Mç. 7.º das Igrejas. Fl. 25r - Posses do Viscondado por falecimento de D. Francisco, em uma meia regra que diz Padroados de Valdevez, e instrumento das posses das igrejas dos padroados e a apresentação do sr. Luís de Brito e seus filhos órfãos tudo em dois cadernos de papel que tem os títulos acima.		
675			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25r - Uma bula de cento e trinta mil reis de pensão na igreja de Sabadim		
676			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25r - Breve para se não levarem as causas a Roma, em papel		
677			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25r - Posse da igreja de Rubiães a Estêvão de Brito		
678			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Sentença que deu Rui Casa, notário apostólico, em pergaminho		
679			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Título, posse e consentimento do benefício do vale, em António de Araújo, em papel		
680			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Posse do benefício de Prozelo, em papel		
681			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Minuta para se fazerem as apresentações das igrejas que vagarem		
682			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Padroado de Luís de Brito da igreja de Vilar do Monte		
683			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Título de Rubiães, apresentação do sr. Visconde		
684			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Tuitiva sobre a igreja de Vila Nova		
685			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Sentença de desagravo do Porto sobre os benefícios de S. Jorge e Oliveira		
686			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Provisão de Amador da Costa da igreja de São Paio dos Arcos de Valdevez pedira o abade dos Arcos para impedir a renúncia que da igreja se queria fazer em 3 de maio de 1693, tornou a vir e está aqui		
687			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Sentença e treslado de outras da Relação que se tiraram para a demanda do Vale		
688			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Certidão dos títulos de abade de Vila Nova de minha apresentação		
689			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 25v - Registos da igreja de Bico		
690			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 26r - Consentimento de meu pai para se renunciar a igreja de Rubiães		
691			Mç. 8.º das Igrejas. Fl. 26r - Sobre a apresentação da igreja de Oliveira		
692			Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Um pergaminho que parece ser Bula em que estão os papéis deste maço		
693			Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Escritura de Jorge de Barros dos pedaços de terra que tinha que vendeu ao sr. Visconde		
694			Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - De Maria Leitoa		
695			Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Papel da troca de Gonçalo da Costa		
696			Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Papel de Francisco de Sousa		
697			Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Paga de Manuel Álvares Pinto		
698			Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Paga de Francisco Gonçalves carpinteiro		
699			Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Obrigação que estava na mitra e quitação da mesa dela		
700			Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Assinado de João Soutelo da terra da Mata		
701			Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Auto de renúnciação que fez o sr. D. António de Lima		
702			Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Doação dos frutos da metade sem cura de Prozelo		

703			Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Títulos de benefício simples de Prozel		
704			Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26r - Sentença de António Barbosa em que paga uma marrã(?) no casal de Álvaro Soeiro		
705			Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26v - Papéis sobre São Jorge		
706			Mç. 9.º das Igrejas. Fl. 26v - Cinco livros antigos da renda de Giela		
707			Mç. 10.º das Igrejas. Fl. 26v - Um maço de papéis, digo, de róis extraordinários		
708			Mç. 10.º das Igrejas. Fl. 26v - Um maço com quinze pergaminhos sem número e uma procuração e instrumento de posse e escritura do Sr. António de Lima		
709			Mç. 10.º das Igrejas. Fl. 26v - Quinze cadernos de papéis de várias coisas		
710			Mç. 10.º das Igrejas. Fl. 26v - Um maço de papéis que parece não servem		
711			Mç. 10.º das Igrejas. Fl. 26v - Maço de papéis extraordinários		
712			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 26v - Contra os das Ortas duas sentenças		
713			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 26v - Um maço de papéis em que estão cinco sentenças e dois prazos		
714			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 26v - Conhecimento de Justa Vaz e de seu marido Simão Peres		
715			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 26v - De Pedro João papéis		
716			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 26v- 27r - Conhecimento que fez Domingos Rodrigues e sua mulher ao Padre /fl. 27/ ao Padre Pedro Gonçalves		
717			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Carta de Domingos G, digo, que Domingos Peres de Giela fez de cinco alqueires de m.e de pensão		
718			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Cartas do rei para o sr. Visconde poder pôr ouvidor em suas terras		
719			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Conta de Damião Cardoso		
720			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Concórdia do Doutor Francisco de Caldas com Sebastião Francisco sobre a igreja de Bico		
721			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Contas de Vicente de Brito da Quinta de Giela		
722			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Cópia da carta de confirmação do padroado da igreja de Vila Nova de Cerveira [Nota lateral: Foi para Lisboa, neste maço está recibo da Viscondessa]		
723			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Conhecimento de venda		
724			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Carta de venda que fez Pedro João da sua quinta da Gordarão		
725			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Conhecimento que fez Domingos Rodrigues de Giela a Francisco de Abreu de bouça de pau de vinhas		
726			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Cópia autêntica da carta de confirmação dada a D. Lourenço de Lima de Brito, Visconde de Vila Nova de Cerveira para que os juizes e tabeliães e outros oficiais de justiça de suas terras se chamem por ele e pelas pessoas que depois dele as herdarem e sucederem de juro [Nota lateral: Foi para Lisboa como consta de recibo que está nesse maço do Visconde meu sr.]		
727			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27r - Treslado das escrituras num caderno		
728			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Treslado do foral de Ponte de Lima, em um caderno		
729			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Feito cível contra Domingos Gonçalves do casal e outros mais da freguesia de S. Martinho de Gandra		
730			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Feito cível contra Catarina Eanes, vossa moradora no termo dos Arcos		
731			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Sentença contra os que cortarem na devesa de Menuaz		
732			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Sentença do Sr. Visconde sobre o padroado da igreja de Paredes		
733			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Serviços de Francisco Álvaro (?) do sobrinho de António Cordeiro		
734			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Sentença dada contra Gonçalo Álvaro e sua mulher sobre o cerrado de vinhal em S. Tiago de Gemieira		

735			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Certidão de Filipe Pereira de uma informação de Pedro de Amorim Pacheco		
736			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Sentença do concerto dos quartos de Labrujó em que hão-de pagar cento e dez alqueires meados cada ano		
737			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Serviços de Fernão de Morilhões		
738			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Sentença contra Cristóvão de Varejão sobre o casal do coral (?)		
739			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 27v - Sentença contra Salvador de Azevedo acerca daqueles		
740			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Sentença contra os vereadores de Ponte de Lima de não aceitar alcaide nomeado pelo Sr. Visconde		
741			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Sentença sobre um capítulo da correição que se revogou		
742			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Sentença contra Diogo Pereira sobre a devesa do Sobral		
743			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Certidão do cartório da Sé de Braga sobre a igreja de São Paio dos Arcos. (Remetia ao abade dos Arcos em 3 de maio de 1693 para embargar a renúncia, que da igreja se fazia, tornou e está aqui).		
744			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Duas sentenças do Visconde de Ponte de Lima e do procurador da Coroa da Comarca de Viana sobre os ofícios (?) para se não irem encartar a Lisboa		
745			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Doação da alcaidaria-mor do castelo e Vila Nova de Cerveira pelo rei D. Sebastião		
746			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Um pergaminho que parece ter título carta de sentença do Visconde		
747			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Um livro encadernado que tem título do Treslado do Tombo de Valdevez		
748			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Treslado autêntico do título de João Antunes, abade de Cristelo		
749			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Treslado do título de Cabreiro		
750			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Treslado da provisão de mya (?) de Ponte de Lima		
751			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28r - Título da igreja de Monte Redondo		
752			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Treslado de uns artigos		
753			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Um feito que se intitula Auto de requerimento que fizeram António Afonso e Maria Afonso		
754			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Para se fazer Tombo e tirar inquirições das casas		
755			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Partilhas entre D. Isabel de Melo, viscondessa, e seus enteados		
756			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Processo da igreja de Aboim, em pergaminho		
757			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Posse da igreja de N.ª Sr.ª de Oliveira		
758			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Prazo que o Sr. Visconde fez a Gaspar Franco e a escritura que ele fez da venda das casas que estão à porta da Ponte		
759			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Padrão do Sr. Lourenço de Brito de Lima, visconde		
760			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Um pergaminho que parece dizer o título de Gil Antunes Albardeiro		
761			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Papel que diz por onde recebeu cento e vinte mil reais		
762			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Um maceto de papéis de Brandara que serve em que está uma doação		
763			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Uma petição com uma certidão ao pé sobre os ofícios se charem (?) pelo Sr. Visconde		
764			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Posse da metade sem cura de S. Tomé de Guey [Guei]		
765			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 28v - Paga de duzentos reais que o Sr. Visconde D. Francisco paga		

766			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Uma árvore principiada em D. Afonso de Vasconcelos primeiro conde de Penela, casado com D. Isabel da Silva, em papel		
767			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - ... do Visconde um caderno.		
768			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Instrumento de doações de padroados		
769			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Mandado de providendo da Igreja de Sabadim em dois cadernos		
770			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Uns papéis que tem título do Visconde mandou ... pedir informação ao Provisor da Comarca		
771			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Embargos que se apresentaram por parte do conde de Arcos		
772			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Inventário que se fez por morte de Ana Martins V.ª.		
773			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Instrumento de reclamação de doações de padroados de Santa Maria de Cossourado		
774			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Intimação de agravo em que é agravante Gaspar Peres Machado		
775			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Intimação de agravo do Visconde de Vila Nova de Cerveira		
776			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Mandado contra o abade de Vila Nova		
777			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Escritura da Feijó das casas de Ponte de Lima, que se compraram		
778			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29r - Emprazamento de umas casas nas Pereiras		
779			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Um livro de notas de Domingos de Melo notário apostólico dos Arcos		
780			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Ação verbal o Visconde de Vila Nova de Cerveira e o réu Pedro João		
781			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Auto de regimento do rei Nosso Senhor das coisas da Coroa		
782			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Feito cível ao Visconde de Vila Nova de Cerveira contra Gaspar Peres Machado		
783			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Sentença sobre o ouvidor do Sr. Visconde		
784			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Feito Cível de Luís de Brito contra Francisco da Cunha		
785			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Inquirição de testemunhas que se tiraram na vila dos Arcos contra Manuel Ribeiro Soares		
786			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Treslado do regimento das coisas reguengas desta comarca de Ponte de Lima		
787			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Uns artigos metidos em um papel defumado		
788			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Prazo da metade do casal do Cerquido com mais prazos e uma certidão e procurações e demarcação de alguns casais de alguns casais, tudo em um macete		
789			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Um instrumento de agravo sobre os forais dos agravos		
790			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Dois alvarás do rei		
791			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Informação que veio de Roma sobre a demanda do Vale		
792			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Obrigação a mya (?) dos Arcos		
793			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 29v - Minuta da procuração que fez o abade de Monte Redondo		
794			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Arrendamento da devesa de Menuaz		
795			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Uma folha de papel escrita em latim que diz, por fora, igreja		
796			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Razões sobre a metade sem cura de Rio de Moinhos		
797			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Prazo das casas que foram de Gaspar Peres Machado		
798			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Um papel sobre a igreja do Bico		

799			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Um papel que tem por título do Procurador da Coroa.		
800			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Doação da capela da senhora D. Teresa da Silva do Trocifal [Turcifal]		
801			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Um macete de papéis com vários títulos		
802			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Bulas apostólicas de cem mil reais de pensão ao Sr. Visconde D. João Fernandes de Lima nos benefícios em que está provido Gonçalo de Amorim Barbosa. [Nota lateral: Estas bulas pediu o Visconde meu senhor e no maço de quitações que me dá o dito senhor está carta sua em que diz as recebeu.]		
803			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Uma confirmação em pergaminho de como o Sr. Visconde D. Diogo de Lima foi provido na metade sem cura da igreja de Santa Eulália de Redemoinhos, na qual estão seis confirmações do Sr. D. João Fernandes de Lima nos seis benefícios simples dos Arcos		
804			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30r - Um volume que tem dezasseis cadernos de papel todos escritos por Manuel Preto de Lemos que pertence à comenda		
805			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30v - Vinte e nove cadernos dos quartéis de baixo, Labruge e Beiral		
806			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30v - Um maço de papéis de listas de gente e armas tocantes à milícia		
807			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30v - Um maço de cartas ordinárias		
808			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30v - Um livro que de uma parte tem por título Este é o foral da renda da minha terra de Valdevez do que rende em cada um ano, o qual tresladou o Visconde por sua mão e para o fim tem os inventários dos papéis do cartório		
809			Maço de papéis extraordinários que importam. Fl. 30v - Cinco memórias de papéis do cartório		
810			Fl. 31r - Um caderno em papel feito pelo abade João Álvares Cabral.		
811			Acrescento, fl. 31v - Em 5 de agosto de 1681 recebi uma sentença apelativa a favor do visconde meu senhor dada na legacia sobre a igreja de Paredes, a qual está no maço extraordinário com outra sentença de renúncia que com licença do sr. Visconde D. Lourenço de Lima fez o abade João Barbosa da dita igreja. [Nota lateral: esta sentença remeti ao sr. Visconde em 6 de março de 1718 por Francisco Pinto de Magalhães]		
812			Acrescento, fl. 31v - Em 2 de julho de 1691, pediu o abade acima a sentença para a levar para Braga por lhe ser necessária para um requerimento. Como a trouxe farei a qui declaração. Trouxe a sentença e está no maço extraordinário. [Nota lateral: João Barbosa Pita? chamam ao abade de Paredes]		
813			Acrescento, fl. 31v - Depois de feito o inventário atrás, meti no cartório em maço 2.º das igrejas a Bula da pensão que na igreja de Sabadim tem o visconde meu senhor, D. João Fernandes de Lima, que é de cem mil reais. [Nota lateral: Esta Bula entreguei ao abade de Sabadim que a mandou ao Visconde meu Senhor; e no maço de quitações estas ... do dito abade]		
814			Acrescento, fl. 31v - Está no maço extraordinário uma sentença de desagravo dada na Relação do Porto sobre a pescaria do rio dos Arcos.		
815			Acrescento, fl. 31v - Está no maço 14.º uma sentença que em Lisboa teve o Visconde meu senhor em seu favor sobre o sequestro que o provedor da Comarca de Viana pôs nas rendas do dito senhor sobre se haver de confirmar nos bens que tinha da Coroa. [Nota lateral: Foi para Lisboa como consta do recibo que está no maço extraordinário]		
816			Acrescento, fl. 31v-32r - Em maço 14 está um alvará de S. Majestade / fl. 32r/ passado no ano de 1642 por que concedeu ao Visconde, meu senhor, poder nomear almoxarife executor nas terras de que ele é donatário e este alvará entregou Doutor Velho de Barros em 28 de junho de 686 pelo achar em uma gaveta do abade Manuel da Guia, que Deus tem.		

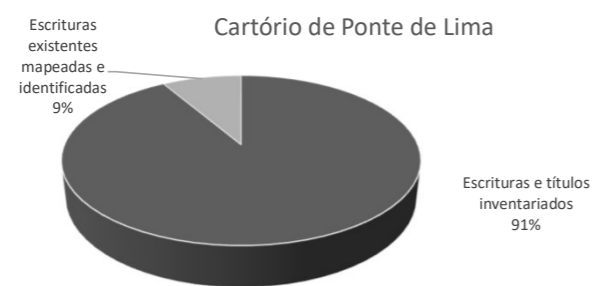
817			Acrescento, fl. 32r - Em 18 de julho de 1689, meti em maço 14 uma procuração de embargos com que vim a se tirarem os anos por onde se costumava vir a água da Fonte de Merim que está no Campo de Carlos Malheiro Pereira, os quais mandava tirar a Câmara para concerto de um cano do Chafariz, e por constar eram do Visconde meu senhor, se suspendeu o tirá-los como consta do termo continuado ao pé da dita procuração.			
818			Acrescento, fl. 32r - Em maço 14 está uma sentença contra Pedro de Magalhães que se queira isentar de pagar quintos da terra que por cima de Morim emprazou a Luís de Meireles de Lima.			
819			Acrescento, fl. 32r - Em maço 14 está a cópia de uma escritura que a Câmara da vila de Ponte de Lima fez de composição com o Visconde meu senhor sobre a água da Fonte de Morim e da que sobeja do Chafariz para ir para o pomar do dito senhor. E a meti em 18 de julho de 1689.			
820			Acrescento, fl. 32v - Em maço 14 está uma sentença e carta de arrematação que fez o abade de Sabadim António de Barros Aranha em um campo de Inácio de Távora como procurador do Visconde meu senhor por ordem do Sr. Visconde D. Tomás de Lima de 17 de agosto de 1730, que está neste maço, me ordenou desse estes papéis de arrematação a Inácio de Távora porque sua por sua benevolência lhe largava o campo.			
821			Acrescento, fl. 32v - Em maço 14 está uma escritura que fizeram o juiz e mordomos da Confraria do Senhor da vila de Ponte de Lima porque se obrigaram a não impedir em nenhum tempo abrir a porta para serventia do pomar por baixo dos cobertos que encostados ao muro dele fizeram para os moradores.			
822			Acrescento, fl. 32v - Em maço 5 de igrejas está uma sentença sobre a igreja de S. Paio dos Arcos a que mandou o abade dos Arcos Nuno de Guimarães e Brito em 20 de maio de 693 para se meter no Cartório.			
823			Acrescento, fl. 32v - Em maço 14 está em pública-forma a cópia da escritura por que o Sr. Visconde D. Lourenço de Lima comprou as casas que estão pegadas ao muro junto a Ermida de S. Sebastião e a própria escritura tem Catarina Batista religiosa no Convento de S. Bento de Viana e por mercê do Visconde meu senhor se ajuda do aluguer das ditas casas e suas irmãs.			
824			Acrescento, fl. 33r - Em maço 14 está a escritura por que se obrigou António da Rocha a ter sempre desimpedido o rego da água que vai do chafariz para o pomar, na forma da dita escritura.			
825			Acrescento, fl. 33r - Em maço 14 está o prazo das casas que comprou João de Oliveira Pedra que foram de Pascoal Rodrigues Citas (?) no adro da igreja desta vila de Ponte de Lima.			
826			Acrescento, fl. 33r - Em maço 14 está a escritura da troca que o sr. Visconde D. Tomás de Lima fez com António de Araújo Azevedo, morador na sua Quinta de Morilhões, termo dos Arcos, e o dito António de Araújo lhe deu em troca de seis medidas de milho e dois alqueires de trigo que pagava ao dito senhor Visconde a leira da Veiga do Espinheiro sita na freguesia de Bertandos deste termo da qual há-de pagar para sempre Bento Gonçalves e seus herdeiros onze alqueires de milho cada um ano.			
827			Acrescento, fl. 33r - Em maço 14 estão uns prazos das casas das Pereiras que foram de Francisco de Sousa Lobato e hoje são do Pe. Pedro de Oliveira desta vila.			

827

77



### Cartório de Ponte de Lima



**Apêndice C.4**  
**Produção dos Britos Nogueira no *Tombo* e no *Catálogo***

**Folha 1**  
**Geração Brito II**

Contagem total	Existente. Cota atual identificada	Contagem existentes	Contagem desaparecidos/ não encontrados	Data	Sumário (parcial)	Fólio do Tombo (VNC, n.º 2)	Fólio do Catálogo (VNC, cx. 7, n.º 1), documentos que não estão no Tombo
					<b>Mem de Brito / Mem de Brito; Grimanesa de Melo</b>		
1			1	1432/11/04	Quitação que o Dr. Álvaro Lopes deu a Mem de Brito, rico homem, de todo o dote que lhe prometeu, com D. Violante sua mulher, filha do dito Mem de Brito. Luís Vaz, notário da Casa do Cível.	217r	
1			1	1436/02/14	Posse que Mem de Brito tomou dos bens seguintes do morgado de Beja [enumera os bens]		81r
1			1	1437/01/23	Trespasse do morgado de Beja em Mem de Brito com todas as suas pertenças em lugar de seu pai João Afonso de Brito que lhes renunciou. Tab: Afonso esteves		31r
1			1	1437/03/04	Venda de uma casas com quinta em Beja [...] Mem de Brito		123v
1			1	1438/04/05	Mem de Brito tomou posse dos bens de João Afonso de Brito, seu pai, dos morgados como dos patrimoniais [tem descrição das propriedades]		155v-156r
1			1	1439/06/08	Dote prometido pelo rei D. Afonso a D. Grimanesa de Melo, mulher de Mem de Brito. "He este dotte nem mais nem menos que o do n.º 24 nos Alvarás".	213v	
1			1	1440/01/20	Dote que o rei D. Afonso prometeu a D. Grimanesa de Melo, mulher de Mem de Brito [...].	213r-213v	
1			1	1440/02/05	Quitação que deu Martim Mendes Cerveira a Mem de Brito de cem coroas de ouro que lhe pagou em parte do casamento que lhe foi prometido com Ousenda Afonso sua mulher, tia do dito Mem de Brito [...]		15v
1			1	1440/10/08	Quitação que Álvaro de Brito e Afonso Nogueira "o moço" (filhos de João Afonso de Brito e Afonso Nogueira, como tutor de Catarina Nogueira e de Joana de Almada, irmãs dos sobreditos e filhas do dito João Afonso de Brito) deram a seu irmão, Mem de Brito, de todos os géneros e coisas que dele tinham recebido. Pedro Vasques, tabelião de Lisboa, por João da Barca.	216r-216v	
1			1	1440/07/01	Transação que fez Mem de Brito em Beja com Isabel Gonçalves [...]		12v
1			1	1446/09/2	Quitação que Martim Mendes deu a Mem de Brito [...] pelas rendas do morgado de Beja [...]		88v
1	VNC, cx. 5, n.º 32	1		1448/11/17	Bula do Papa Nicolau que autoriza o bispo de Évora a diminuir as quatro capelas que Mem de Brito pede, dizendo que as não pode sustentar com as rendas do morgado por serem muito diminuídas pelas guerras e pestes que houve no reino.	217r	
1			1	1449/06/21	Doação do rei por que faz mercê a Mem de Brito do morgado de D. Pedro Peres que é no termo de Beja [...]		130v
1	VNC, cx. 8, n.º 14	1		1449/12/12	Carta régia concedendo a Mem de Brito que não se tome roupa da sua vila de Aveiras de Baixo, ainda que a corte esteja em Santarém.	179v	
1			1	1449/12/13	Confirmação geral de privilégios em Aveiras Baixo.	179r	
1			1	1450/06/22	Instrumento por que os juizes de Beja mandam os escrivães que não deem o traslado das escrituras que Joane Mendes pedir [...] Mem de Brito		28r
1			1	1450/08/20	Inquirição que Mem de Brito fez tirar do pouco que rendiam os morgados de Beja para que o papa lhe abatesse [...]		92r
1			1	1450/ 10/06	Aforamento, por Mem de Brito, de vinha, a Gomes Eanes Ramalho. Feito por Nicolau Eanes, tabelião geral.	63v	
1			1	1450/11/15	Sentença que D. Vasco, bispo de Évora, deu por virtude da bula do Papa Nicolau quanto aos quatro capelães do morgado de Beja que passam para dois.	218v	
1			1	1450/11/15	Treslado da sentença que D. Vasco, bispo de Évora, deu sobre redução de encargos do morgado de Beja. "A própria está no n.º 12".	220r	
1	VNC, cx. 8, n.º 18	1		1452/01/28	Carta de confirmação de privilégios e demarcações da vila de Aveiras de Baixo a Mem de Brito.	179r	
1			1	1452/01/28	Carta de confirmação de privilégios da vila de Aveiras de Baixo a Mem de Brito	179r	
1	VNC, cx. 8, n.º 17	1		1452/01/30	Confirmação régia da doação de Aveiras de Baixo como vila.	179v	
1	Coleção Privada de João P Vieira	1		1453/06/13	Aforamento de umas casas em Tomar na Várzea Grande com seu lagar [...]. Mem de Brito		144v
1			1	1453/10/16	Aforamento de casas, por Mem de Brito, a Lopo Vaz cesteiro. Mem Lourenço, tabelião de Tomar.	183r	
1			1	1453/10/16	Aforamento de cerrada de pão e de azeite, por Mem de Brito, a João Marecos, escudeiro de Gonçalo de Sousa. Mem Lourenço, tabelião de Tomar.	183v	
1			1	1453/11/02	Arrendamento, por Mem de Brito, de herdade no lugar dos Mafaldos, termo de Tomar, a João Gonçalves "o Longo". Tabelião Mem Lourenço de Tomar.	181v	
1			1	1454/06/21	Compra que Mem de Brito fez a Martim Esteves [...]		128r
1			1	1454/12/29	Venda, por Leonor Gonçalves Beringeira, de vinha a Fernão Rangel. Diogo Rodrigues, tabelião de Alverca (Mem de Brito?)	168v	

1			1	1456/02/20	Transação entre Mem de Brito e Afonso Nogueira, bispo de Coimbra, sobre posse e administração dos morgados. Feito por tabelião de Lisboa, Pedro Vaz.	47v	
1			1	1456/02/20	Transação que Mem de Brito fez com D. Afonso Nogueira, bispo de Coimbra, sobre a posse de seus morgados. "Outra tal como esta, nem mais nem menos, fica atras. No mesmo dia, mes e ano às folhas 47v.º". Tabelião de Lisboa, Pedro Vaz. "Esta não he assinada por el Rey".	53r	
1			1	1456/10/06	Aforamento de casas, por Mem de Brito, a Diogo Rebelo. Feito por Pedro Gonçalves, tabelião de Lisboa.	28r	
1	VNC, cx. 3, n.º 13		1	1456/10/08	Arrendamento por nove anos de uma vinha e uma casa na Amora Velha , a Gonçalo Eanes [...] Mem de Brito		164v
1			1	1458/11/12	Carta régia fazendo mercê a Mem de Brito e João Fogaça da jurisdição de Aveiras, concedendo-lhe que pudesse ter foca [sic], pois antes só tinha pelourinho	180r	
1	VNC, cx. 8, n.º 25		1	1459/03/15	Posse por Mem de Brito e João Fogaça, senhores de Aveiras de Baixo, da plenária jurisdição dela, quando o rei D. Afonso lha concedeu.	180r	
1			1	1459/11/03	Transação e conserto entre Mem de Brito e o bispo de Coimbra, D. Afonso Nogueira seu tio, sobre dinheiros do morgado. Feito por Vasco Martins, tabelião de Santarém.	9v	
1			1	1459/11/03	Conserto que fez D. Afonso Bispo de Coimbra com Mem de Brito sobre as novidades do morgado. Vicente Martins, tabelião de Santarém. "Conforme o n.º 62 de Lisboa ficando firme o outro contrato entre eles".	210r-210v	
1	VNC, cx. 3, n.º 12		1	1459/11/17	Aforamento, por Mem de Brito, de quinta, a Diogo Alves. Fernando Afonso, tabelião de Lisboa.	157v	
1			1	1461(?)/06/31	Compra que Mem de Brito fez com Artur de Brito [...] Beja. Mem de Brito		116r
1			1	1461/01/02	Carta de D. Fernando, duque de Beja, privilegiando caseiros de Mem de Brito [muitas herdades em Beja].	212v	
1			1	1462/08/28	Sentença que Mem de Brito houve contra João Mendes Cerveira sobre o morgado de D. Pedro Peres [...]		92v
1			1	1462/11/05	Quitação de 500 dobras que Mem de Brito pagou a Vasco Martins de Melo, seu genro e mestre-salador do rei, que lhe havia prometido de corregimento, além do dote da filha D. Inês. Tabelião de Beja, Gonçalo Vasques.	214v	
1			1	1462/12/10	Transação que fez João Vasques [...] com Mem de Brito sobre umas casas que o lavrador tinha feitas no Pedrogão [...] Beja. Por Mem de Brito e Dona Grimanesa sua mulher		33r
1			1	1464/10/08	Posse, por Mem de Brito, do morgado de S. Lourenço, por morte de D. Afonso Nogueira, seu tio, arcebispo de Lisboa.	14v	
1			1	1464/10/15	Posse, por Mem de Brito, por morte de D. Afonso Nogueira arcebispo de Lisboa, dos morgados que ele detinha e de vários bens [elencas os bens]. Feito por João Álvares, tabelião de Lisboa.	80v	
1	VNC, cx. 1, n.º 28		1	1465/12/31	Confirmação do padroado de S. Lourenço pelo vigário de Lisboa, feita a Vicente Vaz capelão de Mem de Brito, que o apresentou como padroeiro.	92r	
1			1	1466/03/08	Sentença que D. João, arcebispo de Lisboa, alcançou no Juízo dos Feitos do Rei, por que se declaram os termos do termo da vila de Aveiras e a jurisdição.	180v	
1			1	1466/11/14	Sentença que Mem de Brito houve contra Luís de Brito, como herdeiro do arcebispo D. Afonso Nogueira, que lhe pagasse 240 mil reis, porque o dito arcebispo vendera as quintas que o morgado tinha em Azeitão ao Infante D. João, e que estes se comprassem em bens de raiz para o morgado. Feito por Rui Peres, tabelião dos juizes da Casa do Cível.	64r	
1			1	1467/01/20	Aforamento, por Mem de Brito, de quinta, a Martim Eanes. Álvaro Fernandes, tabelião geral do Reino.	116r	
1	Coleção Privada de João Vieira		1	1467/01/23	Aforamento de vinha, por Mem de Brito, a Vasco Eanes. Feito por Álvaro Fernandes, notário geral.	88v	
1			1	1467/02/05	Encorporamento de bens no morgado por Mem de Brito, que ficaram por morte do arcebispo D. Afonso Nogueira, que devia ao morgado 240 mil reis porque vendeu as quintas de Azeitão ao Infante D. João. Álvaro Fernandes, notário geral.	144v	
1			1	1467/04/06	Aforamento de pardieiro, a Gil Aires. Feito por Álvaro Afonso, tabelião de Lisboa. Mem de Brito	89v	
1	VNC, cx. 6, n.º 31		1	1467/06/18	Aforamento, por Mem de Brito, de casas, a Garcia Pais. Feito por Álvaro Afonso, tabelião geral.	23r	
1			1	1468/06/08	Aforamento, por Mem de Brito, de vinha, a Dinis Álvares. Feito por João Gonçalves, tabelião de Lisboa.	64v	
1			1	1469/01/20	Carta do rei D. Afonso por que faz mercê a Mem de Brito da administração da capela de Joana Vaz de Almada sua avó, em S. Salvador de Lisboa, vaga por morte do arcebispo D. Afonso Nogueira.	214v-215r	

1			1	1469/12/30	Aforamento, por Mem de Brito, a João Leal, de chão. Pedro Vasques do Avelar, tabelião de Lisboa.	162r	
1			1	1470/01/15	Arrendamento que fez Mem de Brito a João Gonçalves, de quinta.	9r	
1			1	1469/07/29	Alvará do rei D. Afonso, fazendo mercê a Mem de Brito dos bens de raiz que o arcebispo D. Afonso Nogueira comprou não tendo licença do rei, e se perdiam para a Coroa, contando que fossem anexados ao morgado de S. Lourenço.	214v	
1			1	1469/11/09	Compra, por João de Guimarães, ao testamenteiro de Dona Catarina, viúva de D. Fernando de Castro vedor da Fazenda, e a D. Diogo irmão deste, de metade de casal. As outras metades são de Mem de Brito. André Afonso, tabelião de Lisboa.	148v	
1	VNC, cx. 1, n.º 5	1	1	1470/04/11	Aforamento, por Mem de Brito, de casas, a Teresa Fernandes. Feito por Álvaro Afonso, tabelião geral em Lisboa.	64v	
1			1	1470/05/04	Aforamento, por Mem de Brito, de casal, a Vasco Eanes. Feito por Álvaro Afonso, tabelião geral.	62r-62v	
1			1	1470/08/16	Arrendamento, por Mem de Brito, de casal, a Afonso Eanes menino.	20 r-20v	
1			1	1471/02/12	Aforamento, por Mem de Brito, de vinhas e outras propriedades que o morgado de Maria Afonso tem na Charneca, a Fernão Vaz.	97v	
1	VNC, cx. 10, n.º 53	1	1	1471/05/04	Transação e venda de um casal a Mem de Brito, por Rui de Farão e mulher.	2v	
1	VNC, cx. 1, n.º 6	1	1	1471/11/27	Aforamento, por Mem de Brito, de casas, a Fernando Afonso. Feito por Pedro Vasques, tabelião de Lisboa.	97r	
1			1	1472/07/09	Conserto entre Mem de Brito e Gonçalo Vasques de Melo, seu genro e mestre-sala-mor do rei, pelo qual se obrigou a tomar como mulher D. Inês, filha do primeiro, pela Páscoa, pelos 25000 reis, que agora lhe dava em parte de pagamento, das 500 dobras de corregimento que lhe prometera. Rui Carvalho, tabelião de Beja.	211r	
1			1	1472/08/08	Sentença que Gomes Vinagre alcançou contra Mem de Brito perante sobrejuizes da Casa Cível sobre propriedade que lhe dera o Bispo D. Afonso Eanes Nogueira e Mem de Brito lhe tirara a posse, enquanto não pagasse o seu casamento. Mem de Brito ficou com o seu direito reservado na propriedade.	144r	
1	VNC, cx. 3, n.º 10	1	1	1472/09/18	Arrendamento, por Mem de Brito, de vinha e casa, a Afonso Eanes. Afonso Rodrigues, tabelião geral.	157v	
1			1	1472/09/29	Arrendamento, por Mem de Brito, de casais, a Álvaro Peres. Feito por Garcia de Sequeira, tabelião de Lisboa.	41r	
1			1	1473/03/31	Aforamento, por Mem de Brito, de vinha, a Afonso Eanes. Feito por Nicolau Eanes, tabelião de Lisboa.	56r	
1			1	1473/04/05	Aforamento, por Filipe de Sousa, a Mem de Brito, de casa torre. Feito por João Gonçalves, tabelião de Lisboa.	35r	
1	VNC, cx. 60, n.º 99	1	1	1473/10/29	Aforamento, por Mem de Brito, de quinta, a João Dias. Feito por Garcia de Sequeira, tabelião de Lisboa.	98v	
1	VNC, cx. 9, n.º 22	1	1	1473/11/04	Aforamento, por Mem de Brito, de casas, a João Afonso. Garcia de Sequeira, tabelião de Lisboa.	117v	
1			1	1473/12/03	Aforamento em três vidas do casal do Covão em Colares com todas as suas pertenças [...]. Mem de Brito		173v-174r
1			1	1474/02/07	Aforamento, por Mem de Brito, de casal a João Afonso. Pedro Gonçalves, tabelião de Lisboa.	129r	
1			1	1474/07/26	Aforamento de estis, por Mem de Brito, a Fernão Álvares. Tabelião de Lisboa João Gonçalves.	175r-175v	
1			1	1474/09/28	Aforamento, por Mem de Brito, de quinta em Unhos, a Fernão da Mota. Feito por Pedro Gonçalves, tabelião de Lisboa.	45v	
1			1	1474/10/27	Transação entre Mem de Brito e Álvaro de Brito seu irmão, quanto à demanda que traziam sobre os bens do morgado de Mestre João das Leis de que Álvaro de Brito era administrador [...].	214v	
1	VNC, cx. 10, n.º 26	1	1	1474/12/22	Arrendamento, por Mem de Brito, de chãos, a Jorge Eanes. Feito por Pedro Vasques, tabelião de Lisboa.	41v	
1			1	1475/01/17	Aforamento, por Mem de Brito, de quinta a João do Sardoal. André Afonso, tabelião de Lisboa.	167v	
1			1	1475/01/26	Aforamento, por Mem de Brito, de vinhas a Álvaro Eanes. João Gonçalves, tabelião de Lisboa.	158v-159r	
1			1	1475/04/08	Quitação que João de Brito deu ao pai, Mem de Brito, de 1000 coroas de ouro, pelo casamento. Feito por Pedro Afonso, tabelião de Lisboa.	6r	
1			1	1475/09/12	Arrendamento por nove anos de uma herdade que chama Barreiros, no limite de Cuba, termo de Beja a Lourenço Vasques [...] Mem de Brito		42r
1			1	1476/06/27	Aforamento, por Mem de Brito, de vinha a Diogo Martins. Tabelião geral, Álvaro Afonso.	168v	
1			1	1477/08/07	Aforamento, por Mem de Brito, de azenha, a Martim Eanes Moleiro. Feito por Nicolau Eanes, tabelião de Lisboa.	88r	
1			1	1477/08/07	Aforamento, por Mem de Brito, de quinta, a João Eanes. Nicolau Eanes, tabelião de Lisboa.	116v	

1	Coleção Privada de João Vieira	1	1477-08-19	Aforamento em três vidas de uma hortas [...] Beja. Mem de Brito		124r
1	VNC, cx. 2, n.º 40 (com data 1478-07-10)	1	1478/05/07	Escambo que Mem de Brito fez com D. Afonso, de uma azenha por um casal de Nafarros. [sem tabelião]	122v	
1	VNC, cx. 3, n.º 46	1	1478/06/15	Conserto, entre Mem de Brito e Luís Álvares, sobre casas na Alcáçova. Feito por tabelião de Lisboa, Fernão Vaz.	56r	
1	VNC, cx. 16, n.º 18	1	1478/10/27	Aforamento, por Mem de Brito, de vinhas e quinta, a Martim Rodrigues. Nicolau Eanes, tabelião de Lisboa.	116r-116v	
1			1478/12/03	Aforamento, por Mem de Brito, de casal a Afonso Eanes. Pedro Vasques do Avelar, tabelião de Lisboa.	165v	
1	Eventual realação com VNC, cx. 3, n.º 47 ?		1479/01/16	Consentimento da mulher de Luís Álvares à transação deste com Mem de Brito sobre casas. Feita por Martim Ribeiro, tabelião de Óbidos.	29v-30r	
1			1479/11/12	Treslado autêntico da bula que o Papa Xisto deu aos comendadores de Rodes para terem conservadores seus por seus Juizes. (Mem de Brito ?)	219v	
1	VNC, cx. 5, n.º 34	1	1479/11/28	Confirmação do padroado de S. Lourenço pelo vigário de Lisboa, feita a Vicente Vaz capelão de Mem de Brito, que o apresentou como padroeiro.	92r	
1			1480/01/08	Dote que Mem de Brito prometeu ao Doutor João Lopes seu genro [...] Mem de Brito		174v
1			1480/08/07	Compra, por Mem de Brito, a João Vaz, de metade de vinha e oliveiras. Tabelião de Alenquer, Pedro Lourenço.	141v-142r	
1			1482/06/15	Arrematação e venda, por Mem de Brito e Luís de Brito, de casas, a Luís Vaz. Feito por Sebastião Vaz, tabelião de Lisboa.	32r	
1	VNC, cx. 1, n.º 44 (com data 1467-12-09)	1	1477/12/09	Aforamento de casas a D. Branca de Eça, mulher de João Rodrigues de Azevedo. Mem de Brito	40v	
1			1483/03/25	Conhecimentos, por D. Isabel de Almeida, de quantia de trigo emprestada por Mem de Brito	211r	
1			1483/06/02	Dois conhecimentos de 7000 reis de Simão de Brito a Mem de Brito que lhe emprestou.	210v	
1			1483/12/11	Colaço e confirmação da apresentação feita por Mem de Brito de João Álvares para raçoeiro de S. Lourenço. Feito por João do Monte, notário apostólico.	88v	
1			1483/12/11	Apresentação de Mem de Brito, rico homem, a João Álvares como moço da capela de Mestre Pedro e beneficiado, com confirmação do prior da Igreja.	215v	
1			1485/12/15	Aforamento, por Mem de Brito, de courelas, a João Gil. Feito por João do Rego, notário geral de Lisboa.	71v	
1			1486/03/16	Aforamento, por Mem de Brito, a Álvaro Eanes, de courelas de vinha e outros bens.	161v-162r	
1			1486/05/20	Aforamento, por Mem de Brito, de terras, a Catarina Álvares, viúva de Fernando Álvares de Meira. Tabelião de Santarém, Pedro Vaz.	174r	
1			1486/06/09	Escambo, por Mem de Brito, com Rui Gomes de Beja, de bens vários. Brás Afonso, tabelião de Lisboa.	137v	
1			1486/07/19	Conhecimento de 1 milhão e 500 mil reis de Simão de Brito a Mem de Brito que lhe emprestou.	211r	
1			1486/08/08	Arrendamento, por Mem de Brito, de vinha e casa, a Gonçalo Eanes. João Gonçalves, tabelião de Lisboa.	159v	
1			1486/11/07	Aforamento de duas vinhas na Panasqueira a Brás Eanes e Álvaro Vicente, por Mem de Brito. Feito por Brás Afonso, tabelião geral.	1v	
1			1486/11/07	Aforamento de herdades, [...] vinhas na Panasqueira, a Brás Eanes e Álvaro Vicente, por Mem de Brito. Feito por Brás Afonso, tabelião geral.	1v	
1	VNC, cx. 6, n.º 41	1	1486/11/16	Trespasse de prazo de casas, autorizado por Mem de Brito, entre Vicente Dias e Pedro Álvares, ourives. Feito por Pedro Eanes, notário da Casa Cível.	2v	
1			1486/12/02	Demissão, por Mem de Brito, a Simão de Brito, de casal, dizendo que pertencia ao morgado do Mestre João das Leis de que Simão, seu sobrinho, é administrador. Tabelião de Lisboa, Fernão Vaz.	140r	
1			1487/06/09	Sentença que obteve foreiro de casal do morgado contra moradores do local. Feito por Álvaro Gil, escrivão da Casa do Cível. A seguir tem instrumento de posse, por Mem de Brito, com coisas relacionadas com a sentença.	51v	
1			1487/08/06	Aforamento, por Mem de Brito, de casa, a Fernão Álvares. Feito por João do Rego, notário geral de Lisboa.	82v	
1			1488/03/27	Aforamento de vinha, por Mem de Brito, a Fernão Carvalho. Feito por João do Rego, tabelião geral de Lisboa.	6v	

1			1	1488/03/27	Aforamento de uma vinha, por Mem de Brito, a Fernão Lourenço Carvalho. Por João Rego, tabelião.	28r	
1			1	1489/02/03	Consentimento por Mem de Brito, de venda de casal por Vasco Eanes a Afonso Eanes. Feito por João do Rego, notário geral de Lisboa.	13r	
1			1	1489/08/04	Conhecimento de Simão de Brito por que recebeu de Mem de Brito 4001 quarteiros de trigo [...] em desconto de alguma coisa se lhe devia de um feito que ambos traziam perante o corregedor da corte, Aires de Almada, e perante Afonso Álvares sobrejuiz, "como alvidros".	211r	
1			1	1490/03/03	Doação de herdades em Beja [...] Mem de Brito		113r
1			1	1490/03/22	Doação que Mem de Brito fez a Álvaro Pais seu escudeiro de uma erdade [...] Beja		24v
1			1	1490/03/22	Testamento de Mem de Brito, sumariando-se aqui os bens que ele declara patrimoniais e não do morgado. Feito por Luís Vaz, notário Casa Cível.	48v-49r	
1			1	s.d.	Rol por que Mem de Brito arrecadava os foros em pensões dos morgados de Bejas [...]		43v
<b>122</b>			<b>25</b>	<b>97</b>			

Total

**Apêndice C.4**  
**Produção dos Britos Nogueira no *Tombo* e no *Catálogo***

**Folha 2**  
**Geração Brito Nogueira I**



Contagem total	Contagem desaparecidos / não encontrados	Contagem existentes	Existente. Cota atual identificada	Data	Sumário (parcial)	Fólio do Tombo (VNC, n.º 2)	Fólio do Catálogo (VNC, cx. 7, n.º 1), documentos que não estão no Tombo	Obs.
					<b>Luís de Brito / Luís de Brito; Isabel da Cunha / Luís de Brito; Joana de Ataíde</b>			
1	1			1462/03/10	Alvará do Rei que acrescentou a Luís de Brito 300 reis por mês à sua moradia, além de 1900 reis que já tinha.	216v		
1	1			1468/06/27	Instrumento público do aparato com que Luís de Brito ia dar a sua resposta, na Sé de Lisboa, ao desafio que Gonçalo Vaz Coutinho lhe mandou fazer	213r		
1	1			1468/11/23	Transação entre Luís de Brito, Duarte Furtado e Violante Nogueira, ambos filhos de Duarte Furtado de Mendonça e da sua mulher Constança Nogueira, sobre terça de Joana Vasques de Almada, avó deles, que lhes competia, e a Nuno Furtado, seu irmão, na qual entravam vários bens em Alenquer [...]. Nicolau Eanes, tabelião de Lisboa.	137v		
1	1			1469/07/09	Alvará régio de segurança a Luís de Brito sobre duelo.	216v-217r		
1	1			1469/10/06	Carta do rei de Granada sobre duelo.	216v		
1	1			1470/05/04	Aforamento por Luís de Brito, de casais, a Vasco Eanes. Feito por Álvaro Afonso, tabelião de Lisboa.	16r		
1	1			1471/08/31	Alvará fazendo mercê a Luís de Brito de sua moradia posto que não servisse. Feito em Arzila.	209v		
1			VNC, cx. 3, n.º 19	1474/12/17	Aforamento, por Luís de Brito, de quinta, a Gonçalo Rodrigues galego. Tabelião de Lisboa, Fernão Rodrigues.	160r		
1	1			1475/01/09	Alvará régio acrescentando a Luís de Brito 150 reis por mês à sua moradia, além dos 2200 que já tinha.	216r		
1	1			1475/07/10	Carta de D. Afonso "Rey de Castella, de Liam e de Portugal [...]", fazendo mercê: morrendo Luís de Brito nas guerras ou nas andadas por Castela, o seu filho herdaria mais vinho por morte do avô Mem de Brito, da mesma maneira que Luís de Brito herdaria se fosse vivo, excluindo o dito neto o tio e representando a pessoa de seu pai ( <i>pleno jure</i> ) na sucessão e herança de seus morgados e no direito que o dito Luís de Brito tinha a eles em esperança. Dada em Toro; "diz ao pé: feita por minuta do Dr. João Teixeira".	212v		
1	1			1477/04/01	Bula do Papa Xisto concedendo a Luís de Brito o hábito de Santiago e, com ele, que possa ter qualquer benefício e comenda.	218v		
1			VNC, cx. 12, n.º 4 (1477-05-122)	1477/05/20	Carta mandando que qualquer tabelião que publique uma bula do Papa Xisto IV então presidente [?] que Luís de Brito houve para ter um benefício em comenda. Passada pelo vice-chanceler em Paris.	209v		
1	1			1477/05/20	Carta régia concedendo que qualquer pessoa possa renunciar em Luís de Brito qualquer bem. Dada pelo Rei em Paris.	209v		
1	1			1478/03/17	Arrendamento da Judiaria de Tomar por Luís de Brito a D. Leonor de Sousa por seis anos.	210v		
1	1			1481/02/12	Aforamento em três pessoa da Corte do Michão em termo de Beja [...] Luís de Brito		49v-50r	
1			VNC, cx. 1, n.º 123	1482/06/15	Arrematação e venda, por Mem de Brito e Luís de Brito, de casas, a Luís Vaz. Feito por Sebastião Vaz, tabelião de Lisboa. [diz de seguida: "Aqui foi allegado que estas casas erão do morgado de Simão de Brito filho de Álvaro de Brito, mas não valeu"]	32r		
1	1			1483/02/19	Aforamento, por Luís de Brito, de casas, a Fernão Lopes ferrador. Pedro Vaz, tabelião de Santarém.	183v		
1	1			1483/08/19	Aforamento, por Luís de Brito, de casas em Tomar, a Fernão Lopes Ferrador. Pedro Vaz, tabelião de Santarém.	181v		
1	1			1485/12/14	Renúnciação, em Luís de Brito, por Beatriz Dias, de olival que trazia do morgado de Beja na Vila de Tomar, ao Paço de Maria Dona.	183r		
1	1			1486/10/18	Arrendamento ou Aforamento, por Luís de Brito, de todos os bens que este morgado de Santo Estêvão de Beja tem em Tomar, a João Dias tanoeiro. João Gonçalves, tabelião de Lisboa.	183r		

1	1		1490/01/01	Posse que Luís de Brito tomou dos morgados que lhe ficaram vagos por morte do Mem de Brito, seu pai. Nesta carta tomou posse de muitas propriedades.	13r	30r - indica a data 1490/04/01
1		VNC, cx. 10, 1 n.º 28	1490/01/30	Aforamento, por Luís de Brito, de chão, a João Monteiro.	25r	
1	1		1490/04/06	Posse que Luís de Brito tomou dos morgados de Beja por morte de Mem de Brito seu pai [...]		91v
1		VNC, cx. 8, n.º 1 23	1490/04/15	Posse da vila por morte de Mem de Brito, seu pai, por Luís de Brito	179r	
1		VNC, cx. 3, n.º 1 39	1491/02/16	Aforamento de chão, por Luís de Brito, a Duarte Rodrigues. Feito por Brás Afonso, tabelião de Lisboa.	3r	
1	1		1491/02/16	Posse que Luís de Brito tomou da herdade de Pedrógão [...]		124v-125r
1	1		1491/03/09	Aforamento, por Luís de Brito, de vinhas a Rodrigo Eanes picheleiro. Pedro Afonso Calado, tabelião de Lisboa.	168v-169r	
1	1		1491/03/25	Conhecimentos de Simão de Brito a Luís de Brito.	211r	
1		VNC, cx. 16, 1 n.º 1	1491/08/01	Arrendamento, por Luís de Brito, de casal, a Margarida Eanes. Álvaro Afonso, tabelião geral.	128r	
1	1		1491/08/20	Aforamento de casal, por Luís de Brito, a Afonso Peres. Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	112v	
1		VNC, cx. 6, n.º 1 19	1491/09/06	Aforamento, por Luís de Brito, de casas, a João de Elvas. Feito por João de Proença, tabelião de Lisboa.	9r	
1		VNC, cx. 6, n.º 1 20	1491/09/06	Aforamento, por Luís de Brito, de casas, a João de Elvas. Feito por João de Proença, tabelião de Lisboa.	22v	
1	1		1491/12/25	Bula do Papa Inocêncio, na qual cometeu ao vigário de Lisboa que se informe da petição de Mem de Brito e, achando-se ser verdade, se diminuam os encargos que Constança Afonso, mulher de Mestre João das Leis, deixou na capela de Santa Catarina em S. Lourenço. (Luís de Brito?)	220r	
1	1		1492/02/11	Aforamento, por Luís de Brito, de vinha, a Fernão Luís. Feito por João de Proença, tabelião de Lisboa.	57r	
1		VNC, cx. 6, n.º 1 12	1492/03/26	Aforamento, por Luís de Brito, de casas, a João Eanes. Feito por João Gonçalves, tabelião de Lisboa.	64v-65r	
1		VNC, cx. 16, 1 n.º 85	1492/04/09	Transação e concerto, por Luís de Brito, com João Rodrigues de Sá e Henrique de Sá seu filho, sobre as 2000 dobras de dote de D. Aldonça, recebendo metade desta quinta. Feito por Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	9v	
1	1		1492/04/09	Aforamento, por Luís de Brito, de casas que pertencem aos morgados pela terça de Afonso Eanes Nogueira, a Gil Vaz, escudeiro. Feito por Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	84v	
1	1		1492/06/06	Partilhas, por morte de Diogo Álvares e de Leonor Ichoa sua mulher, por que consta que uma terra do morgado, a Santos, ficará para Fernão Coelho. Feito por João Gonçalves, tabelião de Lisboa. [No final vem identificado Luís de Brito]	60r	
1		VNC, cx. 10, 1 n.º 29	1492/09/03	Transação entre Luís e Simão de Brito dos bens do arcebispo, que ambos diziam pertencer-lhe. Feito por Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	99r-99v	
1	1		1492/10/29	Troca entre Luís e Simão de Brito, primos, de bens que aquele recebera na Telhada por morte do arcebispo seu tio e bens deste. Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	146v-147v	
1	1		1493/ 03/28	Compra, por Luís de Brito, de vinha, a João Fernandes tanoeiro. António Peres, tabelião de Alenquer.	141r	
1	1		1493/01/24	Sentença que houve Luís de Brito contra Gomes Afonso e Catarina Afonso, sua mulher, sobre vinho [...].	7v	
1	1		1493/05/09	Aforamento, por Luís de Brito, de casas em Tomar com quintal, a João Lopes. Feito na Vila de Ferreira por João Lopes, tabelião dela.	181v	
1		1 VNC, cx. 1, n.º	1493/12/10	Aforamento, por Luís de Brito, de casas, a Álvaro Eanes, copeiro da Infanta D.	18r	
1	1		1493/08/29	Aforamento em três vidas de umas herdades no termo de Beja [...] Luís de Brito		56r

1	1		1494/03/13	Transação e conserto entre Luís de Brito e Leonor de Tavares, viúva de Álvaro Mendes, sobre serviço que marido desta fizera ao arcebispo D. Afonso Nogueira. João Vaz, tabelião de Lisboa.	210v		
1	1		1494/09/18	Sentença que houve Luís de Brito contra Isabel Jacques, viúva de Afonso Nogueira, sobre casal, o qual foi julgado a Luís de Brito para o morgado de Mestre Pedro.	152r		
1	1		1494/12/16	Aforamento, por Luís de Brito, de terra, a João Álvares da Maia. Feito por João Gonçalves, tabelião de Lisboa.	96v-97r		
1	1		1495/04/06	Sentença que houve Luís de Brito, perante os juizes do Cível de Lisboa, contra Álvaro Eanes e mulher, por bens que dele traziam afora. Bastião Dias, tabelião do Judicial.	163v-164r		
1		VNC, cx. 3, n.º 1 27	1495/04/15	Posse que se tomou pelo morgado, de courela de vinha. Diogo Lopes, tabelião de Almada.	156r		
1	1		1495/04/28	Aforamento de duas courelas de vinha, por Luís de Brito, a João Farinha. João de Proença, tabelião de Lisboa.	158r		
1	1		1495/05/04	Aforamento de assentamento de várias propriedades, por Luís de Brito, a Pedro Simões. Feito por João de Proença, tabelião de Lisboa.	94v		
1	1		1495/05/05	Aforamento, por Luís de Brito, de várias propriedades, a Afonso Eanes. Feito por João Vaz, tabelião de Lisboa.	39r		
1	1		1495/05/05	Aforamento, por Luís de Brito, de courelas de pão, a Jorge Fernandes, morador em Carnide. Feito por João Vaz, tabelião de Lisboa.	53v		
1	1		1496/01/20	Sentença de houve Luís de Brito contra o comendador de Vera Cruz sobre uma herdade [...] Beja. Luís de Brito		27v	
1		VNC, cx. 3, n.º 1 26	1496/02/14	Sentença por que Luís de Brito ganhou contra Pedro Farinha, morador em Almada, uma courela de vinha. João Gomes, escrivão.	157r-157v		
1	1		1496/05/05	Sentença que Luís de Brito Houve contra Frei Gomes do Avelar [...]		69v	
1		VNC, cx. 8, n.º 1 22	1496/05/18	Conhecimento e certidão régias de confirmação dos privilégios de Aveiras e a carta de D. João I, que a faz vila a Luís de Brito.	179v		
1	1		1496/06/03	Aforamento, por Luís de Brito, de quinta, a Gil Lopes. Feito por Fernão Álvares,	64r		
1	1		1496/06/14	Aforamento de bens vários, por Luís de Brito, a Gonçalo Eanes e a Luís Álvares. Tabelião de Lisboa, João Proença.	161r-161v		
1	1		1496/08/20	Sentença que Luís de Brito houve contra Frei Gomes de Avelar comendador da Vera Cruz [...]		46v-47r	
1	1		1496/09/06	Aforamento, por Luís de Brito, de mato, a Rodrigo Eanes. João Proença, tabelião de Lisboa.	143v		
1	1		1496/09/13	Aforamento, por Luís de Brito, de olival a Maria Fernandes. Feito por João de Proença, tabelião de Lisboa.	12r		
1	1		1496/12/22	Aforamento, por Luís de Brito, de herdade de pão, a Fernão Eanes.	72r		
1	1		1497	Certidão de como a capela da igreja de Santiago do morgado de Beja foi perfeita [...]		49r	
1		VNC, cx. 5, n.º 1 41	1497/01/16	Arrendamento, por Luís de Brito, de casal, a João Rol. Álvaro Afonso, tabelião geral de Lisboa.	131v		
1	1		1497/02/15	Aforamento do casal de Estebal, a Diogo Veiga, por Luís de Brito. Feito por Álvaro Afonso, tabelião geral.	1r		
1	1		1497/02/20	Aforamento em três vidas de uns matos [...] Beja. Luís de Brito		124r	
1		VNC, cx. 16, n.º 17 e/ou VNC, cx. 16, n.º 21	1497/05/09	Aforamento, por Luís de Brito, de courelas de vinha a João Rodrigues. João Vaz, tabelião de Lisboa.	113r		
1		VNC, cx. 10, n.º 32	1497/06/22	Aforamento, por Luís de Brito, de pardieiro, a Diogo Fernandes. Feito por João Vaz, tabelião de Lisboa.	55r		
1		VNC, cx. 10, n.º 33	1497/06/22	Aforamento, por Luís de Brito, de pardieiro com quintal, a Diogo Fernandes. Feito por João Vaz, tabelião de Lisboa.	74r		
1	1		1497/08/31	Aforamento, por Luís de Brito, de quinta, a Diogo Dias. João de Proença, tabelião de Lisboa.	131v		

1	1		1497/10/31	Encampação aceite por Luís de Brito, de casal, por João Vaz, moleiro, e Maria Peres, mulher.	20v		
1	1		1497/10/31	Renúnciação, a Luís de Brito, por Afonso Eanes Carrapato, de casal. Feito por João de Proença, tabelião de Lisboa.	43r		
1	1		1497/11/04	Aforamento de courelas de pão, por Luís de Brito, a João Álvares, feito por João Vaz, tabelião de Lisboa.	6r		
1		VNC, cx. 10, 1 n.º 31	1497/11/16	Aforamento, por Luís de Brito, de pardieiro, a João de Lamego.	55v		
1	1		1497/12/20	Aforamento, por Luís de Brito, de quinta, ao bacharel Lopo Ferreira. Feito por João de Proença, tabelião de Lisboa.	10r		
1		VNC, cx. 4, n.º 23	1497/12/21	Bula do Papa Alexandre, na qual comete a certos juizes que, se for como diz a petição de Luís de Brito, lhe relaxem todos os encargos que Mestre Pedro, Lourenço Peres, Rui Nogueira e Maria Afonso deixaram ao morgado de Santa Ana. Ficam cinco missas quotidianas, três em S. Lourenço, duas em Santa Cruz.	218v		
1	1		1497/12/31	Aforamento de casal, por Luís de Brito, a Afonso Eanes Carrapato. Feito por Álvaro Afonso, tabelião de Lisboa.	60v-61r		
1	1		1498	Certidão de visitador de como a capela que o morgado tem em Beja na igreja de Santiago se serviu bem [...]		48v	
1	1		1498/01/24	Aforamento, por Luís de Brito, de casal e courela. Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	110v		
1		Coleção Privada de 1 João Vieira	1498/04/02	Aforamento em três vidas de um mortório , termo de Beja [...] Luís de Brito		106r	
1		VNC, cx. 3, n.º 1 49	1498/04/12	Aforamento, por Luís de Brito, de pardieiros e fornos, a Gaspar Vana. Feito por Garcia Sequeira, tabelião de Lisboa.	35v		
1	1		1498/04/27	Aforamento, por Luís de Brito, de courelas, a Álvaro Afonso. Álvaro Afonso, tabelião geral.	142r		
1	1		1498/05/15	Processo feito perante João de Deus, prior de Ourém [...] sobre redução de encargos do morgado de S. Lourenço, ficando somente cinco missas quotidianas. Escrivão Pedro Luís, notário em Santarém. "E hum protesto no cabo para outro negocio de que vi n.º 25".	219v		
1		VNC, cx. 4, n.º 21 ou VNC, cx. 1 4, n.º 24	1498/05/22	Sentença dada pelo prior de Ourém, pelo tesoureiro de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e pelos juizes apostólicos, absolvendo Luís de Brito e sucessores de todos os encargos que Mestre Pedro, Lourenço Peres, Rui Nogueira e Maria Afonso deixaram ao morgado. Ficam cinco missas quotidianas, três em S. Lourenço por Mestre Pedro, Lourenço Peres e Rui Nogueira, e duas por Maria Afonso em Santa Cruz. Notário Pedro Luís, cónego de Santa Maria da Alcáçova de Santarém.	218r		
1		VNC, cx. 10, 1 n.º 35	1498/06/20	Aforamento, por Luís de Brito, de pardieiros a João Afonso. Feito por Sebastião Tomás, tabelião de Lisboa.	13v		
1	1		1498/06/26	Sentença que Luís de Brito houve na Casa do Cível contra Simão de Brito sobre dívidas da herança do arcebispo D. Afonso Eanes Nogueira. Escrivão Jerónimo Lourenço.	214r		
1		VNC, cx. 3, n.º 1 48	1498/07/19	Aforamento, por Luís de Brito, de casas, a Pedro Afonso. Feito por Álvaro Afonso, tabelião geral.	93r		
1		VNC, cx. 1, n.º 1 43	1498/08/08	Aforamento, por Luís de Brito, de casas, a Fernão de Miranda. Feito por Brás Afonso, tabelião de Lisboa.	99v		
1		VNC, cx. 2, n.º 1 21	1498/08/20	Aforamento, por Luís de Brito, de casal, a Inês Eanes. João Vaz, tabelião de Lisboa.	120v-121r		
1		VNC, cx. 2, n.º 38 ou VNC, cx. 1 2, n.º 39	1498/09/10	Aforamento, por Luís de Brito, de casais, a Brás Eanes. Álvaro, tabelião geral.	123r		
1	1		1498/11/06	Aforamento, por Luís de Brito, de casais, a João Esteves. Feito por Álvaro Afonso, tabelião geral.	92v		

1	1		1498/11/15	Carta de arrematação de pardieiros à Porta da Mouraria [...]. [Alguma relação com Luís de Brito? Vd. abaixo pública-forma de inventário de D. Aldonça]	70r		
1		VNC, cx. 10, 1 n.º 36	1498/11/27	Sentença dada sobre uma fresta de casas que eram foreiras do morgado; Luís de Brito foi assistente. [sem mais]	212r		
1	1		1498/12/12	Parecer que o Rei mandou a Luís de Brito para que mostrasse os títulos dos seus morgados; fez protestaçoão de não prejudicar o seu direito nem às bulas que sobre isso tinha, porque mostrava as tais provisões forçadamente.	220r		
1		VNC, cx. 4, n.º 1 16	1499/10/07	Bula do Papa Alexandre autorizando que, dos quatro capelães que o morgado de Beja tem de manter, fiquem dois.	218r		
1		VNC, cx. 4, n.º 15 ou VNC, cx. 1 33, n.º 42	1499/10/07	Outra bula.	218r		
1	1		1499/10/08	Bula do Papa Alexandre, na qual concede que se relaxam todos os encargos que Mestre Pedro, Lourenço Peres e Rui Nogueira e Maria Afonso deixaram ao morgado, assim de missas como de escolares, como de oito homens pobres, merceeiras [entre outros...]. Ficam cinco missas quotidianas, uma por cada homem e duas por Maria Afonso em Santa Cruz.	217r-217v		
1	1		1499/10/08	Bula do Papa Alexandre, na qual concede que se relaxem todos os encargos que Mestre Pedro, Lourenço Peres, Rui Nogueira e Maria Afonso deixaram ao morgado: "Esta he sem mais nem menos como a bula do n.º 3".	218v		
1		VNC, cx. 4, n.º 1 18	1499/10/24	Bula do Papa Alexandre mandando ao vigário do arcebispo de Lisboa que se informe da petição de Luís de Brito e achando-se ser assim, se relaxem os encargos que Mestre João das Leis pôs no morgado.	217v	44r - com data 1499/10/29	
1	1		1499/11/18	Processo feito em Roma, discernido de duas bulas do Papa Alexandre sobre redução dos encargos do morgado de Santa Ana [resumo com pormenores; refere um dos documentos: a bula papal mandando certos juizes examinar, e diz "Esta hé n.º 13"].	219r		
2		VNC, cx. 36, n.º 5 e VNC, 2 cx. 4, n.º 17	1499/12/13	Processo discernido de duas bulas do Papa Alexandre sobre a redução de capelães de S. Pedro de Beja de quatro para dois. "Estas bulas são n.º 10 e 11".	219v		
1	1		1499/12/31	"Conta que fez tomar Luís de Brito do que rendia o morgado tirados os custos".	36v		
1	1		1499-1302	Pagamento, por Luís de Brito ( <i>sic</i> ), das capelas de S. Lourenço e de Santa Cruz de Lisboa.	14v		
1	1		1500/06/04	Sentença que Luís de Brito alcançou contra João Rodrigues de Sá e seu filho, Henrique de Sá, sobre a metade dos bens de Setúbal e Alcácer, que lhe havia de dar por bem de uma transação feita, as 2000 libras do casamento de D. Aldonça. Diogo de Belmonte, escrivão da Corte.	172r		
1		VNC, cx. 4, n.º 1 20	1500/06/24	Sentença de redução de encargos de missa pelo vigário do arcebispo de Lisboa, a Luís de Brito e sucessores, quanto ao imposto por Mestre João ao morgado a partir de certos bens [discriminados] e ficando com obrigação de despender por ano 60 libras de missas rezadas pela alma de Mestre João e mulher. João Fernandes, notário apostólico.	217v		
1		1 ANTT, BACB,	1500/08/07	Aforamento de pardieiro, por Luís de Brito, a Antão Fernandes. Feito por João Vaz,	48r		
1		VNC, cx. 10, 1 n.º 38	1500/11/18	Aforamento, a Fernão Cardoso, por Luís de Brito, de pardieiros. Feito por Gonçalo de Matos, tabelião de Lisboa.	5r/5v		
1	1		1500/11/25	Alvará régio que manda o Juiz de Santarém deixar como estavam os termos entre Santarém e Aveiras a Luís de Brito e João Fogaça.	180r		
1	1		1500/12/03	Aforamento, por Luís de Brito, de mato, ao Dr. Lopo d'Arca. Brás Afonso, tabelião de Lisboa.	148v-149r		
1		1 ANTT, BACB, 1 doc. 4	1501/01/26	Aforamento, por Luís de Brito, de olival, a Lourenço Peres Marrecos. Feito por Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	89r		
1		1 ANTT, BACB, 1 doc. 5	1501/06/03	Aforamento, por Luís de Brito, de vinha, a Lourenço Peres Marcos. Feito por João Vaz, tabelião de Lisboa.	45r-45v		

1	1		1501/08/28	Compra, por Luís de Brito, a Henrique de Sá, do Porto, por 50 mil reis, do casal de Manrique, para o morgado do Mestre Pedro, ao qual pertencia aquela soma, por ser das 2000 dobras do dote de D. Aldonça, que os Sás do Porto eram obrigados a pagar. Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	153r		
1		VNC, cx. 10, n.º 39	1501/09/11	Aforamento, por Luís de Brito, de vinha, a João Eanes. Feito por Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	71v-72r		
1		ANTT, BACB, 1 doc. 7	1501/11/12	Aforamento, por Luís de Brito, de courelas de vinha, a Álvaro Vaz, carpinteiro. Feito por João Martins, notário geral da Casa do Cível.	25v		
1	1		1501/11/27	Sentença por que Diogo Eanes, comissário da Bula da Cruzada, absolveu Luís de Brito de mais cumprir o testamento de Mem de Brito seu pai, porque já o tinha cumprido [referência a outros acordos sobre a herança]. Tabelião Francisco Cerveira.	214r		
1		VNC, cx. 10, n.º 40 e/ou VNC, cx. 10, n.º 41	1502/01/07	Aforamento, por Luís de Brito, de pardieiros, a Afonso Esteves. Feito por João Vaz, tabelião de Lisboa.	54r		
1	1		1502/02/25	Aforamento, por Luís de Brito, a Pedro Álvares, de casal. Feito por João Martins, tabelião geral em Lisboa.	5v		
1		ANTT, BACB, 1 doc. 8	1502/03/03	Escambo, por Luís de Brito, com Diogo Vaz da Veiga, de propriedades, feito por Sebastião Tomás, tabelião de Lisboa. [diz de seguida, sem lhe dar número: "Dentro nesta escritura está outra desta propriedade que fez Mestre João das Leis, e nas costas o Instrumento de posse"]	24r		
1	1		1502/04/19	Aforamento por Luís de Brito, de casal, a Álvaro Martins. "Esta já podre no cabo não nomea o escrivão".	15r		
1	1		1502/05/04	Instrumento de como o arcediogo e o tesoureiro de Lisboa aceitaram ser juizes das bulas do Papa Alexandre, nas quais mandou diminuir os encargos do morgado de S. Lourenço.	220r		
1	1		1502/05/04	Instrumento de como o bispo e o chantre de Évora aceitaram ser juizes das bulas do Papa Alexandre, nas quais mandou diminuir os encargos do morgado de Luís de Brito.	220r		
1	1		1502/06/16	Compra, por Luís de Brito, de courela de vinha, a João Gonçalves «o cego». Pedro Vaz, tabelião de Alenquer.	137r		
1	1		1502/08/02	Sentença alcançada por Luís de Brito contra João da Veiga sobre casal em Estebal. Dada na Casa do Cível por apelação, escrivão Pedro Nunes.	15r		
1	1		1502/11/15	Aforamento, por Luís de Brito, de vinha [...] a André Vicente. Feito por Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	25r-25v		
1	1		1502/11/15	Aforamento, por Luís de Brito, de vinha, oliveiras e pomares, a Antão Lopes. Feito por Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	26v		
1		ANTT, BACB, 1 doc. 9	1502/11/16	Aforamento, por Luís de Brito, de casas de lagar, a João do Soveral. Feito por João Martins, tabelião geral Casa Cível.	44v		
1		VNC, cx. 4, n.º 22	1502/12/05	Instrumentos de como o bispo e chantre de Évora aceitaram ser juizes das bulas do papa Alexandre por que mandava diminuir os encargos do morgado de Luís de Brito		48v	
1		VNC, cx. 10, n.º 42	1503/02/17	Aforamento, por Luís de Brito, de pardieiro, a Luís Nunes. Feito por Francisco de Pina, tabelião de Lisboa.	54v		
1		VNC, cx. 3, n.º 64	1503/07/03	Aforamento, por Luís de Brito, de casas, a Afonso Peres. Feito por Duarte Rodrigues, tabelião de Lisboa	94r-94v		
1	1		1503/07/12	Escambo, por Luís de Brito, de casas em S. Nicolau e outras, que eram de Álvaro Nogueira seu irmão. Feito por Brás Afonso, tabelião de Lisboa.	4v		
1	1		1504/ 01/31	Compra, por Luís de Brito, de metade de casal, a Catarina Gonçalves, mulher que foi de João de Guimarães. Álvaro do Rego, tabelião da Castanheira.	141r		
1		VNC, cx. 5, n.º 8 (1504-02-16)	1504/02/06	Aforamento, por Luís de Brito, de pomar, a Pedro Gonçalves. João Álvares, tabelião de Lisboa.	117r		
1		VNC, cx. 3, n.º 38	1504/03/05	Aforamento de olival e chão, por Luís de Brito, a Nuno Gonçalves. Feito por Duarte Rodrigues, tabelião de Lisboa.	100v		

1	1		1504/03/22	Demarcação de casal, por sentença, a Luís de Brito. Álvaro Eanes, tabelião de Mafra.	128v		
1	1		1504/05/07	Treslados em pública-forma do inventário de D. Aldonça Tenreira sobre os pardieiros que estão à porta da alcaidaria de Lisboa, os quais comprou Pedro Vasques de Azevedo. [Alguma relação com Luís de Brito? Quem pediu a pública-forma?]	88v		
1	1		1504/06/17	Sentença da demarcação de herdade a favor de Luís de Brito contra D. Leonor da Silva, viúva de João Freire. Escrivão João Banha. [sem mais]	184r-184v		
1	1		1504/08/20	Aforamento, por Luís de Brito, de azenha e outros bens, a João Martins. Feito por Álvaro Afonso, tabelião geral.	23r-23v		
1	1		1504/08/20	Aforamento, por Luís de Brito, de azenha, a João moleiro. Feito por João Mendes,	31v-32r		
1		VNC, cx. 10, 1 n.º 46	1504/09/04	Aforamento, por Luís de Brito, de chão, a Beatriz Fernandes. Feito por João Álvares, tabelião de Lisboa.	84v		
1	1		1504/09/19	Aforamento, por Luís de Brito, de vários casais, a Luís Eanes. Feito por João Álvares, tabelião de Lisboa.	93v-94r		
1		ANTT, BACB, 1 doc. 10	1504/10/30	Aforamento, por Luís de Brito, de vinha, a Maria Eanes. Feito por João Álvares, tabelião de Lisboa.	53r		
1	1		1505/02/05	Aforamento em três pessoas de um casal em Algés, termo de Lisboa [...] Luís de Brito	68v-69r		
1	1		1505/03/04	Aforamento por Luís de Brito, a Brás Dias, de terras e serras. Feito por João Álvares, tabelião de Lisboa.	6r		
1	1		1505/03/14	Aforamento, por Luís de Brito, de terras e serras, a Brás Dias. Feito por João Álvares, tabelião de Lisboa	79r		
1	1		1505/03/19	Aforamento, por Luís de Brito, de quinta, a Bartolomeu Álvares e mulher, criada de Luís de Brito. Feito por Brás Afonso, tabelião de Lisboa.	99v		
1	1		1505/04/23	Aforamento em três vidas de um chão que está em Beja junto com a capela de Santo Estêvão a Beatriz Lopes, mulher de Afonso pais, escudeiro de Luís de Brito [...]		30v	
1		VNC, cx. 10, 1 n.º 49	1505/05/19	Aforamento perpétuo que a cidade de Lisboa fez a Luís de Brito de parte do muro. Feito por Nuno Fernandes, escrivão da Câmara.	9r-9v		
1		1 VNC, cx. 16,	1505/05/19	Aforamento, por Luís de Brito, de quinta, a Bartolomeu Álvares e mulher, sua	52v		
1	1		1505/06/03	Sentença que Luís de Brito houve contra Henrique de Sá, relativa ao pagamento do dote de D. Aldonça [explica]. Rui Jorge, escrivão da Correição da Corte.	172r-172v		
1	1		1505/07/24	Sentença absolutória que Luís de Brito houve contra João Rodrigues de Sá, que lhe demandava a terceira parte de certas dívidas que, por morte de Rui Nogueira, se ficaram devendo a Dona Aldonça sua mulher: assim de arras 2000 dobras, como de dote, como de outras. João Rodrigues de Sá demandava como herdeiro de Dona Aldonça. Diogo de Belmonte, escrivão da Corte.	211v		
1	1		1505/12/09	Arrendamento, por Luís de Brito, de casal, a João Rol. Brás Afonso, tabelião de Lisboa.	130r		
1	1		1506/02/28	Compra, por Luís de Brito, a Catarina Eanes, viúva de João de Guimarães, de partes de casal para o morgado de Mestre Pedro das 2000 dobras, que Rui Nogueira deixou para se lhe cantar uma missa quotidiana na capela de Mestre Pedro. Fernão Gonçalves, tabelião de Alenquer.	144r		
1	1		1506/10/26	Aforamento, por Luís de Brito, de olivais e outras terras, a Rodrigo Álvares. Pedro Vaz, tabelião de Alenquer.	137r		
1	1		1506/12/24	Sentença que houve Luís de Brito contra Henrique de Sá de absolvição da metade de vários bens e somas, de rendimento das 1000 coroas do dote de D. Aldonça. Pelo corregedor da Corte, João Cotrim. Escrivão, Rui Jorge.	210r		
1		VNC, cx. 11, 1 n.º 2	1507/03/01	Compra, por Luís de Brito, ao conde de Penela, de casas no Vale de Flores. Feito por Álvaro Eanes, tabelião de Mafra.	81r		
1		VNC, cx. 11, 1 n.º 36	1507/06/21	Sentença que Luís de Brito alcançou contra Amorante Vaz, sobre metade das casas, dada por Brás Afonso Correia, corregedor de Lisboa. Feito por João Dias, escrivão.	78r		

1	1		1507/07/21	Aforamento em três vidas de uma terras e matos [...] Beja. Luís de Brito		123r-123v	
1	1		1507/11/16	Aforamento, por Luís de Brito, de duas courelas de vinha, a João Afonso Menino. Feito por Álvaro Esteves, tabelião de Lisboa.	79v-80r		
1	1		1507/11/21	Sentença que Luís de Brito alcançou contra Henrique Homem, sobre vinha ... Escrivão Martim de Castro.	78r-78v		Existe no Catálogo, fl. 152v, com a data 1517/11/21
1		VNC, cx. 6, n.º 14	1507/12/13	Aforamento, por Luís de Brito, de casas e olival, a Mem de Brito, seu filho. Feito por Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	51v-52r		
1	1		1507/12/13	Aforamento de casas e olival, por Luís de Brito, a Mem de Brito seu filho. Feito por Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	61r		
1	1		1508/03/02	Aforamento, pela Câmara, de seis varas de muro com três torres a Luís de Brito. Feito por Nuno Fernandes, escrivão da Câmara.	36r		
1		VNC, cx. 10, n.º 49	1508/03/02	Aforamento a Luís de Brito, pela Câmara, de seis varas de muro com três torres. Feito por Nuno Fernandes, escrivão da câmara. [Diz neste local: "Aforamento para sempre do muro que está do postigo de San Lourenço ate a porta da mouraria que a camara de Lisboa aforou a Luís de Brito: outra escritura como esta, nem mais nem menos, e da mesma data fica relatada as folhas 9"].	40v		
1	1		1508/03/06	Aforamento, por Luís de Brito, de casas a Afonso Lourenço e Estêvão Godinho. Feito por João de Proença, tabelião de Lisboa.	81v		
1		VNC, cx. 10, n.º 51 e/ou VNC, cx. 10, n.º 50	1508/03/09	Repartição entre Luís de Brito e D. Isabel de Miranda, viúva de Pedro Lopes de Azevedo, como administradora do morgado de S. Cristóvão, de casas à Porta do Mar, que eram místicas do morgado de S. Lourenço e do de S. Cristóvão. Feito por Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	69v-70r		
1		VNC, cx. 11, n.º 1	1508/04/08	Aforamento, por Luís de Brito, de três sobrados e de uma torre, a Pedro Gomes. Feito por Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	79v		
1	1		1508/06/20	Aforamento, por Luís de Brito, de uma herdade de pão. Feito por Duarte Gomes, tabelião de Lisboa.	27r-27v		
1	1		1508/07/26	Aforamento, por Luís de Brito, de herdade, a Estêvão Martins, Guarda das Caravelas da Mina. Feito por Duarte de Sequeira, tabelião de Lisboa.	10v		
1	1		1508/08/03	Sentença que Luís de Brito houve contra João Afonso [...]		28v	
1	1		1508/11/27	Escambo que fez Luís de Brito com João Nunes [...]		73r	
1		VNC, cx. 10, n.º 49	1509/06/20	Confirmação régia do aforamento perpétuo de parte de um muro a Luís de Brito, pela Câmara de Lisboa.	54v		
1		VNC, cx. 9, n.º 24	1509/10/30	Aforamento, por Luís de Brito, de casas, a Rodrigo Afonso. Tabelião de Lisboa, João Rodrigues, por Álvaro Esteves.	121r		
1	1		1510/01/12	Sentença que D. Beatriz de Vasconcelos houve contra Mem Rodrigues de Vasconcelos, seu irmão, na Casa do Cível, porque lhe julgaram umas casas que partem com casas do escudeiro de Luís de Brito.	50v		
1	1		1510/04/09	Aforamento de vinha a Jorge Fernandes, escudeiro do prior do Crato, por Luís de Brito. Feito por Pedro Fernandes, tabelião de Lisboa.	74v-75r		
1	1		1510/05/14	Sentença que Luís de Brito houve no Hospital contra Fernão Lopes sobre quinta que ele reclamava como sua. Feito por Martim de Castro, escrivão.	46r		
1		ANTT, BACB, doc. 11 (1510-107-30)	1510/06/30	Aforamento de bens por Luís de Brito, a Sebastião Fernandes. Feito por Álvaro Esteves, tabelião de Lisboa.	50v-51r		
1	1		1510/07/20	Sentença que houve Luís de Brito contra João, cavaleiro, sobre oliveiras, no Juízo do Hospital. Martim de Castro escrivão	138r		
1	1		1510/07/27	Aforamento, por Luís de Brito, de pardieiros, a Álvaro Vieira. Feito por Álvaro Esteves, tabelião de Lisboa.	63r		
1	1		1510/12/11	Aforamento, por Luís de Brito, de quinta, a Filipa de Calvos, mulher de Diogo Leitão, cavaleiro de Santiago. Brás Afonso, tabelião de Lisboa.	157r		
1	1		1511/09/10	Aforamento, por Luís de Brito, de moinho em Beja, a Rui Lopes, prior de S. Lourenço. Brás Afonso, tabelião de Lisboa.	184v		
1	1		1511/02/18	Aforamento, por Luís de Brito, de olival, a Rui de Almada. Feito por Pedro Fernandes, tabelião de Lisboa.	87r		



1		VNC, cx. 11, 1 n.º 4	1511/02/26	Compra, por Luís de Brito, de chão, a Diogo Fernandes. Feito por Pedro Fernandes, tabelião de Lisboa.	34v		
1	1		1511/04/24	Aforamento em três vidas de umas casas em Tomar na Várzea Grande que partem com as casas de João Lopes Ferrador [...] Luís de Brito		106v-107r	
1	1		1511/07/29	Sentença do ouvidor do Mestre por que manda pagar a Luís de Brito 20000 reis de um pinhal que se queimou. E porque não se soube quem o queimou, pague o concelho.	171v		
1		VNC, cx. 16, 1 n.º 23	1512/01/26	[?], por Luís de Brito, de [?] a Gonçalo Eanes. Feito por Pedro Fernandes, tabelião de Lisboa.	58v		
1		VNC, cx. 9, n.º 1 27	1512/02/09	Aforamento, por Luís de Brito, de casal, a João Álvares. Diogo Leitão, tabelião de Lisboa.	118r-118v		
1		VNC, cx. 11, 1 n.º 7	1512/03/09	Aforamento, por Luís de Brito, de torre e sobrados que estão sobre o morgado de Fernão Gonçalves de Miranda, a Pedro e a João Gomes. Feito por João Martins, tabelião geral da Casa do Cível.	71v		
1	1		1512/03/27	Aforamento, por Luís de Brito, de vinha com oliveiras e árvores, a João Gonçalves albardeiro.	184r		
1		VNC, cx. 11, 1 n.º 6	1512/04/27	Sentença que houve Luís de Brito contra Catarina Gil, mulher do Licenciado Aires de Almada, sobre pedaço do Muro.	10v		
1		VNC, cx. 11, 1 n.º 5	1512/06/12	Sentença obtida por Luís de Brito contra Diogo Lopes sobre demarcação de casal. Feito por Martim de Castro.	31v		
1		ANTT, BACB, 1 doc. 12	1512/11/10	Aforamento, por Luís de Brito, de pardieiros a André Gonçalves. Feito por João de Proença, tabelião de Lisboa. (O ano está incorreto no inventário. No documento em ANTT, BACB, doc. 12 está 1513)	12v		
1	1		1513/05/31	Aforamento, por Luís de Brito, de vinhas e olival, a João dos Olivais. Feito por João Rodrigues, tabelião de Lisboa.	63r		
1		VNC, cx. 11, 1 n.º 9	1513/06/08	Aforamento, por Luís de Brito, de ferragial, a Afonso Martins, cavaleiro da Casa do Rei, ourives. Feito por João Fernandes, tabelião de Lisboa.	28v		
1		VNC, cx. 11, 1 n.º 10	1513/06/08	Aforamento, por Luís de Brito, de ferragial, a Afonso Martins. Feito por João Fernandes, tabelião de Lisboa	61v		
1	1		1513/06/30	Aforamento, por Luís de Brito, de estis de terra, a Diogo Fernandes escudeiro do Marquês. Brás Afonso, tabelião de Lisboa.	175r		
1	1		1513/08/17	Aforamento de uma herdade azenha e pomar em Moura [...] a Beatriz Pires viúva.[...] Luís de Brito		25v	
1	1		1513/08/30	Aforamento, por Luís de Brito, de casas e vinha a João Lourenço. Feito por Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	13r		
1	1		1513/08/30	Aforamento, por Luís de Brito, de várias terras a João Esteves. Francisco de Pina, tabelião de Lisboa.	122r-122v		
1	1		1513/10/09	Aforamento em três vidas de três casas [...] Beja. Luís de Brito		124v	
1		ANTT, BACB, 1 doc. 13	1513/11/10	Aforamento, por Luís de Brito, de herdade, a Gonçalo Eanes. Feito por Nicolau Eanes, tabelião de Lisboa.	56v		
1		ANTT, BACB, 1 doc. 14	1513/11/10	Aforamento, por Luís de Brito, de pardieiros, a Martim Eanes. Feito por João de Proença, tabelião de Lisboa.	60r		
1		VNC, cx. 11, 1 n.º 8	1513/11/18	Aforamento, por Luís de Brito, de pardieiros, a Fernão Cardoso. Feito por Gaspar Gonçalves, tabelião de Lisboa.	60v		
1	1		1514/03/08	Aforamento, por Luís de Brito, de vinha, a João Vaz. Feito por Diogo Leitão, tabelião de Lisboa.	21r-21v		
1	1		1514/03/08	Aforamento, por Luís de Brito, de vinha e terra, a Jorge Vaz. Feito por Diogo Leitão, tabelião de Lisboa. [à margem: "de que hora está de posse Anna de Goes"]	52v-53r		
1		VNC, cx. 11, n.º 12 e/ou 1 VNC, cx. 11, 1 n.º 11	1514/04/04	Aforamento, por Luís de Brito, de quintal, a Violante Nunes. Feito por Duarte de Sequeira, tabelião de Lisboa.	54v-55r		
1	1		1514/10/17	Aforamento, por Luís de Brito, de casal, a Álvaro Eanes. Feito por Gaspar Gonçalves, tabelião de Lisboa.	62v-63r		

1	1		1514/11/06	Arrematação de casas a Álvaro Martins. Feito por Vasco Serrão, tabelião do Cível. [No fim: Luís de Brito requerido]	49r		
1	1		1514/12/22	Aforamento, por Luís de Brito, de vinha e quintal com árvores, e umas moradas de casa a João Lopes Ferrador. Pedro Fernandes, tabelião de Lisboa. [as propriedades eram do morgadio de Santo Estêvão de Beja]	181v-182r		
1	1		1514/12/22	Aforamento, por Luís de Brito, de moradas de casa a Catarina Rodrigues, mulher que foi de Estêvão Peralpa. Brás Afonso, tabelião de Lisboa.	182r-183r		
1		VNC, cx. 8, n.º 1 26	1515/05/18	Consentimento, por João Fogaça e Luís de Brito, em conjunto, não diz a quem, para fazer curral no termo de Aveiras.	179v		
1	1		1515/07/27	Carta testemunhável de como Luís de Brito foi [senhor?] absoluto pelo conservador da Ordem de Rodes da herdade do Baleijão em Beja, [...] Luís de Brito		48r	
1	1		1515/08/03	Sentença ou carta precatória da Relação por que se roga e encomendam aos conservadores da ordem de S. Joao que não perturbem [...] mais a Luís de Brito [...]		48v	
1	1		1515/09/04	Aforamento, por Luís de Brito, de vários bens, a Sebastião Barbudo. Feita por Crisóstomo Dias, tabelião geral de Lisboa.	14r		
1	1		1515/10/09	Aforamento, por Luís de Brito, de courelas, a João Afonso sapateiro. Tabelião de Alenquer [sem mais].	143r		
1	1		1515/10/09	Aforamento, por Luís de Brito, de terra, a Diogo Vaz sapateiro.	145v		
1	1		1515/10/10	Aforamento de casas, por Luís de Brito, a Vasco Gil. Feito por João de Proença tabelião de Lisboa.	96r		
1	1		1515/10/19	Aforamento, por Luís de Brito, de casas que foram estalagens, ao bacharel Rodrigo Rebelo, físico, e à mulher Catarina da Maia. Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	169v-170r		
1		VNC, cx. 3, n.º 1 54	1515/11/21	Aforamento, por Luís de Brito, de casas que D. Nuno Manuel deu a este morgado de Maria Afonso por outras, a Afonso Gonçalves pedreiro. Feito por João de Proença, tabelião de Lisboa.	52r-52v		
1	1		1516/04/29	Aforamento para sempre de uma travesa em Beja [...] Luís de Brito		91r	
1	1		1516/09/02	Aforamento, por Luís de Brito, de casal, a João Eanes. João de Proença, tabelião de Lisboa.	120v		
1	1		1516/10/30	Aforamento, por Luís de Brito, de mato, a Luís Peres de Ponte. Brás Afonso,	143r		
1	1		1517/04/16	Renúnciação, de quinta do morgado, aceite por Luís de Brito.	27v-28r		
1		VNC, cx. 9, n.º 12 ou VNC, cx. 1 9, n.º 11	1517/04/23	Aforamento, por Luís de Brito, de casal, a João Álvares. Pedro Fernandes, tabelião de Lisboa.	128r		
1	1		1517/05/09	Instrumento de agravo que tirou Luís de Brito sobre o trespassar de uma azinhaga [...] Beja		17v	
1	1		1517/09/10	Carta executória de sentença que houve Luís de Brito contra Henrique Homem, escrivão da Casa da Mina, e outros, sobre foros de terra. Feito por Bartolomeu Fernandes, escrivão dos órfãos de Lisboa.	7r		
1	1		1518/06/01	Aforamento, por Luís de Brito, de vinhas e terras, a Afonso Lopes. Feito por Diogo Leitão, tabelião de Lisboa.	31r		
1	1		1518/06/11	Aforamento, por Luís de Brito, de casal, a Francisco Afonso. Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	128v		
1	1		1518/07/10	Escambo, por Luís de Brito, com D. Catarina de Eça, de casas do morgado, com outras e vários bens. "Esta este escambo solenizado por alvarás d'el Rei, e por vista do provedor mor das capellas, deputados". Feito por Martim de Castro, escrivão do hospital e capelas.	22 r-22v		
1	1		1518/08/14	Aforamento, por Luís de Brito, de terra de pão, a Henrique Homem. Feito por Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	58v		
1		VNC, cx. 11, 1 n.º 13	1519/09/19	Aforamento, por Luís de Brito, de casal, a Afonso Peres. Feito por Diogo Gonçalves, tabelião de Évora.	97r		

1	1		1520/05/23	Licença que a Câmara de Beja deu para uma carta que o rei mandou para Luís de Brito tapar som uns peitoris o terreiro que está diante das suas casas em Beja [...] Luís de Brito		168v	
1	1		1521/02/08	Aforamento de casal, por Luís de Brito, a Pedro Afonso. Feito por Duarte de Sequeira, tabelião de Lisboa.	4v		
1	1		1521/03/26	Aforamento de azenhas e outros bens, por Luís de Brito, a Estêvão Álvares. Tabelião de Lisboa, Duarte Sequeira.	161v		
1		ANTT, BACB, 1 doc. 15	1521/06/05	Aforamento, por Luís de Brito, de duas courelas de vinha, a Beatriz Franca. Feito por João Afonso Bocarro, tabelião de Lisboa.	79v		
1	1		1521/06/11	Aforamento de quinta, por Luís de Brito, a Álvaro Eanes. Feito por João Afonso Bocarro, tabelião de Lisboa.	94v-95v		
1	1		1521/10/10	Aforamento, por Luís de Brito, de terra de pão, a Ascenso Gonçalves. Feito por Lopo Fernandes, tabelião de Lisboa.	55r		
1	1		1521/10/15	Aforamento, por Luís de Brito, de courelas de vinha a António Gonçalves. Feito por Lopo Fernandes, tabelião de Lisboa.	69v		
1		VNC, cx. 1, n.º 19	1521/10/21	Aforamento, por Luís de Brito, a Álvaro Martins, de casas. Feito por Lopo Fernandes, tabelião de Lisboa.	5r		
1		VNC, cx. 1, n.º 110	1521/10/21	Aforamento, por Luís de Brito, de casas a Álvaro Martins. Feito por Lopo Fernandes, tabelião de Lisboa.	8v		
1	1		1522/01/16	Aforamento de várias propriedades, por Luís de Brito, a Ana Ribeira. Por Lopo Fernandes, tabelião de Lisboa.	39v-40r		
1	1		1522/05/06	Aforamento por Luís de Brito, de serras, a Vicente. Feito por Lopo Fernandes, tabelião de Lisboa.	15v		
1		VNC, cx. 60, n.º 100	1522/07/09	Sentença que Luís de Brito houve contra Henrique de Sá, alcaide-mor do Porto, sobre vários bens que lhe foram dados em pagamento das 2000 dobras que lhe prometeu com D. Aldonça sua mulher [...]. [Refere o morgado]. Feito por Martim de Castro, escrivão do Hospital de Todos os Santos.	8r		
1		ANTT, BACB, 1 doc. 17	1522/07/29	Aforamento, por Luís de Brito, de olival, a Fernão Eanes fuseiro. Feito por Lopo Fernandes, tabelião de Lisboa.	47r		
1		VNC, cx. 11, n.º 14	1522/10/02	Aforamento, por Luís de Brito, de ferragial, a António Eanes, moedeiro. Feito por Lopo Fernandes, tabelião de Lisboa.	40v		
1	1		1522/10/20	Aforamento, por Luís de Brito uma vinha com oliveiras, a Francisco Fernandes. Feito por Lopo Fernandes, tabelião de Lisboa.	77v		
1	1		1522/10/24	Aforamento, por Luís de Brito, de courelas de pão, a Maria Fernandes. Feito por Lopo Fernandes, tabelião de Lisboa.	55v		
1		ANTT, BACB, 1 doc. 18	1522/11/14	Aforamento, por Luís de Brito, de courelas, a Diogo Gil. Feito por Lopo Fernandes, tabelião de Lisboa.	47r		
1	1		1523/01/31	Sentença, a Luís de Brito, sobre foro de casas do morgado, que lhe devia Henrique de Sá. Feito por Martim de Castro. [Tem de seguida: "Ao pé instrumento de posse das casas", 1523/02/11].	44r		
1	1		1523/02/11	Instrumento de posse que o dito Luís de Brito tomou nas ditas casas referidas na sentença que teve contra Henrique de Sá	44r		
1	1		1523/02/11	Aforamento de casas, por Luís de Brito, a António Pais, prior de S. Lourenço. Feito por Martim de Castro, escrivão do Hospital.	50r-50v		
1	1		1523/08/16	Aforamento, por Luís de Brito, de pardieiros e outros bens, a Fernão Álvares. Feito por João Afonso Bocarro, tabelião geral.	23v		
1	1		1523/10/10	Aforamento, por Luís de Brito, de casal, a Estêvão de Chaves. Lopo Girão, tabelião de Lisboa.	140v		
1	1		1523/12/20	Aforamento por Luís de Brito, de azenha [...] a Dinis Eanes. Feito por Fernão Nunes, tabelião de Lisboa.	4r		
				<b>Gomes Nogueira (irmão de Luís de Brito; clérigo e prior da Igreja de S. Lourenço de Lisboa)</b>			
1		VNC, cx. 5, n.º 133	1473/06/04	Processo discernido sobre uma bula de colação da igreja de São Martinho de Mozares, bispado do Porto, que o vice-chanceler scilicet Rodrigo, bispo de Albania, deu a Gomes Nogueira, cometida a Pedro Afonso, chantre de Lisboa.	219r		

1		VNC, cx. 10, 1 n.º 25	1473/10/22	Aforamento pelos raçoeiros da igreja de S. Lourenço, entre ele, o prior Gomes Nogueira, filho de Mem de Brito, de casas, a Vicente Vasques, raçoeiro da mesma igreja. As casas não são do morgado mas são da igreja.	12r		
1	1		1503/01/18	Aforamento, pelos padres de S. Lourenço, de pardieiro, a João Lourenço. Feito por Francisco Mendes, escrivão do vigário.	87r		
1		VNC, cx. 10, 1 n.º 47	1505/01/18	Aforamento pelos priores de S. Lourenço, de pardieiro, a João Lourenço marinho.	50r		
1		VNC, cx. 10, 1 n.º 48	1506/03/28	Sentença que tiveram o prior e os padres de S. Lourenço sobre pardieiro, contra Lourenço Mendes de Abreu. Feito por Francisco Mendes, escrivão.	75v		
1	1		1506/11/12	Conhecimento de 37 (sic) quantia a pagar de foro de pardieiros da igreja de S. Lourenço. [sem mais]	43v		
<b>Total</b>	<b>262</b>	<b>170</b>	<b>92</b>				

**Apêndice C.4**  
**Produção dos Britos Nogueira no *Tombo* e no *Catálogo***

**Folha 3**  
**Geração Brito Nogueira II**

Contagem total	Cotagem não encontrados	Contagem existentes	Existente. Cota atual identificada	Data	Sumário (parcial)	Fólio do Tombo (VNC, n.º 2)	Fólio do Catálogo (VNC, cx. 7, n.º 1), documentos que não estão no Tombo
					<b>Estêvão de Brito / Estêvão de Brito; Beatriz de Miranda / Estêvão de Brito; Isabel da Costa</b>		
1	1			1492/01/22	Sentença que Isabel Gonçalves, mãe de Catarina Álvares, houve contra Estêvão de Brito, sobre o pagamento de serviço que a mulher dele, D. Beatriz, lhe ficou a dever quando era donzela de D. Filipa, filha do Infante D. Pedro. João Banha, escrivão da correição da Corte.	215v	
1	1			1504/04/03	Compra que Estêvão de Brito fez de tença a D. Joana de Azevedo e co-herdeiros, por 80000 reis. Fernão Vaz, tabelião de Lisboa.	214r	
1	1			1505/02/05	Aforamento, por Estêvão de Brito, de casal em Lisboa, a Gonçalo Esteves. Feito por João André, tabelião de Lisboa.	68v-69r	
1	1			1510/12/03	Sentença que Estêvão de Brito, sendo vereador de Lisboa, obteve contra Mem Rodrigues, guarda da Casa da Índia, para tapar frestas sobre a casa dele. Feito por Gonçalo Bernardes, escrivão da almotaçaria.	69v	
1	1			1510/12/03	Sentença que Estêvão de Brito, sendo vereador de Lisboa, obteve contra Mem Rodrigues, guarda da Casa da Índia, para tapar frestas sobre a casa dele. Feito por Gonçalo Bernardes, escrivão da almotaçaria.	69v	
1			VNC, cx. 11, n.º 18 e/ou VNC, cx. 11, n.º 17	1524/03/17	Aforamento, por Estêvão de Brito, de casas, a Francisco. Gonçalves. Feito por João Afonso Bocarro, tabelião de Lisboa.	23v	
1	1			1526/03/09	Aforamento, por Estêvão de Brito, a António de Andrade. Feito por Rui Froes, tabelião de Lisboa.	34v-35r	
1	1			1526/04/27	Consentimento, por Estêvão de Brito, à venda feita por Estêvão de Chaves a Francisco Velho de casais do morgado. Brás Afonso, tabelião de Lisboa.	140r-140v	
1		1	VNC, cx. 11, n.º 19	1526/08/02	Aforamento, por Estêvão de Brito, de pardieiros, a Gonçalo Lopes. Feito por Gaspar Fernandes, tabelião de Lisboa.	79r	
1		1	ANTT, BACB, doc. 19	1526/08/14	Aforamento, por Estêvão de Brito, de pardieiros a António Rodrigues. Feito por Duarte Gomes, tabelião de Lisboa.	81v	
1	1			1527/02/17	Aforamento a João Vaz, de casal, por Estêvão de Brito [...]. Feito por Tomé de Paiva, tabelião de Lisboa.	4v-5r	
1		1	VNC, cx. 1, n.º 35	1527/03/07	Aforamento por Estêvão de Brito, de casal, a Fernão Eanes. Francisco Ribeiro, tabelião de Lisboa.	132r-132v	
1	1			1527/05/02	Aforamento, por Estêvão de Brito, de quinta, a João da Amoreira. Pedro Fernandes, tabelião de Lisboa.	122r	
1		1	ANTT, BACB, doc. 20	1527/09/06	Emprazamento de vinha por Bartolomeu Afonso, piloto, e mulher, a João Álvares Nogueira, [no fim diz «por Estêvão de Brito»]. Feito por Duarte Gomes, tabelião de Lisboa, por Gaspar Gonçalves.	4r	
1		1	VNC, cx. 8, n.º 23	1528/06/03	Instrumento de posse que tomou Estêvão de Brito por morte de Luís de Brito da vila de Aveiras de Baixo, com Simão Fogaça		21r
1		1	VNC, cx. 3, n.º 63	1528/08/06	Aforamento, por Estêvão de Brito, de casas, a Álvaro Pais. Feito por Duarte de Góis, tabelião de Lisboa.	93r	
1		1	VNC, cx. 5, n.º 2	1528/10/06	Aforamento, por Estêvão de Brito, de casal e terras a Gonçalo Martins. Cristóvão Carvalho, tabelião de Lisboa.	111v	
1	1			1528/10/09	Aforamento, por Estêvão de Brito, de terras, a Simão Afonso, escudeiro do conde de Portalegre. Tomé de Paiva, tabelião de Lisboa.	174v	
1		1	VNC, cx. 6, n.º 45	1529/04/09	Aforamento, por Estêvão de Brito, de casas, a Diogo Afonso. Feito por Diogo Leitão, tabelião de Lisboa.	68r	
1	1			1529/04/17	Instrumento de dote que o Sr. Regedor prometeu a D. Antónia, sua filha, pelo casamento com o senhor Lourenço de Brito [pormenoriza as condições]. Brás Afonso, tabelião de Lisboa.	211v-212r	
1		1	VNC, cx. 1, n.º 34	1529/05/01	Aprovação pelo nuncio D. Martinho do casamento de Estêvão de Brito com D. Isabel da Costa ("quam ante poluerat per adulterium").	220r	
1		1	VNC, cx. 6, n.º 48	1529/06/21	Consentimento de venda por Estêvão de Brito, de casas, por Diogo Lopes a Francisco Rodrigues, que pagam renda ao morgado de Mestre Pedro. Feito por Fernão Nunes, tabelião de Lisboa.	11v-12r	
1	1			1529/07/05	Aforamento de vinha [...], por Estêvão de Brito, a Leonardo Nardes. Feito por Gonçalo Nunes, tabelião de Lisboa.	43v	
1	1			1529/07/22	Aforamento, por Estêvão de Brito, de casa e vinha, a Bastião Peres.	160r	

1	1			1529/08/29	Casamento de Estêvão de Brito com D. Isabel Nunes Álvares. Escrivão Tomé de Paiva.	211r	
1		1	VNC, cx. 6, n.º 49	1529/10/12	Consentimento, por Estêvão de Brito, de venda de metade das casas que tinham do morgado, por Francisco Ramires e mulher, a Francisco Rodrigues. Feito por Sebastião Álvares, tabelião geral da Casa do Cível.	20r	
1	1			1530/03/01	Aforamento em três pessoas de um moínho na ribeira [...] Beja. Estêvão de Brito		31r
1		1	VNC, cx. 3, n.º 40	1530/12/12	Aforamento em três vidas de chão e cerrado, ao Almocovardos Judeus [...] Catarina Fernandes, mulher que foi de Nuno Gonçalves [...] Estêvão de Brito		1r
1		1	VNC, cx. 11, n.º 20	1530/12/12	Aforamento, por Estêvão de Brito, de vinha e herdade de pão [...], a Diogo Vaz. Feito por Diogo Leitão, tabelião de Lisboa.	60v	
1	1			1530/12/22	Aforamento, por Estêvão de Brito, de chão, a Rodrigo Esteves, capelão dele. Feito por Diogo Leitão, tabelião de Lisboa.	62r	
1	1			1531/02/01	Aforamento a Beatriz de Alvelos, por Estêvão de Brito. Feito por Luís Garcia, tabelião de Lisboa.	2r	
1	1			1531/06/14	Sentença, alcançada por Estêvão de Brito, "contra [está apagado o nome], fidalgo réu, e Dona Antónia de Meneses sua mulher", sobre casas. Feito por Martim de Castro. [sem mais]	20r	
1	1			1531/12/12	Aforamento de cerrado, [...] a Catarina Fernandes, por Estêvão de Brito. Feito por Diogo	1r	
1		1	VNC, cx. 6, n.º 1	1532/06/05	Posse por Estêvão de Brito, de casas, após ter ganho contra Francisco de Sousa no Juízo do Hospital. Escrivão Martim de Castro.	11v	
1		1	VNC, cx. 6, n.º 15	1532/08/02	Aforamento, por Estêvão de Brito, de casas, a Fernão Afonso. Feito por Diogo Leitão, tabelião de Lisboa.	52r	
1	1			1532/08/30	Escambo, por Estêvão de Brito, de várias propriedades, com Beatriz de Faria. Feito por Luís Fernandes, tabelião de Lisboa. [diz de seguida: "Não sei o que paga a foreira"]	32v	
1		1	ANTT, BACB, doc. 21	1532/09/28	Consentimento de venda de prazo por Ana "Gonçalves" [sic], a Francisco Fernandes. Feito por Brás Afonso, tabelião de Lisboa. / No catálogo: Venda que fez Ana Álvares de um prazo de três courelas de vinha [...] a par de Benfica [...] a Francisco Fernandes Cordeiro [...] Estêvão de Brito	21v	
1		1	VNC, cx. 6, n.º 18 e/ou VNC, cx. 6, n.º 30	1532/09/28	Venda, por Fernão Afonso, de casas que partem com as do morgado ("Estêvão de Brito"). Feito por Brás Afonso, tabelião de Lisboa.	53v	
1	1			1532/12/14	Aforamento, por Estêvão de Brito, de casal, a Álvaro de Mato. João Afonso Bocarro, tabelião de Lisboa.	128v-129r	53v - com a data 1532/12/17
1	1			1533/01/05	Aforamento de propriedades várias que partem com muitas terras do morgado, por Estêvão de Brito, a Miguel Ferreira, moço da câmara do rei. Pedro Vasques do Avelar, tabelião de Lisboa.	162v-163r	
1	1			1533/02/01	Aforamento, por Estêvão de Brito, de olival, a Rodrigo Esteves, clérigo. Feito por Luís Garcia, tabelião de Lisboa.	14r	32v - com data 1533/02/04
1		1	VNC, cx. 11, n.º 22	1533/02/04	Aforamento em três vidas de umas casas com seu quintal em Lisboa, no chão da Achada [...] a Beatriz de Alvelos. Estêvão de Brito		4r
1	1			1533/09/23	Venda que fez Afonso Esteves, capelão de Estêvão de Brito, a Francisco Fernandes, de terra e olivais, outorgada por Estêvão Brito. Feita por António do Amaral, tabelião de Lisboa.	61r-61v	
1		1	ANTT, BACB, doc. 22	1533/10/18	Aforamento de casas por Estêvão de Brito, a Lourenço Eanes. Feito por João Afonso Bocarro, tabelião de Lisboa.	51r	
1		1	VNC, cx. 6, n.º 43	1533/11/10	Aforamento, por Estêvão de Brito, de casas, a Gaspar Fernandes. Feito por João Afonso Bocarro, tabelião de Lisboa.	22v	
1	1			1533/11/10	Aforamento, por Estêvão de Brito, de vinha, a António Lopes. João Afonso Bocarro tabelião de Lisboa	141v	
1	1			1534/05/27	Aforamento de bens vários, por Estêvão de Brito, a Ascenso Gonçalves. Feito por João Afonso Bocarro, tabelião de Lisboa.	53v-54r	
1		1	VNC, cx. 11, n.º 23	1534/10/26	Quitação a Estêvão de Brito, pelas freiras de Nossa Senhora da Rosa, de 140 mil reis, pelas estalagens e chãos de Vale de Flores, a S. Lourenço, que lhes pertenciam por via de D. Joana. Feito por Gaspar Gonçalves, tabelião de Lisboa.	73v	
1	1			1534/11/02 [?]	Aforamento em três vidas de umas casas no Arco do Touro [...] Beja. Estêvão de Brito		125r
1	1			1535/02/11	Aforamento por Estêvão de Brito, de vinha, a Ana Afonso. Feito por Gaspar Gonçalves, tabelião de Lisboa.	74v	
1	1			1535/03/08	Aforamento em três pessoas de uma casa em Beja [...] Estêvão de Brito		173v

1	1		1535/05/24	Aforamento em três vidas de umas casas em Beja na freguesia de Santa Maria [...] Estevão de Brito		27r
1	1		1535/05/28	Aforamento em três vidas de umas casas em Beja na Rua das Ferrarias [...] Estevão de Brito		27r
1	1		1535/05/29	Aforamento em três vidas de uma vinha [...] Cardeira, termo de Beja. Estevão de Brito		27v
1	1		1535/07/10	Venda, por Rodrigo Esteves, capelão de Estêvão de Brito, de olival que trazia foreiro deste, com consentimento, a Francisco Peres. Feito por Sebastião Dias, tabelião de Lisboa.	45r	
1	1		1535/08/16	Aforamento, por Estêvão de Brito, de terras, a Pedro Eanes Sertins. Martim Álvares, tabelião de Santarém.	174v	
1	1		1535/11/15	Renúnciação que fez Gaspar jardineiro de metade da herdade da Cardeira [...] Aforamento dela [...] Estêvão de Brito		12r
1	1		1536/01/17	Aforamento, por Estêvão de Brito, de herdade, a Guiomar Álvares. Feito por Fernão Álvares, tabelião geral.	63v	
1		1 VNC, cx. 11, n.º 21	1536/01/25	Aforamento de casal, por Estêvão de Brito, a Vicente Eanes. Feito por Henrique Nunes, tabelião de Lisboa, por Gaspar Gonçalves.	3r-3v	
				<b>Isabel da Costa</b>		
1	1		15--[?]/07/10	Provisão do arcebispo de Lisboa por que manda aos priores de Santa Cruz que deixem dizer na dita igreja as missas do morgado. ou são multados a D. Isabel	220r	
1		1 VNC, cx. 11, n.º 24	1535/02/11 (?)	Aforamento pelo prior e beneficiados de S. Lourenço, de chão, a D. Isabel, viúva de Estêvão de Brito. Feito por Cristóvão Dias, escrivão do prelado.	70v	
1	1		1536/10/11	Aforamento, por D. Isabel da Costa, de casal, a João de Moreira. Tabelião de Lisboa, Jácome Carvalho de Braga.	152r	
1	1		1537/02/08	Expectativa que D. Isabel da Costa, viúva de Estêvão de Brito, deu a Francisco Vieira Homem seu irmão, de todos os bens deste morgado que vagarem em Alenquer e termo; que ele os tenha pelos preços que tinham [...] [pormenores do acordo]. Fernão Gonçalves, tabelião de Lisboa, em vez do Cristóvão Rodrigues.	145v	
1	1		1537/03/19	Conserto que fez D. Isabel da Costa, como tutora de Lourenço de Brito seu filho, com o foreiro, sobre terras. Feito por Cristóvão Rodrigues, tabelião de Lisboa.	49r	
1	1		1537/05/15	Aforamento, por Dona Isabel, de pisão, a Francisco da Costa, morador em Lisboa na rua que vai de S. Cristóvão para a Porta Nova. Feito por Henrique Nunes, tabelião de Lisboa.	33r	
1		1 ANTT, BACB, doc. 23	1537/09/05	Aforamento de pardieiro, por D. Isabel, a Martim Álvares. Feito por Martim Fernandes, tabelião de Lisboa.	46v	
1	1		1537/10/05	Aforamento de casas, por D. Isabel, a Gabriel Álvares. Diogo Leitão, tabelião de Lisboa.	167v	
1	1		1537/11/28	Consentimento que deu D. Isabel, como tutora, à venda dos bens do morgado, que vendeu António de Andrade, a João Morel (quinta e outros bens). Henrique Nunes, público tabelião em Lisboa, por Gaspar Gonçalves.	167r	
1	1		1538/02/15	Aforamento em três pessoas de um olival, termo de Beja. [...] D. Isabel		121r
1	1		1538/05/09	Aforamento de vinha, [...] por D. Isabel, na freguesia de Nossa Senhora dos Olivais, a Afonso Ribeiro, moço da Câmara do Rei. Feito por Henrique Nunes, tabelião de Lisboa, por Gaspar Gonçalves.	2v-3r	
1	1		1538/09/13	Venda, por Francisco Fernandes, a Pedro Lopes cerieiro, de quinta que trazia do morgado de S. Lourenço em Unhos. Feito por Henrique Nunes, tabelião de Lisboa. [No final do sumário está identificada D. Isabel]	76r-76v	
1	1		1538/11/22	Aforamento em três vidas de uma casas [...] Beja. D. Isabel		61v
1	1		1538/12/07	Aforamento de quinta, por D. Isabel, a Bartolomeu Morel filho de João Morel. Henrique Nunes, tabelião de Lisboa.	167r	
1	1		1539/03/24	Aforamento, por D. Isabel, de um casal de que o morgado estava de posse, a Diogo Álvares. Feito por Henrique Nunes, tabelião de Lisboa.	3v-4r	
1	1		1539/11/04	Citatória que pagou micer João Paulo [...] para em Roma aparecerem citados os priores e raçoeiros das igrejas de Santa Cruz e de S. Lourenço de Lisboa e de Santo Estêvão de Beja sobre o acrescentamento do salário das missas [...]. A petição de Lourenço de Brito e de D. Isabel e de Estêvão de Brito		100v
1	1		1539/06/26	Aforamento em três vidas de umas casas que estão em Beja [...] D. Isabel		22v
1	1		1539/06/21	Citatória passada [...] a petição de Estêvão de Brito pelo benefício de S. Lourenço que vagou por morte de Gonçalo Alemão		101r



1	1			1539/06/30	Compulsória sobre o benefício de Estêvão de Brito e S. Lourenço de que estava intruso Lourenço Peres que vagou por morte de Gonçalo Alemão [...]		100v
1	1			1539/11/05(?)	Aforamento em três vidas de umas oliveiras Beja [...] D. Isabel		118v
1	1			1539/12/03	Aforamento, por D. Isabel, da azenha do Papel, pomar e outras propriedades, a Isabel Álvares. Henrique Nunes, tabelião de Lisboa.	111r	
1	1			1540/06/30	Aforamento em três pessoas de uma herdade em Beja [...] D. Isabel		111v-112r
1	1			1540/06/20	Aforamento entre vidas de um moinho na Ribeira da Cerdeira [...] Beja. D. Isabel		120v
1	1		Poderá ser VNC, cx. 49, n.º 29 ?	1540/07/23	Inovação e aforamento de azenha e moinho a António Nunes. Feito por D. Isabel e confirmado por Lourenço de Brito e Sr.ª D. Antónia sua mulher. Henrique Nunes, tabelião de Lisboa.	184v	
1	1			1540/10/05	Aforamento por D. Isabel, Luís de Brito e D. Antónia de propriedades várias. Feito por Henrique Nunes, tabelião de Lisboa.	27v	
1	1			1540/10/09	Aforamento, em três vidas, a Cristóvão Vaz por D. Isabel [propriedade em termo de Beja]		183v
1	1			1540/12/04	Troca, entre Francisco Viegas Homem e Pedro Botelho, de terra de quinta do morgado por outras propriedades, com consentimento de D. Isabel e de Lourenço de Brito, seu filho. Henrique Nunes, tabelião de Lisboa.	143r-143v	
1	1			1541/07/10	Provisão do arcebispo de Lisboa pela qual manda os padres de Santa Cruz deixarem de dizer na dita igreja as missas do morgado [...] D. Isabel		101v
1	1			1542/01/02	Quitação que Fernão Vieira deu a D. Isabel do tempo que tinha servido como aio o seu filho Lourenço de Brito. Tabelião de Lisboa, Henrique Nunes.	215r	
					<b>Mem de Brito (filho de Luís de Brito, irmão de Estêvão de Brito, sem documentação existente)</b>		
1	1			1525/10/25	Arrendamento por nove anos do casal do Murganhal a Martim Eanes [...] Mem de Brito	11v	27v
<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>64</b>	<b>25</b>				

**Apêndice C.5**  
**Inventário de 1819 e produção das gerações em estudo**

Inventário de 1819 (VNC, n.º1). Nota importante: conteúdo parcial, que interessa para a tese; é necessário ver sumário completo no original quando tem reticências.

N.º do maço	Conteúdo do maço	N.º do título ou documento	Sumário	Páginas do inventário, parte da descrição detalhada	Produtor
1	Instituição do morgado de Santa Ana e bens que lhe foram anexados, testamentos, partilhas e posses dos administradores dele		Instituição do morgado de Santa Ana	1	
		1	Partilhas por morte de Álvaro Nogueira, 4 junho 1458	1	
		2	Partilhas entre os filhos de [Mestre] João das Leis, 28 dez. 1431	1	
		3	Compra que fez Luís de Brito a Diogo Fernandes de um chão e serrado que partia com a Fazenda sua, 26 fev. 1511.	1	Luís de Brito Nogueira I
		4	Partilha dos bens que ficaram por morte de Afonso Eanes Nogueira	1	
		5	Testamento de Joana Vasques de Almada, 1427 [Joana Vaz de Almada]	1	
		6	Testamento de Luís de Brito, casado com Inês de Lima, filha do Visconde D. Francisco de Lima, 1586	1	Luís de Brito Nogueira II
		7	Transação que fez Mem de Brito com seu irmão, Álvaro de Brito, sobre a demanda que trazia dos bens do morgado do Mestre João das Leis, 1474	1	Mem de Brito
		8	Alvará por que o rei D. Afonso fez mercê a Mem de Brito dos bens que o arcebispo D. Afonso comprara sem licença, 29 de julho de 1469	2	Mem de Brito
		9	Legitimação de Afonso, filho do bispo de Évora, 1432	2	
		10	Quitação que o Dr. João Lopes deu a Mem de Brito, seu sogro, 5 novembro 1432	2	Mem de Brito
		11	Outra de 1432	2	Mem de Brito
		12	Testamento do bispo de Évora D. Afonso Dinis, 1390, doa os montes da Telhada, Alenquer	2	
		13	Carta de privilégio do infante D. Fernando, duque de Beja, aos caseiros de Mem de Brito, 27 de janeiro 1461	2	Mem de Brito
		14	Posse que Mem de Brito tomou por morte de D. Afonso Nogueira, arcebispo de Lisboa, seu tio, dos morgados, 15 de outubro de 1464	2	Mem de Brito
		15	Aceitação que fez Afonso Esteves, filho mais velho do Mestre João das Leis, do morgado do bispo de Évora D. João, seu tio, 16 dez. 1400	2	
		16	Dote que o rei D. Afonso prometeu a D. Grimanesa de Melo para casar com Mem de Brito, 1439 (corrigido a lápis para 1440)	2	Mem de Brito
		17	Outra do mesmo teor, 1440	3	Mem de Brito
		18	Legitimação do Mestre João das Leis	3	
		19	Partilhas entre Maria Afonso e o bispo de Évora seu irmão [...] 1392	3	
		20	Testamento de Catarina Anhes (Eanes?) mulher que foi de Afonso Pires, contador, no qual fez morgado de nomeação da sua terça a seu filho, 1386	3	
		21	Casamento de Estêvão de Brito com Isabel Nunes, 29 de agosto de 1528	3	Estêvão de Brito
		22	Instrumento de depósito [...] de Mestre João das Leis, para a Capela do Mestre Pedro, 1421	3	
		23	Testamento de João Eanes Moniz, no qual deixa tudo que tem na Chamusca para se cantar uma missa quotidiana em Santa Cruz e outras coisas, 25 out. 1372	3	
		24	Sentença que houve Luís de Brito da absolvição da ametade de 78 dobras e 8 toneis de azeite etc. que Henrique de Sá lhe demandava do rendimento das 1000 dobras. 24 de dez. [em cima está julho a lápis] de 1505	3	Luís de Brito Nogueira I
		25	Carta testemunhável do infante D. João sobre uma letra apostólica de que o comendador de Alamada houve para poder testar, 30 junho 1446	3-4	
		26	Protesto que Luís de Brito fez de não prejudicar o seu direito nem as bulas que tinha mostrar os títulos de seu morgado como o rei lhe mandava, 12 de dez. de 1498	4	Luís de Brito Nogueira I
27	Instrumento de dote que D. Afonso Nogueira prometeu a Fernão Martins de Sousa para casar com Joana de Almada [...], 1454	4			

28	Codicilo do bispo D. João [...], 1394	4	
29	Testamento de Constança Eanes Palhavã, casada com Lourenço Peres Nogueira, [...] instituiu a capela de Sta Catarina, 1365	4	
30	Carta do rei D. Afonso por que fez mercê a Mem de Brito da administração da capela de Joana Vaz de Almada, 20 janeiro de 1469	4	Mem de Brito
31	Carta do rei para Afonso Eanes Nogueira [...] para comprar bens para o morgado do Mestre Pedro, 1432	4	
32	Codicilo do Mestre João das Leis	4	
33	Alvará [...] Mestre João das Leis, 1358	5	
34	Carta de partilhas... Branca Domingues, mulher de Afonso Esteves, 1388	5	
35	Mercê do rei D. Afonso a Luís de Brito, que morrendo na guerra, etc., herdasse seu filho mais velho, 10 de julho de 1475	5	Luís de Brito Nogueira
36	Partilhas [...] entre Branca Domingues e outros, bens que pertencem ao morgado dos Nogueiras	5	
37	Escritura de conserto que Mem de Brito fez com o bispo de Coimbra D. Afonso Nogueira para obter o morgado de Nogueira, 1456	5	Mem de Brito
38	Documento por onde consta que o rei D. Afonso escusou de todos os tributos... aos criados e bens de Afonso Nogueira	5	
39	Outro dos morgados que possuía Rui Nogueira... 1432	5	
40	Alvará régio pelo qual o rei concedeu a licença ao arcebispo de Lisboa D. Afonso para comprar bens de raiz até 1000 dobras, 1462	5	
41	Carta assinada pelo rei D. Filipe em que chama a cortes a Lourenço de Brito, ano 1581	6	Lourenço de Lima
42	Quitação que deram Mem de Brito e seus irmãos Álvaro de Brito a Afonso Nogueira, 1440	6	Mem de Brito
43	Dois testamentos do Mestre João Coelho, sobrinho do Mestre Pedro Nogueira, 1405	6	
44	Doação do Mestre João das Leis, viúvo da 1.ª mulher Maria Afonso,... à capela do Mestre Pedro, declaram-se os bens e os encargos, 1387	6	
45	Testamento de Maria Afonso, mulher de Gonçalo das Leis... 1400	6	
46	Carta de Mercê do rei a Mem de Brito da Administração da capela do morgado de Joana Vaz de Almada, 20 janeiro, 1469.	6	Mem de Brito
1	Redução das capelas de S. Lourenço, 1815	7	
2	Testamento de Pedro Severim de Noronha, 1664	7	Pedro Severim de Noronha
3	Escritura de dote e arras de D. João Luís de Vasconcelos, 1566	7	
4	Testamento do visconde D. Tomás da Silva Teles, 1758	7	
5	Sentença... João Luís de Vasconcelos, capela de D. Afonso e D. Sebastiana, 1636	7	
6	Testamento de Lourenço Peres, o moço, 1373	7	
7	Redução da capela do conde de Arcos, S. Lourenço, 1813	8	
8	Testamento de Lourenço Peres, deixa bens à capela do Mestre Pedro... 1359	8	
9	Redução capelas do Castelo, 1809	8	
10	Publica forma do testamento de D. Madalena Josefa Rosália de Lima... 1782	8	
11	Testamento em latim do Mestre Pedro, instituidor do morgado de Santa Ana, 1334, ... outros bens vinculados à capela nomeadamente por Lourenço Peres seu sobrinho.	8	
12	Partilhas entre o bispo D. João e a irmã Maria Afonso... 1372	8	
13	Testamento de Jerónimo de Macedo de carvalho, feito no Japão, 20 de out. 1626...	8	
14	Testamento de Rui (Ruh) Nogueira, 1429	8	
15	Testamento de Lourenço Peres, 1387	9	
16	Descendência do Mestre Pedro, instituidor do morgado de Santa Ana... [informação sobre o instituidor e a instituição]	9	

Bulas, breves, relação dos encargos do morgado e das mais obrigações que têm os bens que lhe foram anexados. Títulos e foros do padroado da igreja de S. Lourenço de Lisboa

17	Doação de 2000 dobras do Mestre João das Leis à capela do Mestre Pedro...	9	
18	Testamento de Gonçalo Migueis, irmão de Estêvão Migueis, prior de S. Lourenço... 1429	9	
19	Redução de todos os encargos do morgado que instituiu Mestre Pedro Nogueira, 22 de maio 1498	9	Luís de Brito Nogueira I
20	Breve sobre poder eleger priora na Rosa que fosse parenta da Casa de Ponte de Lima	9	
21	Breves, papéis, cartas de Roma e contas que tinha D. Diogo de Lima sobre os seus Cavaleiratos (tenças de cavaleiro) e dependências de seu sobrinho D. Francisco de Lima, deão de Évora	10	Diogo de Lima
22	Breve.. 1750	10	
23	Apresentação que o Mestre João fez a Pedro ___ no priorado de S. Lourenço, apresentação pelo Cabido de Lisboa	10	
24	Confirmação do priorado de S. Lourenço a Vicente Vaz, 1465	10	Mem de Brito
25	Bula confirmatória da divisão que fez Miguel Vias dos frutos da ig. De S. Lourenço...	10	
26	Alvará pelo qual é concedido ao Visconde ter escrivão Junto com ouvidor, em Ponte de Lima, 20 jan. 1513	10	Francisco de Lima
27	Bula de legitimação do Mestre João das Leis...	10	
28	Treslado autêntico pelo qual consta que Luís de Brito e seus antecessores ser padroeiro da igreja de S. Lourenço	10	
29	Absolvição concedida a D. Afonso Nogueira por não cumprir com os encargos... 1461	10	
30	Bula do Papa Eugénio...insígnia de notário apostólico a Afonso Nogueira	10-11	
31	Bula do papa Nicolau pela qual comete ao escolástico de Lisboa que achando ser proveito de igreja de S. Lourenço dos quatro benefícios que há, faça sete, 17 julho 1451	11	Mem de Brito
32	Confirmação do priorado de S. Lourenço a Vicente Vaz, por apresentação de Mem de Brito, 28 nov. 1465	11	
33	Instrumento de como o prior de S. Lourenço revogou e anulou tudo que na dita igreja tinha feito contra a ordenação de D. Miguel Vivas... 1380	11	
34	Dispensa do nuncio para Gonçalo Viegas e sua mulher por estarem casados e serem parentes, 1392	11	
35	Apresentação de um prestimónio por consentimento de Mestre João das Leis... 1401	11	
36	Aprovação do nuncio pelo casamento de Estêvão de Brito com Isabel da Costa, 1529	11	Estêvão de Brito
37	Breve pelo qual é concedido confessar e comungar os senhores e sua família no oratório de sua casa, 1645	12	Lourenço/Diogo de Lima
38	Testamento de Lourenço Nogueira ... deixa sua fazenda ao morgado do Mestre Pedro, 1356	12	
39	Instituição da Capela no Varatojo, que hoje se acha em Mafra	12	
40	Instituição da capela que fizeram João de Sá e sua mulher no hospital do Inocentes em Santarém	12	
41	Certidão em pública-forma da sentença que se deu a favor do visconde de VNC contra o conde de [Figueiró]	12	Diogo de Lima
42	Provisão para as terras de Vale de Soure para se meterem dentro dos muros da Quinta de Mafra	12	
43	Breve para celebrar missa no oratório de Mafra e outro dito de altar portátil	12	
44	Duas sentenças a favor dos beneficiários de S. Lourenço	12	
45	Breve de altar portátil	12	
1	Casas a S. Lourenço, às Fontainhas, onde chamam Vale de Flores, 9 janeiro 1503 [aforamento]	13	Luís de Brito Nogueira I
2	Pardieiro às Fontainhas [...], 1440	13	
3	Pelo foro de uma libra, moeda antiga: aforamento que os padres de S. Lourenço fizeram a Isabel, mulher de Estêvão de Brito, de um chão atrás da igreja, 1535.	13	Isabel da Costa, m. E.B.
4	Em 18 jan. 1505, fizeram os padres de S. Lourenço aforamento em vidas a João Lourenço marinheiro de um pardieiro que parte com Adro de S. Lourenço [...]	13	Luís de Brito Nogueira I

## Casas grandes do morgado a São Lourenço e suas pertenças

5	Aforamento que fez à igreja de S. Lourenço D. Isabel de um chão em Vale de Flores, junto à igreja, 1535	14	Isabel da Costa, m. E.B.
6	Sentença que os padres de S. Lourenço houveram contra Lourenço Mendes de Abreu... sobre um pardieiro. 1506	14	Luís de Brito Nogueira I
7	Papéis pertencentes às casas e cerca de Santo Antão que partem com o colégio dos Religiosos calçados de Santo Agostinho, com os meninos órfãos e o muro da cidade, de 1650 a 1653	14	Diogo de Lima
8	Alvará para se poder armar cavaleiro na capela real o visconde D. Diogo de Lima e outro para D. Tomás de Lima, e para fazer a sua profissão no convento de Tomar [...]	14	Diogo de Lima
9	Carta pela qual o rei D. Filipe fez por mercê ao Visconde D. Lourenço de Lima das primícias de Conde, 1623	14	Lourenço de Lima
10	Carta do rei D. João IV por que fez mercê do título de visconde a Tomás de Lima 1690; do mesmo teor a João Fernandes de Lima 1685; e a D. Diogo de Lima 1646	14	Diogo de Lima
11	Consentimento que os oficiais da Câmara deram a Afonso Eanes Nogueira para poder tapar duas ruas a S. Lourenço, 1431	15	
12	Dois aforamentos: um que fez a Câmara de Lisboa a Luís de Brito, junto aos Chãos que ele tinha de foro [...]	15	Luís de Brito Nogueira I
13	Casas na mouraria, sentença que alcançou Luís de Brito contra Catarina Gil sobre um pedaço de muro e duas torres sobre a porta da Mouraria, 1512	15	Luís de Brito Nogueira I
14	Licença para se poder tapar a torre que está sobre a porta do Pórtico da Câmara, feita a Luís de Brito Nogueira e que não a possam aforar a outrem	15	Luís de Brito Nogueira I
15	Sentença que deu a Câmara a Luís de Brito para que pudesse tapar a fresta de umas casas	15	Luís de Brito Nogueira I
16	Anexação que fez ao morgado do Mestre Pedro Nogueira, Lourenço de Brito de uns chãos, quintas e poço (?) etc., 1550	15	Lourenço de Lima
17	Aforamento que fez Mem de Brito a Jorge Eanes (?), oleiro, de dois chãos acima das casas da Mouraria, contra o castelo, 1474	15-16	Mem de Brito
18	Compra que fez Afonso Nogueira a João Gonçalves, de casas a S. Lourenço, 1435	16	
19	Breve para se poderem aforar umas casas junto a S. Lourenço	16	
20	Chão no Arco que vai ao Rossio. Consentimento da Câmara para poder aforar a João deão Caldeira, em 1493	16	Luís de Brito Nogueira I
21	Sentença por que julgou a Maria Martim como mãe e herdeira de seu filho, João Dias, a metade de uns pardieiros, que estão à porta da Mouraria	16	
22	Encabeçamento em 2.ª vida que fez ao hospital D. Catarina Barradas de duas moradas de casa acima na Rua direita da Mouraria, 1605	16	
23	Casas ao Paço da Mouraria, por contrato, que os vereadores da Câmara fizeram com o visconde D. Diogo de Lima, 1635	16	Diogo de Lima
24	Ferregial fora da porta de S. Lourenço que Lourenço de Brito aforou em vidas, 1513	17	Lourenço de Brito
25	Pardieiro junto a S. Lourenço que Estêvão de Brito aforou a Gonçalo Lopes, 1526	17	Estêvão de Brito
26	Outro que Luís de Brito comprou neste mesmo lugar, 1505	17	Luís de Brito Nogueira
27	Outro no mesmo lugar que Luís de Brito aforou em vidas a Fernão Cardoso, 1500	17	Luís de Brito Nogueira
28	Venda de uma casas e pardieiros no mesmo lugar a Álvaro Mendes de Abreu, 1447	17	
29	Casas no mesmo lugar que Mem de Brito aforou a Filipe Sousa, 1413	17	Mem de Brito
30	Posse que o visconde D. Diogo tomou das casas e padroado da igreja de S. Lourenço, 1694	17	
31	Instrumento de posse que Mem de Brito tomou das casas a S. Lourenço e dos mais bens que seu tio D. Afonso Nogueira que teve o morgado, 1464	17	Mem de Brito
32	Aforamento em 3 vidas que Luís de Brito fez de um quintal a Violante Nunes a qual renunciou este foro e emprazamento na capela do Mestre Pedro Nogueira, 1514	17-18	Luís de Brito Nogueira
33	Aforamento que os padres de S. Lourenço fizeram a Vicente Vasques de umas casas junto a S. Lourenço, 1473	18	
34	Aforamento que fez João das Leis a Afonso Nunes [...] 1404	18	

		35	Aforamento em 3 vidas que Luís de Brito fez a João Monteiro de um chão junto a S. Lourenço	18	Luís de Brito Nogueira
		36	Compra que D. Branca de Vasconcelos fez de uma casas sobradas junto a S. Lourenço	18	
4	Casas em Lisboa e dote de D. Sebastiana	1 a 14	Enumera as várias propriedades e, em algumas, refere o foro à frente [...]. Não é feita descrição das escrituras, na maioria dos casos, apenas se refere a propriedade e a sua localização	19-20	
		15	Dote de D. Sebastiana de Sá de Macedo que lhe fez D. Guiomar de Sá, filha de Sebastião de Macedo e da sobredita senhora, para casar com D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, 1584	20	
5	Casas em Lisboa	1 a 34	Enumera as várias propriedades e, em algumas, refere o foro à frente [...]. Não é feita descrição das escrituras, na maioria dos casos, apenas se refere a propriedade e a sua localização	21-23	
		35	Compra que fez João das Lages de 18 courelas na dos salemas, freg. de S. Tiago de Velhos, termo de Lisboa, 1380	23-24	
6	Foros nos arrabaldes de Lisboa e seu termo	1 a 22, 24 a 30	Enumera as várias propriedades e, em algumas, refere o foro à frente [...]. Não é feita descrição das escrituras, na maioria dos casos, apenas se refere a propriedade e a sua localização	24-27	
		23	Bens no Lumiar, 1328: foram comprados pelo Mestre Pedro aos testamenteiros de maria Domingues de S. Lourenço, mulher de Domingos Egas, tesoureiro do rei D. Sancho. Estes bens não têm composições, também lhe comprou mais outros bens na Charneca e a S. Lourenço em Lisboa	26	
		31	Posse de duas moradas de casas no Lumiar, não se diz o foro no pergaminho	27	
7	Foros nos arrabaldes de Lisboa e seu termo	1 a 11	Enumera as várias propriedades e, em algumas, refere o foro à frente [...]. Não é feita descrição das escrituras, na maioria dos casos, apenas se refere a propriedade e a sua localização	28-29	
8	Arrabaldes de Lisboa e seu termo	1 a 7	Enumera as várias propriedades e, em algumas, refere o foro à frente [...]. Não é feita descrição das escrituras, na maioria dos casos, apenas se refere a propriedade e a sua localização	30	
9	Foros em Cascais e Colares	1 a 7	Enumera as várias propriedades e, em algumas, refere o foro à frente [...]	31	
10	Foros em Sintra e seu termo	1 a 32	Enumera as várias propriedades e, em algumas, refere o foro à frente [...]. Não é feita descrição das escrituras, na maioria dos casos, apenas se refere a propriedade e a sua localização	32-35	
11	Foros de Mafra e seu termo, e de Cheleiros	1 a 23, 25 a 27, 29 a 4	Enumera as várias propriedades e, em algumas, refere o foro à frente [...]. Não é feita descrição das escrituras, na maioria dos casos, apenas se refere a propriedade e a sua localização	36-44	
		24	Certidão do rendimento, casais e foros do morgado de Soalhães	39	
		28	Demarcação e medição do casal do Brejo	39	
		44	Escritura de uma terra de Varge no Reguengo [...]	42	
		45	Termo que fizeram os moradores da Abrunheira em que consentiram que as criações de 4 casais	42	
		47	Títulos da fazendas do Mestre Pedro	42	
		49	Posse do morgado de Soalhães que tomou D. João Luís de Vasconcelos por morte de seu pai D. Afonso de Vasconcelos	42	
		50	Escolha dos casais que fizeram o Visconde de Vila Nova quando se sentenciaram os morgados	43	Diogo de Lima ?
		52	Privilégio concedido aos rendeiros de Mafra sobre a venda dos vinhos	43	
		53	Cópia de uma aduação (?) feita a Fernão Martins Coutinho (?) do lugar de Mafra e outros [...]	43	
54	Certidão passada na Secretaria do Estado do decreto em que concedia um juro real em equivalência das terras que se tomaram a particulares para o convento da Cerca e Palácio da vila de Mafra e neste n.º se acha um traslado das certidões que se tiraram da Torre do Tombo dos bens do morgado de Mafra. Também se acha a lembrança dos casais de Mafra que Sua Majestade incluiu na Tapada Real	43-44			

		57	Posse da igreja de S. Martinho de Alcaínça em 1694	44	
		58	Sentença que alcançou D. Afonso de Vasconcelos e Meneses contra Gaspar Pereira e seus herdeiros, em que reivindicou vários casais [...] estavam vinculados ao morgado que instituiu D. Afonso seu avô e D. Guiomar Soares. E nesta sentença estão os casais que foram julgados	44	
12	Foros, Alverca, Sobral, Arruda, Alenquer, em Ribatejo, e capela no Varatojo	1-48	Enumera as várias propriedades e, em algumas, refere o foro à frente [...]. Não é feita descrição das escrituras, na maioria dos casos, apenas se refere a propriedade e a sua localização. Quando é feita a referência à escritura, é um sumário breve e não se menciona a data.	45-52	
13	Foros em Almada e seu termo	1	Remiram-se. Não se detalha o conteúdo do maço.	53	
14	Papéis tocantes à Alcaidaria-mor de Castelo Bom, como o treslado da posse que dela se deu aos senhores desta Casa	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	53	
15	Foros de Carnide	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	54	
16	Refere-se que os documentos deste maço se juntaram aos dos maços 10 e 11, onde pertenciam	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	54	
17	Morgado e bens dos Vasconcelos	1	Treslado do inventário e testamento das fazendas que ficaram por falecimento de D. Sebastiana de Macedo, que pertencem à Quinta dos Fornos	55	
		2	Carta de partilhas de D. Sebastião de Meneses e outra de D. João Luís de Vasconcelos de Meneses	55	
		3	Alvará por que S. Magestade fez mercê a D. Sebastião de Vasconcelos, filho de D. Afonso de Vasconcelos de Meneses, fidalgo de sua Casa para ser acrescentado de fidalgo escudeiro a fidalgo cavaleiro passado em Lisboa a 15 de janeiro de 1626	55-56	
		4	Quitação do cumprimento dos testamentos de D. Afonso de Vasconcelos e sua mulher D. Sebastiana de Sá, 1637	56	
		5	Carta do rei a Fernando [Álvares] Cabral, que estava em Arzila, em que lhe agradecei o acerto com que tinha servido em tudo, 1546	56	
		6	Certidão de partilhas de D. Margarida da Silva que casou com Fernando [Alvares] Cabral	56	
		7	Mercê que fez a D. João Luís da renda dos oitavos dos linhos de Torres Vedras	56	
		8	Dois alvarás do rei, um para armar cavaleiro D. João Luís de Vasconcelos e outro de espera para pagar a meia anata da comenda de Sta. Maria de Paços	57	
		9	Cópia de uns embargos com que veio D. João Luís de Vasconcelos em que mandou fazer sequestro no rendimento do morgado que ficara por falecimento de D. João Luís de Vasconcelos	57	
		10	Carta dos resíduos por onde manda dar cumprimento do testamento de D. João Luís de Vasconcelos	57	
		11	Carta de privilégios, concedida a D. João de Lima, filho do visconde para todos os caseiros, mordomos e lavradores, 11 de abril de 1536	57	João de Lima
		12	Treslado da sentença de como os viscondes hão-de prover marinheiros em suas terras, em 18 de março de 1510	58	
		13	Inventário e partilha que se fez dos bens que ficaram por falecimento de D. Sebastião de Vasconcelos e Meneses, irmão de D. João Luís de Vasconcelos	58	
		14	Escritura de casamento de D. Diogo de Lima com D. Joana de Vasconcelos e Meneses e por ela consta os bens que vieram à casa dos Viscondes, 1642	58	Diogo de Lima
		15	Bens na Castanheira	58	
		16	Foros a retro de 4 alqueires de trigo e outro de 9 alqueires no Carvalhal, termo de Vila Verde	59	
		17	Carta testemunhável de D. Antónia da Silveira, viúva de D. Diogo de Vasconcelos e Meneses, em que mostrar ser herdeira de seu marido, 1640	59	



		18	Carta de capitão dos ginetes a D. Afonso, filho do conde de Penela, 1521; e de capitão-mor dos sobreditos, 1557	59	
		19	Certidões por onde consta que D. Afonso de Meneses e Vasconcelos foi escolhido pelo rei D. Sebastião para o acompanhar, sendo capitão dos ginetes	59	
		20	Carta de D. Afonso de Vasconcelos, do título de 1.º conde de Penela, 24 outubro 1471	60	
		21	Carta a D. João de Vasconcelos e Meneses da alcaidaria-mor da vila de Castelo Bom, e para nomear outra vida, 1589	60	
		22	Alvará sobre um provimento de um ofício de Penela	60	
		23	Alvará a D. João de Vasconcelos de 200\$ rs de tençaenquanto se lhe desse a comenda e nela se refere ir o sobredito com o rei a África e ficar lá cativo.	60	
		24	Instrumento em pública forma, em o qual se acham mercê e coisas tocantes aos Vasconcelos	60	
		25	Papéis sobre uma demanda entre Francisco Rocha e D. Afonso de Vasconcelos e Meneses	61	
		26	Compra que fez D. Afonso de Meneses a D. Guiomar sua mulher da fazenda em Penela ao Duque de Aveiro	61	
		27	Doação que o rei D. Afonso fez a Rui de Sousa e a sua mulher da vila de Bringel, 1477	61	
		28	Vários papéis dos bens de D. Afonso bisneto do que instituiu o morgado com D. Guiomar sua mulher	61	
18	Ilha do Fogo	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	62	
19	Este maço foi colocado junto ao maço 12 porque continha vários foros de Arruda	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	62	
20	Lezíria da Corte do Lobo	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	62	
21	Macedos, Sás, Santarém, Fornos, malpica e Golegã	1-15, 21-26	Enumera as várias propriedades e, em algumas, refere o foro à frente [...]. Não é feita descrição das escrituras, na maioria dos casos, apenas se refere a propriedade e a sua localização.	63-66	
		16	Certidão do foral da vila de Santarém	65	
		17	Emprazamento que fizeram os padres do Salvador de Santarém da Quinta da Malpica, 1530	65	
		18	Compra de 4 estins de terra no Campo de Valada	65	
		19	Escritura de contrato entre Sebastião de Macedo, o velho, e António de Sá para o casamento de Sebastião de Macedo, o moço, e Guiomar de Sá, se os filhos. <b>Nela se acha a clareza dos prazos.</b>	65	
		20	Carta de partilhas do que coube ao sr. D. Afonso da herança do Sr. Manuel de Macedo, 1601	65	
		27-31	Enumera as várias propriedades e, em algumas, refere o foro à frente [...]	73	
		1	Prazos da Fanga da Fé, Enxara dos cavaleiros e Enxara do Bispo	67	
		2	Certidões do Livro do Tombo do hospital Real onde estão tombadas as propriedades do prazo da Enxara dos Cavaleiros a p. 498, tem as confrontações e medições, uma das certidões não é autêntica, tem junto uma certidão do foral da Enxara dos Cavaleiros	67	
		3	Doação da vila dos Cavaleiros e Enxara do Bispo	67	
		4	Certidão tirada em pública-forma dos livros da Câmara da Vila da Enxara, a requerimento do visconde D. João Fernandes de Lima, de uma doação que se fez a D. João Luís de Vasconcelos, da dita vila, e de todas as suas rendas	68	
		5	Carta de confirmação do senhorio da vila de Cavaleiros	68	
		6	Auto de posse dada ao Ex.mo Sr. Visconde de VNC por seus procuradores, o padre José de Matos Silla (?), e Manuel da Silva Lemos, sobre a posse do senhorio da vila de Cavaleiros	68	
		7	Provisão do rei D. João sobre a vila dos Cavaleiros, de 24 de janeiro de 1732 [...]	68-69	

22	Prazos da Fanga da Fé, Enxara dos Cavaleiros e Enxara do Bispo	8	Sentença de levantamento de sequestro que se fez na quinta da Granja da vila de Atouguia, onde estão os autos no cartório do tabelião da dita vila, por ordem do juízo das capelas da Coroa como tudo consta da mesma sentença e vai junta uma certidão do arrendamento dos cassis da Atouguia	69			
		9	Certidão do Tombo e demarcação dos limites da vila da Enxara dos Cavaleiros	69			
		10	Posse que tomou o Ex-mo sr. Visconde, D. Diogo de Lima, das fazendas da Enxara dos Cavaleiros por falecimento da Sr.ª Maria de Noronha, sogra do dito Visconde, 1669	69	Diogo de Lima		
		11	Compra que fez D. João Luís de Vasconcelos de um lagar de vinho na Enxara do Bispo a António Alves de Sousa e sua mulher [...], 1630	70			
		12	Carta da Câmara da Vila de Enxara dos Cavaleiros em que pedem a D. Afonso de Vasconcelos de Meneses, senhor da dita vila, lhe dê capitão para acudir à costa sendo chamados, 1619	70			
		13	Praço da Enxara dos Cavaleiros, foreiro ao Hospital de Todos os Santos [...]	70			
		14	Terra em Vale de Sarro	70			
		15	Documentos tirados por certidão da Torre do Tombo pertencente à Enxara dos Cavaleiros	70			
		16	Certidão do foral da vila de Cavaleiros	71			
		17	Graça que se deu a João Correia da vila de Enxara de um bocado de chão para casas	71			
		18	Confirmação que o rei D. Manuel fez ao conde de Penela daquele título e do reguengo e Fanga da Fé, segundo o título que tem em pergaminho, que se acha junto, pelo qual lhe havia feito a mercê o rei D. João II e antes dele D. Afonso V, seu pai	71			
		19	Doação do rei D. Dinis do casal da Fanga da Fé à rainha sua mulher D. Isabel, 1322 [...] referência à Enxara dos Cavaleiros	71			
		20	Escritura dos prazos das Enxaras dos Cavaleiros e do Bispo	71			
		21	Carta de arrematação de todos os bens de raiz de Maneul Freire de Andrade, no termo desta cidade e de Torres Vedras [...]	72			
		22	Uma cópia tirada autenticamente da Torre do Tombo que consta da confirmação por sucessão da vila da Enxara dos cavaleiros com as suas rendas e direitos de que o senhor D. João V fez mercê a D. Tomás [...]	72			
		23	Certidão do foral da vila dos Cavaleiros	72			
		24	Quinta na Fermenta	72			
		25	Escritura de justificação que fez Manuel Freire de Andrade, e sua mulher a Ex.ma Viscondessa de VNC D. Vitória de Borbon	72			
		26	Certidão de uma escritura de doação que Mariana da Mota fez a sua filha D. Brites Maria com Manuel Freire de Andrade, na vila da Enxara dos Cavaleiros	73			
		23	Os títulos e documentos deste maço se passaram para os maços 10 e 11, a que pertenciam	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	74	
		24	Lezíria de Leiria	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	74	
				1	Alvará com força de lei por que sua magestade há por bem a acrescentar as penas dos transgressores que venderem vinho na vila de Mafra e seu termo, 1750 [...]	75	
				2	Doação da vila de Mafra, uma certidão autêntica da TT [...], 1705	75	
				3	Jurisdições e datas dos ofícios da vila de Mafra e Enxara dos Cavaleiros	75	
				4	Compra de certos quinhões na vila de Mafra	75	
				5	Treslados autênticos da Torre do Tombo das doações que no ano de 1607 se fizeram a D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, avô da viscondessa, mulher dele suplicante da vila da Enxara dos Cavaleiros, do concelho de Aregos, do concelho de Soalhães, da alcaidaria-mor da vila de Castelo Bom e das Lezírias da Corte do Lobo	76	Diogo de Lima
6	Certidão da Torre do Tombo sobre a troca da vila de Portel com a vila de Mafra: são duas cópias que contém o mesmo			76			

7	Contrato que fez o conde de Penela, D. João de Vasconcelos com a condessa sua mãe sobre dois quinhões na vila de Mafra	76	
8	Divisão e demarcação da vila da Enxara dos Cavaleiros	76	
9	Carta de confirmação da terra de Aregos, com a sua jurisdição, rendas, e direitos passada em 7 de junho de 1607. Na dita carta vem incerto o alvará pelo qual o rei D. Sebastião fez mercê a D. João de Vasconcelos e Meneses da dita terra de Aregos, com jurisdição e rendas e das mais mercês nela declaradas. Também se declara na dita carta que usará da jurisdição conforme a ordenação. Está aqui junto o trespado da carta, tirado em pública-forma da Torre do Tombo, do senhorio de Aregos, de que o rei D. Filipe fez mercê a D. João Luís de Vasconcelos na forma que seu pai a possuía	77	
10	Alvará pelo qual o rei declarou que a terra chamada Beiral de Lima, fica-se entendendo enquanto se poder verificar em varão descendente [...] não é necessário confirmação, 1801	77	
11	Provisão do rei D. José pela qual lhe dá poder de aforar e emprazar todos do bens e propriedades das comendas que costumam andar aforads e emprazadas em vidas [...] 1774	77-78	
12	Documentos autênticos pelos quais se mostra pertencer o visconde de VNC a posse da vila e terras de Mafra com todos os seus domínios, jurisdições, isenções, privilégios e liberdades pelo contrato que seu ascendente João Fernandes e sua mulher fez com o sr. rei D. Dinis, 1327, em troco da vila e senhorio de portel, senhorio, rendas e direitos [...]	78	
13	Carta dos oitavos dos linhos de Torres Vedras e seu temo pela qual consta ter a mercê dos ditos oitavos, João Gomes Cabral, pai de Fernando Álvares Cabral que também teve mercê dos ditos oitavos e deles fez mercê o rei D. Filipe II deste nome a D. Maria de Noronha filha do dito Fernando Álvares Cabral, casada com João Luís de Vasconcelos. Foi feita esta carta em setembro de 1627. Na mesma carta se acha certidão da posse que tomaram em Torres Vedras dos ditos oitavos D. João Luís de Vasconcelos e sua mulher D. Maria de Noronha Cabral	78-79	
14	Tombo ou foral muito antigo, tirado da Torre do Tombo e contém Mafra, Enxara dos Cavaleiros, Abrantes, Fardoa e Torre do Lumiar, e juntamente o trespado do foral dos foros de Aregos	79	
15	Alvará em pública-forma da Torre do Tombo pelo qual D. Filipe rei de Portugal mandou passar a D. Lourenço de Brito de Lima, visconde de VNC, filho de Luís de Brito de Ihe confirmar todas as suas coisas declarando que sempre se haviam de intitular primeiro Limas	79-80	Lourenço de Lima
16	Confirmação da vila de Mafra pelo rei D. Filipe de Portugal, 1630	80	
17	Carta do rei D. João pelo qual há por bem fazer mercê da propriedade do ofício de monteiromor do concelho de Coura, comarca de Viana a José de Castro Martins Dantas como nela se declara, 1739	80	
18	Instrumento em pública-forma pelo qual consta que no ano de 1431, D. Lopo Dias (corrigido a lápis) de Sousa, deu a sua filha D. Leonor, as terras de Mafra, Ericeira, Enxara dos Cavaleiros	80	
19	Contrato de dote que António da Silveira deu a sua irmã D. Filipa da Silveira para se casar com o Visconde D. Francisco de Lima	81	Francisco de Lima /Filipa da Silveira
20	Alvará do título de visconde que se há-de verificar no filho que suceder ao visconde D. Tomás de Lima Vasconcelos Teles da Silva, conforme a sentença de justificação	81	
21	Carta da comenda de S. Miguel da Foz de Arouce [...]	81	
22	Carta da comenda de Santa Maria de Paços, arcebispado de Braga, pela qual consta estar encartado D. Tomás Teles de Silva [...] 1758	81	
23	Comenda de S. Pedro de Valongo	82	
24	Carta de padrão e título que o rei mandou dar ao visconde D. Tomas de Lima como possuidor da casa de Vasconcelos de Soalhões [...]	82	

25	Carta pela qual o rei há por bem e com a natureza de juro e herdade com vida fora da lei mental fazer mercê ao Marquês de Ponte de Lima dos foros da Casa de Sarzedas [...]	82	
26	Padrão de tença [...] marquês de Ponte de Lima [...] na alfândega do Porto	82	
27	Padrão de tença [...] marquês de Ponte de Lima [...] na alfândega do tabaco	83	
28	Padrão de tença [...] marquês de Ponte de Lima [...] no almoxarifado do pescado	83	
29	Carta por que o rei fez mercê ao visconde mordomo-mor do título de marquês de Ponte de Lima [...] 1791	83	
30	Carta do título do ex.mo Visconde de VNC a D. Tomás de Lima [...], 1791	83	
31	Carta por que o rei fez mercê ao visconde VNC D. Tomás Xavier de Lima [...] do officio de mordomo-mor, 1789	83-84	
32	Carta por que o rei fez mercê a D. Tomás José Xavier de Lima do título de visconde de VNC, 1777 [...]	84	
33	Carta por que o rei fez mercê ao visconde VNC seu mordomo-mor [...] cavaleiro professo comendador e grão cruz da Ordem de Cristo da comenda de Santiago de Beja [...], 1790	84	
34	Carta por que sua majestade deu por livre e quite o visconde VNC [...] da paga de meia anata e quarto da comenda de Santiago de Beja	84	
35	Provisão pela qual houve por bem sua Majestade haver por emancipado D. Tomás José Xavier [...] 1801	85	
36	Alvará pelo qual Sua Majestade fez mercê ao visconde VNC que no caso de seixar filho ou filha legítimo lhe possa suceder a sua filha na comenda de S. Pedro de Valongo - D. Tomás e Lima e Vasconcelos [...] [Tem uma nota lateral]	85	
37	Vários decretos e alvarás de mercês que se hão-de verificar	85	
38	Escritura da subrogação que fez o sr. Marquês [...]	85	
39	Alvará por que o rei fez mercê do foro de moços fidalgos a D. Leonel de Lima e a D. Francisco de Lima, filhos do visconde D. Lourenço. Está também uma inquirição que se tirou para ser Maltez D. Francisco de Lima	86	Francisco de Lima/ Leonel de Lima
40	Patente do posto de mestre de campo de que o rei fez mercê ao visconde D. Diogo, 1647	86	Diogo de Lima
41	Carta do secretário de guerra e, a qual avisa o visconde D. Tomás de Lima estar nomeado mestre de campo [...] na província do Minho, 19 dez. 1703. Está aqui também a carta do conde das Galveias	86	
42	Alvará do rei D. João IV por que há por boa a posse que tomou o visconde D. Diogo de Lima dos bens da vila de Mafra	86-87	Diogo de Lima
43	Sentença de justificação [...] D. Tomás de Lima	87	
44	Embargos em que se declara as fazendas que esta Casa possui que vieram pelo casamento do visconde D. Diogo de Lima, com D. Joana de Vasconcelos e Meneses	87	Diogo de Lima
45	Certidão dos casais que se meteram na Real tapada da vila de Mafra	87	
46	Certidão autêntica da Torre do Tombo, pela qual se mostra a confirmação do castelo de Ponte de Lima, reguengo, portagem e censos de casas [...] para que desde agora em diante sejam anexados ao dito castelo como sua própria renda e ande sempre com ele naquelas pessoas de juro e herdade. E esta mercê se acha confirmada por Sua Majestade e seus antecessores	87	
47	Treslado de uma escritura pela qual se concede licença ao conde de Penela para vender vários bens dos que deixou D. João, bispo de Lisboa, em morgado [...] e se comprarem outros [...] 1495	88	
48	Carta de diligência para se tomar posse dos bens do morgado de Soalhães, 1651	88	Diogo de Lima
49	Sentença cível [...] Tomás da Silva Teles, 1732	89	
50	Documentos a respeito do celeiro da comenda de Borba, de prioste da dita	89	
51	Carta da comenda de Sta. Maria de Borba, O. Avis [...]	89	

26	Ajustes do marquês de Tenório e da Condessa de Mesquitela, testamentos, inventários, partilhas e dotes do Visconde D. Lourenço e seus filhos	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	91	
27	Contas e recibos antigos	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	91	
28	Contas e recibos antigos	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	91	
29	Contas e recibos antigos	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	91	
30	Contas e recibos antigos	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	91	
31	Senhorio de Aveiras, aos Britos	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	92	
32	Capela de S. Pedro de Setúbal	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	92	
33	Papéis e escrituras de arrendamentos	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	92	
34	Papéis pertencentes à Conezia de Mafra, com as Comendas, Capela de S. Sebastião e mais papéis avulsos que podem ser úteis	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	93	
35	Quitações de capelas e foros	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	93	
36	Mandados de penhora, sentenças e escrituras que podem ser úteis ou servirem de notícia	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	94	
37	Corredor da Malva ou de S. Lourenço	1	Não se detalha o conteúdo do maço.	94	
38	Escrituras de arrendamento		Não se detalha o conteúdo do maço.	94	

**Histoire(s) d'une Maison et de ses archives :  
les vicomtes de Vila Nova de Cerveira, de l'ascension à la  
consolidation institutionnelle  
(XIV<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècles)**

**Filipa da Silva Lopes**

**RÉSUMÉ SUBSTANTIEL**

**Septembre 2023**

**Version avec corrections après la soutenance de la thèse**



Thèse préparée sous une convention de cotutelle internationale de thèse de doctorat établie entre l'École nationale des chartes et l'Universidade Nova de Lisboa.

Résumé en français produit en conformité avec l'article 4, alinéa 4.2, de la convention de cotutelle internationale de thèse de doctorat.

Directeurs de thèse :

Maria de Lurdes ROSA  
Olivier PONCET  
Pedro CARDIM

Titre de la thèse en portugais :

*História(s) de uma Casa e de um arquivo: os viscondes de Vila Nova de Cerveira, da ascensão à consolidação institucional (séculos XIV-XVII)*

Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Doctorat en Histoire, spécialisation en Archivistique historique

Doctorat Ecole nationale des chartes-PSL  
École doctorale « Histoire moderne et contemporaine » (ED 188)



Thèse de doctorat en Histoire, spécialisation en archivistique historique, dirigée par les Professeurs Docteurs Maria de Lurdes Rosa, Olivier Poncet et Pedro Cardim, réalisée en régime de cotutelle entre la Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de la Universidade Nova de Lisboa et l'École nationale des chartes.

Cette thèse a été réalisée avec le soutien d'une bourse de doctorat mixte accordée par la Fundação para a Ciência e a Tecnologia, avec les références SFRH/BD/114873/2016 et COVID/BD/151660/2021, cofinancée par le Fonds Social Européen.



## SOMMAIRE

<b>Sommaire</b> .....	<b>iii</b>
<b>Introduction</b> .....	<b>1</b>
<b>I – Cadre de la recherche</b> .....	<b>4</b>
Un encadrement théorique .....	4
L’archivistique historique appliquée au cas étudié .....	10
<b>II – Une archéologie des archives des vicomtes de Vila Nova de Cerveira après le XVII<sup>e</sup> siècle</b> .....	<b>13</b>
Cartographie de la documentation dispersée et l’histoire récente de sa conservation.....	13
Transformations non-organisationnelles et organisationnelles après la fin du XVII <sup>e</sup> siècle.....	15
<b>III – Nouvelle représentation des archives : une reconstitution possible</b> .....	<b>18</b>
La documentation existante et sa contextualisation.....	18
Une reconstitution des pertes et le dynamisme des archives.....	23
<b>IV – Une histoire sociale de l’information, de la documentation et des archives intégrée dans l’histoire des familles</b> .....	<b>27</b>
Famille-institution Lima : l’information et les archives d’une maison seigneuriale ..	27
Brito Nogueira : la vocation patrimoniale et les vínculos de la famille-institution ...	30
Les Limas Brito Nogueira : la fusion de plusieurs Maisons et des archives organisationnelles en construction .....	34
Sur les archives et la consolidation de(s) Maison(s) des vicomtes de Vila Nova de Cerveira jusqu'au XVII <sup>e</sup> siècle .....	40
<b>Conclusion</b> .....	<b>42</b>
<b>Sommaire de la thèse (traduction en français)</b> .....	<b>48</b>



## INTRODUCTION

Le présent projet de doctorat s'intitule *Histoire(s) d'une Maison et de ses archives : les vicomtes de Vila Nova de Cerveira, de l'ascension à la consolidation institutionnelle (XIV<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècles)* et il a été conçu dans le cadre d'un doctorat en histoire, dans la spécialité d'archivistique historique. Son principal objectif est l'analyse — envisagée du point de vue de l'archivistique historique — des archives organisationnelles<sup>1</sup> des vicomtes de Vila Nova de Cerveira et de familles ou générations familiales qui ont contribué à sa constitution et conservation entre les XIV<sup>e</sup> et XVII<sup>e</sup> siècles, en particulier les Lima, les Brito Nogueira et les Lima Brito Nogueira. Nous avons tenté de comprendre comment ces générations se sont documentées, ont transformé leur information documentalisée en archives et comment elles ont utilisé ces archives organisationnelles pour se consolider en tant que groupe, avec patrimoine, mémoire et identité propres. En dernière analyse, nous avons tenté de comprendre comment les usages et les discours des archives ont contribué à la consolidation institutionnelle de la Maison des vicomtes de Cerveira jusqu'au XVII<sup>e</sup> siècle, une institution qui, à l'aube du XVIII<sup>e</sup> siècle, était parmi les grandes Maisons aristocratiques du royaume<sup>2</sup>.

Le point de départ de la recherche a été les archives qui se trouvent actuellement en la possession de Monsieur Luís Vasconcellos e Souza, intitulées *Vicomtes de Vila Nova de Cerveira et Marquis de Ponte de Lima*, qui renferment environ 4100 documents qui vont de la fin du XIII<sup>e</sup> siècle jusqu'au XIX<sup>e</sup> siècle. Il s'agit toutefois d'archives historiques récupérées aux enchères par l'actuel propriétaire en 1999 et qui ont été transformées par le traitement archivistique donné par les Archives Nationales de la Torre do Tombo durant la période pendant laquelle elles y ont été déposées entre 2000 et 2011<sup>3</sup>. Il est fondamental de comprendre le lien qui existait entre ces archives historiques et les archives organisationnelles qui, jadis, appartenaient aux vicomtes de Vila Nova de Cerveira élevés au titre de marquis de Ponte de Lima en 1790. À partir du XVI<sup>e</sup> siècle, les archives organisationnelles de la Maison des vicomtes ont eu la majeure partie de leur

---

<sup>1</sup> Concept que nous expliquerons plus loin.

<sup>2</sup> Bien que, parmi la hiérarchie des grandes Maisons du royaume, elle n'ait pas été des plus importantes et des plus recherchées en termes matrimoniaux (MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal 1750-1832*. 2<sup>e</sup> ed. Lisbonne : IN-CM, 2003, p. 131–133), elle a réussi à conquérir un solide patrimoine, une identité stable et une influence certaine afin d'assurer sa position et sa succession.

<sup>3</sup> V. sous-chapitres 5.2 et 6.1 de la thèse, en particulier p. 129-133 et 152-162.

documentation conservée dans deux chartriers : l'un dans la région du Minho — dont nous avons la certitude qu'au moins à partir du XVII<sup>e</sup> siècle, elles étaient au palais que les vicomtes possédaient à Ponte de Lima<sup>4</sup> —, l'autre au Palácio da Rosa à Lisbonne. À partir de la décennie de 1820, la législation libérale a mené au démantèlement progressif des structures de l'Ancien Régime, avec l'abolition des droits seigneuriaux et l'extinction des *vínculos*<sup>5</sup> en 1863<sup>6</sup>, créant un scénario propice à la dispersion des archives de la Maison. La documentation qui s'y trouvait est aujourd'hui dans différentes collections et archives publiques et privées, et a été soumise à des transformations provenant de «reconfigurations non-organisationnelles»<sup>7</sup> dès que la structure qui l'a produite et conservée — la « famille » de l'Ancien Régime — a progressivement cessé d'exister en tant que corps et réalité institutionnelle qui encadrait les liens individuels générés par la parenté<sup>8</sup> et que ses archives ont cessé d'assumer la fonction sociogénétique<sup>9</sup> qu'elles avaient occupée pendant des siècles. Pour cette raison, et en consonance avec les propositions de l'archivistique historique, il nous a fallu procéder à

---

<sup>4</sup> V. sous-chapitre 5.1 de la thèse.

<sup>5</sup> Un *vínculo* était constitué de biens liés entre eux et formant un ensemble indivisible et inaliénable. Quand la plupart des revenus de ces biens étaient destinés à soutenir des charges pieuses perpétuelles ils avaient le nom de chapelle. Une autre forme de *vínculo* était le *morgadio* dont l'administrateur pouvait bénéficier de la plupart des revenus pour lui-même, mais il ne pouvait pas disposer librement des biens. Ces biens étaient indivisibles après la mort du titulaire et transmis, en règle générale, au fils aîné ou à d'autres successeurs désignés dans le document fondateur. Ce document pouvait aussi établir un code pour régler les statuts et comportements des successeurs. En plus d'être un acte de régulation du patrimoine, le *morgadio* était aussi lié à la perpétuation du pouvoir matériel et symbolique du groupe qui le possédait, au cours des générations successives (ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV: modelos e práticas de comportamento linhagísticos*. Lisbonne : Estampa, 1995). Le *morgadio* a des points communs avec d'autres fondations telles que les fidéicommiss, v. *Mélanges de l'École française de Rome – Italie et Méditerranée modernes et contemporaines* : « Fidéicommiss. Procédés juridiques et pratiques sociales (Italie-Europe, Bas Moyen Âge-XVIII<sup>e</sup> siècle) – Saint Alexis à l'époque moderne », t. 124, n° 2 (2012), disponible en ligne <<http://journals.openedition.org/mefrim/649>>.

<sup>6</sup> ESTEVES, Judite Maria Nunes – *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*. Lisbonne : FCSH-UNL, 2008. Thèse de doctorat, p. 43–97; COELHO, Maria de Fátima – O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias. *Análise Social*. Vol. 16, n° 61–62 (1980), p. 111–131.

<sup>7</sup> ROSA, Maria de Lurdes – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspectives théoriques récentes e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. 30 (2017), p. 576.

<sup>8</sup> ROSA, Maria de Lurdes – Arquivos de família, arquivos de comunidades: arquivos da comunidade. Dans ROSA, Maria de Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón (éd.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. La Laguna : Instituto de Estudios Canarios, IEM, 2020, p. 30.

<sup>9</sup> MORSEL, Joseph – En guise d'introduction : les chartriers entre « retour aux sources » et déconstruction des objets historiques. Dans CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (éd.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux, XIIIe-XXIe siècle*. Paris : Société de l'Histoire de France, 2010, p. 17.

une reconstitution de la documentation *dispersée*, tracer l'histoire de leur conservation et déconstruire plusieurs intertextualités, accumulées au fil du temps jusqu'à maintenant, qui affectent l'intelligibilité du passé représenté dans la documentation reconstituée et nous permettent de comprendre les limites de nos conclusions. Nous avons contextualisé la documentation cartographiée dans un cadre de classement en cherchant à garder comme base l'histoire et la structure des générations familiales productrices pour, ensuite, procéder à l'analyse de la production et des usages de cette documentation par ces générations. Outre la documentation existante et cartographiée, nous avons pris en compte dans notre examen celle qui, bien qu'ayant disparu, est mentionnée dans les inventaires produits par les générations étudiées. Tout le matériel réuni nous a permis de tenter de répondre à un grand nombre de questions soulevées au début du travail : comment se configuraient institutionnellement les familles et les générations sélectionnées ? Comment se sont-elles documentées, quelle information documentalisée ont-elles gardée, comment l'ont-elles organisée et dans quel but ? Quelles narrations ont-elles produites et quelles images ont-elles données d'elles-mêmes à travers leurs pratiques archivistiques et leurs archives ? Quels contextes ont favorisé ces constructions ? De quelle manière ces usages et récits ont-ils contribué à leur consolidation institutionnelle en créant un corps avec une identité et un patrimoine propres ?

La thèse se divise en quatre parties. La première présente le cadre théorique de la recherche et l'application de l'archivistique historique au cas étudié. Dans la deuxième partie, nous cherchons à comprendre comment les archives sont parvenues jusqu'à nous, en cartographiant les dispersions et en analysant les transformations non-organisationnelles et organisationnelles auxquelles elles ont été soumises après le XVII<sup>e</sup> siècle, c'est-à-dire à la période postérieure à notre reconstitution. La troisième partie contextualise la reconstitution, explique les critères et les limitations et propose une représentation des archives des familles-institutions et générations analysées à travers un cadre organique de classement. La quatrième partie analyse la production et les usages de l'information documentalisée et des archives par les générations sélectionnées et réfléchit au rôle sociogénétique que ces archives ont eu pour la consolidation institutionnelle en tant que corps avec un patrimoine, une identité et une mémoire en commun.

Le présent résumé donne à connaître les principaux points abordés dans chacune des parties de la thèse et ses principales conclusions.

## I – CADRE DE LA RECHERCHE

### *Un encadrement théorique*

Les études sur les archives familiales des aristocraties médiévales et modernes ont connu une belle croissance depuis les années 90 du siècle passé. Leur potentiel est notable et permet d’offrir des images alternatives ou complémentaires aux représentations qui sont déjà établies sur la base d’autres sources externes aux institutions familiales. Le recours à ce type d’archives a contribué à la reformulation des connaissances que nous avons sur les aristocraties portugaises de l’Ancien Régime et sur les parcours individuels de certains de ses membres<sup>10</sup>.

L’analyse de ces archives, en tant qu’objet d’études en elles-mêmes, est une pratique plus récente, inspirée par les recherches et les réflexions que certaines disciplines des sciences sociales et humaines ont développées lors de ces deux dernières décennies sur les archives, les pratiques archivistiques et la production informelle des institutions. Ces nouvelles perspectives rejettent l’idée que les archives se sont constituées naturellement et d’une façon neutre. Les archives ne sont plus un simple dépôt d’information ; elles sont vues en tant que constructions sociales, culturelles et politiques complexes. Les développements épistémologiques qui ont contribué à ce changement de paradigme dans les recherches et les réflexions réalisées dans l’aire de l’archivistique et de l’histoire ont eu divers auteurs, des développements et des contours différents dans chaque aire disciplinaire, des courants et des idées qui se sont parfois croisés et inspirés mutuellement<sup>11</sup>. Ce sont avant tout les *archival turns* vérifiés en histoire et en archivistique qui ont nourri notre réflexion ainsi que le *tournant documentaire* observé dans l’histoire à partir des années 1990<sup>12</sup>. En dépit des

---

<sup>10</sup> ROSA, Maria de Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portuguesas (épocas medieval e moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Vol. 9, (2009), p. 9–42.

<sup>11</sup> KETELAAR, Eric – Archival turns and returns: studies of the archive. Dans GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (éd.) – *Research in the Archival Multiverse*. Clayton : Monash University Publishing, 2016, p. 228–268; YALE, Elizabeth – The history of archives: the state of the discipline. *Book History*. Vol. 18, n° 1 (2015), p. 332–359.

<sup>12</sup> V. sous-chapitres 1.2, 1.3 et 1.4 de la thèse.

différences, il y a beaucoup de points communs importants à souligner. Les archives sont considérées comme des constructions qui accumulent des intertextualités ou des narratifs tacites au fil du temps<sup>13</sup>, dont le travail de l'archiviste est un des sédiments accumulés à considérer<sup>14</sup>. Pour cette raison, il est important de comprendre ce que la société a fait aux archives en les rendant moins « transparentes »<sup>15</sup>. Pour l'historien, prendre conscience de ce fait est crucial, car les archives sont au centre de la « mise en source »<sup>16</sup>. La « source » que le chercheur sélectionne doit être historicisée pour que les médiations matérielles, institutionnelles et conceptuelles — c'est-à-dire, les « transformissions » que le document a souffert au fil du temps — deviennent un peu plus intelligibles<sup>17</sup>.

Ces perspectives ont influencé la production de nouvelles histoires des archives<sup>18</sup> et, dans le panorama scientifique portugais, la construction de l'approche en archivistique historique qui cherche à croiser des théories et des méthodologies de l'histoire, de l'archivistique, des sciences de l'information et de l'anthropologie historique dans l'étude des archives<sup>19</sup>. Nous présentons cette approche comme une forme de résolution de *l'archival divide*<sup>20</sup> et comme une proposition d'analyse holistique des archives et des institutions qui les ont produites, tout en sachant qu'il s'agit encore d'un *work in progress*. Charles Jeurgens a fait œuvre de pionnier en proposant de considérer l'archivistique historique comme un pont de dialogue entre historiens et

---

<sup>13</sup> KETELAAR, Eric – Tacit Narratives: The Meanings of Archives. *Archival Science*. Vol. 1, (2001), p. 131–141.

<sup>14</sup> COOK, Terry – Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*. Vol. 1, n° 1 (2001), p. 100–102.

<sup>15</sup> PONCET, Olivier – Archives et histoire : dépasser les tournants. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Vol. 74, n° 3–4 (2019), p. 716.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 724; ANHEIM, Etienne; PONCET, Olivier (éd.) – Fabrique des archives, fabrique de l'histoire. *Revue de synthèse*. Vol. 125 (2004), p. 1–195.

<sup>17</sup> MORSEL, Joseph – Histoire, archives et documents. Anciens problèmes, nouvelles perspectives. Dans ROSA, Maria de Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón (éd.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Tenerife : Instituto de Estudios Canarios, Instituto de Estudios Medievais, 2020, p. 129–130.

<sup>18</sup> V. sous-chapitre 1.4 de la thèse.

<sup>19</sup> V. sous-chapitre 1.5 de la thèse.

<sup>20</sup> BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. – *Processing the past: contesting authority in history and the archives*. Oxford : Oxford University Press, 2011, p. 13–93; BLOUIN JR., Francis X. – Epilogue: a perspective on the archival divide. Dans ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio da; GAGO, Alice Borges; et al. (éd.) – *Recovered voices, newfound questions: family archives and historical research*. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 366–378.



archivistes pour une meilleure contextualisation des archives<sup>21</sup>. Dans le contexte portugais, Maria de Lurdes Rosa insiste depuis 2009 sur la nécessité de la sédimentation d'un espace commun de dialogue et de collaboration entre ces deux aires professionnelles<sup>22</sup>. Archivistique historique est aussi la désignation que cette historienne a choisi d'utiliser dans l'approche proposée, qui, pour l'essentiel, recoupe celle de Jeurgens, mais qui est née d'une pratique de l'histoire attentive à l'*archival science* et aux sciences de l'information. Pour cette auteure, cette approche n'est pas une fin en soi, mais un moyen de réponse contextualisée à des questions historiographiques plus amples. Lurdes Rosa la présente, ainsi, comme une perspective qui vise :

«l'étude de la production informationnelle des institutions et sa transformation en documents et archives, au fil du temps, en prenant en compte la production d'information sociale en contexte, sa «documentalisation», les multiples facettes que les «archives» peuvent avoir (en utilisant, par exemple, le concept de «pratiques archivistiques»); non seulement pour les archives existantes mais aussi en complétant celles-ci avec des informations réunies dans diverses sources; en caractérisant historiquement les institutions et en construisant des modèles organiques pour le traitement de la documentation existante; en analysant la forme d'archivage et l'utilisation de l'information archivée, qui lui confère une importance sociale; en contextualisant ces pratiques et en interprétant sa signification; en suivant tout le parcours de l'information et les mutations que le temps lui a fait subir; enfin en répondant à des questions historiographiques plus amples»<sup>23</sup>.

Cette approche permet une compréhension ample de l'histoire documentaire des institutions, des diverses « transformissions » subies qui devrait amener l'historien à s'interroger sur les recours heuristiques avant d'avancer une réponse à des questions historiographiques plus amples. Elle fournit aussi des éléments qui autorisent une réflexion plus approfondie sur l'organisation intellectuelle et la description des archives,

---

<sup>21</sup> JEURGENS, Charles – Historians and archivists: two disciplines working with the same papers. [Translation of the inaugural speech, professor of archivistics at Leiden University, May 2005]. 2009. [consulté le 15 décembre 2020] <URL [https://www.let.leidenuniv.nl/history/jeurgens/historians\\_and\\_archivists.pdf](https://www.let.leidenuniv.nl/history/jeurgens/historians_and_archivists.pdf)>.

<sup>22</sup> ROSA, Maria de Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais.

<sup>23</sup> ROSA, Maria de Lurdes – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 550–551 (notre traduction en français du texte original en portugais).

en prenant en considération la structure qui l'a créée et conservée et ses transformations au fil du temps.

Toutefois, avant d'appliquer cette approche, il nous a fallu réfléchir et éclairer des concepts fondamentaux que nous avons utilisés pour notre étude. Nous détacherons celui de l'**information sociale**, entendue comme un ensemble de représentations d'idées et d'émotions qui existent dans l'esprit humain<sup>24</sup>; l'**« information institutionnelle »** ou l'**« information organisationnelle »** étant celle qui se rapporte directement à l'organisation et au fonctionnement des institutions (à sa structure, à ses fonctions et à son activité). L'information intentionnellement enregistrée sur un support se transforme en **information documentalisée** ou en **« document-registre »**. Le **« document-registre »** diffère du **« document-témoignage »** qui peut être n'importe quel objet résultant des activités humaines et sociales. Le **« document-registre »** se transforme en **« archives organisationnelles »** par choix intentionnel des éléments qui composent la structure qui les produit et conserve<sup>25</sup>. On peut considérer que les archives organisationnelles fonctionnent comme un **système d'information documentalisée** qui vise à répondre aux nécessités de cette structure en lui assurant son fonctionnement et sa continuité<sup>26</sup>. Ainsi, le **« document-registre »** présent dans les archives ou le système d'information documentalisée peut se transformer en **« document-témoignage »** pour un usage mémoriel, pour servir de preuve, entre autres utilisations, afin de répondre aux nécessités organisationnelles de la structure<sup>27</sup>. Les archives organisationnelles se distinguent ainsi du fonds d'archives ou des archives historiques. Suite aux révolutions libérales, les archives des institutions de l'Ancien Régime ont commencé à ne plus être organisationnelles à cause du démantèlement des structures qui les avaient produites, conservées et utilisées. Les transformations

---

<sup>24</sup> SILVA, Armando Malheiro da – *A informação: da compreensão do fenómeno e construção de objecto científico*. Porto : Afrontamento, 2006, p. 24.

<sup>25</sup> Sur ces concepts, v. sous-chapitre 2.4 de la thèse, en particulier p. 40-43. Sur les concepts d'« information organisationnelle », d'« information documentalisée » et d'« archives organisationnelles », v. aussi ROSA, M. Lurdes – *Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação*, p. 547-586. L'expression « informação documentalizada » est un néologisme en portugais que nous avons essayé de traduire comme « information documentalisée », c'est-à-dire, information transformée en document.

<sup>26</sup> Sur le concept des archives comme systèmes d'information, v. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. 2<sup>e</sup> éd. Porto : Afrontamento, 2008, p. 94-95.

<sup>27</sup> V. sous-chapitre 2.4 de la thèse.

politiques et sociales subséquentes ont mené à la dispersion des documents et à leur transformation en archives historiques. Cette transformation résulte des « reconfigurations non-organisationnelles » des archives et de leurs documents<sup>28</sup>.

L'approche en archivistique historique s'est surtout appliquée jusqu'à présent aux « archives familiales » de l'époque prémoderne. Il est important de préciser le concept de famille qui ne peut être compris dans le sens que nous lui donnons actuellement. Dans l'analyse des époques médiévales et modernes, ce terme est utilisé pour se référer à des descendants d'un ancêtre commun, se confondant chez certains auteurs avec le concept de lignage, ou bien, dans un sens encore plus large, avec celui de parenté (ensemble de parents unis par le sang, par l'alliance construite par la voie du mariage et, éventuellement, par une affinité spirituelle comme celle du sacrement baptismal)<sup>29</sup>. On peut l'entendre aussi dans un sens restreint, en englobant tous ceux qui sont soumis à l'autorité du même *pater familias*<sup>30</sup>. Que ce soit dans un sens restreint ou élargi, dans une société qui était corporative<sup>31</sup>, la famille formait un corps uni par l'amour ou par la *piété familiale*<sup>32</sup>.

Certains groupes parentaux, dans le but de conserver ou d'atteindre une position différenciée dans la société<sup>33</sup>, ont assumé différentes configurations institutionnelles qui leur permirent, dans certains cas, de se constituer un patrimoine, une identité et une mémoire propres. Ces configurations ont permis à ces groupes de devenir ce que nous pourrions appeler des familles-institution, des organisations qui n'avaient pas forcément besoin de structures bureaucratiques complexes avec différents organes

---

<sup>28</sup> ROSA, Maria de Lurdes – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação, p. 550, 576.

<sup>29</sup> SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – A família – estruturas de parentesco e casamento. Dans SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e (éd.) – *História da vida privada em Portugal. Vol 1 : A Idade Média*. Lisbonne : Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011, p. 126.

<sup>30</sup> HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo. 1550-1750: Direitos, estados, coisas, contratos, ações e crimes*. Lisbonne : [éd. de l'auteur], 2015, p. 317–318.

<sup>31</sup> HESPANHA, António Manuel – *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal - séc. XVII*. Coimbra : Almedina, 1994, p. 297–298; CRONE, Patricia – *Pre-Industrial Societies: New Perspectives on the Past*. 2<sup>e</sup> réimp. 1<sup>er</sup> éd. Norwich : Blackwell Publishers, 1994, p. 99–122.

<sup>32</sup> CARDIM, Pedro – *O Poder dos Afetos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Lisbonne : FCSH-UNL, 2000. Thèse de doctorat, p. V-XV e 5-44; HESPANHA, António Manuel – Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. *Análise Social*. Vol. 28, n° 1 (1993), p. 951–973.

<sup>33</sup> HERNÁNDEZ FRANCO, Juan – El reencuentro entre historia social e historia política en torno a las familias de poder. Notas y seguimiento a través de la historiografía sobre la Castilla Moderna. *Studia historica. Historia moderna*. Vol. 18 (1998), p. 187–188.

pour exister et qui fonctionnaient selon l'organisation sociale et légale de la période étudiée<sup>34</sup>. Ces configurations ont renforcé le maintien du pouvoir social ou la recherche de prééminence sociale par ce groupe, ainsi que la manutention des archives organisationnelles dont la documentation était nécessaire sur le long terme pour garantir ses droits, privilèges et identité<sup>35</sup>. Nous avons approfondi l'examen des seigneuries et des *morgadios*<sup>36</sup>. A partir de la fin de l'époque médiévale et tout au long de l'époque moderne, l'unité organisationnelle qui encadre ces configurations est la Maison, entendue comme une unité domestique sous l'autorité d'un chef à laquelle était associé, non seulement un ensemble patrimonial matériel, mais aussi un patrimoine symbolique<sup>37</sup>. Le rôle de chef n'était pas forcément joué par le père et par le fils aîné. Bien que ce soit le modèle idéal, surtout à partir de la fin du XVI<sup>e</sup> siècle<sup>38</sup>, l'organisation s'adaptait pour assurer sa continuité, permettant à un autre fils, voire à une fille d'occuper le rôle de successeur<sup>39</sup>. Il manque encore des études sur les configurations institutionnelles de ces groupes parentaux<sup>40</sup>, mais la pluralité vérifiée — principalement dans les couches les plus basses de la hiérarchie sociale — doit être prise en compte dans l'analyse des structures productrices d'archives familiales. Dans le cas des familles-institutions et des générations sélectionnées pour notre analyse, entre le XIV<sup>e</sup> et XVII<sup>e</sup> siècles, nous verrons que les seigneuries et les *morgadios* ont joué un rôle

---

<sup>34</sup> ROSA, Maria de Lurdes – Preâmbulo (I. Archives et archives « de famille », entre archivistique et histoire). In LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (éd.) – *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne : Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid : Casa de Velázquez, 2021, p. 14–15.

<sup>35</sup> MORSEL, Joseph – Production d'archives, ou archives de la reproduction ? La question des archives au miroir de la continuité seigneuriale. In LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (éd.) – *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne : trésor, arsenal, mémorial*. Madrid : Casa de Velázquez, 2021, p. 17–27.

<sup>36</sup> V. sous-chapitre 3.3.2 de la thèse.

<sup>37</sup> MONTEIRO, Nuno G. – Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular. Dans CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (éd.) – *Familias, poderosos y oligarquías: [seminario Familia y élite de poder en el reino de Murcia. Siglos XV-XIX]*. Murcia : U. Murcia, Servicio de Publicaciones, 2001, p. 17–37; GAGO, Alice Borges – *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite (Portugal, séculos XV-XVII)*. Lisbonne : FCSH-UNL, 2019. Thèse de doctorat; RODRIGUES, José Damião – A casa como modelo organizacional das nobrezas de São Miguel (Açores) no século XVIII. *História: Questões & Debates*. N° 36 (2002), p. 11–28; RODRIGUES, José Damião – Casas vinculares, memória e arquivos. Um estudo de caso: São Miguel (Açores), séculos XVII-XVIII. Dans LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (éd.) – *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne : Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid : Casa de Velázquez, 2021, p. 281–292; RESENDE, Nuno – «Vínculos quebrantáveis»: o morgadio de Boassas e suas relações (séculos XVI-XVII). Coimbra : Palimage, 2012, p. 86–138.

<sup>38</sup> V. CLAVERO SALVADOR, Bartolomé – Beati dictum. Derecho de linaje, economía de familia y cultura de orden. *Anuario de historia del derecho español*. N° 63–64 (1993), p. 7–148.

<sup>39</sup> ROSA, Maria de Lurdes – Arquivos de família, arquivos de comunidades, p. 34–35.

<sup>40</sup> NÓVOA, Rita Sampaio da; ROSA, Maria de Lurdes – O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação. *Revista Brasileira de História*. Vol. 38, n° 78 (2018), p. 82.

essentiel pour son institutionnalisation et pour la formation d'un corps avec une identité commune. Néanmoins, ce ne sont pas les seigneuries ou les *morgadios* — entités ou institutions abstraites — qui produisaient les archives organisationnelles mais les membres de la famille-institution à laquelle appartenait le *pater familias* ou le couple qui les administraient et qui tentaient de garantir sa transmission à la génération suivante<sup>41</sup>.

### ***L'archivistique historique appliquée au cas étudié***

Ce cadre théorique a permis de détailler avec une plus grande précision l'objet d'étude, les objectifs et les problématiques de notre recherche et d'éclairer l'application de l'approche en archivistique historique au cas étudié, ce qui a dicté l'itinéraire de recherche réalisé et les méthodologies adoptées<sup>42</sup>.

En ce qui concerne l'objet de notre étude et les objectifs poursuivis, nous devons justifier nos choix. La délimitation des familles-institutions et des générations à étudier n'a pas été définie *a priori*, mais après une prospection générale de la documentation disponible, d'une première analyse des inventaires anciens existants et des généalogies de certains des groupes parentaux représentés aux archives des vicomtes de Vila Nova de Cerveira. Il est important de souligner que la séparation en familles-institutions ou générations (Lima, Brito Nogueira et Lima Brito Nogueira), bien qu'elle facilite l'analyse, possède un caractère subjectif, raison pour laquelle il est fondamental de laisser clairs les critères utilisés pour cette division.

Le document le plus ancien produit par un membre du groupe parental des Lima, qui était présent dans les archives organisationnelles étudiées, a été reçu par Fernão Eanes de Lima et date du XIV<sup>e</sup> siècle. C'est à partir de la fixation de ce *fidalgo* d'origine galicienne dans le royaume portugais à la fin de ce siècle, dans la région du Minho, et de son union à une dame du groupe parental des Silva que la formation de la famille-institution Lima a commencé. Cette famille-institution ou Maison s'est centrée autour d'une ligne de transmission d'un ensemble de biens et de droits de la Couronne portugaise, ainsi que du titre de vicomte de Vila Nova de Cerveira dès 1476<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> V. Partie IV de la thèse.

<sup>42</sup> V. chapitre 4 de la thèse.

<sup>43</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – A família Lima entre a Galiza e Portugal (séculos XII a XVI). Dans BARROCA, Mário Jorge; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (éd.) – *Paço de Guela: história de um monumento*. Arcos de Valdevez : Município de Arcos de Valdevez, 2015, p. 15–65.

La continuité du patrimoine matériel et symbolique associée à cette maison seigneuriale, après la mort du vicomte Francisco de Lima en 1578, fut assurée par son petits-fils Lourenço. Ce petit-fils était le fils d'Inês de Lima, fille du vicomte décédé, et de Luís de Brito Nogueira, fils aîné de l'administrateur des *morgadios* de Santo Estêvão de Beja et de S. Lourenço de Lisbonne<sup>44</sup>. Nous considérons ainsi, dans notre analyse, que la famille-institution Lima commence avec la génération de Fernão Eanes de Lima et se termine avec la génération de Francisco de Lima<sup>45</sup>.

Il fallait aussi examiner l'histoire des archives et de la famille-institution à laquelle appartenait Luís de Brito Nogueira. Les groupes parentaux Brito et Nogueira se sont réunis par le mariage de João Afonso de Brito avec Violante Nogueira, qui étaient déjà mariés en 1407<sup>46</sup>. Mais c'est avec leur fils, Mem de Brito, qui obtint la succession de plusieurs *vínculos* fondés ou administrés par des membres du groupe parental Nogueira, que vint l'obligation d'utiliser le nom « Nogueira » par les administrateurs de ces *vínculos*. Notre reconstitution et notre analyse se sont centrées sur les générations allant de Mem de Brito au susmentionné Luís de Brito Nogueira, qui appartiennent à ce que nous considérons être la famille-institution Brito Nogueira<sup>47</sup>.

Notre analyse se poursuit avec la génération du fils de Luís de Brito Nogueira et Inês de Lima, Lourenço de Lima Brito Nogueira, et de son successeur, Diogo de Lima Brito Nogueira. Ces Lima Brito Nogueira et leurs successeurs perpétuèrent la famille-institution Brito Nogueira et la Maison des vicomtes de Vila Nova de Cerveira jusqu'au XIX<sup>e</sup> siècle, ayant reçu d'autres noms de famille au fil du temps — comme Vasconcelos, ainsi que Teles da Silva — par les unions matrimoniales établies.

Le *terminus ad quem* de l'analyse est fixé au XVII<sup>e</sup> siècle, spécifiquement jusqu'à l'année 1686, qui coïncide avec la mort et la fin du vicomté de Diogo de Lima<sup>48</sup>, et pas au XIX<sup>e</sup> siècle. Cette démarcation a été motivée, non seulement par la nécessité de limiter le volume des documents à analyser, mais aussi par l'hypothèse que les vicomtés de Lourenço de Lima et de Diogo de Lima ont été très importantes pour la construction

---

<sup>44</sup> V. Annexe B, schémas généalogiques 1, 2 et 3, p. 445-452 de la thèse, et sous-chapitre 7.1, schémas 1 et 2, p. 189 et 190 de la thèse.

<sup>45</sup> V. schéma 1, p. 189 de la thèse.

<sup>46</sup> VNC, cx. 5, n<sup>o</sup> 11.

<sup>47</sup> V. schéma 2, p. 190 de la thèse.

<sup>48</sup> V. sous-chapitre 12.2 de la thèse.

et la consolidation institutionnelle de la Maison comme un corps supra individuel agrégateur de différentes configurations institutionnelles, avec une identité et un patrimoine matériel et immatériel solides associés à un titre nobiliaire, qui, à l'aube du XVIII<sup>e</sup> siècle, était considéré une des grandes Maisons aristocratiques du royaume, comme indiqué plus haut.

Après avoir justifié les choix des familles-institutions et les délimitations chronologiques, il était important de détailler l'itinéraire de la recherche et les méthodologies adoptées. Pour établir la cartographie de la documentation dispersée et pour tracer l'histoire récente de sa conservation, outre la bibliographie déjà publiée, nous avons eu recours aux sources écrites provenant, soit des archives de Monsieur Vasconcellos e Souza, soit d'autres archives d'institutions publiques et privées, soit encore de sources orales. Les inventaires anciens de ses archives ont été des sources importantes, ainsi que les écritures associées aux transactions des palais et des autres propriétés des marquis de Ponte de Lima où a été déposé la documentation. Quant aux sources orales, nous avons réalisé des entretiens avec l'actuel propriétaire du fonds *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima*, et nous avons recueilli des témoignages d'autres membres de la famille descendants, eux aussi, des vicomtes.

Dans une deuxième étape de la recherche, afin de contextualiser la documentation reconstituée et existant dans un cadre de classement organique, nous avons recouru à une proposition venue des sciences de l'information : le modèle systémique, conçu par Armando Malheiro da Silva pour traiter les archives appelées « familiales ». Outre la documentation existante et cartographiée, notre reconstitution a cherché également à identifier et comprendre l'absence de certains documents qui ont disparu mais qui sont mentionnés ou catalogués dans des inventaires anciens qui étaient placés dans les archives organisationnelles des générations étudiées.

En partant du *corpus* reconstitué, nous avons avancé dans l'examen qui a permis de répondre à nos questions de départ sur les familles-institutions et générations sélectionnées. Notre analyse est, avant tout, qualitative. Elle synthétise des aspects de la production/réception informationnelle et de sa conservation et transformation en archives, ainsi qu'elle explore des exemples d'usages de l'information documentalisée et des archives par les membres de ces générations.

## II – UNE ARCHEOLOGIE DES ARCHIVES DES VICOMTES DE VILA NOVA DE CERVEIRA APRES LE XVII<sup>e</sup> SIECLE

### *Cartographie de la documentation dispersée et l'histoire récente de sa conservation*

Après avoir défini le cadre théorique et son application au cas étudié, il nous a paru important de commencer par nous demander ce qui restait des archives des vicomtes de Vila Nova de Cerveira : comment elles nous sont parvenues et le rapport qu'elles entretiennent avec les archives organisationnelles qui existaient jadis. Nous avons tenté de comprendre comment ces archives sont devenues inactives et comment les documents qui en faisaient partie se sont dispersés, surtout dans le contexte de l'abolition des droits seigneuriaux et des *vínculos* comme résultat des susnommées « reconfigurations non organisationnelles » à partir du XIX<sup>e</sup> siècle. En ce qui concerne la cartographie de la documentation dispersée et l'histoire récente de sa conservation, nous avons pris comme point de départ, dans notre exposé, les deux chartriers connus : celui de Ponte de Lima et celui du Palácio da Rosa. Nous avons identifié certains moments cruciaux qui ont contribué à la dispersion de la documentation de ces chartriers, surtout à partir du XIX<sup>e</sup> siècle, et nous nous sommes servis des inventaires anciens pour confirmer la présence de certains de ces documents dans les archives. Nous présumons que la documentation produite et utilisée ne se limitait pas à ce qui se trouvait dans ces deux chartriers, il y avait une documentation de gestion courante qui circulait entre les mains des procureurs et des administrateurs des biens des vicomtes qui a pu ou non être temporairement intégrée dans un de ces chartriers<sup>49</sup>.

Le chartrier de Ponte de Lima a été documenté depuis, au moins le XVII<sup>e</sup> siècle. Il est possible que les documents des vicomtes y aient été conservés là depuis plus longtemps ou alors dans le palais qu'ils possédaient à Giela, situé également dans le Minho. La grande dispersion de la documentation de ce chartrier a été progressive au long du XIX<sup>e</sup> siècle, mais certains documents sont restés dans le palais des vicomtes en ville quand il fut vendu en 1868 par le dernier marquis de Ponte de Lima pour payer ses dettes. Nous avons cartographié une partie de la documentation dispersée et avons formulé des hypothèses sur l'histoire de sa conservation, en cherchant à savoir quand et comment elle était sortie du chartrier. Nous avons détecté l'intervention de plusieurs

---

<sup>49</sup> V. sous-chapitres 5.1 et 5.2 de la thèse.



érudits intéressés par l'histoire locale, tels que Manuel de Oliveira, Leite de Vasconcelos, Figueiredo da Guerra ou Júlio de Lemos qui conservèrent des ensembles de documents que l'on trouve aujourd'hui dans des institutions publiques telles que les Archives Districtales de Braga, la Bibliothèque du Musée National d'Archéologie (Lisbonne), les Archives Municipales de Viana do Castelo ou l'École Secondaire de Santa Maria Maior (Viana do Castelo). Nous avons également identifié des noyaux documentaires qui ont accompagné les propriétés vendues au XIX<sup>e</sup> siècle et qui, aujourd'hui encore se trouvent dans les archives des descendants des acheteurs, tels ceux du Palais de Giela qui sont dans les archives de la Maison de Cêpa<sup>50</sup>.

Le chartrier de Lisbonne a souffert de dispersion après le XIX<sup>e</sup> siècle, mais un noyau de documents a été conservé dans le palais jusqu'à ce que celui-ci soit vendu en 1970. À la mort du dernier marquis de Ponte de Lima, en 1877, et du dernier de ses frères, en 1885, c'est une nièce qui a hérité de l'édifice, l'a restauré et s'y est installée. Ce sont les descendants de cette dame qui, dans la décennie de 1970, l'ont vendu à la mairie de Lisbonne. C'est dans ce contexte que ce qui restait des archives a disparu. Nous avons essayé de comprendre l'histoire de leur récupération, en 1999, par Monsieur Vasconcellos e Souza aux enchères, en évaluant ce qui a été récupéré et en fonction des sélections faites éventuellement par des membres de la famille, par des commissaires-priseurs et des bouquinistes. Nous avons identifié des documents dispersés de ces archives à Lisbonne dans d'autres archives et collections privées, ce qui indique que, tout comme la documentation dispersée du chartrier de Ponte de Lima, il y en a une autre partie qui se trouvait au Palácio da Rosa qui est encore dans le circuit des enchères. Le fait que l'inventaire de ce chartrier, réalisé au XIX<sup>e</sup> siècle, ne détaille pas le contenu de toutes les liasses de documents, rend plus difficile l'identification d'autres pièces qui auraient pu être dans le chartrier du XIX<sup>e</sup> siècle<sup>51</sup>.

À mi-chemin entre des logiques organisationnelles et des logiques mues par des intérêts historiques, nous avons considéré dans notre recherche un ensemble de documents qui, aujourd'hui, se trouve à la Bibliothèque da Ajuda, et qui, en raison de ses spécificités, de l'histoire de sa conservation a été abordé dans un sous-chapitre

---

<sup>50</sup> V. sous-chapitre 5.1 de la thèse.

<sup>51</sup> V. sous-chapitre 5.2 de la thèse.

autonome bien qu'il ait quitté les archives organisationnelles au XVIII<sup>e</sup> siècle. Il contient des documents originaux ou des copies qui ont été produites/reçues par des membres des générations dirigées par Lourenço de Lima et par Diogo de Lima. Cette collection a été, totalement ou partiellement, vendue ou donnée au comte de Redondo (probablement le 11<sup>ème</sup> comte, Tomé de Sousa), et elle est composée de 36 codex et 1070 documents détachés. S'y trouve une correspondance abondante qui a trait aux fonctions exercées par Dom Diogo en tant que gouverneur des armes d'Entre Douro e Minho et membre du Conseil d'État, mais aussi des lettres envoyées par les administrateurs de ses biens qui contiennent des informations sur les affaires de la Maison. Nous avons essayé de tracer l'histoire de cette collection jusqu'à aujourd'hui. Plusieurs significations s'entremêlent et s'y accumulent car elle est passée de la bibliothèque du comte de Redondo à la bibliothèque royale quand elle a été vendue au roi. Quels sont les motifs qui ont poussé à céder cette documentation au comte de Redondo et quels ont été les critères de sélection ? Aurait-on donné les documents qui n'avaient plus d'« utilité » pour gérer et défendre les droits de la Maison et qui ne servaient plus qu'en tant que « témoignage historique » ? C'est une des hypothèses que nous considérons pour justifier le fait que certaine correspondance soit restée dans le chartrier pour certains « procès » ou dans des dossiers thématiques et qu'une masse significative d'autre correspondance soit sortie pour intégrer la bibliothèque d'un autre noble qui avait un intérêt particulier pour les livres et manuscrits<sup>52</sup>.

### ***Transformations non-organisationnelles et organisationnelles après la fin du XVII<sup>e</sup> siècle***

La reconstitution détaillée que nous avons réalisée, que ce soit pour la cartographie ou pour l'histoire récente de la conservation de certains ensembles de documents ayant appartenu aux archives organisationnelles des vicomtes de Vila Nova de Cerveira jusqu'au XIX<sup>e</sup> siècle, démontre le degré de dispersion des archives et le nombre d'intervenants qui ont ajouté de nouvelles intertextualités à cette documentation, qu'ils soient érudits locaux, commissaires-priseurs, bouquinistes ou archivistes. De nombreuses questions restent encore sans réponse, mais nous devons prendre conscience de la façon dont ces « transmissiions » conditionnent les résultats

---

<sup>52</sup> V. sous-chapitre 5.3 de la thèse.

de notre reconstitution de l'information documentalisée produite/reçue et transformée en archives par les générations sélectionnées.

Pour cette raison, il nous a paru fondamental de réfléchir et de nous interroger sur les classifications et descriptions archivistiques du fonds *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima* de Monsieur Vasconcellos e Souza et des autres ensembles dispersés et cartographiés. En ce qui concerne le fonds déposé et traité à la Torre do Tombo, toute la documentation de l'ensemble a été traitée comme appartenant à la Maison des vicomtes de Vila Nova de Cerveira et marquis de Ponte de Lima, sans distinguer la documentation originaire d'autres contextes institutionnels. La classification appliquée est un mélange de catégories fondée sur un supposé « ordre originel » et d'autres créées par l'archiviste. Cet « ordre originel » a été reconstruit à partir de trois instruments de récupération de l'information de natures différentes et produits dans des contextes distincts : un inventaire de 1819, un livre de rentes et propriétés de 1693 et un catalogue de documentation des *vínculos* la Maison élaboré après 1578. D'autres catégories thématiques ont été créées, telles « Contentieux » ou « Collection de documents », afin d'y associer des documents qui n'entraient pas dans les catégories déjà créées. Nous avons analysé cette classification, ainsi que les options de description archivistiques choisies. Les critères adoptés pour ces deux opérations ont eu un grand impact sur notre travail de reconstitution et nous nous sommes efforcés de le laisser transparaître clairement.

Nous avons aussi mesuré l'influence que l'absence de description ou que les sélections et les interventions effectuées par les propriétaires privés et les archivistes ont eue sur d'autres ensembles de documents aussi cartographiés. Tous présentent des limitations que nous n'avons pas pu éviter à cause de l'impossibilité de consulter les milliers de documents et de clarifier des questions sur le contenu, la date et les producteurs de chacun d'entre eux, ce qui a rendu difficile l'attribution de certains des documents aux membres des familles-institutions et des générations choisies pour l'analyse<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> V. sous-chapitre 6.1 de la thèse.

À ces significations plus récentes, issues de la transformation des documents en collections et archives historiques, s'ajoutent et s'enchevêtrent toutes les significations accumulées au cours de la vie des archives organisationnelles, en l'occurrence avant la dispersion progressive des archives à partir du XIX<sup>e</sup> siècle. Elles agissent toutes comme des filtres qui s'accumulent et obscurcissent notre vision du passé<sup>54</sup>. Les intertextualités accumulées ne sont pas toujours compréhensibles, mais certaines peuvent être partiellement décodées en analysant les outils de description et de récupération d'informations produits et utilisés par l'institution propriétaire des archives elle-même. Réorganiser et inventorier les archives permettait de maintenir le contrôle sur la propriété et les personnes qui en dépendaient, ainsi que de construire des discours qui répondaient aux situations très spécifiques de son histoire<sup>55</sup>. Il ne s'agissait pas d'un acte technique, ni d'une simple description de l'ensemble des archives afin de localiser tous les documents. Bien que ces instruments ne reflètent pas de manière transparente la réalité des chartriers ou des archives organisationnelles, ils nous offrent une perspective sur la manière dont les archives ont été pensées et organisées par le groupe qui a produit et conservé les documents ; ils nous donnent une certaine image de cette institution, de la façon dont elle se voyait ou voulait être vue ou représentée<sup>56</sup>.

Dans cette séquence, nous réfléchissons aux transformations que les archives organisationnelles des vicomtes ont subies, à partir du XIX<sup>e</sup> siècle et en remontant jusqu'à la fin du XVII<sup>e</sup> siècle, une période postérieure à notre reconstitution, mais qui a transformé le fonds et conditionné notre interprétation du passé immédiatement antérieur. Nous avons procédé à une brève analyse des inventaires et autres instruments de récupération d'information qui nous permettent de comprendre, dans

---

<sup>54</sup> KETELAAR, Eric – Tacit Narratives; MORSEL, Joseph – En guise d'introduction, p. 20–23.

<sup>55</sup> V. DE VIVO, Filippo – Ordering the archive in early modern Venice (1400–1650). *Archival Science*. Vol. 10, (2010), p. 231–248.

<sup>56</sup> Sur les inventaires, v. ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph (éd.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisbonne : IEM, 2015; GUYOTJEANNIN, Olivier – Les chartriers seigneuriaux au miroir de leurs inventaires (France, XVe -XVIIIe siècle). Dans CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (éd.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux, XIIIe-XXIe siècle*. Paris : Société de l'Histoire de France, 2010, p. 35–50; GUYOTJEANNIN, Olivier – Outils en grisaille: les inventaires d'archives (XIIIe-XVe siècle). Dans FOSSIER, A.; PETITJEAN, J.; REVEST, C. (éd.) – *Écritures grises: les instruments de travail des administrations (XIIe-XVIIe siècle)*. Paris : École des chartes, 2019, p. 401–418; HEAD, Randolph C. – Mirroring governance : archives, inventories and political knowledge in early modern Switzerland and Europe. *Archival Science*. Vol. 7, n° 4 (2007), p. 317–329.

leur ensemble, dans quels contextes et à quelles époques les archives ont été réorganisées<sup>57</sup>. Il s'agit d'un inventaire de 1819, de deux livres de propriétés et de revenus produits en 1739 et 1693, qui nous renseignent sur l'emplacement des documents dans le chartrier, et d'un inventaire des documents qui se trouvaient dans le chartrier de Dom Tomás de Lima, entre la fin du XVII<sup>e</sup> et le début du XVIII<sup>e</sup> siècle, et qui s'appelle *Relação*<sup>58</sup>. En les examinant, il est possible de voir les organisations et les réorganisations effectuées dans le chartrier de Lisbonne. En ce qui concerne le chartrier de Ponte de Lima, on n'a pas conservé d'inventaires complets qui auraient été réalisés après la fin du XVII<sup>e</sup> siècle. Cependant, les livres de 1693 et de 1739, ainsi que la *Relação*, offrent une vision globale de l'institution et nous permettent de comprendre que, bien que la gestion des biens et de la documentation de la «Casa do Minho» ait eu une certaine autonomie, en raison de la tradition et de la distance géographique, les actes écrits ont continué à circuler entre les chartriers parce que l'entité productrice et conservatrice de l'époque à laquelle nous nous référons était la même : la Maison des vicomtes de Vila Nova de Cerveira. Celle-ci réunissait, juridiquement et symboliquement, différentes « Maisons », chacune ayant à l'origine ses propres biens, sa propre administration et ses propres chartriers. Il convient également de souligner que ces instruments mettaient en évidence les *vínculos* et les biens concédés par la Couronne et, par conséquent, la documentation qui s'y rapportait.

### **III – NOUVELLE REPRESENTATION DES ARCHIVES : UNE RECONSTITUTION POSSIBLE**

#### ***La documentation existante et sa contextualisation***

Notre analyse des intertextualités accumulées est partie de l'époque actuelle pour remonter jusqu'à la fin du XVII<sup>e</sup> siècle, ce qui correspond donc aux moments qui ont suivi la reconstitution et l'examen que nous voulions effectuer. Outre la clarification des critères de sélection<sup>59</sup>, il était important de contextualiser la documentation recueillie dans un cadre facilitant une analyse et une disponibilité ultérieure de l'information au public<sup>60</sup>. Nous avons exclu de suivre des cadres de classification qui incluaient des catégories thématiques, générées sur la base de critères et de notions contemporains,

---

<sup>57</sup> V. sous-chapitre 6.2 de la thèse.

<sup>58</sup> V. aussi les Annexes A.4, A.5 et A.6., p. 434-444 de la thèse.

<sup>59</sup> V. chapitre 7 de la thèse.

<sup>60</sup> V. chapitre 8 de la thèse.

qui sont anachroniques par rapport aux contextes originaux dans lesquels l'information documentée a été transformée en archives<sup>61</sup>. Nous avons essayé d'appliquer le modèle systémique à cette documentation, bien qu'en exprimant des doutes et des réflexions sur son application.

Conformément au modèle, nous avons assumé que les archives organisationnelles fonctionnaient comme des systèmes d'information (qui a été documentalisée)<sup>62</sup>. Dans la proposition de Malheiro da Silva, les archives familiales sont des systèmes d'information dans lesquels l'entité « famille » est le pôle structurant et dynamisateur. Par conséquent, l'organicité familiale repose sur : « (1) l'union affective et physique de deux individus de sexe opposé (ou de même sexe, à condition qu'ils soient légitimés par le mariage civil) ; (2) la procréation et la continuité génétique à travers la descendance dans les générations successives (...) ; et (3) l'action des différents individus membres afin de garantir la survie collective et les stratégies ultérieures de pouvoir socio-économique, politique et symbolique ». Ainsi, pour qu'il y ait « structure familiale, il faut qu'il y ait unité et séquence générationnelle » associée à des stratégies collectives : « la génération devient ainsi la division organisationnelle la plus élémentaire et la plus marquante de la Famille »<sup>63</sup>. Ce modèle permet également de contextualiser, grâce à la notion de sous-système, les situations d'alliance matrimoniale dans une famille/Maison de l'Ancien Régime — visibles par l'inscription, dans les archives principales, d'ensembles documentaires associés à des droits et à des propriétés apportées par le conjoint —, ainsi que les situations d'intégration de documents liés aux fonctions publiques exercées par certains membres de la famille/Maison. Les archives principales constituent le système, les ensembles — ou noyaux — documentaires ajoutés constituent les sous-systèmes.

Selon le modèle, le système est organisé conformément à la succession générationnelle des producteurs/accumulateurs d'information documentalisée. Chaque génération, de la plus ancienne à la plus récente, se voit attribuer une section. Des sous-sections sont créées sous chaque section : la première correspond, en principe, au

---

<sup>61</sup> V. sous-chapitre 8.1 de la thèse.

<sup>62</sup> V. sous-chapitre 2.4 de la thèse, en particulier p. 43-53.

<sup>63</sup> V. SILVA, A. Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas de Património*. Vol. 3, n° 1 (2004), p. 69–72.

couple, ensuite au mari, puis à la femme et, le cas échéant, à leurs collatéraux, les frères du mari et les frères de la femme. Dans les sous-sections consacrées aux couples, sont décrits les documents produits ou accumulés conjointement par les deux membres pendant le mariage ; dans chacune des autres sous-sections, sont décrits les documents produits ou accumulés individuellement. Si la quantité et les caractéristiques des documents le justifient, des niveaux de séries ou de sous-séries sont ajoutés à côté des documents simples ou composites. S'il existe, le sous-système familial est organisé selon la même logique que le système principal<sup>64</sup>.

L'application du modèle aux archives des vicomtes de Vila Nova de Cerveira a abouti au système de classification présenté dans le tableau 1. On considère que ce système a pris fin au XIX<sup>e</sup> siècle, dans la génération du 3<sup>ème</sup> marquis de Ponte de Lima, dans le contexte de l'abolition des droits seigneuriaux et de l'extinction des *morgadios*. Bien que le chartrier resté au Palácio da Rosa ait pu continuer à être utilisé par les héritiers et les descendants de ce marquis pour la gestion de certaines propriétés, la famille-institution avec les caractéristiques que nous avons définies a progressivement cessé d'exister et il n'y a pas de documentation dans les archives de Monsieur Vasconcelos e Souza après 1884. Pour le début du système, nous avons pris en compte la première génération de membres de la famille-institution Brito pour lesquels il existe des documents, en suivant la ligne de transmission masculine du morgadio de Santo Estêvão de Beja. Le sous-système Nogueira, associé aux *vínculos* de ce groupe parental, a été intégré dans la génération dirigée par Mem de Brito. Le sous-système Lima a été intégré dans la génération de Luís de Brito Nogueira et d'Inês de Lima. Bien qu'il n'ait jamais eut droit à la succession dans la Maison de son beau-père, Luís de Brito Nogueira a mobilisé des documents des archives organisationnelles de Francisco de Lima, tout en gérant les biens de la vicomté en qualité de tuteur de son fils. À partir de la génération de Lourenço de Lima, ce sont surtout le titre et la vicomté, hérités des Lima, qui deviennent les principaux éléments identitaires de la Maison. Même avec la rupture de la ligne de transmission masculine de la Maison qui s'est produite dans la génération de Maria de Lima et de Tomás Teles da Silva - fils des marquis d'Alegrete, mais non héritier de la Maison de ses parents - nous considérons que le système est resté le même

---

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 61.

jusqu'au XIX<sup>e</sup> siècle<sup>65</sup>. Parmi les différents sous-systèmes intégrés au système principal pendant la période étudiée et identifiés dans le tableau 1, nous ne détachons que le sous-système Lima car il couvre l'information documentalisée produite par la famille-institution Lima sélectionnée pour l'analyse dans la thèse (tableau 2).

L'application du modèle à notre étude nous a fait réfléchir à la difficulté de créer un cadre de classification qui contextualise réellement la complexité des archives appelées « familiales ». Nous avons essayé de trouver un équilibre entre la contextualisation, la représentation et l'accès à l'information. Dans la thèse, nous avons essayé de justifier nos choix, tout en laissant ouvertes les alternatives qui auraient pu être envisagées, notamment en ce qui concerne le classement de la documentation produite/reçue par les administrateurs au service du chef de famille ou du couple qui administrait la Maison<sup>66</sup>. Nous pensons que l'application du modèle de Malheiro da Silva présente des avantages contextuels, mais qu'il faut repenser les concepts de base, notamment celui de « famille », qu'il présente comme pouvant s'appliquer indifféremment à des temps et des espaces différents. Il est essentiel de prendre en compte les différences substantielles qui existent entre la période prémoderne et la période post-libérale et de faire correspondre la notion de famille-institution à différentes configurations qui, selon nous, prévalaient à l'époque prémoderne<sup>67</sup>.

En outre, conformément à la proposition de l'archivistique historique de reconstituer la documentation existante qui a été dispersée à partir des archives organisationnelles<sup>68</sup>, il peut être difficile de représenter les noyaux documentaires qui se sont désintégrés du système principal avant le XIX<sup>e</sup> siècle, même s'ils faisaient partie des archives organisationnelles des familles-institutions et des générations étudiées. Le schéma générationnel proposé par Malheiro da Silva peut être utile pour contextualiser ces éléments. Cependant, la représentation du système dans un classement et la description correspondante dans un logiciel de description conçu pour le traitement de fonds ou d'archives historiques, dont la documentation demeure et est sous le contrôle

---

<sup>65</sup> V. la justification dans le sous-chapitre 8.2 de la thèse, en particulier p. 206-208.

<sup>66</sup> V. sous-chapitre 8.2 de la thèse, en particulier p. 210.

<sup>67</sup> V. sous-chapitre 3.3 de la thèse.

<sup>68</sup> ROSA, Maria de Lurdes – *Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação*, p. 550-551, 579. V. chapitre 8 de la thèse.



d'une seule institution de conservation, rend difficile une représentation interactive de ce type de reconstitution. Nous nous référons principalement au groupe de documents de la bibliothèque d'Ajuda et à d'autres relatifs au morgadio de Santo Estêvão de Beja, dont nous savons qu'ils ne sont pas restés dans le système Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva jusqu'au XIX<sup>e</sup> siècle. Cela nous a amenés à faire des choix.

Dans la contextualisation présentée dans la thèse<sup>69</sup> et dans les fichiers en annexe<sup>70</sup>, nous avons associé la documentation reconstituée et prise en compte dans notre analyse aux générations et à leurs producteurs respectifs, même si elle a quitté le système principal à un moment donné. Cependant, nous ne pourrions pas la représenter et la décrire dans le logiciel AtoM en tant que partie de ce système<sup>71</sup>. À l'avenir, sa représentation et sa mise à disposition au public devront être encadrées dans les systèmes d'information dans lesquels elles ont été introduites après avoir quitté les archives organisationnelles des vicomtes de Vila Nova de Cerveira. Ce travail n'a pas pu être réalisé dans le cadre de la thèse, mais les bases en ont été jetées pour qu'il puisse être poursuivi dans le futur.

Étant donné le volume de documents reconstitués et les problèmes que nous venons d'expliquer, nous avons choisi de limiter ce qui serait décrit, à savoir jusqu'au niveau du document sur la plateforme AtoM du doctorat en archivistique historique de la FCSH-UNL<sup>72</sup>. Seul le sous-système de Lima a été décrit de manière standardisée jusqu'au niveau du document avec les fichiers d'autorité respectives, étant donné que la plupart de la documentation reconstituée a été dispersée depuis le chartrier de Ponte de Lima à partir du XIX<sup>e</sup> siècle et est inconnue du grand public car elle n'est pas décrite dans de nombreuses institutions, archives et collections dans lesquelles elle est déposée<sup>73</sup>. Cette documentation a été associée à une institution de conservation qui n'existe plus, la *Famille Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva*, mais chaque

---

<sup>69</sup> Dans le sous-chapitre 8.2 de la thèse.

<sup>70</sup> Annexes C.1 et C.2. V. aussi les annexes A.2 et A.3 de la thèse.

<sup>71</sup> V. sous-chapitre 8.3 de la thèse.

<sup>72</sup> Disponible en ligne sur <<http://www.arquivisticahistorica.fcsch.unl.pt/index.php/>>.

<sup>73</sup> Sur le logiciel de description archivistique AtoM et les critères pour cette sélection et pour la description, v. sous-chapitre 8.3 de la thèse. La description du sous-système est disponible en ligne sur <<http://www.arquivisticahistorica.fcsch.unl.pt/index.php/lima>>.

document peut être récupéré par la cote indiquée sur la description et/ou par l'indication de l'entité qui actuellement le conserve.

La documentation détenue par Monsieur Vasconcellos e Souza est déjà décrite dans le Digitalq de l'ANTT<sup>74</sup> et notre fichier Excel fournit une association virtuelle de ces documents et d'autres documents que nous avons pu identifier avec les générations et les producteurs étudiés<sup>75</sup>. Pour les générations analysées, une description a été faite dans AtoM jusqu'au niveau des sous-sections, avec des fichiers d'autorité respectives. Pour les autres générations du système qui n'ont pas fait l'objet de notre examen, seule la section a été créée sans description détaillée<sup>76</sup>. A l'avenir, le travail de description entamé dans AtoM pourrait être complété sur la base du travail déjà réalisé dans cette thèse.

### ***Une reconstitution des pertes et le dynamisme des archives***

Outre la documentation existante, l'approche en archivistique historique présente également la possibilité de comprendre et éventuellement de reconstituer les pertes. Il s'agit de documents décrits ou répertoriés dans d'anciens inventaires, mais qui ont disparu et n'ont pas pu être cartographiés. Nous avons présenté certains des outils, qui nous ont permis de compléter la production/réception d'informations documentalisées sur les générations analysées, en soulignant certaines de leurs limites. Les deux catalogues analysés pour cartographier la production de Brito Nogueira sont assez complets, comportant des descriptions détaillées des actes, des dates et l'identification des producteurs. Ils nous permettent d'estimer les pertes entre environ 65% et 80% de toute la documentation produite/reçue par les membres de ces générations et qui a été résumée. Tous les inventaires ne nous fournissent pas un tel niveau de détail, la plupart d'entre eux n'ont ni dates ni identification des producteurs. L'inventaire réalisé en 1675-77 au charrier de Ponte de Lima et à d'autres listes complémentaires en sont des exemples, bien qu'ils nous permettent de voir quels types d'actes ont été conservés. Dans cet inventaire, nous constatons qu'un accent particulier a été mis sur la documentation relative aux droits de patronage des églises de l'archevêché de Braga, ce

---

<sup>74</sup> Disponible en ligne sur <<https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4343878>>.

<sup>75</sup> Annexe C.1.

<sup>76</sup> V. en ligne sur <<http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/lima-vasconcelos-brito-nogueira-teles-da-silva-2>>.

qui était d'une grande importance pour la gestion du réseau de clients des vicomtes dans la région du Minho<sup>77</sup>. Au cours de notre recherche, nous nous sommes parfois tournés vers d'autres inventaires réalisés après le XVII<sup>e</sup> siècle<sup>78</sup>.

L'analyse de ces instruments complète l'idée d'archives dynamiques. Si un inventaire analysé isolément constitue un instantané dans le temps, examiné dans son ensemble, il montre comment les archives ont été en constante transformation, comment elles se sont construites et reconstruites dans un certain contexte, non seulement avec une entrée et une accumulation de documents, mais aussi avec le départ ou l'éventuelle destruction volontaire ou involontaire d'ensembles documentaires. Les inventaires révèlent l'existence d'autres sous-systèmes d'information, en plus de ceux identifiés à partir de la reconstitution de la documentation parvenue jusqu'à nous. Ce fait pourrait amener à une réflexion plus approfondie sur les limites de la représentation que nous avons présentée suivant le modèle systémique<sup>79</sup>. Toutes les vicissitudes ultérieures liées aux logiques organisationnelles des XVIII<sup>e</sup> et XIX<sup>e</sup> siècles et aux logiques non organisationnelles après les années 1800, que nous avons eu l'occasion d'examiner, ont dicté des parcours différents pour beaucoup de ces documents, y compris leur disparition. C'est pourquoi l'expression « archives des archives » ou « archives dans les archives »<sup>80</sup>, peut être trompeuse si elle est comprise au sens cumulatif.

Il était essentiel de clarifier le processus de reconstruction et le matériel qui était à la base de notre évaluation, en montrant les contraintes que nous avons pu identifier afin que le produit de notre recherche puisse être compris, critiqué et réutilisé de manière plus consciente. C'est sur cette base que nous avons pu passer à la phase suivante, l'analyse de la production et de certains usages que les générations sélectionnées ont fait des informations documentalisées dans leurs archives et des significations qu'elles leur ont attribuées.

---

<sup>77</sup> V. sous-chapitre 9.1 de la thèse.

<sup>78</sup> V. sous-chapitre 6.2 de la thèse.

<sup>79</sup> V. sous-chapitre 9.2 de la thèse.

<sup>80</sup> BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – Archivos de Familia y Archivos domésticos Treinta años de experiencias. 2013, [https://www.academia.edu/11334779/Archivos\\_de\\_Familia\\_y\\_Archivos\\_dom%C3%A9sticos\\_Treinta\\_a%C3%B1os\\_de\\_experiencias](https://www.academia.edu/11334779/Archivos_de_Familia_y_Archivos_dom%C3%A9sticos_Treinta_a%C3%B1os_de_experiencias) [consulté le 14 septembre 2020]; LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – Archivos nobiliarios. Dans GARCÍA ASER, Rosario; LAFUENTE URIÉN, Aránzazu (éd.) – *Archivos nobiliarios: cuadro de clasificación: Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid : Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas, Subdirección General de los Archivos Estatales, 2000, p. 19.

**SYSTÈME LIMA VASCONCELOS BRITO NOGUEIRA TELES DA SILVA**

Siècles	Sections	Génération	Sous-systèmes
XV	01	Brito (I)	
	02	<b>Brito (II)</b>	← 01. Nogueira
	03	<b>Brito Nogueira</b>	
XVI	04	<b>Brito Nogueira (II)</b>	
	05	<b>Brito Nogueira (III)</b>	
	06	<b>Brito Nogueira (IV)</b>	← 02. Lima
	07	<b>Lima Brito Nogueira (I)</b>	← 03. Lima Brito
XVII	08	<b>Lima Brito Nogueira (II)</b>	← 04. Vasconcelos e Meneses ← 05. Governo das Armas do Entre Douro e Minho ← 06. Lima Sotomaior
	09	Lima Vasconcelos Brito Nogueira (I)	
	10	Lima Vasconcelos Brito Nogueira (II)	
XVIII	11	Lima Teles da Silva	
	12	Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva (I)	
	13	Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva (II)	
XIX	14	Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva (III)	
	15	Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva (IV)	

**Tableau 1 – Système avec intégration des sous-systèmes dans la période analysée**

Système Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva			Sous-système Lima	
Siècles	Sections	Génération	Sections	Génération
XIV			01	<b>Lima (I)</b>
XV	01	Brito (I)	02	<b>Lima (II)</b>
	02	<b>Brito (II)</b>	03	<b>Lima (III)</b>
	03	<b>Brito Nogueira</b>	04	<b>Lima (IV)</b>
XVI	04	<b>Brito Nogueira (II)</b>	05	<b>Lima (V)</b>
	05	<b>Brito Nogueira (III)</b>	06	<b>Lima (VI)</b>
	06	<b>Brito Nogueira (IV)</b>		
	07	<b>Lima Brito Nogueira (I)</b>		
XVII	08	<b>Lima Brito Nogueira (II)</b>		
	09	Lima Vasconcelos Brito Nogueira (I)		
	10	Lima Vasconcelos Brito Nogueira (II)		
XVIII	11	Lima Teles da Silva		
	12	Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva (I)		
	13	Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva (II)		
XIX	14	Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva (III)		
	15	Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva (IV)		

**Tableau 2 – Contextualisation du Sous-système Lima dans le Système Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva**



#### IV – UNE HISTOIRE SOCIALE DE L'INFORMATION, DE LA DOCUMENTATION ET DES ARCHIVES INTEGREE DANS L'HISTOIRE DES FAMILLES

##### *Famille-institution Lima : l'information et les archives d'une maison seigneuriale*

La famille-institution Lima s'est constituée comme un corps dont l'unité et l'identité ont été marquées par la transmission d'un ensemble de juridictions et de biens de la Couronne situés dans la région du Minho. Le titre de vicomte de Vila Nova de Cerveira, accordé à la génération de Leonel de Lima et Filipa da Cunha, a été associé à ce corps à partir de 1476<sup>81</sup>. Leonel n'était pas le fils aîné de Fernão Eanes de Lima et de Teresa da Silva, mais il a réussi à succéder en 1429 à son frère décédé, Álvaro Rodrigues de Lima, dans les biens de la Couronne dont celui-ci avait été donataire. La conjoncture elle-même peut avoir facilité la continuité de cette maison seigneuriale : outre les services que son père avait rendus au roi João I, la relation étroite que Leonel de Lima entretenait avec l'infant Dom Duarte peut avoir exercé une certaine influence sur cette exception à la législation johannique sur la succession des seigneuries transmissibles aux descendants concédés par la Couronne. Cette proximité avec l'infant lui a également permis de négocier une alliance matrimoniale très avantageuse avec une dame qui, du côté paternel, descendait de la reine Dona Leonor de Teles et, du côté maternel, du lignage des Melo<sup>82</sup>. Le maintien de ce corps a été assuré par l'action de Leonel de Lima et de la lignée d'hommes qui lui ont succédé dans la gestion de ce patrimoine et dans le service continu au roi, tant sur le plan militaire que dans l'exercice de fonctions à sa cour. La consolidation d'une position sociale de premier plan a également été renforcée par les alliances matrimoniales conclues avec des dames issues des lignages importants du royaume<sup>83</sup>.

Même si les activités de ses membres s'étendaient à des champs plus larges, la reconstitution effectuée indique que les archives organisationnelles que les générations de cette famille-institution ont constituées étaient surtout orientées vers l'affirmation de leur domination seigneuriale dans la région de l'Alto Minho. Il est vrai qu'il y a eu des pertes irréversibles de documents produits, tant en raison des logiques organisationnelles susmentionnées qu'à des logiques non organisationnelles qui ont eu

---

<sup>81</sup> V. chapitre 10 de la thèse.

<sup>82</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – A família Lima, p. 48.

<sup>83</sup> V. la contextualisation de la production/réception de l'information documentalisée de ces générations dans le sous-chapitre 8.2. de la thèse, ainsi que le chapitre 10 de la thèse.

lieu à partir du XIX<sup>e</sup> siècle. Cependant, malgré ces pertes, il a été possible d'entrevoir, à travers une partie de la documentation qui subsiste, le souci qu'avaient certaines de ces générations de conserver et de gérer leurs informations organisationnelles. Ils ont conservé les documents de concessions royales et de privilèges dans la région. Ils enregistraient, conservaient et géraient l'information pour défendre leurs droits face à d'autres puissances rivalisant pour le contrôle de la même région<sup>84</sup>. Dans ce contexte, ils ont produit des livres et des *tombos* dans lesquels ils ont compilé des écritures et listé les propriétés, les métayers et les revenus des biens qu'ils possédaient dans la région. Bien qu'il n'y ait pas de cotes dans les documents et qu'aucun inventaire du chartrier antérieur à 1578 n'ait été détecté, nous concluons que les livres et les *tombos* susmentionnés ont fonctionné comme des dépôts efficaces pour récupérer l'information documentalisée qui garantissait le contrôle et l'accès aux revenus qui soutenaient matériellement la Maison, y compris ses serviteurs, et qui contribuaient aussi à financer les entreprises militaires que ses chefs organisaient pour servir le roi<sup>85</sup>.

Nous nous sommes plongés dans le contexte de l'acquisition et de la gestion des informations sur les droits de patronage de diverses églises situées dans la région de l'archidiocèse de Braga, à partir de la vicomté du troisième vicomte de Vila Nova de Cerveira, Dom Francisco de Lima. Il a pris soin, non seulement d'obtenir et de conserver la preuve des donations de droits, mais aussi de les faire confirmer par l'archevêque Dom Diogo de Sousa. Dom Francisco de Lima aurait, comme tout l'indique, préparé un livre contenant ces confirmations, qui a ensuite été reconfiguré au XVII<sup>e</sup> siècle et a pris le format actuel<sup>86</sup>. La bonne organisation et la facilité d'accès de ce registre d'informations et de preuves étaient vitales dans le contexte compétitif que nous avons évoqué, afin de fournir des preuves face à d'autres patronages et pouvoirs locaux, mais aussi pour se préserver vis-à-vis des archives séculaires et bien fournies de l'archevêché de Braga. La possession de ces droits était cruciale pour le maintien de leur réseau, car les vicomtes pouvaient nommer des curés dans ces églises qui, bénéficiaient de revenus qui leur étaient associés. De plus, le choix des curés leur permettait d'exercer un certain

---

<sup>84</sup> V. sous-chapitres 10.1 et 10.3 de la thèse.

<sup>85</sup> V. sous-chapitre 10.2 de la thèse.

<sup>86</sup> VNC, cx. 15, n° 1.

contrôle sur la population locale, facilitant ainsi le recrutement militaire et la promotion des intérêts des vicomtes dans ces régions, en opposition à d'autres puissances rivales<sup>87</sup>.

Nous n'avons pas beaucoup de traces des informations et des documents des *vínculos* qui existaient dans les archives de cette Maison. Peu de registres nous sont parvenus. La famille-institution Lima administraient la chapelle de Dona Teresa da Silva, ainsi que le *morgadio* de Gaião, qui a fait partie de la dot de Dona Catarina de Ataíde. Après la sortie de ce *vínculo* et de sa documentation vers la Maison d'Arcos au XVII<sup>e</sup> siècle, il est difficile de comprendre l'impact que l'entrée de ce *morgadio* a eu sur la Maison, notamment en termes de pratiques archivistiques et d'usages donnés aux archives à partir de la génération de Dom João de Lima et de son épouse Dona Catarina. En ce qui concerne la chapelle de Teresa da Silva, épouse de Fernão Eanes de Lima, nous ne disposons que des sommaires de documents figurant dans l'Inventaire de 1675-77 et d'une copie non authentifiée d'une donation faite en faveur de la chapelle par son fils, Leonel de Lima<sup>88</sup>.

Le rôle joué par les agents et les administrateurs au service de cette maison seigneuriale, les choix qu'ils ont faits concernant la gestion des archives et la création de certains outils archivistiques reste à déterminer. Il semble que de nombreux curés que les vicomtes nommaient dans les églises sous leur patronage aient joué un rôle important à cet égard<sup>89</sup>. Cependant, il nous a semblé évident que certains vicomtes, bien que déléguant de nombreuses tâches administratives et de gestion d'information organisationnelle à des procureurs et serviteurs, avaient également une connaissance approfondie des documents et des droits, et savaient utiliser cette information en cas de besoin, comme en témoigne la participation du 2<sup>e</sup> vicomte de Vila Nova de Cerveira, João de Lima, lors d'une réunion du conseil de la ville de Ponte de Lima en 1498, sur la réforme des *forais*, dans laquelle il détaille toutes les prérogatives qu'il possédait dans cette ville<sup>90</sup>.

---

<sup>87</sup> V. sous-chapitre 10.3 de la thèse, en particulier p. 263.

<sup>88</sup> V. sous-chapitre 10.1, p. 249-250 de la thèse.

<sup>89</sup> V. SILVA, Armando M. da; DAMÁSIO, Luís P. Castro; GACHINEIRO, João C. – *Casas armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez: subsídios para o estudo da nobreza arcoense*. Arcos de Valdevez : Câmara Municipal, 2019. Vol. 7, p. 327–328.

<sup>90</sup> V. sous-chapitre 10.1, p. 251-252 de la thèse.



### ***Brito Nogueira : la vocation patrimoniale et les vínculos de la famille-institution***

Pour la famille-institution Brito Nogueira, les *vínculos* de Santo Estêvão de Beja (fondé par un membre du groupe parental Brito) et de maître Pedro à l'église Saint-Laurent de Lisbonne (membre du groupe parental Nogueira), ont agi comme des unificateurs de cette famille-institution, peut-être parce que les clauses de succession favorisaient le fils aîné dans le cas du second, mais aussi en raison de la capacité des chefs de famille à l'assurer à leur premier-né.

Ces chefs se sont efforcés de concentrer dans leurs mains et d'administrer davantage de *vínculos* détenus par les membres du groupe parental Nogueira, ce qui a donné lieu à des conflits avec d'autres parents, en particulier dans les générations de Mem de Brito et Luís de Brito Nogueira I. La transmission de certains de ces *vínculos* a été plus dynamique, notamment lorsqu'ils comportaient des clauses fondatrices plus fluides, destinées à profiter à d'autres membres du groupe parental, en particulier aux cadets, ainsi que lorsque ces clauses n'étaient pas respectées et/ou étaient contestées. Cela ouvrait la possibilité de créer d'autres lignes de succession parallèles à celles de cette famille-institution à laquelle ces *vínculos* pouvaient être transférés avec les documents respectifs. Même si les nouveaux administrateurs faisaient partie du groupe parental, ils avaient leurs propres archives organisationnelles dans lesquelles ils intégraient cette documentation. Cependant, comme ces *vínculos* sont restés en possession des membres de cette famille-institution quelque temps, ils ont laissé des « vestiges » de documents dans leurs archives organisationnelles, comme ce fut le cas pour le *vínculo* établi par Constança Eanes Palhavã, qui a été transmis au frère d'Estêvão de Brito Nogueira. Par conséquent, il n'y a pas eu d'accumulation patrimoniale progressive, il y a eu des entrées mais aussi des sorties de *vínculos* et d'autres biens. Cependant, un ensemble s'est maintenu dans la lignée des premiers-nés, donnant une stabilité et une identité à ce groupe représenté par un chef, qui est spécifiquement identifié dans la documentation en tant que seigneur de ces *morgadios*, celui de Santo Estêvão de Beja et de S. Lourenço de Lisbonne<sup>91</sup>.

---

<sup>91</sup> V. sous-chapitre 11.1 de la thèse.

Les archives organisationnelles que les membres de cette famille-institution ont constituées montrent l'importance attribués aux *vínculos*. Les pratiques archivistiques, en particulier les inventaires, montrent à quel point la gestion de ces informations était une priorité pour la survie du groupe et peut-être l'un de ces principaux moyens de subsistance. L'élaboration du *Catálogo do Cartório da Casa* (Catalogue du chartrier de la Maison)<sup>92</sup>, peut-être peu après 1542, montre la nécessité de contrôler l'extraordinaire production documentaire enregistrée durant les administrations des générations dirigées par Mem de Brito et son fils Luís de Brito Nogueira I, dont l'ensemble de la production dépassait les trois cents écritures. Ce catalogue a permis de bien connaître le contenu des écritures du chartrier, avec des descriptions détaillées de testaments fondateurs de *vínculos*, tel celui de maître Pedro. Peut-être a-t-il été déjà conçu dans l'intention d'être converti en un autre outil de description qui associerait les *vínculos* à leurs propres actes<sup>93</sup>. C'est ce que semblent indiquer certains ajouts, qui identifient le *vínculo* auquel ils appartiennent à certains sommaires d'écritures. De même, cette hypothèse peut être renforcée par la production d'un autre inventaire, peut-être postérieur à 1578, qui reprend les sommaires du Catalogue avec de légères modifications, mais sous une nouvelle organisation. La grande majorité de cette documentation est liée aux *vínculos* administrées par les membres de cette famille-institution, tandis qu'un nombre moins important de documents des catégories « alvarás » (documents royaux), « bulas » (documents papaux), « livros » (livres) et « alheios » (documents « étrangers ») n'est pas lié à ces *vínculos*<sup>94</sup>.

Les activités des membres de cette famille-institution s'étendaient également à d'autres domaines. Les chefs de famille ont engrangé des privilèges grâce aux services rendus aux monarques, en particulier leur assistance militaire. Mem de Brito aurait reçu la juridiction de la ville d'Aveiras en reconnaissance de son soutien au roi Afonso V, lors de la bataille d'Alfarrobeira<sup>95</sup>. Lui, tout comme ses descendants ont été intégrés dans le cercle de la cour royale, bénéficiant d'alliances matrimoniales avantageuses avec des dames issues de groupes parentaux bien intégrés à la cour, comme ce fut le cas de

---

<sup>92</sup> VNC, cx. 7, n° 1.

<sup>93</sup> V. sous-chapitre 11.3 de la thèse, en particulier p. 287-290.

<sup>94</sup> V. sous-chapitres 11.3 et 11.4 de la thèse, en particulier p. 288-289 et 292-293.

<sup>95</sup> MORENO, Humberto Baquero – *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Lourenço Marques : [éd. de l'auteur], 1973, p. 746–747.

Grimanesa de Melo, l'épouse de Mem de Brito. Mem de Brito, Luís de Brito Nogueira I et Lourenço de Brito Nogueira sont cités comme membres du conseil royal. À son tour, Estêvão de Brito était un noble de la Maison du roi et il occupait un poste de conseiller de Lisbonne.

Ces activités n'ont peut-être pas conduit à la conservation systématique d'informations documentalisées dans les archives organisationnelles de la famille-institution, mais elles ont laissé des traces qui ont été conservées, certaines d'entre elles étant même classées comme « *alheios* » (« étrangers ») dans l'inventaire appelé *Tombo*, ou associées à la catégorie « *alvarás e cartas do rei* » (documents royaux). D'autres activités sont nettement moins connues, notamment leur façon de compléter leurs revenus en empruntant de l'argent à intérêt ou même en s'engageant éventuellement dans des activités commerciales<sup>96</sup>.

Les *vínculos*, en raison de leur « loi éternelle », devaient durer jusqu'à la fin des temps<sup>97</sup> et ils ont assuré à ce groupe une cohésion et une identité propre sur le long terme. La nécessité de les conserver dans la Maison signifiait que, à chaque génération, son chef anticipait les menaces possibles et agissait pour les minimiser, voire les dissiper. C'est ainsi que Luís de Brito Nogueira I, qui soutenait Afonso V dans ses prétentions au trône de Castille et craignait sa mort à la guerre, tenta d'obtenir du roi qu'il autorise son fils aîné à succéder à son grand-père, Mem de Brito, dans les *morgadios*. De la même manière, Estêvão de Brito Nogueira cherchait à obtenir le pardon du pape pour sa relation adultère avec Isabel da Costa et la légitimation du fruit de cette relation afin qu'il puisse lui succéder. Une fois son fils légitimé, Estêvão de Brito prépara son avenir en négociant son mariage avec Dona Antónia da Silva, fille du seigneur de Vagos, alors que Lourenço de Brito Nogueira n'avait guère que trois ans. Ce projet a été poursuivi par Isabel da Costa qui, à la mort de son mari Estêvão, a pris en charge l'administration de la Maison pendant la minorité de son fils. Les contextes favorables et les réseaux d'influence dans lesquels évoluaient ces chefs de famille ont assuré le succès de leurs actions et la continuité de la famille-institution<sup>98</sup>. Il faut cependant noter que des forces

---

<sup>96</sup> V. sous-chapitre 11.2 de la thèse.

<sup>97</sup> ROSA, Maria de Lurdes – *As almas herdeiras: fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*. Lisbonne : IN-CM, 2012, p. 572–586.

<sup>98</sup> V. sous-chapitre 11.1 de la thèse.

extérieures ont également conditionné cette continuité et la gestion de l'information des *vínculos*. Outre les litiges déjà évoqués et vérifiés au sein du groupe parental à cause de l'administration de certains *vínculos*, la législation royale s'est aussi immiscée dans les aspects liés à leur transmission, à l'accomplissement des obligations et à leur documentation. Nous nous référons, en particulier, à la législation manuelle, qui obligeait les administrateurs à conserver l'acte de fondation, les titres prouvant la propriété des biens et la production de *tombos*<sup>99</sup>. Ces aspects ont influencé la manière dont l'information a été transformée en document-registre, classé dans les archives organisationnelles et utilisé plus tard comme document-témoignage<sup>100</sup>.

L'administration de Luís de Brito Nogueira II a représenté ce que nous considérons comme un moment de transition. Il a préparé son fils, Dom Lourenço de Lima, à hériter le patrimoine matériel et symbolique de deux Maisons. Ce qui reste ne nous permet pas d'évaluer son action dans l'administration des *vínculos* de son père, Lourenço de Brito Nogueira, ni de déterminer le moment où il lui a succédé. Ses efforts pour tenter de succéder à son beau-père, le 5<sup>e</sup> vicomte de Vila Nova de Cerveira, puis l'administration de ces biens en tant que tuteur de son fils sont plus clairement documentés. Depuis la mort du vicomte Francisco de Lima en 1578, les archives organisationnelles des Lima sont devenues une source d'information qui a été exploitée, éventuellement avec l'aide des administrateurs et des serviteurs de son beau-père, pour mobiliser de la documentation généalogique, des concessions royales et autres preuves des droits qui appartenaient à son beau-père. Toutes ses actions révèlent une certaine préparation et une expérience dans la gestion de l'information organisationnelle et l'utilisation des preuves, un savoir accumulé qui lui a certainement été transmis par ses prédécesseurs. Au cours du processus, il a non seulement mobilisé la documentation Lima susmentionnée, mais il a également eu recours aux archives royales, et peut-être aux archives de sa propre Maison, pour présenter des certificats attestant de ses services lorsque, dans un premier temps, il a cherché à succéder avec son épouse dans les biens de la Couronne et les juridictions qui avaient appartenu au défunt vicomte. Le décès prématuré de Dona Inês de Lima n'a peut-être pas facilité cette entreprise.

---

<sup>99</sup> V. ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV: modelos e práticas comportamento linhagístico*. Lisbonne : Estampa, 1995, p. 244–248.

<sup>100</sup> V. sous-chapitre 11.2 de la thèse.

Il réussit cependant à assurer la succession de la Maison des Lima et le titre à son fils, grâce à l'autorisation du roi Dom Henrique, par une charte émise le 3 décembre 1579, qui prenait en compte les services rendus par les Lima, de Fernão Eanes de Lima à Francisco de Lima, et par Luís de Brito lui-même au roi Sebastião, notamment lors de la bataille d'Alcácer Quibir<sup>101</sup>.

***Les Limas Brito Nogueira : la fusion de plusieurs Maisons et des archives organisationnelles en construction***

On considère qu'une nouvelle phase de l'histoire des familles-institution de Lima et Brito Nogueira commence avec Dom Lourenço de Lima. L'objectif de cette division analytique est simplement de souligner les changements survenus dans la famille en tant que corps ou institution, qui a pris de nouvelles formes d'un point de vue organisationnel, visibles dans l'information documentalisée qu'elle a produite, reçue, conservée et administrée, ainsi que dans certaines des fonctions et significations attribuées aux archives. Cette évolution s'est faite graduellement, Luís de Brito Nogueira jouant un rôle décisif dans la transition. Cependant, c'est Lourenço de Lima qui a repris la représentation de tout le patrimoine et qui a donné son identité aux deux Maisons, celle des Lima et celle des Brito Nogueira. Il a succédé à son père dans l'administration des *morgadios* qu'il possédait, tout comme, avec l'autorisation royale, il a recueilli les biens et les droits de la Couronne que son grand-père avait possédés. Il a pris le nom de Lourenço de Lima Brito Nogueira au lieu de Lourenço de Brito Nogueira, par ordre du monarque, et s'est efforcé de donner une continuité à sa Maison par sa descendance avec Luísa de Távora, petite-fille du comte d'Idanha. Les vicissitudes de l'histoire du royaume et de sa propre famille l'ont amené à revoir plusieurs fois la future destinée de sa Maison. À la mort de son fils aîné et en raison de l'absence de son fils cadet, João Fernandes de Lima, resté en Castille après la Restauration de 1640, il a dû assurer la continuité de la Maison et du titre par l'intermédiaire de son benjamin, Diogo de Lima. Le mariage de ce dernier avec Joana de Vasconcelos, unique successeur de João Luís de Vasconcelos et de son épouse Maria de Noronha, a conduit plus tard à l'incorporation dans la Maison des vicomtes d'un ensemble patrimonial et de sa respective

---

<sup>101</sup> V. sous-chapitre 11.4 de la thèse.

documentation appartenant aux Vasconcelos e Meneses, y étant compris la « Maison de Mafra », ainsi que le nom Vasconcelos<sup>102</sup>.

Dans la thèse, nous avons analysé séparément la production d'information documentalisée et archivée des générations dirigées par Lourenço de Lima et Diogo de Lima, mais ici nous résumons les principaux aspects qui ressortent de l'analyse des deux<sup>103</sup>. La reconstitution effectuée nous permet de confirmer l'existence de continuités, mais aussi de différences par rapport aux archives organisationnelles des générations Lima et Brito Nogueira déjà analysées.

En ce qui concerne les continuités, l'utilisation des livres de rentes et d'enregistrement de bail, ainsi que des *tombos* de *vínculos* et de biens concédés par la Couronne, est restée importante pour contrôler le grand nombre de propriétés qui avaient toutes des règles de transmission et de gestion différentes. Malgré une certaine centralisation et un contrôle de la part des vicomtes, la gestion d'un patrimoine aussi vaste et aussi géographiquement dispersé a dû être déléguée à des administrateurs qui les aidaient dans les affaires domestiques, la perception des loyers, la gestion des archives ou des petits fonds documentaires qui étaient parfois en leur possession, ainsi que pour les représenter dans divers contextes par procuration.

Quant aux différences, on vérifie que la « scripturisation » progressive de la société<sup>104</sup> a contribué à l'augmentation ou à la création de certains types de documents qui ont commencé à être conservés. C'est le cas des textes généalogiques et des mémoriaux, des lettres que les vicomtes recevaient des administrateurs de leurs domaines, mais aussi de ce que nous considérerions aujourd'hui comme de la correspondance « personnelle » et de la correspondance liée aux « fonctions publiques » exercées au service du roi et du royaume. Nous nous référons ainsi, entre autres, à l'importante charge de membre du Conseil du roi et, dans le cas de Diogo, à la fonction de gouverneur des armes de la province d'Entre Douro e Minho.

---

<sup>102</sup> V. sous-chapitre 12 de la thèse.

<sup>103</sup> V. sous-chapitres 12.1 et 12.2 de la thèse.

<sup>104</sup> BOUZA, Fernando – *Imagen y propaganda: capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid : Akal, 1998, p. 40.

La documentation conservée permet de comprendre le rôle qu'ils ont joué en tant que *pater familias*, guidant les destinées de la Maison et de leurs enfants, préparant leur dot et leur mariage ou leur entrée en religion, et transmettant à leur successeur les connaissances relatives à la gestion de la propriété, de la documentation et des réseaux de mécénat de la Maison. La gestion des droits de patronage des églises était fondamentale pour le maintien de ces réseaux sociaux d'influence, ainsi que nous l'avons déjà souligné. Les recueils d'informations et de preuves créés pour les églises situées dans l'archidiocèse de Braga, qui ont fait l'objet d'une attention et d'une réorganisation au XVII<sup>e</sup> siècle, sont particulièrement bien connus. La concurrence avec d'autres institutions pour le contrôle des mêmes espaces a conditionné la forme dont l'information a été archivée et gérée. Il en va de même pour les conflits internes qui surgissaient au sein du groupe parental à propos de succession et d'héritage. Ceux-ci ont conduit non seulement à la conservation des testaments, des contrats de dot et de certains documents sur les partages dans la mesure où leurs clauses avaient un impact sur les biens appartenant à la Maison. Ils ont aussi influencé la préparation, la conservation et la réutilisation des actes générés à la suite de certains litiges, les exemples paradigmatiques étant les deux volumineux livres produits dans le cadre du litige sur des biens de la « Maison de Mafra » dont Joana de Vasconcelos et Diogo de Lima avaient hérité<sup>105</sup>. La personnalité du chef de famille a eu une influence sur la manière dont les conflits ont été gérés, mais aussi sur ce qu'il a été décidé d'enregistrer, d'archiver et de conserver. Le fait qu'une grande partie de la correspondance « personnelle » et « de fonction » produite par Diogo de Lima ait été conservée est probablement lié à son caractère scrupuleux, mais il convient de noter que sa conservation à long terme jusqu'à aujourd'hui a été favorisée par l'intégration de cette documentation, au début du XVIII<sup>e</sup> siècle, à la bibliothèque du comte de Redondo, en raison d'intérêts pouvant être qualifiés d'historiques et culturels, et par son transfert ultérieur à la librairie royale.

---

<sup>105</sup> V. sous-chapitre 12.2 de la thèse, en particulier p. 322-323.

Dans une société comme la société prémoderne, structurée par l'idée d'*ecclesia*<sup>106</sup>, la dimension spirituelle était intimement liée à la vie et aux décisions des membres de la Maison, ce qui a naturellement influencé la production documentaire chez ces deux générations. Cela est visible dans les écritures associées aux interventions dans les « églises-panthéons »<sup>107</sup> des membres de ces générations à Lisbonne et à Ponte de Lima, dans les dernières volontés exprimées dans les testaments des vicomtes et vicomtesses et, surtout, dans les preuves de l'accomplissement des obligations pieuses instituées par leurs ancêtres<sup>108</sup>.

Après avoir analysé la production globale d'informations de chacune des vicomtés, nous nous sommes penchés sur quelques cas particuliers pour chacune d'entre elles. Pour la vicomté de Lourenço de Lima, nous avons choisi d'approfondir deux aspects qui ont eu un impact particulier sur la production documentaire de Dom Lourenço et de son épouse, et sur les usages que ce vicomte a fait des archives. L'un sur la gestion des informations relatives aux *vínculos*, l'autre sur la mobilisation de l'information et de la documentation des archives familiales afin d'obtenir des faveurs royales et une distinction sociale dans les premières années de sa vicomté.

En ce qui concerne le premier aspect, on constate qu'un travail approfondi de connaissance des *vínculos* a été réalisé, sous la tutelle des fonctionnaires nommés par le roi (*juízes do tombo*), à partir de 1609. Des mesures et des confrontations de propriétés ont été effectuées, ainsi que la vérification et la régularisation des baux existants, ce qui a impliqué la mobilisation de la documentation produite par les Brito Nogueira et la production de copies, de certificats, de registres et de nouveaux baux. Le vicomte et ses serviteurs ont également cherché à connaître l'histoire de la fondation et de la succession des *vínculos* de la Maison, ce qui a donné lieu à la production de textes historiques et généalogiques. La prise de conscience que l'absence du document fondateur pour le morgadio de Santo Estêvão de Beja pourrait compromettre le maintien du *vínculo* au sein de la Maison a conduit, plus tard, en 1645-1646, à demander

---

<sup>106</sup> GUERREAU-JALABERT, Anita – L'*ecclesia* médiévale, une institution totale. Dans OEXLE, Otto Gerhard; SCHMITT, Jean-Claude (éd.) – *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*. Paris : Éditions de la Sorbonne, 2002, p. 219–226.

<sup>107</sup> Sur ce concept, v. ROSA, Maria de Lurdes – *As almas herdeiras*, p. 640.

<sup>108</sup> V. sous-chapitres 12.1 et 12.2 de la thèse, en particulier p. 305-306 et 330.



au roi la reconstitution du document d'institution de ce *morgadio*. Cette requête a eu lieu quand Lourenço de Lima préparait la succession de sa Maison en faveur de Dom Diogo, qui était l'un de ses plus jeunes fils. A l'époque, son petit-fils aîné, fils de son fils aîné décédé, était destiné à être le prochain administrateur de ce *vínculo*, mais il n'avait toujours pas de descendance<sup>109</sup>.

Quant au second aspect, nous avons vu comment Dom Lourenço a mobilisé certaines des informations contenues dans les archives pour construire un discours qui légitime et justifie les faveurs qu'il prétend solliciter auprès du roi, à savoir recevoir les honneurs dont jouissent les comtes ou même se voir attribuer le titre de comte. Nous n'avons pas cherché à reconstituer et à détailler la complexité des procédures de demandes, notamment parce que les prérogatives et les privilèges accordés à Dom Lourenço pendant sa vicomté, ainsi qu'à sa femme et à ses enfants, ne se limitent pas à ce qui a été analysé. Cependant, le fait que les minutes des requêtes, préparées dans le but indiqué, aient été conservées nous donne une idée de la manière dont l'information pourrait être réutilisée dans les archives organisationnelles. Dom Lourenço a utilisé les requêtes de son père, des textes généalogiques et historiques, des lettres de concessions royales, des certificats et de la correspondance échangée avec Dom Filipe I, qui avaient été archivés par lui-même et son père, Luís de Brito. À partir de ces éléments, il a construit l'image d'un « lignage de service »<sup>110</sup> et de continuités multiples fondées sur la légitimité du sang et du nom<sup>111</sup>.

Dans le cas de la vicomté dirigée par Dom Diogo, nous avons choisi de réfléchir sur quelques exemples liés aux usages et aux significations attribuées à la documentation et aux archives dans le cadre des conflits de succession et d'héritage des biens appartenant au vicomte Dom Lourenço. Ce dernier avait abdicqué de son titre en 1646 en faveur de Dom Diogo, tout en préparant sa succession dans la Maison. À la mort de Dom Lourenço en 1649, les différends concernant la propriété des *morgadios* et le partage de certains biens ont commencé. Les héritiers, en l'absence du vicomte Dom Diogo, qui exerçait des fonctions militaires dans le Minho, ont exercé des pressions pour

---

<sup>109</sup> V. sous-chapitre 12.1.1 de la thèse.

<sup>110</sup> GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – *La edad de la nobleza: identidad nobiliaria en Castilla y Portugal (1556-1621)*. Madrid : Polifemo, 2012, p. 172.

<sup>111</sup> V. sous-chapitre 12.1.2 de la thèse.

avoir accès aux documents qui se trouvaient fermés dans le bureau du vicomte à Lisbonne. Ceux-ci étaient sous l'autorité de Dom Diogo, parce qu'il était l'héritier de la Maison. Cependant, une fois les partages et les litiges résolus, les documents relatifs aux *vínculos* et aux autres propriétés qui n'appartenaient plus à la Maison devaient quitter le chartrier et être remis aux nouveaux propriétaires. C'est le cas, par exemple, des documents relatifs aux *morgadios* de Santo Estêvão de Beja et de Gaião, qui se sont sortis de la Maison, leurs documents ont été remis aux nouveaux administrateurs<sup>112</sup>.

Outre ces querelles, qui surviennent peu après la mort du vicomte Lourenço de Lima, Dom Diogo doit lutter pour la succession de la Maison contre son frère João Fernandes de Lima, qui était resté du côté castillan après la Restauration en 1640. Une fois la paix définitive avec la Castille signée en 1668, ce frère aîné est venu revendiquer son droit à la succession. Ils parvinrent à un accord en 1670, sans que la Maison ne soit divisée, si bien que Diogo de Lima en conserva la direction. Même si nous n'avons pas connaissance de litiges au sujet de la propriété des archives, nous avons remarqué que la documentation produite et reçue dans un contexte de conflits ou de négociations, comme celui-ci, avait tendance à être conservée dans des dossiers thématiques, probablement en prévision d'une éventuelle utilisation future à des fins similaires<sup>113</sup>.

Sous les générations des Lima et des Brito Nogueira, nous pouvons constater que les archives ont continué à remplir une fonction de lieu de la preuve, où étaient conservés les titres attestant de la propriété des biens et des privilèges reçus, ainsi que d'instrument permettant une meilleure gestion quotidienne des biens et le contrôle des revenus qui soutenaient matériellement les Maisons. Cependant, d'autres fonctions ont commencé à prendre de l'importance pour les générations des Lima Brito Nogueira, telles que celui de gardien de la mémoire, de l'identité (ou identités) et des discours légitimant la situation actuelle, qui visaient à préserver ou à élever le statut que le chef et les membres de la Maison occupaient dans la société, ainsi qu'à permettre d'affirmer les intérêts du chef face à d'autres personnes existant dans la parenté qui étaient porteuses de conflits internes.

---

<sup>112</sup> V. sous-chapitre 12.2.1 de la thèse, en particulier p. 336-340.

<sup>113</sup> V. sous-chapitre 12.2.1 de la thèse, en particulier p. 341-344.

### ***Sur les archives et la consolidation de(s) Maison(s) des vicomtes de Vila Nova de Cerveira jusqu'au XVII<sup>e</sup> siècle***

L'idée d'une Maison et d'un fonds d'archives des vicomtes de Vila Nova de Cerveira, plus tard marquis de Ponte de Lima, qui s'étend du XIV<sup>e</sup> au XIX<sup>e</sup> siècle, est le fruit d'une construction de plusieurs générations qui se sont succédé à ce titre, consolidée par les organisations archivistiques qui sont nées de l'activité organisationnelle de ces mêmes générations et des reconfigurations non organisationnelles qui ont eu lieu du XIX<sup>e</sup> siècle jusqu'à nos jours.

Si l'on se concentre sur la période analysée, on constate que différents membres des générations étudiées ont contribué à la construction de la Maison jusqu'au XVII<sup>e</sup> siècle, en particulier le *pater familias* et son successeur. Les rôles de « père » et de « fils aîné » n'ont pas toujours été effectivement occupés par le géniteur et l'aîné mâle. D'autres membres du groupe pouvaient remplir ce rôle. Le père pouvait être remplacé par la mère si celle-ci, devenue veuve, assumait la tutelle de l'enfant mineur et l'administration de la Maison. C'est le cas d'Isabel da Costa, mère de Lourenço de Brito Nogueira. Le rôle de « fils aîné » pouvait également être occupé par un autre fils, comme dans le cas de Leonel de Lima ou de Diogo de Lima, ou par une fille. Dans le cas des filles, c'est généralement le mari qui assure la relève, comme ce fut le cas pour Joana de Vasconcelos, épouse de Diogo de Lima, lorsqu'elle succéda à son père.

Le *pater familias* jouait un rôle moral et politique, étant chargé de gouverner la Maison à tous les niveaux et de guider l'avenir de ses membres. Préparer la succession, anticiper et minimiser les scénarios défavorables est fondamental. C'est ce qu'ont fait Luís de Brito Nogueira I, en se prémunissant contre la possibilité de mourir à la guerre, et Estêvão de Brito, en légitimant sa relation adultérine pour légitimer également son fils. Le cas du vicomte Lourenço de Lima est le mieux documenté et il convient de souligner le rôle qu'il a joué dans la préparation des contrats de dot pour le mariage ou l'entrée en religion de ses enfants. Dans son testament, rédigé en 1635, il a établi quels biens seraient liés à la Vicomté du Minho, destiné au successeur de sa Maison, et lesquels seraient associés au morgadio de Santo Estêvão de Beja, destiné à être administré par l'aîné de ses petits-fils.

Nous nous rendons compte que la Maison n'était pas un espace où s'observait uniquement l'accumulation progressive de biens matériels et symboliques. Bien que l'on ait essayé de préserver un noyau fondamental qui lui donnait une identité, une unité et les revenus les plus importants, il fallait aussi distribuer — ce qui pouvait être distribué par droit ou par la volonté du *pater familias* — aux membres qui, entre-temps, pouvaient former leur propre famille-institution par le biais du mariage. Par conséquent, dans certains cas, même si la transmission d'un noyau essentiel des archives se faisait verticalement — au fils aîné ou à la personne qui occupait cette fonction —, il y avait également des parties des archives qui étaient distribuées horizontalement accompagnant les biens qui sortaient. C'est bien le cas des documents relatifs aux *morgadios* de Santo Estêvão de Beja et de Gaião, ainsi que de nombreux autres biens plus difficiles à retracer.

L'héritage et la succession étaient des contextes propices à la naissance de conflits, comme le montrent clairement les exemples analysés pour la vicomté de Dom Diogo de Lima. Sous la tutelle du chef de famille se trouvaient les papiers qui permettaient de défendre les intérêts de la famille-institution qu'ils étaient en train de construire. Cette défense était nécessaire non seulement par rapport aux conflits d'intérêts internes, mais aussi par rapport aux autres institutions qui se disputaient le contrôle des mêmes territoires et sphères d'influence. Les pratiques archivistiques adoptées ont transformé les archives afin qu'elles puissent répondre aux différents enjeux. Comme nous l'avons vu, les documents ont assumé différentes fonctions au fil du temps, mais toutes étaient liées à la nécessité de maintenir et de perpétuer la famille-institution, sa position sociale, sa subsistance matérielle, son identité et sa mémoire. Les archives ne sont donc pas statiques, elles sont une ressource dynamique qui accompagne la construction de ces groupes.

Les archives organisationnelles ne sont pas le seul élément dans la construction de l'identité du groupe familial, sa consolidation institutionnelle ou la reproduction de son pouvoir. Les alliances matrimoniales, les services rendus au roi, les charges et fonctions occupées, les réseaux de mécénat constitués sont autant de facteurs qui entrent en ligne de compte. Nous constatons que les actions et les décisions de Luís de Brito Nogueira II, Lourenço Lima et Diogo de Lima ont été fondamentales pour garantir

la continuité du titre et d'une partie substantielle du patrimoine matériel et symbolique qui avait appartenu à la famille-institution Lima, mais qu'ils n'ont pas manqué d'enrichir tout au long de leurs générations. D'autre part, le soutien de Dom Lourenço et de Dom Diogo à la dynastie brigantine a permis de préserver le statut de la Maison, et les vicomtes ont occupé des charges importantes, y compris celle de conseiller du roi. A la confluence de toutes ces variables, la transmission et l'entretien de l'information documentalisée transformée en archives, ainsi que le transfert des connaissances liées à sa gestion, à travers les générations étudiées, ont été cruciaux pour soutenir ce statut et la cohésion du groupe et, en fin de compte, cela a permis d'avoir une Maison institutionnellement consolidée à l'aube du XVIII<sup>e</sup> siècle<sup>114</sup>. Les cas analysés dans la quatrième partie semblent le démontrer, bien que plusieurs aspects méritent d'être approfondis, compte tenu des limites de notre reconstruction.

## CONCLUSION

L'objectif de cette recherche était d'étudier, à travers une approche d'archivistique historique, la production informationnelle documentalisée et les archives organisationnelles qui ont été constituées par les familles-institutions Lima et Brito Nogueira, ainsi que les deux premières générations qui ont suivi l'union entre Luís de Brito et Inês de Lima et qui ont assuré la continuité du patrimoine matériel et symbolique associé au titre de vicomte de Vila Nova de Cerveira. Nous avons cherché à répondre à un ensemble de questions visant à comprendre comment les membres de ces générations ont utilisé leurs archives pour assurer le fonctionnement, la cohésion et la survie du groupe en tant qu'institution, en tant que corps. Enfin, nous avons cherché à comprendre comment les archives ont contribué à la consolidation institutionnelle de la Maison des vicomtes de Vila Nova de Cerveira jusqu'au XVII<sup>e</sup> siècle.

La première partie de la thèse, intitulée « Cadre de la recherche », établit le cadre théorique et conceptuel qui a guidé l'itinéraire de la recherche. Bien que l'approche en archivistique historique soit appliquée aux « archives familiales » depuis 2010, il s'agit d'une perspective qui évolue et se redéfinit. Nous avons ressenti le besoin d'encadrer et

---

<sup>114</sup> V. chapitre 13 de la thèse.

d'élucider des concepts essentiels à notre étude. Les premiers chapitres, plus théoriques, nous ont permis de décrire tout de suite avec plus de précision l'objet de l'étude, les objectifs, les problématiques, le parcours de recherche et les méthodologies appliquées au cas étudié. Malgré son ampleur, nous pensons que cette réflexion initiale sert de base et de support à la compréhension des parties suivantes de la thèse. Cependant, nous sommes convaincus que les définitions que nous proposons pour certains des concepts utilisés dans l'approche méritent une discussion interdisciplinaire plus approfondie. De même, la définition de famille-institution présentée doit être complétée par des études supplémentaires portant sur les configurations institutionnelles des groupes parentaux.

Dans la deuxième partie, nous avons essayé de comprendre comment les archives organisationnelles des vicomtes de Vila Nova de Cerveira ont été démantelées après le XIX<sup>e</sup> siècle, et nous sommes remontées jusqu'à la fin du XVII<sup>e</sup> siècle, en déconstruisant plusieurs intertextualités accumulées au fil du temps qui ont obéi à des logiques non organisationnelles et organisationnelles. Nous avons vu comment certains noyaux documentaires ont été dispersés à partir des chartriers de Ponte de Lima et de Lisbonne, et aussi compris la genèse et le contenu du fonds *Vicomtes de Vila Nova de Cerveira et Marquis de Ponte de Lima* appartenant à Monsieur Vasconcellos e Souza. L'exposé détaillé que nous avons réalisé visait à révéler le degré de dispersion du fonds et les différentes intertextualités accumulées qui ont conditionné de manière significative la reconstitution réalisée. Nous avons également cherché à fournir au lecteur plusieurs hypothèses sur des questions qui restent ouvertes et qui peuvent être explorées, par nous ou par d'autres, dans le cadre de recherches ultérieures. Nous sommes conscients que les archives organisationnelles ne se sont pas limitées à la documentation trouvée dans ces deux chartriers. Les indices que nous avons explorés indiquent l'existence d'écritures de gestion courante trouvées dans d'autres propriétés de la Maison et entre les mains d'administrateurs et de procureurs des vicomtes, qui sont plus difficiles à identifier. Plusieurs érudits du XIX<sup>e</sup> siècle et du début du XX<sup>e</sup> siècle, attirés par l'histoire locale et dont les collections sont actuellement déposées dans des institutions publiques, ont contribué à la survie de la plupart des ensembles cartographiés. D'autres personnes, attirés par la valeur monétaire de la documentation, ont favorisé sa

circulation, depuis le XIX<sup>e</sup> siècle, à travers des enchères, chez des bouquinistes et dans des collections privées parfois inaccessibles. Bien qu'elle ait quitté les archives des vicomtes au XVIII<sup>e</sup> siècle, une collection de la Bibliothèque d'Ajuda a également été prise en compte dans la cartographie et l'analyse, car elle contient de la documentation produite et archivée par des membres des générations étudiées. Le contenu et l'histoire de la conservation des documents de cette collection exigent un examen plus approfondi que celui que nous avons entrepris, en particulier pour une compréhension plus précise des transformations qu'ils ont subies dans la bibliothèque du comte de Redondo et, plus tard, dans la bibliothèque royale. Nous avons laissé en suspens quelques questions concernant la constitution des codex factices et des livres avec plusieurs copies de documents ; les réponses à ces questions permettraient de compléter, ou de reformuler, certaines des conclusions avancées dans la quatrième partie de ce travail.

Dans la deuxième partie de la thèse nous avons également démontré comment les sélections, les classifications et les descriptions archivistiques affectent l'intelligibilité des contextes de la genèse de la documentation transformée en archives. Cependant, il est apparu clairement que les « transformissions » ne se sont pas seulement produites à la suite de « reconfigurations non organisationnelles » après le XIX<sup>e</sup> siècle, mais aussi en fonction des besoins organisationnels de la famille-institution. Certains des outils de récupération de l'information analysés et produits entre la fin du XVIII<sup>e</sup> siècle et le début du XIX<sup>e</sup> siècle concernent principalement le chartrier de Lisbonne et mettent en évidence les *vínculos* et les biens de la Couronne qui se trouvaient dans la Maison, dirigée par le vicomte de Vila Nova de Cerveira, et qui avaient leurs origines dans différentes « Maisons » et « familles ». Le fait qu'il n'existe pas d'inventaires du chartrier de Ponte de Lima postérieurs au XVIII<sup>e</sup> siècle — ou qu'ils ne nous soient pas parvenus — a conditionné l'image que nous avons du chartrier et notre reconstitution.

Ce parcours « archéologique » a permis de comprendre précisément les limites de la reconstitution. Nous avons tenté de les renforcer et de les résumer au début de la troisième partie de la thèse, avant de proposer la contextualisation de la documentation cartographiée pour les générations sélectionnées dans un cadre de classement organique, construit sur la base du modèle systémique conçu par Malheiro da Silva. Bien

que la construction d'un cadre de classement qui contextualise réellement toute la complexité des archives familiales soit une tâche difficile, nous pensons que le modèle systémique présente certains avantages contextuels qui ont été utiles pour organiser l'information documentalisée cartographiée et pour avancer dans l'analyse. Cependant, certaines questions restent en suspens et nous pensons que d'autres études seraient nécessaires pour tester le modèle par rapport à la réalité institutionnelle et documentaire rencontrée. Certains concepts de base du modèle doivent être reconsidérés, en particulier, celui de famille, pour tenir compte des différences substantielles qui existent entre les périodes prémoderne et post-libérale, en appréciant éventuellement la notion de famille-institution que nous avons mise en avant. L'approche en archivistique historique peut servir de plateforme à ce dialogue, même si des problèmes liés à la représentation de la documentation reconstituée et dispersée n'ont pas encore été résolus. Dans le cadre de notre recherche, il n'a pas été possible de trouver des réponses idéales à tous les problèmes que nous avons détectés. Nous avons fait des choix que nous avons tenté d'expliquer et de justifier, tout en les laissant ouverts au débat.

Certains des problèmes identifiés et le volume important de documents cartographiés nous ont amenés à ne décrire qu'une partie de la documentation analysée dans le logiciel AtoM, en particulier celle qui fait partie du sous-système Lima, car la plupart d'entre elle n'est pas décrite dans les entités dans lesquelles elle est déposée. Nous nous sommes efforcés de présenter les critères dans notre texte et dans la base de données elle-même. Ce que nous n'avons pas pu réaliser pourra l'être dans un avenir proche sur la base du matériel recueilli au cours de cette recherche. Il s'agit de la description des documents appartenant aux Brito Nogueira et aux vicomtés de Dom Lourenço et de Dom Diogo, ainsi que de la contextualisation de la documentation de la Bibliothèque d'Ajuda.

Toujours dans la troisième partie de la thèse, nous avons tenté de préciser comment la reconstitution s'est effectuée à partir de sommaires des inventaires réalisés par les familles elles-mêmes et de documents, aujourd'hui disparus, qui permettent de compléter l'image que la documentation existante donne des institutions analysées. Comme le suggère E. Anheim, nous nous sommes efforcés d'élucider l'ensemble du



processus d'enquête et les actions menées sur la documentation qui nous ont permis, dans la quatrième partie de la thèse, de répondre aux questions initialement posées.

Le *corpus* reconstitué nous a permis de conclure que l'institutionnalisation des groupes étudiés s'est produite principalement par la transmission de biens et de droits de la Couronne et d'un titre nobiliaire (dans le cas des Lima), de *vínculos* (dans le cas des Brito Nogueira) ou d'une combinaison de ces configurations institutionnelles (dans le cas des Lima Brito Nogueira), formant une famille-institution ou une Maison organisée, pour chaque génération, sous l'autorité d'un *pater familias*. Cela se reflète dans la production d'information documentalisée, dans la sélection de ce qui serait conservé à long terme et dans les pratiques archivistiques adoptées pour contrôler et récupérer l'information de la manière la plus utile pour les besoins immédiats, ou futurs, en tenant compte des pressions internes (conflits d'intérêts au sein du groupe parental) et externes (législation royale et concurrence avec d'autres institutions pour dominer les mêmes espaces et personnes). Les domaines d'activité des membres des différentes générations étudiées dépassaient les domaines d'institutionnalisation susmentionnés, sans compter le fait que tout ce qui était produit ou stocké temporairement n'était pas conservé à long terme, et qu'il existait également une documentation sur la gestion quotidienne des biens qui était entre les mains des administrateurs (comme le montrent les générations Lima et Lima Brito Nogueira). Les archives ont donc assumé différentes fonctions pour les membres de ces générations. Elles ont servi à conserver les preuves de propriété des biens et des privilèges, à faciliter la gestion courante des biens et de leurs revenus et, surtout à partir des générations des Lima Brito Nogueira, à servir aussi de support aux récits sur la (les) mémoire(s) et l'(les) identité(s) du groupe.

Les conclusions et les interprétations avancées peuvent être complétées ou reformulées par certains aspects que nous n'avons pas eu l'occasion d'explorer en détail. La documentation relative à l'exercice de fonctions publiques par les vicomtes Lourenço et Diogo est l'un de ces aspects, et il est nécessaire d'enquêter sur la manière dont elle a été archivée et pour quelles fins immédiates, en plus des mémoriaux. D'autre part, une étude des réseaux de clientèle de ces familles-institutions pourrait révéler davantage d'informations sur les administrateurs et les serviteurs qui ont joué un rôle important dans la production de documents, dans la gestion des archives et dans les

pratiques archivistiques adoptées ; la documentation cartographiée peut être un point de départ, mais elle doit être complétée par d'autres documentations. En ce qui concerne les *vínculos* qui ont quitté la Maison — notamment ceux de Gaião et de Santo Estêvão de Beja —, le recours à des centres documentaires privés, comme celui du Palácio do Salvador, pourrait permettre une autre lecture de la production, des pratiques et des usages de cette documentation. Il convient également de noter que deux sous-systèmes importants qui sont entrés dans le système principal au cours de la période analysée — celui des Nogueira et celui des Vasconcelos e Meneses — n'ont pas encore été reconstruits ni analysés et méritent d'être explorés à l'avenir.

Dans les limites de notre reconstitution, nous avons répondu aux questions initialement posées, en concluant, à la fin de la quatrième partie de la thèse, que les familles-institutions étudiées étaient des entités en constante structuration, tout comme les archives qui les soutenaient. La consolidation institutionnelle dépendait donc d'un effort continu, réalisé par chaque génération, pour transmettre un patrimoine unificateur et identificateur du groupe à un représentant de la même génération ou de la suivante, ainsi qu'à transmettre la documentation transformée en archives qui soutenaient cette construction.

Nous pensons que certains aspects restent à explorer, mais nous ne considérons pas cette recherche comme une fin. Il s'agit en fait d'un point de départ pour une lecture de la complexité de ces archives et de ses sous-systèmes d'information documentalisée, ainsi que pour une réflexion approfondie sur les propositions de l'archivistique historique et sur la classification de ce type de fonds, surtout lorsqu'ils sont reconstitués. Ce que nous avons présenté n'est qu'une étape. Pour la suite de ce parcours, nous mettons à disposition les bases de notre travail, afin qu'elles puissent être réutilisées — par nous ou par d'autres chercheurs.

## Sommaire de la thèse (traduction en français)

Sommaire.....	v
Resumo .....	viii
Abstract .....	ix
Résumé .....	x
Remerciements .....	xi
Liste des acronymes .....	xiv
Abréviations.....	xvi
<b>Introduction .....</b>	<b>1</b>
<b>I – Cadre de la recherche .....</b>	<b>5</b>
1. Nouvelles perspectives sur les archives, les documents et les pratiques archivistiques .....	6
1.1. De la pensée postmoderne aux tournants archivistiques .....	6
1.2. Un tournant en archivistique .....	9
1.3. Un <i>tournant documentaire</i> en histoire .....	14
1.4. Nouvelles histoires des archives .....	19
1.5. Influences dans le contexte portugais, en histoire et en archivistique ...	24
2. Archivistique historique : de l' <i>archival divide</i> à une approche holistique.....	29
2.1. <i>Archival divide</i> : une brève contextualisation.....	29
2.2. Configurations d'un espace de dialogue.....	34
2.3. Une proposition interdisciplinaire et holistique dans la recherche en histoire .....	36
2.4. Contribution à la définition de quelques concepts fondamentaux.....	39
3. Les archives familiales comme objets d'étude .....	54
3.1. Un bref état de l'art.....	54
3.2. Le concept d' « archives familiales » et de « famille ».....	57
3.3. Les familles de pouvoir en tant qu'organisations productrices d'archives ...	65
3.3.1. Quelles sont les familles de pouvoir.....	65
3.3.2. Configurations institutionnelles des familles de pouvoir et archives organisationnelles .....	71
4. Application de l'archivistique historique au cas étudié.....	90
4.1. Objet, objectifs et problématisation.....	90
4.2. Itinéraire de recherche et méthodologies .....	98

<b>II – Une archéologie des archives des vicomtes de Vila Nova de Cerveira à partir du XVII<sup>e</sup> siècle.....</b>	<b>103</b>
5. Cartographie et histoire récente de la conservation et dispersion de la documentation.....	104
5.1. Le chartrier de Ponte de Lima et les documents des propriétés du Minho..	105
5.2. Le chartrier de Lisbonne, Palácio da Rosa.....	123
5.3. L’ensemble documentaire des vicomtes dans la Biblioteca da Ajuda.....	136
6. Représentations et inventorisations des archives à partir de la fin du XVII <sup>e</sup> siècle.....	151
6.1. Représentations actuelles après reconfigurations non organisationnelles ..	152
6.2. Représentations et inventorisations entre la fin XVII <sup>e</sup> siècle et le XIX <sup>e</sup> siècle.....	164
<b>III – Nouvelle représentation des archives : une reconstitution possible .....</b>	<b>185</b>
7. Les organisations productrices et la reconstitution de la documentation existante.....	186
7.1. Les organisations productrices .....	187
7.2. Critères et limitations dans la reconstitution de la documentation existante.....	192
8. Une proposition pour la représentation des archives.....	197
8.1. L’organisation et la classification des archives familiales.....	197
8.2. Un cadre contextuel.....	206
8.3. La description normalisée destinée au public .....	232
9. Une reconstitution partielle des pertes.....	235
9.1. La production documentaire des générations étudiées dans certains inventaires.....	235
9.2. Des archives qui ne sont pas statiques .....	240
<b>IV – Une histoire sociale de l’information, de la documentation et des archives intégrée dans l’histoire des familles .....</b>	<b>244</b>
10. Famille-institution Lima : information et archives d’une maison seigneuriale ...	245
10.1. Ce qui a été produit et ce qui a été conservé .....	247
10.2. Organiser pour mieux gérer la Maison .....	254
10.3. La production et la gestion de l’information sur le patronage des églises..	259

11. Les Britos Nogueira : la vocation patrimoniale et les <i>vínculos</i> de la famille-institution .....	266
11.1. La concentration de <i>vínculos</i> dans la famille-institution Brito, après Brito Nogueira .....	268
11.2. Ce qui a été produit et ce qui a été conservé .....	276
11.3. Organiser pour mieux gérer la propriété et les <i>vínculos</i> .....	284
11.4. Luis de Brito Nogueira : une administration de transition .....	290
12. Les Limas Brito Nogueira : la fusion de plusieurs Maisons.....	299
12.1. Dom Lourenço de Lima : un long vicomté et ses archives.....	301
12.1.1. La gestion de l'information des <i>vínculos</i> .....	308
12.1.2. Production informationnelle et utilisation des archives en vue d'une distinction sociale.....	314
12.2. Dom Diogo de Lima : la continuité et la croissance d'un projet d'archives sous sa direction .....	321
12.2.1. Les archives et les vicissitudes d'une succession .....	336
13. Sur les archives et la consolidation de(s) Maison(s) des vicomtes de Vila Nova de Cerveira .....	345
<b>Conclusion.....</b>	<b>356</b>
<b>Sources et bibliographie .....</b>	<b>362</b>
1. Sources.....	362
1.1 Documentation ayant appartenu aux archives des vicomtes de Vila Nova de Cerveira.....	362
1.2. Autres sources.....	362
2. Références bibliographiques (seules celles citées dans la thèse) .....	364
<b>Sommaire des schémas, figures et tableaux.....</b>	<b>418</b>
<b>Annexes .....</b>	<b>420</b>
<b>Sommaire des annexes .....</b>	<b>422</b>



